A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

SEGUNDA PARTE

EM PLENA REVOLUÇÃO

(Continuação)

XXI

O ATAQÚE DAS BATERIAS

A retirada. — Dos altos da Penitenciaria ao Rocio

o determinar o engate das peças e á trisante situação de uma derrota que os outros lhe pareciam impôr, o capitão Henrique de Paiva Couceiro, se não viu, desde logo, a ruina da monarchia, teve o intuitivo reflexo de um mau fim da realeza de Portugal, e de que a elle iria ser aggregado.

De facto, o lance da vinda de Cascaes a Sete Rios, e do combate da Penitenciaria, até ao terminar das hostilidades, foi o primeiro passo para a amargurada odysseia do official.

D'elle deixou as impressões.

Vejamol as, pelo proprio transmittidas : (*)

«Henrique de Paiva Couceiro estava passando o verão em Cascaes, n'uma casa da Avenida Valbom, onde habita tambem

(*) «O Correio da Manhã» de 2 de Novembro de 1910.

seu sogro, o sr. conde de Paraty, ha pouco ainda ministro de Portugal em Vienna de Austria·

«Estava dormindo quando pelas quatro horas da madrugada de 4 de Outubro um guarda fiscal foi bater á porta de sua casa para lhe communicar que de Queluz, pelo telephone, pediam a sua immediata comparencia no quartel.

«O primeiro comboio para Lisboa era ás 5 horas e 45 minutos. Paiva Couceiro tomou-o, e ao chegar a Paço d'Arcos apeou-se, seguindo a pé para Queluz.

«Pelo trajecto nada se passára de extraordinario. Dizia-se apenas que se tinham dado acontecimentos anormaes em Lisboa e que se não podia passar de Algés.

«Eram 9 horas da manhã quando chegou a Queluz, ao quartel onde está installada a bateria de artilharia de que fazia parte. Ahi foi informado de que toda a força disponivel, constituindo uma bateria composta de 4 peças e de 4 carros, com as munições necessarias para 250 tiros — unicas existentes no paiol do quartel — saira pelas 4 horas e 20 minutos da manhã com destino ao paço das Necessidades, sob o commando do capitão Machado e levando como officiaes os tenentes Correia Neves, Rocha, Gusmão, Pissarra e Valdez.

«Paiva Couceiro seguiu immediatamente, a cavallo, para as Necessidades, acompanhado de uma ordenança.

«Quando chegou ás portas da Ajuda viu que lhe era impossivel passar, porque a guarda fiscal retirára, deixando o portão fechado e amarrado com arames.

«Teve de dar então a volta pela Portella e no Alto da calçada da Ajuda encontrou os officiaes de cavallaria, os srs. Oliveira e Ramos, seguidos por um carro de mantimentos para as tropas de cavallaria, que — informaram esses officiaes — deviam estar em caminho pela estrada de Bemfica, assim como a bateria do grupo a cavallo de Queluz.

«Pouco passava das 11 horas da manhã quando, finalmente, ahi pelas alturas de Sete Rios, Couceiro alcançou a bateria de que fazia parte. A columna estacionava ao longo da estrada.

« — Quem commanda aqui? perguntou o valente official ao sr. capitão Vieira.

« — Coronel Albuquerque, respondeu o interpellado.

« — Onde está?

« — Lá mais para deante.

«Segundos depois estava Paiva Couceiro junto do chefe da columna a quem, fazendo a continencia, disse a phrase do estylo:

« — Commandante do grupo a cavallo apresenta-se.

«E logo a seguir:

« — Que serviço tenho a fazer?

«Recebi a missão, disse-lhe então o coronel Albuquerque, de atacar o nucleo revoltoso que occupa o quartel de artilharia 1 e Rotunda da Avenida.

« — Com que tropas? perguntou Couceiro.

« — Com a brigada de cavallaria, a bateria a cavallo e uma força de infantaria 2, respondeu o sr. coronel Alburquerque.

«Embora naturalmente estranhasse que, dispondo o quartel general de cinco regimentos de infantaria, de toda a guarda municipal e da engenharia e da guarda fiscal, destinasse para o ataque ao reducto unico da revolta apenas uma fracção minima dos effectivos, com a aggravante ainda de a constituir na sua maior parte com a cavallaria, isto é, com a tropa menos propria para o assalto de muros ou barricadas, — Paiva Couceiro limitou-se a dizer:

« — N'esse caso temos de proceder primeiro á escolha da posição de artilharia.

«N'este sentido foi suggerida a posição do lado de Rilhafolles, mas um official de cavallaria que estava proximo informou que de uma propriedade adjacente alguem lhe disséra poder-se attingir o objectivo que se tinha em vista, isto é, fazer fogo, sobre a Rotunda.

« — Então vamos ao reconhecimento, disse Paiva Couceiro.

«E tomando por uma azinhaga á direita, acompanhado por um tenente de cavallaria, crêmos que de nome Menezes, o que nos não foi possivel averiguar, e entrando n'um portão de quinta, subiram por entre vinhas e olivaes em rampa suave, até um planalto onde, a curta distancia, se avistava á direita a Peniten-

ciaria e á esquerda a casa de habitação do sr. Henrique de Mendonça, o rico proprietario da ilha de S. Thomé.

«Era evidente que aquella posição servia. Voltando para junto da columna, os dois officiaes assim o communicaram ao sr. coronel Albuquerque, a quem Paiva Couceiro disse que precisava de infantaria por quanto, attendendo á proximidade do quartel de artilharia 1, facil seria que as immediações da posição estivessem occupadas pelos revoltosos.

«Marchou portanto a bateria, levando na frente a pequena columna de infantaria 2, que, segundo parece, tinha menos de cem praças, seguindo o mesmo trajecto antes seguido pelos dois officiaes.

«Chegados ao bordo do planalto, a infantaria desenvolveu-se em atiradores avançando até ao muro que fechava a propriedade pelo lado da estrada da Circumvalação, emquanto a bateria, alguns metros atráz, seguia o movimento desenvolvida em linha.

«Na estrada e terras que a marginavam pelo sul, foram colhidos pelos atiradores e no entretanto a bateria mettia-se em combate: — duas peças ao lado uma da outra, junto ao tapume que estava vedando um intervallo não murado, e uma terceira em frente de uma cancella que mais para a esquerda abria sobre a estrada.

«A quarta peça ficára na rectaguarda por não haver mais aberturas no muro, nem permittir a sua altura atirar-se-lhe por cima.

«Ao mesmo tempo, os officiaes procuravam pôr-se ao facto das posições defensivas dos revoltosos.

«No portão de entrada do quartel de artilharia 1 via-se uma peça; em frente da antiga casa de saude de Entremuros, estavam collocadas duas ou tres.

«Para essas peças se preparou o tiro, avaliando-se a distancia n'uns 600 a 700 metros.

« — Tapume abaixo! ordenou-se então.

«E as praças, rapidamente, derrubaram para o lado da estrada o mal seguro taboado.

«Postas assim as peças a descoberto, ia-se principiar o fogo,

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

SEGUNDA PARTE

EM PLENA REVOLUÇÃO

(Continuação)

XXI

O ATAQUE DAS BATERIAS

A retirada. — Dos altos da Penitenciaria ao Rocio

o determinar o engate das peças e á frisante situação de uma derrota que os outros lhe pareciam impôr, o capitão Henrique de Paiva Couceiro, se não viu, desde logo, a ruina da monarchia, teve o intuitivo reflexo de um mau fim da realeza de Portugal, e de que a elle iria ser aggregado.

De facto, o lance da vinda de Cascaes a Sete Rios, e do combate da Penitenciaria, até ao terminar das hostilidades, foi o primeiro passo para a amargurada odysseia do official.

D'elle deixou as impressões.

Vejamol as, pelo proprio transmittidas : (*)

«Henrique de Paiva Couceiro estava passando o verão em Cascaes, n'uma casa da Avenida Valbom, onde habita tambem

(*) «O Correio da Manhã» de 2 de Novembro de 1910.

seu sogro, o sr. conde de Paraty, ha pouco ainda ministro de Portugal em Vienna de Austria.

«Estava dormindo quando pelas quatro horas da madrugada de 4 de Outubro um guarda fiscal foi bater á porta de sua casa para lhe communicar que de Queluz, pelo telephone, pediam a sua immediata comparencia no quartel.

«O primeiro comboio para Lisboa era ás 5 horas e 45 minutos. Paiva Couceiro tomou-o, e ao chegar a Paço d'Arcos apeou-se, seguindo a pé para Queluz.

«Pelo trajecto nada se passára de extraordinario. Dizia-se apenas que se tinham dado acontecimentos anormaes em Lisboa e que se não podia passar de Algés.

«Eram 9 horas da manhã quando chegou a Queluz, ao quartel onde está installada a bateria de artilharia de que fazia parte. Ahi foi informado de que toda a força disponivel, constituindo uma bateria composta de 4 peças e de 4 carros, com as munições necessarias para 250 tiros — unicas existentes no paiol do quartel — saira pelas 4 horas e 20 minutos da manhã com destino ao paço das Necessidades, sob o commando do capitão Machado e levando como officiaes os tenentes Correia Neves, Rocha, Gusmão, Pissarra e Valdez.

«Paiva Couceiro seguiu immediatamente, a cavallo, para as Necessidades, acompanhado de uma ordenança.

«Quando chegou ás portas da Ajuda viu que lhe era impossivel passar, porque a guarda fiscal retirára, deixando o portão fechado e amarrado com arames.

«Teve de dar então a volta pela Portella e no Alto da calçada da Ajuda encontrou os officiaes de cavallaria, os srs. Oliveira e Ramos, seguidos por um carro de mantimentos para as tropas de cavallaria, que — informaram esses officiaes — deviam estar em caminho pela estrada de Bemfica, assim como a bateria do grupo a cavallo de Queluz.

«Pouco passava das 11 horas da manhã quando, finalmente, ahi pelas alturas de Sete Rios, Couceiro alcançou a bateria de que fazia parte. A columna estacionava ao longo da estrada.

« — Quem commanda aqui? perguntou o valente official ao sr. capitão Vieira.

« — Coronel Albuquerque, respondeu o interpellado.

« — Onde está?

« — Lá mais para deante.

«Segundos depois estava Paiva Couceiro junto do chefe da columna a quem, fazendo a continencia, disse a phrase do estylo:

« — Commandante do grupo a cavallo apresenta-se.

«E logo a seguir:

« — Que serviço tenho a fazer?

«Recebi a missão, disse-lhe então o coronel Albuquerque, de atacar o nucleo revoltoso que occupa o quartel de artilharia 1 e Rotunda da Avenida.

« — Com que tropas? perguntou Couceiro.

« — Com a brigada de cavallaria, a bateria a cavallo e uma força de infantaria 2, respondeu o sr. coronel Alburquerque.

«Embora naturalmente estranhasse que, dispondo o quartel general de cinco regimentos de infantaria, de toda a guarda municipal e da engenharia e da guarda fiscal, destinasse para o ataque ao reducto unico da revolta apenas uma fracção minima dos effectivos, com a aggravante ainda de a constituir na sua maior parte com a cavallaria, isto é, com a tropa menos propria para o assalto de muros ou barricadas, — Paiva Couceiro limitou-se a dizer:

« — N'esse caso temos de proceder primeiro á escolha da posição de artilharia.

«N'este sentido foi suggerida a posição do lado de Rilhafolles, mas um official de cavallaria que estava proximo informou que de uma propriedade adjacente alguem lhe disséra poder-se attingir o objectivo que se tinha em vista, isto é, fazer fogo, sobre a Rotunda.

« — Então vamos ao reconhecimento, disse Paiva Couceiro.

«E tomando por uma azinhaga á direita, acompanhado por um tenente de cavallaria, crêmos que de nome Menezes, o que nos não foi possivel averiguar, e entrando n'um portão de quinta, subiram por entre vinhas e olivaes em rampa suave, até um planalto onde, a curta distancia, se avistava á direita a Peniten-

ciaria e á esquerda a casa de habitação do sr. Henrique de Mendonça, o rico proprietario da ilha de S. Thomé.

«Era evidente que aquella posição servia. Voltando para junto da columna, os dois officiaes assim o communicaram ao sr. coronel Albuquerque, a quem Paiva Couceiro disse que precisava de infantaria por quanto, attendendo á proximidade do quartel de artilharia 1, facil seria que as immediações da posição estivessem occupadas pelos revoltosos.

«Marchou portanto a bateria, levando na frente a pequena columna de infantaria 2, que, segundo parece, tinha menos de cem praças, seguindo o mesmo trajecto antes seguido pelos dois officiaes.

«Chegados ao bordo do planalto, a infantaria desenvolveu-se em atiradores avançando até ao muro que fechava a propriedade pelo lado da estrada da Circumvalação, emquanto a bateria, alguns metros atráz, seguia o movimento desenvolvida em linha.

«Na estrada e terras que a marginavam pelo sul, foram colhidos pelos atiradores e no entretanto a bateria mettia-se em combate: — duas peças ao lado uma da outra, junto ao tapume que estava vedando um intervallo não murado, e uma terceira em frente de uma cancella que mais para a esquerda abria sobre a estrada.

«A quarta peça ficára na rectaguarda por não haver mais aberturas no muro, nem permittir a sua altura atirar-se-lhe por cima.

«Ao mesmo tempo, os officiaes procuravam pôr-se ao facto das posições defensivas dos revoltosos.

«No portão de entrada do quartel de artilharia 1 via-se uma peça; em frente da antiga casa de saude de Entremuros, estavam collocadas duas ou tres.

«Para essas peças se preparou o tiro, avaliando-se a distancia n'uns 600 a 700 metros.

« — Tapume abaixo! ordenou-se então.

«E as praças, rapidamente, derrubaram para o lado da estrada o mal seguro taboado.

«Postas assim as peças a descoberto, ia-se principiar o fogo,

quando sobre as peças rebentaram tres granadas dos revoltosos. Ficaram feridos logo o capitão Vieira, o cabo ordenança e varias praças. Cairam mortas algumas muares, tresmalharam-se os cavallos e as parelhas dos armões que ainda não tinham seguido para logar abrigado.

«Conjuntamente deu-se tambem a fuga de uma parte, talvez metade, da força de infantaria e de algumas praças da bateria.

PAIVA COUCEIRO

«Deve dizer-se como relativa justificação ou attenuante d'este ultimo lamentavel acontecimento, que esses soldados, no que diz respeito ao grupo de artilharia — pois no que respeita a infantaria não pudemos averigual-o — eram simples recrutas de 10 mezes, porquanto as praças que estavam no segundo anno de serviço tinham sido licenceadas em setembro, depois das eleições, o que provavelmente tambem succedera com infantaria 2.

«Comtudo haviam ficado firmes no seu posto os officiaes e sargentos da bateria e alguns dos serventes, o que permittiu que immediatamente se rompesse o fogo de resposta.

«Ao mesmo tempo, parte dos officiaes e sargentos tratavam de reparar os effeitos da desordem do primeiro momento, apanhando os cavallos que se haviam tresmalhado, conduzindo os armões para posição desenfiada, fazendo entrar as praças nos seus logares e conduzindo os feridos para a enfermaria que o dr. Bogalho, medico da bateria de Queluz, improvisára nas habitações existentes á entrada da quinta.

«Alguns soldados de infantaria 2, deitados em cima de uns telheiros adjacentes á parte interna do muro, sustentavam tiroteio com a gente armada que de differentes pontos procurava attingir as forças fieis. As granadas provenientes, umas, das peças que se avistavam em frente do quartel de artilharia, e outras, de peças que se não distinguiam, continuavam estalando sobre a columna, não produzindo grande parte quaesquer avarias por estalarem do lado de fóra do muro, mas causando algumas d'ellas varias baixas entre as tropas.

«Depois de cerca de tres quartos de hora de fogo, parecendo desamparadas as peças que se viam junto do quartel, Paiva Couceiro mandou sair a infantaria pela cancella, e a ordem foi cumprida, saindo o tenente de infantaria Vianna — crêmos que é esse o seu nome, mas havemos de averigual-o porque é justo que fique registado, pois procedeu como um bravo — á frente de trinta e tantas praças que, atravessando a estrada, se estenderam em atiradores sobre o terreno livre da banda opposta.

«Poucos minutos depois recolhiam com algumas baixas.

«A bateria continuava o seu serviço e meia hora ou tres quartos de hora depois, parecendo abrandar o fogo dos revoltosos, novamente Paiva Couceiro mandou sair a infantaria.

«Convém observar n'esta altura que, depois da debandada parcial que se dera aos primeiros tiros, ninguem, ao que parece, tratára de fazer voltar aos seus logares os fugitivos.

«Assim a infantaria ficára definitivamente reduzida a uma pequenissima parte que, salvo erro, não ultrapassava em numero uns 50 homens.

«O coronel Bessa, o major Rocha e um outro official, major ou capitão—não pudémos averigual-o,—permaneciam junto do muro e abrigados por elle, sem se intrometterem no commando activo dos soldados.

«Estes, por sua parte, excepção feita de uns 8 ou 10 que valorosamente collaboraram sempre na linha de fogo, abrigavam-se sentados no sopé interno do muro, bastante alheios ás phases da luta. E ahi se deixaram ficar, quando pela segunda vez Paiva Couceiro mandou que a infantaria saisse.

«Paiva Couceiro apeou-se então e invectivou os em termos... pouco parlamentares, aos quaes cederam por fim cerca de vinte praças, que sairam com Paiva Couceiro e o tenente de infantaria Vianna, já acima citado, e cujas qualidades de brio, e de coragem merecem menção especial.

«Era o momento psychologico de prenunciar o assalto ao quartel de artilharia. Assim o julgou Paiva Couceiro, mas representaria falta militar grave o tental-o com pouco mais de duas dezenas de homens, que um só tiro de peça do lado opposto destroçaria sem duvida.

«Resolveu então Paiva Couceiro fazer constar ao commando da Divisão que com tres companhias de infantaria, das quaes uma da municipal, podia proceder-se a esse ataque. E a communicação foi feita.

«Meia hora depois chegava á linha de fogo o capitão Martins de Lima, acompanhado pelos tenentes Estevão Wanzeller e Ramos vindos do quartel general.

. . . .

retiramo-nos, acompanhados até á porta por Paiva Couceiro que ao despedir se, nos disse:

« — Devo dizer-lhes que aquillo que de menos agradavel, na narração que fizeram e na entrevista que tiveram e que acabam de me lêr, possa suppôr-se a respeito do procedimento e da passividade de alguns dos officiaes a quem n'ellas fazem referencias, explico-o eu como um resultado natural e logico do estado d'alma, de indifferença, de aborrecimento e de desconsolo, que o curso dos negocios publicos nos ultimos tempos vinha creando no espirito publico em geral e dos officiaes em particular

Aquelles mesmos, que ali cruzaram os braços, cumpriram briosamente o seu dever em outras circumstancias. . . E' essa a minha convicção»

*

* *

A retirada fez-se portanto.

Era o complemento da debandada, por vontade propria.

Resolvera-a alem, impulsionando-a, o general commandante da brigada de cavallaria, Antonio de Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho.

Este, poucas horas antes chegára ao quartel do largo de S. Domingos como tardio conhecedor da revolução.

O coronel Alfredo de Albuquerque, informa assim esse acto de comparencia e de ignorancia dos successos: (*)

«General Antonio Carvalhal.—Morava na Avenida Duque de Loulé, mas não parece ter sentido os tiros da artilharia que atroaram Lisboa durante toda a noite. Só teve conhecimento «official» da revolução (declaração do proprio, no jornal o «Dia» de 9 de Novembro de 1010) por volta das 7 horas da manhã, e diz que foi «officialmente», por que antes — «já sabia do que se tratava porque fui prevenido por pessoa de familia que costumava ir aos banhos a Algés e que regressára n'essa manhã a casa, por não poder passar para a Rotunda.»

«Só compareceu no Quartel General quando «officialmente» foi chamado.»

Chegando, o general Antonio Carvalhal ao corrente foi posto de todos os planos ordenados.

A columna já seguira a caminho do seu destino ignoto.

Como encargo recebia apenas o de vigilar sobre a intercepção, ao povo, dos locaes proximos do commando supremo.

O governo foi apparecendo e ao avançar das horas, resaltavam as perguntas.

(*) Os Cem Dias Funestos». por Joaquim Leitão.—Pagina 334.

Não se sabia ali da columna que sahindo das Necessidades devia procurar attingir a Rotunda

De discussão em discussão, de perspectiva em perspectiva, valeu o ministerio que, se perturbado se mostrára no conselho civil, junto aos militares ganhou animos e conceitos.

Era a influencia do local.

Houve assim opiniões certas, embora melindrosas.

Do governo, presente, alguem, approvado o ataque extranhou que elle não tivesse o commando d'um general, existindo ali trez, Manuel Raphael Gorjão, Antonio Julio de Sousa Machado, Antonio Carvalhal.

Dirigiu-se mesmo ao general Antonio Carvalhal, que, embora tivesse ali occasião de auxiliar a democracia, não julgou conveniente seguir com as forças, onde entravam lanceiros 2, dados como fieis á causa monarchica.

Allegando só cumprir as ordens do commandante da divisão, teve por este a casual acquiescencia aos seus desejos, pela determinação de que o seu serviço era no quartel para o substituir, em caso de necessidade e proceder á vigilancia sobre a tomadia das emboccaduras das ruas.

Não era de fatigar, esse trabalho de tactica do official general e a divisão, se bem que inconsciente e guiada, crêmos, pelo fatalismo das coisas, não collocando á frente das tropas fieis esse vulto de encoberto revoltado, deu aso á sua attitude de franca adhesão á revolta.

A uma directa responsabilidade corresponde uma restricta linha de conducta inherente a essa responsabilidade.

Parece, todavia, que a esse primitivo declinar de commando presidiu um pouco de mal estar enfermiço do commando superior, não lhe deixando precisar attitudes nem factos.

Divergencias houve pois sobre o momento em que a missão foi incumbida ao general Carvalhal.

Assim, disse este (*), apoz a affirmativa do conhecimento da marcha da columna do coronel Albuquerque:

(*) «O Dia» de 10 de Novembro de 1910.

«O tempo decorria, as granadas iam rebentando, os ministros vinham apparecendo, e um d'elles extranhou que o ataque não fosse commandado por um general. Como esse ministro se dirigiu directamente a mim, respondi-lhe então:

«Só cumpro as ordens do commandante da divisão e este determinou-me que não me affastasse do quartel general, para o substituir, se assim fôsse necessario, estando eu encarregado de verificar se as differentes embocaduras das ruas estão convenientemente guarnecidas.»

De contrario aspecto apresenta (*) a investidura no encargo o coronel José Joaquim de Castro, chefe do estado maior:

«A iniciativa do general pela offensiva sobre a Rotunda, foi logo adoptada, e fixou-se que o destacamento para essa acção seria composto por infantaria 16, que estava fiel, uns cento e vinte homens, cavallaria 2 e a bateria de Queluz, tudo sob o commando do coronel Albuquerque, de lanceiros 2. Todavia, pela consideração de maior importancia que deveria dar-se a esse destacamento, foi o sr. general Carvalhal convidado a assumir o seu commando, tendo tambem sido pedida a cooperação do tenente coronel Garcia Guerreiro, como official do serviço de estado maior.»

Com razão foi evidenciado (**) pelo conselheiro Teixeira de Sousa, esse equivoco do coronel José Joaquim de Castro, pelo qual se poderia deduzir que o commando da columna desde o inicio da marcha confiado estivera ao general Carvalhal.

A fazer-se fé por esse definir de casos, occorreria interrogar que razões influiriam para o detrimento da intenção, não consummada logo á chegada do official e até apresentando-se como de diverso thema o serviço confiado?

E' certo que á assistencia do commandante da brigada de cavallaria correspondeu a ordem de retirada, mas esta fez-se ante um descripto fracasso e uma apregoada impossibilidade de proseguir a acção.

(*) Notas ao «Diario dos Vencidos» por Joaquim Leitão. — Pagina 325

(**) Teixeira de Sousa – «Para a historia da Revolução» — 2.º volume Pagina 359.

Não teve a analyse que as circumstancias exigiam, mas difficil era ambicionar serenidade n'esse quasi geral periodo de desorientação.

Facto é, todavia, e authenticando o desnorteamento causador de tanta controversia, que o commandante da brigada de cavallaria, apenas teve a incumbencia da marcha até Sete Rios, depois da 1 hora da tarde, ás extranhezas do governo e á escassez de noticias, trazendo até vislumbres de reproducção da scena passada de madrugada, em Alcantara, com convallaria 4.

N'um inutil aguardar de informes, haviam passado as horas.

A essa ignorancia, perturbante, do que se teria passado com o troço destinado a exercer pressão sobre a Rotunda, correspondeu o formular da singularidade de não se haver organisado uma columna forte que envolvesse, a sério, o acampamento rebelde, forçando-o a render-se.

Era cerca da 1 hora da tarde.

Pensou-se então em auxiliar o nucleo que deveria estar operando nos altos da Penitenciaria.

Proposto foi assim que um dos generaes presentes seguisse, para com as tropas necessarias, coadjuvar a acção da columna presumida dà chefia exclusiva do coronel Alfredo de Albuquerque.

Lembrado o general Carvalhal, commettia-se-lhe o encargo de, com praças de cavallaria, ir ao encontro da columna.

O official, embora mais propenso á democracia, não quiz todavia arcar com qualquer attribuida responsabilidade de algum lance contrario á realeza e procurando rodear-se de elementos fieis á causa monarchica, suscitava ao commando da divisão, a conveniencia de, visto tratar-se de ataque, ser acompanhado pelo tenente-coronel Antonio José Garcia Guerreiro, que desempenharia as funcções de chefe de estado maior.

O escolhido de confiança era, como official ás ordens de D. Manuel II.

Não valeu o entrave de se encontrar á paisana e sem armas, em notavel anomalia com as circumstancias, desde a madrugada conhecidas.

E' facto que se quiz depois attenuar esse aspecto pacifista, com as allegações demonstrativas de não pertencer Garcia Guerreiro ao estado maior de divisão nem aos serviços do quartel general, e apenas exercer o cargo de lente da Escola do Exercito.

Era porem militar e combatente e isso bastava para que as prerogativas especiaes, se derruissem, mercê das contingencias graves de uma revolta, em progressivo avanço.

Garcia Guerreiro, não se afastou todavia do campo onde foi chamado, e, mesmo á paisana, se dispôz a partir com a columna.

Recebendo do general Carvalhal, um revolver, o tenente coronel Guerreiro dava-se por apto a seguir, como substituto do chefe do estado maior de cavallaria, ausente em Cintra, o major João Pereira Bastos.

Este, talvez de momento não servisse a Carvalhal, por democrata convicto e tanto que a Republica, á sua victoria, lhe confiaria a chefia do estado maior da 1.ª divisão militar, como primeiro degrau para a ascensão á cadeira de ministro da guerra.

Esses premios malsinados foram pela falta de acção no movimento de Outubro, mas colheria melhores bases de acceitação se, vistas retropectivas o não indicassem como elemento alto junto do almirante Candido dos Reis, que, por instancias junto do então ministro Sebastião Custodio de Sousa Telles, o fizera recolocar em Lisboa, apoz uma transferencia motivada no citar do seu nome como chefe do estado maior na tentativa revolucionaria de 28 de Janeiro de 1908.

O general Carvalhal, teve pois por bem escolhido o official ás ordens do rei.

Resolvido foi a opção por um caminho que, sem passar pela Avenida fôsse dar á Penitenciaria, para o encontro com o troço de Alfredo de Albuquerque, que pelas ordens ali deveria estar.

Achado esse trajecto, ante attento estudo do mappa de Lisboa, e a postos os que deviam partir, dava-se a ordem de marcha, cerca das 2 horas da tarde.

Aggregado já então havia sido, mais outro elemento affecto ao regimen: o capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima.

A elle entregue foi o commando de 40 soldados de cavallaria 4, que, com o 2.º esquadrão da guarda municipal, antes confiado ao capitão Julio Cesar dos Santos Segurado, formavam o nucleo enviado ao encontro das forças atacantes da Rotunda.

De diminuta confiança era o esquadrão de cavallaria 4, notavel já pelo destroço em Alcantara e a celere cavalgada d'ali ao Paço da Rainha, sob o commando do coronel Jesuino Gregorio Pessoa de Amorim, fazendo depois o tropel d'ali até ao quartel general.

Assignala-lhe os passos uma manifesta contrariedade á causa monarchica:

«Cavallaria 4, em Alcantara, ao que me consta, não deu um tiro, sendo o regimento posto em debandada pelo elemento civil d'esse heroico bairro, que contra elle lançou algumas bombas; os soldados republicanisados por uma activa propaganda, aproveitaram a occasião e fugiram.

«O tenente Carvalho, com o seu esquadrão, depois de ter marchado e contra-marchado, sem nos hostilisar, foi-se-me apresentar á Rotunda na manhã de 5, prestando optimos serviços de exploração, quando foi do alarme do avanço de artilharia 3 com dois regimentos de infantaria sobre Lisboa» (*)

O official mencionado era o tenente João Ferreira Nunes de Carvalho, promovido depois a capitão para a guarda republicana, sendo-lhe mais tarde (1913) confiado o commando do 1.º esquadrão d'aquelle corpo militar.

*

* *

Para que a inacção o não tolhesse, e para maior solemnidade imprimir á segunda força sahida do quartel general, encorporado foi portanto o resto de cavallaria 4 no regimento de Antonio Carvalhal.

O assaz modesto contingente procurou attingir o seu fim, tomando pela calçada de Sant'Anna, Escola do Exercito, Estepha-

(*) Relatorio de Machado Santos.—Pagina 141.

nia, Campo Pequeno, onde registava o travar longiquo de combate em Sete Rios.

Entre Bemfica e Campolide deparava o general Carvalhal, com a força do coronel Alfredo de Albuquerque, que, a uma nova debandada da infantaria, e á chegada d'esta até á frente dos lanceiros, fizera evolução á esquerda, retrocedendo por Sete Rios.

Albuquerque procurou pelo telephone do Jardim Zoologico, participar o que se passava ao quartel general.

Não o poude fazer.

Voltou ao posto.

Foi n'essa altura que chegou o general Antonio Carvalhal.

O commandante de cavallaria 2, informava o enviado do quartel general dos criticos resultados do ataque ao acampamento sedicioso.

Descreveu o lance que ás baterias trouxera feridos, a debandada de infantaria 2, com o seu resto semi-desfallecido pela fome; o meio desamparo do grupo de Queluz.

Os nucleos revolucionarios estavam todavia ali representados, virtualmente, pelo official superior recem-vindo.

E' certo que allegou, — quando já o reivindicado lance lhe podia assegurar um rasgado caminho de convenções, — um absoluto desconhecimento dos tramas.

Comtudo, ao natural declinar, pelo general Gorjão, do convite para permanencia no cargo de chefe da divisão, Telles de Carvalho era desde logo investido no posto, acto irreflectido se o official contado não fôsse no numero dos de confiança para a causa republicana.

N'essas horas, semi-indecisas, integrar no logar direccional das tropas, um dedicado á realeza que podesse operar uma reviravolta em seu favor, constituiria um erro.

Carvalhal, tinha prestigio como militar e supremacia pela alta cathegoria, ornando-lhe tambem o peito a insignia de grande official da ordem militar de S. Bento de Aviz, ordem que tinha o rei como presidente do seu alto conselho.

Mas, a ganha victoria não teve contra-prova apoz a posse do novo commandante.

A manutenção da bandeira verde-rubra içada no quartel superior na manhã de 5, exprime, pois, que bem justa foi e a bem da democracia, a escolha para chefe da 1.ª divisão do general de brigada Carvalhal.

Avaliou elle portanto, de relance, a situação e sem que o succinto relatorio do coronel Alfredo de Albuquerque lhe desse o sobresalto d'uma dolorosa surpreza.

Convinha a retirada para que a Rotunda socegasse e descuidasse d'esses verdadeiros inimigos.

Carvalhal, porem, revolucionario se não por anterior adhesão, por convicção propria, não quiz assumir a responsabilidade do retrocesso e se o commando superior monarchico, sendo-lhe pedida infantaria como elemento proprio para o assalto, enviara cavallaria inutil para o projecto, o general, intimamente devotado á democracia, auxiliava-a.

Assim, ordenou sob a apparencia de uma consulta, acceite todavia pelos officiaes existentes, o coronel Albuquerque, tenente coronel Garcia Guerreiro e capitão Martins de Lima:

« — Com estes homens já se não pode aqui fazer nada! Vamos embora, não acham?

E para o coronel Albuquerque:

— Dê ordem á artilharia para retirar.

Quiz-se attribuir essa determinação ao commandante de lanceiros, mas este, mais tarde, definia assim a sua attitude:

«Por mim não dei a menor indicação sobre a conveniencia ou inconveniencia de retirar a columna. A iniciativa de ficar ou abandonar a posição pertencia unica e exclusivamente ao general Carvalhal; elle que vinha do quartel general é que, com certeza, ahi teria recebido quaesquer ordens, e mais pormenorisadamente devia conhecer a situação geral; é que era o unico competente para saber o que se devia fazer.»

E ainda:

« — De maneira que é cathegorico: a ordem de retirada foi dada pelo general Carvalhal?

« — O que ha de mais cathegorico. Teixeira de Sousa diz: «Entretanto resolveu-se, por indicação do coronel Albuquerque,

marchar sobre o largo da Luz.» E' redondamente falso! Não fui sequer consultado, sobre esse assumpto.» (*)

De facto, o general Carvalhal, apenas cita (**) o coronel Garcia Guerreiro, como o consultado e unicamente sobre o retrocesso da artilharia:

«Quando chegamos ao cruzamento da estrada de Bemfica com a de Campolide, encontrámos o regimento de lanceiros 2, tendo muito perto o coronel Albuquerque, que me communicou que infantaria 2, que appoiava a bateria a cavallo, tinha dispersado apoz o rebentamento das primeiras granadas, e que até já tinha fugido tudo. Disse-me que a bateria se achava completamente desamparada, isto é, desprovida de qualquer appoio e em risco, portanto, de cahir todo o material em poder dos revoltosos. Desde que tomei conhecimento da situação, que era realmente critica para a artilharia, dei immediatamente ordem, de accordo com o tenente-coronel Garcia Guerreiro, que desempenhava as funcções de chefe do estado maior, para que a artilharia retirasse.»

Todavia, deve notar-se que, embora o enviado do quartel general fosse o proponente da ideia, não consta que contrario parecer, de longe sequer esboçado fosse por parte dos officiaes presentes.

Eram elles, alem de Carvalhal, o coronel Alfredo de Albuquerque, o tenente-coronel Antonio José Garcia Guerreiro e o capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima. (***)

O tenente Estevão Wanzeller chegou, quando resolvido estava já a volta para Lisboa, restando simplesmente transmittir a intenção ao commandante das forças de Queluz.

Assumida foi assim uma mutua responsabilidade.

Mais tarde, apenas, o commandante de lanceiros, collocaria em evidencia, o incidente de o commandante da brigada de cavallaria não ter ido verificar a exactidão do relatorio verbal feito na estrada de Sete Rios

(*) «Os Cem Dias Funestos»—Por Joaquim Leitão—Pagina 252.

(**) «O Dia» de 10 de Novembro de 1910.

(***) Regista a assistencia d'este o «Diario dos Vencidos» a paginas 220.

Para que essa lembrança, no proprio momento não tivesse surgido, imperou decerto o convencimento, justo, de que o general procedera por fé na feita exposição dos factos.

A base disciplinar, fazendo recusar objecções a superiores, estava a desfazer-se a cada passo, e vimos (*) já o tenente Estevão Wanzeller, offerecendo um tiro a um capitão de infanteria 2, ante o espectaculo de um evolar do local onde se combatia, como annotaremos o capitão Martins de Lima, expressando no commando da divisão o voto de clausura para o governo onde estava o conselheiro José Nicolau Raposo Botelho, o superior supremo, embora de momento, pelo cargo transitorio de ministro da guerra, mas com a alta patente, tambem, de general de brigada.

Por seu turno, do immediatamente inferior, embora nivellado quasi como chefe, primitivo, da columna, dir-se-hia resaltar um vislumbre de immolação, de indifferente acceitar de todas as contingencias, fossem ellas quaes fossem:

«A iniciativa de ficar ou abandonar a posição pertencia unica e exclusivamente ao general Carvalhal; elle que vinha do quartel general é que, com certeza, ahi teria recebido quaesquer ordens, e mais pormenorisadamente devia conhecer a situação geral, é que era o unico competente para saber o que se devia fazer.»

Resta como elemento certo, o fatalismo manobrando para que tudo bem sorrisse á revolta, como recompensa á sua tenacidade e para castigo a quantos, sob o coroado regimen, d'elle tanto malsinavam.

Por fallado voto de uns e silenciosa acquiescencia de outros fixou-se a retirada.

Ao capitão Martins de Lima, dava o coronel Albuquerque a missão de transmittir a Paiva Couceiro o que se havia resolvido, mas chegando, o tenente Estevão Wanzeller, evocava a sua qualidade de subordinado regimental do coronel, para se desempenhar do encargo.

Não quiz Martins de Lima deixar de lhe fazer companhia até ao local perigoso onde as granadas explodiam.

(*) Vidé pagina 900 do 3.º volume d'esta obra.

Acceite, ainda com elles seguiu, por vontade propria, o tenente Silveira Ramos, egualmente intrepido.

Foram os tres officiaes, pois, ao alto onde Paiva Couceiro se encontrava e onde lhe participaram a resolução de cessar fogo.

Entretanto e julgando util evitar explicações, o pela revolução escolhido commandante da 1.ª divisão militar, mettia esporas ao cavallo e endireitava para a Luz, como estipulado ponto para bivaque, sob o aspecto de que offerecia condições de segurança para defeza e facilidade de communicações telephonicas.

O regresso fez-se abrindo caminho o grupo de cavallaria 4, seguindo-se-lhe a municipal e depois os destroços de infantaria 2.

No campo ficavam os mortos, para não pesar a marcha.

Ao ver a retirada que na Rotunda se assignalou ser pelas 4 horas da tarde, um popular cheio de enthusiasmo poz-se a dançar no campo desabrigado do acampamento.

Fóra de tempo foi essa alegria.

Uma bala o fazia cahir, para não mais se erguer.

Foi esse o unico morto da Rotunda, no inicial combate contra as baterias e deu-se o caso como desespero de uma das dedicadas praças de infantaria, pela retirada apoz tanto esforço.

Mas, para compensação á tragica desforra e para que a todos os rebeldes fosse o echo d'essa ganha victoria, pois isso significava a retirada da tropa do alto da Penitenciaria, emquanto avisos pessoaes iam á Avenida do animado successo, os telephones de Bemfica. postos ao serviço da sedição, á imprensa affecta, como a «Capital», levavam a noticia, pouco depois das 4 horas da tarde.

Reproduzida era assim, com antecedentes pormenores de haverem as baterias tido 30 baixas, retirando sem munições e com algumas peças encravadas:

«Pela tarde travou-se rijo combate entre artilharia 1 e infantaria 16, os dois regimentos que adheriram ao movimento, e infantaria 2. Este ficou completamente destroçado, desapparecendo os officiaes. Dos soldados sobreviventes uns fugiram, e ou-

tros completamente desorientados, declararam que iam juntar-se a artilharia 1.

«Ao hospital do Rego foram transportados 4 soldados mortos, e 8 feridos que ali receberam curativo.

«No campo ficaram numerosos mortos.

Por seu turno, a phantasia, auxiliando ainda mais o quadro de falsas côres, do numerico morticinio, citava ainda que as forças de lanceiros 2 e infantaria 2, se encontravam em Sete Rios não podendo seguir para Lisboa, ante as barricadas formidaveis erguidas pelos revoltosos.

Para adormecimento dos entravantes á marcha da insurreição, ia, por seu turno, o falso boato de que «a artilharia revoltada, deixava a Rotunda, recuando até ao Campo Grande, onde soffrera desaire por 400 praças da guarda fiscal.»

Esse cahos traria, como logico resultado, a perda do exacto conhecimento da situação.

*

* *

A esse tempo já a columna seguia sem outros impedimentos, além do seu desorganisado aspecto.

A marcha, desnorteada, deu em resultado uma ligeira divergencia do caminho a seguir para o largo da Luz.

O coronel Alfredo de Albuquerque, tomava com as baterias e o troço de infantaria, a linha de marcha até á estação do caminho de ferro de Bemfica, apoz o que se reconhecia a falta do general Carvalhal e da cavallaria.

Um reconhecimento assignalava porém que esse nucleo, enveredara pela Azinhaga da Fonte.

De facto, o enviado do quartel general, fôra até ao jardim Zoologico, d'onde, a conselho do coronel Garcia Guerreiro, fez telephonar para o commando da divisão, participando o regresso e pedindo-lhe fossem transmittidas ordens para a Luz.

N'um novo equivoco, o chefe do estado maior, coronel José Joaquim de Castro, regista ter «recebido unicamente

do Collegio Militar noticia da retirada da bateria para Lisboa.» (*)

Affirma (**) porem o local do primeiro aviso, o general Carvalhal.

«A artilharia retirou e seguimos pela estrada de Bemfica em direcção á Luz. Quando chegámos á altura do Jardim Zoologico, lembrou o coronel Garcia Guerreiro que devia haver ali telephone, dizendo-lhe eu então que tentasse participar ao general de divisão as circumstancias em que nos encontravamos e que aguardavamos ordens da Luz, para onde marchavamos e que poderiamos receber ordens pelo telephone do Collegio Militar.»

A verdadeira tensão espiritual do momento contribuiu talvez para que se julgasse a palestra travada já pela linha do Collegio Militar, tanto mais que a resposta foi immediata.

O coronel José Joaquim de Castro, dava como preferida a entrada breve em Lisboa, com trajecto por Arroyos, para o Rocio.

Carvalhal, propunha retroceder por S. Sebastião da Pedreira.

Do commando superior davam como imprudente a passagem perto do baluarte em revolta, a Rotunda, assentando-se assim no primitivo plano. O general, com a cavallaria, endireitou pois ao largo da Luz onde estourava em seguida uma granada despedida do Alto da Avenida.

Fôra indicado o local por alguns populares sabedores da marcha da columna, mas nenhum prejuizo fez.

Em avançada havia marchado o capitão Martins de Lima.

Deu-se então um incidente.

Emquanto os soldados devoravam uma pequena ração de pão, os officiaes mantiveram o seu jejum forçado, que Martins de Lima procurou fazer esquecer n'uma visita ao Collegio Militar, onde achava inactivo, sem explicação plausivel, o alferes do

---

(*) Notas ao «Diario dos Vencidos», pagina 326.
(**) «O Dia» de 10 de Novembro de 1910.

2.º esquadrão da guarda municipal, João Justino de Moraes Teixeira, que do superior escutava algumas phrases disciplinares.

Dirigia-se-lhe o capitão inquirindo d'elle as razões do facto anormal, e obtinha como resposta consistirem na dispersão da respectiva força, a do capitão Segurado.

Vinha elle todavia com Martins de Lima e este, fazia desde logo integrar o alferes no seu posto.

Narrado appareceu assim (*) o incidente pelo capitão Martins de Lima:

«Entrando no largo da Luz, vi, entre os officiaes que estavam á porta do Collegio Militar, um que não tinha distinctivos de patente nem quaesquer outros. Perguntei-lhe se era official, a que unidade pertencia e como é que se encontrava ali.

«Respondeu-me com voz sumida, que era alferes, pertencia a um esquadrão da guarda municipal, que tinha sido dispersa e quasi anniquilada. Então espere ahi um boccadinho, disse-lhe eu. D'ahi a pouco, desembocava no Largo da Luz, e eu perguntei ao dito alferes: «Conhece-o?» «Conheço, conheço!...» respondeu muito encolhido. E assim que o commandante do esquadrão se approximou, perguntei-lhe se o esquadrão tinha soffrido baixas. Como me respondesse negativamente, voltei-me para o tal official e intimei-o a ir immediatamente equipar-se, tirar o seu cavallo da cavallariça do Collegio Militar e tomar o seu logar no esquadrão, avisando-o de que o fuzilaria se elle pensasse em fugir outra vez. Esse valente official estava escondido no Collegio Militar desde pela manhã. E outros, e outros!...»

Ainda Martins de Lima, reerguendo o caso, diria, (**) em carta datada de S. Thomé, em 15 de Dezembro de 1910 e dirigida ao «Correio da Manhã»: (8 de Janeiro de 1911):

«Sr. Joaquim Leitão

«Acabo de lêr no «Correio da Manhã» a nossa entrevista ácêrca da revolução.

(*) Diario dos Vencidos por Joaquim Leitão.=Pagina 221.

(**) «Diario dos Vencidos» por Joaquim Leitão.—Documentos a paginas 331.

«O que ali está escripto é como V. diz, a reproducção textual das minhas palavras, mas ha umas supressões que eu desejo sejam reparadas pela publicação d'esta carta, afim de evitar suspeitas immerecidas e para que o paiz conheça os nomes de cidadãos com que não póde contar em circumstancia alguma.

«O alferes do 2.º esquadrão da Guarda Municipal que eu encontrei «homisiado» no Collegio Militar e que pretendeu impudicamente explicar-me a sua presença ali com um tremendo e pavoroso carapetão, chama-se João Justino Moraes Teixeira e tem 27 annos.

«Um aspirante de lanceiros 2 que quando lhe cheirou a polvora, ou até mesmo antes de lhe cheirar, abandonou o seu regimento e n'um bello galope de corrida recolheu prudentemente ao quartel da sua unidade, chama-se Illydio Marinho Falcão, tem 26 annos e foi injustamente esquecido por V.

«O seu a seu dono sr. Leitão, não tiremos a gloria a esses dois mancebos, que tudo leva a crêr terão longos annos de vida, e não me prive V. do prazer de apresental-os aos officiaes da arma a que eu e elles pertencemos, para que lhes liguem a consideração a que teem direito, para que de futuro sejam empregados no serviço de communicações rapidas para longe do perigo (especialidade que não abunda em o nosso exercito) e finalmente para que mais tarde não consigam fazer-se passar por republicanos «de sempre», que na primeira opportunidade se passaram para as fileiras revolucionarias onde praticaram prodigios de heroicidade.»

Por seu turno, o alvejado esclareceu (*) assim o incidente e sem que conhecida refutação tivesse:

«Elvas, 9 de Janeiro de 1911. — Sr. Joaquim Leitão. — Tendo lido no seu jornal d'hontem, sob a designação «Diario dos Vencidos», referencias ao meu nome, rogo a V. Ex.ª se digne publicar esta minha carta, que é a reproducção dos factos comigo passados, a que as mesmas alludem.

«O meu esquadrão sahiu do quartel, afim de ir guardar a residencia do sr. Presidente do conselho de ministros, no Largo

(*) Livro citado.—Documentos a paginas 343.

de S. Sebastião da Pedreira, onde se conservou até ás 12 horas e meia do dia 4 de Outubro.

«A esta hora mandou o mesmo ex.^mo^ sr. fornecer ás praças pão e queijo, tendo préviamente o commandante do esquadrão mandado apear os officiaes e algumas praças, indo nós para junto da porta da residencia e ficando os cavallos junto é egreja.

«Toda a noite e manhã soou ali a artilharia, porém a esta hora, houve uma detonação mais proxima, da qual resultou a maioria dos cavallos, já dos montados, já dos outros, dispersarem a galope por uma travessa, tomando o meu a direcção do hospital do Rego, indo no seu encalço eu a pé e um soldado a cavallo, tendo sido este soldado quem m'o apanhou. Montei e foram baldados os exforços para me juntar ao esquadrão, pois não consegui descobrir a direcção que tomou, nem o local em que se reformou, sabendo apenas que retirou do local em que estava.

«N'estas circumstancias, ignorando o que se estava passando e não achando prudente metter-me á aventura com o soldado que me acompanhava, em busca do esquadrão, resolvi ir ao Collegio Militar que sabia possuir telephone, para por este meio communicar ao Quartel do Carmo o que se passava e saber onde me deveria apresentar ou juntar ao esquadrão. Porém, chegado ali, dirigindo-me ao telephone não consegui o meu proposito, por este ter apenas ligação por artilharia n.° 1, que respondendo não me deu a communicação pedida.

«N'esta occasião voltei para junto d'alguns officiaes, pensando qual a resolução a tomar, vendo então por uma janella o snr. capitão Martins de Lima junto ao portão do Collegio. Sahimos ao pateo e dirigimo-nos a elle, sendo eu o segundo a fallar-lhe e trocando-se então, diante do ex.^mo^ Sub-Director as seguintes palavras: «Capitão, dá-me noticias do meu esquadrão, que dispersou?. . .» atalhou o snr. capitão, interrompendo-me: «o seu esquadrão venho-o eu commandando;» retorqui: «o do snr. capitão Segurado? respondeu: «sim, vem ahi.» «Então vou montar a cavallo.» Fui dentro do Collegio buscar a pistola e o capacete, mandaram-me buscar o cavallo, montei, juntei-me ao esquadrão e com elle estive até á proclamação da republica sem

mais ter visto o snr. capitão Martins de Lima. Sobre todos os outros factos, dirão os officiaes e praças da minha unidade, pois cumpri escrupulosamente o meu dever e todos os serviços de que fui encarregado. Creia v. ex.ª que lhe sou muito grato pela publicação d'esta e sou com toda a consideração de v. ex.ª — *João Justino de Moraes Teixeira* — alferes de cav.ª»

Todavia, correlações se notam entre os casos citados pelo capitão Martins de Lima e algumas phrases do alferes Moraes Teixeira.

Assim, vemos este official sem capacete e sem pistola de ordenança, em periodo de patente revolução.

Por seu turno, a força do capitão Julio Cesar dos Santos Segurado, sobresaltada apenas ao estoirar das tres granadas perto da casa do conselheiro Teixeira de Sousa, só d'ali retirou quando o chefe do governo já se encontrava no quartel general, vindo para o Rocio.

Nenhuma baixa teve até esse instante, e apenas posteriormente um se assignala, e em contrario mesmo á estatistica do conselheiro Teixeira de Sousa. (*) que aponta o 2.º esquadrão como illeso.

Não é bem assim, pois attingido foi o 1.º cabo 32, José Victorino Leitão, (**) que recolheu á 1.ª enfermaria do hospital do Rego, d'onde transitou para o hospital de S. José.

Desculpaveis são todavia essas omissões por absoluta impossibilidade de se formar um cadastro completo, mercê de circumstancias varias, desde os erros do registo até aos enterramentos clandestinos.

E' certo que ainda boatos tragicos auxiliaram a presumpção do alferes, vindo elles á imprensa, (***) no dia seguinte, sob cathegorica fórma:

«A's 3 e meia da tarde bombardeou-se a casa do presidente do conselho. Um capitão da guarda municipal, que commanda-

---

(*) Para a Historia da Revolução.—Pagina 450.

(**) *Diario de Noticias* de 5 de outubro de 1910.=Celestino Steffanina, a pagina 241 do seu livro *Subsidios para a Historia da Revolução de 5 de outubro de 1910*, aponta o como ferido por granada em Sete Rios.

(***) «O Seculo» de 5 de Outubro de 1910.

va o pelotão de guarda á casa do sr. Teixeira de Sousa, ao fazer o reconhecimento á Rotunda da Avenida, foi morto pelos revoltosos.»

Illibados d'essa morte, a do capitão Julio Cesar dos Santos Segurado, de facto estão os insurrectos.

Fez elle parte da columna do general Carvalhal que foi até aos altos da Penitenciaria e assignala-o, o capitão Martins de Lima, a pagina 221 do livro de Joaquim Leitão, *Diario dos Vencidos.*

Quanto ás communicações telephonicas para veridico informe dos successos, não eram difficeis de obter, embora se note que se o coronel Alfredo de Albuquerque e o alferes Teixeira as affirmam impossiveis, embaraços não teve o general Carvalhal, trocando impressões com o commando de divisão e este com o seu delegado aos altos da Penitenciaria.

Foi assim pelo telephone do Jardim Zoologico, local d'onde o commandante de lanceiros não conseguiu fallar para o quartel general, que o tenente-coronel Garcia Guerreiro obteve do mesmo quartel a ordem de regresso a Lisboa.

Não impende á Historia a obrigatoriedade de formular opinião, quando a propria a extranheza dos factos, se incumbe de lhe estabelecer o definitivo aspecto.

Se o pleonasmo é o escusado na phraseologia, o querer que mais forte luz incida sobre successos que de si luminoso rasto espalham, equivaleria a formar o vacuo onde terreno firme existe para conclusões irrefutaveis.

O alferes João Justino de Moraes Teixeira reoccupou pois o seu posto no 2.º esquadrão da guarda municipal, recemchegado ao largo da Luz.

Ali se effectuára a juncção da fôrça do general Antonio Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, com as do coronel Alfredo de Albuquerque.

Já este fôra entretanto prevenido pelo tenente do seu regimento, Estevão Wanzeller, da informação que recebera, pelo coronel de engenharia Antonio Luiz Theophilo de Araujo Waddington, de haver D. Manuel II seguido para a villa de Mafra, com modesto grupo de dignitarios:

— «Meu coronel! acabo de me avistar com o Antonio Waddington, que me disse para communicar a V. Ex.ª que ficasse descançado com respeito a Sua Magestade El-Rei por isso que já seguiuu, sem novidade, em automovel, em direcção a Mafra para onde elle e o Vellez Caldeira iam tambem.»

A columna não o soube.

Julgou-se util manter o segredo, visto o acto real poder induzir a um desfallecimento das praças.

Estas, já a contas estavam com o pão existente no Collegio Militar e em algumas padarias de Bemfica e em tão pequena quantidade que os officiaes mantiveram o forçado jejum.

Mais aptos depois para seguir a marcha fizeram caminho, por Telheiras, até ao Campo Grande.

Deparava-se ali, inerme, uma companhia de infantaria da guarda fiscal.

O então chefe da columna, sem sequer inquirir das causas do seu estacionamento ali e até pesquisar se pela monarchia era ou contra ella, proseguiu a marcha, não cuidando em detenças.

Serviriam comtudo para o encontro do pelotão da guarda municipal do commando do tenente Raul de Menezes, subordinado do capitão Prego, que, tendo deixado, por dispensa, o rei D. Manuel na estrada da Pimenteira, resolveu ir a Monsanto receber ordens.

Alcançando com risco, a serra, era mandado ir á Luz e d'ali por indicação ao Campo Crande para encontro com as outras forças mas não as achando, optava pela retirada sob o quartel general, detendo-se no caminho, no quartel do Cabeço de Bola, para dar agua e ração aos cavallos.

A esse tempo já as tropas deixando apoz si o Campo Grande, tomavam por Arroyos, largo do Leão, Intendente, Rua Nova da Palma, e Travessa de S. Domingos, até ao Rocio, onde ingressavam ás 6 horas e meia da tarde, emquanto as poucas praças de infantaria 2, sob o commando do coronel Antonio Augusto de Sousa Bessa, dando intrincada volta, iam pela Serra de Monsanto com destino ao quartel de infantaria 1, em Belem, quando o ponto de convergencia devia de ser a praça de D. Pedro.

O general Carvalhal exporia assim n'uma entrevista as causas para o acto allegadas:

— «E infantaria 2, ia tambem fazendo parte da columna?

— «Estavam algumas praças dispersas, que o coronel Bessa reuniu, seguindo pela Serra de Monsanto, em direcção ao quartel de infantaria I, devido á impossibilidade que havia em nos acompanhar.»

Essa dita impossibilidade, era melhor explicada por Machado Santos, dizendo que «parte do regimento, completamente desmoralisada, foi alojar-se no quartel de infantaria 1, em Belem.» (*)

Era o que restava do mesmo assim rasoavel numero apresentado para entrave á revolta: 300 praças, segundo o coronel Alfredo Albuquerque, e 265 segundo o presidente do conselho, Antonio Teixeira de Sousa.

Deu-se portanto essa divisão de fôrças.

Em qualquer outra circumstancia não teria os fôros de banalidade com que foi acatada.

Tido como fiel o resto do dois de infantaria, cumpria-lhe seguir a marcha do nucleo geral; considerado suspeito, devia ser-lhe aggregado, como meio de evitar a sua juncção aos insurrectos e como necessidade de a vigilancia o submetter.

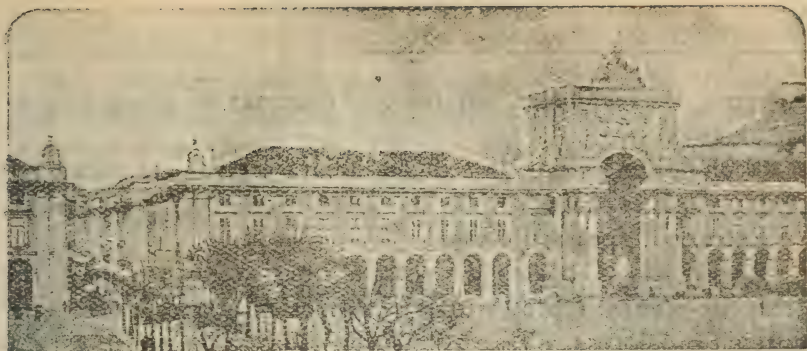
A recusa de acompanhamento da tropa de regresso a Lisboa, seria incomprehensivel, desde que havia ali um superior, um official general, com poderes ainda do commando da divisão.

Talvez até necessidade tivesse este das praças de infantaria para qualquer plano e ante isto apenas pelo quartel supremo se obteria a ordem de regresso á séde regimental, de recolha em qualquer outro aquartellamento ou de união os nucleos mais fortes para investida ou simples defesa.

Mas, longe de tudo se apresentar aos dirigentes da columna, sem reparar passou esse fraccionamento, a caminhada da infantaria para Belem, quando melhor passagem tinha para o Rocio, e com mais seguro appoio.

(*) Relatorio de Machado Santos=Pagina 135.

Era sempre uma vontade invisivel, a orientar acontecimentos, evidenciando o inutil de canceiras em prol da causa entregue a descuidados causidicos, e de pouco affan, não tanto em desapego do pleito, mas por eivados de sonhos de rosas que nem o tempo de Molherbe duraram.

Desfolharam-nas os dedos gelidos da realidade fatidica.

XXII

O ataque das baterias

No quartel general — Lance de desorientação — A' mercê de boatos — A confirmação da retirada — Falsas novas — Do Rocio ao Quartel do Carmo — Nocturnas prevenções.

A columna ao commando do general Antonio Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, chegava, perto da noite, ao largo de S. Domingos, para em relatorio summario perturbar ainda mais o scenario desnorteante observado no antigo palacio dos condes de Almada.

Nem uma unica vez o quartel general deixou o aspecto singular de um enervamento em guerreira materia.

Os incessantes boatos de revolta proxima, as contínuas prevenções, justificadas algumas com os abortados movimentos, os avisos do extrangeiro, e a semi-descoberta da engrenagem das sociedades secretas desvendando o fim de uma implantação democratica, não haviam feito com que á base rudimentar de secretaria se seguisse a perfeita technia de combate.

Assim, a braços com simples elementos de forma, não se podiam obter concretisações de repressão. Era o cahos a formar-se a cada esboço de desejo de remediar passados erros.

A visão, o todo hypothetico, cederam o logar a um conjuncto

uniforme, de realidades, em maioria oppostas ao estudado previscionismo.

O plano destruidor da sedição falhára e tarde era para o reconstruir sob as bases solidas das circumstancias apresentadas.

Extranho espectaculo esse!

Registando-se boatos de revolta quasi todos os dias, repletos de planos repressores os archivos militares, n'essa hora suprema e dolorosa, n'essa questão de vida ou de morte para a realeza e seus raros deffensores, os officiaes, deixavam-se vencer pelo terror e se as ordens mal cuidadas iam servir os revoltosos, as attitudes desorientadas, desmundavam os proprios que alguma cousa de util podiam fazer.

O quartel general apresentou o aspecto defficiente de uma caserna de soldados inexperientes onde a maioria dos membros do governo, como se tacitamente manobrassem com os rebellionarios, conduziam ao desanimo e auxiliavam o derruir de todas as defesas.

O velho governador de Timor, coronel José Celestino da Silva, já bradara, irado, por um commando.

Mas quem sabia, n'esse periodo desastroso, reunir elementos de confiança para esse fim?

Celestino da Silva, foi ali um dedicado quando podia ter sido um descontente irreductivel.

Achámol-o (*) dois annos antes, em julho de 1908, em aberta hostilidade contra uma determinação ministerial.

O coronel José Celestino da Silva, em julho de 1908, desprestigiado pela exoneração do cargo de governador de Timor, que exerceu durante 15 annos, e substituido pelo heroe do Cuamato, capitão Eduardo Marques, recusára-se, a fazer entrega do posto.

Determinou-se até a sahida de Moçambique para ali, de uma força de landins, resultando d'isso a entrega do governo, interinamente, ao capitão de artilharia Jayme Augusto Vieira da Rocha. (*)

(*) Citado o assumpto, a paginas 259 da nossa obra *O começo de um reinado.*

(*) Em agosto de 1913, ainda capitão foi nomeado sub-director da fabrica de polvora negra em Barcarena.

A questão erguida no parlamento pelo deputado Moreira de Almeida, era desmentida pelo ministro da marinha, conselheiro Augusto Vidal de Castello Barreto e Noronha, (*) não obstante o que uma syndicancia foi determinada.

Celestino da Silva, não era nem podia ser suspeito de republicano.

Bastos ataques d'elles soffrera, com base na forma rispida com que mantivera entre ferros no degredo de Timor, alguns dos democratas para ali enviados em virtude de haverem cahido na alçada da lei de 13 de fevereiro de 1896.

Teve pois a recusa de um commando, e de um notavel posto de combate esse vulto de devotado á monarchia de Portugal, e que poucas mezes na terra se conservou, á sua queda. (**)

Outros, sorrindo, simulavam indecisões, mas para dar alentos aos combatentes pela republica, folgando com todo esse alarme feito, exultando com a gigantesca contorversia de boatos, fazendo alastrar o desasocego para que o terror completasse a obra que as balas haviam iniciado, pelo lançar ao gelido abraço da morte dos dispostos á defesa realenga.

Novos quadros, flagrantes, vividos, foram surgindo, a querer evidenciar o todo, nada banal d'essa tarde de revolta no quartel-arbitro dos embaraços a oppôr á consummação de um ataque ao regimen dynastico.

A' paisana, o heroe das campanhas d'Africa, e dias antes exonerado de commandante da 2.ª brigada de infantaria, general José Julio de Sousa Machado, manteve-se na inactividade, sob invocação de se encontrar em commissão de serviço, cousa alguma tendo com os serviços de guerra:

Na sua relação—analyse dos actos de diversos officiaes, assim o affirma (***) o coronel Alfredo de Albuquerque:

«2.ª brigada — commandante, Antonio Julio de Sousa Machado. Situação: — Esteve no Quartel General á paisana. Sua acção:

(*) Falleceu a 30 de março de 1912.
(**) Falleceu a 10 de março de 1911.
(***) *Os Cem Dias Funestos*, por Joaquim Leitão.—Pagina 335.

«Se se perguntava o motivo porque o general Sousa Machado não saía da inacção em que se encontrava para tomar um commando, respondia-se que elle estava em uma commissão de serviço e por isso não devia ser utilizado.»

Era certa a arguição, reproduzida ainda do volume II pagina 456 da obra «Para a Historia da Revolução» de auctoria do conselheiro Teixeira de Sousa.

Apenas um erro houve: o da attribuição do commando da 2.ª brigada de infantaria, e que, apontado pelo general Sousa Machado, teve o seguinte remediar de indicações: (*)

«Agradeço muito a v. a fineza de publicar esta copia de uma carta que n'esta data remetto ao meu illustre e antigo camarada ex.mo sr. Antonio Julio de Sousa Machado:

«Paris, 11, rue François Ponsard, 2 de dezembro de 1912.

«Ex.mo sr. Antonio Julio de Sousa Machado —Accuso a attenciosa carta de v. ex.ª, de 27 do passado novembro, em que v. ex.ª notou um erro de facto, a seu respeito, na entrevista que sobre a parte militar de 5 de outubro concedi ao ex.mo sr. Joaquim Leitão para o seu livro «Os Cem Dias Funestos».

«Tem v. ex.ª razão: eu dou v. ex.ª como commandante da 2.ª brigada e v. ex.ª foi exonerado do commando da referida brigada pela Ordem do Exercito n.º 23 de 26 de setembro de 1910, isto é, oito dias antes da revolução.

«Reconheço a inexactidão, mas v. ex.ª acreditará que eu só agora, pela carta de v. ex.ª, sei que a 2.ª brigada não estava sob o seu commando á data do movimento revolucionario de outubro de 1910.

«Embora v. ex.ª m'o não peça e haja tido a correcção de o não fazer, eu vou n'esta mesma data rectificar este involuntario erro de facto, pedindo licença a v. ex.ª para communicar esta mesma carta á imprensa.

«Dentro d'uma contrariedade d'estas, a unica consolação é accusarmos-nos nós mesmo e rectificarmos-nos nós mesmos.

«Incapaz de retirar uma verdade, sou egualmente incapaz de teimar n'um erro, fosse elle affectar um desconhecido ou um an-

---

(*) *O Dia* de 10 de Dezembro de 1912.

antigo illustre camarada como v. ex.ª.— De v. ex.ª, antigo camarada, att.º e ven.or,—*Alfredo de Albuquerque.*»

Mantida e evidenciada apparece assim essa nova recusa de entrega do commando a um official, sobre quem não podiam pesar suspeitas de adverso ao regimen.

Por seu turno, excluidas estavam egualmente quaesquer duvidas acerca da boa execução do mandato que porventura lhe fôsse confiada.

Certo é porém que o general Sousa Machado, não teve logar de ataque no desenrolado drama da outubrina revolução.

Não entrou na attitude o receio.

Os seus sessenta e um annos (*) não haviam chegado sem conhecimento das luctas em Africa.

Fizera parte da expedição a Moçambique e o gentio de Coolella, ferindo o no braço esquerdo, deu-lhe o baptismo de sangue em combate.

Segurando o braço com a mão direita, se manteve no seu posto, dando as vozes de commando á força de caçadores 3.

Depois rasgára ainda caminho até Manjacaze, envolvendo-se tambem na aureola gloriosa que coroou os «officiaes de Africa»

Era de familia essa firmeza em guerra, e o pae, Thimotheo de Sousa Machado, notavel se tornára egualmente, como cadete dos chamados Dragões de Chaves nas campanhas da peninsula.

Como fé monarchica, deveria erguer se-lhe no espirito, a recordação d'essa scena predecessora da partida para os sertões inhospitos, em que D. Carlos I, brindando o então capitão Sousa Machado, com uma rica espingarda, pronunciou a phrase historica:

— «Acceita-a, e estou certo que com ella honrarás o teu nome e o nome do teu paiz!»

E a victoria engrinaldou o distinguido pelo assassinado de fevereiro de 1908, authenticando-lhe a prophecia.

O general Sousa Machado, como o coronel Celestino da Silva, não teve assim ensejo de, n'essas primeiras horas de

(*) Nasceu em Vidago em 1849.

sedição, se esquivar á mephitica atmosphera do commando superior, traçando em defeza do filho de D. Carlos I, uma pagina grande da historia dos devotados á realeza.

Consistiria na certeira pontaria feita, em prol de D. Manuel II, com a arma historica, que o pae lhe entregára, como se entrevendo n'um esboço telepathico, o desespero do seu descendente, a braços apenas com mediocre numero de dedicados, lhe quizesse dadivar uma arma para defeza do filho, á lembrança do seu dador. . .

Mas, como agir, como evocar lances gratos, ao redemoinho nas revoltas de uma desorientação?!. . .

*

* *

O serviço de informações canalisava se para o quartel general pelas linhas revoltadas.

D'ahi as novas falsas, ou traduzindo optimismos para que os jubilos fizessem suspender ideias repressivas ou exalçando feitos sediciosos para que o temor os fizesse recuar.

O acto do combate das baterias teve repercuções varias.

Dada artilharia 1 como tendo tido o castigo do seu arrojo, attribuiu-se-lhe uma retirada sobre o Campo Grande, onde novo desaire soffrera, graças á intervenção de 400 praças da guarda fiscal.

De facto, a guarda ali se encontrava, mas sem o proclamado effectivo e ainda n'uma espectativa manifesta, de auxilio aos reivindicadores da republica em Portugal.

N'aquelle ponto a achou o general Carvalhal, que nem de leve se recordou de inquirir das suas funcções ali.

Quanto á artilharia operando a retirada sobre o Campo, era não a da Rotunda, mas a de Queluz, forçada a uma intransigencia, quando até aos lances ultimos disposta estava.

Recebendo a falsa noticia, o general Manuel Raphael Gorjão, corria a trasmittil-a ao presidente do ministerio, annunciando lhe, com parabens, que o acampamento da Rotunda fôra dominado e ainda o avanço das forças victoriosas pela Avenida.

A entrada do dr. Henrique de Mello Archer e Silva, de regresso de acompanhar a casa de um tio a esposa do chefe do governo, tirou essas illusorias esperanças.

Desmentindo-as, ante o pasmo do commandante da divisão, e com o testemunho de que pouco antes perto passára, havendo notado externamente o contentamento de quem vencedor se reconhecia, — derrubou esse inicio de extemporanea alegria.

Todavia, não deixaram de se collocar de reserva as más noticias, sendo as julgadas boas logo communicadas pelo conselheiro Teixeira de Sousa ao director geral dos correios e telegraphos, conselheiro Alfredo Pereira e ao governador do Banco de Portugal, conselheiro José Adolpho de Mello e Sousa.

Antes de reconhecido o erro, mas n'um rebate de alma do dr. Archer e Silva era sollicitado o encargo alto de, para congregação de novas forças, as das Necessidades, ir ao paço como delegado do governo.

Ali deveria declinar o voto d'este, para que D. Manuel II abandonasse o palacio trocando-o por Queluz ou Mafra, mas sem que ao monarcha se vislumbrassem perigos de momento.

Indicado era ao deputado, para expôr no paço, o itenerario da partida real, pelo Arco do Carvalhão, com escolta de cavallaria, e ahi por seguro caminho, para o ponto que melhor se lhe affigurasse.

O dr. Archer e Silva, á dupla citação do local, quiz saber opiniões no caso que D. Manuel II quizesse ir para o Porto.

O chefe do ministerio, n'um lampejo rapido de desorientado, teve a recusa terminante, a pretexto de que isso representava a guerra civil, como se outra cousa não fosse a lucta travada nas ruas de Lisboa.

Não deixou de ter desmentido essa phase historica do quartel general, repudiada pelo conselheiro Teixeira de Sousa como sem bases.

Certo é porém que ella foi mantida (*) e ainda com o pormenor de haver sido secundada a pergunta do dr. Archer e

---

(*) Joaquim Leitão=«Diario dos Vencidos», paginas 195-198.=Vidé o 3.º volume d'esta nossa obra, pagina 678, onde largamente versado está o assumpto.

Silva com proposta «por um homem de coragem comprovadissima:»

— «Se quer que El-Rei vá para o Porto, eu comprometto-me a pôl o lá, sem perigo algum, mas ha-de ir sósinho commigo, n'um automovel.»

Attribuida fôra a intenção, mas não provada devidamente, ao conselheiro José de Azevedo, registando-se todavia que só no facto de ser apenas necessaria a ida ao paço o deputado, o ministro dos negocios estrangeiros desistiu de ir para junto de D. Manuel.

Ao delegado do presidente do ministerio deviam porém ser conferidos poderes em forma e meios de livre transito pelas ruas onde formavam as tropas, aliás mais exigentes á passagem de emissarios monarchicos do que à de devotados á democracia, percorrendo quasi sempre em paz os arruamentos.

Emquanto se escrevia um cartão com poderes discrecionarios, e talvez ante os exaggerados receios pelo Porto, do chefe do governo e do aspecto pouco tranquillisador do quartel-general, o conselheiro José de Azevedo Castello Branco, levando até uma das janellas, o enviado de confiança, disse-lhe, apertando-lhe a mão:

— Que vergonha, Archer, que vergonha!

Redigido o pleno-poder, seguia o deputado para as Necessidades, onde não encontraria já D. Manuel, mercê d'esse semi-abandono a que votado fôra.

Ignorando esse facto, o emissario especial sahiu do edificio do commando superior, não assistindo ao confirmar das contrariedades impostas ao optimismo do general Gorjão.

Já então se sabia a tomada da corveta «Mindello».

Era um novo avanço da revolta.

A chegada das baterias, de regresso do infausto lance da Penitenciaria, cortou todas as illusões.

O projecto tivera derrocada.

Reconhecido foi, todavia, que d'isso culpa não possuia a artilharia de Queluz.

Chegando ao Rocio, Paiva Couceiro, era enthusiasticamente recebido pelo chefe de estado maior, coronel José Joaquim de

Castro, que lhe apertava a mão, entre louvores justos, e não esquecendo os officiaes que com elle haviam trabalhado.

Eram merecidas e Machado Santos, lhes dava razão, mais tarde dizendo:

«As baterias de Queluz, foram o inimigo mais serio com que tive de me haver na Rotunda, commandada por Paiva Couceiro'» (*)

Quanto ao chefe do governo, espelharia a sua opinião (**) na phrase historica:

— «O Paiva Couceiro não gosta de mim. Mas a verdade nada m'a fará occultar. Foi uma figurà, uma grande figura, no meio d'isto tudo, o Couceiro!»

Não foi excessivo esse apreciar.

Na derrocada, foi elle quasi o unico a de pé ficar.

Ao regresso da columna a que fôra commettido o encargo de avassallar a Rotunda, os espiritos perturbaram se mais.

As campainhas telephonicas retinindo, indicavam communicações a receber ou solicitadas.

Era o ultimo caso.

O coronel Fillippe Malaquias de Lemos, insistia em querer participação do resultado das tentativas das baterias.

Lograva emfim conhecel-o, apoz largas contradicções que elle assignalou no seu relatorio posthumo:

«Entretanto, a manhã ia decorrendo sem que cessasse o fogo de artilharia da Rotunda em direcção sul, até que pelo meio dia ou uma hora da tarde se iniciou no alto da Avenida, o combate entre as duas artilharias.

«Procurando informar-me do seguimento d'este combate, por varias vezes telephonei para o quartel general, obtendo com difficuldade respostas contradictorias de differentes pessoas cujas vozes me eram desconhecidas, até que finalmente, pelo coronel Seabra de Lacerda consegui saber que o ataque á Rotunda não obtivera exito.»

A esse tempo, na sala dos officiaes, o capitão Martins de

(*) *Relatorio*=Pagina 141.
(**) *A Capital* de 17 de outubro de 1910.

Lima, apreciando exaltado a fuga de infantaria 2, dos serventes de artilharia e o distanciar dos lanceiros reproduzia, sem o saber, a phrase do conselheiro José de Azevedo:

— Que vergonha!

E como remate:

— Debandar como uma nuvem de passaros quando ouvem uma descarga!

Comtudo, ali mesmo, e n'uns previstos lances amargos, onde a vida a seguro se quizesse pôr, não menos singular attitude fôra assumida pelos graduados.

Expunha-a um official, o coronel Christovão Adolpho Ribeiro da Fonseca e affirmou-a, elucidando-a melhor, o segundo sargento reformado Antonio Eduardo Fastagio:

«O sr. coronel Fonseca, na narrativa que publicou no «Seculo», diz que julgou, por certos factos, que no quartel general na hora em que lá entrou o desalento, se chegou a encarar a possibilidade de uma sahida precipitada. Não se enganou nas suas disposições, o distincto official. E eu, que fui testemunha presencial do que ali occorreu, posso affirmar que de facto, não só se pensou em retirar, no caso do quartel ser assaltado, como até, para esse fim, se fizeram os necessarios preparativos. Abriu-se uma porta que ha muito estava murada e que dava serventia para o pateo do Salema; tentou-se abrir um alçapão e fazer uma barricada, e colheram-se informações para saber quaes as casas proximas em que se poderia recolher o ministerio e mais pessoal. Logo que a tal porta ficou aberta de todo, e assim garantida a retirada, a officialidade foi para junto dos ministros, esperar os acontecimentos, ficando apenas junto das secretarias alguns officiaes da administração militar, que de nada tinham sido avisados. Esses officiaes como notaram a ausencia de outros seus collegas, censuraram asperamente o abandono em que os deixaram, dizendo-lhes eu, n'essa occasião, que estivessem descançados, porque a dar-se o assalto ao quartel, eu bem sabia por onde a fuga estava planeada. Não calcula, sr. redactor a alegria que as minhas palavras produziram. Um dos officiaes pegando-me n'um braço, pediu-me que lhe ensinasse o caminho que deveriam seguir, o que fiz, conduzindo-o até um corredor,

guardado, a esse tempo, por dois impedidos, que ali faziam serviço de sentinella. Por tudo isto se vê, sr. redactor, que, na verdade, no Quartel General, esteve preparada a fuga dos que ali estavam e, se ella não se realisou, isso se deve simplesmente ao facto do quartel não ter sido assaltado . . . Confiado em que esta minha carta, confirmando as supposições do sr. coronel Fonseca, ajudará um pouco a fazer a verdadeira historia da revolução, subscrevo-me de v. ex.ª—Antonio Eduardo Fastagio, segundo sargento reformado e continuo do quartel general.» (*)

Não teria sido extranho a esse edificante systhema preventivo, o constante aproveitar, pelos elementos democraticos, de todas as bellas occasiões para propaganda tendente a desconcertar o espirito militar.

Actuando livremente, esses elementos desde logo desenvolveram os seus manejos ao perturbado regresso das baterias, e, emquanto os summarios relatos da officialidade impunham, sem o saber, uma situação de pouco banal aspecto, externamente, a carbonaria, em directo convivio com os nucleos presumidos defensores da realeza, prestaram-lhe, a bel prazer, pormenores desnorteantes e perturbantes.

Utilisada foi para a propaganda a favor da revolta, pelo traçar dos quadros soberbos da posição da Rotunda, a estada de cavallaria 2, no Rocio.

O revolucionario, commerciante da travessa de S. Domingos, José Augusto dos Santos, (**) incumbiu-se de, sob o aspecto de amigaveis conselhos espalhar o desanimo nas forças fieis do Rocio.

Passando junto dos officiaes de cavallaria 2, dizia-lhes:

— Eu não sei o que v. ex.as estão aqui a fazer, porque eu venho da Rotunda e sei bem como tudo está e sei tambem que d'aqui a pouco desembarcam os marinheiros com as metralhadoras e decerto que morreremos aqui todos.

Anciosos de alliviar nostalgias, tido o informador como preciosa mina de esclarecimentos, e sem que uma suspeita nascesse

---

(*) «O Seculo de 29 de Dezembro de 1910.

(**) Já citamos a sua acção nas primeiras phases da revolta, a paginas 188 do 3.º volume d'esta obra.

sobre as intenções do popular, aliás extranhaveis, n'essa hora perigosa, o coronel de cavallaria o acompanhava ao quartel general, onde o carbonario descrevia rocambolescamente o municiamento dos revoltosos:

Peças assestadas para a Avenida, 3; para o Conde Redondo 3, peças para a Avenida Fontes Pereira de Mello, 3; peças para o Rato, 2, peças para as Terras, 3; peças ao longo da Feira de Agosto, 4. Os armões, dizia-os cheios de munições e junto de cada peça, innumeras granadas. Lá dentro, disse actuar 14 a 15:000 civis bem armados.

A' lendaria descripção curvaram os officiaes monarchicos, a cabeça, sob o ironico sorriso do general Carvalhal affecto á revolução, envolvendo n'um approvar secreto os informes do revolucionario e n'uma atmosphera de riso o aterrorisado nucleo dos agaloados, que, com o commandante de divisão, general Gorjão, á frente, cahiram n'esse logro, demonstrando não só desconhecimento do numero de peças existentes em artilharia 1, sabido unico adherente d'essa arma, como a impossibilidade de manobrar na Rotunda, com um tão phantastico effectivo de revoltosos.

A boa disposição do commandante de brigada de cavallaria, não passou despercebida ao revolucionario Augusto dos Santos:

«Junto do general que me interrogava, que era o sr. Gorjão estava um outro general que me pareceu ser o sr. Carvalhal, no qual percebi bem a satisfação que tinha ao ouvir as minhas declarações.»

Essa attitude seria singular, se não a desnudasse á victoria ganha, um jornal republicano redigido por revolucionarios, escrevendo assim: (*)

«A' frente da primeira divisão militar e exercendo logo o governo da cidade, está um homem que é preciso arrancar á sua inquebrantavel modestia. Temos de o applaudir pela sua obra, que tem sido d'uma energia rara, d'uma energia magnifi-

---

(*) *A Republica Portugueza.*=Anno I=Numero 1, de 13 de Outubro de 1910.

ca, n'um momento em que a sua missão de governador militar de Lisboa era espinhosa e difficil. Essa missão tem-na desempenhado com bom senso e com mão vigorosa. Velho liberal perseguido por vezes pelas suas idéias democraticas, encontrou-se bem dentro da Revolução. Detestava o passado onde a sua rija tempera de combatente, que se não dobra a subserviencias, tinha de retrahir-se. Agora, velho pelos annos, mas sempre novo na sua alma ardente e enthusiastica por todos os ideaes da Justiça e da Liberdade,—o general Antonio Carvalhal pode e deve ser um dos grandes cooperadores da Republica.»

Era a explicação e a justificação dos aspectos assignalados de pouca surpreza á derrocada nos altos da Penitenciaria e do jubilo á descripção do revolucionario conduzido ao quartel general.

Só os ministros dos extrangeiros, José de Azevedo Castello Branco e das obras publicas, José Gonçalves Pereira dos Santos, apparecendo n'aquelle instante, decortinaram o erro, o laço, mas a technica militar abafara-lhes o derrubar da lenda, demais, sendo profano o primeiro em tactica e conhecimentos militares, o que não excluia o conhecimento do destrinçar dos negocios de diplomacia, onde a argucia vence por vezes o direito...

Mas, a despeito da suspeita mentira das declarações, a astucia avigorou-se ante a complacencia.

O informador, n'esse periodo de agitação e onde nenhum elemento devia ser desprezado e toda a desconfiança pouca, sahia do quartel general e sem que seguido fôsse, ia á Rotunda d'onde antes viera para a sua missão, e antes de pegar na carabina, relatava a situação interna do quartel general.

Não assistiu todavia ao drama de desfallecimento e de inercia que se ia dar.

Entretanto o coronel Alfredo Albuquerque, aguardava ordens no Rocio, á frente dos lanceiros.

Transmittia-as o general Carvalhal, preceituando a recolha ao quartel do Carmo, séde do commando da guarda municipal, para trato das praças e dos cavallos, e indicando que determinações telephonicas lhe seriam dadas.

Lanceiros 2, apoz esse ligeiro estacionamento ali, marchava pois, tendo que atravessar locaes perigosos em plena escuridão, até ingresssar no quartel da guarda municipal, não sem que o tenente Estevão Wanzeller e Silveira Ramos se offerecessem ao coronel Alfredo Albuquerque, para, acompanhando uma carroça da administração militar, ir buscar armas ao deposito de material de guerra.

Transmittida a proposta ao chefe de estado maior, não foi acceite o offerecido acto de arrojo.

Inutil elle seria.

Segundo o commandante de lanceiros, não teve a offerta o esperado accordo, «nem na occasião nem depois, porque se reconheceu que não havia mais munições em parte alguma!» (*)

De facto nada existia em Queluz, nem no Arsenal e as de Beirollas não estavam em condições de servir, e ainda a essa hora se dera já o assalto ao deposito pelos revolucionarios da chefia de Joaquim Lopes de Abreu Castella tendo estado anteriormente bloqueado por elles e com as communicações cortadas.

No quartel do Carmo, onde a desorientação reinava, dava pois ingresso ás 8 horas da noite de 4, a força da chefia do coronel Alfredo Albuquerque.

Emquanto era conhecido que a guarda já soffrera varios ataques as granadas chovendo sobre o edificio, e sobre os soldados que sahiam d'elle, eram attingidos por bombas arremessadas de logares difficeis de descobrir, para descanço recolhiam os lanceiros, recostando-se alguns officiaes, nos leitos, para em interregno da lucta, diminuir o cansaço da longa e continua marcha da madrugada até ás oito horas da noite.

*

* *

«Entretanto Paiva Couceiro, fôra informado de umas intenções de desembarque dos marinheiros e com o aviso e ordens

(*) «Os Cem Dias Funestos», por Joaquim Leitão=pagina 257.

de se collocar as peças nas embocaduras das ruas Augusta e do Ouro.

A soldadesca, a monte, comia a parca ração de pão meia lata de sardinhas, emquanto se arrumavam quatro metralhadoras dispostas superiormente indicadas, e sob o aspecto nostalgico de quem inutil esperaria o espectaculoso apparato.

Ainda se discutia no quartel o quadro doloroso da retirada da columna, como esquecimento e em outro extranho aspecto do quartel general.

Da praxe, os errados ou os mais concretos passos de uns, de parallelo se collocaram para desculpar á propria desorientação.

Era o destino, firme, a desbravar o terreno á sedição, valendo-se dos proprios braços dos que, como contrarios a ella se apresentavam.

A realeza podia dar-se por bem golpeada, tendo até os melhores golpes por aquelles que ella, em certos instantes de esperança, julgou seus assistentes leaes.

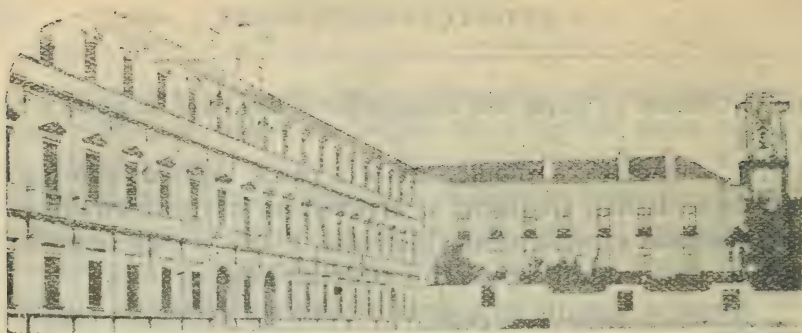
Ao collocar algumas leguas entre o capital e a sua pessoa o rei definiu soberbamente, a confiança que tinha nos seus defensores: nenhuma.

Não soube os lances do quartel general.

Servir-lhes-hiam para apressar essa jornada significativa e de quem, se pensamentos houvesse, se envergonhariam quantos ajudaram a sedição no simulacro de um receio.

Esse espelho, Sagrante, iria levar animos á Rotunda, exposto pelos rebeldes que, *ad libitum* o analysaram.

No meio das constantes descobertas, dos permanentes terrores de uma approximação da tragedia gigantesca, assombrosa era o acampamento da Avenida, o unico onde, embora quebrada por vezes a energia e evidenciado o desespero, jámais se apagou a convicção, a pé ardente, jungindo ao seu posto de duvidoso fim, o reduzido nucleo dos dispostos a morrer, mas em holocausto á Republica.

Volvamos porém á Rotunda, e a perscrutar-lhe os anceios e resultados d'esse combate, o das baterias, onde Paiva Couceiro quiz dar um exemplo, nem de leve secundado e muitas vezes ainda seguido.

XXIII

O ataque das baterias

No quartel de artilharia 1.—Na Rotunda

corresponderam logo em completo e na Rotunda, á descoberta dos preparativos feitos nos altos da Penitenciaria, as manobras tendentes a dar-lhes devida resposta.

Tinham tido os revoltosos interno sobresalto, quando presumiram um ataque dos lados do Monsanto.

De facto, o combate por ali, seria pouco favoravel aos rebeldes.

Demais, em artilharia, estavam 23 peças.

A tomada, pelas tropas realistas, significava a morte da revolta

Ao desapparecer da columna, o socego voltou, até que pelas vedetas conhecido foi o local d'onde ella ia proceder.

Assegurou-lhe tambem o percurso, o 1.º cabo reservista, Manuel da Costa, que logo passava aviso ao 2.º sargento Manuel Pereira Machado, de vigia á porta do quartel; ao 1.º sargento Camillo Gonzaga Pinto e ao chefe civil Manuel Lourenço Godinho.

Descrevendo o lance de chegada das baterias, diz este ultimo:

«Na manhã de 4 estabeleceu-se a defesa completa do quartel pondo-se uma peça fóra do portão das armas, duas peças no alto do quartel que dá para Entre-muros e para as terras. Estas duas peças foram guarnecidas pelo segundo sargento serralheiro e pelos civis de nome Victor Alexandre Ferreira, João Silva Louro, marinheiro artilheiro, soldado numero 62 da 2.ª de nome Raphael Miguel, 2.º sargento Verissimo, 2.º sargento Mascarenhas e outras mais pessoas dedicadas que se conservaram no seu posto mas de quem não foi possivel obter os nomes. Foram collocadas duas peças tambem, uma defendendo o portão do paiol, e outra á direita das casernas para nos defender-mos de qualquer surpresa que nos podesse vir por uns terrenos que se encontram nas trazeiras das cosinhas.

«O serviço de vedetas que eu estabeleci foi de muita utilidade e estendia-se até ao Arco Grande, Sete Moinhos, Alto do Carvalhão, Amoreiras, R. S. João dos Bemcasados e rua Direita de Campolide.

«Estas vedetas eram acompanhadas de rapazes armados, os quaes logo que se presentia qualquer coisa, corriam a participar ás outras vedetas e ao quartel. Vedetas montadas havia 8, e o serviço d'estas era mais largo, sendo por uma d'estas vedetas que tivemos conhecimento de que as baterias de Queluz vinham sobre nós, e para melhor me certificar, depois d'esta noticia recebida, montei tambem a cavallo e fui para um pateo que fica á esquerda da rua Direita de Campolide. D'este ponto viam-se todos os movimentos das baterias de Queluz, tendo visto tambem que se destacaram 4 peças do corpo principal, duas para a esquerda e duas para a direita, calculando que as duas que partiam para a esquerda iriam para a Penha de França, e as duas que partiram para a direita seguiram em caminho para Campolide de Baixo. Uma vedeta a cavallo e quatro civis foram-se postar de vigia no Alto dos Sete Moinhos, para avisarem e prevenir o quartel ácerca do movimentos das duas peças. Seriam sete horas da noite regressaram todas a reunirem-se ao corpo principal e já o capitão Couceiro tinha soffrido o primeiro ataque feito pelo segundo sargento Mathias, pelo

soldado n.º 62 da 2.ª e principalmente pelo 1.º marinheiro João da Silva Louro.» (*)

O erro é evidente, e já vimos a disposição da bateria, que se não deslocou para a Penha de França, ficando toda junto aos muros da Penitenciaria.

Convem todavia elucidar que as descripções, pelos officiaes que compunham a columna, são todas posteriores (**) á publicação do relatorio de Manuel Lourenço Godinho, nascendo d'ahi as notadas anomalias.

Conhecido que a bateria se postára junto aos muros da Cadeia Central, o alarme não foi intenso.

Até o humorismo surgiu, aventando um insurrecto que «a victoria lhes sorriria, pois os deffensores da monarchia estavam perto da cadeia, emquanto elles acampavam na Avenida da Liberdade»

A investida era esperada.

Pelo chefe civil Jorge de Carvalho, haviam sido mandadas collocar uma peça por detraz do parque, outra, de refôrço á outra que já ali se encontrava, com frente á Serra de Monsanto e Penitenciaria; uma á porta do paiol deffendendo a entrada por Campolide; tres no largo da Parada em frente do tanque, do lado das Amoreiras; e uma á porta do parque, para varrer a parada.

Ao assignalar da contraria posição, as manobras fizeram-se rapidas.

Ultimou-se o transporte de munições tendo valido, como auxiliar precioso d'esse serviço, o revolucionario José Gomes Froes Junior, residente perto do quartel de Campolide.

Não estava elle forte em numero, mas julgava-se aguerrido em coragem, para se tornar o ponto principal das operações contra as baterias.

Ali apenas se encontravam 25 homens decididos, ou fossem quinze populares e 10 militares, sob a chefia dos carbonarios Manuel Braz Simões e Armando Porphirio Rodrigues.

(*) *Diario de Noticias* de 21 de Outubro de 1910.

(**) A entrevista com o tenente Estevão Wanzeller, que larga copia de elementos possue, veio no *Correio da Manhã* de 27 de dezembro de 1910.

Bem entregue estava a defesa, confiada assim ao audaz chefe da invasão do edificio de Campolide.

Convindo prevenir multiplas investidas, foi elle com alguns civis e um soldado, tomar posse da porta das armas, do lado da rua José da Silva Carvalho.

A postos se encontravam, na parada, alem do artifice Manuel Joaquim de Araujo, o 1.° sargento ajudante Arthur Celestino Sangremann Henriques, tendo como ordenança, o antigo clarim João Mendes, que apparece assim citado na relação com que fecham o seu relatorio, os chefes civis, Armando Prophirio Rodrigues e Manuel Braz Simões:

«João Mendes, ex-clarim 61 da 7.ª bateria de artilharia 1, mostrou-se sempre d'uma dedicação extrema na vigilancia do quartel, nunca se cansando nem poupando a esforços.»

Guarnecendo a peça existente no vertice norte do angulo formado pelos muros da parada, ficou o 2.° artilheiro naval n.° 2728, Jo ão da Silva Lour, que chegara ao quartel de Entremuros, cerca das 6 horas da manhã, entrando logo como auxiliar do chefe civil Jorge de Carvalho na defesa da posição do lado do paiol.

Occupando locaes varios da aprestada linha de combate, onde se iam notabilisar, achavam se ainda, o soldado servente 62|706 da 2.ª bateria, Raphael Miguel, o soldado 61, Joaquim José Gomes, o cabo reservista, Jayme José Bornes.

Este deixara o serviço de artilharia 1, em 1904.

A despeito de estar na reserva, apresentou-se ao reivindicar da causa democratica, com o soldado 62.

Conhecedor da revolução, debalde a familia intentou impedil-o de cooperar no movimento.

Na impossibilidade de os convencer, saltava para a rua, do 1.° andar da casa da residencia na rua das Adellas, 30, e procurando subtrahir-se ás detenções policiaes, ingressou na Rotunda, onde se apresentava ao 1.° sargento Camillo Augusto Gonzaga Pinto.

Abandonando-os ás 10 horas, voltava mais tarde, seguindo para o quartel, onde ajudava ao transporte das peças.

Chegou na altura do ataque das baterias, ficando sob as ordens do sargento Gonzaga Pinto.

Aguardados foram assim os incidentes d'esse antevisto formidavel duello.

A idéia do combate, se preoccupava muitos, animava outros.

Norteados pela esperança de vencer, arrastaram os revoltosos a peça, para a porta do quartel, em frente da antiga casa de saude de Entre-muros, e tambem ao predio 175 177 propriedade do barão de Linhó, o escolhido ponto de lucta.

Encarregou-se de a fazer funccionar o soldado 42.

Era no instante em que Paiva Couceiro mandar derruir os tapumes qus occultavam a bateria.

Apresentava o inimigo alvo seguro para os insurretos.

Uma das peças, a dirigida pelo 1.º cabo Jayme José Bornes fez fogo, iniciando a pendencia, provocante e altiva.

Comtudo, na precipitação metteu na terra, pela baixa pontaria as duas primeiras granadas.

Secundado pelo artilheiro em serviço no extremo do parque e melhor graduado o tiro, n'um impulso febril, tres outras se empregaram explodindo sobre a força de Queluz, quando ella ia actuar sobre Campolide.

Houve enthusiasmo, ao notar o effeito. A infantaria intentára além à dispersão e desorganisara-se o grupo de artilharia.

De momento, comtudo, se desfez o jubilo e se reproduzia o espectaculo que distante haviam assignalado.

A bateria de Paiva Couceiro, respondendo, rasgava logo aos primeiros tiros, o muro do quartel, junto ao portão onde estava a peça e a metralha espalhando-se, levava a terra muitos dos atiradores, demais proseguindo a queda das granadas mandadas do alto da Penitenciaria.

O artilheiro collocado á *Canet* attingida, punha, como louco, grande somma de metros entre si e o destinado posto.

Na parada, recusava-se a voltar, terminante, insensivel a todos os rogos.

Debalde lhe salientaram que na sua mão estava a vida de todos os outros combatentes.

Nada o demoveu.

O 2.º artilheiro João da Silva Louro, incumbia logo o solda-

do 62, Raphael Miguel que o estava ajudando, de manobrar com a peça abandonada.

A revindicta operou-se.

As granadas effectuaram a destruição dos muros e casas que encobriam a columna da Penitenciaria.

A resposta foi tragica.

Outro projectil, lançava fóra o portão da quartel de Entre-muros.

A metralha attingia n'uma perna o 1.º cabo José Bornes, e quatro dos seus companheiros, entre os quaes, o civil Antonio Pedro.

Illesos apenas ficaram Jorge de Carvalho, Lourenço Godinho, o soldado 62, e o sargento Gonzaga.

Este, determinava ao cabo Bornes, a baixa ao hospital de sangue.

Não foi acceite a ordem.

Olhando em volta, raros viu dispostos a seguir a acção.

Da soldadesca, o numero descera ao minimo.

Os paisanos já haviam effectuado o distanciamento procurando asylo n'uma taberna a 50 metros do edificio alvejado.

O abandono foi quasi geral, ao ponto de serem deixado livres os officiaes que haviam sido detidos á invasão do quartel e mais algemados pela dada palavra de se não envolverem em represalias, do que pela vigilancia dos insurrectos.

Nos foragidos, contava se o chefe civil, Armando Porphirio Rodrigues, ferido egualmente.

Machado Santos, a paginas 159 do seu relatorio, equipara o todavia aos dois mais energicos adversarios das baterias:

«Abracei o chefe civil Armando Porphirio Rodrigues pela sua energica defeza, bem como o soldado servente Raphael Miguel e o segundo artilheiro de marinha João da Silva Louro.»

Diria ainda, (*) mais tarde, traçando-lhe a figura de revolucionario e reproduzindo-lhe as impressões:

«...é o typo classico, romanesco do conspirador civil, com a sua barba grisalha, a sua gravata Lavaliére, o seu chapeu

---

(*) O «Intransigente» de 5 de outubro de 1911.

molle... Mas, se o habito externo é completo, a fibra, o nervo, a alma revolucionaria, são perfeitas. Poucos teem a sua lista de serviços nos tempos da propaganda e da iniciação. Dirigiu a defeza do quartel de artilharia 1, auxiliado pelo marinheiro-artilheiro João da Silva Louro e pelo soldado servente Raphael Miguel—os tres unicos e autenticos defensores do quartel de Entremuros.

«Responde rapido e incisvo:

«— Estive em artilharia 1 a cumprir o meu dever... Duas ou tres vezes estive na Rotunda. Vi pouca gente nos sitios onde estive, mas, julgando que todos cumpriam a sua obrigação, imaginei que os que não via estariam no seu posto n'outra parte. Só no dia 5 soube das deserções... das vergonhas que por lá houve... E essa impericia é que na verdade, foi a predominante d'aquelles dias de lucta e de febre, porque nunca tornarei a sentir indignação que com essa se compare...»

Houve, de facto, esse vacuo feito aos tiros firmes da forças de Queluz e constatam-n'o os depoimentos que citam os deffensores principaes do quartel e onde não apparece o nome de Porphirio Rodrigues.

Desnuda, porém o abandono, o 1.º sargento Camillo Gonzaga Pinto, a paginas 34 do seu livro *Memorias da Revolução*:

«Aos primeiros tiros do inimigo, o reduzido pessoal civil que guarnecia as peças fugiu indo com elles o chefe Porphirio Rodrigues que só encontramos pelas 4 horas da tarde, mettido no nosso quarto.»

Assim, de momento a momento, procuravam eximir-se aos grandes lances, aquelles que, nas primeiras horas mais temerarios se haviam mostrado.

Não foi isento de audacia e de responsabilidades, o acto de trazer para a rua, o regimento de artilharia 1.

Mas, os que tinham dado o impulso á sedição, aquelles que, de facto, assentaram a pedra fundamental do movimento, foram dando, ao continuar da tentativa, a prova evidente da fragilidade humana, na desintégra da marcha dos acontecimentos, por extincta a chamma nervosa que até ali os levara, ou

n'uma previsão de lhe trazer o futuro, em paga de loucas horas, o premio de um mau desfecho.

Teve um e outro.

O recato ao fogo das baterias e com base em recebido ferimento, não fez subir e com razão, o prato da balança onde collocados fôram os seus serviços á causa sediciosa.

Pela acção em combate teria mais tarde o premio de collocação no logar de almoxarife do antigo paço real da Ajuda.

Não obstante, como aliás succedeu a tantos outros combatentes pela Republica, depois do ousado pásso de outubro, citado (*) foi, embora salvo sahisse, como envolvido na tentativa de golpe de estado fixada para janeiro de 1912.

Já n'essa altura o salteára o desalento, traduzido em linhas onde cathegorico affirmava a sua opinião: (**)

«— E a sua impressão sobre a Republica?

«— Escreva com todas as letras, porque com todas as letras tenho muito prazer em pôr o meu nome por baixo... Escreva: Se eu soubesse que a Republica que tinha idealisado era a *pórca* que me sahiu, não me tinha arriscado, não me tinha sacrificado, como me sacrifiquei...

«— Escrevo pórca?

«—Porca, porquissima e eu ponho o meu nome por baixo...»

Não tardou depois o ingressar (***) nos carceres do Limoeiro, á ordem dos tribunaes marciaes como cumplice de outra mallograda tentativa revolucionaria com elementos republicanos, radicaes e syndicalistas. (****)

O facto suscitaria os seguintes trechos do orgão jornalistico (*****) de Machado Santos:

«O governo pela voz dos seus tribunaes marciaes, teve a feliz lembrança de mandar recolher prezo ao Limoeiro, como implicado nos acontecimentos de 27 de abril, o bravo defensor

---

(*) Vidè o 3.º volume d'esta obra, pagina 347.
(**) *O Intransigente* de 25 de outubro de 1911.
(***) 4 de agosto de 1913.
(****) 20 de julho de 1913.
(*****) *O Intransigente* de 4 de agosto de 1913.

do quartel de artilharia 1 quando foi do 5 do outubro· o sr. Armando Porfirio Rodrigues, almoxarife do paço d'Ajuda. Achamos bem que o sr. Affonso Costa continue consentindo nas vinganças dos antigos oficiaes monarquicos sobre os implantadores da Republica que o Congresso Nacional, num dia de alegria e triunfo, entendeu que devia galardoar com o titulo de *Benemeritos da Patria*. Achamos bem, porque ainda nos parecem poucos os republicanos que se encontram em custodia. Quanto mais *achas* se lançarem á fogueira, mais certeira e violentamente se virá a dar o incendio. Esperem-lhe pela pancada!»

Era d'elle a seguinte carta, expedida do carcere em torva hora de desillusões:

«Cadeia civil de Lisboa, 3-X-913.

«Meu caro Machado Santos: Peço-te um cantinho do teu jornal para altaneira e desassombradamente apresentar o meu protesto em publico, contra o facto de pretenderem dar-me a liberdade á sombra d'um indulto, perdão ou amnistia que não pedi e que não aceito.

«Entrei para a cadeia de cabeça erguida; «quero», exige o a minha dignidade de homem e de velho republicano, saber porque os «morcegos» que se accitaram no monte purpurino da Liberdade me accusam, e qual o crime que sobre mim impende ha 62 dias, isto não contando o tempo que venho sendo vigiado e perseguido.

« «Exijo», «quero» saber quem são os miseraveis que acoitando-se em quaesquer camarilhas politicas hoje se arrogam o direito de serem os «lidimos defensores» da Republica, d'esta Republica pela qual nós tudo sacrificámos. Os farçantes nem sabem occultar os seus pensamentos reservados!

«Mas seja como fôr, o que eu quero hoje é que fique bem patente que não pedi nem peço clemencia, que não acceito perdão ou qualquer acto que me obrigue a saír de cabeça baixa e em agradecimento áqueles que tão mal teem comprehendido os serviços que se lhes presta, e ás instituições, não só eu, como uma pleiade de homens que teem a hombridade suficiente para não rastejar ou ir receber os serviços a um tanto por hora pagos por aquelles que faz hoje 3 annos ninguem conhecia, e

outros que imitando o «lendario Pedro» negavam não só as crenças mas tambem os Mestres.

«Acceita, meu caro Machado, um abraço tão forte e leal como o que ha tres annos te dei ao separarmo-nos no Quartel de Artilharia 1, no momento em que nós juramos cumprir o nosso dever. Teu amigo velho e certo que deseja Liberdade e Justiça. — *Armando Porphirio Rodrigues.*»

Veria a luz da liberdade aos annuncios de uma tentativa monarchica (21 de outubro de 1913), tendo anteriormente (26 de setembro de 1913) comparecido perante os tribunaes de guerra.

Vendo apenas dispostos a sacrificios seis homens, o cabo Jayme Bornes, embora ferido ficou no seu posto.

Apenas reconhecido o facto de a peça offerecer muito alvo sendo de preferencia alvejada, foi ella transportada para detraz de um kiosque existente defronte do quartel.

Trazida foi egualmente para melhor local, a peça até então meio occulta á entrada da porta das armas, e manobrada pelo soldado 62, Raphael Miguel.

Estes trabalhos, trazendo descanço nos ataques, deu ephemeros animos á bateria de Queluz.

Desvaneceram-se de seguida.

O duello seguiu.

Poucos momentos decorridos sobre a nova disposição das peças, uma granada produzia novos effeitos sanguinolentos, e desnorteantes.

Fazia-se segunda fuga.

Era outra vez ferido o cabo Jayme Bornes.

Um estilhaço attingia-lhe o braço direito.

A sua retirada impunha-se e teve de a effectuar, pela impossibilidade de se manter no posto, ante os ferimentos recebidos.

Mais tarde, ser-lhe hia assacada uma deserção do logar de perigo.

(*) *O Intransigente* de 4 de Outubro de 1913.

Não a houve, e apenas a ambição de collocar fóra das vistas dos premiantes quantos se quizeram manter no logar marcado pelas suas convicções.

A curto praso d'essa defesa, Bornes, tornar-se-hia de novo heroe, mas de lance mais grave, de que elle proprio fez a descripção: (*)

«*Cidadão redactor.* — No n.º 3579, de 16 de outubro de 1910, na 5.ª pagina, 1.ª columna, sob a epigraphe *Em plena Republica* — justiça a todos — sou classificado entre outros briosos e patriotas camaradas meus, de artilharia n.º 1, de cujo regimento fazia parte, na categoria de 1.º cabo n.º 61, como heroe, por fazer face, arrostando todos os sacrificios, até o da propria vida, contra a acção da bateria de Queluz, que durante o periodo da revolução redentora foi implacavel inimiga, contra os que denodadamente combateram e com fé no bom exito da sua nobre causa; viram poucas horas depois tremular triumphante ao som dos himnos marciaes revolucionarios, ovacionados pela multidão entusiasmada, o pavilhão verde rubro, simbolo actual da da nossa querida Patria e do nosso adorado regimen — Republica. — O que fiz não foi mais que o meu dever de patriota, coadjuvando com o meu pequeno concurso os defensores da Patria oprimida e vilipendiada, por quem tinhamos e temos obrigação de velar e não da realeza, que nos encaminhava para um abismo, de ha muito bem facil de prever pelos seus desmandos e concussões. Da acção de todos nós revolucionarios, todo o patriotico governo provisorio está ao facto, porque lá tem os seus relatorios. Após o meu acto patriotico, propagandiei sempre o meu ideal, sem outro interesse que não fosse a consolidação da Republica amada. Assim, no dia 25 de julho do corrente anno, achando-me eu em Mirandella, da minha provincia transmontana, em casa do sr. José Maria Cascão, appareceu ali um individuo de nome Julio, começando a increpar asperamente a Republica e os actos do governo provisorio, fazendo propaganda em favor de Paiva Couceiro, dizendo que «este mais generoso que a Republica pagava aos ho-

(*) *O Mundo* de 28 de outubro de 1910.

mens — «traidores» — que o serviam á razão de 1$500 réis diarios e lhes abonava 3 mezes adiantados para a obra da contra-revolução e que o governo abandonava os seus soldados depois da victoria dando um pequeno salario a titulo de reforma! «Incommodaram-me tanto tão nojentas palavras que, julgando o homem ébrio, convidei-o a retirar-se, de contrario daria parte ás autoridades, dizendo-me que se tal fizesse me mataria e ao mesmo tempo agrediu-me com sôccos e deu-me duas estocadas de bengala num dos labios, furando-mo de lado a lado, como se póde ver. Dahi a luta, de que eu sairia vencido, prostrando-me, se não recorro a um canivete que tinha no bolso para me defender, depois de me ter dado uma forte pancada na cabeça; então, desesperado, cravei-lhe o canivete no ventre, matando-o, sem querer. Eis aqui o epilogo da minha historia, desde os dias da Rotunda até áquelle dia, em que de heroe me tornei assassino, mas assassino forçado em minha defesa, sempre em prol da Republica, pela qual verti o meu sangue, e cujo insulto suez, na minha presença, repugnou ao meu caracter de patriota revolucionario e á minha consciencia de soldado da Republica. Da cadeia da Relação do Porto, onde me encontro preso, esperando o dia do meu julgamento em Mirandella, apelo para a solidariedade de todos os meus camaradas combatentes e de todos quantos em mim não virem um assassino, mas sim um soldado vilipendiado na sua farda e no seu brio de patriota. E a v. cidadão redactor peço-lhe para fazer os comentarios que entender a esta conscienciosa narrativa, para a qual peço publicidade, agradecendo desde já tão elevado favor. Saude e fraternidade, cadeia da Relação do Porto, 24 de outubro de 1910.—*Jayme Jose Bornes*, ex-1.º cabo n.º 61 de artilharia n.º 1.»

Na falta do cabo Jayme Bornes procuraram os deffensores do quartel de artilharia, obviar a que elle cahisse em poder das forças de Paiva Couceiro. No critico instante appareceu um auxiliar de valor: o grumete da armada 6175, Alfredo Gomes Froes, de regresso da cidade baixa onde fôra prescrutar intenções.

O 1.º sargento Gonzaga Pinto, confiava-lhe logo a peça deixada pelo cabo Bornes.

Froes, e o 2.º artilheiro da armada 2728, João da Silva Louro, foram desde essa hora, os mais energicos atacantes da bateria de Queluz.

Reconhecidos, á Republica proclamada, esses serviços, João Louro, ascendia (Ordem do Exercito publicada a 22 de Novembro de 1910) ao posto de 1.º sargento e Alfredo Froes, a 2.º sargento, ambos para a guarda republicana.

Dizia assim a proposta elaborada a 18 de outubro de 1910, pela commissão de promoções no exercito e armada:

«Armada: por terem dirigido superiormente o fogo em cada uma das peças em que serviam na occasião em que se estabeleceu o panico pela deserção dos officiaes, portando se heroicamente: grumete da armada 6175, Afredo Gomes Froes a 2.º sargento e o 2.º lartilheiro 2728, João da Silva Louro, a 1.º sargento.

Coadjuvando-lhes os esforços, estavam, além de João Mendes, antigo clarim do regimento e arvorado em ajudante do brigadas Sangremann Henriques, o soldado 62, Raphael Miguel, como apontador de peça e o soldado 51, como municiador.

Como recompensa á manutenção no posto e serviço á revolta, cabia a Raphael Miguel, ao espalhar dos beneficios, o posto de 1.º sargento, para a guarda republicana.

Preenchidas as vagas dos feridos e dos desertores do movimento, o incidente das armas proseguiu.

O quartel era alvejado, especialmente.

Mas não falhava o retrucar.

O soldado 62, astuto, um estratagema empregou: o de só se apresentar fazendo fogo, com certeira pontaria, apoz o effectuado pelos contrarios, recuando ao descarregar das peças da Penitenciaria.

Esse arrojo, observado, trouxe uma vontade de revindicta, não conseguida e que Machado dos Santos, assignala a paginas 163 do seu Relatorio, ao citar a acçãc de Raphael Miguel:

«Soldado servente n.º 62|706 da 2.ª bateria Raphael Miguel. O mais valente dos defensores do quartel de artilharia no

combate contra as baterias de Queluz. N'um momento de panico ficou só á porta das armas, fazendo frente ao inimigo com a peça que guarnecia. Um official que estava prisioneiro sob palavra, ordenou ao sargento Arthur Rego que desfechasse um tiro contra elle, ordem que o referido sargento não acatou.»

Os revoltosos, embora raros, encobriam a diminutuidade com a coragem, despejando granadas sobre granadas.

Mas nem todas alcançaram o desejado alvo.

Se algumas estouravam nos muros da Penitenciaria, outras seguindo trajectorias caprichosas, faziam sentir seus effeitos em locaes não visados.

Das despedidas pelas forças revoltadas, umas rebentavam perto do hospital do Rego.

Outras, entravam pelas salas das sessões da Caixa Economica Operaria, derruindo a hombreira da janella, e quebravam uma columna de ferro fundido e um lustre de crystal, e explodindo inutilisávam a mobilia, dispersando a carga, 443 pequenas balas de chumbo.

Outra granada cahia na ilha das Cobras, em frente do jardim da Graça; emquanto novos tiros fendiam de alto a baixo o predio da rua Barata Salgueiro com frente para a Avenida; atravessavam as paredes dos predios das Avenidas José Luciano, Ressano Garcia e Antonio Maria de Avellar, attingiam o 4.º andar do predio 21 da rua do Carrião, entrando uma lanterneta pela janella e indo cravar-se na parede de um quarto, valendo estar a casa deshabitada.

Uma das granadas, produzindo mais tragicos effeitos, enveredando pela janella do 1.º andar do predio 15 das Escadinhas do Caracol da Graça, ia explodir junto á machina em que estava cosendo roupa Marianna da Conceição, de 60 annos, a qual ficáva com as pernas mutiladas, sahindo do hospital (5 de fevereiro de 1911) com a esquerda amputada, emquanto o marido, o sapateiro Affonso de Souza, de 77 annos vinha a fallecer (18 de janeiro de 1911) dos ferimentos e de susto. Essa familia archivou em quadro, o envolucro da granada, circumdado pelas partes fragmentadas pela explosão.

O explodir de outra arrombava o telhado do predio B. V. da rua de S. Domingos de Bemfica.

Attingido foi o edificio do Lyceu Camões, e a granada entrando por uma janella, ia perfurar a parede do proximo aposento, passando ao seguinte, onde estourava, a crivar de balas o tecto, paredes, portas e mobilia.

A bateria de Queluz, por seu turno, ia fazendo estragos.

O portão de ferro, era partido.

O muro, do lado direito, escancarava duas enormes boccas.

Os predios em redor, crivados pela metralha, desenhavam fendas e evidenciavam orificios multiplos.

Os telhados, com as telhas esphacelladas ou levantadas, retinham restos de ferragens dos projecteis explodidos.

Attingiam a parede norte do rez-do-chão do predio 137 da rua José da Silva Carvalho, forçando os moradores a recolhida n'uma dependencia da casa do visconde de Abrançalha, e ainda a moradia do engenheiro Rebello.

Evidenciado o maior ataque da parte da peça collocada do lado do predio 175-177 da rua de Entremuros, sobre ella actuou em maior grau a violencia das granadas da bateria de Queluz.

Iam-se entretanto seguindo as evoluções das forças postadas no alto da Penitenciaria.

A deslocação da força de infantaria 2, indo postar-se nas terras do Casal de Monte Almeida foi firmada com segurança.

O alvo era seguro.

A fusilaria colheu-os no campo desassombado e com alegria notaram que, aos tiros feitos corespondera a retirada.

Deu-lhes animo o facto.

Redobraram de coragem embora fazendo tiros cautos.

Não tinham como intenção poupar munições, que não faltavam, ao contrario do que succedia com as forças fieis, vendo diminuir o provimente, de si escasso, e sem faculdades de o renovar.

Os revoltosos apenas queriam assegurar, quanto possivel, a precisão de tiro.

A força ás ordens de Paiva Couceiro, presumiu fraqueza e

effectuou evoluções, continuando a artilharia a exercer o seu mister perturbante.

Notada foi no campo insurrecto a visivel vontade do assalto ao quartel.

Não cessaram portanto de assidiar a columna com os projecteis das *canets*.

As baterias deram o affrouxamento do ataques.

As suas peças callaram-se.

O combate parou de subito.

Ooi visto o recuar da soldadesca e das peças.

Julgou-se uma mudança de posição.

A attenção concentrou-se e breve foi comprehendido o acto.

Era uma retirada.

Não se assegurou producto de uma ordem do commando superior incumbido da defesa monarchica.

Sonhou-se uma derrota completa, infligida pela revolta.

Houve constantemente largo nos deffensores do quartel, cujos principiaes appareceram assim mencionados a pagina 83 do do Relatorio de Machado Santos:

«Os heroes da defeza contra as baterias de Queluz tinham sido: o segundo artilheiro no 2728 do corpo de marinheiros da armada João da Silva Louro e soldado servente n.os 62|706 da 2.ª bateria de artilharia n.º 1 Raphael Miguel. Sem a coragem d'estes homens; difficilmente se podia aguentar a posição da Rotunda, além d'isso o quartel possuia uma enorme quantidade de material. Era o nosso deposito de munições e forragens; os seus fogos cruzavam-se com os da bateria collocada nas terras do parque Eduardo VII. Se cahisse em poder do inimigo era necessario reconquistal-o á bayoneta. Nos seus parques havia 23 peças!»

O lance de defesa do quartel de artilharia onde só junto da peça manobrada pelo soldado 92, cahiram 10 granadas das baterias, se não exprime um lance epico, não foi egualmente uma acção mesquinha.

A par da ignorancia das surprezas que o combate poderia trazer, existia ainda o nome de Henrique de Paiva Couceiro a

perturbar, com o seu prestigio e a sua fama de combatente, o animo dos manobrantes do insurrecto campo.

O retrocesso do *official de Africa*, foi pois para os deffensores de artilharia 1, um soberbo coroar d'esse episodio da lucta com as baterias e que appareceu assim descripto: (*)

«Não sei, em virtude da minha falta de competencia, descrever-lhe o que foi esse tremendo ataque na tarde de 4 do corrente, tão renhido elle foi. Devo, comtudo, affirmar-lhe que a uma parte reduzida de populares e a um 2.° artilheiro da armada, se deve a victoria de artilharia 1 n'aquelle ponto. O que a minha memoria me poude avivar é que, por volta das 9 horas da manhã, eramos avisados no quartel, pelo vigia que estava na 2.° andar do edificio, de que a bateria de Queluz estava tomando posições na serra do Monsanto, o que fez sobresaltar todos quantos ali se encontravam, porquanto o ponto indicado trazia evidentes difficuldades para podermos resistir com alguma vantagem.

«A breve trecho, porém, esse sobresalto desapparecia, porque a bateria de Queluz mudára de situação e avançára para o logar, que, durante muito tempo, foi inteiramente ignorado de nós. Mais tarde, com grande surpreza nossa, as forças inimigas appareciam postadas na antiga quinta do Seabra, junto da Penitenciaria, isto precisamente na occasião em que grande numero de voluntarios tinham ido ao acampamento da Rotunda levar grande porção de granadas e outras munições, que d'ali haviam mandado requisitar. Por um mero acaso, só quando esses individuos regressaram de novo ao quartel, o fogo rompeu por parte das forças de linha que protegiam a bateria de Queluz, respondendo-lhe os voluntarios com uma enorme tenacidade e uma presteza dignas de registo. O que depois se passou não é para a minha penna descrever, nem sei mesmo se alguem saberia fazel-o. De parte a parte as boccas de fogo romperam o tiroteio. A peça collocada á porta de Entre-Muros, por ter pontaria baixa met-

---

(*) *O ataque das baterias de Queluz ao quartel de artilharia 1*, por Joaquim Pedro dos Santos.

teu duas granadas na terra e a bateria de Queluz responde-lhe, furando o muro do quartel, junto do referido portão, indo a granada rebentar, cerca da linha dos atiradores voluntarios, os quaes, nem por isso, deixaram de fazer fogo.

«Mas o artilheiro desanima e foge, como louco, para a parada do quartel, não querendo tornar a tomar conta da peça nem a fazer mais fogo, apezar do sub-chefe do grupo revolucionario lh'o implorar e lhe fazer ver que aquelle abandono representava a desgraça de quantos ali se encontravam. Segunda granada vinda do campo inimigo, vem pôr o portão quasi por terra e lançar o desanimo na maior parte dos voluntarios, que, julgando-se perdidos, abandonam, aterrorisados, o seu posto, ficando ali apenas, de quinze que eram, um individuo de appellido Oliveira, estucador; Carlos Silva, *chauffeur*; Manuel Pedro de Abreu, marceneiro; Augusto da Silva, ourives; um rapaz de nome Francisco, serralheiro, e um outro, bem vestido, de chapeu de palha, que ficou ferido na cabeça, assim como o Abreu n'um dedo. Pois, sr. redactor, foram estes heroes que, durante muito tempo estiveram expostos ao vivo tiroteio, do qual, só por uma suprema felicidade, sairam illesos. Se a victoria se alcançou, deve-se, posso affirmal-o, á valentia e coragem do 2.° artilheiro da armada, a que atraz faço menção, e a um 2.° sargento de artilharia, que tinha ao peito duas medalhas do ultramar, os quaes, assestando duas peças que estavam na parte do quartel que confina com a rua da Penitenciaria, fizeram um tão nutrido e certeiro fogo, que, d'ahi a algumas horas, com o auxilio das peças do acampamento, tinham dizimado as baterias de Queluz. De contrario — ninguem o duvide — o que seria dos pobres voluntarios da porta de Entremuros, que, de arma em punho, quasi não queriam cessar fogo, tal era o amor pela causa que defendiam. E eu, sr. redactor, desarmado, observava tudo isto, sem poder dar um tiro, porque os voluntarios que fugiam nem sequer cediam as armas para que os pudesse substituir.»

A oppôr uma acção de resistencia, tanto mais difficil, quanto o grupo dos dispersados idéia dava de irremediavel derrota, ficou troço modesto.

Todavia, á hora em que o consummado facto de uma victoria, já podia trazer o affastamento e o olvido dos seus lidimos impulsionadores, destacou-se o embroglio de contestação de assistencia, de forma a produzir tumultuarias dissensões e edificantes controversias.

Negada foi a existencia de Gonzaga Pinto no posto combativo, pelo chefe civil Armando Porphirio Rodrigues, (*) e posta em balanço pelo tenente picador Antonio Correia. (**)

Authenticaram (***) a sua acção no quartel, durante o ataque das baterias, depoimentos dos chefe civil, Manuel Lourenço Godinho, 1.º cabo reservista 71, Manuel da Costa, 1.º cabo reservista, Jayme José Bornes, soldado reservista 27, Manuel Albino de Lemos, serralheiro de artilharia, Alberto Augusto de Araujo, soldados 62, Raphael Miguel e 131 Antonio do Sacramento Nogueira.

Muitos d'elles, foram os principaes e quasi unicos defensores do quartel e não é licito suppor que quizessem dividir por outros o quinhão de saliente coragem.

Sem analysarmos já em todos os seus pormenores o largo incidente sobre prioridades e promoções, assignalaaremos aqui, incidentalmente, que Gonzaga Pinto, proposta a sua ascendencia ao posto de tenente, para o quadro dos almoxarifes de engenharia e artilharia, á forte da campanha feita em redor dos premios aos revolucionarios, depunha o galardão, ficando primeiro sargento como antes do movimento outubrino.

O seu nome, incluido na ordem do exercito publicada a 25 de outubro de 1910, era retirado da ordem que esta substituiu.

No relatorio de assignatura, em commum, dos chefes civis A. Porphirio Rodrigues e Manuel Braz Simões, e datado do Quartel de artilharia 1, em 8 de outubro de 1910, apparece assim mencionado o sargento Gonzaga:

«1.º sargento Camillo Augusto Gonzaga Pinto e os 2.os sargentos, Antonio da Cunha, Arthur do Rego e Aleixo Paulo

---

(*) Transcripto o depoimento a paginas 724 do 3.º volume d'esta obra.

(**) Vidè o depoimento da pagina 786 do já mencionado volume.

(***) *Memorias da Revolução*=pelo 1.º sargento Gonzaga Pinto=Paginas 56 57 58.

Mascarenhas, apresentaram-se ainda do acampamento, tendo prestado excellentes serviços na direcção do material de artilharia, por requisição do sargento ajudante Sangremann.»

Foi este outro dos attingidos pelas contestações ao direito de premio.

O debate acirrado e violento, forçou á desistencia de Sangremann Henriques, do posto de tenente da guarda republicana, incidente assim provocado:

A's nascidas questões sobre recompensas, Sangremann, viu coadjuvando-as, o commandante da Rotunda, que formulava um retrocesso na proposta de concessão da cathegoria de tenente ao antigo sargento-ajudante, sob fundamento de a haver feito por engano.

Deu isso origem ao seguinte requerimento feito ao ministro da guerra da Republica, Antonio Xavier Correia Barreto, onde o tenente que já desistira, perante o parlamento, da pensão arbitrada pelos serviços em combate, pedia ficasse sem valor a promoção realisada por decreto de 22 de outubro de 1910, precedendo proposta do commissario naval Machado Santos:

«Ex.mo sr. ministro da guerra — Arthur Celestino Sangremann Henriques, tendo sido promovido a tenente por distincção por decreto de 22 de outubro do anno proximo passado, por proposta do cidadão Machado Santos, commandante das forças revolucionarias da Rotunda da Avenida, sendo ao tempo sargento ajudante do regimento de artilharia n.º 1, tendo visto no jornal de hoje «O Intransigente» uma local em que o sr. Machado Santos declara ter sido a sua a unica promoção mal feita por na occasião da sua proposta não saber quaes os serviços que tinha prestado no movimento revolucionario, o que prova que só por lapso foi promovido, e affirmando o requerente o seu muito amor e dedicação á Republica Portugueza, mui respeitosamente pede a v. ex.ª se digne mandar ficar sem effeito a promoção por distincção que ao mesmo foi concedida e determinar que o requerente entre na sua altura no quadro auxiliar de engenharia e artilharia. aonde lhe compete o posto de alferes.— Lisboa, 18 de julho da 1911. — *Arthur Celestino Sangremann Henriques*, tenente da guarda republicana».

Lida fôra na vespera em sessão das Camaras Constituintes, uma declaração em que o official regeitava a verba que, a titulo de pensão, lhe havia sido arbitrada.

O incidente prolongou-se, e a favor e contra se ergueram alguns revolucionarios e entre os de attitude desfavoravel a Sangremann, se contavam os quatro sargentos da Rotunda, a esse tempo já tenentes, José Soares da Encarnação, Mathias Julio dos Santos e Firmino da Silva Rego.

«*Sr. Redactor.*— Atendendo á imparcial orientação por que v. tem feito seguir o seu mui lido jornal, pedimos-lhe a publicação da seguinte missiva. Não é intenção dos sinatarios melindrar ninguem, mas simplesmente fazer publico (já o proprio não tem coragem para isso) de qual foi a acção revolucionaria do tenente Sangremann. Leva-nos a este extremo, bem contra nossa vontade, um grupo de particulares amigos deste oficial que tem pretendido eleva-lo ao epogeu da gloria e feito crêr ao povo da nossa capital que este official praticou prodigios de tanto valor para a implantação da Republca que elle tem o direito á admiração e até á veneração de todos os republicanos portuguezes. Esclarecemos pois o caso para assim quedarmos a audacia dos tais amigos do homem, que á custa do nosso silencio e mercê, talvez, quem sabe! da ignorancia dos factos, veem desde 5 de outubro ludibriando a opinião publica ácerca do procedimento revolucionario do sr. tenente Sangremann. Fique pois assente e esclarecido, sr. redactor, que não nos movem malquerenças contra ninguem; é por amor e para restabelecimento da verdade que fazemos esta narração.

. . . .

«O sargento ajudante Sangremann, de artilharia n.º 1, foi no dia 3 de outubro ás 4 horas da tarde apresentado (como republicano) ao 1.º sargento Encarnação (membro mais graduado do comité que preparou o regimento para a revolução de 4 e 5 de outubro); nessa noite o sargento ajudante entrou no quarto do 1.º sargento referido, ás 10 horas, e disse-lhe entre outras coisas, o seguinte: «Isto é o diabo, estas coisas assim para quem como eu tem mulher e filhos, são obra de gaita: imagina que tudo isto dá em drogas!» Ao que o 1.º sargento

objectou: «homem, agora não é occasião de pensar nessas coisas, não desanimar e nem mesmo nesta altura podemos recuar, agora temos de seguir o caminho que vimos trilhando». Pela 1 hora da manhã de 4 appareceu desarmado na parada do quartel para ajudar a sublevar o regimento; conservando se assim até que soube ter sido implantada a Republica. Depois da saida da bateria para a Rotunda, conservou-se no quartel sem intervir em nada que dissesse respeito á defesa revolucionaria; apenas quando começou o combate com a artilharia do grupo a cavallo o sargento ajudante referido, reunindo-se a alguns oficiais que conseguiram escapulir-se da prisão, organizou um grupo de quarenta militares (aproximadamente) para atacarem os revoltosos e içarem um lençol onde se achava hasteada a bandeira republicana. Estes individuos, porém, foram dissuadidos do perfido proposito que iam pôr em execução pelo então major Duque e capelão Thiago Matheus de Campos, que lhes disseram que o que iam fazer era uma traição não só aos republiconos mas á patria e aos proprios monarchicos que ali se encontravam, pois que daquella maneira o quartel passaria tambem a ser bombardeado pelos revoltosos. Passando o periodo agudo do ataque ao quartel os civis conseguiram de novo prender os oficiais que se achavam soltos, e o sargento ajudante foi-se escapando para a arrecadação dos generos da cosinha do rancho geral, onde juntamente com alguns camaradas se conservou até ás 11 horas, repousando sobre dois cobertores de papa que préviamente mandára buscar ao seu quarto; porém, os artilheiros de uma peça que estava collocada junto da cosinha áquella hora fizeram novos tiros de polvora secca para uns quintaes proximos e por effeito dos quaes algum cascalho dos muros voou para os telhados que abrigavam o sargento Sangremann.

«Em vista disto, os camaradas que lá se acharam houveram por bem mudar para poisada mais segura. Depois de obtida a respectiva licença dos artilheiros da peça que puzera em risco as suas vidas, passaram-se para o corredor do 1.º grupo do quartel, onde discutindo acordaram em que a parte mais segura para se livrarem de perigos era o quarto dos sargentos

da segunda bateria, e de facto para lá se dirigiu o grupo, mas o sargento ajudante, para se não comprometter, foi indo para junto dos oficiais presos trocar impressões, e lá dormiu a sua soneca muito honradamente e sem protestar, como qualquer cidadão pacifico. No dia 5 de manhã (8 horas) estando o sargento Sangremann á janella da sala da prisão, enxergou por acaso, que alegria! que ditoso momento! um dos companheiros da noite anterior, e por meio de mimica (por causa dos comprometimentos) fez-lhe signal para que pedisse para o soltarem, mas, como o companheiro objectasse que o chefe Rodrigues o não soltaria, mimicamente lhe tornou a pedir que dissesse ao Rodrigues que não podia passar sem elle para o ajudar a fazer o rancho e respectiva escrituração. Sob este pretexto o chefe Rodrigues autorisou a soltura do sargento ajudante e assim o nosso homem se foi de novo passando para o esconderijo predilecto, afim de ajudar o seu amigo na confecção do rancho. Momentos depois chegou ao seu conhecimento a noticia da proclamação da Republica. .

Então nesta altura o homem ensoberbece-se, corre a armar-se de pistola e espada, e ordena que todos lhe obedeçam pois que elle é o militar mais graduado que se encontra solto no quartel e tambem porque já fez parte do 28 de janeiro e estava comprometido para a revolução de outubro. Em consequencia desta alegação, solemnemente se investiu no cargo de comandante republicano do seu regimento; daquella hora em diante desenvolveu o sargento ájudante uma actividade extraordinaria e pouco vulgar, fazendo no entanto com que algumas ilegalidades se cometessem, devido á falsidade das suas informações como comandante que só foi depois da Republica implantada.

«Desde já declaramos que nos comprometemos a confirmar tudo o que asseveramos, não só pela confissão a nós feita pelo individuo a que nos referimos, mas tambem com testemunhas presenciais dignas da maior consideração. — Mais declaramos que não treplicaremos a quem quer que seja que nos replique, e só por circumstancias muito excepcionais recorreremos á imprensa. Os sargentos do *comité* revolucionario de

artilharia 1, e hoje tenentes da guarda republicana.— Lisboa, 7 de agosto de 1911. — *Francisco Alexandre Lobo Pimentel, José Soares da Encarnação, Mathias Julio dos Santos e Firmino da Silva do Rego.* (*)

Em opposição, veio ainda o depoimento do revolucionario civil Julio Rocha Villar, em documento por elle destinado *á historia da Revolução:* (**)

«*Sr. redactor.*— Na qualidade de membros da commissão que, no dia 6 do corrente, entregou uma mensagem de congratulação ao tenente da guarda republicana Arthur Celestino Sangremann Henriques, vimos pedir a v. a publicação das seguintes linhas:

«No seu jornal de 10 do corrente vem publicada uma carta assignada por quatro officiaes da guarda republicana, na qual existem frases bastante ofensivas para esta comissão. No dia em que se publicou nos jornais uma carta do sr. Sangremann, declarando que renunciaria a qualquer pensão que lhe fosse oferecida, fomos procurados, por um dos membros d'esta comissão, propondo-nos a entrega de uma mensagem áquelle cidadão, por tal motivo; concordamos todos com o nosso camarada, mas não pensámos, sequer, em nos informar qual fôra a acção revolucionaria do sr. Sangremann, porque com isso nada tinhamos nem temos. Se qualquer dos signitarios da carta tivesse procedido de egual fórma, em primeiro logar, era a esse que dirigiamos a mensagem, não nos importando saber se tinha ou não trabalhado muito na Rotunda ou noutra qualquer parte. Não somos amigos nem inimigos do sr. Sangremann; simplesmente pretendemos demonstrar que quem aceita pensões do Estado, quando o povo estuda a melhor fórma de poder conservar a barriga vazia, porque não tem dinheiro para comer, é criminoso e anti-patriota. Os oficiais a que nos vimos referindo desejavam naturalmente apresentar a conta dos seus enormes trabalhos, mas como o decoro ou antes, o sr. Sangremann, os obrigou a não aceitarem mais do que já teem,

(*) *O Mundo* de 10 de agosto de 1911.
(**) *O Mundo* de 13 de agosto de 1911.

veem, como regateiras, lavar a roupa suja para a imprensa, mas é preciso que tenham cuidado, porque lhes póde caír o casaco e aparecer a camisa pouco limpa. Chamam-nos audaciosos e dizem que vimos desde 5 de outubro ludibriando a opinião publica ácerca do procedimento revolucionario do sr. Sangremann! Audaciosos e inconscientes, se é que não existe em tudo isto uma má interpretação, são elles, porque fazem referencia a factos com que nós não nos importamos e além disso é falso que nós venhamos desde 5 de outubro tentando impôr á opinião publica a pessoa do sr. Sangremann, tanto mais que naquella data elle era ainda, para nós um desconhecido. Entendemos que não se devem lisongear nem homenagear homens, mas sim, fazer destacar as acções que elles praticam, quando sejam boas e humanitarias. Para finalizar declaramos bem alto, que todos os cidadãos que comnosco assignaram a mensagem, quasi todos commerciantes, o fizeram conscienciosamente, repelindo com a maior energia todas as phrases existentes na carta, pelas quaea possam ser atingidos. Mais declaramos, visto odiarmos o soalheiro, que não triplicaremos a quem quer que seja que nos replique. — Pela commissão, *Julio Rocha Villar*. — Travessa do Olival, 17, rez-do-chão.»

De nada valeram as campanhas contra Sangremann Henriques e demais quando até á imprensa (*) vieram reproducções photographicas apresentando o sargento junto de uma peça, com o ex-clarim do regimento João Mendes.

Assegurava-lhe (**) ainda o constante posto no quartel, um dos não desmentidos deffensores da posição de artilharia 1, o soldado Raphael Miguel, promovido por distincção a 1.º sargento.

A tudo isso attendeu já durante a polemica o ministro da guerra, Antonio Xavier Correia Barreto, e ministerial despacho (julho de 1911) denegava provimento, com criterio, ao requerimento de Sangremann Henriques, oppondo ao allegado facto de a promoção haver sido proposta por engano, a conclusão de

(*) «O Seculo» de 15 de Outubro de 1910.
(**) *Memorias da Revolução*, por Gonzaga Pinto.=Pagina 59.

«indeferido, por não ser, sequer, acceitavel, a possibilidade de ter havido engano em assumptos d'esta natureza.»

Assim, de quantos em seu logar estiveram durante a lucta com as baterias, apenas não soffreram quebra nos primitivos elogios, ou nas concedidas recompensas, o marinheiro João da Silva Louro, o grumete Alfredo Gomes Froes, o soldado Raphael Miguel, e o cabo reservista Jayme Bornes.

Constituiu isso o affirmar completo, da sua intransigencia e coragem, não perturbada pelos sonhos de uma suspeita, ou de affastamento ou de inercia.

A revolução os contou como seus firmes mantenedores.

*

* *

Para a Rotunda, como posto central se pretendeu reivindicar um formidavel e mais intenso ataque das baterias.

Comtudo, embora visada egualmente, foi menos molestada que os dois outros locais de combate, o edificio de Campolide e o Parque Eduardo VII:

«No ataque de artilharia inimiga, collocada junto á Penitenciaria, nunca atacaram a Rotunda, porque as granadas que levaram essa direcção, iam rebentar no meio da Avenida, mas atacaram a valer as tres peças que estavam collocadas no Parque Eduardo VII e á porta do Quartel.»

Aos diversos avisos da marcha da columna contraria, acceleraram-se os preparativos de resistencia.

O sargento Mathias dos Santos, deixando a Rotunda ia para o alto do Parque Eduardo VII.

Os sargentos Francisco Garcia Tereno e Firmino da Silva Rego, foram postar-se com as suas peças, a 200 metros da feira de Agosto.

Disposto ficaram de forma a cruzar o fogo com o que fosse effectuado de Campolide.

Pouco antes haviam chegado munições dos paioes do quartel de artilharia.

Mulheres e creanças as accarretavam fornecendo-as, irrequietos, aos varios postos estabelecidos.

Não foi desguarnecido, todavia, o ponto principal do baluarte, a Rotunda e, n'uma previsão de simultaneo assalto, manteve-se a defeza do lado do Rocio, não abandonando a peça da Rua Central, o 1.º cabo reservista José Martins, que, á victoria, seria promovido a 2.º sargento, sobre proposta do commandante da Rotunda embora mais tarde e como succedeu a muitos outros dos interferentes na revolta, por de novo se revoltar fosse aos carceres da republica. (*)

Tudo em ordem, esperado foi o combate.

Iniciou-o o quartel de artilharia 1.

O facto serviu para sobre elle se concitar a enraivada acção de Paiva Couceiro, deixando em relativo grau de inferioridade o acampamento da Rotunda.

Comtudo não deixou elle de soffrer o tiroteio das baterias e como n'elle integrado, o Parque Eduardo VII.

As primeiras granadas começaram a produzir ali os seus effeitos, pouco depois do meio dia e meia hora.

A fusilaria acompanhava o canhonheio.

As pontarias, certeiras, causariam largo numero de victimas se, ao espalhar da metralha, e á voz possante e aterrorisadora dos canhões, a personagem não dispersasse, em grande parte procurando seguro abrigo.

Abriu-se uma clareira, á comprehensão de que a força de Queluz, não era uma submettida.

Os elementos civis, n'um activo soffrivel, quasi a sós deixavam com os seus nove sargentos o commissario naval, Machado Santos, que, mais tarde, espelharia ainda o seu espanto pelo rapido evolar e a ignorancia do local por onde se effectuára o escoamento...

Desesperado, mas não abalado em fé, Machado Santos, a cavallo, percorreu o acampamento, animando os que na linha de fogo se mantinham.

(*) Vide paginas 346 do 3.º volume d'esta obra.

N'ella se achava, á paisana, o alferes Alberto Camacho Brandão.

Regressára, ao ver que a apregoada derrocada se não dera.

N'elle estava, á paisana, o alferes Alberto Camacho Brandão.

Regressára, ao ver que a apregoada derrocada se não dera.

Cuidando dos animaes feridos, via ainda o tenente picador de artilharia 1, Antonio Celestino de Sousa Correia.

Não estava tão abandonado, como de principio presumira.

Subindo ao alto da Feira de Agosto, ali se estacava, n'um quartel general provisorio.

Expunha-se temerariamente.

Os nove sargentos, imperturbaveis, commandavam os seus sectores de defeza e ataque, impondo-se pela coragem, não desmentida.

As *Canets* da Rotunda manobravam incessantes, auxiliando energicas o quartel de Entremuros na resposta ao fogo da bateria, embora estas, de preferencia exercessem mais violenta acção contra a séde de artilharia 1.

Todavia, n'um dado momento, uma granada, despedida do alto da Penitenciaria ia varando o sargento Vieira, cujo cavallo era atravessado do peito á cauda, cahindo logo morto e arrastando na queda o cavalleiro que ainda partia a espada.

Algumas praças accorreram a tiral-o de sob a montada.

Indifferente aos resultados molestantes do desastre, retomava o posto d'onde se não affastou.

Novos tiros se fizeram da Rotunda e de Campolide.

As pontarias eram certeiras e o duello da artilharia tornou-se gigantesco, merecendo que Machado Santos, no seu relatorio (pagina 79) lhe fizesse justiça:

«Seria meio dia e meia hora quando as primeiras granadas das baterias de Queluz começaram a chover na Rotunda; as pontarias eram magnificas, certeiras, quasi todas tinham o seu ponto de rebentamento na nossa linha de fogo; o acampamento responde ao fogo do inimigo e o quartel de artilharia 1, com duas peças, defendia-se galhardamente; ao mesmo tempo que uma viva fuzilaria envolvia por completo a Rotunda.

«Malva do Valle que estava presente observava e via a sere-

nidade com que os artilheiros respondiam ao fogo do inimigo.»

Ao efficaz emprego dos tiros ordenados pelo capitão Paiva Couceiro, iam correspondendo audaciosas pontarias, notando-se-lhe o effeito.

Como succedera em Entremuros, viu-se da Rotunda a debandada da infantaria e da cavallaria.

Mas não se deu de mais fulgida a estrella da victoria.

O lance proseguiu, a breve trecho, desmanchando contentamentos.

Foi assim que, no apogeo do duello entre as duas artilharias, e previsto um golpe, cerce, nas intenções de reivindicar a republica, se executou, sob aviso, um projecto de antemão combinado.

Um auto de fé, reduzia a cinzas em casa do commissario naval Machado Santos, na rua José Estevão, 14, todos os apontamentos revolucionarios, desde a disposição de grupos, até á sua organisação; desde o esboço da lucta a realizar até aos actos de necessidade para garantir uma possivel partida ganha.

A revolta, considerada perdida cêrca das 2 horas da tarde, originou a queima dos documentos, se bem que a cifra em que se encontravam escriptos não desse margem a uma descoberta dos segredos.

Não se desmereceu todavia da argucia policial, accirrada ás probabilidades tristes da derrota democratica e o fogo devorou a papelada, não fosse ella indiscreta base fornecer ás presumidas perseguições das horas más.

Entretanto, regressava d'uma inutil peregrinação tendente a trazer officiaes para o campo da sedição, o alumno da Escola Polytechnica, Fernando Luiz da Silva Mendes.

Com outros condiscipulos, sahiu de novo, d'essa vez a procurar informes da armada.

Por outros vinham todavia.

Foi no ponto culminante da lucta com a bateria de Queluz, que trez enviados dos combatentes da marinha chegaram para sollicitar auxilio da Rotunda.

Indecisa ainda a victoria, os delegados do quartel de marinheiros, os revolucionarios Jayme Teixeira, Mario Malheiros e Estevam Pimentel, vinham encarregados de pedir o avanço de

uma parte da columna sobre Alcantara, afim de rechaçar os defensores das Necessidades.

O primeiro, fazia entrega ao commandante da Rotunda d'um bilhete a lapis, assignado pelo 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira, que succintamente expunha a conveniencia da sortida.

Machado Santos, de relance avaliou a impossibilidade de satisfazer o pedido. Recusou.

Sem querer, ganhara nova partida, eliminando essa plataforma para a derrota, offerecida, sem boa analyse, pelos defensores do quartel de marinheiros.

O abandono da Rotunda, essa posição, que se mostrava invulneravel ou pela defficiencia das forças fieis ou por uma especial tactica de adherencia, significaria um abdicar da realisação do ideal democratico e a demonstração d'um inutil sacrificar de vidas.

Todavia, Machado Santos, para que julgada não fôsse a sua intenção como acto de abandono, chamava a conselho, n'uma barraca da feira, o alferes Alberto Camacho Brandão.

Sereno, como se o não molestasse o tiroteio das forças acampadas nos altos da Penitenciaria, desenrolou ante o outro official um plano da cidade, pelo qual acompanhou o roteiro da Avenida a Alcantara.

Deixar esse posto, significaria o modo pratico de sujeitar a columna volante a um destroço e a Rotunda a um assedio, insustentavel pela falta de mais officiaes e pela diminuição do effectivo, já de si escasso.

Ao alferes Camacho Brandão, participava a opinião, logo acatada e definida, de ser de pessima tactica o abandono do baluarte.

Se não era precisamente um ponto intomavel, julgava-o o povo de impossivel vencida e a crença duplicava lhe a força.

Assente ficava a recusa á proposta do tenente Parreira.

A' pressa redigiu a resposta, logo entregue a Jayme Teixeira, e por elle depois depositada nas mãos do 1.º tenente Parreira, a bordo do *Adamastor*.

«Impossivel avançar Alcantara visto não abundar a infantaria, antes pelo contrario, com que possamos apoiar as peças. Bate-

remos Rocio quando bombardearem Terreiro do Paço. Estamos em combate desde madrugada».

Machado Santos, dizia-lhes ainda, para appressar a juncção dos revolucionarios do quartel de marinheiros com os da Rotunda e de novo justificava o facto de não effectuar o ligamento, sahindo elle do seu posto:

— Digam-lhes lá bem alto, para que todos os oiçam, que me encontro aqui sosinho com um official de artilharia!

Allegando a estada unica de um official, ignorava ainda Machado Santos, que outro ali se encontrava, facto só por elle conhecido ao terminar do combate das baterias:

«Tendo notado a solicitude que um individuo estava mostrando pelo gado, soube que era o tenente picador de artilharia 1, Antonio Celestino de Sousa Corrêa, que nada sabendo do movimento, sahira de casa, entrára na Rotunda e lá ficára, voluntariamente, prestando-nos o seu valios oconcurso não só em combate, como na protecção aos solipedes. (*)

De ha muito ali se encontrava porém o tenente, percorrendo o acampamento na sua missão, antes mesmo do ataque das baterias, e até da retirada dos officiaes na manhã de 4.

Para desempenho do seu encargo deixaram os tres emissarios a Rotunda, indifferentes ao perigo e conscienciosos no serviço de communicações que, á victoria obtida, lhes trouxe o premio de altos cargos. A Estevão Pimentel, ia o logar de governador civil do districto de Evora; a Jayme Teixeira, o de secretário da administração do 3.º bairro e a Mario Teixeira Malheiros, o de conservador do registo civil.

Ao abandonar do campo assediado pelo fogo da artilharia de Queluz, ainda os emissarios sentiram echoar-lhe aos ouvidos, a seguinte phrase energica de um popular, como protesto á phrase quasi desconsoladora do chefe do acampamento:

— E que a gente entrega mais facilmente a pelle que as armas!

E, como que secundando o brado, de novo desfechou a espingarda para os altos da Penitenciaria.

(*) Relatorio — pag. 82.

Desde essa hora começou a desvanecer-se o aspecto d'um sacrificio, a transformar-se no reflexo de uma esperança.

O ataque das baterias foi abrandando. Era ali o momento critico das novas dispersões.

Redobrando de enthusiasmo, os insurrectos proseguiram a lucta.

O tiroteio affrouxou mais e em breve registado era da Rotunda, o recuar da força de Queluz, e sua retirada.

O alto da Avenida representava sem duvide, um ponto sitiado, e de difficil manutenção seria se, de facto, virtualmente assim fôsse considerado, e não sob um patente platonismo. Comtudo, por extranho dictame da sorte, eram os envolventes que se submettiam.

Isto deu justiceiros fóros ao jubilo grande.

A força de Queluz, até esse tempo assumira para o campo de rebeldia as porporções de um collosso.

O nome de Paiva Couceiro, impunha o receio, e instinctivamente o convencimento de que só d'elle podia partir um ataque violento, livre de convencionalismo.

O retrocesso, mais que a victoria de momento, constituiu um golpe no animo de quantos dispostos estivessem a auxiliar a monarchia e um soerguer da coragem nos revolucionarios.

A promettida proximidade de juncção com os marinheiros maiores alentos trouxe ainda.

O dr. Malva do Valle, o unico membro do Directorio do Partido Republicano que até á Rotunda deitou e que dentro d'ella assistiu ao duello com as baterias só conseguiu exprimir n'um forte aperto de mão a Machado Santos, o contentamento d'essa hora de ventura.

Malva do Valle, ao ganho lance, iria a deputado, e a commissario do governo, junto do Banco Nacional Ultramarino.

Mais tarde, a quasi quatro annos de distancia d'essas fortes commoções da lucta, vel-o hemos no grupo collossal dos desilludidos e bradando em plena camara dos deputados (sessão de 15 de junho de 1914) durante a discussão de um projecto reorganisador das assembléas eleitoraes de Alcobaça:

«Esta corja está a provocar. Esta cambada precisa ser le-

vada a tiro! Ha entre nós e elles um equivoco que tem de desfazer-se em sangue, e o melhor é começar-se já. Eu que não fugi da revolução, respondo por mim, tambem não fujo!» (*)

Era presidente do governo, o dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães.

A alegria, justa áquella hora de exito, patenteava-se exhuberante.

Machado Santos, no auge d'essa expansão de enthusiasmo e crente de que os soldados realistas haviam batido em retirada, pois ignorava a ordem do general Antonio Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, escreveu uma carta ao commandante da divisão, general Manuel Raphael Gorjão, convidando-o a pôr termo ás hostilidades.

Ultimatum delicado era, e um portador seguiu com elle, para que, satisfeito, sem mais victimas se erguesse o estandarte da Republica.

A carta não dava entrada no quartel general:

«Foi uma verdadeira victoria! A muito custo consigo escrever uma carta ao general Gorjão, convidando-o a cessar a lucta. No dia seguinte soube pelo proprio general, que a carta não lhe tinha sido entregue. A carta fôra confiada a um popular que, ou morreu, ou se desinteressou do assumpto.» (**)

Nas primeiras horas da implantação da republica, duas versões correram: uma, dava o popular como um dos mortos da Rua de Santo Antão, (***) e outra, como não entregue a carta no quartel general, por suspeita de que ella contivesse intuitos de submissão ás tropas realistas.

Parece, porém, que mais base teve o primeiro boato.

Inutilmente esperou pois Machado Santos a sonhada franca capitulação do quartel general.

A esse tempo, porém já haviam effectuado uma notavel escapada pelo tunnel da estação do caminho de ferro do Rocio até

(*) Não o cita, como era de prevêr, o Summario da Sessão n.º 119 da da Camarados Deputados, em 15 de junho de 1914. Reproduziu-o, porém, em 16 e 17 toda a imprensa de Lisboa, entre ela o *Dia* e o *Intransigente* de 16.

(**) *A Revolução Portuguêsa*—Relatorio de Machado Santos, pagina 80.

(***) Actual Rua Eugenio dos Santos.

Campolide, algumas praças de caçadores 5 e infantaria, alliciadas estas pelo mestre de corneteiros, Joaquim Antonio Cochicho e aquellas pelo 1.° cabo 34 da 5.ª companhia de caçadores 5, José d'Almeida Diniz.

Pelo ardil e pelo porte em combate, foi elle proposto por Machado Santos para a promoção a 2.° sargento, apparecendo incluido na respectiva lista da ordem do exercito publicada a 22 de novembro de 1910.

Pelo mestre de corneteiros Joaquim Cochicho se soube na Rotunda, o quebrantamento moral dos regimentos que a assediavam e a tarefa do tenente José da Ascenção Valdez para conduzir a força do seu commando a um completo destroço ou a um auxilio unanime ao baluarte da Avenida.

Abandonando o edificio das côrtes, de abalada vieram egualmente até ao reducto com o 1.° sargento José Marcellino Santos, 12 praças de infantaria 16.

Marcellino, ao conseguido fim da revolução foi indicado para ascender ao posto de alferes na arma a que pertencia.

A desesperança da falta de resposta do quartel general, e as noticias optimistas trazidas pelas fugitivas praças de infantaria 5, fizeram com que o commissario naval ordenasse algumas descargas sobre os vultos dos soldados que fechavam a embocadura da Avenida.

O retrucar foi frouxo e sem que intenção se tivesse de perturbar esse crescente jubilo do Alto da Avenida.

Augmentou-o ainda o revolucionario José Augusto dos Santos, expondo o aspecto pouco firme do quartel general e o bello effeito ali produzido pela sua phantastica descripção (*) do acampamento da Avenida.

Como se isso servisse de evocação, e como que por encanto a Rotunda repovoou-se.

Assignala o refluxo, Machado Santos, no seu orgão jornalistico, (**) *post Republica:*

«Faz hoje dois annos que no alto das terras do parque Eduar-

(*) Mencionado no capitulo precedente.

(**) O *Intransigente* de 4 de outubro de 1912.

do VII começaram a brotar os heroes, como as ervas damninhas dum vasto campo de cultura!

«A's 11 horas da manhã a praça do marquez de Pombal era um mar de cabeças humanas; mas quando a fuzilaria e as granadas de Queluz se fizeram ouvir... ai pae do céu! — com perdão do sr. Affonso Costa — sempre a maré vazou com tal rapidez, que ainda hoje não sabemos por onde tanta gente se conseguiu escoar.

«Ganha a primeira victoria, era vel-os de novo a pejar a praça! A' noitinha, nem meio! Se acaso se não faz a ocupação do Quartel General nem sequer os do dia 6 appareceriam hoje. Sempre haviam de ser um poucochinho mais thalassas do que thalassas nós somos hoje.»

O contrario registam depoimentos da occasião em que não se haviam ainda subdividido em opiniões e malquistado os interferentes do maior lance de ataque que a Rotunda teve.

Vejamos as «notas de um revolucionario que seguiu todas as fases do combate»:

«O duelo da artilharia foi renhido e demorado. Entretanto ninguem se afastou um passo dos seus postos e entrou no espirito de ninguem o mais leve esmorecimento. O comandante Machado Santos, sempre a cavalo, de espada desembainhada, corria de um lado a outro, vigiando todas as posições e permanecia, de preferencia, no alto onde a artilharia se batia com a de Queluz, expondo-se temerariamente.»

E' certa todavia a evasão civil e até militar aos momentos de mais intenso tiroteio pela columna disposta junto aos muros da Penitenciaria.

Confirmando a sua retirada, que obedeceu, como já vimos, não a uma derrota, mas a uma ordem de abandono do local combativo, e mal recebida pelo capitão Paiva Couceiro, — chegou o empregado commercial Fortunato Espada, com alguns populares.

Conduziam dez armões, entregues por praças fugitivas.

Descreveram ellas a dispersão da soldadesca de infantaria 2, de serventes da guarnição de Queluz, e até a espectativa de varia da officialidade.

Bem acceite foi essa entrada dos foragidos.

O acto, comtudo, teve certa base: a influencia do desanimo, da desorientação e até da fome.

As praças encontradas a meio do caminho por revolucionarios civis, e andando quasi desfallecidas, pelo cansaço e pela falta de alimento, ingressavam na Rotunda, para refazer forças!

Algumas, achara-as na Rua Açores, o revolucionario Ambrozio Sengo.

Deixando a linha de fogo, endireitavam ao quartel general, mal podendo suster-se.

O popular fez o alliciamento, duplamente atendivel.

Ao regimen tirava esses defensores quasi inertes, e á republica, trazia, sob o aspecto humanitario de um saciar de fome, um troço de auxiliares, ao retemperamento, preciosos.

Assim, de agrado ingressavam no acampamento, que pretendiam antes combater!

Foi essa singular phase que coroou o terminus do primeiro assalto das baterias.

Uma das causas do desastre d'estas, foi o não unitario ataque da Rotunda, aliás esperado pelo capitão Paiva Couceiro, julgando que, durante a sua manobra, incessante e firme, uma investida séria pelas forças do Rocio, o auxiliariam eficazmente.

Pouco se fez.

Desde a registada paragem da columna mixta por Sete Rios, até á sua retirada dos altos da Penitenciaria, apenas distantes e ligeiras escaramuças se realisaram.

Deu-se um ataque por caçadores 5, com permuta de tiroteio, sem largo alcance.

Por seu turno, a municipal, de momento na Avenida, reproduzia o alarme, fazendo fogo perdido para o alto de S. Pedro de Alcantara, onde o povo se accumullava.

Era uma revindicta e uma prevenção contra elle.

Os insurrectos haviam-nas justificado com ardil, que em improductivo deu.

Um caldeireiro, de 22 annos, morador no pateo do Manuel Padeiro, ao Poço do Bispo, simulando uma traição, insinuava

á guarda municipal que estava na Penitenciaria um pretenso lado vulneravel da Rotunda.

A tropa cedeu.

A emboscada estava feita e em certo sitio cahiu em pleno centro de actividade revolucionaria, sendo o nucleo da guarda dispersado.

Antes, ao iniciar da lucta, tinha, porém, o caldeireiro o premio do traidor estratagema e um dos soldados esphacellava-lhe a cabeça com dois tiros, dando entrada, já morto, no posto da Misericordia.

Ainda pela guarda municipal um rasgo de audacia houve.

Aproveitando-se da investida das baterias, tentavam forçar o acampamento, resistindo sempre, com o seu punhado de homens, que pareciam multiplicar-se, impondo a illusão de que centenares de revolucionarios ali sacrificavam a existencia, attagados pela bandeira verde e vermelha da Republica.

Um pelotão, apoz o abandono da residencia do conselheiro Teixeira de Sousa, passou, sob o commando d'um capitão, pelas alturas da Rotunda, querendo efectuar o seu reconhecimento.

Vigiando sempre, os revoltosos punham tudo em debandada, sendo levada á Rotunda a noticia falsa, de haver ficado no campo, morto, o commandante da força.

A um desordenamento se reduziu, porém, o feito, (*) e a força apta se julgou para seguir na segunda columna, a que foi ao encontro do coronel Alfredo Albuquerque.

Todavia, nenhum d'esses lances, por isolados e de diminuta violencia, podia constituir um auxilio á lucta pelas baterias.

Só estas pois representavam o pesadello do campo rebelde.

Só ellas symbolisavam, por assim dizer, o gladio que poderia decepar, de golpe cerce, todas as esperanças em reivindicações republicanas.

Temido sempre foi a envolvente.

Esse temor justo e observado por quem mediu consequencias, teve reflexo no capitão Sá Cardoso dizendo nas annotações (n.º 11) ao relatorio apresentado no ministerio da guerra:

«Que se teria passado na manhã de 4, se, precedendo um ataque envolvente á Rotunda, as peças do grupo a cavallo ti-

vessem occupado algumas das alturas e metralhado d'ahi a coberto os revolucionarios da Rotunda?

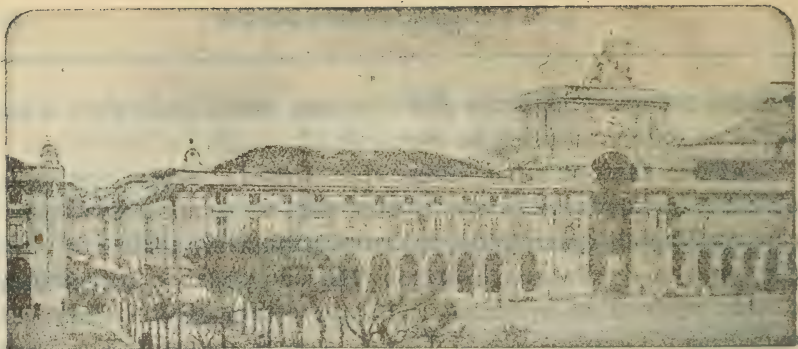
«Pode fazer-se uma ideia approximada, sabendo-se que, quando na madrugada de 5, uma peça do grupo tomou posição no Thorel, a artilharia dos rovolucianarios, então em posição no alto do Parque Eduardo VII, não podendo descortinar d'onde vinham os projecteis com que estava sendo batida, fez fogo para o Castello, para o Thorel, para S. Pedro de Alcantara e para o Carmo.» Vide *A Democracia* de 28 de novembro.

Reconheceu-se portanto ganho e com jubilo o antevisto acto de risco, á retirada da columna do Alto da Penitenciaria.

O general Antonio Carvalhal, dera alem, com a ordem de retrocesso, uma dupla feição aos successos.

Tirando um pouco de coragem aos quasi raros soldados dispostos a combater pela monarchia, insuflou animo áquelles que pela republica se batiam.

O epilogo, singular, da lucta com as baterias, exprimia, de facto, para a Rotunda, o prodomo da sua victoria.

(*) Citado a paginas 25 d'este volume.

XXIV

O ataque das baterias

Procurando convencer — Da Rotunda alveja-se o Rocio — O effeito das granadas — E' derrubada a corôa mural do monumento dos Restauradores — A granada artistica — Falso boato de novo ataque das baterias — Surgem mais auxiliares — Em prol da revolução — A guarda municipal e a policia — Scenas das ruas — Ainda as granadas do «S. Raphael» — O jornalismo ante esse dia de revolta.

evidente supremacia nascida da retirada das baterias, levou á Rotunda, com um verdadeiro enthusiamo, a ancia de mais largo emprehendimento.

Julgando-se os successos do alto da Penitenciaria, prenuncio seguro de uma rendição geral — presumpção confirmada pela remessa do já conhecido ultimatum ao quartel general — tratou-se de preparar uma adherencia completa com os effeitos do iniciado bombardeamento.

Serviria para temor de fracos e para auxilio aos que se não quizessem render sem simulada vencida.

Da Rotunda, fez-se pois fogo vivo sobre o Rocio.

Procurava-se rasgar caminho.

O povo, conhecedor do que se planeava, agrupava-se encoberto com as esquinas, aguardando a hora de manobrar.

Apoz a primeira granada, vinda do Alto da Avenida, a militança, procurava subtrahir-se á metralha que veio espalhar-se ao longo do primeiro e segundo quarteirão da Rua Augusta, indo parte attingir os vidros e portas de janellas do 3.º andar do predio 57 da Rua da Assumpção, contornando para aquella rua e victimou no 4.º andar, Francisco Ferreira da Silva, estudante, que estava á janella, e que os populares, aos gritos da familia, humanitariamente foram buscar, e conduziram ao hospital, d'onde sahiu dias depois.

Querendo aproveitar essa lufada feliz, da Rotunda se proseguiu o ataque.

As granadas, iam fazer rombos nas paredes, torcer as grades e partir os vidros das janellas do Hotel d'Inglaterra.

Os dois predios seguintes, os 31 e 43 da Rua do Jardim do Regedor, soffriam bastante e se no primeiro, as balas de artilharia abriam buracos, na parede, no segundo iam fazer em estilhaços as trez janellas do consultorio dentario Ferreira Pires, onde entrou uma granada que, explodindo, quebrou moveis, partiu espelhos, derrubou e torceu os apparelhos cirurgicos.

Outra bala de artilharia ia cahir no beiral de um predio da Rua das Gallinheiras quebrando os vidros das janellas, e rebentando no chão onde deixava um rasto amarello com fundos traços do trajecto.

Laborioso trabalho exerciam junto de dois candieiros, dos que rodeavam a base do monumento dos Restauradores na parte occidental.

As columnas, rasgadas á passagem das balas, como que foram reproduzindo, simetricamente o seu diametro, em escala regular.

Os candieiros, curiosos, pelo aspecto da sua apresentação, ali se mantiveram até ingressarem (12 d'outubro de 1910) no museu dedicado ás curiosidades revolucionarias, sendo apenas recolocados, apoz reparações, a quasi quatro annos d'esses successos (Março de 1914.)

Antes, já outro notavel incidente se dera.

N'elle se evidenciou uma prophecia desfavoravel á realeza.

Pelo meio dia, o cabo José Martins, á descarga feita pelas tropas que cercavam a Avenida, disparou a peça.

Julgou-se simplesmente attingida a parte alta do monumento aos heroes de 1640, mas outra symptomatica indicação do futuro operava a bala, como se guiada fosse pela invisivel mão do destino.

Deixando tudo incolume, apenas derrubou a corôa mural do escudo das armas da cidade, collocada no terço superior do monumento.

O projectil, que se presumiu auctor do feito, rebentára egualmente sob caprichosas formas, semelhando uma flôr de acantho.

Colhido junto ao local onde estoirára, constituiu exemplar celebre assignalado por uma chapa de ouro com a inscripção: Recordação da revolução que implantou a Republica em Portugal — 4-10-10.

Cognominada foi ainda de *a granada artistica.*

Mas nem só inanimadas cousas soffreram os resultados d'esse ataque destinado a convencer indecisos ou cautellosos.

Alguns revolucionarios eram igualmente victimas e quando um d'elles, pelas 4 horas da tarde, ia a atravessar a linha de fogo, derrubava-o um tiro na cabeça.

Attingido foi um dos assaltantes do quartel de infantaria 16, Aggripino Thomaz de Oliveira, filho de Rachel Jesus de Oliveira, de 18 annos, pedreiro, natural de Obidos, morador na Travessa de Cima dos Quarteis, 12.

Uma bala, entrando-lhe no peito, feria-o gravemente, não o impedindo de conhecer a coroação dos seus esforços em favor da causa democratica, de que não chegou todavia a ter mercês.

Fallecia no hospital de S. José, na manhã de 11 de outubro de 1910.

Outro ferido, grave, mas encorajado, foi José Pereira de Araujo, de 20 annos, natural de Arcos de Valle de Vez, caixeiro, morador na Rua dos Anjos, 172-1.º, que alcançado por tres balas, de rastos se conseguiu collocar atraz de uma arvore,

onde ficou, estorcendo-se, até ser erguido por outros populares, que o levaram ao hospital. Ali lhe foi amputada uma perna.

Não obstou isso todavia a que o povo, indifferente a esse comprovado perigo, procurasse aproveitar o desanimo na soldadesca, provocado pela perda de alguns dos seus, attingidos pelo fogo da Rotunda, e transitando d'ali para o quartel general e d'este, no carro de saude com a Cruz Vermelha, para o hospital da Estrella.

Aos gritos de *viva a republica* buscavam disseminal-os ou attrahil-os.

Retrahiam-se elles, porém, embora a poucos passos se encontrarem d'uma acquiescencia, devida á attitude popular enervante, absorvente, intuitiva, conduzindo-os a fraca resistencia.

A' imprensa vieram os echos de uma segunda tentativa de marcha sobre o Rocio, effectuada por uma bateria e com populares armados *ad libitum*, com caçadeiras, revolvers, pistolas e paus.

Confundiram-se as intenções do povo, tendentes a promover uma juncção entre o exercito e a revolta, com a organisação da columna disposta a exercer directo e proximo ataque ás forças que fechavam a Avenida.

Não o mencionam todavia as obras destinadas a servir de guia aos historiadores, pelos nomes de confiança que as firmam.

Não o registou Machado Santos, no seu relatorio, e o mesmo faz Gonzaga Pinto, não citando ainda o caso nenhum dos depoentes que figuram no trabalho do segundo.

O boato ao quartel general chegou e d'ahi um serviço de investigação confiado ao tenente do 3.º esquadrão da guarda muninicipal, Raul de Menezes, ao seu regresso da estrada da Pimenteira, até onde commandára a escolta a D. Manuel II.

Ratificou elle o desmentido a quantos affirmavam efectuada a tentativa, por confusão com a retirada de manhã e ainda pelo lance catechisante a que se quiz expôr a populaça, obedecendo ás velhas theorias ensinadas por Machado Santos logo apoz a fuga dos officiaes.

Esclarece pois assim nitidamente o incidente, o tenente

Raul de Menezes, referindo a sua chegada ao quartel general:

«Ali fui incumbido de ir saber se effectivamente as forças da Rotunda tinham descido até á rua das Pretas, o que averiguei ser mentira». (*)

Por essa hora, o acampamento revolucionario, contava com o auxilio de varios officiaes e aspirantes dispostos ao combate pela republica: o tenente do quadro de reserva, Fernando Mauro da Assumpção Carmo, o alferes de artilharia de reserva, Carlos Ludgero Antunes Cabrita, o aspirante de infantaria 16, José Fernandes Soares, e os cadetes Humberto de Athayde Ramos e Oliveira, Manuel Fernandes Beirão e Viriato Correia de Lacerda.

Cabrita foi o principal organisador dos grupos de estudantes revolucionarios, não realisados aliás á precisa hora, mercê de dessidencias que Machado Santos patenteia a paginas 121 do seu Relatorio:

«Entre os alumnos da Escola do Exercito conseguiu entremetter-se um estudante paisano sob promessa de sentar praça, que nunca cumpriu. Este personagem ambicioso do mando, não viu com bons olhos a chefia de Cabrita e teve artes de escangalhar a magnifica organisação e de se fazer passar como seu principal elemento perante João Chagas. O diabo não quiz nada com rapazes e os alumnos da escola do exercito, foram de toda a organisação revolucionaria, os que mais me arreliaram, por muito apreço lhes dar.»

Antunes Cabrita, depois um dos grandes defensores (**) de Machado Santos durante a campanha contra este feita, era á victoria obtida, passado, no mesmo posto de tenente, ao quadro activo do corpo de almoxarifes de engenharia e artilharia, sem prejuizo de antiguidade.

Mais tarde capitão, não se salvou de ser accusado de connivencia na tentativa de golpe de estado de Janeiro de 1912. (***)

Dos outros, Humberto de Athayde, fôra um dos destinados

(*) *O Seculo* de 15 de Outubro de 1910.

(**) O *Intransigente* de 4 de Outubro de 1912. Na sua altura será salientada essa defeza.

(***) Vide documento de paginas 347 do 3.º volume d'esta obra.

a dirigir o assalto ao castello de S. Jorge, pretenção mallograda como já vimos.

Manuel Fernandes Beirão e Viriato Correia de Lacerda ajudaram egualmente a propaganda na Escola.

Os tres, ante a impossibilidade de evitarem a acção d'esta, promoveram a abalada até a Rotunda, aproveitando a noite escura, sendo com jubilo recebidos no campo de rebeldia.

De todos, porém, só um synthetisaria mais tarde, o maior escolho á aureola de gloria em que foi envolvido o nome de Machado Santos.

Era o tenente Mauro do Carmo.

Dado foi como o commandante da Rotunda, a um pretenso affastamento do logar pelo commissario naval e elle proprio não desdenharia orientar, n'esse sentido uma campanha, que a seu tempo será relatada.

Vinha ainda participar das previstas más consequencias, outro agaloado. Vendo o constante vacillar de tropas, entrava na Rotunda, um dos officiaes que tinham o seu nome ligado ás phases iniciaes da conjuração, o tenente de caçadores, Antonio Pires Pereira Junior, ao qual foi entregue o commando central, o da Praça Marquez de Pombal, com o auxilio do tenente Fernando Mauro do Carmo, alferes Camacho Brandão e Carlos Ludgero Antunes Cabrita, tenente picador Correia e os cadetes.

Para premio ao novo combatente, sairia mais tarde, Republica victoriosa, apresentado pelo delegado ás Constituintes, Innocencio Camacho Rodrigues, um projecto de lei (*) onde se incluia o nome de Pires Pereira, em lista para a concessão do grau de grande official da Ordem da Torre e Espada, com a pensão de 900$000 réis.

Ao não seguimento, correspondeu, posteriormente, era presente na camara dos deputados, por Antonio Granjo, o seguinte projecto de lei, que para segunda leitura ficou:

«1.º E' concedida ao tenente de infantaria Antonio Pires Pereira Junior, e igualmente ao tenente de artilharia Alberto

(*) *Assembleia Nacional Constituinte* — Sessões n.os 16 e 18, de 7 e 11 de Julho de 1911.

Camacho Brandão, a pensão anual e vitalicia de 1:200$000 réis, livre de todos os descontos, pelos serviços relevantes prestados á Republica nos dias 4 e 5 de outubro. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.» (*)

Machado Santos, com uma parte da infantaria ia estabelecer-se no alto das Terras, defrontando o quartel de artilharia 1, para seu appoio em caso de assalto.

Reorganisou-se o serviço de segurança, pela fixação de postos avançados e vedetas, desenvolvendo-se até aos logares distantes do acampamento, como o Campo dos Martyres da Patria, onde era dirigido o serviço pelo carbonario, secretario da commissão paroquial republicana da freguezia do Coração de Jesus, Antonio Marinho Marques. (**)

Preparando as precauções para obstar a qualquer inesperada sortida, promoveu-se a quietitude de alma na populaça que a dentro do acampamento, se principiava a entibiar com o progressivo descer das nocturnas sombras.

Para animo não só aos internos combatentes, como para assegurar a boa vontade dos que erravam pelas ruas, fez-se salientar o desembarque, proximo, dos marinheiros para atacar as forças fieis, e emissarios d'essa nova, transitando sem embaraço, foram tres estudantes militares, armados de espingarda.

Percorrendo as redacções, fallando aos grupos, incitavam, ante a benevola vista dos que atacavam a tiro os devotados da democracia, tolerando-lhe comtudo a desassombrada propaganda...

Essa attitude singular, pode-se todavia filiar na intensa vontade de não dar a cada campo a nota flagrante de uma traição absoluta.

Para propaganda ainda, fez-se tambem descer a Calçada de S. Francisco, até perto das tropas, para logo retroceder, uma ranchada de creanças acclamando a republica.

(*) *Diario da Camara dos Deputados*, 67.ª sessão, em 7 de Março de 1912. Pagina 5.

(**) Falleceu a 15 de Janeiro de 1911.

N'um desespero, quasi só a policia e a municipal se multiplicavam para estorvo a torrente avassalante da revolta.

A policia procurava ainda, audazmente, entravar a marcha dos rebeldes.

Perto da Avenida, um agente, assaltado, resiste, a tiro.

Os populares, comtudo, cahiram-lhe em cima, algemaram-no e levaram-no preso até á Rotunda, d'onde sahiu livre, com a farda vestida do avesso.

Do acampamento gritavam-lhe:

—Vae dizer aos teus que os republicanos não são assassinos!

Pouco antes, haviam dado ingresso no governo civil, entre uma escolta de 28 agentes, 10 populares que tinham feito uma tentativa de ataque a um quartel.

Procurando resistir, fizeram explodir uma bomba que apenas attingiu o seu possuidor, ferido gravemente no rosto.

A attitude policial, forçou a medidas radicaes.

Posta em destaque a inconveniencia de se manter, embora desguarnecida, a esquadra do Rato, tão proxima da Rotunda, um troço de populares, armados de picaretas, assaltaram-na e arrazaram-na aos gritos de viva a republica.

Foi n'essas alturas, que uma bomba explodindo na Rua Barata Salgueiro, feria quatro civis, sendo um d'elles, em peor estado, transportado ao hospital sobre uma porta tirada da escada de um dos predios da Avenida.

Continuava, por sitios varios, o ataque a outras esquadras e entre ellas, á da Rua do Loureiro, onde reduzido a fragmentos ficou todo o mobiliario, exemplo baseado no assalto á do Beato, destruida, mas não sem lucta grave.

A municipal detinha por seu turno, pela tarde, no largo de S. Roque, o jornalista revolucionario, redactor da *Capital*, Francisco Xavier Carregal da Silva Passos, logo encerrado no quartel do Carmo, ante a apprehensão d'uma pistola automatica.

O chefe do grupo civil *A Redempção* breve era restituido á liberdade, indo, ás primeiras horas da noite, auxiliar a defesa da Rotunda.

O povo, sempre ousado, procurava não deixar em descanço a soldadesca, tentativas ás vezes a mau terreno conduzidas.

Um troço de populares, postando-se á esquina da Travessa de S. Nicolau, combinava uma acção sobre a tropa do Rocio, quando esta, percebendo-os, lhes mandou intimação para retirada.

A' desobediencia correspondeu logo uma descarga, ficando feridos alguns civis.

Outro grupo, foi postar-se á embocadura da rua dos Correeiros, para a Rua das Gallinheiras, acenando ás praças para que o seguissem.

Surprehendidos por uma vedeta de infantaria, esta fez fogo sobre os imprudentes, fugindo, encobertos pelas portas, ao toque de corneta, que determinava uma descarga.

N'outro ponto iam exercer a acção, sempre intemeratos e arrojados, indifferentes a quanto se conhecia sobre victimas já havidas.

Por essa hora, já os boatos, assignalavam a existencia de 80 mortos e mais de 200 feridos, assestando como immolados principaes, soldados da guarda.

Visando a incitamento dava-se como estabelecida no acampamento da Avenida, communicação pela telegraphia sem fios, com os navios de guerra, os quais não tardariam a bombardear a cidade.

Novos terrores semeou portanto o cruzador «S. Raphael» surgindo em frente do Terreiro do Paço.

Desde logo se pensou que iria executar o plano envolvente conbinado na Rotunda.

Todavia, o navio, apenas fazia os tiros para desalojamento da municipal postada nas arcadas junto dos correios e ministerio das obras publicas e enviava duas granadas ao Rocio, rasgando ellas caminho pela Rua do Ouro.

De cima, da Praça de D. Pedro, veio a inutil resposta.

Se escapava, milagrosamente, uma força de policia armada de carabina, que sob o commando do capitão Craveiro Lopes, regressava do quartel de engenheria onde fora buscar armas e munições, o mesmo não succedeu ao electricista Arthur da Costa Machado, de 40 annos, morador no Becco das Farinhas, 3, loja, e ao compositor typographico, Hypolito Ferreira Fialho, de 42 annos de edade.

O primeiro, que seguia pelo passeio opposto áquelles por onde iam os agentes, ficou logo morto, com os intestinos de fóra.

O segundo, levado ao hospital da Misericordia, ali vinha a fallecer, sendo sepultado no dia 9.

Ferido era ainda José de Assumpção, de 15 annos, natural de Lisboa, morador no Becco dos Corvos, 19, 1.º, escapando outro menor que com elle ia.

Ao explodir da granada, corresponderam ainda varios tiros indo um esphacellar os miolos de Antonio da Silva Bacellar, de 30 annos de edade, descarregador de carvão, solteiro, natural de Arcos de Val-de-Vez.

Cahiu, para não mais se erguer, junto á Papelaria Palhares, espalhando-se a massa encephalica pelo passeio.

Os tiros feitos de bordo, julgados foram prenuncio de desembarque.

O pensamento tomou fóros de realidade e tanto que, no dia seguinte, ainda a *Lucta* dizia:

«Consta que o «S. Raphael» fez um desembarque de forças no Terreiro do Paço, batendo as forças municipaes que lhe tentaram fazer frente.»

Sem que de perto se visse a marinhagem rebelde, e sem que se averiguasse, se de facto, as granadas eram *ultimatum* á terra, ou abrir de caminho para avanço do Caes das Columnas sobre a Praça de D. Pedro, a soldadesca n'esta acampada, fez logo crepitar as balas sobre esses imaginarios desembarcados, emquanto o navio seguia serena rota, para resguardo com o edificio da Alfandega.

Não o sabendo, imaginado foi um lance terrivel.

A resistencia julgou-se impossivel, mercê mais da propaganda do que das circumstancias.

Os soldados da revolução, animados por uma outra fé, por uma outra crença, mais forte, mais exaltante, tomaram maior furia no seu assalto.

Intentou-se até uma tomadia de metralhadoras de caçadores 5, chegando mesmo a dar-se o acto como consummado.

Não chegou todavia a effectuar-se esse desejo, embora dis-

posto estivesse á arrojada tentativa um grupo de revolucionarios civis.

De espera em espera, de terror em terror, de incidente em incidente, a noite se foi approximando.

Os jornaes ao serviço da revolta, iam levar a todas as partes o incentivo, coadjuvando as proclamações sahidas da *Lucta*.

Fazendo ver um exito completo, lançavam, sem rebuços, o seu pregão de animo, de envolta com a descripção enthusiastica de desastres realistas.

A Capital dizia pois:

«A's cinco horas da tarde, a situação dos revolucionarios é gloriosa. As forças do governo teem sido batidas em toda a linha. A bateria de Queluz tentou alvejar, installando-se na Penitenciaria, as forças revolucionarias acampadas na Rotunda. Foi repellida com perdas. A cavallaria da municipal tambem tentou duas investidas sobre a artilharia e infantaria 16. Em ambas foi derrotada. A familia real já não está no Paço das Necessidades, e parece que se refugiou a bordo do cruzador brazileiro *S. Paulo*.»

Energico e intemerato, o mesmo jornal estabelecia um audacioso serviço de informe em favor dos revoltados, publicando não só a posição das forças fieis, e a acção das republicanas, como registando, para seu alento, as intenções da armada, como prompta a atacar as tropas realistas e que havia «communicação perfeitamente estabelecida entre as forças revolucionarias de terra e mar».

Como estimulo inseria ainda em 4 de Outubro, o seguinte:

«Lisboa amanheceu hoje ao som do troar da artilharia. Proclamada por importantes forças do exercito, por toda a armada, e auxiliada pelo concurso popular, a Republica tem hoje o seu primeiro dia de historia, e a marcha dos acontecimentos, até á hora em que escrevemos, permitte alimentar toda a esperança d'um definitivo triumpho. A batalha está travada, a sorte das armas lançada. Cumpre encarar a situação com serenidade e firmeza. Mas embora os factos falem mais alto do que todos os commentarios, importa consignar a attitude das forças revolucionarias, e do povo que as secunda. As tropas batem-se com or-

dem e disciplina, como é proprio dos soldados portuguezes, e na cidade, apesar de inteiramente abandonada pela policia, não se regista o menor excesso da multidão contra individuos ou propriedades particulares. A lenda do saque, da *barcelonada*, do banditismo infrene está sendo desmentida eloquentemente pelos factos, que se encarregam de demonstrar a sua absoluta inanidade, tanto tempo explorada como arma de combate politico por parte dos defensores da monarchia. Como os orgãos do governo, ainda ante-hontem affirmavam, a contenda que se está travando no nosso paiz decorre entre portuguezes, o que o mesmo é dizer livre de manchas que infamem.

«Por isso mesmo Lisboa, fóra dos pontos onde a lucta se empenha, apresenta um aspecto de tranquilidade e confiança que não deixaria de surprehender o espectador d'estes duellos tragicos dos povos. Pelas ruas principaes, como nos bairros mais affastados, os transeuntes circulam sem pressa, sem sobresalto, sem terror. Andam pelas ruas mulheres e creanças, giram carruagens, desenrola-se a faina da labuta diaria d'uma grande população, como nas condições normaes da sua existencia. Lisboa, n'uma palavra, tem o aspecto dos seus dias habituaes, a que não falta um sol claro e doce de outomno, que a illumina de belleza e encanto. Não ha lição maior do que esta attitude da população da capital. Ella demonstra que não só não receia os episodios da revolução, como traduz em serenidade e confiança o seu sentimento tantas vezes demonstrado de amor á causa da democracia e da liberdade. Está travada a lucta que tudo indica não poder ser de longa duração. Que todo o paiz a encare, como a encara o povo de Lisboa, — com fé e com firmeza.»

Da imprensa monarchica não sahiram o *Dia*, da direcção de José Augusto Moreira de Almeida, as *Novidades*, do partido teixeirista, dirigidas pelo deputado João Carlos de Mello Barreto; e o *Noticias de Lisboa*, do partido Campos Henriques, sob a direcção do irmão d'esse estadista, dr. Alberto Navarro.

As officinas de impressão, estavam situadas a meio da Calçada do Sacramento, no limite da qual, estava o largo do Carmo, séde do quartel da guarda municipal.

Esta, em formatura e prevenção, não consentiu que as fôrmas dessem entrada na casa onde se encontravam as machinas.

Publicando se, o *Correio da Noite*, progressista, da direcção do deputado dr. Carlos Ferreira, dava, mas sob frouxo aspecto, o movimento fracassado.

O *Liberal*, orgão progressista, da direcção do dr. Alexandre de Albuquerque e propriedade do antigo ministro da marinha, conselheiro Antonio Cabral, insinuando attitudes á soldadesca, dizia:

«Bastantes soldados revoltosos, arrependidos do passo que deram, teem-se ido apresentar aos respectivos corpos.»

Era justificavel a noticia, embora falsa. Pretendia o orgão progressista, apontar um caminho de regresso á defeza monarchica.

A' local respondeu, altiva, e ao lance ganho, a *Lucta*, esquecida de que, n'aquella manhã, interrogára cauta e arteiramente: *o que ha?*

A 5, apontando o *Liberal*, diria, em duas linhas já energicas:

«Ora nós queremos ver quando chega a ocasião de *O Liberal* se arrepender do passo... que não deu».

O *Imparcial*, que reproduzia a orientação do ministro dos negocios estrangeiros, conselheiro José de Azevedo Castello Branco, exprimiu-se de forma a merecer do jornal republicano *O Mundo*, a seguinte apreciação feita á hora da victoria democratica (5 de Outubro):

«O *Imparcial*, orgão do ministro dos estrangeiros, publicou sobre os acontecimentos uma noticia que não se inspira em facciosismo partidario.»

Era a evidente derrocada, mas recebida sob a fria attitude com que se esperam os logicos acontecimentos, quer se inspirem n'uma desgraça quer n'uma alegria.

A' França ia em 4, o summario dos successos, ali esperados aliás, e o *Matin*, com informações seguras, dizia o que em Portugal ainda a essa hora se ignorava sobre a attitude do exercito e da marinha:

«Chega-nos de Portugal uma noticia muito grave: declarou-

-se a revolução em Lisboa e a marinha e o exercito colocaram-se ao lado dos republicanos Eis o interessantissimo telegramma que recebemos do nosso correspondente, pela radio-telegraphia:

«*Lisboa*, 4 — Declarou-se a Revolução. A cidade está intransitavel. A's duas da tarde começou o bombardeamento do palacio real pelos navios de guerra. Toda a marinha e uma grande parte do exercito estão ao lado dos republicanos. E' impossivel dar pormenores.

«A revolução em Portugal não surprehenderá os leitores do *Matin* Ha muito tempo que as nossas informações deviam prever a imminencia d'esse movimento. O assassinio do rei e do principe herdeiro, no dia 1 de Fevereiro de 1908, foi o principio do fim do regimen. Desde essa data os partidos monarchicos não puderam resistir á onda crescente do republicanismo portuguez. Os partidos monarchicos, sem quererem attender ao perigo que ameaçava o throno, combatiam entre si; os ministerios organisavam se para cahir quasi immediatamente; era o verdadeiro *gachis* politico em Lisboa. Os enviados especiaes do *Matin* em Portugal, faziam resaltar a gravidade da situação. As informações do *Matin* foram desmentidas pelos meios diplomaticos e officiosos Mas nada explicou melhor a exactidão das nossas informações de que as declarações do deputado republicano sr. dr. Affonso Costa, publicadas no dia 2 de Setembro ultimo.

«Accrescentemos, que ha alguns dias estavamos prevenidos de que os republicanos estavam dispostos a proceder. Antehontem, um deputado republicano, o sr. dr. Bombarda, foi assassinado em Lisboa por um tenente; foi sem duvida esse acontecimento que decidiu o partido republicano a precipitar os acontecimentos».

Por seu turno, o dr. Sebastião de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria Portugueza, ao tempo da revolta, em Paris, expandia no *Matin*, as suas opiniões:

«O acontecimento fatal produziu-se. A revolução está em Lisboa. Não nos surpreende, a nós, membros do Partido Republicano em Portugal. Já o tinhamos previsto e annunciado ha muito tempo. Sempre esperámos que a mudança do regime se efectuasse

com a maior calma, com ordem, por simples efeito da vontade popular livremente expressa. Mas o feitio desatinado dos homens do poder e a cegueira do trôno não o permittiam. Depois da morte de D. Carlos podia-se esperar que os partidos monarchicos compreendessem a lição dos acontecimentos. Não compreenderam. A acumulação de erros, de faltas e de abusos que provocava o gesto desesperado do povo contra a dictadura de Franco agravou-se ainda mais. Toda a obra dictatorial desejada pela realeza ficou de pé. As leis de excepção contra a imprensa foram aplicadas. Os jornalistas viram-se na necessidade de emigrar para fugir ás condemnações dos tribunaes. Inventaram-se associações secretas. A sua descoberta permittiu perseguir os republicanos. Empregaram-se todos os meios de opressão para abafar a voz do povo. Cidadãos pacificos foram presos como suspeitos de simples denuncias. Diariamente se fazem buscas domiciliarias. Todos esses atentados á liberdade e á dignidade de uma população laboriosa foram cometidos pelo arbitrio de um juiz de instrucção criminal que tinha os poderes de um inquisidor. E esses factos monstruosos, essa renovação das peores epocas da tirania produziram-se na hora em que o advento do novo rei fazia esperar aos homens mais credulos que ia produzir-se uma pacificação. Nós, republicanos, nunca nos deixámos prender por essa fantasia. Continuámos no paiz a nossa propaganda, convencidos de que a salvação de Portugal só podia estar na Republica. A propaganda dos republicanos, os escandalos dos sucessivos governos comprometidos nos negocios equivocos, as decepções acumuladas de todo um povo forçaram o rei, ha alguns meses, a chamar ao poder os homens que se intitulavam liberais. O arbitrio do passado continuou com a etiqueta hipocrita de um liberalismo mentiroso. A pretexto de um imaginario *complot*, o juiz de instrucção continuou a sua obra de reacção. A revolta da opinião foi tal que as mais importantes associações comerciais tomaram a iniciativa de um formidavel movimento de protesto indo, se tal fosse preciso, até á greve geral. Os partidos monarchicos, formando o blóco conservador, tinham procurado impedir a entrada no parlamento aos republicanos, cujo numero dobrara em tres annos. Não compreendiam que era a vontade do povo que se

manifestava, apesar da formidavel pressão das autoridades e da iniquidade de uma lei eleitoral contra os republicanos. O presidente do conselho, Teixeira de Sousa, que já conspirára contra a dictadura com os verdadeiros liberais, fez nomear par do reino um dos colaboradores mais notados do dictador. Era á formal convicção de que o governo de liberal só tinha o nome, e que se vendera aos reaccionarios. Acima desse *gâchis* politico, a fraca vontade do rei, prisioneiro dos clericaes, era impotente. Desde então a situação era inexplicavel. Por governar contra o paiz, faltou ao governo o apoio do exercito e da marinha. Esse exercito e essa marinha aderiram á Republica como a unica fórma capaz de salvar o paiz.

Só faltava um incidente para suscitar a revolução. O assassinato do deputado Bombarda foi esse incidente. O povo quiz ver na morte do chefe da Liga Liberal uma vingança clerical. Não faltava mais nada para desencadear a indignação popular. A marinha que esteve sempre na vanguarda do liberalismo, tomou a frente do movimento e o exercito seguiu-a. Que acontecimentos se desenrolam actualmente em Lisboa? Não se sabe, exactamente. Deve-se, prever, porém, que a Republica, cuja esperança está em todos os corações, sairá triunfante. Esperemos sómente que o advento da Republica possa fazer-se sem que as vidas humanas se sacrifiquem em vão, porque a força brutal, jámais poderá prevalecer contra a esperança e a victoria de um povo decidido a defender a sua independencia e a sua liberdade.»

N'essa hora, a realeza de Portugal, representada por D. Manuel II e pela rainha D. Amelia, via decorrer na villa de Mafra, a tormentosa e derradeira noite de estada em lusas terras.

A politica cavara-lhe aos pés o abysmo. Foram elles as victimas principaes, atiradas para o sorvedouro.

Mas o destino ao traçar-lhes esses passos, fixou para vida em mortal peccado quantos lhe serviram de auxíliares para o cumprimento do designio e, veremos depois, emquanto uns, em ignorado recanto curtiam pesares de velhas eras, outros, arrastavam no exilio, o remorso de haverem rasgado caminho á causa da

democracia para que ella affogar pudesse a causa da monarchia.

Mas a altos dictames curvada tem sempre de estar a misera humanidade.

Quando ella, em terras portuguezas, pensou e murmurou o *torniámo á l'antico*, de Verdi, o dedo da Providencia marcou a pausa, para que não tivesse tão rapido sancionado o arrependimento do d'outr'ora phrenetico desejo...

A NOITE DE 4 DE OUTUBRO

A MADRUGADA DE 5

I

As formaturas. — O duplo equivoco. — A propaganda junto dos regimentos. — Campo de desorganisação. — Tentativa de assassinio do alferes Empis. — Ideias de juncção ás forças da Rotunda. — O proseguir dos boatos. — Os incendios da Avenida. — Perseguição á policia. — O assalto á esquadra de Arroyos. — A guarda municipal. — Reapparecem alguns dos dirigentes da sedição.

noite de 4 de Outubro, como um veu negro, pesado e tragico, desceu sobre a cidade de Lisboa.

Voltando ás suas ruas, vemos accentuar-se pois o espectaculo de terra.

As luzes não se accendendo, coroavam com as trevas o lugubre d'essa noite de mysterio.

A revolta fizera recuar os accendedores, mas, n'uma desconfiança, para lhes quebrar vontades, destruidos foram os candieiros.

Aos globos dos postes electricos, as pedras os estilhaçaram.

A escuridão, se encobriam os soldados perscrutando as travessas em tenebroso aspecto, disfarçavam os revolucionarios, que como serpentes colleantes, procuravam envolver na sua teia de attracção ou de destruição essa cohorte de indifferentes, observando uma attitude de espectativa singular.

Mal definidos no seu pensar, não se atreviam a abrir, francamente, os braços á revolta e, embora, contra-vontade, detinham á bocca da espingarda os propagandistas do ideal anti realista.

Não serviam a causa da realeza, pelo amor á democracia, mas não auxiliavam esta, pelo receio do resurgir matutino do poder auriflante da monarchia.

Contrariamente, pois, ás previsões dos revoltosos, as tropas continuavam nos seus postos.

O alferes Ernesto Empis, com duas metralhadoras, tomava a praça dos Restauradores.

O capitão Henrique Maria Cancio Penha Coutinho, com a companhia de caçadores 5, a rua do Arco de Bandeira; o capitão Carlos Alberto Viçoso May, outra, fechando a Rua do Ouro e Rua Nova do Carmo; o alferes Gomes da Silva, com um pelotão de caçadores, cerrava a Rua Augusta: o Capitão José Mendes dos Reis, com a guarda fiscal, fechava a Rua da Betesga.

A bateria de Queluz, guarnecia com peças as ruas do Ouro e Augusta.

Tomando as embocaduras das ruas, por vezes envolvidas na esteira luminosa dos projectores electricos dos navios revoltosos, as sentinellas bradavam:

— Quem vem lá?

Se respondia era forçado a retroceder.

— Não pode passar!... Affaste-se!

Se não dava resposta, era fuzilado.

O silencio era apenas quebrado pelas descargas, ou pelas vozes das vedetas.

Um popular atreveu-se a cruzar a rua do Ouro, junto ás escadinhas de Santa Justa.

Não retrucou á pergunta das sentinellas. Fuzilaram-no.

Outro popular, Francisco Antonio Reis, residente na Rua

da Bella Vista, humanitario, correu para elle, amparava-o e interrogava-o sobre a residencia.

Apenas disse:

— Rua . . .

Estava morto e uma descarga victimaria o seu companheiro se não fugisse, ficando o desventurado ao abandono, até que a Cruz Vermelha, informada, a despeito de riscos, corajosa, ia buscar o corpo, cêrca das 10 horas e meia da noite, removendo-o para a morgue.

Não se ganha uma revolta firmando-a no intuito disciplinador, mas derruindo juradas fés.

Todavia isso representa sempre o cavar de convicções, o insuflar do êrro e essa mole enorme, a indisciplina, de todo se não remove.

A base disciplinar deixa de ser a esphera em redor da qual se formou a obediencia e condensou o respeito, para assumir a feição tetraedica, desegual, tendo como escala a percorrer, um maximo de desillusão e um *quantum* de revindicta á preconisada destravante da submissão.

A propagada semente da indisciplina, quando se reproduz em factos, radica-se em effeitos: é arvore que se arranca, á machadada, colhidos os fructos, mas de quem a terra mater espiritual, guarda avara e absorvente as raizes reinvindicadoras ou perturbadoras.

Fazia-se pois, entre a soldadesca, a semeadura do êrro.

A planta germinava, mas, por anomalia, emquanto o cerebro voava para a derrocada do juramento á bandeira azul como transição para a verde-rubra, as espingardas despediam as balas para abrigo no peito dos trabalhadores civis das ideias novas.

N'uma nevrose, n'um transe de singular percepção, faziam-se victimas, faziam baquear rebeldes á força de tiros, quando era evidente designio da soldadesca e dos officiaes fazer causa commum com os grupos civis em revolta.

Havia o mutuo combate entre militares e paisanos, quando ambas as classes visavam a identico fim.

Com a connivencia andava o equivoco.

Aproveitando a escuridão, os populares foram lançar algu-

mas bombas perto de caçadores e infantaria 5, occupando para isso janellas.

Não houve maus effeitos, porque ao acto presidiu não uma ideia de morticinio, mas de desorganisação.

Não o comprehenderam muitos, e, emquanto uns fugiam faziam outros tiroteio forte.

A populaça de novo se esquivou. Julgou terreno contrario, o que era apenas campo de más comprehensões.

Assim, emquanto os civis procuravam convencer, pela approximação ou pela ameaça, a militança, que seguia o mesmo ideal, oppunha, n'um retrahimento, a fuzilaria.

Procuravam valer a essa expectativa observada varios dos officiaes, fazendo propaganda para o terminar da situação.

Um general, Ernesto da Encarnação Ribeiro, vigilava mesmo sob esse indisciplinamento, pondo as suas estrellas em connivencia com os galões dos que queriam arremessar os regimentos á quebra do seu juramento de fidelidade.

Relatou-o em entrevista, (*) o dr. José Barbosa:

«Durante a noite de 4 para 5, alguns d'elles, como Valdez e Carvalhal Correia Henriques, apesar de expostos no Rocio a um ataque vivissimo dos populares, conservaram sempre uma attitude de obstinada obediencia á Republica e impediram por todos os meios ao seu alcance que infantaria e caçadores massacrassem os elementos revolucionarios da classe civil. O general Encarnação Ribeiro, n'essa noite de tragedia, tomando contacto com diversos d'esses officiaes que elle conhecera das reuniões de conspiradores, assegurára-se plenamente d'essa attitude.»

O general Encarnação Ribeiro iria, ao lance ganho, ao cargo de comandante geral da guarda municipal, depois guarda nacional republicana.

Embora não cooperando em plena luz, no movimento, produzia-se assim uma attitude que indirectamente auxiliava a denominada *causa da patria*.

Ao soldado, sem base intellectual, se lhe apresentava como dogma, que o abandono da causa real correspondia a defeza da

(*) *A Capital* de 18 de Outubro de 1910.

patria em perigo e a instrucção rudimentar, aventando horisontes novos, de esphinge, para cerebrações mal cuidadas, não recuava, seguindo abertamente para a eterna indisciplina, que, mais tarde, victoria ganha, resurgiria com o seu certo destecho criminologico, dando êrro grave na vida da caserna...

O alferes Gomes da Silva e o tenente José da Ascenção Valdez, mantiveram, por seu turno, em actividade, a propaganda democratica, bem recebida pelas praças.

Valdez, tinha sollicitado ordens ao major João Pedroso de Lima, para, com uma companhia, seguir em explorações.

O fim era apenas alcançar a Rotunda, mas o superior, por intuição ou por julgar util não contrariar a ordem do commando supremo, recusou.

O tenente, com os sargentos José Flôres e Herculano Matheus, teria effectuado um assalto ás metralhadoras, se d'isso o não dissuadisse o alferes Mendes Bragança, por uma desconfiança sobre os soldados.

De infructifera intenção em nascente esperança, se foi preparando a soldadesca para se insubordinar durante a noite, devendo, como inicio, fugir a qualquer signal de ataque.

Assignala essa attitude o tenente José Valdez:

«O alferes Bragança, esse prevenia-os para, no caso de serem atacados, fugirem para a Arcada, onde nos reuniriamos para passarmos para os revoltosos. Todos os soldados, ou quasi todos, estiveram commigo n'essa arcada e ahi aconselhava-os a não fazerem fogo, lembrando-lhes que era sobre irmãos que atiravam, e conheci que a desmoralisação era já grande entre elles, pois na linha não faziam fogo, fugindo d'elle ao menor pretexto; bastava um tiro, um estrondo, para que elles se dirigissem para a Arcada. Essa desmoralisação foi notada por Martins de Lima, que reparando n'essas fugas loucas, os obrigava a ir para a linha, chegando mesmo a fallar-lhes para lhes incutir coragem, imaginando ser cobardia o que os minava. Pelas cinco horas da tarde recebia eu uma carta do meu irmão Vasco, em que me prevenia «de um ataque de manhã, junto com as forças da Rotunda, dizendo tambem que a canalisação do gaz seria cortada». Exultei de alegria e, tendo lido a carta ao Bragança, resolvemos,

desde logo favorecer esse ataque, ficando de pé a nossa resolução de aproveitamento da arcada para reunirmos os homens. Como o Bragança, tivesse ido ao quartel general, quando regressou declarou-me que tendo palpado os officiaes do regimento, os achava abalados, notando que só dois ou tres se mantinham fieis á monarchia.» (*)

O tenente, fazendo parte de infantaria 5, avançou mais ainda na propaganda, dirigindo-se á officialidade.

Depressa trouxe ás ideias de inactividade em combate, os tenentes Americo Alfredo Gomes da Cruz, que chegou a dar o proprio commandante do regimento, como abalado; Manuel Luiz de Brito Vasques e Viriato Fonseca Rodrigues, os alferes Xerez e João Carlos Telles de Azevedo Franco e os aspirantes Espirito Santo e Oliveira.

Resolvido foi, ante a affirmativa do tenente Americo Cruz, impôr ao commandante de infantaria a decisão suprema de contrariedade á fé monarchica.

Foi pois em plena rua, que se celebraram conselhos de graduados, não para a manutenção da disciplina e do posto, mas para que, n'um exforço unido se influisse no animo do commandante, apontando-lhe como necessidade, o adherir á causa da rebeldia.

Esses conciliabulos e o facto patente de se esquivar á ordem de fogo, fez convergir sobre o batalhão as attenções de officiaes não envolvidos no trama.

De um aviso ao quartel general nasceram incidentes graves, onde não só se dava por um affrouxar das praxes militares uma tacita adhesão aos rebeldes, como pela calada da noite se forjaram assassinios.

Esteve assim para se dar um crime.

Houve conhecimento pelos republicanos, de que desconfianças haviam surgido sobre as suas intenções.

Receava-se que a força de caçadores 5, do commando do alferes Ernesto Augusto Empis, fusilasse, á passagem, qualquer troço disposto a seguir para a Rotunda.

(*) *O Seculo* de 23 de Novembro de 1910.

O alferes Joaquim Mendes Bragança, chegou a indicar ao tenente José de Ascensão Valdez, o official de caçadores 5, Empis, como vigilante dos seus passos.

O facto, succedido logo de manhã, deu aso a que visto fosse Empis como entráve a manejos.

Não haviam estes passado despercebidos e assim do quartel general, baixou ordem para que o alferes Bragança, em vez de se distanciar do seu posto, se collocassse a meio de fila, de pé, frente ao fogo.

Novamente as attenções se fixaram sobre Empis, logo inculpado de ter suggerido a determinação, pela sua fé no adverso ideal e inaceitabilidade de convencionalismos, attitude confirmada por se oppôr terminantemente o official ao dispersar dos seus soldados, não desdenhando mesmo accionar com as metralhadoras, á fuga dos manobrantes.

N'uma d'essas occasiões, em risco esteve de cahir ás balas de um cabo, successo que o capitão Martins de Lima intentou desvanecer, sob aspecto de pensamento pessoal: (*)

«Contaram-nos, interrompemos nós, que o alferes Empis, abandonado pela guarnição, cavalgara uma peça continuando o fogo e que alguem impediu, que um subalterno que levava a arma á cara, desfechasse sobre o alferes Empis, acrescentando esse outro official; não o matem que está cumprindo o seu dever!»

— «Não acredito, respondeu o capitão Martins de Lima, que os soldados quizessem matar o alferes Empis, quando não me mataram a mim que os aguentei á cutilada.»

Todavia assim foi.

Baldadamente se diz que na guerra todos os processos são licitos. Nem todos; e o crime, na propria lucta de armas eguaes, e pela traição, são manchas que se fixam.

Esteve elle para se dar e para reiterar a affirmativa annotemos o depoimento do cabo de infantaria 5, Zepherino José Franco: (**)

«Como os da Rotunda nos atirassem granadas, suppondo-

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão — pagina 120.
(**) *O Seculo* de 10 de Outubro de 1910

nos traidores, o cabo 55, Francisco Benevides, dirigiu se ao quartel general, onde conseguiu reunir duzentas e vinte praças, dispostas a marchar para ali. Mas isso era perfeitamente impossivel. Além das metralhadoras de caçadores 5, havia, na estação do Rocio, uma companhia da guarda fiscal e um esquadrão da guarda municipal, que não as deixavam avançar. Então o cabo Benevides quiz collocar-se por detraz do alferes Empis, de caçadores 5, que commandava as metralhadoras, para o matar, sendo dissuadido d'este proposito pelo tenente Valdez e alferes Bragança. Foi este alferes que nos denunciou a um official superior, que, depois de insultar o nosso alferes Bragança collocou-o, de pé, á frente da linha de fogo, a fim de o expôr ás balas das forças revolucionarias do alto da Avenida.»

O cabo 55, da 1.ª companhia do 3.º batalhão de infantaria 5, Francisco do Carmo Benevides, appareceu citado no relatorio de Machado Santos, como um dos primeiros elementos arranjados no regimento e effectuando tal propaganda que os soldados passaram a fazer regularmente a continencia ao dr. Antonio José de Almeida quando o viam passar em frente do quartel.»

Assim, evitado foi esse mau passo pelo tenente Valdez e alferes Bragança, que, sem desmentir a ameaça do cabo Benevides, veio á imprensa alterar pontos do seu depoimento:

«A proposito do que aqui contámos sobre o procedimento de infantaria 5, por occasião da revolta, fomos procurados pelo alferes sr. Joaquim Mendes Bragança, do mesmo regimento, para nos dizer que não foi insultado pelo major sr. Lino, o unico official superior do corpo que se achava presente na occasião em que os soldados que elle commandava se estendiam ao longo do Avenida Palace. O referido alferes, que não pertencia a nenhum grupo politico, pois tinha chegado de Beja ha pouco, era republicano de alma e coração, mas só ali se manifestou, ao entender-se com o tenente sr. Valdez, que commandava o flanco opposto da linha de fogo onde elle se encontrava. O caso a que alludimos passou-se com um official do quartel general, que ordenou ao sr. Bragança que se collocasse a meio da fila, obedecendo immediatamente o alferes e pondo-se de pé atraz dos sol-

dados, sem que, comtudo, possa affirmar que tivesse sido o sr. Empis, commandante das metralhadoras, quem o denunciou como tendo tenções, com o tenente Valdez, de se passar para o lado dos revoltosos.»

Empis, á victoria republicana, passava á reserva e requeria licença para se ausentar de Portugal, o que fez, seguindo para Marselha e, regressando annos depois, (*) por desistencia do resto da concedida permissão.

Entretanto produziam seus effeitos, pela repetição, as informações sobre a attitude de parte do 5 de infantaria.

O tenente Valdez, procurára por vezes cumprir as instrucções da manhã determinadas pelo capitão Sá Cardoso.

Fez tentativas varias para occupar e impellir a sua companhia até á Rotunda, aproveitando a escuridão da noite e a ordem, que, transferindo-o do Rocio, o mandou acampar nas trazeiras da estação do Rocio.

Procurada a marcha pelo tunnel, viu-se perigosa a ideia, pela chegada proxima d'um comboio, e ao risco de esmagamento, alliava-se o do ataque, á bomba, pelos revolucionarios que o compunham e desconhecedores das intenções do troço de infantaria 5.

Já então havia deserções, que o tenente encobria.

Sabido tudo, porém, no quartel general, uma ordem, intimava-lhe o abandono da posição, substituida pela Travessa de S. Domingos.

Eram cerca de 11 horas da noite.

Mas, não só infantaria em taes disposições se encontrava, achando-se em identico insubordinado aspecto, caçadores 5.

Aqui, todavia, se o commandante firme se manteve, ordenando até energicas represalias á tentativa popular para attrahir a soldadesca, esta era reprimida na obediencia ás ordens do commandante pelos capitães Aguiar e Penha Coutinho.

A este ultimo, á victoria conseguida, ser-lhe-hia conferido

(*) 30 de Junho de 1914.

pela republica, o posto de confiança de official da policia civica de Lisboa.

Debalde porém a monarchia se tentaria livrar da teia onde cahira.

Era de multiplos fios e de solida contextura.

Mas, por singular coincidencia, a ambos os campos ia o registo de uma mentirosa situação.

No quartel general avolumava se o mysterio do que exteriormente se passava.

Apenas a illusão e o falso boato iam dar animações.

Manteve-se o sonho sobre a chegada proxima de reforços da provincia.

Collocadas foram as vistas sobre artilharia 3.

Affirmou-se-lhe a permanencia no Beato, erro que até tarde se manteve e só abalado ante a inutil espera.

Julgado receio de abalada até ao Rocio sem força que lhe garantisse a marcha, determinado foi ao 3.º esquadrão da guarda municipal que, seguindo para a Portella, ali a aguardasse acompanhando-a depois na jornada sobre a Praça de D. Pedro.

Inutilmente se aguardava esse presumido importante auxilio.

Horas depois se desvaneceram esses sonhos, embora sem veridicos informes.

Artilharia 3, com 6 peças, e o comando do capitão Sarmento, disse-se impossibilitada de seguir, pelo corte da ponte em Sacavem, tendo ficado ali com 180 praças de caçadores, sob o commando do capitão Viegas.

Os regimentos, todavia distante estavam como veremos ao renovar das vistas sobre esses nucleos, por egual eivados da propaganda democratica.

Entre os optimismos vieram pessimismos.

Fallou-se na marcha sobre Lisboa de uma forte columna civil formada em Algés.

Como objectivo principal tinha a invasão do palacio d'onde se presumiam sahidas ordens anti-revolucionarias.

Entresonhado o caso lance supremo, trouxe apprehensões.

Todavia e as horas de paz o foram dizendo, nada houve, a

não ser a intenção, impossibilitada pela escassez de dirigentes e de executores.

Se as novas, falsas, iam aos occasionaes detentores das redeas governativas, identicas seguiam até aos meios da rebeldia, e por ella propria levadas.

Como alarme, injustificado, por se não ter de tal cuidado, conduzido foi até aos grupos combatentes o echo de uma pretensa marcha, para o castello de S. Jorge e para as culminancias da Graça, de artilharia e munições destinadas a acção sobre a Rotunda.

Foram apresentadas as baterias de Queluz como em secretos preparativos para mais firme envolvente das forças republicanas, e assim como ao quartel general ia o boato de se encontrar artilharia 3 em Sacavem, aos nucleos populares foi o informe de se encontrar já em Lisboa.

Desanimos surgiram, mas ao retrocesso de muitos, correspondeu, de continuo, a temeridade e a audacia de outros, accirrada ainda por propagadas noticias de boa fortuna.

Aos grupos chegava a proclamação da junta revolucionaria, citando, falsamente, os convencimentos de que D. Manuel estava occulto na legação de Inglaterra, e que, de si, o facto significava, com uma abdicação, a vacatura do throno portuguez.

Esta noticia, dada como chegada á Junta, ás 9 horas d'essa noite, era errada, estando ainda D. Manuel II em Mafra, mas os nucleos revoltados veriam n'ella veridicos dados assignaladores d'um começo de victoria.

O povo, procedendo sempre, não deixou de atear a chamma revolucionaria, e se uns distantes, por suspeitas de encerrar, em conciliabulo secreto, contrarios á sua causa, assaltavam a pharmacia Pina, do Poço do Bispo e destruiam quanto lá existia; outros, manobrando nos pontos centraes, não deixavam de assediar os regimentos, querendo desvial-os de indecisões, favorecendo a ideia desorganisadora dos officiaes, que faziam aliás, recuar a populaça á bocca das espingardas, quando seu desejo era d'ella ter o eficaz auxilio.

*
* *

Esses manejos, effectuados atravez da escuridão apavorante, foram de subito tragicamente illuminados, como se o seu machiavelismo merecesse a apotheose vermelha das labaredas de um incendio ou o destino, intencional, rasgasse as trevas com o rubro das chammas, para que protegidos não fossem os singulares conluios e a unitaria obra de desordenamento.

Eram 11 horas da noite. (*)

A Rotunda, disparou uma peça.

A granada, fugindo do alvo, vae cair sobre o predio que no lado oriental da Avenida, quasi em frente do coreto, formava o angulo sul da Rua Alexandre Herculano.

Os estilhaços ardentes, communicaram fogo ao telhado.

O guarda-portão do predio 200, Francisco Maria de Oliveira, de 43 annos, casado, natural de Vizeu, correu a avisar os moradores.

Uma bala que entrando-lhe pelo peito se lhe alojáva no estomago o detinha na missão.

Os revolucionarios lhe valeram. Deixando as esquinas d'onde vigiavam os passos dos municipaes, lestos o collocavam sobre uma taboa conduzindo-o ao hospital de S. José.

Levaram ali apenas um cadaver.

O incendio a esse tempo, lavrava intenso.

Os bombeiros municipaes intentaram prestar soccorros, fazendo caminho por Santa Martha.

A fusilaria os impediu, porém, não sem que alguns ficassem feridos, e mais gravemente o 212, Joaquim de Jesus, attingido com um tiro n'um pé.

Os chefes dos bombeiros, Carvalho e Silveira, ante o extra nho impedimento á sua acção humanitaria, decidiam a retirada.

(*) O livro *Da Monarchia á Republica*, a paginas 64, regista o facto como succedido á 1 hora da madrugada, baseado talvez no *Diario de Noticias* de 5 de Outubro de 1910. Machado Santos, mais perto do local do incendio, assignala-o todavia, a paginas 87 do seu Relatorio, como succedido às 11 horas da noite.

Entretanto, incendiava-se tambem parte do predio 222, e soffria ainda o 214.

Para valer a tudo e tentando um esforço heroico, os voluntarios da Ajuda, romperam a marcha, arrastando as viaturas, emquanto as balas crepitavam, attingindo ainda o conductor do carro Magyrus. A meio da Avenida, os soldados, de espingarda engatilhada, obrigam-nos a retroceder.

São avisados de que os moradores do predio mais em perigo, sem auxilio que ninguem se atreveria a prestar, haviam fugido pelas trazeiras do predio que deitava para a rua de Santa Martha.

Recuaram os voluntarios. Não valia a pena o sacrificio de vidas, se vidas não havia a salvar.

Deixaram arder.

Assim foi.

O brazeiro avolumava-se, accentuando mais a nota terrorista d'essa segunda madrugada de revolução.

A difficuldade de attingir o local do incendio, deu causa a divergencias varias e até a boatos collossaes.

Deu-se assim (*) como incendiado o predio 125, á esquina da Rua Alexandre Herculano, e que se noticiou destruido por completo, não tendo havido victimas, em virtude, de, á primeira granada, os inquilinos o haverem abandonado.

Chegou até a dar-se como incendiado totalmente o quarteirão começado na rua Alexandre Herculano.

Reproduzia-o assim a *Lucta* em 5:

«Na rua Alexandre Herculano ardem alguns predios, e o incendio ameaça estender se a todo o quarteirão; ignoramos o que lhe deu origem. Um guarda-portão da Avenida, que se propoz avisar os moradores d'aquella rua para que se acautellassem contra as chammas, recebeu um tiro em pleno peito, sendo levado para o hospital em estado grave.»

Comtudo, apenas destruido foi por completo o predio da esquina, olhando da Rotunda.

(*) *O Seculo* de 6 de Outubro de 1910. *O Mundo* menciona só o predio 222.

Os incendios origem deram a questões judiciaes sobre o seguro, effectuado nas Companhias Bonança, Fidelidade e Previdencia.

Requereram estas ao governo provisorio (16 de Fevereiro de 1911) uma indemnisação para os prejudicados pelo incendio do predio 222, sendo o processo enviado, para consulta, á Procuradoria Geral da Republica.

Ao parecer não concorde, correspondeu, por parte da Companhia Bonança, a recusa de pagamento a um dos moradores, da verba fixada como compensação dos estragos mobiliarios, tendo como base, a anormalidade do sinistro, nascido da revolução.

Ao tribunal commercial foi o pleito, e ahi julgado (17 de Julho de 1911), com sentença desfavoravel á Companhia e assim expressa:

«Vistos e examinados estes autos. O auctor Luiz Eugenio Leitão, commerciante, residente n'esta cidade, demanda a ré Companhia de Seguros Bonança pela quantia de 9:500$000 réis, e juros vencidos, e para tanto allega: que em 19 de março de 1891 segurou na Companhia ré, mediante a apolice n.º 113:450, e conforme as clausulas estipuladas, e pela quantia de 9:500$000 réis os objectos relacionados na mesma apolice, e que indica no artigo 2.º da sua petição, existentes na casa da sua habitação, sita na avenida da Liberdade, 222; que o seguro ainda subsiste porque, além de ter cumprido todas as obrigações do contracto, não deixou de pagar o respectivo premio, resultando d'aqui a obrigação para a ré de indemnisar o auctor de qualquer prejuizo proveniente de incendio; que no dia 4 de outubro do anno findo foram completamente destruidos por um incendio casual todos os objectos segurados, o que no prazo de tres dias levou ao conhecimento da ré por carta de 7 do mesmo mez, reclamando ao mesmo tempo a devida indemnisação á reclamação, porque estava excluida do seguro a causa que tinha determinado o incendio, mas pouco depois mandou pedir ao auctor que devolvesse a carta e a considerasse sem effeito; que não obstante as esperanças que a ré lhe tem dado de que o pagamento da indemnisação seria feito, é certo que ainda se não

fez, estando por isto a ré a dever-lhe a quantia pedida na acção; conclue pela procedencia da acção. O auctor instruiu a sua petição com os documentos que estão de fl... a fl .. dos autos. Foi citada a ré, que se defende com a materia da sua contestação a fl..., em que allega: que a causa ou risco que occasionou o incendio estava excluida do seguro, porquanto foi o fogo dos belligerantes no movimento que determinou a implantação da Republica, que occasionou o incendio e que obstou á prestação de soccorros; que assim, e conforme o contracto, não impende sobre a ré a obrigação de pagar ao auctor a indemnisação. O auctor replicou mantendo as affirmações feitas em seu articulado. A ré treplicou allegando que o auctor deixou de provar que, ao tempo do incendio, existiam no predio incendiado todos os objectos segurados. Decorrido o praso fixado ás partes para o exame do processo, verificou-se a conferencia dos seus advogados, que não chegaram a accordo. Depois de successivos adiamentos do julgamento verificou-se este pela forma constante da acta a fl..., em que o jury respondeu aos quesitos que lhe foram propostos, como se vê das respostas nos mesmos exaradas. O processo não tem vicio que o invalide, e as partes são legitimas como os autos evidenceiam, nem a tal respeito se levantou contestação. Cumpre, pois, conhecer do merecimento da acção. Assim e; Considerando que o jury deu como provado, que em 19 de março de 1891 o auctor segurou na Companhia ré os objectos que descreve no artigo 2.º da petição da acção, os quaes se encontravam na casa de sua habitação sita na avenida da Liberdade, 222, 3.º andar, d'esta cidade, mediante o contracto celebrado com a ré pela apolice, que está a fl. 6 dos autos. Considerando que o jury tambem deu como provado que aquelle contracto está em pleno vigor, por isso que o auctor tem pago o respectivo premio, e não deixou de cumprir com as demais clausulas do contracto. Considerando que o jury ainda deu como provado que no dia 4 de outubro do anno passado um incendio destruiu por completo todos os objectos existentes n'aquelle predio, e assim os que se achavam segurados na Companhia ré. Considerando que o jury deu mais como provado que o incendio foi casual, e que d'este deu o auctor conhecimento á ré no

praso de tres dias, e bem assim que justificou existirem no predio incendiado os objectos segurados ao tempo do incendio. Considerando que os contractos legalmente celebrados devem ser pontualmente cumpridos, d'onde resulta que achando-se em pleno vigor o contracto celebrado entre o auctor e a ré por virtude do qual esta se responsabilisou a pagar ao auctor a indemnisação de 9:500$000 réis, caso viessem a ser destruidos por incendio os objectos segurados, á ré incumbe o dever de, em cumprimento do mesmo contracto, pagar ao auctor a indemnisação estipulada, que ainda não pagou. Considerando, finalmente, que o jury deu como não provado que fosse o fogo dos beligerantes no movimento que determinou a implantação da Republica em Portugal, que obstou a que pudessem ser prestados soccorros tendentes a evitar, se não todos, alguns dos prejuizos causados, e que não foi o fogo dos beligerantes que motivou o incendio. Pelo que levo ponderado mais que dos autos consta e, supprindo e supprivel, julgo procedente e provada a acção, e condemno a ré a pagar ao auctor a quantia de 9:500$000 réis e os juros vencidos na razão de 5 % a contar da citação, e bem assim a condemno nas custas e sellos dos autos, com a procuradoria de 10$000 réis para o auctor. Intime-se e registe-se esta, que dou por publicada em mão do sr. Escrivão. Lisboa, 19 de julho de 1911. — Joaquim Maria de Sá Motta.»

Mais tarde, para evitar futuras contendas e attendendo ao precedente, era publicada uma portaria (*) auctorisando as companhias de seguros, a tomar compromissos para os casos de incendio resultantes de greves ou tumultos populares, mandando addicionar aos seus contractos a seguinte formula: «esta apolice cobre mais o risco de incendio ocasionado por greves ou tumultos, não podendo ter efeito a favor dos autores da *sabotage* ou tumulto».

Não foi aquella a unica granada, que destinada ao alvo, o Rocio, ia actuar em residencias de pacata gente.

(*) Datada de 23 de Outubro de 1912. — Collecção Official da Legislação Portugueza do anno de 1912. Pagina 884. *Diario do Governo* de 29 de Outubro de 1912.

Duas balas de artilharia, attingiam o consulforio dentario, de João Ferreira Pires, na Rua do Jardim do Regedor, e, emquanto uma entrando pela janella, furava as portas de dentro, atravessava a salla, trespassava a parede em direcção a um quarto, e, entrando, estilhaçava um guarda-fato de quarto, e lançava fóra dos gonzos a porta do quarto contiguo; outra, batendo na cantaria da janella, ia explodir no consultorio, desfazendo todos os apparelhos e material cirurgico.

De terror foi o lance e recolhidos em aposentos interiores, os inquilinos aguardavam o terminar d'essas horas de angustia e perigo.

Mas, até que esse fim se desse, a Avenida como ponto principal de operações, novos estragos registaria.

As granadas, em permuta ininterrupta, mutilavam arvores, quebrávam e derrubavam candieiros de illuminação; furavam os postes electricos; raspavam os degraus do monumento e os passeios; damnificavam as frontarias dos predios, especialmente as do nascente.

Um projectil, cortando cinco canos exteriores do predio 166, ia fender e crivar de metralha a cantaria do predio seguinte. Outro, actuando sobre o primeiro andar do n.º 38, inutilisava os parapeitos e os gradeamentos das janellas, estilhaçando os vidros.

Identico trabalho outra exerceria no theatro da Rua dos Condes, e pelo occidente, novos tiros feitos, attingiam o Hotel Avenida Palace, palacio Foz e o Music-Hall, e estações de automoveis Auto-Lisboa e Auto-Veloz. Uma lanterneta foi cravar-se n'uma arvore, onde ficou, sem rebentar.

Soffreu estragos, durante o tiroteio da revolução, o Grande Hotel da Inglaterra, onde as granadas rasgavam as paredes, e torcendo varões, iam procurar no interior da casa, novo campo de destruidora acção.

Tudo isso tornou horrorosas as horas que decorreram até ao desfecho do reivindicar republicano.

Foi, porém, a noite, a escuridão, o maior tormento citadino.

Entre gritos apavorados, o crepitar da fuzilaria e o estampido soturno e cadenciado da artilharia, semelhando um rugido

como remate immediato á seguida esfusiada das balas da infantaria, caminhava todavia a vontade avassaladora de uma entrega.

Em constante manobra, a populaça proseguia o assalto aos raros agentes policiaes que ousavam cruzar as ruas e levando a todo o auge a sua acção de rebeldia, assaltou até, n'essa noite, uma taberna da Rua do Bemformoso, á esquina da Calçada da Mouraria, pelo facto de ter vendido de comer a um troço de soldados deffensores da monarchia.

Feita a tomada das esquadras do Rato, Rua do Loureiro, Boa Vista, e assignalada a manutenção da policia na 3.ª esquadra, na rua de Arroyos n.º 170, desde logo se formularam trabalhos para o assalto do posto.

Foi consummado cerca das 11 horas, mas com tarefa ardua, que se quiz dar como realisado pela tarde de 4 (*).

O grupo, aprestado para a tentativa, procurou, todavia, como meio pratico, a sombra nocturna e para submetter a policia, empregou a surpreza.

A' investida corresponderam os agentes oppondo energica attitude.

Aos primeiros tiros seguiu-se a fuga dos assaltantes e a perseguição pelos assaltados.

Os guardas, sob o commando do cabo Barros, no desespero da lucta, faziam tiros successivos e á queima-roupa, não sendo sequer poupados aquelles que fugiam.

eernardino Pereira, morador na Rua Campo de Ourique, 31, ra apanhado na ua Joaquim Bcnifacic, sendo attingido com cutiladas na região facial esquerda e temporal direita.

Junto ao jardim Constantino, cahiam feridos, Joaquim Duarte da Silveira, commerciante, de 45 annos, natural de Aveiro, morador na ua de José Estevão, 133, com tres tiros de revolver, na coxa direita, tornozello direito e na região pubica;

Manuel Marques de Campos, padeiro, de 24 annos, natural de Angeja, morador na estrada de Sacavem, 189, com uma bala na nona costella; o estofadcr da Travessa da Estrella, José

(*) Cita-o o *Mundo* de 5 de Outubro de 1910 como realisado antes da meia noite de 4.

Augusto Pereira, de 54 annos, natural de Lisboa, morador na Travessa da Estrella, 31, com uma cutilada que lhe fracturou a região frontal, com encravamento, e feridas varias, interessando toda a espessura do labio superior, e ainda por uma bala nas nadegas; João Rodrigues de Sá, serralheiro, de 13 annos, natural de Lisboa, morador no Pateo de Carlos Dias, 54, com cutiladas no craneo; João Rodrigues Simões, empregado da Cervejaria Leão, em Arroyos, morador no pateo do Ourives, 22 com uma bala no antebraço e outra no hombro direito e Manuel Pinto da Silva Barbosa, morador no Pateo do Ourives, 20, com tres tiros.

D'estes, o republicano José Augusto Pereira, já havia sido ferido, de tarde, na Rotunda. Fôra curar-se, e quando ia voltar ao acampamento da Avenida, envolvido foi nos successos da esquadra de Arroyos, valendo-lhe o desforço policial a estada de longos mezes de tratamento no hospital de S. José.

Com um tiro era attingido quando chegava á Rua Paschoal de Mello, o belga Domingos Gillot, de 24 annos, torneiro, morador na Rua do Barão de Sabrosa, 219, sendo colhido com duas cutiladas no craneo, ao passar pela Rua Passos Manuel, o caixeiro Antonio Duarte Fernandes, morador na Rua de S. Marçal, 132.

Por outros populares, eram mais tarde conduzidos ao hospital Estephania e depois ao de S. José, especialmente os victimados pelo tiroteio, e necessitando de operações melindrosas.

Da policia, ficou ferido, logo ao inicio do assalto, o agente 727, Thomaz de Albuquerque, contra o qual foi disparado um tiro que o attingiu na mão esquerda, tendo que ser conduzido ao hospital Estephania.

Mas, a represalia policial não povoou apenas os hospitaes.

Para a morgue foram, o moço de padeiro Nuno Correia, de 55 annos, natural de Lisboa, pedreiro, morador na Rua de S. Salvador, Villa Antunes, n.º 4; Gil Antonio dos Santos, moço de padeiro, de 20 annos, natural de Lisboa, morador na travessa de Sacavem e João da Silva, serralheiro, de 26 annos, natural de Lisboa, morador na Calçada de Arroyos, 56, loja.

A acção pensou-se favoravel ante os sanguinolentos resultados obtidos.

Não foi todavia assim.

Ao terror succede muitas vezes a coragem e para isso basta o evidenciar pelo raciocinio de que a maior catastrophe não é encarar de frente o perigo mas fugir-lhe.

O povo, pois ao baquear de tantos, deixou a tomadia do medo para se penetrar do odio aos vencedores.

Cobrou animo e reunindo-se, actuou tão fortemente sobre a esquadra, que a tomou, derrubando os guardas e destruindo tudo quanto lá existia.

Comtudo, e sem que desculpa mereçam as atrocidades policiaes, filhas aliás de um assalto á mão armada e do facto, conhecido, do emprego de bombas, extranhavel foi o instaurar de um processo aos policias, pelos actos praticados em defesa propria.

Certo é que as accusações collocaram em mau campo os agentes e contra o n.º 1090, Anacleto Mendes Motta e o n.º 1204, Antonio Antunes, se formularam criminações graves e selvaticas, que lhes trouxeram a prisão em 11 de outubro.

Segundo allegadas testemunhas presenciaes cujos depoimentos ingressaram com o processo no 3.º districto criminal em 19 de outubro, Antonio Antunes não só matára o serralheiro, como vendo-o sem vida, lhe calcára a cabeça com os pés, gritando:

— Ah ladrão que ainda estás vivo!

Ainda a imprensa democratica, (*) dava o agente como tendo pisado os dois cadaveres, disparando sobre elles todas as cargas do revolver.

Por seu turno, a mulher da victima, Elisa da Costa Bahia dava-se como havendo corrido egual risco de morte, quando supplicava perdão para o marido, que se dizia não tomára parte no assalto e antes sahira tranquillamente de casa com a mulher, vindo até em sentido opposto aquelle em que os agentes combatiam.

Ainda o agente 1007, da 20.ª esquadra, Adolpho Augusto

(*) *O Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

de Magalhães, declarava (*) o 1090 um mau collega e quanto ao caso de Nuno Correia, que elle se acercára da policia de mãos nas algibeiras, pedindo para lhe fallar, obtendo como resposta um tiro á queima roupa.

Antonio Antunes, arguido era de novo caso ou fosse a perseguição do moço de padeiro Gil Antonio dos Santos, de 17 annos, até uma escada, d'onde o arremessou pelos degraus e d'ali de rastos até á rua, local em que o agente 1150, a despeito dos seus rogos, o acabou, com cinco tiros de revolver, gritando ser «preciso matar todos aquelles ladrões».

Disseram isto, no processo e na imprensa, as testemunhas, e o agente 204, era remettido a juizo, pretextando comtudo a innocencia. O julgamento (10 de Maio de 1911) trouxe para elle a affirmativa de que apenas fôra á esquadra para evitar que os populares lançassem fogo aos moveis e sendo recebido a tiro, a tiro retorquira, mas sem especialisações. O tribunal, ponderando essa defeza, absolvia-o, o que desagradou ao povo, que á sahida do edificio tentou linchal-o, o que impedido foi.

*

* *

A Rotunda visando sempre as tropas da Avenida, não as deixava socegar, abrindo-lhe de quando em quando as fileiras com as granadas, ou com as descargas, graças aos holophotes do *S. Raphael*, irradiando sobre esses regimentos.

Da Avenida correspondia-se, mas com o inutil desperdicio de balas.

A fuzilaria, constante, perturbava a cidade, imprimindo-lhe o aspecto tetrico inherente a uma lucta civil.

A' meia noite, a municipal fazia debandar os grupos acoitados na praça de Camões e Poço dos Negros, vigilando em todo o Bairro Alto e impedindo a passagem para a cidade baixa, emquanto a companhia do quartel de Santa Barbara, recebia ordem para abandonar a estação dos telephones na Rua dos Re-

(*) *O Seculo* de 24 de Outubro de 1910.

trozeiros, endireitando ao Carmo, onde lhe foi notificada a ordem de auxiliar o serviço da 4.ª companhia, com séde na Estrella.

Commandava-a o tenente Antonio Cortez e fôra essa a força que de guarda estivera á casa do conselheiro Teixeira de Sousa.

Retirando d'ali, tivera determinação de proteger as installações da Companhia Ingleza de Telephones, até que nova missão, igualmente inutil, lhe incumbiram. D'ali, como se intento houvesse de cançar as forças, mal havia disposto o tenente Cortez com os seus companheiros, tenentes Joaquim da Silva e Thomé Dias da Silva, algumas vedetas, breve foi ordenada a marcha até ao jardim da Patriarchal, onde tambem não exerceu acção saliente, facto evidenciado mais tarde na imprensa. (*)

Outros pelotões percorriam o Rocio e ruas visinhas, perseguindo os civis que encontravam.

N'uma d'essas evoluções, surgiu uma directa acção dos perseguidos.

Na Rua das Gallinheiras, um esquadrão da municipal era atacado á bomba de dynamite, por quatro carbonarios.

Caiam feridos o tenente e um soldado.

Os restantes, aprisionavam os portadores dos explosivos, encerrando-os no quartel general.

Foi a origem de excessos de prevenção, derrubando quantos tentassem approximar-se, para que intenções destruidoras da guarda se não consummassem.

Augmentou-se o tétrico aspecto das ruas. A cavallaria, correndo sobre qualquer suspeito vulto, reduzia-o á inutilidade pela força da espada ou pelo poder da bala.

Sahindo das ruas, os nucleos de paisanos, procuravam manobrar dos predios.

Convencionado um ataque ás forças do Rocio, pelo grupo de José Victorino, desde logo elle foi posto em execução.

Vejamol-o (**) descrever a tentativa:

«A' hora combinada lá estavam todos. Por alı passamos parte da noite e d'ali fomos para uma casa que José Victorino

---

(*) *O Mundo* de 12 de outubro de 1910.

(**) De relatorio inedito, já aqui citado e de posse do auctor d'esta obra.

tinha alugado na rua dos Correeiros, 224, 5.º, direito, já desde 1905 apropriada para esse fim. Cada um foi por sua vez por causa da suspeita, sendo José Victorino o primeiro para abrir a porta da escada. Como as tropas desconfiassem, já quando nós estavamos no telhado, de um homem que vinha rua cima, o commandante da linha de fogo mandou fazer alto, ao dito homem e como elle não parasse, deram fogo rasteiro. O homem continuou a andar e deram-lhe fogo sobre elle que cahiu morto e nós indignados, seguimos José Victorino que seguiu até á borda do telhado e atirou uma bomba que desfez a linha, que era composta na sua maior parte de guarda fiscal. Quando alguns fugiam pela rua dos Correeiros abaixo, dizia o tenente que commandava a linha de atiradores: *Ah cobardes! ah cobardes! não fujam!* Elles não se importavam. Tiveram de formar nova linha de municipal. Sahimos rua dos Correeiros, travessa de Santa Justa, rua dos Fanqueiros, Praça da Figueira, rua da Palma, escadinhas do Collegio até á calçada do Lavra, para a Avenida.

«No largo da Annunciada combinamos ir dois a ver se podiamos entrar com a linha de atiradores que estava na rua do Principe. Foram dois, que ao chegar á dita linha, immediatamente foram mandados fazer alto até á terceira vez. Depois atiraram um tiro para o chão. Elles fugiram atirando com duas bombas que nada fizeram. Ao chegar ao pé de nós, disse José Victorino: «Agora vou lá eu; ou morro ou entro». Disse outro: «Tu não vais que fazes muita falta aos teus filhos». José Victorino cedeu. Foram outros dois. Ao chegar á linha, fizeram *alto* tres vezes. Elles não fizeram caso, atiraram para o chão, elles não pararam; atiraram com boas pontarias; a um apontaram-lhe á cabeça e outro cahiu varado, não fazendo por esse motivo uso das bombas que levavam. A' hora que se acabava de passar isto, quando nós todos avançavamos para a linha, levantavam-se os soldados que estavam deitados. Tinham acabado de se render as tropas que estavam no Rocio, sentia-se grande borborinho e entre a vozearia ouvia-se vivas á Republica. Foi n'esse momento que se implantou a Republica. José Victorino disse: «rapazes, a republica está implantada, agora não faltam revolucionarios. Eu vou para casa abraçar minha mulher e meus filhos e vós po-

deis fazer o que quizerdes». Ao chegar José Victorino á rua onde morava havia ali grande tristeza: ao levantar a linha que estava ao cimo da rua houve ali um tiroteio que matára ali um homem; esse homem trazia um chapeu exactamente o d'elle. Levaram o chapeu á mulher e ella disse: Ah meu rico marido que foi fatal á tua porta mesmo!» Tudo ficou convencido que o chapeu era o d'elle. Quando os visinhos o viram, abraçaram-no e choraram de alegria, porque José Victorino era pobre e tinha seis filhos e o pouco que tinha gastou-o para organisar o seu grupo; e era estimado por todos os visinhos. Ao entrar em casa viu um filho a quem elle mais estimava, com a cabeça amarrada, producto de bater com ella nas paredes quando lhe disseram que tinham morto o pae. O filho tinha 4 annos, chamava-se Idilio, ficando com uma cicatriz para toda a sua vida, como lembrança da revolução.»

José Victorino, á victoria ganha, deixaria o seu mister, pelo logar de ajudante de porteiro da Bibliotheca Nacional de Lisboa, sendo mais tarde (6 de março de 1914) integrado na effectividade do cargo.

Não passou todavia, sem ir aos carceres, como envolvido no caso da explosão de uma bomba de dynamite, na Rua do Carmo, á passagem do cortejo camoneano em 10 de junho de 1913, sendo restituido á liberdade a uma averiguada inculpabilidade.

*

* *

Emquanto o exercito anceando embora por se ligar aos revoltosos, os afugentava pelo tiroteio e os grupos civis, punham em pratica, nos arruamentos, uma improfiqua tentativa de captação da soldadesca, procurando ao mesmo tempo destroçal-a; emquanto esse duplo equivoco se estabelecia, novas esperanças renasciam nos dirigentes da Revolução.

O quartel general reorganisava-se em parte, no Hotel Europa, na Rua Nova do Carmo, com José Barbosa, José Relvas, Celestino Steffanina, havendo os dois primeiros, aproveitando

as trevas, conseguido transpor o espaço que da redacção da *Lucta*, na Rua Anchieta (*) ia á do Carmo.

No jornal, se effectuaram reuniões, onde se resolveu «esperar que o povo, que se tinha emfim resolvido a sacudir o jugo degradante da monarchia fizesse a sua obra...»(**)

Seria uma condemnavel abstenção de cooperação e perigos, n'essa hora em que o povo para elle estava talhando fatia grossa, se de arrojo não fosse o conciliabulo em frente do governo civil, ante as vistas de agentes, argus ligeiros, a despeito de o diario, desde o seu primeiro numero em 1 de janeiro de 1906 se declarar republicano.

Seria justo reevocar o *audaces fortuna juvat* se não surgisse como superior ao sorriso da fortuna aos audaciosos, o sorriso de complacencia dos bem dispostos a cerrar os olhos aos sectarios da sedição.

A salvo deslisaram ainda da frente da séde do commando policial até quasi á volta do Rocio, os tres assistentes ao Conselho da Rua Anchieta.

A retirada das baterias e a evidente perturbação salientada no quartel general, melhores impressões trouxera á junta revolucionaria, cuja parte, occulta todavia no hotel, estava ainda protegida por 12 populares armados.

Era de encorajado coração, essa duzia de combatentes, declarando-o preremptoria a José Relvas, a quem a excusa do dr. Basilio Telles, collocaria no cargo de primeiro ministro das finanças da Republica.

Salienta-o o episodio seguinte:

N'um dos instantes em que Relvas quiz sair á rua, a investigar, o grupo formou muralha, dizendo:

—«V. Ex.ª não pode morrer n'este momento. Fazia uma grande falta, como chefe, á revolução. Nós não lhe fazemos falta nenhuma!»

Essa guarda, manobrava portanto, indifferente ao perigo e

(*) Commemorando esses factos, á victoria feita, a Rua Anchieta passou a *Rua da Lucta*.

(**) Celestino Steffanina — Subsidios pora a historia da Revolução de 5 de Outubro de 1910 — Pagina 25.

sem que entrave soffresse pelas forças encarregadas de deter os elementos sediciosos.

Subindo ao mais elevado ponto da casa onde se encontravam, d'ahi assistiram os chefes rebeldes, ao desenrolado espectaculo do afouto ataque popular ás forças acampadas na Rua do Ouro e sobre as quaes, como principal meio de destruição, cahiam as bombas de dynamite.

Todavia, n'um desapego de quantos n'essa hora se sacrificavam pelo sonho democratico, José Barbosa,—que á victoria ganha iria a secretario geral do ministerio do interior,—e Celestino Steffanina, regressando ao aposento occasional, pensaram em dormir.

Como que em protesto a esse ambicionado descanço, quando o povo, sem d'elle se recordar, actuava energico, o tiroteio recrudesceu.

Ante esse impossivel socego de novo voltava á rua o revolucionario Celestino Steffanina.

De Alcantara, por mal encaminhados se deram os successos.

Que se passava ali, no local, que, por assim dizer, constituia o esteio leste da revolta?

II

Em Alcantara — As detenções de Algés — A dispersão dos deffensores do quartel de marinheiros — Valendo ao desalento — Soares Andréa assume o commando da defesa do edificio — E' participado ao quartel general a situação de Alcantara — Mantem-se a inercia — Incidentes de mysterio — Novos auxiliares — Baldadas esperanças

O que na Rotunda succedeu, de manhã, teve exemplo, pela tarde, no quartel da marinha.

O espectaculo extranho do ataque ao paço real, como que perturbou os combatentes de Alcantara.

A' nevrose, alliou-se ficticia alegria, involucro quasi celebre d'um receio, de interrogação, a desenhar-se nos cerebros, sobre o resultado do acto inaudito realisado sob essa singular tensão espiritual.

A' sahida do *S. Raphael*, correspondeu, pouco depois, a do *Adamastor*.

N'elle ingressava até um official, pouco antes cahido na rede de vigilancia pelas vedetas rebeldes.

Surgindo n'aquella altura o capitão Nascimento, da administração militar, foi detido e levado até á parada do quartel, onde beijou a bandeira republicana que lhe foi presente.

Considerado novo adepto, fazia parte do troço que embarcou no *Adamastor*.

A bordo quanto coube, de abalada veio este para se reunir no Terreiro do Paço ao *S. Raphael*.

Para colorido a esse acto, se manifestou a intenção de manobra, não effectuada, de junccionamento ás forças da Rotunda.

Do embarque, pela marinhagem, nasceu o quasi abandono do quartel, em parte deixado tambem pelos civis.

Apenas ali ficaram alguns guarda-freios, estudantes do exercito e oito ou dez praças de cavallaria 4, que, de manhã, haviam tomado o expediente de se unirem á força da armada, em revolta.

As ambulancias, já haviam retirado do solo além de 2 civis, 2 soldados e 1 marujo, feridos por balas, um popular, Raul Vejor, casado, natural de Lisboa, de 24 annos, filho de Antonio Vejor e de Antonia de Sant'Anna Vejor, empregado na exploração do porto de Lisboa, esphacellado pela explosão de uma bomba que trazia e que ainda mutilou o cunhado do portador, o operario maritimo Agostinho de Almeida, morador na Travessa do Fiuza, 36, 1.º, o qual ficou sem a perna esquerda e com a direita fracturada em dois pontos.

No Senado era approvado depois (*) um projecto de lei concedendo pensões vitalicias e entre as participantes contava-se, com a pensão de 9$000 réis mensaes, Luiza da Conceição Vejor, viuva de Raul de La Cruz Vejor.

Sem o appoio dos navios, escassos em auxiliares, descrentes em soccorros, effectuou-se a dispersão.

Se o facto soou para além de Alcantara, transmudado em titanica lucta e destroço de marinhagem, ao quartel e pontos varios chegou o registo de peripecias grandes com a guarda fiscal de Algés.

Resumiu-se o successo todavia, ao assalto, n'essa noite, pelos revoltosos da localidade ao semi-abandonado posto da guarda fiscal, cujas praças haviam retirado para o quartel de reformados na Junqueira.

(*) *Diario do Senado* — Sessão n.º 136 de 8 de julho de 1912.

Os dois unicos soldados não quizeram resistir á mole humana, e ali se formou um modesto reducto de vigilancia, para detenção de não adherentes, cahindo depois no meio do grupo attento, o tenente de infantaria 11, Antonio Joaquim Ferreira Diniz, o capitão de artilharia Amilcar da Motta, o 2.º tenente Jayme da Fonseca Monteiro, commandante do *Lidador*, o tenente da administração militar, João Augusto Tristão, o commandante do serviço de torpedos, Pedro Gomes Teixeira, o general de brigada vogal do conselho general do exercito e do supremo conselho de defesa nacional, José de Oliveira Garção de Carvalho Campello de Andrade e alguns soldados.

Propoz se desde logo o primeiro auxiliar o movimento, o que acceite foi.

Ferreira Diniz, quando em caçadores 6, já tivéra perseguições por denuncia de adverso á monarchia, facto certo, o que o não inhibiu porém de contra a suspeita protestar junto do então ministro da guerra, conselheiro José Mathias Nunes. (*)

A adherencia á sedição com o assumir do commando do grupo que o aprisionára, foi bem acceite.

Mais tarde, á victoria ganha, o tenente passava a infantaria 5, e vel-o-hemos, annos depois, acompanhando esse regimento ao norte á annunciada incursão monarchica de setembro de 1912 e por successos dados na estrada de Arcos de Val-de-Vez a Braga, mandado comparecer a conselho de guerra.

A elle o levou o intolerantismo religioso.

Na manhã de 14 de setembro d'aquelle anno, o official, commandando um troço de soldados deixou que estes, sahindo da forma, destruissem alguns cruzeiros, imagens e caixas de esmolas collocadas em nichos existentes ao longo do caminho.

Organisado processo, sob base de que as praças haviam feito uso illegitimo das espingardas e sabres e sem a repressão do commandante, comparecia a julgamento no 1.º tribunal de guerra, perante o qual allegava «não ter evitado os factos porque os não vira commetter, tanto mais que os soldados caminhavam

---

(*) Fevereiro de 1910. — Vide pag. 375 do 1.º vol. d'esta obra.

á vontade, sahindo por vezes alguns, encobertos pelos carros de campanha que vinham na força, fóra da forma.»

De verdade se percebia que, sendo diminuto o troço, o acto de destruição não podia ter sido executado sem o conhecimento do tenente, com a obrigatoriedade de manter a disciplina e a boa ordem no nucleo de sua chefia.

Isso levou o tribunal, presidido pelo coronel Macedo Coelho, servindo de auditor o juiz civil, dr. Amaral Cyrne e de defensor officioso, o major Gouveia, a emittir sentença (*) de condemnação em tres mezes de prisão militar, tendo em vista o artigo 125.º do Codigo de Justiça Militar.

Ergueu logo a imprensa democratica a voz em defesa de Ferreira Diniz, dizendo o jornal republicano o *Mundo* (**):

«Provocou os mais sinceros aplausos o que no *Mundo* se escreveu sobre a necessidade de não ser cumprida a pena em que foi condemnado o sr. tenente Ferreira Diniz. E' necessario, na verdade, que se evite essa monstruosidade. O sr. tenente Diniz estava no regimento de infantaria 5 quando este, por motivo da incursão foi ao norte. O comandante do regimento encarregou-o de serviços especiais de confiança e prestou as melhores informações sobre a forma por que foram desempenhados esses serviços. Uma das comissões de que foi encarregado foi a de administrar o concelho de Arcos de Val de Vez, estando suspensas as garantias. O sr. Ferreira Diniz desempenhou-se escrupulosamente dos seus deveres, e uma das suas preoccupações foi fazer cumprir a lei de Separação. E', talvez, essa a origem dos odios que mais tarde se expandiram. Muitas das testemunhas que o acusam são mulheres fanatisadas. Mas esses depoimentos contradizem se da maneira mais flagrante, sendo poucos e falsos os que affirmaram que o sr. tenente Ferreira Diniz viu os soldados partirem os nichos. E' de notar que esses nichos e um alpendre que os soldados destruiram não constituiam objectos artisticos, ou por qualquer razão valiosos. Eram antes figuras mal feitas e ridiculas. E' certo que o povo rude e fanatico lhes

(*) 2 de Abril de 1914.
(**) O *Mundo*, de 7 de Abril de 1914.

chamava — alminhas. Mas não inspiravam nenhuma especie de respeito a quem quer que não estivesse absolutamente dominado pelo mais inconsciente fanatismo. Um bom e sincero catholico podia muito bem rir-se d'aquellas figuras grotescas, sem menoscabar a sua religião. Seria mais que iniquo, porque seria monstruoso, que o tenente Ferreira Diniz cumprisse três meses de prisão pelos actos que praticaram os soldados do seu comando em circunstancias especialissimas. Seria indecoroso para a Republica que esse official republicano, que a serviu com lealdade e honra, fosse enclausurado no Castello de S. Jorge, vivendo em liberdade aquelles que conspiraram contra a Republica na occasião em que elle lhe offerecia a sua enthusiastica dedicação. Não póde ser. O Parlamento da Republica tem que evitar esta clamorosa monstruosidade.»

Procurando-se adduzir elementos para salvar o tenente da execução da sentença marcial, veio ainda o depoimento (*) de um soldado de nome Alfredo Penalva:

«Continua em fóco o caso do tenente Ferreira Diniz, condemnado ha dias, sem motivos plausiveis, elle que é republicano, precisamente quando os inimigos do regime eram postos em liberdade para provocar os nossos correligionarios. O caso tem merecido reparos, tanto mais que contra o tenente Diniz não appareceu uma acusação concreta, precisa, indiscutivel. Ainda hontem encontrámos, por acaso, um dos soldados que acompanharam o inteligente oficial na sua missão pelo norte. Esse soldado é o nosso correligionario Alfredo Nunes da Silva Penalva.

«— Assistiu aos casos pelos quais assacam a responsabilidade ao tenente Ferreira Diniz?

«— Não assisti a esses casos pela simples razão de que não se deram. Acompanhei o sr. Ferreira Diniz, como soldado, na sua força, e pude verificar com orgulho que elle cumpriu honradamente a sua missão, servindo e defendendo a Republica. Só houve um incidente, e esse mesmo sem importancia: um soldado, ao passar em Palmeira, ouvindo a musica local tocar o hino da carta obrigou-a a tocar a *Portugueza*. E' de ahi que

(*) *O Mundo* de 11 de Abril de 1914.

provém toda a intriga que envolveu o sympatico tenente Diniz. Depois parece que appareceu partida a imagem do *senhor dos milagres*, como lá lhe chamam, e atribuiram o facto á força militar. O juiz de paz de Palmeira é, mesmo, a principal testemunha de acusação. Procuram atribuir ao tenente Diniz uma obra de odio quando lhe devem atribuir uma obra de defeza da Republica e do povo. Repare, por exemplo, nisto: em 2 de agosto de 1912 marchámos, quasi á noite, de Braga para Arcos de Val de Vez, onde chegámos ás 6 horas do dia 3. Ao chegar ali a força não havia milho para o povo fabricar pão, não havia ovos para o hospital, não se cumpria a lei de separação e havia contrabando de armamento para os conspiradores. Immediatamente o tenente Diniz resolveu tudo, arranjando milhos e ovos, fazendo cumprir a lei da separação e apreendendo o armamento. Nada mais se fez ali. Eu, garanto-lhe, nada mais vi fazer. Calcule que durante a marcha, na retirada dos Arcos, viemos todos formados, com velas acesas para ver o caminho. Como poderiamos, nessas condições, ver os nichos e inutilizá los? A acusação que pesa sobre o tenente Ferreira Diniz foi forjada pelos reaccionarios, por espirito de mesquinha vingança. Ahi tem o que sei sobre o caso Ferreira Diniz. Não lhe parece curioso que fosse condemnado um homem que tão lealmente serviu a Republica? Eféctivamente, o caso parece-nos mais que curioso, porque é monstruoso, e por tal motivo o temos commentado como merece.»

Valeu a campanha.

Na camara dos deputados foi apresentada pelo deputado democratico, dr. Adriano Gomes Pimenta, uma proposta pela qual o tenente seria incluido no numero dos participantes do decreto de amnistia promulgado mezes antes (22 de Fevereiro de 1914).

Approvado, (*) não sem discussão, seguiu-se-lhe (**) o julgamento do recurso interposto pelo official para o Supremo Tribunal Militar. O defensor, tenente coronel Correia Mendes, tri-

(*) *Diario da Camara dos Deputados, 75.ª Sessão ordinaria, em 17 de Abril de 1914.*

(**) 8 de Maio de 1914.

sando que a incriminação só poderia ser feita pelos artigos do Codigo Penal que punem a falta de respeito aos symbolos e á religião catholica do Estado, artigos excluidos da legislação; que com o tenente não responderam as praças; que elle não fizera uso das suas armas, e não instigára os soldados e que apenas a gente de Palmeira dissera haver elle visto praticar a destruição, obteve o annular da sentença, com a fixação de novo julgamento, prejudicado já pela lei da amnistia.

Pouco tempo depois, (*) Ferreira Diniz, seguia para Lourenço Marques, no pôsto immediato, capitão, accesso correspondente aos que vão prestar serviço no ultramar.

Não se podiam pois suscitar duvidas, sobre a fé republicana do chefe da linha de defeza em Algés, na noite de 4 de Outubro de 1910.

Dos que com elle partilharam a detenção inicial, pelos civis, iria, á republica victoriosa, a commandante do rebocador *Berrio*, e como 1.° tenente, o 2.° tenente Jayme da Fonseca Monteiro, sendo lhe ainda auctorisada, pelos serviços prestados á Republica, a admissão a matricula no Collegio Militar, de seu filho Jayme da Fonseca Monteiro (22 de Outubro de 1910).

Julgado util augmentar em pormenores o incidente das capturas de Algés, metamorphosearam-se as ideias do grupo em consumados factos.

Deu-se em preparo um avanço sobre a cidade, precedendo reforço ao quartel de marinheiros. Houve a intenção, mas nem de leve se pensou em a executar.

Assim o edificio de Alcantara desguarneceu-se, rasgando caminho a facil tomadia, se ella se tivesse querido praticar.

Valeu á situação, o comerciante José Nogueira, formando diminuto nucleo de defeza, para illusão ás forças sitiantes.

Esta attitude, se elles, de realidade, dispostos estivessem ao integro desempenho da missão, não passaria de ephemero ardil. Todavia o convencionalismo que os republicanos não deixavam de assignalar em relação ás tropas que se allegavam deffen-

(*) 1 de Julho de 1914.

soras da realeza, mais uma vez collocou no campo dos rebeldes um troço de indifferentes, quando não de auxiliares.

A suspeição, com base em attitudes confirmada foi pelos depoimentos dos chefes revolucionarios, que a não desviaram até de infantaria 1, embora durante as perigosas horas, por temida a houvessem.

E' certo que o regimento cingido esteve ás ordens superiores, não transmittidas, e tanto que, cançado d'essa inactividade, o coronel José Jayme de Sousa Marques, mandou perguntar, pelo fim da tarde, ao commandante da brigada de Alcantara, coronel Bernardo Antonio de Brito e Abreu, qual a orientação a assumir e o local onde melhor poderia exercer serviço. Secca foi a resposta.

Era ella a ordem de marcha para mais perto das Necessidades, não para defeza de D. Manuel II, que já ali não estava, mas para guarda ao edificio.

Nada de productivo resultaria e esse aspecto se encarregou de descrever (*) o 1.º tenente da armada, Victor Leite de Sepulveda:

«Durante a noite de 4 para 5 o Quartel General dava ordens e contra-ordens. Não se imagina o que isso foi! Umas vezes ordenavam: *retirem*; outras diziam: *fiquem*. O Quartel General estava posteriormente a mangar com a tropa! Das Necessidades respondiam que era impossivel sahir, porque pelo caminho as forças seriam dispersadas e os soldados podiam fazer causa commum com os revoltosos. Dizia-se mais para o Quartel General que abandonar o Paço era deixal-o exposto. Quem transmittia tudo isto era um tenente que se aconselhava commigo.

«Os coroneis e tenentes-coroneis trocavam impressões pelos cantos ou dormitavam. Eu lembrei, então, ao Brigadeiro que reunisse conselho de officiaes, e creio que chegaram a reunir, resolvendo ficar. Antes tinha-se falado em retirarem as forças, ficando só a Municipal, mas o capitão que as commandava opoz-se. Agora estava emfim tomada uma resolução: ficar. E para não haver mais hesitações interrompeu-se a communicação telephonica com o Quartel General.»

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão, pagina 226.

Eis o tacito insubordinamento a superiores ordens, sob as apparencias benevolas de um commodismo.

A ordem de avanço de infantaria 1 executava-se, e se a revolta lucrou, por mais desannuviado se lhe apresentar o campo, egualmente ganhou a soldadesca que, havendo apenas de manhã tragado frugalissimo almoço, pão, se poude defrontar com o rancho, mandado vir do quartel sob escolta de alguns soldados, com o tenente de cavallaria 4, Cunha Menezes.

Justo é dizer-se, porém, que aos revoltosos não ia uma larga confiança n'essa orientação quasi expectante.

Entresonharam-se represalias, hecatombes e intenções especiaes nos aparentados aspectos de inactividade.

Isso forçou a que, para alguem se conservar ali n'um pouco de sigillo se envolvesse o affastamento dos vasos de guerra. José Nogueira, ao ser-lhe participado pelo cabo Martins, que as forças iam embarcar, presumiu um simples render de forças.

Ante a inutil espera de ataque, abandonava o posto, quando, olhando em redor, apenas viu o vacuo.

Correu a olhar o mar, e sómente lobrigou os navios, distantes já.

Só o haviam deixado.

Era o golpe cerce, se esperança em horas felizes lhe não sobrasse.

Correra já o que da Rotunda communicára Machado Santos, nos termos do seu documento, onde annotava a impossibilidade de avançar sobre Alcantara, pela escassez de infantaria e o voto de bombardear o Rocio mas com dependencia da acção sobre o Terreiro do Paço pelas praças de marinha.

Não desanimava.

Não quiz deixar-se eivar pelo terror que adivinhou a augmentar a cada nocturna hora.

Percorrendo avido o edificio, não lhe sorrindo a deserção, após tantos instantes de incerteza, lobrigava ainda n'uma caserna subterranea duas outras esquecidas praças.

Providencialmente chegava um marinheiro desertor.

Reunidos esses trez homens, dos quaes dois tinham armas, architectou José Nogueira um estratagema.

Com elles, iria offuscar a brigada que cercava o quartel. Não era difficil o projecto, embora julgado fosse necessario ardil.

O edificio illuminou-se, como desafio, como se de pouco lhe importasse servir de alvo certo á metralha de caçadores 2.

O trio deffensor, corria entretanto de uma janella para outra, agitando-se nas luzes, reproduzindo-se na sombra, para que a optica e o medo levasse aos outros a noção de um effectivo soberbo e aguerrido.

O incidente tem seus vislumbres de épico e engenhoso.

Era a convicção a encorajar quatro homens, a quem o destino não quiz derrubar em holocausto a um regimen nascente pela fé e a outro a affundar-se pela traição dos que o deviam proteger.

O episodio soberbo d'essa hora, é um symbolo de crença a oppôr-se a um espectaculo de tristeza e de indecisões.

Era bem o facho rubro da revolução a cegar com a luz viva as pupillas aterrorisadas d'aquelles homens, d'aquella brigada singular, como de estatuas assistindo impassiveis a esse phantasmagorico e ironico desdobrar de personagens...

E' grande o quadro, da provocação e defronta, por quatro homens, a algumas centenas d'elles.

Fugindo á escuridão, atrahidos pela luz, novos revolucionarios foram chegando, mas sem que offerecessem numero seguro para efficaz resistencia se algum ataque fosse intentado.

Restabeleceu-se, em melhor grau, o serviço de vigilancia externa, para prevenir surprezas e d'elle originou a detenção de mais suspeitos.

Foi n'essa quadra, de desalento e de magua, de prevista catastrophe e de intuitivo sacrificio, que em extranhas circumstancias, surgiu, para impulsivo soerguer de esperanças e a meia hora do desamparo a que se votou o quartel de Alcantara, o capitão tenente Alvaro de Oliveira Soares Andrea.

A Africa tinha-o contado no numero dos seus exploradores combatentes.

As guerras de 1895, terminadas com a prisão do régulo Gungunhana, fizeram-lhe collocar ao peito as insignias de official da ordem da Torre e Espada.

Por carta de lei de 6 de Abril de 1896, (*) de assignatura do presidente do governo, conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, conselheiro Luiz Augusto Pimentel Pinto, ministro da guerra e Jacintho Candido da Costa, ministro da marinha, e cumprindo o decreto das côrtes geraes de 10 de Março do mesmo anno, arbitrava a pensão annual de 300$000 réis ao então 1.º tenente da armada, Alvaro Andréa, pelos relevantes serviços prestados na campanha da Africa Oriental.

Comtudo esse lance guerreiro de Chaimite foi a origem de questão intensa, que ligada á questão politica teve, como um dos pontos capitaes, a sahida do official do serviço da armada.

Extensa e notavel foi essa polemica, travada entre Soares Andréa e outro dos officiaes de Africa, Annibal Augusto Sanches de Miranda e com base na espada que este em Chaimite usava.

Emprestada pelo official de marinha, ao seu camarada do exercito, ao dar-se a restituição da arma, tinta de sangue, affirmou-se este como sendo dos negros attingidos durante o lance do aprisionamento do regulo vatua.

A espada ingressava no museu, mas breve se ironisava a affirmativa, allegado desfastio alegre e ao destruir d'essa crença, surgiram pelo agaloado da armada, golpes constantes na por elle denominada *lenda de Chaimite.*

A orientação democratica, para que ambos se inclinavam, não os reuniu e a desavença foi até aos conselhos da armada, que emittiu voto favoravel ás allegações de Sanches de Miranda, sobre o incidente, do dito desfecho alegre e da boa disposição de uma feliz hora de campanha.

A dictadura franquista de 1906-1908, mais em destaque colocou o capitão-tenente, que, embrenhando-se nos meandros das conspirações republicanas, viu logo, como consequencia, algumas perseguições.

Soares Andréa tinha logar primacial marcado para a janeirada de 1908, impendendo-lhe a tomadia do arsenal da marinha, não realizado ao fracasso do movimento.

(*) Collecção Official da Legislação Portugueza do anno de 1896. Pagina 156.

Andréa não teve sequer exacto aviso do projectado movimento.

D'isso fez menção o official nos momentos em que expôz (*) amargas queixas e quiçá arrependimentos da ingerencia em revolucionarios lances:

«Mas não seria justamente por eu me haver manifestado contrario ao afastamento do almirante e do capitão de fragata sr. Fontes, que depois em outubro não fui prevenido, como devia esperar devidamente do sr. Machado Santos? Muito embora recebesse dois ou tres avisos por outros lados e vias de toda a confiança, mas que só não conheciam ao certo a hora em que devia explodir o movimento, *eu devia esperar do sr. Machado Santos esse acto de lealdade, para commigo, pois teve uns poucos de dias para me mandar avisar*, ao menos de que trabalhavam, tambem, como eu estava trabalhando *em segredo*, para que o movimento rebentasse antes da partida do cruzador brazileiro *S. Paulo*. Porque o não fez o sr. Machado Santos? Prevê-se que foi em obediencia á tal resolução de lançar o movimento *só com um* official superior, tanto que o sr. capitão de fragata Fontes, *só por um acaso da sua iniciativa foi conhecedor de todo o movimento*, e só ás 8 horas da noite do proprio dia 3 d'outubro. O capitão de fragata, Serejo, carbonario e cooperador da preparação do movimento revolucionario, tambem *não foi avisado*, nem se lhe marcou posto onde commandar! Eu tive que ir á matróca acoitar-me em Alcantara, em vez de poder ir tomar o commando do Adamastor como tinha promettido já a praças d'aquelle navio, porque receei embarcar cedo de mais e prejudicar o movimento por levantar algumas suspeitas, *pois nem conhecia o local onde se faria o embarque combinado de officiaes revolucionarios*. E foi assim, justamente na ocasião em que a Patria mais carecia de boas dedicações, que nada menos de tres *officiaes de patente superior eram enigmaticamente*

(*) *A Alvorada*, folha semanal do dr. Mario Monteiro. Supplemento ao n.º 12 do anno I, de 30 de Abril de 1912. Tinha a esse tempo a redacção na R. de S. Nicolau, 60, 1.º.

inutilisados de prestar concurso á revolução. Mas á 1 hora em ponto da madrugada de 4, isto é, á hora marcada para rebentar o movimento *para que eu não tivera aviso directo*, foram vistos tres militares emboscados, assaltarem o quintal da minha casa em Calhariz... Quem os mandou lá com tanta *pontualidade?*»

A revolta, como já vimos, teve inicio quasi inesperado, dando até a falta de aviso a muitos dos seus interferentes, e não chegando mesmo a varios dos grupos, dos quaes, a maioria, em escasso numero para a lucta se apresentou.

Se as salvas de prevenção fixadas foram na assembleia magna da Rua da Esperança, a *1 hora*, fixada para o começo do movimento, apenas resolvida em definitivo foi pelas 11 horas da noite de 2, na sala do Centro Republicano do Largo de S. Carlos.

Desde esse instante a faina foi embaraçosa e pouco calma, difficiente e de fadiga.

Um dos esquecidos, para communicação especial, foi o capitão tenente Soares Andréa. Teve todavia informes e se não conheceu em todas as minudencias o projecto, a intuição o conduziu ao foco do trabalho da maruja, Alcantara, onde ás 10 horas e meia chegava, indo junto da residencia do revolucionario civil José Nogueira, procurar exactos informes do plano a executar.

Não os obteve, porque o grupo d'aquelle, a postos estava já para proceder á tentativa de captação de caçadores 2 e em seguida ao assalto do quartel de marinheiros.

Não se apresentou assim Soares Andréa para assumir o commando do *Adamastor* no instante do insurreccionamento e como promettera á guarnição do cruzador.

Desconhecendo até o proprio local combinado para o embarque de officiaes, e ainda as principaes ordens para tal fim, quiz reconhecer um propositai affastamento.

Decidiu pois ficar por Alcantara.

Os factos preliminares da marcha até ahi, historia-os elle nas linhas seguintes, (*) dadas ao ser interrogado sobre as commoções d'essas horas de lucta:

(*) *O Intransigente* de 5 de Outubro de 1911.

«No dia 30 de setembro, absolutamente convencido de que a revolução tinha que explodir, conferenciei com praças do *Adamastor* para que avisassem todas as praças de confiança dos tres cruzadores, porque o *D. Carlos* já não partiria para Cascaes. No dia 1 tomei parte nas manifestações ao presidente Hermes e fartei-me de dar vivas á republica portugueza em frente do palacio de Belem, tão segura eu considerava a coisa. No dia 3 ao saber do attentado contra Bombarda ordenei aos meus que preparassem as suas armas para a revolução e fiz distribuir a 6.ª folha sobre a minha questão, em que atacava violentamente o paço, e, premeditando a revolta para o dia 5 ás duas horas da tarde, ao embarcar de Hermes, foi com surpreza que recebi aviso de que a revolução se antecipava para aquella noite. A's 10 1/2 estava acoitado em Alcantara para tomar parte no movimento, do que fiquei impossibilitado até ás 6 horas do dia 4, em que tomei o commando do quartel dos marinheiros.»

Não apparece sufficientemente justificado esse isolamento largo do posto combativo.

N'esse intervallo não deixou de se fazer ouvir a fuzilaria e o canhoneio, excluindo a ideia de uma ignorancia da sequencia da acção, nem em livre transito para revolucionarios, deixou de estar qualquer dos baluartes sediciosos, pondo de parte, pois, a impossibilidade de uma approximação. Obstaculos de ordem especial promoveram portanto a não comparencia, e talvez para que Soares Andréa, cahindo na rêde de vigilancia feita em redor do quartel de marinheiros, o fosse auxiliar em mais critica hora, aquelle em que quasi ao abandono se encontrou, sem as vistas dos altos graduados da marinha, os iniciaes promotores da insurreição da armada, em terra.

Ao deixar do quartel, ás trevas, o silencio fez-se por Alcantara.

Ao sentir quietitude, Soares Andréa, avançou até cerca do edificio, mas ao tentar atravessar o largo de Alcantara, alvejado foi por alguns tiros.

Recuando, occultou-se, até que, ante novo silencio fazia novo caminho, e, por beccos e travessas, a oeste do quartel, lograva chegar á rua 24 de Julho, onde ficou, de pistola aperrada.

Ali sabia da retirada de civis e maruja para bordo dos navios.

N'essa altura, surprehendido de novo pelos rebeldes, alvejado foi por alguns tiros.

Pedindo o cessar de fogo, Andréa que desde a vespera á noite, arrancára e cortára a corôa real do seu bonet, deu-se a conhecer como official da armada e revolucionario, o que o não impediu de ser forçado a desarmar se, entregando sem reluctancia a pistola e depois a espada, emquanto os apprehensores lhe declaravam:

— Assim, desarmado, é um soldado como nós que vem defender a Patria. Siga adeante, e vae ver como se prende um camarada seu, que ficou para traz dos marinheiros e em vez de embarcar está ali escondido no carvão!

De facto lobrigáram os vedetas o 1.º tenente Cesar Augusto de Mello Guerreiro, que só forçadamente se reunira aos revoltosos, apoz o assalto do quartel de marinha e retrocedera no seguimento d'esse acto nascido da turbulenta occasião. (*)

Surprehendido ao querer esquivar-se da cooperação no movimento, foi assediado.

Fazendo fogo contra elle, tiveram a resposta, mas o official, mal municiado, breve recahiu na mão do grupo civil, ingressando com Soares Andréa no quartel, pela parte sul, onde raros eram os seus deffensores.

A apresentação dos dois officiaes, correspondeu á exacta forma por que foram olhados: com inteira desconfiança.

Para José Nogueira, contraria impressão houve.

Reconhecendo o capitão-tenente, de braços abertos o recebeu.

De jubilo foi assim o surgir d'esse vulto de combatente experimentado e de technico.

Era um convicto e um dedicado aos dogmas da republica.

Ligado á Carbonaria, jungido egualmente estava á Maçonaria, fazendo parte do Loj.·. Marquez de Pombal, de Lisboa.

Vejamos, descripta pelo commerciante José Nogueira, essa

(*) Vide o 3.º volume d'esta obra. Pagina 401.

imprevista chegada, que Machado Santos, por justificavel equivoco, assegura (*) haver sido feita cêrca das 6 horas da tarde:

«Cêrca das 7 horas, como uns populares viessem pedir-me armas para prender um official de marinha que se achava escondido n'uma carvoeira, dei-lh'as, mandando-os acompanhar pelo marinheiro desertor.

«D'ahi a alguns momentos, os paisanos entravam, trazendo, capturados, não um oficial, mas dois, de quem os populares me diziam:

— «Cá estão dois melros!

«Qual o meu espanto quando n'um dos oficiaes reconheço o sr. Soares Andréia! E' claro que o mandei soltar, entregando-lhe o comando do quartel. E ao tenente Guerreiro—pois era elle o outro oficial — como declarasse que não queria entrar no movimento, desarmei-o e meti-o no calabouço.» (**)

O revolucionario civil sciente fazia o recem-chegado, de que havia ficado por lhe parecer equivoco, para todos, o abandono geral do quartel.

Manifestando-lhe o presentimento de que a todo o instante esperava o apparecimento do capitão-tenente, declinava n'elle a chefia da defeza, com um summario mas expressivo relato de uma situação desagradavel, pela falta de armamento e de homens, gorando-se ainda a presumida adhesão do tenente Mello Guerreiro que, intransigentemente, preferiu o carcere á connivencia rebelde.

Acceitando o commando que lhe era entregue por José Nogueira, tomou o capitão-tenente uma grave responsabilidade.

Desde essa hora, Soares Andréa, no quartel de marinheiros, assumia o encargo pesado que sobre si tomára na Rotunda, Machado Santos.

De facto elles tiveram, nas suas mãos de encorajados, o destino da Republica.

Devido a esses dois officiaes, ella foi acclamada.

Todavia, como se tudo isso passado fôra em sonho, mais

(*) Relatorio. Pagina 103.

(**) *Paginas revolucionarias. — O quartel de marinheiros durante a revolução*, por José Nogueira.

tarde, republica feita, veremos, Soares Andréa, arremessado para os carceres do castello de Angra e do presidio da Trafaria, como anti-republicano, (*) e como reu de traição ao regimen; e Machado Santos, indigitado como proximo companheiro de carcere, posto á margem e espelhando a sua desillusão e quiçá o arrependimento de não ter acompanhado na fuga os officiaes que do baluarte se evolaram na historica manhã de 4.

Releguemos, porém, tudo para a data de rejubilo revolucionario de 5 de Outubro, reintegrando-nos nos successos da noite que precedeu o exito de tantos esforços.

Soares Andréa, organisava logo uma defeza quanto possivel regular, se bem que, notando a existencia, como armas, apenas de 4 carabinas Mannlicher, 1 pistola Parabel, 2 pistolas Brownings, tres ou quatro velhas catanas e alguns machados de abordagem.

Todavia, e desconhecida ainda ali a morte do almirante Candido dos Reis, para elle foi um pensamento, uma esperança de que pudesse surgir, de instante a instante.

Esse vulto apagára-se, porém, na morte, mas a sua alma, pairando sobre os nucleos em revolta, insuflava-lhes a coragem e energia que o abandonára aos iniciaes symptomas d'um fracasso.

A ideia fixou-se no cruzador *D. Carlos*, perpetua ameaça á revolta, pela sua não integração absoluta no movimento.

Disse-se que se suggeriram possibilidades de escapada até ás docas, d'onde, tomando-se uma embarcação com destino aos navios, se poderia aguardar, em circumstancias de authentico revez, a passagem protectora a qualquer vaso de guerra estrangeiro, com especialidade, o cruzador *S. Paulo*, do Brazil.

No recurso que o levára ao simulacro de um forte nucleo de rebeldes com seis marinheiros apenas, José Nogueira, que aliás fôra surprehendido pela falta dos marujos e lhes desconhecia as intenções futuras, aventou quadros de soberbas côres:

«José Nogueira disse-me que os marinheiros tencionavam voltar ao quartel depois da sortida nocturna pela cidade, e que

---

(*) Abril de 1913.

o tomariam por bombardeamento, caso as tropas do Paço o tivessem occupado. Esta informação acabou por me permittir formar o meu plano estrategico para manter o quartel e evitar a todo o custo que fóra se conhecesse com exactidão que forças de marinheiros o guarnecia.

«Bater-me a commandar um cruzador, era serviço que me poria em muita evidencia e não menos segurança, mas o obscuro trabalho estrategico, que no quartel ninguem mais havia para desempenhar cabalmente, embora me expuzesse a maiores riscos, tinha eu o dever de o cumprir. Não hesitei mais.» (*)

Resolvido o esperar dos marinheiros e dos successos, desenvolvido foi o plano de defeza. Guarneceram os rebeldes, armados de machados, sabres de abordagem, e de chuços, a porta da rua 24 de Julho, emquanto outros grupos, destinados á externa vigilancia, procediam á captura dos suspeitos, e entre elles, do coronel de artilharia 3, Castro.

Aproveitado o estratagema de José Nogueira, alguns dos revoltosos, percorriam as janellas do edificio, disparando as carabinas, para o ar ou para longe, n'uma evidente demonstração de vigilancia attenta, mas em falsa apresentação de largo contingente.

Estabelecia-se um espectaculo de intransigencia e de perigo.

Soares Andréa, animando com a figura alta e aprumada, esse desolado aspecto interno, fazia levar aos presumidos deffensores da realeza a ameaça terrivel.

Segundo ella, as cercanias estavam tomadas por homens que, collocados nas ruas e nos ultimos andares dos predios, deixariam cahir um sem numero de bombas de dynamite, á menor tentativa de avanço.

A artilharia completaria a destruição pela dynamite.

Julgou se que á arrogancia outra viria por resposta.

Foi erro.

A brigada, simulando-se formada á ordem da realeza, estarreceu.

(*) *Notas Revolucionarias.* — *Soares Andréa no quartel dos marinheiros* — *O Paiz* de 2 de Novembro de 1910.

Estavam ali, todo o regimento de infantaria 1, todo o de caçadores 2, 150 praças de infantaria 16, duas companhias de infantaria da guarda municipal, e um esquadrão da mesma.

Teixeira de Sousa, regista (*) n'esse troço um indevido effectivo, attribuindo 491 praças a infantaria 1, 425 a caçadores 2, 302 praças á infantaria da guarda municipal e 73 ao respectivo esquadrão.

O coronel Alfredo Albuquerque cita (**) 250 praças de infantaria 1, segundo informe do respectivo comandante, e com base n'um ainda problematico numero de praças promptas firmado pelo chefe do governo, 287 homens a caçadores 2, o que, com as restantes forças perfazia um total de 1062 soldados.

Ainda que baixa soffresse esse proclamado effectivo, gigantesco e desproporcional seria se se encorajasse, para, indifferente a ardis, submetter o reduzidissimo numero de combatentes do quartel de Alcantara.

A estes valia a energia e a vontade de vencer, que os fazia subjugar até o proprio desanimo.

A ameaça, aos outros feita, de terrivel retrucar a qualquer tentativa de avanço, se callou no intimo dos adversarios, transformou-se, no espirito dos que a formulavam, de utopica bravata em recurso seguro.

Por seu turno, e sem que bem informado estivesse com effeito, mas por simples voto de incitamento, no instante critico em que no aquartelamento da marinha, quasi se desesperava, ante uns escassos meios de defeza, aguentada apenas pelo esforço d'um official, o capitão-tenente Soares Andréa, a imprensa republicana, levava ao povo e ao proprio governo os mais falsos boatos, tendentes a animar o primeiro e a aterrar o segundo, aliás fazendo um simulacro de ataque.

Assim *A Capital*, mantendo a fé republicana, affirmada desde o seu primeiro numero apparecido em 1 de Julho de 1909, — inseriu na noite de 4 o seguinte, em normando:

«Os marinheiros triumpham. Dentro do quartel de Alcan-

(*) Para a *Historia da Revolução*. 1.º volume. Pagina 302.
(**) *Os Cem Dias Funestos,* por Joaquim Leitão. Pagina 321.

tara ha 2'000 homens armados promptos a atacar as forças fieis ao regimen.»

E como informe certo:

«A cada momento chegam populares que reclamam espingardas. A todos são fornecidas. De ambos os lados do edificio estão alinhados marinheiros e paisanos promptos a entrar em fogo.»

Desmentia-se que fosse o almirante Candido Reis o morto da Travessa das Freiras, em Arroyos, procurando-se não levar ao modesto nucleo de Alcantara, o mais pequeno entrave ao seu denodo.

Assim, quer esgarçando de nuvens esse horisonte turbado da revolução, quer augmentando em numero phantastico o todo d'essa defeza fragil, se buscava robustecer a aureolada fé em victoria facil.

Todavia, e para que á duplicidade, depois citada, não fosse possivel transformar tudo em ignorancia absoluta, aos presumidos focos monarchicos ia, por traição de alguns revoltosos desilludidos, a noção exacta do estado do sitiado edificio de Alcantara.

Os informes chegaram por meios varios, junto do vice-almirante Luiz Antonio do Moraes e Sousa, ao tempo director geral de marinha.

Este, conseguindo fazer uso do telephone, communicou ao comandante geral das guardas municipaes, o abandono do quartel de marinheiros e a possibilidade d'uma tomadia sem graves riscos.

O coronel Malaquias de Lemos allegava a defficiencia de forças, mas participando o aviso ao quartel general, d'ali teve a resposta de que não valia a pena. (*)

A despeito da extranha attitude, logo transmittida por Malaquias de Lemos, o almirante insistiu pela conveniencia da tentativa.

Facto excentrico:

A's negações de Brito e Abreu, para a marcha sobre o Principe Real, determinada pelo quartel general, correspondia agora

---

(*) Relatorio de Malaquias de Lemos

a negação pelo quartel general, da marcha sobre Alcantara, local de accesso facil, e que assegurava a posse d'uma posição importante.

Temia-se especialmente caçadores 2.

Razões existiam, de facto.

D'este regimento não se podia confiar a causa da realeza.

Factos anteriores o demonstravam.

O 1.º sargento, Francisco Baptista Medeiros, já procurára assestar a metralhadora que dirigia, para a municipal, que escapou, graças a um pedido de misericordia, base de indecisão que deu logar á chegada de mais cavallaria, impossibilitando o official inferior de, com os unicos quatro soldados que o rodeavam, fazer acção productiva, simplificada com a retirada, sem um tiro, da posição, falsamente defendida.

Auxiliava-o o 2.º sargento Peixoto.

Ainda d'este regimento, e trazido pelas vedetas presente foi a Soares Andréa, um enviado favoravel á democracia.

O 1.º sargento David José Fernandes Moreira, abandonava o seu posto no acampamento e ia atraiçoal-o, levando ao quartel de marinheiros intenções extranhas, ou fosse, o offerecimento á revolução da bateria do seu commando, sob o ponto condicional de um simulado ataque por 30 praças da armada, que se o não fazia, seria a morte do nucleo da municipal que na defeza cooperava!

Foi tomado por espia, tal o acto equivoco a que se prestava e que os proprios officiaes revoltados, repudiaram, levando-o a intenções de traição.

Do acampamento sahia, para de novo voltar a insistir sobre a entrega.

D'essa vez houve a recusa. A proposta era de tentar, mas o capitão-tenente Soares Andréa estava quasi abandonado n'esse baluarte de Alcantara.

Comtudo, foi ouvido.

Indicou as posições vulneraveis do acampamento de caçadores 2 e até á passagem por uma quinta, facultando um ataque de surpreza.

Reiterou a promessa de dar á revolta a artilharia a seu cargo

O capitão tenente, desassombrado e como se de facto o rodeassem centenas de destemidos como elle, bradou-lhe sobranceiro:

— «Os cruzadores estão a chegar para novo bombardeamento sobre as tropas, e especialmente sobre as metralhadoras, e então safem-se com ellas, a uma e uma, que as nossas patrulhas os esperam no cimo da Rua do Tenente Valadim. Com respeito aos marinheiros, eu não retiro uma unica praça da *companhia de guerra*, que está n'uma sua posição de defeza. Recommendo lhe que tragam as metralhadoras uma e uma, e sempre *com os canos para traz*, porque se tal se não fizer, expõem-se a ser metralhados com as bombas de dynamite de que ha abundancia no quartel!»

Marchou o sargento, sem promettimentos certos, ao mal confiado posto, com um revolucionario de confiança, emquanto no quartel o desalento se esboçava.

A tentativa era de deslumbrar, mas como agir se ali dentro estavam apenas Soares Andréa, José Nogueira, tres marinheiros e nove paisanos?...

Incumbia se o revolucionario civil, de no regresso lançar um véo de mysterio sobre a verdadeira attitude do sargento.

Este, a curta distancia, esquivára-se do companheiro, saltando os muros de um quintal e desapparecendo na treva.

De dupla traição teve elle accusações.

Por parte da monarchia, pela entrega que se propunha executar, sob a ficção de um ataque.

Pelos rebeldes, fallou (*) Soares Andréa:

«O sargento seguiu, e foi se acompanhado por um voluntario de confiança, de quem se escapou saltando ligeiramente um muro de quintal. Outras peripecias acabaram por parecer que a missão do sargento era outra, e, quanto ás metralhadoras, só soubemos d'ellas quando, ao romper da madrugada do dia 5, se ouvia repenicar descarga cerrada sobre o nosso quartel!»

Assim, apenas se fez a defesa falsa e mais tarde, quando a despeito d'essa entrega, pois mais não era a attitude extranha

(*) *Notas revolucionarias.—Soares Andréa no quartel de marinheiros.*

do regimento, se lançavam suspeitas sobre caçadores 2, accusando-o de haver organisado uma resistencia, o que seria uma manutenção fiel de jurada obediencia ás instituições, ver-se hia surgir a desculpa a essse acto, que se verdadeiro fôra, simples dever representava.

Affirmaram-no os *officiaes de caçadores 2*, em carta (*) dirigida á imprensa, e onde se frisava que, se houvera forças de hostilidade á revolta, não assumira essa attitude aquelle regimento...

Não a conheceram desde logo os revoltosos, na ancia de perigos ver e de sonhar fidelidades á monarchia.

Tudo contribuiu, pois, para que o quartel de marinheiros patenteasse, mal encoberto pela coragem, uns naturaes vislumbres de desanimo.

De Candido dos Reis, nova alguma foi levada ali, parecendo que apenas ao baluarte de Alcantara não chegou o suicidio do almirante, conhecido aliás, em todos os centros revolucionarios.

Emissarios houve todavia que se encarregaram de ir annunciar ao posto onde Soares Andréa desesperava, a breve execução de ataques grandiosos.

Pelos denunciados projectos, as baterias de Queluz, que n'essa hora estavam no Thorel afim de visar a Rotunda,—a qual d'isso não teve aviso,—foram dadas como montando suas peças afim de, do alto da Tapada do Paço, derrubar, á granada, o obstaculo á causa da realeza.

O capitão-tenente Soares Andréa, ficou porem. Ficou, embora mais tarde falsamente se quizesse afirmar a defeza incumbida ao commissario naval Costa Gomes.

Jungiu-se elle a esse baluarte com raros deffensores, e a victoria achou-o firme no posto de combatente pela Republica.

Essa hora feliz foi a transição, o preparo para as agruras do futuro, em que o drama de sacrificio do 4 de outubro foi revisto com pezar lançando-o ao drama da sua desesperança, a

(*) A carta está reproduzida a paginas 547 do 3.º volume d'esta obra.

menos de tres annos, e que o levou ao carcere, ao exilio para fóra do continente, ao presidio insular.

Todavia, já nos instantes em que o terror perturbava os insurrectos, Soares Andréa, teve cubiçosos d'esse facto, embora de perigo fosse e por isso pouco de invejar.

Avançando a madrugada, detido era um official, cujas intenções não appareceram sufficientemente definidas e apparentando-se com as do mysterioso homem do chapeu de palha que a Candido dos Reis fôra notificar essa falsa derrota em infantaria 16.

Deixemos o capitão-tenente Soares Andréa descrever (*) o facto extranho:

«Era um mysterio que vinha somar-se ao mysterio do tal *official*, que dizendo se da parte do Sr. Machado Santos conseguira entrar no Quartel de marinheiros na madrugada de 5 d'outubro pedindo para me fazer communicações importantes e em *particular*.

«Notando que esse tal *official* só ia armado de espada, suspeitei d'elle e mandei que dissesse ali mesmo n'um corredor ao pé de praças de marinha, armadas, o que me tinha a participar, desviando-me um pouco para não sermos ouvidos. Disse-me então que Machado Santos me avisava de que o rei e a familia real tinham sido acolhidos (sic) pela legação ingleza e que o povo sabendo do caso estava cercando a legação e a querer hostilisal-a e por isso me pedia para mandar cercar por uma força de 200 marinheiros o que nos dava a vantagem de impedir que os *melros* (sic) escapassem e sobretudo evitar um desacato á legação.

«Esta noticia impressionou meu espirito, sendo n'ella o começo d'uma intervenção da legação ingleza em favor da monarchia, mas suspeitando sempre d'alguma cilada e intrigado porque o *official*, além de não trazer arma de fogo, não trazia distinctivos nos hombros, perguntei lhe se não trazia pistola, ao que respondeu que não, mas eu ao mesmo tempo apalpei-o e descobri-lhe um pequeno revolver no coz das calças que immediatamente apprehendi, entregando o official ás sentinellas de marinha desarmado tambem da espada. Tinha resolvido in-

(*) *A Alvorada*, n.º 12—Anno I—de 30 de Abril de 1912.

quirir pelos telephones da veracidade da informação e averiguada a falsidade mandar immediatamente fuzilar o portador em que eu farejei logo a intenção de me metter uma bala nos miolos pelas costas, quando me apanhassem entretido a dirigir os tiroteios que se estavam fazendo das janellas do Quartel.

«Estava fechado na casa dos telephones e a porta guardada pelo primeiro sargento 105, Ribeiro, quando este me chamou, porque dois carbonarios me queriam fallar com urgencia Eram effectivamente dois carbonarios pois que troquei senha com elles, e estes homens affirmaram «que o *official* vinha da parte de Machado Santos com urgencia, que o não desconsiderasse eu desarmando-o, e que elle tinha ainda cousas importantes a dizer-me.»

«Peguei da espada do official, e como tinha ouvido os taes *carbonarios* já de pistola em punho, fiz ficar os carbonarios ao pé do sargento Ribeiro n.º 105, e fui me até ao *official* suspeito, que me disse muito com reserva — «que estava tudo perdido, pois que a legação ingleza, vendo a atitude hostil do povo, pedira pelo telegrapho sem fios, a vinda da esquadra ingleza que andava na costa, e que vinha já adiante d'ella um *destroyer* para metter no fundo os dois cruzadores revoltados.» «Confesso que senti um temivel calafrio, mas ainda suspeitando, ordenei a uma praça da armada que fosse ao ponto mais alto do telhado do quartel vêr se avistava algum navio de guerra para os lados da barra, obtendo com grande rapidez, a confirmação de que um navio de quatro chaminés e sem bandeira vinha a toda a força de vapor já nas alturas de Paço d'Arcos. Então entreguei a espada ao *official* e, sempre de pistola em punho, mandei-o acompanhar á porta pelo sargento, com a seguinte resposta para Machado Santos «que eu tinha ordem do almirante Reis (que julgava vivo) para não desviar uma só praça da Companhia de guerra que lá tinha intrincheirada nos baixos do quartel, e que os populares tinham mais de duas mil bombas explosivas pelo que nada receasse pela segurança do quartel que assim estava inexpugnavel, e que requisitasse forças para o Arsenal que lá lh'as dariam com facilidade.

«Meia hora depois eu mordia-me de desespero por ter sido

ludibriado pelos taes *carbonarios* traidores (?) que salvaram o *official* de receber quatro balas no meio da parada, pois o navio avistado fôra fundear pacificamente no quadro dos navios de guerra e não fizera a menor menção de ataque aos cruzadores revoltados. Perguntando ao sr. Machado Santos, no dia 7 quando fui á Rotunda se enviara lá o tal official e as informações que levou, esse sr. me disse que não, e eu creio. E' comtudo certo que na madrugada de 5 d'outubro, amigos meus que á Rotunda foram perguntar por mim, receberam a desoladora noticia que o Almirante se tinha suicidado e que o Andréa *estava morto* no Quartel de marinheiros. Coincidencia digna de meditação é esta de ao mesmo tempo que se tentava assassinar me no quartel, já me davam por *morto* na Rotunda da Avenida!»

Esses lances, de surprezas e de ameaças, de solidão e de maus boatos, eram de molde a quebrantar animos menos fortes.

Foram chegando, porém, mais alguns auxiliares.

Poucos eram todavia, para o negro quadro formado pela brigada da presumida defeza á côrte de Portugal.

Entre elles, appareciam o machinista naval Antonio do Carmo, os jornalistas Joaquim Meira e Sousa, (*) director do jornal republicano *O Paiz* e João de Deus Guimarães e o escriptor Cesar da Silva, auctor dos romances *O Marechal Saldanha*, *Os Patulêias* e *Amores de uma Rainha*, antigo professor do Instituto 19 de Setembro, aggremiação filiada na politica dos partidarios do rei D. Miguel e antes dedicado aos partidaristas regeneradores.

Era comtudo, tempos antes da revolta, um audacioso, um devotado á democracia.

A questão Ferrer, (**) encontrou no professor Cesar da Silva, um agitador audaz, ligado a elementos conhecidos da causa republicana.

Com o escriptor Agostinho Fortes, o advogado Campos Lima

(*) Citado, a proposito do inquerito ao regicidio, a pagina 325 do 1.º volume d'esta obra.

(**) Vide a nossa obra *A Caminho da Republica*. Pagina 392.

o operario Bartholomeu Constantino e outros, deu impulso largo para a celebre sessão de 5 de Setembro de 1909, no Centro Republicano de Alcantara, d'onde sahiu a intensa propaganda a favor de Ferrer, effectuada em assembléas a que Cesar da Silva sempre presidiu.

Foi elle ainda o signatario da representação que, pugnando pelo terrorista hespanhol, e em nome de 30 associações diversas, foi endereçada ao republicano do paiz visinho, Peres Galdós.

As primeiras phases da sedição, na rua o haviam encontrado, levando-o ao carcere a successão dos acontecimentos, e sahindo das vistas policiaes mercê de incidente singular.

Vamos buscar á propria descripção (*) do revolucionario, as peripecias que precederam a sua entrada no edificio do quartel de marinheiros:

«*Meu caro* — Se te parecer publica o seguinte pedaço de prosa que, embora seja meramente uma nota pessoal, poderá fornecer algum esclarecimento áquelles que no futuro queiram escrever a historia da nossa gloriosa revolução popular, já designada com a denominação de *Os dois dias de Outubro*. Como elemento de um grupo revolucionario de Alcantara foi encarregado da pouco segura missão de vedeta, para fornecer noticias do que visse. Assim, fui ao Terreiro do Paço, de onde trouxe a nova de que uma força da guarda municipal, á uma e vinte minutos da manhã, ahi se apresentára em frente dos correios. Mas seguidamente pude insuflar animo aos nossos amigos dizendo-lhes, porque o presenceára de longe, que o bravo regimento 16 de infantaria, e a artilharia haviam posto em fuga um troço de infantaria da guarda. Num automovel voltei de novo á minha exploração, e fiquei-me pela Rotunda a vêr o que advinha. Lá para o fundo da Avenida um grupo de bravos revolucionarios atacavam vigorosamente o esquadrão do Cabeço de Bola que seguia para o Rocio. A coisa ia bem, mas eu é que estava mal. Eram já duas e meia da manhã. Os janizaros da esquadra da rua Rosa Araujo, que seria tão natural terem corrido em defeza dos seus colegas da municipal, vivamente atacados com umas coisas

(*) *O Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

que produziam grande estrondo, tal não fizeram, dizendo certamente comsigo que *o seguro morreu de velho.* Conservavam-se porém á espreita, e, vendo-me ali, atiraram-se a mim, como leões, uns doze dêsses javardos, levando-me para a esquadra, que era mesmo á bôca da rua Rosa Araujo, junto da Avenida. Em sucessivas explorações apanharam mais seis individuos isolados e assim nos encontrámos ali sete victimas para sermos *amoravelmente* imolados pela quadrilha predial, se a Revolução falhasse. Um dos presos, porque esboçava uma resistencia, foi barbaramente acutilado, na rua, mas, depois de chegar ao posto, tanto esse, como os outros captivos foram tratados com bondade. Havia mesmo um cabo que mostrava ser homem extremamente humano. Confesso que, apesar do perigo em que me via, nunca perdi a esperança, portanto puz-me a animar os meus desditosos companheiros de prisão e até os proprios policias, que se mostravam um tanto inquietos. Nem admira, para os lados da praça dos Restauradores continuavam a ouvir-se estrondos que punham calafrios nos janizaros. Mas dahi a pouco a inquietação converteu-se em panico. A caminho da Rotunda vinha a artilharia, fazendo-se annunciar pelo ruido surdo das suas pesadas viaturas. Um dos marmanjos, que, vestido de gente, fôra em observação, entrou esbaforido pela esquadra, annunciando com tremuras na voz, que estavam lá em cima muitas peças, comandadas por um general. O nosso bravo Machado Santos tinha subido dessa feita uns tantos postos, de que aliás é digno. Eram já cinco horas da manhã. O efeito da noticia foi indiscritivel: mais de metade dos *valentes* policias sumiram-se, como por encanto. Foram, creio eu, mudar de ceroulas. Os outros tremelicavam. Um tiroteio feito ali perto, por uns populares, ainda mais os aterrorisou. O melhor estava porém para vir. Descobrindo um esquadrão da municipal, que se dirigia para a Rotunda, os canhões revolucionarios troaram, fazendo estremecer as casas, e produzindo importante estrago nos soldados e cavalos. Então é que foi ver como os meus guardadores perderam a trasmontana. Na impossibilidade de sairem pela porta, que estava fechada e era de correr, quasi todos se atiravam como doidos para um pateo traseiro, em risco de quebrarem as pernas. Mas o terror impelia-os. Que bel-

los defensores tinha a quadrilha predial naqueles almas do diabo! Cessando emfim o tiroteio, saímos todos da esquadra, presos e policias. Eram quasi seis horas da manhã. E aqui fica exarada uma nota pitoresca da Revolução e explicado o motivo do meu desapparecimento durante tres horas, que tantas foram as que passei na esquadra. O que fiz depois já o exarou no *Mundo*, no numero de hontem, um curioso qualquer, a quem agradeço as referencias que amavelmente fez, tão minuciosas que nem lhe escaparam os chinelos que a triste necessidade me obrigára a calçar. — *Cesar da Silva.*»

De lance em lance, de serviço em serviço, de abalada foi até ao quartel de Alcantara, chegando a tempo de enfileirar como audaz coadjuvante, no grupo modesto que ali se dispoz a defrontar horriveis calamidades.

Meira e Sousa, ex-cadete de artilharia 1, seguiu até á Rotunda, para se armar, sendo-lhe todavia recusada a entrada, sob fundamento de que só se pretendia ali gente municiada, demais esperando-se um ataque de artilharia 3.

Marcado o quartel de marinheiros, como o ponto onde poderia ser satisfeito seu desejo, para ali se dirigiu com os jornalistas Botelho de Sousa e João de Deus Guimarães, e o cadete de cavallaria 4, Antonio Quelhas.

Nova detenção os esperava.

Um grupo tentou oppor-se-lhes á passagem, apontando as carabinas.

Declarando a intenção de ir combater, Meira e Sousa, mostrava o seu bilhete de jornalista, que trouxe sobresalto por o encimar a corôa, com o titulo *Governo civil de Lisboa.*

Só a leitura da cathegoria do apresentante, director de jornal republicano, socegou os rebeldes, scientes então de que a imprensa tinha os seus bilhetes concedidos pelo governo civil.

Conduzidos á presença do capitão Soares Andréa, Meira e Sousa e Antonio Quelhas, recebendo duas carabinas Mannlicher, ingressavam logo no posto de defeza, emquanto o jornalista João de Deus Guimarães vinha exercer acção externa.

Nada se futurava de bom sobre a serenidade das forças que pareciam exercer vigilancia sobre o quartel, como aguias fasci-

nadoras aguardando o menor movimento das avesitas implumes, para, sobre ellas cahirem, de adunco bico aberto e garras bem recurvadas...

Mas, como vencer essa obstinação, se rara gente havia, para assalto em forma ou defeza a serio ataque?

Apenas se cifrou a esperança na regresso dos navios.

Soares Andréa destacou um popular, com a requisição de qualquer dos cruzadores, para liquidar a enervante espectativa.

Apenas a um breve tiroteio das forças das Necessidades teve o quartel que retorquir.

A essa hora o *S. Raphael* e o *Adamastor*, occupavam-se pacificamente na vigilancia do Tejo, espraiando a larga facha branca dos seus holophotes para a descoberta dos torpedeiros que todavia não haviam chegado do Valle do Zebro.

Não deixou todavia de se phantasiar a sua approximação, com alarmes e com o correspondente tiroteio, que até alcançar foi inofensivos barcos de pesca...

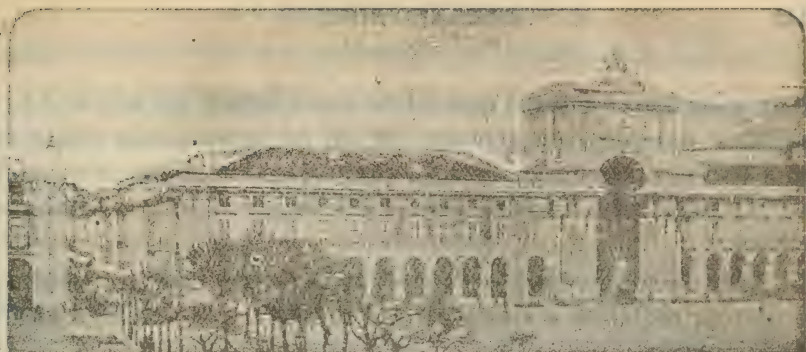
Por esses instantes de embaraço, que o capitão-tenente Soares Andréa, punha o pensamento na chegada dos navios, e no *S. Raphael*, a bordo d'este os officiaes aprestavam-se para em socego se reunirem á mesa do almoço:

«A's 3 horas e meia da madrugada, foram almoçar os officiaes que estavam a bordo, os quaes eram os Ex.mos Srs. Antonio Ladislau Parreira, Dr. Vasconcellos e Sá, Annibal Sousa Dias, Tito Augusto de Moraes, José Carlos da Maia, Marianno Martins e a convite dos mesmos o capitão da manutenção militar Nascimento e a minha pessoa.» (*)

Mais um navio havia, era certo, o *D. Carlos*, mas esse, tomado de abordagem, horas antes, não estava em situação de obedecer rapidamente a manobra arriscada.

A torrente revolucionaria vencera emfim a intransigencia dos mais dedicados á realeza de Portugal.

Mas de novo correu o sangue, para que bem rubro ficasse o estandarte sedicioso...

(*) *Notas veridicas.*— Apontamentos para a historia da Revolução, por Julio Victorino dos Santos. Pagina 17.

III

O cruzador D. Carlos

Preparativos de assalto — Lances de heroismo — A tomadia — A bandeira da revolta — Falla-se no tenente Philemon d'Almeida — O novo commandante do «D. Carlos» — Receios acerca dos torpedeiros — «O Berrio» — A imprensa ante a invasão do «D. Carlos» — O que se passou em Valle de Zebro — Frederico Pinheiro Chagas.

A marinha, insurrecionada, não contava ainda com a fragata *D. Fernando*, a corveta *Mindello*, os torpedeiros e o cruzador *D. Carlos.*

Só este, como mais poderoso, se apresentava entrave hirto á revolução.

Só elle soube conservar, por longas horas, o pavilhão azul e branco, como ameaça formidavel a quantos haviam içado a bandeira vermelha da sedição.

Apenas elle, a conseguiu ter fluctuando ao vento até ao fim da tarde de 4.

A marinhagem estava revoltada, era certo, mas a officialidade oppunha-lhe resistencia tenaz, difficultando-a de prestar auxilio ao *Adamastor* e ao *S. Raphael.*

Absorveu-se todavia nas internas precauções.

Disse-se até que do *D. Carlos* a officialidade não dera or-

dem para atirar sobre o quartel de marinheiros, quando o *Adamastor* desembarcou armamento em Alcantara, com receio de que isso motivasse a sublevação das praças internadas no quartel.

O facto seria ruinoso para a revolta, se se tivesse levado a effeito.

Não o foi, porque o destino cuidava de bem encaminhar a maruja sediciosa e ainda porque se não contava com a ajuda da tripulação.

Aos annuncios da insurreição foram tomadas a bordo todas as providencias e as 50 praças dispostas a commettimentos viram-se logo vigiadas, pelos vinte officiaes, entre os quaes, o commandante, contra almirante Alvaro Antonio da Costa Ferreira, immediato, capitão-tenente Augusto Rodrigues Bello, 1.os tenentes Ladislau Mario Durão de Sá e Bento Xavier Vieira da Silva, 2.os tenentes, Alvaro de Almeida Martha, Augusto Gonçalves de Azevedo Franco e Joaquim Gonçalves da Costa.

A sua attitude, já impedira a cooperação dos tripulantes ao soar dos tiros do signal e quando alguns, raros, correram a armar-se com as espingardas, registaram o cerramento dos paioes e armeiros.

Os officiaes, affluindo á ré, armados de pistolas automaticas *Parabellum*, tentaram suffocar a revolta, mas apenas lograram uma espectativa ameaçadora, pois a maruja, agrupando-se á prôa, só esperava qualquer auxilio extranho, para cahir sobre esse grupo de homens audaciosos.

De facto, alguma ideia houve de appoio á gente insurreccionada do *D. Carlos*.

As praças do forte de Almada tinham mesmo pensado n'uma arremettida ao cruzador.

Antes do bombardeamento do palacio real, já a marinhagem do *Adamastor* e *S. Raphael* mostrava vontade de uma tomadia.

Incentivos e promessas representavam tambem os vivas á Republica dados de bordo d'este ultimo, quando passou de volta de Alcantara, pelo navio ostentando soberbo o pavilhão azul e branco.

Não haviam podido retribuir com a anceada energia, mas rejubilavam com taes estimulos.

Bem desejavam derrubar a muralha formada pelo troço de dedicados á causa do rei, mas parece que o destino se comprazia em lhes diminuir o encorajamento.

Essa posição critica se prolongou até ás 6 horas da tarde de terça feira 4.

De instante se resolveu pôr de lado preconceitos e esperanças. Cumpria interporem se á attitude de simples espectativa.

Debalde haviam aguardado orientação superior, se bem que a bordo tivesse a revolução, o 2.º tenente José Joaquim Marques da Silva Araujo que aliás nem de leve patenteou o seu appoio á sedição.

Estivera no Caes do Gaz, com o troço de officiaes que sob a direcção do almirante Candido dos Reis deviam tomar de assalto os navios.

Ao fracasso do projecto regressára ao cruzador a cuja guarnição pertencia. Semi-descrente, decerto, procurou isolar-se de uma prevista derrocada.

Assim, desprovidos de soccorro interno, valeu á maruja, o 1.º artilheiro Benjamim Magalhães Vasconcellos que, lançando-se á agua, a nado attingiu o *Adamastor* onde foi levar não só o reflexo do pensamento dos camaradas anciosos de armas, como a perturbante situação mantida a bordo.

Retrocedeu, ás promessas de auxilio, mas, á baldada espera, correspondeu desde logo a ideia de uma nova communicação, quasi ultimatum, ao *Adamastor*.

Aproveitando o jantar dos officiaes, um troço de 14 marinheiros, sob a chefia do 2.º artilheiro Luiz Antonio Filippe, lançaram rapidamente ao mar, 8 horas dadas, um dos escaleres do *D. Carlos* e embarcando, endireitaram ao navio do commando do 2.º tenente João Mendes Cabeçadas Junior.

Mencionaram relatorios varios que o numero de desertores foi de 25, mas certo é que apenas 14 assignala o depoimento do chefe d'essa pequena expedição: (*)

(*) *O Seculo* de 15 de Outubro de 1910.

«Quando os marinheiros ouviram tiros, signal da revolta, puzeram-se a pé, mas um official, que logo appareceu, obrigou-os a submetterem-se. Quando já muito depois, os outros navios içaram a bandeira republicana e o cruzador *S. Paulo* salvou, voltaram a insubordinar-se e a soltar vivas á Republica, mas nova intervenção do official outra vez os acalmou, apparentemente. Combinou-se não consentir que fosse arvorada a bandeira nacional, ás 8 horas, mas nada houve que fazer, pois nem se pensou em tal. Mais tarde, quando a tripulação estava na limpeza, a officialidade aproveitando-se da occasião escondeu todo o armamento, e a propria sentinella foi desarmada. Armados só ficaram os officiaes.

«Quando passou o *Adamastor*, um marinheiro deitou-se a nado e entrou n'aquelle cruzador. Trataram então de combinar a fuga, e uns 14, capitaneados pelo signatario, depois da ceia, embarcaram n'um escaler, em direcção ao *Adamastor*, onde communicaram ao commandante o que se passava a bordo do *D. Carlos*. Uns poucos de militares e paizanos passaram-se para o escaler e, commandados por um official do *S. Raphael*, dirigiram se de novo ao *D. Carlos*, atacando-o pela fórma já conhecida dos nossos leitores. O Berrio, no pontal de Cacilhas, esperava os torpedeiros, para os atacar, mas, com algumas granadas, obrigaram-no a affastar-se.»

Por seu lado Machado Santos, maior numero regista:

Do *D. Carlos*, sahiram, segundo elle, os 2.os artilheiros, Jayme Joaquim, José Fernandes, Antonio Virgilio, Luiz Antonio, Custodio Leite, Manuel de Castro, José Pereira, Francisco Carvalho e José Lopes; grumete João Lopes; 2.os fogueiros José Maria, José Antonio; chegadores José Ramadas, João Gonçalves, Antonio Luiz e Eugenio A. da Conceição e o corneteiro Antonio Ferreira. (*)

Assim, por 17 homens seria composto o nucleo, em divergencia ainda com o 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira, que, no seu relatorio aponta apenas 15.

(*) Relatorio — Pagina 116.

Mais ainda reduziu o numero o commandante do *Adamastor:* (*)

«N'um vapor da Alfandega que se poz ás nossas ordens, comecei a mandar gente para o *S. Raphael*. Pouco depois appareceram a bordo d'este navio 12 homens do *D. Carlos*, que fugiram de lá n'um escaler; vinham buscar armas para poderem luctar com os officiaes. Armei estes homens, embarquei-os no referido vapor com mais praças e paizanos e mandei os sob o commando de um sargento, tomar o *D. Carlos*, depois de passarem pelo *S. Raphael* e communicarem ao chefe o que iam fazer.»

Difficil pois de precisar, devidamente, o numero, pois Machado Santos, na Rotunda, não seguiu o lance do *D. Carlos*; e os tenentes Parreira e Cabeçadas, decerto, preoccupados pela acção, não se lembraram de proceder á contagem, inclinamos-nos para o, sem contestação, commandante do troço fugitivo do cruzador, mais apto a affirmar a quantidade dos que com elle elle foram do *D. Carlos* ao *Adamastor*.

João Mendes Cabeçadas, comprehendeu logo o alcance da tentativa, e garantidora de bom appoio, se exito tivesse.

O *D. Carlos* tinha maior numero de boccas de fogo que os dois navios reunidos, ou fossem 16 Hotchkiss de 47/47, 2 peças de 37/25, 8 Armstrong, de tiro rapido, 47/40; 4 de 15/45, 4 metralhadoras de 6,5 e 5 tubos lança torpedos.

Barco de 4253 tonelladas, tendo 110 metros de comprido entre perpendiculares, 14,40 de bocca externa, duas helices, caldeiras da força de 12729 cavallos, podendo dar até á velocidade de 12 milhas e, de quasi recente construcção, pois dos estaleiros sahira em 1898, a posse, significando um soberbo golpe na causa dynastica, representaria segura defesa e ataque e talvez probabilidades de distanciamento breve, a reconhecida derrota.

Bem assente a ideia, armas forneceu o official aos proponentes do assalto, aggregando-lhes ainda um troço de civis.

Não quiz todavia a absoluta responsabilidade do acto de

(*) Do livro de bordo do cruzador *Adamastor*.

arrojo grande e aconselhou a marinhagem, a ir expôr o plano, antes de o executar, ao commandante da insurreição naval, o 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira.

Pequeno o escaler para a gente que se ia arriscar á investida, valeu ao serviço de conducção, um vapor da alfandega, aprezado, horas antes, ao fundear do *S. Raphael* em frente da alfandega.

O vapor endireitou immediatamente ao navio chefe.

D'este fôra avistada a maruja sahida do *D. Carlos* e a ida ao *Adamastor*, mas, ao seu approximar fez-se prevenção, logo sustada pelo reconhecimento das praças fugidas do navio não adherente.

Recebidos a bordo, expunham ao 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira, com a inabalavel resolução de quebrar, por qualquer forma, a attitude expectante até então observada, o voto intenso de conveniente modificar da situação.

O conselho de officiaes, ao qual assistiu o medico naval dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá, já pesára certas phases da lucta.

A morte do almirante Candido dos Reis, chefe indiscutivel da marinha revoltada, trouxera difficuldades.

O movimento, apresentava perspectivas favoraveis, mas, de facto, falta fazia aquelle vulto preponderante.

A exposição feita pela maruja do *D. Carlos* evidenciou todavia a necessidade de agir.

A marinhagem, sem garantias seguras aliás, deu toda a tripulação restante como de absoluta fé na causa republicana.

Anteviu o tenente Parreira um proseguir de deserções, diminuindo, de cada vez o effectivo dos revolucionarios a bordo, demais não contando, como os fugitivos do *D. Carlos* allegavam, com a absoluta connivencia de toda a equipagem.

Resolveu-se assim o lance decisivo, tantas vezes addiado por motivos varios.

Assente ficava o regresso de alguns dos evadidos com praças do *S. Raphael* e alguns populares, sob o commando do 2.º tenente José Carlos da Maia, levando como missão a tomadia do navio refractario ás doutrinas democraticas, com a violencia em argumento supremo.

A Carlos da Maia, bem confiado foi o encargo, depositando n'elle confiança o tenente Parreira.

Esteve aprestado para a tentativa do 28 de janeiro, e o almirante Candido dos Reis, tinha-o em alta conta de valor pessoal

Era o commandante da canhoneira *Limpopo*, então surta em Vianna do Castello, em serviço de fiscalisação de pesca.

Sabedor da revolta, deixou o seu navio e veio para Lisboa.

De vontade assumiu a direcção da grave tentativa.

A cartada era de risco, mas ia jogar-se.

Recorrendo ainda ao vapor da alfandega, cuja tripulação se puzera antes ás ordens dos revoltosos, viram estes surgir uma recusa terminante ao ser exposto o plano de abordagem.

Ao inutil accumular de rogativas, succedeu-se a immediata substituição de gente temorosa do lance ousado e guarnecido foi o barco aduaneiro com as praças do *D. Carlos* e do *S. Raphael*, entre elles, o chegador José Ramadas, o 1.º marinheiro João Zacharias, o 1.º grumete Manuel Duarte, o 1.º marinheiro João Moita, o 1.º artilheiro, Benjamim Magalhães Vasconcellos, assumindo este as funcções, de risco, de pratico do vapor.

D'elles, se José Ramadas, seria victima, em combate, Manuel Duarte, poucos dias de vida teve, por desastre.

A 10 de outubro d'esse anno, quando se procedia junto á casa dos torpedos do cruzador *D. Carlos*, á arrumação do armamento empregado na revolta, um grumete revolucionario tambem, disparava, involuntariamente, uma carabina.

As balas, furando a tolda, iam cravar-se, uma no peito do 1.º marinheiro Ludovino Dias, partindo-lhe tres costellas e entrando-lhe no pulmão; e outra, na coxa do grumete Manuel Duarte, de 26 annos, solteiro, natural de Thomar, que falleceu n'essa mesma noite, no hospital de S. José.

João Zacharias, veio incluido no primeiro grupo dos indicados para recompensa pela republica (Novembro de 1910) e a Benjamim Vasconcellos, caberia o premio de promoção a 1.º sargento, para a guarda republicana.

Entre os civis, em numero de 40, iam, os revolucionarios Julio Victorino dos Santos, Antonio Faria, Adolpho Rodrigues,

José Frederico Silveira da Costa, (*) Miguel da Silva, Jeronymo Pereira, Joaquim José Panninho, João Domingos da Silva, Carlos Augusto, Joaquim Viegas Monteiro, Antonio Gomes, Virgilio Augusto Fernandes, Arthur Lopes, Raul Maria de Oliveira, Manuel Moreira, Benjamim da Costa Alves, Benjamim Augusto, Antonio Luiz Pranchas, (**) Malaquias Manuel de Jesus Meyrelles e Carlos da Silva Rocha, este antigo 1.º grumete, já envolvido em lances de rebeldia, como a revolta a bordo do cruzador *Vasco da Gama* em 1906, o que lhe valeu ser condemnado em nove annos de deportação militar, pena terminada á amnistia promulgada em 12 de fevereiro de 1908 por D. Manuel II.

A revolução contra este, ainda n'essa attitude de odio ao amnistiante o encontrava.

Deixando o serviço no vapor *Cabo Verde*, veio para o campo de acção a bordo do *Adamastor* e d'ahi marchou para o assalto ao *D. Carlos*.

*

* *

Havia terminado o jantar dos officiaes, tendo sido resolvido previamente, para prevenir intenções, que de quarto estivessem sempre dois tenentes.

A vigilancia attenta, assignalava, cerca das 10 horas da noite, o apparecimento de um vapor suspeito.

Dando o alarme, um dos officiaes, gritou:

— Embarcação! O' da embarcação!

Emquanto os outros accorriam, já de pistola em punho, de bordo do barco, avançando sempre, pretendeu-se dissimular procedimentos:

— Vapor do arsenal!

(*) Já citado a paginas 634 do 3.º volume d'esta obra. A' victoria obtida, ia ao cargo de empregado supra numerario, servindo na Direcção Geral da Fazenda Publica.

(**) Teve o nome incluido no parecer 398, approvado em sessão de 18 de Fevereiro de 1914 da Camara dos Deputados que o classificou como revolucionario civil.

Não teve successo o ardil e do *D. Carlos* bradou o commandante:

—Não atraque! Não atraque!

Não foi obedecido.

O perigo era imminente, era certo.

Mas a hora não tolerava indecisões.

Não acataram pois a ameaça de fusilamento. Ante isso, os officiaes fieis á monarchia, fizeram os primeiros tiros.

Do vapor corresponderam.

Os marinheiros, fortalecidos com esse reforço de fora, tomavam a offensiva e emquanto envolviam a officialidade não adherente, os outros iniciaram o assalto ao cruzador, não sem que, como primeira victima fosse contado um dos tripulantes, attingido por uma bala que o lançou ferido, pela borda fóra.

Debalde procuraram conseguir, de principio, a entrada pelo portaló, porque um erro de manobra e a precipitação do acto, levaram o vapor de encontro ao cruzador.

N'uma volta rapida, nevrotica, volveram de novo ás escadas, logrando emfim obter exito.

Vejamos o 1.º tenente Parreira a descrever (*) a scena:

«Pouco depois fundeava o *Adamastor* vindo de Alcantara, e como se tivesse imposto pelas circumstancias a tomada do *D. Carlos*, resolveu-se a abordagem, que se tornava tanto mais urgente, quanto era certo terem d'elle desertado 15 praças que se haviam apresentado no *S. Raphael* e que tinham fugido n'uma embarcação do navio, além d'uma outra praça que havia desertado a nado, reclamando todas ellas que lhe fornecessem armas, para sahirem d'aquella situação ainda que violentamente. Para evitar que novas deserções diminuissem o numero das praças com que se podia contar no *D. Carlos*, e que o numero avultado de officiaes que, segundo informações, haviam embarcado para dominar a insurreição, pudesse operar com as praças que restassem, apressou-se a abordagem, sahindo o tenente Maia no vapor da alfandega com os marinheiros que haviam fugido do *D. Carlos* e um nucleo de civis armados.

(*) *A Revolução* — Relatorio do tenente Parreira.

«Mostrando-se receiosa a guarnição do vapor da Alfandega, foi toda ella substituida por praças de marinhagem, largando se proximamente ás 9 horas e 30 minutos (p. m.) direito ao *D. Carlos*. A atracação fez se a primeira vez mal, e, repetindo-a, logo se avaliou da attitude como os officiaes receberiam os invasores, porquanto, tendo-se respondido que era um official que ia atracar, logo o commandante intimou a afastar-se sob pena de se desfechar, o que bem se notou ser seu proposito por virem muitos officiaes á borda. E' claro que se insistiu na abordagem, subindo tumultuariamente as escadas do portaló, e sendo logo recebidos a tiro, o que foi causa de tiroteio ainda de bordo do rebocador; e, uma vez a bordo, continuou este, de parte a parte, terminando rapidamente pela rendição dos officiaes e verificando-se em seguida que da guarnição do *D. Carlos* haviam ficado 4 officiaes feridos, e dos atacantes apenas 2, sendo um civil e uma praça de marinhagem. Immediatamente se mandaram desembarcar todos os officiaes, á excepção do tenente Silva Araujo, com quem havia entendimento para a revolução. Mandou-se tocar a postos de combate, preparando-se o navio para a vigilancia da noite, tanto mais necessaria quanto era a bordo do *D. Carlos* conhecida a ordem do ataque dos torpedeiros, e sahida do *Berrio* para o canal do Barreiro, o que justifica o procedimento do tenente Araujo a respeito do *Berrio*. A noite foi passada em constante vigilancia, até que pela madrugada se mandaram desembarcar os civis, sob o commando do capitão Nascimento da administração militar, a fim de seguirem para o Muzeu de Artilharia, impondo a rendição ás forças que guarneciam este estabelecimento do Estado. (O capitão Nascimento foi um official que, levado preso para o quartel de marinheiros e que, interrogado sobre as suas opiniões politicas, declarou adherir ao movimento.)»

Foi o capitão de mar e guerra Alvaro Ferreira, o primeiro a cahir, com uma bala, á queima roupa, sob o queixo e outra no peito.

Vendo n'elle o principal entrave, de preferencia foi visado, servindo de alvo a tiros varios, perdidos muitos pelo precipitado da pontaria e pelas nocturnas sombras, impedindo precisar as descargas.

Mas, nem tanto era necessario.

O official estava no solo, exangue, incapaz de se oppôr á turba assaltante.

De roldão se completou a abordagem.

Baqueava outro dos assaltantes, um dos que fôra a bordo do *Adamastor* insistir pelo assalto: o chegador da armada n.º 6058, José Ramadas, attingido por uma bala no olho direito, pelo que, aggravado o estado, baixava ao hospital da marinha em 13.

Attingido foi tambem o civil Benjamim Augusto, de 21 annos, morador na travessa da Cruz da Rocha, n.º 11.

A lucta era desegual.

Poucos os dispostos a auxiliar a realeza, maior o numero dos que ambicionavam derrubal-a.

Todavia, apoz a inutil tentativa de embaraço á invasão, começou a resistencia de desespero.

O tenente Alvaro Martha, que se deitára sobre um sophá na camara, para entrar no serviço da *alva*, despertando ao tiroteio, correu para a tolda, que encontrou tomada.

Os civis lançavam o pregão de morte aos officiaes.

Não se aterrorisou.

Conhecera já combates.

Nas luctas de Africa, se notabilisára e vira incluido o nome, ás campanhas de 1907, a paginas 303 da «Colleção das Ordens do Exercito do anno de 1910 (Parte não official — Lisboa — Imprensa Nacional)» louvado, segundo a ordem n.º 86 «Pela maneira como conduziu á carga o seu pelotão no ataque á Inhoca, revelando valor e coragem.»

Regressando a bordo do *Africa*, a 12 de Dezembro de 1907, recebia com os companheiros de lucta, as acclamações do povo, entre o qual talvez estivesse algum dos futuros assaltantes do *D. Carlos*.

Era bem diverso todavia o novo campo de acção e Alvaro Martha ia comprehendel o.

Intrepido, elle se precipitou sobre um dos da abordagem, para lhe arrancar a carabina.

Elle porém, metteu á cara a sua Mannlicher e desfechou.

O official era attingido n'um hombro, e no pulmão.

Mostrou-se todavia bem o heroico combatente da celebre expedição contra os namarraes.

Cedendo o passo ali, arrastou-se quasi até á escada de vante para se armar, não o conseguindo por o paiol estar fechado e as chaves no bolso do capitão tenente Bello.

A casa dos torpedos, á ré, estava egualmente fechada.

Os proprios marinheiros, desanimados, pediam armas a esse bravo official, espalhando o sangue no seu roteiro febril.

Arrancando a um marinheiro o bonet para comprimir os ferimentos, logrou alcançar de novo o convez onde cahiu, desfallecido.

A revolta perdeu mais um adversario firme.

Entretanto a lucta seguia.

O combate, porém, de dois contra muitos, não offerecia garantia de victoria para os fieis á realeza.

O numero venceu a heroicidade.

Os officiaes foram baqueando, um a um.

A Alvaro Ferreira e Alvaro Martha, seguiram-se o capitão tenente Augusto Rodrigues Bello, com a côxa esquerda varada por uma bala; o 2.º tenente Ladislau Durão de Sá, com uma bala no braço.

Todavia, do grupo só um official não arrostou com esse corpo a corpo.

O 2.º tenente Silva Araujo, um dos que no Aterro esteve com o almirante Candido dos Reis, ao inicio do tiroteio encerrava-se no camarote, para só surgir ao clamor da victoria, reiterando então o seu voto de democrata.

Já vamos ver citado, officialmente, o facto, que se deve enfileirar, porém, não no eximir a perigosos lances, mas n'um esquivar a luctas com os camaradas do mesmo navio.

Não deu auxilio assim a esse combate quasi braço a braço.

A resistencia dos adversos á democracia, não podia prolongar-se muito além da effectuada até então.

Demais, emquanto na tolda se combatia, para auxilio ao desnorteamento e espectativa de algumas praças não submettidas, do vapor, fazia-se fogo, pelas vigias, para dentro do *D Carlos*.

A maruja fiel, sete ou oito, antes observando uma attitude

indecisa, viu a victoria inclinar-se para o lado da sedição e sonhou com um reforço collossal acampado a bordo do barco aduaneiro.

Misturaram-se pois com os rebeldes, auxiliando o suffocar da intransigencia da officialidade.

Os feridos haviam salvo a responsabilidade dos outros e assim foi reconhecido.

Entregaram-se pois.

Comtudo, a revolução vencedora, desceu do seu alto pedestal, para se commover junto aos vencidos.

Extincta a resistencia, a energia cedeu o passo ao coração.

O commandante Alvaro Ferreira era logo cercado de cuidados e removido para o hospital de marinha, d'onde daria os seguintes curiosos pormenores (*) da sua acção durante esse feito notavel da tomadia do D. Carlos:

«Perigosamente ferido, na abordagem do *D. Carlos* de que era commandante, foi transportado para o Hospital de Marinha, na madrugada de 5 de outubro, o illustre official da armada sr. Alvaro Ferreira. O melindroso estado do digno commandante, embora já desannuviado do prognostico reservadissimo que durante semanas pesou sobre a vida do distincto official, retem-o ainda no Hospital de Marinha, onde o visitámos uma tarde d'estas. Alvaro Ferreira é um homem alto, morêno, cujo bigode já branco dava uma sympathica imponencia ao seu porte de official. Estavamos habituados a vel-o de pé, bem disposto, com a alegria que dá a saude, pisando firme. Fomos encontral-o encolhido n'uma capa, as faces exangues, queixando-se n'um fio de voz em que se transmudára a sua cheia voz de commando, da humidade que n'esse dia lhe redobrára as dôres. Despedidas visitas que, como sempre, n'esse momento accorriam a acarinhal-o como o interesse pela sua vida, o commandante Alvaro Ferreira caiu, estalfado, n'uma poltrona, e sempre offegante, narrou-nos como pôde os ferimentos com que foi condecorada a sua attitude a bordo do cruzador que elle soube manter, durante horas, alheio á revolta.

— «Cheguei a bordo, eram cinco horas e meia da manhã

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão—Pagina 158.

de 4 de outubro. Tinha tocado a alvorada. Mandei formar a guarnição a quem aconselhei e dei incitamentos de disciplina.

— «E a guarnição?

— «Socegada. Um pouco nervosa, como era natural dado o ambiente revolucionario que havia no Tejo e que vinha de terra, mas pelo menos neutra. Içou-se a bandeira...

— «Qual?

— «A bandeira azul e branca, que teve, como é do regulamento, a devida continencia, e, apesar das tripulações dos outros navios de guerra, que ali fundeavam proximo, fazerem appellos de revolta para o «D. Carlos», a minha guarnição mantinha-se bem.

— «O serviço de bordo fazia-se?

— «Sim, senhor. Corria tudo como de costume, notando-se apenas uma certa intranquillidade que era natural n'aquellas horas. O dia decorreu assim sem incidente de maior. Pelas dez da noite, mais minuto menos minuto, senti gritar um official que estava ávante:

— «Embarcação! O' da embarcação!»

Responderam:

— «E' um vapor do arsenal!

— «Não atraque, não atraque!» ordenou o mesmo official.

— «A embarcação quiz parar ao portaló, mas o patrão que ia ao vapor não pôde parar a tempo, e deu uma volta em torno do cruzador, de raspão, levando quantos cabos estavam por ali. A' segunda volta, parou; então, um pouco adeante do portaló, e immediatamente senti uma descarga contra mim. Eram paisanos, na sua maioria. Nunca me passou pela cabeça um ataque de paisanos. Se eu tivesse previsto aquillo, — lamenta, com melancolia o digno official, — talvez o evitasse. Era fallar á tripulação, mostrar-lhe que não deviamos deixar-nos atacar por paisanos, e elles, que me ouviam bastante, podia ser que se mantivessem. Mas não previ. Aquillo tambem foi rapido como o pensamento. A' primeira descarga uma bala roçou-me o queixo. Ainda tenho a cicatriz, vê? Mas fiquei de pé. E elles, que atiravam contra mim, fizeram fogo segunda vez, n'uma fuzilaria de oitenta tiros seguramente. Acertou-me uma bala no bo-

tão da farda que me magoou na costella, mas me não feriu, ainda. A' terceira descarga senti uma dôr muito grande no coração, e cahi. Julguei que me tivessem atravessado o coração. Mas quiz ainda levantar-me, as forças foram menos do que o animo, e fui abaixo. Vendo-me levantar, fizeram uma quarta descarga que não me attingiu. Mas a terceira chegára. O tiroteio, um tiroteio cego continuava, ouvindo-se os paisanos gritar: — «Matem esses officiaes! matem esses officiaes!» E continuaram aos tiros a torto e a direito, estragando, destruindo. Levaram-me para a camara, e eu já contava tão pouco com a minha vida que pedi:

— «Deixem-me socegado. Eu sei que morro, por isso deixem-me acabar pr'áqui socegado...

«Mas lá me metteram n'uma embarcação e depois n'uma maca, e trouxeram-me para aqui. Eu suppunha que nem a terra chegava com vida. Desde as 10 ou 10 e meia a perder sangue imagine-se como eu aqui entrei. Eram talvez cinco da manhã quando vim para o Hospital da Marinha. Todo este tempo a perder sangue!... E ainda depois de feito o penso, continuei a perder sangue e tanto que o sangue passou o colchão e caiu no chão! Ninguem dava nada por mim. Por um milagre a bala passou a um centimetro do coração, e não foi milagre menor o eu arribar depois de ter estado um poder de horas a escoar-me em sangue. Sinto-me ainda muito fraco, muito.

— «Quando espera ter alta?

— «Antes do dia 15. Creio que me fazem só mais dois pensos. Estou ancioso por sair d'aqui. Soffri tanto, aqui encerrado n'este quarto!... O que me valeu foi não ser fraco!

«E o illustre official arquejava d'estas poucas fallas. Uma sombra de dedicação entrou no aposento, seguida de um creado com um caldo n'uma bandeja. Era a esposa de Alvaro Ferreira, cujo semblante resplandecia uma alegria de ave que, tendo-se imaginado afogada n'uma temporada de lagrimas, vê de repente á cerração de lucto imminente rasgar-se a nevoa densa e cantar outra vez o sol da vida. Valendo-nos do pretexto de que não queriamos fatigar o doente, apertamos a mão do commandante Alvaro Ferreira, e saimos antes que a nossa commoção impressionasse a sua delicada sensibilidade de doente ferido, na ver-

dade, no coração que a bala não visou bem mas que o desgosto não poupou.»

As iniciaes noticias do lance, por morto deram o official(*) Sobreviveu elle, comtudo, aos perigosos ferimentos recebidos, abandonando o hospital da marinha, restabelecido, a 15 de Novembro seguinte.

Identicos boatos se bordaram sobre o tenente Alvaro Martha.

Teve elle, porem, por si alguns dedicados.

Dois marujos, corriam para junto d'elle e com cuidado inquiriam da gravidade dos ferimentos, transportando immediatamente o official á enfermaria.

Feito o penso, o tenente, com o capitão de mar e guerra, era conduzido no vapor até ao Caes do Sodré, e d'ahi, em maca, para o hospital.

Vejamos esse espectaculo descripto (**) por outra das victimas principaes, o tenente Alvaro Martha:

«O *D. Carlos*, mantinha-se sempre n'esta attitude neutral e inquieta. Notava-se já que a guarnição apparecia muito menos em cima, e recebiam desconfiadamente qualquer official que fôsse approximar-se d'elles. Durante o dia mandou-se guardar o armamento. Ao anoitecer, algumas praças serviram-se do 1.º escaler, indo n'elle para bordo do *S. Raphael* onde certamente contaram a disposição da guarnição do *D. Carlos*, desacompanhada dos officiaes que eram já em maior numero, ao todos 18, porque durante o dia vieram para bordo outros, depois do commandante. A' noite o immediato resolveu que o serviço fosse distribuido, ficando dois officiaes em cada quarto de serviço, e competindo-me a mim fazer o «quarto de alva». Estava sentado n'um sophá na camara, e fatigado por tudo quanto se passava desde a vespera, adormeci. Subitamente, sou despertado por tiroteio a bordo, corri logo á tolda onde vi já alguns populares atirando desesperadamente, em todos os sentidos, sobretudo para ré.

«A guarnição conservava-se á prôa. Ao paisano que estava

(*) *O Seculo* de 6 de Outubro de 1910.

(**) *Diario dos Vencidos,* por Joaquim Leitão, pagina 153.

mais perto de mim ouvi-lhe dizer: «matem os officiaes», e esse paisano continuava na attitude de quem procurava algum d'elles. Avancei, na esperança de chegar junto d'elle a tempo de poder desarmal-o; n'esse momento, o popular percebeu-me o vulto e as intenções de o desarmar, levou a carabina *Meneliker* á cára, piscou o olho, e desfecha. Simultaneamente, eu desviei o corpo e em vez de apanhar a bala em pleno peito, recebi-a no hombro, sentindo uma dôr não muito violenta, mas que me deu logo a impressão de qualquer ferimento. Mas fiquei de pé. Sendo-me impossivel descer pela escada da ré, por ser ahi que se agglomerava maior numero de paisanos que continuava no seu tiroteio doido, fui pela escada de vante, a vêr se conseguia ainda armar-me. Notei na coberta e corredores uma grande barafunda de praças, correndo em todos os sentidos, desorientados, muitos dos quaes me pediam armamento, para repellir o assalto. As chaves estavam em poder do immediato, o capitão-tenente Bello, que sem eu saber, n'esse momento, já se achava ferido. Dirigi-me á casa de torpedos á ré, onde sabia que no paiol estava guardado o armamento, e notando algum tempo depois pelas duas vigias estavam enfiadas varias carabinas que despejavam balas ao acaso, para dentro do cruzador. Vendo que o paiol se conservava fechado dirigi-me de novo avante; já sentia sangue a correr-me do hombro. Passou um marinheiro a quem arranquei o bonet para comprimir o ferimento. Subi ainda n'um momento de desespero, ao convés, e n'essa occasião cahi, desfallecido e torturado por dôres. Já tinha arrefecido o ferimento, e as dôres eram muito violentas.

— «Por esse trajecto todo que fez pelo navio não deu por ninguem ferido?

— «A agglomeração de gente continuava nos corredores dos fogueiros e na coberta, mas a confusão era muita e mesmo o meu estado já me não permittia fixar o que ia encontrando pelo caminho. Do ponto onde cahi fui levado para baixo, para a coberta, por dois marujos que me estenderam na maca de uma praça.

— «E o tiroteio continuava?

— «Continuava mas então com muito menor intensidade,

havendo para o fim um ou outro tiro isolado, o que me fez suppôr que elles estavam fuzilando isoladamente os meus camaradas. Com grande espanto vi que os paisanos desciam á coberta, sempre armados e alguns d'elles se dirigiam a mim, a perguntar, com um certo ar de lastima onde é que eu tinha sido ferido. E foram elles, já senhores da casa, que me ajudaram a levar á enfermaria onde, momentos depois de me ser feito o penso, entrou o meu camarada Durão de Sá, 1.º tenente, com um braço atravessado por uma bala, e por quem eu soube a noticia de que o commandante se achava gravemente ferido. Quando voltei para cima, e cheguei á tolda já as forças confraternisavam com os assaltantes, e se soltavam vivas á Republica. Entre as praças e os populares já estava tambem o 2.º tenente Silva Araujo que soltava vivas á Republica, e que agora me dizem que tinha conhecimento do movimento revolucionario, não tendo, porém, nenhum de nós percebido durante todo o dia de 4 de outubro que elle fosse affeiçoado ao movimento.

— «Quantos seriam os revolucionarios que fizeram a abordagem?

— «Não posso precisar, mas com certeza muitos mais do que os quarenta que os jornaes contaram, constando-me agora que eram cento e tantos.

— «E como desembarcou?

— No mesmo vapor que trouxera os revoltosos e juntamente com elles e com todos os officiaes do *D. Carlos* que, á excepção do que acima citei, declararam não adherir ao movimento. Em terra, deixaram-nos no Caes do Sodré, seguindo para o Hotel Central á espera que viessem duas macas para transportar o commandante e a mim. Esse trajecto na maca foi uma tortura. Os carregadores, apavorados, corriam impellidos pelo medo, sobretudo nas encruzilhadas que davam para o Rocio. E quando chegámos aqui ao Commando Geral, os guardas-fiscaes faziam parar as macas, para nos perguntar noticias do movimento, n'uma inconsciencia que nem por isso deixava de ser cruel. Ia-se embora um, logo voltava outro a enfiar a cabeça na lôna da maca. De maneira que quando cheguei a este quarto, d'onde agora ao cabo de tantos dias estou morto por sair, eu

tive a impressão de que mesmo com uma bala no pulmão — como eu suppunha que tinha, — eu ia adormecer tranquillamente.»

Alvaro Martha, era operado a 13 de outubro de 1910, pelos drs. Vasconcellos e Sá, Antonio Augusto Fernandes, e Joaquim dos Santos Faria.

O projectil, era-lhe então extrahido, verificando-se que lhe havia produzido grandes estragos na clavicula direita, da qual foram tiradas muitas esquirolas osseas.

O tratamento prolongou se, vindo a sahir do hospital mezes depois.

O exilio, o tentou e sollicitando licença illimitada ao Brazil foi procurar melhor fortuna, não lhe sorrindo esta porém.

*
* *

Emquanto uns, a bordo do cruzador, cuidavam dos feridos, a outros cumpria o consummar do acto de tomadia.

A bandeira da revolta subia então ao mastro grande, vermelha como se embebida fôra no sangue que se empoçava na volta do *D. Carlos*, onde os vestigios da lucta grandiosa se assignalavam flagrantes.

Os officiaes, entretanto, affirmaram a sua altivez.

Estavam vencidos, não convencidos.

Perguntados pela adhesão, todos a recusaram.

Disse-se (*) que n'esse grupo de insubmettidos se encontrava o tenente Philémon da Silveira Duarte de Almeida.

Este official, comtudo, nem a bordo estava, embora republicano fosse.

Não fazia sequer parte da guarnição do *D. Carlos*, mas sim da do *S. Raphael*, achando-se ainda em goso de licença.

Quiz-se dar o facto como proposital affastamento das pugnas revolucionarias e democraticas.

A Philémon, um dos 14, que, sendo delegado á Assembléa Nacional Constituinte, regeitou em sessão de 3 de julho

---

(*) O *Diario de Noticias* de 6 de Outúbro de 1910.

de 1911, a proposta de promoção do commissario naval Machado Santos, e da pensão de trez contos de réis ao mesmo, vel-o hemos citado, mais tarde, n'um incidente extranho, embora favoravel ao regimen republicano.

Ao proseguimento das investigações sobre a fracassada tentativa monarchica de 21 de outubro de 1913, pelo agente especial Homero de Lencastre, ao serviço democratico e depois ao monarchico, era fornecido á imprensa (*) um documento, segundo o qual o tenente teria indicado varios camaradas como cooperantes do movimento inconsequente.

Dizia o seguinte, o *fac-simile* trazido aos jornaes, já, quando em fuga estava, em terras de Hespanha, o seu possuidor Homero de Lencastre:

«N.º 4 B — Lista de officiaes de marinha que devem entrar na conspirata:

«Ferreira Lima — Capitão-tenente.

«José Rolla Pereira — 1.º tenente.

«Pereira de Mattos — 1.º tenente.

«Ressano Garcia — 1.º tenente.

«Jayme Correia do Inso — 2.º tenente.

«Lemos Peixoto — 1.º tenente.

«Santos Gil — 1.º tenente.

«Vieira da Fonseca — Capitão-tenente.

Silveira Ramos — 1.º tenente.

«Abranches da Silva — 2.º tenente machinista.

«Pereira de Mello — 1.º tenente.

«Arthur Teixeira — 1.º tenente.

«Nota dada pelo deputado e official de marinha ex.^mo^ sr. Filemon d'Almeida no café da Brazileira — para se vêr se se apanhavam. — (a) Lencastre.»

Detidos, de facto, alguns dos indigitados officiaes, e estabelecido o alarme justificado, requeria Philemon de Almeida julgamento pelo conselho superior disciplinar da armada, requerimento deferido (**) pelo ministro da marinha.

(*) *O Intransigente* de 17 de Fevereiro de 1914.
(**) 21 de Fevereiro de 1914.

Executados preliminares trabalhos, teve o tribunal consecutivas sessões, (*) presididas pelo vice-almirante José Joaquim Xavier de Brito, apoz as quaes, depondo o tenente e as testemunhas, dr. Antonio José d'Almeida, capitão de mar e guerra Machado Santos, capitães tenentes Antonio da Costa Rodrigues, José de Freitas Ribeiro, José Augusto Vieira da Fonseca, José de Campos, Ferreira Lima, 1.° tenentes Arthur Teixeira, Emilio Antonio dos Santos Gil, José da Cunha Rolla Pereira, Vasco Pereira de Mattos Preto, Raul Cardoso Ressano Garcia, Antonio Augusto de Lemos Peixoto, Silveira Ramos, Augusto de Carvalho Pereira de Mello e 2.° tenente Jayme Correia do Inso, era expedida deprecada para Hespanha, para ser ouvido Homero de Lencastre.

Cumprido, (**) pelo governo hespanhol esse acto judicial, effectuado pelo julgado de instrucção de Vigo, era entregue ao conselho a carta rogatoria, assim concebida: (***)

«Copia de la declaracion prestada en el Jusgado de Instruccion de Vigo por Dn. Homero Quirós de Lencastre, en cuatro de junio de mil novecientos y catorce. Contesta que: en un dia del mes de Octubre del año ultimo, que no puede precisar, entró en el café «La Brazileira» del Rocio, en Lisboa, cerca de las tres y media de la tarde, encontrando allí al Diputado y Oficial de Marina Filemon d'Almeida, que le habia sido presentado tiempos antes en Lisboa por el Comisario General de la Policia de Oporto, Caldeira Scevola, que dicho Oficial se encontraba allí acompañado por el Diputado Henrique Cardoso, que tambien trataba el declarante y despues de saludarse empezaran a hablar de conspiracion, perguntandole el de Almeida si conocia á Mattos, oficial de Marina, y contestando-le el declarante que no, entonces el mencionado d'Almeida le replicó que le iba dar una lista de diversos Oficiales que con certesa eran conspiradores y que era preciso comprometerlos y al objeto de que el declarante procurase por todos los medios buscar dactos, hacien-

(*) 1, 14, 24, 27, e 30 de Junho de 1914.
(**) 4 de Junho de 1914.
(***) *O Dia* de 18 de Junho de 1914.

dose amigo de ellos para conseguir envolverlos en la conspiracion, diciendole en efecto en portugues «é preciso compromettellos, á ver se vocé consegue apanha-los», que llamando al camarero le pidio papel y como este tardase Almeida dijo á Henrique Cardoso que no sabia como iba allí todas las tardes, pues los camareros eran muy poco educados y que mejor era acostumbrarse ir al café del Gêlo, donde los camareros eran mas atentos y el café mas superior: que en esta ocasion llegó el camarero, cuyo nombre ignora pero que es un hombre bajo, pálido e de bigote negro y pequeño, quien entregó al de Almeida un pliego de papel com el membrete de la casa: que entonces el indicado d'Almeida, que estaba sentado en una mesa cerca del mostrador, en frente á lá caja registradora donde se mete el dinero, empezó á escribir en el papel, con un lapiz, los nombres de los oficiales y despues de terminar, leyó la relacion de ellos y como quiere que habia escrito dos veces el nombre del Oficiale Pereira de Mattos, al qual le parece al declarante que tenia verdadero empeño en comprometer, pues ademas de haber escrito su nombre dos veces, ha sido el primero de quien le habló, tachó al segundo y le dijo: «aqui tiene, entregue ao Scevola que elle hade gostar d'essa lista: que despues seguieron conversando, saliendo todos juntos á eso de las cinco horas y separandose á la puerta del café «Martin»; que como ha manifestado ya ante el Notario de esta residencia Don Segundo Plá, la mencionada lista fué escrita de puño y pulso del Sr. d'Almeida, quien se la entregó como deja declarado y que no puede dar otra rason acerca de los hechos sumariales. Ratificase previa lectura: firma con S. S.ª y certifico.»

O conselho, todavia, dando por concluidos os trabalhos, (*) emittiu parecer onde declarava não existir materia criminal, decisão com que se conformou (**) o ministro da marinha, julgando o tenente illibado das accusações feitas por Homero de Lencastre, justificando assim a seguinte calorosa defesa pelo orgão republicano *O Mundo*, do partido do dr. Affonso Costa:

(*) 30 de junho de 1914.
(**) 1 de julho de 1914.

«A malta reaccionaria que advoga a restauração da monarquia do credito predial e dos adiantamentos jámais poderá dispensar nos seus ataques virulentos ao glorioso Partido Republicano Português os processos de baixa e sordida calumnia de que sempre lançou mão e que são a sua exclusiva arma de combate. Esses quadrilheiros não se importam de que a calumnia se apague e se desfaça, como no caso que vamos tratar, sob acção forte da verdade, proclamada por quem, á face da lei, é o unico competente para a proclamar. Sentem-se felizes por, durante algum tempo, poderem espalhar ao longo das columnas dos seus pasquins toda a serie infinda dos seus esverdeados odios e, na hora da justiça, quando toda a opinião publica imparcial e honesta lhes aponta os seus crimes e, a fogo, lhes grava na fronte a marca indelevel da sua infinita torpeza, elles, com um impudor só proprio d'uma tal escoria, ficam impassiveis perante o gesto de repulsa de todos os homens de bem. Como os leitores devem lembrar-se a campanha contra o Partido Republicano Português subiu ao auge durante o ultimo mês de fevereiro. O gabinete do ilustre estadista dr. Affonso Costa, com um gesto de incompreendida nobreza, acabava de abandonar o poder para não levantar embaraços á marcha normal da Republica, e em todos os meios adversos ao regime se proclamava uma guerra de exterminio contra o Partido Republicano Português e em torno deste se cantava em varios tons e diversas afinações a já gasta aria da calumnia. Era necessario e urgente criar um ambiente favoravel a uma ampla amnistia e, por isso, vá de afirmar que o 21 de outubro não fôra mais do que uma pavorosa republicana arranjada pelos ministros democraticos de colaboração com varios amigos seus e que a essas *desgraçadas victimas* de outubro se devia imediatamente abrir de par em par as portas das prisões onde a *tirania republicana* as encerrara. Homero de Lencastre, já então na Galliza vendido aos conspiradores, e dirigido, segundo se afirma, por Cunha e Costa, preparava o scenario em que se devia exibir aos olhos do país toda a comedia arquitetada pelos bandoleiros e autenticos conspiradores de outubro. Uma bela manhã appareceu no orgão da força e do cacete uma entrevista de Homero com um dos seus

redactores. Era um resumo da farça. Os diversos papeis já vinham distribuidos. Este, com um bando de sicarios, deveria matar João Coutinho, aquelle teria indicado oficiaes que, á força, deviam ser envolvidos no *complot*, um outro mandara prepapar as coisas para que o *inocente* Moreira de Almeida e outros *pacificos* talassas fossem eliminados como nocivos ao Partido Republicano Português. Emfim, um verdadeiro horror! O que é mais curioso, porém, é que todos os que ainda semanas antes, na imprensa e no parlamento, apontavam Homero como o ultimo dos miseraveis e o mais abjecto dos facinoras, quando elle, no seu papel de agente policial, apontava e acusava monarquicos envolvidos em um movimento contra a vida da Republica, agora aceitavam e escutavam as suas palavras como a essencia mais pura da verdade, quando elle, já vendido aos monarquicos, infamava sem provas alguns republicanos que sabia poderem ser elementos altamente prejudiciais aos conspiradores presos, caso viessem a depor nos processos contra os mesmos instaurados. Assim se pretendia conseguir levar a opinão publica a impor uma amnistia e tambem desviar certos elementos, que, de forma alguma, convinha depozessem nos processos de alguns dos da malta de 21 de outubro, que por acaso não fossem abrangidos pela amnistia ou, no peor dos casos, enfraquecer moralmente esses depoimentos. Foi nessa hora que o nosso querido amigo e inteligente deputado sr. Filemon de Almeida, na sua qualidade de oficial da armada, e sentindo-se visado por tais calumnias, imediatamente requereu ao ministro da marinha que fosse convocado o conselho superior de disciplina da armada, a fim de que os almirantes que, por lei, fazem parte desse alto tribunal, estudassem minuciosa e rigorosomente tais acusações, e, sobre o caso, proferissem o seu *veredictum*. Este alto tribunal estudou demoradamente o assunto e acaba de pronunciar a sua sentença dando como infundadas tais acusações. Para todos os que teem o prazer de conhecer Filemon de Almeida, este *veredictum* nada os surpreende, pois em alto apreço teem as belas qualidades do seu caracter e bem sabem que, sempre que elle tenha de acusar alguem, o fará sem mascara e de fronte bem erguida, assumindo toda a responsabilidade das suas acu-

sações; mas para o grande publico, a decisão do conselho superior de disciplina da armada tem um alto significado, porque mais uma vez vem claramente patentear os processos de combate de uma certa fauna politico social, que apenas sabe esgrimir com navalha de ponta e mola.» (*)

O facto de se manter o sigillo do parecer até á suprema deliberação ministerial, fez com que em duvida continuasse a veracidade do documento por Homero de Lencastre dito autographo do tenente Philemon.

Por seu turno, já haviam sido dados illibados de culpa os officiaes presos em virtude do incidente, excepção feita do 2.º tenente José Abranches da Silva, desligado do serviço, por accusador dos seus companheiros da armada.

Cumpre-nos deixar todavia para seu logar a acção, a um tempo mysteriosa e sinistra do 21 de Outubro, afim de nos reintegrarmos no lance da tomadia do cruzador *D. Carlos*, deixado para a demonstração de que a patenteada falta do tenente Duarte de Almeida não obedecera, como se insinuou, a desprendimento da revolta de Outubro de 1910, a qual, em premio lhe trouxe a cadeira de deputado.

Voltemos, porém ao D. Carlos.

*

* *

A manifesta insubmissão da officialidade e o reconhecimento da causa republicana, levou os revoltosos a decisiva attitude.

Resolvido foi logo o seu desembarque, como precaução, para entrega no *S. Raphael.*

N'essa altura, collocou-se ao lado dos rebeldes, o 2.º tenente Silva Araujo.

João Carlos da Maia, confiava-lhe o commando do cruzador, sem que uma palavra salientasse esse tardio apparecimento do official.

(*) O *Mundo*, de 2 de julho de 1914.

Vejamos o relatorio d'este, onde curiosos pormenores resaltam da sua singular attitude a bordo, durante a lucta sangrenta:

«Quando no dia 4 cheguei a bordo, pelas 9 horas da manhã, soube que o armamento e municiamento estava todo fechado e que algumas praças já tinham tentado insubordinar-se, mas que alguns officiaes, apparecendo n'essa occasião, os convenceram a não se manifestarem, aconselhando-lhes a que se conservassem n'uma attitude neutral, que era a melhor de todas as situações. Officiaes havia que, sem estarem de serviço, faziam frequentes passeios á prôa a fim de as aconselhar a manterem uma attitude neutral. O commandante e immediato exerciam tambem uma vigilancia constante. Uma grande parte da guarnição estava de licença em terra e os elementos entendidos com os revolucionarios, que estavam a bordo, soube serem, já depois de tomado o *D. Carlos*, os 1.os sargentos Manuel Fastio, João Duarte Gilberto e cabo torpedeiro n.º 1633 Joaquim Campos. A gente que estava a bordo do navio vae indicada na relação *A*. A's 10 horas da manhã, pouco mais ou menos, constou a bordo que o primeiro artilheiro n.º 3487, Benjamim Magalhães, se tinha atirado ao rio, sendo apanhado por uma embarcação do cruzador *Adamastor*. A's 8 horas da noite, approximadamente, soube-se a bordo que algumas praças, servindo-se do 1.º escaler, tinham fugido de bordo, indo para o cruzador *Adamastor*. São as praças que constam da relação *B*. N'esta altura o serviço passou a ser feito por dois officiaes um a vante e outro a ré. Pelas 10 horas da noite sei que um vapor da Alfandega se dirigia para estibordo do navio, mas não conseguindo atracar por mau governo, afastou-se, manobrando a fazer nova atracação. Vi logo do que se tratava e metti-me no camarote, para escapar á furia do primeiro embate. Estava já no camarote quando ouvi o commandante dizer ao vapor que se afastasse e um official pedir ao commandante que fizesse fogo com a peça. De bordo, segundo me informaram, atiraram sobre o vapor dois officiaes. A esta provocação responderam os do vapor, que logo saltaram para o navio, fazendo na tolda, sobre os compartimentos da ré, uma grande fusilaria. Acabado o tiroteio, abri a porta do camarote e encontrei-me com os populares e o tenente

José Carlos da Maia, que me encarregou de procurar os officiaes entregando-me depois o commando do *D. Carlos*. Dos officiaes ficaram feridos o commandante Alvaro Ferreira, capitão tenente Bello, primeiro tenente Durão de Sá e segundo tenente Alvaro d'Almeida Martha. Dos assaltantes ficaram feridos o chegador n.º 6050, José Ramadas e um popular. Reunidos os officiaes do *D. Carlos*, a todos perguntou o segundo tenente Maia se adheriam ou queriam desembarcar. Todos preferiram desembarcar ficando só eu a bordo. Do estado menor, os quatro conductores de machinas que constam da relação C, pediram tambem para desembarcar. Depois de desembarcados todos os officiaes no Caes do Sodré, voltou o vapor a bordo para conduzir o segundo tenente Maia com a sua gente ao *S. Rafael*. A's 10 horas e meia da noite içou-se a bandeira da revolução a bordo do *D. Carlos*, sendo saudada com uma salva de 21 tiros. Já só a bordo, dispuz tudo para o ataque dos torpedeiros, que se esperavam na noite de 4, segundo as informações que tinham vindo da majoria. Mandei arrombar os paioes das munições, por não apparecerem as chaves, armar e municiar toda a guarnição, guarnecer a artilharia e que os projectores explorassem o rio em volta do navio. A guarnição n'uma grande excitação, conservou-se toda a noite a postos e n'uma vigilancia constante. Pelas 2 horas da manhã descobriram os projectores no canal do Barreiro o rebocador *Berrio* com os pharoes apagados; mandei então que se fizessem repetidos toques de sereia para elle se afastar, mas como elle não obedecesse a esta intimação, mandei lhe fazer um tiro com a peça de 47^{mm} do tombadilho, com pontaria ao lado. Teimando em conservar-se na mesma prôa e de pharoes apagados, mandei que se lhe fizesse um tiro para mais proximo. N'esta altura, d'um e d'outro lado do *Berrio* viu-se um cachão, e todos nós ficamos convencidos que era o bigode feito pelos torpedeiros que a toda a força se largavam do *Berrio*. Sobre este ponto mandei fazer fogo com a artilharia de pequeno calibre; que um projector seguisse constantemente o *Berrio*, que se dirigia para o pontal de Cacilhas, e que os outros tres projectores fizessem uma exploração constante em torno do navio. A guarnição estava ex-

citadissima e convencida que os torpedeiros tinham vindo de Valle do Zebro, e por duas vezes, uma ás 3 horas da manhã e outra ás quatro, approximadamente, deu o rebate da approximação dos torpedeiros, fazendo fogo sobre os pontos indicados. A's 2 horas e meia veiu o vapor carregado com populares, que mandei deitar, fornecendo-lhe ao romper do dia uma refeição de grão com bacalhau. Estes populares embarcaram novamente ás 6 horas da manhã de 5 no vapor da Alfandega, para se reunirem ás forças de desembarque dos outros cruzadores. A's 7 horas da manhã de 5 apresentou se a bordo, com ordem do commandante das forças revolucionarias da marinha, o machinista de 2.ª classe Alfredo Thomaz dos Santos, ficando encarregado da machina. A's 8 horas da manhã do mesmo dia recebi a bordo, sob prisão, o commandante e officiaes da fragata *D. Fernando*, que depois mandei desembarcar em Belem, com auctorisação superior. A' 1 hora da tarde do dia 5 organisou-se a bordo uma força de 80 praças, sob o commando do 1.º sargento João Duarte Gilberto, que seguiu para o Arsenal a reunir-se ás forças de desembarque dos outros cruzadores. A's 11 horas da manhã os cruzadores salvaram com 21 a bandeira da Republica. A's 3 horas da tarde, cumprindo as ordens do navio chefe, larguei da boia indo fundear junto do Terreiro do Paço, a fim de prevenir o ataque ao Arsenal de Marinha por artilharia 3. A's 5 horas da tarde apresentou-se a bordo, com ordem do commandante das forças revolucionarias de marinha, o 2.º tenente Monteiro Guimarães. A's 8 horas da noite, pouco mais ou menos, constando que artilharia 3 vinha postar-se na Penha de França para bombardear os navios, recebi ordem para suspender e fundear em sitio d'onde bem descobrisse a Penha de França, para responder ao bombardeamento. Nos dias 6, 7, 8 e 9 continuou o navio fornecendo forças e guardas para terra. No dia 10 entreguei o commando ao capitão de mar e terra Almeida Lima. Toda a guarnição trabalhou com vontade, não se poupando e estando sempre prompta para o serviço que se lhe exigia. No emtanto, são dignos de menção especial o 1.º sargento artilheiro Manuel Fastio, o 1.º sargento do serviço geral João Duarte Gilberto, o cabo torpedeiro 1663 Joaquim Crespo

e o 1.º conductor de machinas Antonio Maria Teixeira. E' tambem digna de louvor a população de Cacilhas, que a este navio forneceu, para ser distribuido pela guarnição, carne, peixe, tabaco, etc, etc. Bordo do cruzador *D. Carlos I*, 10 de outubro de 1910 (a) *José Joaquim da Silva Araujo*, segundo tenente.—Visto, *A. Parreira.*» (*)

Ainda confirma a acção retrahida de Silva Araujo, o revolucionario civil Julio Victorino dos Santos:

«Fez se fogo de parte a parte, e por fim os officiaes vieram com ordem de prisão para terra, excepto o tenente Silva Araujo que era dos nossos e que na occasião do tiroteio, metteu-se no camarote e só sahiu para se apresentar ao seu camarada Maia afim de pôr-se á disposição do mesmo, o qual lhe entregou o commando do navio emquanto elle vinha ao *S. Rafael* dar conta da sua arriscadissima e nobre missão e ficando afim de almoçar.»

Soffreu ataques a attitude do tenente, promovido depois, com os outros interferentes nas acções navaes, a 1.º tenente e tendo ainda a apresentação perante a Assembleia Nacional Constituinte, (**) pelo delegado Innocencio Camacho Rodrigues, de um projecto de lei que lhe concedia o grande officialato da Torre e Espada, com a pensão annual vitalicia de 900$000 réis.

Todavia, procurando intenções, parece deduzir-se dos actos de Silva Araujo apenas uma vontade de abstenção no auxilio á chacina dos outros officiaes, seus companheiros de bordo.

Resultou evidente esse melindre, á acção firme assumida quando do annuncio de ataque pelos torpedeiros.

Orientando a defesa, esperou essa abordagem, que, a dar-se, seria terrivel.

Effectuava-se apenas o apparecimento do *Berrio* que se pretendeu dizer encobrindo a marcha dos torpedeiros 1, 2 e 3.

Era unicamente o *Berrio*.

(*) O *D. Carlos* na Revolução—Relatorio do 2.º tenente Silva Araujo *A Capital* de 5 de novembro de 1910.

(**) Assembleia Nacional Constituinte,—Sessão 16.ª de 7 de Julho de 1911.

Pela noite houve a lembrança, pelo arsenal, de que o rebocador desguarnecido estava.

Incumbira-se-lhe o plano de conduzir os torpedeiros, com os officiaes existentes em Valle de Zebro.

Davam as 8 horas da noite de 4, quando o commandante interino do rebocador, tenente Antonio Allemão de Mendonça Cisneiros e Faria, se apresentou junto do *Trafaria*, para que a bordo do seu navio o conduzisse.

Houve a recusa, incitada antes pelo cabo de ponte, Germano: (*)

«Muito tempo depois, seriam umas 8 horas, chega o commandante interino do «Berrio», o tenente Allemão, que se dirige ao pessoal do «Trafaria». Queria que o conduzissem a bordo do «Berrio», e a guarnição recusou, dando honradas explicações do seu procedimento.

— «Não, a bordo do «D. Carlos» ha camaradas nossos. Não vamos contra elles!

«De mais sabia a guarnição o que se pretendia: mobilisar os torpedeiros, trazendo-os Tejo fóra encobertos com o «Berrio»... O tenente Allemão, pareceu indeciso, um momento, como quem procura uma solução. Depois, subitamente, vendo ali perto o «Azinheira», perguntou pelo patrão de bordo — o patrão Victor.

— «Está em cima da ponte — responderam-lhe de mau humor.

«O official, impassivel, apitou e logo o Victor veio, travandos-se um pequeno dialogo.

— «Preciso que me conduza a bordo do «Berrio»...

— «Impossivel, sr. tenente — exclamou o patrão, abanando a cabeça.

— «Porquê?

— «Porque se corre um grave perigo...

— «Eu tomo toda a responsabilidade do que houver. De resto, eu mesmo irei ao leme...

(*) *O Paiz* de 18 de Novembro de 1910.

«Effectivamente, o sr. tenente Allemão collocou-se ao leme e o «Azinheira» partiu em direcção ao «Berrio».

Não passou sem ameaças, a attitude altiva do official, e as tripulações dos outros barcos, increparam duramente a do *Azinheira*, por se sujeitar á imposição do tenente.

Este, manteve a sua linha de intransigencia e fez rumo ao seu destino.

Dando ali as suas ordens, Antonio Allemão voltou ao *Azinheira*, procurando com elle a cala que ia dar a Valle de Zebro, o que não conseguiu, pela difficuldade de descobrir as marcas, na escuridão da noite.

De regresso ao *Berrio*, tentava com elle a missão, emquanto o vapor voltava ao arsenal.

Da majoria já se retrocedera a esse tempo e fizera-se transmittir para o rebocador a contra ordem de sahida dos torpedeiros, que, nem chegou a Valle do Zebro.

Nem era necessario.

O commandante Almeida Lima, se encarregara de preadivinhar os desejos da majoria general.

Quanto ao *Berrio* demandava a Cova da Piedade quando os holophotes dos navios revoltados, o descobriram.

Os do *D. Carlos*, trabalhando incessantes, focaram mais intensamente o rebocador, desde logo e sem intimação, alvejado com dois tiros de peça de 12 centimetros.

Attingido por um tiro, submettia-se, arvorando bandeira branca, sem pensar em resistencia e retrocedendo, já dadas 4 horas da madrugada, amarrou, tranquillamente á boia, sem que os holophotes do *D. Carlos*, o abandonassem, prescrutando-lhe as intenções.

Nada havia a recear.

As dedicações pela causa da realeza, affrouxavam aos primeiros signaes de lucta, sem que se procurasse, pela tenacidade e fé, um combate decisivo.

Comprova a affirmativa, quanto ao *Berrio*, o facto de a respectiva tripulação, declarar (*) depois que «a sahida do navio

(*) O *Diario de Noticias* de 8 de Outubro de 1910.

obedeceu unica e simplesmente a sustar a partida dos torpedeiros em vir atacar os navios revoltosos, e só depois do commandante do «Berrio» garantir sob sua palavra de honra, que a missão era de paz, é que a guarnição accedeu á partida, voltando immediatamente logo que o «D. Carlos» o intimou a sair.»

Ainda em *Notas de um official que seguiu todas as fases do movimento* se encontra a affirmativa: (*)

«O *D. Carlos*, já commandado por um tenente revoltoso, em certa altura dessa noite fez alguns tiros de artilharia sobre o *Berrio*, julgando-o a occultar torpedeiros. O *Berrio* trata de mostrar logo que não tem nada oculto.»

Assim, nem de pé ficou essa tanto apregoada resistencia e, mais uma vez se salientou o facto do constante penitenciar, por todas as forças, de uma só ideia que symbolisasse a defesa da monarchia, aliás feita em juramento solemnissimo.

Não se pensou todavia assim a bordo do cruzador recem aprisionado.

Presumindo-se intransigencias, não imaginava sequer, submissões.

D'elle allucinadamente se fizessem novos tiros, á descoberta distante de alguns pontos negros, que se julgaram os torpedeiros.

Ao seu desapparecimento, sonhou-se uma victoria nova, e aos navios chegavam boatos de que um, avariado, tivéra até o reboque do *Berrio*.

Certo é porém que apenas visados foram alguns barcos de pesca, visto os lança-torpedos não haverem abandonado Valle do Zebro, a despeito de para ali ter sido pela majoria general ordenada a sahida para o mar.

Não foi acatada a determinação.

Os torpedeiros não sahiram, apesar de transmittidas ordens e ao contrario dos depoimentos que o affirmaram e isso consta até do relatorio (**) do 1.º tenente José Mendes Cabeçadas, citando precauções e nunca qualquer ataque:

«Depois da tomadia do *D. Carlos* mandei para lá muita

(*) *A marinha na revolução — No quartel de marinheiros e a bordo dos navios de guerra = O Mundo* de 15 de outubro de 1910.

(**) Copia do livro de serviço do cruzador *Adamastor*.

gente, por haver lá mais espaço Durante a noite trabalharam os projectores e esteve sempre gente ás peças com receio de um ataque dos torpedeiros. Ainda propuz por signaes que fossem postas embarcações no caminho do Valle do Zebro, para annunciarem a passagem dos torpedeiros por meio de fachos luminosos.»

Houve de facto uma contra ordem, mas essa não foi conhe-

FREDERICO PINHEIRO CHAGAS

cida em Valle de Zebro, onde o director dos serviços agiu por vontade propria.

Não deixou todavia de estabelecer preoccupações a attitude dos torpedeiros, e do *Berrio*, aliás já pacificamente submettidos.

O tenente Antonio Allemão, reformava-se pouco depois no immediato posto.

A esse tempo, já a bordo do *S. Raphael* o navio chefe da sedição, se faziam festas pela tomadia do *D. Carlos*.

Um almoço, pela madrugada, solemnisava o feito e durante elle, trocando-se impressões, se resolvia o desembarque de civis

pelas 5 horas, commetendo-se, antes, ao proprietario da papelaria Liberty, da Rua do Livramento, em Alcantara, Franklin Lamas, a marcha até a Rotunda, para prevenir o commissario naval Machado Santcs.

Entre as mutuas convenções correu essa madrugada, em quanto desesperadamente se fundavam todas as esperanças no apparecimento da marinhagem.

Externamente eram conhecidas já, mercê de ordens para tal fim, a submissão, completa do *D. Carlos.*

O *Mundo* historiava e commentava assim em 5, esse lance do apresamento:

A' uma hora e meia da manhã. — As detonações são estrondosas e frequentes. As forças republicanas tiveram uma adesão importante. O unico navio que não tinha arvorada a bandeira da Republica era o cruzador *D. Carlos.* As evoluções do *Adamastor*, a que acima nos referimos, visaram a aprisiona-lo. As forças republicanas entraram realmente neste barco de guerra, onde estavam 26 officiaes e quatro marinheiros. O comandante não quiz entregar se: atiraram sobre elle que veio, moribundo, num escaler para terra, sendo conduzido ao Hotel Central. Foram depois interrogados os demais officiaes sobre a sua atitude. Os que aderiram, ficaram. Os que não aderiram vieram presos para o quartel dos marinheiros. E' mais um facto que prova que os revolucionarios teem sido, quanto possivel, humanos. Tanto os elementos militares como civis, teem fugido de violencias inuteis. E' essa a orientação do movimento. A revolução não se inspira no desejo de matar. Inspira-se na aspiração de salvar a Patria.»

Proclamou se que os estragos na tolda eram de tal forma que, parecia se tinha travado um combate com outro cruzador de grande tonelagem.

Deu-se o assalto como levado a effeito com canhonheio dos outros navios e mais tarde ainda o erro era reeditado: (*)

No cruzador *D. Carlos* que, a principio não adheriu ao movimento, veem-se vestigios das balas de canhão-revolver, dis-

(*) *O Seculo* de 12 de Outubro de 1910.

parados pelos navios que entraram no movimento. Os projecteis alcançaram a chamada casa do talho.»

Vimos que apenas o consummou a gente levada no vapor da Alfandega e sem que se intromettessem, por desnecessarios, os canhões do *Adamastor* e do *S. Raphael*.

Contribuia tudo, porem, para levar alentos aos outros pontos da sedição.

* * *

Comtudo, a querer offuscar os jubilos da alcançada victoria sobre o *D. Carlos*, havia o desasocego, avassalante, formando-se a desconfiança em represalias tragicas, não já dos navios, os mais importantes d'elles, adherentes á causa, mas da escola de Valle do Zebro.

Ali, porém, como em toda a parte, o grupo dos dedicados perdido estava no meio do convencionalismo dos que o não eram

Estava ali egualmente estabelecida a insurreição.

Tinha esta sido iniciada ás 11 horas da manhã de 6 com um viva á Republica dado por um official.

O tenente João Fiel Stockler, procurou por um acto de audacia sublevar a força de Valle do Zebro, e ao acclamar o ideal democratico presumiu uma victoria rapida com base nas insistentes promessas de geral adhesão.

Acompanhou-o o mesmo erro que de braço andou com todos os que tentaram a sublevação nos primeiros momentos.

Não houve auxilio ao projecto, presumido de seria base.

Por elle, emquanto os republicanos do Barreiro deviam cortar as communicações com Lisboa e vigiar a beira-mar, os democratas moitenses e das proximidades, dirigidos pelo dr. Ernesto Carneiro Franco, assaltariam a Escola de Torpedos, apoderando-se de armas dadas como ali existentes.

Carneiro Franco, tendo chegado a Lisboa em fins de Dezembro de 1909, fôra convidado pelo engenheiro Antonio Maria da Silva, para entrar nos trabalhos da organisação revolucionaria.

Fundando os grupos civis de Guarda, Pinhel, Figueira de Castello Rodrigo, Foscôa, Meda e Almeida, chamou ainda á causa da sedição, infantaria 12 e a guarda fiscal de Barca d'Alva

Feitos esses trabalhos iniciados em Maio, era apresentado ao commissario naval Machado Santos, e por elle encarregado de se apossar, no momento preciso, das 2.000 carabinas e 10 000 cartuchos guardados em Valle do Zebro, a remetter para Lisboa, á imprevista impossibilidade de obter armas no quartel de marinheiros.

Candido Reis, imcumbira-o ainda de impedir a sahida dos torpedeiros e por um lance de posse da Escola de Torpedos.

Para auxilio teria 150 praças, e a cumplicidade do 2.° sargento artifice Carlos Martins de Freitas.

Embora em parte alterado o plano, Carneiro Franco aprestou se para desempenhar a sua missão.

Os grupos chegaram a approximar-se de Valle do Zebro, mas um retrahido aspecto, pela escassez de noticias favoraveis á revolta, produziu o retrocesso dos nucleos dispostos ás intenções de tomadia.

Carneiro Franco, á victoria ganha, era eleito deputado á Assembleia Nacional Constituinte e nomeado conservador do registo civil do 2.° bairro.

Não colheu pois a tentativa de Fiel Stockler, mallograda ainda a de Carneiro Franco

Fiel Stockler, de regresso do Algarve, onde fôra avisado, achou já cortadas as linhas e não poude chegar até ao Barreiro.

Fez o percurso a pé, e na impossibilidade de entrar em Lisboa, resolveu actuar em Valle do Zebro.

A' pressa reunira alguns grupos de civis e fardado, tentou convencer a marinhagem.

Distanciou se um pouco dos paizanos e audaz procurou penetrar na escola.

Esse acto, isolado, teve logo repressão, e o revoltado obedecendo á intimação para entrega, depunha nas mãos de Almeida Lima o revolver, considerando se preso embora o povo se interessasse, pedindo e depois exigindo a sua liberdade.

O commandante da escola, capitão de mar e guerra Almeida Lima, ainda se manteve intransigente, ante um simples

protesto do povo, ordeiro, mas prestes a demonstrar-se força indomavel.

Valeu ao lance, o tenente que, detido, com homenagem, conseguiu fallar ao povo, dizendo-lhe «que não sahia d'ali, que para aquelle quartel tinha entrado por sua espontanea vontade e que pela mesma forma havia de sahir e que fossem para o Barreiro com confiança no dia de amanhã.» (*)

Era prophetica a phrase: a manhã seguinte trazer-lhe-hia a liberdade.

A populaça affastou-se pouco satisfeita pela detenção, mas o official elaborava o seu projecto.

Lá dentro manobrava-se comtudo, dirigindo a conspiração, o chefe de choça de C∴ P∴ o artifice Carlos de Freitas, e que á Alta Venda levára até, para os casos de resistencia forte, os planos topographicos de Valle do Zebro.

Mas, á tentativa de Stockler, estava distante, a bordo de um dos torpedeiros.

A espectativa manteve se, mas não sem que da Escola pedissem reforço á majoria, que, em radiogramma participava haverem seguido os tenentes Vieira de Mattos e Alvaro Augusto Nunes Ribeiro, commandantes dos torpedeiros 3 e 4.

Deliberou-se ainda d'ali enviar outro official, que, por vontade propria foi o 1.º tenente Almeida Henriques.

Escolhido foi tambem pelo capitão tenente Teixeira de Barros, o tenente Frederico Pinheiro Chagas, para partir, como commandante da força existente a bordo do *Pero de Alemquer*, o que depois se não fez, por o official não pertencer á respectiva guarnição.

No navio estava-se a distribuir a ração da tarde, á qual se devia seguir o embarque de mantimentos.

O trabalho concluia-se hora e meia depois, com a formatura de 40 praças armadas, sob o commando do 2.º tenente Jayme dos Santos Pato e ás quaes, o commandante Henrique Eduardo Macieira, incitava assim:

— «Destacamento do *Pero de Alemquer!* Não vos faço

(*) *O Seculo* de 8 de Outubro de 1910.

recomendações especiaes porque a guarnição do «Pero de Alemquer» tem cumprido sempre em toda a parte o seu dever.»

O transporte largou em direcção ao Barreiro.

O seu approximar, com alguns devotados á monarchica causa, trouxe uma variante, infructifera aliás, ao extranho aspecto de Valle de Zebro.

Chegavam, entre outros, os 1.^{os} tenentes Almeida Henriques e Fernando Augusto Pereira da Silva e os 2.^{os} tenentes Jayme dos Santos Pato e Frederico da Silva Pinheiro Chagas.

Jayme Pato, era um auxiliar á democracia, e contra-marcha aos trabalhos de fidelidade á corôa.

A Republica, á victoria ganha, reconhecel-o-hia, e um decreto de 18, publicado a 19 de Novembro de 1910 arbitrava-lhe, como grau de official da ordem de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Merito, a pensão annual vitalicia de 300$000 réis (*)

Escolhido para candidato a deputado á Assembléa Nacional Constituinte, recusava, preferindo o embarque com destino á estação naval de Moçambique, afim de fazer tirocinio.

Contrariamente, e como deffensor da realeza e das suas convicções vinha outro, que, longe de galas, se envolveria na bandeira azul e branca como suprema mortalha de seus sonhos e como remate cerce da sua carreira de paladino da sua farda de official da armada real portugueza: Frederico Pinheiro Chagas.

Este, estava em casa, ao rebentar da revolta.

Quiz desde logo sahir, tendo impedimento pelo irmão, o advogado Mario Pinheiro Chagas, ponderando-lhe o aguardar de acontecimentos, para que victima não fosse dos primeiros conflictos e impossibilitado de cumprir o seu dever.

Da majoria não lhe destinavam a apresentação mas apenas a espera de ordens, a despeito do tiroteio proseguir.

Descrendo de boas intenções da majoria, escutava do irmão, os conselhos de bom:

— Tu sabes perfeitamente que eu te não aconselhava con-

(*) Colleção Official de Legislação Portugueza de 1910 — II volume — pagina 112.

ducta que entendesse menos honrosa para ti. Deus me livre de te perder, meu Frederico, mas Deus me livre de te salvar sem honra.

— Eu sei, Mario, eu sei!

E logo:

— O' Mario, deixa-me ir! Eu vou apresentar-me ao ministro da marinha e desde que se está em revolução o meu ministro que me ordene o que devo fazer.

— Pois bem, vae!

Tomou o revolver Smith, e de corrida marchou da Avenida Ressano Garcia até ao ministerio da marinha.

D'ali foi para a majoria e depois, a instancias suas, para bordo do *Pero de Alemquer*, com destino ao Valle de Zebro, afim de trazer os torpedeiros.

Era o destino a guial-o, doce mas firmemente, para esse solitario recanto, onde a vida se evolaria, tirada por suas proprias mãos, e pelas balas do revolver que o irmão lhe déra para defesa!...

Teve jubilo ao ver a quietitude da Escola.

Já o povo, postado no Barreiro, pretendera, á passagem do navio, sublevar a tripulação com vivas á republica, não correspondidos.

De Valle de Zebro não esperando tão cedo os soccorros sollicitados pela telegraphia sem fios, julgaram de principio um ataque de revoltosos, logo desmentido pelo aspecto pacifico da maruja.

Estavam agora em Valle de Zebro, o commandante Almeida Lima, capitão de fragata Emilio Alberto de Macedo e Couto, tenentes Frederico da Silva Pinheiro Chagas, Almeida Henriques, Elisio Leitão Vieira dos Santos, Jayme dos Santos Pato, José Abranches da Silva, Vieira de Mattos e Fernando Augusto Pereira da Silva e dr. Abel de Carvalho.

Emquanto o 1.º commandante da Escola de Torpedos, capitão de mar e guerra Almeida Lima, recebia communicação pelo tenente Pereira da Silva, das ordens da majoria para mobilisação dos torpedeiros, a força que fôra no *Pero de Alemquer*, ensarilhava armas na parada, sob a tranquilla attitude de submissa á doutrina monarchica.

Assignalou-se um incidente extranho: a surpreza da chegada de mais officiaes, o que só por equivoco se fizera.

Os boatos quizeram insinuar que a transmissão radiographica, contrariamente ás recebidas ordens, sollicitara o reforço para affastamento de graduados de marinha, do arsenal, relegando-os ao serviço de Valle de Zebro, contado como submettido ou quasi, ao regimen revolucionario.

Valeu á extranheza, o capitão de fregata Macedo e Couto, propondo a entrada dos recem-chegados nos *quartos* da noite.

Ao tenente Pinheiro Chagas, era apresentado na sala de jantar o seu camarada, João Fiel Stockler, citando-se todavia a sua situação de detido com homenagem no edificio.

O official na presciencia segura do erro commettido, sem sequer cumprimentar Stockler, como que separado já pelo diverso ideal politico, teve alto a arguição:

— E da-se a um revoltoso, em plena revolta, a Escola por homenagem, deixando-o em contacto com as forças, com os movimentos livres para desmoralisar e sublevar?!...

— Temos a sua palavra de honra de que o não fará! retorquiram os outros.

Todavia, Frederico Pinheiro Chagas, sem um cumprimento ao detido, passava breve a outra sala.

Distribuira o 2.º commandante, capitão de fragata Macedo e Couto, os quartos de serviço nocturno, trocando-se entretanto impressões sobre os boatos de morte do Almirante Candido Reis.

A noite fez accirrar vigilancias.

Os projectores electricos do *D. Carlos*, incidindo sobre a escola de torpedos, e o anterior tiroteio deu-lhes a segura convicção de que mais um navio adherira á causa de revolta.

O tenente Pinheiro Chagas, de serviço com o 1.º tenente Elysio Leitão, ficou pensativo e desde logo entreviu o final d'esse constante avanço da rebeldia.

Indisciplinou-se, por seu turno, mas contra a inercia a que se condemnára o grupo de officiaes capazes de deffender a causa monarchica.

Fallou alto, censurando o facto de o capitão de mar e guer-

ra Almeida Lima, não mandar sahir os torpedeiros, conservando-os no seu pequeno abrigo.

Na sua censura, presentia, mas não sabia o trama ali dentro urdido.

Desmascarava-o, mais tarde, o revolucionario Celestino Steffanina, a paginas 17, da sua obra *Subsidios para a historia da revolução de 5 de Outubro de 1910*:

«O conselheiro Marnoco de Sousa mandou para Valle do Zebro ordem aos torpedeiros para virem fazer o mesmo serviço... Não sei se a ordem chegou a ser transmittida, mas se o fosse não teria sido cumprida, porque ali era tudo gente nossa.»

Certo é que, tendo sido dada ordem de marcha, não teve ella execução.

Fallou-se em um retroceder no plano pela majoria.

Deu se de facto, mas não chegou a Valle do Zebro.

Interpretou todavia esse desejo, o 1.º commandante Almeida Lima, que, mais tarde, em carta vinda á imprensa, explicava ter expontaneamente tomado a responsabilidade de não mandar os torpedeiros.

Antes, porém, já n'um desapego á critica e rival do proprio convencionalismo, á imprensa viera, (*) o seguinte trecho singular, decerto para que contrarias interpretações não houvesse:

«Pedem-nos para tornarmos publico o acto dos commandantes dos torpedeiros que, apesar das ordens instantes da Majoria para irem metter no fundo os navios dos sublevados, não sairam do Valle do Zebro, onde se encontravam, conservando-se neutrais até á proclamação da Republica, depois do que voluntariamente se apresentaram no ministerio da marinha, onde aderiram.»

Dava-o o *Mundo* a quatro dias d'essa victoria nunca sonhada, e onde a parte maxima coube á machiavelica transigencia de tantos.

N'essa madrugada de cinco de outubro, Pinheiro Chagas, presentia apenas uma atmosphera para elle irrespiravel.

(*) *O Mundo* de 9 de Outubro de 1910.

Sentia-se mal n'esse campo, mas sem que bem advinhasse as causas da sua moral tortura.

Estremecia ao tiroteio distante, dizendo que o seu logar era onde se batalhava, para morrer combatendo.

O tenente Elysio Leitão, tentou serenal-o, com vislumbres de, sem largos exforços ser vencida a revolução, apontando lhe a necessidade de calma, para que, doente, se não mallograssem os seus cuidados de defesa.

— Esteja descançado! A minha vida torna-se-me duplamente necessaria!

A alva, ainda dubia assignalava todavia o pavilhão verde e vermelho em tres navios.

E Pinheiro Chagas, estendendo o cerrado punho, bradou, quasi reproduzindo além, no semi-desterro de Valle do Zebro, a phrase que, na tarde de 4, o conselheiro José de Azevedo Castello Branco, lançára no quartel general:

— Vencidos! A suprema vergonha!

IV

Madrugada lugubre — O caso da morte do guarda portão da Rua de S. Roque — Julgamento do alferes Annibal Franco.

Parecia lento de mais o approximar do fim d'essa madrugada de terror.

Durante ella se manteve o tiroteio rude, e emquanto do norte, a artilharia alvejava as fileiras monarchistas, do sul, os navios, completavam a obra com as suas granadas, espalhadas, de minuto a minuto, sobre a cidade baixa, onde as projecções denunciavam os contrarios.

O espectaculo era pavoroso, e esses soturnos estrondos, desasocegavam a população, trazendo-lhe, a cada estampido, o desvendar mental da tragedia que se desenrolava nas ruas.

A estas não veio mais a policia, entrincheirando-se no primeiro andar e na platibanda do edificio do Governo Civil, onde se encontravam o juiz de instrucção, dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo e o commandante do corpo, coronel José Antonio de Moraes Sarmento, e onde pela ausencia se salientou o chefe do districto, Magalhães Ramalho. (*)

A canzoada, cheirando-lhe a sangue, uivava lugubre, e não raro alguns cães esphacellavam ou brincavam nas ruas com o calçado de victimas aqui ou ali cahidas.

(*) Cita o facto a *Lucta* de 5 de outubro de 1910.

Auxiliares audaciosos das pugnas democraticas, agonisavam, em holocausto ás suas ideias de sonhada liberdade, e o destino quebrava-lhes o fio da vida sem lhes vislumbrar a satisfeita vontade de uma victoria.

Era apenas a fusilaria, a dar-lhes uma suprema salva de honra, a esperança de que a lucta proseguia, quem sabe se n'um preambulo de gloria?

De quando em quando, e a entremear-se com as descargas, o estrondo das granadas e o patentear da existencia da artilharia civil, escutavam os inquietos o estalido secco de tiros isolados. Eram as summarias execuções.

A municipal, evolucionando sempre, ou detinha, ou liquidava infracções ás suas ordens.

A madrugada, escura e perturbante, proporcionou episodios de dramatisação intensa.

O soldado de engenharia, Ernesto Simões, era surprehendido no Chiado em serviço de vigia, por um official da municipal, acompanhado de um corneteiro.

A' interrogação sobre o que ali fazia, ás 3 horas da madrugada, deu como resposta a necessidade de regresso a casa, com dispensa do recolher.

Não satisfez, e á coronhada se derrubava o soldado, logrando ficar com a vida, por um simulacro de morte.

Ao desapparecer dos dois, arrastou-se até Alcantara onde, depois de pensado, reunia um grupo de 95 civis para a revindita.

Até ao principio da Rua Garrett, a marcha foi despida de entraves.

A meio da Calçada do Sacramento, quasi em frente á egreja do mesmo nome, detinha-os uma descarga feita por 50 praças do quartel do Carmo.

Desde logo ficavam mortos 2 civis, sendo um de nome Miguel Paes.

O grupo retrocedeu até á Rotunda, sem que mais hostilisado fosse.

A poucos passos, porem, novo facto patenteava o espirito de vingança de que se deixou eivar a municipal, mercê, talvêz, da

constante e certa perspectiva de terrivel assalto á bomba de dynamite.

Um pelotão do 3.º esquadrão, aquartelado no Carmo, teve ordem para ir formar no Largo de S. Roque, sob o commando do alferes Annibal Franco, que levava, á paisana, o seu impedido, soldado 81.

Ao tropel de cavalaria, surgindo da Travessa da Trindade, appareceu na rua de S. Roque, (*) sahindo da porta 95, da redacção do *Mundo,* o guarda portão do predio 66, Bernardino Nunes, de 65 annos, natural de Pinhel. Habituados a vêr o seu caminho cortado pela acção dos explosivos, os soldados sobresaltaram-se, ao notar o vulto, na escuridão da rua.

Uma troca de opiniões então entre as praças houve, e o impedido do alferes, correndo sobre o individuo suspeito, agarrou-o pela gola do casaco e desfechou-lhe 3 tiros sem notar que a não resistencia representava já de si uma forma de pacifismo.

Ouvindo tiros, foi vêr onde eram disparados.

Disse ainda, apontando a rua do Alecrim:

— Lá de baixo tambem atiram.

N'essa altura, era attingido.

Deu-se um lance de egoismo: o guarda portão do *Mundo*, João de Almeida Neves, deixando o collega, corria a refugiar-se no jornal, cerrando a porta, insensivel aos pedidos do ferido para que o recolhesse.

Reiterando, de dentro, o receio de que o mesmo lhe sucedesse, deixou, só de si cuidando, proseguir a scena de sangue.

O guarda portão, gritou, soergueu-se e de novo se levantou procurando fugir, para voltar a estatelar-se no solo, exanime.

—Dá-lhe mais tiros, porque o malandro está a fingir que está morto!

Assim procedeu o impedido.

Seguiu-se-lhe uma descarga sobre o edificio do jornal, indo as balas attingir o quadro noticiarista e as portas onduladas.

O pessoal da casa das machinas, situada no loja do pre-

(*) Passou depois a *Rua do Mundo*, em homenagem ao jornal *O Mundo*.

dio, presumindo um continuo tiroteio, escapou-se em parte, pelas trazeiras da casa, deitando para a rua das Gaveas. (*)

Apóz isso, e abandonando o corpo do assassinado, sem causa effectiva, pois o guarda-portão, embora republicano, era um inoffensivo, e como inoffensivo se atrevera a cruzar a rua, a força retrocedia pela rua da Trindade até á Praça de Camões para voltar a acampar na Rua de S. Roque.

Esse successo appareceu assim descripto no jornalismo republicano, (**) n'essa hora mal refeito ainda de duras contingencias que o destino lhe podia reservar:

«Cerca das 5 horas e meia da manhã espreitavam algumas vedetas de cavallaria da municipal na travessa da Trindade, perscrutando as alturas de S. Roque, como se desse lado esperassem ver surgir qualquer força republicana. Nisto surgiu em frente das nossas janellas o tenente coronel Alvim, á frente de um grupo de municipais.

«Dentro da escada, conversava com o guarda-portão do *Mundo* um colega seu do predio fronteiro, que, por infelicidade, se dispôz a atravessar a rua no momento em que as forças despontavam da travessa da Trindade. A voz do tenente-coronel Alvim ecoou, brutal:

— «Agarrem esse malandro!

«E como o pobre homem tivesse um movimento instinctivo de retroceder, o oficial continuou, breve:

— «Matem-no!

«Ouviu-se uma detonação seca. O guarda-portão caiu redondo junto á porta da nossa redacção. O sangue jorrava-lhe abundantemente da cabeça, e sobre a calçada alastrou-se uma grande mancha vermelha... Chamava-se Bernardino Nunes a victima dêsse barbaro assassinato. Era um homem honrado e um republicano devotado. Toda a vizinhança o estimava. Deixa mulher e filha, que morava na rua da Barroca, 18, réz do chão. Sabe-se quem foi o soldado assassino. Era conhecido de Bernardino, com quem tivera varias discussões politicas. De uma vez,

---

(*) Cita estes factos o proprio *O Mundo*, de 25 de Janeiro de 1913.
(**) *O Mundo* de 6 de Outubro de 1910.

Bernardino falava com fé na Revolução. O assassino ameaçou-o.

—«Pois no dia da revolução eu te direi...

«Assim o disse e assim o fez, o assassino.

«Em seguida ao assassinato do infeliz Bernardino Nunes, o tenente coronel Alvim ergueu a cabeça e inspeccionou, carrancudo, o edificio da nossa redacção. Como lobrigasse, atravez das vidraças, alguns redactores que concluiam a fatigante tarefa do jornal, voltou-se para os sicarios e ordenou:

—«Toca a atirar sobre esses malandros!

«Não tivemos ferido algum por um capricho do acaso. Nas vidraças e nas paredes, os vestigios das balas atestam a brutalidade de que fomos victimas. Quanto ao tenente-coronel Alvim foi preso de tarde, na Avenida, por um aspirante da Escola do Exercito, que o intimou a entregar as suas armas e o conduziu ao quartel general. Vem a proposito relatar um facto recente ocorrido com este oficial: Ha dias foi mandado para o Barreiro, afim de tomar o comando das forças da municipal que vigiavam a linha por ocasião da greve dos corticeiros. O coronel Correia, porém, como mais graduado, assumiu o comando supremo, e ordenou aos guardas que vigiassem a via ferrea, deixando apenas atravessal a os transeuntes e evitando com prudencia que qualquer pessoa permanecesse nela. Commentario de um dos soldados:

—«Se fosse com o nosso tenente coronel Alvim cada malandro que atravessasse apanhava logo um tiro!»

Ao estrangeiro foi de identica forma levado o caso da Rua de S. Roque, onde, como erro flagrante, se inculpava o tenente-coronel Alvim, a essa hora longe. Espelhavam a falsa noção A. Vivero e A. de la Villa, a paginas 123 do seu livro *Como cae un trono — La Revolucion en Portugal*:

«Frente á *O Mundo*, donde dos compañias esperan el arribo de los artilleros sublevados, tambien dió muestras de su feroz salvajismo. Al salir del gran periodico republicano un pobre hombre, portero de la casa frontera, el teniente-coronel Alvim da orden de deternerle. Aquél esboza una protesta, y el militar dispone friamente: *Matadle!* Y se le mata como á un

perro. No se contenta la guardia pretoriana y emprende vivisimo tiroteo contra *O Mundo*, al través de cuyas vidrieras se vê á algunos redactores. Sólo por milagro quedan ilesos. Una granada que revienta á pocos pasos, hace huir á los crueles asesinos; mas éstos, jubilosos, difunden la noticia de que han dado muerte a França Borges... Si, ya se conoce la presencia de la Municipal en las calles.»

A phantasia auxiliou a litteratura hespanhola ao lance de haver corrido o boato da morte do director do jornal republicano e, quanto ao comandante do esquadrão da guarda, não era o tenente-coronel Alfredo Ferreira de Sousa Alvim.

Isso confirmou a seguinte declaração: (*)

«O sr. tenente-coronel Alvim, da guarda municipal a proposito de uma nossa local de hontem diz o seguinte:

«No dia e hora a que se refere o jornal «O Mundo», achando-me no quartel do Carmo, fui mandado para o largo do Carmo, a fim de tomar o comando superior das forças que ali se encontravam, no caso de isso se tornar necessario. Pouco tempo depois de ali chegar rebentaram algumas granadas nas proximidades, pelo que recebi ordem para mandar recolher ao quartel do Carmo todas as forças que se achavam no largo. Cumpri a ordem não tornando a sair do quartel, assim como nunca saí, durante os ultimos acontecimentos, porque achando-se as companhias da guarda espalhadas por varios pontos da cidade, eu não as podia comandar em conjuncto, como compete ao meu posto.

«Informações proprias condizem com esta declaração: a força que cobardemente permittiu o assassinio do pobre guarda-portão e fez fogo contra *O Mundo* era comandada por um tenente.»

Todavia, não deixou o official de soffrer a detenção, em 5, pela populaça na ignorancia da attitude por elle assumida e o tenente Mauro do Carmo descreve assim o successo, no seu *Relatorio:* (**)

(*) O *Mundo*, de 7 de outubro de 1910.
(**) O *Intransigente* de 12 de Outubro de 1912.

«As escoltas que na maior parte effectuavam prisões eram compostas de individuos que devidamente armados prestavam serviço de segurança na cidade. Um movimento de raivosa alegria se manifestou em todo o acampamento á entrada d'uma grande força armada que conduzia sob prisão o tenente-coronel Alvim da guarda municipal. Descrever não posso o que tive que fazer para conter o povo. Só elle proprio pode dizer. Juntei-me a este e bradei, que elle estava a meu lado, e debaixo do meu alto poder me responsabilisava por elle. A massa cahia sobre nós e a muito custo consegui obter a confirmação de que lhe não faziam mal. Mas quem é que diz que o largavam para o levar commigo á ambulancia? Alguns homens dos meus, colloquei a seu lado, a muito custo e estes, com elle no meio, envolvidos todos na grande onda que o acompanhava seguiram por minha ordem, Avenida abaixo para o quartel general. Foi-me custoso sahir do meio d'elle.»

Sousa Alvim, era de momento, injustamente arguido do caso do guarda-portão, mercê de boatos que o seu nome indicaram, em logar do alferes Annibal Franco, assistente ao acto selvatico, com a attenuante, embora, do conhecido odio á guarda, a má vontade popular e o desvario das multidões revoltadas, sempre dispostas a entravar a municipal com o auxilio da artilharia civil, o que impunha medidas rapidas para evitar a acção da dynamite.

E' certo que varios crimes se perpetraram n'essas horas de terror, mas se desculpa podia ir ao povo, exaltado, chacinando policias, isoladamente, em nome da revolução, condemnavel era o proceder da força publica, levando a tiro um homem não combatente e acabando-o ainda com desprezo das proprias leis da humanidade.

Assim se comprehendeu e, Republica em Portugal, o assassinio do guarda-portão, era levado ao conhecimento do general Encarnação Ribeiro, 1.° commandante da guarda nacional republicana, em queixa, testemunhada, de moradores da Rua de S. Roque:

«Manuel Ferreira da Silva, residente na rua de S. Roque, n.° 67, sobre-loja, pede licença a v. ex.ª para expôr como se deu

a morte de Bernardino Nunes, guarda portão do predio n.º 66, da mesma rua, a fim de que se digne fazer justiça conforme o alto criterio de v. ex.ª o entender. Achando-se o suplicante na madrugada do dia 5 do corrente á janela de sua casa observou a chegada de uma força de cavalaria comandada pelo alferes Annibal Franco, do 1.º esquadrão da guarda municipal, que se postou á esquina da rua de S. Roque e largo da Trindade, e ahi, quando saia da escada do citado predio n.º 66 da referida rua de S. Roque o guarda-portão Nunes o soldado n.º 81, que se achava vestido á paisana impedido do mesmo alferes, disse para o oficial: «Meu alferes, ahi vai um malandro.» Ao que o mesmo official lhe respondeu: «Mata-o.» O mesmo soldado n.º 81 correu então para o guarda-portão e, agarrando-o pelo casaco, disparou tres tiros de pistola. Como este caso se passasse quando o mesmo guarda portão atravessava a rua foi, conforme pôde, dirigindo-se ao edificio onde se acha instalado *O Mundo*. Logo que este ali chegou o oficial disse para o seu soldado impedido: «Dá-lhe mais dois tiros porque o malandro está a fingir que está morto.» Obedeceu imediatamente ás ordens de seu superior o referido soldado n.º 81, marchando em seguida para junto do seu oficial, que, acto continuo, lhe disse: «Se tens coragem atira pedras a esses malandros.» Referia-se ao pessoal do *Mundo*, que se achava trabalhando, visto na rua não se encontrar mais pessoa alguma, a não ser a mencionada força. O mesmo oficial, em seguida, deu volta pela rua da Trindade, Praça de Camões e subiu a rua de S. Roque e chegando defronte do predio n.º 67, disse: «Soldados, fogo a estes malandros», dando então a força duas descargas á redacção do *Mundo*. Apresento as seguintes testemunhas presenciais: Henrique Pinto, Julio Luis Costa, José Rodrigues Pereira, José das Neves e Maria Engenia, do *Mundo*; dr. Salvador Vilarinho Pereira, rua de S. Roque, 67, 1.º, cabo n.º 63, do 1.º esquadrão da guarda municipal (extincto); sargento Cordeiro, da mesma unidade e Antonio Figueiredo Lima, ourives, rua de S. Roque, n.º 70.»

Nasceu d'ahi um inquerito e o apuramento de não estar envolvido nos factos o tenente-coronel Alvim, mas sim o alferes Franco, a esse tempo collocado em cavallaria 3, e o seu impe-

dido Antonio Augusto Teixeira, refugiado em Hespanha, para onde o governo portuguez sollicitou a extradicção, não realisada.

O official, soffria desde logo as agruras do captiveiro no Forte de S. Julião da Barra, d'onde sahiu mezes depois.

Determinou-lhe a liberdade um despacho do general Pimenta de Castro, mas não sem que em redor do seu nome houvesse já uma atmosphera de arguições que um jornal contrario, a *Tribuna*, (6 de outubro de 1911) exprimiu assim:

«O nosso presado collega o *Mundo* vem protestando e com razão contra um despacho do sr. Pimenta de Castro que mandou pôr em liberdade, sem mais formalidades, o alferes Franco. Este Franco, hoje alferes de cavalaria, era cabo de infantaria n.º 24 quando da «revolta do grêlo» nesta cidade, e tornou-se celebre pelas suas fanfarronadas e pelas violencias que exerceu sobre o povo na Praça 8 de Maio. Diz o *Mundo* que os protectores dêsse oficial afirmam que elle era republicano. Mesmo que fosse, que o não era, devia responder pelos seus actos. Republicano e oficial da guarda? Digam isso a outros e não a nós, que sabemos de que força elle é.»

Realmente ao *Mundo* foi o informe de que o alferes não só era o unico republicano da guarda, como até tivera relações com um chefe revolucionario.

Contradictou tudo porém e demonstrou-o o tenente de lanceiros, Estevam Wanzeller, dizendo: (*)

«No largo do Carmo havia postadas forças de infantaria da municipal ás embocaduras das diversas ruas. Os soldados de lanceiros receberam ordem de ir apeando e com as carabinas coadjuvarem a municipal. N'essa occasião o alferes Franco da Guarda Municipal, incita os soldados da Municipal a espalharem-se, promptificando se a ir tomar uma peça com oito homens. Vendo que ninguem o seguia, arrancou uma carabina da mão de um soldado e seguiu pela Rua da Trindade d'onde esteve fazendo fogo.

— «E esse exemplo não se communicou ás forças?

(*) O *Correio da Manhã* de 22 de Dezembro de 1910.

— «Apenas o impedido do alferes Franco, o seguiu pouco depois, regressando com o official só mais tarde.»

Devido á campanha feita, Annibal Franco, desejoso de liquidar esse extenso incidente, de permanentes insinuações, e pretendendo desaggravo de imputações accintosas, escrevia a seguinte carta ao jornal (*) de mais intenso combate contra elle, e onde de continuo se repetia a opinião de que o official devia estar preso:

«*Sr. director do Mundo* — Só hoje li a noticia de 10 do corrente em que o *Mundo* duvida da minha innocencia no caso a que chama «repugnante crime de homicidio» pela morte do guarda-portão do predio fronteiro, feita pelo meu impedido na madrugada de 5 de outubro de 1910. Mais diz o *Mundo* «que se tenho a convicção da minha inocencia devo querer prová-la no tribunal para ilibar o meu nome e a minha farda». Nisto acertou o *Mundo*, porque eu não quero senão a maior pressa no meu julgamento, porque estou certissimo da minha innocencia e sob esta condição aceitei a soltura. Quanto ao *erro de oficio* não me cumpre discuti-lo. E' porém certissimo que estive preso sem culpa formada onze meses e dez dias por um crime que não cometi e cujo julgamento se demora contra minha vontade. Espero que o amor tão desinteressado do *Mundo* pela justiça concorra para que se me forme afinal a culpa e para que eu seja julgado com a maxima brevidade. Agradeço a publicação destas linhas na mesma columna em que v. publicou o artigo «Pelo cumprimento da lei» — *Annibal de Almeida Franco*, alferes de cavalaria».

Este, dava, de facto, entrada na Torre de S. Julião, até ao julgamento.

O processo entretanto, entregue nos tribanaes civis, transitava a requerimento do official, para o fôro militar, em observancia tambem do artigo 1.º do decreto de 20 de Março de 1911, mas, como a transferencia devia ter sido realisada, segundo o paragrapho unico do mesmo artigo, até 1 de Maio d'esse anno, baixava

(*) *O Mundo* de 14 de Outubro de 1911.

outra vez ás instancias judiciaes civis, pelo cartorio do escrivão Ferreira (25 de outubro de 1911).

Baldadamente tentada em Hespanha a ordem de extradição do impedido, considerado evadido politico e até fazendo parte das tropas realistas de Paiva Couceiro, apenas o alferes preseguia jungido aos meandros do pleito, entrincando-se em actos de formalismo.

Conduziam estes ao incidente, levado ao Tribunal da Relação, (*) em que se estabeleciam prioridades de competencia entre o fôro civil e o militar, sanccionando aquella estancia a opinião de que ao segundo competia o julgamento.

Proseguindo as duvidas sobre a legalidade do foro militar para o julgamento do caso, subiu uma consulta ao supremo tribunal militar que approvava no seguinte parecer a doutrina de que lhe se commetera ao tribunal marcial o processo Franco:

«Determinou o governo da Republica, em portaria de 16 do mês corrente, expedida pelo ministerio da guerra, que este Supremo Tribunal Militar formule parecer ácêrca da interpretação a dar ao art.º 123.º do Codigo do Processo Criminal Militar, em todos os seus aspectos; e considerando que este Supremo Tribunal Militar, na sua consulta de 13 de fevereiro ultimo, é de unanime opinião de que o aludido art. 123.º não é susceptivel, pelo sua urdidura e nitidez, de duas interpretações; e mais havendo agora a ponderar que, se deficiencias se dessem na legislação penal militar, nos codigos de justiça correspondentes haveria a supri-los, e nunca no art. 123.º, que se limita estritamente a assinalar que «os tribunais militares territoriais e o tribunal de marinha são competentes para conhecer dos crimes previstos nos codigos de justiça militar ou da armada, cometidos respectivamente por militares do exercito ou da armada, seja qual fôr a sua situação; Considerando que o Supremo Tribunal da Justiça, no seu acordão de 23 de janeiro preterito, mandou submeter á acção da justiça militar o alferes Anibal de Almeida Franco, cujo processo tinha sido erradamente enviado pela repartição de justiça da 1.ª divisão do exercito para o foro comum, a fim de

(*) 15 de Novembro de 1911.

por este seguir os seus tramites; Considerando que os factos, pelos quais é incriminado o mencionado alferes, se encontram previstos, segundo as doutas observações do mesmo tribunal, em um ou outro dos artigos 90.° e 91.° do Codigo de Justiça Militar, respeitantes á punição do abuso de poder; Entente, portanto, este tribunal, perante o que fica exposto, que o acordão do Supremo Tribunal de justiça deve constituir jurisprudencia a aplicar nos casos analogos ao do Alferes Anibal de Almeida Franco, designadamente ao soldado Antonio Augusto Teixeira, arguido igualmente de abuso de poder, e cujo processo foi indevidamente enviado tambem pela repartição de justiça da 1.ª divisão do exercito, para a comarca de Torres Vedras, em 20 de novembro de 1911, estando desde então o acusado sujeito, na casa de reclusão do Castelo de S. Jorge, a prisão preventiva, da qual o subsistente protelamento ofende os mais rudimentares preceitos humanitarios. Pelo outro aspecto: Atendendo a que o artigo 123.°, que se aprecia, quando estatue que os tribunais militares territoriais e o tribunal de marinha são competentes para conhecer dos crimes previstos nos codigos de justiça militar ou da armada, cometidos respectivamente por militares do exercito ou da armada, *seja qual fôr a sua situação*, se refere unica e indubitavelmente aos que se encontram sob a alçada proxima ou imediata, e não mediata ou remota, das autoridades militares; Atendendo mais a que de outro modo a falseariam as inequivocas afirmativas constantes do relatorio que precede o Codigo do Processo Criminal Militar, a cuja pag. 5 se reconhece que foram relegados para os tribunais comuns os julgamentos de todos os crimes que não tenham caracter militar, cometidos por militares; e a pag. 7 se preconiza que é necessario que «todos aquelles a quem incumbe o estudo do referido codigo o interpretem e executem não só na clareza das suas disposições, *mas tambem no espirito liberal, que o orientou e organizou;*» Atendendo ainda a que o artigo 142.° do Regulamento Disciplinar do Exercito de 19 de janeiro de 1911 textualmente preceitua que «aos militares pertencentes á primeira e segunda reservas são aplicaveis as disposições deste regulamento:— quando estiverem em serviço; nas revistas e reuniões de instru-

ção; quando vestirem uniformes militares, ou quando se acharem dentro dos quarteis ou estabelecimentos militares para assunto de serviço. E, fóra dêstes casos, sómente ficam sujeitos á acção disciplinar pelas infrações cometidas contra as ordens dos superiores, transmitidas no uso de atribuições legitimas; Atendendo finalmente a que mal se compreenderia que diferenciação houvesse na descriminação de responsabilidades, consoante se tratasse de infracções disciplinares ou de actos criminosos; Por todos estes motivos, é o Supremo Tribuunal Militar de parecer que as responsabilidades aduzidas se acham, na sua consubstanciação, harmonicamente pautadas e identicamente reguladas, em conformidade com o que o artigo 142.º retro-invocado circunstanciadamente regista, e o supracitado artigo 123.º laconicamente prescreve. Sala das conferencias do Supremo Tribunal Militar, 18 de julho de 1912.—(aa) *Sebastião de Sousa Dantas Baracho*, general de divisão, presidente; *José Joaquim Xavier de Brito*, vice-almirante; *José Augusto da Costa Monteiro*, general do quadro de reserva; *Joaquim Augusto Teixeira de Sequeira*, general de divisão da reserva; *Antonio Marinho de Sousa Barros*, general; *Julio José Marques da Costa*, contra almirante; *Fernando Frederico Bartolomeu*, juiz relator.»

Mais tarde (*) realisou se no tribunal militar territorial de Lisboa, o julgamento do celebre caso, de novo citado pelo *Mundo* como que para dar incentivo a condemnações.

Na audiencia, onde compareceram como presidente, o coronel do estado maior João Gonçalves Mendonça Junior; juiz auditor, o dr. Moraes Sarmento; promotor da justiça, o capitão Manuel Gusmão; secretario, o tenente, Azevedo Franco e Juri os tenentes Joaquim Feliciano de Azevedo, Pedro Augusto Ferreira da Silva, Antonio Pereira Diniz, Manuel Dias, e Sergio Ribeiro de Sousa, e servindo de defensor, o dr. Cunha e Costa, fazia o tenente a descripção dos successos da noite tragica, consubstanciada nos seguintes curiosos trechos do julgamento; (**)

(*) 24 dd Janeiro de 1913.
(**) *O Mundo* de 25 de Janeiro de 1913.

«Lutei com individuos de bomba na mão, grita, e tenho a consciencia tranquila. Eu não era afecto ao regime. Fui simplesmente escravo do meu dever. Defenderia hoje a Republica como defendi o antigo regime. A acusação que me fazem, é, não direi infame, mas producto de desvairamento, de ambição do mando, como que a pretender aniquilar o fraco. O regime tem-me dado prisão muito pouco liberal, mas eu acato-o.

«Nesta altura, o advogado de defesa faz sinal ao reu para não continuar no discurso.

«*O Juiz audictor:* — Mas isso são considerações geraes. Era bom que contasse como os factos se passaram...

«O reu, depois de contar que lhe haviam ordenado que fosse para a rua do Mundo com uma força, diz:

— «Quando estava na esquina do largo da Trindade para a rua do Mundo, vi um individuo embuçado, esquivando-se. Tomei o vulto como suspeito, presunção que, aliás, me fora confirmada por varios individuos. Eu disse para o meu impedido, que era um valente: «Prende aquelle homem!» O individuo voltou-se para o impedido, parece que sacando um revólver do bolso, o que não vi, por ser micpe O impedido disse me: «Eu mato-o, meu alferes!» Tomei a atitude do rapaz como uma defesa. Cumpre-me dizer que não pratiquei o que me acusam. Depois da descarga sobre o *Mundo* censurei os soldados, em S. Pedro de Alcantara, por haverem disparado sem minha licença. E, nessa altura, eramos 12, porque o resto tinha fugido. Eu não disparei tiro nenhum. Mas, se disparasse, era natural, porque se tratava de uma revolução. Eu não me sentia, por isso, um criminoso. Mandaram-me cumprir um dever e eu cumpri-o.

«*O juiz:* — Tem a certeza de que o guarda-portão tinha algum revólver?

«*O reu:* — Eu não vi, mas disse-mo terminantemente o impedido.

«*O juiz:* —E não verificou?

«*O reu:* —Não, porque nessa altura deu-se a retirada das forças...

«*O juiz:* — Mas parece que o reu disparou efectivamente tiros...

«*O reu*: — Não senhor. Quem disparou foram os soldados de infantaria da guarda municipal que ali se encontravam junto a um tapume.

«*O juiz*: — Que lhe disse então o impedido?

«*O reu*: — «Eu mato-o, meu alferes. Morrer por morrer, morra o meu pae que é mais velho». E eu accrescentei: «Não é preciso dar tiros, porque tudo isto se leva á pedrada.»

A prova testemunhal da accusação contra o impedido, pelos drs. Salvador Villarinho Pereira, Henrique Augusto da Silva Pinto, Luiz Julio da Costa, Antonio de Figueiredo Torres, José Braz e Antonio França Borges, director do *Mundo*, asseguraram quasi totalmente, a obediencia do soldado á ordem da morte do guarda-portão, contada nas seguintes phrases:

— «Mata-me esse malandro!»

— «Dá-lhe mais dois tiros que ainda não está morto!»

Como mais concreto depoimento sobresahiu o do accusador principal, a testemunha Manuel Ferreira da Silva, reproduzindo as allegações da sua petição criminal, base de todo o processo.

Reiterava essa accusação, o sargento da guarda republicana, João Bento Cordeiro, declarando, como presenciador dos factos, pois esse fazia parte do pelotão commandado por Annibal Franco:

«O alferes estava a cavalo junto de um andaime. Viu o guarda-portão perto do *Mundo* a conversar procurando retirar-se quando viu a força. Nessa altura o alferes disse ao soldado n.º 81, seu impedido, que o prendesse. Depois ouviu dois ou tres tiros, mas não sabe quem os disparou. O guarda-portão voltou-se, procurando alcançar a porta, e, nesse momento, foram disparados outros tiros. O 81 ora se aproximava do alferes, ora se afastava, como a receber ordens. Ouviu dizer ao réu que o guarda-portão, quando caíu, estava a *fazer manha*. O homem gemia com dores e o alferes continuava a animar o impedido, incutindo-lhe coragem.»

Nada elucidaram as testemunhas, Antonio Luiz, soldado da guarda republicana, Quirino do Nascimento, Francisco Antonio da Assumpção e Antonio Ferreira de Lima.

Os depoimentos de defesa pelos tenente Carlos Maria Vel-

loso, Carlos Eugenio Alves Pereira e Joaquim Antonio Marques, capitão Alfredo Ernesto Montez Pico, drs. Ernesto Carneiro Franco e Carlos Amaro de Almeida e Silva deram em parte a convicção de que o alferes commungava nas theorias republicanas, com o intento de derrubar a base accusadora, allegando até o ultimo dos depoentes que elle, ainda estudante em Coimbra, manifestára ideias avançadas.

E' certo que o alferes Franco, aliás não esquivo a commettimentos de arrojo e a caminhadas de perigo, — dado foi como propenso á rendição ao amanhecer de 5 de Outubro, e quando elementos de sobra existiam para um proseguir de lucta.

Cita esse parecer o coronel Malaquias de Lemos no seu relatorio posthumo:

«No Carmo accentuava se o desanimo. O commandante de lanceiros diz-me ser insustentavel a posição que lhe havia indicado, porque a metralha era cada vez mais violenta. Atordoado com todas estas informações, penso ouvir os officiaes que me rodeavam. Ao tenente Wanzeller de cavallaria 2, official que sempre considerei como destemido e arrojado, me dirigi com o olhar, dizendo-me elle, antes de que eu tivesse tempo de formular qualquer pergunta, pouco mais ou menos o seguinte:

—«O que acaba de dizer a V. Ex.ª o meu commandante (coronel Albuquerque) é a verdade. Nós vamos ser todos aqui sacrificados inutilmente; não temos meios de resistencia e o que nos resta é a rendição. Posso fallar assim porque já mostrei que não tenho medo.

—«Replico:

—«Quero ouvir o alferes Franco.

«Resposta do tenente Wanzeller:

—«Escusa V. Ex.ª de o chamar; está ali fóra. E' da mesma opinião.»

A defeza pelo dr. Cunha e Costa, fez salientar que o alferes, tendo cumprido o seu dever, merecia a absolvição e «que militares assim, fieis ao juramento feito, preciosos e necessarios eram para a defeza da Republica e manutenção do seu prestigio e bom nome.»

Tudo contribuira para um veredictum absolutorio, que só o *Mundo* rematou com um semi-encoberto azedume:

«Foi ontem absolvido no Tribunal Militar o alferes Anibal Almeida Franco, como implicado na morte do guarda portão que na madrugada de 5 de outubro foi assassinado á porta do *Mundo*. Não podemos aplaudir a deliberação do Tribunal. Nada tinhamos nem temos contra o oficial acusado; vimo-lo ontem pela primeira vez. Mas o facto é que o pobre guarda-portão, homem de bem, absolutamente inofensivo, que não podia por ninguem ser considerado como perigoso, foi assassinado sem mal ter feito, nem procurando faze-lo. Admitamos como averiguado que o crime foi cometido exclusivamente pelo impedido do alferes, sem este ter dado ordem ou exercido qualquer especie de influencia. Procedeu o alferes comandante da força, imediatamente ou depois contra o homicida? Não procedeu e assim ligou a sua responsabilidade ao acto. Pretender desculpar o facto com o estado de espirito que áquella hora dominava os militares é uma rabulice que não póde servir de argumento para razões serenas. A feliz realidade é que nenhuma morte se perpetrou em circunstancias semelhantes áquella, que foi um episodio unico nas horas revolucionarias. Não foi um combatente que se matou. Foi um homem de 60 annos, doente, tropego, que atravessando uma rua quasi deserta, sem nada dizer, sem nada fazer, foi morto á queima roupa, como se não mata um cão. Este é o facto incontestavel e incontestado. E este foi o facto que não foi punido. Parece que ontem no tribunal houve quem aludisse á nossa atitude para afirmar ou insinuar que nós quizemos servir-nos do triunfo da Republica para exercer represalias sobre os fracos. Como o proprio caso demonstra bem o contrario! Não conheciamos senão de vista esse guarda-portão. Não conheciamos a mulher que elle deixou viuva nem a filha que elle deixou orfã. Mas foi em nome destes fracos, e pela memoria daquelle fraco, que pedimos justiça. Foram sentimentos de humanidade que nos fizeram reclamar que não ficasse sem punição um crime que averiguadamente se cometeu. Foi a causa dos fracos, e só essa, que nos interessou, para não se estabelecer o precedente de que em determinadas horas se

póde matar um chefe de familia, porque é humilde, porque é pobre, como se mata um animal nocivo. Se provocámos odios por defender a memoria de um guarda-portão, defendendo a causa de todos os humildes como elle, a nossa consciencia ficou tranquila e serena, por nos afirmar que cumprimos singelamente o nosso dever, proclamando mais uma vez que o pobre e o fraco tem tanto direito a viver como o rico e o forte.»

Liquidado ficou, porém, sem mais incidentes, o celebre episodio sanguinolento do amanhecer de 5 de outubro, a poucas horas da victoria da Republica.

V

Na Rotunda. — Hypothetica defesa. — A ambulancia. — Os emissarios. — Apresenta-se o capitão de fragata Lucio Serejo. — O tenente Pires Pereira assume a defesa da Praça Marquez de Pombal. — O serviço de vedetas. — As precauções de Machado Santos — A phantasia sobre os ataques. — Um lance de arrojo do alferes Empis. — Resolve-se a juncção de combate da marinha e da Rotunda. — Reapparece Paiva Couceiro.

que succedia entretanto na Rotunda?

Os sucessivos sobresaltos, desnorteavam quasi em absoluto os deffensores da modesta barricada, anciosos de um ataque decisivo, liquidando a extranha perspectiva do proseguir da embaraçosa situação.

Havia comtudo mais esperança e com ella, novos reforços.

Ao acampamento chegaram noticias que lançaram nas almas dos revoltosos mais fé no ideal porque combatiam.

A esquadra bombardeara o Paço.

O rei distanciára-se

O *D. Carlos* fôra já levado de vencida, e, de posse dos revolucionarios, auxiliava a causa da Republica.

Moralmente as forças que se julgavam fieis, estavam vencidas, pela propaganda e pelo cansaço.

Alguns regimentos, já não faziam fogo sobre os insurreccionados.

Todavia, sob a impressão de um combate accirrado, a Rotunda, presumia-se sempre alvo de ataques e inquietava-se.

Era o conhecimento exacto da propria fraqueza.

O *baluarte* da Avenida constituia uma hypothese.

A phantasia arvorou-o em local inacessivel e se, a dentro do simulado reducto um rancho de audaciosos o fazia presumir um campo inexpugnavel, os que de dever lhes cumpria a missão de assalto, transformaram esse fragil involucro da defeza no castello lendario, com a legenda tragica do *quem lá vae lá fica*...

Estabelecido assim o equivoco, d'um lado sonhou-se com formidavel ataque; do outro, pensou-se n'uma possivel rendição.

A Hespanha propria emittiu parecer n'esse sentido, pela penna de Augusto Vivero y Antonio de la Villa, a paginas 137 do livro *Como cae un trono*:

«Parece imposible que no se haya dificultado el acceso à la Rotunda, posicion unica, de valor inapreciavel. Como não ha pensado en ello el Gobierno! Alguien aventura juiciosa su posicion: sin duda creyo que la columna marcha sobre el palacio das Necessidades, y ha concentrado alli todas las fuerzas disponibles. Sea lo que fuere, el azar es propicio á los sublevados.»

As proprias forças semi-coniventes se deixaram penetrar d'essa duvida, mantendo certo equilibrio.

Tudo isso fazia crer n'uma intenção formal de só coadjuvar a revolta, abertamente, desde que para ella se inclinassem melhores augurios.

A noite trouxe alarmes e o toque de silencio soou lugubre.

Deu-se novo escoamento de revolucionarios.

Machado Santos, assignala (*) a existencia, ás 8 horas da noite, de 500 militares, 500 civis armados e 500 desarmados.

Contradiz o evidente exagero de numero um dos assistentes ao espectaculo veridico d'essas horas de indecisão.

(*) Relatorio — Pag. 86.

Em pleno Senado (*) foi citado o depoimento do 2.º sargento de engenharia Manuel de Oliveira, entrado na Rotunda ás 7 horas da tarde de 4, e incansavel preparador do movimento revolucionario:

«Cheguei á Rotunda deviam ser 7 horas da tarde de 4, onde encontrei pouca gente, e tudo na mais completa desordem, (falta de direcção), e os poucos militares que lá havia não tinham coesão nenhuma, pelo que comecei eu, pelo meu proprio amôr á causa, a ligar todos os elementos, o que se prolongou por toda a noite, no decorrer da qual encontrei alguns sargentos, cabos e soldados vigilantes, mas outros que se me dizia estarem lá, não me foi possivel encontral-os.»

Todos esses contratempos, que por vezes, mais tarde se quizeram attenuar, embora, em horas de desillusão a verdade resurgisse, fazendo incidir a luz forte sobre simples apregoados collossaes effectivos — conduziram a macabros preparativos.

Na previsão de derrota, collocadas foram sob as palmeiras centraes da Rotunda dois caixotes, com bombas destinadas aos supremos argumentos.

A pouco e pouco actuariam sobre quaesquer forças assaltantes e, ante o conhecimento de uma derrota certa, serviria o resto para fazer voar o acampamento, a uma descarga dada nas caixas pelo advogado Mario Monteiro: (**)

«Na ambulancia, o dr. Macedo dos Santos (***) e duas enfermeiras voluntarias, obravam prodigios de solicitude e carinho. Sob as palmeiras centraes da Rotunda foram collocados dois caixotes com bombas de dynamite, guardadas por dois soldados, emquanto outro, com mais duas bombas apprehendidas lá dentro a um empregado dos electricos (para evitar imprudencias), eram postas no pavimento superior da ambulancia. As que ficaram no acampamento eram destinadas a fazer voar a municipal e todos os reaccionarios que nos atacassem, bem como, em

---

(*) Diario das Sessões do Senado — Sessão n.º 32 de 14 de Janeiro de 1913.

(**) *O Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

(***) Refere-se ao dr. Macedo Bragança.

ultimo recurso, para fazer voar todo o nosso acampamento, no caso de derrota, a uma descarga dada pelo advogado Mario Monteiro, sobre os caixotes.»

O hospital de sangue, contribuia para um doloroso estado espiritual.

Não se poude eximir o chefe da Rotunda a no seu relatorio, citar os factos de simular não ouvir as exposições feitas sobre os serviços de saude e de conservar «a vista desviada do triste quadro que apresentava o hospital de sangue.»

Teve elle de ser transferido.

A primitiva installação, sob as palmeiras, já não obedecia ás necessidades do movimento.

Alvitrado foi assim que para tal servia o palacio Sabrosa.

Arrombada a porta da cocheira, para ali se fez o transporte de feridos.

O acto de violencia, sob justificação julgado foi pelo conde de Sabrosa, que, cedia ainda aos revoltosos alguns aposentos do primeiro andar.

Machado Santos, consagra-lhe depois a paginas 85-156 do seu relatorio, o agradecimento seguinte:

«A' noite mudaram o hospital de sangue para a cocheira do conde de Sabroza. A entrada n'este edificio não foi feita com muita delicadeza; uzou-se mesmo de processos rudes de campanha; mas o seu proprietario não só se não zangou com isso, como tambem nos cedeu o primeiro andar e poz ás ordens do improvisado hospital os seus creados.

. . . .

«Egualmente é digno de louvor o ex.^mo^ sr. conde de Sabrosa, pela cedencia da sua cocheira, onde se installou o hospital de sangue.»

Identica exposição fez o medico José Paulo Macedo Bragança, no seu relatorio:

«Na terça-feira, 4, ao anoitecer, reconhecendo o inconveniente dos feridos continuarem expostos ao frio e ao perigo de serem novamente feridos, resolvi violentar a porta da *garage* do sr. conde de Sabrosa, do lado oriental da praça, e ali foi installado definitivamente o hospital de sangue. Este titular no dia se-

guinte, mandou-nos offerecer o prestimo dos seus creados, pondo á nossa disposição todas as dependencias da *garage* e parte do jardim, onde foram estabelecidas cosinhas, arrecadações, dispensario, secretaria, etc, destinando-se um dos compartimentos tambem para casa de reclusão dos presos.»

Entretanto foram apparecendo novos vultos da revolta, se bem que curta demora tivessem no campo sempre ameaçado de catastrophe grossa.

Ali surgia, com o republicano Arthur Marinha de Campos, o dissidente progressista, visconde da Ribeira Brava.

De singularidade era a attitude d'este, aspecto todavia auxiliado todavia pelo quartel general.

Ribeira Brava, cuja parte activa na janeirada de 1908, era de sobejo conhecida, transitava entre os dois campos em litigio.

Assim, ao passo que com um revolucionario, o commissario naval Marinha de Campos, ia até ao acampamento rebelde, conferenciar com o commandante da Rotunda, do commando supremo do exercito recebia um salvo-conducto para evitar detenções e poder seguir sem embaraços até á séde da divisão, onde devia ter palestra, visando a appressar desenlaces.

Appareceu citada o pormenor sob pouco esclarecedor aspecto, no relatorio do capitão Remedios da Fonseca:

«Durante essa noite, no Carmo rebentou uma ordem que nós trocariamos bem por uma descarga do inimigo: seria meia noite, o Carmo transmittia ao commando das forças d'ali ao pé, que se chegasse o sr. Visconde da Ribeira Brava, com um salvo-conducto do Quartel General se deixasse passar, porque ia ter uma conferencia com o commandante da divisão, *para vêr se acabava com aquillo!* D'ahi a bocado era esta ordem confirmada pelo tenente Maia de Magalhães, que, a cavallo, appareceu no Carmo.

—«E o sr. Ribeira Brava appareceu?

—«Não, senhor. Lá por quê não sei, que a Guarda Municipal recebeu aviso de que o sr. Ribeira Brava tinha um salvo-conducto para ir ao Quartel General conferenciar, isso sei eu, porque me foi transmittido tambem esse aviso. E não foi o unico que andou a serandar pelas ruas. N'essa noite de 4, ahi entre

as 8 e 9 horas da noite, foi o sr. José de Alpoim ao Carmo e andou vendo as disposições das forças no Carmo e no Rocio.»

Não se estabelece sufficientemente a situação, pelas transcriptas allegações, parecendo que se a conferencia era no quartel general, de pouco alcance era o aviso duplo ao Carmo e ainda pouco provavel o capitão Remedios da Fonseca poder affirmar a aliás certa não comparencia do visconde da Ribeira Brava no commando da divisão quando na séde do das guardas municipaes permaneceu.

Um ardil revolucionario andou talvez em volta do deputado dissidente, para que tivesse livre transito, e este lhe facultou a entrada no acampamento da Avenida.

N'elle não teve productiva acção, e segundo o relatorio de Machado Santos, apenas se limitou a insuflar animos (pagina 86).

Breve troco de palavras, onde se resumia uma perspectiva dubia e Ribeira Brava, que á Republica feita reconquistaria notavel preponderancia junto de um creado partido democratico da chefia do dr. Affonso Costa, abandonava o perigoso poiso com o commissario naval Marinha de Campos, a quem todavia veremos proseguir no revolucionario trabalho.

Ribeira Brava, ia para a sua residencia descançar.

Ali o acolhia, perto da meia noite Marinha de Campos, que lhe foi participar a detenção dos conselheiros Pereira dos Santos e José de Azevedo, feita na residencia do dr. Antonio Centeno e não inteiramente consummada, pois que, ante a negativa, pela Rotunda, de escolta que até ali os levasse. os prisioneiros debandavam.

Sempre no patente demonstrar de que sem entraves serios se fizeram communicações com o centro rebelde onde Machado Santos actuava, lograva ali reentrar o capitão de fragata reformado, João José Lucio Serejo Junior.

Effectuando serviço de informes, assignalado como relevante por Machado Santos no seu relatorio (pagina 86) volvia á Rotunda, indifferente a anterior incidente em que fôra intimado a parar por um grupo de agentes occultos pelo arvoredo.

Longe de extranhar a presença do official, quando notoria

era a insurreição quasi geral da armada, bem acceites foram as explicações do capitão-tenente, e em especial na parte que se referia á sua situação de reformado.

Esse lance o teve o official como imperecivel recordação da revolta: (*)

«Duas impressões rijas, fundas, indeleveis: na noite de 4, Avenida acima, ao dirigir-me para a Rotunda onde começava o primeiro tiroteio, oito pistolas da policia, oito galfarros de pistola assestada á minha cabeça, junto ao arvoredo do coreto. Depois lá se convenceram, lá me deixaram passar... A outra, a do enthusiasmo louco, febril que de todos se apoderou ao proclamar a Republica no Quartel General...»

Rasgado caminho teve portanto para auxiliar a sedição, informando e combatendo.

Lucio Cerejo era porém um revolucionario com tirocinio e por descontentamento á monarchia.

Não hesitando em formular a publica critica aos superiores, estabelecendo a bordo dos navios uma animadversão contra elles, teve, como esperado resultado, a reforma em 1907.

Causas varias lhe deram origem.

Em 24 de Novembro de 1892, Serejo, então 1.º tenente, tinha pronuncia pela comarca de Moçambique, e detenção com homenagem na cidade, a 29 do mez seguinte, por incurso no artigo 218.º § unico do Codigo Penal, sob fundamento de haver assignado inconsideradamente quatro ordens de despeza concernentes a um supposto fornecimento de materiaes feito á camara de Moçambique, de que elle era presidente. Um conselho de Guerra o julgava, absolvendo-o em audiencia de 8 de Julho de 1893, com o voto declarando apurado o facto, mas não provada a responsabilidade criminosa.

Um acto politico serviu comtudo não só para o reavivar da anterior accusação, aliás liquidada, mas do informe desfavoravel dado em 31 de Dezembro de 1886, pelo commandante da canhoneira *Rio Ave*, sobre o exercicio do cargo de immediato, documento que o arguido deu como inserindo phrases de desfavor

(*) *O Intransigente* de 5 de Outubro de 1911.

intercalladas pelo commandante da divisão naval de Angola, contra-almirante Teixeira da Silva, entre algumas que de louvor lhe dedicára o respectivo signatario.

Esse incidente, consistiu n'uma manifestação feita em Lourenço Marques pela officialidade e praças do cruzador *S. Gabriel*, a Lucio Serejo, quando este, por desharmonia com o commandante Fontes, deixou o serviço do navio, pretextando doença, recolhendo a bordo do *India*, empregado em hospital da divisão maritima.

O successo, assignalado como prejudicial ao prestigio militar e constituindo um protesto collectivo contra o commandante do *S. Gabriel*, originou inquerito, d'onde surgiu castigo para o tenente Lamy.

Serejo ficou sob má vista e para o anno de 1907 se relegou a represalia.

Um officio de 25 de julho, do então major general da armada, vice-almirante Guilherme de Brito Capello, informava de todo o procedimento do official. (*) O relatorio, dado depois por insufficientemente esclarecedor, era presente ao Conselho Superior de Disciplina da Armada, que dava Serejo como incurso nos artigos 115 e 116 do regulamento respectivo, sendo de parecer que devia ser reformado, em face do artigo 120. Ao voto, ennunciado em conferencia de 5 de Agosto de 1907, seguia-se-lhe a reforma, por decreto de 19, data em que a Serejo competia a promoção a capitão de fragata.

No posto, succedia-lhe logo, o capitão-tenente Antonio Jervius de Athouguia Ferreira Pinto Basto, promovido sem sua consulta.

Serejo viu no facto de só tardiamente se reevocar actos longe, passados em julgado até, e da reforma, em momento que beneficiava um membro da casa militar de D. Carlos I, um accinte e uma represalia, constituida até no desapparecimento da sentença absolutoria do caso de Moçambique.

De verdade, a condemnação, se attender se não quizesse

(*) *Diario do Governo* de 17 de outubro de 1912. Pagina 3618. Da documentação official ali publicada, extractámos os presentes elementos.

aos *veredictuns* dos tribunaes e dos conselhos disciplinares, devia seguir se aos successos incriminados.

Se revoltado era, mais em si sentiu referver o capitão de fragata o desejo de que o vissem ainda, de arma na mão, combatendo pela democracia, com o pensamento de que ella, menos madrasta, lhe devia de attenuar passados erros.

Desconhecendo que errados eram seus calculos, as conspirações de 1907 1908, lá o encontravam em posto firme, ateando a revolta naval, e o 28 de Janeiro, embora fracassado, achou n'elle um poderoso elemento incitador e organisador.

Vinha pois de novo, ajudar a subversão da realeza em Portugal.

Ao conseguido fim e por decreto de 18 de Novembro de 1910, Lucio Serejo, era louvado pela parte tomada na sedição, concedendo se-lhe a revisão do processo em virtude do qual fôra reformado.

Sendo esse o desejo do official, desde logo decidiu aproveitar essa concessão.

«Ia chegar a desillusão, o convencimento de um inutil empregar de esforços em favor de causa que se mostraria ingrata.

Irmanar-se hia com o official de marinha Soares Andrea, se bem que mais feliz elle foi nas iniciaes horas de republica.

Serejo, teve, logo a 7 de outubro de 1910, um aviso: ao querer fazer um reconhecimento pela rua 24 de Julho, o automovel foi alvejado com alguns tiros de espingarda, que o não alcançaram.

O mysterio envolveu esse acto, como rodeou aquelle de que se soube desembaraçar Soares Andrea, no quartel de Alcantara, na madrugada de 5 de outubro.

Resolveu aguardar o desfecho da concessão, formulada no decreto de 18 de Novembro de 1910, e desde logo notou difficuldades em vel-o attendido, na parte que lhe dizia respeito. Dez dias decorridos sobre a publicação, o major general da armada, vice almirante José Cesario da Silva, dava parecer para que o conselho superior de disciplina, excluindo todos os antigos officiaes, fosse encarregado de rever o processo. O ministro, Amaro de Azevedo Gomes, concordava em 2 de dezembro, e as audien-

cias começaram, sendo porém o contra-almirante Teixeira Guimarães, o unico que declarava não estar feita a prova de incompetencia naval. Seguiu-se, pois, o confirmar da reforma, dizendo o ministro em 5 de Janeiro de 1911, que não havia motivo para alteração do primeiro julgamento. A 7, Lucio Serejo, procurava o chefe do governo, dr. Theophilo Braga, para lhe declarar haver pedido a demissão de official da armada e só acceitar como recompensa aos seus serviços á causa revolucionaria, a publicação do seu processo, pedido satisfeito no *Diario do Governo* de 15 de fevereiro.

Pouco depois, a 7 de Abril d'esse anno de 1911, dava-se o chamado *caso do Arsenal*. Os operarios d'esse estabelecimento do estado, com elementos a elle extranho, sublevavam-se, ameaçando de morte o ministro, Amaro Gomes, e chegando até a ser disparados tiros contra a janella do gabinete. Pedindo a sua demissão, chegaram a querer invadir o ministerio, pelo que o titular da pasta, foi rodeado de especial vigilancia.

Serejo, era arguido da tentativa, que visava, disse-se, a substituir Azevedo Gomes pelo official de marinha, Fontes Pereira de Mello.

Sanado esse novo incidente, breve terminado com a sahida d'aquelle ministro, Serejo requeria, a 29 de Março de 1912, novo conselho, sob fundamento de que ao precedente nem todo o processo fôra. O documento de petição, largo, historiando o passado, logrou por despacho de 3 de abril, a conclusão de que não podia ter seguimento. Outro ministro, o dr. Celestino de Almeida, foi chamado a resolver o assumpto, e a 18 de Maio d'aquelle anno, conformava-se com o parecer de 11 da Procuradoria Geral da Republica, e determinava a annullação do despacho de 5 de Janeiro de 1911, e a deliberação do Conselho Superior de Disciplina da Armada, fundando-se tudo em que o processo só podia ser revisto por outros juizes quando requerido nos termos do artigo 7.° da lei de 13 de Abril de 1906. O official, requeria a 25 de agosto de 1912, a publicação do seu novo processo, o que se effectuou no *Diario do Governo* de 17 de outubro.

De incidente em incidente, resolvia-se a revisão, concorde o

então ministro, dr Fernandes Costa, com pareceres da Procuradoria Geral da Republica. O Tribunal Disciplinar da Armada presidido pelo contra almirante Marques da Costa começou e concluiu trabalhos a 12 de Dezembro de 1912, sendo n'essa data communicado o respectivo parecer e entregue o processo ao dr. Fernandes Costa, no dia seguinte.

Foram esses documentos concedidos de caracter reservado e d'ahi se deduziram opiniões desfavoraveis ao requerente. Não conforme este, resultou a convocação de novo tribunal, (abril de 1913) presidido pelo contra-almirante Nunes da Matta, com os capitães de mar e guerra Alvaro Ferreira, Almeida Lima e Almeida d'Eça, e capitão de mar e guerra medico, Anciães Proença. Durante a revisão do processo, para perguntas compareceu varias vezes o official, até que a 22 de Abril de 1913, era intimado a apresentar a sua defesa por escripto no praso de 15 dias, afim de poder ser apreciada em sessão de 6 do mez seguinte, não havendo deliberação por o official participar doença.

Como o ministro José de Freitas Ribeiro, não condescendesse em que o representante do ministerio publico e o advogado do accusado assistissem ao termo e julgamento final do processo, recorreu Serejo para o supremo tribunal administrativo, com o fundamento de que, «tratando-se da revisão de um processo, no qual, segundo parecer unanime da Procuradoria Geral da Republica, tinha sido julgado contra direito porque a accusação, o julgamento e a sentença se basearam sobre factos pelos quaes já tinha sido julgado e absolvido pelos tribunaes militares, ha naturalmente n'esse processo em revisão pontos de direito a discutir e para tal só jurisconsultos teem competencia.»

De discussão em discussão pedia Serejo em 3 de junho que por escripto lhe fosse intimada a materia de accusação do processo de revisão d'aquelle por que fôra reformado, tudo exposto no seguinte documento, endereçado ao ministro da marinha:

«Ex.mo Sr. Ministro da Marinha — Diz o capitão de fragata reformado, João José Lucio Serejo Junior, que tendo recebido hoje a nota n.º 425 da serie B, da 2.ª repartição da Majoria

General da Armada, e que é do theor seguinte: «Ao capitão de fragata reformado João José Lucio Serejo Junior. De ordem de sua ex.a o Major General da Armada, deverá v. senhoria apresentar se n'esta Majoria General no dia 3 do proximo mez de Junho, pelas 11 horas, afim de receber guia para o presidente do Tribunal Disciplinar da Armada, com a sua defesa escripta ou sem ella, se por ventura a não tiver podido concluir» — e sendo certo, porém, que o Regulamento Disciplinar da Armada determina no art.º 86.º o seguinte: «O official que houver de ser julgado pelo Tribunal Disciplinar da Armada, será intimado do dia do julgamento e da materia da accusação, com antecipação de dez dias, pelo menos, para poder apresentar a sua defesa escripta, bem como os documentos e as testemunhas que julgar convenientes para bem da sua causa» é egualmente certo que o capitão de fragata reformado João José Lucio Serejo Junior não foi intimado da materia da accusação, visto que ainda não lhe deram essa nota de culpa por escripto, como a lei gerente do processo criminal manda e o Regulamento Disciplinar do Exercito preceitua, embora o Regulamento Disciplinar da Armada seja omisso sobre este ponto, devendo por isto seguir-se a lei geral e a paralella, que é a do Regulamento Disciplinar do Exercito. Não pode, pois, o accusado formular com a precisão devida a sua defeza, porquanto no libello accusatorio que serviu de base ao processo disciplinar, a cuja revisão se está procedendo, teem de ser eliminados, segundo o parecer unanime da Procuradoria Geral da Republica, com o qual o governo se conformou, pontos que não podem, de modo nenhum, ser materia de accusação. Ainda o accusado poderia dispensar o termo de intimação da materia da accusação e a nota escripta dos pontos da accusação sobre que o Conselho Superior de Disciplina tem de formular quesitos precisos, votando se sim ou não estão provados os factos que nos mesmos quesitos teem de ser concretamente formulados, se por ventura lhe fosse permittido (como aliás a lei geral do processo criminal faculta e sobre que o Regulamento Disciplinar da Armada é omisso) fazer se assistir por advogado jurisconsulto nos termos do processo e respectivas audiencias. Mas como lhe não foi dada, por escripto, nota

da materia da accusação e lhe foi recusada a faculdade de se fazer assistir por advogado, não pode o accusado formular a sua defeza, pois não sabe, nem precisamente de que o accusam, nem se ainda o accusam de factos que já não podem ser materia de accusação contra elle. N'estas circumstancias requer a V. Exa se digne ordenar que se cumpra o disposto no art.º 86 do Regulamento Disciplinar da Armada, intimando se ao requerente accusado a materia da accusação, sendo lhe entregue a nota d'esta por escripto. E por ser de lei — Pede deferimento — *João José Lucio Serejo Junior*, Capitão de fragata reformado.»

Sciente lhe fez o tribunal que lhe não assistia o direito de interferir na sua acção, suspendendo porém os trabalhos até que a defesa lhe fosse presente.

Já a imprensa (*) fazia bastos commentarios sobre essa attitude, da qual logo se deduziu uma favorabilidade ao pedido do official.

De facto, o interrogatorio d'este, (16 de junho de 1913) ultimou a revisão do processo, e em sessão secreta do conselho superior de disciplina da armada, se deliberava que fosse mantida a reforma nos termos do primitivo despacho ministerial, conformando-se (17 de junho) o então ministro da marinha, com o parecer apresentado. Requereu o official a annulação de todos os quesitos formulados pelo tribunal superior, referentes aos casos passados em julgado, mas nada mais obteve.

A esse tempo já o combatente de outubro, para que attenuado fosse o odio votado á extincta monarchia, cahira sob a alçada militar, ingressando nos carceres da Republica.

Levado já de ha muito na onda dos descontentes, a chamada *abrilada de 1913,* succedida na madrugada de 27 d'esse mez, trazia-lhe a detenção, a elle que merecera referencias assim: (**)

«Quanto ao capitão-tenente reformado Serejo, a sua acção

(*) *As Novidades* de 9 de Maio e 5 de Junho de 1913 e o *Intransigente.*

(**) *O Paiz*, Outubro de 1910.

na Revolução fez-se sentir com largos beneficios para a victoria. Foi elle quem, na Avenida, deu as melhores indicações á artilheria regulando as alças com uma maestria que d'ahi a pouco se manifestava, nos excellentes tiros feitos da Rotunda. Soares Andréa e Serejo são de resto, dois marinheiros valentes, com serviços que nenhum dos seus antigos camaradas contesta.»

Indo até aos carceres de Angra e da Trafaria, com reclusão, precedente, no Castello de S. Jorge, d'este expandia os seus dissabores em documento (*) que por notavel se teve:

«Meu caro Machado Santos — Dez dias de Casa de Reclusão e nesses dez dias calculo cem vezes pelo telefone a seguinte pergunta: «Que fazes tu aí? porque estás aí? Que querem de ti?» Massado, aborrecido como calculas que devo estar, nada respondi a tanta gente que me fazia a pergunta: mas é bom não ser muito malcreado. E quem sabe se entre tantas, algumas se não todas as pessoas que me faziam taes perguntas se interessam pela minha humilde personalidade: por isso resolvi hoje responder a todos e é para isso que te peço um cantinho do teu «subersivo jornal»: Lá vae pois. Meus senhores: Estou aqui «de conserva», não porque tenha tomado parte nem diréta nem indirétamente *nos acontecimentos de 27* (é assim que se chamam) mas porque era preciso criar em torno de mim uma atmosféra de desconfiança, porque era preciso que alguma coisa viesse perturbar o caminho que ia seguindo a revisão do processo que me reformou. A Procuradoria Geral da Republica entendeu, pela segunda vez, em seu parecer unanime que ainda se não tinha cumprido o determinado pelo Decreto com força de lei de 18 de novembro de 1910; que até então *a revisão* não tinha sido feita pelos dois tribunaes que para tal fim foram convocados porque não tinham sido cumpridas as formulas e as praxes obrigatorias em processos de tal natureza. Portanto o governo ordenou que a *revisão do processo* fosse feita e para tal fim é convocado novó Conselho Superior de Disciplina da Armada. Requeiro, visto tratar-se de uma questão de direito, (pois que no processo cuja revisão se mandava fazer tinha havido

(*) O *Intransigente* de 8 de Maio de 1913.

julgamento contra direito) que aos termos do processo e ao julgamento assistam representante do Ministerio Publico e o meu advogado. Este requerimento é indeferido. Requeiro certidão do teor desse requerimento e do despacho nele lançado, se de deferimento se de indeferimento.

«Passam-me certidão de que o requerimento fôra enviado ao auditor de marinha para dar o seu parecer (isto apenas!!!).

«Requeiro de novo e peço se me certifique se o dito requerimento tinha sido *deferido* ou indeferido. Passam nova certidão dizendo qual o parecer do auditor e do *concordo* do ministro com esse parecer; mas a palavra fatal *deferido* ou *indeferido* não aparece na certidão. Reune o conselho: sou chamado á sua presença para ser intimado, dizia a guia, *da materia da accusação.* Peço se faça essa intimação nos termos da lei, dando se me copia da accusação: é-me negada essa copia. Requeiro em papel selado essa copia e que me seja dada vista do processo para eu o poder consultar a fim de poder formular a minha defeza por escrito. O presidente do Conselho de Disciplina declara-me que o Conselho indeferira esse requerimento.

«O Presidente do Conselho manda que me seja lido o libelo acusatorio formulado em 1907 pelo vice-almirante Guilherme Capelo, acusação em parte anulada por parecer unanime da Procuradoria Geral da Republica, parecer com que concordaram por despachos seus os ministros de Marinha srs. Celestino d'Almeida e Fernandes Costa. Nessa ocasião disse-me o sr. Presidente que eu acusado não sabia mesmo de que teria de defender-me porque alem da acusação que acabava de me ser lida outras acusações o tribunal poderia fazer-me...!!! e diz me que no dia 6 de maio reunia de novo o Conselho, reunião a que eu devia apresentar-me trazendo a minha defeza por escrito sobre o que acabava de me ser lido e que depois me iria defendendo das acusações que posteriormente me seriam feitas. Pergunto ao sr. Presidente almirante Nunes da Matta se me era permitido examinar o processo sempre que disso carecesse para formular a minha defeza, responde-me que, me autorisava apenas e, naquela ocasião, emquanto o tribunal estivesse reunido, a tirar apontamentos. Isto passava se a 22 d'abril.

«A 28 d'abril cerca do meio dia entro em posse da 2.ª certidão que tinha requerido e a que acima me referi: nesse mesmo dia ás 10 horas da noite sou preso e metido na Casa de Reclusão. Estava aqui o general Pereira d'Eça levantando o auto sobre os acontecimentos: nada se sabe a meu respeito pois que o meu nome não aparece apezar de ser grande o numero de pessoas interrogadas a depôr n'esse auto. Em 2 de maio aparece um coronel de engenharia encarregado especialmente de levantar um auto respeitante a mim: sou intimado a responder a tres quesitos formulados numa nota de Majoria General da Armada. 1.º Que relações tinha eu com o Centro Republicano Radical. A Majoria General da Armada enganára-se, queria dizer Federação Republicana Radical. 2.º Se havia concordancia entre a minha atitude nos movimentos anteriores e o movimento de 27 de abril; 3.º Quaes as razões que me tinham levado a apresentar-me expontaneamente no Governo Civil a prestar declaração.

«A estes quesitos respondi: 1.º Que não tinha relações com a Federação; 2.º Que a minha atitude era concordante em todos os movimentos pois que em nenhum tinha entrado; 3.º Que não tendo ido expontaneamente ao Governo Civil nem prestado declaração de especie alguma, razões de especie alguma me haviam levado a tal. Em 5 de maio (3 e 4 foram dias feriados) requeiro ao ministro da Marinha, para que se interrompesse o Conselho de revisão até que fosse liquidado o facto da minha prisão. A esse requerimento respondeu a Majoria mandando, no dia 6, um oficial para me levar debaixo de prisão á presença desse Conselho. Felizmente a minha saude não me permitiu, nesse dia, sair da cama. E hoje, 8 de maio, ainda me encontro detido na Casa de Reclusão. De tudo isto eu podia tirar conclusões, mas não o faço; deixo á perspicacia dos meus amigos, daquelles que por mim se interessam e do publico em geral, essa tarefa. E assim julgo responder á centena de perguntas que durante dez dias de prisão me teem sido feitas pelo telefone. Desculpa esta massada meu caro Machado Santos e manda sempre o — Teu velho amigo — *João Serejo* — Casa de Reclusão do Castelo de S. Jorge, 8 de maio de 1913.»

N'essa noite de revolta, o 4 de outubro, não teve previsões do futuro, sempre enygmatico e, por vezes, de satanica justiça.

Alegre de pela Republica combater, assumia, de prazer, a direcção da artilharia, graduando attento e febril as alças, dispondo bem as forças com o esperançoso aspecto de um victorioso.

Era mais um auxiliar.

Machado Santos, entretanto, deixando que ás balas trocadas no Rocio entre as forças militares e as civis, a Rotunda correspondesse com metralha, como se o ataque ao Alto da Avenida fosse feito, —entregava a defesa da parte sul do acampamento, Praça Marquez de Pombal, ao tenente Antonio Pires Pereira Junior, indo assumir a chefia das posições do norte e leste, as Terras de Eduardo VII.

A' campanha contra o chefe da Rotunda, appareceu esse acto transformado n'uma completa abdicação de poder, á qual o alvejado respondeu (*) peremptorio e verdadeiro:

«O *Diario Popular* tem publicado varias coisas sob a epigraphe *Ao alto criterio da Assembléa Nacional Constituinte*, sendo umas verdadeiras, e outras falsas. A nenhuma temos feito referencia; mas uma pergunta com que hontem terminava a sua local não podemos deixar de dar reposta. Diz o *Popular*: A quem foi que Machado Santos entregou o commando da Rotunda ás 9 horas da noite de 4 de outubro? Responderemos nós: *A ninguem*.»

De facto apenas confiado foi a defesa de uma das faces do acampamento.

Estava bem entregue.

Pires Pereira, republicano de longa data, evidenciara já a serenidade em Villa Nova de Gaya manufacturando bombas de dynamite com os depois deputados, Miguel Augusto Alves Ferreira, e João Luiz Damas, (**) activos todos em carregar projecteis para serviço aos levantamentos democraticos.

(*) O *Intransigente* de 3 de Agosto de 1911.
(**) *As Constituintes de 1911 e seus deputados* — pagina 247.

No Porto, era tido, entre a officialidade monarchica, «como uma energica organisação combativa». Os trabalhos na provincia, como Porto e Leiria, foram notaveis para o seguir da acção rebelde. De volta dedicou-se com José Valdez, á captagem dos graduados de caçadores 2 e infantaria 2, e intemerato o acharam os actos preliminares para a sahida do movimento na madrugada de 4 de outubro.

Coadjuvando-lhe a missão na Rotunda, estavam os alferes Alberto Camacho Brandão e Carlos Ludgero Antunes Cabrita, os tenentes picador Correia, e de reserva Fernando Mauro da Assumpção Carmo.

Este arvorava em seu ajudante o cadete João Sarmento Pimentel, para o qual propunha depois, no seu relatorio, (*) o grau de official da ordem de Torre e Espada, e com direito a pensão vitalicia, «pela sua coragem e demonstrado valor no desempenho de todos os serviços durante a campanha, com risco da propria vida, debaixo de fogo.»

Desenvolveu-se por necessario o serviço de segurança e policia, sendo commettido este á direcção do 2.º sargento de artilharia, Manuel Marques de Oliveira, e aquelle á do cadete João Ribeiro Gomes.

Mercê de boatos e de encobertas ameaças, Machado Santos sollicitava e rodeava-se de uma vigilancia especial, orientada pelos chefes civis, João Antonio dos Santos (Belem) electricista da barca d'agua do Arsenal da Marinha e Alberto Silva, não desdenhando mais tarde o commandante da Rotunda dar-se com vida pela persistente dedicação do segundo.

Alberto Silva, já tivera acção no 28 de Janeiro, e salientára-se na formação dos grupos revoltosos para o movimento de Outubro.

Os primeiros passos da revolução, o encontraram firme no seu posto, (**) como á victoria republicana incumbido era, por de confiança ser, de conduzir de Cintra para Salamanca, o conselheiro João Franco, collocando-o a salvo das manifestações

---

(*) *O Intransigente* de 17 de Outubro de 1910.
(**) Vidè paginas 233 do 3.º volume d'esta obra.

populares, de forma a que no estrangeiro bem evidenciada fosse a sua chegada ali, vivo.

A cumprida missão, trouxe-lhe censuras por não haver procedido contrariamente, matando o chefe franquista, no caminho.

Não procedeu assim, e mercê do bom desempenho d'esses encargos, collocado foi no logar de agente da policia de investigação criminal.

Dedicado ao partido evolucionista e a Machado Santos, era mais tarde perseguido e demittido, (21 de outubro de 1913) sendo reintegrado no anno seguinte, não sem violentos ataques por parte do jornalismo democratico. (*)

A escolta de confiança se entregára pois o chefe do acampamento rebelde, e de razão o fizera.

Mauro do Carmo, assignala mesmo no seu relatorio: (**)

«Segundo informação, entrou certo sujeito na Rotunda e approximando se de Machado Santos, apontou uma espingarda contra elle. Machado Santos deteve-o e tirando-lhe a espingarda mandou-o auzentar da Rotunda e que não seguisse pela Avenida porque podia ser ferido.»

Mas, nem só da guarda interna se cuidou, organisando-se, em larga escala o serviço de vedetas.

Deu elle logar a incidentes curiosos.

O estudante do curso commercial, Antonio dos Santos Alhinho, natural da Vidigueira, morador na Estrada de Sacavem, J. M. 4.°, surprehendido no seu somno pelas primeiras granadas, veiu até á Rotunda, onde não entrou, á perspectiva dura de uma má supreza, suscitada a primeira permuta de tiros entre a municipal e os revoltosos. (***)

Retrocedia para casa, até que, de manhã, deitou a Alcantara, onde colhia pormenores de uma equivoca situação das forças da Avenida.

Voltando para esta, ia auxiliar o sargento Ernesto Joaquim Feio, junto do qual se conservou.

(*) O *Mundo*, de 21 de Março de 1914.
(**) O *Intransigente* de 15 de Outubro de 1912.
(***) O *Seculo* de 31 de Outubro de 1910.

Ao terminar do dia era-lhe entregue o serviço de vigilancia e inspecção ás vedetas.

Attentas as achava, á exclusão de uma, adormecida no posto da Avenida Duque de Avila, e que desarmou, ficando-lhe com a espingarda e munições.

Seguindo até S. Sebastião da Pedreira, junto do Jardim Zoologico, era intimado a parar por outra vedeta, a cavallo. O embaraço mutuo, não deu logar a explicações e Alhinho mettendo a arma á cara, desfechava... Receando, de instante, ser de novo accommettido, fugia, a redea solta, emquanto o outro cahia, embora não tivesse sido attingido.

N'um galope desfechado, reentrava na feira de Agosto, onde estabelecido alarme, teve novo assalto por outras duas vedetas que, desconhecendo, na escuridão, o auxiliar da rebeldia, lhe atiraram um arame ao pescoço, derrubando o do cavallo.

Perdida a espingarda, no incidente anterior, procurou defender-se com uma pistola. N'um erro, os outros vigias assaltantes fugiam, por presumirem chamada de reforços extranhos, valendo n'essa altura o revolucionario e antigo estudante da escola medica, Sequeira, que, correndo aos tiros, deparava com o assaltado, por equivoco, e reconhecendo o, com elle voltava á linha de fogo.

Os incidentes evidenciavam bem, todavia, que a vigilancia facil era de ser inutilisada se de tal houvesse tenção.

A crença dos que na Rotunda ficaram, tudo suppriu.

A despeito porém da coragem d'esse grupo, disposto a perecer com o seu ideal, pois que, convictos de uma derrota, hora a hora esperada, ali se mantinham, quando difficil não era aproveitar nocturnas sombras para novas deserções — o terror produzia ás vezes um excesso de precaução, de envolto com phantasiados ataques.

O incendio da Avenida, trouxe calafrios, pela luz que fazia incidir sobre o acampamento.

Desorientadamente, ou pela crença de que em lance egual os rebeldes lançariam mão, de um simulacro de auxilio a infelizes, para a absorpção do reducto. Houve o formal obstaculo a soccorros dos bombeiros, pelo receio de que um ardil das

tropas acampadas no Rocio desse origem á tomadia do baluarte.

A debandada operou um socego relativo, curto, pois desde logo os postos avançados, annunciavam a marcha, a coberto, de nucleos realistas.

Sentiam-se ali os toques de corneta ordenando fogo vivo, e deu-se por effectuado o nutrido tiroteio de forças procurando attingir a barricada: (*)

«Estes não mais tentaram avançar, mas da praça dos Restauradores, do Thorel e nas immediações do hospital d'alienados rompeu o fogo contra o acampamento. A's cornetas do inimigo annunciando «fogo vivo» respondeu o tenente Pires Pereira ordenando a um corneta o toque de descançar. Do alto da feira um clarim recebeu ordem de tocar a silencio. Como, porém, o ataque fosse vigorosissimo, a nossa linha fronteira ás avenidas da Liberdade e Duque de Loulé rompeu nutrido fogo e as peças collocadas nas terras do parque Eduardo VII sustentaram tambem o combate. O inimigo avançava a coberto, aproveitando-se do incendio. O combate durou umas poucas d'horas, quasi tão violento como o de dia, distinguindo-se perfeitamente o fogo das metralhadoras e da artilharia do inimigo. Como do lado de Campolide apenas uns ligeiros tiros nos alvejassem, sem consequencia, desci varias vezes á praça Marquez de Pombal e pude observar a serenidade com que o povo e a tropa sustentavam a posição. Vi com agrado os officiaes e aspirantes nos seus postos (os bravos sargentos considerava-os como officiaes) e o alferes Brandão commandando o fogo d'uma peça, com tanta serenidade e com um movimento de braços tão compassados como se estivesse dirigindo a orchestra de S. Carlos! Com tão brava gente bem desastrado seria quem se deixasse bater. O inimigo arrastando-se pelos canteiros, a coberto do arvoredo, conseguiu avançar até ao coreto da Avenida; novamente a bateria collocada no alto da feira rompeu fogo, obrigando os contrarios a dispersar pelas ruas lateraes. No acampamento chegou a haver um

(*) *A Revolução Portugueza* — Relatorio de Machado Santos — pagina 87.

relativo socego, talvez de duas horas. O inimigo nunca deixou de nos incommodar por todos os lados, com tiros isolados, e muitas vezes a precipitação dos postos avançados dava o signal d'alarme.»

Mas nem só elle em erro se apresenta.

Reeditava-o o medico Alvaro Bossa: (*)

«Não calcula que bom serviço nos teria feito a cavallaria. Se a tivessemos ser-nos-hia relativamente facil, apezar de arriscado, aprisionar toda a artilharia de Queluz, pois fariamos com ella um movimento envolvente ao inimigo.

—«E acabou por esse duello a acção da artilharia de Queluz?

—«Não. Durante a noite de 4 e madrugada de 5 constantemente fomos atacados por ella de varios pontos, Thorel, etc., posições que lhe eram favoraveis, pois dominava o nosso acampamento, visto estar n'uma attitude superior á nossa.

—«E nem assim Queluz os conseguiu vencer?

—«Felizmente, tal não aconteceu e, devido ás bellas pontarias dos nossos bravos sargentos de artilharia e ás guarnições das nossas peças, conseguimos sempre reduzil os ao silencio. Tiveram, sem duvida, bellos tiros, cujas granadas rebentaram no nosso acampamento, produzindo algumas baixas, mas a sorte protegia-nos e, por fim, encaravamos uma descarga inimiga com a serenidade que nos dá o habito de *viver debaixo de fogo* e a confiança na victoria. Tivemos varias tentativas de envolvimento pelas cavallarias inimigas, que sempre repellimos, sem lhes dar tempo sequer para esboçar uma *carga.*»

—«E a bateria de Queluz — volvemos n'uma insistencia de curiosidade insatisfeita — não os incommodou até final?

—«Deixou-nos descançar algum tempo, para reapparecer, substituindo as metralhadoras por duas peças, que constantemente nos bombardearam da rua do Principe, durante o alvorecer do dia 5.»

A não absoluta descoberta acção das forças em favor da republica, ligada á natural nevrose, conduziu a esse imaginario aspecto nocturno.

(*) *O Seculo* de 9 de Outubro de 1910.

Presumia-se de mais da contrariedade á democracia, pelas tropas ao serviço da causa monarchica.

O ataque não teve a proclamada violencia e só muito tarde, quasi manhã e não ao incendio do predio da Avenida se effectuou, ainda por Paiva Couceiro, o bombardeamento pelos altos do Thorel.

Vejamos n'este ponto o livro (*) do conselheiro Teixeira de Sousa:

«O fogo intenso durára até cerca das 11 horas da noite. A essa hora somente se faziam tiros dispersos para algumas janellas do Rocio, d'onde os populares lançavam bombas explosivas. A' meia noite, hora a que saí do Quartel General, o fogo havia cessado quasi inteiramente e nada me referiram das disposições em que infantaria 5 e caçadores 5 se encontravam.»

Uma séria opposição só poderia ter sido feita por caçadores 5, o troço do alferes Empis, pois que o resto, com infantaria 5, se fazia fogo ao rugido do canhão da Rotunda, melhor occupava o tempo em fuga, de simulado receio, ao menor estrondo.

Reivindicando para infantaria 5 uma attitude de desfavor á causa que ali devia deffender, reaffirma a asserção o tenente José Valdez n'uma carta dirigida á imprensa: (**)

«As forças de infantaria 5, postadas no Rocio, occupando as ruas que dão ingresso a essa praça pelos lados norte e leste, não sahiram das suas posições, conservando-se sempre nos seus locaes, debaixo do fogo da Rotunda, sem poderem responder para ali. Embora quizessem atirar sobre os revoltosos da Rotunda, o que não se fez, porque o espirito do regimento era revolucionario, não o podiam fazer, porque aquelles não eram vistos, nem eram conhecidas as suas posições. Fizeram-se tiros, é certo, não ordenados pelos officiaes, mas sim devido ao panico que lavrava entre os soldados quando rebentava alguma bomba lançada de alguma janella ou quando as metralhadoras faziam fogo».

Cae pela base, pois, esse apresentado quadro de combate terrivel á Rotunda ás horas do incendio.

(*) Para a Historia da Revolução — 2.º volume — pagina 395.
(**) *O Mundo* de 13 de Outubro de 1910.

Era o terror imperando e assignala-o o tenente Mauro do Carmo, dizendo: (*)

«Com um dos tiros feitos pela minha linha de fogo foi derrubada uma arvore, um pouco abaixo do coreto. Mais tarde um dos atiradores tomou-o por gente deitada e fez fogo».

Manuel Lourenço Godinho regista até no seu relatorio que «a noite de 4 para 5, foi passada com muita anciedade e sobresaltos».

O acampamento não tendo até então uma sortida em forma, previsionou excepcional preparativo para a realisar e a fusilaria, isolada, prenuncio da chegada hora do lance final.

Reinava, é certo tambem, o convencimento, proveniente de boatos levados á Rotunda, ao anoitecer, de que artilharia 3 estava já no Beato e depois de que se encontrava cerca do quartel general.

Todavia, mais fortemente actuava a ideia de um assalto pelas tropas que cercavam a Avenida.

A's 9 horas da noite, correu o boato de que marchava para o castello de S. Jorge e para a Graça artilharia e munições para d'esses pontos alvejarem a Rotunda, aprestando se a bateria para energica tomada do acampamento.

Levou-se ás tropas que definiam, aliás, uma attitude dubia, um labeu nem de leve sonhado: o aproveitar das sombras nocturnas para a tomadia.

O calculo ia muito alem de todas as intenções, consubstanciadas apenas em olhar attento de que lado baixava mais o fiel da balança onde se pesava, com a convicção de ambos os litigantes, a conveniencia de bem cuidar do futuro.

Mas, por anachronismo, os observadores volantes do movimento, não iam levar ao alto da Avenida os echos d'essa favorabilidade ao empenho sedicioso.

Havia externamente o boato, de cerca das 2 horas e meia da madrugada, haverem adherido caçadores 1, aquartellado em Abrantes e infantaria 17, com quartel em Beja.

Esse boato, que *O Mundo* reproduziu em 5, não che-

(*) *O Intransigente* de 16 de Outubro de 1912.

gou todavia á Rotunda, andando apenas pelos grupos dispersos.

Rasgado a communicações, como livre a investidas se dar-se se quizessem, o proclamado baluarte, formava, por vontade propria, um centro de isolamento onde não iam as boas noticias.

O temor campeava; não deixando ver que de facto, phantasmagorica era a resistencia.

A gente civil, fizera em parte, distanciamentos. O resto, entregou-se á mercê do destino, mas disposto a evidenciar que se encontrava em insomnia, e affeito a recompensar audacias com ousadias.

O tiroteio feito no Rocio contra as janellas d'onde se atiravam bombas, echoava no alto da Avenida, que se julgou alvo constante de descargas.

Fazendo fuzilaria, e vendo que cousa alguma decisiva se dava, a phantasia creou varias tentativas de assalto, repellidas sem custo.

Declarava-o Machado Santos, em entrevista, concedida ao *Mundo* em 12 de Outubro de 1910, e a primeira por elle facultada á imprensa:

«Em toda a noite não descansamos um momento. As forças do Rocio fizeram varias tentativas para assaltar o acampamento mas conseguimos repeli-las sem difficuldade.»

Certo é porém que as forças do Rocio se limitaram a simples evoluções sem grande affastamento do seu ponto de localisação.

O Mundo chegou a reproduzir em 5, os echos de uma marcha de revoltosos:

«3 e 45 — Parte das forças revolucionarias que estavam na Rotunda desceram com peças de artilharia até á rua das Pretas. Fazem fogo sobre as forças monarchicas que respondem contra as metralhadoras. Conclue se que o plano é entalar as forças monarchicas entre os dois nucleos de forças republicanas — a da Rotunda e a dos navios de guerra».

O boato, chegado ao quartel general, fez com que se incumbisse o tenente da guarda municipal Raul de Menezes, da sua averiguação, dando esta em resultado a negativa.

Nasceu elle porém d'um successo veridico, que appareceu transmudado.

O alferes Ernesto Empis, querendo libertar-se d'uma rêde de expectativa, fizera arrastar até á rua das Pretas a metralhadora que tinha na Praça dos Restauradores e d'ali fez fogo contra a Rotunda.

Certeiro tiro, vindo do alto da Avenida fez todavia desmontar a peça, impossibilitando-a de seguir a acção.

Entremeavam-se pois pesadellos com esperanças e para que estas enfraquecessem o desanimo, o sobresalto constante por aquelles espalhado.

A todo o instante se aguardava o desembarque da maruja, mas o *S. Raphael*, postado perto do Terreiro do Paço, só assestava os holophotes sobre o Rocio, illuminando o espaço occupado pelas tropas presumidas fieis e que a Rotunda alvejava, emquanto para esta fazia signaes com luzes brancas e encarnadas.

Affirmava-se, nos pontos combatentes, a existencia a bordo do *S. Raphael* e do *Adamastor*, este, exercendo vigilancia com os projectores electricos sobre a Outra Banda, — de 2:000 homens entre marinheiros e civis.

Era o terror para os não adherentes. Era um renascer de fé para os do acampamento do Parque Eduardo VII.

Machado Santos, farto d'esse engarrafamento, instava pelo desembarque immediato d'essa tão apregoada forte columna de marinhagem. Boatos falsos iam chegando, para melhor disposição dos combatentes e assim, n'um automovel ia o respectivo conductor, Julio, ao serviço do hospital da marinha, levar a nova de que a armada estava entre Santos e Alcantara, em marcha para a Rotunda. (*)

O emissario trazia, como signal, as fardas de alguns officiaes de marinha. Tido foi todavia como suspeito e detido.

Dos navios, só se effectuára o desembarque para a abordagem ao *D. Carlos*, não tendo vindo as praças a terra.

Nada se sabia ali porém, embora em preparativos estivessem para o bombardeamento da cidade baixa.

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

Os emissarios do *S. Raphael* não se atreveram a transpôr as ruas da baixa, aliás francas a todos os outros. A bordo iriam os de terra.

Para interpretes do quasi *ultimatum* á acção da marinha, sahiram do acampamento, perto das 3 horas da madrugada, o professor José Antonio Simões Raposo e o lente da Escola Polytechnica, Innocencio Camacho Rodrigues.

Incumbidos iam tambem de participar a bordo que da Rotunda se effectuaria ás 6 horas da manhã, intenso fogo sobre o Rocio, cumprindo aos navios o appoio pelo destroço dos restos julgados fieis á monarchia.

A marinha representava para Machado Santos um assegurar da victoria e elle o espelhou mais tarde no seu relatorio, a pagina 86:

«A Antonio Maria da Silva fiz identico pedido para o caso de qualquer d'elles não poder desempenhar a commissão. Com uma centena de marinheiros, tendo bem seguro o meu campo, como já tinha, eu contava levar de vencida o resto da guarnição de Lisboa».

Se escasseavam as munições para as Mauser, abundavam as da artilharia, fazendo-se o ininterrupto transporte de granadas dos carros vindos do quartel de Campolide, para junto das peças.

Em relação a abastecimentos não existiam receios e quanto a agua, abertas as boccas de incendio, assegurava-se o seu fornecimento ás praças e aos cavallos.

Assim pois se guiava a crença no exito do projecto, a que o destino se encarregava de dar a maxima viabilidade.

Abandonou egualmente a Rotunda, o revolucionario civil Pinto de Lima, para fazer sciente os grupos civis do plano a executar, e a que deviam dar auxilio, por unitario procedimento.

O audaz avisante, pois não deixou o acto de constituir perigo, galgou o espaço até á Praça de D. Pedro e simulando-se transeunte simples, annunciou, alta voz, a officiaes e soldados, o bombardeamento proximo.

Era a hora em que á Rotunda chegou a noticia de um preparado ataque sério.

D'essa vez era fidedigna.

Paiva Couceiro ia reentrar em scena, não para se coroar de louros, porque impossivel era n'esse ambiente falso e perturbante, de traições e de controversias, mas para soffrer mais duro golpe na sua aliás abalada illusão.

VI

No quartel general — O Governo e o commando da divisão — Via dolorosa de trez ministros — Prosegue a desorientação—Approva-se outro plano de ataque—O fracasso pela attitude de caçadores 2—No quartel do Carmo—Os successos de S. Pedro de Alcantara—A Rotunda visando o Bairro Alto — De engano em engano — As granadas actuando no hospital da Misericordia —A municipal encerrada no Carmo —Prevendo o fim.

noite foi decorrendo lenta para os tropas collocadas no Rocio. Sem comer quasi e sem dormir, fatigadas, as praças lançavam-se sobre os passeios, somnolentas. A Rotunda mais vigilante do que os pretensos deffensores da realeza, despertavam a soldadesca, com o estampido das granadas, estilhaçando, ao rebentar, os vidros das janellas.

Era de desespero essa espectativa.

Do quartel general não se dava ordens.

Emquanto os soldados semi-dormitavam, o ministro da guerra, general José Nicolau Raposo Botelho, á paisana, tomava pachorrentamenje um caldo, n'uma das salas do edificio.

Servia-se o chá, para fecho da refeição reconfortante.

Não ia porém a hora para boas disposições espirituaes.

Presumiam-se semi-exgotados os meios de defeza.

Estava apenas reconhecida a inefficacia da estada de parte do Governo no quartel general.

Servira para atear a discordia entre os elementos civis e militares.

Alguns haviam cedido o passo.

Retirando d'ali, a uma patente animadversão de outros entregavam ao destino a successão dos acontecimentos.

Todavia, por essas anomalias do pensar humano, se censurada foi a permanencia no quartel general e o entromettimento nas ordens da divisão, de ironia eivada foi o abandono das salas do commando do exercito.

Deram-se os ministros dos estrangeiros, da marinha e das obras publicas, como em doce socego no domestico lar.

Comtudo atormentadas horas passavam elles, como prenuncio seguro do que o futuro lhes reservava.

O conselheiro Marnoco e Souza, sahindo do arsenal, chegava á rua de El-Rei, no instante em que a municipal procurava eximir-se a um annunciado bombardeio dos navios rebeldes. Ao alarme, retrocedia, para, pela rua de S. Julião, voltar á do Ouro, até á do Crucifixo, onde, ao reproduzir do sobresalto, ia sollicitar refugio provisorio em barata hospedaria.

Foi como que offerecer os pulsos ás algemas.

Cahindo na séde d'uma associação secreta, ao reconhecimento, teve logo a detenção, á chave, no quarto onde presumia achar tranquillidade. A veridica aventura á publicidade (*) veio:

«A voz popular conta porém, que o luminoso rastro do sr. Marnoco ainda aqui se não apagou; e ha quem diga que o intemerato Ministro da Marinha, que o sr. Teixeira de Souza foi pescar ao Mondego, uma vez na rua do Crucifixo batera a uma casa de quartos para alugar e tomou um aposento. O proprietario, carbonario, reconhecendo o Ministro, deixou-o entrar e fechou-o á chave, por fóra!»

Por seu turno, e dada em maus transes a situação monarchica, os ministros dos negocios estrangeiros, conselheiro José

(*) Joaquím Leitão, *Diario dos Vencidos*. Pagina 190.

de Azevedo Castello Branco e das obras publicas, conselheiro José Gonçalves Pereira dos Santos, iam sollicitar asylo ao deputado dissidente, dr. Antonio Centeno.

Mal encaminhados haviam sido.

Aos republicanos veio a lembrança de que só junto da dissidencia progressista, alguns ou algum dos ministros, se julgaria a coberto.

Entrando na sala da residencia do director da Companhia do Gaz, defrontaram logo o revolucionario Arthur Marinha de Campos. Era a rêde que ia envolvel-os como na rua do Crucifixo n'outra detido fôra o conselheiro Marnoco e Sousa.

Recebiam uma ordem de impedimento das commuicações externas.

Teve phrases violentas, o conselheiro José de Azevedo, ás quaes valeu o dr. Antonio Centeno, offerecendo o alojamento que aliás lhe ia ser pedido, tomando o compromisso de evitar que os dois membros do Governo entraves puzessem á sedição.

Marinha de Campos, preferindo uma detenção na Rotunda, simulava condescender e ia junto de Machado Santos sollicitar uma escolta de 12 homens para conduzir os importantes detidos.

A' recusa, pela escassez de gente, ante a imminencia de um ataque, para o romper do dia se deixou o commetimento, comunicado por elle, porém, ao visconde da Ribeira Brava, a cuja casa ia cerca da meia noite.

Todavia ao nascer da alva, cessára o compromisso do deputado dissidente.

Conhecedores de quanto se tramava, os ministros abandonavam a moradia da Alameda de Santo Antonio dos Capuchos, n.º 4, e emquanto o conselheiro José de Azevedo, em uma habitação proxima deliberava aguardar os resultados d'essa lucta que antevira de mau aspecto para a realeza, o conselheiro Pereira dos Santos, desagradando-lhe a companhia, mais audaciosa e menos transigente do seu collega de ministerio, procurou escuras ruas, até á Escola do Exercito, que, encerrada, não lhe deu poiso.

Vendo-se ao abandono, por vontade propria, começou a odysseia do ministro das obras publicas, notavel já por um sem numero de extravagantes distracções.

Identificando-se quasi com a do ministro da marinha, appareceu descripta em humoristico ennunciado, (*) assignalando lhe os passos de receio.

Procurando refugio na Escola do Exercito, debandava, vendo a em silencio. Buscando um coronel amigo, residente ali perto, lá se detinha um pouco, para ligeiro descanço só, pois o official, temerario de investidas por dar abrigo a um ministro da monarchia, envidava exforços e conseguia leval-o a abandonar a residencia.

De trem, fechado, o conduzia até a porta do dr. Archer da Silva, que não estava ahi.

O coronel, livrando-se do companheiro, deixava-o, seguindo na carruagem.

O ministro, maldizendo talvez o instante em que se jungira a um governo fatal, atravessava as avenidas novas, para o refugio distante, no Campo Pequeno, onde todavia era surprehendido pela existencia de magotes de populares.

Voltou, sobre o Jardim Zoologico, cerrado e cosendo-se com as paredes, buscou de novo a residencia do conselheiro Teixeira de Sousa, contornada comtudo por elementos civis.

Ia a fugir-lhes, quando o acaso o fez ver do dr. Archer da Silva, passando, de automovel.

Quiz o deputado dar-lhe logar, mas o conselheiro Pereira dos Santos, registando o facto de elle ser conhecido e do carro ser descoberto, recusava e ia bater a casa de outros conhecimentos.

Senhoras edosas relacionadas com a familia do ministro, amavelmente o receberam, não accedendo todavia ao pedido para ser recolhido até á noite, allegando a rasão de se encontrarem sós e não desejar ditos exoticos da visinhança entromettida.

Qual Ashaverus, sahia, lembrando se da marcha até ao Estoril, quando se reconheceu sem dinheiro, por a bolsa haver ficado na algibeira do casaco que no quartel general substituira receoso, por um casaco curto.

(*) Joaquim Leitão — *Diario dos Vencidos* — Pagina 295 — O *Correio da Manhã* de 10 de Novembro de 1910.

Decidia-se então a recorrer ao dr. Archer e Silva, que não achou; mas de quem ficava á espera.

Quiz elle depois leval-o para casa do dr. Cassiano Neves ou do antigo ministro da guerra, conselheiro Luiz Augusto Pimentel Pinto.

O temor, invadindo-o sempre, forçou á recusa, sob pretexto de serem vultos politicos, um, como dissidente e outro como palaciano.

Ficava pois em casa do dr. Archer, até ao dia seguinte, em que transitava para a casa do visconde de Pedralva.

A noticia da proclamada republica e da não existencia de perseguições aos ministros, trazia lhe o socego e só então se predispoz a transmittir á familia a noticia de se encontrar vivo.

O conselheiro Pereira dos Santos, celebre era como já dissémos, pelas suas distracções, e uma lhe dera mais notoriedade: tendo ido á leitura nocturna na Bibliotheca Nacional de Lisboa, tanto se embebeu no convivio com as lettras que, nem deu pelo encerramento, nem o pessoal o lobrigou no seu canto escuro. Mais tarde, reconhecendo se só, correu a chamar, até que, conseguindo de uma janella communicar para a rua, obtinha, visto não ser encontrado o chefe do pessoal menor, possuidor da chave, fosse opposta uma escada de incendio, pela qual desceu até á rua.

A travessia attribulada das horas de revolução foi todavia de mais sobresaltos do que a dos momentos de surpreza da forçada detenção no edificio da Bibliotheca de Lisboa.

Foi essa a pouco banal odysseia a que deu logar a sahida de casa do dr. Centeno, para escapada ás ordens do revolucionario Marinha de Campos.

Todos esses successos ignorava o presidente do conselho.

Quasi só, evidentemente deslocado, se peccou, por vezes teve assomos de desespero mal contidos, mas ante a evidente opposição do elemento militar.

Referil-o-hia, mais tarde, mas dando-lhe outra interpretação, um amigo dedicado de Teixeira de Sousa, o jornalista Julio Ribeiro, a proposito d'uma phrase d'aquelle estadista:

«Devemos dizer que, se Teixeira de Sousa realmente tives-

se proferido a frase «Eu poderei caír antes de eu querer mas hade cair commigo a monarchia,» os seus amigos, nas horas da Revolução, não lhe teriam visto as lagrimas aflitivas e amarguradas que lhe escaldavam as faces, por não ver na rua aquelles que horas antes lhe garantiam poder responder pela fidelidade de toda a guarnição de Lisboa.»

Para a defesa escolhido fôra o *Mundo*, (*) o mais avançado jornal republicano, e onde o deffensor, espelharia pouco depois o seu credo de democrata, partidario do dr. Affonso Costa.

Se isso contribuiu, para muitos, para a duvida sobre a desolada attitude do chefe do governo, não deixou para outros, de symbolisar um arrependimento dos iniciaes socegos ante a certa perspectiva de uma revolta.

Quanto ao ataque de Julio Ribeiro, como interprete d'aquelle que queria collocar em logar de attribulado, ia direito aos commandantes de lanceiros, da guarda municipal e da divisão.

De facto, do primeiro se salienta a attitude, desde a espectativa, ao pouco distante lance de lucta entre a artilharia revoltada e a municipal da Estrella até ao distanciamento no acto do tiroteio da bateria de Queluz.

O segundo, no quartel, encerrado na secretaria, iria até a opposição de um continuar de repressão pela força do seu commando.

O general Gorjão, foi talvez o unico que deixou conduzir a sua fraqueza ao extremo limite de uma illusão sobre o trama rebelde, não lhe voltando as forças quando se quiz desligar dos fios, que de todo a esse momento o haviam enleado.

A sciencia governamental exposta no commando da divisão, quando se não evidenciara nas reuniões exclusivas do ministerio, onde havia militares, ateou animadversões dos agaloados, fazendo sentir o desagrado de um entromettimento civil nas theorias do exercito.

Cerca da meia noite, o conselheiro Teixeira de Sousa, deliberava sahir d'esse meio onde o reprovavam, afim de ir ver sua

(*) 22 de Novembro de 1912.

esposa, recolhida em casa do dr. Joaquim Teixeira de Sampaio. Emquanto se apromptava o automovel do ministro da guerra, o coronel José Celestino da Silva ia á Calçada do Garcia mudar de fato, para acompanhar o chefe do governo.

Significava de facto essa intenção, um junccionamento de malquistados com a alta officialidade, pois bem mais carecia o quartel general, do coronel Celestino, em qualquer instante necessario, visto o tiroteio indicar o proseguir de contenda, do que o chefe do governo, seguindo em simples missão do seu justo sentimento de marido.

Prepararam os successos a desunião dos que juntos se iam affastar.

Notado, por officiaes, a inconveniencia de o automovel ali se manter, de pharoes accesos, fazendo incidir a luz sobre a soldadesca, sujeita a assaltos, o conselheiro Teixeira de Sousa, n'um novo assomo por essa todavia sensata observação, e não querendo permanecer mais tempo n'esse centro mal disposto, abstinha-se de acompanhar o coronel Celestino da Silva e só, tomava logar no vehiculo que rodou celere.

Teixeira de Sousa, vendo quasi perdida a causa, confiada a uma defesa, em parte, suspeita, sahia portanto do quartel general, mas para se transformar n'uma victima dos acontecimentos que egualmente não soube entravar.

Curiosa é a descripção (*) d'essa odysseia que monarchicos e republicanos fustigaram com a sua ironia, sempre caustica mas bem cabida:

«No quartel general me conservei, com alguns collegas meus, até cerca da meia noite do dia 4, hora a que resolvi ir á rua de Andaluz, 49, casa de um tio meu, onde se encontrava minha mulher, levada pelo natural sentimento de quem se julga n'um momento grave da sua vida. Não quero referir scenas nem factos, por ser muito cedo para isso, mas a verdade é que eu já não via possibilidade de, rarissimas excepções feitas, sair d'essa pas-

(*) *O Seculo* de 19 de Outubro de 1910. O livro de Teixeira de Sousa, *Para a Historia da Revolução*, relata estes incidentes a paginas 462-465 do 2.º volume, apenas com ligeiras alterações descriptivas.

sividade que compromettia definitivamente a causa monarchica. Saí por isso do quartel general á meia noite do dia 4, e não mais ahi voltei, pelo motivo de para isso me encontrar inteiramente impossibilitado.

— «Por ter sido ferido, não é assim?

— «Exactamente. Saí do quartel general n'um automovel, sem outra companhia, além do *chauffeur*. Segui pela rua da Palma, ao Campo de Sant'Anna, e para não expôr a casa onde se encontravam minha mulher e meu velho tio, não segui para a rua de Andaluz, mas para a Avenida Duque de Loulé, pretendendo parar no fundo d'uma travessa defronte do predio para onde me dirigia. Como ali visse um grupo numeroso, segui com o automovel mais algumas dezenas de metros na avenida do Duque de Loulé. Parei, saí do automovel e caminhei em sentido inverso, dirigindo-me então para a rua de Andaluz. N'um certo momento vi que um homem, que descia a Avenida pelo lado direito, parou e me disparou um tiro que, pelo estalido secco, me pareceu d'uma Browning; mas, simultaneamente, outros tiros foram disparados e uma lanterneta vinda d'uma peça collocada no alto da Avenida, explodiu junto de mim. A lanterneta fez fugir todos os assaltantes. De repente, vi me inteiramente só e apenas senti na virilha direita a impressão d'uma grande pancada, após o que notei que me encontrava encharcado em sangue. Segui a pé, encostado á bengala e á parede, até á rua de Andaluz, em cuja casa, n.º 49, fiquei, absolutamente inutilisado. A inexcedivel dedicação dos meus queridos amigos Mello Barreto e Nicolau Mesquita, fez com que eu pudesse obter os soccorros do dr. Cassiano Neves, o qual, affrontando tambem todos os perigos d'uma noite de revolução, me prestou os primeiros cuidados. Verificou-se então que sobre mim tinha caído uma verdadeira chuva de metralha. Appareceu cortada por uma bala a aba do chapeu de colla que eu trazia, tiro que me foi dado, segundo todas as probabilidades, pelo primeiro que sobre mim disparou, as abas do *frack* que eu vestia estão perfuradas em diversos pontos e uma bala penetrou na parte interna da côxa direita, junto da virilha, e atravessou-m'a inteiramente. Após o penso, tentei vestir-me, mas, não podendo manter-me de pé nem

tendo vehiculo que me transportasse, considerei-me inutilisado. Communiquei, por intermedio do meu secretario, ao quartel general as circumstancias em que me achava, informando o ministro da guerra do acontecido para que d'isso informasse quem informado devia ser, visto que eu, onde estava, nem tinha telephone, nem ordenanças nem agente que pudesse utilisar. E acabou aqui toda a minha intervenção nos acontecimentos de Lisboa. Não recebi mais prevenção nem aviso, ninguem me consultou sobre quaisquer factos que se succederam. Sómente no dia 5, ás 9 horas da manhã, é que o meu velho amigo e professor Augusto de Vasconcellos me informou de que tinha sido proclamada a Republica, rendidos o quartel general e outros quarteis e nomeado, até o governo provisorio. Havia caido a monarchia em Portugal, que eu, por honra minha, tinha de defender emquanto existisse. Quiz impedir a revolução, desarmando-a com liberdades. Nada consegui. Quiz conjurar a revolução, quiz, como era de honra minha, impedir que a revolução caminhasse. Vi então, e vi depois, que toda a lucta era impossivel. A monarchia estava cercada, salvas raras excepções, de republicanos e indifferentes.»

O commentario alegre, tomando posse da scena, conduziu até a caricaturas, em que o conselheiro Teixeira de Souza apparecia, crivado de balas, a irmanar-se com o celebre candieiro da Avenida.

Incredulos surgiram mesmo sobre a veracidade dos ferimentos recebidos, não porque impossivel fosse o lance, mas pelo extraordinario do seu relate.

De facto, porém, o successo era breve communicado em carta dirigida ao coronel Celestino da Silva e entregue no quartel general, que, cedendo ao appello do chefe do governo, não teve hesitações em deslocar algumas praças de cavallaria do seu serviço de vigilancia, para escolta do portador do bilhete sollicitando a rapida comparencia do medico dr. Augusto de Vasconcellos, que, mercê de embaraços, não conseguiu attingir a rua de Andaluz.

Melhor succedido foi o jornalista e deputado João Carlos de Mello Barreto que, telephonando da sua residencia, conseguiu a marcha da Avenida Ressano Garcia até á casa do dr. Teixeira de

Sampaio, do medico dr. Antonio Cassiano Neves, republicano, que, confirmando, em parte, os recebidos ferimentos, disse, em attestado:

«Eu abaixo assignado, attesto e juro que tendo sido chamado á uma hora e meia da madrugada do dia 5 de Outubro de 1910, para a rua do Andaluz, n.º 49, ahi encontrei o Ex.mo Senhor Antonio Teixeira de Sousa ferido por uma bala que lhe atravessou a coxa, no seu terço superior, perfurando a pelle, tecido cellular sub-cutaneo e a massa muscular subjacente, bala que, penetrando pela face antero-interna da coxa, proximamente tres dedos abaixo da ancada crural, saiu na face externa — *Cassiano Neves* — Lisboa, 7 de Novembro de 1910.» (*)

O dr. Cassiano Neves, seria mais tarde, republica em Portugal, o governador civil de Lisboa, (1914) logar que se veria forçado a abandonar (Julho de 1914) por refractario a intolerancias exigidas para o seu cargo.

Era presidente de ministros, o dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães.

Feito o primeiro penso, tentou, contra voto medico, e vendo se sem guarda ou ordenança, voltar ao quartel general.

Não o poude conseguir, e se o lograsse, tendo boas intenções, apenas conseguiria a intima revolta ao presencear de uma situação cada vez mais complicada.

*

* *

O commando supremo, continuava a sinthetisar por completo, a desorientação e o desespero.

Havia ordens e contra-ordens.

Resurgia-se, mas inefficazmente, apoz uma lethargia que o

(*) *Para a Historia da Revolução* — Pagina 467.

capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima não poupou nas linhas acerbas mas justas, de um publico documento.

«Nunca pensei, quer em tempo normal quer em tempo de revolução, invadir as attribuições do chefe do estado maior, como parece deprehender-se da sua carta, mas se durante a revolução quizesse fazel-o, não teria de empregar astucia nem ouzadia, bastar-me-hia aproveitar uma d'aquellas occasiões em que o chefe, enterrado n'um commodo *fauteuil* e com um cobertorzinho aos pés, dormia somnos reparadores, emquanto o general no auge do desespero me dizia: — «Você é que tinha razão. Martins de Lima, tudo quanto me prognosticou está acontecendo!...» Nessas occasiões eu poderia passar por cima do chefe como se fôra um cadaver, se ao meu espirito militar não repugnasse a ideia da usurpação e revolta. Eu respeito os galões ainda mesmo quando brilham no uniforme d'um morto.» (*)

A' boa vontade de uns, correspondia, mas firmemente, a flagrante desobediencia de outros.

Era o fim evidente e, reconhecendo-o, já muitos não hesitaram em depondo a mascara, assumir a figura favorecedora da causa sediciosa.

Esse aspecto, mais desasombrado, mostrou-se á deliberação de um movimento tido como complexo.

A officialidade reunida no quartel general, resolvia e desenvolvia tacticas.

O chefe do estado maior, coronel José Joaquim de Castro, ante a derrocada da *envolvente*, fixava com o general de divisão, um novo plano, em que, empregando infantaria 1, 2 e 16, caçadores 2 e duas companhias da guarda, se tentaria a offensiva pelos altos do Principe Real e pelas culminancias do Campo de Sant'Anna.

O ataque abrangia os dois lados superiores e essa simultaniedade, embaraçosa seria para a Rotunda, se executada fosse.

Appareceu então o entrave, que más desculpas se encarregaram de injustificar.

Ao chefe da brigada das Necessidades, coronel Bernardo An-

(*) Joaquim Leitão — *Diario dos Vencidos* — Pagina 340.

tonio de Brito e Abreu, era ordenada a execução do projecto, devendo observar, como preceitos essenciaes, a organisação de uma columna que, composta por infantaria 2 e 16, e guarda municipal, operaría, dirigindo-se para S. Roque, outra, por caçadores 2, que se dirigiria para o Principe Real e outra, por infantaria 1, endireitaria ao largo das Duas Egrejas, pela Estrella, Largo das Cortes, Calçada do Combro e Calhariz.

Para a marcha deveria evitar-se a zona marginal, considerada como na esphera de vigilancia dos navios insurrectos.

Brito e Abreu recusou se.

Como pretexto serviu, inicialmente, o cansaço das forças, quando elle se não patenteava em outras que, ao contrario das suas, andavam em constante deslocamento.

Depois, o cerco pelos revoltosos, que não tentou romper, a despeito da ordem, tantas vezes repetida pelo coronel José Joaquim da Castro, para que marchasse, a ferro e fogo, a tiro e á baioneta.

Notificada lhe foi a acção preparatoria da guarda municipal, e lanceiros 2, varrendo todo o espaço do largo das Duas Egrejas á Patriarchal, ou fosse, as ruas de S. Roque, de S. Pedro de Alcantara e D. Pedro V, para que as forças de Brito e Abreu, encontrassem campo aberto.

Para convencimento ainda, ao coronel Malaquias de Lemos foi determinado que telephonasse a Brito e Abreu, communicando-lhe haver recebido aquellas indicações.

Insistindo, fizeram-lhe ver a acção que podia executar a artilharia no Thorel com o auxilio da guarda fiscal de serviço no caes da Fundição.

Desenhava-se, é certo, um effectivo problematico e tanto que com esta se não podia contar.

Viu se á ordem transmittida ao major Ascensão para fazer seguir a força até ao Campo de Sant'Anna, e ao romper da manhã, em que, com surpreza do capitão de caçadores 5, Carvalhal Correia Henriques, acclamou ruidosamente a Republica, (*) seguindo o exemplo da guarda do posto de Queluz adherente desde o dia 4.

(*) *O Mundo* de 27 de Outubro de 1910.

Eram os resultados da propaganda democratica, que, segundo Machado Santos, teve, como primeiras conquistadas, as praças da guarda fiscal, pelo trabalho do soldado Domingos Lopes e dos civis Paulo de Oliveira e Carlos Cardoza.

Brito e Abreu ignorava todavia essas falhas e essas utopias de numerario, e não foi isso, portanto, o que lhe fez renovar a recusa.

Como attenuante se lhe concedeu o facto de mais segura garantia offerecer o avanço das forças n'uma só columna, do que a sua subdivisão.

E' de ponderar o argumento, mas suggerido esse contra cumpria fundamentar com elle, a negativa da marcha.

Mal dispuseram ainda as determinações contradictorias, quer para retirada, quer para espera, sendo d'isso testemunha o 1.º tenente Victor Leite de Sepulveda que no paço se conservou depois da retirada regia. Segundo elle, «os coroneis e tenentes-coroneis trocaram impressões pelos cantos ou dormitavam».

Lembrado pelo official de marinha ao coronel Brito e Abreu, a convocação de um conselho de graduados, foi elle de parecer que as forças deviam permanecer ali, até para guardar o edificio, embora, de inicio se houvesse pensado na sahida, ficando apenas a municipal, o que teve energica opposição do capitão que a commandava.

A's instancias do commando da divisão, correspondeu-se, enfadados, com um gesto supremo: o interromper da communicação telephonica.

Era a indisciplina no maximo grau.

A bello talante se procedia, olhando-se o quartel general como cousa insensata a que cumpria não attender.

A revolta ganhava assim, passo a passo, mais pela attitude dos que lhe deviam ser contrarios do que pelos altos commettimentos dos seus partidarios, aos quaes quasi bastava saber esperar...

*

Entretanto, do quartel general, em face do que se dissera ao coronel Brito e Abreu, determinava-se ao coronel Malaquias de

Lemos a sahida para o Campo de Sant'Anna do 3.º batalhão e da 3.ª companhia da guarda municipal, afim de conservar livre a zona até ao Bairro Camões; do 3.º esquadrão para o quartel general, e de lanceiros, com o que se pudesse arranjar da municipal para a parte comprehendida entre S. Pedro de Alcantara e Rato.

Cavallaria 2 não descançara.

De regresso dos altos da Penitenciaria, o commandante, coronel Alfredo de Albuquerque fora encontrar o coronel Malaquias de Lemos, rodeado de officiaes, entre elles o major Carlos Frederico Chateneuf, e o tenente, Eduardo Augusto de Oliveira Pessoa.

Os telephones, só transmittiam pessimismos, como continuo rebentar de bombas, phantasmagoricos desembarques de marujos, destroços na guarda, todo um conjunto de maus transes.

Conseguiu Alfredo Albuquerque, approximar-se do commandante da municipal, sollicitando lhe mantimentos para os soldados, pedido não satisfeito.

Como recurso, a soldadesca deitou se, seguindo o preceito de que o somno é meio alimento.

A breve trecho, o telephone communicava a deliberação para que lanceiros seguisse até ao quartel general, afim de tomar conhecimento do novo encargo a cumprir.

A custo as praças poderam executar a ordem, por exhaustas de forças.

Quasi o mesmo succedeu com alguns officiaes, e por doença não puderam acompanhar o regimento, o tenente-coronel Souza Araujo e o tenente Accacio Adjuto Augusto Nunes.

Ao atravessar do Rocio para S. Domingos, eram atacados, n'um equivoco, por descargas, que não conseguiram amedrontar o regimento nem attingil-o.

Ao coronel Alfredo Albuquerque, quasi faminto, apresentando-se no quartel general, onde via vestigios de tomadas refeições, era-lhe notificada nova ordem, pelo general Raphael Gorjão: o guarnecer do Alto de S. Pedro de Alcantara, para evitar um annunciado bombardeamento do Rocio pelas forças revoltosas e ao tempo actuar contra ellas.

Seguiram os lanceiros, interrompendo mesmo uma ligeira refeição de pão e conservas, por favor especial fornecida pelo filho do general Gorjão.

Apenas carregada a carroça da administração militar, a cavallaria endireitou a S. Pedro de Alcantara, recebendo no largo de S. Roque o reforço de 15 praças da municipal.

Effectuado reconhecimento nas ruas proximas, desertas, fazia-se o cerramento das embocaduras.

Antes, effectuára-se o guarnecimento do largo de S. Roque, pela força da guarda, que sob o commando do tenente João Luiz Ferreira da Silva, fez frente á Travessa da Queimada, costeando a parte desde a Calçada do Duque até junto da egreja de S. Roque.

Vencendo o serviço de precaução e patrulhamento, as bombas cahiam por vezes, atiradas dos telhados.

Os 15 soldados de infantaria, foram collocados na Rua de de D. Pedro V e junto das grades de S. Pedro de Alcantara, em frente da antiga legação da Hollanda.

No plano geral entrava, procurar impedir, se fosse possivel, que os revoltosos tomassem S. Pedro de Alcantara, que se tornaria assim ponto estrategico desfavoravel aos troços fieis; no caso contrario, recuar, e na Rua de S. Pedro de Alcantara, usar da conhecida tactica, do ataque de flanco pela cavallaria, á artilharia em marcha e por isso em condições de inferioridade.

Para a execução do projecto, acampou parte de lanceiros 2, nas travessas que desembocavam em S. Pedro de Alcantara.

Cerca das 3 horas da madrugada de 4 para 5, e emquanto o major Thimoteo Alvim com dois esquadrões effectuava um reconhecimento na Praça do Principe Real, Rua da Escola Polytechnica e Praça da Alegria, os municipaes, dirigidos pelos officiaes de lanceiros Estevam Pereira Palha Wanzeller, D. Luiz da Cunha Menezes, Fernando Coutinho da Silveira Ramos, D. Nuno Maria do Carmo Noronha, Francisco Martins Lusignan de Azevedo, José de Liz e Cunha, e Carlos Eugenio Alvares Pereira formavam singular barricada com taboas de uma obra proxima, para abrigo do reduzido nucleo

A phantasia, tomando posse do acto, fez logo espalhar boa-

tos de construção de pontes da Rua das Taipas para a Travessa do Falla Só, d'onde, a salvo, pudessem victimar a Rotunda.

A defeza presumia-se ataque.

De sonho em sonho, vislumbrou-se do Alto da Avenida não já uma probabilidade de assalto mas um effectivo tiroteio e aguardou ponto de mira para violento proceder, a que vamos já assistir.

A esse tempo, aguardava ainda o coronel Alfredo Albuquerque a infantaria que lhe haviam dito devia proteger e auxiliar.

O chefe da brigada que nas Necessidades mantinha uma attitude de inutilidade, nem sequer cedeu um passo na sua determinação de não avançar.

Indifferente a ordens e a rogos, tanto se curvou ante a ordem do quartel general, como ás insinuações do coronel Malaquias de Lemos, assegurando-lhe livre o caminho, e, querendo, pela fixação da attitude de Brito e Abreu, obviar a uma inutil manobra das suas forças.

As evasivas para o quartel do Carmo, reproduziram-se.

As tropas tinham fome.

Retorquiram-lhes que avançassem, que no ponto de destino aguardavam a columna os viveres necessarios. A brigada tinha o caminho cerrado pelos revoltosos, allegou-se.

O coronel Malaquias, sob palavra de honra, assegurava desimpedido o passo pela Calçada da Estrella, Rua de S. Bento e de S. Marçal.

De novo foi objectado, que os revolucionarios estavam proximo, vendo-se-lhes os vultos e os canos das espingardas apontadas.

Já vimos o que havia de ephemero na defeza do quartel de Alcantara.

Assim, evidenciava-se a deserção, dissimulada n'uma immobilidade.

Era o exacto reproduzir da concentração das forças do Rocio e que os proprios republicanos (*) reconheceram como prejudicial á monarchia:

(*) Hermano Neves — *Como triumphou a Republica*— Subsidios para a historia da Revolução de 4 de Outubro de 1910. Pagina 96.

«Vem a proposito observar que a tactica seguida pelos officiaes superiores affectos ao velho regimen foi a mais infeliz que podiam ter escolhido. Perto de 40 horas permaneceram no Rocio as tropas realistas, constantemente importunadas pelo fogo dos adversarios. A mais rudimentar prudencia teria aconselhado que essas tropas se movessem exercendo de qualquer forma a sua acção, para evitar aos soldados o nervosismo e a desmoralisação que facilmente devia apoderar-se d'elles.»

Cumpria, ao observar-se a proximidade, attenta e firme dos revoltosos, um romper d'esse evocado cerco, tanto mais inaudito, quanto se não forcejára conhecel-o em todo o seu conjuncto e forças, por meio de uma energica tentativa para o quebrar. O coronel preferiu a estreiteza d'esse circulo commodista.

Dando-se como encerrado em cadeia ferrea, como impossibilitado de caminhar ao encontro de um combate definitivo, pela visão de uma chacina e pelo appello de uma inanição da soldadesca, manteve a immobilidade de uma situação mal definida.

Valendo á ultima phase das objecções á marcha, a falta de mantimentos, o quartel general, enviaria, ás Necessidades, acompanhando provisões, o alferes da administração militar Francisco Gonçalves Velhinho Correia.

Este, todavia, installando-se no hospital da Estrella, limitava-se a remetter d'alli 50 pães, e ainda para caçadores 2, (*) tido como revolucionario, seguindo apoz essa cumprida missão, de vontade propria, favoravel á revolta, para a Rotunda, onde foi participar a forma como desempenhára o encargo de confiança e de humanidade que o quartel general lhe determinára.

O tenente Mauro do Carmo, registou-o assim no seu relatorio: (**)

«Em 6, proximo do meio dia, apresentaram-se-me o alferes Velhinho e um aspirante da administração militar para tomar conta dos serviços. Já não eram precisos *para a campanha*. Retiraram em seguida depois de termos combinado em que pro-

(*) *O Seculo* de 15 de outubro de 1910.
(**) *O Intransigente* de 8 de outubro de 1912.

videnciariam sobre o que fosse preciso no caso de que as forças ali continuassem acampadas para segurança da Republica».

Machado Santos, assignala, porém, com mais razoavel agrado, a chegada, não em 6, mas em 5, do alferes Velhinho Cordeia e do aspirante da administração militar, Fernando Victor Valente Valladas Vieira.

A' republica victoriosa, ambos tiveram os nomes incluidos, com louvor, na ordem do exercito publicada em 25 de outubro de 1910.

*

Debalde pois esperou o coronel Alfredo Albuquerque, o promettido resto da força de ataque á Rotunda.

Cançada de uma espectativa que lhe era desagradavel, a municipal descarregou as armas para a Avenida.

Da Rotunda corresponderam com um tiro de peça, que deu em resultado a retirada do pelotão, seguindo-se-lhe a de toda a cavallaria, por ser vista inutil a permanencia ali.

Confirmou o pensamento uma ordenança do quartel das guardas municipaes, participando que do quartel do largo de S. Domingos lhe fôra transmittido pelo telephone o não avanço da força de Brito e Abreu, devendo seguir para ali, lanceiros, afim de auxiliar a defeza do quartel do Carmo.

Dava-se o regresso, pois, emquanto da Rotunda, para desfastio se continuava a visar o largo de S. Roque e immediações.

As granadas attingiram varios predios, como o n.° 7 da Rua dos Mouros e nem pouparam o hospital da Misericordia, indo ali levar o terror aos feridos e doentes de ambos os sexos.

Um tiro, do alto da Avenida, fazia desabar a chaminé do hospital, indo os destroços cahir sobre as enfermarias.

Outros, effectuaram novos estragos, salientados no «Relatorio dos serviços medicos e pharmaceuticos da Misericordia de Lisboa», relatorio 1910-1911.

Representa elle uma notavel pagina da revolução porque se refere áquelles que longe de derramar sangue, atravez de perigos se exforçaram, humanitariamente, em remediar quanto possivel, os tragicos effeitos da lucta:

«Ill.mo e Ex.mo Sr. Provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa — Do que se passou no Posto de Soccorros Medicos d'esta Santa Casa da Misericordia, durante o periodo da revolução, fui encarregado, logo no dia seguinte ao da proclamação da Republica, de fazer o respectivo relatorio. D'esse encargo me venho hoje desonerar. No dia 3 de outubro, pelas 8 horas da noite, dirigi-me para este posto de soccorros, na intenção de dispôr as coisas de fórma tal que se pudesse receber, sem faltas e de um momento para o outro, avultado numero de feridos. Tive então ensejo de vêr que tudo já estava preparado e a postos, devido ao cuidado do colega de serviço, Vasques Machado, que egualmente tivera aviso de que n'essa noite seria o movimento Tratei imediatamente de avisar os meus colegas d'este Posto. Só consegui encontrar o colega Henrique Sanguinetti. A Corvinel Moreira não tive tempo para o procurar e Simões Ferreira achava-se em Cascaes, sendo-me impossivel avisal-o. Para o posto, a fim de nos ajudar, veiu comnosco o dr. Isaac Anahory, cujo concurso muito util nos foi. Logo a seguir ás primeiras descargas entraram os primeiros feridos. Já não os pudemos tratar no Posto; a nossa estada ali era perigosa, por causa das balas, que entravam pelas janelas. Resolvemos então ir para a parte central do edificio. Em menos de uma hora, devido á boa vontade de todo o pessoal menor, enfermeiros, enfermeiras e criados, foram transferidas as recolhidas que estavam na enfermaria de Santa Vitoria, e ali armadas 25 camas em condições de receberem os feridos. Da chamada Sala da Receita fez-se casa de operações, para onde se transportou todo o material cirurgico do Posto. Na manhã de 4, apresentaram-se o dr. Corvinel Moreira, e o enfermeiro Alves, que, com muita dificuldade, conseguiram chegar até ao Posto; egualmente se apresentaram os farmaceuticos Antonio Silva e Aguiar Saldanha. Com a continua afluencia de feridos, a breve trecho estavam ocupadas todas as camas da enfermaria de Santa Vitoria, vendo-nos obrigados a transformar o refeitorio em nova enfermaria, onde mais 20 camas se armaram. Um dos problemas dificeis foi a alimentação para os doentes, principalmente o leite. De tudo se encarregou o economo sr. Seromenho, havendo-se de forma tal que não

faltou o indispensavel, sendo n'isto, como em todos os serviços a seu cargo, digno dos maiores elogios. Como durante toda a manhã a Misericordia tivesse sido alvejada e fossemos informados de que havia tenção de bombardear o quartel do Carmo, resolvemos içar na Misericordia a bandeira da Cruz Vermelha. Precisavamos que soubessem e vissem que estava ali um hospital de sangue com grande numero de feridos, cuja vida era forçoso respeitar.

«Na noite de 4 de outubro apareceu, para nos ajudar, o colega dr. Artur Ravara. Foi na madrugada de 5 que o trababalho foi mais extenuante e a nossa situação mais critica. Uma granada, tendo deitado abaixo uma parte do tecto da enfermaria de Santa Vitoria, matou um doente e feriu outro. Vimo nos na necessidade de abandonar a enfermaria e transportar os feridos para o corredor que se segue ao refeitorio. Ainda aí não pudemos ficar; uma outra granada, entrando pela claraboia, mostrou nos que a nova situação não era menos perigosa. Resolvemos então vir para os corredores abobadados do rez-do chão, onde ficámos até á hora da proclamação. Como tivesse havido panico entre as internadas da Misericordia e receassemos pela vida de tantas mulheres e creanças, resolvemos abrigál-as n'um dos subterraneos. Em todos estes serviços foi incançavel o dr. Artur Ravara, que muito nos ajudou com a sua boa vontade, proficiencia e sangue-frio. Uma vez tudo serenado, transportámos novamente os feridos para as enfermarias do primeiro andar. Pelo meio dia do dia 5, seguidamente ás ultimas descargas do Alto da Avenida, entraram-nos mais cincoenta e cinco feridos, que nos obrigaram a armar mais 20 camas na casa que se destina a enfermaria do isolamento. O numero de feridos, de que consegui tomar nota, foi de 155 e o de mortos de 14. Ficaram, do dia 6 em deante, 42 feridos em tratamento nas enfermarias. Tanto eu como os meus colegas tencionamos apresentar a v. ex.ª o relatorio clinico para ser publicado no relatorio dos serviços medicos d'esta casa de Misericordia. E' com verdadeiro prazer que participo a v. ex.ª que nada faltou de material de pensos n'este Posto, que mostrou estar em condições de receber um numero muito maior de feridos. São dignos do maior elogio os

farmaceuticos Antonio Silva e Aguiar Saldanha, os enfermeiros Alves, Costa, Ferreira e Mousinho, os srs. Trindade Alves e Andrade Corvo, que auxiliaram o serviço de enfermagem, serviço verdadeiramente exaustivo, que durante dois dias não lhes permitiu um momento de repouso, nem sequer uns minutos para uma ligeira refeição. Da mesma forma, para as enfermeiras Maria Serrão, Maria Onofre, Laura Couto e para todas as ajudantas da enfermaria das mulheres e crianças da Misericordia, chamo a atenção de v. ex.ª; exerceram os seus serviços por tal forma e com uma coragem tão fóra do vulgar, que são merecedoras dos maiores encomios. Egualmente são dignos de louvor todos os creados.—Lisboa, 20 de Dezembro de 1910.—*José da Silva Ramos.*»

A bandeira da convenção de Genebra, não foi assim respeitada, embora desculpar se quizesse o acto com um falso ataque da artilharia, por S. Pedro de Alcantara.

A extranheza do tiroteio deu azo ainda a outros boatos sem base.

Affirmou-se (*) effectuado um combate na Rua de D. Pedro V entre os nucleos antes dispostos em S. Pedro de Alcantara e um troço de artilharia sahido da Rotunda, que puzera as tropas realistas em debandada. Do acampamento rebelde nada sahiu, porém, mantendo-se o anterior municiamento e guarnecimento, a despeito de o coronel Alfredo Albuquerque declarar: (**)

«Essa metralhadora não foi vista. O ataque deu-se effectivamente do lado da Praça do Principe Real. fazendo-lhe frente a soldadesca de infantaria da guarda municipal, mas os revoltosos nunca avançaram para aquem da dita praça».

O choque, se se deu, pois nenhum dos grupos rebeldes com chefia, o assignala, constituiu apenas ligeira represalia de elementos dispersos, sem commando especial.

Esse incidente, não se deu, pois, entrando no numero das phantasias espalhadas durante a sedição.

(*) *O Mundo* de 12 de Outubro de 1910.
(**) *Os Cem Dias Funestos.* Pagina 270.

*

Desguarneceram-se portanto essas alturas, antes consideradas perigosas se tomadas fossem pelas tropas em revolta.

Voltando ao anterior posto, as praças de lanceiros desmontaram logo, sendo dispostas com carabinas, no largo do Carmo e embocaduras, e auxiliadas pela municipal.

Interferindo mais directamente n'esses nucleos ficou o tenente-coronel da guarda, Alfredo Ferreira de Souza Alvim.

Ia aclarando, como se as trevas fossem sendo afugentadas pelo canhoneio e fusilaria a esboçar-se além.

A situação viu-se mais critica.

O que se passava, para lá do Campo de Sant'Anna, d'onde parecia provir o bombardeamento?

Algumas granadas dos rebeldes cahiram no largo do Carmo.

Sob parecer do tenente-coronel Sousa Alvim, o coronel Malaquias de Lemos, mandava retirar as forças para dentro do edificio, cujas portas foram encerradas.

Julgou-se chegado o fim.

Não o era ainda n'essa hora, apenas por entrave opposto, no limite das suas forças, excluidas do sobrehumano, pelo unico que de alma e coração combateu em prol da monarchia: Paiva Couceiro.

A MANHÃ DE 5 DE OUTUBRO

A PROCLAMAÇÃO

I

O derradeiro ataque das baterias de Queluz — Nos altos do Thorel — Aspectos da Rotunda — O grupo de deffensores — Machado Santos e o ataque do Thorel — Supremo lance — A intervenção allemã — Divergencias e terrores — O negociar do armisticio — Lance ganho.

Chegámos á manhã de 5 de Outubro.

As primeiras claridades, dubias ainda, colheram no seu posto firme, as peças do commando do capitão Henrique de Paiva Couceiro.

O sol, quando despontasse, vincando de oiro o azul do ceu lindo de Portugal, e em chispas radiosas fosse innundar de luz viva as ruas da sua capital, assignalaria, com o fim de uma monarchia, o começo de uma illusão a desfazer-se breve.

A existencia lusa ia envolver-se n'uma embriaguez de enthusiasmo, de que não tardaria a querer dessoltar-se.

Mas, ao desapertar os pulsos das manilhas ferreas que lh'os cingiam, segundo apresentado aspecto, não sentiu o reencadeiamento a formar se, sob o sorriso benevolo de uma promessa que, só ao ser exigida, reconheceu assente em movediço terreno de conveniencias.

O futuro, que aliás indeciso era, quasi o preadvinhou Paiva Couceiro, querendo affastal-o, mas com o inutil do exforço humano, sempre fragil ante os dictames do Destino, ante a força de Deus.

Se uma creança que quebra um vime não liquida um tronco secular, como lograria o homem, sempre misero ante o poder de Deus, derrubar o mandato collossal d'este, que para elle está como a arvore centenaria para as mãos flebeis de quem recemviu a luz solar?

Paiva Couceiro significava pois um exemplo notavel da fraqueza humana.

Collosso em energia e em fé, em audacia e em heroismo, não conseguiu vencer o refluxo fatal que abaixo deitou o throno.

Só pelas duas horas da madrugada, apoz um rapido conselho, se resolveu no commando da divisão aproveitar de novo os serviços do destemido official.

Avisado, deixava elle o posto no começo da Praça dos Restauradores, para receber ordens transmittidas pelo chefe do estado maior.

Por ellas, devia aprestar tudo para que, antes do romper da manhã, reproduzisse, do pateo do Thorel, a acção que se não conseguira levar a bom offeito dos altos da Penitenciaria.

Como se aguardava um desembarque da maruja revoltada, em acção conjuncta com a Rotunda, convinha deixar tres das peças para obstaculo a essa tentativa.

O commandante das baterias retiral-as-hia pois das embocaduras da Rua Augusta e da do Ouro para a da Avenida, procedendo, do Campo de Sant'Anna, com uma.

Paiva Couceiro nem uma contracção teve ao irrisorio plano.

Se as faces o não mostraram, sentia-o porém o coração, advinhando-se joguete de um projecto inconcebivel, mas de desfavorabilidade á sua causa.

Mal refeito da triste surpresa da extranha retirada do Alto das Necessidades apenas disse duas palavras:

— Lá estarei!

Emquanto uma parte de cavallaria 4 e um esquadrão da municipal, seguiam, em reconhecimento de terreno, pela Calçada do Garcia e de Sant'Anna, até ao Thorel, o capitão, com o tenente Albino Penalva de Figueiredo Rocha, ia dirigir os trabalhos de collocação de duas peças junto ás metralhadoras que estavam á entrada da Avenida.

A's 3 horas estava concluida a tarefa, ao tempo que se reconheceu achar-se desempedido o caminho.

Com a serenidade e a boa vontade de agir, Paiva Couceiro, procedeu á distribuição das munições.

Escapou-lhe uma phrase incorrecta, mas de commentario efficaz á situação que lhe preparavam.

Apenas lhe foram fornecidos elementos para 28 tiros por peça, ou a totalidade de 112, como resto de balas disponiveis.

Seguiu comtudo, com a unica concedida peça e o largo municiamento de 28 balas.

Galga o itinerario marcado e installa-se no jardim da casa do conde de Castro Guimarães (Manuel).

Ali se aguardou o romper da alva.

Traria esta dolorosa surpreza para os deffensores, leaes, da realeza.

Paiva Couceiro seria um vencido, mas sel-o-hia com a justiça de heroicidade, reconhecida pelos proprios adversarios.

Quando ia iniciar o lance de armas, procurou com a vista as forças que lhe haviam promettido para o auxiliar.

Era a reprodução exacta da scena pouco tempo antes dada com Alfredo Albuquerque na cumeada de S. Pedro de Alcantara.

Apenas o esquadrão da guarda municipal, do commando do tenente Raul de Menezes, que, como já vimos, fôra o chefe da escolta que até á estrada da Pimenteira acompanhou D. Manuel II.

Parecendo singular que a tentativa a fazer, apenas commettida fosse a uma metralhadora, Raul de Menezes, transformou em numero maior o reduzido effectivo:

«De manhã fomos para o Campo de Sant'Anna onde nos encontrámos com Paiva Couceiro e a sua peça, duas metralhadoras de caçadores e um pelotão de cavallaria, ponto onde estivemos até á proclamação da Republica.» (*)

De facto, o official teve ainda de deixar tres das peças da sua bateria junto á Avenida, o que depõe contra a existencia das metralhadoras de caçadores no Thorel.

Cita-o testemunho idoneo, (**) confirmado pelo dirigente da acção:

«Chegados ao pateo do Thorel installaram-se dentro do jardim do sr. Castro Guimarães, onde o romper da manhã os foi encontrar promptos para o fogo. Avistava-se o terreno da Rotunda e os tiros puderam assim realisar-se com efficacia perfeitamente visivel.

— «Sim! effectivamente o effeito d'esses tiros devia ter sido excellente, pois que, como se sabe, essa unica peça que estava no Thorel foi considerada pelos revoltosos como sendo as baterias de artilharia 3, fazendo fogo do Campo de Sant'Anna. De artilharia 3 que, como sabe tambem, não chegou a passar de Villa Franca de Xira!»

Reforça ainda esse depoimento, outro livro, (***) dizendo:

«Ao romper da manhã, Paiva Couceiro achava-se no jardim do conde de Castro Guimarães, no pateo do Thorel, com a unica peça de que dispunha, tendo deixado as tres restantes no Rocio, postadas á entrada da Praça dos Restauradores.»

Ao raiar do dia, Paiva Couceiro, analysou o posto.

Seria explendidamente offensivo, se o garantisse a devida força e o respectivo municiamento.

Assim, era até inutilmente deffensivo.

Todavia, o *official de Africa*, com o tenente Albino Penalva de Figueiredo Rocha, fizeram os primeiros tiros.

A Rotunda, desnorteou-se e á queda das granadas, com os boatos espalhados de uma simultaniedade de ataque, não te-

(*) *O Seculo* de 15 de Outubro de 1910.
(**) Joaquim Leitão — *Diario dos Vencidos,* pagina 212.
(***) Do desafio á debandada — 1.º volume — pagina 68.

só pontaria para o Campo de Sant'Anna, como S. Pedro de Alcantara, Graça e outros pontos.

A resposta ás balas despedidas pela força de Paiva Couceiro, nunca attingiram o alvo, por não haver sido verdadeiramente descoberto pelos revoltosos.

Nenhum relatorio o occulta, e o do tenente Mauro do Carmo, indica mesmo logares d'onde nem houve ataque: (*)

«Foi atacado pela artilharia de Queluz, do Thorel, Graça e S. Pedro de Alcantara; muitas granadas rebentaram e se enterraram na Rotunda e Campolide, alguns estilhaços de granada e balas produziam estragos, mas não foram estes tão importantes que não prohibissem de fazer a derrota que muitos presencearam. A peça que o inimigo collocou na Graça ao primeiro tiro que para lá se mandou, deixou de fazer fogo porque a guarnição fugiu. Do Thorel a artilharia fez fogo e por informações bem seguras soube que o coronel de cavallaria 4 estivera graduando as granadas e as peças e fazendo fogo (e de nada lhe valeu o expediente que mais tarde pretendeu tomar) mas a Rotunda de sua linha de fogo que lhe fazia frente, mandou-lhe dois tiros que os obrigou desde logo a perder a força ao mesmo tempo que de Campolide os atacavam tambem muito principalmente com a força dos que era chefe o sargento Firmino Rego e na qual tambem estavam o 1.º cabo n.º 32 da companhia de telegraphistas de praça, que em varias vezes esteve como chefe das mesmas peças, e como apontadores o soldado n.º 18 da 7.ª bateria e outras praças que já passaram á reserva.»

Por seu turno, o trabalho da metralhadora do Thorel não teve effeito sensivel na Rotunda, onde aliás estabeleceu panico.

A' 18.ª granada, renovava-se a scena dos altos da Penitenciaria.

A galope desfechado, entrava no jardim uma ordenança do quartel general, que nas mãos do capitão depunha uma ordem para cessar hostilidades, por haver sido concedido armisticio de uma hora para embarque dos allemães residentes em Lisboa.

(*) *O Intransigente* de 11 de Outubro de 1912.

Determinava-se-lhe assim o regresso ao quartel do largo de S. Domingos.

Couceiro, tinha ainda dez balas para empregar.

Se a retirada da quinta do Seabra o chocou, aquella já menor abalo lhe fez.

Comprehendeu, mas ainda obedeceu.

Poz-se em marcha, com a mesma lentidão com que o fizera na tarde de 4, á ordem do general Carvalhal, para abandonar o ataque á Rotunda. Do Thorel á Calçada da Graça, o trajecto foi demorado.

Era o presentimento a segredar-lhe que já não eram necessarias pressas.

Viu-o ao chegar ao cimo da Calçada, d'onde se avistava o Rocio. O povo confraternisava já com a tropa.

O sonho de manter a realeza começou a esboroar-se no cerebro do intrepido capitão.

*

* *

Antes de descrevermos os successos que originaram essa confraternisação no Rocio, vamos registar os factos succedidos na Rotunda, ao ataque do Thorel e suas consequencias.

Ao aviso de uma mais forte investida, se para alguns houve o apresto, para muitos houve a deserção.

Era o momento em que Machado Santos, para manter a combinação feita com os navios, por intermedio do dr. Malva do Valle, ordenou o começo de fogo contra as forças do Rocio.

N'essa altura a guarda municipal, fez, de S. Pedro de Alcantara, uma descarga.

O nucleo defensor da Rotunda, desmembrou-se, abandonando quasi o cadete da Escola do Exercito, Viriato Correia de Lacerda, attingido por uma bala que lhe roçava a testa.

Dispersos andavam os outros cadetes, que, á inutil tentativa para virem sob commando dar o seu appoio á revolta, haviam fugido, de madrugada, da Escola, vindo reunir-se aos seus camaradas Correia de Lacerda, Humberto de Athayde Ramos e

Oliveira e Manuel Fernandes Beirão, que desde a noite ali estavam.

Do grupo faziam ainda parte os cadetes, Sarmento Pimentel, Filippe Tribolet e Antonio José Soarés Durão, mencionados com elogio ns relatorio do tenente Mauro.

O ultimo, depois aspirante de infantaria 34, iria até ao tribunal militar territorial, sob accusação de indisciplinado, feita pelo tenente Francisco Rodrigues da Costa Baptista.

Durante os exercicios em Atalaya de Alemquer (23 de abril de 1913), o tenente notando o aspirante de brincadeira com os soldados, reprehendeu-o. Resposta desabrida teve e, retrucando-lhe, ainda o aspirante o fazia cahir, n'um encontrão dado em plena formatura.

Levado o acto de indisciplina a juizo militar, o tribunal, reunido (10 de julho de 1914) absolveu o, attendendo ao comportamento anterior, aos bons precedentes como republicano e aos mezes de prisão soffrida.

*

Suppoz-se que a fuzilaria ia continuar, e reorganisado o posto de ataque, fizeram-se para S. Pedro de Alcantara, os primeiros tiros de peça, pelas da linha central, Parque Eduardo VII e a collocada á porta do Quartel de Campolide.

Julgando-se atacados pela artilharia ali disposta, erro que mais tarde se manteve e até em livro (*Da Monarchia á Republica*, pagina 67) para os altos de S. Pedro, foram projectadas algumas granadas.

Breve entrava em foco, a artilharia collocada na embocadura da Rua do Principe.

Mal graduada a alça, o primeiro tiro não chegou ao acampamento, cahindo a 50 metros da sua posição.

Todavia, de roldão se fez o escoamento para as ruas lateraes e Avenida Fontes Pereira de Mello e Braancamp.

Pouca gente se conservou no logar que, antes, de bom grado havia tomado. Além dos nove sargentos, firmes da primeira hora de desanimo, poucos ali se mantiveram.

A barricada ficou, como muitas vezes esteve, em condições da tomadia sem custo. No sitio central, a face olhando a Avenida, estavam além do alferes Brandão e tenente Mauro, o 1.° cabo conductor de artilharia, José Lopes Moleiro e um soldado; actuando com a peça do centro, o 2.° marinheiro artilheiro n.° 4050, Miguel Fernandes e o civil José Callado de Almeida, á peça da esquerda e um grupo de paisanos por detraz das chapas de zinco.

No alto do Parque estavam os sargentos Mathias dos Santos e Francisco Garcia Tereno e o ferrador Bento Vaz.

Defrontando a linha do Thorel, actuava o sargento Ernesto Joaquim Feio.

Junto á parte que deitava para a Avenida Fontes Pereira de Mello, collocara se o 2.° sargento da marinha, Antonio Augusto de Almeida.

D'este informa o tenente Mauro no seu relatorio: (*)

«O 2.° sargento do corpo de marinheiros d'Armada, Antonio Augusto de Almeida, que dirigiu a linha de fogo Avenida Fontes e que comquanto o serviço de artilharia n'este local fosse pouco, esteve e andou debaixo de fogo na noite de 4 para 5, prestando aparte d'isto, outros serviços. Pelo motivo de estar detido no quartel general só lhe foi possivel fazer a sua apresentação na Rotunda em 4 proximo das 7 horas da tarde.»

Na linha de fogo, frente á Penitenciaria, junto á porta de artilharia 1, o 2.° artilheiro da Armada 2692, Cesar Correia.

Frente a Campolide, com o sargento Firmino Augusto da Silva Rego, os chefes civis, Jorge de Carvalho, Manuel Braz Simões, João Gomes Froes Junior e Alfredo Gomes Froes, os 1.os cabos 32 da companhia de telegraphistas da praça, Callixto Morgado, e 25 da 8.ª bateria, Manuel Antonio e servindo de apontador da peça o soldado 18 da 7.ª bateria.

Morgado, teve á victoria ganha, a promoção a 1.° sargento para a guarda republicana.

O tenente Mauro do Carmo, que esteve na linha de fogo da

(*) *O Intransigente* de 7 de Outubro de 1912.

Avenida, manifestou-se no seu relatorio, la elevação a 1.º sargento, dizendo:

«E' actualmente 1.º sargento da guarda republicana e não acho que esta promoção seja compativel com os importantes serviços que prestou e á enorme dedicação que provou pela republica sendo chefe encarregado do posto optico do regimento de artilharia n.º 1, podia com muita facilidade ter feito lograr o movimento pois estava na sua mão ter o antigo governo conhecimento do plano da revolta que soube com a devida antecedencia e por meio do serviço de lanternas com que fazia serviço todas as noites e com o fim especial de terem um meio de communicações no caso de uma revolta inesperada, e que os revoltosos cortassem os fios. Além de se prestar a inutilisar os apparelhos, deu com a devida antecedencia a entrada no quartel a 53 individuos da classe civil e armou-os dento de uma sala do referido posto optico e para com elles conseguir a prisão dos officiaes de artilharia 1. Algumas vezes durante a campanha esteve á testa de uma peça no Parque Eduardo VII.

Não foi alterada porém a cathegoria do premio, succedendo o mesmo ao cabo Manuel Antonio, collocado, no mesmo posto, na guarda republicana, embora o tenente Mauro, para elle propuzesse em 1912, o de 2.º sargento.

N'um dos logares principaes, estava ainda o aspirante de marinha, Adolpho Trindade.

Mais tarde, pelo deputado Innocencio Camacho, era presente á Assembleia Nacional Constituinte, (**) um projecto de lei confirmando as promoções feitas pelo governo provisorio da republica e propondo o grau de cavalleiro de Torre e Espada, com a pensão vitalicia de 150$000 réis ao aspirante Trindade.

A campanha sobre galardões, tudo postergou.

Um dos primeiros a erguer a voz contra as recompensas, foi o deputado José Affonso Palla, e completando esse pensa-

(*) O *Intransigente* de 16 de outubro de 1912.
(**) Sessão n.º 16 de 7 de Julho de 1911.

mento, o major Sá Cardoso, (*) declinando todo e qualquer premio.

Seguiu-se-lhe o deputado Joaquim Ribeiro, fazendo notar que tudo daria a noção falsa de se haver innundado de ouro o paiz á simples proclamação da republica.

Tudo originou o fracasso quasi geral de todas as propostas e Adolpho Trindade, apenas teve depois (abril de 1914) o cargo, de confiança, de governador civil do districto de Angra do Heroismo.

N'outro ponto do campo aberto ao fogo da bateria de Queluz, estava ainda o soldado telephonista de engenheria, Virgilio Maria da Encarnação que, pelo seu valor, teve, á hora dos premios, o posto de 1.º sargento, com retrocesso, no momento das reclamações ao de 2.º sargento, de que pouco gosou, vindo a fallecer em Africa em junho de 1914.

Defficiente era todavia o grupo deffensor do acampamento e até pela fuga dos civis.

O sargento de engenharia Manuel de Oliveira, collocado á peça do lado do Rato, em Valle de Pereiro, tentou oppor-se á sua dispersão.

A fuga, louca, de varios dos soldados e paisanos, continuou, e emquanto uns, empurrando o sargento, procuravam furtar-se ao combate, enveredando pelos arruamentos fóra do acampamento, e se iam esconder nas trazeiras dos predios que o rodeavam, a maioria foi refugiar-se no hospital de sangue.

Houve um compasso de espera e o sargento, annotando que o projectil se não detonára dentro, mas áquem do reducto, julgou o tiro erro de graduação do sargento Mathias dos Santos e, para n'um explicar de situação, trazer aos seus postos os fugitivos, galgou até ao alto do Parque Eduardo VII, onde aquelles se encontravam.

Desfazia se o equivoco.

O ataque partia do principio da Avenida.

(*) Sessão n.º 15 de 4, 6 e 7 de Julho de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte.

O sargento Manuel de Oliveira, sabedor emfim de que a contar estava com um resurgir de hostilidades, rapido voltava ao seu logar, que manteve firme.

O tenente Mauro do Carmo, propunha, no seu relatorio, a promoção ao posto de alferes.

Desfazendo ainda mais as duvidas, uma segunda granada attingia o carro de munições onde se abrigavam alguns dos revoltosos e logo outras iam cahir ao cimo da Rotunda.

Cahiam feridos n'uma perna, o soldado n.º 83 da 3.ª bateria de artilharia, Arsenio Rasteiro, de 21 anos, e com um braço esmigalhado, um civil, João Maria Casaca.

Gritando para que o ajudassem, o soldado só decorridos dez minutos logrou que dois paisanos, até então occultos á esquina da Avenida Braamcamp, o viessem erguer, e conduzir ao local de curativos, repleto de foragidos e onde a custo penetrava.

Ao inicial tratamento, reconhecido grave o ferimento, era transportado para a enfermaria de Santo Antonio do hospital de S. José, d'onde sahiu dias decorridos, á republica feita.

Arsenio Rasteiro, á victoria conseguida, era incluido na lista promoções, como collocado em primeiro cabo.

Incorporando se no numero dos descontentes, sahia do serviço militar, fornecendo depois elementos para o já aqui citado e memoravel discurso do capitão José Affonso Palla, na sessão do Senado de 24 de Janeiro de 1913.

O quarto tiro, que cahira junto do theatro Julia Mendes, evidenciando o proseguir da lucta, não fez voltar aos seus logares, os transviados.

Segundo o 1.º cabo José Martins, a granada que explodiu junto do theatro, foi a primeira, allegação contrariada sob mais veridicas bases pelo alferes Camacho Brandão.

De facto, desculpavel é o erro, visto que José Martins, tendo ido a curativo, regressou apenas ao logar no momento em que o quarto tiro era feito contra a Rotunda.

Apoz este, houve um interregno, curto, cortado logo por outras granadas, visando Campolide.

Desorientadamente, não lhe assignalaram o ponto de par-

tida, quando pelo local de preferencia attingido, relembradas deviam ser as peças de Queluz.

Era a mesma artilharia, do Thorel.

Era Paiva Couceiro, manobrando.

Não descoberto o poiso, as balas da Rotunda, visavam todos os altos, desde S. Pedro de Alcantara á Graça.

Foi alcançada a Calçada do Monte e o largo de egual nome.

Ao hospital de S. José foram mesmo parar algumas granadas, e estabelecendo o alarme na enfermaria de Santa Joanna, tiveram os doentes de ser transportados para outra.

Fazia fogo ininterrupto, embora perdido.

Attingido depois de disparar tres tiros, tinha de deixar a linha, o marinheiro Miguel Fernandes.

A' victoria ganha era lhe proposto, pelo tenente Mauro, o posto de 1.º sargento.

Proseguiu a investida, já pelas peças de linha da Avenida, já pelas do Parque Eduardo VII e Campolide.

Da officialidade, o alferes Camacho Brandão, mantinha inconcebivel serenidade.

Ao lance conseguido, teve proposta para ascender a capitão o que se não consummou, ficando apenas com o louvor pelo acto de auxilio á revolta.

A's constituintes (sessão de 7 de julho de 1911) veio o projecto de concessão do grau de grande official da Ordem de Torre e Espada, com a pensão de 900$000 reis. Um projecto de lei foi tambem apresentado (7 de março de 1912) em camaras pelo deputado Antonio Granjo, arbitrando ao então tenente Alberto Camacho Brandão, «a pensão annual e vitalicia de 1:200$000 livres de todos os descontos pelos serviços relevantes prestados á Republica na manhã de 4 e 5 de outubro.»

Nada seguiu porem, pelas constantes controversias erguidas em volta das recompensas aos revolucionarios.

★

Couceiro, reeditou a orientação dos altos da Penitenciaria e atirou sobre Campolide.

A resposta veio, infructifera todavia, por se não ter assignalado o local d'onde partira o ataque.

Depois, a peça do Thorel visou o Parque Eduardo VII.

Este, egualmente mal guarnecido estava.

O 1.º sargento Francisco Garcia Tereno, apenas tinha junto de si um quarteleiro dos serventes da 6.ª bateria, quando de seis auxiliares precisava.

Muitos mais tivera, mas haviam procurado refugio nas trazeiras dos predios que envolviam a Praça Marquez de Pombal.

Comtudo retorquiu ao cartel de desafio.

Acceite pelo chefe das baterias de Queluz, sobre o Parque imperou o mais forte do tiroteio, ficando em parte livre a Rotunda, ou linha principal, onde estava o tenente Mauro, que informou (*) assim da situação da gente ali existente:

«No combate principal, isto é, durante o grande ataque que o inimigo nos fizéra em 5 de madrugada estive como já disse á testa da principal linha de fogo, e ahi reconheci não ser preciso ordem alguma *excitante* por que o desejo dos nossos *demonstrou-se* bem e instruia *apenas* sobre a maneira como haviam de proceder.»

Vendo que o local das attenções do inimigo era o Parque, Machado Santos, a cavallo, transpunha o espaço que d'ali o separava e corria para junto da peça de Garcia Tereno, alvo primacial das granadas do Thorel.

Isso forçou ao seu deslocamento, ficando mais recuada e inclinada á direita, acto levado a effeito com a ajuda de um civil que se decidiu a tomar parte no trabalho, a despeito de a embriaguez lhe perturbar os sentidos. (**)

O gado e soldados estavam abrigados em covas feitas na terra.

N'uma rampa, cavada a pique, da altura de 4 metros e a 5 de distancia da metralhadora, recolhera-se victima de contusão, o tenente de caçadores 6, Antonio Pires Pereira Junior.

O commissario naval, surgindo, a cavallo, no ponto mais as-

(*) *O Intransigente* de 10 de Outubro de 1910.

(**) Cita o caso o 1.º sargento Gonzaga Pinto, a pagina 63 do seu Relatario.

sediado, offerecia grande alvo. Assim o comprehendeu o sargento Tereno, gritando-lhe a conveniencia de desmontar ou de se retirar.

Machado Santos, expunha-se temerariamente, ao ponto de quasi ser intimado a procurar abrigo.

Apoz ligeiras hesitações e vendo o tenente Pires Pereira, ia junto do seu refugio transmittir-lhe as impressões d'esse novo transe.

Isso serviu, mais tarde, á hora das questões sobre heroicidades, para a segunda parte da campanha contra o chefe da Rotunda. A primeira, consistiu, como já vimos, nas accusações de haver querido desertar do local perigoso.

A outra visou a sua attitude no instante do ultimo incidente com a bateria de Queluz.

Machado Santos, teve a arguição de permanecer n'uma cova, durante o ataque do Thorel.

Reproduziu o sargento Gonzaga Pinto, no seu relatorio, (paginas 64-66) o testemunho, n'esse sentido, do clarim 22 da 5.ª bateria, Ernesto Armando de Albuquerque, do clarim 5, da 1.ª bateria, promovido depois a contra-mestre de clarins da guarda republicana, Raul de Figueiredo, do ferrador 22 da 2.ª bateria, Bento Vaz e do clarim n.º 7 da 5.ª bateria, depois premiado com o posto de mestre de clarins da mesma guarda, Arnaldo Augusto Quintas. D'este viria ainda o seguinte documento: (*)

«Mais uma vez venho pedir um cantinho do seu muito acreditado jornal por causa de uma carta que foi publicada no *Mundo* do dia 24 do corrente e que tinha a data de 23 e que diz o seguinte: «Affirmo e juro que pelas 10 horas da manhã do dia 4 de outubro estando na Rotunda, o sr. Machado dos Santos dirigiu-se a mim e disse-me: Rapaz, isto é uma causa perdida e quem se quizer ir embora pode ir, que não ha salvação; ao que eu respondi: d'aqui ninguem arreda pé, ou a vida ou a morte». Pois tudo isto é falso; porque nada d'isto declarei. Agora simplesmente o que declarei, foi que tinha visto o sr. Macha-

(*) *Memorias da Revolução* — Relatorio do sargento revolucionario de artilharia 1, Gonzaga Pinto. Pagina 93.

do dos Santos n'uma cova, porque o sargento Tereno, hoje tenente da guarda republicana o tinha mandado retirar por estar a servir de alvo á bateria de Queluz por estar a cavallo. Agradecendo a V. Ex.ª a publicação d'esta carta, me subscrevo — *Arnaldo Augusto Quintas*, mestre de clarins da guarda republicana, 25-2-911». (*)

Dada foi esta carta como apocrypha, vindo á imprensa o desmentido (**) assim exposto:

«Declaro que em seguida á publicação do jornal *O Mundo*, relativa ao procedimento do sr. Machado dos Santos na Rotunda, este senhor chamou-me a sua casa e propoz-me que eu me retratasse do meu juramento; declarei-lhe terminantemente que não praticava tal infamia; só dizia a verdade e mais nada. E em seguida retirei-me de sua casa. Mais tarde soube pelo meu camarada, contra-mestre de clarins, Raul do Figueiredo, que tinha escripto no *Mundo* uma carta assignada por mim, desmentindo o meu juramento. Ora isto é falso, eu não escrevi essa carta. E se no tempo competente a tivesse visto, tinha-a desmentido immediatamente no jornal *O Mundo*. Intimo quem quer que seja a conferir a lettra d'esta carta que foi publicada no *Mundo* e ver-se ha immediatamente a mentira de tanta trapalhice. Rectifico escreveram em meu nome a carta de que não fui sabedor. — *Arnaldo Augusto Quintas*, promovido por distinção a mestre de clarins da guarda republicana».

Já n'essa hora de apoz victoria, Machado Santos, se podia considerar derrubado do pedestal de gloria formado na Rotunda.

O exaspero de uma situação nova, rodeou-o de inimigos e a carta, indo pela negativa de Arnaldo Quintas, obra foi de mysterioso accirrador da campanha contra o chefe da Rotunda.

Mas não valia a pena o empenho de quebrar a affirmativa quanto á recolhida na cova, por intimativa do sargento Tereno, quando este, parecendo accusar Machado Santos, lhe salienta um certo desprendimento, nas linhas de uma outra carta: (**)

Vejamos o testemunho principal, accusador, do sargento

(*) Obra e pagina citada.
(**) Obra citada. Pagina 66.

Garcia Tereno, incluido no *Relatorio* do 1.º sargento Gonzaga Pinto, pagina 66:

«Declaro que estive a commandar uma secção no alto do Parque Eduardo VII, sobre uma esplanada na extensão de 200 metros á frente da Feira de Agosto. A' rectaguarda da secção de uns dez metros de distancia, havia um corte de terreno, a prumo, de altura superior a seis metros. Na manhã de 5, a artilharia monarchica, collocada no Pateo do Thorel, debaixo do commando do capitão Couceiro, começou a bater a minha secção que foi batida com grande intensidade. E eu tive de retirar a secção para o que me ajudou um individuo da classe civil que ali estava proximo quando esta e a artilharia parou com o movimento. N'esta occasião chegou ás terras o sr. Machado dos Santos, montado n'um cavallo. Na mesma occasião rompeu o fogo inimigo, bradei-lhe que se atirasse do cavallo abaixo ou apressasse o andamento; que viesse para aqui ou se escondesse. Respondeu me que me não importasse com elle e em seguida apeou-se do cavallo e sentou-se no alto das terras ao pé d'um sujeito que ali estava cahido e que antes nos ajudou a retirar a secção. Tornei a dizer ao sr. Machado dos Santos:

«— Tire-se d'ahi: venha para aqui ou para a cova!

«Já então se encontrava ali o sr. tenente de caçadores 6, que julgo se chamava Pereira. O sr. Machado dos Santos, meneou a cabeça e foi para junto do tenente e lá esteve até terminar o fogo. No momento em que estavamos sendo fortemente batidos, o ferrador Bento Vaz ajudou-me ao serviço e disse-me:

«— Que lhe parece, meu sargento, aquelles figurões lá em baixo escondidos e nós aqui estoirando com trabalho e ellas a zunirem aos ouvidos!

«Eu sorri-me e disse lhe:

«— Que se lhes ha de fazer é continuar e mais nada e dá cá granadas.

«Quando a artilharia inimiga nos batia com grande força ouvi uma voz dizer: Faça alto fogo! Eu parei por um momento e pensei. Por fim disse: Bolas! Eu tambem mando e continuei o fogo. Esta voz foi dada pelo tenente de caçadores, julgo eu. Continuei o fogo e em seguida deu outra voz semelhante e eu

não obedeci e continuei até calar o fogo inimigo. Sahiram da cova depois de terminar o fogo».

Tereno, um dos nove sargentos da Rotunda e que em grupo photographico figura com Machado Santos, no relatorio d'este, no mesmo apparece mencionado como um bravo e eximio atirador.

Foi elle todavia com o sargento Mathias dos Santos o unico que, desligando-se do nucleo amigo que os nove haviam formado em roda de Machado Santos, veio auxiliar a campanha contraria ao chefe da Rotunda.

Os dois deffensores do Parque Eduardo VII, em elementos adversos a Machado Santos se tornaram, e ao encerrar da campanha, o sargento Mathias não desdenhou iniciar as hostilidades em lance energico, onde, de pistola em punho, formulou a ameaça de se transformar de republicano em anarchista pratico. (*)

Não formula comtudo violentas accusações, o documento de Garcia Tereno e antes se evidencia uma pressão exercida para que o commissario naval não fosse victima do ousado passo de marcha até ao ponto de reconhecido perigo.

O ferrador Bento Vaz, assignala no seu libello:

«O ataque da artilharia inimiga, na manhã de 5, collocada no pateo do Thorel, não foi á Rotunda, mas sim ás tres peças que estavam no alto do Parque Eduardo VII.»

Deduz-se pois que, Machado Santos, estando na Rotunda, local não visado, querendo eximir-se a contingencias, lhe bastaria manter-se ali, não seguindo até ao Parque, batido pelas peças de Paiva Couceiro e junto da de Tereno, segundo o referido Bento Vaz, «tão atacada pelo inimigo que o pó desenvolvido pela queda dos projecteis no terreno a envolvia completamente.»

Pouco antes se dera ainda um facto, citado (**) pelo revolucionario José Dias dos Santos, um dos assaltantes do quartel de

(*) Vide o 3.º volume d'esta obra, pagina 766.
(**) *O Intransigente* de 5 de Outubro de 1911.

infantaria 16, e que tiraria o commissario naval de collisões, se elle o tivesse querido aproveitar.

N'essa madrugada, feito de novo o terror, um popular approximou-se de Machado Santos, por entre o fogo que se cruzava e disse-lhe:

— «Tem feito mais do que era possivel fazer, tenho visto tudo. Mas d'aqui a pouco estará tudo perdido. Não pode haver esperanças. Com certeza não tem dinheiro para tratar de fugir. Aqui estão 200.000 réis e se precizar de um cumplice para o ajudar na fuga, para o ajudar a salvar a cabeça, conte comigo!.. »

E depois, reavivada a lucta, sumiu-se na linha de fogo.

O chefe da Rotunda não utilisou essa nova occasião de se eximir a responsabilidades, o que basta para enfileirar o caso succedido durante o ataque das baterias, no numero das conveniencias occasionaes.

Machado Santos mesmo, não occulta a recolhida, expondo-a (*) claramente e quasi ao mesmo tempo da publicação do relatorio de Gonzaga Pinto (fevereiro de 1911):

«As peças collocadas no alto da feira tiveram de mudar de posição, e Pires Pereira alvitrou que era melhor não responder ao fogo; condescendi; os soldados e o gado abrigaram-se todos nas covas e eu fui conferenciar com Pires Pereira, que tinha soffrido uma ligeira contusão e que tambem buscára um abrigo. Disse-lhe que, apesar dos successos do dia e noite anterior, a nossa situação era angustiosa por se não ter effectuado ainda o desembarque dos marinheiros e que ia ordenar que se recomeçasse o fogo para tentar desalojar a artilharia inimiga do Thorel e da praça dos Restauradores, para não desmoralisar os nossos soldados. Assim se fez e immediatamente as nossas baterias romperam de novo o fogo, obrigando o inimigo a calar o seu. Firmino Rego, Mathias dos Santos e Garcia Tereno mais uma vez se evidenciaram pela coragem e sangue frio que mostravam, sustentando no alto da feira este renhido combate.»

Machado Santos, comprehendendo que, a cavallo e com a

(*) Relatorio — Pagina 87.

sua farda, de dragonas, chamava para ali especiaes attenções, desmontou e foi junto do tenente Pires Pereira, expôr-lhe a pouco risonha situação.

Contrariamente aos planos feitos, a armada não havia effectuado o desembarque, e as forças do Rocio decerto se preparavam para o lance final, rasgando caminho a artilharia.

Cumpria, acatando o destino no seu desideratum, effectuar uma resistencia tenaz.

O tiroteio seguiu, impetuoso.

Comprehendeu-se a inefficacia da resposta e deliberou-se cessar fogo, poupando munições, só empregadas quando o inimigo se propuzesse ao assalto a descoberto.

A proposta, pelo tenente Pires Pereira para que se não respondesse ás granadas teve um curto retrahimento.

Era já abdicar.

O commissario naval, condescendeu, no pensamento decerto de renovar o duello ao approximar dos contrarios offerecendo desassombrado campo aos effeitos mortiferos da artilharia da Rotunda.

Mas, se elle acceitou o alvitre, os sargentos Tereno e Mathias dos Santos, apoz ligeira obediencia ao mandado, optavam pelo proseguir da contenda e novos tiros se fizeram para todos os pontos d'onde se julgavam alvejados.

Sem descanço, o 2.º artilheiro naval n.º 4050, Miguel Fernandes, encarregou-se de despejar granadas sobre o Thorel, indifferente ao rebentar das que d'aquelle alto desciam ao acampamento.

Da linha de fogo feito á Penitenciaria, junto ao portão de artilharia 1 secundava-o o 2.º artilheiro da armada n.º 2692, Carlos Correia.

Mencionou-os assim o tenente Mauro do Carmo, no seu Relatorio, propondo, para o primeiro, o posto de 1.º sargento e para o segundo, o de 2.º sargento ou o cargo de continuo em secretaria do estado:

«2.º artilheiro Miguel Fernandes — Esteve á testa da peça do lado oriental da linha de fogo frente á Avenida desde 4 até 6 mantendo um fogo vivo no maior ataque da madrugada de 5,

e não temendo o fogo do inimigo do qual as balas passavam junto de si. Mostrou a maior coragem e valor militar. Conserva se no posto que tinha. E' esperto, intelligente e fiel á Republica. (*)

«2.° artilheiro Carlos Correia — Prestou varios serviços durante a campanha e esteve na linha de fogo frente á Penitenciaria, porta do quartel, até 5. Coadjuvou o serviço de policia por algumas vezes dentro e fóra do acampamento, mas proximo d'elle. Esteve tambem debaixo de fogo e é merecedor d'esta recompensa; e prestará bom serviço entre os individuos com quem fôr lidar. E' de confiança e muito conveniente a sua collocação como proponho.» (**)

A situação não foi alterada.

Mantendo o combate, viram de subito os paladinos da causa democratica uma subita interrupção da parte dos contrarios.

Reanimaram se, prevista já uma alcançada victoria.

Proseguiram pois, para coroar esse sonho, tanto mais soberbo quanto registado apenas havia sido duzia e meia de tiros.

Debalde aguardaram novo ripostar.

O fogo de baixo e do Thorel terminára.

Já sabemos os motivos.

A ordem de cessar hostilidades, pelo plano machiavelico a que servira de instrumento, sem o saber, o delegado da Allemanha.

Mal interpretado foi o facto.

Presumia se (***) victoria alcançada pelo ataque da rebeldia.

A phantasia imperava no cerebro dos revoltados.

Que seria d'estes, se se tivesse deixado manobrar, á vontade, os dedicados á realeza e se o entrave á revolta não fosse, em maioria, um simulacro?...

(*) *O Intransigente* de 16 de Outubro de 1912.
(**) *O Intransigente* de 17 de Outubro de 1912.
(***) Relatorio de Machado Santos, trecho atraz citado.

Derrubando mesmo a visão d'um gigantesco reprimir do movimento, alguns rebeldes não hesitaram em carregar as tintas no quadro de inercia dos adversos, de apparencia, pois a soldadesca pouco disposta se encontrava, mercê de diverso incitamento, a conceder auxilio á monarchia.

Reproduz esse sentir o sargento José Martins. (*)

«A partir d'este momento (o ataque da cavallaria da municipal) nunca mais a Rotunda foi atacada por forças regulares. Os tiros da Rua do Principe, pela artilharia inimiga, o mais baixo, deu na feira de agosto, no theatro de Julia Mendes. Eu encontrei-me sempre na rua Central da Rotunda, até ser proclamada a Republica, como apontador de peça que bateu o centro da Avenida.»

Ainda o ferrador Bento Vaz, promovido, á victoria feita, a mestre de ferradores da guarda republicana, assignalava que apoz a tentativa de 4 pela guarda municipal, «nunca mais as peças que estavam na Rotunda foram atacadas por artilharia.»

O erro é flagrante, evidenciando-o os ataques pela bateria de Queluz, senão propria e especialmente á Rotunda aos pontos que com ella se ligavam.

Todavia, serve para assignalar, com a reproducção do pensamento de a repressão não haver correspondido á presumida violencia, um vislumbre, para muitos, de affastamento do local onde a artilharia se não radicou effeitos, foi pelo travão imposto sempre nos instantes em que a obra repressora ameaçava ganhar terreno.

O derradeiro,—e talvez derradeiro, porque o destino julgasse prescindivel mais inutil esgrimir com os seus dictames,—surgiu no alto do Thorel, pelo rescripto do commando da divisão, procurando o cessar de hostilidades quando tudo exigia o seu proseguir. Que o acaso os estava a servir, ignoravam os rebeldes.

Mixto de surpreza e de receio, de alegria e de pavor, foi o approximar de um parlamentario, a todo o galope, e quando a peça da direcção do sargento Manuel de Oliveira disparava o seu quinto tiro.

(*) Relatorio do 1.° sargento Gonzaga Pinto — Pagina 52.

Se muitos entreviram o fim, por um *ultimatum*, n'alguns transluziu a esperança d'um armisticio, por perdida contra corrente ao ideal da Republica.

Venceram estes, porque os outros sonhadores eram, envoltos em pesadello, quando lhes sorria o todo de uma gloria, mais coroando tenacidades, a sciencia de saber esperar, do que lances onde Mavorte audaz surgisse. . .

*

* *

Havendo caducado o tiroteio, com curiosidade se aguardou o conhecimento da missão que até ali levára o emissario, escoltado, a cavallo, por uma ordenança com bandeira branca e por um clarim.

Do acampamento foi visto e como estrangeiro teve entrada franca.

Era o encarregado dos negocios da Allemanha, que na sua lingua, sollicitava um armisticio.

Não comprehendido pelos populares iam estes chamar o sargento Manuel de Oliveira, que pouco mais logrou. Disse se a entrevista objecto de acalorada discussão, onde não houve distincções de cathegorias.

Affirma o o revolucionario Manuel Ambrozio de Souza:

«Na quarta feira de manhã, Machado Santos recebeu uma carta d'uma legação estrangeira pedindo-lhe um armisticio de horas. Este facto deu origem a uma acalorada discussão em que tomaram parte tanto elementos da classe civil como da classe militar».

Era certo.

Manuel de Oliveira, conduzindo o delegado germanico para dentro do acampamento, e pensando em qualquer anormalidade que assumisse fóros de ardil monarchico, deu tempo á chegada do tenente Mauro do Carmo e outros, mantidos em controversia sobre as intenções do estrangeiro.

N'essa altura surgiu o commissario naval, a quem como chefe do campo rebelde, evidenciado pelas deferencias dos outros, se

dirigiu, em francez, o delegado allemão. Machado Santos, chamava para junto de si o capitão tenente Lucio Serejo e o engenheiro Antonio Maria da Silva.

O representante germanico apresentava uma carta do general Manuel Raphael Gorjão, reiterando o pedido de armisticio feito para o embarque dos subditos de Guilherme II.

O commandante da Rotunda, pouco crente n'essa maravilha do accaso que o ia favorecer, e desconfiando tambem, pela opinião geral, de um ardil monarchico, começou por apoderar-se da escolta do negociador diplomatico, emquanto commettia ao engenheiro o encargo de attender o intermediario, sob a pittoresca phrase historica:

— O' Silva, faze tu de ministro dos negocios estrangeiros da Avenida! Eu tomo a responsabilidade.

Antonio Maria da Silva, seria, á victoria obtida, premiado com o cargo de administrador geral dos correios e telegraphos pela aposentação dada ao respectivo director geral, conselheiro Alfredo Pereira.

Nasceu a escolha da ordem de trabalhos confiados ao engenheiro no mallogrado movimento de 1908: o delinear do mappa dos córtes das linhas telegraphicas e telephonicas.

Era premio aos seus serviços revolucionarios, que assim appareceram descriptos: (*)

«Este deputado tomou uma parte activa na preparação do malogrado movimento revolucionario de 28 de janeiro de 1908. Convidado por Antonio José d'Almeida, actual ministro do Interior, o engenheiro Antonio Maria da Silva encarregou-se do serviço de telephones e telegraphos do Estado tanto civis como militares marcando n'elle os córtes que julgou indispensaveis. Todos os revolucionarios que tiveram conhecimento d'este trabalho o applaudiram. Foi ainda incumbido por Antonio José d'Almeida da inspecção da *Artilharia Civil que ficou á sua guarda* e dos commerciantes Neves e Martins Cardoso. A officina ou *laboratorio* ficou estabelecida na Calçada de S. Fran-

---

(*) *As Constituintes de 1911.*

cisco. Foi ainda o deputado Antonio Maria da Silva quem estabeleceu o plano de ataque aos quarteis da guarda municipal nomeando os grupos, instruindo-os, levantando plantas, etc. Para chefe d'um d'esses grupos, destinado a assaltar o quartel dos Loyos, o deputado Silva havia escolhido o regicida Alfredo Costa, que tinha por auxiliar a Buiça. Tendo-se dado a celebre fuga de Aquilino Ribeiro da esquadra do Caminho Novo, caso então muito fallado, o engenheiro Silva esteve sempre ao facto das diligencias que o governo de João Franco fizera para recapturar o fugitivo por intermedio de Annibal Lameiras, da estação telegraphica Central de Lisboa. Em 28 de Janeiro o engenheiro Antonio Maria da Silva e o professor Ferrão distribuiram armamento e bombas aos revolucionarios, que trabalhavam muito perto do quartel do Carmo, n'uma pequena loja de funilaria da Calçada do Sacramento — Em 1908 foi iniciado na *Loja Solidariedade do Gremio Luzitano* á qual pertenciam já o deputado José Carlos da Maia, official de marinha, e Trindade Coelho. Em setembro do mesmo anno entrou com Machado Santos para a *Carbonaria portugueza*, sendo eleito pela *Venda Joven Portugal*, para fazer parte do *comité* a *Alta Venda*, datando d'essa epoca os trabalhos mais importantes e activos da aggremiação. As ramificações da *carbonaria* que nos jornaes passaram a ser designadas por *Associações secretas* espalharam se pelo paiz. Nada lhes era occulto: desde os segredos regimentaes, instrucções confidenciaes, até mesmo algumas do Estado Maior. Começou depois o trabalho na provincia estabelecendo muitos nucleos carbonarios. Depois do celebre *caso de Cascaes* a policia de Lisboa que já conhecia Luz d'Almeida, quiz prendel-o, não o conseguindo porque o engenheiro Silva o foi buscar ás duas horas da madrugada, obrigando-o quasi a homisiar-se. Na noite de segunda-feira de carnaval de 1910 um automovel levou-o á fronteira, sendo o deputado Antonio Maria da Silva, Americo Pinheiro e Pinharanda dos que mais trabalharam para a evasão de Luz d'Almeida. O deputado engenheiro Antonio Maria da Silva, Candido dos Reis, Miguel Bombarda, Machado Santos, Simões Raposo, Monteiro Cardoso e José Cordeiro Junior, este ultimo tambem deputado ás Constituintes,

pertenceram á junta revolucionaria que iniciou o movimento de 5 de outubro.»

Mais tarde ainda, e já então fortemente ironisada (*) a sua acção como dirigente da revolta iria a ministro do fomento em gabinete da presidencia do dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães, abandonando a pasta á celebre questão conhecida pelo nome das *Aguas de Rodam*, ou fosse a concessão de umas quedas de agua em Rodam, requerida em tempos monarchicos, mas dada em epocha de republica, e quando do privilegio e mesmo por lei se não devia utilisar, visto estar sob a alçada do artigo 21.° da Constituição da Republica, que prohibia a deputados e senadores, o estado de concessionarios ou socios de firmas contractadoras de concessões.

D'ahi a annullação do decreto de 23 de Março de 1914.

Já a esse tempo, Antonio Maria da Silva, tivera, por republicanos, uma manifestação de desagrado á sahida das camaras, (**) n'um reproduzir quasi de antigas scenas que a democracia fez resurgir (***) á hora de flagrantes desintelligencias:

«Enoja mais que revolta a estupida porcaria. Faz pena vêr que homens que a Republica levantou offereçam espectaculos que monarchicos não deram. O sr. Antonio Maria da Silva que antes de ser republicano, foi um triste administrador do concelho monarchico em Redondo, de onde teve que sahir protegido pela força militar, fez resuscitar os seus defeitos como administrador geral dos correios e telegraphos. E' lastima. Melhor fôra que em vez de ordenar ou sanccionar porcarias taes, promovesse acudir á desorganisação e decadencia em que dia a dia vem cahindo o serviço de correios e telegraphos com vergonha para a Republica. Bem melhor fôra!»

O caso de Redondo, foi o seguinte: (****)

Estando no poder o partido regenerador, da chefia do con-

(*) Opusculo de Celestino Steffanina *Subsidios para a historia da revolução de 5 de Outubro de 1910*. Citado a pagina 503 do 3.° volume d'esta obra.

(**) *A Republica* de 19 de Junho de 1914.

(***) *O Mundo* de 17 de Setembro de 1912.

(****) Descripto na *Vanguarda* e no *Dia* de 18 de Junho de 1914.

selheiro Hintze Ribeiro, realisavam-se a 27 de janeiro de 1901, as eleições de deputados, e vencido o partido na primeira assembleia do circulo de Evora, procurada foi a compensação no concelho de Redondo, feudo progressista.

De arte em arte, operou-se uma substituição de listas progressistas pelas regeneradoras, mercê de um arrombamento das urnas. Voltaram se os eleitores de Redondo contra o administrador do concelho, o qual, ao tumulto, com casas apedrejadas, tiros e cargas de infantaria, teve de procurar refugio entre praças de lanceiros 1, até Evora, emquanto no logar era substituido pelo major Oliveira Mascarenhas.

Annullado o acto eleitoral, era processada a auctoridade administrativa, á qual valeu o conselheiro Hintze Ribeiro, com o decreto seguinte:

«Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes, por certidão, os autos do corpo de delicto processados pelos cartorios do primeiro e do segundo officio do competente juizo de direito, contra o administrador, que foi, do concelho de Redondo, Antonio Maria da Siva, e o seu delegado na respectiva assembleia eleitoral, por lhes serem imputados diversos actos e violencias offensivas das pessoas e dos direitos dos eleitores por occasião da eleição a que n'aquella villa se procedia em 27 de janeiro de 1901; vistas as informações do Governador Civil do districto de Evora e o accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de julho do mesmo anno. Ha por bem denegar, nos termos do artigo 434 do Codigo Administrativo a precisa auctorisação para o seguimento dos sobreditos processos. Paço, em 13 de janeiro de 1902. — Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.»

Quando voltou a Redondo, desde logo a população se apressou de novo para renovar o seu protesto, que, devido ao então administrador Santos Rosado, se limitou a apupos e assobios, no largo do Calvario, como fecho dos actos eleiçoeiros de 1901, em favor dos partidaristas de Hintze, o mais ferrenho dos monarchicos, actos atirados de novo para a publicidade, republica feita, pelos correligionarios do engenheiro Silva.

Nas horas de embaraço do campo rebelde, não se evocou todavia o antigo monarchico, mas apenas o chefe da carbonaria,

o rachador sequioso de derrubar a arvore symbolica da realeza de Portugal.

Assumiu ali as funcções honorificas de ministro dos estrangeiros da Rotunda, integrando-se na personalidade pela attenção dispensada ao emissario allemão, portador da missiva do commando superior das forças monarchicas.

O sollicitar de um interregno de sessenta minutos para a sahida das familias estrangeiras, causou extranheza, e até pela demora pedida que Machado Santos percebeu curta para a ideia a executar.

De novo se lembrou de um subterfugio e que o acto só directamente podia servir á causa monarchica, facultando-lhe exhortações junto do exercito semi-convencido a favor da democracia, e o artificio de se allegar a paz na Rotunda como producto de uma derrota.

Não seria de todo descabido o pensamento, se attendermos a que na guerra, todos os ardis valem.

Mas, em baixo, em S. Domingos, ninguem se lembrava de sacrificios em proveito da realeza.

A Allemanha, serviu até, sem saber, para o accelerar da victoria, que derrubou o throno de Portugal.

Presumindo mais dos seus deffensores, de que elles pelo ideal se interessavam, e desconhecendo ainda quanto succedia no Rocio, Machado Santos, recusou o interregno nas hostilidades, declarando que, sendo a força do seu lado, a divisão monarchica que se rendesse.

Pelo encarregado germanico, houve a resposta secca, de ultimatum, de que não ia discutir razões de força, e que se a recusa persistisse a Allemanha mais efficazmente decidiria da contenda . . .

Era a arrogancia do imperio de Guilherme II, a transparecer n'uma ameaça de violencia.

Essa attitude passou ao estrangeiro, que a descreveu nos seguintes termos: (*)

(*) *Como cae un trono — La revolucion en Portugal*, por Augusto Vivero y Antonio de la Villa — Pagína 148.

«N'isto — são 8 e meia — avança pela Praça dos Restauradores e Avenida, um individuo a cavallo Acompanha-o um soldado arvorando uma bandeira branca. Que será? Render-se-hão as tropas leaes? Não. E' o encarregado dos Negocios da Allemanha que traz uma carta do commandante da divisão, annunciando que havia concedido uma hora de armisticio para que possam embarcar os subditos allemães. Machado dos Santos recusa o armisticio A força está do seu lado e o general deve render-se. Porém o diplomata protesta energicamente, affirmando que nada tem que ver com uns nem com outros e que se se lhe nega o armisticio, a Allemanha exercerá a sua intervenção. Ante isso cede o chefe revolucionario e emmudecem as armas. Já não volverão a troar»

Antonio Maria da Silva, poz termo ao conflicto a esboçar se aconselhando prudencia ao commissario naval que, determinando de novo ao engenheiro a investidura em intermediario diplomatico, lhe indicava o seguir da conversa, de modo a dar-lhe tempo para analysar a situação.

A perspectiva animante trazida pelo delegado allemão, rasgou-lhe horisontes de esperança.

As peças visavam, para bombardeio, o quartel do Carmo, e e o Castello, séde de caçadores 5.

Pelos soldados da escolta, soube o estado de animo das praças estacionantes no Rocio.

Teve relato de haver sido arvorada bandeira branca, de armisticio e que o povo julgava de transigencia.

Era inutil abrir scisões, demais com plano feito.

Os revolucionarios portuguezes iam aproveitar, com bom exito, a especie de ponte offerecida pela Allemanha, attitude que mais tarde a França, sua eterna inimiga, acclararia com palavras do senador Gaudin, trazidas á publicidade no telegramma seguinte (6 de abril de 1911):

«Paris, 6 — O senador Gaudin de Vilaine, discursando no senado sobre politica exterior, referiu se a Portugal, por forma tal que merece referencia. E' que o sr. Gaudin descobriu uma razão da queda da monarchia portugueza em que até agora ninguem sonhára. Segundo o illustre senador, essa monarchia caiu,

simplesmente, por influencia da Allemanha, que de bom grado não podia vêr reinar em Portugal uma dynastia *franceza pelo coração e ingleza por interesse.* Não admira, porém, que o sr. Gaudin manifestasse no senado tão extravagante opinião, pois que este senhor senador é monarchico e, por conveniencias da sua politica, vê sempre, em todas as relações da França com o estrangeiro, o perigo allemão. Assim, é que a queda, na Hespanha, do gabinete Maura, que o sr. Gaudin diz que é um grande amigo de França, e que os hespanhoes consideram como o mais reaccionario possivel, tambem foi devida ás mesmas influencias da Allemanha. E ainda a má situação em que actualmente se encontra o bispo de Beyrouth não tem por causa senão o facto de aquelle bispo ser o chefe dos maronitas, os quaes são tambem muito amigos de França. Tudo isto disse o sr. Gaudin de Vilaine no senado francez, na sessão de hoje, quando, interpellando o governo sobre o estado das relações diplomaticas da França, pretendeu fazer o processo do regimen republicano, o qual, bem se vê, não é muito das suas sympathias».

Essas insinuações, de ha muito feitas, contribuiram talvez para que a Allemanha, repudiando o proclamado auxilio, em pratica puzesse um acto logo trazido a publico.

Segundo boatos, Guilherme II, manifestára desejos de ser eliminado de commandante honorario do regimento n.º 4, de cavallaria, e certo é que passando em 27 de Janeiro de 1913 o anniversario natalicio do imperador, já n'aquelle quartel se não realisou a habitual festa.

Obedecendo ás resoluções do breve conselho effectuado, o engenheiro redigiu, á pressa, uma já a esse tempo desnecessaria annuencia ás pedidas treguas, assignada por Machado Santos, mesmo a cavallo.

Começariam ás 8 horas e tres quartos, (*) vindo o praso a terminar ás 9 e tres quartos. Como condição o commissario naval frisava que, emquanto durasse a paz, considerava caminho aberto para as tropas realistas que quizessem adherir. Visava o acto con-

(*) Hora do Relatorio de Machado Santos, a pagina 89.

dicional a auxiliar a reunião dos marinheiros, prestes a desembarcar, ás forças da Rotunda.

O negociador diplomatico, protestou apenas desejar o armisticio, sem restricções, mas como o commissario naval allegasse só assim o conceder, para garantir a sua superioridade, retirava, mas não sem a pergunta pelos soldados da sua escolta.

Deram-se como enfileirados no corpo rebelde e em troca, de guardas serviram dois populares a cavallo.

O diplomata retirava, sob despedida cortez e não sob a phantastica e irrisoria intimativa que o tenente Mauro do Carmo esboça no seu relatorio: (*)

«Apresentou-se na Rotunda munido de uma carta um ministro allemão, na qual se sollicitava a sua permanencia durante uma hora na Rotunda. Por deliberação tomado por *mim* e Machado Santos, foi mandado regressar ao quartel general. E o mesmo lhe aconteceria se eu n'essa occasião estivesse só. . .»

Não assenta sobre base alguma o *ultimatum* a que nem sequer fazem menção nenhum dos assistentes ao colloquio com o delegado estrangeiro, que se teve tal intimação, decerto feita fôra em idioma luso, não comprehendido pelo intimado.

O facto, ficou todavia compensado, pois por seu turno, não comprehendeu o tenente o exigido pelo encarregado de negocios, querendo, não «a sua permanencia durante uma hora na Rotunda» mas «um armisticio de uma hora afim de que os estrangeiros residentes em Lisboa pudessem embarcar».

Assim o dizia o texto da carta aliás, *declaração*, entregue pelo delegado germanico ao commissario naval Machado Santos, e que já vamos transcrever.

Logo que o negociador do armisticio se poz a caminho do quartel general, o commandante da Rotunda, resolvia aproveitar essa occasião, talvez unica, de derrubar, de um golpe, todas as impossibilidades de avanço.

De novo fazia aviso ao dr. Malva do Valle, para que apressasse a victoria, antes mesmo de começar o armisticio.

(*) *Elementos para a historia.* — *O Intransigente* de 10 de outubro de 1912.

A's 8 e 35, isto é, faltando 10 minutos para a entrada na suspensão de hostilidades, o commissario naval, com o revolucionario Americo de Oliveira e povo marchava sobre o Rocio, deixando a Rotunda entregue aos outros chefes, exceptuando o tenente Pires Pereira, recolhendo a casa por aggravamento de contusões soffridas.

A's questiunculas sobre premios, nada, como os outros, obteve, sendo ainda tenente, a quatro annos da republica feita.

Apenas teve a proposta para a concessão do grande officialato da Torre e Espada, com pensão annual de 900$000 réis, (Sessão das Constituintes de 7 de Julho de 1911). Mas nem isso logrou, no collossal brado feito contra galardões, dos quaes só beneficiaram a gente da marinha e os sargentos do exercito.

Machado Santos, a poucos passos dados, era surprehendido com os gritos ensurdecedores de acclamação á republica.

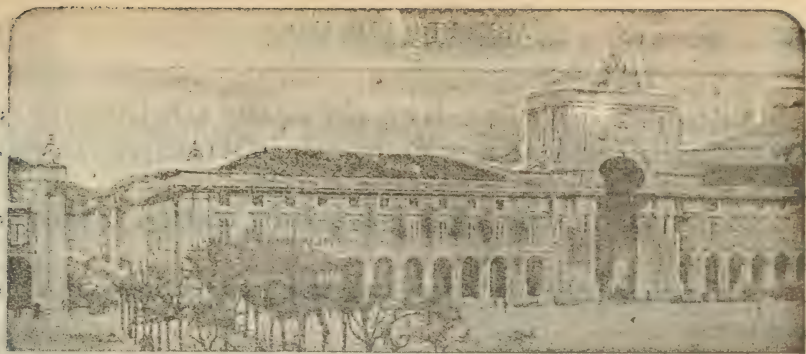
Era a victoria.

Da Rotunda veio egualmente o echo de saudações enthusiasticas.

Pelas Portas de Santo Antão, galgando a S. José e d'ahi por Santa Martha, até ao acampamento fôra, um soldado de cavallaria, agitando um lençol, como symbolo de paz.

Era outro emissario, d'essa vez do general Antonio do Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, participando estar ganho o lance, proxima a marinhagem, desembarcada, e que poderia a Rotunda receber as tropas submettidas, mas sob a cautella de completo desarmamento.

A aventura coroára-se de exito.

Mas como?

II

Combina-se a deposição das armas — A analyse da situação em terra e no mar — A posse do «Pero de Alemquer» e das fragatas «D. Luiz» e «D. Fernando» — A attitude de caçadores e infantaria 5 — O intermediario da entrega — A bordo do «S. Raphael» — A intervenção allemã no quartel general — O que se passava no quartel do Carmo — O conselho supremo — Scenario de depressão — Causa victoriosa.

situação anormal ia-se prolongando.

Um desfecho qualquer se impunha, para que não proseguisse essa polemica fastienta e indecisa.

Passo a passo, a indisciplina surgia e evidenciava-se a nostalgia da soldadesca prestes a lançar-se, de motu proprio, n'uma aventura que tanto poderia ser o ataque aos reductos rebeldes como a união sem restricções aos soerguedores da bateria sediciosa.

A propaganda da officialidade que sob esta militava, fez pender para a segunda hypothese a balança que em equilibrio se mantinha.

O tenente José Valdez, tinha findo o seu trabalho de propaganda junto dos camaradas não alliciados, conjugando assim o exforço, com exito, dos sargentos Flores e Matheus, junto dos officiaes inferiores.

A Rotunda assumiu todavia um aspecto nebuloso para as combinações, ignorando-se se a submissão, mal interpretada, não daria em resultado um bombardeio mortifero.

Urgia todavia uma acção pratica, para obstar a incidentes fataes.

Assentou-se em não fazer fogo sobre os rebeldes, civis ou militares.

Arrojado, o alferes de infantaria 5, João Carlos Telles de Azevedo Franco, pelo 2.º sargento Rosa Mendes fazia expôr ao commandante de caçadores 5, José Joaquim Peixoto, as resoluções tomadas.

Não foi evocada a disciplina nem verberada a attitude.

O tenente-coronel, apenas procurou entender-se com o chefe de infantaria 5, Ribeiro da Fonseca, perguntando-lhe desprendidamente:

— E' preciso que saibamos as cartas com que se joga! (*)

Era a monarchia a ser jogada na vasta Praça de D. Pedro IV, o *rei soldado*.

Passava das 6 horas e meia da manhã, o tenente-coronel Peixoto, longe de expôr superiormente o estado anarchico dos regimentos recusando-se a fazer fogo, resolvia convocar o conselho de officiaes.

Este, ouvindo, teve um silencio gelado para os factos summariados.

Quebravam-no o capitão Penha Coutinho e o alferes Gomes da Silva Junior, reiterando ser essa a intenção da soldadesca.

Quasi unanimemente fixavam os outros a necessidade de definir situações «para terminar aquelle crime que terminaria talvez n'uma chacina».

O tenente-coronel, sem previa consulta ao commando da divisão e sem um esforço para suffocar essa evidente indisciplina, proclamou ser melhor, n'esse caso, a retirada.

Ribeiro da Fonseca sabia já, pelas novas espalhadas pelos revoltosos, a submissão do cruzador *D. Carlos;* a escassez de munições das baterias de Queluz; a renitencia do coronel Brito

(*) Cita a phrase *O Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

e Abreu em trocar a inactividade do Largo das Necessidades pela travessia perigosa, julgava, d'ali a S. Pedro de Alcantara e ao Rocio.

Via o povo a trabalhar pela republica. Apresentou, pois, as cartas de jogo que o coronel de caçadores quizera conhecer.

A monarchia considerada morta era, e julgado inutil sacrificios, convinha não atirar sobre os rebeldes.

Houve a concordancia e o tenente-coronel Peixoto, reunindo-se ao commandante de infantaria 5, seguia para o quartel general, onde de entrada expunha ao chefe de estado maior, a approvada ideia.

O assumido aspecto, concitou depois acerbas censuras pelo capitão Martins de Lima em pleno conselho de officiaes do quartel general, o que deu origem á seguinte carta (*) do tenente Saturio Pires:

«... *Sr. director do «Correio da Manhã» da minha muita consideração.* — No numero de 28 do corrente, do seu muito conceituado jornal, publica o sr. Joaquim Leitão, no *Diario dos Vencidos*, a conclusão de uma entrevista com o brilhantissimo e glorioso official, que se chama o sr. capitão Martins de Lima. Entre outras justissimas considerações, diz este meu illustre camarada, quando se refere ao conselho de officiaes havido no quartel general na manhã de 5 de outubro passado: «*Que tinha toda a consideração por aquelles que vinham para a rua expôr a vida e a carreira, mas não tinha sombra de consideração por aquelles que jogavam com um pau de dois bicos, que tinham estado a vêr até ao fim para que lado se haviam de voltar e que, á frente d'esses estavam o commandante de infantaria 5 e o coronel commandante de caçadores 5.*» Não tenho o dom de lêr no intimo dos meus camaradas. Respondo por mim: elles, se quizerem, que respondam por si... Pertencia n'essa data ao batalhão de caçadores n.º 5, commandando uma secção de metralhadoras, que tomou posição desde a manhã de 4 á manhã de 5 nas emboccaduras das ruas do Ouro e do Carmo. Devo pois — o *Diario dos Vencidos* constitue um im-

(*) *Diario dos Vencidos* por Joaquim Leitão, pagina 328.

portante documento para a Historia da Implantação da Republica em Portugal — afirmar muito categoricamente e debaixo de minha palavra de honra, que procedi n'esses dias, como sempre me prezo de proceder, como soldado, que sou, leal e dedicado ao meu Dever. Não estive na rua, *com um pé na monarchia e outro na republica*, a vêr em que paravam as modas. Estive sempre, e o mesmo posso dizer dos meus camaradas, que estiveram defendendo a emboccadura d'essas duas ruas, na melhor boa fé e com o mais firme desejo de cumprir com a minha obrigação. Se outros de outros corpos assim não procederam, nada tenho. Fica, pela minha parte, varrida a minha testada n'este assumpto e junto mais este esclarecimento ás exactas palavras do sr. capitão Martins de Lima. Na parte que diz respeito ao então Commandante de Caçadores 5, sr. Tenente Coronel José Joaquim Peixoto, devo informar V. de que este official, como homem de bem, que é, não duvidou um momento da lealdade dos seus officiaes e portanto podia fazer as afirmações, que fez ao sr. General Gorjão. Foi devido á p rticipação feita pelo então Commandante de Infantaria 5, de que «*não nos apoiaria, por considerar inutil toda a resistencia, se tentassemos resistir aos marinheiros*» e devido ao pouco e disperso effectivo de que dispunha, que o Tenente Coronel Peixoto convocou os officiaes do batalhão e lhes expoz o que havia. Ainda assim elle affirmou que «*se conformaria com o parecer dos seus camaradas, fosse elle qual fosse*» — rendição immediata ou defeza *malgrè tout* até ficarmos todos ali mortos!

«Esta é a verdade. Se houve *pau de dois bicos* (julgo dever esta justiça aos meus antigos camaradas de Caçadores 5) não foi certamente entre os officiaes do meu antigo Batalhão, que estiveram no Rocio. A situação era realmente insustentavel para nós: dispunhamos de pouco mais de 100 praças (que hoje se sabe não serem de confiança, pois a propaganda revolucionaria tinha sido muito intensa entre ellas). Estas mesmas achavam-se dispersas pelas emboccaduras das ruas, desde a rua da Magdalena, junto ao Poço do Borratem, até á Rua do Carmo — e sobretudo tinhamos pela recta-guarda um corpo, que bem se poderia considerar adverso. Isto não contando com as *bombas*,

que enchiam as casas das emboccaduras das ruas (sabemol-o hoje positivamente). Em presença de tal situação o que fazer senão o que fez o sr. Tenente Coronel Peixoto? Julgo do meu dever esclarecer V. com estas palavras, que teem o duplo fim de atirar com mais um *documento para a Historia* e levantar qualquer suspeição menos justa lançada sobre o procedimento de um official tão digno, tão distincto e tão leal como o meu antigo Commandante. E' natural que o sr. Capitão Martins de Lima ignore estes pormenores; aliás, com a inteireza do seu caracter, narral-os-hia na sua entrevista com o sr. Joaquim Leitão. Eu é que não devo calal-os: Ficar-me-hia pesando tal facto na minha consciencia. E' este o unico fim da minha carta, que V. perdoará de já ir longa, e que lhe rogo, caso possa ser, inserir no *Diario dos Vencidos*. Não estive em local atacado pelos revoltosos. Se fosse atacado defender-me-hia e cumpriria com o meu dever: estava n'esta firme intenção. Portar-me-hia bem? Fugiria? Resistiria como um leão? Não sei, porque... não fui atacado. Com *pau de dois bicos*, isso creia V. que não jogaria, como não jogo hoje, nem jogarei nunca! Muito grato lhe ficará pela inserção d'estas verdadeiras mas desalinhavadas palavras, o de V. etc., etc. — Lisboa, 30-XI-910 — *Tenente Saturio Pires.*»

Em resposta, (*) Martins de Lima, não deixou de indicar o facto de ser de caçadores 5, o official qne a bordo fôra communicar a entrega das forças do Rocio, frisando todavia não se haver referido ao tenente quando indicava a attitude republicana do seu regimento.

De facto, Saturio Pires, á victoria republicana, emigrava, apparecendo depois citado (**) como um dos chefes da columna realista de Paiva Couceiro.

Quanto ao allegar de situação insustentavel, respondera já uma carta (***) sahida do regimento, declarando:

«Melhor sorte teve a força do commando do capitão sr. Car-

(*) *Diario dos Vencidos* por Joaquim Leitão. Pagina 74.
(**) Manuel Valente — *A contra-revolução monarchica.* Pagina 155
(***) *O Seculo* de 15 de Outubro de 1910.

valhal, que se achava de guarda ao Arsenal do Exercito que, fazendo causa commum com o povo, arvorou a bandeira republicana n'aquelle edificio, o qual logo ficou em poder dos revoltosos. Por isto se vê que caçadores 5, não se rendeu por temer as forças revoltosas, mas sim adheriu com bastante dedicação á causa republicana, que era a ambição generosa da quasi totalidade dos sargentos e mais praças.»

Havia sido feita entrever uma atmosphera terrivel.

Emquanto se celebravam as convenções regimentaes, o revolucionario civil Joaquim Augusto Pinto de Sousa, delegado secreto das forças de marinha, semeava projectos de gravidade.

Lançaram-se pois ideias sobre a maruja, dita prompta ao bombardeamento.

Deram-se como submettidos, alem do Arsenal de Marinha, o transporte *Pero de Alemquer*, o *Berrio* e as fragatas *D. Luiz* e *D. Fernando*.

Não eram falsos os boatos.

Prevendo possibilidades de ser necessaria toda a força disponivel de marinha para o acto de submetter as tropas do Rocio, a bordo do Adamastor, o 2.° tenente João Mendes Cabeçadas Junior, não esquecendo o credo em que commungavam as guarnições dos navios, só de aspecto não adherentes, resolveu dedicar-lhes a sua attenção.

Da posse encarregou o commissario naval Henrique da Costa Gomes, ao mesmo tempo que mandava pedir munições á corveta *Mindello* e organisava outra expedição com destino a Valle do Zebro, para effectuar a vinda dos torpedeiros.

O patrão do arsenal, Victor, entregára á revolta o vapor *Azinheira*.

Serviu elle, logo de manhã, para a expedição junto aos navios ainda sem bandeira revolucionaria.

Cerca das 6 horas, Costa Gomes, com os sargentos José Rodrigues e Rodolpho, os cabos José Martins e João Luiz Monteiro e 30 praças, embarcando no *Azinheira*, endireitou á fragata.

O sargento João Rodrigues, com acclamações á republica,

fez logo a captagem da guarnição, que facultou o ingresso a bordo.

Costa Gomes deparando com o capitão de mar e guerra Caetano Rodrigues Caminha, rodeado de alguns officiaes, intimava-lhes a adhesão ou a rendição.

Passou-lhes pela mente, celere como relampago, a visão do que no *D. Carlos* succedera de madrugada.

Se lhe repugnou adherir não lhe sorriu resistir.

Optaram por se considerar presos, no reproduzir da scena do *Pero de Alemquer*.

Acceite a situação, foram desde logo transportados para o cruzador *D. Carlos*, onde eram recebidos ás 8 horas da manhã (*) e desembarcados mais tarde em Belem.

Feita a posse, o vapor ia junto do *Pero de Alemquer* cujos tripulantes não corresponderam aos vivas á Republica.

Mas estava livre o campo e essa attitude talvez correspondesse ao pesar do que a bordo se passava.

De surpreza em surpreza os proprios rebeldes caminharam.

Nem um simples gesto de revolta se esboçava ante a sua marcha mais de recepção do que de combate.

Era o simples acto de entrega, summario, quasi inacreditavel.

No *Pero de Alemquer*, apenas se lhe deparava o mestre do navio, com os marujos.

A officialidade, longe ainda a exigencia d'essa submissão, depozera as espadas e recolhera aos camarotes, considerando-se detida, sem que a tal sequer intimada fosse...

Machado Santos (Relatorio, pagina 116), traça a scena com sabia mão, embora pretendesse attenuar o acto com as côres d'uma tactica soberba, se bem que por impropria egualmente se podesse considerar, quando executada fosse:

«O navio estava sendo commandado pelo mestre, a quem o capitão-tenente Macieira havia entregue o commando, considerando-se preso com os seus officiaes, sem que ninguem o tivesse prendido, pedindo á guarnição n'esse acto que não se ma-

---

(*) Hora do relatorio do commandante revolucionario do cruzador *D. Carlos*, 2.º tenente José Joaquim da Silva Araujo.

nifestasse. Como Macieira e seus officiaes não quizessem adherir, foram presos para bordo do *S. Raphael*, mandando-os o tenente Parreira pôr em terra. O acto original do commandante do *Pero*, no caso de ser suffocada a revolta, collocava o mestre do navio n'uma situação delicada. Era cabeça de motim sem nunca o ter sido. E' certo que o commandante Macieira e seus officiaes haviam de testemunhar a verdade dos fectos, mas o pobre do mestre é que se não livrava d'um conselho de guerra. Tanto mais que um dos seus officiaes era considerado vermelho na Majoria General. Se fosse absolvido andava com sorte!»

O capitão tenente Henrique Eduardo Macieira, conduzido, com os seus companheiros, a bordo do *S. Raphael*, era olhado, todavia, sob o aspecto de um não entravante da causa republicana, fosse qual fosse a conjunctura.

Encarado assim benevolamente, o tenente Antonio Ladislau Parreira, não mantinha a sua detenção e fazia-o transportar para terra.

O caminho facil havido até então, fez entrever ao commissario naval Costa Gomes, probabilidades de resistencia segura, no *Berrio* e na canhoneira *D. Luiz*.

Tal não succedeu, para que se não desmanchasse essa singela nota de recolher detidos sem trabalho de os intimar á clausura ou de os submetter pela violencia.

Ao subir da bandeira republicana na fragata *D. Fernando* os dois, serenos fizeram ascender no mastro grande o estandarte verde rubro, como se poupar quizessem até os passos dos adversarios de uma causa tão perdida quão mal deffendida era...

O *Azinheira* retrocedeu, levando a bordo os satisfeitos assistentes d'uma victoria facil.

A alegria era justa, porque, emquanto os outros só imaginavam estender os pulsos ás ferreas pulseiras, a rebeldia, n'uma illusão que bem lhe ficou, só intreviu resistencias ferozes e sangrentos lances combativos.

O commissario naval, Costa Gomes, em vez de voltar ao *Adamastor*, mandava para o *D. Carlos*, a esse tempo já com as machinas confiadas ao machinista de 2.ª classe, Alfredo Tho-

maz dos Santos, os detidos da *D. Fernando*, acompanhando elle os outros ao *S. Raphael.*

Chegava a tempo de receber o appello de Machado Santos para o desembarque.

Estava já tudo resolvido, cabendo a chefia aos tenentes Ladislau Parreira e José Carlos da Maia e medico naval Vasconcellos e Sá, destacando-se outra columna, sob o commando do capitão Nascimento, da administração militar, afim de effectuar o assalto ao Museu de Artilharia.

Convinha todavia preparar terreno e consistia isso no bombardeamento das forças retrahidas.

Ia o navio na volta para oeste, quando chegaram os emissarios da Rotunda, Joaquim Augusto Pinto de Lima, Innocencio Camacho e José Antonio Simões Raposo.

Ouvindo-os decidia-se abreviar a acção. Cumprindo aproveitar a disposição das forças e nunca o seguir, pausado, do movimento, offerecendo suas probabilidades de reviravolta, contraria á democracia, estabeleceu-se a necessidade de proceder.

Collocando-se de forma a poder iniciar o bombardeio pelas ruas Augusta e do Ouro, apenas aguardou o instante apropriado.

Ao Rocio chegára pois, e quasi durante o conciliabulo dos officiaes, o aviso do que se premeditava.

O alferes Gomes da Silva Junior, frequentador das conferencias politicas no escriptorio do pamphletario João Chagas, teve ensejo para um golpe decisivo, de ardil embora.

Antes mesmo de qualquer acto de energia e para que o povo fizesse constar longe o inicio de uma complacencia, já havia sido quasi abandonado o cerramento das ruas.

Sabido assim o que se tramava a bordo e ouvida a resolução dos chefes de infantaria e cavallaria, Gomes da Silva, deixando logo o seu posto na embocadura da rua Augusta, ligeiro seguia e sem entrave, até ao Terreiro do Paço e d'ahi fazia-se transportar ao navio chefe da sedição.

Recebido ali com extranheza, expunha ante os tenentes Ladislau Parreira e Sousa Dias um quadro de absoluta entrega

e «da parte do commandante das forças que guarneciam o Rocia declarou querer submetter-se á marinha.» (*)

O tenente Annibal de Sousa Dias, não se capacitou em absoluto da affirmativa do alferes Gomes da Silva de que as tropas não fariam fogo sobre os marinheiros.

De verdade, a segurança na declaração não podia ser completa e não o seria senão houvesse uma tacita acquiscencia e uma tolerancia emanada do alto, desprezando o insuflar da energia á soldadesca.

Esse cathegorico aspecto só o podia assumir o revolucionario Pinto de Lima, que, ao informar o coronel de infantaria 5 e o major Lima do premeditado bombardeio, d'elles escutára a resposta de que adheriam ao movimento. (**)

A' desenhada situação não soube Sousa Dias, retrahir a duvida.

Causou-lhe surpreza o abandono da posição, por um official, podendo atravessar assim impunemente a rua e dirigir-se sem obstaculos a um dos navios revoltados.

Era certo que o facto constituia prova flagrante da inercia dos deffensores da monarchia. Não o comprehenderam assim os nucleos rebeldes, predispostos a acreditar em ardis subtilosos.

Manifestadas inacreditabilidades, Gomes da Silva, explicava o facto de preferir a armada á Rotunda, para a submissão, como proveniente do receio do bombardeamento do Alto da Avenida, das forças que fossem render se.

O tenente, interrogou ainda:

— Garante-me sob sua palavra de honra que as forças não fazem fogo?

O alferes teve uma hesitação, logo remediada ao ver a attitude de desconfiança de Sousa Dias.:

— Não posso empenhar n'isso a minha palavra de honra,

(*) Relatorio do tenente Antonio Ladislau Parreira.—A *Republica Portugueza*, de 2 de novembro de 1910.
(**) *Relatorio* de Machado Santos, pag. 128.

mas promptifico-me a acompanhar ao quartel general qualquer official de marinha para ajuizar da attitude das forças...

Era acreditar que o alferes não possuia a certeza de uma adhesão e que por isso não era ainda positivamente infiel á monarchia, a orientação da soldadesca.

Mantido o retrahimento, alvitrava o official do exercito que tudo poderia ser confirmado em terra, sendo elle acompanhado por um delegado da armada.

Acceite, resolvia se o sobreestar nas hostilidades, e nomeado foi o commissario naval Marianno Martins, para seguir com Gomes da Silva, com incumbencia de junto do commandante das forças do Rocio evidenciar as intenções do bombardeio, dentro de duas horas, ante a não entrega na Rotunda.

A caminho se puzeram os dois, tranquillos, na ignorancia do que se havia passado já no Rocio.

No intervallo decorrido entre a partida do alferes e a decisão da marinha revoltada e ainda antes das 7 horas, chegava ao quartel general, em automovel, o encarregado de negocios da Allemanha.

Presumido um longo arrastar da revolta pela vista impossibilidade de ser pelo governo portuguez rapidamente suffocada, exigia um armisticio de uma hora para o embarque dos estrangeiros e em especial dos subditos do imperio.

N'uma analyse immediata, o capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima, pronunciou-se pela concessão que daria tempo á chegada de reforços.

Era certa a inutilidade da recusa, pelo argumento — apresentado já na Rotunda, — que opporia a embaixada: a acção violenta da Allemanha.

Mas convem frisar a illusão que imperou mesmo n'aquelles que muito haviam visto já em materia de surprezas dolorosas.

O commando da divisão, curvou-se ao pedido.

A Allemanha, servia assim, n'essa nota, de impensada ponte de passagem para a substituição, em Portugal, de uma realeza por uma republica.

Accedendo, o quartel general offereceu o pescoço á ferrea gargantilha que o destino lhe apresentava.

Apenas disse que tudo dependia ainda da condescendencia dos rebeldes.

Lá iria, como ali fôra, o delegado diplomatico.

Ante a resposta, o general Manuel Raphael Gorjão, redigiu o documento celebre:

COMMANDO
DA
1.ª DIVISÃO MILITAR
—
Gabinete do General
—

Eu abaixo assignado, commandante da 1.ª divisão militar, declaro que concederei um armisticio de uma hora a fim de que os estrangeiros residentes em Lisboa possam embarcar. Faço esta concessão por me ser pedida pelo Ex.mo Sr. Encarregado dos negocios da Allemanha.

Lisboa, 5 de outubro de 1910.

Manuel Rafael Gorjão
General de divisão

O laço apertou-se e ao reconhecer do erro, aliás impossivel de evitar, o passo estava dado e a revolta agitando já o victorioso estandarte da Republica.

O emissario germanico poz-se a caminho, com a fornecida escolta: uma ordenança, com bandeira branca e um clarim.

De regresso, registou as condições postas pela Rotunda.

Não houve reluctancia mesmo na acceitação das clausulas relativas á impossibilidade de retomar as posições de que as tropas realistas houvessem sido desalojadas, e ao não impedimento a adhesão dos que quizessem cooperar com os revolucionarios.

Não eram artigos de armisticio; eram imposições de vencedor a vencidos comprovados.

Todavia, desde que o negociador acceitára e que a visivel má disposição, accirada com a tomadia da escolta, se espelhava no rosto do intermediario entre a Rotunda e S. Domingos, — houve a transigencia.

A bandeira branca subiu lesta.

O povo, que a tropa simulava conter, não a julgou signal de treguas e teve-a por voto de derrota.

Rejubilou e acclamou.

N'esse instante, de bordo regressava o alferes de caçadores, Gomes da Silva Junior com o commissario naval, Marianno Martins.

O general Gorjão, recebendo-os, julgou-os portadores de boas novas.

O official de marinha, revolucionario, bradou, comtudo, sem olhar ás estrellas do superior:

— Este meu camarada, foi a bordo communicar que infantaria 5 e caçadores 5, já não disparam sobre o povo nem sobre a marinha. O tenente Parreira, commandante do corpo de marinheiros, quer saber, para evitar o immediato bombardeamento, se os senhores se rendem e sob que condições...

O general, retorquiu:

— Quem lhe deu auctorisação para ir a bordo dizer tal coisa?

Não quiz Gomes da Silva, evocar nomes e assumiu a responsabilidade, allegando haver procedido de livre vontade, embora como interprete da resolução dos soldados de infantaria 5 e caçadores 5.

O commandante da divisão, n'uma irascibilidade que nada remediava, só teve a accusação ao alferes de que fizera uma embrulhada, pois apenas se sujeitara a um armisticio tendente a dar tempo ao embarque dos estrangeiros.

— Não nos rendemos! Ainda temos forças...

Interveiu o alferes Gomes da Silva:

— Perdão, general, não tem nenhumas.

— Como!!... E caçadores 5?!...

— Dou-lhe a minha palavra de honra de que não pode contar com um unico soldado!

Gorjão, reparando então no regimento a que o alferes pertencia, insinuou que caçadores 5, fôra sempre fiel e assim se mantinha decerto.

O outro repetiu a affirmativa.

—Pois fez uma salsada.

O commissario naval, aproveitou a estupefacção do commandante da divisão, para pôr o *ultimatum:*

— Concedo-lhe uma hora para reflectir. Se ao terminar, não houver resposta, os marinheiros do *S. Raphael* começarão o bombardeamento da cidade, varrendo as ruas Augusta e do Ouro.

Marianno Martins e Gomes da Silva sahiram, não sem a resposta do general:

— Façam o que entenderem. Não me rendo, porque ainda tenho muita gente.

O povo, que ia tendo caminho livre, acclamou pois phrenetico os officiaes que sahiam.

Os outros, correram ás janellas.

As praças, longe de fusilar os revolucionarios, confraternisavam com elles.

Era o desenlace.

De facto, o tenente José de Ascensão Valdez, quebrando o balanço observado dava campo á populaça, facultando-lhe entrada do lado da Rua de S. Domingos, pelo descerramento das fileiras da soldadesca.

Era a entrega da monarchia, era a juncção de ha muito premeditada.

O commissario naval Marianno Martins vendo o tambem, ia a bordo participar a proclamação e evitar que o Rocio fosse alvejado pelas granadas.

Deu-se como effectuado um principio de bombardeio e registou-o erradamente, o presidente do conselho, Antonio Teixeira de Sousa, n'uma entrevista concedida á imprensa: (*)

(*) *O Seculo* de 13 de Novembro de 1910.

«— Mas não houve um renhido combate entre os marinheiros, no Terreiro do Paço, e as forças fieis, na manhã do dia 5?

«— Não, senhor. O que houve foi o *S. Raphael* metter successivamente duas granadas, uma pela rua do Ouro e outra pela rua Augusta, que levaram o panico ás forças que defendiam o quartel general. N'essa occasião, diz-se, o consul allemão pediu no quartel general uma tregua de duas horas para alguns dos seus compatriotas poderem embarcar.

O equivoco é manifesto,

Do *S. Raphael* não se chegou a fazer fogo e as duas granadas referidas na entrevista foram disparadas na tarde de 4, ao regresso do canhoneio contra as Necessidades.

As acclamações aos dois officiaes, e a união entre paisanos e soldados, trouxe ao quartel general o conhecimento de que tudo estava findo.

Observando essa attitude, os agal.ados correram a communical-a ao commandante da divisão, julgando ainda que tudo se resumia no Rocio.

Mas, como já vimos, no quartel do Carmo, a desorientação subira de intensidade.

O coronel Malaquias de Lemos, perdia se no labyrinto de communicações telephonicas e ao ponto de se julgar apocrypha a ordem de armisticio.

Ali já nem havia defeza nem ataque.

As forças como que accumuladas no edificio, faziam um serviço de inactividade prejudicial.

O proprio tenente-coronel Alfredo Ferreira de Sousa Alvim, sollicitára licença para recolher, visto o proseguir do lançamento da bombas, que já haviam victimado o soldado 157, da 1.ª companhia, João do Sacramento.

Malaquias de Lemos quiz reunir o conselho de officiaes.

O tenente de lanceiros, Estevam Wanzeller pronunciava-se logo pela rendição, assignalando uma impossibilidade de resistencia e dava como de identico parecer o alferes da guarda, Annibal Franco.

Ao embaraço do coronel, correspondeu a phrase do tenente-coronel de reserva, Brito e Cunha:

— Resigna-te! Tens que conformar-te!

Evocou-se, de instante, o perigo a que estavam sujeitas as familias residentes no Carmo.

Uma falsa informação registava o approximar da marinha.

Malaquias de Lemos, sem previa analyse, ordenava ainda, á 5.ª companhia da municipal, guardando o Banco de Portugal, que, sem o desguarnecer, se oppuzesse ao desembarque dos marinheiros.

Era irrisoria a determinação e assim o explicou o commandante da companhia, José Pires, fazendo notar egualmente que os navios tinham as peças assestadas para o Terreiro do Paço.

O commandante de cavallaria 2, coronel Alfredo Albuquerque, decidiu n'essa situação de desespero entender-se com o da guarda municipal, meio perdido n'aquella avalanche de más novas, que o quartel general parecia comprazer-se em espalhar, para desmoralisar, elle, que como principal elemento de defeza, se podia orgulhar de ter sido o principal factor da indefeza da causa monarchica.

Alfredo de Albuquerque, fallou mas já quando o mal podia considerar se sem remedio.

Não houve sérios obstaculos á marcha da artilharia até á Estrella; não existira profiqua acção pelas forças de lanceiros nos altos da Penitenciaria. Mas, como sempre, tardiamente, surgiram os projectos grandiloquos.

Dava-se então o dialogo seguinte:

— A nossa situação está cada vez a tornar se mais critica! Já não tenho esperança alguma que com as forças da divisão, possamos fazer qualquer coisa. Com certeza, o governo mandou vir de fóra alguns regimentos de infantaria e artilharia, para dominar a revolução. Vamos sahir do Carmo, você com toda a força de que dispuzer, e eu com o meu regimento, (que está prompto para tudo) e ali na serra de Monsanto, ou n'outro qualquer ponto que entenda, aguardamos as forças de fóra que com certeza não devem tardar. Vamos a isso?

— Eu não saio d'aqui, — declarou o coronel Malaquias,

aqui é que é o meu posto. Demais a mais, tenho o quartel cheio de familias de officiaes e de soldados, e não as abandono, porque tenho a certeza de que, se o quartel fosse tomado pelos revoltosos, a sorte de toda esta gente seria desgraçada. Não faço isso; não, não saio d'aqui!

— Pois eu, inactivo e prisioneiro aqui no Carmo com o meu regimento é que não fico. Entendo que não devo deixar inutilisar tanta boa vontade e tanta dedicação como é a dos meus officiaes e praças. Vou já propôr isso ao commandante da Divisão.» (*)

Era boa a intenção do coronel Albuquerque, ainda que se se tivesse realisado, a acção resultaria nulla, pois de fóra nenhum reforço veiu, sustido pela força revolucionaria, e a manobra simples da cavallaria em Monsanto nenhum resultado dava, a não ser o poupar o regimento á desillusão, prestes a chegar com as acclamações á republica victoriosa.

Todavia, o commandante de lanceiros, utilisando-se do telephone, ao major Vasco Martins, sub-chefe do estado maior, relatava as suas intenções, ficando aquelle de as communicar ao general Gorjão, que disse occupado em resolver assumpto grave.

Era elle o de um concilio, onde se conheceram todas as impossibilidades de entravar a acção revoltosa.

Emquanto augmentava o agitado aspecto do Carmo, o commandante de lanceiros ia esperando, baldadamente, noticias do quartel general.

Depois de novas e atabalhoadas perguntas e reconhecidas evasivas, em logar de se responder ao alvitre, optava-se pela chamada á séde da divisão dos chefes de cavallaria 2 e da guarda municipal, a pretexto da necessidade de reunir um alto conselho de officiaes.

Se Malaquias de Lemos, recusava ainda, e talvez por ter visto o povo confraternisando já com as tropas, Albuquerque, cedia, condescendendo em ser o representante do dirigente das guardas municipaes.

N'um galope desfechado foi do Carmo a S. Domingos e

(*) Joaquim Leitão — *Cem Dias Funestos*, pagina 283.

registando a extranha agitação do Rocio, ia cahir em pleno preparo da reunião da officialidade superior, acolhido pela phrase celebre do general Raphael Gorjão:

— Mandei-o chamar aqui para reunir um conselho de officiaes, afim de lhe expôr um assumpto muito grave que é preciso resolver.

Em redor da sala vasta, foram-se aggrupando, alem de Alfredo de Albuquerque, os coroneis José Joaquim de Castro, chefe do estado maior, José Celestino da Silva, Antonio Vaz Correia Seabra de Lacerda, Jesuino Gregorio Pessoa de Amorim, commandante de cavallaria 4, Ribeiro da Fonseca, de infantaria 5, tenente-coronel José Joaquim Peixoto, de caçadores 5, capitão Alfredo Pedreira Martins de Lima, ajudante do chefe da divisão.

Este ultimo, vira o estado anarchico do Rocio e que infantaria 5, largára a vigilançia da Rua do Amparo.

Mandou retirar o povo ante a comunicação de que as treguas eram curtas e de repente podiam renascer as hostilidades.

A multidão, refluiu, cumprimentando o official que correspondeu abatendo a espada.

Apoz, em nome do chefe do quartel general, intimava o major João Pedroso de Lima, a reoccupar o posto do largo de S. Domingos.

A resposta chocou o official.

Pedroso de Lima, allegava já não receber ordens da divisão, e que mais novidades poderia dar o commandante do seu regimento, que se encontrava no quartel general.

De facto já haviam expressado a sua transigencia ante a revolta.

Para ali seguiu o capitão, antevendo a derrocada de tantos esforços para suster a victoria dos rebeldes.

Chegára entretanto o capitão Henrique de Paiva Couceiro.

Mal ensombrado notou o estreito elo que jungia o povo á militança.

As acclamações á republica de todo lhe tiraram a illusão.

Ali era perdido tempo manobrar.

Entrando no gabinete do chefe da divisão, pouco tempo esperou Paiva Couceiro que se desse por iniciado o conselho.

O general Raphael Gorjão, fallava então assim ao grupo de officiaes que o rodeavam:

— Ha pouco, apresentou-se aqui o sr. Encarregado dos negocios da Allemanha, pedindo auctorisação para tratar um armisticio com os revoltosos, afim de que os seus nacionaes possam sahir já da cidade. Entendi que não podia recusar tal pedido, e forneci para o effeito um parlamentario com bandeira branca. O armisticio hade ter logar, e por conseguinte nós temos tempo para apreciar a situação geral e resolvermos o que se deve fazer. Não dou a minha opinião, exponho a situação tal qual ella é n'este momento, e o conselho se pronunciará, para eu depois resolver como entender. A situação é a seguinte: ordenei hontem ás forças que guarneciam o Paço das Necessidades que marchassem sobre S. Pedro de Alcantara, por onde vissem que em melhores condições pudessem effectuar essa marcha; que chegadas áquelle ponto obstassem a que os revoltosos d'elle se assenhoreassem, pois constava ser esse o seu intento, a fim de bombardear o Rocio e o Quartel General; essa ordem foi transmittida repetidas vezes, até que o seu commandante declarou que não emprehendia essa marcha, porque já não tinha confiança na sua tropa. Não podemos, pois, contar com ella absolutamente para cousa alguma. Com a bateria de artilharia 3, que foi mandada marchar sobre Lisboa, tambem já não podemos contar, porque se acha cortada a ponte de Sacavem. As baterias a cavallo estão sem munições, e o sr. general Joaquim Augusto Teixeira de Sequeira, presidente do conselho de administração das fabricas e depositos do material de guerra, informa que não podem ser remuniciadas, porque no Arsenal não ha mais projecteis promptos para serem distribuidos, que ha material mas faltam operarios para as fabricar. Os srs. commandantes das forças estacionadas no Rocio informaram-me ha pouco ser extrema a fadiga das praças, e mais que lhes notam poucas disposições de fazerem fogo sobre os marinheiros que, consta, começam a desembarcar no Terreiro do Paço e no Caes do Sodré. Finalmente, n'este momento, de todas as forças da divisão só posso contar com as baterias a cavallo, sem municiamento, o regimento de lanceiros e o resto de cavallaria 4. Agora exposta

a situação, os camaradas façam favor de dizer qual é a sua opinião? (*)

Sendo de alto valor historico, a reproducção das phrases do conselho, impõe-se ainda a das que Paiva Couceiro cita como do general Gorjão. Dadas foram ellas como as mais certas e, por elles se pronunciaram livros varios: (**)

—«Tendo de tomar resoluções, convoquei os senhores commandantes das unidades. As circumstancias são as seguintes: ordenou hontem este quartel general ás forças que guarneciam as Necessidades, que se approximassem d'este local e que, ou por S. Roque ou por onde entendessem conveniente, tentassem obstar á descida da artilharia revoltosa para S. Pedro de Alcantara, d'onde constava que ella procurava bombardear o Rocio. Apesar de repetidas vezes transmittida, esta ordem não foi cumprida até agora. Os batalhões de artilharia 3 encontraram cortada a ponte de Sacavem, e não podemos por conseguinte contar com elles. O sr. general Sequeira informa-me que as munições de artilharia armazenadas em Beirollas não podem d'ahi obter-se porque o impedem barricadas com fortes guarnições de paisanos armados. Não temos por isso possibilidade de remuniciar a bateria a cavallo, de Queluz, á qual apenas resta um pequeno numero de tiros. Os srs. commandantes das forças de infantaria do Rocio fizeram-me constar a fadiga das suas praças; e mais tarde, sabendo-se que os marinheiros, senhores do Arsenal, procediam ao desembarque para investir o Rocio, os mesmos srs. commandantes informaram das más disposições dos seus soldados para fazerem fogo contra os ditos marinheiros.

«Finalmente, ha cerca de meia hora, apresentou-se-me um representante da Allemanha pedindo auctorisação para tratar com os revoltosos no sentido de obter um armisticio, a fim de que os seus nacionaes pudessem sair a salvo. Entendendo que não devia recusar, forneci para o effeito um parlamentario com bandeira branca. Mas mal a bandeira branca saiu o portão d'este

(*) *Os Cem Dias Funestos*, por Joaquim Leitão — Pagina 287.

(**) *Da Monarchia á Republica*, (com prefacio do dr. Magalhães Lima) — Pagina 152. — *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão — Pagina 214.

edificio, isso foi como que um signal de destroçar, saindo todas as praças das fileiras e misturando se com os magotes de povo que, a agitar bandeiras brancas, surgiam pelas embocaduras das diversas ruas. N'estas circunstancias...

Paiva Couceiro decidiu-se tambem a transformar-se em insubordinado.

Erguendo-se de chofre, interrompeu, a completar as palavras do general Gorjão:

«— *N'estas circunstancias, vista a exposição de v. ex.ª, e visto o espectaculo da quebra dos laços de disciplina que por esta janella se avista, concluo que v. ex.ª já não tem soldados. Eu não o abandono; mas v. ex.ª é que já não precisa de mim. Sigo, pois, o meu destino.*»

O chefe da divisão, fallando, retrucou haver ainda a assignar a acta.

Couceiro, frisando que era homem de lucta, não de papeis:

— Acta? Acta?! Isso é com V. Ex.ª, commigo, não. Combati hontem. Combati hoje. Estou prompto a combater ainda. Com actas não tenho nada. E, com licença de V. Ex.ª, sigo, repito, o meu destino para o Norte.

Sahia, entre um murmurio de approvação de alguns.

As informações eram em parte inexactas.

Affirmava-se interceptada a marcha de artilharia 3 pelo corte da ponte em Sacavem.

Afim de o verificar, disfarçado e a pé foi até á Povoa, o tenente de cavallaria marquez de Bellas, D. José Ignacio de Castello Branco e vendo que a ponte apenas se encontrava damnificada.

De facto, deu-se o corte no proprio Valle de Santarem e o grupo de artilharia, do commando do capitão Sarmento e composto por 6 peças, com o appoio de 180 praças de caçadores, da chefia do capitão Viegas, partiu de Santarem pela via ordinaria, e na Povoa, se deteve, chegando pela tarde de 4 áquella povoação, proxima a Villa Franca, bivacavam na Alto do Barreto, para lhes ser distribuido o rancho, apoz o qual, seguiam até á Povoa, onde de manhã as colheu a ordem do governo provisorio marcando-lhes o regresso aos quarteis.

Apparece comtudo, o capitão Martins de Lima, declarando: (*)

«Os officiaes que lá havia eram poucos, mas alguns d'elles desempenharam missões muito arriscadas. Citarei, por exemplo, o Marquez de Bellas, tenente de cavallaria, e o alferes de engenharia, D. José Castello Branco, que foram disfarçados e a pé até á Povoa, porque se fossem a cavallo ou de automovel não conseguiriam passar».

Não se conseguiu pois descobrir na Povoa o rasto das forças santarenas, mercê talvez d'essa absoluta ignorancia dos minimos successos e que levou até o quartel general, — á mercê de boatos, sempre falsos, a enviar um troço da guarda á Portella para esperar os revoltosos, os reforços que se deram como acampados já no Beato.

E' certo que o seu avanço foi esperado a ponto de em Sacavem, n'uns improvisados reductos se haver mantido um grosso nucleo de civis, armados de carabina, punhaes, lanças, picaretas e pás, e de haver sido collocada uma peça no largo do Freixo, (**) visando a ponte do rio Trincão.

Nada houve todavia de anormal.

Os dois regimentos acamparam entre Villa Franca e o Carregado, e os respectivos commandantes sollicitando instrucções do então já constituido governo provisorio, recebiam de officiaes ali enviados, a ordem de regresso a Santarem (5 de outubro).

O erro, comtudo, foi tão longe, que o jornalismo lisboeta chegou a affirmar: (***)

«Pouco depois das 11 horas chegava de Santarem o regimento de artilharia 3, que, ignorando ainda o que se havia passado, foi tomar posições no pateo do Thorel, ao Campo de Sant'Anna, e em S. Pedro de Alcantara. Travou logo tiroteio com artilharia 1, mas suspendeu-o assim que soube que a Republica fôra proclamada, adherindo logo ao movimento.»

Quanto ás declarações do general Joaquim Augusto Tei-

(*) *Diario dos Vencidos* — Pagina 109.

(**) Passou depois a Praça da Republica e no local onde esteve a peça foi, depois em commemoração, plantada uma tilia.

(***) *O Seculo* de 6 de Outubro de 1910.

xeira de Sequeira, inspector do arsenal do exercito, eram veridicas: descuidara-se em absoluto a manufactura de material de guerra, a despeito dos insistentes boatos de sublevação proxima.

Teixeira de Sequeira, era nomeado, á victoria ganha, para dirigir os serviços de desobstrucção das linhas ferreas da Cintura, proseguindo no anterior cargo.

A sahida de Paiva Couceiro se não fez terminar o conselho, serviu para que menos socegada fosse a apreciação do balanço feito pelo chefe do quartel general.

Os coroneis José Joaquim de Castro e Jesuino Gregorio Pessoa de Amorim, declararam a conveniencia de se proseguir no combate.

O acto valeria a este ultimo, á republica proclamada, a detenção (*) á sahida do quartel general e a remessa para a Rotunda, d'onde sahia pelo esforço do tenente Mauro do Carmo. Veiu depois a transferencia para cavallaria 3, em Extremoz, sendo nomeado para o commando da 4.ª brigada de cavallaria, o coronel d'aquelle regimento, J. J. Ribeiro Junior (17 de Outubro de 1910). Reformando-se quasi em seguida, no mesmo posto de coronel, falleceu com 59 annos, na villa de Extremoz (24 de Maio de 1912). Assentara praça em 7 de Agosto de 1867, foi promovido a alferes em 9 de Dezembro de 1873, a tenente em 20 de Março de 1878, a capitão em 9 de Setembro de 1885, a major em 1 de Outubro de 1895, a tenente-coronel em 19 de Outubro de 1900 e possuia a commenda da ordem da Coroa da Belgica, e era official das ordens de S. Bento de Aviz e de S. Thiago

O commandante de caçadores 5, José Joaquim Peixoto, procurou affastar-se da discussão, comprehendendo tudo perdido e inutil gastar de tempo pela consummada obra.

O commandante de lanceiros 2, coronel Alfredo de Albuquerque, perguntava pelas forças da provincia, obtendo como esclarecimento que se não podia contar com ellas, visto o corte da linha ferrea.

(*) Já citada.

Respondeu ainda:

— Pois, meu general, a minha opinião é que se lucte até ao fim. Eu, com o meu regimento, estou prompto para tudo, como até aqui. Render-me, nunca! (*)

O coronel Christovam Adolpho Ribeiro da Fonseca, era desaffecto ao proseguir da lucta.

Tudo isso provocou exaltações.

Vejamos aqui o livro «Como cae un trono», (pagina 151):

«A estas palabras, Paiva Couceiro se pone en pie y sale irado de la estancia. Martins de Lima apostrofa a los jefes de infantaria 5 y cazadores 5, diciendoles que han jugado con dos barajas. Replican estos iracundos, y entre asordante griteria, concluye el risible acto.»

De facto, resolvida fôra a rendição antes das resoluções do conselho de officiaes.

Infantaria 5 e caçadores 5, enveredavam francamente pelo auxilio á revolta, deixando o retrahimento que o commissario naval Machado Santos registou surprehendido n'uma entrevista publicada no jornal *O Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

Mas não havia razões para queixas do chefe da Rotunda.

A espectativa foi apenas um meio para melhor conciliar ficções e á hora da consummada entrega, o tenente José Valdez, reivindicaria para o seu regimento, não uma capitulação, mas uma adhesão; apresentando (**) mesmo um entendimento entre os chefes do seu regimento e o de caçadores 5, para o suspender de hostilidades, com equivalencia certa a inicial forma de um capitular:

«*Sr. director do «Mundo»* — No seu jornal de 12 do corrente, na excelente entrevista que um dos seus redactores teve com Machado Santos, o intrepido e valoroso heroe da Republica, ha dois pontos que não são absolutamente exactos, e que é preciso esclarecer, para que a historia da revolta não assente sobre bases erroneas e se dê a Cesar o que é de Cesar. Na primeira local diz Machado Santos o seguinte: «na tarde do dia

(*) *Os Cem Dias Funestos*, por Joaquim Leitão — Pagina 289.
(**) *O Mundo* de 13 de Outubro de 1910.

4. . . fomos forçados a fazer fogo nutrido. . . » e logo, a seguir: «em toda a noite não descansámos um momento. As forças do Rocio fizeram varias tentativas para assaltarem o acampamento, mas conseguimos repelil-as sem dificuldade». Ora isto não é exacto. As forças de infantaria 5, postadas no Rocio, ocupando as ruas que dão ingresso a essa praça pelos lados norte e leste, não sairam das suas posições, conservando-se sempre nos seus locaes debaixo do fogo da Rotunda sem poderem responder para ali. Embora quizessem atirar sobre os revoltosos da Rotunda, o que não se fez, porque o espirito do regimento era revolucionario, não o podiam fazer, porque aquelles não eram vistos, nem eram conhecidas as suas posições. Fizeram-se tiros, é certo, não ordenados pelos oficiaes mas sim devido ao panico que lavrava entre os soldados quando rebentava alguma bomba lançada de alguma janela ou quando as metralhadoras faziam fogo. O segundo ponto refere-se á proclamação da Republica e adesão do 5 de infantaria. Como declarei n'uma entrevista que tive com um dos mais ilustrados redactores do seu jornal, eu e varios oficiaes, durante a noite conversámos sobre a situação e deliberámos influir no espirito do comandante a fim de o levar a aderir á causa republicana. Devo aqui notar, que n'esta altura, e mesmo no final da luta, não tinha havido no nosso regimento nenhuma morte, sendo os feridos uns tres a quatro e mesmo esses ligeiramente, sendo por isso por adesão e não por capitulação que procuravamos juntar os nossos esforços aos que lá em cima tão valentemente combatiam. Foi assim que o alferes Franco mandou avisar o comandante de caçadores 5, que estava no sul do Rocio, dizendo-lhe que nós não faziamos fogo sobre ninguem, resultando d'ahi esse oficial ir procurar o nosso comandante e perguntar-lhe: «quaes eram as cartas com que se jogava», tendo eu então falado e mostrado a conveniencia da adesão por ser uma barbaridade o que se estava cometendo, tendo sido secundado pelos oficiaes que ali se encontravam. Os dois comandantes entraram após isto no quartel general e ali deliberaram não a adesão, mas uma suspensão de hostilidades, mas, quando d'esse quartel sahiram a cavallo o capitão Martins de Lima, uma praça com uma bandeira branca e um clarim,

os oficiaes do 5 de infantaria reuniram os seus homens, e confraternizaram com o povo, aderindo desde logo á causa republicana, transformando assim o armisticio em adesão plena e absoluta ao grande ideal: Republica. Pouco depois destes factos, chegara até mim o tenente Jaime Garcia que me perguntou admirado o que havia e, como eu lhe dissesse que se tinha aderido, elle correu a avisar as forças da Rotunda que depois entraram no Rocio, sendo recebidas por nós e pelo povo que ali se encontrava com palmas e vivas á Republica. E' esta a verdade e por isso a venho defender, declarando mais uma vez que no espirito do exercito campeava de ha muito a ideia revolucionaria e foi essa ideia que contribuiu poderosamente para o resultado final. Agradecendo a publicação desta carta, subscrevome de v. etc., *Tenente Valdez.*»

Verberando a attitude, Martins de Lima, não esqueceu a affirmativa feita pelos comandantes de infantaria 5 e caçadores 5, antes da revolução, de que se responsabilisavam pela intransigencia anti democratica dos seus regimentos.

Tudo contrariava, é certo, essa segurança e se anteriores successos o tinham evidenciado, á causa ganha, ainda mais alto isso se proclamou: (*)

«Dizem-nos algumas praças de caçadores 5 que é menos verdadeira a noticia relativa ao arremesso de uma granada de uma das janellas do hotel Francfort por um tal Braz da Silva, e que todas as granadas que no mesmo e immediatos pontos cairam vinham do acampamento, com pontaria para o quartel da guarda municipal, não sendo, portanto, qualquer intervenção estranha que levou caçadores 5 a desertar do seu posto. Este regimento ha muito que era republicano, e, se não fôra a prevenção regimental ordenada por causa dos motins resultantes do assassinio do dr. Bombarda, teria acompanhado os revoltosos.

«Tanto era a sua concordancia com a revolução, que, antes da batalha, tentou ir até á Rotunda, tal não conseguindo por esbarrar com infantaria 5; e, durante ella, ainda muitas praças quizeram unir-se aos revoltosos, mas sempre sem exito. A com-

(*) *O Seculo* — Outubro de 1910.

missão que isto nos disse era composta dos srs. Amandio Augusto Durão Fialho, Valentim Quaresma, João de Deus Mendonça Jacques, Humberto da Silva Ramos, José Nunes e José Ferreira Mendes Nazareth.»

Ainda por parte de caçadores 5, os sargentos, vieram affirmar em logar de rendição a adhesão. (*)

Não foram pois descabidas as arguições energicas do capitão Martins de Lima, quebrando a disciplina, inutil aliaz n'esse ambiente de desordens e de revoltas, para algumas verdades proclamar.

Para a justificar ainda, entrou n'essa altura o tenente de artilharia, Raul Pinheiro de Andrade Pissarra, que comandava o serviço da peça collocada á embocadura da rua do Ouro.

Cumpridor do seu mandato, tentara debellar a contra-corrente evidenciada na soldadesca, querendo deixar livre passagem á maruja.

N'um desespero pelas inuteis tentativas, para que a disciplina se mantivesse, foi no galope do seu cavallo, ao quartel general, cahindo em pleno conselho de officiaes, onde bradava ao chefe do estado maior, coronel José Joaquim de Castro, a rebellião da sua força:

— Meu coronel. Os marinheiros estão a desembarcar no Terreiro do Paço! Dei ordem á guarnição da minha peça para que os metralhassem. Infantaria 5 não consente. Quaes as ordens de V. Ex.a?

Nem tudo sabia o tenente, fazendo-se até transmissor d'uma nova falsa, de conveniencia dos adversarios: o desembarque da maruja, que só se effectuou depois de proclamada a republica, das janellas da camara municipal.

Ignorava ainda que, emquanto corria ao edificio do largo de S. Domingos, o tenente-coronel José Joaquim de Sande Menezes e Vasconcellos, de infantaria 5, farto de uma espectativa, decidira effectuar a entrega e avançar para o povo que fugira, receando uma descarga.

O official, porém, tirando esses terrores, arrancou a bando-

(*) *O Seculo* de 15 de Outubro de 1910.

leira que atirou para o chão, com a espada e de novo abriu os braços.

Só então a massa popular comprehendeu e acclamou o commandante.

Esse acto de entrega, teve base effectiva e confirma-o o depoimento do 1.º cabo Zepherino José Franco:

«Na manhã do dia 5, quando a força de caçadores 5 se rendeu, o nosso tenente coronel Sande avançou para o povo, que se agglomerava a uma pequena distancia, debandando este, receando uma fuzilaria da força militar. Então aquelle official, arrancando a bandoleira e atirando-a para o chão, juntamente com a espada, avançou, desarmado e de braços abertos, para o povo, que n'esse momento, irrompeu n'uma fuzilaria de palmas e de vivas ao nosso regimento. Quando, contentes com o triumpho dos revoltosos, mas tristissimos por não termos podido contribuir para a proclamação da Republica, chegámos ao quartel, encontrámol-o saqueado. O povo, que havia entrado no quartel para arvorar a bandeira republicana, arrombára as portas das prisões, libertando os presos e levando comsigo todo o armamento.»

E' certo que pelos revoltosos se quiz attenuar a adhesão, attribuindo-a como tendo base em actos de violencia, os quaes teriam consistido ainda n'um ardil do chefe carbonario Manuel Braz Simões. Este pedindo aos hospedes do 4.º andar do Hotel Francfort, para que abandonassem esses aposentos, teria feito d'ali explodir uma granada, cujos destroços, ainda que não passassem do telhado, iriam levar mais sobresalto ás tropas que se reconheciam vencidas.

Já registámos todavia o desmentido.

Ignorando, pois, esses successos, o tenente Pissarra, esperou do commando supremo a ordem firme que fizessem derrubar todos os planos machiavelicos.

Veiu, mas não a tempo de ser cumprida.

— Faça fogo. Não deixe desembarcar ninguem. Quem manda é o quartel general! foi a resposta do coronel Castro á exposição de Raul Pissarra.

Dispunha-se o official a cumprir a determinação, quando a revolta se decidiu a desempenhar ali, abertamente, o seu papel.

Representava-a o coronel de infantaria 5, Christovam Adolpho Ribeiro da Fonseca.

A um signal subtil do general Carvalhal, collocou-se em frente do tenente, e disse, dirigindo-se a Raphael Gorjão: (*)

— Não, senhor, eu não só o não consinto, como tenho a declarar a V. Ex.ª, que nem infantaria 5 nem as forças que guarnecem o Rocio fazem fogo sobre os marinheiros; não nos opporemos por caso algum ao seu desembarque.

A esse acto de indisciplina, pelos sectarios da Revolução, correspondeu a indisciplina pelos devotados ao dever de bem cumprir a sua missão.

O capitão Martins de Lima, travava-se em conflicto com o coronel Ribeiro da Fonseca.

Ao pasmo do coronel Castro e do general Gorjão, retorquiu elle esboçando um gesto de desagrado contra o comandante de infantaria e bradando:

— Tenho toda a consideração por aquelles que veem para a rua expôr a vida e a carreira, mas não tenho sombra de consideração por aquelles que jogavam com um pau de dois bicos, que tinham estado a ver até ao fim para que lado se haviam de voltar e á frente d'esses estão o commandante de infantaria 5 e o coronel commandante de caçadores 5.

Ergueu-se o primeiro protestando e evocando a disciplina.

Mas difficil era a exigencia e inutil.

Ao capitão Martins de Lima pouco lhe importavam pendencias: em 1908, durante Maio e Junho, logo á chegada, de regresso da campanha do Cuamato, onde se batera, audacioso, farto numero de duellos teve.

Replicando que ali não era um capitão, mas um vogal do conselho, e disposto a tudo, proseguiu no esmiuçar de accusações.

Depois exigiu para a acta o registo das suas palavras, de contrario não a assignaria.

O conselho dissolvia-se, em tumulto grande, onde em es-

(*) Cita o caso, o coronel Alfredo Albuquerque, a pagina 241 do livro de Joaquim Leitão, *Os Cem Dias Funestos*.

pecial se analyzava a orientação assumida pelos dois chefes dos corpos de infantaria.

A attitude do coronel Ribeiro da Fonseca, teve ainda critica na imprensa e polemica em livro, (*) frisando-se que se infantaria 5, se houvesse mantido, a Revolução fracassaria.

Isso deu origem ás seguintes declarações (**) do oficial, a quem á republica feita, era entregue o cargo de confiança, de commandante do regimento de infantaria 16:

«Achava-me em casa, que tem communicação com o quartel do 5, declarou-nos o commandante de infantaria 16, quando, pelas 8 horas da noite do dia 3, o oficial de inspecção me procurou para me participar que viera ordem do quartel general da divisão para prevenção geral, o que eu já esperava em vista dos disturbios que algum tempo antes presenceara no Rocio e que me deixaram a impressão de que graves acontecimentos se iam desenrolar em Lisboa. Mandei dar rapida execução á ordem recebida, conservando-me depois sempre em contacto com o regimento. Passava da meia noite quando o chefe do estado maior me telephonou que marchasse com o regimento para o Rocio. Immediatamente os officiaes correram ás companhias, fizeram armar as praças, que seguidamente convergiram sobre a entrada do quartel, onde foram devidamente municiadas, achando-me eu sempre entre ellas. Quando o regimento estava prompto a marchar havia populares na frente do quartel dando diversos gritos, pelo que ordenei que uma força commandada por um oficial subisse ao terraço e os fizesse afastar, o que conseguiu sem empregar o fogo. Depois d'isto, e tendo já conhecimento dos graves acontecimentos occorridos em infantaria 16 e artilharia 1, exhortei, em breves palavras, o regimento ao cumprimento dos seus deveres, nomeei a força que devia constituir a guarda avançada e mandei marchar sobre o quartel general, seguindo pelo Caracol da Graça, o que tudo se executou, observando-se sempre a mais rigorosa disciplina. Logo que cheguei ao quartel general recebi ordem de o defender, to-

(*) *Os Cem Dias Funestos*, por Joaquim Leitão — Pagina 291.
(**) *O Seculo* de 20 de Dezembro de 1910.

mando as posições que quizesse e devendo destacar um batalhão para a entrada da Avenida, o que rapidamente se executou. Durante mais de trinta horas, o regimento conservou-se na simples defensiva e sujeito ao fogo dirigido do Alto do Avenida e dos cruzadores que, no Tejo, se achavam revoltados, e ainda a algumas bombas lançadas dos predios, isto é, n'uma situação considerada sempre desmoralisadora e que era aggravada pela circumstancia de haver no batalhão, que estava na Avenida, alguns elementos revolucionarios, como depois soube, não devendo, portanto ser muito para admirar que não supportassem com firmeza e resignação as granadas que, por vezes, lhes cahiam em cima. Accentuando a situação que foi creada ao regimento, não tenho por fim fazer quaesquer reparos ás ordens recebidas, pois é fóra dos meus habitos criticar os actos das estações superiores ou os dos meus camaradas, além do que, depois dos factos occorridos, não é difficil ser se perspicaz e estrategico. O meu fim, portanto, é outro: frisar bem os factos que mostram que o regimento, no seu conjuncto, observou sempre os preceitos da disciplina, embora, fóra da minha presença, alguns elementos revolucionarios que possuia tentassem, por vezes, o contrario, segundo mais tarde vi affirmado na imprensa.

«Na noite de 4 para 5 começaram a correr noticias muito inquietadoras, verificando se depois serem quasi todas verdadeiras. Na manhã de 5, seriam talvez umas oito horas, o cançaço e o desalento das praças eram manifestos, sendo do meu conhecimento e dos meus camaradas factos da maior gravidade, taes como: estarem as linhas ferreas e telegraphicas em poder dos revoltosos, que evitavam assim a vinda de quaesquer forças de fóra, o que de facto succedeu mesmo relativamente áquellas que se achavam aquarteladas mais perto da capital; estarem todos os marinheiros revoltados; ter o cruzador *D. Carlos* adherido aos outros dois cruzadores que no Tejo se achavam revoltados desde a noite de 3; estar a bateria de artilharia de Queluz, unica artilharia de que dispunha o quartel general, quasi sem munições, não podendo fornecel-as Braço de Prata por se achar cercado pelo povo; estar cavallaria 4 reduzida a menos de 40 cavalleiros em virtude das perdas que soffrera em

Alcantara; declarar a 1.ª brigada de infantaria que não podia marchar sobre o Rocio, ficando, portanto, inactiva; a attitude da população abertamente ao lado dos revoltosos, etc.

«— Esses factos influiram profundamente no seu espirito? — interrompemos nós.

«— Pezei cs maduramente e, em presença, pois, d'elles, forçoso foi concluir que a monarchia estava ferida de morte, sendo certo que combalida vinha ella de ha muito, pela desorientação governativa e condemnaveis processos de administração, que iam revoltando cada vez mais a consciencia publica. O que se passou de norte a sul do paiz provou depois, exuberantemente, que não me tinha enganado. Entendendo unanimemente que o nosso dever era, como servidores da nação, respeitar a sua vontade, como eu tambem a tinha respeitado emquanto julguei que ella queria a monarchia, e, vendo-se claramente que persistir na lucta era, além de contrariar aquella sua vontade, por tantos factos manifestada, contribuir para uma verdadeira chacina, que não alteraria o resultado final da lucta, servindo apenas para immolar centenas de vidas, sacrificadas, assim, ingloriamente em holocausto ás faltas e aos erros de muitos que se achavam em segurança, não correndo as suas pessoas o menor risco, dei, por isso, as mais terminantes e rapidas ordens para não se fazer fogo contra os marinheiros ou quaesquer outros revoltosos que se dirigissem para o Rocio, o que a cada momento se esperava: estavam assim cumpridos tambem os meus deveres para com a nação e ainda para com a Humanidade. Da resolução tomada, entendi do meu dever dar conhecimento ao chefe do estado maior, apparecendo-me, na occasião em que me ia a dirigir para o quartel general, o commandante de caçadores 5, a quem um official do seu batalhão fizera sciente d'essa resolução, por lhe ter sido communicada por um official superior de infantaria 5, quando aquelle official, havia pouco, fôra á rua do Amparo dizer para não se hostilisar caçadores 5, caso se visse este batalhão marchar sobre a referida rua, pois teria isso tão sómente por fim retirar sobre o quartel general. Confirmando ao meu collega de caçadores 5 o que lhe fôra participado, fil o ao mesmo tempo sciente dos factos sobre que eu e os meus camaradas ti-

nhamos baseado a nossa resolução, a qual o referido commandante resolveu tambem adoptar, seguindo commigo para o quartel general, a fim de secundar as minhas declarações. Estas foram feitas perante o chefe do estado maior e seguidamente só por mim perante o general de divisão, e tanto a um como a outro eu expuz os factos sobre que tinhamos baseado a resolução de não fazer fogo sobre os marinheiros ou quaesquer outros revoltosos, evitando-se assim uma lucta ingloria e uma chacina. Na occasião em que falava ou ia para falar ao general, já não me recordo bem, appareceu o consul allemão pedindo um armisticio de uma hora, a fim dos seus compatriotas poderem embarcar. Esse armisticio, que foi concedido, contribuiu desde logo para os soldados e populares confraternisarem. Seguidamente, realisou-se um conselho de officiaes, por ordem do commandante da divisão, a fim de resolver se depois do armisticio devia continuar a lucta, embora eu nunca soubesse com que tropas, pois n'aquella occasião havia apenas no Rocio, que eu me lembre, a bateria de artilharia de Queluz, quasi sem munições, e o meu regimento, que, certamente, o conselho não poderia suppôr que praticasse actos contrarios á resolução tomada pelos seus officiaes e de que, como já disse, eu dera immediato conhecimento ao general da divisão. N'esse conselho expoz este general, com a maior nitidez, a situação das tropas, vendo eu confirmados todos os factos sobre quaes infantaria 5 baseara a sua attitude, que no mesmo conselho tive occasião de defender, protestando além d'isso perante o referido general contra os desmandos de linguagem do seu ajudante de campo, capitão de cavallaria, quando usou da palavra, e que replicou pretendendo sustentar a estranha doutrina de que não havia ali coroneis nem capitães, que lhe era licito falar como quizesse e que nem o proprio general o podia mandar calar. Este, de facto, não o chamou á ordem, talvez por julgar que as suas palavras não tivessem intenção offensiva e apenas filhas da grande exaltação com que falava. E', porém, fóra de duvida que o conselho tinha apenas de se pronunciar sobre o procedimento a seguir, sem qualquer dos seus membros ter o direito, mesmo que aquelle funccionasse como tribunal, de dirigir censuras a ninguem. Depois do capitão a

que me refiro falaram outros officiaes, acabando o conselho quando alguem, entrando na sala, participou ao commandante da divisão que tinha sido içada a bandeira republicana no mastro do quartel general, o que o dispensou mais de rhetorica e qualquer acta. Pouco depois de terminar o conselho, o general de divisão ordenou-me que retirasse com o regimento para o quartel, onde entrei á sua frente, unido e disciplinado da mesmo maneira que tinha saido, e com a consciencia tranquilla de ter cumprido os meus deveres para com a disciplina e para com a nação. E não terminarei sem declarar, a proposito d'uma noticia menos exacta, publicada n'um jornal, que nunca fui ao quartel general falar, em assumpto de serviço, com o commandante da divisão sem este o ordenar; não ha official algum que, ao tempo, ali servisse que deva ignorar tal facto, como creio que tambem sabem que, quando interrogado pelo mesmo commandante sobre a confiança que me merecia o regimento, respondia sempre que tinha confiança nos meus camaradas e que estava convencido de que o regimento me obedeceria em quaesquer circumstancias de serviço. Não citarei os factos em que baseava a minha convicção, porque o que succedeu dispensa isso completamente.

«— Accusaram V. Ex.ª, accrescentamos nós, não só de ter cedido demasiado cedo ás circumstancias, como tambem de ter occupado o seu posto com ideias reservadas.

«— A minha resolução chegou, como lhe disse e provei, na hora propria e necessaria. Emquanto ao tal «pau de dois bicos» com que joguei, segundo affirmaram n'um jornal, far-me-hia rir se me não revoltassem sempre accusações tão injustas e infundadas como essas.»

O conselho dissolveu-se, pois, tumultuariamente.

O commandante da divisão, desnorteado, debalde quiz impôr o seu prestigio.

Era tarde.

Os vivas da populaça levaram aos deffensores da realeza o desespero.

Correram para fóra, quando sobre o edificio se fez uma descarga que attingiu ainda os guardas fiscaes n.^os 82, Augus-

to Marques, n'uma perna e 138, Francisco Correia, na cabeça.

Estava porém assegurada a queda da monarchia.

O general Carvalhal, assumiu desde logo a chefia da acção no quartel general.

Emquanto o commandante da divisão contemplava extatico a desordem e o tumulto que ia a dentro e fóra do edificio, Carvalhal, levando até á janella um corneteiro, fazia-o tocar a cessar fogo. Telephonava-se egualmente para as Necessidades, ao coronel Brito e Abreu, participando a consummada obra.

Por ordem sua, ainda, subia no mastro uma bandeira branca, e o povo prestou-se para invadir o quartel, proclamando a victoria da Republica.

III

A attitude dos dirigentes da revolta — O jornal «A Lucta» ante os successos — Posse do Governo Civil e do Juizo de Instrucção Criminal — O novo governador civil — Primeiras providencias — Perseguição á policia e sua reforma — Proclamações — A posse do quartel general — Machado Santos e o novo commandante da divisão — Chegada dos delegados do Directorio — Premios de apoz victoria — A bandeira da revolta no Castello de S. Jorge — De jubilo em jubilo.

A grita enthusiastica dos civis, acclamando a republica, e bemdizendo o armisticio que dera ensejo á sua proclamação, chegou até aos dirigentes da revolta.

Vindo á rua, o revolucionario Celestino Steffanina, presenceou a confraternisação da soldadesca e do povo.

Correndo ao Hotel Europa, onde em refugio deixára José Relvas e os drs. Eusebio Leão e José Barbosa, á porta os achava, para os primeiros sorrisos da gloria apoz essas desoladas e inquietantes horas de tempestade.

Descendo a rua do Carmo, Celestino Steffanina e José Barbosa, foram ao Rocio, onde verificaram a exactidão das boas novas, affirmadas ainda no edificio do quartel general.

Rapidamente, decidiram ir á redacção da *Lucta*, communicar ao dr. Manuel de Brito Camacho o alcançado exito, apoz tantas indecisões.

Já ali chegára a novidade jubilosa e o director da *Lucta*, preparando novas mensagens ao povo incitava ao appressar do acto definitivo, o da proclamação.

De automovel se dirigiu em seguida com o visconde da Ribeira Brava para a Praça do Municipio, mas a celeridade da carreira fez com que o vehiculo esbarrasse, na volta da Rua do Alecrim para a Praça de Sá da Bandeira, ficando feridos ambos os passageiros, forçados a retroceder, para tratamento.

Mas já traçado estava o encomio á situação nova.

Contrapondo á simulada surpreza da vespera, a *Lucta*, sahindo pouco depois, espalhava o rejubilo nas seguintes linhas do maior normando dos seus caixotins typographicos:

«Viva a Republiça Portugueza! Ao Povo Portuguez:

«Lisboa, a cidade republicana por excellencia, a mais republicana de todas as cidades do Mundo, ao cabo d'uma lucta porfiada em que se empenharam, n'uma sublime conjugação de esforços o Povo, o Exercito e a Marinha, proclamou a *Republica* como Governo da Nação. Tinha de ser assim, não podia ser de outra maneira. A capital, que é o proprio cerebro da população que pensa, e é o proprio coração da população que sente, tinha que dar a realidade e a prova ao maior sonho, ao supremo anceio nacional — a proclamação da Republica como a indispensavel condição do resurgimento nacional. A hora não é para vãs declamações, embora seja para a livre expressão de immensa alegria, de incommensuravel enthusiasmo que enche e alenta o peito de todos os bons patriotas. O Paiz inteiro vae sanccionar o procedimento da Capital, dando a mais prompta e cabal adhesão ao novo Regimen, solemnemente e definitivamente adoptado. A dynastia de Bragança deixou de viver em Portugal: o throno portuguez está para sempre vago; a Republica é, desde hoje, o Governo da Nação. Viva a Patria! Viva a Republica!»

Ao dr. Manuel de Brito Camacho, vinha depois, (*) como

(*) *Legislação Portugueza* de 1910 — II volume — Pagina 123.

premio aos cuidados havidos nos dias inquietantes do movimento, a reintegração, com promoção, no quadro dos medicos militares, contido tudo no seguinte relatorio e decreto, onde a habitual sêcca feição legislativa apparece attenuada sob o aspecto de uma biographia politica:

«Entre o grupo distincto dos mais ardentes servidores da Republica Portuguesa, que, como irrisoria compensação, ainda hoje estão soffrendo as consequencias da sua patriotica iniciativa, devotada insenção e inquebrantavel amor pela causa publica, figura em vantajoso destaque o ex cirurgião ajudante do regimento de artilharia n.° 2, Manuel de Brito Camacho. Ha cerca de vinte annos que este benemerito cidadão tem dedicado, com exclusivo e perseverante ardor, ao serviço e publica propaganda do ideal republicano, as melhores energias do seu caracter e os maiores fulgores do seu talento. Desde os seus artigos no extincto jornal *Nove de Julho* até aos seus trabalhos brilhantes como conferencista, orador e organisador de nucleos de resistencia contra o decahido regimen monarchico, e ainda ultimamente a diffusão esclarecida e methodica dos principios democraticos feita entre as classes mais illustradas da sociedade portugueza pelo seu apostolado admiravel no jornal *A Lucta*, Manuel de Brito Camacho tem se revelado sempre como um dos mais arrojados, confiantes e leaes cooperadores n'essa obra grandiosa de saneamento a justiça que acaba de emancipar a patria portugueza. A collaboração de Manuel de Brito Camacho no jornal *Nove de Julho*, e a apresentação da sua candidatura como deputado republicano, valeram lhe a imposição de uma grave pena disciplinar, que o levou, depois, com justificado desgosto, a demittir-se do exercito. E' agora um dever elementar de equidade reparar a injustiça feita e reintegrar o ex-cirurgião ajudante, Manuel de Brito Camacho, no cargo que antigamente exercia no exercito, com a sua folha de serviços limpa e occupando o posto que na escala de promoções hoje lhe pertenceria se não tivesse deixado o exercito. E' como expressão d'este levantado principio de justiça que se publica o seguinte decreto:

«O Governo Provisorio da Republica Portugueza decreta, para valer como lei, o seguinte: Artigo 1.° E' annullado o cas-

tigo imposto em 9 de abril de 1894, a Manuel de Brito Camacho, sendo riscada a nota na respectiva folha. Art. 2.º E' reintegrado nos quadros do exercito o ex-cirurgião ajudante Manuel de Brito Camacho, no posto de capitão medico, por ser esta a sua altura na escala de promoção, com a antiguidade d'este posto contada de 19 de Julho de 1901. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém. — Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 21 de Novembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luiz Gomes.*»

Pouco depois (18 de Outubro de 1911) o dr. Brito Camacho passava á situação de licença illimitada, vindo ainda ao cargo de ministro do fomento.

Querendo tambem exalçar-se o jornal, e sem que evocada fosse a attitude retrahida, de falsa surpreza, apresentada na manhã de 4, a Rua Duque de Saldanha, seria transformada em rua da *Lucta*, por proposta feita em sessão de 27 de Outubro de 1910, da camara municipal de Lisboa, pelo vereador Augusto José Vieira.

Deu-se ainda o episodio curioso de se allegar preferida a rua Duque de Saldanha, em vez da de Anchieta, onde era a séde do periodico, pelo facto de esta ter um nome d'um homem que muito honrou a patria portugueza.

Assim se começou por apear o marechal da homenagem a que de direito tinha egualmente jus.

Não sanccionava o director da *Lucta*, o depreciar do vulto historico, e declinava a honraria em officio de 29 d'esse mez.

Ficou todavia de pé a deliberação municipal.

Emquanto Celestino Steffanina e o dr. José Barbosa se dispunham a ir á *Lucta* notificar o fim de todas as incertezas, o governo civil, sabida a situação de vencedora em que se envol-

vera a causa até essa hora considerada perdida, quiz-se esquivar a represalias previstas.

A acção combativa da policia estava coarctada.

O commando superior, confiado ao coronel Moraes Sarmento, ancioso da entrega.

Comquanto a dentro do edificio do governo civil, se encontrassem cerca de 1.000 agentes, bem armados, destacavam-se emissarios que sahindo ao encontro do dr. José Barbosa, lhe communicaram o voto de que o commandante queria liquidar a posse das suas attribuições.

Commissionado principal foi o cabo 61, Augusto da Rocha Coelho, apresentando-se a dizer que a policia se entregava, e pedindo para que não houvesse mais sangue.

A monarchia ia pactuando.

Mal convencidos, presumindo ardis onde apenas havia submissões, a populaça manifestou-se contrariamente á entrada dos chefes da revolta na denominada *Parreirinha*, sob temor de uma chacina.

Os delegados da republica, eram porém recebidos com as acclamações enthusiasticas dos agentes.

No seu gabinete, o coronel José Antonio de Moraes Sarmento, rodeado de toda a officialidade, formulou logo a sua acquiescencia ás ordens do regimen victorioso.

O representante do Directorio, declarava tomar posse do governo civil, em nome da Republica, cujos dogmas exalçou e para o confiar á direcção do dr. Euzebio Leão, novo chefe civil do districto.

Proclamou em seguida a vontade da Revolução de se effectuarem os primeiros actos de reparação de violencias monarchicas contra os republicanos.

O juiz de instrucção, dr. Almeida Azevedo, adivinhou logo as intenções do delegado, e este não o deixou proseguir em duvidas, ordenando-lhe a immediata liberdade dos carbonarios, João Antonio Alves Borges, Manuel Pires Vaz Bravo Junior e Manuel de Seixas Brito Bettencourt, (*) do caso das bombas da Rua dos Correeiros.

(*) Envolvido tambem no caso da explosão de bombas na Rua de Santo Antonio á Estrella. — Vide 1.º volume d'esta obra, pagina 188.

O dr. Almeida Azevedo, altivo, limitou-se a dizer que ia effectuar a sua immediata remessa ao tribunal.

José Barbosa, reiterou a ordem.

O commandante da policia, era o mais appressado em pactuar.

— V. Ex.ª ordena, que sejam soltos os tres bombistas?

— Em nome da Revolução!

Assim se cumpriu a primeira determinação sua.

João Borges, esteve incluido na lista dos que lhe devia ser applicada a lei de 13 de Fevereiro de 1896. Mais tarde, apparecia um dos chefes da policia especial de vigilancia denominada pelo povo, de *formiga branca*, cahindo então sob censuras jornalisticas nunca effectuadas em tempos do regimen por elle tão combatido. A sua acção, as perseguições pelos casos do 21 de Outubro de 1913, e levada até a aggressão ao general Jayme de Castro em 23 d'esse mez, trouxe lhe um sudario accusativo com exposição de biographicos dados que o affastaram de um promettido logar de commissario de policia. (*)

Manuel Bravo, que pouco depois apparecia como um dos proprietarios e fundadores do diario republicano *A Republica Portugueza*, (**) e que teve como premio a anteriores trabalhos e a mal decorridas horas, uma cadeira de deputado á Assembleia Nacional Constituinte, manifestou-se depois abertamente contra a proposta da amnistia a presos politicos, originando a seguinte reedição (***) de passados factos:

«Seja dito em honra do Grupo Independente, que na votação d'hontem na Camara dos Deputados, sobre a urgencia requerida para a discussão do projecto, só o sr. Manuel Bravo, desse grupo, é que regeitou a urgencia. S. ex.ª que regeitou, lá tinha as suas razões — ainda se lhe não varreu do espirito aquella tétrica vizão de Timor que teve nos calabouços do governo civil, depois de fracassados, numa casa de meretrizes duma rua

---

(*) O *Intransigente* de 7 de Dezembro de 1912.

(**) Teve o 1.º numero na quinta feira 13 de Outubro de 1910, e a sede redactorial na rua do Sacramento, ao Chiado, 44. Foram fundadores e proprietarios, Manuel Bravo, Joaquim Ribeiro de Carvalho e Thomaz da Fonseca, e redactor gerente, Sant'Iago Presado.

(***) O *Intransigente* de 29 de Janeiro de 1913.

da Baixa, os seus grandiosos projectos revolucionarios. S. ex.ª ainda não teve tempo de se refazer das colicas de que o libertarám os canhões da Rotunda. Assim como outróra imaginava poder arrostar sósinho com os sete seculos da monarchia, assim imagina hoje poder arrostar, tambem, com os lugubres genios dos que chegam até nós do fundo das prizões, coados atravez dos ferros de todos os carceres de Norte a Sul do pais.»

Quanto ao seu forçado libertador, o juiz de instrucção Antonio Emilio de Almeida Azevedo, retirava apoz o acto. Seguiu-se-lhe (9 de outubro) o arrolamento do existente no juizo criminal, e a demissão do seu dirigente por decreto de 12 publicado a 13, data em que o dr. Almeida Azevedo, regressando de Aveiro a Lisboa, recebia um officio para effectuar a entrega do existente no cofre de sua guarda. Assim, depunha nas mãos do 2.º commandante da policia, Camara Pestana, entre outros objectos, as armas dos regicidas e o processo do assassinio de Fevereiro de 1908, transitando tudo para o ministerio da justiça.

Era desde logo substituido pelos drs. Bernardo Meyrelles Leite e Alfredo Monteiro de Carvalho, como juizes de investigação junto dos quatro districtos criminais.

Pouco depois, regressando de licença pedida, ao cargo de juiz da 1.ª vara civel, era transferido para a comarca da Guarda, d'onde fazia subir ao Tribunal da Relação, um officio protestando contra o acto não solicitado e que considerava de lesa-direito

Optava em seguida pelo exilio e partindo para Inglaterra, era, dois annos decorridos (19 de Dezembro de 1912) nomeado professor de litteratura na Universidade de Londres. A nostalgia de patria, fez com que a ella regressasse mais tarde, abrindo banca de advogado em Lisboa.

*

Sahindo dos carceres do governo civil João Borges e Manuel Bravo, foram com o revolucionario Estevam Pimentel, occupar a estação dos telegraphos, que depois confiaram á direcção do dr. Ribeiro de Souza.

Estevam Pimentel, teve, á partilha, o logar de governador civil do districto de Evora, sendo o seu nome citado, mais tarde, a proposito de um desacato na egreja italiana do Loreto, em Lisboa.

Estava feita a posse do governo civil, a qual se deu como assistente o dr. Euzebio Leão, dizendo: (*)

«Chegou nos, finalmente, a noticia da victoria. Os revolucionarios haviam tomado o quartel general e toda a tropa que estava no Rocio se havia rendido. Fomos ao Rocio verificar o facto e subimos depois o Chiado para irmos vêr o que se passava no governo civil. Os populares procuravam demover-me do meu proposito de me approximar de lá, dizendo me que os policias estavam ainda em attitude aggressiva e que a revolução não queria perder nenhum dos seus dirigentes. Insisti, porém, e fomos até á porta do governo civil. Os policias que alli estavam mostraram-se submissos, implorando que lhes não fizessem mal, pois todos julgavam que iam ser massacrados »

Não o cita todavia um documento, especie de auto, onde se relata o acto:

«Eu abaixo assignado, declaro que pelas oito horas e trinta e cinco minutos, no dia cinco de outubro do anno de mil novecentos e dez, isto de manhã, foi este edificio do Governo Civil da cidade de Lisboa, tomado pelo Ex.^{mo} Sr. Celestino Steffanina, juntamente com outro individuo de quem se fazia acompanhar, soube depois ser o senhor José Barbosa, estando n'esta occasião grande e avultado numero de guardas em frente do mesmo edificio estando os mesmos armados de revolveres e traçados; declarando o mesmo senhor que não havia perigo que se rendessem assim o fizeram. Levantando n'essa occasião vivas ao novo regimen, sendo o mesmo senhor acompanhado pelo pessoal da policia ao chamado (pateo dos Calaboiços) no interior do mesmo edificio, no meio de grandes manifestações, estando n'essa occasião presos no calaboiço numero quatro os cidadãos João Borges e o professor Bettencourt e Manuel Bravo accusados pelo antigo regimen de conspiradores contra o mesmo regimen

(*) *O Seculo* de 28 de Outubro de 1910.

e de anarchistas, os quaes presenciaram os factos passados no mesmo pateo onde estavam installados os calaboiços. — Lisboa, 18 de Outubro de 1910 — Augusto da Rocha Coelho, 1.º cabo n.º 61 do Corpo de Policia Civica.»

De facto, a entrada do dr. Euzebio Leão, effectuou-se depois da posse do edificio, e sendo até aguardado pelo revolucionario Steffanina, que ficou no Governo Civil dando ordens para a substituição da bandeira azul e branca pela da revolução.

Já se effectuara tambem a remoção, para o arsenal, de um sem numero de armas e do cartuchame existente no pateo dos calaboiços e na vespera trazido do quartel de engenharia.

De volta da Camara Municipal e do quartel da guarda municipal, tomava pois, o dr. Euzebio Leão posse do logar de governador civil de Lisboa.

Conferia lh'a, sem exigencia sequer de official documento de nomeação, o governador civil, do cahido regimen, Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, que em seguida abandonava a capital.

Como primeiros actos, teve as ordens: da prohibição do lançamento de foguetes, para que não houvesse alarme; da abertura immediata de padarias e mercearias, afim de se effectuar o abastecimento popular; do encerramento das lojas de bebidas, para se obstar a abusos e excessos; e impondo o abster de perseguições, esta ultima medida exposta no edital seguinte:

Republica Portugueza

PATRIA E LIBERDADE

Governo Civil de Lisboa

AO POVO

Ordem e trabalho é a divisa da Patria libertada pela Republica. A todos os cidadãos de Lisboa se pede que sejam os primeiros a manter a tranquilidade publica. Respeito pelas pessoas e propriedades dos estrangeiros, respeito pelas pessoas e propriedades dos portuguezes sejam quaes forem as suas classes, profissões e opiniões politicas ou religiosas.--O Governador Civil, *Euzebio Leão*».

Julgou-se ainda util chamar a attenção do povo para o edital e o governador civil, incumbia d'essa missão de arauto, o revolucionario Victor Pompeu Rodrigues, que, de automovel e de lança com a bandeira republicana, não só foi indicando ao povo a conveniencia de ler e guardar as disposições do docu-

mento affixado nas esquinas, como percorreu as sédes das commissões parochiaes, incumbindo-as, em nome do dr. Euzebio Leão de vigiar pela manutenção da ordem e exacto cumprimento do edital.

As recommendações e o facto conhecido da transigencia da séde do commando de policia não excluiram todavia o assalto não só aos quarteis da guarda municipal, como a esquadras, reduzidas a ruinas.

Soffreram-n'o as da rua do Calvario, largo do Rato, largo do Caminho Novo, Terremotos, rua da Boa Vista, calçada da Pampulha, rua do Loureiro, rua do Valle de Santo Antonio. Contra esta se concitaram especiaes furias, com fundamento em haver retido João Alves, morador na rua do Diario de Noticias, 84, e Manuel Vaz Rebordão, envolvidos no caso das bombas da rua Santo Antonio á Estrella e Arthur Cunha, morador na rua do Valle, 94 e preso ali pela janeirada de 1908.

Outra das mais attingidas, foi a esquadra da Travessa das Almas á Estrella, onde a turba apezar da resistencia opposta, fazia damnos no valor de 100$000 reis, e furtava objectos na importancia de 64$000 réis. As investigações judiciaes não deixaram passar em claro o lance, e aos tribunais conduziu, como principal instigador, o trabalhador Zepherino Dias, solteiro, de 29 annos, natural de Lisboa, que, julgado, teve o crime provado e inherente a condemnação (23 de abril de 1913) a 3 annos de prisão maior cellular ou na alternativa de 5 de degredo em Africa e 30 dias de multa a 100 réis por dia, aproveitando-lhe o decreto de 4 de novembro de 1910, o que reduziu a pena a 2 annos de prisão maior cellular, na alternativa de 3 annos, 4 mezes e 2 dias de degredo e 10 dias de multa a 100 réis.

Um troço enorme de civis, levando um d'elles um tambor onde rufava incessante, dirigiu-se ao governo civil para effectuar o aprisionamento de toda a policia, e que tinha, por elles, logar destinado na Rotunda.

Mas a policia já a salvo estava, e o grupo achou-se apenas a contas com forças de infantaria 5, assegurando um poder nem sujeito a excessos.

D'ahi a tomadia violenta dos agentes isolados, cahindo sob a alçada dos turbulentos.

Muitos, eram procurados em casa e presos (*), fazendo isso com que á porta do antigo commandante, Moraes Sarmento, fossem collocados, de guarda, armados, dois populares e á entrada, outro, com o estandarte republicano na mão, para se impôr a investidas. Tomava-se posse das fardas dos agentes, envergadas para excessos. (**)

Sob a alçada popular cahia ainda o cabo da esquadra da rua dos Capellistas, condecorado pela morte de Manuel dos Reis e Silva Buiça. Embora negando o acto, de iras o salvaram mais cordatos.

Os chefes Narciso, da esquadra do Rato e Silva, da dos Terramotos, eram detidos, e levados ao governo civil, emquanto aggredidos, para ali se conduziam tambem, os agentes 217 e 408.

Deu tudo isso origem ao seguinte documento:

RECOMMENDAÇÃO AO POVO

O Directorio do partido republicano recommenda a todos os cidadãos a maior urbanidade com as pessoas dos policias e guardas municipaes, visto que todos se renderam, não havendo portanto motivos alguns para aggressões; e pede a todos os cidadãos que mantenham como sempre a mais completa ordem.

A repartição trouxe ainda uma ordem, energica, do governo civil, assim exposta:

REPUBLICA PORTUGUEZA
PATRIA E LIBERDADE
Governo Civil de Lisboa

Para garantir a liberdade individual, condição necessasaria de segurança social e de honra do governo republicano, faz-se saber a todos os cidadãos que é indispensavel haver todo o respeito pelas pessoas dos policias, dos soldados municipaes e dos padres, assim como de individuos de qualquer outra condição, castigando-se rigorosamente qualquer desacato que se pratique. Lisboa, 6 de Outubro de 1910.—O Governador Civil, *Euzebio Leão.*

(*) A *Lucta*, de 7 de Outubro de 1910.
(**) O *Seculo*, de 7 de Outubro de 1910.

Sollicitada foi egualmente a intervenção do quartel general para o reprimir das violencias, emquanto preventivamente se determinava aos officiaes da policia, a collocação no hombro, de laços com as côres verde e encarnada.

Querendo-se entretanto affastar os perseguidos, era licenceada a policia, sahindo desarmada, e estabelecia-se logo a substituição de todo o corpo de officiaes, ficando dos antigos, os capitães Manuel Jacintho França Junior e João Carlos Craveiro Lopes, que se reuniram aos modernos, o capitão de caçadores, Henrique Maria Cancio de Penha Coutinho, e tenentes de infantaria, Virgilio do Carvalhal Esmeraldo e Luiz Maria da Gama Ochoa.

O coronel José Antonio de Moraes Sarmento, comandante ha 17 annos, cedia o logar (9 de outubro) ao major de artilharia, Alberto Carlos da Silveira, sendo 2.º comandante, o capitão de artilharia, Tristão da Camara Pestana, que mais tarde (20 de Março de 1912) ordenava a queima no pateo do governo civil de todo o archivo da policia preventiva até 1906 e dos jornaes, livros e outros documentos apprehendidos no tempo da monarchia.

Sobre essas nomeações, appareceram mais tarde, com mal encobertas accusações sobre deficiencias na repressão dos conspiradores monarchicos, uns trechos (*) curiosos, aos quaes só faltou o nome da individualidade citada, embora acontecimentos de occasião se encarregassem de o desvendar: o major Alberto Carlos da Silveira.

«Quando rebentou a revolução em Lisboa, eu tinha a direcção da unidade que V. sabe. Os ecos do movimento revolucionario, na capital, chegavam á localidade onde eu tinha a minha residencia e vinham até mim, ora annunciando-me a victoria das forças republicanas, ora o triunfo dos defensores da monarchia Passei aquellas longas horas n'uma agitação espantosa.

Desconhecendo quasi completamente o desenrolar dos acontecimentos, recolhi a casa na noite de 4, deitei-me e adormeci. A madrugada de 5 surgiu alfim. Quasi não tinha pregado olho

(*) *O Seculo* de 21 de Novembro de 1913.

e dispunha-me a sahir da cama e tentei um esforço para averiguar em que altura estavam as coisas, quando, no pateo da minha habitação, senti o ruido confuso de baionetas e de coronhas de espingardas batendo no lagedo. Tive um sobresalto. Vi deante dos olhos todo o desenrolar de uma pavorosa perspectiva. Senti-me preso, metido entre uma escolta, arrastado para uma prisão, enterrado n'um calabouço humido e frio. Hesitava deante do caminho a seguir, visto que, se a casa estivesse cercada, como eu supunha, eu não podia fugir d'ali. Entretanto o nucleo augmentava. Da rua chegavam até aos meus ouvidos, palavras desconexas, gritos que eu teimava em supôr que fossem de canibaes, de bandidos sedentos de sangue e da minha liberdade. De repente, uma argolada estruge na porta da rua e uma voz, que parece um trovão, gritou: *Abram, em nome da Republica!* Não imagina, meu amigo, o que foram para mim, estas palavras redentoras. Saltei do leito, lesto como um rapazito, vesti a farda e mandei abrir. Um grupo de homens, queimados de polvora e com os fatos em desalinho, cairam-me nos braços e annunciaram-me que o governo provisorio, já constituido, me mandava tomar conta da policia...»

Certo é que o major Silveira, abandonava pouco depois o logar sob dolorosas impressões que a *Lucta* (25 de novembro de 1913) procurou assim attenuar:

«Da policia não levará saudades, mas tambem não levará remorsos, porque não foram os agentes ás suas ordens que praticaram a serie de abusos, de violencias e de crimes que são a pagina escura da Republica nos atormentados annos, tres apenas, que ella conta de existencia.»

Dos antigos agentes poucos haviam ficado e a reorganisação das esquadras, começava em 10 de Outubro de 1910.

Era cedo ainda, por mal extincto o odio aos agentes, e demonstrou-o, o assalto a 15 d'esse mez, á esquadra do Beato, por centenas de civis que proclamavam não querer ali a policia antiga nem outra com o mesmo fardamento.

De nada valera a anterior retirada dos fardamentos e a substituição das antigas braçadeiras azues e brancas, por outras encarnadas.

A esquadra fechava, vindo os guardas para o governo civil, até que dois dias depois, um decreto (*) datado de 17, transformava a policia civil, em policia civica de Lisboa.

Como não fossem seguros os resultados, ainda mais tarde era nomeada (Janeiro de 1914) uma commissão composta dos tenente-coronel Camara Pestana, comandante da policia de segurança; dr. Tavares Festas, chefe da policia administrativa; dr. João Eloy, chefe da policia de investigação, e major Amaral, ao serviço da policia de segurança, servindo de secretario, para apresentar ao então chefe do districto, general Judice da Costa, as bases de uma remodelação da policia, de forma a dar a essa corporação o desenvolvimento necessario ás exigencias da cidade.

Por esse tempo já o dr. Euzebio Leão, transitara não só pelas camaras, como deputado á Assembleia Nacional Constituinte, como pelos altos cargos de presidente do Senado (1912), e de ministro de Portugal em Italia.

Assim, successivos foram os premios pela serena posse do edificio do governo civil na manhã de 5 de outubro de 1910.

*

* *

Ao tempo em que se dava essa facil tomadia, no Rocio ruidosas acclamações, assignalavam successo novo.

Era a chegada do commissario naval Machado Santos.

Estava nas ultimas determinações para a marcha, quando o avanço de grande multidão sobre a Avenida lhe fez ver que se encontrava consummada a sua obra.

Deixou a Rotunda guarnecida e caminhou ao encontro dos que para elle iam.

Informado, tomava a chefia da columna de civis, acompanhado pelo revolucionario Americo de Oliveira.

O enthusiasmo popular, galgou as barreiras da conveniencia e, a meio da Avenida, arrancando Machado Santos de sobre o cavallo, levava o ao collo, até o depôr á porta do quartel gene-

(*) *Legislação de 1910* — Pagina 21.

ral, semi-alquebrado pelas horas de fadiga e de insomnia, coxeando, o rosto e as mãos quasi negras de polvora, e a farda empoeirada e sem uma das dragonas, arrancada para recordação do vulto que a usava.

O official, ignorando ainda a absoluta entrega do quartel, com a populaça convencionava que, se não apparecesse dentro de trinta minutos, invadisse o edificio.

Perguntando pelo general Gorjão, era conduzido até a sala onde se encontrava ainda parte do estado maior.

Ali, notificava-lhe a victoria da republica.

O comandante da divisão, no exaspero ainda da scena final do conselho, significou ao chefe da Rotunda a extranheza de um violar de armisticio.

Machado Santos, singelamente e sem assomos, mostrava-lhe o relogio, pelo qual faltava até um minuto para o inicio da convenção. Eram 8 horas e 44 minutos.

O general Gorjão, submettendo-se, dedicou ao sr. D. Manuel algumas phrases sentidas, com o cuidado pelo seu fim.

O commissario naval, já solemne, reiterou que a revolta cumprido o seu dever e satisfeita com a victoria, nem de leve sequer tocaria no monarcha, e se preciso fosse, Machado Santos pessoalmente iria acompanhal-o ao extremo do paiz.

Era inutil.

D. Manuel, sem auxilio dos rebeldes se collocara a distancia de não soffrer as contingencias registadas na Historia em relação a Luiz XVI.

Não pensou n'um cadafalso, mas entreviu uma detenção.

O chefe do quartel general, declarou-se rendido.

Machado Santos, protestando, fez a affirmativa de que classificava o acto não de rendição mas de adherencia.

A cortezia era n'esse ponto symbolo da verdade.

Correctamente, pretendeu o commissario naval que o chefe da divisão n'esse cargo continuasse.

Elle recusou porém.

Ante o esperado desenlace, e sabendo que o almirante Candido dos Reis exprimira o voto de que o general Gorjão tivesse

como substituto o general Antonio Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, notificava-lhe a escolha.

O nomeado inclinou-se n'uma venia de retrahimento, emquanto o commissario naval indicava em voz baixa ao revolucionario Ricardo Covões a conveniencia da procura dos dirigentes da causa para lhes significar a urgencia da proclamação.

N'esse instante entravam, annunciando-a, os delegados do Directorio, Innocencio Camacho Rodrigues e dr. José Barbosa.

Este, sanccionava a nomeação do general Carvalhal, que teve a phrase modesta:

— Não sei se mereço a confiança do governo provisorio...

Os emissarios directoriaes, reiteraram lh'a em nome da Republica.

Assumiu pois o elevado cargo, sendo n'elle investido ainda pelo ultimo ministro da guerra da deposta monarchia, general José Nicolau Raposo Botelho.

Antonio Carvalhal, submetteu-se apparentemente, pois ainda perante o governo provisorio manifestou vontade de recusar o cargo.

A' insistencia ficava porém, tendo logo medidas uteis.

Semelhantemente ao ordenado pelo governo civil, promovia o immediato encerramento das tabernas e a reabertura de mercearias e padarias.

Appareceu a determinação no seguinte edital logo affixado ás esquinas das ruas:

«Antonio de Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, General Commandante da 1.ª Divisão Militar e da Cidade de Lisboa.

«Faço saber que está proclamada a Republica tanto na capital como n'outras localidades do paiz e que reina a ordem mais completa. A nobre attitude do povo revolucionario tem protegido tanto quanto é possivel, n'estas occasiões, os haveres e a vida dos moradores de Lisboa. E' de esperar, portanto, que o commercio d'esta capital corresponda a esta attitude levantada do povo lisbonense, abrindo os seus estabelecimentos, principalmente os de viveres, que tão indispensaveis são á população, e que terão de ser abertos pela força militar se até ás 3 horas o não forem espontaneamente pelos respectivos proprietarios. Os

estabelecimentos de bebidas alcoolicas, cafés e casas de pasto fecharão ás 8 horas da noite. O governo da cidade continua provisoriamente entregue á autoridade militar».

Como sensatas e firmemente determinadas, tiveram immediato acatamento essas ordens do general Carvalhal.

Pouco tempo todavia se conservou elle no cargo, retirando-se da politica (*) e passando á reserva por decreto publicado na ordem do exercito n.º 13 da 2.ª serie (referida a 20 de Julho de 1912 — *Diario do Governo* de 14 de Agosto do mesmo) que egualmente inseria a seguinte portaria de louvor:

«Passando hoje á situação de reserva, por haver attingido o limite de idade, o general Antonio do Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, manda o governo da Republica Portugueza, pelo ministro da guerra, louvar o mesmo general pela inexcedivel lealdade com que serviu a Patria, desempenhando o importante cargo de comandante da 1.ª divisão, desde a proclamação da Republica, com acrisolado patriotismo, acendrado zelo, pronta iniciativa e inteligente decisão, concorrendo para garantir em occasiões dificeis a segurança publica e desempenhando com brilho os diferentes serviços que lhe foram incumbidos, de maneira a contribuir para o prestigio da Republica, e para confirmar o lisongeiro conceito em que o paiz justamente tem o seu exercito, bem merecendo assim da Patria e das instituições. Paços do Governo da Republica, em 6 de julho de 1912. — *Antonio Xavier Correia Barreto.*»

Substituiu-o, o director da 1.ª direcção geral da secretaria de guerra, general Elias José Ribeiro, e assim Telles de Carvalho, abandonou o cargo que ao findar da revolução de outubro lhe fôra entregue por Machado Santos.

Até essa cerimonia se lhe quiz contestar, sob dois argumentos.

Um, expunha o o professor Innocencio Camacho Rodrigues, dizendo em plena sessão de 5 de Julho de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte (N.º 14, pagina 5):

«A Camara sabe muito bem que eu sou das poucas pessoas

(*) *O Mundo* de 3 de Julho de 1912.

que, em Portugal, conhecem todos os individuos, factos e pormenores que cooperaram para o triunfo da revolução de 5 de outubro. Eu sei os que estiveram, os que não estiveram, os que appareceram, os que desappareceram, os que voltaram e os que ficaram; sei, n'uma palavra, tudo, e não tenho duvida de dizer em voz alta tudo o que seja necessario para que a Historia não seja mentida e não fiquem registadas cousas que não correspondam á verdade dos factos Falava o sr. dr. Eduardo Abreu e falava bem — elle servia se de um livro escrito por Machado Santos, que não podia escrever outra cousa senão o que lá está. — Entretanto elle não sabia, então, o que se estava passando na margem do Tejo. Eu dou testemunho e commigo José Barbosa, de que ali, no quartel general, não se sabia e não havia obrigação de adivinhar o que estava feito; mas, o que é certo é que quando Machado Santos veio para baixo, já a marinha tinha desembarcado, já tinham mudado as cousas. Isto não destroe, não apaga o brilho do acto de Machado Santos.»

A marinha desembarcou depois da republica proclamada na camara e só para infundir receio á soldadesca que pouco disposta estivesse a transigir, se deu o desembarque a effectuar-se antes da ceremonia municipal.

Sendo certo que, segundo a allegação do revolucionario Innocencio Camacho, Machado Santos não podia conhecer, estando na Avenida, o que se passava no Tejo, certo é egualmente que não podia o primeiro, distante do quartel general, conhecer os successos ali decorridos.

E de facto, já vamos ver o testemunho do general Antonio Carvalhal, citando a entrada ali do commissario naval, pouco depois de arvorada a bandeira branca do armisticio, acto que precedeu muito o da proclamação na camara e sendo apoz esta que a maruja enveredou para o Rocio.

O tenente Parreira, (*) cita mesmo a convenção do desembarque, apoz o premeditado bombardeio pela rua do Ouro e rua Augusta, no que se sobreestou até ao regresso do commissario

(*) *A Republica Portugueza* de 2 de Novembro de 1910 (Relatorio).

naval Marianno Martins, feito quando já negociado estava o armisticio e arvorada a bandeira branca.

Diz ainda outra narrativa (*):

«De junto do *Adamastor* saía tambem um vapor do Arsenal conduzindo uma força de marinheiros, os quaes se dirigiram a bordo da fragata *D. Fernando*, cuja tripulação içou logo a bandeira republicana, seguindo o vapor d'ali para o transporte *Pero de Alemquer*. Os officiaes d'este navio quizeram oppor se, mas sendo presos, foram levados á presença do tenente Parreira, ao passo que a tripulação içava a bandeira republicana e adheria em massa ao movimento. Findo isto, o mesmo vapor foi á escola dos torpedos em Valle do Zebro, deixando ali ficar varias praças, a fim de evitar qualquer movimento, tendo se passado o que já o *Seculo* noticiou. A's 9 horas da manhã apresentava-se no Terreiro do Paço um alferes de caçadores 5, a dizer para bordo que as forças acampadas no Rocio se haviam rendido e que só se entregariam aos revoltosos da armada. Feitos signaes para todos os navios, a fim de desembarcarem as suas guarnições, deixaram apenas ficar a gente da artilharia para a hypothese de um novo bombardeamento. A's 9 horas e meia desembarcavam no Arsenal todas essas forças, que, seguindo para o Rocio, evacuaram o quartel general, distraindo outras forças para varios pontos da cidade, especialmente para a Penha de França, visto dizer se que estava ali alojada artilharia 3, de Santarem.»

Disse se tambem, para eterna opposição aos minimos passos notaveis do commissario naval, que o seu apparecimento no quartel general se deu quando o dr. José Barbosa já havia investido o general Carvalhal no commando da divisão:

«Machado Santos, entretanto, avistando do acampamento da Rotunda uma grande multidão que subia a Avenida, calculou que era tempo de avançar sobre o quartel general, deixando o entrincheiramento sufficientemente guarnecido. A' frente d'um batalhão de populares armados desceu até ao Rocio e entrou no quartel general. Já lá estava José Barbosa que, em nome do Di-

(*) *O Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

rectorio, apoiou a entrega do comando da divisão ao general Carvalhal.» (*)

Comtudo, o contrario declarou Machado Santos no relatorio, a pagina 90, assignalando haver surgido no quartel general ás 8 horas e 44 minutos.

Garantem-lhe outros depoimentos a authenticidade.

Assim, não só o capitão Martins de Lima, affirma (**) que o commissario naval surgiu ali antes da republica proclamada na camara, como o proprio nomeado o confirma em absoluto, n'uma entrevista (***) onde o official expoz a sua situação:

« — O sr. general sabia do movimento revolucionario antes do dia 3 de outubro?

« — Não, senhor, respondeu-nos s. ex.ª. Não sabia absolutamente nada do que se planeava. E até, tendo em tempos sido procurado por alguem que queria saber qual a minha attitude em face d'um movimento revolucionario, eu respondi, francamente, que cumpriria até o fim os deveres que me impunha o cargo de confiança que exercia. Lembro-me mais que me recusei terminantemente avistar-me com pessoa de destaque no partido republicano, que manifestára desejos de conferenciar commigo.

« — V. ex.ª foi prevenido do que se passava pelo quartel general?

« — Do quartel não recebi communicação alguma. Só na manhã do dia 4 é que tive conhecimento de que algumas forças do exercito e populares se encontravam na Rotunda, e isto por uma pessoa de minha familia que ali não poude passar quando se dirigia para Algés. Como era meu dever, fui apresentar-me ao sr. general Gorjão, que me disse ser seu desejo que eu não me afastasse, para o poder substituir em qualquer impedimento que porventura lhe sobreviesse.

« — Das ordens dadas no quartel general alguma foi da iniciativa de v. ex.ª?

(*) *O Cinco de Outubro* por J. de Abreu, pagina 200

(**) *Da Monarchia á Republica*—Pagina 142.

(***) *O Seculo* de 22 de Novembro de 1910.

«— Eu não tinha que dar ordens, visto que estiveram sempre presentes o general Gorjão e o chefe do seu estado maior, sr. coronel Castro. Nem dei ordens de minha iniciativa, nem tão pouco as transmitti. Comprehende que n'aquelles dias, no quartel general, o meu papel era necessariamente muito apagado.

«— Mas foi v. ex.ª o encarregado de commandar as forças que deviam envolver os revoltosos da Rotunda, não é verdade?

«— E' certo que recebi do general Gorjão essa ordem, mas depois dos ministros, e sobretudo o dos estrangeiros, muito instarem para que elle o fizesse, visto aquelle general entender que eu não devia sahir do quartel. O movimento envolvente, tendo sido determinado para as 9 horas da manhã, ainda á uma hora da tarde não estava realisado. Só a essa hora é que montei a cavallo, exigindo que me acompanhasse, como chefe d'estado maior, o tenente-coronel Garcia Guerreiro, official ás ordens de D. Manuel. Lembro-me até de que fui eu que emprestei a esse official um revólver, visto elle estar á paizana e desarmado.

«— Eram importantes as forças que v. ex.ª ia comandar?

«— Levei commigo unicamente o regimento de cavallaria 4, que estava reduzido a umas 40 praças, e mais adeante deviam juntar-se-me os regimentos de cavallaria 2 e infantaria 2. Seguimos sempre a galope, para Sete Rios, onde encontrámos o regimento de cavallaria 2, commandado pelo coronel Albuquerque e já muito reduzido. Este regimento fôra já mandado apear para reforçar a bateria, mas uma granada fizera-o dispersar e a reluctancia dos soldados em ir prestar aquelle serviço era manifesta. Infantaria 2 estava tambem dispersa, vendo-se aqui e além homens sentados, alguns com a cabeça envolta em lenços e em attitude pouco guerreira e disciplinada. Em taes circunstancias eu entendi dever reunir conselho de officiaes, no qual tomaram parte o coronel Albuquerque, o tenente-coronel Garcia Guerreiro e o capitão Martins de Lima que tambem me acompanhara desde o quartel general. N'esse conselho foram todos de opinião que por ser muito tarde, escassearem as munições e não haver apoio possivel para a bateria de Queluz, esta devia retirar.

«— Então v. ex.ª não deu ordem para a bateria retirar unicamente guiado pelo seu criterio?

«— Não o podia nem o devia fazer n'aquellas circumstancias e só dei essa ordem porque assim tinha sido resolvido, unanimemente, pelos officiaes que me rodeavam.

«— O quartel general teve conhecimento d'essa resolução?

«— Foi-lhe communicada pelo tenente-coronel sr. Garcia Guerreiro, quando vinhamos proximo do Jardim Zoologico. O general sr. Gorjão concordou com essa resolução e recommendou que fizessemos todos os esforços para entrar em Lisboa, o que fizemos sem ser hostilisados, chegando ao largo de S. Domingos ás 6 horas e meia da tarde.

«— V. ex.ª tornou a sair do quartel general?

«— Aqui estive até ao armisticio do dia seguinte.

«— Como foi v. ex.ª investido no commando da divisão?

«— Pouco depois de içada a bandeira branca do armisticio, entrou no quartel general o sr. Machado Santos, que, declarando que a Republica estava proclamada, disse que todos tinham combatido pela Patria e, segundo o que suppunham, o seu dever. Depois o commandante dos revolucionarios da Rotunda abraçou e felicitou o sr. general Gorjão, convidando-o para continuar no commando da divisão. Como s. ex.a se recusasse a acceitar o convite do sr. Machado Santos, este senhor pediu-lhe que lhe indicasse o official que ali era o seu immediato. Indicou-me então o sr. general Gorjão. Eu, porém, egualmente me recusei, allegando que não podia inspirar confiança ao governo da Republica, visto que durante a revolução sempre estivera ao lado dos officiaes do quartel general. Machado Santos insistiu e appellou para o meu patriotismo, lembrando o alto serviço que eu prestaria ao paiz acceitando o commando da divisão, precisamente no momento em que elle era mais necessario e imprescindivel. Por fim, o proprio sr. general Gorjão e os officiaes presentes instaram tambem commigo para que acceitasse aquelle cargo. Mais tarde, apresentei ao governo provisorio as mesmas razões que allegara perante o sr. Machado Santos, razões que não foram attendidas, entendendo o governo dever conservar-me no commando da divisão que, felizmente, tenho exercido sem difficuldades nem attri-

ctos, devido sobretudo á leal e efficaz coadjuvação do meu chefe d'estado maior, sr. capitão Pereira Bastos, e de todos os officiaes que formam o estado maior da divisão.

«— V. ex.ª diz nos quem são esses officiaes?

«— Além do capitão Pereira Bastos, os tenentes do estado maior Cabrita, Lobato Guerra, Maia de Magalhães e Victorino Godinho, todos distinctos e auxiliares como não pode haver melhores. Conservei o meu antigo ajudante na 4.ª brigada de cavallaria, capitão Vasconcellos, e convidei o capitão Carvalhaes, que já era ajudante do general Gorjão e não estava em Lisboa na occasião da revolta.»

O depoimento, insuspeito, assignala pois devidamente que Machado Santos, recebeu em serena posse o quartel general, antes da chegada dos delegados directoriaes.

Estes, no febril enthusiasmo das primeiras horas de reconhecimento áquelle que, de facto, conteve a completa derrocada dos planos revolucionarios, abraçavam-no, perante os adherentes, tratando-o por almirante:

«José Barbosa e Innocencio Camacho felicitam-me calorosamente e dizem me que hei de ser almirante e tratam-me como tal. Eu respondo-lhes com uma gargalhada e digo lhes que nada pretendo.»

De facto, o premio era apenas dos instantes primeiros de jubilo e começava a conhecel-o.

De aviso fôra já a escolha do governo provisorio, affirmando o esquecimento do seu sabido esforço, pela exclusão do seu nome.

Esse pensamento nasceu egualmente no cerebro do enviado especial do *Matin*, Jules Sauerweins, ao reproduzir no seu jornal, os resultados do seu *inquerito á vida portugueza* (*).

«A revolução de outubro foi levada a efeito pelos «Carbonarios». Esta associação secreta poude esquivar-se ás perseguições dos governos monarchicos, graças á sua forte organisação dentro da capital e cercanias, e ao segredo absoluto prescripto pelos seus estatutos.

(*) *Matin*, Janeiro de 1911 — *As Novidades* de 17 do mesmo mez.

«Lentamente, durante dez annos, conquistou a marinha, depois o exercito, armando em seguida, pacientemente, os elementos populares de Lisboa. Quando, após dois dias de combate, sob o commando de Machado Santos, as tropas revolucionarias desceram a Avenida da Liberdade, dirigindo-se para o coração da cidade, era, pois, de prevêr, pela logica brutal das coisas, um governo «carbonario». Porém, ao chegarem ao ministerio, as tropas conjuradas encontraram um gabinete já organisado. Nenhum dos seus membros pertencia á famosa associação.

«O presidente do Governo Provisorio, sr. Braga, foi ao encontro do sr. Machado Santos. «Vós fostes — diz-lhe — o «bon savatier» da Republica. Ella deve-vos a sua existencia».

O «bon savatier», sonhára, talvez, calçar a bota que acabava de fabricar, mas convenceu-se de que os homens que haviam tomado as redeas do governo, estavam nos seus logares: que o prestigio dos seus nomes, a sua popularidade, adquirida ao preço de vinte annos de propaganda admiravel, valiam de certa maneira algumas campanhas bellicas. Era indubitavel que esses homens não haviam assestado os canhões, mas tinham sido, por outro lado, apostolos incansaveis. E, depois, o sr. Machado Santos estava fatigado, bem como a sua gente. Inclinou se, e partiu. Para resumirmos em uma phrase este acontecimento unico na historia, diremos que foi um *pronunciamento* militar, que rematou por collocar no poder grandes oradores, presididos por um philosopho.

«E ahi temos a chave que nos permitte penetrar e comprehender a situação de Portugal.»

No sorriso accentuado, expressou comtudo Machado Santos, a critica á situação que se desenhava.

Dos que o felicitavam, o futuro traçado estava.

Ao dr. José Barbosa, ser-lhe hiam recompensados não só esses trabalhos, como a propaganda pelo *ultimatum* e a effectuada no jornal *A Patria* de que foi um dos fundadores.

Em transito para ainda melhores cargos, era nomeado por decreto publicado em 10 de Outubro, para o logar de director geral da administração politica e civil e secretario geral do ministerio do interior, pela collocação na disponibilidade do con-

selheiro Arthur Torres da Silva Fevereiro, (*) cargo de que tomava logo posse, tendo como acto primeiro, a proposta ao respectivo ministro, para que fôsse pedido á Procuradoria da Republica o inquerito ali existente desde 26 de Fevereiro sobre a policia sanitaria, afim de contra esta se proceder. Em breve transitava para o cargo de presidente do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado creado por decreto de 11 de abril de 1911, em substituição do Tribunal de Contas, justificando a nova nomeação os seguintes commentarios do *Dia* (Fevereiro de 1912) sobre o directorio:

«Concordemos que o directorio republicano do *5 d'outubro*, não está mal arrumado. O sr. José Barbosa é o presidente (vice-presidente em exercicio) do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, logar que corresponde ao que era exercido pelo illustre homem publico sr Henrique da Gama Barros. O sr. Malva do Valle está no bello commissariado do governo no Banco Ultramarino, succedendo ao sr. Eduardo Villaça e a Marianno de Carvalho. O sr. José Cupertino Ribeiro accumula, o que julgavamos inaccumulavel, a presidencia do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, onde teve como antecessor o sr. Pereira de Miranda, e o logar de juiz ou vogal do Conselho da Administração Financeira, onde estavam, antes d'elle, no Tribunal de Contas, o sr. João Arroyo, o sr. Dias Costa, etc. O sr. José Relvas está na legação de Madrid, onde estiveram, entre outros, os condes de Casal Ribeiro e de Macedo. O sr. dr. Euzebio Leão vae ser ministro plenipotenciario de 1.ª classe em Roma, occupando o logar vago desde a morte do saudoso conselheiro Mathias de Carvalho. Agora já nenhum mais falta para collocar. Estão todos 5.»

Innocencio Camacho Rodrigues, ia ao logar de secretario geral e director geral da thesouraria do ministerio das finanças pelo affastamento do conselheiro Luiz Augusto Perestrello de Vasconcellos, e mais tarde, em 31 de Março de 1911, a governador do Banco de Portugal, pela sahida, voluntaria, do conselheiro José Adolpho de Mello e Sousa.

(*) Falleceu em 2 de abril de 1913.

Machado Santos, sublinhou pois a promoção com uma risada.

Instinctivamente, deixava o quartel general para se dirigir ao Carmo.

Antes, já o delegado do Directorio, Innocencio Camacho suscitava ao coronel José Joaquim de Castro, a conveniencia de as tropas se unirem na Avenida aos nucleos republicanos.

O coronel Albuquerque, commandante de lanceiros, redarguiu:

— Não sujeito o meu regimento a tal vexame! Eu retiro já mas é para o quartel, a entregar o meu commando!

O general Gorjão, abraçou-o e disse:

— Tem razão! Eu tambem não me sujeito a isso. Pode retirar-se!

A galope se dirigiu o coronel Alfredo Albuquerque ao quartel do Carmo, d'onde retirava para o seu, em Belem, sem hostilisações e ante as acclamações da populaça satisfeita.

Era a inevitabilidade dos factos.

Entretanto e como que para pôr termo á embaraçante situação, entrava no quartel general, o emissario Santos Tavares, pedindo em nome da Rotunda, e para ser lido no acampamento, um documento affirmando a Republica proclamada.

Vejamos a attitude do demittido commandante de divisão, general Manuel Raphael Gorjão, n'essa hora de victoria do povo, e descripta pelo delegado da Rotunda:

«Por fim, entrei no velho casarão militar. Declinado ao comandante da divisão o fim que ali me levava, e ordenado que foi que a informação oficialmente partisse para apaziguar inquietações e levar ao coração dos que estavam no alto do sagrado reducto da Avenida a certeza de que a causa por que combateram, e combateriam ainda, era triunfante na terra da Patria, o general Carvalhaes disse-me:

«— Tem carruagem?

«— Tenho. A do dr. Eusebio Leão.

«— Pois bem, vai-me fazer um favor: acompanhar a casa o sr. general Gorjão e o seu antigo ajudante de campo, capitão Martins Lima.

«O general Gorjão foi na monarchia o seu ultimo comandante de divisão em Lisboa. Havia instantes que entregara nas mãos do seu sub-chefe todas as seducções de um poder até então colerico. Era um vencido. Mas urgia restitui-lo, para honra da Republica, honra nunca maculada, á tranquilidade e á calma do seu lar.

«— General, em que rua mora?

«Gorjão declinou, com hesitações de amnesico, o nome da rua, mas impossivel lhe era, lembro-me bem, encontrar o numero da porta. Foi Martins Lima que lhe auxiliou a memoria quasi apagada e inerte. O ex comandante, antigo governador ultramarino, ex-ministro, ajudante do rei e par do reino, vestia á paisana. A sua pele trigueira de rosto ganhava tons palidos, livôres que eram o prenuncio da sua exaustão fisica. Martins Lima vestia a sua farda de combatente, uma desbotada farda de linho. Era ainda n'aquelle momento um vencido tambem. Ambos, porém, aceitaram a Republica. E a minha carruagem novamente a custo rompeu a massa compacta, a massa ingente — a multidão que proseguia victoriosamente aclamando. Por dez, por quinze, por mil vezes a carruagem teve de estacar, e dez, quinze, mil vezes, de pé e de cabeça descoberta, o general Gorjão e Martins Lima correspondiam aos estridentes vivas á Republica. Em multiplos, repetidos pontos da cidade, grupos armados, combatentes em cujo olhar ardente e moço havia um fulgor crepitante de ideal, ordenavam que a carruagem parasse. Mas uma vez declinada a missão em que ia investido, militares e civis faziam a continencia a Gorjão e gritavam para o cocheiro:

«— Póde seguir.

«O general Gorjão esse tinha apenas exclamações de admiração. A sua voz um tanto velada pelo cansaço, das noites não dormidas repetia incessantemente, sempre que se lhe deparava a multidão em festa:

«— Nesta revolução houve muita sinceridade e fé.

«O general apeou-se á porta da sua casa — numa das avenidas novas, lá para os lados de Santa Martha, se bem me recordo — e Martins Lima e eu seguimos para o Campo de Sant'Anna, onde elle morava. Ali, um outro grupo civil de comba-

tentes manda, de novo, parar a carruagem. De um delles, lembro ainda hoje, nitidamente, o seu perfil. Era um estudante do meu tempo, do Curso Superior de Letras, palido e desgrenhado, empunhando um como que tridente neptuniano. Dirigindo-se ao meu companheiro, perguntou lhe:

«— O capitão onde mora?

«— Ali, responde Martins Lima, apontando um predio quasi fronteiriço.

«— Pois bem, volveu o estudante, o melhor é apear se e seguir a pé E tu — disse, dirigindo-se-me — é melhor não regressares pela rua Gomes Freire, visto que fomos avisados que uma guerrilha da Guarda Municipal, perdida na cidade, para aqui se dirige e vamos dar lhe combate...

«O sol era então já mais ardente, mais claro e imortal, e eu, no meu regresso ao Governo Civil, de entre tantos expressivos episodios e extremes incidentes da Revolução, fixava para sempre na retina impressionada o quadro maravilhoso de aquelle grupo de estudantes que n'um afastado recanto da cidade, já a algumas horas de proclamada decisivamente a Republica, e já perdidos na fuga os vagos elementos com que o regime deposto supôz poder contar para efemeramente resistir, eu fixava para sempre a altivez heroica de aquella gente de vinte annos apresentando-se para bem morrer. E ao meu espirito ocorria a insistente frase do ultimo comandante general da divisão de Lisboa na monarchia:

«— Nesta revolução houve muita sinceridade e fé.

«Era o reconhecimento da sua belleza moral, reconhecimento feito por um dos ajudantes de campo do rei que, áquella mesma hora, embarcava na praia deserta e sombria da Ericeira a caminho do exilio...» (*)

Santos Tavares, antigo secretario da redacção do jornal dissidente *O Dia*, (1905) era mais tarde nomeado secretario para a legação de Portugal no Rio de Janeiro.

Já estava no quartel general a bandeira verde-rubra, feita

(*) *O Mundo* — Outubro de 1911.

içar pelo tenente José Valdez, que, desde já indicado estava para commandante de infantaria.

O 1.º artilheiro, em serviço no cruzador *S. Raphael*, José de Almeida Machado, subindo a uma escada de incendio, executára a determinação, á qual Machado Santos se refere assim: (O *Intransigente* de 17 de Novembro de 1913):

«Tambem não é exacto que o conselho de oficiaes da divisão não tivesse terminado por já estar içada no quartel general a bandeira republicana. A bandeira verde rubra só foi içada depois da nossa entrada em S. Domingos á frente de quasi toda a população valida de Lisboa. Foi o tenente Valdez do 5 de infantaria quem cumpriu essa ordem nossa.»

Pouco depois, apparecia lentamente a bandeira verde e encarnada, a sobrepujar o edificio do castello de S Jorge.

Já o quartel general tinha a sua frente tomada pela marinhagem, assistindo enthusiastica ao acto que o tenente José Mendes Cabeçadas Junior assignala erradamente no seu relatorio, como tendo sido feita pouco depois das 8 horas.

Olhando o castello, a multidão ainda mais prerompeu em clamores de alegria.

Era a proclamação, definitiva, no commando superior do exercito e n'um ponto dominador da cidade de Lisboa, como complemento á proclamação realisada no edificio da camara municipal.

Entretanto, não longe, um velho, de barbas brancas, exclamava, chorando e abraçando quantos perto d'elle passavam:

— Ha trinta annos que esperava por este dia!

A esse tempo, no largo de S. Domingos, junto do quartel general e, para que evidente se mostrasse a victoria republicana e que de vencida e levada fôra a monarchia, alguns populares, cingindo embora as armas de combatentes, entretinham-se a raspar com as pontas das navalhas ou cannivetes, as corôas reaes de um automovel que, ex-pertença realista, fazia o serviço da Revolução...

IV

A posse do Arsenal do Exercito e do Arsenal de Marinha. — No quartel de Alcantara. — Visões de terror. — A attitude da brigada das Necessidades e de infantaria 2.—Falsos boatos de revindicta monarchica. — Os premios á marinha. — O reflexo da desillusão.

ntes de assistirmos aos actos solemnes da proclamação da Republica, da varanda dos paços do concelho e depois na sua sala nobre, impende o relato da acção final da marinha e do chamado drama de Valle do Zebro, factos que por assim dizer, se origem tiveram na primeira d'aquellas cerimonias, completadas foram com a execução da segunda, pelas 11 horas da manhã.

O regresso ao *S. Raphael* do commissario naval Marianno Martins, informando haver sido hasteada a bandeira da revolução no quartel general, trouxe jubilos.

A maruja subiu ás vergas, mas, antes de dar vivas á Republica, acciamou os vencedores Só se fez comtudo fé absoluta,

quando conhecida foi a proclamação na Camara Municipal, e a populaça, do caes das Columnas se ergueu a acclamar a marinhagem e Machado Santos.

Mas não estava ainda concluida a obra de proclamação e de submissão.

Assim, determinado foi o desembarque de forças.

Emquanto umas seguiam para o Rocio, e outras marchavam para o Arsenal de Marinha, o *S. Raphael* ia postar-se em frente do do Exercito, onde do lado de traz se encontrava ainda a guarda fiscal e a companhia de caçadores 5, do capitão Carvalhal Correia Henriques.

Para terra vieram muitos dos civis, com o chefe revolucionario Julio Victorino dos Santos.

Havendo aviso, aliás falso, de uma emboscada da municipal, foram destacados vinte paisanos, sob a chefia do revolucionario José Frederico Silveira da Costa, para a embocadura da rua da Alfandega e dos Bacalhoeiros.

Em observação, prendia o grupo alguns militares, logo junccionados ao maior numero, aguardando, a esse tempo, a chegada de mais civis, formando 200.

Divididos em dois grupos, dirigidos, respectivamente, por Victorino dos Santos e pelo 1.º cabo de caçadores 2, Carlos Alberto Nyni, um dos recem-detidos, aprestaram-se para exercer a sonhada tomadia.

A propaganda junto da força de guarda ao Museu, apenas logrou, da parte dos sargentos e praças, a promessa de entrega, mas a um official.

A approximação dos rebeldes não logrou maior convencimento e Victorino dos Santos para bordo communicava a necessidade da comparencia d'um agaloado.

Debalde esperado, decidia proceder como se o fôsse, mercê da lembrança do commandante rigoroso da ordem, tratando-o por tenente.

A columna, a que se tinham já reunido os vinte vedetas, foi alojada n'um becco proximo do arsenal. Compunham-na entre outros, Antonio Faria, Adolpho Rodrigues, José Frederico Silveira da Costa, Miguel da Silva, Jeronymo Pereira, Joaquim

José Panninho, João Domingos da Silva, Carlos Augusto, Joaquim Viegas Monteiro, Antonio Gomes, Arthur Lopes, Raul Maria de Oliveira, Manuel Moreira, Benjamin da Costa Alves, Antonio Luiz Pranchas, Malaquias Manuel de Jesus Meyrelles, Antonio da Silva, Alvaro Antonio Ferreira, Antonio José da Cunha, Francisco de Assumpção Reis, Francisco da Silva, Francisco Maria Gonçalves, Joaquim Antonio dos Santos, Alvaro dos Santos, José Bernardo Morgado, Antonio Paes Gaspar, José de Sousa, Manuel Arthur Rosa, Jayme Gonçalves, Alberto Caetano, Carlos Ferreira, João Soares, Antonio Gonçalves, Luiz de Almeida, Alfredo Gomes, Antonio de Oliveira e Silva, Jeronymo da Costa Motta, João Rosa Junior, Henrique dos Santos Silva, Manuel dos Reis Mendes Chanoca, Albano Fernandes, Ezequiel Augusto de Moraes, João Ferreira da Silva, José Ramos Lima, Alberto Antonio da Silva, Domingos da Silva, Justino de Almeida Marques, Miguel Salvador Gonçalves, Julio da Fonseca, João Pedro Pallido Junior, Eduardo Costa, João Gonçalves Gaio, José Joaquim Figueiredo, Custodio de Almeida, João Maria Gonçalves, Antonio Maria, José Augusto Pereira Bento, Raul Rodrigues Salvado, Belmiro Pedro Taborda, José Augusto Tavares, Julio Ferreira dos Santos e Manuel Luiz Sant'Anna, estivador.

Este ultimo, natural de Alcochete, notibilisar-se-hia mais tarde, por um crime, que egualmente de novo em fóco collocou um dos interferentes na revolução: o commandante em chefe dos vapores da Empreza Nacional de Navegação, Augusto Dias Cura, de 54 annos, natural da Anadia, que nos dias 4 e 5 de Outubro puzera ao serviço dos revoltosos, para vigilancia e communicação, os rebocadores da sua chefia.

Manuel Sant'Anna, despedido como principal instigador das gréves de Outubro de 1912 e Janeiro do anno seguinte, desta que trouxe até o assassinio, pelos grevistas, do engenheiro mechanico do *Bolama*, Antonio José Baptista, — tentou debalde a readmissão, junto de Dias Cura. A' insistente recusa, esperou-o junto do Arco da Rua Augusta e matava-o (20 de maio de 1914) a tiros d'uma pistola automatica trazida em 5 de Outubro de 1910 do deposito do Arsenal do Exercito. O Alcochetano

foi ainda acusado de fazer parte d'um nucleo destinado a assassinar o commandante Cura.

O chefe do grupo, Julio Victorino dos Santos, resolvia effectivar o avanço com um reduzido numero de revolucionarios.

A vozearia atroante dos outros fez vêr á guarda fiscal e ao troço de engenheria do commando do alferes Moreira sérias probabilidades de acção a qualquer violencia exercida.

Não querendo fazer uma contra corrente, por conhecedores da orientação das praças ou porque os conhecidos successos de represalias pelos revoltosos sobre os contrarios á sua ideia, lhes perturbassem os espiritos, o tenente Joaquim Arthur dos Santos Duarte e o capitão Vasconcellos, a quem D. Manuel II agraciára a 4 de Julho de 1908 com o titulo de visconde,—distanciaram-se, procurando refugio no posto aduaneiro do Jardim do Tabaco, onde a populaça os iria colher e aprisionar.

Apenas ficou o alferes Moreira, não impedindo porém que as praças, indo ao encontro dos revoltosos, lhes dessem com as acclamações á republica, a garantia da sua adhesão.

Caçadores 5 já effectuara o mesmo, ante a surpreza do capitão revolucionario Caetano do Carvalhal Correia Henriques.

O exemplo partiu, de facto, da guarda fiscal, abrindo caminho franco aos sediciosos.

Assignala o facto certa descripção de uma praça de marinha:

«O *S. Rafael* foi depois ao caes em frente do Museu de Artilharia, quando se viu no Castello de S. Jorge içar a bandeira da Republica, ouvindo se tambem tocar a marcha de continencia. N'esta altura, desembarcava de bordo do *S. Rafael* e do *Adamastor* uma força de 200 paizanos e os guardas fiscais, postados no caes, davam vivas á Republica, sendo os seus officiaes presos pelos paizanos armados e levados a bordo á presença do tenente Parreira.» (*)

Içado no Museu o distinctivo de adherencia, seguiu-se a mar-

(*) *O Seculo* de 11 de Novembro de 1910.

cha sobre o Arsenal do Exercito. A entrega era logo feita por engenharia e para que nem houvesse retrocesso nas intenções pacificas, determinada foi a formatura dos submettidos.

O encerramento dos portões do Arsenal é que se constituiu entrave ao armamento dos civis e d'ahi a tomadia, á viva força, das armas necessarias.

D'ellas, se muitas eram restituidas reentrando no arsenal em galeras do governo civil, outras ficavam retidas, originando rusgas e apprehensões por civis, marinheiros e guarda fiscal, esta sob o commando do capitão Julio Mardel e militares. Um grupo de 40 populares percorria (7 de outubro) as ruas sob a chefia do revolucionario João Florencio, emquanto a policia judiciaria procedia a buscas e prevenia as casas de penhores para a detenção dos que se apresentassem a empenhar armas (28 de outubro).

Deram-se entretanto (21 de outubro) como faltas apenas 14, mas certo foi que por largo tempo se mantiveram as apprehensões e em numero superior ás espingardas antes enumeradas como desapparecidas.

Ao lance da invasão do arsenal do exercito e do museu, não houve, pois, hostilidade por parte das forças ali collocadas pela monarchia.

Não perfilha esse evidente desprendimento Machado Santos, e a paginas 128 do seu relatorio, expressa censuras não só ao nucleo destacado de caçadores 5 como ás forças aduaneiras:

«A retirada d'esta força deu-se porque o cruzador *S. Raphael* se apresentou á sua frente, mandando para terra um numeroso grupo de civis armados, sob a direcção de Julio Victorino dos Santos. A primeira a ser menos cortez com os recem-chegados foi a guarda fiscal, seguindo-lhe o exemplo a força de caçadores 5. Os recem-chegados não tiveram quem lhes abrisse a porta do arsenal e lhes prestasse as devidas honras, não constando até hoje que se tivessem melindrado com isso».

Não expõe (*) todavia tantas descortezias, o chefe d'essa expe-

---

(*) Notas Verididas — *Apontamentos para a historia da Revolução*, por Julio Victorino dos Santos — Pagina 19.

dição, Julio Victorino dos Santos, que teria interesse em descrever lances de arrojo e nunca em diminuil-os:

«Não durou muito a minha espectativa. Ao nosso encontro vieram algumas praças da guarda fiscal, dando vivas á republica, e aos voluntarios. Mandei avançar o resto dos civis. Uma vez em frente do museu foi içado primeiro um distinctivo encarnado, e depois uma bandeira que foram buscar. Em seguida dirigimo-nos ao Arsenal do Exercito. Apresentou sè-me um official de engenharia, entregando se com toda a sua gente, mas pedindo que o deixassem ir para casa, não comia havia tres dias e o seu estado de fraqueza impedia-o de nos ser util Não tive duvida em acceder ao pedido Mandei chamar os sargentos da Guarda Fiscal e Engenharia e disse lhes para formarem toda a sua gente o que elles fizeram. A esse tempo tinham se juntado numerosos populares pedindo para lhes fornecer armamento, e uma vez aberta a porta principal, trataram de á viva força o irem buscar».

De facto, nenhuma necessidade de ataque houve ao Museu e ao Arsenal, franqueados á massa revoltosa e que d'ali levou alguns centenares de carabinas e de pistolas Parabell.

Affirmou-o (*) o commandante do destacamento da guarda fiscal, o capitão Raul de Almeida Loureiro e Vasconcellos, visconde de Almeida e Vasconcellos.

Tanto mais credito se pode dar a esse testemunho, quanto o official, considerado adverso á causa democratica, não hesitaria am assignalar um difficil passo se elle tivesse havido.

Parece evidente que o tentou contrariar ainda assim e espelha-o uma carta, (**) que, ao mesmo tempo combate as arguições formuladas pelo chefe da Rotunda contra a guarda fiscal:

«Constando-me que alguns sargentos e cabos da 9.ª companhia da guarda fiscal, circumscripção do sul, andam angariando assignaturas para uma representação que deverá ser entregue ao sr. ministro da guerra, pedindo-lhe a conservação no seu posto do capitão sr. visconde de Almeida e Vasconcellos,

---

(*) *As Novidades* de 6 de Novembro de 1912.
(**) *O Seculo* de 20 de Outubro de 1910.

commandante da referida companhia, veiu o caso suggerir-me varias recordações, que levam a pasmar de semelhante attitude. O referido official teve sempre um prazer especial em opprimir e subjugar as praças do seu commando, quando se encontravam de guarda ao Museu de Artilharia. O seu despotismo ia até ao ponto de lhes não permittir a leitura dos jornaes liberaes e republicanos, chegando no dia 4 a rasgar um d'estes periodicos raivosamente, só porque viu uma praça a lêl-o. Monarchico dos mais esturrados e intransigentes, o sr. visconde de Almeida Vasconcellos levou as praças do seu commando a estarem prestes a ser bombardeadas pelo cruzador *S. Rafael*, ficando extremamente irritado quando das referidas praças expontaneamente adheriram á Republica, evitando por isso o projectado bombardeamento e satisfazendo a sua antiga e generosa aspiração, abrindo o museu e entregando o armamento aos revolucionarios da classe civil. Pois n'esta altura, cidadão redactor, o referido sr. capitão fugiu vergonhosamente, em companhia do tenente sr. Joaquim Arthur dos Santos Duarte, indo refugiar-se no quartel do Jardim do Tabaco, onde os populares os foram prender, levando-os para bordo de um dos navios insurreccionados. Ali, por medo ou por calculo, ambos adheriram á Republica, dizendo ficar commandando a mesma companhia, quem sabe se com a intenção de poderem saciar os seus odios e vinganças nas praças que mais se distinguiram n'aquella gloriosa jornada. E' bom, portanto, que se recommende este *heroe* ao sr. ministro da guerra, não para ser destituido do seu cargo, mas tão sómente para que lhe seja dado outro destino, visto que a sua permanencia na 9.ª companhia vae, naturalmente, causar entre as praças uma justificada irritação».

N'essa hora de perturbação, creou-se porém tal animosidade contra a guarda aduaneira, coadjuvando, porém, em grande maioria, a causa rebelde que, numerosos grupos de populares assaltavam, pouco depois de proclamada a republica, as secções e postos da area occidental da cidade, destruindo e apoderando-se do que ali encontrou. (*)

(*) *O Seculo* de 1

Não lhes fructificou todavia a proeza, pois alguns dos assaltantes detidos foram, ás reclamações das praças, registando tal paga de tal esforço pela sedição.

Esse auxilio seria bem reivindicado pelos proprios, fazendo côro com quantos, ao lance ganho, ergueram bem alto a voz no proclamar de absoluta transigencia com a marcha do ideal novo:

«Convindo esclarecer a attitude da guarda fiscal perante o movimento revolucionario, permitta-me v. que lhe diga que se este corpo não adheriu immediatamente á Republica não foi por não terem as praças o mais ardente desejo de o fazer, mas sim por falta de um official que á sua frente se collocasse para as commandar para o acampamento. Como se sabe, a guarda fiscal desempenhou um importante papel na revolta do Porto, onde se distinguiu. Apezar de não ter tomado parte no movimento revoltoso que implantou a Republica em Portugal, foi a guarda fiscal o unico corpo que não fez fogo, com excepção de uma duzia de praças, que, na manhã de 5 do corrente, depois de haverem adherido e contribuido para a adhesão da guarda de caçadores 5, que se encontrava no Muzeu de Artilharia, quando se dirigiam para o mesmo fim ao quartel de infantaria 5 tiveram de usar das armas, visto serem recebidas a tiro por este regimento. Foram ellas forçadas a retirar, e n'esta occasião já as demais praças, concentradas no largo do Muzeu de Artilharia, haviam içado a bandeira republicana, no meio de grande enthusiasmo, depois do que se dirigiram para o quartel, onde se desarmaram. Chegaram, porém, pouco depois a este quartel os srs. Brito Camacho e Raposo e Brito, que novamente mandaram as praças armarem se para se dirigirem á Rotunda, o que ellas fizeram, dando vivas á Republica. Appareceu então no quartel o sargento-ajudante Garcia, que lhes incutiu coragem para que defendessem a Patria e, assumindo o seu commando, se dirigiu ao quartel de cavallaria. Organisou-se então uma columna compacta de cavallaria e infantaria, que se encaminhou para a Graça, sendo durante o trajecto as praças delirantemente applaudidas, não só pelo povo que se encontrava nas ruas do trajecto, mas pelas proprias senhoras, que, das janellas, lhes lançavam flores. Ao chegarem ao quartel de infantaria 5, já as

praças d'este regimento se encontravam tambem revoltadas, saindo d'ali a respectiva banda, que as acompanhou tocando a *Portugueza*, sendo as praças muito ovacionadas e distribuindo-lhes o povo pão, vinho e tabaco. Pouco depois o sargento ajudante Garcia entregou o commando da guarda fiscal a um tenente d'infantaria 5, que o conduziu ao acampamento pelas ruas da Infancia, calçadas de S. Vicente e dos Cavalleiros, onde o povo acclamava a força dando vivas á Republica, á guarda fiscal, ao exercito e á armada, muitas senhoras lançavam flôres sobre a força, e os populares a seguiam com bilhas cheias d'agua para dar aos soldados.

«Chegados á rua da Palma, appareceu um official de artilharia que queria tomar o commando da força para a levar para o quartel general, mas as praças, tendo receio de que elle lhes armasse alguma cilada, não o quizeram seguir, obrigando o mesmo official a ir com elles e dirigindo se pela rua de S. Lazaro, onde o enthusiasmo era indescriptivel. Chegando ao Matadouro tiveram que fazer alto, a fim de mandarem um parlamentar ao acampamento dar parte de que se encontrava ali a guarda fiscal para se entregar, esperando as praças debaixo d'um sol ardentissimo. Depois de reconhecidas tropas amigas e fieis, porque na memoria d'esses valentes ainda não estão apagados os nobres feitos da guarda fiscal na revolta de 31 de janeiro de 1891, foram mandadas avançar para o acampamento, sendo ali, na occasião da entrega do armamento, ferido com uma bala de revólver, involuntariamente, o 2.º sargento, da 1.ª companhia, Belmiro. As praças no acampamento foram bem tratadas, pelo que se encontram muito gratas para com o novo governo. Foi a guarda fiscal a unica força que saiu armada dos quarteis para voluntariamente se ir apresentar, o que é mais uma prova da confiança que inspirava aos poderes republicanos. A guarda fiscal é digna de louvor pelo modo como se portou, e ainda pela maneira como uma parte d'ella conservou durante os dias tragicos, e conserva ainda, a guarda da Manutenção Militar, auxiliando o serviço de policiamento no Beato e apprehendendo o armamento, serviço que é dirigido pelo capitão Mardel, o qual bem merece elogio pelo bom serviço prestado e dedicação com

que tem tratado o pessoal sob as suas ordens. As praças da guarda fiscal acham se deveras reconhecidissimas para com o povo, pela maneira como as tratou durante o trajecto que fizeram até á Rotunda. Sou com todo o respeito e gratidão, de v., etc.—*Um revolucionario que acompanhou todo o movimento*» (*)

Não evitou isso todavia, o assalto aos postos fiscaes, durante essa marcha de enthusiasmo.

Emquanto uns se forneciam de armas existentes no Muzeu, outros civis se occupavam da policia, assaltando a esquadra da Fundição e desarmando os agentes, logo collocados entre as forças da guarda fiscal, como dupla medida preventiva: a resistencia e o evitar da chacina pela turba exaltada.

Appareceu então, o official que fôra sollicitado ao *S. Raphael*.

Apresentando se, o capitão de administração militar, Agnello Gomes do Nascimento, tomava a chefia da columna, que se dispoz a marchar para a Rotunda. Lembrada a captagem de infantaria 5, fez se caminho para a Graça.

Deu se, no trajecto, o assalto á esquadra das Monicas, com a resistencia da policia mas, submettida ante o numero.

O capitão Nascimento, um dos prisioneiros de Alcantara em 4, aproveitou o lance para se desligar dos rebeldes.

Por seu turno estes, desistindo de ir ao quartel da Graça, onde outro grupo era mal recebido, como já vimos, desciam para a Rotunda, satisfeitos pelo lance de facil posse do Arsenal do Exercito, e do Museu de artilharia.

Uma parte da marinhagem desembarcada, sob o commando do 1.º tenente Ladislau Parreira, guarnecia-os entretanto.

Pouco antes subira ali a bandeira do Centro Republicano Botto Machado.

*

Por seu turno, o cruzador *D. Carlos*, informado da submissão, intimava a majoria general e o arsenal de marinha a render-se sob pena de bombardeamento.

(*) *O Seculo* de 23 de Outubro de 1910.

As circumstancias, eram desfavoraveis. A resistencia, tardia, já não dava executores.

Demais bem descripto foi o quadro da ganha aventura, apresentada não como principal producto de escassa defeza, mas como imposta derrota.

A majoria estava isolada.

O major general da armada, José Cesario da Silva, telephonára para o commando da divisão naval, ás 5 horas e meia da manhã, communicando-lhe que todos os navios de guerra estavam em poder dos revoltosos.

Julgando tudo perdido, abandonara a majoria.

Antes, ao cahir da noite de 4, já suscitara á officialidade a conveniencia de trajar á paisana para possiveis contingencias de affastamento. (*)

Ainda não clareára bem o dia e já, interprete de más novas, rasgava á revolução mais um caminho: o da majoria general, que geria desde agosto de 1909. (**)

Tambem, á proclamada victoria, foi, de todos, o unico que no cargo se manteve, com elogio republicano (***) e denegando-lhe, affavel, o pedido de demissão.

A direcção geral da marinha, estava a cargo do vice-almirante Luiz Antonio de Moraes e Souza, de quem se não assignalavam detalhes anti-revolucionarios. Todavia, era exonerado por decreto publicado em 13 de Outubro, com a indicação de que servira com zelo e competencia e, reformado por outro com data de 21 de novembro.

No cargo era substituido pelo vice-almirante, do quadro da reserva, Domingos Tasso de Figueiredo, como o contra almirante Julio Alves de Sousa Vaz, director da Cordoaria Nacional, entrava para chefe do estado maior da majoria, pela exoneração concedida ao vice-almirante Manuel Lourenço Vasco de Carvalho.

Estava, para com este satisfeita a má vontade, vinda de

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão—Pagina 144.
(**) Vidé a nossa obra *A Caminho da Republica*—Pagina 72.
(***) Vidé o 3.º volume d'esta obra—Pagina 520.

longe e que até se deu como origem da sedição de 9 de abril de 1906, a bordo do cruzador *D. Carlos.* (*)

No arsenal havia, de ha muito, o convencimento de que não valia a pena oppôr uma resistencia á sedição.

A' intimação dos cruzadores, arvorava-se desde logo a bandeira branca.

Era a transigencia.

Abondonava o edificio a officialidade, que, depois, voltaria a assignar o nome n'um caderno de papel, collocado na majoria, para inscripção de officiaes adherentes e encimado com a seguinte formula de juramento:

«Declaramos, sob palavra de honra que não obstante não termos tomado parte no movimento nacional revolucionario, de que resultou a implantação da Republica em Portugal, no dia cinco de outubro de mil novecentos e dez, nos submettemos inteiramente ao novo Regimen e que lhe seremos sempre absolutamente leaes e fieis. — Lisboa, Arsenal da Marinha, sete de Outubro de mil novecentos e dez.»

Ao affastamento, correspondeu o assumir da gerencia interina do serviço do Arsenal— até ser nomeado por decreto publicado em 11 de outubro director dos serviços technicos, — pelo engenheiro Vaz de Carvalho.

Não mais ali voltaria, o almirante Carlos Augusto de Magalhães e Silva.

Detido na madrugada de 4 no quartel de Alcantara, fôra posto em liberdade, pouco depois por um dos officiaes a quem entravara carreira, justificando o seguinte commentario do jornalismo republicano. (**)

«O vice-almirante Magalhães e Silva, que foi preso no dia da revolução, foi mandado em paz no dia seguinte pelo nosso velho amigo e colaborador, o capitão-tenente João Carvalho. Coisa curiosa: o sr. Magalhães e Silva opôs-se, ha cêrca de um anno, a que João Carvalho fosse para uma comissão que lhe pertencia — com o fundamento de que o brioso oficial era repu-

(*) Vidé a nossa obra *O Começo de um Reinado*—Pagina 18.

(**) *O Mundo* de 8 de Outubro de 1910.

blicano e escrevia no *Mundo*. Pois foi João Carvalho quem agora lhe deu liberdade e foi o mesmo oficial quem ainda na hora da revolução recebeu a declaração em que aquelle oficial afirmava que havia sido sempre republicano.»

Inutil foi a declaração: Magalhães e Silva era exonerado de administrador, por decreto publicado a 13 d'aquelle mez, e substituido pelo contra-almirante José Joaquim Xavier de Brito.

Pouco sobreviveu todavia áquelles actos, o de submissão, o de affastamento do cargo, e o da sua reforma em 21 de Novembro seguinte.

Tres annos depois (23 de abril de 1913) fallecia ainda no seu posto de vice-almirante, tendo entrado para a armada em 26 de julho de 1867. Nasceu em 30 de janeiro de 1852, na villa de Mirandella, e era condecorado com os graus de official da ordem militar de S. Bento de Aviz, commendador e cavalleiro da ordem de Torre e Espada e com as medalhas de prata de serviços no ultramar e de comportamento exemplar.

A' cessão, sem lucta, do edificio do arsenal de marinha, correspondeu, em breve, o desembarque da marinha, sahida do cruzador *S. Raphael*, — e que Machado Santos regista começado ás 10 horas, — indo em parte occupar a majoria general, sendo depois tudo reforçado com a maruja vinda do *D. Carlos*, sob o commando do 1.º sargento João Duarte Gilberto.

Entretanto, mostrando-se, a despeito da pacifica posse, um constante desassocego, á maruja de guarda ao arsenal, chegou o boato de que ia defrontar se com artilharia 3 e caçadores 6, prestes a chegar para, de oeste atacar aquelle posto.

Já annotámos a nenhuma veracidade dos boatos.

Não o sabendo, comtudo, houve desde logo sobresaltos, conjugados demais com os insistentes pedidos de reforço feitos de Alcantara pelo capitão-tenente Alvaro de Oliveira Soares Andreia.

Ao alvorecer, o quartel soffreu ligeiro tiroteio, que, a prolongar se, equivaleria e uma derrocada dos rebeldes, visionando-a sempre, como conhecedores da sua situação.

Quiz-se attribuir o ataque a caçadores 2, o que negado foi.

E' certo porém que não só o revolucionario José Nogueira

affirma (*) haver-se dado esse caso, e até nascido do facto de ter sido lobrigado no telhado onde se encontrava munido de bombas, como Soares Andrea, o especialisa nas linhas seguintes: (**)

«Ao alvorecer, rompeu a saraivada de tiros que promettia ir por deante, respondendo nós o melhor que podiamos, sendo attingido por essa occasião na mão esquerda um voluntario e apanhando eu um ligeiro recochete na perna direita, proximo da côxa. Em meia hora cessou o fogo do inimigo e o nosso tambem.»

Em doloroso transe decorreram horas, pela certeza de que a uma investida geral, inutil seria a resistencia, mercê da deficiencia de armas e de gente.

Um incidente, trazendo, de inicio, alarme, produziu uma reviravolta nos tetricos pensamentos.

Grande vozearia assignalava acontecimento de vulto.

Accorrendo, o revolucionario José Nogueira, deparava com o tenente Raul de Menezes commandando um pelotão do 3.º esquadrão da guarda.

Houve o receio de uma derrota, logo desfeito á attitude, sem hostilidade, da municipal.

O official communicava haver sido proclamada a republica.

O capitão Soares Andrea, descrente, exigia, com o acto de adherencia, a entrega das armas, ao que a força obedeceu, despojando-se das espadas e dos revólveres.

Era certa a victoria, e chegando quando menos n'ella se pensava.

Assim a boa surpreza ia correndo os varios pontos de combate e de desesperança.

Restavam as duas companhias da guarda com séde em Alcantara, que, embora secundassem a adhesão da força do tenente Raul de Menezes, se conservaram com o armamento. Nasceu a suspeita e o povo reunido em frente do quartel da municipal, obrigou a que alguns officiaes fossem junto de Soares Andrea expôr os perigos de um assalto popular.

(*) *O Mundo* de 10 de Dezembro de 1910.
(**) *O Paiz* de 2 de Novembro de 1910.

Como delegado ia ao quartel da guarda, o escriptor Cesar da Silva, que, convencendo a populaça a só proceder quando necessario fosse, exigia da soldadesca a entrega do armamento.

Sem reluctancia accederam os de infantaria, mas os de cavallaria só o fizeram ante a ameaça.

Depunham então as espadas e pistolas, mas com evidente desagrado do tenente Amado, o unico insubmisso.

As carabinas é que não appareceram, embora no deposito houvesse grande numero de cargas.

Sanado por esse ponto, o incidente, ergueram-se duvidas sobre as forças de serviço nas Necessidades.

Eram injustificadas.

Pelas 8 horas e meia, já o coronel Brito e Abreu, allegava haver recebido communicação do armisticio.

Chegara ella mais breve do que se comprehendera a ordem de marcha para S. Pedro de Alcantara.

Pedido um lençol para fazer de bandeira de paz, o tenente da armada, Victor Sepulveda, não querendo que do Paço sahisse um symbolo de transigencia, ia dar a propria camisa, quando viu inutil o sacrificio.

A soldadesca já effectuara o junccionamento com o povo.

Desligado do acto, apenas o commandante de infantaria 1, coronel José Joaquim de Sousa Marques, que logo recolheu ao quartel, sem se associar ao voto de submissão.

A sua attitude não inspirou confiança e sendo mandado conservar na séde do regimento, dava no dia seguinte parte de doente, passando á reserva pela ordem do exercito publicada a 27 de outubro, a mesma que nomeava commandante da 3.ª brigada de infantaria, o chefe da brigada que se manteve quasi inutil nas Necessidades, coronel Bernardo Antonio de Brito e Abreu.

Já a esse tempo se haviam bordado apprehensões sobre a orientação do regimento n.º 1, e assim expostas mais tarde: (*)

«Com o titulo «A Revolução de 5 de Outubro» e sub titulo «Resposta ao ex-coronel Alfredo de Albuquerque», tem vindo o

(*) O *Mundo* de 22 de Dezembro de 1912.

meu prezado amigo sr. Tomás de Sousa Rosa, major de cavalaria, em sucessivos artigos, demonstrando a sua acção antes e depois do glorioso movimento que implantou a Republica em Portugal. Na exposição, cuja responsabilidade directamente lhe pertence, e me diz respeito, áparte umas ligeirissimas coisas, nada mais tenho do que confirmar, absolutamente, a verdade das suas afirmações. Outro tanto, porém, não sucede com as que são da responsabilidade do meu camarada e amigo Martins de Jesus, certamente por se não recordar, com exactidão, de como os factos se passaram. Assim, e porque as suas declarações coincidem com documentos oficiaes, por mim firmados como presidente da comissão parochial, seja-me licito, meu prezado correligionario, pedir-lhe a publicação desta carta para restabelecer a verdade dos factos, que em nada altera a conclusão verdadeira a que chegou o meu amigo Sousa Rosa «de que não foi preciso chamar oradores de prestigio para conter os soldados adversos... ao regime nos seus respectivos quarteis». Diz o meu amigo e nosso correligionario Martins de Jesus, na declaração publicada no «Mundo» de 17 que não houve o menor receio de que o regimento (infantaria 1) se revoltasse contra as novas instituições. Bem ao contrario. Houve fundado receio. Eu me explico. A oficialidade superior e inferior do regimento, áparte alguns elementos de valor, poucos, não nos merecia a minima confiança, opinião que mantivemos depois do seu regresso de Alcantara. Acontece que na noite de 5 de outubro, seriam 10 horas, apareceram-me no Centro Republicano um cabo e três ou quatro soldados, que na presença de varios correligionarios afirmaram andar alguns oficiaes, pelas casernas, tentandoum levantamento. Isto conjugado com o facto de, nessa tarde, um oficial do regimento fôra preso como conspirador, ter afirmado que as balas do seu revólver seriam empregadas nos... corpos dos republicanos da Ajuda, e, ainda, por a bandeira republicana ter sido içada com relutancia, depois de ter havido quem chorasse quando foi arriada a dos «adiantamentos», mais nos convenceu da sua realidade. Como depois da forçada inacção dos elementos da Ajuda, que ocasionou a saida dos três regimentos, que devia ser impedida, tivessemos readquirido in-

teira liberdade de acção, desligando-nos de compromissos com outros grupos revolucionarios, imediatamente organisámos uma defeza energica; depois de cercármos o quartel, e comunicármos o proposito dos oficiaes de infantaria 1, ao comandante do quartel de marinheiros e ao governador civil provisorio, encarregámos o nosso camarada Martins de Jesus de fazer constar ao coronel comandante de infantaria 1 que qualquer força que tentasse sair do quartel seria tida como inimiga, e, portanto, dinamitada, sendo nessa ocasião apresentadas pelo comandante desculpas que não foram aceitas. Como quer que aos soldados que nos comunicaram o facto eu houvesse dito que se acautelassem com os oficiais, e ainda, porque elles assistiram aos preparativos da defesa, por elles me foi dito que já não recolhiam ao quartel, saindo sómente um, que pouco depois voltou acompanhado de muitos outros. A vinda do dr. Antonio José de Almeida, foi devida ás comunicações por mim feitas, em que afirmava que, fosse qual fosse o resultado, a força não sairia. E não saiu. No dia 6, em virtude do que se passára na vespera á noite, o comandante organizou uma manifestação em que tomaram parte a banda e quasi todas as praças do regimento que foram cumprimentar o Centro Republicano. Aproveitando o ensejo, falei-lhes da janela, indispondo-os, não só com o comandante, como com alguns oficiais, os mais perigosos, e afirmei-lhes que se, por generosidade, as suas vidas tinham sido poupadas á saida do quartel na madrugada de 3, pois nelles vimos uma massa de automatos que não sabiam para onde iam, o mesmo não sucederia naquelle momento em que seriam olhados como traidores e como tal morreriam. Foi desde então que os soldados, sem confiança nos oficiais exigiam ser acompanhados por civis para onde quer que fosse que o dever os chamasse. Por esta exposição se depreende que eram alguns oficiais e não os soldados os elementos adversos ao novo regime, não sendo, porém, necessario para conter aquelles a vinda de quaisquer oradores de prestigio. Bastou lhes a certeza de que não tinham soldados que os acompanhassem, sendo tal o susto de alguns oficiais, que um delles, obrigado a comparecer no quartel general para prestar a sua declaração de fidelidade, tambem pediu para ser acompanhado por elementos

republicanos. E foi. Desculpe, meu caro amigo e correligionario, esta tardia declaração a que fui forçado pela doença que me retem em casa ha aproximadamente três semanas e disponha do correligionario e amigo certo, *Silverio Junior*».

Intenções houve, realmente de um assalto, mas na altura em que já constituia um erro, pela completa e manifesta submissão dos outros regimentos. Demais, a soldadesca, tendo annotado a paciencia até então havida para com os rebeldes, mostrou-se nada disposta a seguir a orientação recente de superiores e, abandonando o edificio de Belem, vinha até Alcantara apresentar-se ao capitão tenente Soares Andrea, expressando-lhe a adherencia.

Foi notoria a acção nulla da brigada do Paço, e infantaria 1, se bem que subordinada ao commando superior do brigadeiro Brito e Abreu, tinha amplo campo para seguir a doutrina repressiva da revolução, caso isso estivesse no espirito do respectivo coronel Jayme Marques.

Este, allegaria depois a subordinação ao commando da brigada, mas certo é que não houve assignalado embaraço aos manejos da marinha quando o regimento, isoladamente, occupou Alcantara, orientação annotada até pelos proprios elementos revolucionarios. (*)

Isso não evitou, porém, as suspeitas democraticas, apoz o ganho lance.

Más vistas se lançaram tambem sobre caçadores 2.

Injustificadas eram e até pelo facto de se apresentar quasi abertamente solidario com a rebeldia, o tenente coronel André Bastos.

Certo é porém que essas duvidas se reproduziram na Rotunda, á apresentação ali, do regimento, na noite de 5.

Mauro do Carmo regista no seu relatorio (**) *Documentos para a Historia*, que esses reforços «só serviram para preoccupações, cuidados e desintelligencias entre quem estava no acampamento por todos desconfiarem das mesmas forças, desconfian-

(*) Vide o 3.º volume d'esta obra—Pagina 551.
(**) *O Intransigente* de 7 de Outubro de 1912.

ças estas que ainda mais se comprovaram com o procedimento do capitão que as commandava».

D'ahi o tenente Mauro incumbir o ex-2.º sargento de artilharia Manuel Marques de Oliveira de vigiar a officialidade, a pretexto de que não devia ser mandada para a Rotunda «uma facção que não havia ainda muitos momentos o estava a combater e que á força se rendeu». (*)

Mercê da attitude de contrariedade do official da Rotunda, concitou-se contra caçadores 2, uma certa tensidade de animo, indo não só a vigilancia, mas a ameaças.

Duvidando dos menores gestos dos agaloados do batalhão, e especialmente do capitão Arthur Julião Maciel Alves, deu isso logar a actos violentos.

Phantasiando n'elle um contrario, abertamente o provocou, apertando-lhe o braço.

Maciel Alves, repellindo-o, e vendo no procedimento uma indisciplinação, aliás não extranhavel no meio, teve logo por parte do tenente o apontar de uma pistola á cara, exemplo seguido por um sargento cadete fixando outra no peito do superior, emquanto os civis faziam circulo ameaçador.

A serenidade do capitão, não atemorisado ante o inaudito lance hostil, e ordenando não só ao cadete a guarda da arma, como a Mauro que o acompanhasse junto de Machado Santos, desarmou os exaltados.

Perante o commissario naval se trocaram impressões, terminando Maciel por accentuar que o proseguir da contenda e da espionagem poderia ter como consequencia um conflicto onde tomassem parte os soldados do batalhão.

De facto prejudicial era a attitude e para que ella não continuasse, ao tenente se fez ver a necessidade de melhor encarar de circumstancias.

O exaspero de Mauro do Carmo, accentuou-se todavia, ao ponto de ser acommettido de subita perda das faculdades mentaes, forçando a internamento hospitalar por dias. (**)

(*) *O Intransigente* de 8 de Outubro de 1912.
(**) Idem de 22 de outubro de 1912.

Mais tarde, o tenente, cuja notavel attitude de animosidade a Machado Santos, a seu tempo assignalaremos, publicava no seu relatorio, a reedição d'essas accusações immerecidas, a caçadores 2, frisando (*) que a ida do regimento para a Rotunda «fora uma ideia que poderia ter dado logar a perdição de portuguezes e de Portugal».

N'esse relatorio ainda, se apresentou principal alvo de arguições, o capitão Maciel, que em carta ao director do *Intransigente*, (**) rebateu não só a parte onde era pessoalmente attingido como a relativa á desconfiança sobre os que sob seu commando estiveram.

E' certo que a 10 de outubro se fallou da uma tentativa criminosa no quartel de caçadores 2, nascendo o boato de que alguem tinha feito fogo sobre o paiol no intuito de fazer voar o edificio.

De positivo houve a tentativa, tendo sido disparado de longe um revólver, que em vez de attingir o deposito da polvora, victimou o cavallo do capitão Barros.

Debalde se procurou investigar quem fôra o auctor do attentado logo atirado á responsabilidade, segundo uns, de monarchicos intransigentes e, segundo outros, de desejosos de attrahir sobre o regimento as animosidades populares, para represalia a uma evidente má vontade do tenente Mauro contra o capitão Maciel, com base em questões de commando.

A soldadesca nada logrou descobrir de suspeito, como cousa alguma se logrou quanto ao concitar do odio da populaça.

Esta, acclamou caçadores 2 na rua, e durante a formatura preventiva no Rocio (9 de outubro) como vendo n'ella uns adherentes, desde principio. Sobre o capitão Maciel e tenente Conceição chegaram a ser lançadas flores das janellas, entre o festivo das saudações do povo enthusiasmado. (***)

O tenente-coronel André Joaquim Bastos, reassumia, por seu turno, o commando do batalhão, (12 de outubro) como de

(*) *O Intransigente* de 15 de Outubro de 1912.
(**) Idem de 22 de Outubro de 1912.
(***) *O Seculo* da 10 de outubro de 1910.

inteira confiança da Republica, é sendo o unico dos commandantes dos regimentos de Lisboa que se conservou á frente do seu antigo corpo de exercito.

Pensaram ainda alguns dos revolucionarios, n'uma acção conjuncta da brigada das Necessidades com infantaria 2.

Era sem base a hypothese.

Já vimos a sua attitude ao ataque nos altos da Penitenciaria, na tarde de 4.

A' proclamação, infantaria 2, prestava homenagem, na Rotunda, ao regimen novo e regressava ao quartel, nas Janellas Verdes, entre os vivas do povo e os abraços aos officiaes. (*) Deu-se o coronel Antonio Augusto de Sousa Bessa como muito felicitado, não obstando isso, porem, a que passado á reserva fosse. (27 de outubro de 1910).

Eram pois injustos os receios dos deffensores de Alcantara não só quanto a caçadores 2, mas a infantaria 2.

Todavia, todos esses varios rumores de intenções contrarias da quasi inactiva brigada das Necessidades, nascidas aos primeiros instantes da Republica, e conjugados ainda, com os das pretensas marchas dos regimentos de Santarem, desasocegos levaram aos revoltosos de marinha, acolhidos no quartel da Praça das Armas.

Era desde logo dads ordem ao *Adamastor*, afim de seguir para Alcantara a deffender o aquartelamento da armada.

Mal fundeara, d'ali lhe sollicitaram 150 homens e uma metralhadora.

Não podia o tenente José Mendes Cabeçadas satisfazer a exigencia, motivo porque ao capitão Soares Andrea fez saber que, a impossibilidades de resistir, procurassem refugio a bordo, pois a retirada lhes seria protegida com o fogo das peças.

Insistindo se, voltava ao Terreiro do Paço a participar as presumidas más contingencias, para de novo suspender ferro e vir para Alcantara.

Essas peripecias interessantes, apparecem descriptas assim no relatorio official do tenente Mendes Cabeçadas:

(*) *Seculo* de 6 de Outubro de 1910.

«Recebi ordem para voltar ao quadro mas mal fundeei em frente do Terreiro do Paço, recebo uma nova ordem para suspender e voltar para Alcantara. Do quartel continuaram a exigir forças, porque esperavam ser atacados pelas baterias de Queluz. Julguei infundados esses receios; comtudo mandei á tarde um cabo com muita competencia estudar o terreno para com uma força de desembarque proteger a retirada do quartel. Continuaram com recados, ao que respondi que se tinham medo fossem para suas casas. Pediram-me por escripto auctorisação para abandonarem o quartel, que eu sabia estar occupado por populares que acolheram ali sem quaesquer ordens. Para me deixarem dei essa auctorisação se fôssem atacados, o que julgava impossivel. Passou-se a noite sem novidade, trabalhando os projectores».

A despeito do conseguido resultado e talvez pela comprehensão de que facilmente se obtivera, imperava a visão, aterrorisante, d'uma embuscada eterna, prestes a subverter os crentes na absoluta entrega monarchica.

Esse pesadello, alargou assim a sua esphera, communicando se a todos os centros onde a rebeldia erguera o grito, que depois tanto a perturbou, e sem conhecer que elle ao encontro fôra da ambição da alma de quantos viam na causa democratica a garantia d'um futuro promissivo.

Os boatos levados ao arsenal de marinha, ligados pois com os alarmes vindos do quartel de Alcantara, trouxe áquelle a perspectiva de um ataque serio e quiçá a visão de perdida causa após o logrado exito.

Fizeram todavia os preparativos para a resistencia.

N'essa altura se dava a apresentação do capitão-tenente João Manuel de Carvalho, entendido com os revoltosos e já envolvido na janeirada de 1908.

Era-lhe entregue o commando interino das forças, logar que depois exerceu, na effectividade, sendo antes (11 de outubro de 1910) nomeado commandante do *Adamastor*.

Entretanto, uma granada, transviada da Rotunda, maiores nuvens de receio condensou.

Guarneceram se as janellas da Rua do Arsenal, incluindo as que pertenciam á Escola Naval.

Debalde esperaram, pois se não deu o annunciado ataque.

O lance estava ganho e bem ganho e finda a missão da marinha, em materia avassaladora.

Estava finda a acção da armada.

Ao fechar do seu relatorio, datado de 20 de outubro de 1910, e entregue em 25 ao ministro da marinha, Amaro Gomes, o 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira, formulava o voto de premio aos interferentes na sedição, não só no quartel de marinheiros, como dos tres cruzadores. Promovia-se, para a guarda nacional republicana, e por uma apontada conveniencia de se não manterem na marinha os impulsionadores da revolta contra superiores, a tenente, o 1.º sargento Arthur Victorino Gonçalves dos Santos, a alferes, seis 1.os e dois 2.os sargentos; a sargentos ajudantes, cinco sargentos; a 1.os sargentos, vinte sargentos e cabos; a 2.os sargentos, trinta e oito cabos e marinheiros; a cabos, oitenta marinheiros e grumetes.

D'elles, á levantada questão de promoções, e até com base na transferencia, não quizeram alguns o premio arbitrado, motivo porque um outro decreto, (*) datado de 31 de Dezembro de 1910, declarando não desejar o governo provisorio «que por forma alguma esses valentes servidores da Patria e da Republica ficassem sem o merecido galardão pelos seus feitos heroicos», outros lhes concedia.

Aos conductores de machinas, Joaquim Ferreira da Gama e Onofre Zepherino, ia a pensão annual de 72$000 réis, até serem promovidos a guarda-marinhas; a pensão de 36$000 réis ao 1.º sargento Manuel Fastio até ser guarda-marinha-auxiliar; ao 2.º contramestre Antonio Correia da Silva, até ser 1.º; aos cabos Alberto Soares Mendes e José Lopes de Assis, até serem primeiros sargentos; sendo louvados apenas os 1.º sargento João Duarte, 2.os sargentos, Francisco Matheus da Cruz e Antonio Maria de Carvalho; 2.º contramestre Luiz da Silva, cabo

(*) Legislação de 1910 — Volume II — Pagina 214.

Francisco Marques, 1.os artilheiros José Maria da Silva, Luiz Antonio Pereira, Zepherino Gonçalves Portelinha, e Joaquim dos Santos Cabral, 2.os artilheiros, Antonio dos Santos, Alberto Thomaz, Jacintho Gonçalves Roby e Antonio Virgilio, 1.º marinheiro, Eduardo Domingos da Fonseca, 2.º marinheiro Francisco de Sousa, 2.º fogueiro José Antonio, 2.º torpedeiro José Augusto Rodrigues de Almeida, chegadores, José Damião, João Gonçalves, Antonio Luiz e Manuel Augusto.

Por esse decreto eram ainda promovidos a 1.º sargento para a guarda republicana, o cabo de marinheiros, Francisco Salgueiro da Silva e a 2.os sargentos, os 1.º artilheiro Marcolino Augusto Gouveia e 2.º fogueiro Avelino da Costa e Silva.

Quanto a superiores, o tenente Ladislau Parreira, dividia em dois grupos, para recompensa, os officiaes que com elle participaram dos lances d'essas horas de revolta.

No primeiro collocou os 2.os tenentes Annibal de Sousa Dias, José Carlos da Maia, Tito Augusto de Moraes e João Mendes Cabeçadas Junior, o medico naval, dr. Alexandre José Botelho de Vasconcellos e Sá e o commissario naval, Henrique da Costa Gomes, e no 2.º grupo, o 1.º tenente João Fiel Stockler, o commisario naval, Marianno Martins, e o 2.º tenente João Joaquim Marques da Silva Araujo; deixando ao arbitrio ministerial as recompensas a conceder-lhes.

Alterou todavia o governo essa disposição e fez publicar o seguinte decreto, (*) norteado pelas indicações do chefe da Rotunda, reconhecido assim como o supremo dirigente da revolta:

«O Governo Provisorio da Republica Portugueza, tendo na mais alta consideração o feito heroico dos officiaes da armada que, nos dias 4 e 5 de outubro findo, deram as mais exhuberantes provas de valentia, coragem e amor patrio, concorrendo com o seu procedimento digno e alevantado para a disciplina e exito feliz do movimento revolucionario, de que resultou a proclamação da Republica, desejando galardoal-os por uma forma condigna, e perfeitamente de accordo com a opinião publica, e

(*) *Diario do Governo*, n.º 39, de 19 de Novembro de 1910. — *Legislação Portugueza* de 1910 — II volume — Pagina 112.

tendo em attenção as declarações publicas e particulares expostas pelo commissario naval de 2.ª classe Antonio Maria de Azevedo Machado Santos, e relegando por isso para as Constituintes a devida recompensa pelos relevantes serviços que prestou á causa da Republica, faz saber que, em nome da Republica, se decretou para valer como lei, o seguinte:

«Artigo 1.º E' promovido a capitão de mar e guerra o primeiro tenente Antonio Ladislau Parreira. Art. 2.º São promovidos a capitães tenentes o primeiro tenente João Fiel Stockler, e os segundos tenentes Annibal de Sousa Dias, José Carlos da Maia, Tito Augusto de Moraes e José Mendes Cabeçadas Junior. Art. 3.º E' promovido a primeiro tenente o segundo tenente José Joaquim Marques da Silva Araujo. Art. 4.º E' promovido a medico naval chefe o medico de 1.ª classe Alexandre José Botelho de Vasconcellos e Sá. Art. 5.º E' promovido a commissario inspector o commissario de 2.ª classe Henrique da Costa Gomes. Art. 6.º E' promovido a commissario de 1.ª classe o commissario de 3.ª Marianno Martins. Art. 7.º Os officiaes a que se referem os artigos 1.º a 6.º d'este decreto ficam perpetuamente collocados fóra do quadro das respectivas classes, devendo ser promovidos segundo a lei geral; só são obrigados ao pagamento da patente do posto a que ascendem e não ficam sujeitos ás disposições do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. Art. 8.º E' agraciado com o grau de official da Ordem da Torre e Espada com a pensão vitalicia de 300$000 réis annuaes, o segundo tenente Jayme dos Santos Pato. Art. 9.º E' reintegrado no quadro dos officiaes da armada e reformado no posto de capitão de mar e guerra, com o vencimento annual de 960$000 réis, o ex official da armada Alvaro de Oliveira Soares Andreia. Art. 10.º São louvados o capitão de fragata reformado João José Lucio Serejo Junior, a quem se concede a revisão do seu processo o qual foi reformado, e o commissario naval reformado Arthur Marinha de Campos, nomeado governador de Cabo Verde. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém. Os Ministros de todas as

Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 28 de novembro de 1910. — *Joaquim Teophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luiz Gomes*».

Não teve boa acceitação perante a antiga officialidade, o promulgar de promoções que, constituindo um evidente premio á indisciplina, ia ainda ferir antiguidades.

Deu isso origem a novo decreto, datado de 22, (*) pelo qual, para esclarecimento «de duvidas suscitadas na interpretação do artigo 7.º» se fazia saber, e se decretava, valendo como lei, que os officiaes promovidos seriam «collocados fóra dos respectivos quadros immediatamente a seguir ao official mais moderno do posto a que foram promovidos», que a sua antiguidade se regularia pelas situações occupadas na sua escala e as promoções se realisariam sob a forma por que o eram os officiaes na situação de commissão especial.

Mais tarde, sendo ministro da marinha o capitão tenente Freitas Ribeiro formularia elle n'uma entrevista jornalistica (**) commentarios desfavoraveis áquellas promoções, por distincção, originando o incidente parlamentar (***) ruidoso, onde assignalada foi uma quasi imposta exoneração de commando de navios, aos capitão de mar e guerra, Ladislau Parreira e capitão tenente, José Carlos da Maia, e ainda certo mal estar entre a outra officialidade por essa especie de premio, dispensados de tirocinio.

Outros premios ainda se lhes quiz conceder, apresentando o deputado Innocencio Camacho Rodrigues, á Assembléa Nacional Constituinte (sessão n.º 16 de 7 de julho de 1911) uma proposta confirmando as promoções feitas pelo governo provisorio e concedendo a Gran-Cruz da Torre e Espada, com a pensão annual e vitalicia de 1:200$000 réis, aos seguintes officiaes: Antonio Ladislau Parreira, José Carlos da Maia, Alexandre José

(*) Legislação Portugueza de 1910 — II volume — Pagina 124.

(**) *O Seculo* de 1 de Novembro de 1913.

(***) Camara dos deputados — 7.ª sessão ordinaria em 10 de Dezembro de 1913.

Botelho de Vasconcellos e Sá, Annibal de Sousa Dias, Tito Augusto de Moraes, João Mendes Cabeçadas Junior, Henrique da Costa Gomes, e Marianno Martins; o Grande Officialato da mesma Ordem, com a pensão annual e vitalicia de 900$000 réis, aos seguintes: João Fiel Stockler, Silva Araujo, Antonio Pires Pereira Junior, Camacho Brandão; o Officialato da mesma ordem, com a pensão annual e vitalicia de 200$000 réis, a todos os sargentos promovidos a officiaes pela revolução; e o grau de cavalleiro da mesma Ordem, com a pensão annual e vitalicia de 150$000 réis, ao aspirante Adolpho Trindade.

Era todavia regeitada a admissão, e a reclamação de alguns deputados, admittido o projecto, (sessão n.º 18, de 11 de julho) para o effeito simples de ser enviado á commissão de finanças, onde ficou.

Dos abrangidos pelo decreto de 18 de Novembro ao capitão de mar e guerra, Antonio Ladislau Parreira, que, como José Carlos da Maia e João Mendes Cabeçadas Junior, fez parte da Assembléa Nacional Constituinte, era lhe entregue o commando do corpo de marinheiros, pelo capitão-tenente Barbosa Bacellar, que mandava publicar na ordem da armada, o seguinte louvor ás praças:

«Tendo recebido ordem para fazer entrega do commando do corpo de marinheiros ao 1.º tenente Antonio Ladislau Parreira, é com a maior satisfação que, em ordem d'este corpo, venho significar quanto é digna de exemplo a maneira como, durante o curto, mas agitado periodo, em que tive a honra de exercer este commando, as praças cumpriram o seu serviço; quanto sacrificio tem havido em supportar successivas vigilias; quanto tacto em saber auxiliar e promover a segurança e a manutenção da ordem publica, e quanta amoravel disciplina e ponderada alegria no transparecer d'esta calma e nobre abnegação para o bem da nossa querida patria. Cumprindo-me communicar estes factos ás estancias superiores, acho-me, entretanto, acanhado em usar da competencia, que os regulamentos me conferem, dando forma de louvor, que, em todo o caso, louvor é, a este meu modo de sentir perante a magnitude dos heroicos

acontecimentos que trouxeram o advento da Republica Portugueza.»

Mais tarde (Dezembro de 1913) era ainda agraciado com a medalha de prata de comportamento exemplar, tendo antes exercido o cargo de commandante do cruzador *Vasco da Gama*, em que o substituiu o capitão de mar e guerra Barbosa Leal.

O capitão tenente Annibal de Sousa Dias, nomeado 1.º commandante do quartel de marinheiros, era depois commandante do *Adamastor*, cruzador encalhado e tendo que ser aberto (abril da 1914) no ministerio das finanças a favor do da marinha, um credito especial para pagamento das indemnisações causadas pelo desastre. (*)

O capitão tenente José Carlos da Maia, era nomeado commandante da 2.ª divisão do corpo de marinheiros, e depois, do cruzador *S. Gabriel*, de que foi exonerado (Dezembro de 1913) e substituido pelo capitão de fragata Fonseca Rodrigues, partindo em breve para Macau, como governador, sob o seguinte elogio do chefe da Rotunda:

«José Carlos da Maia é um nome já lendario, que pertence á Historia; mas não é como um «antepassado», um ser de antigas eras, que o heroe do «5 de outubro» vae governar a terra onde Camões escreveu os seus «Lusiadas», e a que o tufão açoita de quando em quando, como que a varrel-a do estro do poeta para que outro mortal se não atreva a plagiar o epico. O capitão-tenente Maia, que ainda ha pouco tempo provou ser, no commando do «S. Gabriel», um marinheiro tão distincto e um militar disciplinador, como foi revolucionario e combatente audaz, é um dos mais illustrados oficiaes superiores da nossa marinha de guerra, que conhece como poucos o Oriente e a colonia que foi chamado a administrar. Leva, portanto, o nosso querido amigo na sua bagagem de governador, além do vasto tirocinio de quarenta e tres meses de pratica dos homens e das coisas politicas, os especiaes conhecimentos que tem do nosso ultramar e em particular das regiões «celestes», a par d'um espirito culto e progressivo, materiaes que são de sobejo para ainda

---

(*) Citado já a paginas 393 do 3.º volume d'esta obra.

mais engrandecer o seu nome, com proveito para a colonia e para a metropole. De lamentar é que seja tão restricto o campo onde o nosso querido e illustre amigo vae exercer a sua actividade — José Carlos da Maia, que podia, se tivesse aceitado, sobraçar hoje a pasta da marinha, vae governar uma provincia onde a viação acelerada despreza o vapor e a electricidade, por lhe bastar a energia humana — mas a sua modestia, tão grande como o seu valor, arrasta o para a cidade dos «nhôns» e das «nhônhas», apesar de ter a certeza que n'ella terá de viver contrafeito, porque é demasiado pequena a terra para o conter a elle. Macau vae ter um governador á altura; agora o governador é que não encontra em Macau a largura bastante para evidenciar os seus meritos. O nosso querido e pessoal amigo, conta poder embarcar por estes dias para o mar da China, a tomar conta do seu novo cargo. Que tenha «bom vento ou per a sua», como dizem aa damas macaistas quando nos desejam uma feliz viagem, são os votos que fazemos ao dizer lhe «adeus». (*)

Espalhando impressões, já dissera Carlos da Maia, a um anno preciso do lance outubrino: (**) referindo se á abordagem do *D. Carlos*:

«O Parreira dera me ordem de o tomar. Tomei o. V. convença-se de que só cumpri ordens de serviço, naturalmente, sem phrases, sem gestos de Artagnan. Mas cumpri-as, e, por muitos annos que viva, parece me que não viverei os precisos para expiar o nefando crime de, por as ter cumprido o melhor que sabia, ter concorrido para se fazer uma Republica como essa que no Terreiro do Paço tão mal amanharam. Por muito que viva, a não ser que se comece a pensar em fazer outra. Porque não era nada d'isto... Mas, se se fizer outra, como já se tem a experiencia, deve ficar boa, deve ficar limpa... E parece-me que será preciso fazel-a para assim expiarmos o nefando crime de termos ajudado a fazer esta...»

Ao 1.º tenente José Joaquim Marques da Silva Araujo, seria ainda mais tarde (***) proposta á Assembleia Nacional Cons-

---

(*) O *Intransigente* de 6 de Maio de 1912.
(**) O *Intransigente* de 5 de Outubro de 1911.
(***) Sessão n.º 16, de 7 de Julho de 1911.

tituinte, pelo delegado Innocencio Camacho Rodrigues, o grau de official de Torre e Espada, com a pensão annual de 900:000 réis, não tendo seguimento o projecto de lei respectivo.

O medico naval chefe, Vasconcellos e Sá, com a graduação de capitão de fragata, tomava ainda logar na camara dos deputados, como um dos representantes do partido evolucionista, da chefia do dr. Antonio José de Almeida.

A um anno, exacto, (*) do logrado exito, já espelhava assim as suas opiniões:

«E agora, sobre a Republica? Não é nada d'isto... Nada!... A um anno da sua proclamação nunca imaginei que podesse existir um partido que pondo na fachada a taboleta de democratico, monopolisasse o radicalismo, chamando thalassas vermelhos aos sinceros republicanos radicaes, aos verdadeiros revolucionarios de 4 de outubro...»

Mais tarde, seria elle quem, n'um violento discurso parlamentar, ergueria as arguições feitas a officiaes revolucionarios pelo então ministro da marinha, José de Freitas Ribeiro, no «Relatorio do Ministerio da Marinha» apresentado ao parlamento (Dezembro de 1913) e ainda n'uma entrevista jornalistica. (**)

Esse relatorio celebre, ensejo largo deu para questões politicas, por visar a armada sob o ponto de vista do indisciplinamento e de actos praticados em manobras e a proposito ainda do mallogrado movimento de 21 de outubro de 1913.

O capitão-tenente da administração naval, Henrique da Costa Gomes, pouco sobreviveu á obtida destincção, vindo a fallecer a 26 de outubro do 1911, no logar de Santo Antonio dos Olivaes, proximo a Coimbra e sendo enterrado, em Lisboa, a 29 do mesmo mez, no cemiterio do Alto de S. João, entre os tumulos de Candido Reis, Miguel Bombarda e Elias Garcia, na rua n.º 1.

Mais tarde, sob proposta de José Affonso Palla, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, José da Silva Ramos, João Luiz Ricardo, e

---

(*) O *Intransigente* de 5 de Outubro de 1911.
(**) O *Seculo* de 1 de Novembro de 1913.

Antonio Caetano Celorico Gil, e parecer favoravel da commissão de finanças, era approvado na Assembleia Nacional Constituinte (Sessão n.º 140, de 10 de Julho de 1912) um projecto de lei concedendo á viuva de Costa Gomes, Marieta Hoja da Costa Gomes, a pensão annual de 360$000 réis. Teve apenas o contrario voto do dr. João de Freitas.

Costa Gomes era natural de Coimbra, onde nascera a 21 de agosto de 1867, sendo filho do antigo secretario geral d'aquelle governo civil, dr. José da Costa Gomes. Guarda-marinha em 4 de setembro de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 30 de setembro de 1893. As campanhas de Moçambique em 1894-1895, trouxeram-lhe, pelo porte em combate, a medalha de prata commemorativa d'essa expedição.

Exercera ainda os cargos de chefe de contabilidade de marinha a bordo das canhoneiras *Zaire* e *Quanza* e do transporte *India;* encarregado da fazenda do corpo de alumnos da armada, adjunto do corpo de marinheiros e thesoureiro da provincia e da alfandega da Guiné.

Sem abertamente se evidenciar republicano, por elles foi todavia apercebido, a ponto do commissario naval Machado Santos o attrahir aos serviços da revolução.

Esta o achou na hora difficil, e á retirada dos officiaes revolucionarios do quartel de Alcantara na noite de 4, Costa Gomes fora o ultimo que abandonou o posto, e só depois do bom recato, a bordo, da maioria dos officiaes e civis.

O 1.º tenente da administração naval, Marianno Martins, era nomeado depois, governador civil do districto de Villa Real.

Restava o commandante do quartel de marinheiros, desde o afastamento dos outros officiaes orientadores da sedição na armada.

Soares Andrea, entregava no dia 6 o edificio onde manobrara na phase de perigo.

Fôra elle o unico que sustentara na mão o cahido estandarte da revolta, em Alcantara.

O quartel de marinheiros em poder dos fieis á monarchia, era a queda da Rotunda, como a d'esta significaria a derrocada de Alcantara.

Esses dois postos constituiram a força suprema da sedição, que lograra reivindicar o seu ideal.

Todavia, ao deixar o quartel, Soares Andrea, iria sentir de novo todo o peso do anathema que sobre elle rompeu prestes.

Perseguido da monarchia, por sectario de opposto ideal e querendo pagar-lhe os odios pela intransigencia, seria um perseguido da democracia, a quem o seu esforço dera.

O official, de principio proclamado heroe, breve, em questão de horas, viu entravada a roda que n'um louvor girara vertiginosa.

Desde logo se lhe assacaram factos excepcionaes, entrechocando se de forma tal que nitidamente definiam uma falta de veracidade. Como primeira phase, surgiu a negativa de que o capitão-tenente houvesse estado em combativo posto.

Appareceu pois o nome do 2.º tenente Costa Gomes, citado nos boatos como o authentico chefe do acampamento de Alcantara desde a noite de 4.

O contrario estava demonstrado todavia no relatorio do 1.º tenente Ladislau Parreira e ainda nos dos coadjuvantes de Andrea apoz o seu apparecimento no quartel de marinheiros.

Expondo esse corrente boato, n'um encontro na Rotunda, a 7 de outubro, com Machado Santos, teve d'elle a resposta seguinte:

— O commandante não fez nada, foi uma graça. Se não aguenta lá a brigada do Paço, havia de ser bonito aqui na Rotunda; se ella nos ataca de noite ou de manhã, estava tudo perdido! (*)

Isso não obstou porém a que a apreciação nas primeiras horas feita pelo ainda commissario naval olvidada fosse pelo depois capitão da mar e guerra, não as reproduzindo no seu relatorio, e cahindo assim sob as justificadas censuras do esquecido.

Contrapondo comtudo, á inhabil campanha, outra emergira, derrubando a da não assistencia em Alcantara.

Assim, teve Soares Andrea, a accusação de durante o exer-

(*) *A Alvorada* n.º 12 — Anno I, de 30 de Abril de 1912.

cicio do commando do quartel de marinheiros haver assignado vales na importancia de contos de réis e referentes a generos indevidamente apprehendidos ou requisitados, e que pelo facto recebera sommas dos pseudos fornecedores beneficiados.

Derrubada foi todavia a accusação, mercê d'um opusculo (*) onde se descreveu, nitida e documentadamente, a precaria vida do official.

Mas entretanto se cuidava de galardões e a Soares Andrea, se dedicou uma larga promessa de benesses, desde a reintegração e promoção a capitão de mar e guerra, até ao reembolso de atrazados vencimentos e elevado grau da Ordem de Torre e Espada.

Pedia-se-lhe, todavia, para ceder a imposições de almirantes, que requeresse a reforma.

No proprio gabinete do ministro Amaro Gomes, o official bradou que antes quebraria a espada no joelho do que se sujeitaria a taes condições, retirando d'ali em seguida.

Apoz, na residencia do grão mestre da Maçonaria, o dr. Magalhães Lima, Machado Santos propunha a Soares Andrea, o posto de capitão de mar e guerra, com o cargo de chefe do departamento maritimo dos Açores.

Querendo todavia apresentar nitida a situação, Soares Andrea obteve, por meio de circular dirigida aos officiaes revolucionarios da marinha, uma reunião, effectuada no respectivo ministerio e onde a sua attitude como combatente e propagandista era exalçada, garantindo-se-lhe a nomeação breve para serviço activo.

Acceitando, assim, a anterior promettida compensação, aos premios lhe coube de facto e por decreto de 18 de Novembro de 1910, a reintegração no quadro dos officiaes da armada, mas com o golpe evidente da reforma, no posto de capitão de mar e guerra, tendo annexo o vencimento annual de 960$000 réis.

Era o reeditar dos sonhos maus que julgara desfeitos ao clarear do ambicionado dia de reivindicação democratica.

(*) Gomes de Carvalho — *Verdade e Justiça* — II — Paginas 6-7.

Ia reproduzir-se a scena que se dera com o capitão de fragata Lucio Serejo.

A reforma, por assim dizer imposta ao official de marinha, ao proprio a fundamentou o ministro Amaro de Azevedo Gomes, em boatos de que, apoz a lucta contra a monarchia, Soares Andrea «não podia ter a cabeça em bom estado», (*) sendo conveniente conservar-se por seis mezes n'aquella situação:

«Que se dizia não poder a minha cabeça estar em bom estado (!) após os ultimos 3 annos de lucta com a monarchia, e então era *conveniente*, estar ahi mais uns seis mezes ainda fóra do serviço, e por isso é que me reformára. A esta espantosa declaração, de que me agravavam os soffrimentos para eu aquietar o meu espirito indignado respondi — Então, sr. ministro, em que regimen estamos nós, na Monarchia absoluta ou na Republica?»

De nada valeu ao official, a calorosa defeza que lhe fez em dois opusculos, sob o titulo *Verdade e Justiça!* o revolucionario Francisco José Gomes de Carvalho, que, talvez pelo facto, conheceu tambem o carcere, sob accusação de envolvido na tentativa revolucionaria de 27 de abril de 1913.

Isso justificou que ao esmiuçar da extensa teia formada em seu redor, para tentar derruir o valor da sua acção, sustendo a derrocada do quartel de marinheiros na noite de 4 de outubro, Soares Andrea tivesse a seguinte phrase flagrante: (**)

«Pode-se lá acreditar que isto é a Republica que o grande almirante Reis sonhava? Não, não é!»

Já então fôra exonerado (4 de maio de 1912) do cargo de presidente do tribunal de marinha.

O movimento, mallogrado, de 27 de abril, levou-o á reclusão, por sete mezes, no castello de S. Jorge e d'ahi a Angra, (8 de maio de 1913), no chamado *castello maldito* e depois á clausura no forte da Trafaria (22 de dezembro de 1913), d'onde o livrava uma amnistia promulgada (22 de fevereiro de 1914) durante o governo da presidencia do dr. Bernardino Machado.

(*) *A Alvorada* de 28 de maio de 1912.

(**) *A Alvorada* — Ano I — Numero 16 de 28 de Maio de 1912.

Para que bastas semelhanças tivesse a Rotunda com Alcantara, se n'aquella houve sargentos contrarios a Machado Santos, esta apresentou como adversario de Soares Andrea o seu mais desvellado companheiro das horas de amargas situações, José Nogueira, accusado pelo official de marinha de interferente nas suspeitas que aos carceres o levaram. (*)

Isso faria com que o official, rematasse assim uma carta (**) dirigida em 29 de abril d'aquelle anno, ao então presidente do ministerio dr. Affonso Costa:

«Estranha aberração esta: sacrificado pelo ideal da Republica no tempo da monarchia, agora ainda sou dos que mais soffrem na Republica!»

A phrase ficou.

Era a odyssea dos que mais haviam combatido o regimen monarchico e attenuando quasi os erros do passado no contrabalanço com os da epocha nova.

Do louvado capitão-tenente Lucio Serejo já vimos os seus, por egual, accidentados passos de apoz victoria.

O commissario naval, Marinha de Campos, ia ao cargo de governador de Cabo Verde, pela exoneração dada ao 1.º tenente Macedo Ortigão, a despeito do seu telegramma ao governo provisorio (7 de outubro) felicitando-o e ao paiz pela proclamação da republica.

Foi em terras d'Africa que o commissario naval, farto de subalternidades, das janellas do palacio do governo quiz revoltar o gentio, para que elle lhe conferisse o supremo poder de seu governante, fóra das dominações continentaes (abril de 1911).

Não soube a negragem comprehender-lhe as intenções, e não o seguindo, motivou a sua detenção até á metropole, que, mercê das antigas propagandas democraticas, lhe esqueceu esse vôo de ambição.

Em troca teria commissão alta, egualmente em Africa, mas que deu origem ao seguinte: (***)

(*) O *Intransigente* de 30 de dezembro de 1913.
(**) Idem de 7 de janeiro de 1914.
(***) *O Seculo* de 29 de abril de 1914.

«Consta que foi dada por finda a commissão para que fôra nomeado em Moçambique o sr. Marinha de Campos, porquanto devendo ser essa comissão exercida na Zambezia, aquele oficial se achava ha tempo em Lourenço Marques, d'onde nunca saiu».

Disse se a commissão como sendo de Moçambique, para syndicancia á inspecção de fazenda em Lourenço Marques, (*) mas breve de novo se frisou (**) o facto de ser dada por finda a missão de que fôra incumbido, ou fosse o estudo das modificações a introduzir no regimen dos prasos na Zambezia.

O facto dera entretanto discussões parlamentares.

Dos abrangidos pelo decreto galardoador de 18 de novembro, ainda outro conheceu vicissitudes: o antigo sub-director da Cordoaria Nacional, capitão de fragata João Augusto de Fontes Pereira de Mello, exonerado por decreto de 13 de outubro de 1910.

Tendo feito parte da commissão militar revolucionaria, dos trabalhos deu conta em livro intitulado *Subsidios para a historia.*

Nomeado foi ainda em 11 de outubro de 1910, para commandante do cruzador *S. Raphael*, que logo no dia seguinte ia descarregar a artilharia em frente do areal da Trafaria.

Mais tarde, (17 de abril de 1911), apparecia envolvido no celebre *caso do arsenal*, visando á demissão, forçada, do ministro da marinha, Amaro de Azevedo Gomes, a substituir por Fontes Pereira de Mello, indo este por isso ao carcere (20 de junho de 1911).

Pouco depois, era presente á Assembléa Nacional Constituinte (sessão n.º 16 de 7 de Julho de 1911) pelo deputado Machado Santos, um projecto de amnistia a todos os implicados em taes acontecimentos.

Aos successos de 27 de abril de 1913, ainda o seu nome foi lembrado, contribuindo isso talvez, para elle requerer a reforma, sob fundamento de se encontrar impossibilitado para o serviço (setembro de 1913). Era-lhe concedida, no posto de capitão de mar e guerra, em que o substituiu o capitão de fragata

(*) O *Intransigente* de 2 de maio de 1914.
(**) O *Diario de Noticias* de 27 de agosto de 1914.

Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel (janeiro de 1914).

Ainda da officialidade de mar, ao 2.° tenente Francisco de Aragão e Mello, que ao Caes do Gaz fôra levar junto do almirante Candido dos Reis, o espelho de uma derrocada dos projectos, iria o cargo de governador de Tete (17 de outubro de 1910), pela exoneração dada ao capitão de infantaria Jorge Camacho e com escala anterior pelo de ajudante do ministro da marinha, Azevedo Gomes.

Já começara na armada, havia muito, a reconstituição da disciplina, necessaria.

Um despacho ministerial de 2 de novembro de 1910, determinava o licenceamento de praças do corpo de marinheiros. Veio depois o decreto seguinte, não menos explicito:

«Artigo 1.° Fica provisoriamente autorisado o comando do Quartel de Marinheiros a passar imediatamente á reserva todos os grumetes e segundos marinheiros, ou equiparados, cujo procedimento seja perturbador da disciplina que deve sempre manter-se em todos os estabelecimentos militares. § unico. Quando o mesmo comando julgar necessaria a aplicação do disposto neste artigo, aos primeiros marinheiros e cabo, ou equiparados, propôl-o-ha á Majoria General da Armada, a quem competirá decidir imediatamente. Art. 2.° Este decreto entra em execução imediata.»

A intensidade de uma propaganda de desobediencia, não conseguiu todavia arrancar-se ás palavras em contrario nascidas do fim conseguido e o exercito ou a marinha, traduziam nos actos insurreccionados de 27 de abril e de 20 de julho de 1913, e outros, o referver intimo da semente lançada e da qual surgiu o lance de 1910 contra o constituido poder monarchico.

Essa magua, espelharia, a tres annos de distancia d'essa convulsão, o ministro da marinha, José de Freitas Ribeiro, nas seguintes palavras d'um discurso (*) pronunciado em cerimonia solemne do ratificar de juramento dos novos alumnos do corpo de marinheiros:

(*) *Diario de Noticias* de 14 de agosto de 1913.

«De hoje em deante já não sois rapazes, tendes o direito de ser considerados como homens, como soldados a quem incumbe a nobilissima missão de defender a Patria, como marinheiros, os mais decididos defensores da Republica e que saberão manter durante a sua permanencia nas fileiras da armada, a tradição de bravura, de arrojo e de patriotismo que sempre foi a mais distinta caracteristica do marinheiro português. Pela bandeira que vereis galhardamente tremulando a bordo dos navios de guerra onde ireis embarcar, a qual será sempre para vós o simbolo sagrado da nossa estremecida Patria, sabereis manter-vos disciplinados com a maior dedicação pelo serviço em tempo de paz, e, se porventura cair sobre nós o flagelo da guerra, sereis valorosos até ao heroismo, combatendo donodadamente e sem temor da morte, contanto que jámais perigue a honra da bandeira, a tradição da marinha e a fama de Portugal.

«Nos tempos que vão correndo, ainda tão proximos da revolução de outubro, a sociedade portugueza não está em plena quietação e de vez em quando praticam-se actos de indisciplina desordenada e perigosa. A nossa maruja não soube esquivar-se ao mesmo desvario e quasi se ia partindo a intima ligação entre marinheiros e oficiaes, sem a qual nunca poderá existir uma corporação militar que seja digna desse nome. Os novos marinheiros que todos os annos veem alistar-se na armada, devem fugir a tão desastradas influencias, jámais consentirão que com elles se misturem elementos estranhos, as mais das vezes tresloucados e inconscientes, não sabendo medir o perigo da sua intervenção na vida militar, que só os sãos principios de ordem, de disciplina e de abnegação devem nortear, e que deixarão de existir quando as paixões, a indisciplina e o espirito de facção começar a invadir os quarteis e os navios. Felizmente este perigo vai passado, que d'ora ávante quem dentro da sua camisola de alcaxa não sentir pulsar um coração de português, de republicano e de patriota, será sem exitação expulso das fileiras da armada. E' nos seus jovens marinheiros, que a Repuhlica deposita as suas melhores esperanças e na sua indomita coragem, inexcedivel lealdade, ella confia para poder entregar a todos nós, oficiaes e marinheiros, os modernos e complicados navios de

guerra, que muito breve deverão constituir a esquadra da Republica. No mar alto e em combate, oficiaes e marinheiros não são mais que irmãos de armas, mas em tempo de paz e de preparação pera a guerra, os oficiaes são os vossos mestres e educadores. As aptidões e conhecimentos que ides adquirir, a elles serão devidos. Merecem elles só por isso, o vosso respeito, obediencia e reconhecimento. Estes laços de estima, entre nós, serão o condão da victoria, e sem a sua existencia, repito, não ha familia militar. Gravae, marinheiros! na vossa memoria a lembrança d'esta minha declaração. Marinheiros! sêde em toda a vossa vida, tão disciplinados como valentes, tão habeis como generosos, tão republicanos como patriotas! E a Marinha será um corpo de «elite» e a sua divisa — Patria e Republica.»

A' imprensa veio, por essa epocha, o queixume de attribuladas situações, exposta como brado de censura sahido dos carceres horriveis de Angra: (*)

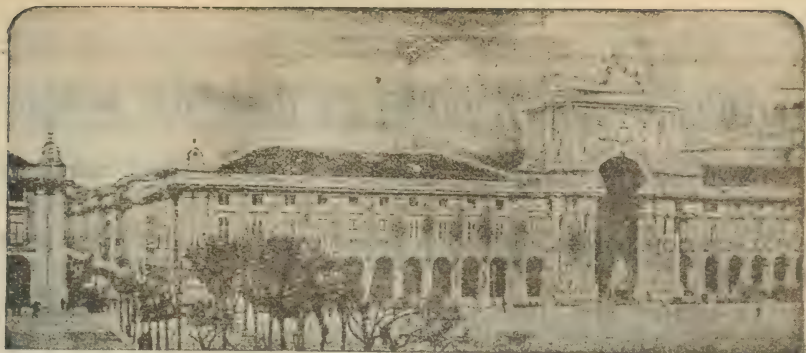
Angra, 29-7-913. — Justiça! Justiça, senhor dr. Affonso Costa! Pedimos humildemente rapidas providencias para a nossa cruel e iniqua situação. Somos victimas duma infamia; da oppressão de tiranica lei d'excepção. Que fizemos nós marinheiros, para tão desdenhosamente sermos tratados? De que nos acusam esses senhores que tão cobardemente nos martirisam? Se até hoje ainda não encontraram cumplicidade nos depoimentos já feitos porque não é abolida então a rigorosa incommunicabilidade de que somos vitimas ha 90 dias n'estes carceres immundos? Porque não nos dão pelo menos o suficiente para as nossas indispensaveis necessidades? taes como cigarros, cartas, selos, etc? Seremos obrigados perante tão misera situação a estendermos a mão á caridade dos transeuntes, alguns americanos, etc., que de passagem nos visitam fóra da prisão e bem afastados. E que impressão levarão esses estrangeiros dos presos politicos que envergam uma farda tão honrada e que tão humilhantemente imploram uma esmola? E' vergonhoso; é escandaloso vermo-nos nessa suprema necessidade! E para isto não haverá ninguem que olhe? Ha de evitar-se o escandalo prestes a dar-se; talvez mesmo se

(*) *O Intransigente* de 21 de agosto de 1913.

adoptem os meios extremos para que não se pratique tão baixa acção motivada pelo orgulho d'esses, só d'esses que tão cinicamente esquecem os mais elementares rudimentos do humanitarismo. Onde está a lei que permite, que consente a violação da correspondencia? Será tambem lei d'excepção? E' esta a recompensa que nos dão apoz tantos sacrificios, pelo seu triunpho—roubarem nos o ordenado, arrastando-nos simultaneamente com nossas familias para o desespero, para a revolta, para a necessidade extrema? Repito, com dolorosa magua, as perguntas que de principio sempre tenho feito se bem que baldadamente. Como havemos de manter por mais tempo uma honesta subsistencia, a nossas mães, a nossas esposas, a nossas filhas, se a alguns o cruel destino os impossibilitou de angariar os necessarios recursos de subsistencia como sucede a uma pessoa de minha familia ha muito tempo ás expensas do meu magro e mesquinho «pret»? Que será feito desse ente querido quando se acabar a solicitude da generosa visinhança? Morrerá de fome á mercê das vicissitudes de todo o tempo e da cruel e iniqua sociedade? Ah! como é doloroso, como é revoltante que a dentro d'um regime democratico outr'ora tão aureolado das mais fagueiras esperanças e dos mais nobres prometimentos, se pratiquem tão baixas normas de repressão! Nem no tempo de João Franco existiu tanta tirania. E talvez o senhor Affonso Costa não tenha um arranco de dó e piedade de nós humildes marinheiros que tanto o auxiliámos na sua propaganda revolucionaria e a poder de sacrificios extremos construimos o pedestal onde elle hoje orgulhosamente nos opprime. Providencias, senhor presidente do ministerio! Justiça, sr. Affonso Costa! — *Pelos marinheiros cativos, o telegrafista naval. n.º 4144*».

Era o espelho afflictivo, a tres annos apenas d'essas embriagantes horas de acclamações.

E, de instante, talvez pairasse por ali, por esses corredores sinistros do castello onde D. Affonso VI jazeu, a alma, em pena, de um que preadvinhou esse esbater de enthusiasmos.

Cahira alem, no ermo de Valle do Zebro, ao grito da victoria de um ideal que não era o seu.

V

A entrega da Escola de Torpedos. — O drama de Valle do Zebro.

amos de novo encontrar a figura epica de Frederico Pinheiro Chagas.

Voltemos á mesma solidão de Valle do Zebro, para assistir a uma victoria facil, e a uma tragedia que á Historia compete fazer resaltar como lance magestoso.

A manhã de 5 colheu a Escola de Torpedos no mesmo apathico aspecto da vespera.

O 2.º tenente Frederico Chagas, era substituido no quarto de vigilancia pelo tenente Almeida Henriques.

Verificada uma escassez de viveres, era destacado para o Barreiro um escaler, que não volveu tão rapido.

Debalde esperado e assestados para longe os binoculos, viram subir no arsenal a bandeira republicana.

Todavia foi julgado o facto apenas uma nova adherencia.

Iam de instante tomar-se providencias, para perspectivas de avassalamento, quando um vapor approximando-se, procurou effectuar um reconhecimento, retrocedendo logo.

Determinaram-se aprestos para combate, mas o cruzador *D. Carlos*, antepondo-se e como se os adivinhasse, intimou pela

telegraphia sem fios a rendição e a proclamação da Republica.

A crença na disciplina firmou-se e pensamentos houve de recusa.

Começou porém a actuar o receio como primeiro passo para a revolta.

O escaler que tinha ido ao Barreiro buscar mantimentos, voltou e o patrão, estabeleceu o alarme, dizendo alto que o vapor antes visto, levava a bordo officiaes, praças e civis, que por terra iam assaltar a escola.

Era certo o avanço e proximo a conhecer-se.

Entretanto, o tenente João Fiel Stockler trocava na parada signaes com a maruja e ao ser notado ali volvia ao seu quarto.

A tarefa estava comtudo finda.

O corneta, sem ordem superior, apenas a do 3.º artifice torpedeiro Carlos de Freitas, tocou a unir, e os marinheiros correram a armar-se, impulsionados já então pelo contra-mestre de torpedeiros Alfredo Cabrita Netto. (*)

O capitão de mar e guerra, Antonio de Almeida Lima, longe de tentar com energia reprimir o movimento, indicava uma submissão, fallando ás praças para lhes significar ter «pena que não esperassem mais e evitassem assim o acto de indisciplina que acabavam de praticar».

Accrescentava ainda que tendo na escola um official prisioneiro, «se considerava desde esse momento seu prisioneiro com a officialidade». (**)

Chagas, alto proclamava ser cedo para a officialidade se render, presumindo até que, da maruja, muitos se conservariam fieis.

Almeida Lima, oppunha-se á tentativa de resistencia, relatada assim por Machado Santos, a pagina 119 do seu relatorio:

«O tenente Pinheiro Chagas tentou dividir a força, mas o capitão de mar e guerra Almeida Lima, director da escola, disse que *não queria que se matassem uns aos outros e que se alguem*

(*) Falleceu em 22 de Abril de 1912.

(**) *Diario dos Vencidos* por Joaquim Leitão — Pagina 243.

tinha que morrer que fosse elle o sacrificado. Em seguida o nobre velho considerou-se prisioneiro do tenente Stockler».

Os officiaes deliberaram considerar-se prisioneiros, sob a formula desculpante de não haver resistencia contra a força.

O tenente Pinheiro Chagas, passeando febril, accentuou:

— Pois sim, mas eu não me rendo! Eu não me rendo! Render-me não!

Estabelecia-se a desorientação, accirrada com o ousado pedido do tenente Fiel Stockler, para que o desligassem da palavra de honra em como não tentaria sublevações.

N'essa altura interveio o tenente Jayme dos Santos Pato, ao lado do qual se haviam collocado, presumido fiel á realeza, 40 praças do *Pero de Alemquer.*

Respondendo a uma phrase de Frederico Pinheiro Chagas, rejubilando pelo facto de esse grupo não adherir á democracia, bradou, ingressando com elle no grupo de sublevados:

— Esta gente vae tambem!

Os officiaes fieis não puderam solver esse incidente de surpreza.

Com pasmo seguiram essas forças, caminhando alegres ao encontro dos sediciosos de fóra.

Pensou-se nos torpedeiros.

O lance seria tentado pelo tenente Pinheiro Chagas.

Não havia comtudo quem os tripulasse.

A adherencia era então já absoluta.

O official ficou nervoso, irritado, torcendo nas mãos o bonet.

Desvairado e incendido o olhar, labios tremulos, relanceou a vista do commandante silencioso, para a columna de sublevados que gritavam os seus enthusiasticos vivas á republica.

Os camaradas attrahiram-no a si, para que a sua attitude de assombro não o conduzisse a extremos graves.

Sentado n'uma pedra, Frederico Chagas reviveu todo esse espelho de inercia, de tacita coadjuvação á revolta, sem que empregados fossem os torpedeiros.

Entretanto, o capitão de mar e guerra, Antonio de Almeida Lima, abandonava a parada, como demonstração evidente de que se rendera e sem que n'esse passo contrariado fosse por

quantos ali se encontravam, o capitão de fragata Emilio Alberto de Macedo e Couto, tenentes Almeida Henriques, Santos Pato, Abranches da Silva, Vieira de Mattos, Pereira da Silva, Elisio Leitão Vieira dos Santos e dr. Abel Barreto de Carvalho.

Dos assistentes a esse acto, diversas orientações assumiriam alguns de futuro.

Dos auxiliares do movimento, o 2.° tenente Jayme dos Santos Pato, seria agraciado com o grau de official de Torre e Espada, tendo inherente a pensão de 300$000 réis. O 2.° tenente João Fiel Stockler, iria a capitão-tenente, sendo nomeado ainda commandante do antigo hiate real *D. Amelia* (*Diario do Governo* de 17 de outubro de 1910), e tendo depois uma proposta, apresentada á Assembléa Nacional Constituinte (Sessão de 7 de Julho de 1911), para lhe ser concedido o grande officialato da Torre e Espada com a pensão annual de réis 900$000.

Foi elle ainda, quem na tarde de 5 de outubro, veio fazer entrega dos torpedeiros que fundearam entre os cruzadores *S. Raphael* e *Adamastor*, desembarcando no arsenal a marinhagem, á qual ali foi offerecido lanche. De regresso a Faro, (20 de outubro) Stockler, era ali recebido com um cortejo imponente que percorreu as ruas da cidade algarvia, emquanto as senhoras deitavam flores sobre o official revolucionario.

Dos outros, o capitão de mar e guerra, Almeida Lima, exonerado do 1.° commando da escola pratica de torpedos e electricidade, que era assumido pelo capitão-tenente Alfredo Guilherme Howell, recebia dias depois, o do cruzador *D. Carlos*, cargo de confiança e que lhe era entregue (10 de outubro) pelo tenente José Joaquim da Silva Araujo; apoz a exoneração dada ao ferido da revolta, capitão de mar e guerra, Alvaro Ferreira. O *D. Carlos*, como se necessario fosse apagar de todo a lembrança do crime do Terreiro do Paço, passava a *Almirante Reis*, sendo a respectiva chapa inaugurada solemnemente a 30 de outubro, com a previa retirada, a 22, da grinalda que havia á popa, encimada pela corôa.

Chegou a haver boatos de uma opposição ingleza á transformação, mas é facto que esta se effectuou sem incidente.

Não obstou todavia a que, mais tarde, e a proposito da cooperação portugueza a favor da Inglaterra na guerra europeia de 1914, o *Morning Post*, (29 de outubro de 1914) avaliando o nosso poder naval, dissesse:

«Embora a Liga Naval Portugueza se orgulhe da sua imponente séde em Lisboa e tenha por divisa: «O futuro de Portugal está no mar» a esquadra portugueza a pouco monta. O muito desejado grande couraçado que devia enaltecer a dignidade nacional nos portos estrangeiros ainda não foi construido e o navio que foi chrismado com o nome do pobre Almirante Reis não excede 4:000 tonelladas.»

O capitão de fragata, Macedo e Couto, era exonerado de 2.° commandante, por decreto publicado em 13 de outubro.

O tenente Vieira de Mattos, requeria e obtinha á passagem para o Congo portuguez em commissão especial (Novembro de 1910).

O 2.° tenente machinista José Abranches da Silva, appareceria mais tarde como indicador de nomes de camaradas por elle declarados como envolvidos na tentativa monarchica de 21 de outubro de 1913, sendo por seu turno detido e depois exonerado do serviço da armada.

No momento em que o capitão de mar e guerra Almeida Lima se submettia, como os outros, sem combate, o tenente Frederico Pinheiro Chagas, sentiu subir-lhe ás faces o rubor da vergonha.

Teve elle a noção exacta do dever, mas excedeu-o.

Tentar a lucta, seria uma loucura.

Quebrar a espada, o mesmo era que entregal-a e entregar-se.

Os companheiros, que se haviam affastado, trocavam quasi serenos commentarios.

Recordou-se de que tinha no bolso o Smith entregue pelo irmão, Mario da Silva Pinheiro Chagas.

Cravando na bandeira vencedora um olhar de insubmettido, cravou no coração a primeira bala, e no frontal direito mais duas.

(*) O *Mundo* de 7 de Outubro de 1910.

O lance tragico appareceu assim descripto: (*)

«Em Valle de Zebro o primeiro tenente da armada, João Fiel Stockler esteve na escola de torpedeiros fazendo a calorosa defeza da Republica, tentando mata-lo o official ali de serviço Bordallo Pinheiro. O tenente Stockler esteve preso durante algumas horas, mas a sua fé ardente de revolucionario levou-o intrepidamente a todas as proclamações da liberdade. Horas depois, a marinhagem adheria corajosamente e força armada e o tenente Stockler partiam para Lisboa em defeza heroica da causa hoje triumphante. O segundo tenente Frederico Pinheiro Chagas suicidou-se por ter reconhecido, quando commisionado pelas auctoridades do Arsenal de Marinha, que suppunham possivel suffocar a revolta, a sua impotencia perante a marcha luminosa, victoriosa da Republica.»

Isso justificou a seguinte justa carta de acclaração: (**)

«Sr.—Tendo lido no seu muito conceituado jornal de hoje uma noticia do que se passou em Valle do Zebro, eu peço a v. o grande favor de esclarecer a mesma noticia, visto que, se fala num official Bordallo Pinheiro, o qual, segundo me consta, não tem esse nome, mas sim Pinheiro Chagas. Peço a v. o especial favor de no proximo numero do seu honrado periodico estabelecer a identidade do verdadeiro official. Sou de v. com a maior consideração e respeito, mt.º at.º e ven. criado mt.º obg.º. *Mario Bordallo Pinheiro*, tenente de cavalaria.»

O acto não dera para exemplos.

O destino apenas o levára a Valle do Zebro, para que o seu nome resaltasse como o de martyr, d'esse martyrio de que debalde havia sido affastado, pelos rogos fraternos.

Correram para elle os outros.

O 1.º tenente Almeida Henriques, ajoelhando, notava que o coração batia ainda.

A despeito de soccorrido, extinguiu-se doze minutos depois do acto tragico, ás 11 horas e 5 minutos, na sala do 1.º deposito da escola e á hora em que a artilharia dava a salva de

(*) O *Mundo* de 7 de Outubro de 1910.
(**) Idem, de 8 de Outubro de 1910.

honra á bandeira verde-rubra e que para elle era a salva funebre, do passamento nobre.

De regresso vinham então os sediciosos, com a nova da republica proclamada, e a intenção de assalto.

Havia-se junccionado aos auxiliares que vinham do Barreiro, sob a indicação do dr. Carneiro Franco, dirigente de todo o movimento na margem esquerda do Tejo.

Como premio immediato e de transito para outros teve o cargo de administrador do 2.° bairro de Lisboa, de que tomava posse a 12 de outubro.

A's 3 horas da manhã de 5, reunira o conselho de officiaes da marinha revolucionaria, e approvara-se o plano da investida a Valle de Zebro para a posse dos torpedeiros, do nucleo de artilharia e fabrica de armas.

Duas horas decorridas, os grupos estavam organisados e um vapor os levou até local não distante da escola. Commandava-os o 2.° sargento ajudante de infantaria 17, Jordão Gregorio Cansado Conde e o cabo torpedeiro Carlos dos Reis Cadete, acompanhando-os a junta revolucionaria do Barreiro, e que, apoz a sahida da maruja, para o arsenal, tomou posse da escola.

A grita ensurdecedora da multidão assaltante, já não perturbou em vida, o que baqueára em holocausto ao regimen derrubado.

A revolta de Portugal não foi todavia o rubro sanguinarismo da revolução da França.

Os sublevados, tiveram o choque na sua alegria e as cabeças descobriram-se ante o morto que para si idealisou como mortalha a bandeira azul e branca das velhas glorias lusas.

Uma embarcação levou de Valle de Zebro a Lisboa, o corpo de Frederico Pinheiro Chagas, emquanto subia triumphante no deposito de torpedos o estandarte da Republica

Quatro catraeiros trouxeram até á residencia d'onde sahira para combater, o corpo exanime d'esse insubmisso.

Vejam em trechos de notavel burilado o descrever (*) d'essa chegada e d'esse final:

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão, pagina 248.

«Toda essa multidão perpassou por deante do corpo de Frederico Pinheiro Chagas, já composto carinhosamente, e de todas as boccas sahiam expressões de respeito, de admiração por aquelle homem de honra.

— «Este, sim, que foi um bravo!

— «Este soube cumprir o seu dever!

— «Este tinha brio! — diziam os proprios revolucionarios.

«Foi a ultima continencia e a primeira acclamação de victoria. Hora de revolução, primeiro trataram da revolução. E o tenente Almeida Henriques e dr. Abel de Carvalho tiveram de esperar ao sol que os revoltosos transportassem as munições da Escola. Por fim, atracou uma vedeta e nessa luxuosa embarcação foi pousado o corpo de Frederico Pinheiro Chagas, que todos os officiaes e o commandante acompanharam até ali, seguindo no vapor o medico da armada dr. Abel Barreto de Carvalho e Almeida Henriques que só se desabraçou do seu camarada quando o entregou á angustia d'outros braços que ficaram para sempre abraçados a essa sombra de epopea, como elle para sempre ficará abraçado á querida bandeira azul e branca. O corpo chegou já frio. Nem se pôde desvestir para o amortalhar com as dragonas de grande uniforme. Com uma simplicidade egual á que elle pôz na morte, apenas por sobre a farda de serviço se lhe deitou o colar da Torre e Espada, que com tanta honra ganhou e com tanta honra levou para o tumulo. Foi assim que se matou esse lindo moço, feliz, cheio de talento, de vida, de bondade, de instrucção, de amoraveis recursos de dedicação, sem um viva de allegoria, sem um gesto estudado, apenas o ruido necessario para a bala d'um revolver pôr um ponto final no seu grande coração. Não copiou nenhuma estampa heroica do seculo XVIII, não procurou attitudes, não chamou espectadores. Teve a grandeza da simplicidade e a simplicidade do seu grande temperamento. Chamar lhe heroe era vexar-lhe a memoria e deturpar-lhe o gesto. Morte honrada é o epitaphio que lhe cabe. Cahiu em sangue, mas no seu sangue, sem sacrificar ninguem. E quem sabe a dôr e o sacrificio que esse lindo, essa flôr de rapaz teve de fazer para não desistir de morrer com honra ao lembrar-se — porque se lembrou com certeza — da grande dôr

que ia levar ao coração do Alvaro, do Mario, de todos elles.
«Mas quem sabe tambem se o Frederico não recordou n'essa hora, a melancholica phrase do Pae, proferida já á beira do tumulo, com a mão cansada de experiencia pousada sobre a cabeça d'esse filho.

—«Que pena eu tenho, meu filho, de que não morras portuguez!...

«E por muito que nos faça chorar a morte de Frederico Pinheiro Chagas, 2.º tenente da Armada Real Portugueza, é ainda com enlevação e com orgulho que lhe agradecemos o ter-se matado, e que confessamos:

— «Morreu tão bem! Tão honradamente, tão singelamente!...»

Por seu turno, o chefe da Rotunda dedicava-lhe as seguintes linhas a paginas 119 do seu *Relatorio:*

«Pinheiro Chagas suicidou-se! Frederico da Silva Pinheiro Chagas, 2.º tenente da Armada, tinha um caracter bondoso e até 4 de Outubro déra sempre provas de ser um bom camarada e amigo dedicado. Nenhum acto da sua vida nos auctorisava a prever a maneira tragica como entendeu dever liquidar a existencia! Pinheiro Chagas era um espirito liberal e culto. Nunca lhe percebi convicções monarchicas. Era apenas um fanatico de João Franco. Infelizmente para o paiz, não foi esta a unica existencia nobre que este homem victimou!»

A affirmativa deu origem a uma carta do dr. Mario Pinheiro Chagas:

«Ex.mo Sr. Machado Santos — No «Intransigente» de 26 do corrente, acabo de ler a passagem do Relatorio de V. que se refere a meu irmão Frederico Pinheiro Chagas em que V. posto dedique á sua memoria palavras que reputo merecidas mas que por isso não deixo de agradecer, affirma que «elle não tinha convicções monarchicas e que era apenas um fanatico de João Franco.»

«V. Ex.ª não tinha nem tem o direito de fazer estas affirmações, absolutamente erradas. O meu querido e nobilissimo irmão, espirito rasgadamente liberal, era sincera e convictamente monarchico. Ninguem o póde saber e affirmar melhor do que eu

E, se elle admirava, como eu admiro, o sr. João Franco, essa admiração não assumiu nunca o caracter de fanatismo, pela mais simples das razões: a de que na minha familia só ha o fanatismo pela honra do nome que herdamos, com as suas naturaes responsabilidades. Foi esse fanatismo que conduziu meu irmão á morte e melhor do que eu o affirmará a V. Ex.ª se fôr, como não supponho, necessario, o 1.º tenente da armada Almeida Henriques, que n'uma «interview» publicada no «Correio da Manhã» fez a narrativa minuciosa do desgraçado acontecimento que para sempre enlutou a minha vida. Esperando da lealdade e da cortezia de V. Ex.ª a publicação d'esta carta no seu jornal, sou. De V. Ex.ª —*Mario Pinheiro Chagas.*—27 2·1911».

Frederico Pinheiro Chagas notabilisara-se nas campanhas de Africa, por elle descriptas n'um livro primoroso *Na Guiné.*

Nasceu em 1882 e era filho do grande historiador, Manuel Pinheiro Chagas e neto d'esse outro vulto notavel de liberal, Joaquim Pinheiro Chagas, poeta, a que não deixaram de sorrir as aventuras revolucionarias de 1828, e que depois das luctas contra o absolutismo, vinha a secretario do *rei santo*, D. Pedro V.

A' morte do escriptor saudoso, quiz D. Carlos I, assumir a direcção educativa de Frederico Pinheiro Chagas. O irmão, o dr. Mario, recusava, allegando haver o pae sollicitado, na extrema hora, que fosse elle o educador.

E a missão foi bem desempenhada, embora a morte se encarregasse de ceifar todo esse trabalho aproveitado.

Tambem essa perda e a sua origem arremessou para a conspiração os irmãos. Mario e Alvaro Pinheiro Chagas, iam depois engrossar as fileiras dos conspiradores pela causa monarchica e editos eram publicados (agosto de 1913) pelo tribunal de Braga, citando-os a apresentar-se a julgamento sob pena de revelia. Aproveitava-lhes a amnistia do anno seguinte e só então regressava á patria, de longo exilio, quasi toda a familia do suicidado de Valle de Zebro.

Merecia comtudo uma elegia, esse acto de nobre desespero.

O lance de desvario tem a engrandecel-o o sagrado da intenção.

Não foi um luctador que quiz arremessar outros á lucta e se alijou das responsabilidades na hora grave do compromisso.

Foi o idealista que cahiu, quando cahido viu o seu ideal.

Foi o soldado que se isolou do mundo, quando, em redor de si, notou o vacuo, o abysmo cavado entre a bandeira que jurara e a que seria forçado a jurar.

Foi mais uma gotta de sangue a enrubrecer o pavilhão da revolta.

Merecia uma elegia grande essa alma de dedicado.

A Historia porém, ao reivindicar para si, como muito sua, a figura gigantesca de Frederico Pinheiro Chagas, firma-lhe o nome nas suas paginas indestructiveis, como a vulto que bem o merece.

VI

A proclamação na Camara Municipal de Lisboa—O Governo provisorio—O trabalho do passado e a desillusão do futuro—Primeiras proclamações—A sessão solemne nos paços do concelho—Questão de prioridades—Os autos da ceremonia—O Museu da Revolução—A sancção pelas Constituintes—Prophecias e coincidencias.

Sahindo do edificio do governo civil, e sabendo já assegurada a posse do quartel general, o dr. José Barbosa, José Relvas, e o professor Brito Bettencourt, dirigiram-se, com o povo, para a camara municipal onde se lhes juntava o professor José Antonio Simões Raposo, que, com o segundo havia desembarcado do *S. Raphael*, ao conhecimento das boas novas.

Simões Raposo, teve, depois, o cargo de curador dos serviçaes em S. Thomé.

Já ali se encontravam o jornalista José Maria de Moura Barata Feio Terenas, futuro senador e director geral da secretaria do Congresso da Republica, e o dr. Francisco Eusebio Lourenço Leão, secretario do Directorio, o primeiro que chegou aos paços do concelho.

Reuniram-se-lhes ainda o lente da Escola Polytechnica, Innocencio Camacho e o dr. Malva de Valle, recem-desembarcados

dos navios, onde haviam notificado o pedido do desembarque,

Reunidos trocaram as impressões occasionaes.

Relida foi a lista do governo provisorio.

Não houve, de instante, um pensamento analytico sobre a sua organisação.

Fôra elaborada nas horas em que nem de leve se sonhavam probabilidades de victoria.

Pensou se mais em recompensar velhos trabalhos e antigos sacrificios pela causa do que em medir preparações para os cargos primarios de uma nação em revolta.

Alguns haviam sido lembrados, extra-consulta e d'ahi sem prevenção legislativa para accudir ao exercicio das funcções altas. A obra reformadora ou ia postergar-se ou surgir n'um golpe rapido.

Ou a demora ou a submissão ao erro.

Pela ultima tentativa se optaria, á mercê de boas vontades.

Estas teem um limite, e o trabalho, enfermou, não da incompetencia dos homens mas da rapidez das circunstancias, impondo producções de leis a impreparados pelo convencimento da fallibilidade da revolução ou pelo desconhecimento absoluto de que atirados seriam de junto das suas cadeiras de litteratos para o turbilhão d'um gabinete ministerial.

Esse pensar manifestado mais tarde seria, até pelos proprios que não ignoravam a feita escolha, tão impensada que jungiu no elo de um ministerio dois inimigos de sempre, os drs. Antonio José de Almeida e Affonso Costa.

Já officialmente sabida a morte do almirante Carlos Candido dos Reis, apenas se tratou de lhe arranjar substituto.

De momento lembrado foi o capitão de mar e guerra, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes.

Acceite, urgia dar execução ao acto que ia affirmar a victoria republicana e solemnisada desde logo pela offerta, a primeira, do ex-fornecedor de carnes á cidade de Lisboa, Manuel Martins Gomes Junior (*) pondo á disposição da Republica, para os primeiros encargos, todos os seus rendimentos ao juro de 5 % e 1 conto

(*) Falleceu em outubro de 1914.

de réis sem encargos, para os revolucionarios feridos e auxilio para a erecção d'um monumento dedicado á memoria dos liberaes mortos no campo da lucta. A segunda verba era entregue no dia immediato, ao dr. Affonso Costa n'um cheque, pelo representante de Manuel Martins, Lopes Nogueira.

A offerta teve depois o seguinte apregoado proficuo resultado: (*)

«Afinal não se chegou a averiguar em quem votou o illustre sr. Martins das Carnes — que segundo a *Lucta* em quatro anos arranjou mil contos com o monopolio das ditas. Que pena...»

Seguir-lhe-hia o exemplo, embora não effectivado, o commerciante Francisco de Almeida Grandella, fazendo saber (8 de outubro) ao governo provisorio por intermedio do ministro dos estrangeiros, que punha ao seu dispôr as suas propriedades, absolutamente livres de encargos, no valor de seiscentos contos e a sua casa commercial, avaliada em cinco mil contos, para o governo poder levantar, sobre estes bens, quaesquer emprestimos de que carecesse.

Impunha-se pois a necessidade de fazer saber officialmente, ao povo em baixo accumullado, que Portugal havia mudado de regimen.

A postos tudo, para a varanda larga se dirigiram os representantes do Directorio, rodeados de revolucionarios civis.

Ia proclamar-se a republica.

Não se conseguiu fixar devidamente a hora do acto celebrado.

Se uns o deram ás 8 $^1/_2$ da manhã (**), outros, o affirmaram succedido ás 9 horas (***), e ainda outros ás 11 (****), estes com base até nos documentos officiais.

Esta foi porem a de leitura na sala nobre dos paços do concelho e que seguiu a da declaração das janellas da camara.

(*) *O Rebate* de 22 de Novembro de 1913.
(**) 4.ª edição do *Diario de Noticias*, de 5 de outubro de 1910.
(***) Da *Monarchia á Republica*—Pagina 90.
(****) O *Seculo* de 5 de outubro de 1910.

Assomando ao parapeito, ante um breve silencio feito, o secretario do Directorio, dr. Eusebio Leão, declarava que a republica substituira a monarchia no governo da nação portugueza, rematando com as seguintes palavras, mal percebidas já, no meio das aclamações populares:

—Ao povo portuguez, sendo um povo respeitador da liberdade, desnecessario é recommendar a maior prudencia e o maior socego. A ordem está restabelecida, e no regimen republicano cabem todas as aspirações, todas as vontades generosas. A Republica é um regimen de perfeita liberdade. Comportem-se, pois, todos dentro da maxima tranquillidade.

Seguiu-se-lhe o lente da Escola Polytechnica, Innocencio Camacho Rodrigues, dando a constituição do governo provisorio:

Presidente, dr. Joaquim Theophilo Braga; interior, o dr. Antonio José de Almeida; justiça, o dr. Affonso Costa; fazenda, o dr. Bazilio Telles; guerra, o coronel Antonio Xavier Correia Barreto; marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes; estrangeiros, o dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães, e obras publicas, o dr. Antonio Luiz Gomes.

Compunham-no, na maioria, vultos sahidos da propaganda democratica junto das camadas populares.

O dr. Joaquim Fernandes Theophilo Braga, chefe do governo, era a maior mentalidade portugueza.

A sua vida, traçou-a elle em auto-biographia concedida ao jornalista francez René Comtois para o *Matin*, que a reproduziu zincographicamente (*).

Braga. (Theophilo), nascido em 24 de fevereiro de 1843, na ilha de S. Miguel (archipelago dos Açores). Na edade de tres annos ficou orphão de mãe, D. Maria José da Camara Albuquerque. Atormentado por uma terrivel madrasta até 1861, abandonou a casa paterna e partiu para Coimbra com o pouco dinheiro de um volume de versos, *Folhas Verdes*, que publicou em Ponta Delgada em 1859, como estreia litteraria. Em Coimbra a sua vida foi uma lucta obscura, por falta de todos

(*) *Le Matin*, 7 de Outubro.

os meios de existencia. Elle supportou essa lucta com um indomavel orgulho. Frequentou a Universidade de 1862 a 1868, anno em que se formou em direito. Em 1868 concorreu a uma cadeira de economia politica na Academia Polytechnica do Porto. A sua these de concurso era intitulada: *Caracteristica dos actos commerciaes.* Os seus professores preferiram-lhe um bacharel imbecil que tinha parentes na Escola. Pouco depois, em 1871, apresentou se a concurso da faculdade de direito; a sua these intitula se: *Espirito de direito civil moderno.* Mas a faculdade, levada por intrigantes, adoptou a preferencia da antiguidade de grau e preferiu-lhe duas mediocridades anonymas. Fechavam-lhe assim o accesso ao magisterio, o unico meio que tinha para seguir a sua vocação. Foi em 1872 que elle se apresentou ao concurso da cadeira de litteratura moderna da Europa, no curso superior de lettras em Lisboa. A sua these de concurso intitulava-se: *Theorias da historia e da litteratura portuguezas.* Que terrivel batalha! Todos os elementos conservadores, catholicos, monarchicos, metaphysicos, ultra-romanticos, os jornalistas assalariados do governo, conspiraram para lhe vedar a entrada no magisterio. O publico acclamou-o e impôl-o ao ministro, que consultou o conselho de instrucção. E' sómente pelos seus honorarios de professor que Theophilo Braga subsiste, consagrando inteiramente a sua vida ao trabalho intellectual. Todos os livros, que tem publicado, da-os gratuitamente ás livrarias para vencer a *grève* qua faziam em volta d'elle. Seguia com prazer o seu ideal. A Academia das Sciencias não o admittiu senão depois de dez annos (1880-1890) de consideração sobre esse perigo. Foi na Academia que elle publicou a sua *Historia sobre a Universidade de Coimbra*, em quatro volumes. Theophilo Braga é considerado como um inimigo pelas classes conservadoras porque é republicano, livre pensador, e, em philosophia, é o introductor da philosophia positiva em Portugal. Isto basta para o fazer detestar. (a) *Theophilo Braga.*»

Professor de historia e de litteratura no Curso Superior de Lettras e socio effectivo da Academia Real das Sciencias e do Instituto de Coimbra, pelos archivos d'essas aggremiações espalhou o seu trabalho de intrinseco valor.

Mas fôra de facto uma existencia de lucta a de Theophilo Braga.

As pugnas da phalange dos escriptores de 1873, encontraram no victima dos ataques agrestes de Anthero do Quental, aggravando-o moral e litterariamente, talvez para o attenuar dos combates de 1866, em que Julio de Castilho, visconde de Castilho e Manuel Roussado, barão de Roussado, cruelmente dissecaram, em folhetos celebres, a individualidade de Quental.

A *Historia de Camões*, trouxe lhe tambem a critica mordaz, cortante, de Camillo Castello Branco, nas *Noites de Insomnia*, (*) desfazendo erros da obra sobre o cantor dos *Lusiadas*. Breve teve novo ataque, sob o titulo *Os 2 Joaquins* (**) e iniciado assim:

«Um é o arranjador de *Musicos* e de outras maravalhas. Outro é Theophilo que tambem é Joaquim. E tambem é Fernandes. Expungiu o nome e o appellido, logo que se aforou em letras. Joaquim Fernandes era a parte chata do sujeito. Desfez-se disto, pôz se á cavalleira do Genio e assignou-se Theophilo Braga. (***) Aviso á posteridade: Elle era Joaquim! A fatalidade dera 2 a Portugal, no mesmo seculo. Gemeos, hemogeneos, homonymicos, productos de gravidez longa, parto feito a urros ferozes no nascedouro, ringindo com dedos anavalhados, ao tempo que a lisonja os lambia, para os ageitar, como a ursa faz aos seus cachorros. E que cachorros!»

Passariam comtudo essas desavenças e Camillo, levado pela amargura que advinhou no dr. Theophilo Braga á morte dos filhos estremecidos, encarregava-se de destruir as aceradas criticas do passado, tornando se o seu melhor amigo.

Ambos estavam ja no campo da notoriedade.

Sendo já collossal a obra de Theophilo, avolumando se ao ponto de em 1902, n'm periodo de 40 annos, já abranger 112 volumes, em prosa e verso, e descriminados com analyse, no

(*) N.º 3, de Março de 1874, pagina 14.

(**) Idem, pagina 58.

(***) No Diccionario bibliographico de J. Francisco da Silva, é conhecido por Joaquim Theophilo Fernandes Braga. (Nota das *Noites de insomnia*).

prefacio (*) ao poemeto de Theophilo Braga *Mais Mundos*, editando no Rio de Janeiro pelo escriptor Fran Pacheco, trabalho que apresentou ampliações aos elementos contidos no livro de Teixeira Bastos, *Theophilo Braga e a sua obra.*

Não abrandou desde essa epocha a actividade do erudito e como maior monumento do seu affinco se evidenciou a *Historia da Litteratura Portugueza* e *Renascença Portugueza* no caminho ininterrupto, do perscrutar da vida dos grandes e extinctos cultores das lettras patrias.

O dia 24 de Fevereiro de 1908, constituiu para elle uma data celebre: completando 65 annos de edade e 50 de vida litteraria, teve em sua casa uma manifestação (**) de ruido, pelos escriptores portuguezes, terminando com a entrega de um livro, «Cincoenta annos de actividade mental de Theophilo Braga, julgada pela critica comtemporanea de tres gerações litterarias.»

O todo prolixo, extenso, dos trabalhos de Theophilo Braga, tornava-o, é facto, um compulsado exclusivo dos anciosos de saber muito, quasi raros na sociedade portugueza, indifferente á necessaria descripção basilar dos factos.

A incomprehensibilidade para muitos, não affastava comtudo o preito geral por todos ao publicista, erudito e pesquisador infatigavel, evidenciando que cada anno a mais na sua existencia significava uma nova affirmativa de actividade scientifica, philosophica e esthetica.

Poeta, professor, sociologo, philosopho, historiador, d'elle tomou posse a celebridade, levando-lhe o nome até ás mais notaveis academias estrangeiras, ao ponto de, ao realisar-se a 24 de Fevereiro de 1906, uma festa de homenagem a Theophilo, promovida pelos ex-alumnos do Curso Superior de Lettras, n'essa mesma hora se effectuar uma sessão de honra ao erudito litterato no amphitheatro de Sorbonne, em Paris, como mais tarde (Julho de 1914) a Sociedade Real de Litteratura de Londres o elevava a socio honorario.

(*) Reedita-o a paginas 49, o *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro*, para 1902.

(**) Referida a paginas 76 da nossa obra *O Começo de um Reinado.*

Trabalhando em ambos os campos da politica republicana. appareceu em 1900 na lista dos collaboradores do *Mundo*, da feição do dr. Affonso Costa, como em Fevereiro de 1910, surgiu collaborador, desde o 2.º numero do pamphleto *A Alma Nacional*, do dr. Antonio José de Almeida.

E' facto que não feria ali a nota partidaria, a esse tempo mal esboçada e só effectivada em 1910, á republica feita, mas isso constituia já um quasi *statu-quo* entre dois litigantes affirmados.

Mas nem só escrevendo, o dr. Theophilo Braga em destaque poz a sua mentalidade pujante.

Celebres ficaram, entre muitas outras, as multiplas conferencias do anno de 1906, e especialmente a de 2 de abril no Atheneu Commercial de Lisboa, á inauguração do Circulo de Estudos Sociaes Theophilo Braga; 21 de junho, sobre os poetas lyricos Bernardim Ribeiro e Christovam Falcão; 12 de julho, sobre a vida do padre Joaquim Silvestre Serrão, e a de 14 de dezembro, no Grande Club de Lisboa, sobre liberdade de imprensa.

O povo, vendo n'elle um apostolo da sua causa, promovia lhe a manifestação de 16 de Dezembro d'esse anno, na Avenida, o que deu origem a collisões entre a multidão e a policia, sendo esta apedrejada.

Ainda como de saliencia se assignalaram as conferencias de 31 de Março e 30 de Maio de 1908, no Atheneu Commercial, sobre D. Leonor Pimentel e sobre Voltaire.

N'esse intervallo, 22 de Abril de 1908, se realisou a inauguração na Camara Municipal de Lisboa, da Academia de Sciencias de Portugal, sendo eleito presidente perpectuo e á qual deu todo o valor do seu cerebro predestinado.

A propaganda democratica, deu origem a que se desse com Theophilo Braga em 1909 e quando da visita a Lisboa, o escriptor Anatole France, o seguinte episodio, narrado pelo *Matin* (Outubro de 1910):

«De trem, tendo ao lado Theophilo Braga, o mestre dava a volta ao palacio das Necessidades, pobre construcção sem graça, pinturilada de côr de rosa. Pela praça soldados fazendo serviço.

Uma musica fungava o hymno real porque a guarda que subia vinha em substituição da guarda que descia. E quando o official que dirigia a guarda á porta do rei reconheceu Theophilo, o chefe dos republicanos, e Anatole France, saudou-os com a espada largamente. E' um dos nossos, disse Theophilo ao escriptor.

— «Vejo que a colheita está madura», disse Anatole France. Dentro d'uma semana teem a Republica.

— «Sem a Inglaterra e a França já a teriamos ha mais tempo».

Mais erudito, mais cultor das lettras, do que predestinado para a vida deleteria da politica, nem de leve sonhou a escolha para chefe de estado, em Portugal.

A revolta colhia-o de surpreza no remanso da residencia da Boa Viagem, onde colligia elementos para a sua Historia de Portugal, como de improviso o achou nas ruas citadinas, a eleição para a suprema magistratura lusitana.

Essa supreza elle a descreveu nas phrases curiosas de uma entrevista, (*) onde o caustico da linguagem marcou bem os lances da situação nova e suas consequencias:

— «Diga-nos, doutor. Como se achou envolvido no *complot* da revolução de outubro? Quem o convidou para a presidencia e quem o foi chamar na celebre manhã de 5?

«O illustre homem de sciencia sorriu e exclamou:

— «Isso é muito curioso!

— «Como, porem, ainda, de então até hoje, ninguem se lembrou de esclarecer esse importante ponto da proclamação da Republica, comprehende que a curiosidade leva nos hoje a...

— «Muito bem, e oiça porque, repito, é um ponto curioso, e, além de curioso, nada trivial e até... sobrenatural. Aborrecido em Lisboa, e com minha mulher já bastante adoentada, resolvi procurar qualquer vivenda ou quinta com moradia aqui perto, onde pudesse passar a temporada das férias. Em maio, appareceu-me uma casa em termos ao pé da Cruz Quebrada, a quinta da Boa Viagem, e lá deliberei installar-me, depois de uns necessarios cuidados nas dependencias da minha nova habitação. Du-

(*) As *Novidades* de 4 de Dezembro de 1912.

rante os exames, vinha a Lisboa, mas, terminados elles, fui ficando de todo na Boa Viagem, tanto mais que tinha, dia a dia, de revêr as provas do livro *Camões* que me appareciam ás centenas, vindas do Porto, onde a edição era feita. Mas vamos ao caso. Deu-se a morte de Miguel Bombarda e eu presenti logo que aquillo não podia ficar assim. Além d'isso por duas vezes os cruzadores tinham sido afastados preventivamente e, com franqueza, meu amigo, a terceira era demais.

— «Perdão—atalhámos o sr. Theophilo Braga—V. Ex.ª diz que *presentia* que a Revolução se faria após o assassinio. Não estava, então sciente de que ella estalaria n'esses dias proximos, mesmo que não se desse esse funesto caso?»

—«Não, senhor. E' bom que se saiba que eu não estava nem de longe, absolutamente a par quer do plano do movimento quer do mais simples detalhe estrategico, quer, inclusivamente, das reuniões que se effectuavam. Sabia, sómente, que se preparava o golpe mas não era procurada a minha opinião para nada, nem nas assembléas do *complot* me encontrei...

«Adeante. Deitei-me na noite de tres, acordei na manhã de quatro, e só então, quando almoçava, me foram dizer muito vagamente, que andava a Revolução em Lisboa e que estavam cortadas as communicações. Calcule como fiquei. Vencer-se hia? Não se venceria?—eram as minhas perguntas mentaes n'aquelle quasi ermo da Boa Viagem. Não sahi de casa, a rever provas, e, por volta das duas horas, senti o rumor de tiros de artilheria do lado de terra. Calculo que era o combate entre a Rotunda e a gente de Queluz. Passado tempo, novos tiros mas do lado do Tejo. Egualmente tudo me leva a crer que era o bombardeamento das Necessidades. Depois mais nada. Chegou a noite e deitei-me n'um estado de espirito facil de avaliar. Tinha acabado de o fazer, quando oiço novos tiros, ainda no Tejo. Continuava, pois, travada a *coisa!*—exclama o sr. Theophilo Braga, proseguindo:—Puz-me então, ás escuras, de olhos cerrados, a assistir mentalmente ao drama. O que eu via nas ruas de Lisboa! A dynamite em acção, o povo metralhado pela municipal, uma lucta terrivel entre a reacção e a liberdade!... De subito, um silencio aterrador, silencio que durou minutos sobre

minutos... meia hora... mais... ainda mais... O que a minha imaginação anteviu então de horroroso! Tudo escangalhado... as prisões de Monsanto e do Alto Duque abertas, os carceres da Penitenciaria escancarados... os navios mettidos no fundo porque os marinheiros, vendo se perdidos, estavam resolvidos a fazel-o, etc., meu amigo. E — accentua o nosso illustre entrevistado — olhe que, de facto, a *coisa* esteve quasi escangalhada... Continuaram, porém, alta noite os tiros. Nova esperança! E fui contando... um, dois, tres até vinte e um... Mais nenhum. Ora vinte e um tiros é uma salva. Será um aviso de triumpho? perguntei aos meus lençóes. Ora, sendo de triumpho, certamente era a victoria da Republica, porque caso vencesse a causa dos Braganças o tempo não chegaria para a guarda e a policia correr a prender ou quiçá chacinar republicanos, quanto mais para dar salvas... Rompeu a manhã; a visinhança só sabia dizer que a Revolução estava feita, que o rei tinha fugido e mais nada. Almocei e metti-me então n'um comboio, porque me asseguraram que se transitava já até ao Aterro. Aqui apeei-me no meio de correrias da multidão aos vivas, com bandeiras e estralejando foguetes a todos os cantos. E ia, caro amigo, a atravessar a praça Duque da Terceira quando me vi envolvido pelo povo, que me reconhecera e soltava vivas ao *presidente*, agitando os chapeus n'uma loucura bella e grandiosa.

«O *presidente!* — exclamei eu commigo proprio. E os vivas proseguiam sem interrupção. Levado não sei bem como, na onda, até á Camara, ahi acerca-se de mim um, não me recordo se Antonio José de Almeida, se Affonso Costa, e diz-me, apresentando me um papel: Aqui está a lista... Você é presidente!

. . . .

«Agora, finalmente, resta-me, neste episodio, contar lhe um caso curioso: havia, não sei se sabe, duas correntes: a dos revolucionarios e radicaes e a do directorio. Esta *apanhou* o movimento. Só soube d'isso depois; ignorei tudo por algum tempo; o primeiro a proclamar a Republica da varanda da Camara foi José Relvas; depois — e, então já na minha presença — é que, surgindo nova onda de povo, Eusebio Leão tornou... a proclamal-a! Ora, concluindo, tudo isto devo eu esclarecer e, sobre-

tudo, desenvolver no meu proximo livro sobre a Historia da Revolução, onde hei-de demonstrar com basta copia de materiaes que, n'essas horas de angustia e de suprema resolução para o bem da Patria, todos, todos note bem, faltaram ao seu compromisso. . . ou então não se entenderam.»

A critica era severa, mas justa.

Todavia, mais e melhor appareceu na imprensa e no livro.

O volume *Discursos sobre a Constituição politica da Republica Portugueza*, formula nas suas notas, accusações varias, desde actos desconsiderativos feitos em pleno parlamento até ás singulares peripecias que precederam a eleição presidencial.

Recapitulava (*) até um incidente excepcional e caracterisador da forma como por parte de muitos foi encarada a transformação do regimen:

«Depois de ter observado como uma parceria empolgou a Mesa da Assembleia Constituinte, encheu as commissões parlamentares e depois de desmascarar os seus intentos, se apoderou da Presidencia da Republica, avivou-se nos no espirito a impressão de uma phrase tremenda, proferida entre a multidão que enchia uma das salas do Ministerio da Guerra:

— «*Isto agora é nosso! Nós tambem queremos comer!*»

«Que synthese! Ainda confio em uma geração capaz de civismo e de sacrificio pela Patria.»

A campanha contra o dr. Theophilo Braga, recomeçava, abertamente, mercê de desvendados segredos dos seus *Discursos* e dando origem aos seguintes commentarios do *Mundo:* (**)

«Foi preciso que se fizesse a Republica para que individuos que republicanos se dizem se referissem a Theophilo Braga como nunca monarchicos se referiram. O nome de Theophilo Braga não se macula nem se deprime por isso. Apenas se definem melhor os que levam tão longe os seus odios e a sua miseria moral que nem poupam o nome glorioso d'aquella grande

---

(*) «Discursos sobre a Constituição Politica da Republica Portugueza, proferidos na discussão da generalidade e especialidade nas sessões de 18 de Julho e 2 de Agosto de 1911, na Assembleia Nacional Constituinte» por Theophilo Braga.—Lisboa, 1911—Pagina 100.

(**) O *Mundo* de 23 de Dezembro de 1911.

figura intellectual e moral que bastaria para tornar gloriosa uma raça. Chega a ser honroso para Theophilo que taes odios o atinjam, porque, se o aplaudissem os que pretendem ataca-lo, poderia supôr-se que Theophilo deixara de ser o austero democrata e a prodigiosa cerebração que sempre fôra — visto que de taes boccas e de taes penas só sahem louvores aos que, por incapacidade ou demencia, se curvam aos seus caprichos.»

Por seu turno, um hebdomadario humoristico *Os Ridiculos* apresentava sob o distico *pancada em todos*, o erudito desembainhando um estoque do seu inseparavel guarda-chuva e como elucidação, a phrase: «Ai... que a malva do Mestre tinha estoque...»

Por ahi não ficaram as extranhas descobertas e ellas surgiram nos seguintes curiosissimos trechos de uma entrevista jornalistica: (*)

«Ia a bater á porta de Theophilo, mas no pateo de entrada percutiu o relogio dez horas de uma dureza metallica. Deixal-as bater primeiro...

— «O sr. dr. está?

— «Não está, sahiu, dizem, em palavras prestas.

— «Mas escute: o sr. Dr. mesmo me tinha marcado esta noite.

— «Ah, é o senhor? Mas faz favor então de entrar.

«N'esse pateo de entrada onde um relogio antigo batia horas, apenas uma cadeira e sobre elle um pequeno candieiro com um resplendor modesto de lata. O mesmo ar de segredo, de conspiração, atravez os corredores que vou passando, guiado até á casa de jantar. Uma voz vem para mim, alegre e carinhosa, acolhedora, no seu sotaque ilheu. «Ora o meu amigo! esperei o toda a noite, já julgava que se ia sem vir cá um bocadinho para conversarmos.» Reparo então n'elle. Está mais velho, muito magro, e possue uma bella cabeça toda de branco pardo, leonina, de cabellos faceis e longos que ora se lhe compõem em mellenas ora pousam tranquillamente n'um penteado ao meio. Está muito magro, o collete não o aperta, envolve-o apenas.

(*) *As Novidades*, de 3 de Abril de 1912.

—«Estava agora a trabalhar para o meu volume da *Renascença Portugueza*, de que já tenho immensos materiaes, e quero completar muito brevemente. Agora, fico sempre aqui a escrever, sósinho, ao lado d'este candieiro, que me allumia até á uma da manhã

—«E não se sente cançadissimo, esgotado?

—«Não, não. Estes serões tranquillos, isolados, dão-me o verdadeiro repouso de que careço, e serenidade nos meus juizos e nos meus raciocinios. Comsigo assim a perfeita calmaria cá em mim, e deixo os outros, á porta da rua, em conflicto. Já sou velho, mas ser velho não é ser decadente. Só o tempo me foge n'uma vertigem, ando dentro d'elle como n'um comboio a toda a velocidade: sem o poder deter Olhe, estava agora a reler o Sá de Miranda. Pois não quer vêr? E Theophilo repuxa o cobertor sobre as pernas magritas, approxima o candieiro, bate com o aparo repetidamente nos rebordos do tinteiro e aponta, cheio de interesse curioso, passagens e passagens das eclogas. Ora vê? Portanto, pode-se concluir o que eu concluo, mas só depois de tomados todos estes dados. Pois não é assim, meu caro amigo? E este *amigo* começa por um *â* muito fechado, muito quente, com um lindo sotaque ilhéu, os olhinhos luminosos, a carita de velhinho sorridente. E vae enfunando os cabellos corredios, agora revoltos, agora tapetados com mansa doçura.

—«Tem algum trabalho sobre politica entre mãos, meu Theophilo?

—«Tenho sim, quero lavar as minhas mãos em muita agua. Dizem que eu sou duro e mau. Não sou. Tenho o meu ideal e defendo-o então, com furia, quando me cospem n'elle. Se o meu amigo me convidar ámanhã para jantar e tiver á sua meza um seu creado antigo que estime, eu não vou escarnecer d'elle, nem dizer-lhe: «Olhem que typo ordinario, de tamancos!» Não senhor, respeito-o, não por elle que não conheço, mas por si, porque o tenho em consideração Ora ahi está. Por isso respeito as crenças dos outros, quando vejo n'ellas uma sinceridade. E então, se me cospem nos meus ideaes, eu defendo-me, não é verdade? Ora ahi está. Teem-me calumniado e intrigado.

Que devo fazer? Dar varadas grossas para aclarar o meu caminho. Fizeram-me guerras ferozes e ainda ha pouco quizeram-me enlamear, n'um artigo muito grande, para fazer escandalo. Vou agora responder-lhe n'este folheto que estou a preparar. Tem tres peças fundamentaes e cada uma os seus commentarios. Deve dar um folheto como o outro, talvez umas 120 paginas. Hei de dizer tudo que me fizeram, porque todas as malhas das intrigas as tenho já aqui nas pontas dos dedos. Levantaram-me inimizades por todas as fórmas. Mas como ia dizendo, tem tres documentos fundamentaes: a proclamação, tal qual a fiz, para ser lida pelo Braamcamp Freire, a mensagem que elaborei como Presidente do Governo Provisorio, e o relatorio da bandeira. Truncaram tudo, julgaram que era o mesmo que um artigo de lucta para qualquer jornal. As más vontades contra mim começaram logo de principio, queriam affastar-me, provocaram-me o descontentamento. Mas a analyse litteraria ajudou-me para o conhecimento das psychologias e não deixei levar-me assim embrulhado. Logo a principio houve um equivoco entre os revolucionarios e o governo, por aquelles julgarem que deviam ter nomes indicados por elles no ministerio. Ficaram surprehendidos quando viram uma lista já feita. Mas que nomes queriam elles? Depois, houve a manifestação que elles fizeram com archotes, ali no largo de S. Carlos, de appoio ao Directorio, significando assim desagrado ao governo. Era preciso temperar as coisas e ahi desempenhei eu um passo difficil. Pois, por ser presidente do Governo Provisorio, eu não havia de continuar a ser membro do Directorio? Passei a reunir com o Directorio e o conflicto felizmente sanou-se. Com o estrangeiro estavamos bem. Quando foi da Revolução, a Revolução precisava de um nome lá para fóra — dizia-o o proprio Bazilio Telles n'um artigo em fevereiro de 1910 — e o meu pobre nome de honrado e amigo da minha Patria serviu como garantia. Se visse... E, a meu pedido instante, Theophilo mostra me jornaes de Paris e da Pensylvannia, de Londres e do Cabo em que a revolução de outubro apparece garantida, chancellada honrosamente pelo nome de Theophilo, como penhor d'esse movimento e da promessa auspiciosa do futuro feliz talvez, ainda, de uma patria

tão abatida por desmandos. Ha dezesete mezes, quantas illusões!...

«Theophilo apparecia como o fiador de toda a bella obra a realisar. Estranhava se uma revolução sem sangueiras ferozes. E todos esses jornaes que me mostrou accorriam, n'uma desculpa, a lembrar que fôra assim certamente visto que era o sr. *Braga*, o sabio portuguez de universal nomeada, quem arrojara o seu nome, — como o quintanista de Coimbra estendia a pasta sobre o caloiro — n'uma protecção sobre os destinos de um povo bom...

«E como eu dei sempre ao poder a simplicidade civil, diz Theophilo, sem alterar os meus habitos, logo me começou a campanha Cá por fóra havia quem estivesse já fazendo mal á Republica, crivando de insultos os que adheriam, e prejudicando nos. Foi preciso fazel-o entrar no ministerio, para lhe limar as unhas e tornal-o responsavel. A obra começada cá fóra continuou dentro do gabinete. Quizeram inutilisar-me, comprometendo-me com o Canalejas, e incitando o ministro dos Estrangeiros a que m'o fizesse sentir. Mas o Bernardino andou muito bem, n'isso... Um jornal republicano da noite chegou a dizer que eu ia passar uns mezes fóra com minha mulher — coitada! — para ver se assim me affastavam. Mas eu lembrava-lhes que era o presidente, que não estavamos ali para gosar a situação, e que fôra o povo quem nos pozera lá. Calavam-se então. Mas o *complot* para essa insidia do blócc continuava. De vez em quando, cada um d'elles vinha perguntar-me por que não me propunha eu para presidente. E eu respondia-lhes sempre: O presidente deve ser o cidadão mais honesto, o de mais serviços, e o que mais bella intelligencia possa usar, representando a sua patria. Qualquer que diga: *sou eu*, não passa de um parvo. E como me não tenho na conta de parvo, não me proponho. Depois vinha outro e perguntava-me o mesmo para depois, se eu respondesse que sim, irem rir-se juntos. E' como se a um sujeito sentado n'uma cadeira lhe atassem os pés com um cordel e um lhe dissesse: «Tu ahi não estás bem, levanta-te, passeia...» que era para o sujeitinho se sentir preso. Ora eu preferia dizer: «Não, estou bem, não me quero levantar, acho

que estou bem...», e assim os ia logrando Com os nossos proprios embaixadores lá fóra tinham ligações para apoquentar o ministro dos Estrangeiros. Depois, desorientados. Um dos ministros queria fazer uma infinidade de promoções e trazia já preparada uma lista enorme. Eu vi que aquillo era um pavor. Começou pelos officiaes generaes e foi até aos ultimos Mas para onde se havia de mandar tanta gente, a ganharem todos bons ordenados? Um almirante, para onde? Para a Sociedade de Geographia, lembrei eu. E um contra almirante? Para o Club Naval, tornei a dizer. E dois capitães de mar e guerra? Para o Senhor dos Passos, lembrei ainda. Por fim guardou-se a lista, sem nada se resolver. Pois era lá possivel arrumar aquella gente toda! Vê? Eram assim... Depois, com a mensagem ao Parlamento, ainda me quizeram indispôr. N'essa occasião disse: Eu devo lêr ao parlamento uma mensagem em que se dê conta de toda a obra do governo provisorio. E' preciso demonstrar que fizemos tudo quanto podémos e que á Nação affirmemos que agora lhe entregamos os poderes que ella nos conferiu. E' preciso dizer á Nação que ella readquiriu a sua *soberania*, que por tantos annos lhe foi negada fraudulentamente pelos reis, a partir de D. João IV.

«As constituintes de 1641 fixaram que a *soberania provém da Nação*. D. João IV fez ouvidos de mercador e foi se sempre assignando Rei, *por graça de Deus*... Portanto, o primeiro acto a fazer é declarar á Nação que ella recupera a sua soberania. Depois dariamos conta das nossas acções, falariamos do applauso das potencias, e commemoravamos os heroes e os nossos mortos. Mas brocaram-me tudo: diziam que isto tudo ficava una trapalhada, que não servia para nada. Não servia para nada, vê o meu amigo, como elles pensam? Brocaram-me tudo, quizeram desgostar-me, pretendiam fazer d'aquillo um artigo de jornal, como lhe disse. Sempre para me affastarem. Eu comprehendo os patifes — mas os patifes de cara direita. E os homens assim são uns segundos Homem Christo, hein?

— «E que presente ainda dos esforços dos novos, meu bom Theophilo?

— «Ah, creio n'elles e immenso, pois com certeza. E' preciso

uma geração nova, e eu tenho a certeza de que ella vem, uma geração cheia de vida e de enthusiasmo. Abre-se agora um futuro novo. Nós estamos a renascer. Tornamo nos cada vez mais ricos. A abertura do canal de Panamá é uma coisa incommensuravel! Desvia tudo para o Atlantico e nós somos uns reis no Atlantico! Temos Lisboa e Lagos, que são inegualaveis, temos os Açores e a Madeira, Cabo Verde e tudo por ahi abaixo. A Inglaterra não pode absorver tudo: nós somos um povo cheio de energias. Precisamos de gente nova, cheia de fé no futuro, com um bocado de amôr por tudo isto e isso bastará para nos salvarmos. A abertura do canal de Panamá vem tornar outra vez a Europa a chave do mundo e nós estamos n'uma situação admiravel. Temos tudo nas mãos, como lhe disse. Eu sou cheio de fé, não sou um Cincinatto, arredado de tudo. E' precisa uma nova geração mas que não pense em chegar ao poder por causa dos dinheiros. Que não sejam *tubarões*... Mas da bandeira queria eu dizer-lhe...

«No pateo de entrada percutiram doze horas, as creaditas romronavam perdidas de somno. E da bandeira lembrei-me, que desejada seria aquella hora uma bandeira branca — a almofada do leito em que á meia noite todos os moradores da Estrella pousavam deliciados. Meia noite, a luz da travessa quasi apagada, e á porta, Theophilo surgiu-me monumental, os cabellos mais avultados, uma juba farta, como a de Mousinho, uma preciosa cabeça escarnecida. A meio da rua voltei-me: a luz do candieiro desorientava se n'uma baila louca, causando tarantulas de sombras nos muros altos. Ao longe senti o tinir de chaves. Pareceu-me o guarda nocturno que reverenciava Theophilo a recolher-se: e afinal era Diogenes encontrando — *um homem.*»

Se ao livro correspondera um artigo de reprimenda do dr. Antonio José de Almeida, ao desenrolar das peripécias descriptas em entrevista, veio, por parte do dr. Manuel de Brito Camacho, um suelto na *Lucta*, onde o entrevistado soffria o epitheto de *hemorroida de Comte.*

Outra resposta, viria ainda n'uma conferencia celebrada no Porto (6 de Julho de 1913):

«Fez-se a revolução, e o Governo Provisorio sentiu immediatamente a necessidade de ser rapido nas suas deliberações, por modo a entrar-se o mais depressa possivel n'uma phase de reconstrucção. Houve a infelicidade d'esse governo ser acephalo, presidido por um homem que se affirmára sempre como um estudioso, um erudito, um infatigavel trabalhador, mas desprovido do sentimento das realidades politicas e sociaes, uma verdadeira incapacidade, considerado no ponto de vista da governação publica. Lastima foi que assim succedesse, porque então a obra do Governo Provisorio teria a unidade que lhe faltou e, podendo ser que resultasse menos exuberante, havia de ser, com certeza, mais fecunda. A revolução fizera se em nome de principios e de interesses; a obra do Governo Provisorio, uma obra de dictadura revolucionaria, tinha de ser a justificação moral d'esse movimento e a base juridica da nova sociedade. Ao mesmo tempo devia lançar os fundamentos da nossa regeneração economica, para fazer a qual é factor indispensavel o tempo. Mais uma vez dirá que a revolução se fez pelo directo esforço de alguns com a cumplicidade de todos; e não vale a pena averiguar, por agora, até que ponto essa cumplicidade seria interesseira. Certo é que ninguem se empenhou na lucta, a valer, para aguentar o throno que desabou, e ninguem procurou cohonestar a derrota quando já se via que ella era inevitavel. Não houve noticia de monarchicos nos dias da revolução, emquanto durou a lucta, e ella durou o tempo bastante para se offenderem os brios dynasticos».

A questão eternizou se mercê ainda de entrevistas (*Seculo* e *O Dia* de 30 de Março de 1913) onde a alta diplomacia portugueza soffria graves e duros golpes, originando as celebres polemicas jornalisticas e parlamentares (abril de 1913) que deram ensejo a perseguições ao entrevistante.

Viu-se assim que longe iam já as horas em que na cidade de Ponta Delgada era inaugurada (5 de Março de 1911) uma lapide na casa onde nascera Theophilo Braga e até as de um hymno celebre publicado quasi a seguir á proclamação republicana, (Sines—Novembro de 1910):

Côro

A's armas, ás armas,
Sempre promptos a luctar,
A's armas, ás armas,
Para a guerra marchar!

Voz

Povo portuguez
Tão heroes vos tornaes

Côro

Libertando vossa patria
Dos tyrannos desleaes.

Côro

Eis ávante, portuguezes, ávante,
Conservae-vos sempre leaes.

Voz

Patria bemdita,
A monarchia acabou.

Côro

Um governo justiceiro,
Todo o cidadão reclamou.

Côro

Eis ávante, portuguezes, ávante,
A patria nova se conquistou.

Voz

Humilde plebeu,
Acabou a escravidão.

Côro

As algemas que te prendiam,
Partiram para outra nação.

Côro

Eis ávante, portuguezes, ávante,
Acabou a inquisição.

Voz

O misero na choupana,
Sempre errante e desgraçado,
Esqueceu a fome que então teria,
Combatendo como soldado.

Côro

Para a frente, meu heroe, para a frente,
O teu valor é recompensado.

Voz

Foi-se a noite escura,
Veio o brilhante luar,
Saudamos Theophilo Braga,
Tanto em terra como no mar.

Côro

Damos um viva á Republica Portugueza!
Oh! sempre viva, sem cessar.

Era o verdadeiro *sic transit gloria mundi*...

O dr. Antonio José d'Almeida, ministro do interior, tinha, n'essas alturas um lugar de destaque no nucleo de combatentes pela democracia portugueza.

Proclamado um apostolo da liberdade, arrebatando a população com as palavras acarinhadoras, de um sonhadore de um convicto, citado desde os bancos da escola como um republicano, de animo combativo, cheio de impetos e de promessas, breve teve assignalado, para de futuro, um condigno premio da sua obra de incitamento democratico.

Nascido em Valle de Vinha, concelho de Penacova em julho de 1866, formava-se èm medicina, com um curso brilhante.

A politica tentava-o e de espirito revolto, manteve a lucta contra professores avidos de mental repressão, o que deu origem ao livro celebre *Desafronta*. Altivo, ao surgir da affronta ingleza de 1890, effectuava, n'um jornal coimbrão *O Ultimatum* uma prophecia em artigo intitulado *Bragança, o ultimo*. Esse brado, valeu lhe tres mezes de prisão, afóra o desespero de ver a passagem dos annos sem que cumprida fosse a predição.

O erro não se manteve, e mercê do tempo, veria D. Carlos baquear ás balas assassinas de Buiça e Costa, e a derradeira phase de outubro de 1910, radicando a prophecia de 1890.

Foi elle ainda um dos 122 estudantes signatarios do celebre manifesto publicado a 10 de Novembro de 1890, onde se proclamava a necessidade de affastamento dos velhos homens do partido republicano, afim de serem substituidos pelos novos, sob a base de que para fazer a revolução era preciso gente revolucionaria.

Vibrante de enthusiasmo, o manifesto que correu livremente, rematava:

«Do rei e das instituições não ha nada a esperar? Pois bem: derrubemos o rei, derrubemos as instituições. E' para isto que o partido Republicano deve trabalhar. Já que a monarchia levanta sobre nós a espada das perseguições, levantemos nós sobre a monarchia a espada da revolução.»

A victoria d'esta seria porém o inicio de dissabores.

N'essa hora, todavia, sorriam a esperança e a juventude.

Conheceu assim a estima popular e academica nas horas de detenção em que todo o estudante foi ao seu carcere, até ao instante libertador em que a Universidade em peso accorreu a acclamal-o, embora depois soffresse as cutiladas da policia, anciosa de dispersar os manifestantes.

A revolta de 31 de janeiro de 1891, achou o no seu posto cooperante. A' questão academica de 1892, de novo salientou a sua intransigencia, redigindo mesmo o sabido manifesto de repudio ás resoluções do gabinete José Dias Ferreira sobre a attitude dos academicos, e que os forçava a requerer o abcno das faltas.

Concluindo o curso, farto de dissabores, tentou-o a Africa e de longada foi até S. Thomé, onde deixou como padrão de humanitaria obra, não só a intensa campanha a favor dos serviçaes negros, por elle tratados, pela sua sciencia e pelo seu bolso, como a fundação, em março de 1902, do sanatorio Pró-Patria, destinado á assistencia medica e hospitalar dos colonos europeus e á sua repatriação.

Appareceu entretanto com o dr. Affonso Costa, e outros, na lista dos collaboradores do jornal republicano *O Mundo*, dirigido por Antonio França Borges e que encetou publicação no domingo 16 de setembro de 1900, sendo então a sua séde na Rua das Gaveas, 91, 1.º

Deixando S. Thomé em 1903, seguiu para Paris para frequencia nas clinicas hospitalares, voltando á patria no anno seguinte.

A politica attrahiu-o de novo. O povo queria-o nas camaras, mas perdia as eleições de 1905 e 1906. N'este anno ainda, subiu á camara dos deputados e memoravel foi a sessão, durante o periodo franquista, em que provocou a entrada da tropa para o fazer sahir, entre baionetas.

Filiado na Carbonaria, entrou em todos os segredos de conspiração desde o 28 de janeiro de 1908 e as tentativas posteriores, mallogradas, até ao rebentar da revolta de 1910.

O parlamento, e o comicio foram para elle um campo de acção brilhante e enthusiastica e, como se não bastasse ainda, á publicidade arremessou um opusculo de combate, cerrado e vio-

lento, mas cortez, intitulado *Alma Na ional*, cuja publicação começou em 10 de Fevereiro de 1910, tendo a séde redactorial na rua da Emenda, 36. N'esses pamphletos reproduzia, evocativamente, a phrase de Danton na Convenção Nacional «Depois do pão a educação é a primeira necessidade do povo» e a de José Estevão ao fazer a profissão de fé politica na camara dos deputados em 5 de abril de 1837 «Quando uma convicção sincera e profunda se apodera do homem, e a sua lingua se não presta a manifestal a, ou essa lingua não é d'esse homem, ou elle é dotado d'uma prudencia cem vezes mais perigosa, que a mais illimit da franqueza.»

Foram seus collaboradores os drs. Guerra Junqueiro, Bazilio Telles, Theophilo Braga, Miguel Bombarda, João de Freitas, Leão Azedo e Teixeira de Queiroz, Agostinho de Lemos, A. de Mattos Silveira, Fernã Monteiro e outros.

Era de pouca violencia a orientação combativa dos opusculos, mas não deixara de influir no animo popular.

Não longe d'essas horas de jubilo, a desillusão traduzia se em phrases causticas que o *Mundo* reproduziu (2 de Novembro de 1913) como da *Libre Parole:*

«Mas o que é a Republica? Póde haver nada de commum entre esta forma ideal de governo e o regime que faz n'este momento pesar sobre Portugal a peor das tyranias, a da violencia e do arbitrio, da intolerancia e da desordem, o regime emfim da mais abominavel das dictaduras: a dictadura demagogica? Depois de ter, confesso, muito tempo hesitado em me separar dos meus antigos companheiros de lucta, d'aquelles com os quais fundei a Republica, acabei por comprehender, em presença do espectaculo de anarchia a que foi entregue o meu desgraçado paiz, que eram horas, e muito horas, de tomar a offensiva contra aquelles que o conduzem ao abysmo.

«Repito, este regime, que não tem nada de republicano, que é a propria negação da Republica, não póde durar. Não durará. Eu empregarei toda a minha energia para fazel-o cessar...

«No estado de anarquia em que nos debatemos, um golpe de mão pode vencer. Mas estou persuadido que os realistas não se manterão oito dias.»

Traduzido em successivos incidentes tumultuosos, assignalou-se o baquear d'esse idolo das multidões.

Estas, mercê de dissensões politicas, transformariam o enthusiasmo acclamativo do passado, em apupos frequentes, que o alvejado pessoalmente descreveu assim: (*)

«As blasphemias e as injurias cahiram-me em cima da cabeça como uma saraivada brutal. Um dia mesmo uma sucia de discolos, comandada por alguns miseraveis de maior relevo, apuparam-me ali no Rocio, e, no Porto, um bando de maltrapilhos, instigados por especuladores de grosso tomo, atiraram se a mim como canibaes, não me matando porque não poderam. A turba que assim me hostilisava era a eterna vadiagem sem eira nem beira, difficil de determinar na sua categoria social e impossivel de aprehender no seu rumo politico. No entretanto essa multidão ululante, que me chamava traidor e renegado, alçava uma bandeira a que chamava de *radicalismo*, e, entre os nomes que ella victoriava no seu grito sanguinario, figuravam alguns que se diziam os detentores da pureza republicana. Encolhi os hombros e deixei passar o enxurro que, no torvelinho das suas ondas de lama, mais enxovalhava os herces que acclamava do que as victimas que eram arrastadas no seu revolutear nauseabundo. Na tribuna e no jornal castiguei sempre a misera turba, não por qualquer intento de desforço que ella despresivel em si não merecia, mas por necessidade de defeza nacional. Por virtude dêsse castigo inflexivel e permanente, mais de uma vez ella rugiu contra mim a sua furia impotente mas atrevida. Um dia, mesmo, na camara dos deputados, ella associando se aos debates, increpou me furiosamente, chamando-me bandido. Foi n'aquella sessão em que eu disse que a canalha que havia espancado os presos politicos era uma fauna miseravel, que não podia nem devia confundir-se com o verdadeiro e autentico povo. Foi naquella sessão em que um deputado, já a estas horas victima dos seus ultrajes, increpando me, exclamou que, em todo o mundo civilisado, o *povo* intervinha nas discus-

(*) A *Republica* de 9 de Março de 1913.

sões parlamentares, para formular o seu juizo soberano. Foi n'aquella sessão...»

E outros eguaes incidentes se lhe seguiram e onde o sangue correu. (*)

Chefe d'um partido denominado evolucionista, abriu scisão com outro, o democratico, da chefia do dr. Affonso Costa.

O armisticio, formado para o periodo de plena revolução e a custo mantido, forçando por vezes a alheias intervenções, rasgava-se a quatro annos de distancia da proclamada republica e a publico vinha ao romper de hostilidades, nascido da questão das aguas de Rhodam.

Um primeiro artigo da *Republica* (junho de 1914) *O partido dos escandalos*, originou a remessa, por Affonso Costa, de testemunhas a Antonio José de Almeida. Recusou este, com fundamento em ter firmado a lei republicana dos tribunaes de honra, affirmando-se todavia disposto a pendencia em qualquer outro campo.

De lance em lance, mais dois artigos vieram: um, (17 de Junho de 1914) *Por minha honra*, em desaggravo, e outro, dedicado á historia, *Affonso Costa*, de aggravo e de violencia, amenisadas embora sob litteraria forma.

Continha todavia trechos formidaveis de accusação, assim começados:

«Affonso Costa, vou accusal-o. O desqualificado vai fallar. Não o mando sentar no banco dos reus, porque para criminosos como o senhor, o banco dos reus está em toda a parte, no leito em que dormem, nos festins em que se regalam, nas solemnidades apparatosas em que se exhibem.

. . . .

«Sendo assim mau e sendo assim manhoso, a sua acção politica redundou n'uma cousa inqualificavel que envergonha a nação e rebaixa o regime. Nunca teve escrupulos, por natureza, e, como era uma necessidade para si, não usar d'elles, para encobrir a falta de qualidades que são indispensaveis p ra o triumpho no genero de vida que escolheu, o senhor lançou-se

(*) No Porto, a 12 de Julho de 1914.

no cumulo da loucura frenetica, que ficará como exemplo unico nos annaes da pathologia politica.»

E terminara assim:

«Medite sobre a sua obra malfazeja. Reflicta na sua missão nefasta de perturbador consciente de uma sociedade a caminho do seu resgate. Ambicioso meça agora os abysmos da sua ambição. Homem de coração duro, avalie agora da ruindade dos seus processos. Homem sem delicadeza de sentimentos, aquilate agora da protervia da sua alma. Meça, avalie, aquilate e pense na immensidade dos seus crimes. Não espero que se arrependa, mas poderá ao menos, enleado nas espiras de Espanto e de Terror, redimir uma parte das suas culpas. Uma parte sómente. As que restam ainda serão sufficientes para fornecer á Historia um libelo tremendo. A que pena o condemnará ella? Ha meio de sabel-o. Assim como pelos raios de luz que veem nas azas d'aquella aurora é facil avaliar da intensidade das chamas solares que logo hão de cahir sobre a terra, assim pelos pronuncios da fama maldita que a sua obra provocou, possivel é calcular a sentença que o ha-de fulminar: — Reu de crimes sem nome, será condemnado para todo o sempre, a trabalhos forçados nas galés da Historia!»

Foi comtudo a estes dois homens irreconciliaveis, que a revolução cingiu no mesmo ministerio, para operar, em commum, o apregoado resurgimento da vida social portugueza e fazer o socego apoz tantos sobresaltos. . .

O dr. Affonso Augusto da Costa, ministro da justiça, era outro dos bemfadados pela aura da popularidade.

Notavel como advogado e como propagandista do ideal republicano, deu a este toda a sua eloquencia de orador accusativo e derrubador da monarchia. Estudante distincto e egualmente um dos que sanccionou o manifesto academico de 10 de Novembro de 1890, formou se em direito na Universidade de Coimbra, da qual depois foi lente.

Apoz a peste, Affonso Costa, entrava nas camaras a 13 de Março de 1900, eleito pelo Porto, com Xavier Esteves e o dr. Paulo José Falcão.

Temido, por ser um dos academicos que mais intransigentemente se manifestára em 1890, pelo ultimatum inglez de 31 de Janeiro, a sua entrada teve logo reflexo popular.

De facto, o governo progressista, assignalou lhe immediatamente o vigor da doutrina de combate. Vieram as lutas politicas de 1906-1908, e a acção formidavel contra a dictadura de João Franco, no parlamento e no comicio e nas proprias ruas, fez com que entrasse no esboçado movimento de 28 de Janeiro de 1908.

Como consequencia, ao mallogro, conheceu a prisão, mercê da celebre scena do elevador da Bibliotheca. (*)

Mais tarde, republica feita, o dr. Affonso Costa, teve quasi directas accusações de ordens violentas sobre o chefe do governo, á hora da sua detenção.

Descrevendo o plano revolucionario que teve fim com o regicidio, dizia o revolucionario Americo de Oliveira, n'um pamphleto (**) de sua propriedade e auctoria:

«Ordenou se a prisão das principaes figuras do partido republicano, e é n'esse momento que um advogado muito conhecido, um dos primeiros tribunos e um dos chefes do «comité» revolucionario, a quem a policia ainda não tinha detido, planeia a morte d'esse homem, (João Franco). Para conseguir esse acto violento, manda tres emissarios a casa de um conhecido e audacioso revolucionario, convida-o a perpetrar a sua resolução, mas como este não era um assassino de nada serviu o seu convite».

Erguida discussão, o jornal democratico *O Povo*, da direcção de outro revoltoso, Ricardo Covões, formulava a pergunta tendente a conhecer quem era o visado. Ao mesmo tempo que dava o interrogante como inspirado pelo dr. Bernardino Machado, a *Republica* insistia em que ao *Povo* não era desconhecido o nome.

(*) Relatados já todos os successos nas nossas anteriores obras *O Começo de um Reinado*, *A Caminho da Republica* e 1.º volume da *Revolução Portugueza*.

(**) *A Caveira*—Junho de 1914.

D'ahi o seguir de polemica, com ultimatum (*) até que ao constante anceio de a envolver em trevas, houve o remate pelo jornal dirigido pelo chefe da Rotunda, sob o titulo de *uma questão... porca:* (**)

«Da *Republica:* «*O Povo* veiu preguntar qual era o chefe republicano que no tempo da monarchia incitára as associações secretas ao assassinato de João Franco. Claro está que, sendo *O Povo* um jornal democratico e, demais a mais, dirigido por um deputado da maioria, tal pergunta não visava seguramente ao sr. Bernardino Machado, presidente do ministerio, com quem esse deputado tem as melhores relações, nem tão pouco ao sr. Afonso Costa de quem elle se tem mostrado um respeitoso serventuario. Em vista d'isso intimámol-o por duas vezes a declarar categoricamente e sem subterfugios quem era a pessoa a quem elle se dirigia, e de quem insinuava a autoria da infamia que elle apontava. Pois, por duas vezes seguidas, *O Povo,* usando de todos os subterfugios expressos n'uma fórma bem representativa da sua inconsciencia moral, fóge de responder á pregunta concreta que lhe fizémos, recusando se a dizer o nome da pessoa que d'uma fórma inqualificavel elle procurava envolver na sua baixa perfidia. A meia coluna de prosa que elle hontem dedicava a disfarçar a sua atrapalhação, mostrou bem que *O Povo,* ou lá quem quer que o dirige ou inspira, não se preoccupa com os mais rudimentares preceitos da honorabilidade propria ou alheia, para assim fazer de calunia a base da sua ação jornalistica. Nós não estranhamos, e sendo assim só temos que dar por mal empregado o tempo que gastámos com este adventicio da imprensa que em taes actos é useiro e veseiro».

«Como nos vae cheirando mal tanta perfidia, tanta ousadia, tanta insensatez, somos forçados a intervir n'esta troca de explicações entre *A Republica* e *O Povo,* dizendo da nossa justiça. «Podemos garantir, sob palavra d'honra que, tendo alguem premeditado a morte do sr. João Franco,—como «*O Povo*» o afirma, e então não podemos duvidar—quando foi do 28 de ja-

---

(*) *A Republica* de 20 de junho de 1914.
(**) *O Intransigente* de 1 de junho de 1914.

neiro—alguem com categoria de chefe—esse alguem não era portador do nome de Antonio José d'Almeida, do nome de Manuel de Brito Camacho, ou do nome de Machado Santos.—*M. S.*»

Vinha novamente ás camaras em eleições successivas, onde o seu ataque (*) á monarchia proseguiu sempre violento e incitador de revolta. Taes as questões, dos adiantamentos, Credito Predial, Hinton, dos chocolateiros inglezes, o caso do Bispo de Beja e o caso do contrabando do arsenal, factos a que Affonso Costa se referiria em relatorio proprio presente ao congresso ordinario do partido republicano reunido em Lisboa (27, 28 e 29 de outubro de 1911.(**)

Para a revolução, approvara o alto corpo dirigente a pedida missão de prender e guardar o rei D. Manuel, acto não consummado, mercê do desenrolar de peripecias não previstas pelos rebeldes.

O dr. Affonso Costa nascera a 6 de março de 1871, em Ceia, districto da Guarda, sendo filho do dr. Sebastião Fernandes da Costa e de D. Anna Augusta Marques. A campanha politica, até esses factos visou, apparecendo mais tarde (***) uma certidão de baptismo que se quiz dizer respeitante a Affonso Costa:

«Aos sete dias do mez de março do anno de mil oitocentos e setenta e um n'esta Egreja parochial de S. Thiago, concelho de Ceia, diocese de Coimbra, baptisei solemnemente e puz os Santos Oleos a um individuo do sexo masculino, a quem dei o nome de Affonso Maria de Ligorio, exposto, o qual foi encontrado por Maria d'Assumpção, solteira, fazendeira, natural e moradora n'este logar de S. Thiago, á porta de sua casa, ás 9 horas da noite do dia 6 do mez e anno supra, tendo os signaes seguintes: cara redonda, cabello louro, e por enxoval, cinco camisas, cinco lenços, cinco pannos de linho, cinco naguas guarnecidas, um vestido, dois casacos, cingedouros em todos estes objectos se achavam relacionados n'um bilhete que o acom-

---

(*) Descripto tudo nas nossas anteriores obras *O começo de um reinado, A Caminho da Republica e A Revolução Portugueza*, 1.º 2.º e 3.º volumes dispensa larga referencia.

(**) O *Mundo* de 30 de Outubro de 1911.

(***) A *Alvorada* n.º 46-I anno, de 29 de Dezembro de 1912—Dirigia-a o dr. Mario Monteiro.

panhou para a administração. Foram padrinhos, José d'Almeida Mello, solteiro, proprietario, e Maria d'Assumpção, solteira, fazendeira, naturaes e moradores n'este logar e freguezia de S. Thiago, os quaes sei serem os proprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os padrinhos, assignei juntamente com o padrinho, não assignando a madrinha por não saber. *Era ut supra.* O padrinho José d'Almeida Mello.—O parocho, Antonio Lopes da Cunha.»

A esse tempo já o dr. Affonso Costa como tantos outros, via semi-abalado o julgado firme throno de supremacia, e o povo, norteado por outros partidos, a quatro annos da data em que o acclamou como primeiro ministro da Justiça da Republica, derrubava o em grande manifestação e sangrenta, como chefe de um governo do seu partido.

Mais firme, mais appoiado todavia no elemento popular, abandonando-o para em breve o cercar, não teve queda total, se bem que intensa e violenta fosse a lucta contra elle, desenhada em differentes successos politicos e tendo como mais notavel exemplo a eterna divergencia com o dr. Antonio José d'Almeida, (*) e mais ateada á questão celebre das Aguas de Rodam, sequencia de outras não menos salientes.

O acto inicial do governo do dr. Affonso Costa, foi a libertação (7 de outubro) por simples ordem, dos presos das sociedades secretas, confirmada depois pelo seguinte decreto, o primeiro por elle lavrado e que aproveitou aos detidos, Arthur Carlos Gomes, Alfredo Monte Pegado Ferreira, Francisco José dos Reis, Alfredo Tavares d'Oliveira, Carlos Dias Borges, Antonio José Figueiredo, Manuel Joaquim Paulo Freire, José Duarte Santos Junior, João Carvalho, Francisco Gomes Nobregas, Seraphim Lopes Jesus e Carlos Pedro Marques Alves:

«Em nome do governo provisorio da Republica Portugueza, ordeno que sejam soltos immediatamente todos os presos que se encontram nas cadeias civis de Lisboa, sob pretexto de haverem pertencido a associações secretas, quer esses presos estejam já cumprindo pena que n'este caso fica extincta, quer ainda não

(*) Já citada a proposito d'este.

tenham sido julgados. Todos os individuos a que aproveite esta ordem, são incluidos no decreto de amnistia resolvido no conselho de ministros de 6 do corrente. N'esta mesma ordem serão escriptos os nomes, profissões e moradas, causa da prisão, tempo de prisão soffrida de cada um dos individuos que com ella vão beneficiar, devendo entender-se que se alguns d'esses individuos tiver de cumprir pena de prisão por outro motivo alem do referente ás associações secretas, a prisão soffrida contar-se-ha em primeiro logar como expiatoria d'esse outro motivo.— Pelo Governo Provisorio da Republica Portugueza — Affonso Costa, ministro da justiça.»

A sua figura seria assim descripta (*) por Joseph Galtier e em confronto com o dr. Bernardino Machado:

«Quão differente é o sr. Affonso Costa, que representou certamente um papel preponderante na preparação dos acontecimentos e que foi chamado a desempenhar um não menos importante na Republica. Tambem professor na Universidade de Coimbra — regeu ali uma cadeira de direito — é um dos melhores advogados de Lisboa, ardente, activo, eloquente, representa o tributo popular sobre que incidem os applausos da multidão. Tem gesto e palavra arrebatadoras. Nada lhe falta para exercer auctoridade sobre o povo: figura sympathica, poder oratorio, exaltação contagiosa, impulso comunicativo, energia inquebrantavel. A proposito do movimento republicano dizia me elle em Alpiarça: «Sei que no estrangeiro e até em França, ninguem acredita n'essa preparação. Suppõe se que o povo, incapaz de comprehender qualquer cousa de politica, fica inerte nas trevas da sua ignorancia. Pois, ver-se-ha! Ha, decerto, entre nós, infelizmente, numero espantoso de *analphabetos*, mas esses illetrados, teem a necessaria educação civica. Nós, os republicanos, fomos os seus educadores. Sim, atrevo-me a affirmar que a sua consciencia politica sahiu do nada; teem aspirações, esperanças, que, no momento preciso, procurarão realisar. Lembre-se das minhas palavras: a Republica está proxima! E o sr. Bernardino Machado, accrescentou a sorrir: Graças ao sr. Loubet tivemos em Portugal dois dias de Republica. Dentro em pouco,

(*) Le *Temps* já citado.

já não teremos necessidade d'uma Republica de importação, por muito agradavel que ella seja.»

A' intensa lucta dos politicos, o dr. Affonso Costa, teve até a accusação (*) por Machado Santos, de ser conhecedor do movimento revolucionario conhecido pelo caso do arsenal (1911) e tendente a alijar do governo o ministro da marinha Azevedo Gomes.

Bazilio Telles, indicado ministro das finanças, embora menos conhecido do povo, era intransigente missionario da ideia democratica e ao tempo presidente do Centro Escolar Republicano da Foz do Douro.

Tendo nascido no Porto, a 14 de Fevereiro de 1856, como que se eivou da atmosphera de revolta, então apanagio da cidade que deu o primeiro passo para o reivindicar d'um regimen novo.

Estudante ainda, rebellionava-se contra um professor da Escola Medica do Porto, e abandonando-a, incompleto deixou o seu curso de medicina.

Era o destino a rasgar-lhe caminho diverso d'aquelle por que enveredára. Aos estudos clinicos succederam, profiquamente, os economicos e financeiros e breve os seus livros assignalavam o productivo da nova carreira seguida, a de escriptor, commulativa com a de professor.

Publicou assim *O problema agricola*, *Estudos historicos e economicos*, *A carestia da vida nos campos*, *Introdução ao problema do trabalho nacional*.

Como mais notavel trabalho, sob o ponto de vista historico e analytico da vida politica e social do povo portuguez, se citava todavia o livro *Do ultimatum ao 31 de Janeiro*.

Foi esse mallogrado movimento, o que mais á Republica e á revolta o cingiu, e sabendo descrevel-o e critical-o, na alma lhe lançou o anceio de uma represalia, levado ao ponto de apparecer assim mencionado em volume: (**)

«Miguel Augusto Alves Ferreira.—Tomou parte activa em todos os movimentos revolucionarios tentados no Porto, fazendo

(*) O *Intransigente* de 19 de Setembro de 1913.

(**) *As Constituintes de 1911 e os seus deputados.*

egualmente parte da *Carbonaria* de Bazilio Telles. N'um armazem em Villa Nova de Gaya, Miguel Alves Ferreira, com amigos seus, hoje tambem deputados, Pires Pereira e João Luiz Damas, fabricou um consideravel numero de bombas destinadas a fins revolucionarios...

«João José Luiz Damas.—Até á sua formatura em medicina conspirou sempre como carbonario, e em 1893 e 1894 fabricava bombas na cidade do Porto para operar a *révanche* de 1891, tendo como chefes Bazilio Telles, Amandio Gonçalves e Alfredo de Magalhães.»

De facto, vestigios se encontram de entendimentos da loja Perseverança, fundada em Coimbra em 1896, por republicanos de garantia, com elementos carbonarios á sua sombra creados. A *Alta Venda*, presidida pelo revolucionario Abilio Roque de Sá Barreto, conjugava então esforços com Bazilio Telles, a esse tempo dirigente dos trabalhos conspiradores.

O pamphleto *Alma Nacional*, dirigido pelo dr. Antonio José de Almeida, registou-o como seu collaborador desde o primeiro numero.

Tudo isso contribuiu para que, julgando-se longe a victoria democratica, se lhe affirmasse a certa posse da presidencia do primeiro governo, com a pasta do interior.

Ao intentar do lance revolucionario de 1910, os partidaristas do dr. Antonio José d'Almeida para este propunham a gerencia do ministerio do interior e, evocados os vastos conhecimentos de Bazilio Telles, a entrega a este do das finanças.

A troca só lhe foi dada a saber, depois de proclamada das varandas da Camara Municipal.

Bazilio Telles, debalde sollicitado paras obraçar a pasta, não a quiz. A Lisboa veio exprobar a quebra de compromissos e apresentando (8 de outubro de 1910) o seu plano revolucionario, regressava ao Porto semi-abalado no seu evangelho, emquanto o gabinete a braços se via com as difficuldades de uma recomposição.

De embaraço em embaraço e já com a interinidade do dr. Bernardino Machado, a elle valia José Relvas, integrando-se como successor de Bazilio Telles.

Com espanto pois, veio á *Capital* (11 de outubro) a seguinte nota officiosa:

«Como decididamente o estado de saude do nosso eminente correlegionario Bazilio Telles não permitte que elle acceite a pasta das finanças, consta que ella será confiada a José Relvas.»

De facto, no dia seguinte o conselho reunia para remediar o impedimento de Bazilio Telles, e no outro, o *Diario do Governo*, publicava o seguinte decreto:

«Tendo reconhecido o Governo Provisorio da Republica Portugueza, que o sr. Bazilio Telles designado para ministro das finanças no momento da solemne proclamação da Republica, não pode assumir o exercicio das suas funcções por motivo de doença, resolve encarregar do ministerio das finanças o sr. José Relvas que hoje mesmo entrou na effectividade.»

Era o premio dos seus trabalhos na revolta e não ia, sem bagagem para o cargo novo, pois, pouco antes publicára um importante estudo sobre a questão economica portugueza.

Não deixou porem de ser alvo de critica a nomeação, que se disse feita em conselho de ministros de 12 de outubro, n'umas circumstancias especiaes.

Segundo boatos, depois confirmados, nenhuma ideia se ligara ao nome de José Relvas, para substituto de Bazilio Telles. Comtudo, por extranha arte, no placard do *Seculo* veio citado como tal. Mercê d'esse boato, e allegando que o não confirmar poderia traduzir desprimor para a sua pessoa, obtinha a inclusão no primeiro gabinete da republica.

Prestou-se o lance a commentarios, encobertos, só mais tarde desvendados publicamente: (*)

«O *Mundo* responde com quatro pedras na mão ao artigo de hontem da *Lucta*:

«O sr. dr. Bernardino Machado não se manifestou pela dissolução do Partido nem contra o Directorio como sua cabeça. O que mereceu protesto ao nosso amigo foi a tutela que o Directorio de então, composto, na sua maioria, de substitutos, pretendeu exercer sobre o Governo provisorio. O que s. ex.ª sus-

(*) As *Novidades* de 11 de Abril de 1912.

tentou foi que o Directorio devia ser constituido por meio de eleição, visto ser constituido por empregados publicos subordinados, portanto, dos ministros que queriam tutelar. Estava o illustre democrata dentro da bôa doutrina. O Directorio estava illegalmente constituido. mas, legalmente que estivesse, não podia ser um tutor do Governo, com poderes até para nomear e demittir ministros. E' certo que, se tem vencido sempre a theoria do Directorio, alguma cousa se teria lucrado: o segundo ministro do Fomento não teria sido o sr. Brito Camacho, como quiz o Governo, mas o sr. Eusebio Leão, como desejava o Directorio que alias, antes, conseguira impôr o sr. José Relvas».

«Ralham as comadres, descobrem se as verdades. Sobre a imposição do sr. José Relvas para ministro das Finanças, é facto averiguado e historico. Podia, até, cantar-se, com musica de Offenbach. O sr. Relvas, em quem se não tinha encontrado nunca um milligramma de valor para occupar uma pasta, nomeou-se a elle prorio. Admira-se o leitor? Pois é assim mesmo.

«A noticia de que o sr. José Relvas fôra escolhido para preencher a pasta das Finanças, que Bazilio Telles se recusára a acceitar, appareceu uma bella manhã n'um jornal. N'essa mesma noite, estando reunido na antiga sala do Conselho de Estado o conselho de ministros do Governo provisorio, entrou ali offegante o sr. Relvas. Vira a noticia, lêra a critica. Nunca tinha pensado em ser ministro,—era a voz da consciencia! —nem queria arcar com as responsabilidades do logar. Mas que fazer? O dilemma era terrivel. Se o não nomeiassem, dir-se-hia que os seus correligionarios o escorraçavam. Os ministros olharam uns para os outros, attonitos, e o sr. Relvas... ficou. No dia seguinte, o sr. Bernardino Machado já não foi ao ministerio das Finanças, que occupára na interinidade, e o sr. Relvas tomava posse. Elle sempre ha jornaes muito comprommettedores!»

Assim foi José Relvas, o primeiro ministro das finanças da Republica exercendo a contento publico, a missão de responsabilidade embora portas a dentro alguns dissabores surgissem, originando um pedido de demissão (22 de Março de 1911) do qual desistia porem, para em breve seguir como ministro de

Portugal junto da côrte de Madrid, onde o iam colher ainda aceradas criticas. (*)

Quanto a Basilio Telles, deu-se depois como sua intenção a candidatura á presidencia da Republica.

Se existiu, recuou porém, talvez ante o seguinte artigo do jornal republicano *O Mundo:* (17 de julho de 1911).

«Alguns jornaes fallam na candidatura do nosso prestigioso correligionario sr. Basilio Telles á presidencia da Republica. Como *blague*, parece-nos de mau gosto, visto que só como *blague*, a ideia se pode aceitar, dada a manifesta inviabilidade da candidatura d'aquelle illustre homem. O sr. Basilio Telles, desde 1898, tem, infelizmente, andado, arredado da vida activa do partido republicano. Depois da fase de desanimo que o partido atravessou sob aquella epoca, esteve muito tempo demorada a convocação do congresso e a reorganização partidaria, á espera primeiro da comparencia e depois dos trabalhos do sr. Basilio Telles. Annunciou se varias vezes o congresso, e varias vezes se adiou, sem que o sr. Basilio Telles precisasse a data em que aparecia ou mandasse trabalhos. Por fim, o congresso fez-se, sem o sr. Basilio Telles, mas este foi eleito para junta do norte que era como que um directorio do partido republicano regional. O sr. Basilio Telles nunca chegou a tomar posse, e a junta do norte mal chegou a ser uma realidade. O sr. Basilio Telles conservava-se no seu modesto gabinete de valioso estudo. Correram annos, o partido fortificou-se, e o sr. Basilio Telles não appareceu. No congresso de Setubal, o sr. Basilio Telles foi eleito para o Directorio, e o seu nome foi apresentado mais que como uma esperança: — como uma garantia. Mas o sr. Basilio Telles nem chegou a tomar posse, veio a Lisboa, falou com varios homens, e voltou para o Porto, a estudar. Veio a Revolução, e ainda se lembrou o nome aureolado do sr. Basilio Telles: a Revolução, proclamou-o ministro das finanças. Esperou o governo tres, quatro ou cinco dias pelo o sr. Basilio, mas o sr. Basilio não appareceu—razão por que foi chamado o sr. Relvas. O sr. Basilio não tomou conta da pasta, e mandou um plano que mais

(*) Entrevista do dr. Theophilo Braga — O *Dia* de 30 de Março de 1913.

tarde publicou. Quizeram depois que o sr. Basilio fosse deputado e o sr. Basilio não quiz. E' claro que todos estes actos do sr. Basilio Telles não teem origem nem na falta de talento nem na falta de fé, nem na falta de solidariedade com os seus amigos. Todos quantos prestamos homenagem ao seu valor lamentamos não só o mal como a causa, que é a falta de saude. Mas é evidente que, se a saude não permitiu que o sr. Basilio Telles comparecesse no congresso de Coimbra, nem que cooperasse na organização do partido, nem que dirigisse os trabalhos do norte, nem que exercesse o seu logar no Directorio, nem que occupasse a sua pasta no governo provisorio—nem que honrasse e esclarecesse a Assembleia Constituinte—é evidente, diziamos, que não póde exercer a mais alta magistratura da Republica. Para que, depois de tudo que se tem passado, alguem pudesse votar no sr. Basilio Telles—era mister que o estudioso republicano declarasse perentoriamente que estava bom, que podia sair do retraimento em que, por desgraça, tem vivido, e que, finalmente, se fosse eleito aceitava o mandato. Antes d'isso, depois dos antecedentes expostos, falar na candidatura do sr. Basilio Telles parece-nos brincar com coisas serias».

Basilio Telles, regeitou, todavia, toda e qualquer cooperação no governo, e até o mandato de deputado, e apenas mais tarde, teve proposto o logar de professor da cadeira de historia das religiões da Universidade de Lisboa (abril de 1914). Limitou-se entretanto a analysar os trabalhos feitos em opusculos criteriosos, como *A dictadura*, *Regimen revolucionario*, *A constituição*, *Finanças* e *A questão religiosa*, reivindicando n'este a sua antiga theoria de que ao governo provisorio não convinha ir álem dos problemas congreganistas. Era isso a critica á lei de separação, do dr. Affonso Costa.

O coronel Antonio Xavier Correia Barreto, embora officialmente não fosse citado como republicano, de ha muito tinha destinada a pasta de guerra, se bem que a nomeação despreocupadamente o fosse colher na poetica villa de Cintra.

Nascera em 5 de fevereiro de 1853.

Era auctor de um tratado de chimica, que attingiu 11 edições,

attrahindo sobre o seu nome as attenções dos scientificos. Quasi em seguida notilisava-se pela descoberta da polvora sem fumo, de cuja fabrica veio a ser director, exercendo o cargo á data da revolução.

O invento não foi desde logo bem recebido e Correia Barreto, capitão, teve um sem numero de attritos antes de lhe ser garantido o exito.

Valia-lhe o conselheiro Luiz Augusto Pimentel Pinto, (*) quando ministro de guerra. Não se importando de ir contra a comissão encarregada de dar parecer sobre a adopção da polvora sem fumo, e que a ella se manifestou desfavoravel, fez modificar a forma dos projecteis e executou com elles algumas experiencias em Pedrouços. Ao resultado colhido, seguiu se a convocação da commissão de balistica para a fabrica de polvora em Barcarena, afim de perante ella se realisarem outros exercicios.

De facto não foram melhores os resultados, affirmando o parecer do grupo official incumbido de descrever os effeitos da polvora Barreto. O conselheiro Pimentel Pinto, mandou então buscar á carruagem uma mala onde guardara os novos modelos de bala e com elles fez as experiencias que deram boa nota.

A comissão manteve os termos do seu relatorio, sob fundamento de que os projecteis não obedeciam aos specimens adoptados para as Kropatchek, mas o ministro de guerra, effectuando contra corrente aos que mal viam Correia Barreto e talvez porque do paço gosava estima, olvidava a opinião dos serviços de balistica e mandava adoptar officialmente no exercito portuguez a polvora sem fumo do capitão Correia Barreto.

O conselheiro Ferreira do Amaral, sendo presidente de ministros, apresentou ás côrtes um projecto concedendo-lhe uma pensão de 12 contos pelo exito dos seus estudos sobre a polvora. A queda do gabinete, originou o não seguimento da proposta.

Não faltou quem dissesse que o olvido obedecera á necessidade de terminar o projectado favoritismo e mais tarde ainda se citou o nome do inventor como sendo «aquelle que não diz ao Povo

(*) Falleceu a 7 de junho de 1913.

o resultado das experiencias feitas em Berlim e em Pedrouços com a polvora allemã B e com a polvora da sua invenção para que o mesmo Povo não venha a conhecer o logro de tal manigancia em que a dispersão do tiro é consideravel.» (*)

Se o invento não teve em Portugal, o acolhimento previsto, a altos logares ascendeu quem o produziu.

Por alvitre, do coronel Barreto, se operara a transferencia para Chellas dos serviços de fabrico de correame executado na fabrica de armas.

A democracia já o retinha no numero dos seus adeptos, embora n'uma attitude que depois suscitou o commentario seguinte, (**) por parte do revolucionario dr. Mario Monteiro:

«Quem foi que, como perito nomeado pela monarchia para analysar as bombas de dynamite, encontradas n'esse tempo, as deu como... *perigosissimas*, enterrando assim em vida os arguidos entregues aos tribunaes por serem republicanos? O coronel Barreto. Quem tem sido ministro da guerra, quasi permanente, desde que foi implantada a Republica? O coronel Barreto. Chama-se a isto o cumulo da coherencia d'uns e d'outros!»

Por seu turno, e como complemento a estes desabafos, outros se lhe seguiram (***) chocando, dura, mas merecidamente, as orientações do passado com as intransigencias do presente; tudo subordinado ao titulo, suggestivo, de *mudança com a edade:*

«Lia se hoje na *Republica*: O sr. coronel Correia Barreto, actual presidente da commissão administrativa do municipio de Lisboa, e uma das figuras mais salientes do partido do sr. Affonso Costa, discursando ha dias no Centro Botto Machado, onde se tocou a *Internacional*, disse enthusiasticamente que não era por esta Republica que elle aspirava, mas sim por uma Republica Social, á qual ergueu um retumbante *viva!* Teremos na forja mais alguma aventura da *Federação Republicana Radical*, de que sua ex.ª era, ou ainda é, socio?...»

«Está na ordem das coisas esta mudança de opiniões, con-

(*) *A Alvorada* de 25 de Junho de 1912, 2.º suplemento ao n.º 20.
(**) *A Alvorada* de 12 de Janeiro de 1913.
(***) As *Novidades* de 5 de Junho de 1913.

forme a edade que vamos tendo. O sr. Correia Barreto foi monarchico, e tão sincero que até tinha conseguido da casa real uma pensão para alguem da sua familia. Depois passou a republicano e tão dedicado, que foi o primeiro minisrto da guerra do novo regimen implantado e agora vae avançando, não sendo difficil encontral-o mais tarde, se a vida nos acompanhar, como presidente de uma Republica Social. E' o progresso que caminha no espirito de sua ex.ª com a evolução dos tempos. Não lhe queremos mal.»

Correia Barreto, ministro da guerra, organisava, logo dc entrada um grupo secreto de officiaes destinados a promover a integração do exercito nas novas instituições e que, mercê de certas affinidades, se cognominou de *Joven Turquia Portugueza*, por evocação da verdadeira, suprema força na politica ottomana e impulsionadora da revolta que derrubou Abdul Hamid.

Como quer que notada fosse a orientação dos *jovens turcos* lusitanos, o caso veio ás camaras e á imprensa, originando não só polemicas como duellos, que de novo em foco puzeram a *Liga Militar* de invenção Correia Barreto. (*)

O capitão de mar e guerra Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, ministro da marinha, não era egualmente um conhecido das multidões.

Não fôra ás tribunas populares evidenciar o seu voto pela causa democratica, mas, como tantos outros, dera-lhe o encoberto auxilio, embora lhe constellassem o peito, como mercês honorificas da monarchia, as insignias da commenda de Christo, e do officialato de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, ordens da presidencia dos reis de Portugal.

Nascendo a 19 de janeiro de 1853, e alistado na armada desde 1873, dera provas de merito no decorrer da sua carreira e em combate evidenciára coragem, tendo, pelas luctas ultramarinas, a medalha de ouro.

(*) A *Capital* de 12 e 17 de Novembro de 1912—*Novidades* de 21 do mesmo mez—Diario da Camara dos Deputados, sessão de 19 de Novembro de 1912.

Exercera já o commando do cruzador *S. Raphael*, e dedicára-se a estudos coloniaes.

Isso decerto influiu para a sua escolha, indo se buscar ao remanso do logar de presidente da 1.ª secção de estudos do conselho general da armada, do qual era vogal.

Ao ser conhecida a morte de Carlos Candido dos Reis, parece que evocado foi o nome do capitão de mar e guerra Azevedo Gomes.

Voára o pensamento, disse-se, para Manuel de Azevedo Gomes, uma das glorias da armada, e que, quando commandante do cruzador *S. Gabriel*, obstou em Angoche ao trafico de escravos para Madagascar.

Foi este o ousado official, que nos mares da India, a bordo da *Diu*, se dispoz a combater contra um cruzador estrangeiro que o perseguia; como, pelo ultimatum inglez de 1890, achando-se em Hong-Kong, reconhecendo as difficuldades de resistencia se atacado fosse, proclamou logo a intenção de fazer voar o navio, ao evidenciar d'uma rendição imposta.

A' ultima hora quasi, se havia relembrado o facto do fallecimento d'este, existindo todavia o irmão, Amaro de Azevedo Gomes, tambem perito em nautica e assumptos ultramarinos.

Operou-se pois a substituição e assim se justifica o facto de ao proclamar-se a republica se ter citado, como foi, o nome de Amaro Justiniano de Azevedo Gomes.

O equivoco á publicidade veio desde logo, e mais tarde (*) a imprensa o reproduziu:

«Azevedo Gomes, aquelle official que tendo um irmão medico e republicano foi chamado por engano ao governo provisorio em virtude de não ter participado ao Directorio o fallecimento de seu irmão.»

A's primeiras questões politicas desde logo o escolheram para victima.

Um esboço de revolta trouxe amargas horas, chegando não só a ser invectivado como a correr risco de morte durante os

---

(*) A *Alvorada*, 2.º supplemento ao n.º 20, I anno, de 25 de Junho de 1912.

successos conhecidos sob o nome de *o caso do arsenal* (7 de março de 1911).

Foi elle como que o inicio de movimentos sediciosos, fracassados, e que aos carceres levou entre outros, os officiaes da armada, Fontes Pereira de Mello e Lucio Serejo, cioso o primeiro, disse-se, de o substituir no cargo ministerial.

O dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães tendo transitado da monarchia para a Republica, aos trabalhos de propaganda dera todo o seu esforço.

A affabilidade grangeara-lhe á sympathia popular, vendo n'elle mais um apostolo do que um dèmolidor.

De palavra fluente, mereceu do grande jornalista francez Jules Hedemann, o cognome de «O Mirabeau portuguez».

Nascera no Rio de Janeiro a 28 de março de 1851, cidade que deixou sob monarchico regimen e onde 61 annos depois havia de voltar quando sob o regimen republicano e como ministro representante da Republica Portugueza.

Trocando o Brazil por Portugal, que tornou sua verdadeira patria, ingressava na Universidade de Coimbra, formando-se em 1876. Breve era despachado professor de anthropologia n'esse estabelecimento scientifico.

Mostrando vastos conhecimentos, como director do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, notabilisou-se tambem como vogal do conselho superior de instrucção publica.

Excellente pedagogo, propensa lhe teria corrido a carreira se a politica, sempre perniciosa, se não apossasse da sua personalidade, trazendo-o para as luctas parlamentares e ministeriaes.

Notavel no curso como no novo campo por onde enveredára, era eleito deputado em 1882 e 1886 e nomeado par do reino em 1890, sendo rei D. Carlos I. De confiança regia vinha como ministro das obras publicas (Fevereiro-Dezembro de 1893), n'um gabinete da presidencia do conselheiro Hintze Ribeiro com os conselheiros, João Franco, ministro do reino, Augusto Fuschini, fazenda, João Antonio Brissac das Neves Ferreira, marinha, Antonio de Azevedo Castello Branco, justiça, entrando em substituição do conselheiro Pedro Victor da Costa Sequeira

e sendo logo um dos signatarios do decreto de 25 de Fevereiro de 1893, da amnistia aos presos do 31 de Janeirode 1891.

Foi durante esse periodo de adhesão á corôa que assim expoz (*) o ser affecto ás respectivos representantes:

«Raras vezes tão preciosos dons pessoaes esmaltarão a corôa como hoje em Portugal. O Rei dá o exemplo do estudo, do gosto pelos prazeres intellectuaes, naturalista e pintor apreciavel, e até o exemplo do enrijamento physico, que não nos é menos necessario. Quasi todos teem que apprender com elle a amar por egual os exercicios do espirito e do corpo, e a preparar-se assim cabalmente por meio d'uns e d'outros a bem servir a nação. Modesta no trato intimo, a sua palavra tem vibração, mocidade e calor em meio das assembleias solemnes. Não fraquejando nunca nas situações difficeis, a sua coragem é sympathica, ainda mesmo quando juvenilmente a desperdiça em aventuras de solidariedade dictatorial com ministros mais cautelosos do que elle. E a tempera honesta do seu caracter, tem-a provado bem, resistindo na sua vida particular, mais do que ao contagio da corrupção, ás tentações e armadilhas dos politicos com pretenção a validos. A Rainha é tão boa, que não ha miseria de que o seu coração generoso se não amercie e por onde ella passa, o seu dôce sorriso reconforta as almas. E, para nada faltar ao throno portuguez, tem junto a si a Rainha-Mãe, que o realça e doira artisticamente com todo o prestigio do seu grande talento decorativo.»

Inversamente, a alguns annos d'esse elogio, em comicio teria a desculpa ao acto que eliminou D. Carlos do numero dos vivos e tornou viuva a «rainha tão bôa» que não havia miseria de que o seu coração generoso se não amerceasse:

«O regicidio não foi um attentado, nem Buiça e Costa podem ser considerados assassinos: «N'uma sociedade em lucta, com o povo offegante sob a oppressão do poder, *à la guerre comme à la guerre!*»

. . . .

«E porque não seria ainda a romagem incriminada não a

(*) O *Instituto* de Coimbra—Volume 48.º—Pagina 249.

glorificação do regicidio, do homicidio, mas um povo de grande e nobre historia como o nosso, que ámanhã se baterá heroicamente com o estrangeiro, se fôr preciso, a glorificação do sacrificio, o culto mesmo do heroismo militar? E' isso que os incommoda e revolta? Porque levantámos nós ha poucos annos, um monumento aos conjurados de 1640? Porque mataram Miguel de Vasconcellos? Não! Porque foram heroicos. E a Europa condemnou-os por isso? Como havia de condemnar, se uma grande parte d'ella, não só a Suissa, tambem a Inglaterra, consagrou na lenda a figura epica de Tell? E já alguem ousou aventar que Schiller, no seu melhor drama, e Rossini, na sua melhor opera, glorificaram o homicidio, o assassino de Gessler, que Guilherme Tell matou tambem de emboscada armado de arco e settas, que eram a clavina e a bala d'esse tempo? E' que os tempos mudaram e a moral d'hoje não é a da epocha de Tell? Evidentemente. Mas Schiller e Rossini são d'hontem, e todos os que accusam os admiradores do heroismo de Buiça e de Costa não vão hoje mesmo ainda ao theatro applaudir e aclamar o heroismo de Tell? Ah! hypocritas!» (*)

A esse tempo já havia renunciado a todas as prerogativas e encarando mal a theoria da realeza, enveredara abertamente pela da democracia.

Deffendendo-a, foi elle uma das origens certas da queda do gabinete Hintze Ribeiro em 1906, e até da celebre carta de D. Carlos I, de 16 de maio d'aquelle anno, verberando excessos.

O dr. Bernardino Machado, enviara ao rei, então em Villa Viçosa, um telegramma onde o informava de preparativos ministeriaes de violencias contra republicanos. D. Carlos, remettendo o telegramma ao chefe do governo, expunha-lhe a necessidade de ser «tomado na consideração que lhe era devido.»

Seguiu se um manifesto desejo de entendimento com o caudilho democrata, para tregoas entre ambos os partidos. O dr. Bernardino Machado, exigia logo como prova do armisticio, e sabendo alias que erguia um obstaculo, o castigo immediato dos interferentes nos successos do 4 de maio de 1906.

(*) *O Seculo* de 29 de Março de 1908.

Seria o pactuar da realeza, seria o evidenciar da quebra de forças, levando ao povo a convicção de que a propria monarchia enfiara o pescoço na golilha offerecida pelos democratas.

Hintze Ribeiro, valendo-se das controversias politicas, e das assignaladas preferencias de D. Carlos por João Franco, optava pela queda ministerial.

A diplomacia do dr. Bernardino Machado quebrara a plataforma a que se pensou attrahir os democratas, a dupla convenção, onde o menos arteiro se envolveria na rede do mais sagaz.

Hintze Ribeiro não deixou realisar a experiencia.

A greve academica de 1907, de novo collocou em foco o a esse tempo indicado como futuro presidente da Republica.

Era já o consulado de João Franco. A 28 de fevereiro, os lentes da Universidade reprovavam o estudante João Eugenio Ferreira. A academia ergueu-se em peso, protestando em manifesto, primeiro contra os examinadores, depois contra as proprias formulas universitarias.

O governo, viu logo, a despeito dos desmentidos, a ideia republicana a atear movimentos academicos e reprimia-os. Apurada pelo conselho de decanos a direcção de sete estudantes, entre elles, Alberto Xavier, Carlos Olavo, Carneiro Franco, Trindade Coelho (filho) e Julio Dias da Costa, expulsava-os da Universidade.

O dr. Bernardino Machado, surgiu então para o appoio aos attingidos, declarando que ao cerramento para qualquer academico, das portas do estabelecimento de ensino, corresponderia a sua sahida de lente.

Ao gabinete franquista não fez mossa a ameaça e mantido o desideratum dos outros lentes, a promessa cumpria-se e presente a 16 de abril o officio de demissão, a 27 publicava o *Diario do Governo*, o respectivo decreto.

O governo provisorio da Republica, e por um movimento dos estudantes da greve de 1907, offerecia-lhe depois a reintegração. Recusou-a porém.

O trama revolucionario de 28 de Janeiro de 1908, achou-o como seu collaborador e, perante o partido monarchico, era de segura intuição que seria o chefe do Estado ao ganhard a sua causa, embora isso contado fosse para epochas de impossivel fixação.

Previu-a elle, todavia, e a publico veio (*) o facto nas linhas seguintes:

«Em julho de 1867, o sr. dr. Bernardino Machado, respondendo a uma pergunta do sr. Jules Hedeman, acerca da data possivel da proclamação da Republica, marcou o advento das novas instituições para d'ahi a dois ou trez annos. Como se vê o sr. Bernardino Machado foi propheta na sua terra, o que não é vulgar, e isso mesmo lhe notou o sr. Hedeman, encontrando-se novamente com o illustre democrata, agora, trez annos depois e com a Republica proclamada em Portugal.— «Ah! exclamou o sr. Bernardino Machado. Não imagina até que ponto me chasquearam, como a imprensa monarchica me injuriou, tomando como pretexto essa minha phrase publicada no *Matin*. A Republica, diziam-me em termos *grosseiros*, nem os bisnetos dos seus bisnetos a verão em Portugal! Que gracejo, Republica em Portugal! Que tolice!»

Todavia, ao avanço das manifestações populares, não transigindo nunca, ateando, de continuo, conflictos na rua, houve a duvida e o regicidio relembrou possibilidades de um reivindicar democratico.

O convencimento serviu pois para que ao dr. Bernardino Machado se recorresse.

Ao approximar-se a realisação, na Sé, das exequias (**) por alma de D. Carlos I e D. Luiz Filippe, correram boatos de attentado.

Ferreira do Amaral, recorria ao velho caudilho e sollicitava-lhe fosse conferenciar com elle á presidencia do conselho. Ali lhe expunha os receios e lhe pedia o embaraço a qualquer plano sanguinario.

O dr. Bernardino Machado, convidando a conversa o chefe intervencionista José do Valle, communicava-lhe os receios do chefe do governo e incitava-o, a despeito das suas negativas sob a veracidade dos boatos, a correr Lisboa afim de evitar más intenções.

(*) O *Matin*, Novembro de 1910.
(**) Vide a nossa obra *O Começo de um Reinado*.

Foi cumprida a incumbencia e ao gabinete do conselheiro Ferreira do Amaral, era levada uma carta de José do Valle, dirigida ao dr. Bernardino Machado, onde se assegurava que as exequias decorreriam em absoluto tranquillas.

Bernardino Machado, foi tambem o entrave poderoso á consummação de um projecto tragico contra o agente Abilio Magro, ao tempo perseguidor dos republicanos.

A sua influencia, coartou assim dois golpes aprestados, collocando em cheque evidente, o prestigio dos governantes monarchicos que, longe de assegurar a ordem e de vigiar pela segurança real, iam antes sollicitar comtemplações dos proprios que implicitamente reconheciam como elucidados em machiavelismos sanguinolentos...

As luctas politicas de 1908-1910, viram-no, affirmando o ideal republicano, em intensa propaganda.

Proposto deputado nas eleições de 28 de agosto de 1910, era eleito, mas não se sentava no parlamento como delegado popular mas sim como o primeiro ministro dos negocios estrangeiros da Republica Portugueza.

A sua figura descrevia-a assim, Joseph Galtier, o já celebre entrevistante de D. Carlos I, no não menos celebre, *Le Temps* (7 de outubro de 1910):

«Lembro-me que um dia, indo n'um comboio em companhia de homens que vão agora dirigir a politica portugueza, para a residencia senhorial, em Alpiarça, do sr. José Relvas, em cada estação fomos acolhidos por petardos, foguetes, acclamações. «São os nossos amigos, disseram-me os nossos correligionarios politicos, que, prevenidos da nossa passagem, correram ás *gares* para nos saudar». E com effeito, mal o sr. Bernardino Machado assomava á portinhola do comboio, elevavam-se estes gritos: Viva a Republica! Viva a França». O sr. Bernardino Machado passava então por ser o futuro presidente da Republica Portugueza. Baixo, esbelto, desenvolto, trajando correctamente, o sr. Bernardino Machado, um quinquagenario muito vivo, tem uma cabeça expressiva a que a barba branca ponteaguda dá uma finura especial; o bigode, abundante e comprido, egualmente branco, não tem pontas provocadoras ou rebeldes:

segue a curva natural e cahe placidamente. Os olhos são grandes, d'um negro retinto que aviva toda essa côr branca da cabeça. Não despedem scentelhas; sorriem. Raras vezas encontrei homem tão sereno, tão amavel como o sr. Bernardino Machado. Occupava, antes de se fixar em Lisboa e de se consagrar á politica, uma cadeira de sciencia na Universidade de Coimbra. Tem o culto da familia: tem mais de doze filhos, quatorze, creio eu. Graças a uma fortuna regular — calcula-se em 600 contos — creou e educou facilmente a sua brilhante progenitura. Ao facho dos Machados não faltarão mãos vigorosas que lhe perpetuem a marcha.»

A poucos passos da investidura no alto cargo, a attitude do dr. Bernardino Machado, era censurada e elle accusado de «rejubilar mais com os applausos dos adversarios do que com os reparos leaes e justiceiros dos correligionarios.» (*)

Era auctor do livro *Notas de um pae*, sempre alvejado pela critica ironica e prefaciador do livro de Cesar Frazão *Pela Verdade*.

Mais tarde (1914) de regresso do Brazil, viria a presidente do ministerio, sendo alvo de campanha mordaz por parte do jornal de Machado Santos, o *Intransigente*, (22, 24 de Julho de 1914) em artigos sob o titulo *O sonho do Capanga*, e sub titulo *De Guanabára a Belem com escala pelo guano (As aventuras d'um ambicioso na sua terra adoptiva ou a historia d'um sonho em tres artigos e um apendice)*.

N'esse posto o colheu, porem, impertubavel, a conflagração europeia de 1914.

O dr. Antonio Luiz Gomes, era conhecido da pleiade estudiosa coimbrã, que deu brado pelo ultimatum de 1890.

Cursando a Universidade e sendo presidente da Associação Academica, evidenciou logo o seu dogma republicano.

Formando se e vendo escasso o recurso portuguez, foi ao Rio Grande do Sul, procurar independencia economica, para bem alto poder exprimir o seu ideal politico.

(*) *A Republica Portugueza* de 11 de novembro de 1910.

Conseguindo-a, regressava ao Porto, onde nascera e por vezes foi proposto a deputado. A cidade de Lisboa elegia-o nas eleições de 28 de agosto de 1910.

Pouco se demorou na pasta das obras publicas, mercê de engendrada teia e a 22 de novembro d'esse anno, vel-o hemos substituido pelo director da *Lucta*, dr. Manuel de Brito Camacho, e dizendo mais tarde, (*) apoz ter já transitado pelo cargo de ministro de Portugal no Brazil (1911):

«Foi em nome dos principios da liberdade, da tolerancia, da justiça e da moral que vencemos; e a nossa fraqueza resulta, precisamente, de nos termos esquecido do cumprimento das promessas que fizemos nos tempos brilhantes da nossa propaganda. E se alguma penada surge a protestar contra as miserias subsistentes, está sujeita ás injurias dos energumenos, a quem incommoda a intransigencia dos que não estão dispostos a amoldar-se aos velhos processos da monarchia, embora lh'os queiram impingir mascarados e disfarçados com o rotulo de uma democracia, que não existe senão no nome. E o que mais revolta é que essas creaturas, de moralidade mais que duvidosa, são audaciosas e teem a petulancia de se inculcarem as salvadoras da causa publica, como se alguem pudesse dar aquillo que não tem. Isto chega a causar nojo e asco e dá vontade de deixar passar a judenga, como diria o nosso grande Alexandre Herculano; mas, por outro lado, a nossa consciencia impõe-nos o dever de defender esta linda terra onde nascemos, clamando sempre contra a continuação do regabofe».

Foi este pois o primeiro governo da proclamada republica, e que se cantado foi em verso exotico, (**) phrases duras ouviu por parte de um jornal revolucionario *A Rua* (12 de outubro de 1912):

«O poder, foi em 5 de outubro tomado de assalto, pois não foi o povo portuguez, esse soberano indiscutivel, quem poz nas cadeiras aristocraticas do Terreiro do Paço, os homens do Go-

(*) *Diario do Porto*, Julho de 1913.
(**) O *Diario de Noticias* de 14 de Novembro de 1914.

verno Provisorio. O parlamento, esse então... eguala-se a uma colleção de animaes de uma ganaderia, com ferro comprovado da beautée da sua raça e por isso, de forma alguma pode ser a verdadeira expressão da vontade nacional. Haja quem nos prove o contrario do que dizemos, isto é, que o Povo foi quem deu o seu voto aos Ministros de 5 de outubro e nós calar-nos-hemos. Haja quem nos prove que foi a Rotunda, unica e verdadeira expressão *por direito* da vontade da Revolução, quem acclamou o Governo Provisorio e nós quebraremos os bicos da penna com que estamos escrevendo este artigo, pobre em rendilhados de prosa digna dos mestres, mas riquissimo em verdade e justiça.»

Proclamado que foi o governo provisorio, cujos trabalhos a seu tempo serão explanados, José Relvas, lia a declaração de estar abolida a monarchia em Portugal.

Confirmal-o-hia, dias depois, o seguinte decreto: (*)

«O governo provisorio da Republica Portugueza faz saber que, em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte: — Artigo 1.° E' declarada proscrita para sempre a familia de Bragança, que constitue a dynastia deposta pelà revolução de 5 de Outubro de 1910. — Art. 2.° Ficam incluidos expressamente na proscrição os ascendentes, descendentes e colateraes até ao quarto grau do ex-chefe do Estado. — Art. 3.° E' expressamente mantida a proscrição do ramo da mesma familia banido pelo mesmo regime constitucional representativo. (*) — Art. 4.° No caso de contravenção do artigo 1.°, incorrerão os membros da familia proscrita na pena de expulsão do territorio da Republica e, na hypotese de reincidencia, serão detidos e relegados aos tribunaes ordinarios. — Art. 5.° O governo da Republica regulará opportunamente a situação material da familia real exilada, respeitando os seus direitos legitimos. Os ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 15 de Outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* —

(*) *Legislação Portugueza* de 1910 — Volume II, Pagina 8.

Antonio José d'Almeida — José Relvas — Affonso Costa — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro Justiniano de Azevedo Gomes — Bernardino Luiz Machado Guimarães — Antonio Luiz Gomes.»

Mais tarde, entrevistado pelo jornalista Jules Sauerwein, enviado especial do *Matin*, (Janeiro de 1911) (*) de Paris, o chefe do governo provisorio, diria, referindo-se a esse documento:

«Quando eu tracei a minha assignatura no decreto que destituia dos seus direitos a dynastia de Bragança, tive a visão de que toda a nação respirava emfim, livremente, e que a grandeza do passado ia renascer.»

O povo, não soube conter-se.

Febril, semi-louco de enthusiasmo, batendo palmas e erguendo vivas, de roldão galgou a escadaria dos paços municipaes para envolver n'um amplexo gigantesco os de instante julgadas e ditos libertadores d'uma patria morta.

Já estavam reunidos os combatentes de todos os locaes da lucta, Avenida, Alcantara e navios.

Mas ia ainda realisar-se na sala nobre da Camara, a installação governamental, embora não estivesse completo o ministerio.

Ia proclamar-se alto a queda monarchica no proprio salão onde os regios retratos, haviam dado logar, annos antes, a peripecia extranha, trazida a publico, á victoria ganha, pelo jornalismo francez e portuguez: (**)

«Quando foi da sua viagem á America do Sul a 4 de maio de 1909, Anatole France fez escala por Lisboa, onde o partido republicano tinha organisado uma festa solemne em sua honra. Theophilo Braga foi quem a presidiu. Apoz alguns discursos de boas vindas, os republicanos portuguezes agruparam-se em cortejo em volta do seu hospede e fizeram-lhe as honras da sua capital. Quando visitava a Camara Municipal, na sala do conselho, tres immensos retratos em corpo inteiro chamam a attenção de Anatole France.

— «Isso não é nada, explicou-lhe com desdem um dos seus

(*) As *Novidades* de 17 de Janeiro de 1911.
(**) *Le Matin — O Paiz* de 10 de Outubro de 1910.

guias. E' o rei morto e o seu filho. Eram muito gordos. Foi por isso que nós os sangrámos.

«Depois mostrando com um dedo negligente o retrato de D. Manuel II, sorridente embonecado entre as duas obesidades de seu pae e de seu irmão:

—«Oh! quanto a esse tambem por lá ha-de passar. Mas é ainda muito magro. Ainda lhe não chegou a vez.»

Todavia, na hora do exito não se esqueceu a familia real e desde logo se fez espalhar a seguinte *nota official:*

«O Governo Provisorio da Republica Portugueza, logo que assumiu o exercicio das suas funcções, tomou todas as medidas necessarias para poder garantir a segurança do rei deposto e de sua familia, na hypothese de que ao Governo seja dado conhecimento do logar elles se encontram e da via, maritima ou terrestre, que escolheram para sahir do territorio nacional.»

De facto, José Relvas ia, pouco depois, a bordo do cruzador brazileiro *S. Paulo*, sollicitar que se desse guarida a D. Manuel II, caso ella pedida fosse.

Assistiu pois, o povo, tumultuario pela alegria, á investidura solemne dos representantes do regimen novo, pelo vereador Carlos Victor Ferreira Alves.

Eram 11 horas da manhã.

Alem, troava a artilharia dos navios, salvando com 21 tiros a bandeira da Republica e ao momento exacto em que se lavrava o documento historico onde era registada a constituição ministerial:

AO POVO PORTUGUEZ

CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Hoje, 5 de Outubro de 1910, ás 11 horas da manhã, foi proclamada a Republica de Portugal na sala nobre dos paços do municipio de Lisboa, depois de terminado o movimento da Revolução Nacional.

Constituiu-se immediatamente o Governo Provisorio:

Presidencia, Dr. Joaquim Theophilo Braga. Interior, Dr Antonio José d'Almeida. Justiça, Dr Affonso Costa. Fazenda, Basilio Telles. Guerra, Antonio Xavier Correia Barreto. Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes. Estrangeiros, Dr. Bernardino Luis Machado Guimarães. Obras Publicas, Dr. Antonio Luiz Gomes.

Esse documento era pouco depois affixado nas esquinas, e publicado ainda em supplemento ao *Diario do Governo* n.º 222 de 5 de Outubro de 1910, passando depois á «Collecção Official de Legislação Portugueza do anno de 1910.» Pagina 1.

Apoz, era lançada á publicidade a seguinte proclamação, que se disse cerceada obra do dr. Theophilo Braga:

«Ao Povo Portuguez: Cidadãos!

«O povo, o exercito e a armada, acabam de proclamar a Republica. A dynastia de Bragança, malefica e perturbadora consciente da paz social, acaba de ser para sempre proscripta em Portugal. Este facto extranho e famoso, que representa o orgulho de uma raça indomavel e a redempção de uma patria que a bravura tornou legendaria, enche de enthusiastica alegria o coração dos patriotas. Eis que finalmente termina a escravidão da patria e se ergue luminosa na sua essencia virginal a aspiração benefica de um regimen de liberdade. Cidadãos! O momento que decorre, redime e compensa de todas as luctas combatidas, de todos os transes dolorosos que se soffreram. E sómente é preciso, para elle ser o inicio de uma epocha de austera moralidade e impoluta justiça, que todos os portuguezes se unam n'uma harmoniosa communhão de principios. Façamos do nosso sacrificio pela Patria a base do nosso programma politico e da generosidade para com os vencidos a base do nosso programma moral. Cidadãos! Que um só interesse, o interesse pela patria, vos anime e uma só vontade, a vontade de ser grande, nos una! A Republica confia do Povo a manutenção da ordem social, o respeito pela justiça, e a dedicação pela causa commum da liberdade. Consolidae com amor e sacrificio a obra que surge da Republica Portugueza.»

A multidão, de novo accumullada na Praça do Municipio, forçou o dr. Euzebio Leão, chamado pelo lente Innocencio Camacho, a fallar ao povo em nome do Directorio, pedindo o respeito de vidas e haveres dos adversarios politicos e saudando-o bem como ao exercito e marinha.

De seguida, abandonavam os paços municipaes, para o arvorar da bandeira republicana no quartel da guarda municipal, com a presença do delegado do Directorio.

Por seu turno, os camaristas, reunidos, approvavam uma proposta do vereador Carlos Alves, para ser collocada em sitio bem visivel dos Paços do Concelho uma lapide commemorativa do solemne acto realisado e votavam a seguinte proclamação, desde logo distribuida:

«A Camara Municipal de Lisboa á cidade de Lisboa:

Concidadãos: — A vereação republicana de Lisboa, reunida em sessão extraordinaria, congratula-se comvosco pela proclamação da Republica Portugueza, prestando calorosa homenagem ao patriotismo, á bravura physica e á coragem moral dos militares e civis que concorreram para a sua proclamação e deplorando commovidamente o sangue derramado durante as tragicas jornadas de 3, 4 e 5 de outubro. Recordando todas as grandes revoluções da historia patria e estranha, nenhuma excede em civismo, em ordem pela propria vida e em generosidade a que os nossos olhos pasmos contemplavam, nenhuma cidade conhecemos que tão legitimamente, haja conquistado o direito de governar-se por si e pelos seus eleitos. Não basta, porém, proclamar a Republica; é mister, agora consolidal-a e acredital-a construindo sobre os escombros um futuro de paz e de ordem em que a sciencia e o trabalho, substituam o preconceito e o privilegio. Para isso carecemos, mais do que nunca, da vossa illimitada dedicação e da vossa intima e fraternal solidariedade. Irmãos na tarefa ingrata mas necessaria da demolição, irmãos devemos continuar na tarefa menos penosa mas não menos difficil da pacificação e reconstrucção, não esquecendo a maxima tolerancia e piedade para com os vencidos Para isso contamos comvosco, como vós podeis contar comnosco, e unidos ambos, cidade e camara, em breves dias a vida normal, ordeira e laboriosa apagará a memoria dos iniquos e tenebrosos tempos passados. Para nós, cidadãos de Lisboa, será isso tanto mais facil, quanto mudando de regimen, não mudais de administração. Tinheis já a administração republicana. Com ella continuaes. A unica differença consiste em camara municipal e governo do Estado viverem, de ora em deante, cordeal e fraternalmente unidos para maior formosura e fortuna da cidade. Cidadãos de Lisboa, a vossa camara municipal sauda-vos, saudando tambem:

«A bravura indomita dos marinheiros e soldados da revolução! O heroismo dos voluntarios civis! A perfeita honestidade e generosidade da população! A memoria dos mortos e a dôr dos feridos! A amargura das familias dos martyres da Republica e dos que, resistindo lhe julgavam cumprir o seu dever! Viva a cidade de Lisboa! Viva a Republica Portugueza! — A. Braamcamp Freire, Manuel Antonio Dias Ferreira, Affonso de Lemos, José Mendes Nunes Loureiro, José Miranda do Valle, José Verissimo d'Almeida, Manuel de Sá Pimentel Leão, Miguel Ventura Terra, Antonio Alberto Marques, Carlos Victor Ferreira Alves, José Soares da Cunha e Costa.»

A lapide foi, effectivamente collocada, mais tarde, ao fundo do primeiro lanço da escadaria nobre da Camara.

E' em marmore, com as armas da cidade de Lisboa, e uma palma em ouro, tendo a seguinte legenda:

«No dia 5 de outubro de 1910, da varanda principal d'este edificio foi proclamada a Republica Portugueza. Esta lapide commemorativa do facto foi inaugurada no seu primeiro anniversario.»

A camara fixava o dia seguinte, 6 de outubro de 1910, para outra sessão, a do reconhecimento.

N'ella, o presidente Anselmo Braamcamp Freire impetrava do povo revolucionario a maior piedade para com os vencidos e pesar pelos feridos e familias enlutadas.

Precedendo o encerramento, em signal de jubilo, o vereador Cunha e Costa, produzia o discurso de saudação:

«Se aos homens do seculo XX, com a sciencia e a mentalidade do seu tempo, fosse licito admittir a intervenção do *fatum*, destino ou providencia nas cousas humanas, seria este o momento de appelar para elles. Com effeito, deante da enorme desproporção entre as forças revolucionarias que proclamaram a Republica e os elementos de resistencia de que a monarchia ostensivamente dispunha, é evidente que um terceiro factor esteve durante o combate, ao nosso lado, contrabalançando as armas que nos faltavam, o commando superior que nos abandonára ou sucumbira e a manifesta e espantosa inferioridade do numero. Esse *quid*, que n'esta lucta epica substituiu o velho Deus de Ou-

rique e de Valverde e fielmente se manteve ao nosso lado até á rendição final, foi essa Ideia, que tantos desdens merecia aos adversarios e que desde os primordios da civilisação é o primeiro, o insubstituivel propulsor do progresso humano. A Ideia que, na phrase do poeta, o peso não pesa, o metro não mede e o reagente não verifica, mas que no entanto existe como a mais impressivel de todas as realidades concretas, foi o grande alento das forças revolucionarias, occultando-lhes o poder do inimigo e multiplicando, por um phenomeno de auto-sugestão, o proprio valor. Cada um dos nossos combatentes, sentia dentro de si a força de um Anteu e aquilatava a alheia pela bitola de um pigmeu. D'ahi essa victoria que ainda hoje nos enche de assombro e maravilha. Graças a esse auxiliar de natureza eminentemente subjectiva, os nossos heroicos combatentes tiveram sempre nas almas das peças e nas carregadeiras das carabinas um explosivo novo, cujos effeitos excedem os mais espantosos inventos da pyrotechnia militar, com a vantagem do seu municiamento ser constante e dispensar o recurso a fabricas e paioes. Graças, ainda, a esse auxiliar, companheiro inseparavel do Direito, puderam simples soldados, marujos, populares e oficiaes de fazenda bater-se e commandar como soldados veteranos e generaes experimentados.

«Consignada esta victoria e acentuado o seu caracter de quasi maravilha, força é confessar que jámais empreza humana foi tão digna de triumpho. Na verdade, toda essa gente, toda essa arraia miuda, todos esses anonymos que, durante tres dias, jogaram temerariamente a vida, outra cousa não teem a esperar da Republica além da sua quota parte no bem geral que ella deve trazer ao paiz. Assim o seu sacrificio é o proprio desinteresse. Batendo-se pela Republica, outro fim não tiveram senão o de prestar a todos nós um grande serviço altruista. Deante dos olhos não viram premios nem recompensas materiaes; contaram, quando muito, com a lagrima de saudade ou com o clamor do applauso, isto é, com o galardão moral; e é por isso que n'este momento a vereação não duvida inclinar-se com o respeito mais profundo deante de tanto heroismo associado a tamanha abnegação. Marinheiros, soldados e populares

de Lisboa escreveram em tres jornadas celebres uma das paginas mais formosas e mais justas da historia patria. Para elles a enternecida e ardente homenagem da vereação, em nome da cidade. Mas houve mortos e houve feridos. Ora a dôr e a morte são egualitarias e têm direito ao mesmo tratamento, sejam quaes forem as opiniões politicas ou as crenças religiosas dos que a soffreram. Por isso, a vereação envia d'este logar e solemnemente identicas palavras de pezar aos paes, ás viuvas e aos orphãos dos que morreram por nós ou dos que morreram contra nós. E resta-nos a convicção profunda de que todos os revolucionarios commungam n'este sentimento porque todo o sangue que derramaram lhes foi imposto pela cruel mas imperiosa necessidade de defender as proprias vidas, embora os mais bellos poentes da litteratura e da arte não dispensem nunca, aqui ou acolá, uns ligeiros laivos rubros. Feita, porém, a Republica, é preciso que dentro em pouco, na sua luminosa trajectoria, se diluam esses vestigios sangrentos e que das tragicas jornadas de 3 a 5 de outubro perdurem apenas, como eterno padrão de gloria, a piedade, a tolerancia dos vencedores. Viva a Patria Portugueza! Viva a Republica!»

O dr. Cunha e Costa, redigira egualmente, assignando por isso em derradeiro logar, o documento municipal, como fôra o 6.º signatario do manifesto coimbrão de 10 de novembro de 1890, revolucionario, derrubador da monarchia, então representada por D. Carlos I.

Não tardaram as desillusões e mais tarde, não sabendo occultar o seu pensamento, traduzia-o em formidaveis artigos dos jornaes monarchicos *O Dia* e a *Nação*.

Forçado ao exilio, evidenciava a tres annos precisos dos enthusiasmos da Camara Municipal de Lisboa, a sua fé nova: (*)

«Assim, na Suissa e demais a mais em Lucerne, cujo pavilhão é o meu sempre saudoso pavilhão azul e branco, não me foi indifferente o casamento de um principe que por deposto e proscripto nem por isso perdeu a qualidade de cidadão portuguez, a cathegoria de representante de uma dynastia que alguns

(*) O *Dia* de 4 de Outubro de 1913.

beneficios prestou á terra portugueza e de uma familia que vae, atravez de um passado remotissimo, entroncar em herces e em santos, E então o jacobino, não podendo por doença assistir á missa que na cathedral de Lucerne e em acção de graças celebrou a colonia portugueza, mandou ao Senhor D. Manuel o seguinte telegramma: «Cumprimentos respeitosos e commovidos ao excellente portuguez que Vossa Magestade sempre foi.» E só depois de expedido esse telegramma a minha consciencia e sensibilidade tiveram descanço. Foi como se me alliviassem de um grande peso. Porquê? Altos designios da Providencia!»

Era ella, como suprema ironista, a apagar a chamma febril de 1890 e a rasgar as affirmativas enrubrecidas de 1910, para reivindicação de um malsinado rei, reevocado de passo em passo, como symbolo de um erro e como expiante de penas de outros.

Estava consummada a obra para que tanto se haviam empenhado monarchicos e republicanos, pois que, sem a coadjuvação d'aquelles, pela tolerancia ou pelo auxilio ao combate violento da imprensa e das camaras, estes nada teriam logrado.

A ceremonia estava completa.

Mais tarde se disse a Republica duplamente proclamada: por José Relvas e pelo dr. Euzebio Leão, ao qual se negou ainda a prioridade da acclamação.

De facto, a elle coube a primazia,—pelo proprio registada, sem contradicta, logo de principio (*)—até á hora do acto realisado. (**)

Tardiamente se quiz reivindical-a para José Relvas, evocando-se mesmo reproducções photographicas que o apresentam, mas no reeditar da cerimonia acclamativa.

Quanto a esse acto duplo, erguido e com justiça, foi pelo dr. Theophilo Braga, sob a verificação dos elementos na occasião publicados.

Deu isso origem a uma entrevista (***) com o dr. Euzebio Leão, a esse tempo ministro de Portugal em Roma:

(*) O *Seculo* de 28 de Outubro de 1910.
(**) O *Diario de Noticias* de 6 de Outubro de 1910.
(***) As *Novidades* de 21 de Dezembro de 1912.

«As *Novidades* publicaram ha dias uma entrevista com o dr. Theophilo Braga, e tendo-se levantado duvidas, em virtude d'essa entrevista, se effectivamente o sr. Euzebio Leão fôra quem primeiro proclamara a Republica da varanda da Camara Municipal de Lisboa, resolvemos aclarar o caso interrogando sobre o assumpto o ministro da Republica Portugueza junto do Quirinal. S. Ex.ª amavel, como sempre, dignou se responder-nos o seguinte, ao formularmos a pergunta:

— «Ah! sim, já sabia... Agradeço-lhe, até, o proporcionar-me a occasião de desfazer duvidas que a esse proposito se levantaram em Portugal. Fui effectivamente eu o primeiro membro do Directorio que chegou á Camara Municipal, acompanhado pelo sr. Feio Terenas. Pouco depois, chegaram os meus collegas do Directorio srs. Innocencio Camacho, José Barbosa, Malva do Valle e José Relvas. Pouco depois, estando já todos reunidos, fiz a proclamação da Republica, facto que os jornaes registaram e de que ha mesmo photographias. O sr. Innocencio Camacho, a seguir leu os nomes dos membros do Governo Provisorio e do governador civil de Lisboa, e então, tomou a palavra o sr. José Relvas saudando o Povo.»

— «Então o dr. Theophilo Braga não estava presente no momento em que foi feita a proclamação da Republica, por V. Ex.ª?

— «Não. O dr. Theophilo Braga não esteve na Camara durante a proclamação. Pode affirmal-o cathegoricamente.»

O povo, todavia só olhou ao fim, não ligando interesses ás peripecias por vezes singulares, que o envolveram.

E, uma das mais notaveis foi a do auto da ceremonia só seis mezes depois (7 de abril de 1911) estar concluido e assignado, n'um trabalho calligraphico de Lourenço Correia Lobato Cortezão.

Dizia o seguinte:

«Auto da Proclamação da Republica Portugueza na Camara Municipal de Lisboa.

«Aos cinco dias do mez de outubro do anno de mil novecentos e dez da era christã, pelas oito horas e quarenta minutos da manhã, nesta cidade de Lisboa e edificio dos Paços do Con-

celho, da varanda principal deles, o cidadão Doutor Francisco Eusebio Leão, secretario do Directorio do Partido Republicano Português, em nome deste, como representante do povo republicano e das forças revolucionarias de terra e mar, perante milhares de cidadãos que se encontravam na Praça do Municipio de Lisboa, declarou que estava abolida a Monarchia em Portugal e todos os seus dominios e proclamada a Republica Portuguêsa. Esta declaração foi recebida com delirantes e prolongadas ovações, acclamando o povo o novo regimen com calorosos e intensos vivas á Patria e á Republica. Em seguida, o mesmo cidadão acrescentou que sendo o povo português de sua natureza bom e tolerante, desnecessario sería recommendar-lhe a maior prudencia e o mais absoluto respeito pela vida e haveres quer dos extrangeiros quer dos nacionaes, fossem quaes fossem as suas opiniões politicas ou religiosas. Continuando disse que a Republica Portugueza será um regimen de liberdade e de paz, dentro do qual caberão todas as aspirações e iniciativas generosas; recommendava, portanto, a todos, que mostrassem a sua confiança nas novas instituições, sendo magnanimo para com os vencidos e voltando ás suas occupações habituaes, tendo em vista que a divisa do novo regimen é «Ordem e Trabalho». Prolongados e enthusiasticos applausos do povo acolheram as suas palavras. Em seguida, o cidadão Innocencio Camacho Rodrigues, membro do Directorio, em nome do comité revolucionario, propôz ao povo os seguintes cidadãos para constituirem o «Governo Provisorio da Republica Portuguêsa:»

«Presidente sem pasta, doutor Joaquim Theophilo Braga. —Interior, doutor Antonio José d'Almeida — Justiça, doutor Affonso Costa — Finanças, Basilio Telles — Guerra, coronel Antonio Xavier Correia Barreto — Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes — Estrangeiros, doutor Bernardino Luiz Machado Guimarães — Obras Publicas, doutor Antonio Luiz Gomes.

«Propôs tambem para Governador Civil de Lisboa, o doutor Francisco Eusebio Leão. Cada um destes nomes foi freneticamente festejado, sendo a proposta approvada por acclamação, continuando o povo a manifestar o mais caloroso e intenso en-

thusiasmo. Fallou tambem o cidadão José Relvas, membro do Directorio, dizendo que o povo portuguez, num grande anceio de liberdade, de moralidade e de justiça, conseguira num exforço sublime redimir a Patria Portuguêsa, proclamando a Republica. Explicou ao povo a importancia do acto realizado e incitou a cooperar efficazmente na obra de reconstrucção nacional. Saudou a heroica cidade de Lisboa, os revolucionarios civis, do exercito e da armada, louvando-os pela sua bravura e ardente patriotismo e pela magnanimidade com que trataram os vencidos, num momento em que seriam legitimas todas as represalias, e terminou com phrases de sentida saudade pelos mortos. Calorosos applausos coroaram as suas palavras. Seguidamente foi arvorada no edificio dos Paços do Concelho a bandeira vermelha e verde, côres da bandeira sob a qual combateram os revolucionarios. Este acto foi recebido pelo povo com grandes manifestações de regosijo. E para constar se lavrou este auto que, depois de assignado pelos membros do Directorio presentes a este acto, por vereadores da Camara Municipal de Lisboa e cidadãos republicanos de representação, será archivado nesta Camara.— Francisco Eusebio Leão — José Relvas — Innocencio Camacho Rodrigues — José Barbosa — A. Braamcamp Freire — Carlos Victor Ferreira Alves — Ventura Terra — José Miranda do Valle — Affonso de Lemos — José Maria Nunes Loureiro — Manuel Antonio Dias Ferreira — Antonio Alberto Marques — Affonso Costa — Antonio José d'Almeida — Manuel de Brito Camacho — José Verissimo d'Almeida — Ernesto Carneiro Franco — Emygdio Mendes — Antonio Maria Malva do Valle — Ernesto da Encarnação Ribeiro — José M. de Moura B. Feio Terenas — Joaquim Theophilo Braga — Antonio Aurelio da Costa Ferreira — Luiz Filippe da Matta — Lourenço Pessoa Lobato Cortezão, escreveu e desenhou.»

Citado que fôra o Directorio como a entidade proclamadora da Republica, ao largo de S. Carlos, onde era a séde da aggremiação, se substituiu o nome pelo de *Largo do Directorio* por proposta apresentada á Camara Municipal pelo vereador Rodrigues Simões (28 de Agosto de 1913). A ceremonia effectuou-se a 3 annos precisos da data do ganho lance, sendo ali affixada a

placa onde se lia apoz o nome, a indicação: «Proclamou a Republica em 5 de Outubro de 1910.»

A assignatura do auto da proclamação, era officialmente communicada quando reunida a camara, citando o respectivo presidente a vantagem do documento rectificar a hora do acto, indicada pelo *Diario do Governo*, 11 horas, quando eram 8 e 40 minutos.

Chocando-se, abrindo scisão com o documento elaborado em 5 de outubro de 1910, estava errado, na hora e mencionava assignaturas de individualidades que ao acto não assistiram.

Assim os drs. Affonso Costa, Antonio José d'Almeida e Bernardino Machado. Sobre o primeiro houve a seguinte cathegorica affirmativa: (*)

«Tem razão *A Patria*, o director do *Intransigente* que fez parte desse Comité é o primeiro a certificar e a jurar até se fôr preciso, que o sr. Affonso Costa esteve em casa de José Cordeiro Junior, em Algés, que entrou em Lisboa ás 11 horas da manhã do dia 5 e tudo isso pelo grande receio que o Comité tinha de perder o dito sr. Affonso Costa. Foi até por isso mesmo que *nunca* o pôz ao facto dos trabalhos revolucionarios que se faziam.»

O dr. Antonio José d'Almeida, estava em identico poiso. (**)

O dr. Bernardino Machado, de regresso do Minho era surprehendido, nas alturas de Alemquer, (***) pela pasta dos negocios estrangeiros com que os dirigentes da sedição o haviam brindado, chegando a Lisboa, de automovel, ás 6 horas da tarde:

«Quando a Republica se proclamou vinha o sr. dr. Bernardino Machado nas alturas de Alemquer. Ali está n'um muro a respectiva lapide commemorativa, inaugurada com musicas e foguetes, no passado dia 5 de outubro. Assignala o sitio onde o sr. dr. Bernardino Machado teve a grata nova do luminoso advento. Nunca mais o esquecerá a historia! Tal como aquella lapide, tantas vezes secular, que ali ao pé do Campo Pequeno,

(*) O *Intransigente* de 16 de junho de 1913.
(**) O *Dia* de 27 de Julho de 1914.
(***) O *Dia* de 1 de Maio de 1912. Cita egualmente o facto *A Republica* do 15 de Novembro de 1911, e *Diario de Noticias* de 6 de Outubro de 1910.

no Arco do Cego, commemora as pazes entre D. Affonso IV e seu filho D. Diniz, pela maternal intervenção da santa Rainha Izabel. São, n'este genero, as duas lapides de muro de estrada que conhecemos no paiz! A de D. Affonso IV, o bravo, e a de Bernardino Machado, o cordeal! O que tem a vantagem de não poder escrever-se mais tarde que o illustre filho do Rio de Janeiro se bateu pela Republica, ou esteve na Rotunda... Com este *idolo*, graças á lapide de Alemquer, a historia não terá grande trabalho. Com os outros o caso é mais complicado — mas já se vae esclarecendo!»

Isso justificou o seguinte commentario feito pelo chefe da Rotunda no seu orgão jornalistico o *Intransigente* de 22 de abril de 1911:

«E' um documento devéras curioso pelas surprezas que encerra. Diz, por exemplo, qne a proclamação da republica foi ás *8 horas e 40* da manhã. E' mentira!... A's *8 e 44* é que os delegados das forças revolucionarias entraram no Quartel General, e ás *8 e 45* é que começou o armisticio. Só a esta hora é que Ricardo Covões foi encarregado da missão de apressar a proclamação. Como, pois, foi proclamada a republica ás *8 e 40?* Os dois ministros que assignam o auto da proclamação ás *8 e 40*, só ás *10 1/2* da manhã é que transpunham as barreiras de Algés em direcção á cidade. Como poderiam, pois, ter assignado o auto, a não ser por meio da *telegraphia sem fios?...* Innocencio Camacho era membro substituto do Directorio, e não fazia parte de nenhum «comité» revolucionario, apesar de ter trabalhado na organisação do movimento. Vae sem commentarios!...»

Já assignalámos as divergencias de horas, sendo fixadas por uns, as 9, (*) e por outros, as 11, (**) se bem que appareceu ao mesmo tempo, (***) o trecho affirmando que «os membros do Directorio foram ás 8 e 40 para a Camara Municipal, onde proclamaram a republica, com as acclamações enthusiasticas

(*) O *Diario de Noticias* de 6 de Outubro de 1910.
(**) O *Seculo* de 6 de Outubro de 1910.
(***) Idem de 5 de Outubro de 1910—3.ª edição.

do povo», não sendo rasoavel a espera de 2 horas e vinte minutos para o effectuar da ceremonia.

O documento official, devendo fornecer seguras bases, é que se encarregou todavia de mais augmentar dificuldades, se bem que, não desmanchasse os effeitos do primeiro rescripto.

Segundo este, as 11 horas, firmaram a proclamação no salão nobre da Camara e, segundo o combatido por Machado Santos, radicavam-se as 8 e 40 mas como sendo a da proclamação da varanda do edificio.

Não se assegurou comtudo o verdadeiro momento do acto que, em terras extranhas, se constituiria notavel e rigorosamente marcado.

Para que melhores incidentes rodeassem o auto celebre, do qual se tirou uma copia em pergaminho, para o archivo nacional da Torre do Tombo, deu-se como desapparecido o original, aliás cedido provisoriamente a (*) um denominado Museu da Revolução, fundado pelo revolucionario Celestino Steffanina.

Para ali foi, com outros objectos dispensados pela municipalidade, como uma bandeira da Carbonaria, estilhaço de granada que bateu no muro da Penitenciaria, dois cabos de arame que serviram para impedir a passagem da guarda municipal na noite de 3 para 4 de outubro de 1910; quatro estatuetas de figuras da Republica, sendo duas em barro e duas em gesso; granadas; uma bomba de cholorato de potassa com serpentina, fabricada expressamente por João Borges, para a revolução de 5 de outubro de 1910; fragmento de espada e cinturão de guarda municipal; um quadro com diversos artigos do movimento revolucionario; um sabre partido; balas e um lenço; bandeiras e estandartes que serviram na revolução; oito armas de fogo e uma granada; fragmento de coronha de espingarda do guarda municipal morto por uma bomba na rua do Mundo, na manhã de 5 de outubro de 1910; uma bala de metralhadora e o chapeu armado do almirante Candido dos Reis, os dois candieiros da Avenida, e ainda, o varino e carabina de Manuel Buiça, o chapeu e o revolver de Alfredo Costa.

(*) A *Capital* de 19 de Setembro de 1913.

O calligrapho Lobato Cortezão, querendo concorrer com elle á exposição de artes graphicas, sollicitou-o á Camara Municipal, por emprestimo.

Não foi todavia encontrado o documento, por deslembrança de haver sido confiado ao Muzeu, o que levou o vereador Alves de Mattos a erguer o assumpto em sessão camararia (18 de Setembro de 1913).

O facto extranho, teve desde logo alarme nos elementos republicanos e boatos até o deram como subtrahido pelos adversarios do regimen.

A accusação, sublinhada com risadas ironicas, iria a questiunculas largas, se o antigo guarda do muzeu, Aureliano Duarte Junior, se não apresentasse com elle, allegando que, ao desmanchar do muzeu, e ao destino diverso dado aos objectos expostos, na ignorancia da entidade a quem pertencia o auto, o levára para casa na sua moldura simples, meio encarquilhado, n'um semi-desprezo do historico papel, assignalador d'um regimen proclamado.

A's reclamações, fez a entrega ao vereador Manuel Pereira Dias, fechando-se assim a extravagante odysseia do auto da proclamação da Republica em Portugal, que deu d'essa vez entrada no archivo municipal, á epocha sob a guarda do archivista Gomes de Brito, e não sem que o revolucionario Celestino Steffanina expuzesse, friamente, o grau de valor do documento:

«O celebre auto da proclamação da Republica — diz-nos o nosso entrevistado — e que o sr. Alves de Mattos declara ter sido lavrado e assignado pouco depois do dia 5 de outubro, sendo por esse facto um precioso documento historico, merecedor do mais enternecido carinho, e que deveria estar guardado amorosamente nos archivos da Camara, não se extraviou, nem tão pouco o seu paradeiro era ignorado, porquanto durante seis mezes noticiaram os jornaes a sua exposição no Muzeu da Revolução e muitas copias foram vendidas a quem as quiz comprar.

— «Mas como foi o auto da proclamação da Republica para o muzeu?

— «Quando se pensou na organisação do museu revolucionario combinei com o então vereador municipal sr. Miranda do

Valle a cedencia de todos os objectos na posse da Camara e que, tendo relações com o acto revolucionario, pudessem figurar no muzeu. Eram poucos esses objectos; apenas umas bandeiras da carbonaria, e que o sr. Machado Santos havia entregue; o chapeu armado do saudoso almirante Candido dos Reis, os candieiros da Avenida, furados pelas granadas, e o auto da proclamação. Não me recordo de mais objecto algum fornecido pela Camara. Assim, tudo quanto lá estava da Camara não foi para lá, como dizia a *Capital*, porque mãos pouco escrupulosas se tivessem apossado de objectos, levando-os não se sabendo para onde, e com intuitos que se não pudessem desvendar. Tudo estava lá com conhecimento da Camara, e tanto que eu havia combinado devolver á Camara todos esses objectos e os meus, que figuravam no muzeu e quanto eu pudesse conseguir dos meus amigos, afim de a Camara organisar com elles o Muzeu da Cidade. Tanto a Camara não ignorava o local onde estes objectos estavam que ainda ha poucos dias me oficiou, pedindo-me para entregar á Empreza Industrial Portugueza um dos candieiros, afim de servir de modelo para os novos que lá encommendou. Mas ha ainda mais: o vereador sr. Antonio Correia, tendo-me procurado ha tempos, desejou informar-se do que eu tencionava fazer dos objectos expostos no Muzeu da Revolução, tendo-lhe respondido que os pertencentes á Camara podiam ser entregues logo que essa collectividade os quizesse. Aguardando resposta, esperei algum tempo e, como de novo nos tivessemos encontrado, disse-me o sr. Correia que nada havia ainda sido resolvido. Fica, pois, demonstrado que a Camara não podia ignorar onde estava o auto. Vem a proposito dizer-lhe que o tão celebrado auto que o sr. Pereira Dias classificou de precioso documento não tem, a meu vêr, o minimo valor historico. Muitos mezes depois de proclamada a Republica é que foi feito esse historico documento e os nomes que o assignam, na sua maioria não assistiram ao movimento revolucionario. Uns estavam em Alemquer, outros em Algés e um d'elles, se não estou em erro, encontrava-se em Paris. Segundo a *Capital*, o precioso documento está assignado pelos srs. Eusebio Leão, José Relvas, José Barbosa, Brito Camacho, Ernesto Carneiro Franco, Malva do Valle, Encarnação

Ribeiro, Feio Terenas, Anselmo Braamcamp, Carlos Alves, Ventura Terra, Miranda do Valle, Affonso de Lemos, Nunes Loureiro, Dias Ferreira, Alberto Marques, Affonso Costa, Antonio José d'Almeida, José Verissimo d'Almeida, Emygdio Mendes, Theophilo Braga, Antonio Aurelio da Costa Ferreira e Luiz Filippe da Matta, e devo dizer lhe que apenas os oito primeiros poderiam, com justiça, assignar aquelle documento, porquanto assistiram á proclamação da Republica nos paços do concelho; os demais só mezes depois lá foram assignar e alguns mesmo assignaram em casa. Para que ligar, pois, tanto valor historico a um documento que, em verdade, o não tem?! Falta apenas esclarecer, ou, por outra, rectificar um ponto que não está de accordo com a verdade: Não foi o sr. Aureliano Duarte Junior que, de motu proprio, levou o auto á Camara, mas sim eu que tal ordenei, ao ter conhecimento do que se havia passado na ultima sessão camararia, como egualmente fui eu que lhe recommendei que trouxesse um recibo, como se tem feito para todos os depositantes. Eis a verdade dos factos. O auto estava onde a Camara havia auctorisado, e, quanto ao seu valor historico... é nulo.» (*)

Quanto ao Muzeu da Revolução, já encerrado, teve ainda a apprehensão de todos os objectos que continha, dando origem ao seguinte officio do revolucionario seu organisador: (**)

Cidadão Governador Civil de Lisboa — Diz Celestino Steffanina, solteiro, maior e vacinado, morador na Praça Luiz de Camões, 6, 3.°, Esq. que: Para angariar receitas para uma instituição de caridade já existente no tempo da monarchia, e que, talvez por isso mesmo tanto tem merecido as perseguições do cidadão e de outros tão historicos republicanos, offereceu á Direcção do Vintem Preventivo, organisar um Muzeu de Revolução — muzeu, cujo significado moral nem a todos é dado perceber — para, com o producto das entradas, ajudar á educação de creanças nos sãos principios da Democracia, o que tanta falta faz, até mesmo aos que já hoje são grandes, muito grandes. Consegui-

(*) *O Seculo* de 20 de Setembro de 1913.
(**) O *Rebate* de 4 de Novembro de 1913.

ram os então directores do Vintem, obter do ministro da justiça, dr. Affonso da Costa, o emprestimo da casa onde, com muitos trabalhos e dedicações se conseguiu organisar uma exposição de recordações historicas do movimento revolucionario que, é bom repetir, nem a todos é dado apreciar e comprehender, e com elle se obteve uma receita que deve ter orçado por dois mil escudos ou sejam dois contos de réis, como se dizia nos tempos que o cidadão ainda deve recordar. E' conveniente frisar, que todas as despezas que eu fiz com carros, moços, etc., etc., o foram de minha conta, que trabalhei e fiz trabalhar alguns amigos *por amore al arte*, que obtive gratuitamente algumas madeiras, carretagens, etc., etc., que em todas as estancias oficiaes encontrei a mais dedicada cooperação (era ainda em outubro de 1910 e ainda cheirava a esturro). Por falta de concorrencia e por já não dar o povo muito apreço ás recordações de um movimento que se está parecendo bastante com os dos carangueijos, resolveu a direcção do muzeu, fechal-o e fazer entrega dos objectos expostos aos seus respectivos donos. Não tem isso sido feito com a rapidez que era de esperar porque para isso não abundam os recursos para quem vive com pouca abastança, *lácuna* que não poude ainda preencher dada a fraternidade, democraticamente fallando, é claro, que tão felizmente irmana os felicissimos portuguezes. E', porém, certo, que esse serviço se ia fazendo pouco a pouco e sem que tivesse havido a mais pequena reclamação, *fundada*, mesmo biologicamente fallando. Ora, conspicuo cidadão governador civil, acabo de ser informado que por sua ordem, o administrador do 4.º bairro foi hoje, de surpreza, *aprehender* o Muzeu da Revolução!!! Depois das constitucionaes aprehensões do *Intransigente* e de outras da mesma força não me surprehendeu absolutamente nada esta insolita, inconsciente e pouco correcta maneira de proceder e por isso, curvando-me diante da prepotencia, e do arbitrio, peço licença, a mim mesmo, para lhe dizer que acho que *está certo* visto que, já o dizia Camões: *Cesse tudo o que a Musa antiga canta, Que outro valor mais alto se alevanta.*—Lisboa, 1 de novembro de 1913—Saude e Fraternidade, *C. Steffanina.*»

Destinou-se tudo para um denominado Museu Historico da cidade de Lisboa.

Se o auto da proclamação camararia, só meio anno depois estava findo, pelo prolongamento do periodo dictatorial revolucionario, a proclamação parlamentar só oito mezes decorridos foi effectuada.

A 19 de Junho de 1911, realisava-se a 1.ª sessão da Assembleia Nacional Constituinte.

Presidia Anselmo Braamcamp Freire, secretariado por José Miranda do Valle e Carlos Antonio Callixto.

Dava-se a assistencia dos delegados á Assembleia, Abel Accacio de Almeida Botelho, Abilio Baeta das Neves Barreto, Achilles Gonçalves Fernandes, Adriano Augusto Pimenta, Adriano Gomes Ferreira Pimenta, Adriano Mendes de Vasconcellos, Affonso Augusto da Costa, Affonso Ferreira, Affonso Henriques de Prado Castro e Lemos, Albano Coutinho, Alberto Carlos da Silveira, Alberto da Costa Souto, Alberto de Moura Pinto, Albino Pimenta de Aguiar, Alexandre Augusto de Barros, Alexandre Braga, Alexandre José Botelho de Vasconcellos e Sá, Alfredo Balduino de Seabra Junior, Alfredo Botelho de Souza, Alfredo Djalme Martins de Azevedo, Alfredo José Durão, Alfredo Maria Ladeira, Alvaro Poppe, Alvaro Xavier de Castro, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, Americo Olavo de Azevedo, Amilcar da Silva Ramada Curto, Angelo Vaz, Annibal de Souza Dias, Anselmo Augusto da Costa Xavier, Antão Fernandes de Carvalho, Antonio Affonso Garcia da Costa, Antonio Alberto Charula Pessanha, Antonio Amorim de Carvalho, Antonio Barroso Pereira Victorino, Antonio Brandão de Vasconcellos, Antonio Caetano Celorico Gil, Antonio Caetano Macieira Junior, Antonio Candido de Almeida Leitão, Antonio de Carvalho Mourão, Antonio Joaquim Ferreira da Fonseca, Antonio França Borges, Antonio José d'Almeida, Antonio José Lourinho, Antonio Ladislau Parreira, Antonio Ladislau Piçarra, Antonio Maria de Azevedo Machado Santos, Antonio Maria da Silva Barreto, Antonio Maria da Cunha Marques da Costa, Antonio Padua Correia, Antonio de Paiva Gomes, Antonio Pires de Carvalho, Antonio Pires Pereira Junior, Antonio Ribeiro

Seixas, Antonio dos Santos Pousada, Antonio da Silva e Cunha, Antonio Joaquim Souza Junior, Antonio Xavier Correia Barreto, Antonio Valente d'Almeida, Arthur Augusto da Costa, Arthur Augusto Duarte Luz de Almeida, Arthur Rovisco Garcia, Augusto Almeida Monjardino, Augusto José Vieira, Aureliano da Maia Fernandes, Balthazar de Almeida Teixeira, Bernardino Luiz Machado Guimarães, Bernardo Paes de Almeida, Carlos Amaro de Miranda e Silva, Carlos Henrique Maia Pinto, Carlos Maria Pereira, Carlos Olavo Correia de Azevedo, Carlos Richter, Casimiro Rodrigues de Sá, Celestino Germano Paes de Almeida, Christovam Moniz, Domingos Leite Pereira, Domingos Tasso de Figueiredo, Eduardo de Almeida, Eduardo Pinto de Queiroz Montenegro, Elysio de Castro, Emygdio Guilherme Garcia Mendes, Ernesto Carneiro Franco, Evaristo Ferreira de Carvalho, Ezequiel de Campos, Faustino da Fonseca, Fernando Bissaia Barreto, Fernando da Cunha Macedo, Fernão Botto Machado, Fortunato da Fonseca, Francisco Antonio Ochôa, Francisco Correia de Lemos, Francisco Cruz, Francisco José Pereira, Francisco Manuel Pereira Coelho, Francisco Luiz Tavares, Francisco de Salles Ramos da Costa, Francisco Teixeira de Queiroz, Francisco Xavier Esteves, Gastão Raphael Rodrigues, Gaudencio Pires de Campos, Germano Lopes Martins, Guilherme Neves Godinho, Henrique Cardoso, Henrique José Caldeira Queiroz, Henrique de Souza Monteiro, Ignacio Magalhães Basto, Innocencio Camacho Rodrigues, João Barreira, João Carlos Nunes da Palma, João Duarte de Menezes, João Fiel Stockler, João Gonçalves, João José de Freitas, João José Luiz Damas, João Luiz Ricardo, João Machado Ferreira Brandão, João Pereira Bastos, Joaquim Antonio de Mello Castro Ribeiro, Joaquim Brandão, Joaquim José Cerqueira da Rocha, Joaquim José de Oliveira, Joaquim José de Sousa Fernandes, Joaquim Pedro Martins, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Joaquim Theophilo Braga, Jorge Frederico Valdez Caroço, Jorge de Vasconcellos Nunes, José Affonso Rolla, José Alfredo Mendes de Magalhães, José Antonio Arantes Pedroso Junior, José Barbosa, José Barros Mendes de Abreu, José Bernardo Lopes da Silva, José Bessa de Carvalho, José Botelho de Carvalho Araujo,

José Carlos da Maia, José de Castro, José Cordeiro Junior, José Cupertino Ribeiro Junior, José Dias da Silva, José Estevam de Vasconcellos, José Forbes Bessa, José Francisco Coelho, José Jacintho Nunes, José Luiz dos Santos Moita, José Machado de Sousa, José Maria Cardoso, José Maria de Moura Barata Feio Terenas, José Maria de Padua, José Maria Pereira, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, José Mendes Cabeçadas Junior, José Montez, José Nunes da Matta, José Perdigão, José Pereira da Costa Basto, José Relvas, José da Silva Ramos, José Thomaz da Fonseca, José Tristão Paes de Figueiredo, José do Valle Mattos Cid, Julio do Patrocinio Martins, Leão Magno Azedo, Luiz Augusto Pinto Mesquita Carvalho, Luiz Innocencio Ramos Pereira, Luiz Maria Rosette, Manuel Alegre, Mauuel de Arriaga, Manuel Bravo, Manuel de Brito Camacho, Manuel Goulart de Medeiros, Manuel José Fernandes Costa, Manuel José de Oliveira, Manuel Martins Cardoso, Manuel Rodrigues de Silva, Manuel de Sousa da Camara, Mariano Martins, Miguel Augusto Alves Ferreira, Narciso Alves da Cunha, Pedro do Amaral Botto Machado, Pedro Januario do Valle Sá Pereira, Pedro Moraes Rosa, Philemon da Silveira Duarte de Almeida, Porphirio Coelho Castro da Fonseca Magalhães, Ramiro Guedes, Ricardo Paes Gomes, Rodrigo Fernandes Fontinha, Sebastião de Magalhães Lima, Sebastião Peres Rodrigues, Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Severiano João da Silva, Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes, Thiago Moreira Salles, Tito Augusto de Moraes, Thomé José de Barros Queiroz, Victor José de Deus Macedo Pinto, Victorino Guimarães e Victorino Henriques Godinho.

Foram estes os proclamadores da Republica na historica sessão de 19 de Junho.

Perante elles e com a sua sanção unanime, se fez leitura do decreto que abolindo a realeza, confirmava a sua substituição pelo regimen democratico:

Republica Portuguêsa — Decreto da Assembleia Nacional Constituinte

«A Assembleia Nacional Constituinte, confirmando o acto de emancipação realizado pelo povo e pelas forças militares de

terra e mar, e reunida para definir e exercer a consciente soberania, tendo em vista manter a integridade de Portugal, consolidar a paz e a confiança na justiça, e o bem estar e progresso do Povo Portuguez — proclama e decreta: 1.º Fica para sempre abolida a monarchia e banida a dynastia de Bragança. 2.º A forma de Governo de Portugal á a de Republica Democratica. 3.º São declarados benemeritos da Patria todos aquelles que para depôr a monarchia heroicamente combateram até conquistar a victoria, consagrando-se para todo o sempre, com piedoso reconhecimento, a memoria dos que morreram na mesma gloriosa empresa.»

Approvado, por entre vivas á Republica, era esta proclamada da varanda do Parlamento ás 12 horas e 36 minutos da tarde.

As tropas desfilaram em continencia por defronte dos membros da Assembleia Constituinte, emquanto o povo nas ruas acclamava victoriosamenre o regimen nascido da revolução de 5 de Outubro de 1910.

Do acto e por proposta do deputado Arthur Costa, (sessão de 22 de Junho de 1911) se lavrou auto, em duplicado, para os archivos da Torre do Tombo, Camara dos Deputados e Camara Municipal de Lisboa.

Como sucedeu com o documento lavrado nos Paços do Concelho, tarde se effectivou essa deliberação e d'ahi, a impossibilidade de n'elle se firmar algumas assignaturas, como a do dr. Eduardo de Abreu, fallecido antes de se concluir o documento historico assignalador da proclamação feita em 1910.

Esta, veio confirmar as varias prophecias realisadas pelos politicos e pelas videntes.

Representavam as ultimas, a cultora de sciencias occultas, madame *Brouillard*, a portugueza Virginia Rosa Teixeira, de appelido Brouillard, pelo seu casamento com um francez d'esse nome, e a franceza, madame de Thebes, dizendo esta no seu antever de factos do anno de 1909:

«Algumas corôas cahirão, não sendo, a maior de todas a que fará mais ruido ao cahir, nem a sua queda será a que mais consequencias traga para a paz do mundo.»

Appareceu ainda citada a previsão proclamadora, em 1882, n'uma sessão espirita, cuja acta assim concebida, fazia parte de documentos encontrados no convento do Quelhas:

«Sessão de magnetismo em 11 de Fevereiro de 1882. Presidencia do Ex.^{mo} Sr. D. Antonio Pessanha, achando se presentes os seguintes cavalheiros: srs. Pinto Moutinho, Antonio Joaquim Simões d'Almeida, Jeronymo Mourão. A's nove horas e vinte minutos da noite passavam estes quatro ultimos cavalheiros a magnetisar a meza, a qual ficou prompta ás nove horas e vinte e tres minutos; foi invocado em seguida o espirito de El-Rei Don Sebastião de Portugal. Interrogado para dizer a razão porque fez a guerra aos mouros, deu a seguinte resposta: «Galavos». Perguntado sobre este *idioma* disse — Arabe. — Não podendo responder mais nada sobre este assumpto, foi interrogado sobre outros pontos, dando as seguintes respostas: Foi *prisioneiro* por Philippe da Hespanha com o fim da «Iberia;» morreu em Sevilha no anno de 1581, de morte natural; e disse mais, por lhe ser perguntado, que não pode haver união entre Portugal e Hespanha. Que a monarchia portugueza durará 21 annos, sendo o reinado de D. Luiz I seis annos, findos os quaes abdicará para D. Carlos; findo este tempo será a Republica Portugueza implantada pelas armas, sendo o seu presidente o dr. Manuel de Arriaga, advogado, tendo a nação prosperidades com o governo republicano.»

Em relação aos prasos, todos em erro, melhores prophetas foram os politicos, e assim o dr. Bernardino Machado, affirmando a Jules Hedeman em 1907, a proclamação da Republica para d'ahi a tres annos.

Cumprira-se essa fé e talvez mais pelo voto energico e impulsivo, d'esse revolucionario plebeu, o caldeireiro Antonio de Oliveira que, ao cahir ferido pelas balas da guarda municipal, junto ás grades da egreja de S. Domingos, pelo 5 de abril de 1908, já no estertor, traçava, com o proprio sangue, uma cruz e um barrete *phrigio*.

Apontava o fim da monarchia e o advento da Republica, no dia 5, como a 5 elle expirára, com 22 annos, pela causa de que era victima.

Preadivinhou-a ainda a Santa Casa da Misericordia de Lisboa que alterando, a cada loteria, as côres dos respectivos bilhetes, destinou tempo antes, para a que devia andar a 5 de outubro, as côres verde e encarnada.

Era a intima percepção d'uma victoria das côres que a Republica symbolisava.

A proclamação, todavia, registaram-na coincidencias fatidicas: á hora em que ella se effectuava, o relogio da Basilica da Estrella, deu quatro badaladas e não mais andou, e o da egreja de S. Roque, desde esse momento, seguia-lhe o exemplo de abstinencia trabalhadora...

VII

A posse do quartel do Carmo — A attitude da municipal — O coronel Malaquias de Lemos — Os incidentes com a 4.ª companhia da guarda — Formação da guarda nacional republicana.

Restava, para a submissão, o quartel do Carmo.

A' camara municipal fôra levado o aviso de que o coronel Malaquias de Lemos, desejava a presença de um representante do Directorio para o arvorar da bandeira republicana.

De trem para ali se dirigiu o revolucionario Innocencio Camacho.

A séde da guarda municipal estava já conformada com a situação.

A populaça accumulada no Rocio, procurára convencer os municipaes, agitando as bandeiras e os lenços.

Uma praça correspondeu, da varanda e a multidão solemnisou o gesto com applauso prolongado.

Percebera-o todavia o coronel Malaquias de Lemos e intimava o soldado a guardar o lenço.

Adivinhou-se da Praça de D. Pedro, a scena alem passada e uma descarga foi feita contra o Carmo.

O commandante já avistara a bandeira branca tremulando no quartel general.

De facto, n'essa altura a resistencia nada significaria, demais com o espectaculo, frisante, da outra soldadesca trocando amplexos com os civis enthusiasmados.

Ficou, com o aspirante de lanceiros, Torres, assistindo impassivel á fusilaria.

Despertando o da surpreza e insinuando o que urgia fazer, uma voz apontou a aggressão como resultante de não ter apparecido indicio algum da submissão da municipal.

Malaquias de Lemos, pedia então uma toalha ou um lençol.

Suscitou-se a ideia de apresentar uma coberta de cama, proposta regeitada pelo coronel sob fundamento de que, sendo encarnada, representaria um emblema democratico, indo alem da attitude do commando superior.

A' multidão se apresentou assim, seguro n'uma vara comprida, um lençol arrancado ao leito de um sargento.

O fogo cessava então, sendo substituido pelas palmas e vivas da peonagem que febril aguardava as deliberações do quartel da municipal.

Em espectativa se passaram alguns minutos.

Interrompeu-a novo tiroteio.

Já não era ataque, mas contentamento.

A bandeira verde-rubra ostentava-se já no edificio do largo de S. Domingos.

O lance attingia o fim culminante. A democracia ganhára a partida. Malaquias de Lemos decidia obstar ao recomeço de hostilidades, e fez substituir a improvisada bandeira de paz por um guião vermelho.

Apresentavam se n'essa altura trez delegados do Centro Republicano Rodrigues Nogueira, o merceeiro José da Costa,

o photographo Julio Novaes e o fabricante de saccos de papel Julio Machado, que entregando ao commandante da municipal o estandarte da associação, lhe sollicitaram a collocação na varanda do lado do Rocio.

A essa ceremonia procedia o official, emquanto da parte do largo do Carmo, a multidão que acompanhava os trez representantes do Centro, exigia a collocação ali de outro estandarte.

A populaça ameaçava invadir o edificio, frenetica, pelo que Malaquias de Lemos, determinava o encerramento das portas.

O facto levantaria mais attrictos, se na falta de bandeira, o merceeiro José da Costa, não satisfaz o pedido, utilizando-se do lençol com que se evidenciara a dispensa de combate, e onde traçava com tinta, as palavras *Viva a Republica!*

Entretanto, fazia-se solemnemente annunciar, como emissario do Directorio Republicano, o lente da Escola Polytechnica, Innocencio Camacho.

Recebido pelo coronel Malaquias de Lemos, notificava lhe a proclamação da republica e convidava-o a deixar o cargo.

O official, exigia explicações sobre a situação do commando da divisão, e se o Directorio se responsabilisava pela vida da familia real.

O delegado revolucionario, respondeu que o general Antonio Carvalhal substituira já o general Gorjão e quanto ao rei e as rainhas D. Amelia e D. Maria Pia, teve a phrase ao mesmo tempo energica e secca:

— Bem pode crer que n'este momento o nosso maior empenho é guardar religiosamente essas pessoas.

Consummado o acto, e comprehendido que tudo findo estava, o commandante das guardas municipaes, declarou-se prompto a entregar o cargo, perguntando o que devia fazer.

Dado foi o substituto como á porta do edificio.

Era certo.

Innocencio Camacho encontra junto á camara municipal, o general Encarnação Ribeiro, e convidou o a assumir o logar que ia ser retirado a Malaquias de Lemos.

A surpreza do militar, aliás envolvido na sedição, deu a nota suggestiva na pergunta:

— Mas quem é que me nomeia?

— O Directorio do Partido Republicano.

Acatava a deliberação, acompanhando ao Carmo o delegado directorial.

Convidado a subir, entrava no quartel, onde no gabinete do coronel da municipal, recebia a investidura no commando pela apresentação feita a todos os officiaes.

Seguiu-se, e ainda por mando do demittido chefe da guarda, a publicação de uma ordem onde se participava a entrega do commando ao general de brigada Ernesto da Encarnação Ribeiro, um dos organisadores do plano revolucionario.

Commandara, como tenente-coronel, o batalhão de caçadores 2. Cabendo-lhe o ascender ao posto immediato, confiada lhe foi a chefia de infantaria 10, com séde em Bragança. Mais affeiçoado aos regimentos de Lisboa, trabalhou para regressar á capital.

A' não satisfação do desejo, por obstaculos que se deram até como tendo origem em suspeitas, certas, de professar o ideal republicano, requereu a passagem á reserva.

A sedição, achando-o como cooperador, trouxe-lhe ao ganho lance, a prebenda alta, depois confirmada no seguinte decreto publicado no «Diario do Governo» de 13 de outubro:

«Hei por bem nomear commandante geral da guarda republicana, creada por decreto d'esta data, para velar provisoriamente pela segurança e liberdades publicas, nas cidades de Lisboa e Porto, o general de brigada do quadro de reserva, Ernesto da Encarnação Ribeiro.»

O povo, entretanto, affluindo de victoriar, na Praça do Municipio, o governo provisorio, vinha junto do quartel exigir fosse arvorada a bandeira republicana do lado do largo do Carmo.

Innocencio Camacho, assomando á varanda, esclarecia, entre acclamações, que a bandeira do Directorio se encontrava na janella da parte do Rocio, e que já abandonára o cargo o coronel Malaquias de Lemos.

Isso não obstou a que vistos fossem de fóra, os retratos da familia real, collocados na sala dos officiaes.

A populaça referveu em injurias e doestos.

O coronel, fazia-os d'ali retirar, emquanto o delegado do Directorio aconselhava calma e o general Ribeiro, fazia desterrar as portas para que o povo visse bem que o quartel do Carmo perdera todo o temerario aspecto de um entrave á vencedora causa.

As proprias armas começaram a ser enfeixadas, para remoção, o que se effectuou no dia seguinte, dando entrada nos depositos de marinha, transportadas em 5 carroças escoltadas por praças da armada, sob o commando do medico naval Vasconcellos e Sá.

De instante apparecia no Carmo, o commissario naval Machado Santos.

Deparava-se-lhe a obra consummada, ouvindo apenas da bocca de Malaquias de Lemos, o descrever da situação.

Reuniram-se lhe, n'esse momento, o velho republicano José Maria de Moura Barata Feio Terenas e o dr. Eusebio Leão, portadores da bandeira grande do Directorio.

O segundo, apresentava-a ao commandante para que a fizesse arvorar, ficando pertença da futura guarda republicana.

Tendo procedido já a acto identico, escusou-se, allegando que devia ser dada ao seu successor.

O dr. Eusebio Leão, insistia e Malaquias de Lemos, querendo terminar um incidente que ameaçava prolongar-se, pretendeu passal-a ao tenente-coronel, que disse:

— Está em boas mãos.

Entregava-a então ao tenente Pessoa, seu portador até á varanda, onde o destituido chefe das guardas, recebendo-a de novo, a confiava a dois soldados que por ella substituiram o guião.

Malaquias de Lemos, ajudava a a collocar com a assistencia da officialidade e dos delegados da revolução.

Disse-se que, n'essa altura, beijara a bandeira.

Não teve base a affirmativa e desmentia-a (*) o dr. Eusebio Leão:

(*) O *Seculo* de 28 de Outubro de 1910.

«Pouco tempo depois vieram dizer-me que Malaquias de Lemos estava á espera de alguem do Directorio para se arvorar a bandeira republicana no quartel do Carmo. Dirigi-me para lá com Feio Terenas e, no caminho já, mandei buscar a bandeira do Directorio. Quando cheguei já lá encontrei Innocencio Camacho. Peguei então na bandeira, convidando Malaquias de Lemos a arvoral-a. Elle, porém, pediu licença para a passar ao seu ajudante, dizendo que ficaria em muito boas mãos.

—«E, n'essa occasião, elle não beijou a bandeira republicana, conforme correu?

—«Não senhor, isso é falso. Passou-se só isto que lhe acabo de dizer. Em seguida dirigimo-nos todos para a varanda do quartel, e ahi, como fosse muito difficil o collocar a bandeira, o mesmo Malaquias de Lemos ajudou a fazel-o.»

O facto teve identica reproducção no estrangeiro:

«Luego vá (José Barbosa) al cuartel del Carmo, donde se halla el jefe de la Guardia Municipal, Malaquias de Lemos, y le exige su palabra de honra de que aquella fuerza no hará armas contra los republicanos. Sobre hacerlo, Malaquias de Lemos iza por su propia mano la bandera rojo y verde.»

Entregue o quartel, o coronel Malaquias abandonava Lisboa, pela tarde, seguindo para a villa de Cascaes.

Sobre a attitude de Malaquias de Lemos, se bordaram commentarios, levados ao ponto de se dar o commandante das guardas municipaes, como entendido com os republicanos, oppondo á sua acção um retrahimento, por parte da guarda, que aliás, se illibou, quasi em absoluto, das arguições feitas ao seu chefe supremo.

Demais, os proprios democratas, insinuaram os especiaes cuidados havidos durante as detenções pela janeirada, vindo até João Chagas frisar que «tinha bem presente ao espirito a intranquillidade do sr. Malaquias de Lemos quando antes do 28 de Janeiro o trouxe encerrado no quartel dos Paulistas.»

A orientação do official não divergiu porém da annunciada por tantos outros, e se não foi uma entrega, verdadeira, aos revoltosos, constituiu uma submissão ás circumstancias.

Echos d'esse assumido aspecto foram longe levados e a *Correspondencia de España*, (outubro de 1910), reproduziu até

as seguintes declarações attribuidas ao marquez de Lavradio:

Fui eu que participei aos reis a traição do coronel-commandante da guarda municipal, que, não só jurou obediencia á Republica, mas chegou a beijar a bandeira republicana. Estas e outras defecções dos que tinham como fieis, produziram no monarcha taes surprezas e dôr que, ao conhecerem-nas, não poderam conter as lagrimas.»

Fôra veridico o acto de informação e relatou-se (*) até a scêna:

«Em Gibraltar começaram a receber-se as primeiras noticias de Portugal e as noticias dos primeiros adherentes, e, então El-Rei recordava textualmente:

—«Nem este se salvou! E este tambem!... Ainda outro dia esteve commigo no Paço, a conversar, muito bem, muito leal!...»

«Como lêssem a noticia que não sabemos se está confirmada, de que o sr. coronel Malaquias de Lemos, commandante das guardas municipaes hasteára por suas mãos a bandeira republicana, El-Rei exclamou:

—«Até o Malaquias? Quem havia de dizer que aquelle homem se portava assim!...

«E alguem então recordou:

—«Quando em meados de janeiro de 1908, vinhamos com El-Rei D. Carlos de Villa Viçosa, chegámos pelas 5 horas da manhã á estação do Barreiro. O Senhor D. Carlos ficou algum tempo ainda a dormir. E o coronel Malaquias, que acompanhava o augusto Pae de Vossa Magestade, lamentou-se: «Ora esta! andar a gente n'estes assados por causa do João Franco!...»

O tenente Estevam Wanzeller, historiando (**) os successos do quartel do Carmo, não hesitou em salientar uma transigencia de Malaquias de Lemos, apontando-o mesmo como a fazer signaes com o lenço afim de que findasse o tiroteio pelos rebeldes do Rocio.

Assignalava-lhe até o pedido incessante de um clarim para

(*) *Diario dos Vencidos*, por Joaquim Leitão, pagina 315.
(**) Idem, pagina 204.

dar o toque de cessar fogo, na avidez de que vissem não haver ali resistencia.

O coronel, embora com o expressar de vontade de reforma, formulava no quartel general a 7 de outubro o juramento de adherencia; vindo a 14, o decreto que o exonerava do commando das guardas.

Presente á junta, que na primeira reunião o deu por apto, vendo latente a malquerença com base nos successos do quartel do Carmo, obtinha a passagem á reserva, por despacho que a Ordem do Exercito publicou a 27 de outubro, seguindo-se-lhe a reforma em general de divisão.

Desterrando-se, voluntariamente, para Castello Branco, onde nascera a 19 de novembro de 1848, como se mantivesse a animosidade a seu respeito, exilava-se, em junho de 1911, mercê não só da apreciação á attitude no 5 de outubro, mas de conselhos de amigos que lhe percebiam o soffrimento moral.

Perfeita sombra do que fôra, tornou-se irreconhecivel para os portuguezes que por elle passavam na cidade de Madrid, onde vinha a fallecer a 9 de Fevereiro de 1912, sob a preoccupação constante das arguições que lhe foram feitas e dadas como a causa da sua morte, embora a medicina, pelo seu medico assistente, dr. Siersa, madrileno, classificasse a doença de tumor maligno no estomago, com complicações de anemia perniciosa.

Era filho do fallecido general Malaquias de Lemos, governador da praça de Elvas, e commandante de cavallaria 8 e da 1.ª e 3.ª divisões militares. Alumno do Collegio Militar, sahia alferes para cavallaria 8 em 14 de janeiro de 1869 sendo promovido a tenente-ajudante em 18 de agosto de 1875, a capitão em 20 de dezembro de 1883; a major em 3 de abril de 1893, a tenente-coronel em 28 de fevereiro de 1895, e a coronel em 29 de dezembro de 1898. Em 1884 era chefe da primeira secção da inspecção geral de cavallaria; em 1886 foi nomeado para servir na guarda fiscal; em 1887 ajudante de campo do commandante interino da terceira divisão militar, e do general inspector geral da arma de cavallaria; em 1888 ajudante honorario do infante D. Affonso; em 1890 official ás ordens de el-rei D. Carlos. Em 1885 teve a nomeação de chefe da segunda

repartição da direcção geral da secretaria da guerra; em 1897 a de chefe do estado maior do commando geral de cavallaria, passando depois a chefe da primeira repartição da direcção geral da secretaria de estado dos negocios da guerra. Em 1885 fôra nomeado para coadjuvar o general encarregado de inspeccionar o regimento de caçadores 10; em 1890 serviu como adido á repartição do gabinete do ministerio da guerra empregado na elaboração de regulamentos especiaes; nomeado membro do jury de exames de capitães de cavallaria candidatos ao posto de major, em 1899. Fôra ajudante de cavallaria 8, quando o pae era commandante d'aquelle regimento, sendo em 1902 nomeado commandante das guardas municipaes. Era commendador e cavalleiro da ordem de S Bento de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, gran-cruz da ordem de merito militar de Hespanha, e cavalleiro da Aguia Vermelha da Prussia.

A despeito de insistentes pedidos de amigos para que erguesse a luva perpectuamente arremessada ao seu caminho, não o quiz fazer, em vida.

Guardou, todavia, um documento, as suas memorias, encerradas em outubro de 1911, e apparecidas por sua ordem, como revelação posthuma dos acontecimentos em que tivera interferencia.

Intitulavam-se «General Malaquias de Lemos. A sua acção durante a revolução de outubro de 1910» e dividiam-se em trez capitulos: «Aclarações previas», «Antecedentes da Revolução» e «O que se diz contra mim».

Malaquias de Lemos, que pedira aos intimos, a maxima publicidade, (*) «pois desejava que a todo o tempo se soubesse que não era um cobarde nem um traidor,» fallava assim no introito, *Aclarações previas:*

«Após os successos de 4 e 5 de outubro de 1910, procurei refugiar-me n'um retiro em que me encontrasse a sós com a minha mágua e aonde não chegassem os echos das paixões tumultuosamente desenfreadas em taes momentos de agitação.

(*) Começou a publicação no *Diario de Noticias* de 25 de Fevereiro de 1912, terminando em 4 do mez seguinte.

«Efectivamente, com o espirito abatido pelo desgosto maior que poderia ferir-me, ao cabo da minha carreira militar de 44 annos, sem mácula, sem esquecimento do dever, sem desfalecimento sequer, e ainda com a saude do corpo gravemente abalada, após tantos e tão rudes golpes e emoções, o que mais necessitava eu era repouso e quietude. Mas estes desgostos e males fisicos vieram agravar-se com algumas noticias, embora vagas, de que contra mim se faziam severissimos e injuriosos juizos, não faltando quem chegasse a falar da minha traição.

«E' facil retalhar honra de um homem, atribuindo-lhe caluniosamente erros que não cometeu ou desvirtuando o que dignamente praticou. A leviandade e o vulgo faz o resto. Durante longos mezes de doença moral e fisica de que estou longe de encontrar-me restabelecido, estive absolutamente impossibilitado de coordenar factos e reunir ideias para explicar o meu procedimento, antes do movimento revolucionario e durante ele. Correram entretanto os can-cans, forjaram-se a meu respeito as mais odiosas lendas e creou-se um estado de opinião que me é hostil, só porque a verdade foi falseada. Não duvido de que a Historia a todos fará justiça em seu dia repondo as coisas nos seus devidos logares; mas a justiça historica é lenta e eu necessito esclarecer factos que andam deturpados, para satisfazer a pessoas que me teem pedido informações sobre o assunto e elucidar outras que eu entendo deverem conhecer taes factos. A esse esclarecimento venho sem subtilezas, sem subterfugios, falar a linguagem da verdade, com a lealdade do soldado consciente de haver sabido honrar a sua farda e cumprir até ao fim o dever. E' a primeira vez que na minha longa carreira militar, recorro a este meio para justificar os meus actos, de que nunca dei conta senão aos meus legitimos superiores. E será tambem a ultima, pois que essa carreira está finda. Dos factos que vou expor, com tanta lucidez quanta é possivel no estado precario da minha saude, existem numerosos testemunhos. Em muitos pontos terei que ser, talvez, um pouco prolixo, mas a minucia é necessaria, porque ha pormenores que derramam luz sobre os acontecimentos. A exposição que vou fazer é, pois, rigorosamente exacta. Unicamente, quando em absoluto não as

omito, não me detenho em referencias que poderiam ter o aspecto de acusações, porque não é meu fim acusar ninguem, mas tão sómente referir a verdade sucinta sobre o meu comportamento, durante aquelas horas de infinita tristeza. Nada mais.»

A derradeira parte, era o contra-choque das accusações que lhe foram feitas:

«Entre as terriveis accusações que se me fazem, por malevolencia de uns e ignorancia de outros, figura em primeiro logar a de que fui um traidor, que me vendi. Nada menos! Esta odiosa acusação, tão perfida como iniqua, é vaga e não se apoia no mais pequeno facto concreto ou em um indicio, sequer. Não importa. A calunia dispensa todas as provas quando se empenha em ferir alguem. Ao meu passado sem mancha, á minha consciencia honrada repugna responder a estas infames imputações. Por isso só acrescentarei ao relato fiel dos acontecimentos, que acaba de ler-se, a afirmação solemne, sob minha palavra de honra, que da Republica apenas tenho recebido aquilo a que a minha posição official me dá direito. Que se apresente a pessoa que possa desmentir-me n'este ponto ou em qualquer outro da minha exposição. Pelo contrario, notarei que fui tratado sem as atenções que para com outras autoridades houve, depois de proclamada a Republica. Não seria, ainda decorrida uma hora desde que se consumou este facto, quando me foi imposta a entrega do comando das guardas, emquanto que ao sr. comandante da divisão foi oferecido continuar no comando da mesma, o que rejeitou, e ao sr. comandante da policia foi pedida, ao que me consta, a continuação no seu posto por dois ou tres dias mais. E basta. Sobre tão desagradavel assunto, nem uma palavra mais.

«Respondamos, agora, a outras accusações. Em uma entrevista d'um redactor de «O Seculo» com o sr. Teixeira de Sousa, li a seguinte declaração de sua ex.ª.

—«... N'esta altura (durante o armisticio) já se tinham rendido o quartel do Carmo e quasi todos os corpos da guarnição»

«Sinto ter que o dizer, mas a verdade que pode ser teste-

munhada por muita gente, é a que vae descrita no relato anterior. A guarda municipal declarou suspensas as hostilidades na manhã do dia 5, arvorando a bandeira branca, 25 a 30 minutos depois de esta fluctuar no quartel general, e sómente, depois de ter sido n'este edificio collocada a bandeira republicana é que no quartel do Carmo foi içada a primeira bandeira de côr encarnada. E não foi menos de meia hora depois que ao sr. Innocencio Camacho declarei a minha rendição pelo facto de estar disposto a entregar o comando das guardas. Outra das caluniosas invenções com que se pretende ferir-me é a de que, beijei a bandeira republicana, fazendo juramento de obediencia á Republica. Com a mesma vehemencia repilo esta falsidade. O que a este respeito se passou é exactamente o que vae relatado anteriormente na parte em que trato da minha entrevista com o sr. Eusebio Leão e dos factos posteriores á minha apresentação no quartel general dois dias depois de proclamada a Republica, procedendo então como vi proceder e fui informado que procederam tantos outros officiaes. Apello para testemunho de todos homens de bem que presencearam estes factos, para que declarem se ha a menor inexactidão no modo por que os exponho. A primeira e unica bandeira republicana que tive nas minhas mãos foi a que me apresentou o sr. Eusebio Leão.

«Tambem se diz que eu nunca devia ter obedecido ás ordens superiores, das quais resultou a disseminação da guarda. E' desconhecer elementarmente as coisas militares e não sei se este ponto deva ser discutido. Eu declaro que nunca a desobediencia me passou pela mente. Toda a educação militar que recebi, nas escolas de meus superiores e mestres e no exemplo e no conselho, de meu saudoso pae, me ensinou sempre a stricta observancia da disciplina, base fundamental do exercito. Se, como do relato se pode conhecer, eu na madrugada de 5 de outubro pensei proceder de motu proprio, bom é que se tenham em conta as circumstancias anormalissimas que então se davam, de desanimo e confusão, para que o meu procedimento se explique e justifique. Mas, alem da elementar consideração de disciplina ha a ponderar que qualquer movimento de tropas das

guardas, sem combinação, era arriscado para as mesmas tropas. Eu desconhecia a situação das forças da guarnição e dos seus campos de tiro, onde muito bem podia acontecer que as minhas tropas se fossem encontrar. Alem d'isso, desconhecedor, como era, dos planos do quartel general, como poderia eu atrever-me a dispôr a meu bel-prazer das forças das guardas municipaes, acarretando sobre mim a responsabilidade tremenda de ir contrariar esses planos e, consequentemente comprometer os seus resultados? Houve, finalmente, quem me criticasse e crivasse de ironias pela minha permanencia no quartel do Carmo durante todo o periodo revolucionario. A estas insinuações maliciosas teria respondido tudo, dizendo o que fica exposto sobre o assumpto no meu relato: que o sr. general comandante da divisão, no inicio do movimento, determinou que eu me conservasse no quartel aguardando ordens. Qual poderia, realmente, ser o meu logar, depois da disseminação das forças que me foi ordenada? E' evidente que no quartel é que poderia prestar melhores serviços por ter á minha disposição cinco linhas telephonicas, que os revolucionarios não poderam cortar e das quaes apenas algumas se deterioraram, no decorrer do movimento, por projecteis que as feriram. Mas note-se bem que o quartel do Carmo, por estes criticos julgado um refugio seguro, foi um alvo quasi permanente da artilharia da Rotunda. Ao principio, distinctamente se ouviam os projecteis passar por sobre os telhados. Na tarde do dia 4, o quartel foi batido por granadas. Na noite de 4 para 5 e até ao armisticio, as granadas não cessaram de rebentar com intervallos maiores ou menores, sobre o mesmo quartel. Certo é, pois, que não se estava ali menos exposto que em qualquer outro local, e acrescente-se, ainda não poder haver duvidas sobre as intenções, por parte dos revolucionarios, de assaltar o quartel e ali reproduzir, talvez, as scenas do da Estrella. Pergunto: quem seria n'este caso o primeiro alvejado? Notarei que nas ruas não foram mortos, ou sequer feridos, que me conste, quaesquer oficiaes. Entretanto, gravemente feridos foram alguns de marinha que se encontravam a bordo, nos seus postos, e mortos foram dentro do seu quartel, o coronel Celestino, do 16 de infantaria, e um capitão do seu

regimento. Não sei que mais outras accusações me serão feitas, mas sejam quaes forem, poderia responder, como respondido fica aquellas de que tenho conhecimento e com a firmeza e serenidade de quem tem a consciencia tranquilla. Tenho a segurança de haver cumprido com lealdade e sem tibiezas o meu dever, como podem testemunha-lo os officiaes que junto de mim se conservaram durante o movimento revolucionario.»

Malaquias de Lemos, foi disciplinado, como poderia não o ter sido.

Cumprindo, integralmente a ordem do commando da divisão, sempre indecisa ou tardia ou mal cumprida, e até fugindo a ella, como á que lhe determinou a comparencia no conselho de officiaes onde a sua voz echoaria na opposição a entregas, restringiu-se, ao amoldar das circumstancias que tudo impulsionaram.

Paiva Couceiro, foi, tambem, um disciplinado.

Quando o não quiz ser, quando, descerrando os olhos á luz viva da realidade procurou reagir, apresentando-se rebelde á disciplina que tudo deixára envolver pela rebeldia, era tarde: estava cahida a monarchia e ia longe o rei.

O commandante das guardas municipaes, não soube eximir-se á tormenta subvertedora, embora em parte a apercebesse, discutindo determinações inuteis, como a que fez marchar para o paço das Necessidades, deserto, mais forças do seu commando.

Não foi um culpado pela impericia ou excessiva confiança nas ordens do alto vindas: foi uma presa indefeza do destino irrevogavel, entravando ou affastando as boas intenções quando ellas não servem aos seus dictames supremos.

Por si, a guarda municipal foi sempre e até ao fim, salvo excepções, o mais forte embaraço da revolução.

Sacrificando tudo, até a vida, ella se constituiu em deffensora intemerata do regimen, indo aos recursos extremos.

De longe vinha esse appoio e d'ahi uma aureola de confiança a guiar-lhe os passos por parte da realeza e uma atmosphera de odio a envolver-lhe a existencia, por parte do povo republicano.

Aos trabalhos da revolta se lhes dedicaram especiaes atten-

ções, mallogradas pelo desanimo dos rebeldes logo ás primeiras horas da revolta.

A acção da municipal, todavia, não teve o efficaz effeito, pelo desmembramento das suas forças, decretado em face da ordem secreta destinada a executar em periodo sedicioso.

E' certo comtudo, que, em parte, se amoldou a guarda a situação nascida do armisticio e até á anterior a elle.

«O presidente conselho, Antonio Teixeira de Sousa, formulou até no seu livro, a paginas 320, a accusação succinta:

«Quando referir as baixas que houve nas diversas forças se verá que na infantaria da guarda, em que havia 874 homens, houve 1 morto e 1 ferido da 1.ª companhia. Nas restantes não houve nem uma unica baixa. Passava por ser a força mais fiel e dedicada á Monarchia.»

Houve, de facto, entre as dedicações, abstenções.

A companhia aquartellada em Santa Barbara, percorrendo as ruas sob o commando do tenente Antonio Cortez, recebeu d'este a ordem para não fazer fogo, salvo em caso de ataque. E assim cumprido foi, terminando a acção com o apresentar na Rotunda, ao tenente Mauro do Carmo.

Mereceu isso até ao official, o seguinte elogio republicano: (*)

«Assim andou esta companhia da guarda municipal, durante a noite e o dia todo de 4, n'uma roda viva, recebendo ordens e contra ordens, não parando um momento, e não disparando, ás ordens dos oficiais que a comandavam, um unico tiro. Como acima dissemos, o tenente Cortez, que não é liberal de agora, mas espirito ha muito votado ás ideias democraticas, como o tem demonstrado no auxilio dedicado á obra da Escola 31 de Janeiro, tomou, de acôrdo com os outros oficiaes, a resolução de se não disparar um unico tiro, salvo no caso de legitima defeza. E assim se fez. A odysseia pacifica e monarchicamente inutil d'esta companhia só terminou no dia 5, ás 10 horas da manhã, já depois de na Camara Municipal se ter proclamado a Republica. Foi quando recolheu ao quartel de Santa Barbara, de onde havia saido á 1 hora da madrugada de 4.

(*) O *Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

A nova da proclamação da Republica foi levada para Alcantara, ao quartel de marinheiros, por um dos esquadrões da municipal.

A' ordem do coronel Malaquias de Lemos, para que cessassem hostilidades, submettiam-se desde logo, os quarteis dos Paulistas e Loyos, arvorando bandeira branca.

Na propria séde do commando, houve incidentes que mais tarde a publico surgiram, a proposito da mallograda tentativa monarchica de 21 de outubro de 1913: (*)

«Entre os individuos agora presos figuram, como é sabido, o tenente-coronel da administração militar, Miguel Cayola, já reformado e seu filho o tenente Thomaz Cayola. Estes dois officiaes pertenciam no 5 de outubro á guarda municipal, exercendo o primeiro funcções administrativas e de secretaria e sendo o segundo, ajudante do coronel Malaquias de Lemos, commandante da mesma guarda. E' do dominio publico a maneira como a guarda procedeu na revolução, limitando-se a uma defensiva que a levou á mais completa derrota. Mas o que não é conhecido é este episodio que, por ser opportuno, convem recordar: Quando as granadas da Rotunda principiaram a cahir no Carmo, a confusão que ali se estabeleceu foi enorme. Mas de toda a gente, praças e officiaes, quem mais aterrado se mostrou foram os dois Cayolas, pae e filho, que aos primeiros estampidos correram a refugiar-se n'uma arrecadação cheia de fardos de palha. E como o bombardeamento do quartel continuasse, os dois, aflictissimos, foram buscar a familia e correram a occultar-se no edificio do lyceu Maria Pia, que fica a curta distancia e n'um plano inferior, e portanto, muito mais ao abrigo das granadas. Miguel e Thomaz Cayola por lá se demoraram até que as balas dos canhões da Rotunda deixaram o Carmo em paz, tendo porém o facto que fica narrado causado tal escandalo, que o continuo do lyceu que lhes abriu a porta e lhes deu guarida foi asperamente reprehendido e castigado por tal motivo.»

Dera-se effectivamente o facto e originando até o castigo do continuo do lyceu do Carmo, Francisco Hilario Rosa, sob

(*) A *Capital* de 23 de Outubro de 1913.

a accusação de ter permittido que para ali entrassem com suas familias, os dois officiaes da guarda. (*)

Contrariamente procedia um sargento da guarda, que, na manhã de 5, ainda enveredou, a cavallo, até á Rotunda, lançando ali o grito enthusiastico:

— Viva o rei!

A 4.ª companhia é que assumiu insubordinado aspecto.

D'ali se transmittiram para a séde do commando, constantes e valiosas informações, aliás não aproveitadas.

Esse facto contribuiu talvez para que, á determinação de que se deviam submetter, dada apoz o regresso do paço, onde a guarda havia estado, o 1.º sargento Bernardino Vieira, insistiu pelo telephone, pedindo a ordem superior e pessoalmente confirmada.

O coronel, salientando essa indisciplina, que comtudo significava lealismo, reiterava a rendição.

O sargento, declarava-se apto ainda a resistir.

Malaquias, teve então o exaspero que mais em foco collocou o official inferior:

— Entreguem se tambem que eu já me entreguei.

— Mas nós ainda podemos resistir.

— Entregue-se, já lhe disse!

E expandia a colera, n'uma quasi censura ao soldado que tão cheio de animo condemnava a rendição:

— Ora vejam a que estado de indisciplina chegou o exercito. Um sargento a discutir commigo a opportunidade de se render. Que me dizem a este sargento, hein? Que me dizem ao sargento?!...

Não se conformou elle em absoluto, a despeito de a multidão, já sabedora, se ir accumulando em frente do quartel.

Assim communicava ao commandante que ia procurar contemporisar com os populares e arvorar a bandeira branca.

De facto, assim se procedeu.

Os revolucionarios, armados de espingardas, sabres e revol-

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1901.

veres, muitos d'elles tirados á soldadesca, sollicitaram do commandante d'esta companhia a substituição do estandarte branco pelo verde e encarnado.

Um 2.º sargento, dizendo-se interprete do official, vinha á rua affirmar que a guarda não era hostil e que o sollicitado seria satisfeito apoz a recepção de instruções.

O povo viu a evasiva e procurou annullar-lhe as consequencias.

Ao mesmo tempo, na Rotunda, não se confiava, em absoluto, na attitude da municipal e assim Machado Santos proclamava que ás forças ali acampadas seria dada folga, quando as armas da guarda estivessem em poder da Republica.

Já soubera dos successos da Estrella, indo até ao principio da respectiva calçada com um official da guarda, delegado do coronel Malaquias de Lemos para ordenar a submissão.

Não haviam passado d'ali porem, ante os informes da populaça, affirmando, erradamente, que os soldados impediam todo o avanço.

Retrocedendo ao alto da Avenida, fez se destacar um grupo de soldados do 16, que aggregando a si, em Campo de Ourique, forte nucleo de populares, se dirigia ao quartel da 4.ª companhia, na Estrella, para a recepção de todas as munições ali existentes.

Parlamentando com o commandante, capitão João Maria Pinheiro Pinto da Cruz, recusou-se este á entrega, a despeito de se ostentar no edificio, a bandeira branca.

Pensou-se logo no assalto, e por isso se quiz passar por uma propriedade, residencia ingleza.

Os moradores, hasteando a bandeira, difficultaram o projecto, do qual desistiram, para procurar outros meios.

Um popular, de nome João Luiz Consolado, se encarregara de ir expôr a Pinto da Cruz, a situação, já sob a forma d'uma intimativa, e d'ahi o consentimento para que 50 praças fossem á Rotunda manifestar a adhesão da 4.ª companhia.

Entre o povo seguiam os soldados, até que ingressaram no acampamento, d'onde não mais sahiram.

Cada vez mais dubia a attitude da companhia, organisou-

se novo destacamento de povo e praças, para intimar o capitão Cruz, a fazer a entrega immediata das armas.

Preparado estava já o ardil, e o commandante da 4.ª companhia, mandava franquear o quartel aos populares, que desde logo se apoderaram do armamento descarregado.

Subito, surgia um grupo de soldados da municipal, munidos de Brownings, que desfecharam, cahindo logo, morto com uma bala no pescoço e outra na região parietal, o marceneiro da rua da Escola Polytechnica, Polycarpo Luiz Redondo, de 29 annos, natural de S. Domingos de Rana, solteiro, membro do grupo anarchista *A Sementeira* e feridos, entre outros, Augusto Carlos da Costa, morador na rua de Campo de Ourique, 46.

A soldadesca não ficou illesa.

Fazendo das espingardas, clavas, resistiram heroicamente, emquanto era pedido soccorro para a Rotunda, d'onde logo seguiram 30 homens armados, sob o commando do sargento da Rotunda, Pimentel, auxiliado pelo marinheiro Manuel José.

A' sua approximação evadiram-se muitos dos municipaes, mas cercado o quartel, e depois de busca, a maioria cahia em poder dos revolucionarios, que para o acampamento conduziram presos e desarmados, os soldados que puderam apanhar, alguns feridos, como o soldado 97, José da Silva, e ainda o capitão Cruz e 1.º sargento Bernardino José Vieira, chegando mais tarde a dar-se o boato (*) da comparencia dos dois ultimos a conselho de guerra por homicidio.

A scena da tomadia appareceu assim descripta: (**)

«Os populares que, a esse tempo já se achavam armados de sabres, revolveres e espingardas, dirigiram-se ao quartel e pediram ao commandante da força que a bandeira branca fosse substituida pela da Republica. Um segundo sargento vem á rua e, depois de se descobrir e levantar um viva á Republica Portugueza, declarou ao povo que a guarda não lhe seria hostil e a bandeira verde seria arvorada logo que para isso fossem rece-

(*) O *Paiz* de 7 de Outubro de 1910.
(**) O *Diario de Noticias* de 6 de Outubro de 1910.

bidas instrucções. Não agradou a resposta, o que deu origem a ser o quartel atacado com vigor, sendo disparados numerosos tiros e sendo retirado d'ali a maior parte do armamento. Muitos soldados da municipal tinham conseguido refugiar-se nos quintaes que deitam para as trazeiras do quartel. Sabedor d'isso, o povo resolveu dar uma rigorosa busca a diversos predios, sendo apanhados alguns soldados, que, depois de desarmados, eram mandados, sob prisão, para o quadrado da Rotunda da Avenida. Foram mortos dois soldados e a um outro foi-lhe poupada a vida a pedido de algumas senhoras, que se encontravam ás janellas, na rua Saraiva de Carvalho. Um municipal, que corria desabridamente, armado, com destino ao quartel, foi egualmente morto pelos populares. A este tempo ainda não havia a certeza plena do quartel estar evacuado. De repente, surge da rua Ferreira Borges o tenente-coronel de infantaria da guarda municipal, que é logo rodeado por um grupo de populares, armados, intimando-o a que mandasse submetter os seus subordinados. Aquelle official declara que vae ali para esse fim. E' grande a anciedade. Effectivamente, deu entrada no quartel, e volvidos minutos era declarado ao povo que lá dentro havia apenas mortos e feridos. Os populares, certificados da verdade, serenaram.»

O quartel ficava deserto, despojado do armamento e á guarda de 4 civis.

Outra revindicta foi attribuida á guarda, apparecendo assim mencionada:

«Hontem, pouco depois das 11 horas da manhã, uns vinte guardas municipaes armados, conduzindo uma bandeira republicana e soltando enthusiasticos vivas á Republica, entraram no acampamento, onde, como é de suppor-se, foram carinhosamente recebidos. Pouco depois, aproveitando um momento de distracção dos soldados da Republica, os municipaes collocaram-se em linha de combate desfechando sobre elles, dois dos quaes ficaram mortos e muitos feridos. Foram immediatamente desarmados e presos.»

Tudo contribuiu para se pôr em pratica a perseguição aos municipaes, aprisionando-se até o n.º 38, sob accusação feita pelo carbonario Francisco Candido da Conceição, um dos detidos

das sociedades secretas, de haver praticado actos de crueldade, ou fosse o corte dos dedos e lingua, depois de o matar, a um dos assaltantes do quartel.

Ao estrangeiro passou o boato, como certo e reproduziam-no, augmentado, os auctores do *Como cae un trono*, (pagina 123):

«La Municipal en la calle, supone la renovacion de memorables salvajadas, de crueles excesos de ferocidad. Ciertamente. Cinco populares, cojidos con las armas en la mano, fueron fusilados ya. A otro, la Guardia aborrecida le cortó los dedos y la lingua.»

Era erro.

O soldado 38, teve logo testemunhos de republicanos de que nem no quartel se encontrava, andando de licença. Por seu turno, o juizo criminal, officiando á direcção da morgue, recebia d'ella a resposta (11 de outubro de 1910) de que não dera ali entrada ninguem com a lingua e dedos decepados, resultando d'isso a restituição do soldado á liberdade. (12 de outubro)

Para o momento serviu a infundada accusação e, emquanto uns tomavam o posto do Muzeu das Janellas Verdes e da rua Vasco da Gama, outros, se occupavam na caça aos soldados dispersos, e tendo, apesar d'isso a encorajada declaração de que não adheriam, como succedeu com o soldado 89 João da Silva Louro, passado á reserva como 1.º cabo e dias depois (14 de outubro) detido na terra da naturalidade, o logar do Espinheiro, em Santarem, sob a accusação de andar ali effectuando a propaganda de que se podiam manifestar contra a republica, pois em Lisboa infantaria 1, cavallaria 2 e 4 não haviam levantado o rancho aos gritos acclamadores da monarchia.

Outros grupos, deixando a isolada perseguição á soldadesca e utilisando se da circumstancia de se encontrarem de guarda ao quartel da 4.ª companhia, apenas quatro civis, resolviam-lhe a invasão, para o saque.

De nada valeu a resistencia dos vigilantes.

O posto, deserto, era assaltado e de tudo se apoderaram, em armas e objectos particulares e dando depois o capitão Pinto da Cruz, por falta de joias suas e de familia e ainda de varios

titulos da divida interna e externa, alguns dos quaes appareceram rasgados, pertencentes á Caixa Economica dos Officiaes da Guarda Municipal de Lisboa, depositados no cofre do quartel, e cuja apprehensão foi logo pedida aos estabelecimentos bancarios, por circular policial de 19 de outubro.

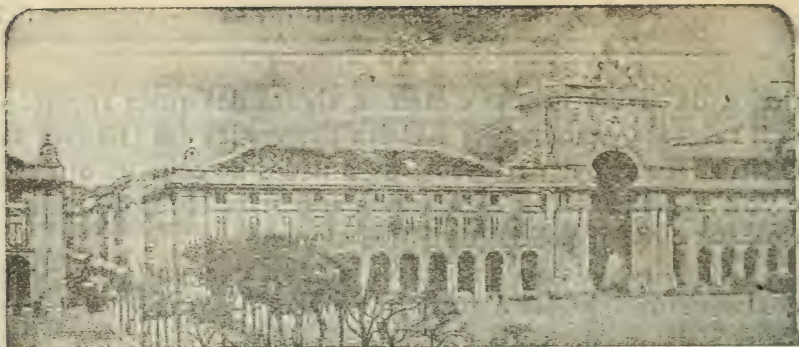
O reforço de civis e militares, ainda conseguiu deter cinco dos assaltantes, graças á energica resistencia dos populares José Correia, Jayme de Sousa e Manuel Candido.

Já a 9 de outubro houve denuncia de terem sido escondidos n'um predio da Rua Domingos Sequeira, varios dos objectos pertencentes á 4.ª companhia. Foi o local cercado, durante a noite, por um pelotão de cadetes sobre o commando do tenente da marinha, Valdez, e de manhã dava-se a investida.

Constatou-se a veracidade da denuncia, sendo apprehendido armamento e outros objectos.

Seguiu-se-lhe a prisão e remessa ao quarto districto criminal (15 de outubro), dos auctores do assalto e roubo no quartel da 4.ª companhia da guarda municipal.

Esta, já a esse tempo se transformára em guarda republicana, mercê de um decreto, datado de 12 de outubro, pelo qual ainda se extinguiam as guardas municipaes, e se nomeava o general Ernesto da Encarnação Ribeiro, Manuel Maria Coelho e o dr. Manuel de Brito Camacho para estudarem a organisação de um corpo de segurança chamado Guarda Nacional Republicana.

Annullado por decreto de 3 de maio de 1911, era validado pelo Congresso da Republica, por proposta de lei assignada em 27 de Março de 1912.

VIII

A cidade e o povo de Lisboa — Os revolucionarios e os governos — A força publica na revolução — A questão Teixeira de Sousa e Alfredo de Albuquerque — A força publica apoz a revolta.

Estava coroada de exito, a tentativa dos republicanos.

A cidade de Lisboa, recuperou a sua feição de vida.

A dynamite, a diabolica descoberta do chimico sueco Alfredo Nobel, cessára a sua acção productiva e tanto que quasi consagrada seria mais tarde em plena camara dos deputados, (sessão de 19 de Fevereiro de 1914) por Machado Santos, dizendo:

— Não vou comtudo mostrar, hipocritamente, que lhe tenho um sacrosanto horror, quando eu reconheço que circumstancias ha em que se mostra possuir mais coragem no arremêsso de uma granada de mão do que no disparar d'uma peça para levar a muitos quilometros de distancia, a morte e a desolação.

Mas de admirar não era taes encomios, desde que, dois an-

nos antes já fôra citada (*) a impressão na Imprensa Nacional de um livro da especialidade *A bomba explosiva* e pouco depois, em pleno senado, (**) o senador Faustino da Fonseca, declarava:

«Portugal só faz bombas republicanas! Esta gente era pacata e pacifica e só faz bombas desde que os senhores os ensinaram a fazel-as.»

Deixando pois de se ouvir o estrondear da dynamite, ao anterior desolado aspecto, succedeu uma rapida transformação, de movimento, de alegria, de emotividade festiva, de ruidosas confraternisações, aprestando-se, para a noite, as illuminações, as marchas, com as musicas tocando apenas, como que para bem serem fixadas, o hymno patriotico *A Portugueza* e o revolucionario *Maria da Fonte*.

As janellas replectas de gente, embandeiraram-se de subito, acenava se ás tropas e ao povo com as pequenas bandeiras revolucionarias trazidas logo para a rua por dezenas de vendilhões.

Os vivas estrugiam, a reunir-se ás constantes salvas de palmas.

O transito de vehiculos restabeleceu se, como que por encanto e os trens e automoveis apresentaram-se floridos e embandeirados.

Só faltavam os eletricos, cuja circulação apenas recomeçou a 7, precedendo uma larga manifestação á Republica feita na vespera pelo pessoal respectivo, que agitando bandeiras verdes e vermelhas, veio, em cortejo, saudar as aggremiações republicanas, quartel de Alcantara, os vereadores de Lisboa, o quartel general e os jornaes da democracia.

Os populares ostentavam fitas com as côres verde e encarnada, quasi exgottadas nos estabelecimentos do genero.

Era evidente: o povo rejubilava.

Era emocionante esse aspecto matinal da velha cidade de Lisboa, cujas ruas começaram a ser desde logo policiadas por praças do exercito e estudantes militares, sob o commando do 2.º tenente Travassos Valdez.

(*) O *Intransigente* de 6 de Abril de 1912.
(**) Sessão de 1 de Maio de 1912.

Do conjuncto apavorado de horas antes, evolatiu-se para o todo enthusiasmado e acclamativo de momento, como em breve descambaria para outra attitude, em flagrante colhida por espirito observador, o de Fialho de Almeida. (*)

Era a transformação da vida das ruas, sem o attractivo da fidalguia. As avenidas, a espelhar o escasso do movimento distincto de outrase ras. Era a descripção, exacta, com o fino laivo de ironia, das romarias republicanas das provincias, vindo trazer á capital o ruidoso d'uma adhesão que, por exhuberante, já fracos elementos de appoio ganhava, dos lisboetas avidos de sensações mais novas.

O facto, veridico, origem deu até á determinação ministerial para que cessasse o regosijo, por extenso, evocando o lemma de ordem e trabalho.

Nada mais era necessario. A victoria era certa, embora, n'um pesadello constante, se fizesse espalhar o aviso officioso:

«Por ordem do quartel general, previne se o povo que o Rocio, o Rato e o Terreiro do Paço, vão ser guarnecidos pelas tropas amigas para prevenir o previsto ataque das tropas que ainda não entraram em combate. Pede-se ao povo que ajude as tropas.»

Aguardava se o resultado do Porto e de Coimbra, alem do das ilhas.

Se o movimento falhasse ali, era inevitavel o recomeço das hostilidades.

Houve medidas de prevenção, com fundamento na chegada d'um navio inglez.

O Tejo, o Banco de Portugal, correio, telegrapho e ministerios, foram guardados por praças da marinha de guerra e mercante, e ainda por populares, os indigentes, os rotos, olhando attentos pela conservação dos bens da nação e dos particulares.

Mas nada houve a temer: a revolução vencera.

N'ella e quanto aos seus auctores, a pagina mais audaz, escreveu-a o povo, esse nucleo que, por compactamente gigantesco,

---

(*) *Saibam quantos*... por Fialho de Almeida.

se não pode desenvolver em fragmentos, para os trazer de per si, ao campo rasgado da gloria, para a coroação á luz do dia e a sombra das folhas da Historia.

Não importa conhecer, se, quasi sempre, essa massa anonyma, serve de ponte para o satisfazer da ambição dos grandes; nem impende attribuir lhe esse estygma de simples machina tantas vezes atirado sobre elle.

Será o eterno ludibrio de altas vontades, mas nunca o simples braço executor; será a boa fé, nunca a insensatez.

A psychologia das multidões, analysada falsamente, reproduz sempre o seu erro, e dar-lhes o mesquinho d'uma inconsciencia, é empecer-lhes o passo na sua orbita tantas vezes progressiva.

Quantas occasiões a politica desavinda não arremessaria á lucta o povo, se elle fosse o engenho modesto dos seus quereres?

Mas a esse todo, custa a dar o unitario pensar que á rua, em armas, o conduza e isso basta para lhe evidenciar a existencia de uma vontade pessoal.

O povo é como que o integro composto de uma nação e que o convencionalismo desdobrou em castas, nobres e plebeus e subdividiu em classes, ricos, remedeados e pobres. Mas tudo é a alma de um povo, apenas desunido pelos privilegios, e bem ligado pelo mesmo nome patrio.

O povo da revolução republicana viu d'elle affastado o da convicção realista, que não surgiu na hora grave.

N'essa parte é caracteristica a opinião de Leon Poinsard, que como representante da Escola Social, de La Play, visitou Portugal, para colher as impressões d'essa apregoada obra de resurgimento:

«Dom Carlos tinha nomeado um dictador e pagou com a vida essa excellente e patriotica medida. Dom Manuel era novo de mais, inexperiente e fraco, para seguir o exemplo de seu Pae. Exteriormente toda a gente respeitavel era correligionaria da monarchia, sendo tambem quasi todos membros de varias sociedades secretas. Tem se dito que era indispensavel qualquer mudança em Portugal, desde que o Rei não tinha força para desembaraçar o paiz d'esta politica *cul de sac*, affirmando se ainda que eram justificados os revolucionarios. A isto respondo

em que a maior parte do povo portuguez não desejava a revolução. O Rei estava bem desejoso de fazer qualquer cousa util pelo que os reformadores deveriam ter dedicado os seus esforços para levarem a effeito melhoramentos dentro dos limites da constituição, ou mesmo alteral a em amigavel cooperação com o monarcha. Não havia necessidade alguma de recorrer a um remedio tão desesperado como uma revolução. Os cirurgiões evitam uma amputação sempre que podem. Assim deveriam fazer as nações. A aristocracia e a maioria do funccionalismo foi substituido, não obstante o mal não residir só n'essa classe. Os jovens turcos foram mais atinados na sua regeneração. A sua revolução de 1908 era inevitavel. Não havia maneira pacifica de conseguir que Abd-ul-Hamid trabalhasse em harmonia com o systema constitucional. Mais ainda quando Abd ul Hamid foi destronado, a monarchia muito sensatamente foi permittida. Eu disse, que a maior parte dos portuguezes não queriam a revolução. Muitos republicanos está claro, declaram que sim. O sr. Brito Camacho, diz na *Lucta*, que o novo regimen é por toda a parte acolhido, com delirante enthusiasmo, emquanto outros asseveram que nas provincias a republica não tem apoio algum e que em Lisboa o teve apenas d'uma minoria insignificante. Succedeu eu estar viajando em Portugal dois dias depois da queda da monarchia. Não havia o menor enthusiasmo em parte alguma até chegar a Lisboa, a não ser n'uma estação de caminho de ferro, onde varios populares içavam a bandeira republicana na rectaguarda d'um comboio e depois começando seguidamente a dar vivas. Em Lisboa, áparte a população que fazia disturbios nas ruas, saqueava os conventos e permittia se a liberdade de prender quem tivesse o aspecto de sacerdote, era sem duvida pertencente á classe da mais baixa esphera. Está claro que os revolucionarios fizeram o appello do costume á «vontade da nação» Actualmente o sr. Brito Camacho refere-se com certo resguardo ao povo soberano, á necessidade de o consultar a respeito de tudo e ainda de se curvarem cheios de medo ás suas sublimes decisões. E ainda n'este estado de cousas, toda a especie de leis, que poderiam muito bem ter esperado pela abertura das constituintes, eram decretadas á força pelo governo

provisorio, sem a menor referencia ao povo soberano. O jornal do sr. Camacho, *A Lucta*, fallava d'um modo muito differente do povo alguns mezes antes da revolução. N'essa occasião os revolucionarios sabiam que as provincias mandariam uma maioria realista ao parlamento, por isso procuraram conseguir a sua derrota antecipadamente. Faustino da Fonseca, redactor do mesmo jornal, comparou n'essa occasião o povo a um animal selvagem, mudo e cego. Tentou mostrar que noventa e tres por cento da população era analphabeta e perguntava que progresso poderia fazer a propaganda entre esses milhões de barbaros? Não sabem o que sejam principios ou programmas. Em quatro columnas inteiras divagou por esta forma a respeito do povo. Era este o triste estado em que se encontrava em agosto de 1910 a população dos campos. A magia, contida na palavra «republica» instruiu-os, tornou-os aptos para o suffragio universal e ensinou-lhes a sabedoria politica. Nas ultimas eleições os portuguezes mostraram que não queriam uma republica. Ser-nos-ha objectado que essas eleições não foram livres e que o governo empregou a força contra os eleitores. Infelizmente isto é verdade. O governo empregou a força contra os eleitores, mas no sentido de os fazer votar nos republicanos! O Rei Manuel tinha escolhido, devemo-nos lembrar, para formar gabinete, um liberal, um quasi republicano, Teixeira de Sousa. Esse estadista estava em estreitas relações com os inimigos do Rei, acabando por vender o seu *senhor*. Antes de o fazer, porem, foi ás provincias com um programma liberal e anti-clerical. Apezar de todos os expedientes do governo, no sentido de fazer com que o povo votasse no partido republicano, ou nos partidos pseudo-monarchicos alliados a elle, os verdadeiros realistas tiveram quasi uma maioria. Assim o povo portuguez não queria a republica. Quem a queria? Um pequeno mas energico partido republicano, cujos membros são egualmente membros de varias sociedades secretos, anti-christãs, taes como a dos carbonarios, a da maçonaria e outras».

O affastamento d'esses divergentes, foi notorio, mas teve o interregno das primeiras horas, em que appareceram, numa esperançada espectativa.

Foi a comprehensão, pois, o contrario seria o choque civil, só produzido a meses de distancia, ás incursões monarchicas.

O elemento popular republicano, constituiu o supremo argumento da revolta de outubro, como combatente e como informador.

Guiava-o o apregoado dogma de que «seria o soberano orientador dos seus destinos como entendesse, attribuindo o poder de solucionar os problemas nos recursos a quem melhor lhe aprouvesse.»

Era uma ficção libertadora, a mesma que levou um proprietario da Azambuja, a registar na respectiva administração do concelho, (18 de Novembro de 1911) com o nome de Liberdade, uma filha nascida em 5 de outubro de 1910.

A eterna crença a impulsionar um povo de eterna escravidão.

Para um pretenso redimir, polvilhou de sangue as ruas e encheu os arruamentos dos cemiterios.

A Cruz Vermelha, do Rocio, registou 18 obitos, 143 feridos, da revolução, sendo d'elles 47 militares. No hospital de S. José, assignalou-se a entrada de 78 feridos, dos quaes falleceram 14.

Apurados se deram todavia 58 mortos civis e 200 feridos, (*) se bem que posteriormente (**) apparecesse nota de haverem sido sepultados em outubro, no cemiterio do Alto de S. João, 725 cadaveres, sendo 414 do sexo masculino.

Os boatos da hora da revolta, citaram ainda, mas n'uma impossivel confirmação, enterramentos em commum, sem numero registado.

Mereceu pois o brado com que o chefe da Rotunda encerrou o relatorio dos seus actos:

«Foi simplesmente admiravel o povo revolucionario portuguez. Os proletarios, os famintos, a *ralé*, guardavam os bancos e as casas dos seus inimigos, como guardariam a sua casa e os

(*) Celestino Steffanina — *Subsidios para a Historia da Revolução de 5 de Outubro de 1910.*

(**) O *Diario de Noticias* — Novembro de 1910.

seus haveres se tivessem qualquer d'estas duas coisas! Sereno, intrepido, afrontando desarmado, como no Rocio, as guardas e a tropa de linha, pasma se como, alcançada a victoria, foi tão magnanimo, generoso, para com os vencidos, seus inimigos, que lhe não perdoariam se a sorte das armas lhes fosse favoravel! A monarchia victoriosa não se limitaria a ceifar o seu furor nos corpos dos combatentes da Rotunda. Iria mais longe. A victoria do Povo em vez da hecatombe trouxe a alegria e o riso! Gloria ao Povo Portuguez»!

Era como que o complemento d'esse outro rescripto de assignatura dos novos encaminhadores da vida portugueza e dirigidos aos governados que a sorte sob suas mãos collocou:

«Ao povo de Lisboa — A atitude do povo tem sido admiravel de serenidade e cordura. Após o acto revolucionario, em que elle foi de uma bravura antiga, sucedeu se o enthusiasmo da victoria, em que elle se tem comportado como um triunfador generoso que fez da nobreza de sentimentos o mais belo padrão da sua gloria legendaria. Mas é preciso regressar ao trabalho fecundo, que será, com uma moralidade severa, a base da nossa regeneração. Por isso o governo provisorio convida todos os grupos revolucionarios e forças populares não militarizadas, a entregarem as suas armas ás commissões parochiais. As adesões militares que de todos os pontos do país chegam a cada momento ao governo da Republica garantem de uma maneira categorica as novas instituições. Hoje não pode haver veleidades nem desvairadas esperanças por parte de um regime que vergonhosamente liquidou uma derrota moral que mais humilhante tornou a tremenda lição que soffreu por parte das armas republicanas. Não ha, pois, motivo para que os cidadãos conservem em seu poder as armas de que tão heroicamente se serviram, Antes é urgente que ellas recolham a um deposito onde, catalogadas, fiquem prestes para serem tomadas pelo braço popular, se algum dia houver risco para a patria ou para a Liberdade. O governo provisorio da Republica Portugueza confia no bom senso do povo, no seu patriotismo e na sua dedicação á Republica. Por isso exhorta a que continue a ser generoso e cordato, a que respeite a vida e a fazenda alheias, a que não persiga

ninguem e a que dê, emfim, mais um alto e nobre exemplo da sua rara envergadura moral. O momento da guerra vai passado. Entremos agora n'um periodo de paz laboriosa, para, de harmonia com todos os portuguezes, fundarmos o regime da liberdade, pelo qual tanto sangue correu, tanto martirio foi sofrido e tanta esperança frustrada. Cidadãos! O futuro da patria está nas vossas mãos. Não o zelar com o carinho que lhe devemos seria mais que perdel'o, porque seria deshonral o. Ergamol'o bem alto, para que de todas as partes do mundo elle seja visto, e os paizes civilisados possam dizer, referindo-se a Portugal: eis um povo antigo pelas tradições heroicas, mas, que pelo amor ao trabalho e pela dignidade civica, vai na deanteira de todos os povos. — Lisboa, 7 de outubro de 1910. — *O Governo provisorio da Republica.*»

Soube bem aos caudilhos conferir ao povo d'essa hora, febril na lucta, heroico no combate, atrevido na defeza, mas cordato e amigo na victoria, o diploma de heroe, coroando-o como exemplo sublime d'uma raça fidalga.

O epico *sans-culotte*, francez, o energico *pé fresco* da Patuleia, ennovella-se no pó, para que só surja grandioso o vulto soberano do revolucionario outubrino portuguez.

Aproveitou se, por vezes, o *sans-gene*, para lançar ao *sans-culotte* o labeu de destruição e de malvadez, do crime e do latrocinio.

Emquanto o primeiro, ia ao assalto das cosinhas economicas, das casas fidalgas, como a do conde dos Olivaes, na rua do Sacramento á Lapa e tentava esfaquear mulheres «a pretexto de não haver justiça», (*) o segundo, ou ia buscar repouso de horas longas, de desespero e de insomnia, ou, descalço e roto, guardar as casas bancarias, de espingarda na mão e olhar attento, para que aos victoriosos não fosse um epitheto injusto, ou ainda preoccupar se com uma phantastica offensa ao seu credo, representada pelas corôas reaes que encimavam os theatros, os estabelecimentos fornecedores da casa real que aliás se appressaram a encobrir as armas brigantinas, ou os edificios do estado.

(*) O *Mundo* de 7 de Outubro de 1910.

O combatente, foi, de facto, aquelle que á Hespanha passou esboçado nas linhas de um trabalho (*) descriptivo da revolução:

«El pueblo republicano, noble y generoso, guarda el orden mejor que nadie y no mancha el triunfo con el menor exceso, no envilece la más gloriosa revolucion conocida con las máculas de lodo que salpican la historia de otras con que se abrió á la Humanidad amplios horisontes de ideas, dilatadas lejanias de ideal. Respeto absoluto a los vencidos, paz para la monarquia muerta, que dejó, en pos suyo, como siembra de maldicion, 61 muertos y 416 heridos republicanos, en su mayoria gente del pueblo.»

A elle foram pois dedicados louvores varios e premios.

De inicio tiveram a proclamação como «benemeritos da patria.» Evocando os percursores republicanos e os executores da acção outubrina, e querendo, ao mesmo tempo, desfazer antigas lembranças, o municipio lisboeta, approvava sob proposta do vereador dr. Miranda do Valle, (13 de outubro de 1910) as alterações nas nomenclaturas das ruas, passando a rua Bella da Rainha, a rua da Prata; a Avenida D. Amelia, Avenida Candido dos Reis; a rua de D. Carlos I, Avenida das Côrtes; a praça de D. Fernando, praça de Affonso de Albuquerque; a rua de El Rei, rua do Commercio, a Avenida José Luciano, Avenida Elias Garcia; a rua da Princeza, rua dos Fanqueiros; a praça do Principe Real, praça do Rio de Janeiro; o Paço da Rainha, largo da Escola do Exercito; a rua Motta Veiga, rua de Ponta Delgada; a Avenida Hintze Ribeiro, Avenida Miguel Bombarda; a rua Correia Guedes, rua dos Marinheiros. Ainda se sanccionava a proposta, dando o nome de «Explanada dos heroes da Revolução» ao espaço que no futuro Parque Eduardo VII ficava comprehendido entre a linha norte da Praça Marquez de Pombal, as ruas Fontes Pereira de Mello e Joaquim Antonio de Aguiar e o palacio de exposições e festas. Essa explanada, com entrada formada por um arco de triumpho, monumento desti-

---

(*) *Como cae un trono — La Revolucion en Portugal*, por A. Vivero e A. de La Villa, pagina 153.

nado a relembrar a data de 5 de outubro, teria as estatuas e bustos dos principaes vultos da revolução.

Creou-se uma moeda de prata commemorativa, que foi posta em circulação apenas a quatro annos exactos do dia a solemnisar. Teve o valor de 1 escudo, ou 1000 réis da antiga moeda, sendo a cunhagem iniciada na Casa da Moeda em 28 de março de 1914.

Para solemnisação foi admittido e enviado á commissão de petições, o seguinte projecto de lei apresentado á Assembleia Nacional Constituinte (sessão n.º 27, de 21 de Julho de 1911):

«Considerando: que todos os que tomaram parte activa na Revolução prestaram ao País, libertando o, um serviço inestimavel, e por isso foram declarados benemeritos da Patria por uma resolução d'esta Assembleia; que os officiaes do exercito e da marinha, que dirigiram o movimento, ou já foram galardoados por decreto do Governo Provisorio e resolução d'esta Assembleia, ou o serão opportunamente; que alguns dos officiaes inferiores que se bateram pela bandeira republicana foram promovidos pelo Governo Provisorio; que porem outros officiaes inferiores, todas as praças de pret do exercito e armada, e todos os cidadãos civis, a cuja dedicação corajosa e exemplar civismo se deve o exito do movimento emancipador de Portugal, nenhuma compensação ainda tiveram; que é injustificada e prejudicial qualquer desegualdade e tratamento entre aquelles que concorreram para o movimento que, libertando a Patria opprimida, implantou a Republica; que é indispensavel que o País e a Republica reconheçam e recompensem a dedicação patriotica dos seus filhos, para que ella em caso algum lhes falte; que é possivel, sem sacrificio do Thesouro Publico, dar a todos esses officiaes inferiores, cabos, soldados, cidadãos do povo, individualmente, uma prova frisante do reconhecimento nacional: Tenho a honra de apresentar á Assembleia Nacional Constituinte o seguinte projecto de lei: Artigo 1.º E' criada uma medalha commemorativa da Revolução de 3/5 de outubro de 1910, que será concedida a todos os militares e civis que nella tomaram parte, combatendo pela Patria e pela Republica. § unico. Esta medalha será cunhada em ouro e prata, e os que a ella tiverem

direito receberão uma ou outra, conforme a qualidade de serviços que tiverem prestado. Art.º 2.º Uma commissão organisará a lista dos individuos que estiverem nas condições de merecer esta medalha, tendo em conta os relatorios officiaes, as informações dos chefes militares e civis do movimento e os documentos que os interessados apresentarem. Art.º 3.º Esta medalha dará aos seus possuidores, e em igualdade de circunstancias com outros concorrentes, o direito de preferencia á sua nomeação para os empregos publicos e para a sua admissão como operarios nos estabelecimentos e obras do Estado. Artº 4.º O modelo da medalha será posto a concurso entre os artistas nacionaes. Art.º 5.º Fica o Governo autorizado a despender a somma necessaria com a cunhagem d'esta medalha.—O Deputado, *Antonio Macieira.*»

Para directa recompensa e attendendo á quasi indigencia da maioria dos que á rua vieram pugnar pela queda monarchica, propunha o capitão José Affonso Paula, á Assembleia Nacional Constituinte, em 5 de Julho de 1911, a nomeação de uma commissão para estudar a forma de solver o compromisso aproveitando-se os trabalhos d'esses commissionados como subsidio para a historia da republica.

Como premio se estabeleceu o reconhecimento da qualidade de revolucionario civil para o direito a integração em cargos publicos officiaes. Do beneficio desde logo aproveitaram 35 revolucionarios.

Seu deffensor estrenuo foi o deputado Padua Correia, obtendo até, á insistencia pela collocação dos revolucionarios, que o ministro das finanças José Relvas, reformasse empregados da fiscalisação dos impostos para arranjar vagas segundo declarações feitas na sessão de 10 de agosto de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao parlamento foram dezenas e dezenas de requerimentos insistindo pela ractificação da cathegoria, dando o incremento origem ao celebre discurso do capitão Affonso Palla.

A sessão de 12 de agosto de 1911, da Assembleia Nacional Constituinte, consignou, inicialmente, essas prerogativas, atacadas depois pela evocação constante, em reuniões diversas do parlamentarismo republicano.

Antes, já havia salientado esse excesso, o commandante da Rotunda (*O Intransigente* de 1 de Dezembro de 1910) dizendo que «toda a gente esteve na Rotunda e se por acaso não foi no dia 4 e 5 de outubro podia ter sido em qualquer outro dia.»

A todos se procurou valer, de pouco em pouco, emquanto outros cuidavam dos mutilados, das viuvas e dos orphãos, formando sob criterio humanitario, uma commissão protectora de assistencia.

A iniciativa particular eclipsou assim a official e se esta ao olvido deitou representações diversas, uma até do Directorio da Liga Portugueza de Defeza dos Direitos do Homem (1 de Julho do 1911) sollicitando pensões de sangue a votar pelas camaras, a primeira, verba importante reuniu para applicar ao fim benemerito.

Não deixaram todavia de se citar casos, dando origem á apresentação, (*O Diario de Noticias* de 3 de Março de 1913) do balancete, onde se constatava a entrega em 9 de Agosto de 1911 á Comissão Protectora das Victimas da Revolução, installada no governo civil a 15 do mez anterior, da quantia de 64:212.240 réis, composta por 237.620 réis em dinheiro, 999 000 réis em lettra sobre o Banco Ultramarino, 2:975.620 réis em deposito na casa bancaria Totta e 60 contos n'um bilhete do Thesouro. Apresentava-se ainda, (em relação a fevereiro de 1913) o activo de 65:078.650 réis em jogo com a verba recebida até á data, 66:216.150 réis e a despeza effectuada, 1:137.500 réis, sendo 337.500 de pensões pagas aos invalidos, e 800 000 réis satisfeitos ao Internato de creanças.

Mais tarde de novo se insistiu no velho thema logo rebatido pela extinta commissão (*) como antes desmentida fôra outra arguição.

«Ha cousas que vexa falar nellas, tanta miseria encobrem. Mas, como a calumnia sempre deixa alguma cousa, por mais disparatada e ignobil que seja, não ha remedio senão de quando em quando falar nessa lama moral. E' o caso que, não sabemos quem, insinuou que, no tempo do governo provisorio, desapa-

(*) A *Republica* de 20 de Março de 1914.

receu de um armario do ministerio do interior a quantia de nove contos destinados ás victimas da revolução. Não se trata de nove, mas de onze contos. E a referida quantia foi depositada ainda no tempo do governo provisorio no Banco de Portugal á ordem do sr. presidente do ministerio e ministro do interior. Ali se encontra, devendo, se o parlamento nisso concordar, ser entregue á comissão encarregada de arrecadar o producto de todas as subscrições que para aquelle fim foram abertas. E aqui está como se levantam e se põem em circulação as insinuações mais calumniosas e mais torpes». (*)

Debalde a esse tempo se exforçára a Liga de Defeza dos Direitos do Homem para obter para os mutilados uma situação menos desgraçada. Fizera-o em documento (16 de Janeiro de 1914) onde transpareciam insinuações:

«*Ex.mos deputados da nação portugueza:*—O Directorio da Liga Portuguesa de Defesa dos Direitos do Homem veio no dia 1 de julho de 1911 entregar nas mãos de vv. ex.as, uma representação implorando pensões de sangue para os mutilados da gloriosa revolução que em 5 de outubro de 1910 depôs a derruida instituição monarquica e marcou com letras de ouro na historia uma era de redenção para a nossa querida patria. Por unico e simples espirito de justiça, por gratidão para com seus filhos a patria não póde nem deve esquecer aquelles obscuros cidadãos que para sua restauração e engrandecimento, e com a abnegação propria de portugueses, se invalidaram para todo o sempre Na historia de todas as revoluções do mundo os seus invalidos são protegidos com carinho e honrados com a sua propria gloria, e não deve a patria portuguesa constituir uma excepção, não deve consentir que indefinidamente elles estejam estendendo a mão para aceitar uma esmola que a filantropia de outros cidadãos por gratidão lhes der, porque a esmola é sempre a humilhante esmola. E' a vv. ex.as, que o povo escolheu para seus representantes, que este directorio vem reclamar a integral satisfação dessa justiça, como interpretação do sentimento nacional. E' por ella que esta colectividade humanitaria

(*) O *Mundo* de 1 de Outubro de 1913.

se tem esforçado, ousando mais uma vez vir lembrar-vos que ainda não teve realização esse acto que todos os portuguezes devem aplaudir, não obstante já por duas vezes os mesmos mutilados terem sido submetidos a inspecção medica, dando a segunda o mesmo resultado que a primeira, sem contudo ter o natural proseguimento. Ainda confiados no espirito de justiça que anima vv. ex.as na interpretação do espinhoso cargo de que fostes encarregados pelo povo, o directorio desta liga apresenta-vos as suas saudações respeitosas.»

Seguiu-se-lhe a apresentação á Camara dos Deputados (Sessão de 12 de Julho de 1914) pelo deputado democratico Ricardo Covões, de um projecto de lei determinando a entrega de todas as verbas obtidas em subscripções á Assistencia Publica, á qual ficaria competindo a administração d'esses bens, convertidos em titulos de divida portugueza, constituindo um fundo destinado: «á concessão de pensões de auxilio ás pessoas victimadas pela revolução de 5 de outubro qne fossem pobres e invalidas, e a seus filhos, viuvas ou ascendentes nas mesmas circunstancias; a fundação e sustentação de um asilo de menores do sexo masculino, orphãos, abandonados ou carecidos de assistencia moral, em que se ministrasse instrucção primaria e o ensino de artes ou oficios. Esta casa intitular-se-hia «Asilo Profissional 5 de Outubro», em homenagem á Revolução Republicana.»

Mas já chegara ao povo, a desillusão, mercê de factos multiplos.

Iam longe as seguintes phrases do discurso pronunciado no dia 7 de outubro, no quartel general, pelo primeiro ministro dos negocios estrangeiros da Republica, dr. Bernardino Machado:

«Começa por apresentar as suas homenagens ao exercito e á armada, pelo quadrado ardente que tinham pugnado heroicamente pela liberdade e pela Patria. O partido republicano, demonstrou gloriosamente haver um povo em Portugal, e não sabe o que ha de mais admirar, se os dias épicos de lucta revolucionaria que fazem reviver valorosamente as grandes tradicções historicas da nação se depois d'este esforço fulminante de audacia, esta não menos subita obra de restabelecimento de

ordem social que demonstra eloquentemente o nosso espirito de tolerancia, de cordura e de fraternidade. O respeito pelos vencidos testemunhou-se em quadros profusamente emocionantes. Nós republicanos, luctando pela palavra ou pelas armas, quizemos fazer uma republica não só para republicanos mas para todos os portuguezes, sobretudo para os que teem sido mais opprimidos, para os humildes. Está feita. A bandeira republicana tremula já por todo o paiz, e a transformação das instituições foi tão instantanea que se vê bem que a alma da nação era já republicana. Os tiros, que ainda ás vezes se ouvem, são unicamente do inimigo, que é sempre o ultimo a render-se, porque é o mais odiento, o clericalismo. E' por isso mesmo, que o regimento republicano é a expressão juridica mais alta da vontade nacional. Já temos a satisfação de contar com a adhesão da Republica Brasileira, que precedendo a todas as outras nações, mostrou nobremente inspirar-se nos sentimentos de confraternisação de portuguezes com brazileiros. E hoje, que recobramos cá dentro a dignidade de cidadãos livres, tenhamos a certeza de que todas as nações que nos fizerem a honra do estreitamento das suas relações comnosco, honrar-se-hão tambem com isso. General: Saudo na sua pessoa a armada, o exercito, o povo e até as mulheres e as creanças improvisadas em combatentes, que por prodigios de coragem derrubaram a monarchia e implantaram para sempre a republica ideal, que ha muito acalentava este povo esmagado.»

Passando foi essa ideia de acalentamento não só a revolucionarios como ao povo que se disse liberto de más horas e de negras provações.

Já a dois annos d'esse lance n'uma reunião de revolucionarios civis, se apresentava uma moção fazendo votos para que «todos os republicanos altamente collocados se lembrassem que deviam respeito aos que por elles tanto trabalharam.» (*)

O povo, ouviu por esse tempo, pela propria bocca d'aquelles que antes lhe condemnavam o pesado fardo das contribuições,

(*) A *Republica* de 21 de Outubro de 1912.

a phrase historica, pronunciada em pleno parlamento da Republica, pelo ministro das finanças, Vicente Ferreira:

— *O paiz pode e deve pagar mais!*

Isso justificava a desaffronta pelos socialistas, que bem do povo eram (O *Socialista* de 26 de Novembro de 1912):

«Foram estas as palavras proferidas pelo sr. ministro das finanças em pleno parlamento, na occasião de dizer que calculava o *deficit* d'este anno em 6.620 contos, sendo, portanto, necessarios mais de 100.000 contos para fazer face a despezas inadiaveis. E o povo nas galerias assistiu impassivel a estas cousas. Ouviu perfeitamente o ministro dizer: *O paiz póde e deve pagar mais* e nem um gesto. Para que disseram ao povo perfeitamente o contrario? Para que o excitaram á revolta quando qualquer dos ministros da extincta monarchia apresentava um projecto identico? Para que lhe diziam das tribunas dos comicios «o povo não póde nem deve pagar mais» e que, se a tal o obrigassem, devia levantar-se em massa, pegar em armas, impôr-se pela força e seguil-os, porque só elles eram os unicos homens capazes de salvar a Patria? Hoje é um republicano que está nas cadeiras do poder que vae ao parlamento dizer perfeitamente o contrario!!! E' um dos homens do governo que vae ali dizer que se torna necessario mostrar ao povo o erro de, na propaganda republicana, se lhe não ter dito que o actual regimen trazia para elle grandes sacrificios.

«E' o proprio ministro que vae dizer ao parlamento que tudo quanto apregoaram ao povo, durante a sua propaganda, foi uma perfeita mentira. E' um republicano que vae ao parlamento pedir para que se lancem novos impostos ao paiz!!! Admiravel! A nossa divida fluctuante é de 88:000 contos e ainda ha um homem que se apresente no parlamento a pedir augmento de despeza e mais 100:000 contos de réis, entre o qual apparecem dois pedidos no total de 68:000 contos para compra de armas e canhões! E é ali n'aquelle casebre de S. Bento, que dizem ser o parlamento, que se pedem novos impostos, quando o paiz já está sobrecarregado de tal maneira que até as proprias classes bem remuneradas protestam, como o fez o sr. dr. Affonso Costa contra a collecta de 200$000 réis que

lhe lançaram os seus collegas do gremio dos advogados. Muito bem, proteste sr. doutor, proteste, que está no seu direito e deve, portanto, concordar que nós tambem temos razão em protestar energicamente, porque os senhores estão todos em contradicção com aquillo que disseram ao povo: *o povo não póde nem deve pagar mais*. Mas não é só isto. S. ex.ª disse ainda que, para se obter aquella quantia, é necessario recorrer ao credito e que para o termos *é necessario haver tambem tino politico e perseverança.* O que se conclue d'esta phrase? E' escusado dizel-o, porque o sr. ministro das finanças disse tudo. Foram elles, não só os que hoje estão no poder mas todos os que andaram pelos comicios apresentando ao povo a pillula doirada, que lhe mostraram tambem a situação do paiz pintada a lindas côres perfeitamente falsas. E' o sr. ministro das finanças que diz no parlamento: *'Devia-se ter dito a verdade ao povo.* Isto é, mentiu-se, o paiz foi enganado! Debaixo d'aquellas lindas côres havia só a ambição do poder, a vontade de governar sem o saber fazer. Na grande propaganda que fizeram havia só a idéia de illudir o povo, levando-o á revolta, para conquistarem as redeas do governo.»

A pouco menos de dois novos annos decorridos, viriam a publico os seguintes trechos do brado esmorecedor de um grupo de presos (O *Intransigente* de 9 de Janeiro de 1914):

«O regimen mudou, mas os processos continuam de pé, ofuscando os direitos conquistados em 5 de outubro. Ah! 5 de outubro, 5 de outubro! Que saudades sentimos do troar do canhão que não só manteve em respeito os monarquicos, como os tiranos de hoje, que cinicamente aclamavam áquelles a quem teem tiranisado. N'esse dia, como cobardes, escondidos até, debaixo da cama, esperavam a decisão da lucta em que *o Povo* se lançou, mal sabendo que as aclamações hipocritas, parecendo sinceras, viriam trazer em pouco o desengano que nos invadiu, assistindo á bandalheira, ignobil e tiranica que mais acentuadamente se tem manifestado no reinado de D. Affonso VII.»

Gritar-se-lhe-ia ainda, abrupta, iradamente, dando noções graves do creado regimen:

«Eh! Patriotas d'então! Eh! Carne de famintos loucos

d'ideal! Eh! Povo que te bateste! Leva arriba! Vê bem como quizeste fazer uma santa e geraste uma meretriz. Leva arriba!... Vae tirar a imagem pura que idealisaste dos braços d'esses aventureiros que a babujam e a contaminam. O rosto uma postula amanhã, o corpo um cancro, os olhos uma podridão!... Não. Não foi por isto que tu ergueste a teus braços segurando raivosamente as armas!... Quizeste uma deusa, deram-te uma rameira.»

. . . .

«Como vae longe a manhã de outubro. E' dezembro, passaram quatro annos. A aurora era uma ficção. Anoiteceu agora. Cidadãos tranquillos que a deixaes tripudiar: Lá veem os brandões da noite negra, os cyrios, os gatos pingados. Tapae o rosto de vergonha. Vae passar o cadaver da republica então nascida.»

Era o brado descrente já, d'um revolucionario da Rotunda, Americo de Oliveira, fulminando os derrubadores do seu sonho, no pamphleto *O Raio* (Janeiro de 1915).

A realidade, é como os relampagos: rasga as trevas, illumina o espaço. Mas tambem produz a cegueira.

Assim o povo, a parte de combate, viu pedregosa e de mau piso a estrada que da relva verdejante desbravou.

Mas era a sua obra.

*

* *

Comtudo, se o povo, intemerato e persistente, teve o maior quinhão n'esse ganho lance, auxiliou-o poderosamente a marinha e o exercito, com a simulada opposição de uns e a desassombrada ajuda de outros.

Assignalava o *Mundo*, logo n'esses instantes (5 de outubro) a escassa acção monarchica das forças:

«Durou a revolução dezenove horas, e foi vivissima a peleja. Os soldados, mesmo os que defendiam a monarchia, sem amor, por disciplina, por obediencia honraram as tradições de valentia portuguesa. Tem que ser grande a nação que tem um exercito assim e um grande povo.»

Essa opinião era ainda reproduzida quatro annos depois: (*)

«Ha quatro annos, por esta hora, estava a Revolução na rua. Tropas descem, tropas sobem. Aqui e alı, destacamentos estacionam. Grupos densos de populares percorrem a cidade e os suburbios em todos sentidos. Estes e aquelles regimentos estavam ao lado da Republica; estes e aquelles, ou na espectativa, ou a favor do velho regime. Nas ruas, nas praças, surgiam combates isolados. Mas o povo não sentia grande ardor em atacar as tropas que elle julgava fieis á monarquia, e estas, por seu lado, mostravam tambem pouco calor e decisão na hostilidade á Revolução. A Republica não estava ainda proclamada — longe disso — mas o certo é que nos dois campos existia a intima convicção de que a monarquia estava morta. No campo monarquico mantinham-se posições, mais por amor á disciplina militar do que por dedicação ao regime. Lutar para quê? O povo queria a Republica e a grande maioria do exercito, convencida de que a monarquia se afundára realmente num mar de torpezas, queria igualmente a Republica.»

Houve mesmo uma quasi unanimidade na proclamação de que se não fizesse fogo contra os rebeldes.

Mas não se pretendeu evidenciar um excesso de zelo em favor da realeza.

E foi um estrangeiro, Leon Poinsard, representante da *Escola Social*, quem deu n'umas impressões, traduzidas para a imprensa de Lisboa, a nota de todas as surprezas:

«Em 4 de outubro só uma parte de dois regimentos, o 1 e o 16, se revoltaram e quasi nenhuns dos seus officiaes os acompanharam. Como foi então que o movimento venceu? Venceu porque entre essas poucas centenas de soldados, estavam quasi todos os chefes da revolta. As sociedades secretas não ganharam adeptos no exercito, nos postos mais elevados e nos mais inferiores. Os ultimos podiam ter sido finalmente vencidos, no dia 5 de outubro pelas tropas fieis, mas evidentemente uma parte do estado maior não as queria vencer e conseguiu o seu desejo.

(*) O *Mundo* de 4 de Outubro de 1914.

«Forneceu os realistas com cartuchos vasios. Fel os retirar, quando os chefes traidores, horrorisados, os julgaram quasi no ponto de ganhar. Mostrou a maior indifferença pelos velhos e leaes officiaes, que indignados com a maneira porque a situação estava sendo traçada e com a alta de comparencia de qualquer official superior na scena, vieram offerecer as suas espadas e os seus serviços ao rei. Alguns d'estes factos, verifiquei eu, mas todos elles teem sido tratados circunstanciadamente por varios jornaes que entrevistaram os officiaes que combateram nos dois partidos.»

O facto, dos cartuchos, assignalado foi pelos proprios revolucionarios, constatando até a existencia de balas de madeira, nos paioes do quartel dos marinheiros.

Emquanto uns, se encorporavam nos regimentos com o fim exclusivo de evitar pelos seus soldados, o massacre dos civis, outros registavam até o emprego de balas de pau, por que haviam sido substituidas as verdadeiras.

Foram 33 horas de descargas e n'esse periodo longo, de mutuas investidas, vem o registo em terra e mar, de 18 mortos militares, pondo de lado os 116 feridos, alguns dos quaes victimas de desastre.

Era a cohesão sob o ponto de vista de fidelidade á revolta.

Era o retrocesso, quasi em peso, das affirmativas de 1908.

A 25 de Maio d'esse anno recebera D. Manuel II, mais de 400 officiaes de todas as armas que lhe foram affirmar a dedicação pelas instituições, como seis dias antes vira desfilar a officialidade de marinha que lhe sorria affavel e promettedora nas felicitações pelo ascender ao throno.

A 27 de Setembro de 1910 ao commemorar-se a batalha do Bussaco, a creança sonhadora, tivera o brado convicto:

— Sei que posso contar com o meu exercito como o meu exercito pode contar com o seu rei.

Foi talvez isso, talvez o reevocar d'esses momentos de preito á realeza e da confiança d'esta no exercito, que deu origem á fuga dos officiaes dos Rotunda na indecisa manhã de 4 de outubro.

Não sonharam elles tão celere reviravolta, e vendo os regi-

mentos inermes sim, mas formados como irreductiveis, esboçaram á sua final e conhecida attitude, a surpreza collossal das situações reveladas.

Disse-o o capitão Sá Cardoso no seu relatorio:

«Mas quem poderia suppor que o inimigo permanecesse inactivo durante horas, deixando enfraquecer o maior das suas tropas?»

A phrase, por si, vale mais que uma extensa critica.

Os rebeldes, contando com todas as tropas, tendo-as quasi presas a um compromisso, ajuramentadas a quebrar o velho juramento, não lograram esconder o seu pasmo pela espectativa, não vendo sequer que ella equivalia a auxiliar a revolta, sob o commodo aspecto de um retrahimento.

Houve, é certo, dedicações.

Raras, sim, mas houve-as.

N'essas, parte da guarnição do Porto, conservando-se durante 24 horas, na espectativa, recusando-se a reconhecer o ideal novo, e adherindo apenas quando reconhecido foi que D. Manuel não iria á Invicta procurar o previsto appoio.

Em Lisboa, a maioria dos troços da municipal que vieram á rua e as baterias de Queluz.

Alguns não dispararam um tiro: a guarda municipal de Santa Barbara e a guarda fiscal, com especialidade a 3.ª companhia, do commando do capitão Costa Couto.

A fusilaria de outros, raro nasceu em vibração de fé monarchica. Impunha-a o equivoco. O povo, avançando, querendo ás vezes convencer pela força, na ignorancia de que de alma o exercito com elle estava, tinha o remate de uma descarga, pelo receio de uma imposição, á bomba.

O movimento prolongou-se, mercê d'esse duplo erro.

O estrangeiro quiz achar-lhe outra explicação: (*)

«Cayó de modo ignominioso, y asi como rey cobarde sólo pensó en huir, nadie le defendió el trono con entusiasmo, conviccion y fé; no tuvo tropas monarquicas que le defendieran varonilmente lo que el dejara perder con cobardia femenil. Y

(*) *Como cae um trono — La Revolucion en Portugal*—Pagina 153.

es que no basta la disciplina para matar en el soldado al hombre; es que bajo el uniforme palpitan ideas, reflejo de realidades amargas. Cuando un regimen se pudre, cae asi, entre indiferencia de los adeptos y odios de los enemigos.»

De verdade, a victoria realenga, levaria apoz si todos quantos depois confessaram e se penitenciaram de não ter disparado um tiro contra os insurrectos que se expuzeram ás represalias monarchicas.

Mas o destino, manietando os que podiam firmemente antepor-se á rebellião, deu-lhes o ensejo para que, abafadas as situações periclitantes, emergissem as de crença e auxilio em ideaes novos.

A orientação, sobresahiu pois em trechos irrefutaveis: (*)

«A organisação revolucionaria não teve deserções. Os officiaes que não sahiram desde logo a combater contra o regimen, mantiveram até final da lucta uma attitude que favorecia inteiramente a victoria da boa causa.»

Era certo.

Arrostando futuras catastrophes, apenas a marinha, infantaria 16 e artilharia 1, das quaes já annotámos a completa acção, e cujas praças foram licenceadas regressando ás respectivas terras, até 22 de outubro, mais de 600.

Quanto aos restantes e exceptuando as forças de Paiva Couceiro,—nortearam-se por preceitos de espectativa, que só aproveitaram á causa rebellionaria.

Vimos já, nos diversos lances, a sua attitude, e até com o voto de applauso d'aquelles que haviam sido mandados combater.

Registada a queda dynastica, as bandas militares percorreram logo as ruas, sendo as primeiras, marinha e caçadores 2 e 5, e infantaria 1, indo cumprimentar o governo provisorio, aprestando-se para dictar as leis basilares da Republica.

O coronel Christovam Adolpho Ribeiro da Fonseca, antes commandante de infantaria 5, que no Rocio se collocára em

(*) *A Revolução Portugueza — O 5 de Outubro*, por J. d'Abreu — Pagina 200.

apparente lucta com a Rotunda, assumia depois o cargo de confiança, de commandante do regimento de infantaria 16 (18 de outubro de 1910), tomando ali a attitude assim descripta (*) pelo 2.º sargento, Jorge Ribeiro de Almeida:

«Ao coronel sr. Christovam Adolpho Ribeiro da Fonseca, ao assumir hontem o commando de infantaria 16, foi apresentada a corporação dos sargentos pelo sr. tenente ajudante interino, a quem sua ex.ª se dirigiu de fórma tão captivante que extasiou o espirito de todos os presentes, pelo que pedimos respeitosamente que nos deixe expandir a admiração pelas suas boas palavras, as quaes não são dadas á luz da publicidade para se tornarem objecto de mercês. Disse sua ex.ª aos seus sargentos, entre outras coisas, que esperava de todos uma voluntaria dedicação para, no limite do alcance de cada um, coadjuval-o na sua ardua missão do commando, que elle, coronel, estava ali unica e exclusivamente para, na qualidade de soldado «servir d'alma e coração a Republica Portugueza», e que aconselhava todos os seus subordinados a seguirem, do intimo, o seu exemplo, esperando que os sargentos do seu regimento incutissem no animo dos soldados o nobre sentimento da Patria e da Republica. Terminado este conselho fraternal, os sargentos convictos das altivas palavras do seu novo commandante, e radiantes de alegria, asseveraram a sua firme convicção de conservarem bem presentes as palavras do seu coronel, para que jámais sejam olvidadas e que sejam para sempre lemma do heroico regimento republicano: «Servir d'alma e coração a Republica Portugueza.»

As adhesões foram apressadas, quasi em massa, a ponto de dois dias decorridos, vir á imprensa (**) a seguinte affirmativa:

«Póde dizer-se que quasi todos os officiaes com residencia na 1.ª divisão militar teem comparecido no quartel general da 1.ª divisão militar, onde sob palavra de honra garantem servir o novo regimen com a maior lealdade e dedicação.»

(*) O *Diario de Noticias* de 19 de Outubro de 1910.
(**) O *Dia* de 7 de Outubro de 1910.

Seguiu-se-lhe, é certo, a avalanche de requerimentos sollicitando a reforma ou a demissão, vindo á ordem do exercito publicada em 27 de outubro.

Mas, a esse tempo já se encetára, no jornalismo republicano, a campanha contra os chamados *adhesivos*.

Todavia, pelo governo foi julgado conveniente a publicação (7 de outubro) de nota officiosa, de chamamento a retardatarios:

«No ministerio da guerra tem sido recebidas adhesões de todos os corpos das guarnições das provincias, que declaram adherir ás novas instituições. A ordem publica está assegurada em todo o paiz. Em vista do que, as tropas que occupavam o alto da Avenida, principal reducto das forças de terra que implantaram a Republica Portugueza, retiraram hoje a quarteis, pelas 3 horas da tarde, ficando ali apenas alguns homens de artilharia e infantaria. O governo garante a todos os officiaes do exercito que não exercerá perseguições de especie nenhuma, seja contra quem fôr. Considera que todos cumpriram com honra o seu dever, e como tal, logo que se tenham apresentado, prestando fidelidade, são todos officiaes do mesmo exercito da Republica ou da mesma Patria que nasce para o trabalho, para a justiça, para a liberdade e para o progresso.»

Pensou-se ainda nos reformados, retrahidos e essa attitude conduziu o governo provisorio, a, pelo ministerio da guerra, determinar em 13 de outubro, que os officiaes de todas as patentes pertencentes ao quadro de reserva, reformados, os nomeados directamente para a reserva ou em qualquer situação não arregimentados, apresentassem nos commandos das divisões onde se acham residindo, declarações de adherirem ao regimen estabelecido, a fim de serem enviadas á respectiva secretaria.

A submissão dos corpos da provincia, foi quasi sem restricções, a começar por caçadores 6 e artilharia 3, que adheriam logo em 5, cerca de Villa Franca, até onde haviam marchado para a defeza monarchica. De infantaria 14, de Vizeu, veio (*) até a seguinte mensagem dos sargentos:

(*) O *Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

«*Cidadão.*—Hoje, que o advento da nossa Republica é um facto e que o patriotismo do nosso povo, do nosso exercito e da nossa armada fizeram levantar uma Patria nova dos escombros em que a tinha lançado um regime de falsidades e de traições, vimos nós, soldados mais que nunca da Republica, saudar-vos, e a todos os que contribuiram para a implantação do regime, o unico que pode salvar a nossa querida Patria. Que o sangue derramado na capital da Republica faça germinar o bem de que tanto carecemos nós, portugueses, e que o velho leão de Portugal, ao tomar o balsamo da Republica, se revigore para que se imponha ao respeito do mundo e seja digno das suas gloriosas tradições, tão grandes que, não só honram um povo, pois honram tambem uma raça.—Saude e fraternidade—Vizeu, 6 de outubro de 1910.»

Quiz-se reivindicar para os commandantes dos fortes do Bom Successo, uma propensa attitude de dedicação á realeza, identica á da capital do norte.

Foi todavia um simples conflicto de jurisdicção: a recusa do arvorar da bandeira republicana, determinada pelo ministerio da justiça quando ao da guerra impendia a ordem.

O commandante, officiaes e soldados do campo entrincheirado, abriram em 5, para passagem ao povo, os portões do quartel do Esparregal.

No hospital militar de Runa, a bandeira era solemnemente içada na manhã de 9, em formatura, mandando o então director, general de divisão, Basilio Damasceno Rosado, queimar muitas girandolas de foguetes. O official discursava até.

Completaria a franca adherencia da força publica, outro successo não menos expressivo: a um exacto mez da proclamada republica, iam ao Directorio Republicano, no Centro do Largo de S. Carlos, prestar a sua homenagem, os officiaes da guarnição de Lisboa, incluindo os da guarda republicana.

Mas não havia que mal julgar: n'essa hora, aparte poucos descrentes, a vida de Portugal julgou-se enveredando para aberto campo promissor.

E tanto que, a mezes de tal demonstração, em camaras (*) dava o dr. Eusebio Leão, a officialidade, como sendo um terço republicano, um terço liberal e um terço «apresentando opiniões mal definidas.»

Ficou, de resto, como caminho aberto para de futuro, a phrase historica da recepção feita pelo secretario directorial, dr. Eusebio Leão: «o exercito não se destina a defender partidos, mas a bem servir a Patria.»

Viriam depois as arguições.

Formulava-as o conselheiro Teixeira de Sousa, em hora em que, se mal se fizera, sem remedio estava.

O segundo volume da sua obra *Para a historia da revolução*, publicada em Coimbra, em 1912, é a critica ao movimento de outubro com o depoimento dos seus proprios interferentes, evidenciando, á clara luz, a quasi unanime connivencia das tropas, elementos reproduzidos de artigos inspirados por revolucionarios, quer civis, quer militares.

A base, veridica a tantos motivos, trouxe ao trabalho de Teixeira de Sousa, notavel acrimonia.

Ainda na typographia, e já aos editores e auctor iam aggravos em bilhetes postaes, emquanto outros se esforçavam por entravar, com pedidos, a publicação.

O antigo orgão da dissidencia, (**) expressou desde logo o seu pensamento:

«O sr. Teixeira de Sousa vae, afinal, publicar o seu tão falado livro. Pelo indice, que lemos hontem no *Diario de Noticias*, temos — quanto á opportunidade e senso politico d'esse livro, escripto pelo chefe do governo de 5 d'outubro, cujas responsabilidades, com a deposta monarchia e com o paiz, são assaz graves — a mais penosa impressão. Oxalá ella se attenue na leitura do livro, que nos parece nada teria perdido se aguardasse na gaveta do seu auctor, que deve estar morto para a politica, ensejo mais apropriado. Isto o dizemos com tanto maior magua quanto é certo que as nossas relações pessoaes com o sr. Tei-

---

(*) Sessão n.º 13, de 7 de Julho de 1911.
(**) O *Dia* de 29 de Fevereiro de 1912.

xeira de Sousa teem sido excellentes e elle sabe, que se nunca o cortejámos em horas de fortuna, d'elle nos não esquecemos nos momentos de maior adversidade. Ha erros, porém, cuja reincidencia nada pode desculpar ou perdoar. E ha deveres de lealdade que a muito obrigam, em todos os tempos e em todas as circumstancias, até com o proprio sacrificio, ainda quando este seja de dolorosa expiação. O silencio é d'ouro e a palavra é de chumbo. E' o caso.»

Não era bem assim a orientação do chefe da antiga dissidencia, conselheiro José d'Alpoim, que, em entrevista jornalistica (*) considerava o livro, legitima obra de defeza, por entender illegitimos os ataques a Teixeira de Sousa, «accusado aqui e no estrangeiro, de ter atraiçoado a monarchia, chegando até a falar-se em sommas recebidas.»

Firmado em lances evocados por aquelles que se constituiram em vencedores da chamada *Jornada de outubro*, só teve como refutante, o coronel de lanceiros 2, Alfredo Augusto José de Albuquerque.

Não foi elle mais visado do que os outros no apreço da revolta e da attitude do exercito, mas ergueu a luva por parte do seu regimento, cuja acção ephemera se resaltou.

A attitude opposicionista de lanceiros 2, não constituiu uma epopeia. Evidencia o o aspecto assumido á marcha da artilheria revoltosa, sobre o quartel da Estrella e ainda a dispersão junto aos muros da Penitenciaria.

Alguns officiaes teve, aggrupando-se ao lado dos deffensores da causa real, mas inutil era o esforço de varios em relação ao contrario trabalho de muitos.

O regimento alvejado foi até com a accusação de ter acclamado a republica, logo aos primeiros momentos de revolta:

«Formamos finalmente na parada. Foram recrutadas as sentinellas ás prisões. Quando isto se fazia ouvimos o tropel das forças de lanceiros que vinham de acompanhar o rei ao Paço e corresponderam aos «vivas á Republica», que os populares e

(*) A *Capital* de 23 de Maio de 1912.
(*) O *Imparcial* de 24 de Outubro de 1910.

militares soltaram sobre o muro. Para onde iriam assim, correndo?...»

Não patenteou abertamente, uma adhesão, mas operou, de continuo uma transigencia. O regimento, recolhendo ao quartel, sem hostilisar a rebeldia, submettia-se como infantaria 1, ás 10 horas da noite, e pedindo orador de prestigio para acalmar o povo, promettendo desagrado.

Fôra tardia a resolução, comtudo não aproveitou á realeza, pois nem de leve vislumbrou, uns assomos de refractariedade á causa vencedora.

Seguiu a corrente de avassalação.

Certo é porem que o respectivo commandante não enfileirou no numero dos adherentes.

Alfredo de Albuquerque, convocando o conselho de officiaes, dizia-lhes com o remate de um abraço a cada um:

— Naturalmente é a ultima vez que os reuno. A minha carreira de official terminou hoje.

Evitando apresentar-se, enviara ao ministro da guerra, com uma parte de doente, a declaração de que ao comparecer definiria a sua situação. (*) Depois requeria a reforma, não se lhe attendendo a pretensão, por a junta de saude o julgar apto.

Requeria então a demissão (17 de outubro) concedida pela ordem do exercito publicada a 27, a mesma que exonerou de secretario e archivista do conselho da ordem militar de S. Bento de Aviz o general de divisão da reserva Luciano Pego de Almeida Cibrão; de inspector dos hospitaes militares o general de divisão Antonio Vicente Ferreira Montalvão; de presidente do supremo conselho de justiça militar o general de divisão conde de Bomfim; reformou o general de divisão Manuel Gorjão; demittiu a seu pedido, o general de brigada reformado Bernardo Pinheiro Correia de Mello (conde de Arnoso), tenente-coronel do quadro de reserva José Gonçalves Guimarães Serodio (conde de Sabugosa), capitão de artilharia José Joaquim Gomes de Castro (conde de Castro), capitão de artilharia José Maria de Portugal da Costa Mexia de Mattos (conde de Penella) e passou

(*) O *Seculo* de 10 de Outubro de 1910.

á reserva o general de divisão Luiz Augusto Pimentel Pinto, coronel de estado maior de engenharia Carlos Roma du Bocage, coronel de cavallaria n.º 7 José Celestino da Silva, coronel de cavallaria Filippe Malaquias de Lemos, coronel do estado maior de infantaria José Jayme de Sousa Marques e o tenente coronel de engenharia Antonio Eduardo Villaça. Seguiu-se lhe a exoneração por decreto publicado em 23 de dezembro, do logar de director do Museu Nacional dos Coches.

O facto, deu origem até ao seguinte commentario do jornalismo republicano, (O *Mundo* de 3 de outubro de 1913) sob o titulo *Os grandes monarchicos:*

«Ainda a proposito do coronel Antonio d'Albuquerque, comandante de lanceiros 2 em 5 de outubro de 1910, convem recordar que, julgando-se incompativel com a Republica, aquelle palatino começou por requerer a reforma. Como a junta o deu por apto para todo o serviço, é que pediu a demissão. Se pudesse, lá estaria em Paris como reformado. Não quereria saber do país mas receberia o soldo.»

Mercê da vigilancia exercida, emigrava para Paris, a 29 de dezembro d'esse anno de 1910.

Entretanto e desde logo assumiu o commando interino de lanceiros, o capitão Thomaz de Sousa Rosa, assistente a reuniões revolucionarias mas não a quaesquer dos incidentes das horas graves. Succedia lhe, como effectivo, o coronel Julio Augusto Ferreira.

Ao livro *Para a historia da revolução*, contrapoz Alfredo Albuquerque, outro, sob a auctoria do escriptor Joaquim Leitão, de titulo *Os Cem Dias Funestos* (Processo e condemnação do ultimo presidente do conselho de 1910, Antonio Teixeira de Sousa e do seu livro *Para a historia da revolução*).

Era um ataque directo, violento e documentado.

Como critica inicial teve logo uma, do jornal republicano O *Mundo* (5 de Novembro de 1912):

«A talassaria exulta porque um *reporter* talassico, de nome Joaquim Leitão, escreveu um livro a injuriar e a difamar o sr. Teixeira de Sousa. Não conhecemos a obra mas, pelas informações que temos, Joaquim Leitão é apenas um *testa de ferro*

dos odios talassicos contra aquelle homem publico que pretendeu governar contra o enxurro que rodeou D. Manuel. Ouvimos mesmo que no livro figura um dos mandatarios de Joaquim Leitão, o ex coronel Alfredo de Albuquerque, que não deu a vida pela monarchia quando ella perigou, mas que não poude viver sob a Republica, abalando para Paris após a sua proclamação. Consta que o sr. Teixeira de Sousa, não respondendo ás calumnias do *reporter* Leitão, responderá ás falsidades que teem a marca do ex-coronel Alfredo de Albuquerque.»

Rebatendo-o ainda, veio ao *Mundo*, (14 a 17 de Dezembro de 1912) o major Thomaz de Sousa Rosa, em successivos artigos subordinados aos titulo e sub-titulo «A revolução de 5 de Outubro — Resposta ao ex coronel Alfredo Albuquerque.»

N'um ataque ao governo, e que as circumstancias justificavam, o livro *Cem Dias Funestos* procurava tirar ao exercito o seu pessoal aspecto auxiliar á republica, estabelecendo-se-lhe a intenção ministerial de a coadjuvar.

Comtudo, se ao acto de rebellião não correspondeu um energico gesto repressivo, é certo que a attitude da militança, sendo, mercê de propaganda, favoravel ás reivindicações democraticas, ou lhe deu o seu voto de adherencia pelas armas ou se lhe entregou pela inactividade combativa.

Jámais erguido foi um protesto contra a affirmativa, repetida de vez em quando, de que a republica se devera ao exercito, e assim succedia ainda a mais de quatro annos d'essa data, declarando-se que ella fôra possivel em cinco de outubro, pela cumplicidade dada aos revolucionarios. (A *Lucta* de 26 de Janeiro de 1915).

Encerravam os *Cem Dias Funestos*, (pagina 537) uma formula litteraria de accusação contida em 20 quesitos, dos quaes os seus ultimos constituiam um ataque violento:

«15.º Está ou não provado que, tendo escolhido para fazer parte de um governo, que o reu sabia que havia de defrontar-se com a revolução, um ministro da guerra que era um invalido e um ministro da marinha que era um incompetente e ignorante dos negocios que ia gerir, operou por premeditada traição?
16.º Está ou não provado que, como é voz publica, foi peitado

pelos revolucionarios para entregar as instituições á sua guarda? 17.º Está ou não provado que, sahindo do Quartel General na noite de 4, exactamente na hora mais critica da situação, para ir a casa socegar a familia, desertou do seu posto de honra, deixando tudo e todos no mais completo abandono? 18º Está ou não provado que o reu declarou publicamente após a proclamação da Republica que continuava no novo regimen a vida politica? 19.º Está ou não provado que o reu trahiu as instituições? 20.º Está ou não provado que o reu está incurso no crime de alta traição, de que foi unico autôr, tendo por cumplices o ministro da guerra e o ministro da marinha?»

Como resposta a elles se apresentou o seguinte:

«Quesito 15.º, provado só a 1.ª parte, negada a conclusão, que tem a attenuante do reu se encontrar privado do pleno uso das suas faculdades, obcecado pela ambição, ao formar o ministerio; quesito 16º, negado; quesito 17º, provado por unanimidade; quesito 18.º, provado por unanimidade; quesito 19º, provado por unanimidade que trahiu, mas por *passividade consciente*, com a attenuante de uma *insufficiencia mental*, 20º provado para o primeiro; para os cumplices provado com a attenuante de invalidez para o ministro da guerra, manifesta incapacidade para o ministro da marinha, e ausencia de intenção criminosa, para ambos.»

Como *sentença* veio isto:

«Perante a decisão do jury, a Consciencia Nacional, condemna o reo Antonio Teixeira de Sousa, ultimo ministro do Reino e Presidente do Conselho de 1910, á pêna maxima: degradação do seu alto pôsto politico, privação de todos os seus titulos e condecorações nacionaes, e estrangeiras, se as tiver, e condemnação á vida e ao desprezo publico, devendo cumprir a pêna na terra da sua naturalidade ou na alternativa em Lisboa. Execute se.»

A replica surgiu em novo livro de Teixeira de Sousa, *A força publica na revolução* (Novembro de 1913).

N'elle, o ultimo presidente do conselho da monarchia, evidenciava o que aliás conhecido era: o exercito, sem convicções monarchicas, rasgadas pela intensa propaganda republicana, in-

disciplinadora e perturbante, enveredara pelo caminho do ideal apresentado como moralisador, austero e amplamente liberal.

Reevocava os depoimentos de graduados, como o capitão Martins de Lima, o aspecto dos quarteis, anarchisados e a inercia regimental.

Apresentando se principalmente, em defesa do exercito, o commandante da Rotunda, espelhava em artigo do seu orgão jornalistico, O *Intransigente*, (17 de Novembro de 1913) a ideia de que a causa unica do insuccesso do plano deffensivo do coronel José Joaquim de Castro, fôra a perseguição ás associações secretas, conduzindo Machado Santos a «levar ao exercito o mesmo espirito de revolta que animava a armada contra a monarchia.»

N'uma orientação, que se comprehende, o commissario naval, collocando os officiaes na plataforma de haverem conseguido, em disciplina, o maximo da soldadesca, dizia:

«E' preciso que isto se repita bastantes vezes em honra do uniforme do exercito portuguez. Os oficiaes conseguiram dos seus soldados o maximo que podiam; arrancar lhes mais energia para a acção, foi-lhes completamente impossivel; como impossivel fôra para alguns realisar o plano da intentona reacionaria no estado em que haviamos posto os quarteis. A orientação liberal do ministerio Teixeira de Sousa chegou muito tarde. O *5 de outubro*, como citámos no nosso relatorio que bastante gente tem lido mas muito pouca digerido, bem podia ter-se realisado em abril, em julho, ou em agosto do mesmo ano, de 1910, e com os mesmissimos elementos de acção e de oposição que entraram n'ele. Não foi nossa a culpa se ao proprio ministerio Beirão-Dias Costa, não estalou a «castanha» na boca. Alguns erros de observação e de informação contém o livro do sr. Teixeira de Sousa, que comtudo em nada alteram o fim que teve em vista publicando-o, nem os revolucionarios na Rotunda se quedaram resignados á situação de vencidos, nem a guarnição de Lisboa se rendeu sem haver sido atacada.»

. . . .

«Não é justo dizer-se que a guarnição de Lisboa se rendeu

sem haver sido atacada; tudo estava efétivamente preparado para que o não fosse, mas a fatalidade assim nos obrigou; durante 30 horas a artilharia revoltada não lhe deu descanço.»

A situação das forças, ante esse tiroteio já a analysámos: ou se produziu um simulacro de terror ou se manifestou em descargas improductivas.

Não sahindo do seu posto para um assalto em regra, os regimentos, deram a exacta prova da phrase escripta pelo tenente José Valdez: não se entregaram, adheriram.

O livro do conselheiro Teixeira de Sousa, visando, emfim, a replicar ao do coronel Albuquerque, registava que o official, effectuára uma marcha, aturada sim, mas escassa em alcance derrubador da sedição. Veremos egualmente a adherencia, sem restricções, em Ponte de Sôr (9 de outubro) do destacamento de lanceiros do commando do tenente Namorado.

Era inutil o esgrimir, desde que o mesmo espirito de complacencia norteára os adversarios, facto comprovado na nossa descriminada analyse de todos os incidentes.

A imprensa formulou commentarios, em maioria desfavoraveis e um d'elles surgiu no jornal *O Rebate:* (*)

«Não sabemos se, com o seu novo livro, o sr. Teixeira de Sousa conseguirá como é evidentemente seu proposito, convencer toda a gente de que a unica culpa, ou infelicidade, que se lhe pode atribuir, quanto á queda da monarquia, foi pretender servi la — *com taes defensores*, como êle chama ao ex-coronel Albuquerque e a outros. O que sabemos, porém, é que o mesmo sr. Teixeira de Sousa se manifesta, nesse livro, um estrategico de mão cheia, ensinando o padre nosso ao tal vigario do sr. Albuquerque que parece, de facto, na ocasião do perigo, ter-se portado mais como vigario que como coronel. Apenas admira, no referido lance, o então chefe do governo não ter, tão pouco, mostrado que sabia o que mostra agora, saber tanto.»

Por seu turno, o coronel Albuquerque, em carta á im-

(*) O *Rebate* (da direcção do Dr. Alfredo de Magalhães) de 6 de Dezembro de 1913.

prensa (*) declarava manter as affirmativas contidas no livro, de sua inspiração.

De polemica em polemica nasceu pendencia entre o signatario do volume, o jornalista Joaquim Leitão e o conselheiro Teixeira de Sousa, resultado de uma carta por este publicada (**) e onde relegando se para plano inferior, com phrases aggressivas, a figura do auctor do livro, se frisava a nota, aliás veridica, de a contradicta haver surgido por um civil quando a questão visava militares e, ainda, se caminhava, abertamente, ao encontro do coronel Albuquerque.

Todavia só a dois annos da data se deu o enveredar do incidente para o campo das pendencias.

Forçou á demora, o exilio, forçado, de Joaquim Leitão e que em carta de 19 de Novembro de 1912, annunciava ao conselheiro Teixeira de Sousa, o addiar da questão para quando á patria pudesse vir.

A amnistia de fevereiro de 1914 favoreceu esse intento, só realisado todavia dois mezes decorridos, a 20 de abril, data em que a questão resurgia com a seguinte carta:

«Lisboa, 20 de abril de 1914. — Casa de v. ex.as, rua Alexandre Herculano, 17. — *Il.mos e ex.mos srs. conde de Tarouca e Polycarpo de Azevedo* — Tendo o sr. Antonio Teixeira de Sousa publicado, no n.º 11.101 do «Seculo», de 9 de novembro de 1912, uma carta em que havia frases que reputo injuriosas, no mesmo dia em que tive conhecimento dessa carta, 10 de novembro de 1912, em Paris, onde, então, residia, escrevi a duas pessoas em Lisboa, encarregando-as de tratar do assunto, com dois representantes do sr. Teixeira de Sousa. Por motivos atendiveis, que me foram comunicados em cartas datadas de 15 de novembro de 1912 e recebidas por mim em Paris, a 18 do mesmo mês e ano, essas pessoas não poderam aceitar o mandato. Nestas condições, e dando-se mais o facto bem notorio

---

(*) O *Diario de Noticias* de 28 de Novembro de 1913.

(**) *O Seculo* de 5 de Novembro de 1912 — Deu-se até o equivoco de a carta vir datada de «Sanfins em 10-11-912» quando o jornal era de 5 d'esse mez.

(***) O *Diario de Noticias* de 29 de Abril de 1914.

e averiguavel que os acontecimentos politicos me tinham fechado a fronteira de Portugal, e dando se ainda a circunstancia dos meus amigos se encontrarem, como eu, no exilio, e não me sendo possivel protelar por mais tempo, a regulamentação deste caso, dirigi, segundo os preceitos que codificam assuntos desta ordem, dirigi ao ofensor uma carta, datada de Paris, 19 de novembro de 1912, em que notificava a impossibilidade em que me encontrava de lhe enviar as minhas testemunhas dentro do praso regulamentar, a fim de que a reparação me não podesse ser recusada sob o fundamento de extemporanea reclamação. Não findando essa impossibilidade senão agora em que a minha situação politica me permite regressar ao paiz, venho pedir a v. ex.as se dignem aceitar a missão de me representar neste assunto, exigindo do sr. Antonio Teixeira de Sousa uma formal e completa retratação ou uma reparação pelas armas. Com a mais alta consideração e estima — De v. ex.as, muito atento venerador e obrigado — *Joaquim Leitão.*»

Confiara o conselheiro Teixeira de Sousa, o encargo de o representar, aos jornalistas João Carlos de Mello Barreto e Barbosa Collen, que em Vidago estariam á disposição das outras testemunhas. Evocados logo foram os varios codigos do duello, para que a reunião fosse em Lisboa, onde residiam tambem os dois jornalistas, emquanto estes, reivindicando egualmente as theorias dos codigos, registavam que a pendencia devia ser tratada na terra da residencia do desafiado, Vidago.

Chocando se os trabalhos do Conde de Verger de Saint-Thomas com os do Bruneau de Laborie e A. Croabbon, e salientando se pelas testemunhas de Teixeira de Sousa, que, se ellas fossem obrigadas a ir ter com as de Joaquim Leitão, não tinha havido necessidade de addiamento pois em Paris se haveria realisado a conferencia, os representantes do antigo ministro davam a 26 de abril os seus trabalhos por findos com honra para o seu constituinte, e ante isso, seguiam-lhes o exemplo, os delegados do auctor do *Cem Dias Funestos*.

Em bem ficou pois a pendencia que chegou a ser dada (*)

(*) *O Dia* de 24 de Abril de 1914.

como sendo «entre um ministro que foi da monarchia e um antigo official superior do exercito actualmente residindo no estrangeiro.»

De tudo ficou a base de que a força publica na revolução, apenas para ella se inclinou, bem merecendo a saudação affixada nas esquinas das ruas, logo ás primeiras horas do dia 5:

«Ao exercito e á marinha — O governo provisorio da Republica Portugueza sauda as praças de terra e mar que, como o Povo, instituiu a Republica, para felicidade da Patria. Confia no patriotismo de todos. E por que a Republica para todos é feita, espera que os officiaes do exercito e da armada que não tomaram parte no movimento revolucionario se apresentem no quartel general a garantir pela sua honra a mais absoluta lealdade ao novo regimen. No entretanto, os revolucionarios devem guardar todas as suas posições para defeza e consolidação da Republica. Lisboa, 5 de outubro de 1910 — Pelo Governo Provisorio, O Presidente, *Theophilo Braga*.

Mas, á propaganda dissolvente, breve se seguiu a de necessaria disciplinisação, e quanto ao exercito talhou-se no seguinte decreto publicado na respectiva ordem (17 de outubro de 1910):

«O governo provisorio da Republica Portugueza, no desempenho da sua missão, toda de intuitos depuradores e progressivos, comprehende que um dos seus primeiros e mais indeclinaveis deveres é reorganisar o exercito, convertendo-o n'uma instituição verdadeiramente patriotica e util, e que profundamente se identifique, na qualidade e numero dos seus elementos constitutivos, com as legitimas aspirações da alma nacional. Em vez da organisação obsoleta e mesquinha que o regimen monarchico, por um sentimento egoista de defeza, persistie em conservar ao exercito, tornando-o em certo modo um corpo estranho em meio da expansibilidade vital da nação, a sociedade portugueza quer vêr n'esse mesmo exercito, que deve ser a pura representação dynamica da sua força, uma instituição harmonica e util, de caracter puramente democratico, ligada pela disciplina que provém da noção consciente do dever, e em que o cidadão feito soldado deixe de ser o representante d'uma casta, para se encarnar intimamente no espirito e coração da sua patria. E' para trabalhar, segundo esta orientação, que o governo provi-

sorio da Republica Portugueza ha por bem nomear a commissão abaixo designada, da reconhecida illustração e patriotico zelo, de cujos membros espera a redacção de um projecto de reorganisação do exercito, que, inspirando se nos mais racionaes e modernos principios de preparação para a gueera, dê á nação as mais seguras garantias d'uma solida defeza. A bem dos interesses publicos, o governo provisorio espera que esta commissão se desempenhe do seu mandato com a brevidade compativel com tão arduo encargo. Presidente, general de divisão José Estevão de Moraes Sarmento; vogaes: dr. Manuel Brito Camacho, coronel de artilharia Ramos da Costa, coronel de infantaria Judice da Costa, tenente coronel de administração militar Vasconcellos Dias, capitão de artilharia e do estado maior João Pereira Bastos, capitão de cavallaria Fragoso Carmona, capitão-medico José Justino de Carvalho, tenentes, de engenharia Raul Augusto Esteves, de artilharia e do estado maior Fernando Augusto Freiria, de infantaria e do estado maior Victorino Henriques Godinho, veterinario Simões Alves, de administração militar Victorino Maximo de Carvalho Guimarães, que desempenhará as funcções de secretario.»

Logo a 19, se noticiou (*) haver «certo descontentamento entre as praças de infantaria 15 que, vindas de Thomar, chegaram a Lisboa no dia 5, por não terem trazido roupas e acharem-se aqui sem recursos e sem meios de obviar tal inconveniente.» A 26, praças de engenharia quizeram estabelecer a rebellião, por causa do rancho, das praças de caçadores 6, aquartelladas em caçadores 5, o que forçou á detenção no forte do Duque de soldados do primeiro regimento. A 28, em caçadores 2, seis soldados de caçadores 4, inutilisaram o rancho, incitando os camaradas á indisciplina, pelo que foram presos e de madrugada remettidos para o castello de S. Jorge, com mais seis e o cabo 13 da 6ª companhia, que se insubordinaram contra a sahida dos companheiros.

A' imprensa (**) veio ainda a nota officiosa:

(*) O *Seculo* de 27 de Outubro de 1910.
(**) O *Diario de Noticias* de 29 de Outubro de 1910.

«Nas regiões officiaes foi-nos hontem absolutamente desmentido o boato, a que se deu insistente curso, de que nos dois ultimos dias tinham sido presos alguns officiaes, por se ter descoberto que tramavam contra as instituições vigentes, sendo-nos parallelamente affirmado que o governo tem completa confiança na fidelidade e disciplina do exercito e da armada.»

Não acatada, todavia, a ideia disciplinadora, desde logo nasceram successos extranhos em infantaria 2 e em Beja, erguidos até nas sessões das Constituintes de 7 e 13 de julho de 1911.

A politica trazia ainda, mais tarde, incidentes que a propria imprensa republicana criticaria, — embora por simples divergencia partidaria: — sob o titulo de «uma banda regimental em patuscada politica.» (*)

Referia-se ao facto de o então commandante de infantaria 21, não só ter assistido a um banquete de confraternisação entre partidaristas do grupo democratico, como haver convidado a banda do regimento a abrilhantar a festa, de caracter em absoluto politico, não tendo os musicos recebido a gratificação regulamentar.

Outras accusações vieram, (**) a proposito de um comicio evolucionista em Vizeu e que o jornalismo monarchico apontava como «consequencias de se ter mettido a politica no exercito»:

«As inconveniencias de duas duzias de turbulentos, que não eram mais, e «entre os quaes se contavam soldados indisciplinados e ebrios», um professor do lyceu e varios garotos afadistados, essas inconveniencias não fizeram mais do que a pôr em mais brilhante destaque a adhesão convicta, expontanea, sincera e enthusiastica, que a numerosa e selecta assembleia deu ás ideias que o sr. Antonio José de Almeida, com indomavel energia e calor, expendeu na sua conferencia.»

Mais graves elementos appareceram ainda n'esse mesmo jornal, (***) suggerindo considerações justas, até ao ponto de

---

(*) A *Republica* de 22 de Junho de 1914.
(**) Idem de 14 de Abril de 1913.
(***) Idem de 26 de Maio de 1913.

frisar, acerca da tropa na revolução: «não diremos que a intervenção da força armada não tivesse sido um mal.»

Uma ordem, official, evidenciaria não menos extranhos aspectos: (*)

«Constando ao ex.mo comandante que algumas praças, sem indicação da unidade a que pertencem, se intrometem, quando passam pelas ruas, com senhoras que permanecem ás janelas e ainda que, por aquelas, lhes são dirigidas palavras grosseiras, ditos picantes e gestos atrevidos, recomenda ás praças d'este regimento que se alheiem a actos que deprimem qualquer individuo tornando-o indigno da classificação de homem de bem e militar brioso. O dever social impõe-nos a seriedade e compostura para todos, especialmente para a mulher que pela sua fraquesa, só tem direito ás maximas atenções, qualquer que seja a sua graduação social, dignificando-se quem só lhes der estima e consideração. Espera, pois, que os soldados de infantaria 34 se comportem de modo a merecer a estima dos seus superiores e a admiração, pelo seu porte exterior dos seus concidadãos, na certesa de que aquelas praças que esquecerem o seu dever olvidando esta carinhosa recomendação serão severamente punidas.»

Ainda outras viriam, regulando até o serviço de continencias, ante o facto de se «não notar nem o garbo militar, nem o aprumo e a extrema correcção que devem acompanhar e exteriorisar essa demonstração de respeito de todo o militar para com os seus superiores.»

Teem d'estes embaraços as sedições e a indisciplina, talhada, como necessaria, para oppôr, como supremo argumento, ás causas instituidas, por largo tempo se mantem até á extincção completa do germen pernicioso, pelo são exemplo dos que d'alto dictam leis.

Mas o exercito, lançado á revolta, para que melhor futuro assegurasse, arremessado ao olvido foi para que, a quasi quatro annos de distancia da causa commum com a rebeldia, expuzesse em pleno parlamento, o decahido d'uma situação:

(*) *Diario de Noticias* de 2 de Junho de 1914. (Circular do Ministerio da Guerra).

«Não imitarei o ministro da guerra que, em França, na vespera da guerra de 1870, afirmava que ao exercito não faltava um botão; direi, pelo contrario, que no nosso exercito falta muito, falta tudo. Não se iluda o país com o facto de virem anualmente milhares de homens receber a instrucção militar; isso de nada serve se não houver o material de guerra para poderem ser armados e equipados, se não houver o material de artilharia suficiente, se o campo entrincheirado não estiver em condições de defender o nosso posto militar Se a camara acha que é exagerada a verba de 250 contos para a compra de cavalos, é porque ignora o estado em que se acha o exercito, e eu não hesito em declarar aqui que o comandante d'um regimento de artilharia teve de ir, de carro, assistir a um exercicio de bataria do regimento que comanda para poder ceder o seu cavalo a um cabo; ora isto é espantoso.»

Era o ministro da guerra, Pereira d'Eça o acclarante, (Sessão de 23 de Março de 1914) de taes factos e já então ao exercito ia, segundo boatos, o occulto de uma suspeita e d'uma vigilancia, traduzida até na aggressão ao antigo commandante de artilharia 1, general Jayme Leitão de Castro, sob rumores de interferencia no fracassado lance monarchico de 21 de outubro de 1913...

O exercito, reivindicaria porém para si uma situação nova e apoz uma collectiva manifestação (Janeiro de 1915) entraria em dictadura militar, beneficamente reconstructora, representada n'um gabinete da presidencia do general Pimenta de Castro.

Antes, já a Rotunda conhecera o olvido do seu outubrino trabalho.

Ao carcere fôra o sargento José Martins, que no alto da Avenida, disparou o primeiro tiro de peça na madrugada de 4, salvando o acampamento da subversão pela guarda municipal.

Já para os calabouços haviam ido alguns dos *sargentos da Rotunda*.

Isso mereceu ás *Novidades* (23 de Novembro de 1912) um artigo. O titulo definiu tudo: *O culto da ingratidão.*

VIII

Na Rotunda — Machado Santos — Da illusão á desillusão — Iniciaes divergencias — As homenagens — A questão das promoções — As campanhas anti-machadistas — O premio a Machado Santos — Os incidentes parlamentares — O desvanecer de sonhos.

achado Santos, regressára á Rotunda.

A sua obra estava consummada e aproveitada.

Lobrigára não só um governo constituido sem a sua chancella, como entrevira muitos arrogando-se já a supremacia que de direito lhe era devida.

Tivéra, porém, as contumelias do alto exercito e as acclamações enthusiasticas de um povo.

O primeiro, julgou n'elle, n'essas horas iniciaes, o dictador intangivel de futuro, o collosso que na mão conservaria, para todo o sempre, os grandes trunfos do baralho de cartas da politica.

O segundo, ergueu-o no altar do seu peito como a um novo George Washington, a elle que apenas representou um papel egual ao do conde de Warwich: o de degrau para a rapida subida de muitos.

A visão, colhida no passeio triumphal da Rotunda até a cidade baixa, foi breve mas elucidativa.

De volta ao ponto onde talhára o porvir de tantos e de tantos que subindo ao Capitolio d'ali vieram empurrados pela impopularidade até aos abysmos sob a Rocha Tarpeia, — ainda chegou a tempo de analysar os effeitos da sua missão.

Durante a ausencia, duas pipas de vinho haviam sido feitas rolar do Alto da Avenida até aos primeiros postos das forças acampadas.

O reducto enchera-se.

Ao esvasiamento das horas amargas succedeu a accumulação das horas felizes.

O commissario naval viu-se rodeado de gente anciosa de por elle ser notada, para que, aos premios esquecida não fosse.

Como exemplo e influxo do regimen dito de egualdade, o official teve o tratamento de *tu* por desconhecidos, andrajosos, que, simulando de combatentes, formaram côrte ao chefe do rebelde campo.

Nem só civis appareceram.

Do exercito, vieram offerecer os seus serviços alguns officiaes, como os capitão de artilharia Alexandre Augusto Ferry, tenente de infantaria 5 José Dias Velloso, alferes de administração militar Francisco Gonçalves Velhinho Correia e aspirantes de administração militar Fernando Victor Valente Valladas Vieira, Anacleto Rebello Marques e José Fernandes Duarte e mais tarde, o capitão de artilharia Nicolau Tolentino Pereira Homem Telles fruindo louvores pela ordem do exercito publicada a 25 de outubro.

A todos coube serviço e se a uns ia a gerencia de trabalhos de vigilancia, ao capitão Ferry foi o do estabelecimento do quartel general do acampamento, que logrou fixar, por cedencia, em sala da moradia de Francisco Antonio Lopes.

D'essa improvisada sala de commando, sahiu para ser lida no reducto, a seguinte «ordem do dia, n.º 1» redigida pelo aspirante Adolpho Trindade:

«O commandante das forças acampadas na Rotunda determina e manda publicar o seguinte: Cidadãos! Um facto no-

tavel se acaba de dar, que ficará gravado em lettras d'oiro na historia da nossa querida Patria. A Republica, devido aos esforços dos bravos que acamparam na Rotunda, dos valentes marinheiros e da nobre e valorosa população civil da cidade de Lisboa, foi hoje proclamada! A dynastia de Bragança, que ha 270 annos, pezando sobre o Paiz, o levou á ruina, á miseria e ao desprezo das nações estrangeiras, vae a caminho do exilio e nunca mais os seus representantes ousarão macular o solo sagrado da Patria! Cidadãos! o vosso gesto altivo levou ao conhecimento do Mundo inteiro que n'este canto da Europa existe um Povo que deseja em liberdade trilhar o caminho do Progresso. Nunca mais os estranhos deixarão de olhar com respeito os filhos de Portugal! A lucta terminou, já não ha inimigos! Hoje todos os portuguezes, trocando abraços fraternaes, vão collaborar na obra da regeneração da Patria! Já não ha inimigos! Ha só irmãos! Em nome do Governo da Republica, louvo todos aquelles que tive a honra de commandar e que, n'uma lucta homerica de um contra dez, tão bem souberam defender os seus ideaes: Patria e Liberdade! Viva a Republica! — Quartel General da Rotunda, 5 de Outubro de 1910 (1.º da Republica). — (a) *Machado Santos*, commandante.»

Rodeavam-no as homenagens dos que sabendo-o, de facto, o soffreante da sempre antevista derrocada, vislumbravam n'elle o orientador brilhante do regimen novo.

Escutavam, todavia, a phrase, a meudo renovada:

— Eu não fiz nada que merecesse louvores. Cumpri o meu dever. Se me bati, se me expuz, foi tambem por egoismo, porque o meu maior desejo era ver implantada a Republica.

Era o reflexo da desillusão, apossando-se lhe, cauta, da alma e que muitos pensaram um esquivar aos applausos.

A Revolução, tendo junto a si esse espirito de batalhador e de revolucionario que foi da victoria a verdadeira columna, mercê da tenacidade quando valor se lhe não quizesse dar, — destacou gente á procura do coronel Antonio Xavier Correia Barreto, novo ministro da guerra, distante de Lisboa n'essas horas de combate rigoroso.

Procurado em Chellas, na fabrica da polvora, teve o aviso

de ganha partida na villa realenga de Cintra, e a caminho da capital veio.

Buscára, ancioso, o ministro da marinha, e só tarde o trouxe á cadeira em que não sonhara recostar-se, e que as professadas doutrinas espiritas lhe não visionaram.

A Revolução vencera, para ser vencida pela evolução.

Como symptoma inicial, o olvido.

Assim, emquanto além a Carbonaria conquistava o terreno até então occupado pela Monarchia, a dirigencia, livre d'esses perigos constantes, organisava a sua lista de governo, esquecida d'esses vultos importantes da formidavel associação.

Ao annuncio da victoria estrondosa e quando depois de derruir o throno, os chefes, de combate, julgavam assumir a direcção suprema do paiz por elles trazido á pretensa liberdade... occupado estava o campo.

Elle o diria, n'um artigo intitulado «O franco atirador» O (*Intransigente* de 12 de Novembro de 1911) onde expunha, em critica serena, o notado espectaculo e o tomado passo:

«Sós, completamente desacompanhados de cabeças pensantes, nos encontrámos na ação, no historico campo da Rotunda.

«Sós, com as mãos a abanar, á frente d'uma multidão desarmada, nos encontrámos ao tomar conta do Quartel General da Divisão. A unica cabeça que o acaso levou para o nosso lado, ao recebermos a *visita amigavel* do germanico encarregado de negocios, preferiu antes conservar se ao abrigo dos canhões, do que marchar comnosco, na aventurosa carga sobre o Rocio, para o triunfo definitivo da Revolução. Assim, forçados a segurar a divisão militar, tivemos de deixar que outros fizessem o trabalho de proclamar, nos paços municipaes, a Republica Portugueza. N'essa hora decisiva, todos aceitariam o nosso governo; depois... já era tarde; tinhamos de deixar o *campo* aos *consagrados*, porque a nossa honestidade pessoal, a nossa força de vontade, a nossa tenacidade e, permita se nos tambem, a nossa inteligencia organisadora, só era conhecida por raros, apenas, dos humildes filhos do povo; os grandes do partido só nos conheciam pelo despeito de lhe havermos passado por cima. A multidão ficou conhecendo-nos porque, uns duzentos homens,

lhe diziam que o nosso merito consistia em não termos pernas para fugir.»

Podia, se o tivesse querido, deixar subverter esse formado castello de ambições onde outros já se haviam entrincheirado.

Poderia mostrar-lhes a inanidade dos projectos que esboçavam o perpectuo lançamento á margem, na evidencia dos primeiros olvidos.

Os boatos registaram, se bem que falsamente, a proximidade de ataques rudes.

Relembrou se o incidente de erro, que em tragedia se tornou: sonhado um ataque, a artilharia de novo soou. Uma granada, vinha colher novas victimas na despreoccupada passagem, pela crença de tudo findo.

Antes, um emissario, official de cavallaria, fôra sollicitar, evocando o nome de Machado Santos, a deslocação para o quartel general (*) de duas peças collocadas em frente da Avenida.

O pintor Conceição e Silva, valeu para a derrocada do ardil, recusando-se a satisfazel-o, em rapido conselho com o advogado dr. Mario Monteiro. Tudo accirrou terrores.

A victoria talvez não estivesse segura: um grito de alarme, um indicio de receio, um gesto de desalento, faria retomar a dispersão de muitos dos que gritavam o seu enthusiasmo antes occulto ou proclamavam a alegria do ganho lance que bem a servira,

Não o quiz, Machado Santos.

Mal podendo mecher-se, mercê da estada longas horas, sem comer e a cavallo, e ainda das commoções d'esses dias, o commissario naval, foi visitar os postos de combate, em maca rodada.

Galgara assim até ao quartel de Campolide, a levar alentos aos que lá existiam e a coroar por um acto de generosidade o ascender, sem retrahimentos, da bandeira verde rubra.

Apoz os cumprimentos, determinava a libertação da officialidade que recusára adherir na madrugada de 4.

O sargento Camillo Augusto Gonzaga Pinto, chegou a expor voto contrario, evocando até o facto do novo chefe do estado maior, nada haver declarado acerca dos prisioneiros.

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

Machado Santos, reiterando a ordem, logo cumprida pelo sargento ajudante, Arthur Celestino Sangreman Henriques, chamava a uma das dependencias do quartel, o major Josué de Oliveira Duque, ao qual formulou o desejo de que se responsabilisasse pelos camaradas.

Acceite foi, pelo futuro coronel governador da provincia da Guiné (Março de 1914) e de facto, nem um unico se revoltou contra o estabelecido regimen, limitando se a regressar ás respectivas residencias, emquanto o capitão ajudante acquiescia a vir diariamente ao quartel para resolução do expediente.

Entre os murmurios insatisfeitos de alguns sargentos, volvia á Rotunda.

Em Campolide, notára um esboço de má vontade; os outros chamado haviam já a si, os postos de preito maximo.

Indicadas possibilidades de uma nova investida pelos discordantes da entrega effectuada no Rocio e S. Domingos, não lhe sorriu, a despeito do aspecto egoista antevisto alem, o esboroar d'esse seu trabalho de lucta, material e moral, pois já constituia firmeza, ficar, embora não combatesse, quando outros desappareciam sob a visão estarrecedora da morte ou do carcere.

Chamou reforços de 80 marinheiros.

Com 8 metralhadoras, á sua disposição collocaram, caçadores 2, no qual achava officiaes em excesso.

De momento callou o desagrado, só exposto no relatorio, surgindo, pelo facto, uma carta (*) do capitão Arthur Julião Maciel Alves, expondo que, na tarde de 5, tendo recebido ordem de retirada para Alcantara, com base no terror do quartel de marinheiros, Machado Santos, se appressara a apontar a inconveniencia da sahida, que poderia trazer desanimos.

Caçadores 2, ficou, pois, pela insistencia do commissario naval, formulada para o quartel general, que, encarregava o tenente Cabrita de communicar a auctorisação de permanencia do batalhão na Rotunda.

Reivindicando a acção das forças da sua chefia, Maciel Alves citava o commando geral das forças que exercera durante a au-

(*) O *Intransigente* de 17 de Abril de 1911.

sencia do commissario naval, desde 6 da manhã até á noite, e em 7; os aprestes para um annunciado combate em 6; o procedimento energico para repellir o assalto da gatunagem ás barracas dos feirantes; o exforço para obstar a indisciplinamento; o serviço fatigante de rondas e escoltas; o trabalho de desarmamento de civis que haviam estado na Rotunda, consistindo na sua divisão por grupos, a cargo dos respectivos chefes, aos quaes impendia a retirada das armas, e no affastamento apoz o desarme de quantos se não mostrassem subordinados a qualquer nucleo.

Machado Santos, evocando antigas ideias de Maciel contra a dictadura franquista, se elevava a figura do official, evidenciava a desconfiança sobre a soldadesca, assignalando que era compartilhada pelo povo e pelas praças de artilharia 1.

De facto ella existiu, injustificadamente, mas dando origem a desagradaveis incidentes.

De inicio ergueram-se suspeitas em virtude das metralhadoras haverem sido collocadas atraz das peças. Suscitadas intenções de traição, tiveram de as retirar.

Nascida a primeira duvida, jamais ellas desappareceram.

A vigilancia originou a descoberta de um conciliabulo entre officiaes, erguendo-se o desdouro de obediencia, pelos altos agaloados, ao chefe da Rotunda, simples commissario naval, com equivalencia a alferes.

Surgiu a intensa vigilancia, ordenada por Machado Santos, ao aviso da travada palestra, que deu occasião ao conflicto, (*) singularmente terminado, com o tenente Fernando Mauro da Assumpção Carmo.

A 8, pela tarde, assente, pelas adhesões, a garantia de uma absoluta conformidade ao novo estado, Machado Santos, descia, entre applausos da multidão, da Avenida até ao Rocio, para cumprimentos ao commandante da divisão e ao Terreiro do Paço, para identica ceremonia junto do governo.

Ingressando no ministerio da guerra, o dr. Antonio José de Almeida, ministro do Interior, abraçou-o e deu-lhe o beijo fraternal.

(*) Vidé pagina 386 do presente volume.

O chefe do ministerio, dizia-lhe n'um aperto de mão, agradecido, que elle «era o heroe da Republica, que tivera a coragem moral e civica e executiva, ao concretisar a aspiração do povo portuguez. O seu nome deve ficar gravado para sempre no coração de todos os portuguezes.»

Machado Santos, viu logo o discurso de louvor interrompido por José Relvas, propondo a retirada da sala do retrato de D. Carlos I.

De facto, não devia assistir a esse scenario extranho.

Sahiu d'ali, emquanto o chefe da Rotunda replicava apenas com a affirmativa do seu muito amôr á republica e o desejo de a vêr proclamada.

A multidão, de fóra, exigia que o official chegasse á janella.

O dr. Theophilo Braga ali o conduziu, fallando ao povo:

— Eis a alma de revolução e da victoria. Foi Machado Santos quem, nos momentos de maior perigo, incutia, a todos que o rodeavam, a coragem necessaria para continuar a lucta, que foi tão gloriosa.

A populaça correspondia á saudação presidencial a artilharia 1, infantaria 16 e marinha, para rematar com vivas á Republica, emquanto dentro, os drs. José Barbosa, Brito Camacho, Alexandre Braga, José Relvas e Innocencio Camacho, voltavam ao campo banal das vacaturas, affirmavam que o governo necessitava, para consolidar a republica, de escolher para todos os cargos publicos de confiança os republicanos da velha guarda, já de sobejo conhecidos pelas suas ideias. (*)

O primeiro, fruiria, de inicio, o cargo de director geral de administração politica e civil, o segundo de ministro do fomento, o terceiro de auditor do contencioso fiscal pela exoneração dada ao conselheiro João Franco; o quarto, de ministro das finanças, o quinto de governador do Banco de Portugal.

De regresso á Rotunda, onde já estivera com José Relvas, e o ministro da guerra coronel Correia Barreto, recebidos em formatura e que ali abraçaram dois dos sargentos — Machado

(*) O *Seculo* de 8 de Outubro de 1910.

Santos, presentiu bem haver chegado a colheita, para outros, do fructo da arvore por elle plantada.

Dava-se no dia seguinte, a retribuição de visitas, sendo o gabinete provisorio recebido na sala do palacete Bomfim, onde se estabelecera o quartel general do acampamento.

Precedera-a a ceremonia do arvorar da bandeira republicana n'um mastro collocado a meio da Praça Marquez de Pombal, acto effectuado ao som da Portugueza e sendo o commissario naval, acclamado pelo povo como «redemptor da patria.»

Ingressando na Rotunda com os outros ministros, o dr. Bernardino Machado, dava em palavras dirigidas ao general da divisão, e que o futuro derrubaria, a nota promissora occasional:

«Começo por apresentar as minhas homenagens ao exercito e á armada, pelo quadrado ardente que tinha pugnado heroicamente pela liberdade e pela Patria. O partido republicano demonstrou gloriosamente haver um povo em Portugal, e não sabe o que ha de mais admirar, se os dias épicos de lucta revolucionaria que fazem reviver valorosamente as grandes tradições historicas da nação, se depois d'este esforço fulminante de audacia, esta não menos subita obra de restabelecimento de ordem social, que demonstra eloquentemente o nosso espirito de tolerancia, de cordura e de fraternidade. O respeito pelos vencidos testemunhou-se em quadros profundamente emocionantes. Nós, republicanos, luctando pela palavra ou pelas armas, quizemos fazer uma Republica não só para republicanos mas para todos os portuguezes, sobretudo para os que teem sido mais opprimidos, para os humildes. Está feita. A bandeira republicana tremula já por todo o paiz, e a transformação das instituições foi tão instantanea que se vê bem que a alma da nação era já republicana. Os tiros que ainda ás vezes se ouvem são unicamente do inimigo, que é sempre o ultimo a render-se, porque é o mais odiento, o clericalismo. E' por isso mesmo que o regimen republicano é a expressão juridica mais alta da vontade nacional. Já temos a satisfação de contar com a adhesão da republica brazileira, que, precedendo a todas as outras nações, mostrou nobremente inspirar-se nos sentimentos de confraternisação de portuguezes com brazileiros. E hoje que recobrámos

cá dentro a dignidade de cidadãos livres, tenhamos a certeza de que todas as nações que nos fizeram a honra do estreitamento das suas relações comnosco honrar-se-hão tambem com isso. General: Saudo na sua pessoa a armada, o exercito, o povo e até as mulheres e as crianças, improvisadas em combatentes, que, por prodigios de coragem, derrubaram a monarchia e implantaram para sempre a Republica ideal, que ha muito acalentava este povo esmagado.»

Emquanto se dava a retirada do governo, apoz a visita a artilharia 1, a multidão reconduzia, aos hombros, ao seu posto, o commissario naval.

Este, ia em seguida á camara municipal agradecer a visita da vespera, pelos vereadores, em nome da cidade de Lisboa.

Nas ruas mal andava o automovel, levado quasi pela populaça.

Viu bem que ficando no alto da Avenida na manhã de 4, forjára a chave que lhe abrira os porticos da celebridade, levando o seu nome á Europa toda.

Apparecia então como um Danton portuguez, predestinado sublime.

Ephemera gloria!

A Rotunda derrubára a Realeza, a Politica arrasaria a obra da Rotunda!

O heroe d'esses instantes de rejubilo, teria, em breve, o cognome ironico de «presidente da Republica do Cartaxo.»

Era como que o golpe de acha na phrase exalçante do governador civil de Santarem, dr. Ramiro Guedes, ao tomar posse do cargo: «Machado Santos é o Carnot da campanha!» (*)

Houve ainda o voto unanime favoravel a Machado Santos, «que aos olhos de todos assumia proporções de heroe.» (**)

Registava o medico Bossa, a attitude do chefe do acampamento onde estivera:

«Foi completa a ordem e manteve-se constantemente a disciplina. Machado Santos era o nosso commandante ideal, deste-

---

(*) O *Seculo* de 9 de Outubro de 1910.
(**) O *Mundo* de 7 de Outubro de 1910.

mido, prudente, sereno e trabalhador infatigavel. Animava-nos constantemente com o seu exemplo.»

A imprensa, em geral, lhe proclamava, aliás, o heroismo.

Mercê de tantos louvores, ergueu-se vibrante a iniciativa de exalção da sua tarefa.

O commissario seria almirante, e até agraciado com a gran-cruz da Torre e Espada, tendo inherente a pensão de um conto de réis.

O *Paiz*, lembrava (10 de outubro) que á rua José Estevão, onde era a residencia de Machado Santos, fosse dado o nome d'este, alvitre que não seguiu.

Mas teve compensação no esquecimento do pedido formulado na mesma data ao presidente da Camara Municipal de Lisboa, Anselmo Braamcamp Freire, para que á praça do Principe Real, fosse dado o nome do dr. Theophilo Braga.

Todavia, Machado Santos. registou as homenagens das villas de Santarem, Lamego, Torres Vedras e Ovar, resolvendo mudar para o seu nome os das rua Hintze Ribeiro, Avenida D. Maria Pia, largo de S. Thiago e largo de D. Maria Pia.

Proposta foi á redacção do *Mundo* (12 de outubro) a abertura de uma subscripção, iniciada pelo proponente com 50.000 réis e pelo jornal com 20.000 réis, para ser offerecida ao chefe da Rotunda uma espada de honra, commemorativa do 5 de Outubro.

O commissario naval declinava a intenção, na seguinte carta.

«*Lisboa, 14 de dezembro de 1910.* Agradeço a vossa gentileza em me trazerdes a salva de prata que um admirador depositou no *Mundo* para me ser entregue. Lamento não conhecer a quem devo o brinde para pessoalmente o agradecer. Como sei que estais sempre pronto em servirdes os amigos, pedia á vossa amizade a fineza de me prestardes mais um obsequio a juntar aos muitos de que vos sou devedor. No *Mundo* tem estado aberta uma subscrição para me ser offerecida uma espada de honra. Essa subscripção parece já ter atingido o maximo. Aguardei que tal succedesse para não prejudicar a ideia que tinha

em mente e que acho ser agora occasião opportuna de pôr em pratica. Essa ideia é muito simples, como tenho uma espada, com duas não me sei entender, não tenho a certeza de fazer boa figura collocando uma á direita e outra á esquerda; por isso não achava desageitado o seguinte alvitre: O *Mundo* mandava gravar na espada que possuo a data de 4 de outubro de 1910 e por baixo: Homenagem a Machado Santos de um grupo de subscriptores, admiradores da sua pessoa, ou qualquer cousa parecido com isto. Esta inscrição custaria uma bagatela e as centenas de mil réis iriam engrossar a subscripção para a familia das victimas; assim julgo não melindrar nenhum dos subscriptores e pratico um acto que é muito agradavel ao meu coração. Se comunicasses este meu desejo á direcção do *Mundo* e se esta deferisse o meu pedido, ficava-lhes eternamente grato, até era capaz de esquecer o que nas suas columnas se tem dito a meu respeito. Abraça-te do coração o seu sincero amigo — *Machado Santos.*»

De projecto em projecto, todos recusados ou muitos esquecidos, chegou a occasião de conflicto e o relegar pelo commissario naval do voto de recompensa para a Assembleia Nacional Constituinte: (*)

«*Sr. director do jornal o «Seculo».* — Tendo visto hoje, no seu acreditado jornal, que a minha humilde pessoa ia ser promovida a capitão de mar e guerra, peço-lhe que dê a noticia de que *não aceito* do governo provisorio qualquer recompensa, conforme declaração que varias vezes tenho feito a sua ex.[a] o ministro da marinha, e que mais uma vez lhe confirmei, *sob palavra de honra*, na noite do sarau do Coliseu dos Recreios, em honra dos revolucionarios. Não indica isto, da minha parte, a menor vontade de ser desagradavel ao governo do meu paiz; mas, tendo sido causador de tantas victimas, que ainda não consegui collocar, mal parecia aceitar recompensa para mim, parecendo que olvidava os desgraçados que arrastei para a Revolução e que, por causa d'ella, perderam seus empregos. Este é

(*) O *Seculo* de 10 de Novembro de 1910.

um facto que apenas se dá commigo, não podendo servir de pretexto para que outros queiram seguir o meu exemplo, porque as responsabilidades que tive no movimento foram differentes das dos meus camaradas. Em 4 annos de continuos trabalhos, muitas victimas involuntariamente causei; á recompensa que o governo provisorio me desse pezar-me-hia constantemente na consciencia. Se alguma recompensa mereço, a futura Assembléa Nacional que a decrete; se o não fizer, pouco me incommodará. Tentei apenas prestar um serviço ao meu paiz; isto me basta; se procedi bem, só elle o poderá dizer, pela voz dos seus representantes. Peço-vos que acceiteis os protestos da mais elevada consideração e estima do de v. etc. — *Machado Santos.*»

Deu isso origem aos seguintes trechos da *Lucta* (11 de Novembro):

«O sr. Machado Santos não acceita recompensas do governo provisorio, mas acceita-as, se ella quizer dar-lh'as, da futura Assembleia Nacional. Cremos que a Assembleia Nacional virá já tarde para se occupar de recompensas, que ao tempo em que ella reunir devem estar todas dadas pelo governo provisorio, ao qual não falta, para o caso, competencia e auctoridade.»

A insinuação tinha bases.

Os altos premios estavam exgottados, difusamente distribuidos e suggerindo até a seguinte critica, (*) onde o humorismo alterava verdades duras:

«Quem — antes do dia 5 de outubro de 1910 — se desse ao trabalho de relancear a vista pelos cafés lisboetas esbarrava infallivelmente com uma caterva de magrizellas, sem eira nem beira, que, junto das mezas limpas de comes e bebes, chupavam a porcaria das unhas, ao mesmo tempo que berravam e gesticulavam contra a bambochata monarchica. Toda essa tropa fandanga republicanisava por *sport* e só deixava de chamar besta ao Hintze e malandro ao João Franco quando algum palerma lhe mettia nos beiços uma *sandwich* e lhe punha sob as ventas qualquer mixordia vinhateira. A lengalenga revolucio-

(*) A *Cambada,* pamphleto por Bento Moreno e Victor Falcão — Numero 1 — Abril de 1913.

naria acabava então e toda aquella gente mexia os queixos desembaraçadamente, arregalando os olhos de satisfação... Não vamos dizer já tim-tim por tim-tim, quem são esses patuscos. A mór parte das pessoas que lêem esta prosa conhece-os, todavia, muito bem. Tão frequentemente elles se mostravam ao respeitavel publico, com as suas fatiotas estafadas e sebosas, arrancando do caco os conhecidos ovos de piolho e solicitando nos intervallos, de mão estendida, a fineza de lhe emprestarem uma corôa, que os seus nomes se popularisaram pela mesma razão por que de vez em quando se fala do Chico Teso, no Petiz das Gravatas, no Pilulas e n'outros gatunos e rufiões encartados na malandrice. Não reproduzimos por ora os seus nomes plebeus, porque tal coisa equivaleria a um reclamo extemporaneo para os seus detentores. Mas promettemos a estes biographal-os individualmente na primeira opportunidade. N'este momento só pretendemos fazer uma narrativa simples e despida de phantasia. No dia 5 de outubro de 1910 permanecemos em casa. Pertencemos ao numero das raras creaturas que não arriscaram a porca da vida na Rotunda. No dia 6, no dia 7, no dia 8, no dia 9 do referido mez continuámos mettidos no cubiculo onde dormiamos. Dias depois, como o heroismo de toda a gente tinha recolhido a penates, á espera da gratidão patrioteira, resolvemos sahir. Ficámos deslumbrados e boquiabertos. Os fungágás provincianos percorriam as ruas, a trote, ensurdecendo-nos com o toque desafinado de hymnos miscellanicos. As casas dos monarchicos exhibiam nas janellas largos pannos verdes e encarnados. As meninas da Baixa, que até essa data só admittiam o chinfrim familiar, faziam um berreiro medonho á passagem dos varios tribunos do povo. Emfim, a população inteira d'esta granitica cidade de funccionarios publicos, nomeados pelos ministros realengos, mostrou-se-nos radiante de alegria e republicana da gemma...

«Ao entardecer fômos dar um giro pelos cafés. Queriamos vêr as caras dos taes magrizellas sem eira nem beira que, junto das mezas limpas de comes e bebes, chupavam a porcaria das unhas, ao mesmo tempo que berravam e gesticulavam contra a bambochata monarchica. Não os vimos. Ficámos surprezos. E

então o mais gallego de todos os creados, interrogado por nós sobre o paradeiro d'aquella malta, teve a gentileza de informar-nos.

—«O que é feito do sr. Fulano?

—«Não sabe? E' governador civil...

—«E o sr. Cicrano?

—«E' administrador de um dos bairros...

—«E o sr. Beltrano?

—«E' commissario da republica junto d'uma Companhia...

—«E o sr. X?

—«E' funccionario do Banco de...

—«E o sr. Y?

—«E' o director geral de um dos ministerios...

—«E o sr. Z?

—«E' secretario de legação...

«O bom do gallego desfiou ainda um rozario de funcções chorudas, lambidas soffregamente pelos indigitados meninos. E, como percebesse a duvida na nossa physionomia, não esteve com mais explicações. Agarrou-nos por um braço, conduziu-nos até á porta e, mal chegámos ali, apontou-nos para a multidão que passava, faladora e desavergonhada, pedantesca e imbecil, em frente do café. —Talvez os aviste... Talvez consiga reconhecel-os...— Avistámol-os realmente. Mas quasi não os reconhecemos. Encasacados, elegantes, muito bem escovadinhos, com as botas engraxadas e chapéos lustrosos, mostravam-se olympicos e cumprimentadores. Alguns d'elles embraçavam femeas aprumadas, sedosas, com chapéos de metro e meio, cheios de plumas que custam um dinheirão e de vez em quando tinham sorrisos escarnecedores e trocistas para a gentalha que passava — rota, miseravel, farta de trabalho... Quasi não os reconhecemos. Pois se algumas semanas antes elles constituiam a tal caterva de magrizellas, sem eira nem beira, que junto das mezas limpas de comes e bebes chupavam a porcaria das unhas, ao mesmo tempo berravam e gesticulavam contra a bambochata monarchica...»

De facto, a partilha de ha muito estava feita.

Não escapou até a barba do regicida Manuel Buiça, alguns

fios da qual encerrados em pequena medalha de ouro, haviam sido entregues a 10 d'esse mez de outubro ao presidente do governo provisorio.

Tinham sido dados os commandos dos navios, collocados os governadores civis, distribuidos os magnos cargos na politica e na governação, do continente e ultramar.

Machado Santos, por seu turno, já cuidára de quantos perto d'elle vira.

Elaborou extensa lista de sargentos, cabos e soldados, com proposta para promoção, datada de 5 de outubro.

Para os civis, organisou documentos comprovativos do seu serviço em revolta e que os levou a cargos varios, desde o amanuensado até ao pessoal menor dos ministerios e secretarias publicas.

Partiu d'ahi a turba dos descontentes.

A estrella começou a declinar.

Machado Santos, comprehendeu-o breve: (*)

«Logo no dia seguinte á proclamação da Republica, senão no proprio dia, começou logo a campanha de anniquilamento do pobre commandante da Rotunda. Generaes e coroneis iam cumprimental-o; não fosse elle tornar-se um Czar... Hoje, todas as cortezias terminaram, adquirida a certeza de que não tinha feitio para dictador. Outros soes se levantaram no horisonte; o de 5 de outubro, apagou-se voluntariamente. Na verdade, o que succedeu, devia succeder. Se, isolado como me encontro, ainda passo por um terrivel papão, o que faria n'esse tempo!»

Ateou esse amortecer o sargento Camillo Augusto Gonzaga Pinto.

Desde logo lançou a surpreza, evidenciando a contrariedade pela liberdade dada aos officiaes detidos de artilharia 1.

Depois, suscitaram-se intenções de uma segunda rebeldia de Machado Santos, nascida da partilha feita.

Deu-se como suspeita a parte do 16, existente na Rotunda.

Com base ou sem base a arguição, as praças do regimento,

(*) O *Intransigente* de 17 de Abril de 1911.

tiveram, durante a ausencia do commissario naval, ordem de sahida do acampamento para o largo do Rato e d'ali para Campolide, incumbindo-se o seu cumprimento ao capitão de caçadores 2, Arthur Maciel Alves.

Como que para dar fóros de verdade á desconfiança, a soldadesca oppoz resistencia á determinação e só n'um fadigoso trabalho persuasivo, o official conseguiu que os soldados se fossem reunir á parte do regimento já acampada no largo do Rato.

O chefe da Rotunda, propriamente se encarregou de envolver esse facto em mysterio:

«No dia 6 sahi do acampamento e percorri a cidade a aconselhar o povo a desarmar e a retomar as suas occupações. Qual não foi o meu espanto, ao chegar á Rotunda, vendo que na minha ausencia, sem minha ordem, os soldados do 16 haviam seguido para o largo do Rato, um pouco... contra vontade! V. Ex.ª cumpriu uma ordem superior, é certo, mas o cumprimento d'ella melindrou-me, porque vi de prompto o desejo de se desfazerem do phantasma que na frente se levantava: para guarnecer o largo do Rato porque foi o 16? Porque não foi caçadores 2? Era o principio da serie de dissabores que me estava reservada e na qual V. Ex.ª collaborou, sem culpa é certo, mas collaborou. O 16, contra as previsões dos astrologos, na manhã seguinte, veio todo para o meu lado, menos os officiaes, sargentos, musicos e impedidos; emfim os que commigo sahiram do quartel na madrugada de 4, para junto de mim voltaram e eu apressei-me a dispensar o concurso de caçadores 2.»

Quiz dar-se (*) o succedido como tendo origem no apparecimento na Rotunda, de officiaes do regimento, que o procuravam reconduzir á antiga doutrina.

Todavia não foi isso provado devidamente, se bem que se houvesse registado como detido (Seculo de 10) o alferes José Pereira de Mendonça.

Seguiam se novos incidentes.

O commissario naval, deixando a Rotunda, em 10, não sem

(*) O *Intransigente* de 17 de Abril de 1911.

falsas insinuações de que o fizera por conselho, foi installar-se em artilharia 1, rodeando-se de elementos do 16 e civis.

Vendo as caras esqualidas dos indigentes, valia-lhes, bem como á soldadesca. Gonzaga Pinto, expunha, a surpreza pela palavra que depois sanccionou em livro: (*)

«Machado Santos, manda immediatamente melhorar o rancho das praças e sargentos abonando para estes a quantia de 500 réis. Manda tambem augmentar o soldo das praças a 100 réis; de cabos a 150; sargentos a 200, e 1.os sargentos a 250 réis. Civis e militares que appareciam no quartel eram mandados para o rancho de sargentos e dias houve que no quartel foram distribuidas oito mil rações! Parecia que todas as praças da guarnição tinham fugido para artilharia n.º 1. Era um exodo completo dos outros regimentos, onde logo chegou a noticia d'esta situação. N'isto teve origem o protesto das praças de outros corpos, não querendo levantar o rancho habitual.»

O commissario naval explica sufficientemente os factos, a paginas 169 do seu Relatorio:

«A generosidade, a caridade, a bondade das senhoras fidalgas, com o fim da monarchia findou tambem. Essas santas creaturas entenderam que deviam não continuar subsidiando as cosinhas economicas. Estas fecharam. Os cidadãos combatentes não eram ricos; andavam desempregados. A revolução da fome em seguida á revolução politica seria um desastre. Entendi dever facultar ao Povo o alimento; a Rotunda e Campolide foram verdadeiras cosinhas economicas.»

Vieram então os lances provocados pelas promoções.

Gonzaga Pinto, chamado ao quartel general, ouvia do dr. Brito Camacho, phrases tendentes a obter o afastamento de exigencias de altas de posto, logo contrariadas pelo sargento, affirmando existir uma promessa feita ao dr. Antonio José d'Almeida, antes do movimento, e affirmadora de desinteressado trabalho, recebendo, como resposta haver sido Machado Santos quem impunha os premios.

Era certo, em parte.

(*) *Memorias da Revolução*, pagina 71.

As propostas foram feitas, mas nunca sob caracter de imposição, salvo o da passagem á guarda republicana das praças revoltadas, já para fruirem melhor vencimento, já para as não collocar em frente dos agaloados de que se haviam divorciado, poupando, mutuamente, desagradaveis situações.

De regresso fez o official inferior constar o sucedido, proclamando como abuso a indicação de premios, em postos.

Ao commissario naval chegou o ruido d'esse esboço de campanha.

Chamado Gonzaga Pinto, nasceu discussão violenta, onde se o chefe da Rotunda evocou a fuga do sargento, do acampamento, este fez resuscitar os desanimos por parte do outro, á dispersão dos officiaes, na manhã de 4.

O incidente degenerou em conflicto onde a phrase acerba echoou, em recriminações mutuas.

Gonzaga Pinto incluido na primeira ordem do exercito, como tenente, fez excluir o seu nome da segunda, que a rectificou.

O rastilho ficou lançado.

Não tardou que se registassem boatos dando Machado Santos como barricado no quartel de Campolide, para, appoiado pelas sociedades secretas, exigir, em revolta, o commando de artilharia 1, a deposição do ministro da marinha ou o commando da guarda republicana.

Serviu de base, a collocação no quartel da Cruz dos Quatro Caminhos, de 6 peças, todas apromptadas para o bombardeamento de Campolide. Veio a ordem para o licenceamento das praças ate terem baixa, abonando-se-lhes como gratificação, 4 mezes de pret.

Machado Santos, affirmando que «era condemnar á fome os homens que tudo tinham sacrificado á regeneração da sua patria» licenceou apenas 200, conformados com a attitude ministerial.

Insistindo pelo alvitre da passagem dos soldados á guarda republicana, era a 20 satisfeito, evidenciando-se bem que o chefe da Rotunda pugnára, até ao sacrificio pessoal, por quantos junto d'elle estiveram nas horas emotivas do desespero.

Mercê de tudo, crescera o alarme, assignalando-se um proseguir de revolta e o governo, cautamente, appressou-se a quebrar a rêde de boatos insistentes que até 21 de outubro deram o official de marinha como de posse arbitraria do quartel de artilharia.

N'essa data d'elle tomava posse o coronel Nobre da Veiga, que desde logo promoveu o licenceamento das praças até levarem baixa, abonando-se lhes como gratificação, os quatro mezes de pret.

Excluiram-se as destinadas a ir servir na guarda republicana.

Quanto a artilharia 1, foi depois reorganisada com contingentes de outros corpos de egual arma.

Não cessaram todavia os boatos sobre a attitude do commandante do acampamento da Avenida, forçando-o a effectuar o seguinte desmentido:

«Correm boatos sobre a attitude das Associações Secretas. —E' absolutamente falso tudo o que por ahi se anda espalhando. Machado Santos está inteiramente ao lado do Governo Provisorio para a defeza da Republica e ao lado do Directorio na orientação a dar á marcha da democracia. Os calumniadores que andam espalhando os falsos boatos, perdem o seu tempo perante a gente de bem.»

Publicou-se elle (23 de Novembro de 1910) no diario dirigido pelo proprio commissario naval.

Este, fizera anteriormente annunciar (18 de Outubro) o apparecimento de um jornal seu sob o titulo *A Victoria*.

Os successos determinaram a mudança de nome e, surgindo (12 de Novembro de 1910) denominava-se o *Intransigente*.

Serviu elle para espelhar o seu descontentamento, por si e pela maioria dos principaes combatentes de outubro, quer civis, quer do exercito e marinha.

O numero do primeiro anniversario da Republica, deu logo a nota d'essa attitude, dizendo ali, o revolucionario Manuel Joaquim *O França*:

«A maior alegria que eu tive foi a da proclamação, mas ainda espero ter outra maior... a da proclamação da verdadeira Republica.»

—«Mas, esta Republica que te parece?

—«Qual Republica? Nós não temos Republica... São os mesmos, só mudaram a bandeira. Republica assim não me quadra, ainda hei-de fazer outra...»

O revolucionario Gomes de Carvalho, que depois veremos envolvido no esboço de revolta do 27 de abril de 1913 dizia:

—«E da Republica?...

—«Se podesse desmanchava-a para fazer a Republica que eu julgava que esta seria. E que tinha obrigação de ser, porque não foi para isto que se sacrificaram vidas, para que se derramou sangue...»

Pessoalmente, o fundador da Republica em Portugal, proclamava:

«A Republica é indestructivel: quem por ella se bateu, ha um anno, para a proclamar; seria capaz, de amanhã, por ella morrer, para a defender. Mas um anno de Republica — ou, antes, onze mezes de Governo Provisorio — vincaram no espirito dos revolucionarios de outubro, a mais profunda das desillusões, a mais cruel decepção... Não era isto que todos sonhavamos; não era isto o que a todos nos arrastou ao combate... A attitude politica de o *Intransigente* está plena, está absolutamente justificada... Não era a voz do despeito, do mau humor, da opposição systematica ou da systematica malquerença aos homens que governavam: era a voz clamorosa da justiça, a voz da razão; traduziamos o pensar dos homens que fizeram a Republica, pela nossa voz falla a voz da Revolução... E agora é trabalharmos todos, todos unidos, todos firmes nos nossos postos, para que d'aqui a um anno, festejando o segundo anniversario das jornadas revolucionarias de outubro, possamos festejar, com enthusiasmo, com alegria, com jubilo o primeiro anniversario da Republica... Ha um anno proclamamol-a... Temos, agora, diante de nós, um anno para a fazermos, para a consolidarmos... Trabalhemos todos e para trabalhar tratemos de nos unir: foi assim que ha um anno vencemos — a união faz a força. E contra a força não ha resistencia... Companheiros, camaradas de 4 e 5 de outubro!... Toca a unir fileiras para fazer, para salvar a Republica.»

A campanha contra esse idole dos primeiros dias de causa ganha, — seguia.

De longe vinha um golpe, em artigos dos jornaes brazileiros *A Restauração* e a *Bandeira Portugueza*, dizendo esta:

«Machado Santos tirou a mascara de *heroe* para apresentar á contemplação dos que o acreditavam, o semblante livido e sinistro de facinora.»

Por seu turno, haviam subido até elle, e contra elle accusações graves, firmadas pelo revolucionario Alfredo Lambert: (*)

«Nunca suppuz que a gloria lhe subisse á cabeça! Acontece sempre isto aos mediocres. Acho muita graça á sua ameaça a uma nova revolução, como se pelo que fez lhe ficasse algum prestigio no exercito ou na armada! Corra todos os quarteis a buscar gente e verá a que traz comsigo. Nem um! O senhor está armando em Homem Christo como burro. O seu «Intransigente» está sendo um orgão republicano thalassa, querendo passar por avançado.»

A 17 de Janeiro de 1911, entregava o seu relatorio ao dr. Theophilo Braga, chefe do governo provisorio.

Levantou celeuma, aliás esperada.

Breve appareceu a campanha do sargento Camillo Augusto Gonzaga Pinto. Teve inicio no *Mundo* (18 de Fevereiro de 1911) onde se fez publicação do seu relatorio, depois reproduzido, com alterações, em livro sob o titulo «Memorias da Revolução — Na Rotunda — Em Artilharia 1 — No Parque Eduardo VII.»

Visava, especialmente, a derrubar Machado Santos, oppondo para isso, ás affirmações d'este, depoimentos diversos, alguns citados já aqui, nos pontos que pretendiam contradictar.

Suscitou o relatorio o conflicto nascido á hora em que de premios se foi cuidar.

Contestada em parte a acção de Gonzaga Pinto, que já analysamos ao relatar da fuga dos officiaes e do combate com as baterias de Queluz, abriu o *Mundo* um inquerito.

Estabeleceu elle a controversia não só sobre os trabalhos do sargento, como sobre a attitude de Machado Santos.

(*) O *Intransigente* de 24 de Novembro de 1910.

O levantador do incidente, viu erguerem-se-lhes testemunhos, como a do chefe revolucionario, Armando Porphirio Rodrigues (*Mundo* de 22 de Fevereiro de 1911) que em mau campo o deixaram, não callando o desapparecimento em 4, do quartel de artilharia, e ainda, entre os principaes, o do mestre de clarins, Arnaldo Augusto Quintas, declarando factos retaliadores da attitude democratica do sargento e da assistencia em lucta.

Veio ainda o desmentido formal de todo o relatorio, em documento publico, firmado por Bento Vaz Gomes, mestre de ferradores; Domingos Simões, 2.º sargento; Calixto Morgado, 2.º sargento; Clemente José Juncal, 1.º sargento; Caetano da Silva Martins, 2.º sargento; Guilherme Francisco Gravata, 2.º sargento; Arnaldo Augusto Quintas, mestre de clarins; Joaquim Correia Alberto, 2.º sargento; Amilcar Eller Caldas Pereira, 2.º sargento; José Ignacio Tavares, 2.º sargento; Antonio da Silva, 2.º sargento.

Gonzaga, tinha, por seu lado, como favoraveis á sua attitude o chefe civil Manuel Lourenço Godinho e o sargento ajudante, Arthur Celestino Sangreman Henriques, egualmento visado na acção que desempenhou na revolta e contestando se lhe (*) mesmo a chefia dos paisanos no quartel de artilharia 1.

Embora d'ella se evidenciasse o desanimo evidente da primeira manhã de revolta, não resultou efficaz a campanha contra Machado Santos e onde avultou a referencia de que se elle não fugira da Rotunda devido fôra á ameaça de um sargento de lhe dar um tiro caso se distanciasse. (O *Intransigente* de 23 de Novembro de 1910).

O alvejado mesmo deu cabida no jornal á accusação, nascida e transformada de outro facto veridico, narrado no Relatorio do tenente Mauro do Carmo:

«Segundo informação, entrou certo sargento na Rotunda e approximando-se de Machado Santos aponta uma espingarda contra elle. Machado Santos deteve-o e tirando-lhe a espingarda mandou-o ausentar da Rotunda e que não seguisse pela Avenida porque podia ser ferido.»

(*) O *Mundo* de 9 de Novembro de 1913.

Todo o interminavel conluio suscitou a seguinte declaração (O *Intransigente* de 19 de Fevereiro de 1911):

«O *Mundo* tem os seus processos de fazer politica, processos que raras pessoas seguem, ainda bem, para honra da humanidade. Publicava hontem essa gazeta um relatorio d'um sargento que fugiu da Rotunda, arrastando comsigo outros sargentos, indo esconder-se no quartel de artilharia, não tomando parte na defeza do mesmo. A intenção do *Mundo* publicando esse relatorio é conhecida, attendendo *ás relações de amizade e solidariedade correligionaria* que costuma mostrar por quem não venere o Deus que se adora n'essa *Capellinha*. Machado Santos declara que tem o maximo desprezo por quem segue esses processos politicos e por quem se presta a servir de comparsas nos mesmos.»

Acompanhando esse trabalho demolidor da obra de lucta e mais, de confiança e força mental, do commandante da Rotunda, estava um dos 9 sargentos que elle tanto exalçou no seu relatorio: Francisco Garcia Tereno.

Contrariando-o, avultavam todos os outros, com os antigos sargentos Francisco Alexandre Lobo Pimentel (*) e José Soares da Encarnação.

Lenta, comtudo, foi a questão, aguardando as deliberações das Constituintes acerca do auctor da narrativa geral dos successos revolucionarios.

Não tardou o emittir do voto.

Na sessão n.º 12, de 3 de Julho de 1911, apresentava o deputado dr. Eduardo de Abreu, o seguinte projecto de lei:

«A Assembleia Nacional Constituinte, tendo na mais alta consideração o feito heroico do tenente da administração naval Antonio Maria de Azevedo Machado Santos, que, nos dias 4 e 5 de outubro findo, deu as mais exuberantes provas de valentia, coragem e amor patrio, concorrendo pelo seu procedimento digno e alevantado para a disciplina e exito feliz do movimento revolucionario de que resultou a proclamação da Republica, desejando galardoar, por uma forma condigna e perfeitamente de

(*) O *Intransigente* de 24 de Novembro de 1910.

acordo com a opinião publica, decreta: Artigo 1.º E' promovido, no quadro dos officiaes da Administração Naval, a capitão de mar e guerra o segundo tenente Antonio Maria de Azevedo Machado Santos. § unico: A antiguidade d'esta promoção é contada para todos os effeitos legaes desde 5 de outubro de 1910. Art. 2.º Quando no quadro dos officiaes de marinha for promovido, successivamente, a contra-almirante e vice-almirante o capitão de mar e guerra que neste posto se lhe siga immediatamente em antiguidade será, simultaneamente, promovido no seu quadro, a contra almirante e a vice-almirante, o capitão de mar e guerra Antonio Maria de Azevedo Machado Santos. Art. 3.º O referido official fica perpetuamente collocado fora do quadro das respectivas classes, e só é obrigado ao pagamento da patente do posto a que ascende e não fica sujeito á disposição do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. Art. 4.º E' concedida ao capitão de mar e guerra da administração naval, Antonio Maria de Azevedo Machado Santos, a pensão annual vitalicia de 3:000$000 réis livres de quaesquer direitos e impostos.

«Lisboa, Sala das Sessões em 28 de Junho de 1911.—Os Deputados, Magalhães Lima — Manuel de Arriaga — Antonio Macieira — José Barbosa — João Luiz Ricardo — Sebastião Baracho — Albino Pimenta de Aguiar — João de Menezes — Innocencio Camacho Rodrigues — Antonio Affonso Garcia da Costa — Albano Coutinho — Manuel de Sousa da Camara — Eduardo Abreu — Antonio Maria da Silva — Antonio Maria da Cunha Marques da Costa — Francisco Teixeira de Queiroz — Julio do Patrocinio Martins — Carlos Amaro — José de Castro — Luis Maria Rosette — Manuel Jorge Forbes de Bessa — Thomás da Fonseca — Tiago Cesar Moreira Salles — Amilcar Ramada Curto — João Gonçalves — Miguel Abreu — Fernão Botto Machado — Faustino da Fonseca — João José Luiz Damas — Achilles Gonçalves — Eusebio Leão — Pedro Amaral Botto Machado — José M. de Moura B. Feio Terenas — José Bernardo Lopes da Silva — Sá Pereira — Antonio Amorim de Carvalho — Alfredo Maria Ladeira — José Maria Pereira — Pereira Coelho — Angelo Vaz — Aureliano Mira Fernandes — Car-

los Calixto — Manuel Bravo — Emidio Guilherme Garcia Mendes — Antonio França Borges — M. Fernandes Costa—Carvalho Mourão — José Cupertino Ribeiro Junior — Carlos Maria Ferreira — João Fiel Stockler — Tito Augusto de Moraes — José Mendes Cabeçadas Junior — Celestino Germano Paes de Almeida — José Maria de Padua — José de Abreu — Gastão Rodrigues — Estevam de Vasconcellos — Francisco de Salles Ramos da Costa — Antonio Valente de Almeida — Francisco Luis Tavares — Manuel Goulart de Medeiros — José Machado de Serpa — Joaquim Pedro Martins — Alexandre Braga — Affonso de Lemos — Gaudencio Pires de Campos — João Carlos Rodrigues de Azevedo — João Barreira — Luis Innocencio Ramos Pereira — A. Pires Pereira Junior — Ezequiel de Campos — Domingos Pereira — João Carlos Nunes da Palma — Miguel Augusto Alves Ferreira — Francisco Correia de Lemos — Anselmo Augusto da Costa Xavier — Henrique José Caldeira Queiroz — Luis de Mesquita — Antonio Pires de Carvalho — Evaristo Luis das Neves Ferreira de Carvalho — José Luis dos Santos Moita — José Jacintho Nunes — Baltasar de Almeida Teixeira — José da Silva Ramos — Fernando Bissaya Barreto — Antonio Joaquim Granjo — Adriano Mendes de Vasconcellos — Antonio José Lourinho — Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes — Antonio Bernardino Roque — Alberto de Moura Pinto — Jorge Frederico Vellêz Caroço — Joaquim Antonio de Mello Castro Ribeiro — Antonio Augusto Cerqueira Coimbra — Joaquim José Cerqueira da Rocha — Adriano Augusto Pimenta — Joaquim José de Sousa Fernandes — Arthur Augusto da Costa — Inacio de Magalhães Basto — Carlos Henrique da Silva Maia Pinto — José Bessa de Carvalho — Elisio de Castro — Artur Rovisco Garcia.

O projecto, immediatamente discutido, apenas teve a rejeição do deputado Affonso Ferreira, que na sessão seguinte, declarava haver regeitado por equivoco, Alexandre Augusto de Barros, Alfredo Djalme Martins de Azevedo, Alvaro Pope, Antonio de Paiva Gomes, Casimiro Rodrigues de Sá, Fernando da Cunha Macedo, Francisco Antonio Ochoa, José Affonso Palla, José Antonio Arantes Pedroso Junior, José Botelho de Carvalho

Araujo, José Cordeiro Junior, José Nunes da Matta e Philemon da Silveira Duarte d'Almeida, sendo approvado de momento, por 140 votos.

Approvaram-no ainda, no dia seguinte, os deputados, Albano Coutinho, Pedro Martins, Antonio Cerqueira, Florido Toscano e Alberto Souto.

Justificando o contrario voto, o deputado Alvaro Poppe, salientava a intenção, anteriormente tomada, de apresentar um projecto, pelo qual, para premio ao cidadão, e não ao commissario naval, cuja technica não ligava ao acto revolucionario, lhe seria conferido o grau da Ordem de Torre e Espada, com a verba de 3:600$000 réis annuaes, recahindo, depois, em esposa e filhos.

Outras justificações se deram, até pelos proprios approvantes, todas visando ou a pensão, reputada em exagero por João de Freitas, Ferreira Brandão, Ezequiel de Campos, Paiva Gomes, M. Rodrigues da Silva, padre Rodrigo Fontinha, Joaquim Ribeiro, ou o posto por distincção, não acceite por Gaudencio Pires de Campos, Philemon Duarte de Almeida, Helder Ribeiro, Pedro de Moraes Rosa, João Pereira Bastos, Victorino Guimarães, Victorino Godinho, Carvalho Araujo e outros, por considerarem a proposta como appressada, devendo prevalecer-lhe o discutir da Constituição.

A maioria venceu, todavia, e Machado Santos, agradecendo, acatava as deliberações, apenas com o desejo de que outros não fossem esquecidos e da restituição á liberdade dos revolucionarios detidos no Limoeiro.

Reaccendeu se a questão.

O capitão José Affonso Palla, que a 11 de outubro tomára o commando do forte do Bom Successo, declinára em dezembro de 1910, quando de premios se tratou, a elevação a tenente-coronel.

Na sessão seguinte áquella em que o nome de Machado Santos foi apontado para melhoria do posto, José Affonso Palla, erguia logo a voz contra os premios, apresentando uma moção regeitando a proposta e relegando-a para quando serena e friamente se tratasse de recompensas. Citando a existencia de revolucionarios famintos, assignalava:

«Tem tido muitos desgostos desde que se proclamou a Republica, mas não se queixa d'isso. Desde que ella foi proclamada ainda não teve um dia de alegria, e comtudo rompêra com a monarchia, sacrificara-se pela Republica, porque lhe desagradaram os processos immoraes d'aquella e desejava que uma nova era de justiça e liberdade surgisse.»

Se era o gladio justiceiro a erguer-se sobre quantas lagrimas de dôr fizeram derramar á realeza forçada a distanciar-se, por egual era o começo da descrença a vincar-se funda no espirito d'um crente.

O capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, recusára antes a promoção a major, contida na ordem do exercito n.º 11, de 17 de Dezembro de 1910, forçando á sua recolha em 1911 e substituição, por outra, a 21, onde, com data de 13, registava simples voto de louvor, para elle, e para os demais officiaes da Rotunda. (*)

Pedia, egualmente, a demissão, não attendida, de chefe do gabinete do ministro da guerra.

Na sessão n.º 15 de 6 de Julho de 1911, era presente pelo deputado Victorino Magalhães, o seguinte oficio do capitão Sá Cardoso:

«Ill.^mo^ Sr. — Dias antes de se mallograr o movimento de 28 de Janeiro, grande numero de officiaes, que n'elle collaboraram, tomaram o solemne compromisso de, caso vingasse a revolução, não acceitarem recompensa alguma. Era eu um desses officiaes, e, o não se ter realizado o que só em 4 e 5 de Outubro de 1910 se consumou, não foi para mim motivo bastante para mudar de opinião. Por isso, sem desprimor para quem não tivesse tomado igual compromisso e pense por forma diversa da minha, venho, antecipando-me mesmo á resolução que sobre recompensas a Assembleia possa vir a tomar, declarar a V. Ex.ª e á Camara, que não acceito nenhuma outra recompensa alem da que já tenho — a de ter conseguido ver, havendo para isso contribuido

(*) Vide documentos, a paginas 773 do 3.º volume d'esta obra.

um pouco, implantada em Portugal a Republica da qual fio o resurgimento do meu país. — Saude e fraternidade. — Ao Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte — Lisboa, 6 de Julho de 1911. — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, major de artilharia.»

O documento, appenso á proposta de recompensa, teve logo o commentario do capitão Affonso de Palla, sobre o respectivo firmador:

— Tinha mais direito do que ninguem!

Não obstante mantida foi a resolução das Constituintes sobre o premio ao commissario naval, mas só a 14 de Novembro era remettida pela direcção geral da contabilidade publica ao delegado do thesouro do districto de Lisboa o titulo de renda victalicia para pensão a cobrar desde a sanção parlamentar.

Accentuaram-se os clamores contra o chefe da Rotunda, mas injustificados eram. Machado Santos, sem reservar para si a minima parte da pensão, distribuia-a pelos revolucionarios em más circumstancias, em verbas mensaes, permanentes.

Procurado incessantemente, (*) repartiu a verba, destinando 20$000 réis mensaes a um mutilado; a outro 18$000 réis; e ainda ao chefe do grupo revolucionario do Beato, á viuva de um dos officiaes de marinha revolucionario, e, equitativo a quantos, evocando a sua vontade de os levar á revolta, lhe sollicitavam o auxilio pecuniario.

Entretanto, e pelos odios contra elle desenvolvidos, ante a sua intransigencia e insubmissão já elle bradára por intermedio do seu jornal, (12 de Novembro de 1911) o reflexo collossal do seu desgosto:

«Politico *arte-nova*, o director do *Intransigente* só conhece uma Honra; não quer, nem trava relações com outra; não é homem que transija em possuir uma para seu uso pessoal, e outra para serviço da sua politica. E o jornal, traduzindo a sua maneira de sentir e de proceder, e a dos seus atuaes e dignos colaboradores, não poderá nunca moldar se ás conveniencias do momento, porque, se a consciencia de todos nós nos diz que a

---

(*) As *Novidades* de 18 de Novembro de 1912.

crise por que passamos, é uma crise de caratéres, bom é que haja alguem, e alguma couza, em torno da qual se possam unir todos os homens de caráter, e de boa vontade, que no paiz se encontram. São graves as afirmações que fazemos; mas, tambem é grave, gravissima, a situação do paiz. Sentimos a imperiosa necessidade de alijarmos de cima dos nossos hombros a responsabilidade do *nefando crime* da proclamação d'uma Republica. Sentimos a consciencia bradar aos nossos ouvidos que, sem a nossa intervenção, ainda o éco da avenida Moraes Soares repercutiria os sons *harmoniosos* das palavras *magicas*, *floreadas*, dos oradores comicieiros. Perante os correligionarios, que surpreendemos com a nossa ação, e aos quaes não demos tempo de se prepararem para os vôos d'aguia que tiveram de praticar; perante os correligionarios, poucos, que arrastámos á luta, a troco da regeneração da Patria; perante a grande maioria dos portuguezes que aplaudiu a nossa obra, que a aceitou com reconhecimento, e que de novo caiu na sua antiga descrença, nós precisamos de nos acreditar, nós precisamos de nos *afirmar*... para conseguirmos alcançar o nosso fim, e, se formos vencidos, podemos dizer como Francisco I: *tout est perdu, hors l'honneur.*»

Outro rumo tomou a campanha, embora dentro da mesma orbita: o derrubar da acção do antigo commissario naval.

Levada a effeito foi no semanario *A Alvorada*, da direcção de um assistente aos actos da Rotunda, o dr. Mario Monteiro.

Por seu turno, o jornal *O Zé* (1 de outubro de 1912) dedicava até uma homenagem ao tenente Mauro, reivindicando para elle a suprema chefia da Rotunda, não sem immediato protesto do alferes Carlos Ludgero Antunes Cabrita, a esse tempo ajudante da Guarda Nacional Republicana e do antigo sargento Francisco Alexandre Lobo Pimentel, ao tempo tenente, dizendo este, em carta áquelle jornal:

«Meu exm. camarada e sr. tenente Carmo. — Não sei nem procurei indagar se ao sr. tenente Carmo cabe a responsabilidade da campanha de descredito que alguns jornaes teem ultimamente renovado contra o que foi o «nosso» comandante desde a manhã de 4 de outubro de 1910 até á data da nossa promoção. Confiado no seu caracter digno e honrado não sei se deva

acreditar na «expontaneidade» e originalidade dos seus ultimos artigos ou de admitir que poz incondicionalmente ao dispôr d'outrem, essas qualidades que tanto o teem nobilitado e que um «resentimento», ainda que justificado, não o devia consentir. Mas torna-se necessario liquidar este incidente e anteriores e ao mesmo tempo prevenir discussões do mesmo assunto que não condizem com a nossa dignidade de oficiaes, promovidos pelos serviços que prestamos á causa da revolução sob o comando de Machado Santos em cujo descredito jámais poderão consentir os que foram os seus oficiaes subalternos. E os ex-sargentos de artilharia 1, que se bateram na Rotunda, pela victoria da Revolução, promovidos a oficiaes, continuam unidos sem que a diferença de serviço não compensada, ou qualquer outro resentimento, possa, jámais, nas mãos de quem quer que seja, servir de instrumento para subornar a nossa dignidade pessoal que presamos mais do que qualquer recompensa. A publicação do seu relatorio será bastante, a meu ver, para destruir todas essas afirmações levianas que ultimamente teem aparecido no «Zé», «Alvorada» e «Batalha»; mas conservamo nos em todo o caso incondicionalmente ao seu dispôr para lhe fornecer todas as testemunhas de que necessitar, certos que o prestimoso camarada Carmo, não ousaria pedir-nos a negação dos factos ainda bem presentes na nossa memoria. Confiou-nos o acaso o papel de oficiaes subalternos durante o aceso da revolução, encontrando-nos «ipso facto» na necessidade de comunicar com quem quer que tomara o comando dos poucos elementos que então se batiam. Ninguem, pois, melhor do que nós incluindo mesmo o meu presado camarada, poderá resolver a questão sem a interferencia provavel do ministerio da guerra, pondo termo a uma campanha impropria da disciplina e brios militares. Conversando ha dias um amigo meu com o sargento que por acaso recebeu o embaixador da Allemanha, com quem v. ex.ª falou «emquanto não chegava o comandante Machado Santos», repetiu-lhe ele a pergunta que pelo meu camarada lhe fôra feita depois da publicação dos seus artigos: «Se me quizerem dar alguma coisa, — depois d'isto, — devo aceitar?» A resposta foi negativa como era de esperar dum caracter digno que bastante considero e que

nessa mesma ocasião se negou a falsear a verdade. Será provavelmente triste a opinião que do seu caracter tem esse sargento que nada deve á Republica e a quem ella muito deve. Seria digno evitar factos como este e resta-nos afirmar que tanto eu como os meus camaradas e companheiros da revolução não conhecemos, depois da retirada dos oficiaes da Rotunda, outro comandante que não fosse o sr. Machado Santos, sobre cujas ordens serviu egualmente o meu camarada a quem tivemos por companheiro nalgumas dessas horas dificeis. Em vista do que fica exposto, esperamos que reconsiderará de modo a não manchar a sua dignidade de oficial. — 9-10-912. — Saude e Fraternidade. — *Francisco Alexandre Lobo Pimentel*, tenente».

Pretendeu-se (*) conceder ao tenente Mauro do Carmo, a verdadeira chefia do acampamento, e com a base, simples, da existencia de uma requisição de cunhetes de cartuchame transmittida pelo official do exercito para Beirollas.

De facto, teve elle a cargo a execução de diversos serviços, aliás relatados por Machado Santos, que o deu até como encarregado de receber as forças adherentes, durante o tempo de ausencia, pela marcha sobre o quartel general, em 5.

Quanto á sua attitude, durante esse interregno, foi evidenciada nos incidentes conflictuosos com varios officiaes, incluindo os de caçadores 2, terminados com o seu internamento, por exarcerbamento mental.

Teve Mauro do Carmo, honrosas citações no relatorio (pagina 168) de Machado Santos, tratando-o de incansavel e classificando a origem da sua doença, sem precisar esta, como soffridas privações.

Expuzera-a todavia no seu relatorio datado de 18 de outubro, o chefe dos soccorros medicos no acampamento da Rotunda, dr. José Paulo Macedo de Bragança:

«Um dos casos em que tive de intervir foi no accesso de loucura do pobre tenente de reserva, Carmo, victima da monomania religiosa e de perseguição, tendo de o mandar conduzir para a sua residencia, onde ficou aos cuidados da familia. Dois

(*) A *Alvorada* de 21 de Abril, 9 e 16 de Junho de 1912.

enfermeiros que o acompanhavam iam sendo victimas dos seus accessos.»

Quanto ao supremo commando, já pelo tenente fôra proclamado o contrario, em continuos trechos de um relatorio intitulado *Documentos para a historia*, e entregue com data de 23 de dezembro de 1910, assignado e rubricado pelo auctor, ao commissario naval Machado Santos, que o publicou, á campanha, em folhetim do *Intransigente* (2 a 18 de Outubro de 1912).

Eram d'elle, os trechos, de abertura e cuja opinião por vezes foi ainda reproduzida: (*)

«Seguidamente não posso deixar em primeiro logar de citar o grande homem Machado Santos a quem, como todos sabem, se deve o estabelecimento da Republica em Portugal, que encontrei na Rotunda commandando as forças revolucionarias e ao qual entreguei a minha espada no momento em que ali me apresentei, prompto a combater a seu lado e em defeza da Republica e para tambem acabar com a vida se tivesse logar a grande fatalidade de perdermos.

. . . .

«Era vel-os, todos firmes, todos com um amor que só quem ali persistiu poude avaliar, obedientes e dedicados ao seu commandante em chefe, Machado Santos, submissos e attentos a quem os dirigia nas horas mais nobres do combate, sendo a vontade de todos, o maior desejo, o inimigo combater, não temendo nenhum perigo, tal era o fogo que lhe girava no sangue em defeza da patria e a favor da sublime causa.»

Diria ainda (14 de outubro de 1912):

«Resta-me a esperança de que ainda vem o relatorio superior a este que está sendo com certeza elaborado pelo commandante em chefe Machado Santos que pode citar quem trabalhou e luctou, debaixo do fogo do inimigo para se alcançar a Republica. Não lhe deve ser facil reter na memoria todos aquelles pequenos que durante alguns dias teve a seu lado em combate, porque foram centos d'homens que atravessaram a Rotunda nas

(*) O *Intransigente* de 4 de Outubro de 1912.

horas da campanha. Estou certo porém que só com grande martirio para si deixará passar em claro qualquer que mereça o reconhecimento do paiz. Deve se como já disse a *elle* unicamente a implantação da republica porque elle foi o unico a iniciar o movimento e o primeiro a conquistar a victoria. Ha quem diga que a revolução estava feita mas isso é falso porque elle é que a iniciou e a fez, secundada por todos que a seu lado se conservaram na Rotunda, campo da batalha. Conquistou o posto mais elevado no exercito de terra porque não houve um unico que fosse occupar o seu logar, mettendo-se á frente para lhe tirar as honras de primeiro revolucionario contra o regimen monarchico. Entre tantos compromettidos, officiaes de terra e mar, sendo alguns d'estes carbonarios e outros que hoje allegam que já eram republicanos ha muitos anos, ninguem houve que lhe fosse tirar o logar havendo apenas o mais reles dos officiaes de reserva que lhe foi entregar a sua espada para lhe provar que o juramento que fizera no acto de ser incluido nos registos da carbonaria, sabia mantel o expondo a sua vida, o futuro de sua familia e o futuro de seu querido filho para bem do paiz e para bem dos portuguezes e para com o seu mizerrimo prestimo não deixar menosprezar o partido republicano digno do maior sacrificio, pelos fins que tinha em vista, e por todos aquelles que hoje o honram e enaltecem os verdadeiros republicanos. Sirvo-me do qualificativo reles porque não pedi galões nem recompensas. Se o commandante em chefe e commandante superior das forças revolucionarias e de todas aquellas do exercito que adheriram á republica, rendendo se ao alto poder da Rotunda, propoz a minha passagem ao effectivo n'um posto superior, foi simplesmente por ter reconhecido todas as coisas no seu devido logar e não empenhado por mim. Sirvo me d'aquelle termo porque, pelos camaradas officiaes, foi unicamente discutida a parte das propostas que se referia á minha pessoa: e acharam por bem, fazendo se promoções a postos, não digo ultimos, mas quasi aos mais altos das graduações que existem, d'officiaes que, com quanto os seus serviços sejam equivalentes, não estiveram no emtanto, nem com tantas responsabilidades e não arriscando, sob fogo, a sua vida como eu e Machado Santos, na Rotunda.

E o resultado é ver-se: desprezo, indifferença e o pouco valor com que publicamente me tratam; a mim e a elle.»

No fecho do relatorio, considerava obrigatoria a promoção de Machado Santos ao posto de general de divisão.

Mercê d'essas affirmativas fracassou a campanha, aliás derrubada já por muitos outros documentos, entre elles, uma declaração do tenente picador de artilharia 1, dizendo: (*)

«Mas a passagem a que me referia sobre o sr. tenente Carmo da qual eu conclui que ele, naquela altura, tal como eu, se não julgava comandante de cousa alguma, foi que, tendo-o eu consultado sobre uma resolução a tomar, referente, se bem me recordo a uns presos que vinham chegando, e observando-lhe eu que elle era um oficial que ali estava, tenente como eu, mas combatente, (não tinha prestado attenção que era de reserva) declarou-me s. ex.ª que nada podia resolver sem consultar v. ex.ª, porque, palavras suas: «O sr. Machado Santos é que é o comandante, ele é que foi o heroe e portanto comandante das forças revolucionarias, e como tal eu, embora de patente superior, estou, e todos nós estamos, debaixo das suas ordens.»

A lume appareceram, (**) como revindicta, documentos particulares do tenente, sollicitando interferencia de Machado Santos, para a resolução de assumptos varios.

A campanha foi extensissima, mas não teve fôros de segura em solidas bases.

Acompanhou essa campanha outra de mais grave theor:

Norteou a, na *Alvorada,* (***) o revolucionario civil José Antonio dos Santos Belem, querendo attribuir-lhe culpas na morte do almirante Reis.

Todavia, a demonstração apenas conseguia vislumbrar intenções de affastamento dos elementos civis e do grupo de Belem para que não podessem fornecer auxilio a Candido Reis e Fontes Pereira de Mello.

Já vimos, porém, que o embarque para os navios se effectua-

(*) O *Intransigente* de 23 de Outubro de 1912.
(**) Idem de 19 de Novembro de 1912.
(***) Supplemento ao n.º 7, de 26 de Março de 1912.

ria, mesmo sem os paisanos, se não fôra o desanimo, invadindo a officialidade e as más e falsas novas levadas ao Caes do Gaz.

O organisador da campanha, é que por pouco tempo lhe deu impulso.

A morte colhia-o, (17 de Novembro de 1912) apoz melindrosa operação,—aos 58 annos, n'um catre da enfermaria do hospital de S. José, onde recolhera (6 de Outubro de 1912).

O prestito funebre (19 de Novembro de 1912) sahido da séde da Federação Republicana Radical, teve o pormenor excentrico de se fazer passar e deter defronte da casa de Machado Santos, na rua Paschoal de Mello.

Apoz, em 26 de Novembro de 1911, por occasião dos tumultos em Lisboa, conhecidos pelo caso das chinezas dos bichos, teria succumbido ás furias da populaça accirrada ás palavras dos adversarios politicos, se um antigo cabo de marinheiros, Antonio de Castro, o não salva, recebendo um golpe que para elle era.

Antonio de Castro, a quem depois era arbitrada por Machado Santos, a pensão mensal de 15:000 réis, ao carcere ia mais tarde sob a accusação de no Porto querer assassinar o dr. Affonso Costa.

Por essa epocha, já Machado Santos, era dado em pleno tribunal de Cabeceiras de Basto, pelo capitão Sant'Anna Cabrita, como conspirador, em condicções de ser julgado incurso na lei de excepção de 30 de abril de 1912. (*)

Tudo contribuiu para que o commandante da Rotunda, se sentisse penetrar de intensa desillusão.

Espelhou-a assim:

«Se não os conhecessemos, se não soubessemos da sua existencia, para não assistirmos á liquidação final, abandonariamos a lucta e iriamos procurar em outras regiões do globo attenuar o remorso de havermos concorrido para accelerar a ruina da nossa Patria!»

Era o occaso.

(*) Jayme de Abreu—«Julgamento d'um jornalista no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto.»

O fundador da Republica em Portugal, fôra já, nas primeiras eleições republicanas, o deputado menos votado, pela cidade que nas primeiras horas de victoria o acclamou enthusiasmada.

De desagrado em desagrado, de intensidade subiram as manifestações de desalento e a menos de trez annos da epocha de rejubilo, surgiu a nota de contrariedade irrepremida: (*)

«Que outros tirem, se quizer, da eloquencia dos factos o seu corolario logico! Nós, abstemo-nos de o fazer! Limitamonos a assistir de braços cruzados ao trabalho dos coveiros que sob a vigilancia da veneranda figura tumular de Manuel d'Arriaga preparam em acelerado a derradeira jazida das nossas ilusões e do nosso ideal politico.»

Outro anno decorrido (16 de junho de 1914) viria com o exaspero, a comparação, reivindicadora da derrubada causa monarchica:

«Assistimos aos ultimos anos de vida da monarquia, aos seus receios, aos seus terrores agonicos; e, nós, que estavamos bem ao facto do que se planeava no sub-solo da sociedade portuguêsa, dos meios d'ação que tinha o Partido Republicano, podemos jurar que *jámais o extinto regimen atravessou um periodo de tempo de gravidade tão extrema, como este que está atravessando a Republica,* Então, na alma do povo português havia uma esperança, uma esperança que a simples palavra Republica cobria, embora divergissem as ideas sobre o que viesse a ser a Republica, essa palavra magica que servia á maravilha, para sintetisar as aspirações de todos. Hoje, que os elementos d'ação adversos á demagogia vêm em quantidade infinitamente superior aos que eram contra a monarquia, já não é a palavra Republica que sintetisa as aspirações de todos, já não é essa palavra magica que todas as idéas cobria, já não é essa palavra simbolica que paira nos ares, como estrela guiadora para a redenção d'um povo. Hoje, a menos de quatro anos de existencia do regimen novo, a palavra é outra, palavra tetrica que a nós proprios aterra, palavra feroz que só, por si, tem tido por vezes

(*) O *Intransigente* de 27 de Maio de 1913.

o poder de entravar a nossa ação: *Vingança!* E é sobre o efeito esmagador d'esta palavra, que hoje paira nos ares em substituição d'aquela, que em si encerrava a idéa nobre da Fraternidade, que nós escrevemos este artigo, este apelo derradeiro, para que, das altas regiões do Poder, parta o gesto que tranquilise o país, que a todos dê a garantia que as algemas do escravo se sepultaram n'um museu e que a espada da Justiça não continuará a assemelhar-se ao *cetro* de João Brandão. Mas esse gesto tem de vir rapido para que se lhe não diga em resposta: *trop tard.*»

O fundador da Republica, teve, em plena vigencia d'esta, de guarnecer com marinheiros armados, a sua sede redactorial e elle, proprio, de se rodear de civis, ao sahir, alta noite, do *Intransigente* (O *Dia* de 27 de Julho de 1914).

Longe, bem longe ia já esse collossal palmear dos enthusiasmados pela sua obra de esmagador de um throno.

Effectuára se, na democracia — sob uma falsa noção de inherencia heretica, — um dos preceitos do christianismo: os ultimos foram os primeiros.

O combatente que na Rotunda ficou, mercê, disse-se, do acaso, mas acaso a que o destino deu altos foros, pois ficar, em circumstancias taes, era a prisão, o desterro, á derrocada dos planos da rebeldia — viu ao *consummatum est*, o rapido declinar da sua estrella.

Outras brilhavam no ceu constellado da politica.

Foi a desillusão para elle, mas não menos foi ella para o povo, notando o breve enturvar do horisonte que, ao raiar de 5 de outubro, julgou de perpectua limpidez....

IX

A proclamação nas provincias, nas ilhas adjacentes e no ultramar.

' hora em que, na Rotunda, o proclamado chefe da revolução decerto cogitava já na inutilidade do seu passo de arrojo, mas sem prever toda a serie de dissabores que o futuro lhe reservava, — o governo provisorio, ainda na Camara Municipal, onde fôra installado pelo vereador Carlos Alves, cuidava de effectivar anteriores theorias.

Eram ellas, o convencimento, exacto, de que feita a republica em Lisboa, o resto telegraphicamente se realisaria.

O almirante Candido Reis, d'isso tivera a presciencia, ao oppôr-se a que a provincia cooperasse com Lisboa, revolucionariamente.

Conhecedor, por pessoal inquerito, da orientação das terras portuguezas, tendo colhido em inspecção feita aos nucleos carbonarios como Primo Marceau, da Carbonaria, os seguros elementos de ajuda em necessario momento, não hesitou na affirmativa cathegorica de que, á victoria da capital corresponderia o franco adherir de todo o Portugal.

Era facto.

A intuição, só em raros concelhos teve fracasso, mas, compensadamente, em alguns nem esperado foi o ganhar da partida na cidade da côrte.

Assim, e em 4, quando ainda nebulosa se desenhava a situação, proclamaram a republica, as villas de Aldegallega, Almada, Barreiro, Loures, Moita e Seixal.

Em quasi todas a tensão espiritual levou a exageros, que não se mediram todavia pelos de Setubal.

Em *Almada*, que por largos dias esteve em festa, por imposição popular promoveu-se o regresso á liberdade de todos os presos da cadeia, effectuando-se, em troca, a detenção de muita gente sob simples suspeita de affecta ao jesuitismo (11 de outubro). Em *Loures*, o povo, ia armado buscar todo o funccionalismo publico para que prestasse homenagem á bandeira nova e forçava ao mesmo o padre parochiano (7 de outubro). Na freguezia de Alhos Vedros, do concelho do *Barreiro*, a populaça dava logo (9) a nota anti-religiosa, invadindo a casa do prior, apoz ter arvorado a bandeira na egreja, e forçando-o a marchar á sua frente e a associar-se aos gritos acclamadores da republica. O *Seixal* limitou-se a transformar a rua Principe da Beira em Carlos Candido dos Reis; a rua Infante D. Manuel em dr. Miguel Bombarda; a rua Marianno de Carvalho em Heliodoro Salgado; a Praça da Egreja em Praça da Republica; a Praça dos Martyres da Liberdade em Avenida 5 de Outubro e a rua Emygdio Navarro em rua do Benemerito Dr. Teixeira de Sousa.

A's novas da proclamação nas seis villas mais se firmaram as convicções de um completo appoio provincial.

Baixaram as ordens para o governo civil e ás 11 horas da manhã, o dr. Eusebio Leão determinava á repartição telegraphica a remessa ás administrações de concelho de telegrammas

transmittindo a vontade ministerial do immediato arvorar da bandeira republicana, tudo assim expresso:

«Está implantada a Republica. Previna as auctoridades. Ice bandeira nos paços do concelho.»

Não reorganisado ainda o serviço telegraphico, gradualmente foram chegando ás varias villas, os despachos assignaladores da queda da realeza.

Alemquer, conheceu a nova proclamadora em 5, á tarde, por noticia levada de Villa Franca. Encerraram-se logo as fabricas e o commercio, emquanto mais de 2000 populares, cantando a Marselheza e dando vivas á republica, se dirigiram á camara municipal, e faziam ali hastear a bandeira republicana. Seguiram-se-lhe festas publicas, com marcha nocturna e illuminações. Acolhendo jubilosa a republica, a municipalidade, transformava em rua Francisco Ferrer a antiga rua dos Mouros, em da Republica a da Triana, em Candido dos Reis, a Direita do Paço e em Praça Dr. Miguel Bombarda, o largo do Espirito Santo.

Das janellas dos paços do concelho de *Benavente*, proclamava a republica ás 2 horas e meia da tarde, o dr. Sousa Dias. Ao enthusiasmo popular, correspondeu de inicio o retrahimento dos elementos monarchicos, breve affastado, ao ponto de na freguezia de Santo Estevão, á frente da multidão seguirem, dando vivas, os chefes d'aquelle partido Antonio Bernardo Ignacio e Joaquim da Costa Coelho, emquanto na de Samora Correia, o prior, Pedro Tobias, fugia, receoso da agitação do povo. Este, todavia, realisado o acto proclamador, voltou indifferente ao trabalho, ligeiramente interrompido.

A cidade de *Evora* jubilosa recebeu pela tarde, a noticia da victoria republicana. A multidão affluindo á praça de Sertorio, enthusiasmada assistiu pois á leitura da varanda dos paços do concelho, pelo dr. Felicio Caeiro, do telegramma do governo civil de Lisboa, subindo desde logo a bandeira verde e encarnada. Effectuado o acto com a adherencia do commandante militar, coronel Mousinho de Albuquerque, iniciaram-se represalias e emquanto uma parte do povo, arrancava a chapa esmaltada que dava ao antigo Largo de S. Thiago, o nome de Largo Vascon-

cellos Porto, outra ia apedrejar a redacção do jornal monarchico *Noticias de Evora*, que resolveu suspender a publicação. Reprimidas foram as violencias, mas ensejo deram a que no paço archiepiscopal se accedesse de prompto ás sollicitações feitas no dia seguinte para o arvorar ali da bandeira democratica. Não cessaram porem ali as malquerenças anti-monarchicas e, á posse da commissão municipal em 7, o presidente, dr. Julio do Patrocinio Martins, determinava ao povo a descida das paredes dos retratos de D. Luiz I, e D. Carlos I, do principe D. Luiz Filippe e de D. Manuel II, guardados e mais tarde offerecidos ao Museu da Bibliotheca Publica Eborense (13 de outubro). Apenas ali ficava o do fallecido presidente dr. Francisco Barahona. A municipalidade mudava ainda para rua da Republica, a do Paço, Cinco de Outubro, a da Sellaria e em Dr. Miguel Bombarda o antigo largo de S. Thiago. Foi 1.º governador civil de Evora, na republica, o revolucionario Estevam da Cunha Pimentel, que do cargo tomou posse a 6, emquanto os presos da cadeia civil, se revoltavam ao ver que lhe não era dada a liberdade. Partiram os amotinados, criminosos graves, as tarimbas, portas e vidros das janellas, procurando com os destroços perfurar uma parede divisoria das prisões. Intervinham os soldados e os assassinos ali detidos, eram removidos, algemados, para o calabouço da esquadra conhecido pela *casa funda* e d'ali para a clausura militar. O annuncio de perseguições a monarchicos, deu origem ainda ao seguinte edital:

«Republica Portugueza — Patria e Liberdade — Governo civil de Evora. — Para garantir a liberdade individual e condição necessaria da segurança social e da honra no governo republicano, faz-se saber a todos os cidadãos que é indispensavel haver todo o respeito pela pessoa dos policias, dos padres e bem assim dos individuos de qualquer outra condição, castigando-se rigorosamente qualquer desacato que se pratique. — Evora, 8 de outubro de 1910. — O governador civil (a) *Estevam da Cunha Pimentel.*»

A tres incompletos annos da data, o operariado eborense manifestar-se-hia em desagrado, clamando contra o facto da de-

tenção, sob o apodo de vadios, dos trabalhadores envolvidos em propagandas de classe. (*)

Vejamos a cidade de *Faro.* O governador civil, regenerador, não quiz içar a bandeira, e o povo, prudente, limitou se para proclamar a republica em 5, a collocar o estandarte no mastro do Arco da Villa, acto levado a effeito pelo marinheiro Joaquim Paulo Correia, envolvido já na insubordinação de 1906. A multidão, manifestou se enthusiasticamente, esperando da auctoridade do districto uma acquiescencia aos seus desejos, só satisfeitos porem, pelo governador civil, nomeado pela Republica, Zacharias José Guerreiro, que, tomando posse immediata do edificio do governo civil, fazia logo içar a bandeira ali e nos paços do concelho, e retirar os retratos dos reis que se ostentavam nas respectivas salas nobres. Dava-se isto a 7, e a 9, emquanto os soldados, marinheiros e populares, encobriam com bandeiras republicanas, as corôas reaes que sobrepujavam os edificios publicos, revoltavam se os seminaristas. Emquanto uns, com gritos de viva a Republica, fugiam pelas janellas á soberania do bispo, outros, mais ainda, iam junto d'elle, annunciar-lhe que sahiam e que despiam as batinas. O prelado, cruzando os braços ante essa tempestade que não conseguia dominar, demais escutando ao longe o ruido da populaça festejando a queda da theocracia, apenas disse:

— Façam o que entenderem!...

O exemplo colheu e se na freguezia de Alquerubim, era o proprio parocho, quem, a 16, lia o edital do governo civil annunciando a proclamação e aconselhava o povo a reconhecer a reblica, na de Boliqueime, Carlos Christovam Genuez Pereira, chamava para manifestações os marinheiros da *Tavira* e em casa ovacionava o regimen novo.

Oeiras estava a postos para a entrada em acção energica. No plano, em parte commettido ao revolucionario Alfredo Leal, entrava a sublevação do povo de Oeiras e Algés, e da força de Barcarena, que viriam sobre a cidade. O projecto gorou-se e tudo se resumiu a preparativos para auxilio. Fôra já na madru-

(*) O *Intransigente* de 2 de Junho de 1913.

gada de 5, que Alfredo Leal procurou executal-o, começando pelo levantamento da soldadesca da fabrica da polvora. Poucos se dispuzeram a secundar a tentativa e recorreu a ardil. Entrando em casa do rev. Estevam Rodrigues da Silva, democrata, convidava-o a erguer-se do leito e a seguil-o ao Centro Republicano, onde arranjaram quatro azagaias e uma pistola de pederneira. Com poucos civis seguiram até Barcarena onde o padre Silva, se avistava com o capitão Camacho, collocando-o em presença de Alfredo Leal que lhe dizia:

— Venho commissionado pela junta revolucionaria de Lisboa para convidar V. Ex.ª a marchar com os seus soldados e oficiaes e todo o material de guerra existente, incluindo peças para as portas de Algés, onde aguardará ordens.

O official teve a secca resposta de recusa, logo retorquida com a affirmativa de que a quinze minutos de distancia estavam 200 populares armados com bombas de dynamite, os quaes, á resposta não satisfatoria, fariam voar Barcarena. O capitão Camacho, ante a ameaça, não quiz proceder sem ouvir o conselho de officiaes, logo convocado, e ainda com o voto de Alfredo Leal de apenas aguardar as deliberações durante 10 minutos. Em breve o revolucionario era mandado comparecer perante o conselho, reproduzindo ali as anteriores phrases, e dando o movimento como victorioso. Comprehendendo o ardil, a officialidade fez ver que estando a causa ganha, inutil era a marcha da bateria sobre Algés. Alfredo Leal, apenas insistiu na acquiescencia á determinação da junta. Seguiu-se novo conciliabulo, official, interrompido pela communicação telegraphica de estar proclamada a republica. O capitão Camacho collocava-se ás ordens de Alfredo Leal, que se limitava a sollicitar o hasteamento da bandeira, que o padre Rodrigues da Silva foi buscar ao Centro Republicano. Alfredo Leal, era em premio, collocado como secretario da Superintendencia dos Paços Reaes e depois nomeado 1.º official da 4.ª repartição (patrimonio) da direcção geral da fazenda publica, formada para tratar de assumptos relativos aos bens da casa real. (*) Effectuada pelas 10 horas a

---

(*) *Diario do Governo* de 11 de Agosto de 1914.

proclamação nos paços do concelho, com o acto de apeamento do retrato de D. Manuel II da sala das sessões, iniciou-se breve a perseguição, sendo detido, pelas 6 horas da manhã de 6, o marquez de Pombal e passada rigorosa busca á respectiva quinta, a pretexto de servir de albergue a jesuitas, o que se averiguou infundado.

Na cidade de *Lagos*, desde a manhã de 5 se deu como victoriosa a causa democratica. A's 2 horas da tarde era recebido o telegramma official. A bandeira hasteada immediatamente na Praça da Constituição, teve o applauso popular, encerrando as portas o commercio e adherindo logo o batalhão de infantaria 17, do commando do major Lazaro de Almeida Corte Real e bateria 4, de artilharia, do commando do capitão Castro. Só a 8 todavia, solemnemente foi içada a bandeira na camara, pelo presidente José Julio Lapellier Berger, seguindo-se-lhe o hastear no forte da Ponta da Bandeira. A municipalidade resolvia depois transformar em Praça da Republica a Praça da Constituição e em rua dos Martyres da Republica a do Castello.

Santarem, possuia a sua engrenagem revolucionaria, sob a chefia de Abilio Caldas Nobre da Veiga e Camillo Rodrigues, grupos nascidos da scisão aberta n'outra secção carbonaria. As iniciações ali effectuadas produziram tal conjuncto, que a um dos organisadores, mereceu a allegação de «ter iniciado verdadeiras feras sedentas de sangue, e que se houvesse revolução, só em ultimo caso avisaria, por propriamente chegar a ter medo d'elles.» (*) Sabida essa organisação, ao ataque do grupo de Queluz, cavallaria 4, lanceiros 2, guarda municipal e outros, correspondeu, na madrugada de 5, o pedido de auxilio para os referidos nucleos revolucionarios e ainda para o grupo revoltoso de Alcanena, aprestando-se logo 60 homens, com um monarchico que, incitando, propunha o fuzilamento do que recuasse ou desertasse. Proximo a Pernes, surprehendia-os a nova da proclamação da republica e o grupo retrocedia para a cidade de Santarem.

Esta, teve conhecimento, pela tarde, dos resultados da acção

(*) O *Mundo* de 25 de Dezembro de 1913.

lisboeta e á confirmação pelo presidente da commissão districtal, dr. Anselmo Xavier, desde logo ascendia a bandeira verde-rubra no Centro Eleitoral Republicano, e camara municipal, de cujas janellas discursavam os drs. Anselmo Xavier, José Madeira Montez e Antonio Fernandes. A posse do governo civil, era entregue pelo chefe do districto, Belard da Fonseca, ao commandante militar tenente-coronel Francisco de Carvalho Gorjão, emquanto um sargento de infantaria arvorava o estandarte republicano no edificio do governo civil, e o povo, jubiloso, organisava cortejo grande, levando em triumpho os soldados e officiaes de cavallaria e de artilharia 3. A proclamação effectuava-se no dia 6. D'uma janella do governo civil, é convidada a multidão a ir buscar os soldados aos quarteis e içar ali a bandeira. A ceremonia em artilharia 3, teve, por adhesão, o enthusiasmo de toda a officialidade, e, ao passo que o capitão Felix de Figueiredo, apontando o estandarte verde e encarnado, exclamava; «Portuguezes, até á ultima gotta de sangue!» o tenente coronel Gorjão, fallava assim ao povo:

«Povo de Santarem. Tive a subida honra de ser governador civil interino d'esta cidade por algumas horas, sendo-me muito grato confessar as manifestações recebidas e a forma cordata como o povo se conservou, pelo que levanta um viva ao povo de Santarem.»

Não revestiu tanta solemnidade o acto realisado em caçadores 6, ao passo que no seminario patriarchal, o padre reitor se penitenciava de não ter pavilhão democratico, pois elle proprio o mandaria collocar. O acto realisava-se a 7, erguendo ainda os padres vivas á republica á passagem do automovel que conduzia revolucionarios. Não obstante, alguns, excepto dois jesuitas detidos em 8, abandonavam de madrugada, o seminario sem desacato de maior, havendo apenas o apedrejamento na freguezia de Malhoa, de um trem que levava dois sacerdotes. O annunciado regresso das baterias de artilharia 3, do commando do capitão Eduardo Sarmento, trouxe boatos de ataque á outra força aquartellada em Santarem, insinuando até convicções realistas em alguns officiaes. O apparecimento e os discursos dos capitães Cons-

tantino e Felix de Figueiredo, affastavam as presumpções. Por seu turno, a soldadesca voltava, agitando bandeiras novas, e o commandante accentuava que tinham ido todos na idea de cumprir o seu dever, mas ante as circunstancias, por egual serviriam, com dedicação e civismo, o regimen proclamado. Identico alarme e identico resultado, houve ao regresso dos pelotões de caçadores 6, do commando do capitão Prado. De notavel houve ainda a visita (9 de outubro) do povo de Alpiarça, que exigia a immediata demolição, a martello, da corôa real, em pedra, que encimava o escudo de um dos cunhaes da camara. Na impossibilidade de ser dada immediata execução ao exigido, era coberta com a bandeira republicana, effectuando se a retirada d'esses emblemas no dia 15. Contrariamente á expansão democratica de Alpiarça, resaltou a attitude de Fanhões, onde, ao surgir o cortejo republicano, se deram tumultos sendo apedrejado o povo que o compunha e a musica (11 de outubro). A municipalidade resolvia, dar o nome de Machado Santos, á rua Hintze Ribeiro; Avenida Cinco de Outubro á Avenida Conde Alto Mearim, e arrancava a chapa do Largo Pimentel Pinto. De Santarem foi 1.º governador civil, o medico dr. Ramiro Guedes, natural de Lisboa, onde nascera a 22 de Julho de 1850.

A cidade de *Setubal*, foi talvez a unica que mais tragico e destruidor reflexo deu á outubrina revolução, talvez por proximo estar de Lisboa, que se notabilisou pela perseguição aos jesuitas.

As communicações de ter rebentado de facto, o movimento em Lisboa, eram recebidas do Barreiro, ás 8 horas da manhã de 4. A anciedade demonstrou-se e a breve trecho, o commercio paralisava e o povo afluiu ás ruas, até que, pela tarde, fechavam os estabelecimentos, por completo. O apparecimento de novo emissario, do Barreiro, confirmando a lucta e assignalando quasi uma victoria, o que não era certo, perturbou os espiritos e aprestaram-se represalias para a noite. O dr. Leão Azedo, reunindo o povo em sessão no Centro Republicano, expunha-lhe a situação e aconselhava o abster de manifestações desagradaveis.

Não cahiu o preceito em propicio terreno e a avalanche, seguindo do quartel de infantaria 11, para o aterro, afim de

victoriar a marinhagem da canhoneira *Zaire*, refluia á Praça do Bocage, onde, detendo-se em frente da esquadra installada no edificio da camara, fez intimação ao chefe Henrique Nunes da Costa para ali arvorar a bandeira republicana.

A' recusa de Henrique Costa, mais tarde (10 de outubro) preso e levado para bordo da *Zaire* — corresponderam algumas pedras e, os agentes, ripostaram, a tiro.

Foi a perda. A' violencia das multidões, quando ellas procedem sob o influxo de um julgado direito, não ha que contrapor a violencia. O choque é fatal para os que contra ellas arremettam.

A populaça, pois, teve o exaspero e o tiroteio produziu-se.

O exaspero cedeu o passo, subindo de intensidade, á loucura da destruição.

A esquadra era tomada e se os agentes não fogem por trazeiras portas, teriam o fim que ao mobiliario foi dado: o esphacellamento.

Reduzido tudo a montão informe, o fogo completou a obra. As labaredas mais perturbaram os espiritos.

Achas ardentes, foram atiradas para dentro do posto policial, e emquanto as chammas principiavam a devorar a casa da camara, para completar a sua acção terrivel, á pedrada eram fendidos os vidros e a machado as portas.

O incendio consummiu assim, ante as vistas febris dos exaltados e aos gritos acclamadores da republica, o edificio municipal, onde egualmente estavam a administração e a recebedoria do concelho, a repartição de fazenda e dos impostos e a importantissima bibliotheca, á qual dedicára especiaes cuidados, com valiosas offertas de livros raros, o benemerito Francisco Eduardo Gomes Cordeiro.

Aproveitando a situação extranha, houve o arrombamento de cofres, sendo ainda espancado o chefe da repartição da camara, Raul Mesquita de Carvalho, quando pretendia entrar para o salvamento das quantías ali depositadas.

Infantaria 11, resolvia-se a intervir, fazendo auxilio aos bombeiros.

Era tardia a attitude: nada se salvou.

O povo, não satisfeito da tarefa sinistra, que julgou apenas iniciada, aggregou a si para novos commettimentos os presos da cadeia. Invadindo-a, restituiram-os á liberdade, e com elles seguiram até á egreja do Coração de Jesus.

Já ali não estavam os frades, fugidos ao rebate de sinos pelo incendio na camara e sendo apenas preso, mais tarde, quando faminto vagueava pelos campos, o sachristão Antonio Pires.

A multidão, buscando debalde os jesuitas, derrubava inconsciente e irreverentemente os santos e as preciosidades religiosas é, á inutil busca, punha fogo á egreja, não sem primeiro destruir todas as portas para com a madeira o atear mais.

A verdadeira revolução, com todo o seu conjuncto de horrores, de perseguição e da destruição, fel-a Setubal, e talvez pelo auxilio de 23 individuos de largo cadastro, sahidos do carcere e que só a 7 de outubro a elle voltavam de novo presos.

Os edificios, em chammas, tornavam o quadro phantastico.

A embriaguez de ruina subia de intensidade.

Houve o grito, allucinado, de ancia, da nevrose irreprimivel:

— A Branc'Annes! A Branc'Annes!

A turba seguiu, entre applausos á obra, até ao convento dos varatojanos.

Tambem já ali não estavam, evadidos para o Pinhal Novo, onde, á noite, eram presos e conduzidos para a *Zaire*, o jesuita frei Agostinho, e 3 leigos, exercendo ali as funcções de moço, sapateiro e ferreiro.

De novo houve o incendio e o desfazer de quanto objecto de arte, rico e historico, ali se lhes deparou.

De pé apenas as paredes, negras, erectas, como pasmados espectros ante esse scenario de desolado aspecto.

Até á manhã de 5, durou essa crise terrivel.

Depois os cerebros aquietaram-se.

Entretanto, eram retirados dos escombros da recebedoria, os cofres, que estavam intactos e que, sellados, ingressavam no quartel de infantaria 11. Não succedeu o mesmo ao cofre da thesouraria camararia, que appareceu arrombado, faltando cerca de 6 contos de réis, em parte repostos mais tarde por alguns dos assaltantes, dando entrada 908$520 réis.

Pelas 10 horas da manhã, o dr. Leão Azedo, annunciava a proclamação, da janella da sua residencia, na Praça do Bocage, onde se conservára durante os exageros da expansão popular.

Esta, evidenciou se então festiva: os foguetes subiram aos ares, acompanhando as notas musicaes da «Portugueza».

A' uma hora da tarde, a bandeira verde-rubra, subia no mastro grande da *Zaire*. No quartel de infantaria, o coronel José Narciso Andrade, não a hasteou logo, sob fundamento de que não a possuia.

Pois a população não arredou pé, emquanto a ceremonia se não effectuou.

Não obstante, a poucos dias de distancia (10 de outubro) o 1.º cabo de infantaria 11, Acurcio Godinho Mattos, com os soldados 28 e 16 do 2.º batalhão, aggregando a si alguns exaltados, foram á residencia do commandante, e n'uma perfeita indisciplina, prenderam-no.

O official, despedindo-se commovido da esposa, collocava-se sereno e altivo, entre os insubordinados, e marchou até á canhoneira.

Ante o successo, o capitão Marques Pedrosa, julgou util convidar a populaça a entrar no quartel, onde lhes discursava, assegurando que estava o regimento com a republica e por isso não deviam ver inimigos em nenhum dos officiaes.

O acto de detenção do coronel Andrade não foi bem recebido, não só pelos agaloados como pelas outras praças.

D'ahi uma atmosphera de reprovação que deu origem á fuga dos trez captores. Vinha a Lisboa, o major Gomes, fallar com o coronel Barreto sobre a detenção do commandante de infantaria 11, substituido entretanto pelo coronel Garcia. Narciso de Andrade apresentava-se no ministerio da guerra acompanhado do eommandante da canhoneira *Zaire*, manifestando a sua adhesão á republica e sendo restituido á liberdade (12 de outubro) com ordem para voltar á chefia de infantaria 11. Da cidade ponderaram todavia a conveniencia do contrario e assim se procedeu.

A's 5 horas da tarde de 5 effectuava se a proclamação, tendo por espelho da acção popular, as denegridas paredes da munici-

palidade e pouco depois era espalhado o seguinte manifesto:

«*Cidadãos:* — A victoria mais bela e gloriosa acaba de coroar o definitivo combate dado pelo Partido Republicano aos preconceitos e ficções da monarchia. Os privilegios dinasticos acabam de ser destruidos em Portugal, e, de ora ávante, o povo português escolherá para chefe do Estado, para seu legitimo representante, o cidadão que, pela sua honra, pelo seu saber, pelo seu patriotismo, conquistar aos nossos corações o direito de presidir aos nossos destinos ou civilização mundial. Mas não é tudo. A nação armada, revindicando a sua emancipação social e as garantias da Liberdade que lhe competem, realiza ao mesmo tempo uma grande obra de saneamento moral no aniquilamento das clientelas politicas, que lançaram na mais imunda das corrupções o nome querido de Portugal. O movimento não é para longas e acerbas exposições. A nossa pena não está serena, escreve aos solavancos, agitadamente, como o nosso coração palpita e as nossas ideias tumultuam. O culto monarchico em Portugal era ha muito tempo um mito, amparado pelos ambiciosos e pelos fracos. D. Carlos, postergando a constituição, escorraçando do parlamento os representantes do país, fazendo amordaçar a imprensa e cessar as liberdades publicas para liquidar as suas dividas ao Estado sem as pagar, extinguiu de todo esse culto, amortalhando-o no decreto de 30 de agosto de 1907. As instituições conspurcadas pelo impudor de politicos bajuladores do rei e pelas administrações consequentemente venais, pesavam sobre o paiz como montanhas de lama. D. Manuel querendo estrangular a alma portuguesa nas garras da reacção, e impôr ao paiz o predominio das quadrilhas politicas que rodeavam o trono, acordou em nós o sentimento bemdito que leva os povos á revolução. E essa rajada purificadora acaba de nos restituir a honra e a liberdade, de nos garantir o direito a todas as prerogativas da soberania popular, que são a razão de ser da autonomia dêsse Estado, a dentro da culta Europa. Portugueses! patriotas! unamo-nos todos para saudar a aurora de dias felizes, que para nós caminham. Momento de embriaguez patriotica, momento de alucinante redenção, como elle agita o nosso coração e engrandece e torna amada a terra portuguesa,

de tão grande e gloriosa historia! Unamo nos para consolidar o governo democratico, para salvar a Patria, a honra e a Liberdade. Mulheres de Portugal! Associai-vos tambem e associai os vossos filhos á legitima aspiração dêste momento de luta. Unamo-nos para saudar a revolução e o alvorecer de uma época de paz engrandecedora e bela. Viva a Patria! Viva a soberania Popular! Viva a Republica! — Lisboa, 5 de outubro de 1910 — A camara municipal republicana, *Leão Azedo, Joaquim Brandão, Ezequiel Rodrigues, Arronches Junqueiro, Manuel Liverio, Joaquim Fernandes, José da Rocha, Mendes Bello* (*Palmella*), *José Coelho* (*Azeitão*).»

Contrariamente aos votos da paz não tardaram novas perseguições e assim detidos eram, pelo povo e sem ordens judiciaes, o director do semanario *O Trabalho*, Manuel Luiz de Figueiredo, o chefe da policia, e o antigo administrador do concelho, Abel Marques Pedroso. O primeiro, restituido á liberdade, fixava residencia em Lisboa. Fez-se egualmente uma tentativa de assalto á residencia do ex presidente da camara, Antonio José Baptista, que, mercê d'isso talvez, abdicava da sua antiga fé monarchica, para adherir ao regimen novo, hasteando tambem a bandeira.

Dava se entrada violenta, ás 11 horas da noite de 6, nas casas do parocho e do boticario de Palmella, de nome Annunciada que forçaram a ir até ao Centro Republicano, com o exclusivo fim de dar vivas á Republica. Ainda no dia 8, appareceu em Villa Nogueira de Azeitão um grupo de 40 homens armados, disposto á investida da quinta e palacio da Bacalhôa, propriedade de D. Manuel II. As auctoridades, avisadas, seguiram porem para ali com uma força de cavallaria, apurando que o grupo viera do Barreiro, disfarçando as suas intenções com a procura de frades. O administrador do concelho impunha-lhes a retirada.

Assim tumultuosos e terriveis se effectuaram os trabalhos preliminares da proclamação na cidade de Setubal. Esta, teve ainda o grande cortejo de 11, á passagem do qual, erguidos vivas ao exercito, o capitão de infantaria 11, Pedroso, correspondia com acclamações á republica, seguindo se a homenagem

ao republicano e poeta Paulino de Oliveira, futuro consul no Brazil, onde vinha a fallecer. De tudo ficou a phrase d'este, no agradecimento da manifestação e que ficou como o espelho do futuro:

—«A republica está proclamada, mas infelizmente não está no espirito de todos os portuguezes.»

Era a presciencia exacta do estado d'alma nacional.

A bandeira bicolor era içada, pouco depois das nove horas da noite, no edificio municipal de *Thomar*, entre as acclamações do povo, que depois percorria as ruas, em marcha. A' confirmação official, só recebida no dia seguinte, seguiu o arvorar do estandarte no quartel de infantaria 15. Acolhido enthusiasticamente foi o regimen novo e o acto de posse da commissão municipal, era assignado com penna de prata offertada por uma senhora, em nome da Liga Republicana das Mulheres Portuguezas.

A nomenclatura das ruas transformava-se, passando o Largo Pimentel Pinto a 5 de Outubro; o Largo Hintze Ribeiro a Dr. Miguel Bombarda; a rua Dr. Rodrigues Pena, a rua de Infantaria 15; a rua da Fabrica, a do Centro Republicano; a rua Dr. Heitor de Deus a Candido dos Reis. Depois do acto proclamador, o povo de Thomar, aprestou-se para receber em 8 o regimento de infantaria 15 do commando do coronel Felizardo Augusto Massano. Este, entre acclamações e os foguetes, era levado em triumpho até ao quartel, d'onde discursou, assegurando ser «aquelle o dia mais feliz da sua existencia e que radiante estava, pois tinha a satisfação de entregar ao povo de Thomar, que elle tanto amava como sua mulher e filhos, o seu regimento 15, puro e maculado como tinha sahido de Thomar.» Era substituido porém a 21 pelo coronel Moniz Teixeira. Já então conhecido era um facto com o regimento succedido. Incumbira-se elle da missão ao convento do Barro, sahindo de Torres Vedras, onde o colheu a nova da proclamação da Republica. No mosteiro prendia 82 jesuitas, que o regimento acompanhou até á entrada no forte de Caxias. O povo de Torres Vedras entregára ao sargento Reis, uma bandeira verde e encarnada, com que elle ingressou no quartel de infantaria 1, onde o 15 se alo-

jou, recebido com uma ceia de festa pelos camaradas. Deu ella logar a um incidente. Fez o sargento Reis hastear a bandeira no refeitorio, o que levou o tenente coronel a chamar o official inferior, censurando-o pelo acto. A indisciplina patente, levou o sargento a bradar:

— Esta é a bandeira nacional! Hei de conserval a hasteada!

O commandante, vendo o acto flagrante da sua dignidade offendida, só teve como phrase:

— Que ridiculo que isto é!

Então, ergueu se o 2.º sargento Costa, de infantaria 1 e pedindo a Reis, a bandeira, cingiu-a a si, e brindou á Republica, de copo erguido. O tenente-coronel, n'um exaspero, lançou a mão á bandeira, então simples symbolo de Revolução, e arremessou-a para cima da meza Vermelho, colerico, Reis, atirou-se a ella, cingiu-a ao coração e avançou para o superior, gritando:

— Esta bandeira é minha! E' a bandeira da Republica e heide defendel-a até á ultima gotta do meu sangue!

Interpuzeram-se os officiaes ante o tenente coronel para que victima não fosse da excitação do sargento, levado pelos camaradas para a parada do quartel, onde serenou. *Torres Vedras*, hasteava logo em 5, a bandeira no Centro Alexandre Braga. A municipalidade resolvia depois transformar em largo da Republica, o largo de D. Carlos I; em Avenida Cinco de Outubro, a Avenida Ignacio Cabral Ribeiro, em rua Miguel Bombarda, a de S. Pedro e em Candido Reis a de S. Thiago. Accedeu ainda mais tarde, a um pedido do commercio, para que fosse dado o nome de Machado Santos, ao largo de S. Thiago.

Torres Novas, foi tambem uma das villas que se apressou a effectuar o reconhecimento democratico. Conhecida a proclamação na séde administrativa e no commando da Escola Pratica, desde logo, na tarde de 5, na camara era hasteada a bandeira. A populaça dirigiu-se depois á Escola, onde, embora recebida sem hostilidade, viu embaraços pela allegação do coronel Alberto Ilharco de que reservava o arvorar do estandarte para quando officialmente fosse informado das respectivas côres. Baldadamente lhe assignalaram as côres verde e encarnada, como na municipalidade se encontrava já. A negativa, cortez, man-

teve-se até 8, em que o estandarte foi hasteado. Houve entretanto manifestação ao general Dantas Baracho, que, em discurso frisava o facto de a victoria só se considerar completa quando se filiasse em preceitos de generosidade e de tolerancia. Dantas Baracho, convidado para exercer as funcções de presidente do supremo conselho de justiça militar não acceitava, e a quatro annos de distancia, seria um dos grandes descrentes, expondo até amargas queixas sobre a marcha politica (Março de 1915). Iniciada campanha em volta dos elementos acoimados de jesuitas, coube a vez, em 10 de outubro, ao padre Benevenuto de Sousa, director da revista de combate *O Petardo*, que se publicava no Porto. Detido na freguezia do Outeiro Grande, do concelho de Torres Novas, o padre desde logo declinava a sua convicção republicana, pedindo até a bandeira verde e encarnada para n'ella se envolver. Mantida a prisão, insistentemente sollicitava fosse conduzido junto do ministro do interior, dr. Antonio José de Almeida, affirmando o correlegionario de velha data. Conduzido para a cadeia de Torres Novas, ali chegado, orava de joelhos e mãos postas, só socegando quando um republicano lhe apresentou jornaes onde se fallava de protecção aos religiosos. Temendo a populaça, entre cavallaria seguiu para Santarem e d'ali para Lisboa. Dado, falsamente, como maltratado nas cadeia de Lisboa, pessoalmente se encarregou de desmentir o boato na seguinte curiosa carta:

«Sr. Redactor do *Diario de Noticias*. — Obsequeia-me com a publicação do seguinte em homenagem á verdade. Tive ha dias a alta honra de receber a visita de M. H. Donohoe, correspondente do «Daily Chronicle» de Londres. S. Ex.ª, aproveitando-se do momento entrevistou-me porque constara em Londres que eu recebia maus tratos na prisão, o que ia produzindo manifestações hostis á colonia portugueza naquella grande cidade. Respondi que não sabia como assim se inventava; que tudo era redondamente falso. Preso no Limoeiro desde o dia 11 de outubro, só tenho recebido do mais humilde ao mais alto empregado, todas as provas de consideração e estima. Liberdade para receber visitas, para receber e enviar correspondencia, nunca me faltou. Na entrevista, que, decerto será publicada no «Daily Chronicle»,

soube ainda constar em Londres que durante dois dias me fôra negada a comida. Declarei a M. H. Donohoe que tambem nisto houve falsa informação. Quasi não comi durante esse tempo, mas só por me faltar o appetite. O profundo desgosto que senti com a minha prisão, a amargura em que deixei minha desvelada mãe, tiraram-mo por completo. Em presença destas declarações M. H. Donohoe, não poude deixar de reconhecer o perigo das correspondencias em portuguez para jornaes estrangeiros. O traductor quasi sempre corrompe o sentido das palavras. Para M. H. Donohoe, um perfeito «gentleman» que me accumulou de attenções e gentilezas os protestos do meu vivo agradecimento. Succede porém, sr. redactor, com grande desgosto meu, que continua a correr o mesmo boato, que já me parece insidioso — dizem mo, em cartas, varios amigos. Em homenagem á verdade, reitero o desmentido que fiz perante o correspondente do «Daily Chronicle». Nesta cadeia, até hoje ninguem me fez ou disse a mais pequena cousa que me melindrasse. Os presos com quem me encontro e com quem falo, sempre respeitosos; os empregados sempre attenciosos. Ao director, sr. capitão Sanches de Miranda é devida especial referencia. Sem quebra do regulamento da cadeia, porque s. ex.ª é typo dum perfeito disciplinador, tem-me elle distinguido de todas as maneiras. Satisfeito por este ensejo, rogo a v. sr. redactor, o favor da publicação destas linhas — expressão franca e sincera da verdade. Protestando o meu agradecimento, subscrevo me. Cadeia do Limoeiro, 3 de novembro de 1910. — De V. etc. — *Padre Benevenuto de Sousa.*»

A amnistia politica effectuada em 4 de novembro, aproveitava egualmente a Benevenuto de Sousa e o governo, para que o povo não fosse contrario ás ideias de paz, fazia-o sahir do Limoeiro, na manhã de 5, com a velha mãe, de automovel e acompanhado pelo capitão Penha Coutinho, que á cidade de Leiria os levou. No concelho de *Villa Franca*, a proclamação era feita depois de o ter sido na freguezia de Alhandra, onde a bandeira foi içada pelo dr. Bernardino Machado, já collocado em ministro dos negocios estrangeiros. D'esta partia o povo na tarde de 5, com 22 praças de infantaria 16. Os sinos tocavam

a rebate, e acclamado o regimen novo, fazia se içar a bandeira no edificio municipal, e mais estabelecimentos do estado, ao mesmo tempo que estabelecia prevenções para o evitar de contra-revolta. Dava-se ali a adhesão das praças de engenharia que vinham da escola pratica de Tancos, e ao encontro das quaes foi, em trem, o capitão Branco, afim de lhes communicar a proclamação. O official, detido em Sacavem, pelo corte da ponte, teve o facto extranho: o povo, conhecendo a missão, transportou ás costas o trem até terreno em bom estado e assim fez com que o capitão a effeito levasse o mandato. (*) Villa Franca evidenciou-se logo anti-religiosa, e se em Samora Correia era apedrejada a casa do parocho, ali eram detidos o prior do Tojal e dois sacerdotes, só dias depois restituidos á liberdade. Não lhes foram todavia feitos desacatos aggressivos, mercê de propaganda pacifista pelo administrador provisorio, Carlos Gonçalves.

N'essa data ainda, sanccionavam o acto de Lisboa, Aljezur; Almeirim, proclamando a republica e que a 19 realisava nos paços do concelho a ceremonia solemne da inauguração do retrato do chefe do governo provisorio; Arrayollos, encerrando logo as portas o commercio; Barquinha; Cadaval, á noite; Cartaxo, acclamando o regimen e effectuando a proclamação em 8, e que mais tarde dava ás ruas do Paço e do Bom Jesus os nomes de rua da Republica e Cinco de Outubro; Cascaes; Castro Verde; Cezimbra, sendo a proclamação feita por Joaquim Filippe da Silva e obtendo-se a adhesão immediata do forte de S. Thiago, e da guarda fiscal, do commando do tenente Villar; Chamusca, a primeira terra do districto de Santarem que effectuou a proclamação; Cintra; Lourinhã, realisando a proclamação; Marvão; Móra, villa onde a proclamação evidenciou apenas o enthusiasmo popular, com desligamento de gente grada e affastamento de politica do deputado do bloco, dr. Nunes de Mexia e sendo a bandeira arvorada só em 7; Obidos; Odemira, que só em 6 hasteou o estandarte novo; Pederneira; Rio Maior; Salvaterra de Magos, sendo a noticia levada pelo dr. Anselmo Xavier; Taboaço, que effectuou a proclamação em 9; Vianna

(*) O *Seculo* de 7 de Outubro de 1910.

do Alemtejo, villa em que o proprio administrador do concelho, monarchico, notificava em 5 a proclamação, immediatamente celebrada com folguedos e cortejo popular; Vidigueira e Villa Nova de Portimão.

Proseguiram no dia 6, as ceremonias de reconhecimento nas provincias, e assim:

Abrantes, onde a proclamação era assignalada por um feito tragico: o propagandista republicano e grande orador abrantino, Justino Raymundo, ao ser-lhe notificado o advento da Republica, pelo proprio filho, baqueava para não mais se erguer. Era ao tempo que bandeira verde rubra subia na Torre de Menagem do castello, e a municipalidade declarava o dia como de gala para o concelho. As baterias de artilharia, fizeram logo voto de adherencia, ao regimen novo, secundando o coronel do districto de recrutamento e reserva, Luiz Abrantes. N'uma exautoração firme á realeza, o capitão Baptista de caçadores 1, reunindo officiaes e sargentos, fazia apear da parede do seu gabinete os retratos da familia real, pronunciando vehemente discurso de saudação á republica (O *Mundo* de 9 de outubro). Por seu turno, dissolvia-se o partido regenerador-liberal, por se ter junccionado ao novo regimen, o chefe local, capitão de engenharia Jacintho Carneiro da Silva. Para mais alto affirmar o agrado da villa, dava-se na manhã de 1 de Novembro, a chegada a Lisboa de 1400 abrantinos, que vinham prestar a publica adhesão ao governo da Republica. Em festa os recebeu o povo de Lisboa e, ao som da *Portugueza* e da *Marselheza*, os acompanhou até ao cemiterio onde foram cobrir de flores as campas do almirante Candido dos Reis e do dr. Miguel Bombarda e dos dois regicidas, e d'ali até aos cumprimentos no quartel general, governo civil, redacção do *Mundo*, camara municipal e ministerio do interior, onde eram recebidos pelos drs. Theophilo Braga e Antonio José d'Almeida. Em *Alcacer do Sal*, a bandeira era içada ante o povo de cabeça descoberta. Em cortejo foi levado o emblema republicano, sobre o qual as senhoras lançaram flores. Não tardaram as perseguições aos contrarios, dando origem a que fossem pedidas providencias ao

governo contra o terror espalhado por grupos, ditos em busca de monarchicos. Secundou a *Alcobaça*. O administrador quizera convencer tudo de uma victoria realista, por noticias vindas de Alemquer. Não o logrou e de facto vinha a 6 a noticia official, proclamando a republica ás 10 horas da manhã, e adherindo logo artilharia 2, que antes estivera disposta a marchar sobre Lisboa contra os rebeldes, não o fazendo pelo facto do povo, acudindo ligeiro, ter cortado as redeas ás muares. Todavia, no dia 7, o commandante ordenava de novo fosse hasteada a bandeira que fez saudar com 21 tiros. A força militar foi dada «como na espectativa», (*) sendo mandado a Lisboa um official para receber ordens do ministro da guerra. De boato em boato se annunciavam cousas graves succedidas no quartel. Assim em 9, os soldados de artilharia 2, recusavam se em grande maioria, a obedecer á ordem regimental que lhes determinava a comparencia á missa. O povo os fez condescender, fornecendo lhes laços verdes e encarnados, que os officiaes, porém, lhes tiraram. A populaça descontentou se, mas o successo liquidou se sem mais embaraços. Deu tudo origem a uma carta do capitão Paulo Judice onde declarava: «1.º — Não puxei as orelhas a ninguem; 2.º — Não me refugiei em parte alguma e, se não fui ao quartel, foi por isso me ter sido ordenado pelo meu ex.mo commandante, tendo depois do jantar dado o meu passeio habitual; 3.º — O cabo, a quem ordenei que cortasse o cabello, é o primeiro a dizer que lhe não fiz a menor aggressão e que nunca teve de mim o menor aggravo; 4.º — Este mesmo cabo declarou me, entre lagrimas de commoção, ter immenso pezar do que se passou, e que, se se queixou de mim, foi por a isso ser violentamente forçado pela multidão e por algumas praças que tomaram um gesto meu como aggressivo, sem o ser; 5.º — Das praças ouvidas sobre a queixa sei que muitas disseram não ter de mim o minimo aggravo, sendo certo que um dos cabeças de motim foi um soldado de pessimo comportamento, por mim punido ha pouco tempo.» Certo foi porém que

(*) O *Seculo* de 7 de Outubro de 1910.
(**) Idem de 13 de Outubro de 1910.

logo a 21, eram transferidos para artilharia 1 o capitão Lacerda, alferes Nobre e Perestrello, primeiro sargento Reis, 2.os sargentos Callado Ministro e Sanches, cinco 1.os cabos, um clarim e 13 soldados, e para artilharia 3 o tenente-ajudante Silva Conde.

A cidade de *Aveiro*, embora conhecendo a proclamação desde 5, só em 6, de manhã, ao confirmar, se evidenciou enthusiasmada. Bandas de musica, com o povo e armada, percorriam as ruas, em acclamações á republica, indo depois á camara assistir á retirada da sala nobre do retrato de D. Manuel II e ao arvorar da bandeira no edificio municipal. No dia 7, era a mesma collocada no quartel de infantaria, pelo proprio commandante do regimento, tendo na vespera havido grande manifestação de applauso ao capitão Porto, e no dia seguinte effectuava-se a ceremonia da proclamação. O comité republicano, espalhava pela cidade um manifesto dando conta das ceremonias e pedindo ordem e respeito aos vencidos. Todavia, desde logo se formulou contrario voto ás adhesões dos monarchicos, incluindo a do conde de Agueda, chefe progressista, formulada em reunião de 12 e pelo titular e pelos drs. Paulo Cancella e Alexandre de Albuquerque communicadas ao 1.º governador civil de Aveiro, na republica, dr. Pires de Carvalho, sob promessa ainda da dadiva de sete deputados pelo circulo. Seguindo no caminho de malquerenças, evocou-se a attitude do jornal *O Povo de Aveiro*, da direcção do antigo official do exercito, Francisco Manuel Homem Christo, de velhos tempos áffastado do partido republicano e atacando-o. Aproveitada a situação nova, era o jornalista detido a 26, pelo commissario de policia respectivo, sob ordem do então governador civil Albano Coutinho e com os agentes de Aveiro, Manuel Nunes Vidal e João Rodrigues remettido para Lisboa. Aqui esperavam-no as revindictas dos democratas por elle attingidos no jornal e á voz de *matem esse patife*, proferida na calçada do Carmo, as bengalas ergueram se ameaçadoras, valendo a attitude policial de repressão, emquanto o pamphletario era atirado para um trem que o levou ao governo civil, entre apupos violentos. A imprensa republicana (O *Mundo* de 27) não deixou de aproveitar o momento para phrases colericas ao detido, que, nos interrogatorios se mostrou exaltado ao

ponto de ouvir a voz na rua, a distancia larga. Resolvia o conselho de ministros manter a prisão, para se proceder a averiguações judiciaes sobre a conducta de Homem Christo depois de proclamada a Republica. Transitou assim o jornalista para o Limoeiro, onde e com successivos interrogatorios, ficou em quarto do grupo C do 2.º andar do edificio, até 5 de novembro. Aproveitando-lhe uma amnistia republicana, para evitar desacatos, de automovel seguia até Alverca com o capitão de policia Penha Coutinho, que só o abandonou quando elle tomou o comboio para o Porto. Homem Christo, breve enfileirava nas hostes que no exilio de Hespanha se foram formando para as reivindicações monarchicas, que tiveram ainda por paladino, o filho, do mesmo nome, futuro director de *A Restauração*, apparecida em 20 de julho de 1914, com o lemma «Deus, Patria e Rei.» A vida não lhe correu prospera e um assalto republicano destruiria a redacção.

Barcellos, effectuou tambem o acto, com toda a solemnidade. A quatro incompletos annos d'essa data, veremos a respectiva camara, mandando retirar (abril de 1914) da sala das sessões o busto da republica. Ao parlamento veio o incidente erguido pelo deputado Domingos Pereira e ainda pelo jornalismo republicano (O *Mundo* de 25 de abril de 1914) Isso contribuiu para que se procurasse reduzir ao minimo o successo, assegurando-se nascido da boa vontade do continuo municipal, querendo acautellar o busto, fragil, de provavel queda e fazendo-o collocar na sala da bibliotheca, não sem conhecimento da edilidade. A despeito das affirmativas, trouxe-lhe o anterior caracter um telegramma do governador civil de Braga ao presidente do ministerio, dr. Bernardino Machado, participando (25 de abril) que a camara de Barcellos «tinha reconsiderado voltando a collocar na sala das suas sessões o busto da republica.» Não tardou outra descoberta (*Mundo* de 7 de maio) e essa consistiu no facto de a vereação ter resolvido que das fardas dos zeladores se tirassem os botões com o escudo republicano mandados collocar pela edilidade anterior.

A cidade de *Beja*, effectuou a proclamação em 6, sendo a republica declarada vigente em Portugal, da janella de um predio da Praça de D. Manuel. N'uma das suas freguezias, a de

Córte do Pinto, ao avistar do cortejo que ia realisar a proclamação, era o proprio parocho Engenio Manuel Martins, quem soltava os primeiros vivas á republica. Não acreditou porem o povo na expontanea manifestação, e submettendo o padre á prova, obrigava-o a carregar com a bandeira, percorrer com ella a freguezia e a dar morras aos jesuitas. Por tudo ficou o abbade, o que lhe valeu um telegramma elogioso dos republicanos ao governo civil de Beja e presidente provisorio da Republica. Foi primeiro magistrado do districto, o dr. Aresta Branco, medico, candidato a deputado e assiduo collaborador da *Patria*, jornal que precedeu a revolta de 1891. Mais tarde, esse chefe da politica republicana em Beja, teve a accusação de não comparecer aos trabalhos revolucionarios, e do abandono da cidade, nas horas graves de sedição, trocando-a pelas charnecas da fronteira hespanhola, em exercicio de venatorio prazer. (*) De facto, foi o dr. Augusto Barreto quem n'um discurso historico annunciou ao povo na noite de 5, as noticias da capital. Nas *Caldas da Rainha*, a bandeira republicana era hasteada em 6 e o primeiro acto da commissão municipal republicana foi a mudança da rua João Franco, para Dr. Arthur Leitão; Rainha D. Amelia para Rua da Liberdade; José Luciano para Machado Santos e a Praça D. Maria Pia para Praça da Republica. Seguiu-se-lhe intenção perseguidora do medico dr. Manuel Ferrari, a pretexto de haver hospedado em sua casa el-rei D. Manuel, quando de visita áquella villa, facto que se explicou por ser o proprietario da unica residencia em condições de receber um soberano. Não continuou todavia, por largos pretextos logo erguidos. (**)

Cantanhede, recebia a nova da proclamação, no dia 6. Desde logo houve enthusiasticas manifestações, sendo pouco depois distribuido o seguinte impresso: «Foi hontem proclamada a Republica em Lisboa e será proclamada hoje em todo o paiz. Este acontecimento ha tanto tempo anciosamente esperado pela Nação, vem encher de alegria e de esperança a alma de todos os patriotas. A Republica não era sómente uma aspiração de repu-

(*) O *Mundo* de 12 de Janeiro de 1914.
(**) O *Seculo* de 26 de Outubro de 1910.

blicanos idealistas. Era tambem uma necessidade nacional em face dos desmandos dos monarchicos e de provada impotencia da monarchia para governar Portugal. Assim o comprehendeu a Nação que ha muito vinha approvando a propaganda republicana; assim o comprehenderam muitos homens eminentes que para a Republica vieram nos ultimos annos, e assim o comprehendeu finalmente o glorioso exercito portuguez que acaba de associar-se ás aspirações da Nação, proclamando com duro sacrificio a Republica Portugueza! Viva Portugal! Viva a Republica! Viva o Exercito! —Cantanhede, 6 de Outubro de 1910. —Carvalho Neves.» A bandeira era hasteada ás 4 1/2 da tarde, pelo velho republicano Antonio Francisco Paes, realisando-se a cerimonia solemne da proclamação no dia 9, em assembleia magna camararia onde logo houve incidente, pelo facto do dr. Toscano frisar que o presidente Raul Leite Braga, declarára ali adherir á republica, quando na vespera affirmára o contrario. (*) Tudo em bem ficou, sendo lida a proclamação, das janellas da camara, pelo respectivo secretario, Manuel Ribeiro Dias da Costa, emquanto outros, subindo ao telhado, a martello despedaçavam a corôa real que encimava o escudo, sendo os restos levados para um mictorio proximo! (**)

A Republica, proclamada, com a bandeira em Carrazeda de Anciães, a 6 de outubro, com ceremonia solemne em 7, não logrou a derrocada do catholicismo e o povo, levado pela aversão á maçonaria, viu n'ella o inimigo da sua crença. A gente da freguezia do Mogo, veio, primeiro assistir á ceremonia procladora, mas comtud , ao presencear a ordem do republicano, dr. Domingos Frias de Sampaio e Mello, para que fosse retirada da sala do tribunal, a corôa, as mulheres fugiam, gritando, para a sua terra. Ali, com trabalho appressado e afflictivo, irromperam pela egreja parochial, clamando: —«Salvemos os santos contra os *maçonicos!...*» Imagens e alfaias, eram transportadas como fardos leves para a Serra da Cabreira, onde as mulheres as esconderam, fazendo-lhe guarda energica. Só mais tarde, lo-

(*) O *Noticias de Cantanhede,* de 16 de Outubro de 1910.
(**) Idem

graram convencer as mulheres, de que os santos conservados seriam na egreja e elles ao seu logar voltavam.

A cidade de *Coimbra*, tinha o seu cyclo revolucionario, formado pelas sociedades secretas; se bem que a sua acção se não evidenciou profiqua, antes salientou retrahimento, servindolhe de escudo a vontade do almirante Reis de alheiamento das provincias. O nucleo das aggremiações secretas coimbrãs, organisado fôra em grande parte pelo dr. Bazilio Telles, com a coadjuvação, entre outros, do dr. Alberto Ferreira de Lemos e Antonio de Carvalho. A sua existencia teve profundos golpes desunionistas e só arrastou mais larga vida, a *Portugalia*, que mais tarde deixou assignalado rasto no documento seguinte: (*) «Portugalia — Aos BB. ·. PP. ·. E' aleivoso e inteiramente falso que qualquer dos chefes desta associação tenha abandonado a Portugalia e muito menos que se tenha passado para qualquer outra carb. ·. Prevenimos todos os associados que, sem que pelas vias competentes tenham conseguido o seu quite, não podem passar-se para qualquer carb. ·. No caso contrario incorrerão nas penas que voluntariamente reconheceram para os traidores, quando foram iniciados. Além disso, podem ficar certos que confiança alguma poderão merecer á associação para onde entrarem se essa associação fôr seria. Coimbra, 14 3 912. — Pela alt. ·. vend. ·. —Ferrer, Robespierre, Marat, Guilherme Tell.» Essa descoberta organisação, traria depois o formar pela estudantada folgasã, de uma sociedade secreta *Os Invisiveis*, effectuando, por brincadeira, quasi inacreditaveis subtracções de objectos, depois restituidos aos donos, mas sem que possivel fosse saber quem os tirava e quem os recollocava (Dezembro de 1912).

Julgada util uma missão a luz do dia, já que a na sombra effectuada pouco dava a presumir, desenvolveram-se meios de propagação da ideia democratica e á propaganda entre os adultos, seguiu-se, para até ellas chegar tambem, outra entre as creanças, por uma mulher do logar de Povoa do Pinheiro, Maria da Conceição, que, reunia em volta de si os pequeninos da fre-

(*) A *Tribuna* de Coimbra, de 19 de Março de 1912.

guezia, lendo-lhes trechos de livros e jornaes republicanos. Mas não tão cedo contada era a effectividade de uma reacção vermelha. Alarmou-se pois, a cidade aos primeiros boatos de revolução. Interrompidas communicações com a capital, o terrorismo imperou, traduzido em falsas noticias de commettidos horrores. Infantaria 23, tomava logo em 4, o largo da Portagem, Portella e estação do caminho de ferro, com ordem de exercer vigilancia sobre quanto viesse ou sahisse para Lisboa. Entretanto, os socios do Centro Republicano José Falcão, procuravam lançar o enthusiasmo, erguendo vivas á republica. Resaltou a inefficacia da contextura sediciosa e apenas trabalhou, com desassombro, o grupo *Intransigente*, do qual fazia parte o estudante e jornalista João Luiz de Almeida. (*) A's 2 horas da tarde de 5, á falta de outro transporte, em automovel seguiu, á procura de noticias. A tropa, conhecido o plano, e querendo obstar á passagem de novos vehiculos, atravessava na embocadura da ponte para Santa Clara, uma escada de mão sobre dois bancos, e de espingarda aperrada, dispoz-se a proceder contra desobedientes. A' madrugada, chegavam porem emissarios da capital, participando a proclamação e a nomeação do dr. Francisco José Fernandes Costa, advogado, orador e professor do lyceu, para chefe do districto. Houve logo queima de foguetes, e, escuro ainda, já as ruas regorgitavam de povo, apparecendo depois musica. A's 8 horas da manhã, dava-se a posse do governo civil, com o acto correctissimo de o deposto governador, dr. José Jardim ser acompanhado até á porta pelo nomeado da republica, emquanto o povo, abrindo alas na rua Infante D. Affonso, respeitosamente o cumprimentava. A' 1 hora da tarde, o dr. Fernandes Costa effectuava a ceremonia proclamadora nos paços municipaes, seguindo-se-lhe discursos dos drs. Silvio Pellico e Sidonio Cardoso da Silva Paes, que mais tarde veio a ministro das finanças. Infantaria 23, não adheriu logo, allegando falta de communicação official e retirando, embora, para o quartel, ali se conservou de prevenção, até que, trocadas explicações entre o respectivo commandante e o dr. Fernandes Costa, os sol-

(*) Formou-se em 1912.

dados tiveram ordem de dispersar, içando-se então a bandeira. Emquanto a banda vinha depois acompanhar as manifestações, os officiaes eram levados em triumpho e assim se obstou a que proseguissem maus boatos. A Universidade secundava a proclamação, fazendo subir a bandeira verde rubra na respectiva torre. Via-se bem que mais de dois annos haviam decorrido sobre a grandiosa manifestação (27 de Maio de 1908) em que a academia coimbrã, rolando impectuosa da Lusa Athenas á misera Ulyssipo, veio junto ao Paço das Necessidades exprimir á realeza o voto ardente da sua fé monarchica. O conselho de decanos desde logo registava a demissão pedida pelo reitor dr. Alexandre Cabral. Seria substituido pelo dr. Manuel de Arriaga, com posse a 19 de outubro, ante o reitor interino dr. Santos Viegas e lentes Francisco Martins, Garcia de Vasconcellos, Guilherme Moreira, Mendes dos Remedios, Alvaro Villela, Souto Rodrigues, José Bruno Cabedo, Philomeno da Camara, Oliveira Guimarães, João Jacintho, Manuel Lino, Luiz Viegas, Avila Lima, Elysio de Moura, Alberto Reis, Caeiro da Matta, Sobral Cid, Bernardo Ayres, Luciano da Silva, Henrique Figueiredo, Silva Ramos, Julio Henriques, Costa Allemão, Costa e Almeida, Angelo da Fonseca e Sidonio Paes.

O novo reitor, em breve se via assoberbado por tumultos universitarios, quasi previstos aliaz no breve discurso do dr. Manoel Arriaga, dizendo que «o arrancaram ao seu viver intimo para vir conviver com professores e estudantes, que esperava dar se bem com todos, fazendo lhes o sacrificio das suas predilecções para ser util á Universidade e á Republica. (*) Sob a sua gerencia se effectuou o licenceamento (22 de outubro) dos lentes dr. Teixeira de Abreu, do antigo partido franquista e ultimo ministro da justiça no reinado de D. Carlos I, e drs. João Tavares, Ulrich e Pinto Coelho. O sino universitario conhecido pela *Cabra*, deixou de effectuar a chamada dos estudantes para os estudos, e só mais tarde (Novembro de 1914) reevocado foi por representação da Associação Academica. Registadas se deram

(*) O *Seculo* de 20 de Outubro de 1910.

altas adhesões e para que cousa alguma faltasse, effectuava a até a egreja evangelica pela palavra do pastor, dr. Leite Junior. Coimbra, teve ainda a nota inedita de se effectuar a distribuição pelos pobres da freguezia de Santa Cruz, da quantia de 100$000 réis deixada em testamento pelo dr. Joaquim Roxane, para ser dada quando fosse proclamada a republica. Resolvidas foram alterações em nomenclaturas, e se o Theatro do Principe Real passou a Theatro da Republica, a Couraça dos Apostolos transformava-se em Francisco Ferrer, o largo de S. Luiz em Praça da Republica, o largo Principe D Carlos em Miguel Bombarda, a rua Infante D Augusto em Candido Reis e a rua da Trindade em José Falcão. A cidade, aprestou-se ainda para o integro cumprimento do decreto sobre a extincção das ordens religiosas.

A villa de *Condeixa*, sempre notavel pelas suas ideias monarchicas, recebia quasi serenamente a proclamação da republica, reiterando a, em 6, com a bandeira e a 7, com o acto solemne; sendo certo comtudo que muitas luctos appareceram, não só pela victoria da revolta como pela queda do regimen. Ao descontentamento de muitos, na presciencia de perseguições á religião e ao clero, correspondeu, por parte dos chefes locaes dos partidos monarchicos, o conselho de boa ordem e acatamento ao ideal novo. Contrapondo, e accusando as logo evidenciadas más vontades populares, quiz-se retirar a corôa que encimava as armas monarchicas existentes na frontaria da egreja matriz. Iniciado protesto, o administrador do concelho, recebia ordem superior para que a corôa não fosse tirada, (10 de outubro) emquanto a municipalidade, se limitava a transformar em Praça da Republica o Largo do Mercado. Em *Elvas*, era arvorada a bandeira, adherindo caçadores 4, com o seu commandante, Manuel Augusto de Mattos Cordeiro, que, n'uma rapida transformação a affirmados lealismos monarchicos, e á familia real, com desejos de obter os cordões de ajudante de campo de D. Manoel II, se appressava a fazer resaltar os seus votos de antigo agrado á democratica causa, com lamentação de se não encontrar em Lisboa para tomar parte no movimento derrubador da realeza. O facto valer-lhe-hia mais tarde collossal campa-

nha, com publicação de documentos, (*) nascido tudo da dupla attitude tomada durante o movimento do exercito que conduziu á presidencia do governo, o general Pimenta de Castro (Janeiro de 1915) Elvas, para em tudo se apresentar notavel, albergaria ainda dois annos depois (Março de 1912) em transito para o hospital de Rilhafolles, o tenente reformado do ultramar José Jacintho Rebello, conhecido pelo rei da Lusitania, em virtude da mania de arrogar direitos á corôa de Portugal e Hespanha.

Extremoz, sobresaltou se com as ordens de prevenção transmittidas em 4, para cavallaria 3. O corte de novas communicações mais accirrou alarmes, só findos pela noite de 5, em que chegava a noticia da proclamação, recebida festivamente. Todavia, só em 6, apoz a recepção de madrugada, do telegramma official, se effectuou a posse da camara, içando-se ahi e no quartel a bandeira republicana, depois substituida por outra, em setim de seda, offerecida pelo sargento Manuel Joaquim Pires.

A cidade da Figueira da Foz, soube da proclamação pelas 10 horas da noite de 5, effectuando logo as primeiras manifestações. Todavia apresentaram ellas um certo cunho de retrahimento, mercê do facto do administrador do concelho patentear telegramma do governo civil de Coimbra, assegurando a revolta plenamente suffocada. Julgado tudo ardil republicano, só pelos democratas mais exaltados proseguiam os festejos, até que pelas 4 horas da manhã de 6, confirmadas foram as iniciaes noticias. A despeito da adeantada hora, o povo, em cortejo grande, e levando á frente com a bandeira nova, a sr.ª D. Maria Benedicta Mousinho de Albuquerque, da Liga Republicana das Mulheres Portuguezas, affluiu á Praça Nova victoriando a republica e a estatua de Fernandes Thomaz. A's 8 horas da manhã, a multidão irrompia pela camara municipal e ali, o popular Antonio Franco annunciava a proclamação e formulava, em nome da Figueira, o voto de que ella se secundasse immediatamente. De facto, breve subia a bandeira bicolôr, entre saudações. Deu-se apoz a adherencia dos regimentos, sendo a multidão recebida

(*) O *Jornal da Noite* de 4 de Fevereiro de 1915.
O *Mundo* de 6 do mesmo mez.

á porta pela officialidade do grupo de baterias. A municipalidade procedia desde logo á retirada da sala das sessões do retrato de D. Manoel II, substituido pelo do dr. Theophilo Braga e pelo busto da republica, ao tempo que os bombeiros voluntarios arrancavam da farda os botões com corôa que até ali ostentavam e declaravam eliminado da corporação o titulo de *real*, outhorgado por ordem regia.

Gollegã, proclamada a republica em 6, já a registava com o sublevar dos presos da cadeia, que pretenderam arrombar as portas aos gritos de Viva a Republica e Viva a Liberdade. Quatro d'elles, Antonio Gonçalves, Joaquim de Oliveira, Antonio José e Antonio Cegonha, chegaram quasi a deitar abaixo uma das portas, a golpes de machado. Acudindo caçadores 6, os insubordinados eram submettidos e encerrados no segredo, onde depois foi desalgemal-os o dr. Mario Duque de quem haviam impetrado protecção. A cidade da *Guarda*, alarmada com a primeira noticia da revolução, satisfeita acceitou as novas instituições, quando na tarde de 6, recebeu communicação official da queda monarchica. Infantaria 12, adheria logo, e o povo effectuou a proclamação, reservando para o dia seguinte o ascender das bandeiras nos edificios publicos. A 9, o partido regenerador, considerava-se dissolvido, ingressando os seus membros, em numero de 60, ao partido republicano. Por esse tempo, já no quartel de infantaria, a officialidade confraternisava com os delegados da commissão municipal republicana, victoriando-se, a champagne, o regimen proclamado. (*) Da Guarda foi 1.º governador civil, na republica, Arthur Costa, irmão do ministro da justiça, dr. Affonso Costa.

A cidade de Leiria, sanccionava o exito republicano no dia 6. O partido tinha no escrivão-notario Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher um elemento forte, semeando incessante em prol da sua causa, a ideia revolucionaria. Foi, com Gaudencio Pires de Campos e Antonio Maria da Silva Barreto, não só o fundador do grupo liberal leiriense, como um dos fundadores do Gremio maçonico Gomes Freire. A nova da revolta, achou o

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

sollicitando perigoso posto se necessario fosse e pronunciando a phrase dirigida ao filho, o sargento Borges Larcher, ja revolucionario no 28 de Janeiro: «se a nossa causa não ficar victoriosa, prefiro sabel-o morto com as armas na mão defendendo a causa republicana do que premiado pela monarchia!» A queda d'esta solemnisou-a, doando á camara municipal de Leiria, embora fosse natural de Braga, a sua bibliotheca, composta de 3000 volumes. Com enthusiasmo, pois, acompanhou Leiria no hastear da bandeira nova, em 6, e quando no dia seguinte se repetiu a cerimonia no quartel da brigada, onde o commandante, coronel Bello Freitas chegando á janella, dava um viva á Republica; e acceitando o convite do povo, marchava á sua frente até á camara para assistir á posse da vereação republicana. De Leiria, foi 1.º governador civil, na republica, o dr. José Eduardo Raposo de Magalhães.

Em Montemor-o-Novo, a municipalidade, principiando por demittir o syndico, que, quando monarchia em Portugal, pedia para os democratas a forca e o punhal, aureolava as festas da democracia, dando ás suas ruas, os nomes de Cinco de Outubro, Machado Santos, Republica, Dr. Bombarda e Candido dos Reis. As manifestações nas ruas, começadas em 5, á noite, estavam terminadas no dia 7. Na vespera, com a assistencia da musica de Vendas Novas, de evocação *D. Carlos*, arvorada foi a bandeira na camara municipal, acto levado a effeito por um marinheiro. A escola pratica de artilharia, em Vendas Novas, conformava-se tambem, ante a communicação levada pelo alferes de cavallaria Carlos Paraiso. Este, na ancia de transmittir a nova, chegou a ser detido, como traidor, no Barreiro. Chegado ali, pelas 9 horas da noite de 5, julgado por suspeito foi e a junta revolucionaria do Barreiro detinha-o até 6. N'essa data, convencida, pelos documentos apresentados, garantia e auxiliava o transporte, não sem que o povo descrente, se tentasse oppôr á jornada, sempre levada a effeito, sendo arvorada ali a bandeira ás 10 horas da manhã. Por ordem da officialidade foram arrancadas as corôas reaes que encimavam o edificio, acto que o povo ovacionou com enthusiasmo. Desde a noite de 4 que em *Ovar* circulavam boatos de acontecimentos graves em Lisboa. Toda-

via, e apenas com a anciedade explicavel, serenas decorreram as horas, até que, ao anoitecer de 5, se disse proclamada a republica. Não foi acreditada e sobreestou-se em festejos. Só na noite de 6, reiterada a nova pelo livre pensador Manoel Peres Dias, se iniciaram manifestações. De tarde, a commissão municipal, com o povo, em cortejo se dirigiu á camara e ali, sem embaraço, se hasteou a bandeira republicana, acto levado a effeito pelo dr. Domingos Lopes Fidalgo. A ceremonia da proclamação realisou-se ás 4 horas da tarde do dia 7. A camara resolveu depois exarar na acta (9 de outubro) um voto de admiração pelo povo de Lisboa, pelo exercito e marinha, prestar homenagem aos martyres da Republica, e transformar em Praça da Republica, a Praça da villa, em Praça 5 de Outubro, o largo dos Campos e largo Machado Santos, o largo D. Maria Pia.

Paços de Ferreira, fez logo retirar da sala das sessões municipaes, o retrato do rei, substituido pelo do dr. Theophilo Braga, içando-se então a bandeira, acto que o presidente da commissão municipal, dr. Luiz Meyrelles, fazia acompanhar das seguintes palavras: «Cidadãos! Chegou emfim o anceado dia de hastear á porta dos paços do concelho de Paços de Ferreira, que foi o primeiro dos concelhos ruraes do norte do paiz a acceitar e a diffundir o credo republicano, a bandeira de uma politica nova, de uma patria redimida pelo povo, para a vida e para a liberdade! Maldito seja aquelle que sequer tente derrubal-a! Viva a Republica portugueza! Viva a cidade de Lisboa!» Festejos varios coroaram a data, effectuando-se todavia, a proclamação official, com toda a solemnidade, no domingo 16.

O comité de Portalegre, tinha elementos fortes em infantaria 22, contrariados embora pelo respectivo commandante, coronel Jacintho Eduardo Pacheco. A postos, todavia estavam dois capitães para assumir a direcção sediciosa, investindo-se o capitão Patricio Rodrigues no commando para a defesa do ideal republicano. Não foi necessario. Aos boatos, em 5, houve logo enthusiasmo em Portalegre, vindo o povo á rua dar vivas á republica, não esperando sequer a communicação official. Esta só chegou na tarde de 6, em que era içada a bandeira na camara, governo civil e quartel de infantaria 22, e ao acto, a massa popu-

lar, precipitando-se sobre os officiaes, expectantes, o commandante de brigada, coronel Blasco e capitão João Costa, levou-os aos hombros em passeio triumphal pela cidade. N'essa noite, varias marchas se organisaram e illuminações brilhantes assignalavam a data de festa grande para os portalegrenses. De pouca dura foram comtudo os enthusiasmos e logo a 8 se turvaram os ares, com base em castigos disciplinares applicados pelo coronel Jacintho Eduardo Pacheco, a varios soldados que, em frente do superior, não se cohibiram de estar assobiando a Portugueza.

Relembrar veio o facto, a relutancia opposta pelo coronel, ao içar da bandeira sem communicação official, o que aliás contrariaram, embora com quebra de disciplina, os capitães Patricio Rodrigues e Joaquim Caroço, que, desobedecendo procederam ao acto sollicitado pelos soldados e povo. (*) Jacintho Pacheco vendo-se desrespeitado com assobios, determinou castigos a praças e sargentos, mas estes, combinados com alguns populares, puzeram em alarme a cidade com trez tiros de espingarda das janellas do quartel originando o soccorro por parte dos operarios rolheiros e elementos revolucionarios. Ao auxilio, correspondeu a agitação da soldadesca, que victimaria o coronel, se elle não fugisse pela egreja de S. Francisco, bem como o major Waddington, acompanhado por alguns vultos democraticos e pelo coronel Abilio Ripado, capitão Joaquim Caroço e tenente Jorge Caroço. Não deixaram comtudo de percorrer o caminho, até á residencia, entre vaias e assobios da populaça, manifestando tão intenso odio ao coronel do regimento, que este teve de abandonar a cidade, com destino a Evora, e d'ahi para Lisboa, emquanto assumia o commando da soldadesca em flagrante delicto de indisciplina, o capitão Pacheco Rodrigues. O coronel era dado como um temperamento exaltado, mas certo foi que no incidente apenas imperou, com a questão pessoal, a questão politica e isso justificou o sanar do incidente, sem que julgadas fossem as praças indisciplinadas e abrindo extranho exemplo de rebellião contra os superiores. De Portalegre foi 1.º governador,

(*) O *Diario de Noticias* de 10 e 22 de Outubro de 1910.

na Republica, o dr. José de Andrade Sequeira, sendo o respectivo auto de posse lido da varanda do edificio.

Vejamos o Porto.

Em 1891, emquanto o norte derimia a pendencia de 31 de Janeiro, que fracassava, o sul, aguardava paciente o fecho da obra rebellionaria. Dezenove annos decorridos, emquanto na primeira cidade do reino havia o trama para a queda monarchica, a segunda assumia a feição de espectativa, ligeiramente attenuada com passageiras effervescencias populares.

Pela tarde de 4, conhecidos alguns pormenores da revolução em Lisboa, dois jornaes affixaram noticias dando como esboçada uma insurreição, quasi extincta. Não foram acreditadas pelo facto de se acharem cortadas as communicações. A multidão affluiu ás ruas e, previstos acontecimentos, a infantaria da municipal, véio para o posto da camara, emquanto a cavallaria, descendo a galope as ruas dos Carmelitas e dos Clerigos, evolucionou, procurando dispersar os grupos da Praça de D. Pedro. A' noite, as prevenções foram mais rigorosas, tomando-se o telegrapho e edificios publicos, ao passo que os estabelecimentos fechavam.

A' distribuição do *Diario de Noticias*, *Novidades* e *Portugal* surgiram tumultos pela queima do terceiro na praça D. Pedro, facto que a policia nem tentou impedir, deixando fazer os ruidosos protestos contra os jesuitas. Para compensar porem, prohibia a venda do *Mundo*, *Seculo* e *Lucta*.

Com as trevas e com os boatos da sublevação de artilharia 1 e infantaria 16, da posse dos navios pelos rebeldes, do acompanhamento d'estes por 5000 populares e do tiroteio constante, a exaltação augmentou e para noticias exactas o povo foi até ao jornal *A Patria*, onde, da janella, o respectivo director, leu o supplemento de um jornal de Lisboa.

A policia, acudindo ao tumultuoso ruido das acclamações, foi mal recebida e do jornal sahiu um tiro para os agentes. Feita por estes uma descarga para as janellas do periodico, houve a represalia popular, á pedrada e a revolver.

A força carregou então, acutilando, ao ponto de numerosos feridos se irem curar ás pharmacias.

Ficava no solo, sem falla, um rapazito de 14 annos, e mais gravemente attingidos, eram conduzidos ao hospital e postos medicos, o cabo de policia 229, Sebastião de Almeida, o policia 496, Antonio Gomes Larangeira, o serviçal, Guilherme Lopes, o refinador de assucar, Manuel Joaquim Martins, o contractador de bilhetes, Antonio Carlos de Azevedo Magalhães, o tecelão José Gomes Coelho, o carrejão Antonio Gomes, e ainda o tenente Faria. Refugiados no jornal, ficavam não só trez feridos, como muitos dos manifestantes, e ainda os drs. Paulo José Falcão, Adriano Pimentel, Germano Martins, Moraes Costa, e os jornalistas Romero de Oliveira e Pedro Correia.

Ali os deu por detidos a policia, interceptando lhes a sahida, a despeito do dr. Alfredo Magalhães a ter ido sollicitar ao governador civil, que a denegou, de momento, concedendo-a de madrugada.

O socego fez-se, embora o povo se conservasse nas ruas, em gritos de abaixo a reacção e vivas á liberdade e á republica e a guarda, percorresse a Praça de D. Pedro, em continuas correrias.

Na manhã de 5, proseguiu o alarme e a anciedade de novas da capital.

Todavia, a violencia da vespera, não continuou.

A' capital se deixou o encargo de levar ou não a effeito o seu acto de reivindicação democratica.

Jamais se pensou n'um possivel alastramento da sedição para o Porto.

Seria um symptoma de transigencia.

De verdade, a tropa assumiu uma attitude de analyse ás intenções populares e, em similar aspecto, a populaça, apenas se proporcionou o direito de reunião, affluindo, mas em ordem, á praça de D. Pedro.

Todavia, se uma unica intenção aggressiva se evidenciasse da parte do exercito, tragicos seriam os resultados: o sangue innundaria as ruas do Porto, mas, como apoz o *ultimatum*, a causa popular soffreria tremendo choque.

Assim o pensou a realeza, crendo a invicta um baluarte firme das suas ideias.

Era o erro ao serviço da crença. Mas a descrença, como serva da má fé, operou, a bordo do hiate *D. Amelia*, o milagre duplo: apagou cegueiras e evitou carnificinas.

Evidenciou-o depois no *Mundo* (27 de outubro de 1910) o revolucionario Julio de Oliveira, dizendo:

«Na madrugada de 6 tinham partido emissarios para fazer voar as pontes de Estarreja. Emfim, se D. Manuel tivesse tido a má ideia de se acolher ao Porto, talvez que a Revolução não tivesse este cunho de singular grandeza que a faz unica na Historia — a sua generosidade. Mas a monarchia, porventura com mais sangue e com mais luta, essa estaria do mesmo modo irremediavelmente perdida. Apenas acrescentaria odios ao seu enterro tragico»

Assim, onde a revolução não chegasse, iria o crime, a reproducção sangrenta da scena de 1908.

Todavia, nem de todas as almas democratas partiu esse influxo sanguinario.

Pareceu assente em maioria o acceitar, sem reluctancia, do fim da pendencia travada na capital. No fundo, talvez a immolação se uma victoria fosse obtida.

O Porto, se não constituia, como é facto, um baluarte republicano, por egual n'essa hora não symbolisava um reducto monarchico. De momento, elle, como quasi todo Portugal, ambicionava uma experiencia. Conheceria, duramente, os seus resultados, mas teve-a.

Interceptadas communicações, o boato lavrou intenso. Uns disseminavam novas optimistas, outros, aterradoras.

Chegaram a temer que os elementos militares estivessem preparando um golpe cerce e assim, propoz-se a necessidade de partida para Lisboa do dr. Adriano Augusto Pimenta afim de reclamar um navio de guerra emquanto a populaça sustinha os iniciaes embates.

As primeiras horas da manhã de 6, colheram quasi meia cidade nas ruas. As lojas em grande parte não abriram.

A atmosphera apresentou-se carregada, annunciando acontecimentos de vulto.

O *Primeiro de Janeiro* e *A Patria* deram, em supplementos, a nota veridica: Lisboa fizera a Republica.

Breve surgiram, sem receios, as primeiras bandeiras verde-rubras. A plenos pulmões se entoou a Marselheza.

A cavallaria, em frente á camara, effectuou evoluções e dispersou a multidão.

Da janella da redacção da *Patria*, o dr. Alfredo de Magalhães, aconselhava serenidade, reiterando sempre a veracidade da proclamação em Lisboa.

Cavallaria 9, de vigilancia ás ruas que ingressavam aos quartel general e governo civil, limitava se a interceptar passagem.

Apparecendo na Praça D. Pedro, o dr. Alfredo Mendes de Magalhães, garantia a verdade das informações, mas pedia ao povo sem impaciencia aguardasse a ordem official.

Para entreter a anciedade da populaça, o dr. Alfredo de Magalhães conduzia uma grande parte, com a bandeira da redacção da *Patria*, até ao cemiterio do Repouso, para visita ao monumento levantado aos vencidos da revolta do Porto.

Começou a tropa a fraternisar com a populaça. Soldados e sargentos, nem de leve se oppuzeram a que fossem levados em triumpho.

Não era pela victoria, pois não houvera lucta; era a necessidade de attracção para que a obra se completasse sem embaraços, de facto nem sonhados sequer.

Emquanto se engalanavam alguns predios da rua dos Clerigos, Sá da Bandeira e de Santo Antonio, a infantaria 6 e cavallaria da guarda formadas na Praça de D. Pedro, juntava-se uma força, de infantaria da municipal.

Viram-se negras perspectivas, avolumadas com o apparecimento de novo esquadrão de cavallaria, municiado, e que, parecendo disposto a commettimentos energicos, evolucionou até ao lado oriental da Praça, emquanto a infantaria tomava o lado occidental.

Fizeram-se previsões de derrocada, servindo para as aggravar o facto da demora ao arvorar da bandeira transportada pelo revolucionario José Ferreira Gonçalves e Caldeira Scevola, para

na camara onde tudo se encontrava a postos, achando-se ali, entre outros, os drs. Nunes da Ponte, Candido de Pinho e Alfredo de Magalhães.

Chegava entretanto o commandante da guarda, coronel Francisdo Ferreira Sarmento que indo junto do presidente da municipalidade e dos vereadores, fez saber em nome do commandante da divisão e governador interino da cidade, que não consentia no hastear da bandeira antes de ser confirmada officialmente a proclamação em Lisboa.

Perto das 3 horas da tarde, os drs. Nunes da Ponte e Candido de Pinho, iam ao quartel general parlamentar com o chefe da divisão, emquanto o povo, antevendo contrariedades, evidenciou preliminares de desasocego.

Seria a hecatombe, começada pela má vontade da multidão, se o general Nogueira de Sá, não opta pela condescendencia.

A municipal seria a unica que executaria o processo repressor, mas assim mesmo, e ainda por isso, ensanguentado seria o solo portuense mercê de incidentes de armas entre o exercito e o povo, contra a tropa que sempre mostrou firmeza na defeza do credo monarchico.

Nogueira de Sá, foi ao encontro dos desejos democraticos e de regresso cerca das 3 horas e meia da tarde vinham os drs. Candido de Pinho e Nunes da Ponte, com a ordem de retirada das forças.

Fôra a deliberação tomada em alto conselho do chefe da divisão, governador civil, conselheiro José Diogo Arroyo, commandantes de infantaria 6 e 18: o respeito ao governo constituido desde que tudo se confirmasse.

Ao lance effectuado, não esqueceu o povo republicano essa figura de velho militar que com elle transigiu e indo até ao quartel, ovacionou o, manifestação que Nogueira de Sá agradeceu commovido. A camara municipal, dedicar-lhe-hia ainda (13) as seguintes palavras:

«A camara reconhecendo a forma correcta e digna como o sr. general de divisão Sá Nogueira se houve no dia da proclamação da Republica envidando todos os esforços sem quebra dos seus deveres militares para evitar o minimo conflicto san-

grento entre o exercito e o povo, envia-lhe as suas mais cordeaes saudações.»

A communicação official chegava entretanto, e se o tenente de artilharia Arthur da Silva, não apparecesse, trazendo o *Diario do Governo*, viria o telegramma, tão anciosamente esperado e que teve de ser exigido.

O dr. Alfredo de Magalhães, tivera aviso particular, por um empregado do telegrapho, de ter vindo participação de Lisboa. O director dos telegraphos, Jorge da Cunha, escudado na interrupção de linhas, allegava cousa alguma haver recebido.

Já tarde, impaciente o povo, o director da *Patria*, reunindo com outros na residencia de José Ferreira Gonçalves, convencido de sonegamento, redigia formal intimação para que os telegrammas fossem expedidos.

Breve elles surgiam, radicando no espirito republicano a anterior ideia, e que trouxe a Jorge da Cunha, o licenceamento (8 de outubro) seguido de aposentação.

A ceremonia podia realisar-se sem embaraços grandes.

A alegria manifestou se pois, ruidosamente, por parte da multidão que enchia não só a Praça de D. Pedro como as ruas circumvisinhas.

Foi d'essa mesma varanda que em 31 de Janeiro de 1891, crivada foi de balas; foi d'esse edificio que dezenove annos antes sobre elle viu fluctuar o estandarte republicano, que o dr. Nunes da Ponte, rodeado pelos drs. Candido de Pinho e Germano Martins, Napoleão da Matta, Henrique Pereira de Oliveira, A. de Araujo, Bernardino Vareta e Augusto Pereira da Costa, leu com voz tremula, a proclamação, interrompida a palmas e a vivas febris:

«Cidadãos. — Desde hontem que a gloriosa bandeira republicana, fluctua triumphantemente no Tejo, nas nossas naus de guerra e na capital da nação em todas as fortalezas, praças, delirantemente acclamada como um simbolo de redempção e de esperança, pelo heroico povo de Lisboa. O povo do Porto que ha mais de dezenove annos derramou o seu sangue generoso pela conquista dessa aspiração grandiosa, não póde deixar de

felicitar-se e rejubilar com o conhecimento d'esse facto notavel, que vem marcar na historia luminosa do nosso paiz uma época de regeneração e prosperidade que de ha muito constituia a mais nobre ambição de todos os verdadeiros portuguezes. E', pois, cidadãos, com o coração a trasbordar de alegria, que eu tenho neste momento a insigne honra de, na qualidade de vereador mais velho da Camara Municipal do Porto, proclamar dos Paços do Concelho a Republica Portugueza e declarar perpetuamente abolida a dynastia de Bragança. E', pois, cidadãos, que neste momento o estrangeiro admira certamente a coragem, valentia e heroicidade com que os nossos correligionarios de Lisboa souberam implantar a nova forma de Governo do Paiz; eu estou certo, e commigo todos os meus collegas da Camara, que o mesmo estrangeiro admirará o vosso legendario civismo, na perseverança com que haveis de manter a ordem publica e na linha de generosidade que adoptareis nos vossos actos e no vosso procedimento.»

O dr. Nunes da Ponte, que seria o ministro do fomento, apoz um esboço de pronunciamento militar em Lisboa (20 de Janeiro de 1915) era abraçado na propria varanda, emquanto a multidão n'um grito collossal sanccionava o acto proclamador.

N'um discurso, o dr. Alfredo de Magalhães, salientou o facto notavel em phrases de incendido enthusiasmo, tão esbatido a trez incompletos annos de distancia, que espelhava (*) não já a alegria, mas claro desgosto:

«Os chefes, esses andavam longe n'aquelles tres historicos dias... (*os da revolução*) E o primeiro pensamento do povo, eternamente ingenuo e generoso, foi aureolar os chefes, pôr-lhes na fronte os louros da victoria, e confiar lhes ao mesmo tempo os sellos do poder. Depois, ébrio de gloria, retirou-se para casa, tranquillo, a esperar que a Republica inaugurasse uma era nova de paz e de prosperidade nacional. Que succedeu, porém? Emquanto o povo comtemplava de largo, desvanecido, a propria obra, dos seus procuradores os mais praticos e vorazes installa-

(*) O *Rebate* de 5 de Agosto de 1913.

vam-se, commodamente refastellados, nos altos cargos do Estado; outros, os politicos de officio, iniciavam uma intriga nova a substituir a intriga antiga, tendo por finalidade patente a creação parasitaria de oligarchias partidarias.

. . . .

«Proclamou-se a republica; e o governo provisorio, que sobretudo devera interessar o paiz na organisação das instituições, collaborando na obra fundamental da Constituinte, não só o dispensou d'esta cooperação essencial, mas tambem incorreu no erro grave de decretar leis sem conta que, pretendendo modificar a estructura intima da sociedade portugueza, em boa parte, conseguiram só desorganisal-a. *O paiz não elegeu os seus deputados, não poude reclamar, nem fazer ouvir a sua voz;* e nós perguntamos se uma situação moral d'esta natureza, que promette prolongar-se, pode contribuir para o prestigio e para a consolidação da republica. Não; o nosso desaccordo não é de hoje, vem de longe, inspira-se em sentimentos patrioticos os mais elevados, e representa um protesto que ha-de ter necessariamente echo em todos os cantos de Portugal, onde quer que haja uma consciencia justa. Não tem caracter pessoal a nossa opposição; os homens só valem para nós como encarnação dos principios de emancipação que advogamos sempre; insurgimo-nos, sim, contra más influencias absorventes do regimen explorando em beneficio proprio uma situação, que só terá razão de ser e triumphará em toda a plenitude, no dia em que a nação inteira entre n'ella decididamente para se modificar por si, com a consciencia de integrar-se a valer no mundo moderno. Condição para nós todos de vida ou de morte.»

A essa hora já a democracia incluira Alfredo Magalhães, um dos proclamadores da republica no Porto e recompensado com o cargo de director da Penitenciaria de Lisboa,—no rol extenso dos seus perseguidos.

Realisada a ceremonia solemne, ao chefe do gabinete, era expedido o telegramma seguinte:

«Dr. Theophilo Braga, presidente do governo provisorio, Lisboa. Na qualidade de vereador mais velho da camara do Porto, tenho a honra de communicar-lhe que acabo de procla-

mar a Republica nos paços do concelho. Felicito calorosamente o governo provisorio e faço votos pela felicidade da patria. — (a) *Nunes da Ponte.*»

A multidão dispersava entretanto, emquanto nos edificios publicos subiam as bandeiras verdes e encarnadas e cortejos grandiosos se organisavam, com a adhesão das bandas de infantaria 6 e 18, que percorreram as ruas profusamente illuminadas. Os chefes dos regimentos já haviam determinado o apear das corôas reaes collocadas nos quarteis e o general, que depois visitou o governo civil, como «estivesse rouco, mandou um capitão levantar um viva á republica que foi calorosamente correspondido» (Seculo de 9 de outubro).

Antes, já o commandante de infantaria 6, fizera allocução ao povo, com vivas á republica e o de infantaria 18, Silva Dias, recebendo uma bandeira, agitou a repetidas vezes no ar, antes de fazer entrega ao 1.º sargento José Teixeira Jacintho que com o 2.º sargento Sebastião Moreira de Queiroz a arvorou no quartel.

A attitude do exercito não correspondeu, em absoluto a uma retractariedade e evidenciou se.

Breve tomava posse o novo governador, o dr. Paulo José Falcão, um dos trez deputados republicanos pelo Porto, em 1900, advogado, natural de Coimbra, onde nascera a 18 de Fevereiro de 1873 e filho do velho democrata José Falcão.

Da janella fallava assim ao povo accumullado na rua:

Cidadãos! — Desde hontem que nos navios da gloriosa armada portuguesa, como nos principais edificios da cidade, fluctua a bandeira republicana com delirio aclamada por esse heroico povo de Lisboa. Esse ideal por que ha tanto tempo se trabalha, que tantos sacrificios e tantas vidas tem custado, acaba de ter a sua realização estrondosa no meio dêsse admiravel movimento de Lisboa, que mostra ao mundo inteiro, com retumbancia e calor, que o povo português soube lutar e vencer pela redempção da sua Patria. Esse heroico governo provisorio que me conferiu, a mim, o mais humilde de todos vós, a honra da nomeação para este logar, merece o unanime aplauso de todos nós pela sua atitude tão patriotica. *Cidadãos!* — Segui por essas

ruas fóra ao som das bandas, cantando e saudando a Victoria do Povo Português, porque ireis cumprindo o vosso dever. Entretanto eu ficarei aqui, e, escondido embora, levai a certeza de que fico cumprindo o meu.»

Era certo e, em curto espaço de tempo, já elle, em telegrama ao ministro do interior, se declarava entendido com os commandantes, tendo a certeza de não haver alteração da ordem, pelo menos n'aquelle dia.

Era a transigencia, sob a mascara de um armisticio.

Disse-se que a guarnição esteve 24 horas na espectativa sem reconhecer a republica, só adherindo á confirmação da sahida real.

De verdade, porem, a acceitação estava feita, pela franca adherencia da soldadesca e pelas bandeiras que tremulavam a breves horas da primeira ter subido na casa da camara.

A guarda municipal é que assumiu, como em Lisboa, mais recalcitrante aspecto e só a 10, assegurava no governo civil a disciplina e obediencia, a 11, expedia do Porto, um telegramma da corporação, assignado pelo coronel Sarmento, prestando homenagem e só a 14, este se apresentava no ministerio a que estava subordinado.

Ferreira Sarmento, se teve o acto leal, não foi, todavia, por espirito monarchico; antes, boatos de occasião, o assignalavam, partidarista das ideias de proximo parente, o general de divisão Antonio Ferreira Sarmento, que a revolta de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, achou tenente-coronel da guarda. Antonio Sarmento, ao mallogro da tentativa republicana, tornou-se depositario da bandeira do Centro Federal 15 de Novembro, que por aquella occasião fluctuou na municipalidade. Guardando-a sob promessa de a restituir, quando proclamada e implantada fosse a republica, reiterou-a em 1904, com o voto de agir com os revolucionarios. A 29 de outubro, cumpria a sua palavra, depondo nas mãos dos revolucionarios, José Ferreira Gonçalves e dr. Florido Toscano, a bandeira de 1891, entregue e hasteada na camara a 3 de Novembro de 1910, com a leitura da mensagem assim encerrada:

«Nas vossas mãos, illustres representantes da cidade do

Porto, depositamos esta querida, esta saudosa e gloriosa bandeira, por nós hasteada n'esse dia memoravel nos paços do concelho! Guardae-a como uma reliquia santa que á cidade pertence! A ella commovidamente a offerecemos, a ella que, então, tambem vibrou ao nosso enthusiasmo, sentiu o nosso coração e soffreu com as nossas agonias! Atravez dos tempos, esta modesta bandeira vermelha e verde, religiosamente conservada pelos vossos cuidados, será o mudo testemunho, eloquente e vivo, de que não foi em vão, para a causa da Republica, exemplificada com a redempção da Patria, que o sangue do povo manchou, n'um dia tão triste e tão glorioso, as ruas d'esta cidade do Porto... Srs. vereadores do municipio portuense: ahi tendes a nossa bandeira, a dos vencidos do 31 de janeiro; nós vol a confiamos. Guardae a. Ella é todo o nosso thesouro, a nossa honra e a nossa gloria!»

A bandeira, era integrada no Museu, com duas outras, azues e brancas, que em 31 de Janeiro haviam sido apeadas da casa da camara.

A' adhesão das tropas corresponderam outras, e como mais notavel a do reitor do Collegio dos Orphãos, padre Francisco Patricio. (*) Este, não podendo fallar, por doença, escreveu e collocou ante o dr. Falcão a carteira onde traçara a phrase: «Honro-me em depôr nas tuas mãos a minha adhesão á republica.»

Telegraphava, adherindo, o par do reino, Teixeira de Vasconcellos. A dissidencia progressista, representada pelo dr. Eduardo de Sousa, director do *Diario da Tarde*, ia (9 de outubro) notificar ao governador civil que dissolvido o partido, o jornal não hostilisaria o regimen, attitude acceite, sem restricções.

Ainda, pela dissidencia, dizia o *Primeiro de Janeiro*, quasi directamente inspirado pelo conselheiro José de Alpoim:

«A liberdade conquistou, afinal, mais uma victoria clamorosa. Que um futuro de paz, de justiça, de progresso e de engrandecimento nacional, surja para este pobre paiz abatido e o

(*) Fallecia a 7 de Abril de 1911.

arranque á esterilidade enervante em que tem vegetado. Não sentámos praça em qualquer partido nem falamos em nome de determinadas convicções politicas. O nosso posto de honra é o mesmo de sempre A nossa voz continuará a erguer se em defeza dos opprimidos e dos fracos; e a causa a que votaremos incessantemente o nosso enternecido amor é a causa da liberdade e da justiça. Por ella pugnaremos sempre. Em qualquer campo politico, o nosso logar foi e será sempre ao lado do povo. Este jornal surgiu no embate de uma revolução popular e no affecto que o povo lhe consagra encontrou elle o alento e a coragem que o animam na lucta. Agora que uma nova revolução popular victoriosa entregou os destinos da nação a um governo republicano, constituido por individualidades, sem duvida, illustres, respeitamos esse grupo de homens a quem está confiada a mais alta e tambem a mais grada missão que é possivel entregar a cidadãos conscientes e livres.»

Peor ia aos regeneradores, representados pelo conselheiro Luiz Augusto Pimentel Pinto, que viram logo uma atmosphera suspeitosa em seu redor, e aquelle apresentando se no quartel de infantaria 18, foi logo alvo de vigilancia especial, sendo pouco depois detido na redacção da *Patria*, com o filho do ex ministro conselheiro José de Azevedo. O governador civil sollicitava ordens para o facto, vindo a de que fosse mandado seguir para Lisboa. Exigida ao conselheiro Pimentel Pinto a palavra de honra de que assim procederia, partia em liberdade para a capital, apresentando se ao general commandante da divisão, perante o qual se solidarisava com o regimen novo.

O alto clero, representado pelo bispo do Porto, acquiescia ao arvorar no Paço Episcopal no dia 8, da bandeira republicana, e determinava na mesma data a suppressão nas orações da missa das palavras: «regem nostrum Emmanuelis, reginam Maria Amelia, reginam Maria Pia».

Quanto á attitude da imprensa, veremos a quasi absoluta adhesão ao regimen implantado, quando não um desprendimento. Assim, dizia (8 de outubro) o orgão catholico *O Correio do Norte:*

«A voz de Leão XIII aos catholicos de França, quando

repartidos pelos agrupamentos monarchicos, é a voz que de Roma se ergue, n'este momento, para os catholicos portuguezes. Recordámol-a hontem e oxalá que todos os catholicos saibam comprehender o seu grande alcance e a sua salutar efficacia. Ella nos diz que as transformações dos governos são inevitaveis e que, quando de qualquer convulsão resulta um novo poder, elle representa a auctoridade, e a ella devem os catholicos adherir e obedecer sem pensamento reservado. A Republica é hoje o regimen nacional acceite pelas forças vivas do paiz. Vivamos n'ella e com ella. E' o nosso dever de catholicos, é o nosso dever de cidadãos.»

O *Commercio do Porto*, conservador, espelhava ligeira desconfiança:

«Nunca nos cegou a paixão politica, nem nos interessaram as luctas dos partidos; por isso, é de consciencia limpa e de animo despreoccupado que contemplamos os acontecimentos e assistimos á transformação que se opéra na vida politica portugueza. O nosso maior, o nosso unico empenho, agora como sempre é vêr este paiz governado por fórma que se lhe assegure a sua prosperidade e que se consolide o seu bom nome de modo que possamos legar a nossos filhos uma herança de paz e de bem estar. O momento é difficil, bem o sabemos; não pode realisar se de prompto tudo quanto ha a fazer. Demais, forçoso é proceder com maior prudencia, com inteira circumspecção para ser sensato e proveitoso tudo quanto se faça. Consigam os dirigentes do novo regimen realisar a obra patriotica que ambicionamos ha muito. E' a obra da regeneração politica fundada na liberdade e na justiça; é a obra do esclarecimento das consciencias pela instrucção mais larga e mais perfeitamente distribuida; é a obra do nosso engrandecimento economico pelo aproveitamento de tantos recursos desaproveitados; é a obra da nossa rehabilitação financeira, baldadamente procurada; é, emfim, uma obra inteiramente feita de civismo, da qual depende essencialmente o futuro d'este paiz. N'essa obra deve empenhar-se o melhor esforço de todos os bons cidadãos, muito especialmente d'aquelles que dirigiram o actual movimento e dos que desde longos annos o vinham preparando. Será

a maneira de resgatar o sangue de tantas victimas immoladas em Lisboa á realisação do novo ideal; será a unica forma de rodear as instituições nascentes do prestigio que carecem de manter para honra propria e bem do paiz.»

Por seu turno *A Palavra*, tantas vezes acoimada de reaccionaria, insinuava o respeito aos catholicos com um evidente retrahimento ante o basilar aspecto republicano:

«Perante o facto consummado, o nosso jornal, que nunca esquece nem esquecerá os sagrados principios que o caracterisam e constituem o seu melhor titulo de gloria e que em todos os momentos conhece as suas responsabilidades, conserva a sua inalteravel attitude de defensor dos interesses do paiz e da causa da egreja, que vive com todos os regimens honestos e criteriosamente orientados, de que são eloquentes exemplos as republicas do Brazil e dos Estados Unidos da America do Norte, onde se respeitam os direitos dos catholicos e a sua liberdade e onde os mais eminentes homens de Estado reconhecem quanto a religião é necessaria para a educação do povo, sobretudo n'uma democracia »

Era uma attitude coherente, desde que, ainda a 5, desconhecido para que lado penderia a balança, ali se escrevia:

«Se ha uma facção que tomou a peito manter este estado de incerteza e temor em que temos vivido nos ultimos annos, que o governo lhe reprima de momento as tentativas, á mão armada, de destruir as instituições a que o paiz ainda não quebrou a sua fidelidade. Mas uma vez esmagada a revolta, é indispensavel que uma serie de medidas, prudentes mas rigorosas, ataque a raiz do mal regulando severamente a liberdade de imprensa, que entre nós atingiu um maximo de verosimilhança escandalosa, assistindo se diariamente ao espectaculo indecoroso de ver circular livremente jornais e pamfletos que preconisam a revolta e o assassinio, fomentando a agitação popular com as mais despudoradas falsidades. E' esse o dever maximo que nesta hora cabe ao governo, bem mais grave que o de meter na ordem algumas centenas de desvairados que uma hora de loucura colocou deante da força publica. Para a repressão da revolta confiamos na tradicional fidelidade e no patriotismo do

nosso exercito, que não quer de modo nenhum fechar oito seculos de historia gloriosa, manchando as armas que nobilitou em mil combates, pondo-as ao serviço de uma facção de revoltosos, que assassinaram el-rei e o principe real e glorificaram os assassinos, rebaixando-nos aos olhos de todo o mundo civilizado. Neste momento todas as nações, e especialmente aquellas a quem somos devedores, teem os olhos fixos em nós. Poupe-nos o exercito, com o nobre cumprimento do seu dever patriotico, ao supremo vexame de sermos todos, conservadores e radicais, metidos na ordem por uma intervenção estrangeira, pois quando tivermos demonstrado que neste país não ha juiso nem dignidade para suficiente caução do que devemos, as nossas dividas serão caucionadas pelos canhões estrangeiros.»

Não obstante, o conde de Samodães, já com a attenção sobre si chamada pelo *Mundo* (12 de outubro) abandonava a direcção da *Palavra* (16) sendo substituido pelo dr. Alberto Pinheiro Torres, breve chamado ao governo civil para dar parte da futura attitude e ser ouvido sobre nascentes boatos de revolta (20 de outubro). Aquelle breve firmava, (Novembro de 1910) com os drs. Sebastião dos Santos Pereira e Vasconcellos e Arthur Leite de Amorim, um documento, o primeiro de protesto contra a attitude diversa da apresentada nas propagandas democraticas.

«*Sr. Presidente:* — Os catholicos de Portugal que, sempre fieis aos seus principios, desde logo se submetteram aos novos poderes constituidos, veem, usando do direito de representação, que é garantido em todos os regimens livres, affirmar a v. ex.ª a sua justissima magua pela orientação que o Governo Provisorio da Republica tem tomado em assumptos religiosos. Contra as medidas já decretadas, o nosso respeitoso mas vehemente protesto. Quanto ás medidas a tomar, lembramos, com a serenidade de quem reivindica um direito, que somos cidadãos portuguezes, a grande maioria do paiz e que não é licito coagir as nossas consciencias a acceitar um estado de coisas que nos repugna e nos cria uma situação de extranhos na propria Patria, que devotadamente amamos e onde, ha seculos, o espirito christão vem operando maravilhas na educação e na beneficencia.

Não ha lei justa, Sr. Presidente, que se não baseie na consciencia collectiva. Em nome, pois, d'esta, da Historia e da Justiça, representamos a V. Ex.ª para que não seja opprimida a nossa consciencia, para que os nossos direitos sejam respeitados e acima de indicações theoricas, contestaveis, se ponham sempre os sagrados interesses da nação.»

O dr. Pinheiro Torres, breve foi, como muitos outros, um dos exilados em terras de Hespanha.

Se muitos não se convenceram das intenções benevolas, maiores crentes, por conveniencia propria, houve em materia libertadora. A proclamação da Republica e as velhas affirmativas de liberdade geral, transmudaram-se nos espiritos incultos dos detidos nas cadeias, que se insubordinaram de madrugada exigindo immediata liberdade. A guarda obviou a disturbios, submettendo os exaltados. Todavia, a 9, á falta d'essa sonhada volta á vida da rua, recomeçavam os tumultos. A municipal intervindo com os guardas era recebida a tiro e com as barras de ferro, forçando os soldados a desfechar as espingardas, ferindo 16 dos amotinados, e matando dois, o chefe da quadrilha de salteadores denominada dos *Olhos Brancos* Joaquim José de Carvalho e Antonio Pereira de Castro ou Antonio Pinto Costa. A energica repressão intimidou os revoltados, que de lado puzeram as tentativas libertadoras.

Prevendo maiores tumultos, chegou a entrar no Porto, (7) para protecção aos seus subditos, o cruzador inglez Venny, que retirava no dia seguinte apoz o respectivo commandante, capitão Robert Benson, ter recebido do chefe do departamento maritimo, a affirmativa de uma absoluta tranquillidade.

Cuidando-se de se fazer esquecer o cahido regimen, a camara deliberava a substituição da nomenclatura das ruas, passando a Praça de D. Pedro a Praça da Liberdade, o campo da Regeneração a praça da Republica, a rua de S. Lazaro a avenida de Rodrigues de Freitas, a rua da Rainha D. Amelia a Candido dos Reis, a rua de D. Carlos a José Falcão, a do Principe a Miguel Bombarda, a de D. Pedro a Elias Garcia, a de D. Maria II a Trindade Coelho, a de Santo Antonio a 31 de Janeiro, a do Principe da Beira a 5 de Outubro, a do Principe

Real a Latino Coelho, a da Rainha a Anthero Quental, a do Duque do Porto a Heliodoro Salgado e a de D. Fernando o nome de rua da Bolsa. O Theatro do Principe Real, passava a Theatro Sá da Bandeira. Entrando-se no campo religioso, resolvia-se a demolição dos muros que separavam o cemiterio dos catholicos e, por proposta do dr. Xavier Esteves, representava ao governo pedindo que na separação da egreja do Estado se incluisse o secularisar dos cemiterios. Teve ella comtudo uma quasi maioria reprovadora, originando incidentes.

O Porto, solemnisava ainda a proclamação, com cortejo grande em 9, onde figurava, abrindo a marcha, um rancho de creanças com barretes frigios. Notavel foi ainda a manifestação de 26, aos consulados do Brazil, Suissa e Republica Argentina. No primeiro o consul Nicolau do Valle, saudava em nome do Brazil, a Patria Portugueza e a cidade do Porto, e no segundo, saudada era a Nação Portugueza e no terceiro, a Republica Nova.

A cidade do Porto, evidenciava depois um certo mal estar pela victoria republicana effectuada em Lisboa, em realce com a derrocada de 1891. Isso não obstou porem, e a despeito de insistentemente se proclamar a sua intensa monarchisação, o fracasso das tentativas de restauração monarchica, começadas em 29 de Setembro de 1911.

Na villa de *Sines*, o enthusiasmo foi grande, á chegada do velho commerciante de Gandola José Rodrigues Pablo, que, em cabello, percorreu as ruas, correndo, agitando um telegramma e gritando: — Foi proclamada a Republica! Paralizava logo o trabalho das fabricas e do commercio, e como que por encanto, as bandeiras republicanas, surgiram de todos os lados, até que, pouco depois, em marcha nocturna, o povo percorria as ruas acclamando a victoria da democracia, que ali tinha um dos seus fortes baluartes affirmado em batalhas eleitoraes. A villa de *Silves* hasteava a bandeira sem constrangimentos e adherindo a tropa. A poucos dias porém, davam-se logo conflictos graves entre o povo e cavallaria 5. Ainda por causa das greves, o primeiro, de mal olhou os soldados. Deu-se o ataque á pedrada, sendo attingidos o tenente Annes com duas pedras no

peito e duas nos braços, e algumas praças, desmontadas. A populaça quasi envolveu a cavallaria e um popular chegou ainda a deitar as mãos ao freio de um cavallo, recebendo logo uma pranchada. A attitude hostil augmentou e a tropa teve de fazer fogo, ferindo varios civis e matando outro. O sangue operou a retirada dos exaltados, e para terminar novos incidentes tragicos, cavallaria 5 sahia de Silves (8 de outubro) substituida por praças de cavallaria 3. Na villa ainda se registavam varios successos no quartel de infantaria 4, logo participados superiormente.

Na cidade de *Vianna do Castello* a bandeira tremulava pela primeira vez, a 6 de outubro, e n'essa hora, era proclamada a republica das janellas da camara e lida a lista do governo provisorio. Emquanto o povo percorria as ruas cantando a Marselheza e a Portugueza, os monarchicos, contra manifestando, cerravam as portas das janellas. Chegára entretanto de Leixões, a canhoneira *Limpopo.* Notando ali o esboço de manifestações á marinhagem e não querendo participar essa adhesão, o commandante, 1.º tenente João Augusto de Oliveira Muzzanti mandou levantar ferro e veio ancorar á entrada da doca de Vianna. A fortaleza, que ostentava ainda a bandeira azul e branca, assestou-lhe as metralhadoras, suspendendo ao vêr que identico era o pavilhão ali arvorado. Entretanto, insatisfeito o povo, appressou-se da muralha, a exigir o hastear do estandarte verde rubro e a marinhagem, teria ido a excessos, para identico fim, se não valessem trez sargentos. O 1.º tenente Oliveira Muzzanti, não queria ceder, sob base de evitar um adherir sem que notificação official tivesse de estar proclamada a republica. Demais, a fortaleza apresentava-se ameaçadora. Houve que ceder porem ao povo, emquanto manobravam, em conferencia, os officiaes da canhoneira e alguns do forte e castello da Barca, para que ali subisse a bandeira republicana. A marinhagem queria assaltal-o, mas o incidente venceu-se sem esse recurso e em 7, a fortaleza içava-a, firmando-a com uma salva de 21 tiros, acto que não evitou prevenções, por suspeitas de retrocesso. Não se conformava o commandante, o coronel Pereira d'Eça, que fazendo valer a sua phrase habitual de ser monarchico «por educação,

por tradição e por gratidão», (*) se recusou terminantemente a ceder o passo á ideia nova, só abandonou essa attitude quando o ajudante do regimento outra quasi lhe impôz. Pereira d'Eça, vinha (Julho de 1914) a ministro da guerra da republica, ao contrario da cidade de Vianna, cuja camara conservava a bandeira a meia haste no setimo anniversario do assassinio do rei D. Carlos I. (*) A ceremonia da proclamação só se realisou em Vianna do Castello a 9 de outubro e o districto, teve como 1.º governador, na Republica, o dr. Ferreira Soares.

Villa Real de Traz-os-Montes, estava engalanada de azul e branco para receber a realeza. Centenas de bandeiras tremulavam desde o dia 3, avultando um lindo arco triumphal no cerramento da Avenida do Caminho de Ferro. O *Povo do Norte*, dando, em supplemento, ás 8 horas da manhã de 4, a noticia do assassinio do dr. Miguel Bombarda, e ainda o addiamento da viagem regia, perturbou aquella atmosphera de festa. Os poucos republicanos, agitaram desde logo o pregão de que o clericalismo preparava um golpe cerceador das doutrinas liberaes. As convicções, soffreram o primeiro embate. O informe de que rebentara uma revolta, mais concitou o convencimento de ser o jesuitismo em manobra. De 5 até 6, houve a anciedade enorme. Crendo-se lucta travada entre os sectarios do Papa Negro e a democracia sedenta de lhe atabafar a soberania, para a republica iam os votos. Era o declinar, lento, da estrella fulgida da dynastia de Bragança, para o occaso já consummado em Lisboa. A's 8 horas da manhã chegou o desideratum fatal: a realeza já não vinha á cidade engalanada de azul e branco para a recepção de fausto. Ia em marcha para o exilio, e proclamada fôra a Republica. A festa evolucionou, e de dynastica transformou-se em republicana. O monarchismo acclamou a a revolução triumphante, apenas com o voto de dôr pelos espalhados boatos de espantosas carnificinas nas ruas da capital, onde avultava o quasi destroço de infantaria 1, o esphacellamento da municipal pela metralha dos rebeldes e ainda os predios de Lisboa, em chammas, a Avenida em ruinas. Infanta-

(*) A *Nação* de 19 de Julho de 1914.

ria 13, apparecendo com a banda a atroar os ares com os accordes da «Portugueza», calcou os derradeiros pessimismos e as ultimas evocações da realeza, horas antes tão anciosamente aguardada. Da varanda da camara municipal era proclamado o regimen novo, bem recebido. Todavia, effectuava se o patrulhamento das ruas, por cavallaria, emquanto era ordenada de Lisboa, a immediata posse do cargo de governador civil, ao redactor do *Povo do Norte*, Adelino Samardã, que entrava em funcções no dia 7, para dois annos depois, por decreto de 31 de agosto de 1912, vir a commissario da Republica junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Atravez da Africa. Com Villa Real dava-se ainda o incidente curioso: sahindo d'ali, a 29 de outubro, um barco com a bandeira verde e encarnada, ao chegar á Isla Christina, em Hespanha, teve de a arrear, por intimação dos carabineiros que a não quizeram reconhecer. Era todavia ir ao encontro aos desejos dos villarealenses, que, evidenciaram a geral opinião de que a bandeira se mantivesse azul e branca.

A cidade de *Vizeu*, hasteava a bandeira no dia 6, vendo assim satisfeitos os votos da moção apresentada em comicio de annos antes, a 27 de Junho de 1909: «O povo de Vizeu reunido em comicio publico: Considerando que o tratado luso-transvaaliano compromette gravemente os interesses da provincia de Moçambique e fere os nossos direitos de paiz soberano; Considerando que esse tratado foi concluido de surpreza e adoptado e posto em execução no paiz e com desprezo da lei constitucional; Considerando que um tal proceder affirma de modo cathegorico o desprezo dos governantes pela soberania nacional; Considerando que o adiamento das côrtes, quando estavam pendentes de um exame e approvação de negocios da maior importancia, quer no ponto de vista material, quer no ponto de vista moral; Considerando que o partido reaccionario procurará atear no paiz uma guerra religiosa para afogar em sangue as liberdades que já temos nos costumes e que cumpre fazer inserir nas leis; Considerando que o jesuita já se installou nos tribunaes e d'ali fulmina sentenças barbaras contra a livre consciencia; Considerando, finalmente, que, a substituir o regime, a nação, que já vê desfalcado o seu patrimonio e diminuir o seu prestigio,

deixará de ser uma unidade autonoma; Protesta contra os crimes do poder e faz votos pelo advento redentor da Republica.»

Foi 1.º governador civil de Vizeu, na Republica, o advogado d'aquella comarca, dr. Ricardo Paes Gomes.

N'esse dia 6, por egual sanccionavam o acto de Lisboa, o Alandroal, villa que não só effectuou a quebra das corôas reaes que encimavam os edificios publicos, como transformou em Praça da Republica a Praça Principe da Beira, em dr. Theophilo Braga a rua José Maria dos Santos e em Cinco de Outubro, a rua dedicada ao bispo de Evora, D. Augusto Eduardo Nunes; Albufeira; Alcoutim; Arronches, que hasteando a bándeira, só proclamava a Republica em 13 e logo resolvia a substituição da nomenclatura das ruas, passando a d'El-Rei D. Carlos I a 5 de Outubro, a do Paço a de contra-almirante Candido dos Reis; a praça de Serpa Pinto a praça da Republica, o largo da Cadeia o de largo de Serpa Pinto e ao largo do Espirito Santo o de largo de Xavier dos Santos, Barrancos; Borba; Campo Maior; Castello de Paiva; Castello de Vide; Certã; Coruche; Crato; Cuba; Espinho, proclamando, ás 3 horas da tarde; Ferreira do Zezere; Gaya, d'onde depois veio para o Porto, offerecida ao governador civil dr. Paulo Falcão uma bandeira de seda verde e encarnada que pertencera á guarda fiscal quando da revolta de 1891; Grandola; Macieira de Cambra; Mafra; Mangualde, mas que só effectuou a ceremonia official da proclamação em 9; Mertola, que fez identico acto em 10; Mira; Monforte; Montemor-o Velho, onde a bandeira foi logo içada pelo quintanista de direito Ismael de Sá Carvalho Pacheco, o medico José Christino Boaventura Paes de Almeida Mamede e Abel Maria de Mello Brandão; Nellas; Niza, que arvorando a bandeira em 6, só proclamou a republica em 11, precedendo cortejo em 9, com discurso do republicano José do Rosario Nogueira, usando barrete phrigio; Oliveira de Azemeis, que arvorando a bandeira em 6, apenas no dia seguinte em sessão solemne camararia effectuou a leitura e assignatura do auto da proclamação; Ourique; Penacova; Ponte de Sôr, effectuando logo a proclamação; Povoa de Varzim; Poyares, que realisou a ceremonia official proclamadora em 10; Serpa, que fazia logo a proclamação;

S. Braz de Alportel; S. João da Pesqueira, proclamando em 8; Sobral de Mont'Agraço, que depois mudava o largo da Egreja em Praça da Republica, Largo das Cruzes, em largo Dr. Affonso Costa, Rua José Luciano, em França Borges, Rua Casal, em Rua Miguel Bombarda, Rua Progresso, em Candido dos Reis, Rua Santo Antonio, em rua dos Revolucionarios Portuguezes, Rua Conde de Sobral, em rua das Cruzes e Condes de Sobral, ficando os apelidos de Cruzes e Sobral, por serem os dos fundadores da villa; Soure, que effectuava a proclamação em 7 e substituia os nomes da Praça de S. Thiago pelo do dr. Miguel Bombarda e do largo de D. Manuel pelo da Praça da Republica; Souzel; Tavira, tocando as musicas, o hymno da Restauração; Trancoso; Villa do Bispo; Villa Nova da Cerveira e Villa Nova de Paiva, que só effectuou a ceremonia official em 10 e Villa Real de Santo Antonio.

Coube ao dia 7, o effectuar da ceremonia:

Na Anadia, baluarte progressista, a proclamação não teve grande echo, por parte dos elementos monarchicos. Só os republicanos se evidenciaram enthusiasmados, correndo a arvorar a bandeira no edificio municipal, d'onde um exaltado atirou e arremessou pela janella a corôa das armas, querendo tambem apear da sala nobre os retratos do conselheiro José Luciano e dr. Alexandre Seabra, acto não levado a effeito, por opposição de outros. Logo a 8 se evidenciaram porém symptomas de refractariedade, apparecendo de manhã rasgada ao meio a bandeira na vespera içada na camara. As investigações ordenadas pelo administrador do concelho não conseguiram fazer luz sobre o facto, embora attribuido aos partidarios do conselheiro José Luciano. A cidade de *Castello Branco*, hasteava logo a 7 a bandeira nos paços municipaes. A ceremonia solemne, só se effectuou todavia no dia 10, á posse da commissão municipal republicana e do 1.º governador civil da Republica dr. Augusto Barreto, medico, natural de Castanheira de Pera, onde nascera a 13 de Setembro de 1865. Foi investido no cargo pelo commandante de cavallaria Nunes Aguiar, o qual agradecendo as saudações populares, declarava que «o exercito era para defender a patria e nunca o rei.» *Castro Daire*, se bem que co-

nhecendo desde 5 a nova proclamadora, pelo povo sanccionada logo, só dois dias depois ao regresso de Vizeu, da commissão municipal, arvorou a bandeira verde-rubra.

A Covilhã tinha aprestada para 5 uma manifestação anti-clerical. As primeiras noticias do movimento de Lisboa, trouxeram o immediato sobreestar no plano. Conhecida, a 6, a victoria republicana, o acto de simples propaganda, transformou-se em sedicioso e o povo veio para a rua, febril, clamar contra a realeza, cahida já e exalçar a Republica. Todavia, só no dia seguinte se arvorou a bandeira na camara, não sem opposição do administrador do concelho logo destituido pela auctoridade militar, integrando se no cargo, o coronel de infantaria 21, Vasconcelios Sobral. Ao enthusiasmo da séde concelhia, onde o proprio Circulo Catholico adheriu, não correspondeu o da freguezia da Caria, onde em maioria em signal de desgosto, foram encerradas as portas das janellas (9 de outubro). A proclamação era effectuada em 10, em reunião extraordinaria da camara, que desde logo promovia a retirada da sala do retrato de D. Manuel II. As propagandas, erradas, trouxeram mais tarde, a celebre questão de baldios, em Teixoso (1914-1915) nascida em grande parte de falsas crenças divisionarias, pelas quaes a reivindicar republicano, ao povo iria a parte incontestavel, de terrenos fruidos por proprietarios ricos. D'ahi o intervir energico da guarda republicana, em successivas occasiões, e com sangrentos resultados (Janeiro de 1915). A villa de Felgueiras, procedeu logo em 7 ao hasteamento da bandeira verde-rubra. A um anno d'essa data, de novo contemplou a bandeira azul e branca. Hasteava-a ali, em outubro de 1911, as forças conspiradoras de Paiva Couceiro, que, não viram todavia coroadas de exito as suas tentativas de restauração. A vereação municipal de *Gondomar*, ainda a 7, não dera qualquer symptoma de reconhecimento. N'essa data foi ali a commissão de vigilancia republicana, obtendo a recusa. Intimando ao secretario da camara a obediencia á ordem do governo provisorio, os vereadores, abandonavam o edificio, onde apoz subia a bandeira nova, seguindo se-lhe a apprehensão de todos os documentos ali existentes. A villa algarvia de *Loulé*, hasteava a bandeira no dia 7, só

effectuando porém a ceremonia solemne da proclamação a 10, erguendo o primeiro viva á republica, o decano democratico Joaquim do Nascimento Ramos que discursava da janella da camara. Na noite de 12, surgiu todavia o embaraço. Um grupo numeroso de monarchicos, veio á rua, armado de machados, foices e pedras e, acclamando o cahido regimen, manifestaram-se contra a republica, e perseguiram alguns democratas. A intervenção da força policial, suffocou o esboçado movimento, sendo detidos, Manuel da Boa Vista e Francisco Pontes, emquanto se punham em fuga, entre outros, os cabecilhas Manuel Christino e Manuel Pontes. Em *Moura*, a proclamação era feita no mesmo dia sob socegado aspecto se bem que na freguezia de Pias, fosse apedrejada a casa de um padre apenas pelo facto de constar haver ali pernoitado o bispo de Beja, e na de Santo Amador, o prelado fosse egualmente mal recebido. Todavia a feição republicana não se evidenciou de todo em Moura e frisou o a allegação, em maio de 1911, de que parecia não se haver effectuado ali a proclamação, tal o desapego, accentuando-se ainda que ella produzira na villa o effeito de simples queda ministerial. A cidade de *Penafiel*, foi uma das que logo em 7, hasteou a bandeira republicana. Comtudo, a curtos mezes d'essa data, pelas insurreições monarchicas de outubro de 1911, de novo fez fluctuar o estandarte azul e branco que, com pena viu descer outra vez, ao mallogro da tentativa do capitão Paiva Couceiro. *Pombal* registava a adhesão dos antigos vereadores ao regimen novo. A proclamação, feita ás 2 horas da tarde foi logo seguida da retirada da sala nobre da municipalidade do retrato de el-rei D. Carlos, substituido pelo do marquez de Pombal. Da villa veio ao governo provisorio um telegramma affirmando a esperançada na prosperidade da patria e respeito pela liberdade. *Portel* com alegria recebia o telegramma official participando o advento da Republica. A bandeira arvorada foi de offerta especial do presidente da commissão municipal republicana Elisio de Moura e, á posse, os novos vereadores, mudaram a nomenclatura das ruas, passando a Praça Principe D. Carlos para Praça da Republica, o largo do Loureiro para 5 de Outubro e o largo de S. Luiz para Dr. Miguel Bombarda.

A villa da Regoa, hasteava a bandeira no dia 7, effectuando todavia a proclamação no dia 10, lavrando-se acta na séde municipal e presidindo ao acto o vice-presidente da vereação monarchica dr. Antão de Carvalho, o qual discursando, acclamava o regimen novo. Ao concelho pertencia Vidago. Era ali esperado D. Manuel II, por estar incluida a terra na viagem real. Na tarde de 3, chegára pois uma força de infantaria 20, sob o commando do capitão Antonio Infante, que á falta de alojamentos teve de ficar parte na estação do caminho de ferro e parte nas carruagens. A noite de 4, trouxe os primeiros rumores de revolta, augmentados em 5. Todavia a banda deu concerto publico. A' meia noite era recebida ordem de regresso de infantaria 20 ao seu quartel. Aprestado tudo para seguir a força pela 1 hora da madrugada, punha-se a caminho, ao som do hymno da Carta. Foi essa a derradeira vez que elle se tocou. Infantaria 20, entrava de manhã em Penafiel. Contava ir defrontar-se com os rebeldes: achou apenas a nova de estar proclamada a republica. Entretanto eram queimados em Vidago por essa victoria, os foguetes que deviam estrondear ao surgir de D. Manuel II, a essa hora a bordo na senda amargurada do exilio.

Em *Santa Comba*, a proclamação inicial era feita de manhã, e ao ser hasteada a bandeira no quartel do districto de recrutamento e reserva n.º 14, o commandante interino, capitão Custodio Antonio da Silva declarando da varanda, que «seria fiel á Republica e ao governo republicano, como o tinha sido ao rei, que cobardemente abandonou o seu paiz», (*) terminava por pedir «prudencia e respeito aos adversarios, porque a Republica Portugueza a todos considera como filhos, com eguaes direitos e deveres e a todos abre os braços, sem se preoccupar com os campos em que anteriormente militavam; só exige lealdade e obediencia absoluta dentro da lei. Viva a Patria! Viva a Republica!» A proclamação e assignatura do auto era feita no dia 8. Contrapondo aos enthusiasmos d'essas horas, uma feição nova lhe dariam, a quatro incompletos annos, as mulheres da

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

pittoresca villa da Beira Alta. Pela semana santa de 1914, (Março 24) lembrou se o administrador do concelho de fazer cumprir a sempre pelas provincias repudiada lei da separação da egreja, e assim, prohibiu o toque de sinos destinado a chamar os fieis aos officios religiosos. As mulheres, altivas e energicas, tomavam a direcção de um movimento collossal. Agarrando no sineiro, forçaram-no a subir á torre e a cumprir o seu mandato. Ao toque dos sinos, o administrador capturava o tocador. As mulheres fizeram com que os homens deixassem o trabalho do campo e sempre á sua frente exigiam a liberdade do sineiro. A attitude não deixando duvidas de seguir a extremos meios, tanto mais que uma das mulheres, agarrando furiosa, a gola do casaco do administrador, deu vivas á liberdade, conduzia a auctoridade a obedecer-lhe e de novo o homem, levado em triumpho da cadeia á egreja, subia á torre para tocar a rebate, aos gritos de:
— Viva a religião! O sino é do povo! Viva Santa Comba!

O administrador, deixando perceber intentos de represalias, breve se arrependia. Emquanto uma mulher, corria de punhal na mão defendendo o sineiro, ameaçando atravessar de lado a lado quem se atrevesse a mandar parar o sino, outras rodeavam a egreja, armadas de enxadas, paus, mocas, roçadoiras e forcados, e ainda outras faziam sentir ao chefe do concelho que era demais ali, obrigando-o a fugir para casa. Vultos de prestigio conseguiram abrandar a colera das manifestantes, mas as crenças religiosas mantiveram-se em Santa Comba, pela historica intervenção das suas encorajadas mulheres. Colheria o exemplo e pouco tempo decorrido, as mulheres da freguezia de Louza, concelho de Loures, tendo como chefes d'esse outro historico movimento, Maria e Isabel Carriça e duas filhas, Maria Helena e Maria Annica e as irmãs Canteiras, Emilia e Conceição, armadas obrigaram á fuga os elementos republicanos. antecedendo a abertura da egreja e, collocando de vigia outras e os homens da familia, providos de varapau, forquilhas e foices, procediam á lavagem do templo, e ao arrancar da herva no adro, para que o culto se realisasse breve e sem impedimento (2 de abril de 1915). Louza, foi, apoz Santa Comba, a frisante affirmativa de não ser de lenda nem dever considerar-se extincta em Portugal

a coragem feminina, surgindo sempre que de tal o haja por mister. Na villa de *Valença*, logo na noite de 6, o povo veio a rua em manifestação ruidosa. A 8, cortejo grande, precedido de uma creança com barrete frigio, percorreu as ruas e a soldadesca de caçadores, fraternisando com a multidão, olvidava a disciplina, para erguer em peso os officiaes, entre vivas á republica e acclamações varias. De Hespanha vieram hespanhoes associar-se e perdidas as conveniencias, uns e outros, dedicaram á futura republica do paiz visinho o enthusiasmo da sua saudação, (*) emquanto o correspondente de *La España Nueva* beijava a bandeira nova, que só foi porem arvorada na camara municipal no dia 10, effectuando-se logo a proclamação, pelas palavras do dr. Marrecas, emquanto o filho do governador da praça forte, dr. Antonio de Vasconcellos, exalçando a republica, estymagtisava os erros dos monarchicos.

Ainda a 7, effectuavam a sancção proclamadora, como as outras, por iniciaes actos ou por solemnes ceremonias: Albergaria; Amarante, onde adheria o par do reino conselheiro Teixeira de Vasconcellos; Ancião, que proclamou a Republica, ao meio dia, seguindo se-lhe dois dias de festas populares; Arganil, effectuando a proclamação; Azambuja, que depois resolvia dar o nome de Dr. Affonso Costa ao Rocio, Miguel Bombarda á rua Jayme Motta, largo Antonio José de Almeida ao de Palmella e 5 de Outubro ao largo da Praça; Baião; Cabeceiras de Basto; Carregal do Sal; Castro Marim; Estarreja; Espozende, effectuando a proclamação á 1 hora da tarde; Figueira de Castello Rodrigo; Fornos de Algodres; Galveias, apparecendo derrubadas e despedaçadas na manhã de 25, as corôas que encimavam os escudos collocados nos edificios dos antigos paços do concelho e misericordia; Gavião, baluarte do partido regenerador e onde este adheria sem restricções; Ilhavo; Louzã, ás 5 horas da tarde e proclamando a republica em 8; Louzada, que effectuou a proclamação em 10; Manteigas, proclamando a republica em 7 e içando a bandeira apenas em 10, apoz a ceremonia do sanccionar unanime pela vereação, da proposta da sua

(*) O *Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

adherencia; Mealhada, que conhecendo a noticia em 6, só em 7 hasteou a bandeira e só em 9 fez o acto supremo; Mogadouro, fazendo a proclamação inicial, o revolucionario de 31 de Janeiro de 1891, dr. Alipio Trancoso e realisando se o definitivo reconhecimento em 10; Monchique, que só em 9 effectuou a ceremonia solemne; Mourão; Olhão, ostentando as janellas ricas colgaduras e bandeiras com as iniciaes V. R. (Viva a republica); Oliveira do Bairro, com a adhesão de todos os monarchicos; Oliveira do Hospital; Paredes de Coura, onde os parochos de todas as freguezias iam (14 de outubro) junto da administração saudar o advento da democracia, e a municipalidade, apoz a proclamação em 12, repudiando o nome de João Franco, o fazia eliminar de uma das suas ruas, transformada em largo 5 de Outubro; Povoa de Lanhoso, hasteando a bandeira, mas que effectuou o acto solemne apenas em 10; Povoa de Varzim, onde o partido progressista em sessão magna, «reconhecendo a salutar acção do novo regimen em Portugal» (*Seculo* de 15) decidia adherir e cooperar com o republicanismo local, attitude participada ao respectivo chefe, dr. João Pedro de Sousa Campos; Peniche, sendo alguns padres do convento de S. Bernardino obrigados a dar vivas á republica; Pinhel; Sabrosa; Sabugal, effectuando a derradeira ceremonia em 9; Sinfães, que só fez a proclamação em 10; Sardoal; Taboa, que só effectuou o reconhecimento em 9 com retrahimento dos elementos monarchicos; Tondella, onde os monarchicos davam a republica como necessidade impreterivel, sendo a bandeira hasteada em 7, no quartel de infantaria 14, pelo general de divisão que a beijou; Vagos; Villa do Conde; Villa Nova de Foscôa e Villa Nova de Ourem.

Entrando no dia 8, veremos:

Alvito, effectuando a proclamação, evidenciou jubilo. Todavia, relembrando a protecção dispensada á villa pelos marquezes do Alvito, tributou-lhes o seu affecto, e a população, em maioria, foi ao palacio dar pesames aos titulares. *Arruda dos Vinhos*, consummava o acto com absoluto socego, e finda a ceremonia, o povo dispersava, voltando ao trabalho como se cousa alguma de extraordinario se houvesse dado. Fez isso nascer sus-

peitas de contrariedade e de prevenção se collocou infantaria 7. Manteve-se todavia a serenidade. A cidade de *Braga*, oppoz certa resistencia á propaganda e á victoria republicana. Acceitando embora a proclamação, evidenciaram-se logo os primeiros attritos, ao ponto do governador civil, monarchicc, se recusar, exigindo formalidades, a fazer entrega do cargo ao novo chefe do districto, dr. Manuel Monteiro, advogado, archeologo e litterato. A soldadesca de infantaria 8, quiz apoderar-se do edificio, o que foi obstado, chegando entretanto, já na noite de 8, telegramma do ministro do interior dr. Antonio José de Almeida, onde se determinava a posse do governo civil, relegando-se as ceremonias para o dia seguinte, em que se effectuou o acto proclamador e ainda o arvorar da bandeira no quartel de infantaria. Não quiz a cidade abdicar da sua feição catholica e logo a 10, o commercio pedia ao dr. Manuel Monteiro fossem mantidos os estabelecimentos de educação religiosa, sob o pretexto do grande prejuizo que ia causar o encerramento. Resposta ambigua houve, sob promessa de salvaguarda aos interesses e direitos dos cidadãos. Não tardou todavia a lei sobre congreganistas e os bracarenses conformaram-se. Com base, segundo phrases (*) do administrador dr. Domingos Pereira, em «habituar a parte reaccionaria da cidade á ideia do novo regimen» mudado foi o nome da rua Hintze Ribeiro para Praça da Republica, Avenida João Franco para Avenida da Liberdade e da rua José Luciano para Candido Reis. A conveniencia citadina, teve ainda por parte do governador civil, dr. Manuel Monteiro, os seguintes golpes que em Braga mau effeito produziram e expendidos a perguntas sobre a maneira como ali seria recebida a lei da separação:

— Creio que não encontraremos difficuldades. Eu tenho recebido as maiores deferencias do clero secular, tendo sido visitado pelo arcebispo e tendo recebido uma commissão enviada pelo cabido. O fanatismo de Braga não é bem o que se imaginava. Dava se uma especie de illusionismo, de espirito preconcebido, de prevenção; e quem chegava de fóra adaptava-se a

(*) O *Seculo* de 24 de Outubro de 1910.

esse meio imaginario e fingia-se catholico ferrenho, contribuindo para manter essa illusão. A Republica tirou-lhes a mascara e viu se que a respeito de crenças teem todos as dos seus interesses. Não serão esses que porão embaraços á lei da separação. Quanto ao clero minhoto não se importa nada com isso, desde que lhe garantam o seu jantar. Alguns abbades já mandaram perguntar-me se os seus direitos adquiridos serão respeitados, qual será o criterio da lei da separação. Posso garantir-lhe que todos acceitarão a bem a nova situação, desde que os não prejudiquem economicamente. Estranho a paixões politicas, embora convictamente republicano, eu espero fazer uma politica que sirva primeiro que tudo os interesses da patria e em segundo logar os interesses locaes. Entendo que os meios energicos, em harmonia com as medidas radicaes do governo, devem empregar-se, quando não haja da parte dos governados o acatamento ao poder constituido, que é exercido com toda a cortezia, toda a benevolencia e com o mais intenso respeito pelos sentimentos e pelos direitos de cada um. Não ha duvida que Braga e o seu districto são o fóco do espirito de maior rebeldia, conforme se imagina, ao novo estado de coisas; posso, porém, affirmar que as medidas tomadas pelo governo da Republica teem sido acatadas com a mais deferente subordinação e eu tenho esperança de que os administrados, desde que comprehendam a boa orientação e os bons desejos de que estão possuidas as novas instituições, serão os primeiros a cooperar com o chefe do districto no cumprimento das medidas tomadas e a tomar.»

Na villa de *Figueiró dos Vinhos*, o presidente e vereadores municipaes, recusavam-se a 6 de outubro, a reconhecer a Republica, a pretexto de falta de participação official. Um tenente de infantaria 7, depois detido, fechava até as portas do edificio, á approximação do cortejo popular que ia proceder á ceremonia. O acto limitou-se n'esse dia á proclamação nas ruas, e só a 8, confirmado o acto de Lisboa, a populaça, levando á frente o commerciante Antonio Paiva o sanccionava, acudindo ainda ao administrador, que se fizera rodear de força militar, emquanto ardia parte do archivo administrativo. O grupo teixeirista alheava-se de todas as manifestações, censurando a inercia do

governo que deixára cahir o throno. *Goes*, proclamava a republica em 8 no salão nobre da municipalidade, vindo pouco depois para a capital, telegramma da commissão municipal, «saudando a realisação do seu sonho dourado, a Republica Portugueza.» A quasi quatro annos da data, celebrando se na villa uma festividade religiosa, na praça publica appareceram arvoradas varias bandeiras azues e brancas. (*)

A cidade de *Guimarães*, recebia festivamente a nova. Ao meio dia de 8, o dr. Eduardo de Almeida Junior, precedendo discurso, da varanda dos paços do concelho, no largo da Oliveira, declarava proclamada a republica, á qual logo adheria infantaria 20, com o coronel Freitas Barros e capitão Antonio Infante, hasteando se a bandeira no quartel, precedendo cortejo pelas ruas da Rainha, Porta da Villa, Toural, rua de Santo Antonio, das Trinas e largo de Francisco Martins Sarmento. Endereçado *Ao Povo de Guimarães*, appareceu o seguinte manifesto:

«Causa intensa e profunda commoção a maneira leal e tam correcta como este povo, cujas excellentes qualidades de trabalho sam bem caracteristicas e que, não obstante, durante longos annos foram quasi desprezadas pelos governos monarchicos — porque attendiam os interesses particulares e não os interesses geraes, — o povo de Guimarães, que sempre se mostrou dedicado até ao sacrificio e paciente até o grau extremo da resignação, acolheu a ideia que um movimento verdadeiramente heroico tornou um facto: o renascimento da patria portugueza com a implantação victoriosa da Republica. Não pode esquecer-se nunca que todo o regimento de infantaria 20 merece a nossa mais cordeal admiração e o nosso mais enthusiastico respeito pelo nobre procedimento que adoptou no transe difficil que atravessamos. O povo de Guimarães, que o proprio amor á nossa querida terra poderia lentamente inutilisar na apathia por um excesso de abnegação, comprehendeu que o sangue, o generoso sangue derramado em Lisboa vinha afinal libertar-nos d'um passado tão perniciosamente angustioso e nos dava a garantia do futuro no progresso e no levantamento da patria. E' agora,

(*) O *Seculo* de 27 de Setembro de 1912.

porém, indispensavel que todos se compenetrem de que um dos primeiros deveres de todo o cidadão republicano está na manutenção da ordem — sem ordem não póde haver progresso: é necessario que se restabeleça já a normalidade para que todos possam trabalhar. — O administrador do concelho (a) *Eduardo d'Almeida.*»

Não trouxe todavia grandes jubilos a ceremonia, e se houve a adherencia de muitos, evidenciou-se breve a descrença. Suspendiam publicação os periodicos progressistas *O Correio de Guimarães* e regenerador *O Regenerador* e, em 10, ao apparecimento do boato de uma proxima reivindicação realista, dava elle ás damas vimaranenses um jubiloso aspecto, emquanto iam fugindo os frades de Santa Luzia que commetiam a guarda da residencia á força publica, lastimados pela maioria feminina da cidade. As tradicções monarchicas estavam ali radicadas e evidenciadas foram, a poucos mezes d'aquela data (3 de abril de 1911). Ao realisar-se a procissão de S. Lazaro, deram-se tumultos, por opposições republicanas ao acto religioso e por essa ocasião se ergueram bastos vivas á monarchia. Mais tarde ainda (Março de 1915) espalhada ali seria e com jubilo acolhida, uma obra intitulada *Homenagem a El-Rei.* N'esse mez ainda foram lançadas as bases para a fundação de um centro monarchico.

A proclamação era feita na cidade de Lamego pelo dr. Alfredo Aragão, a 8 de Outubro, precedendo a posse solemne da camara municipal. A' bandeira era feita a continencia pela força de infantaria 9, que adheria. Espalhados alguns boatos sobre intenções republicanas, desde logo appareceu um edital, assim concebido, do chefe politico e administrador do concelho, dr. Alfredo Souza: «O cidadão Alfredo Pinto Azevedo e Souza, em nome do Governo da Republica de Portugal, affirma e garante a todas as classes sociaes, pessoas e individualidades, que a Republica respeita e defende todos os direitos de pessoas e de propriedades adquiridas legitimamente durante a regencia do regimen cahido; a Republica do povo, estabelecida pelo povo, promoverá o bem do povo, deffendendo os direitos individuaes de cada um e interesses do paiz para salvação da Patria Portugueza». Alegres seguiram pois as populares solemnisações, cuidando-se egual-

mente da transformação da Praça Principe D. Carlos em Rua Dr. Miguel Bombarda; Jardim Publico em Campo da Republica; rua D. Luiz I em Almirante Candido dos Reis, e Avenida D. Maria Pia em Avenida Machado Santos. Não decorridos ainda quatro annos, Lamego contava no grupo dos seus jornaes a *Restauração*, cujo 1.º numero sahia a 7 de Maio de 1914, dirigido pelo dr. Rufino Cesar Osorio Junior e onde se espelhavam assim as desillusões:

«Na armaria que o passado dynastico nos legou rebrilha a espada, a nobre e leal espada de Nuno Alvares. E' com ella que batalharemos. E do altivo guerreiro aproveitaremos tambem a lição de heroicidade e da nobreza para exterminar o inimigo e arvorarmos a bandeira da victoria.»

. . . .

«Com lealdadade, mas com energia e firmeza inquebrantaveis, nos empenharemos na lucta. Feridos já por crueis amarguras, victimas d'um despotismo tyranico que pretendeu inutilisar o nosso esforço, não succumbimos, nem succumbiremos, proseguindo até ao fim no desejo intenso de contribuirmos para a reconquista das nossas tão bellas tradições, nenosprezadas e vilipendiadas por aquelles que hypocritamente apregoam a trilogia inconsutil de liberdade, egualdade e fraternidade»

A villa de Mesão Frio hasteou no dia 8 a bandeira republicana, nos paços do concelho. O enthusiasmo popular, intenso, serviu para nortear os partidarios da dissidencia, adherindo logo, e acompanhando as marchas nocturnas sob o mais jubiloso aspecto.

No dia 8, ainda appoiavam o regimen novo, as villas de Alfandega da Fé, proclamando o; de Alijó, que, apoz a proclamação em 9 deu a nota excentrica de um simulacro processional com os retratos dos membros do governo provisorio conduzidos do Centro Republicano para a camara. — Alvaiazere, fazendo a proclamação, e adherindo a municipalidade, monarchica que ficava a exercer funcções com o acclamado regimen; Amares; Belmonte, que pouco depois resolvia transformar em rua Pedro Alvares Cabral a Azevedo Coutinho, em Candido dos Reis a da Fonte, o largo de S. Francisco em largo Antonio José

de Almeida e em da Republica a Praça Vaz Preto; Boticas, mas que só effectuou a ceremonia final em 11; Caminha; Ceia, Constancia, Idanha-a-Nova, effectuando a proclamação; Mirandella; Montalegre; Mortagua, sendo o auto da proclamação assignado por representantes da Liga Republicana das Mulheres Portuguezas; Santa Martha de Penaguião, Santo Thyrso, onde fazia o discurso da proclamação o poeta dr. Eduardo da Costa Macedo e que, á insurreição monarchica, teve ali hasteada em Outubro de 1911, a bandeira azul e branca; Tarouca, proclamando a republica e transformando o centro dissidente em Centro Republicano José de Alpoim; Valpassos; Villa Pouca de Aguiar; Villa Velha de Rodam, concelho em que, conhecido a nova, na manhã de 8, para não soffrer delongas a adhesão foi a bandeira hasteada na cupula do pelourinho, até o poder ser na camara, encerrada aquella hora, e onde subiu o estandarte á 1 da tarde; e Villa de Rei.

Cabia a vez no dia 9, alem das villas de Agueda, Aguiar da Beira, Almeida, Fafe hasteando a bandeira e proclamando a republica em 10, proclamando-a; Gouveia onde adheriu logo a dissidencia progressista, Melgaço, Moncorvo, Oleiros, que proclamou, Pampilhosa, Porto de Moz, Proença a-Nova, S. Pedro do Sul, Serpa e Vimioso, em que a bandeira era apresentada e hasteada á sahida da missa conventual, — á cidade de Bragança, onde simples foi a cerimonia de proclamação: o dr. João José de Freitas, entre vivas á republica, pelo povo, içava a bandeira, declarando realisado o ideal republicano ao qual adheriu a guarnição. Bragança foi um dos focos principaes da conspiração monarchica e da tentativa restauradora de 4 de Outubro de 1911. O dr. João de Freitas, natural de Paranhos, concelho de Carrazeda de Anciães, onde nascera em 1973, advogado, jornalista e professor do Lyceu de Braga, foi, na republica, o 1.º governador civil do districto. No *Fundão*, reuniu se a 9, a camara municipal, propondo o vice-presidente, apoz a declaração da queda monarchica, que se adherisse á Republica. Approvada a proposta, era lavrado o auto, e hasteada a bandeira, entre o enthusiasmo popular que á noite organisava festejos com cortejo e danças. A alegria estendeu se á população de Castellejo, que, en-

thusiasmada, vinha á rua com archotes e bandeira com o distico *Patria e Liberdade*, fazendo hastear a bandeira republicana, n'um elevado pinheiro collocado no adro da egreja por occasião da festa a S. Sebastião. Não obstou isso a que no Fundão, a quatro annos d'essa data, surgissem jornaes de fé monarchica, como a *Gardunha* que desde o primeiro numero (18 de Junho de 1914) deixou assignalados votos adversos á causa festejada em 9 de outubro.

A villa de Marco de Canavezes, retardataria foi, e para maior realce dar ao acto, no dia 9, effectuava a distribuição de um manifesto convidando o povo para a ceremonia proclamadora, que se effectuou á 1 hora da tarde do dia seguinte, içando-se desde logo a bandeira no edificio municipal. Dava-se ahi o caso extranho da municipalidade telegraphar ao governador civil, communicando que adheria á republica caso continuasse no exercicio das funcções. O chefe do districto, retorquiu-lhes, porem que o governo não acceitava adhesões condicionaes e fazia-a substituir por uma commissão especial, de confiança. A villa de *Meda* recebendo a noticia em 9 festejou desde logo a republica, hasteando na torre do relogio a bandeira nova, que só foi porem içada na camara no dia 14, em sessão solemne da municipalidade A villa de *Pedrogam Grande*, deu a nota evidente da derrocada realista. A bandeira era içada no dia 9, no edificio da camara, por monarchicos, que acclamavam exhuberantemente o governo provisorio. Isso mais contribuiu para o enthusiasmo popular, traduzido em ruidosas festas. Em *Penamacor* não houve alegria, mas espectativa e triste foi quasi o acto da substituição da bandeira azul e branca pela verde e encarnada, sendo voto de que bastaria eliminar a corôa da antiga. Affectou-se uma confiança que o não era e expressando-so a intenção de que o sangue derramado fosse a garantia de um futuro melhor, resaltava a melancolia por uma desillusão prestes a definir-se. (*) Isso originou a escassa alegria da proclamação, effectuada no dia 10. O mesmo succedia em Cambres e em *Sever do Vouga*. Da primeira, notificação veio de uma indiferença abso-

(*) *Diario de Noticias* de 13 de Outubro de 1910.

luta, da segunda, a evidencia d'uma attitude identica, nascida, disse-se «de não encontrar ali meia duzia de republicanos de convicções extremadas». Sem largos enthusiasmos se arvorou pois a bandeira no dia 9, no edificio municipal, emquanto a segunda sem enthusiasmo tambem proclamava o regimen novo.

Ponte do Lima, sanccionou no dia 9, com hasteamento de bandeira nos edificios particulares, o acto proclamador de Lisboa. Antes já se realisára ceremonia inicial, a que deu occasional ensejo, a chegada á villa do 2.º sargento José Mendes Pinto, 2.º conductor de machinas Moreira e 2.º enfermeiro Augusto José Vicente, todos da guarnição da canhoneira *Limpopo*. Vistos ali, a multidão, rodeou-os, victoriando a republica e armada e forçou os a ir até ao edificio da camara, para o proclamar do regimen novo. O acto solemne só se effectuou em sessão de 10 da municipalidade, sendo hasteada a bandeira ás 4 horas da tarde, com uma salva de 21 tiros. A proclamação embora bem recebida, não teve os grandes enthusiasmos de outras terras e isso justificou que, a quatro annos de distancia, n'uma festa ali effectuada (9 a 11 de Setembro de 1914) figurassem no largo da villa, cinco bandeiras azues e brancas com as armas reaes.

Se Vouzella, teve alegria com a Republica, n'uma das suas freguezias, a de Alcofra, ligeiro incidente se dava. O clero renitente, não se convenceu logo nem ante o sofrego beijar da bandeira republicana pela maioria dos habitantes. Assim, o abbade Bernardino Giestas, em plena sessão da junta de paroquia, a 9 de outubro, recusava terminantemente assignar a acta onde se consignou a congratulação pelo advento da Republica. A junta em conflicto decidia enviar ao ministro da justiça, uma copia da parte da acta onde esse voto negativo se assignalou.

Entrando, no dia 10, veremos, sanccionando o acto de Lisboa, alem de Arouca, Monsão, Ribeira de Pena, Vieira, Villa Flor, Sattam, Vallongo, que effectuaram a proclamação e Aviz, Freixo de Espada á Cinta, Melgaço, Miranda do Corvo, hasteando a bandeira:

A commissão municipal republicana de Celorico de Basto, tomou posse em 10, proclamou a republica ás 3 horas da tarde, na sala da camara, fazendo logo içar a bandeira republicana. O en-

thusiasmo não foi grande e se a maioria percorreu as ruas, poucas foram as casas particulares que arvoraram o democratico estandarte. *Villa Nova de Famalicão* tendo hasteado a bandeira em 8, só effectuou a ceremonia solemne ao meio dia de 10 na sala nobre da camara, pelo republicano Joaquim José de Sousa Fernandes. Ao enthusiasmo do acto não se eximiu a vereação monarchica, protestando a sua adhesão. Cerca de quatro annos depois, já ali surgia, um paladino jornalistico da causa monarchica: a *Gazeta de Famalicão*, dirigida por José Joaquim da Rocha (agosto de 1914). Em *Penella*, como a communicação official só chegou a 10 de outubro, n'essa data foi proclamada a Republica. A municipalidade reunindo logo, adheria, içando a bandeira republicana, ao mesmo tempo que subia a do castello de Penella. O retrato de D. Manuel era retirado da sala nobre e resolvia-se a immediata substituição do nome de Praça D. Manuel II, por Praça da Republica. *Villa Viçosa* era a predilecta d'el-rei D. Carlos, o assassinado do Terreiro do Paço. A bandeira republicana só ali hasteada foi no dia 10. Doze dias depois a municipalidade deliberava que a Praça Princeza Amelia passasse a denominar-se Praça da Republica; a rua do Infante D. Manuel, rua Antonio José de Almeida; a rua Principe Real, rua Candido Reis, rua d'El-Rei D. Carlos, rua Miguel Bombarda e o Terreiro, Praça da Liberdade. O desapego das evocações reaes era ainda levado ao ponto da retirada da sala das sessões do busto de D. Pedro V e do retrato de D José I. Todavia, a quatro annos de distancia, reevocava-se a Padroeira do Reino, com repiques de sinos e illuminações em edificios publicos. (*)

Houve ainda as supremas retardatarias.

A 11, Alter do Chão, Rezende, Sernancelhe, onde na freguezia de Lamosa se dava (28 de outubro) apedrejamento e assalto á escola official com o fim de se destruir a bandeira republicana; Villa Verde, Terras do Bouro, Ponte da Barca. N'esta com desgosto democratico (O *Mundo* de 13 de outubro) não arvorava a bandeira republicana a municipalidade e dos particulares, só um habitante, por excepção, arvorou o estandarte

(*) O *Mundo* de 16 de Dezembro de 1914.

novo. A 12, Fornos de Algodres, Redondo, Moimenta, sendo n'esta proclamada pelos dissidentes progressistas que desde logo adheriram aos republicanos e Celorico da Beira, onde a proclamação teve indifferença e só alguns republicanos, a solemnisaram em intimidade, havendo nas ruas socego completo. (*'Diario de Noticias* de 15 de outubro). Foi esta talvez a unica villa de Portugal que se affirmou refractaria á doutrina nova, pois tanto significava a indifferença n'essa hora de enthusiasmo.

Por seu turno, a villa de Arcos de Val de Vez, acompanhando as retardatarias, e, com base, disse se, em esperanças que se mallograram, só pelas duas horas da tarde de 14 effectuava a ceremonia da proclamação, com musica, foguetes e á noite com illuminações; e Murça, effectuando o acto quasi á mesma hora dava a nota habitual da terra: a pintura de verde e encarnado da *porca de Murça*, collocada como monumento lendario na principal praça. Por tradicção, a porca mudava de côr sempre que um acontecimento notavel de Portugal o exigisse.

A proclamação republicana, operou o colorido verde-rubro.

A tradicção d'essa vez, tornou-se em ironia de fina tempera: a politica, como o suino symbolico, mudava de côr, sem radicalmente se transformar.

De instante, parecia definida a republicanisação da provincia. Desvendaria o erro, dois annos depois (Janeiro de 1912) em pleno Senado, o grão-mestre adjunto da Maçonaria, dr. José de Castro:

«Nas provincias, antes da proclamação da Republica e especialmente nas terras pequenas, não havia republicanos. Appareceram aqui e acolá uns individuos que, por vezes, se avinhavam e, em razão de se acharem embriagados, ou por qualquer outra circumstancia de rebeldia inconsciente, davam furiosos vivas á Republica. Estes mesmos eram pouquissimos. Pois foram esses individuos, que eram apontados como desordeiros, aquelles que, combinados com elementos monarchicos ou que taes se diziam, conseguiram por audazes processos constituir-se em commissões parochiaes e concelhias. E' claro que ha excepções honrosissimas; mas essas são pouquissimas. A regra foi aquella.»

Sem embaraços correu egualmente a proclamação da republica nas ilhas.

O povo, se em parte acolheu radiante o novo regimen, em parte manteve a indifferença dos descrentes.

Comecemos pelo Funchal.

Logo em 5 o presidente da commissão municipal republicana, dr. Manuel Augusto Martins, recebia o telegramma, onde com a nova da mudança de regimen, era investido na chefia do districto. Todavia só ás 11 da manhã de 6, era arreada a bandeira azul e branca que encimava a fortaleza de S. Lourenço, onde apenas ás 3 horas e 35 da tarde, foi içada a bandeira da republica. Precedeu esse acto um successo grave que depois se pretendeu justificar, com ataques ao coronel Valeriano. Quiz o povo, logo na manhã de 6, vêr hasteada a bandeira no palacio de S. Lourenço e como ella não subisse, protestou, tanto mais que o coronel Valeriano José da Silva, interrogado sobre quando o estandarte republicano era içado, respondeu evasivamente. Aos clamores do povo, reuniram se os dos soldados de infantaria 27, que, insubordinando-se, levados pelo sargento Deolindo Evangelista, Albano Carvalho e outros, suspeitosos d'uma falsa adhesão, transgrediam a ordem de prevenção, ao som de um tiro dado na parada, e sahiam do quartel, de baioneta callada, proclamando e acclamando a republica e manifestando se contra o coronel, accusando-o de querer, com o regimen preventivo, affastal-os de confraternisar com a massa popular. Certo fôra porém que, á participação pelo ministerio da guerra, da queda da monarchia, ao commandante militar da Madeira, coronel Valeriano da Silva, correspondera este enviando telegramma ao coronel Xavier Barreto, onde declarava que a obediencia ás ordens dos governos legalmente constituidos era a norma de todos os officiaes do seu commando. Os officiaes inferiores não haviam perfilhado a attitude que reputavam dubia e no intuito de o fazer publico, promoveram a insubordinação. A esta correspondeu a immediata intervenção dos officiaes, entre os quaes, o major, republicano, Manuel Goulard de Medeiros. Só este, conhecido como democrata, vencia a attitude e conseguia metter em forma o regimento, á frente do qual se collocou, vindo então o coronel, e

sendo de novo prestadas as homenagens á bandeira, para isso arreada e tornada a içar. O commandante Valeriano, ante o incidente, quiz ser o primeiro a dar os vivas, não á Republica, mas á Patria e ao Exercito, correspondidos. A' imprensa vinha depois o coronel justificar a sua attitude, allegando que o não içar da bandeira tivera causa no facto de a não ter, e por isso a sollicitára ao governo civil. Comtudo os successos não deixaram de estabelecer alarme, cerrando-se as lojas e havendo correrias, pela feição bellicosa da soldadesca, gritando contra o coronel, com residencia na fortaleza. Chegou-se a fallar em julgamento disciplinar, mas, e com razão para mais se não agitar o incidente, resolvido foi leval-o á conta do zelo democratico e passar sobre o acto evidente de insubordinação e desrespeito aos superiores. No governo civil a bandeira foi içada ás 3 horas e 40, de 7, apoz a destituição, por accordo, do governador civil substituto, dr. Jardim de Oliveira. Entretanto, distribuia-se a seguinte proclamação endereçada *Ao Povo Madeirense:*

«Acaba de proclamar-se a Republica Portugueza. O partido republicano da Madeira, conscio da sua força, pede a todos os correligionarios a maxima cordura a fim de desfazer pela ultima vez a lenda de que os republicanos são desordeiros e vingativos. Lembremo-nos de que é proprio das almas nobres a tolerancia. Nesta hora solemne em que somos os vencedores sejamos nobres e grandes como o temos sido na porfiada luta que temos sustentado até hoje contra as instituições monarchicas que acabam de ruir ao sopro heroico da revolução triumphante! Exultemos todos por ver alfim coroados d'exito os nossos esforços e contemplar livremente num grande hausto de enthusiasmo a nova aurora que desponta radiante para a gloriosa patria portugueza. Viva a Republica Portugueza — *Commissão Municipal Republicana.*» Grandes testejos populares coroaram a solemne ceremonia da proclamação na Madeira, onde relembrada era a data sangrenta de 29 de Junho de 1884, em que houve os fuzilamentos na Ribeira Brava: pelas eleições, sendo ministro do interior, o conselheiro Augusto Cesar Barjona de Freitas, produziram-se tumultos, nascidos de investidas dos republicanos contra a força de caçadores 12 que guardava a urna á porta da

egreja da Ribeira Brava. A soldadesca fez fogo, produzindo 7 mortos e 37 feridos. Os democratas, em numero superior a 90 foram detidos por ataque á tropa, e condemnados, e depois absolvidos no tribunal da Ponte do Sol. A breves dias da proclamação, dava-se dissidencia entre os democratas, divididos em grupos politicos, sob a chefia do governador civil, com o appoio do jornal *O Povo* e do administrador do concelho, dr. Pestana Junior, com o appoio do jornal *O Radical*. D'ali a substituição, mais tarde, do primeiro, pelo dr. João Maria Santiago Prezado, que teve como nota inedita da sua gerencia o facto de a bordo de um navio de guerra russo ter escutado, de chapeu na mão, o hymno real portuguez tocado pela banda respectiva. O facto, por vezes se repetiu, com outros cruzadores estrangeiros. (*A Nação* de 25 de Junho de 1912).

Nos Açores quasi identico ceremonial simples se effectuou.

De Angra, onde a victoria revolucionaria era confirmada ás 4 horas da tarde de 5, vinha por parte da officialidade de artilharia, do commando do capitão Rego, e da officialidade do districto de recrutamento e reserva n.º 25, telegramma em que «convencidos da regeneração da Patria Portugueza pela Republica, pediam licença para se congratularem pelo feliz exito na implantação do novo regimen.» A communicação official, era feita no governo civil, a 8, a todos os funccionarios, e n'essa mesma noite se realisava uma marcha, onde o povo percorria as ruas, agitando bandeiras republicanas e entoando as estrophes da *Portugueza* tocada pelas philarmonicas. Porém só a 16 era de facto reconhecida a Republica por proclamação, ainda determinada para as 12 horas d'esse dia, pelo 1.º governador civil da Republica, dr. Henrique Braz. De solemnes discursos se precedeu o acto até que o republicano Bulhão Pato, chegando á janella central da camara, bradou:

—«Em nome do municipio de Angra do Heroismo, está proclamada a Republica Portugueza. Viva a Patria! Viva a Republica!»

A tropa apresentou armas, emquanto as bandas tocavam a Portugueza, e o povo acclamava as novas instituições. As ruas, com illuminações, foram atravessadas, á noite, por imponente

cortejo, com carros allegoricos, sendo o principal o da Republica, armado sobre uma carreta de artilharia, onde ia, sentada, a figura representativa da Republica. Para exemplo aos progressistas de Aveiro e Povoa de Varzim, os dos Açores outra orientação tomavam e se o chefe José Maria Raposo de Almeida e o dr. Guilherme Poças Falcão, renunciavam á vida politica, o antigo governador civil, dr. Luiz Bettencourt de Medeiros e Camara, declarava-se monarchico, não poder ser republicano, não hostilisando contudo o regimen e ambicionar apenas o bem da sua patria (16 de outubro). A cidade de Angra, para que não fugisse a cooperar com os processos modernos, breve teve uma questão de baldios, nascida, como as outras, da propaganda que indicava os povos como proprietarios incontestaveis de baldios.

Para se rodear de melhores effeitos e de mais grado mysterio, surgiu ali uma associação secreta celebre, *A Justiça da noite*, a qual para um attenuar de censura, se quiz dar como tendo bases desde o principio do seculo XIX, ou fosse desde 1804, epocha em que se impoz a intervenção energica do capitão general conde de Almada. Certo é porem que a *justiça da noite* actuando mais energica apoz a proclamação da republica, quasi noite a noite effectuava assaltos a mattas e pastagens, destruindo vedações successivamente postas, affixando papeis onde a associação secreta dava as destruições como obra sua e nascida da *justiça* que assistia ao povo de gosar do que era seu, acabando com vedações iniquas e logradouros particulares.

Soffreram suas investidas, as propriedades de grandes lavradores, não escapando mesmo o consul da Allemanha e Brazil, João Carlos da Silva (28 de Junho de 1913). Surprehendidos n'um ataque á vedação do visconde de Agualva, por uma familia, um grupo de 65 mascarados, obrigou a a descer do carro para a estrada, e a sentar-se no chão, distante do vehiculo, até que elles se sumiam, recuando, e de carabinas apontadas (14 de Julho).

Deu origem tudo á nomeação do juiz dr. Costa Gonçalves para syndicar dos successos, o que não obstou á sua repetição, mesmo durante os trabalhos judiciaes, soffrendo lhe a conse-

quencia, especialmente o conde de Rego Botelho que viu a propriedade devastada a machado e incendiada (1914). Por essa epocha se nomeou outro magistrado, o dr. Alfeu da Cruz para proceder ao inquerito e aos estudos judiciaes da questão dos baldios. Ouvidas as principaes pessoas da terra, de accordo foi elaborado um projecto onde se determinava o inventario dos baldios, abrangendo 15000 hectares de terreno, a investigação de direitos de propriedade; fixação como baldios dos bens como tal classificados; interdicção por 5 annos, do alienamento d'esses bens; obrigatoriedade de vedação dos terrenos não considerados baldios. A' guarda republicana e a um creado corpo de guardas campestres era confiada a execução d'aquelles pontos. Feito o trabalho regressava o syndicante a Lisboa, onde pouco depois e contrariamente ao accordo antes feito, se erguia, exposto em telegramma ao parlamento (2 de Dezembro de 1914) o protesto contra o projecto por parte da camara, junta de parochia e habitantes, com representação talvez da *Justiça da Noite*. Certo é que esta se não accomodou, seguindo sempre com os seus assaltos.

No *Fayal*, conhecida a victoria republicana, a 6, tomava logo posse do governo civil, o dr. José Machado de Serpa, apoz o acto, acclamado pelo povo, que para a noite organisou grandioso cortejo civico. No dia 8, ante formatura geral, era a bandeira revolucionaria, adquirida pelo tenente Humberto de Faria Rezende e alferes Francisco Xavier Roque Mundo beijada pelos officiaes de artilharia, e içada no forte de Santa Cruz. Na *Graciosa*, a proclamação, teve ali nma atmosphera de indifferença. Na ilha, nem republicanos havia, affirmando-se que seria talvez essa a unica terra onde a democracia não lançara a mais modesta raiz. D'ahi a nomeação para administrador, d'um antigo politico, alheio a todas as funcções. Como novidade foi o regimen acclamado, embora se mantivesse uma mal encoberta contrariedade, accirrada ainda com a extincção da Relação dos Açores e as medidas sobre materia religiosa (O *Diario de Noticias* de 8 de Novembro de 1910). A cidade de *Ponta Delgada*, de surpreza recebeu a communicação, a 5 de outubro. No dia seguinte, tomava posse da direcção do districto, o dr. Francisco

Luiz Tavares, que logo enviava com outros, um telegramma ao dr. Theophilo Braga, «congratulando-se com o triumpho da causa do povo e saudando a patria portugueza que ficou rehabilitada perante as nações cultas.» O mesmo promovia a immediata retirada da sala nobre do governo civil, do retrato de D. Carlos I e do busto de D. Manuel II, substituidos pelo retrato do dr. Theophilo Braga. Adheriam logo as tropas de terra e mar, mas só no dia 9, considerado de gala para a cidade, que teve illuminações geraes, era proclamada solemnemente a republica, salvando com 21 tiros a canhoneira *Açor* e a fortaleza ao içar da bandeira. A despeito de desagrado pela extincção da relação açoreana, não evitada pela felicitação do juiz presidente, conselheiro Mesquita, desde logo se transformou o largo João Franco em da Republica; o de S. Francisco em 5 de Outubro; o da Conceição em dos Martyres; a rua do Cerco em dr. Theophilo Braga que ali nascera; a rua Nova da Matriz em Dr. Antonio José de Almeida; e o Alto da Mãe de Deus em Theodoro Roosevelt.

O telegramma do governo provisorio, communicando a victoria republicana, era recebido em *Cabo Verde*, a 6 de outubro, e desde logo o governador, 2.º tenente Antonio de Macedo Ramalho Ortigão, convocava todo o funccionalismo civil e militar para o acto da proclamação, celebrado ás 5 horas da tarde, da varanda da camara municipal, ánte o povo, enthusiasmado. A' noite houve cortejo, e sessão no edificio da Liga Nacional. Adheriam a officialidade e tripulação da canhoneira *Zaire*, que salvou tambem ao arvorar da bandeira, no dia 8, no quartel da companhia de policia indigena. Pouco depois o governador Ortigão, demittia-se do cargo, embarcando com destino á metropole, em 17 d'esse mez de outubro. Indigitado foi logo para o substituir, o commissario naval, e revolucionario, Arthur Marinha de Campos. Tornada effectiva a nomeação, para ali seguia a 7 de novembro seguinte, não sem annunciar, como intenções suas: propor para administradores de S. Vicente, o major reformado do quadro occidental, Eduardo Augusto Perfelim; e da ilha do Sal, o tenente de cavallaria Alberto Torres; para dele-

gado maritimo na Praia, o 2.° tenente Xavier Cordeiro; proceder a rigorosas syndicancias, demittindo todos os funccionarios que tivessem commettido fraudes; crear um celleiro geral para abastecimento da provincia, como medida preventiva, quando haja falta de chuvas; effectuar a construcção d'uma doca em S. Vicente; creação d'um lyceu; o desenvolvimento da arborisação e da industria da pesca; creação da industria da talha com madeira da Guiné, imitação Sarrento; o barateamento do preço do carvão, com o fim de desviar a navegação das Canarias para Cabo Verde; a laicisação do ensino em toda a provincia e do serviço de enfermagem dos hospitaes e o desenvolvimento das salinas. O futuro corrigiria o plano de Marinha de Campos e como ironias do destino, deu-se o seu regresso ao continente, como prisioneiro do estado, accusado do crime grave de rebellião.

Embora conhecido a 5, o desfecho dos acontecimentos de Lisboa, só a 8 foi proclamada a republica na cidade de Moçambique. O governador geral, Freire de Andrade, era victoriado e assim deu entrada na sala nobre dos paços do concelho, d'onde já fôra arrancado o retrato de D. Manuel II. Freire de Andrade, dava conta do facto consummado na metropole, e affirmava o seu proposito de ser util ao paiz e especialmente á provincia de Moçambique. O presidente da camara, coronel Bellegarde da Silva, apoz curto discurso, empunhou o estandarte municipal, d'onde se retirára a corôa e entre os vivas á Republica, assomou á varanda do edificio, d'onde gritou:

—«Está proclamada a Republica Portugueza! Viva a Patria! Viva a Liberdade!...»

O povo secundou os vivas, meio abafados pelos accordes da Portugueza. Pouco depois, brilhante cortejo se formava, com cerca de 5000 pessoas, indo á frente, rodeado pelos vereadores e sargentos, o presidente da camara, conduzindo a bandeira citadina. Assim se fez uma peregrinação aos consulados e ao centro republicano Couceiro da Costa. Freire de Andrade, então demissionario, regressava pouco depois á metropole, onde mais tarde o veremos occupando logares de preponderancia, como de director geral das colonias e, depois, de ministro dos negocios estrangeiros. Foi 1.° governador, na republica, o 1.° tenente

José de Freitas Ribeiro, depois ministro da marinha. A propaganda anti-religiosa, trouxe incidentes com acerbos commentarios. Deram origem a que chegando ali a 13, no *Lusitania*, o bispo de Moçambique, não desembarcou, aconselhado pelas auctoridades, sob pretexto da excitação popular. *Lourenço Marques*, onde existiam as lojas maçonicas *Cruzeiro do Sul* e *Primeiro de Janeiro*, proclamava a republica no dia 7. O governador, Andrade, lendo no conselho do governo, a proclamação, declinava o cargo, emquanto os membros do conselho iam ao centro republicano cumprimentar os delegados do regimen novo. Ao passo que para a metropole se sollicitava a nomeação do antigo procurador regio dr. Couceiro para o cargo de governador, deu-se inicio a festas solemnisadoras do acto da proclamação.

Em *Angola*, a ceremonia teve alto caracter, com festejos ruidosos. Substituido o governador, era ali collocado, o ex-tenente Miguel Maria Coelho, da revolução portuense de 1891 e então já promovido a major e occupando o cargo de commandante de caçadores 5. Em *Tete*, o governador, capitão de infantaria Jorge Camacho, era exonerado (17 de outubro) indo para ali, o revolucionario 2.° tenente da armada, Francisco de Aragão e Mello. Camacho, iremos mais tarde encontral-o envolvido nas conspirações monarchicas e um dos principaes chefes das tentativas de incursão de Paiva Couceiro. Em *S. Thomé* e *Guiné*, a proclamação não teve a assignalal as factos especiaes e só na primeira d'aquellas provincias, o povo se manifestou depois contra o governador, tenente Fernando de Carvalho, pedindo urgentemente a sua demissão, sob pena de assalto ao palacio do governo. Do continente se satisfez o pedido, e o conflicto sanava-se com a collocação ali do major de infantaria, Nicolau Rego.

A Republica era ainda proclamada, a 6, em Catumbella e Inhambane, a 7, em Bolama, Principe, Loanda, onde a 6 a auctoridade se oppunha ao hastear da bandeira; e Chai-Chai (Gaza).

A proclamação era feita em *Macau*, a 10 de outubro, data em que nos fortes e palacio do governo, foi içada a bandeira da Republica. O Leal Senado, acatava as instituições no dia se-

guinte e só mais tarde, se manifestava, procurando obter representação parlamentar para Macau, independente de Timor. A Macau, chegou pouco depois o cruzador *S. Gabriel*, de bandeira azul e branca arvorada. Apontada a conveniencia de a substituir, o commandante esquivava-se, allegando «exquisito andar a içar agora uma bandeira, logo outra.» (*) A marinhagem porém, não conforme, e com o appoio de outros republicanos, e alguns officiaes, collocava no tope o estandarte verde-rubro, apoz ter-se recusado a fazer ascender a outra.

Em *Timor*, o acto proclamatorio só era celebrado a 30 de outubro. A cidade de Dilly, recebia jubilosa a Republica e interprete d'ella, foi o governador, Alfredo Cardoso Soveral Martins, que acompanhou a ceremonia com o seguinte discurso:

«Meus senhores:— Trouxe-nos o telegrapho a noticia da revolta que deu a Portugal um novo regimen, satisfazendo os ideaes da sua população e abrindo ao seu futuro uma nova era que a todos se impõe como de felicidade e progresso. Leal filha, não podia a colonia de Timor deixar de com carinhoso enthusiasmo seguir a mãe Patria, abraçando a Idéa Nova com fé no porvir e arreigada crença n'um Portugal Maior. Traga o novo regimen a felicidade que merece a heroica Nação, cujas tradições enchem de gloriosas paginas a Historia do Passado e possà a Historia do Futuro registar ainda a grandeza d'este povo, civilisador e honrado. Com intensa fé, proclamamos n'esta Colonia a Republica Portugueza e enternecidamente vamos assistir ao içar da nova bandeira da nação, do augusto symbolo que nos cumpre defender e amar e a cuja sombra, alentados pela esperança, trabalharemos pelo futuro e engrandecimento da nossa querida Patria.» Do logar de governador geral, tomava posse pouco depois, o antigo chefe provincial, Couceiro da Costa.

Na *India*, era a Republica acclamada festivamente. Margão e Gôa, proclamava-a logo a 7 de outubro; Diu e Damão a 8. O acto, levava o governador geral, o major José Maria de Sousa Horta e Costa á demissão, immediata, sendo substituido pelo juiz de Salsete, dr. Francisco Manuel Couceiro da Costa.

(*) A *Republica Portugueza* de 15 de Dezembro de 1910.

A bandeira içada na proclamação, offerta de Cesar Mendes, em nome do povo da India, ficava depositada em quadro, no quartel da bateria de artilharia. O patriarcha das Indias, alterava em documento episcopal, algumas das projectadas ceremonias religiosas:

«Por motivos ponderosos, attentas as circumstancias especiaes de mudança de regimen e transformações por que está passando a nossa querida patria portuguesa, razão por que tambem ficaram suspensos os trabalhos e preparativos para levar a cabo com brilhantismo os projectados festejos para a celebração do centenario da conquista definitiva de Gôa, escasseando assim tambem o tempo,—a projectada commemoração centenariana, a que o novo governo da metropole se não oppõe, antes auctorisa, tem forçosamente de ser reduzida. No que toca ás solemnidades religiosas, o projectado congresso Eucharistico não pode ter logar, e fica por isso adiado para occasião mais opportuna. A Exposição, porém, do Venerando Corpo de S. Francisco Xavier far-se-ha, ainda que com mais modesta pompa; já para não tirar aos povos de Gôa e de toda a India a anciada opportunidade, que tinham já como certa, de venerarem as sacrosantas reliquias do Glorioso Apostolo do Oriente, já e muito especialmente para que um fervoroso *Culto impetratorio* seja rendido ao Grande Santo a fim de que nos valha com a sua poderosa intercessão deante de Deus:—proteja os destinos da Egreja catholica lá na metropole como aqui, obtendo lhe a paz e liberdade religiosa de que necessita para cumprir na terra a sua sublime e divina missão;—e dê á nação portuguesa, de tão gloriosas tradições, a calma, o socego, a tranquilidade e bem estar social que fazem a felicidade de um povo. Já diziamos na nossa carta pastoral annunciando a que a «Exposição era acima de tudo uma manifestação de fé religiosa, um tempo de oração, de acção de graças e de *impetração*, e ninguem acorresse a Gôa com differente intuito». Com muito maior razão e insistencia o dizemos agora. Em breve se publicará o programma definitivo da Exposição. Os rev. vigarios dêem conhecimento d'esta circular aos seus parochianos e registem no livro competente. Dada no Paço Patriarchal em Pangim, a 19 de outubro de 1910.—✠ *Matheus,* Arcebispo Primaz Patriarcha das Indias Orientaes.»

Seguia-se-lhe, a nomeação (Novembro de 1910) do capitão de infantaria, Faure de Rosa, para administrador das florestas de Assolnã, no concelho de Salsete.

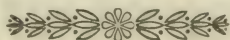
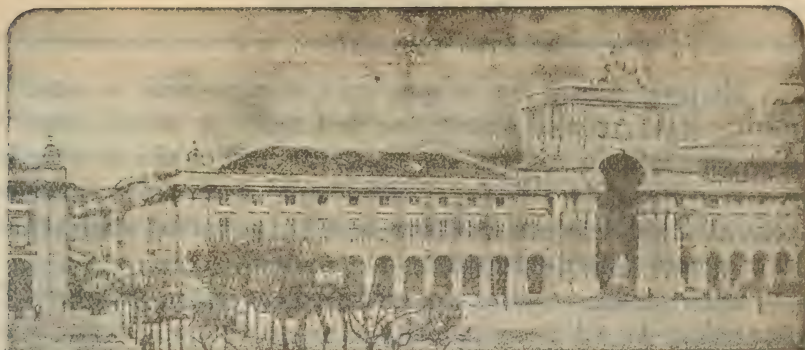
Assim, pois, todas as colonias reconheceram, sem relutancia, o regimen republicano, facto aliás expresso em mensagem, onde com representação de todas as colonias, assim se participava:

Ex.mo Sr. Presidente do Governo Provisorio da Republica Portuguesa. — A' vossa presença vem a commissão eleita pelos coloniaes, residentes actualmente em Lisboa, e que, julgando tambem interpretar o sentir dos seus patricios ausentes no Ultramar se apresenta cheia de jubilo a cumprimentar o governo provisorio da Republica Portuguesa na pessoa do seu illustre Presidente. A ninguem será licito duvidar da expontaneidade e sinceridade com que o fazemos, dadas as circumstancias de inferioridade, manifesta e propositada, em que, durante a monarchia nos collocaram perante a lei, constituindo um attentado altamente vexatorio para a nossa dignidade de cidadãos portugueses; e o facto tambem de os coloniaes nunca terem sido pesados ao thesouro, porquanto, na sua quasi totalidade, teem vivido unicamente do seu esforço pessoal, tão mal apreciado, e bem longe portanto, dos escandalos e favores que tanto contribuiam para a bancarrota, para a qual velozmente caminhavamos. Nós, os coloniaes, sentimo-nos, pois, bem n'este regimen de liberdade e de justiça; por isso que antevemos desde já o resurgimento do nosso emporio colonial. Comprehende-se, pois, o enthusiasmo e a esperança que nos anima ao vir depôr nas mãos de v. ex.ª a nossa rendida homenagem de congratulação pelo advento da Republica, redemptora da nossa Patria, como esperamos, desde que não nos é licito duvidar de que a par do nosso fomento colonial, ha de haver por parte do novo regimen, o maior escrupulo na escolha dos altos funccionarios destinados ao Ultramar, na distribuição equitativa e racional de todas as verbas orçamentaes e na revogação de leis iniquas ou de excepção. Por tudo isto, saudando na pessoa de v. ex.ª a Republica Portuguesa, esta commissão, que fica em permanente exercicio, offerece ao governo provisorio toda a sua boa vontade em se integrar com elle no resurgimento dos nossos dominios, quando

porventura se lhe afigure util para esse fim a sua desinteressada, ainda que modestissima, collaboração. Lisboa, 25 de outubro de 1910. Por Angola, (a) Carlos Augusto Vianna Nunes; por Cabo Verde, (a) Christiano José de Senna Barcellos; por Guiné, (a) Cesar Correia Pinto; por India, (a) Prazeres da Costa; por Macau, (a) José de Sousa e Brito; por Moçambique, (a) Sousa Teixeira; por S. Thomé e Principe, (a) Marcos Bensabat; por Timor, (a) Nilo Dias Pereira da Rocha Vianna.»

Não obstante curioso episodio apparecia mais tarde narrado (*O Dia* de 12 de Junho de 1912):

«Depois de jantar dirigi-me para a Intendencia a cargo do meu amigo dr. Arthur Nobre, de quem ia ser hospede. Seguindo em sentido contrario por momentos a mesma linha curva já percorrida, tomei á esquerda em direcção ao largo onde estão situados, a Intendencia, o Hospital, a casa do chefe do concelho, etc. No caminho, como especie de alucinação, ouvia por differentes vezes vozes chamando nomes conhecidos — Oh! Camacho, Oh! Antonio José; sorri a mim mesmo, julgando ser effeito do vento no arvoredo por aquella noite escura. Mais adiante o nome de José Luciano, lançado com voz trovejante e abafando os gritos dos negros que em batuque se ouviam ao longe, logo seguido d'um Brito Camacho em voz estridente, me tirou da illusão. Interrogando o intendente a este respeito por elle me foi dito, sorrindo, ser d'habito dar aquella gente aos moleques o nome dos politicos de quem não gostavam, d'onde deduzi dias depois ser o do sr. Brito Camacho o mais espalhado n'aquella ilha.»

O incidente, dado a lume pelo dr. Archer da Silva, n'umas interessantes *Cartas de Africa*, descriptivas da viagem de Lisboa ás terras do Nyassa e de um desembarque na ilha do Ibo, era quasi o reflexo do que no continente se passava, ao gradual baquear dos idolos primitivos...

X

O inquerito sobre a morte de Candido Reis. — Os funeraes do dr. Miguel Bombarda e almirante Reis.

Não se deixou e com justiça, de, pondo de parte os jubilos pela proclamação nas provincias, se fazer renascer os preliminares da morte de Candido Reis, logo sem rebuços dada no dia 6 pelo jornalismo republicano, sendo o *Mundo* o primeiro a expôr a duvida sobre se se teria dado um acto de desespero ou uma scena de traição.

A' duplicidade de opiniões, pensou-se logo na funcção medico legal, e a 7, os medicos José Joaquim da Silva Amado, Pinto de Magalhães e Azevedo Neves, procediam á autopsia do vice-almirante Candido dos Reis.

A causa da morte era dada como a fractura do craneo, interessando o cerebro. A bala de pistola Browning, entrando pela região temporal direita, um pouco acima do ouvido, fôra actuar, em direcção obliqua na região frontal esquerda, decahindo d'ahi até ás fossas nasaes. Verificava-se o tiro á queima roupa, e se não se excluia a ideia de um assassinio, acceitava-se por mais logica, a do suicidio.

Restava definir-lhe a conclusão e para isso o conselho medico-legal reuniu elementos, destinados a estudo meticuloso, emquanto o cadaver era encerrado em caixão de chumbo e este n'outro de velludo, e transportado da sala das autopsias para a Sala dos Passos Perdidos da Escola Medica, onde aguardava a hora de ser sepultado.

Inicialmente ao relatorio official da autopsia, declarava (O *Imparcial* de 13 de outubro) o director d'esses serviços, o dr. José Joaquim da Silva Amado, que a morte se produzira com um tiro dado á queima roupa, na região temporal direita, produzindo o esphacellamento de algumas das cellulas necessarias ao funccionamento do cerebro. Estabelecendo que assim, o tiro, tanto poderia ser dado pelo proprio como por um extranho, findava as esperanças de chegar a conclusões, pela analyse dos fragmentos metallicos encontrados no cerebro de Candido Reis, particulas destinadas a confrontos com as cargas das armas pertencentes ao almirante.

Surgiu pois a controversia de opiniões, balanceando entre o crime politico e o suicidio.

Não era difficil de admittir o segundo caso, pelas tendencias do almirante para propriamente se liquidar.

E' certo que ellas poderiam ter servido para encobrir um assassinio.

Deve ser excluido todavia: o almirante, pessoalmente, e n'uma sobrexcitação inconcebivel, proclamou, ante o receio de acabar n'uma esquadra, a intenção de dar um tiro nos miolos se o movimento fracassasse. (*)

Os boatos, é que tomando posse d'esse grandioso vulto desapparecido, preferiram ao desespero ou nevrose d'um suicidio, o romanticismo tragico do crime.

Deu-se o almirante Candido dos Reis como arrastado para local distante d'aquelle onde o facto se consummára. Suggeriu-se a existencia, perto do corpo, de uma arma que lhe não pertencia, opinião dada pelo tenente Helder Ribeiro, (**) contrariando

---

(*) *Como triumphou a Republica* — Pagina 100.
(**) A *Capital* de 13 de Outubro de 1910.

a posse de uma *Browning*, quando era certo que, segundo o depoimento do dr. Vasconcellos e Sá, o almirante sahiu do Directorio depois de se haver fornecido de uma arma Browning e de um revolver. O tenente, como o professor Agostinho Fortes, excluiam a ideia do desalento, pelo facto de ter sahido de casa do primeiro com o convencimento d'uma victoria.

Tudo accirrou pesquisas e emquanto a 12 de outubro, n'uma reunião magna das lojas maçonicas, se resolvia o unido exforço para um resultado concludente sobre o mysterioso drama da Travessa das Freiras, as buscas judiciaes procuravam obter o fio da nebulosa tragedia, e a policia judiciaria abrindo inquerito, sob a gerencia do juiz do 1.º districto de investigação criminal, dr. Meyrelles Leite, ouvia, entre outros, os drs. José de Castro, grão-mestre adjunto da Maçonaria, o advogado dr. Antonio Macieira, os antigos deputados dissidentes, drs. João Pinto dos Santos e Egas Moniz, o pamphletario e revolucionario, João Chagas, o director do *Mundo*, Antonio França Borges e o operario do arsenal, Francisco Pecuré. Dez testemunhas emittiam o voto unanime d'um acto de desespero, emquanto outras, mas sem comprovação, se inclinavam ao de violencia.

A 17, dava-se como boato a posse inteira de todos os elementos para a descoberta dos assassinos de Candido dos Reis, e que da prisão de cinco individuos, nascera não só a pista exacta do crime, mas o achado de certo documento compromettedor para um dos culpados principaes.

Incidiram suspeitas sobre um tenente de marinha, que na madrugada de 4 commandava uma força militar de defesa ao Paço das Necessidades ou fosse o 1.º tenente Sepulveda, cujo mysterio de nome era aclarado com as indicações de ser um titular e de haver embarcado com a familia real a bordo do hiate *D. Amelia*.

Estando ausente o official, á imprensa (O *Mundo* de 24 de outubro) veio a esposa, D. Rosinda Sepulveda, filha do fallecido maestro Adolpho Sauvinet:

«Tendo o jornal *O Mundo* de hontem publicado o nome do meu querido marido, acompanhado d'uma suspeição horrivel sobre a morte do vice-almirante Reis, venho immediata-

mente declarar que meu marido, e eu, estivemos no Colyseu até á meia noite, recolhendo todos a casa a essa hora e que meu marido só sahiu de casa na manhã de 4 de outubro das 6 e meia para as 7 horas, o que tudo posso provar com o testemunho de diversas pessoas. Se V. Ex.ª quizer ter a bondade de me alliviar d'este soffrimento dolorosissimo e angustioso, mande pessoa competente para me ouvir, o que por certo fará cessar desde logo tão medonha accusação sobre um innocente. Digne-se V. Ex.ª acceitar os meus respeitosos cumprimentos de consideração — Rosinda Sepulveda.»

A suspeita desvaneceu se. Sepulveda, abandonando a residencia ás 6 horas da manhã, segundo prova testemunhal, fôra cahir logo em plena Rotunda, que o deteve e d'onde seguiu depois para o Paço.

Ao inquerito official, reuniram-se os particulares, entre os quaes, o effectuado pelo industrial de Alcantara, Dumora, o pharmaceutico Benito e o carbonario João Borges. Houve tambem o inquerito pela imprensa, e tanto o *Imparcial*, que o abriu, como *A Capital* e *O Paiz* que secundavam, obtinham depoimentos aproveitaveis mas que, contudo não conseguiram penetrar o mysterio do crime, ou estabelecer-lhe sequer as possibilidades, inefficazmente perfilhadas pelos varios depoentes.

Apenas o revolucionario, o commerciante Alfredo Leal, o advogava persistente, attribuindo o pretenso crime á policia (A *Capital* de 14 de outubro).

A irmã do official de marinha, D. Maria Nenuette Reis Faria, em cuja casa Candido Reis estivera á retirada do Caes do Gaz, apresentava a descrença n'um acto de desespero, allegando a tranquilidade do almirante (O *Imparcial* de 16 de outubro):

«Pélas duas horas e meia da madrugada senti approximar-se um automovel. Cheguei-me á janella. O carro parava deante da porta e meu irmão descendo e vendo-me, diz que abra. Eu propria fui abrir a porta, pois que a creada se encontrava deitada. Meu irmão vinha sósinho. Notei-lhe a calma, a serenidade de sempre. Passeando pela casa, diz-me: — Está tudo perdido... Fui lá, mas não encontrei quem esperava. Está tudo perdido e d'esta vez ha mais gente compromettida... E eu tambem...»

Não o interroguei sobre os acontecimentos nem sobre as phrases que para mim eram incomprehensiveis. No emtanto posso affirmar que meu irmão estava completamente sereno. Interrompendo o seu monologo, voltou-se para mim e disse: — Deixas-me ficar hoje cá?» Ao mesmo tempo tirava o cinto e depunha o revolver. Entrou no quarto, e, como eu ficasse á porta, disse-me que me fosse deitar. Recolhi ao meu quarto. Eram duas horas e meia. Escuso dizer que não consegui dormir. Percebia os movimentos de meu irmão. Depois de alguns passos pelo quarto, estabeleceu se um completo silencio. Meu irmão tinha-se mettido na cama. Tinham dado cinco horas da manhã, quando ouvi distinctamente os passos de meu irmão pelo corredor que dá para a porta. Eram passadas apressadas e que tentavam não fazer ruido. Chamei. Levantei-me apressadamente, mas, quando cheguei á porta, esta fechava-se com estrondo e meu irmão desapparecera. Entrei no quarto. Ali estava a farda e sobre a mesa o relogio e dinheiro. Meu irmão vestira-se de novo á paisana e levára apenas o revólver e a carteira. Pouco depois chegava um automovel. Era um aviso, enviado por Alfredo Leal: o movimento estava do lado dos revoltosos e pedia-se ao almirante que aguardasse ali novas noticias, para occupar então o logar que julgasse conveniente. Não acredito que meu irmão estivesse n'essas disposições n'esse dia, em que se apresentou aqui tão cheio de calma. Não acredito, que meu irmão assim pensasse em suicidar-se sem se despedir de nós, sem uma palavra para seus filhos!»

Por parte d'estes, fallava (O *Imparcial* de 15 de outubro) Eduardo Candido Reis, declarando a familia propensa a acreditar n'um crime. E, indicando o pae como apparentando serenidade, registava que o revolver de uso não possuia cargas blindadas. Fundamentava as presumpções de assassinio nos boatos de ameaças de morte feitas ao dr. Affonso Costa e outros caudilhos republicanos.

A ideia do crime, tinha como sectarios ainda, José de Sá, affirmando ter notado um vulto suspeito, que rondou a rua, em frente de Arroyos, no local onde apparecera o corpo; e o fiscal do hospital de Arroyos, annotando a existencia, no mesmo lo-

cal, de certo esconderijo favoravel a quem pretendesse visar o almirante.

Orientando quasi as possibilidades do proprio liquidar da existencia, vinham outros depoentes. O 2.º tenente Sousa Dias, affirmava que o almirante se despojara de tudo antes de sahir, parecendo assim ter ideias de suicidio. (*O Seculo* de 18 de outubro). Um morador da estrada de Sacavem, 249, 1.º, allegou (19 de outubro) ter visto, depois das 4 horas da madrugada, um individuo trajando de negro, em passeio agitado pela frente de sua porta, de mão direita na algibeira do casaco, retirar depois para a travessa, onde apoz uma detonação o fiscal do hospital de Arroyos, Martins, o fôra achar, moribundo, deitado de costas, com a arma entre o braço direito e o corpo, expirando segundos depois da sua chegada. Um enfermeiro do hospital de Arroyos, depunha ter visto Candido dos Reis seguir pela azinhaga, voltar-se para traz como que a ver se era seguido e apoz, desfechar um tiro na cabeça cahindo logo. O trabalhador João Augusto da Silva, declarava ter encontrado o almirante já morto e haver auxiliado os agentes da policia a mettel-o na maca que o levou á morgue. Julio Soares, affirmava o convencimento do suicidio, baseado na attitude do almirante. O revolucionario Manuel Mendes Matheus, relatou haver surprehendido a conversa de uns serviçaes de uma quinta entre as estradas das Amoreiras e Sacavem, dizendo que antes de começar a revolta, ouviram trez tiros, e correndo, lobrigavam um individuo, paisano, dirigir-se para o lado da estrada de Sacavem, onde dava um tiro na cabeça, emquanto outro fugia em direcção opposta. N'este depoimento, o erro resultou logo, e contrariado até pelo proprio filho do official: este, antes da revolta nem ali passou e o acto da morte, teve execução depois das 5 horas da manhã.

No fundo, nenhum pratico resultado das investigações particulares e officiaes, embora ellas pendessem mais para uma crise de desanimo com fatal terminar, o que perfilhado foi por auctores de varias obras sobre a revolução.

E, de verdade o facto de se encontrar o cartão de visita junto ao corpo, indica, já de si, um suicidio, não sendo de pre-

sumir que o assassino, se o houvesse, apoz o estampido dos tiros, provocadores de alarme, cuidasse de indicar quem o assassinado era, fornecendo rapidas pistas para identificações. O 28 de Janeiro de 1908, já o achára disposto a desesperados actos e ao esboço do fracasso teve a intenção, manifestada e por isso reprimida por outros, de fazer saltar os miolos (*Diario de Noticias* de 17 de outubro).

Mais tarde, o dr. Victor Mendes, apresentou (Dezembro de 1911) para these do seu doutoramento na Faculdade de Medicina de Lisboa, um importante estudo de medicina legal subordinado ao titulo *A morte de Candido Reis*. Sob argumentos seguros de profunda analyse, avigorou a opinião do suicidio, com as conclusões finaes: 1.ª «A morte do vice almirante Carlos Candido dos Reis foi causada por uma ferida de arma de fogo, sendo o tiro disparado á curta distancia, a poucos centimetros da pele, na região temporal direita, tendo os gazes da detonação penetrado através da ferida da pele; o projectil despedaçou-se ao entrar no craneo, que perfurou, rompendo as meninges, causando hemorragia e perfurando o lóbo temporal direito do cerebro, indo perder-se alguns fragmentos nas fossas nasaes. 2.ª Uma ferida nestas condições deve atribuir-se ao suicidio. 3.ª A bala com que foi feito o ferimento não era blindada, e era de chumbo bastante mole para se fragmentar facilmente e para com ella se poder escrever sobre papel, como se fosse lapis macio. 4.ª As balas do revolver *Smith & Wisson*, 32, teem qualidades semelhantes, e, possuindo o fallecido cargas desta arma, torna-se tambem, por este motivo, provavel o suicidio.»

Foi essa a versão mais acceitavel.

Candido Reis, já no directorio evidenciara desespero e descrença junto do medico dr. Vasconcellos e Sá. O drama do Caes do Gaz, accirrou essa tensão espiritual.

A' evidencia d'um fracasso, correspondeu a nitida presciencia da responsabilidade de haver arrastado tanta gente para uma presumivel ruina.

Era o carcere, a miseria para muitos.

Não quiz esperar os resultados d'essa tempestade que preparára.

Não fugiria a sua espada ao fragor da lucta. Fugiu-lhe a coragem para o escutar das lamentações dos que via martyrisados, as apostrophes dos vencidos.

Buscou refugio na morte.

*

* *

Convencionou-se entretanto o transporte do cadaver do vice-almirante Candido Reis para a camara municipal.

Acompanhal-o hia o do dr. Miguel Bombarda, para que com elle partilhasse da posthuma homenagem.

Sobre o clinico assassinado pelo tenente Apparicio Rebello dos Santos se bordaram depois affirmativas curiosas, nascidas quando da syndicancia feita aos serviços pharmaceuticos do hospital de S. José. No respectivo relatorio, um dos syndicantes, dr. Ponte e Sousa, fazia a accusação grave (*O Mundo* de 22 de Janeiro de 1914):

«Se de facto nunca lhe tinham pedido eter anestesico era natural que o não tivesse. A falta, portanto, era dos medicos, que não formulavam o pedido convenientemente, quando queriam eter para anestesia. Tinha lido então o presidente o relatorio da autopsia do malogrado professor Bombarda, publicado pelo já fallecido tambem professor Pinto de Magalhães, e em que se diz que o professor Bombarda, que foi anestesiado pelo eter para ser operado, faleceu algumas horas depois, com uma congestão pulmonar. Foi o professor Bombarda portanto anestesiado com um eter que não era especialmente preparado para a anestesia, que podia, portanto conter anidrido sulfuroso, que é a impureza que acompanha normalmente o eter que não é especialmente preparado para aquelle fim. O anidrido sulfuroso é altamente irritante para os bronquios e mucusas pulmonares. Até onde foi a influencia do eter na congestão que victimou o infeliz professor Bombarda? Ninguem o pode dizer, mas tambem ninguem pode negar que essa influencia se pode ter dado. E quantas centenas de casos identicos senão peores se não terão dado com outros infelizes?»

Ficaram assim bem irmanados no duplo mysterio do seu acabamento, os dois vultos republicanos que o governo provisorio quiz cingir no mesmo elo de homenagem: Bombarda, o grande alienista e publicista, e Candido Reis, cavalleiro, commendador e official de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, agraciado com a medalha de Soccorros a Naufragos e que com louvor exercera as commissões de commandante das canhoneiras *Bengo* e *Quanza*, da Escola d'Alumnos Marinheiros do Porto, da Escola de Torpedos Fixos e da 2.ª e 4.ª divisão do corpo de marinheiros; instructor da Escola Pratica de Artilharia Naval e vogal das commissões de aperfeiçoamento de artilharia naval, de experiencia com a arma Castro Guedes no polygono de Vendas Novas; dar parecer sobre a espingarda Kropachek; propôr as alterações na ordenança geral da armada; formular e propôr um projecto de tabellas para o fornecimento de sobresalentes para os navios da armada; dar parecer ácerca das instrucções para a armada, relativas a espingardas de 8^{mm}K de 1886; estudar a melhor distribuição das guarnições dos navios de guerra, a postos de combate, tendo em vista as condições da moderna tactica de guerra e armamento adoptado; propôr as modificações na tabella geral do armamento e sobresalentes; examinar e dar parecer sobre as regras para evitar abalroamentos, propostas pelos Estados Unidos, em conformidade com as decisões da conferencia internacional maritima de Washington; estudar a escala de embarque dos officiaes das differentes classes da armada para o serviço das estações navaes e indicar as regras mais equitativas; dar parecer sobre o relatorio da commissão ingleza que examinou as alterações no regulamento para prevenir os abalroamentos no mar, indicadas na conferencia internacional de Washington, e ainda os cargos de chefe da 2.ª repartição da secretaria do conselho do almirantado, capitão do porto de S. Martinho, vogal da commissão para a revisão e coordenação do projecto de regulamento da armada e da secção de estudos do conselho general da armada.

Pelas 11 horas da noite de 8 de outubro, foram os dois caixões trasladados da sala da Escola Medica para o salão nobre da Camara Municipal de Lisboa. O cortejo, desfilava, entre alas

de povo, pelas ruas de S. Lazaro, da Palma, dos Fanqueiros e Terreiro do Paço até á Praça do Municipio.

No atrio do edificio formava uma força de infantaria e outra da armada, que prestavam as honras funebres ás duas urnas. Estas, eram transportadas ás costas de populares das carretas até ao salão nobre da camara, onde estavam envoltos em crepes, todos os quadros e figuras da sua ornamentação habitual, assim como os candelabros, dos quaes pendiam ainda laços negros envolvendo outros verdes e vermelhos.

Os feretros recebidos ao alto da escadaria pelo vice-presidente da vereação, Anselmo Braamcamp Freire e vereadores Carlos Alves e Dias Ferreira, ficaram collocados em frente á porta principal do salão, sobre duas mezas forradas de vermelho e verde, assentes em estrado forrado de negro e defrontando o busto da republica, envolvido em crepe e collocado em pedestal forrado superiormente de verde e encarnado e inferiormente de preto.

Desde logo cobertos foram de numerosos ramos de flores e de corôas, e declarados em exposição publica pelo espaço de oito dias, durante os quaes perante elles desfilaram centenas e centenas de populares.

A 13 era fixada a data dos funeraes no seguinte decreto, que foi acompanhado do respectivo programma de cerimonia:

«Enormes, relevantissimos serviços deve a patria á memoria dos dois admiraveis e benemeritos cidadãos que em vida se chamaram Carlos Candido dos Reis e Miguel Bombarda e que pela dedicação colossal, enthusiastica fé e inexcidivel coragem civica tão poderosamente contribuiram para a emancipação da consciencia portugueza. Portugal, o Portugal de hoje — emfim purificado e liberto — deve-lhes a consagração de uma homenagem que seja a um tempo o symbolo impressionante do nosso perpetuo reconhecimento e commovida glorificação da sua memoria. Por isso, o governo provisorio da Republica Portugueza faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte: Artigo unico: Os funeraes do vice-almirante Carlos Candido dos Reis e do professor Miguel Bombarda realisar-se-hão no dia 16 do corrente mez, segundo o pro-

gramma publicado, e serão considerados nacionaes, para a sua memoria ter todo o direito a semelhante glorificação da patria reconhecida. Dada nos paços do governo da Republica, aos 13 de outubro de 1910. — Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—Antonio Xavier Correia Barreto—José Relvas—Bernardino Machado—Amaro de Azevedo Gomes—Antonio Luiz Lopes.»

A Maçonaria, por egual formulava o seu convite em symbolico documento ou *prancha maçonica:*

«Devendo realisar-se ámanhã, 16 do corrente, o funeral dos nossos queridos e inolvidaveis Ilr. . . Dr. Miguel Bombarda e almirante Candido dos Reis, determina o Sap. ·. Gr. ·. Mest. ·. Adj. ·. . que as lloj. ·. de Lisboa se façam representar pelo maior numero possivel dos seus Oobr. ·. ; que os representantes das loj. ·. da provincia se incorporem conjunctamente com os de Lisboa; que as lloj. ·. que empunham bandeiras as façam conduzir pelos seus respectivos porta-bandeiras, devidamente decorados e trajando luto maç. ·. rigoroso; que o trajo para os demais Il. ·. é livre, tendo, como distinctivo, a flôr de accacia na lapela; que todos os Ilr. ·. que tomam parte no cortejo funebre se devem reunir na Praça do Commercio, pelas onze horas da manhã, no local indicado no programma official. — Gr. ·. Ghane. ·. Ger. ·. da Ord. ·. 15 de outubro de 1910.—Pelo Gr. ·. Chac. ·. Ger. ·., *J. I. Simões.*

Assignalou-se celebre o domingo 16 de outubro.

N'essa data, se realisaram os funeraes do dr. Miguel Bombarda e almirante Candido dos Reis.

O povo, o exercito, a marinha, as finanças, o commercio, o jornalismo, as artes, as sciencias, n'uma manifestação de 200:000 pessoas — que Portugal jámais presenceara, — acompanhavam em prestito immenso e imponente os dois cadaveres, encerrados nos caixões submersos em montões de flores naturaes.

As bandeiras tremulando nas janellas, no recato triste dos crepes, e os candieiros accesos e enluctados, augmentavam o aspecto dolorido d'essa homenagem.

O cortejo enorme, onde iam todas as associações, todas as escolas, todas as bandas de musica e contingentes de todos os

corpos do exercito, atravessou a cidade, desde a Praça do Municipio, de cujo edificio pendiam sanefas pretas franjadas a prata, até ao cemiterio do Alto de S. João, pela Praça do Commercio, rua Augusta, Praça de D. Pedro, Largo do Camões, onde á passagem pelo theatro de D. Maria, uma orchestra postada na varanda executava a Portugueza, emquanto os actores e actrizes arremessavam flores sobre os feretros; Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Praça Marquez de Pombal, Avenida Fontes Pereira de Mello, Praça Duque de Saldanha, Avenida Casal Ribeiro, Largo de D. Estephania, Rua Paschoal de Mello, e avenidas novas até á de Moraes Soares, n'uma demora de percurso de 6 horas e 35 minutos.

Abria o prestito a marinha, com a deputação de sargentos dos cruzadores revolucionarios, e seguidos da banda do corpo de marinheiros, do respectivo terno de cornetas e de uma companhia da armada. Apoz, artilharia 1 e infantaria 16, os dois primeiros regimentos insurrecionados.

Os corpos foram conduzidos em carretas de artilharia, cobertos com bandeiras municipaes, indo primeiro o do dr. Miguel Bombarda, ladeado por 19 revolucionarios, e pelos carbonarios Eduardo Costa, João Carvalho, Francisco Sousa dos Santos, Joaquim Leal, José Ribeiro do Espirito Santo, Filippe Moreira, Antonio Joaquim, Antonio dos Reis Marques e Joaquim David. Seguiam-se-lhe o corpo docente da escola medica e de pharmacia e os enfermeiros com os seus trajes de officio.

Rodava apoz a carreta de Miguel Bombarda, a de Candido Reis, rodeada de 12 revolucionarios e seguida, pela combatente da Rotunda, Amelia dos Santos, trajando de negro, e empunhando a bandeira verde-rubra envolta em crepes. Portador da espada e chapeu armado do almirante, marchava o 2.º tenente José Carlos da Maia, um dos grandes vultos da insurreição nos navios.

As corôas eram conduzidas em grande numero e alem das que levavam os grupos representantes, uma padiola e cinco carretas, sob muitas outras quasi desappareciam.

Em filas lateraes, rodeavam os carros funebres, 300 carbonarios armados de revolver, ostentando laços verdes e encarna-

dos e caminhando de mãos dadas e jungidas por lenços brancos. Commandava-os o chefe carbonario, Armando Porphirio Rodrigues, sendo commettido ao grupo do lado direito a vigilancia dos predios que lhes ficavam á esquerda e ao da esquerda, a dos predios da direita.

Acompanhando, desfilaram dezenas e dezenas de associações de classe, de recreio, de educação, de beneficencia e politicas, com estandartes e bandas de musica, a Universidade de Coimbra, juntas parochiaes e commissões municipaes, avultando, entre as aggremiações, a Maçonaria ou G.·. Or.·. Luz.·. Unido com o grão mestre adjunto, dr. José de Castro levando o seu avental symbolico, o conselho supremo da Ordem e irmãos da Aug.·. Ben.·. e Res.·. Loj.·. Cap.·. e Areop.·. Razão Triumphante 3.ª; Resp.·. Loj.·. Cap.·. Gil Vicente; lojj.·. Irradiação, Alexandre Herculano, O Futuro, Liberdade, Luiz de Camões, Sympathia e União, José Estevão, Montanha, Solidariedade, Humanidade, Sementeira, Fiat. Lux, Civismo, Commercio e Industria, Patria e Liberdade, Redempção, Defeza, Portugal, Revolução, Accacia, Trindade Coelho (da Covilhã), Pureza, Obreiros do Trabalho, Fraternidade (de Obidos), Heliodoro Salgado (da Marinha Grande), Companheiros da Paz (de Ponta Delgada), Regeneração (de Torres Vedras), Progresso (de Peniche), Solidariedade n.º 27, Tenacidade (Agueda) Simples União, Liberta, (Porto) Villa de S. Martinho, Estrella d'Alva, Paz e Concordia, Esperança no Porvir, Boa Viagem (Moita) União e Progresso (S. Thiago), Luz da Beira (Lamego), Evolução, e Companheiros do Segredo (Benavente). A camara de Lisboa, com o vice-presidente, Anselmo Braancamp Freire, e vereadores, Verissimo de Almeida, Dias Ferreira, dr. Aurelio da Costa Ferreira, Francisco Grandella, Ventura Terra, Nunes Loureiro, Thomaz Cabreira, Barros Queiroz, Luiz Filippe da Matta, Miranda do Valle, Augusto José Vieira, dr. Cunha e Costa e Alberto Marques, abria caminho á numerosa representação da maioria das municipalidades de Portugal.

Do estrangeiro, os jornalistas Ruben Landa, da *Republica* de Badajoz, D. Rodrigo Soriano, da *España Nueva*. D. Pedro Serrano, director do hospital de alienados de Madrid, com um

nucleo de medicos alienistas. Encerrando, a commissão districtal republicana de Lisboa, com os deputados partidarios, o governo provisorio, o general de divisão com a officialidade, os commandantes da policia e da guarda nacional, grupos de antigos revolucionarios e propagandistas, cavallaria 4, e o regimento de infantaria 1.

Junto a um pavilhão erguido a meio da Avenida se fizeram os primeiros discursos, fallando pela cidade de Lisboa, o vice-presidente da camara municipal, Anselmo Braamcamp Freire:

«Em nome da cidade de Lisboa venho prestar a derradeira homenagem a dois portuguezes a quem o negrume da sepultura envolveu, quando para nós outros desabrochava lucida aurora de promettedora esperança. Triste sina a d'elles! Durante largo tempo puzeram toda a sua dedicação e esforço, toda a sua actividade e denodo, em preparar a grande obra da liberdade da patria; e, quando se viam proximos de entrar no decisivo transe, arrebata-os a traiçoeira morte! N'aquelle instante, com que angustia de seus corações não passaria pelos olhos de cada um d'elles o perigo a que ficava sujeita a dôce visão, tantas vezes presente no seu espirito, de um Portugal regenerado, considerado e feliz, de um Portugal novo, para cuja existencia elles tanto contribuiriam? Nelson, antes de soltar o ultimo suspiro, pôde ter a certeza de haver vencido em Trafalgar. O almirante Candido dos Reis, quando, desacompanhado, caiu fulminado na rua, levou apenas no seu espirito uma cruciante duvida. O dr. Miguel Bombarda, tão infeliz como Richmann foi com o raio celeste, pretendeu dirigir sobre as velhas instituições o fogo electrico das ideias avançadas, mas na sua ousada tentativa morte rapida o prostrou. Malaventurado destino o d'estes nossos chorados mortos! Honrou, porém, generosamente o heroico povo de Lisboa, e no povo, como filhos seus, incluo a armada e o exercito, a memoria das victimas precursoras da revolução. Honrou-lhes a memoria, com as armas na mão, vencendo; honrou-lh'a mais ainda depois da victoria, dando, pelo seu procedimento, assombrosa prova de disciplina e cordura. Em nome, pois, d'esse povo valoroso e ordeiro, d'esse povo digno do martyrio que

por elle padeceste, eu rendo á vossa memoria, Candido dos Reis e Miguel Bombarda, o mais respeitoso preito. Eu vos protesto que nos nossos corações indelevel persistirá a recordação de vossos nomes; que os transmittiremos aos posteros como symbolos de patriotismo, de fervor republicano, de abnegação e constancia. Eu vos protesto... Mas parece-me ouvir, vindas de vossos ataúdes, como suave murmurio, umas palavras, uma recommendação, a ultima de vossos generosos corações: Paz aos vencidos»! Sim, queridos mortos, paz aos vencidos, ella se tem dado; ella se dará inteira, porque sem ella perfeita não seria a obra por vós, com outros companheiros, esboçada, e que só elles tiveram a ventura de vêr realisada. Sim, paz aos vencidos, e d'elles, com enthusiastico alvoroço, acolhamos em fraternal amplexo os que de animo sincero a nós se juntarem. E não só o amor e paz a estes, como tambem respeito e consideração para os que lealmente defenderam a causa que se lhes afigurava justa; para os que n'ella permaneceram atidos a inalteraveis crenças. E tanto respeito e consideração para estes, quanto tédio e repulsão para outros que, sem convicções nem principios, renegaram o seu ainda ha poucos dias apregoado credo politico, a fim de procurarem, sacrificando tudo a soez egoismo, conservação e favor sob a victoriosa bandeira das novas instituições. Sejam, porém, de affectuosa commemoração as minhas ultimas palavras: Lastimosas victimas da revolução, á memoria de vós todos, sem exclusões, a cidade de Lisboa dedica saudosa recordação.

Pelo governo, fallava o dr. Antonio José de Almeida.

Cidadãos: — Compete-me, como ministro do interior do governo provisorio da Republica, prestar, em nome do paiz, a ultima homenagem aos restos mortaes de Carlos Candido dos Reis e Miguel Bombarda. Procurarei encobrir a emoção que, naturalmente, n'este momento abala e enternece o amigo, para só manifestar, nas rapidas palavras que vou proferir, a admiração do portuguez que reconhece n'aquelles homens dois eminentes e gloriosos patriotas. O sentimento fraternal que me uniu, sobretudo ao primeiro, tem agora que recolher se. Essas duas figuras são tão altas e luminosas na sua florescencia espiritual, que, perante ellas, não é licito, n'este momento, testemunhar senti-

mentos pessoaes. Temos, antes de, n'uma apotheose colossal, celebrar a sua vida e os seus feitos, sem uma unica lagrima que empane os nossos olhos, sem uma unica tremura que emocione a nossa voz. O culto dos heroes é uma perversão psychologica, quando elles o foram para esmagar ou dominar a geração de que sairam. Mas quando os heroes foram, como Candido dos Reis e Bombarda, a expressão culminante das aspirações da sua raça e a cristalisação deslumbrante da ideia de liberdade, o povo tem obrigação de os celebrar, porque a si proprio se celebra, e no culto que lhes prestar vae um pouco d'essa amorosa significação de solidariedade, sem a qual não ha civilisação nem progresso. Ambos tiveram um fim mysterioso, e um destino enigmatico a ambos arrebatou na hora epica do resurgimento nacional. Candido dos Reis apparece com o craneo atravessado por uma bala, na solidão de uma avenida deserta. Bombarda é alvejado pelo revolver d'um louco no seu gabinete de medico. Que trama de confusa psychologia arrebatou, como na aza de uma tormenta, a vida de Candido dos Reis? Que sinistra suggestão, embora talvez impessoal, armou o braço do desvairado que assassinou Miguel Bombarda? A historia o dirá pelos seus labios incorruptiveis, e será bom que n'este momento nos alheemos de funestas supposições para não macular a pureza da nossa homenagem. Candido dos Reis era o typo do heroe calmo, em que a reflexão enroupou a audacia da concepção revolucionaria. A sua bravura indomavel tinha a apparencia immutavel dos gelos eternos. Havia n'aquella alma de leão aquillo a que Cicero chamava a philosophica serenidade dos fortes. Convivi com elle n'um estreitamento fraternal durante seis annos de conspiração e revolta e pude notar que aquella tempera era tão firme que não havia nada que a amollecesse. Teve sempre a fé dos illuminados a aquecer, n'uma ebulição calma, que mal se percebia, a apparente frieza de seu caracter, que se sentia deslocado nas incertezas da epoca actual. Surprehendi na sua vida notas ineditas que ninguem conhece ainda. Hei-de contal-as um dia, e então se verá como n'aquelle espirito havia uma disciplina forte como o aço e uma audacia severa, que parecia um traço olympico da antiguidade classica.

«Miguel Bombarda possuia, pelo contrario, a bravura irrequieta e aventurosa. O impeto arrogante era a mola capital do seu temperamento de luctador. Tinha o seu quê de paladino e o seu quê de guerrilheiro. Mas no seu espirito havia, espontanea e inabalavel, a disciplina dos espiritos coordenadores. Em agosto, n'uns dias em que estive doente, pedi-lhe para me substituir nos trabalhos de organisação popular que de longa data vinham estando a meu cargo. Embora só então se iniciasse n'esse genero de conspiração, o seu espirito claro e vidente apprehendeu em dois dias o que a outros levaria dois mezes. Tinha, como Candido dos Reis, a fé dos illuminados; mas, emquanto a do outro era calma como um mar, cuja superficie pacifica mal deixa perceber a tremenda lucta das camadas profundas, em Bombarda tudo revelava a formidavel tormenta que se lhe desencadeava nos arcanos da alma temeraria. Dir-se-hia que a morte, levando-os a ambos, antes da victoria, quiz roubar á insurreição, para lhe experimentar o poder, os dois typos extremos da sua alma em rebeldia. Saudemos a memoria dos dois grandes homens e que a revolução, na lucta formidavel que vae sustentar para redimir o paiz, não esqueça jamais essas duas fulgidas e altas figuras que tamanha honra deram ao nosso esforço de demolidores e tão grande lustre dariam á nossa obra de reconstrucção social. A historia ha de fazer-se, e então se verá o quanto os dois contribuiram, e sobretudo o primeiro, para que se quebrasse em Portugal a cadeia da escravidão. Candido dos Reis foi a alma primacial da revolução. Bombarda um dos seus melhores auxiliares. Sim. A historia ha de fazer-se, e então virão para a luz, apanhar os reverberos da celebridade, os nomes heroicos que ninguem tem lembrado. Aos homens de coração compete não deixar no olvido um unico dos valentes defensores da Republica. Estou falando na Rotunda da Avenida, que foi um reducto épico em que se jogou com um denodo de heroes, os destinos da Patria. E' certo. Aqui n'este local, para todo o sempre sagrado, pulsou leoninamente o velho coração portuguez. Mas a alma da patria, desgrenhada e liberta como um vento de redempção, soprou álem, á beira do Tejo lendario, animando esse punhado de bravos que é a marinha de guerra, a termos de a levar á

pratica de um dos feitos mais gloriosos da sua emocionante historia. Aqui bateram-se Machado dos Santos, o sargento Firmino, o soldado Virgilio e tantos outros, homens e mulheres do povo, soldados, peões, cavalleiros. Aqui se formou um quadrado em que, dir-se-hia, o antigo heroismo lusitano, resuscitado, se acantonou como nos dias de Aljubarrota. Mais lá em baixo, á beira do rio, o tenente Maia, com meia duzia de marinheiros, que eu vi, despreoccupado e arrogante, sob o fogo, o tenente Parreira entrando no quartel de marinheiros, com uma deliberação ousada, e Cabeçadas ou Manuel de Carvalho, batendo-se em terra ou batendo-se a bordo, foram os depositarios d'esse espirito incomparavel que, no dizer do poeta, lavrou com a prôa das naus, de encontro á vontade dos proprios deuses, as ondas de todos os mares.

«Se aqui, na Avenida, se desenrolou a bravura de Hastings, lá em baixo, no Aterro, soprou o vento das Termopylas...

«Sim. A historia ha de fazer-se; e então se verá o que attesta com mais coruscante gloria as surprehendentes qualidades da nossa raça, se a bravura épica com que o povo, o exercito e a armada empunharam a espingarda e a espada do cidadão, se a stoica lizura com que, á porta dos Bancos, vagabundos de pé descalço, de espingarda ao hombro, guardaram, elles, os famintos, a fortuna accumulada dos ricos; se o arranque estrepitoso com que se atacaram as forças da monarchia, se a humanidade cavalheirosa com que se garantiu a existencia dos vencidos. Uma patria que assim tem quem a defenda é uma terra abençoada, a que não pode falhar a predestinação no futuro. Juntemo-nos agora todos para que a obra do resgate seja rapida e sáia perfeita. O momento da lucta passou. Que os vencedores se conduzam magnanimamente, fazendo-nos esquecer que houve vencidos. Mas que estes procedam tambem de forma que os vencedores se não vejam obrigados a mostrar que foram elles quem triumphou. Chegou a hora do trabalho productivo, realisado na paz fecunda de que a nação tanto carece. Que todos os portuguezes se unam para essa obra de maravilhoso resgate. Que cada um de per si trabalhe pelo engrandecimento nacional e que todos juntos, harmoniosamente combinados, esqueçamos

rivalidades antigas, para só pensarmos na Patria, que é pertença de todos nós, e na liberdade, que é nossa aspiração commum. O dia de hoje deve encerrar o periodo propriamente revolucionario da Republica. Elle fecha com a apotheose heroica de dois benemeritos da patria, cuja memoria é para todo o sempre sagrada. Esta apotheose é formidavel. Lembra o que de maior se tem feito na historia do mundo. Bom presagio! Quando um povo assim reconhece n'uma homenagem posthuma o que deve aos outros, não será facil que elle se esqueça do que deve a si mesmo. Confiemos n'esse povo que fez a nacionalidade, que fez a nossa historia, que a si se libertou, que a si, definitivamente, se redimirá. Elle foi tudo; tudo é, tudo será pelos seculos além. Saudemol-o e sacrifiquemo-nos por elle.»

Ao discurso, considerado altamente historico pelas affirmativas, seguiu-se-lhe, em nome da armada, o ministro da marinha, Amaro de Azevedo Gomes, pela Maçonaria, o dr. José de Castro e pelo Directorio, o respectivo secretario, dr. Francisco Eusebio Leão.

O cortejo continuou a marcha até ao cemiterio, onde estava no largo fronteiro, artilharia 1.

A's 6 horas e 35 minutos, os armões eram despojados dos feretros, logo collocados em carretas.

Assim foram transportados até junto dos covaes, onde a marinha prestava a guarda de honra.

Foi, noite já, e á luz de archotes, que o presidente do governo endereçava aos extinctos, as derradeiras phrases:

«*Senhores.* — A morte é uma consagração. Ante ella apagam-se todas as imperfeições pessoaes, todas as excellencias de caracter refulgem. Disse o grande poeta Calderon, exprimindo toda a profundidade do sentimento: «A minha paixão é sagrada, porque santificou-a a morte». Deante d'estes dois feretros, que encerram os despojos de dois altos representantes da lucta pela redempção nacional, é intima a condolencia que merecem pela fatalidade de não terem visto esta aurora de um dia de justiça e liberdade; mas, succumbindo antes da victoria, elles hoje continuam o seu generoso impulso, pacificando as nossas paixões, os conflictos, os resentimentos, inspirando-nos a paz social e a

concordia moral. A lage tumular que cobre os restos de Miguel Bombarda e de Candido dos Reis é um altar, ante o qual, pacificando as nossas agitações, vão elevar-nos ao desinteresse, á abnegação, ao sacrificio que a nossa patria tanto merece. Miguel Bombarda e Candido dos Reis não morrerem completamente, como os astros que se perdem no espaço deixando um rasto de luz, elles nos deixaram o seu influxo vivificado e o seu exemplo suggestivo; vivem no espirito de cada um que os conheceu, dos que lhes deveram a passada para o novo regimen. Camões, falando na sua epopéa dos heroes portuguezes, apontava-os como tendo *liberdade da lei da morte*. Eis a unica e bella immortalidade subjectiva. Vencera *a lei da morte*, porque se viveu para bem dos outros, e servindo a patria, servindo a humanidade, servindo os altos ideaes, conformando os actos com os principios, vive se na solidariedade da especie. Os mortos governam os vivos, umas vezes pelas tradições humanas, como os dogmas religiosos, outras vezes, e cada vez mais, pelas idéas progressivas de que foram os apostolos a adorar. Bombarda e Candido dos Reis deram convergencia social ás aspirações da nação portugueza, servindo-a pelas idéas e pelos actos; entrando hoje na vida imperescivel da historia, elles são, pelo seu inapagavel exemplo, os directores espirituaes das nossas gerações vindouras. Seja o sentir d'esta explendida e commovente apotheose o acto de incorporação dos seus nomes e da sua memoria no Pantheon d'aquelles em quem a morte não teve poder, como disse o poeta nacional dos heroes portuguezes.»

Fecharam, novos discursos pelo dr. José Joaquim da Silva Amado, por parte da Escola Medica e o capitão de mar e guerra, José Nunes da Matta, pela Escola Naval, dr. Augusto de Vasconcellos, dr. Sebastião Peres Rodrigues, o chefe revolucionario Francisco José Gomes de Carvalho e o dr. Julio do Patrocinio Martins.

Entre o echoar das salvas funebres, á terra desceram, na rua n.º 1, os dois caixões.

Miguel Bombarda, ficou sendo o n.º 5746; Candido Reis, o n.º 5747.

A noite cahira e a multidão dispersou para depois, em dias

successivos, ali voltar em romagem piedosa, complemento a essa grandiosa homenagem que o *Matin* e a *España Nueva*, assignalaram como de magno effeito para o estrangeiro e que o *Heraldo* de Madrid, apreciou em termos mais tarde desmentidos pelos acontecimentos:

«A manifestação de hontem, em Lisboa, foi uma revelação para os extrangeiros. Depois de a termos visto, podemos affirmar que Portugal era um povo republicano regido por uma monarchia. Os que, comtudo. sonhavam ainda com um tardio movimento de reacção dos dynasticos, soffreram um incuravel desengano. A Republica Portugueza foi consagrada em Lisboa, pela conducção ao cemiterio dos restos mortaes de Candido dos Reis e de Miguel Bombarda. Está, como diria o Horacio de Shakspeare, no coração do povo e como hontem dizia o proprio sr. Teixeira de Sousa, só deixará de existir se a nação se anniquilar e perder a dignidade d'um paiz livre.»

Breve se accentuaram discordancias n'essa uniformidade anterior: o governo, ante a impossibilidade de satisfazer quantos viam no suicidio de Candido Reis um crime, e não podendo conceder portanto aos descendentes do vice-almirante, uma represalia, nem ao official, por extincto, qualquer galardão ao merito de revolucionario, limitava-se a, em ceremonia que certos attrictos teve (*) transformar em *Almirante Reis*, o nome do cruzador *D. Carlos*, e sanccionava um decreto, datado de 13 de Fevereiro de 1911, concedendo a D Rosinda Candida dos Reis, filha do chefe da sedição, uma pensão annual de 600$000 réis. O filho, Eduardo, era nomeado (Março de 1911) para o logar de consul de Portugal na Bahia, d'onde regressava com a saude perdida, o que originou o seguinte commentario da imprensa (O *Intransigente* de 14 de Março de 1912):

«A bordo do «Cap Vilano» chegou hontem a Lisboa o nosso presado amigo Eduardo Candido dos Reis, consul de Portugal na Bahia. O clima do Brazil arrazou por completo a sua saude e a de sua esposa, impedindo o de poder um dia reassumir o seu cargo.

(*) Já citados, a proposito da tomada do cruzador *D. Carlos*.

«Ha muito que o filho de Candido Reis vinha pedindo a sua transferencia para outro consulado: vagaram varios — anicharam-se outros. — Os mortos esquecem depressa.»

O outro filho, Raul Candido dos Reis, que durante a revolta recluso esteve no quartel do Cabeço de Bola, egualmente soffreu, como premio, uma especie de desterro, cabendo-lhe (Fevereiro de 1911) o logar de amanuense da curadoria dos serviçaes em Johanesburgo, na Africa do Sul, e, apoz, o de administrador em Marracuene (Lourenço Marques).

Candido Reis, lembrado seria sempre, e muitas vezes para critica ao lance que se poupou de ver, e a trez annos incompletos, dir-se-hia (O *Intransigente* de 29 de Agosto de 1913):

«A Candido dos Reis haviam de querer fazer o mesmo que teem tentado fazer a nós: aniquilal-o. E Candido dos Reis em vez de reagir, como nós fazemos, vendo a cobardia geral, teria feito o que fez em 4 de outubro, pondo termo á existencia.»

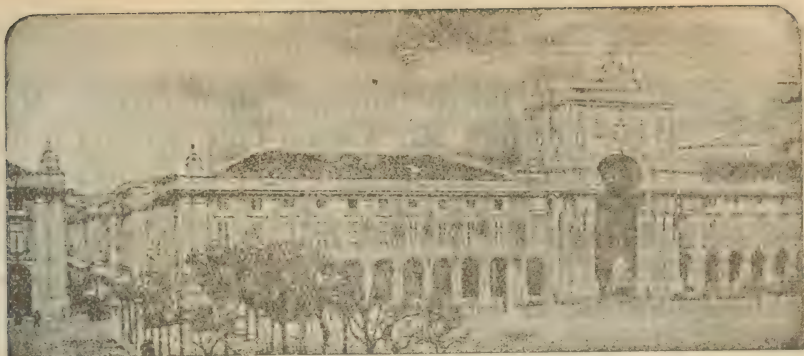
Peor se deu em relação ao dr. Miguel Bombarda.

Na frontaria do hospital de Rilhafolles, foi mandada collocar (1911) uma lapide, onde se lia:

«Ao extincto director d'este estabelecimento, professor Miguel Augusto Bombarda, como homenagem de respeito e saudade, mandaram collocar esta lapide o corpo de enfermeiros e os operarios d'este manicomio.»

A poucos mezes porem d'essa homenagem, e de outras, onde exalçado era o nome do dr. Miguel Bombarda, a viuva d'este, arrastava penosa vida de semi-indigencia, sob a aspera arguição (As *Novidades* de 4 de Abril de 1912) de gente affecta...

Mas, de admirar não era.

A fraternidade, sempre symbolo da democracia avançada, não lográra materialisar-se junto aos homens, submettidos ao imperio despotico de uma dominadora invencivel, a ingratidão, unida em hymineu a não menos despotico suzerano: o trato do bem proprio.

XI

O estrangeiro ante a revolução — O estabelecer de relações com a Republica.

Antes de, como devido fecho d'esta obra, acompanharmos a familia real exilada até ao embarque no hiate *D. Amelia*, vejamos o internacionalismo ante a revolução, que á capital portugueza trouxe legiões de jornalistas hespanhoes, francezes, inglezes, italianos e russos.

Vira o governo provisorio a necessidade de communicar aos outros paizes o fim da revolução com o acto proclamador de um regimen novo. Assim, reunido na sala nobre dos paços do concelho, d'ahi fez expedir o documento, redigido pelo vereador da camara municipal, dr. Cunha e Costa:

«Le peuple et l'armée viennent d'abolir les institutions monarchiques et de proclamer la Republique, laquelle traduit ses aspirations de long temps. L'enthousiasme est indescriptible. Le gouvernement provisoire vient d'être installé comme suit: Presidence, Mr. Theophilo Braga. Interieur, Mr. Antonio José d'Almeida. Guerre, Mr. le colonel Xavier Barreto. Justice, Mr. Affonso Costa. Finances, Mr. Bazilio Telles. Marine e colones,

Mr. colonel Azevedo Gomes. Etranger, Mr. Bernardino Machado. Travaux publiques, Mr. Antonio Luiz Gomes. L'ordre publique est absolument assurée par l'action du gouvernement et par la solidariété des citoyens. A' tout les moments arrivent des communications des provinces annonçant que l'evenement de la Republique a été reçu avec le plus grand enthousiasme.»

Emquanto isto se ordenava, em relação aos ministros dos negocios estrangeiros das varias potencias, eram expedidas aos ministros plenipotenciarios e consules de Portugal, identicas proclamações, breve seguida de officios assim formulados:

Lisboa, 9 de outubro de 1910.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Por anterior communicação tem v. ex.ª conhecimento da mudança do regime politico portuguez, e da instituição do governo provisorio, que, como expressão immediata da vontade do paiz, presidirá á organisação definitiva da nova administração. Na qualidade de ministro dos negocios estrangeiros, apresso me a declarar a v. ex.ª que o governo provisorio honrará integralmente os compromissos nacionaes estabelecidos em devida forma, representados por tratados, dividas publicas, contractos em vigor e, em geral, todas as obrigações legalmente contrahidas. Ao dirigir a presente nota a v. ex.ª tenho especial prazer em lhe expressar o desejo do governo provisorio de manter e ainda consolidar as boas relações existentes. Aproveito o ensejo para apresentar a v. ex.ª os protestos da minha maior consideração.»

Como convicção geral, a de que ao movimento de Portugal corresponderia a immediata republicanisação hespanhola. Pensava-o a propria Hespanha, a Inglaterra, a França e a Italia. Alarmado ou extatico pelo acto energico do povo portuguez, encarava-o sob diversos aspectos e de boa orientação é descrever e analysar a attitude do internacionalismo n'essa hora notavel e grandiosa da Revolução Portugueza, por elle tanta vez prophetisada e recebida depois, quando consummada, com o todo d'uma surpreza mal definida.

Vejamos a Allemanha, onde a notificação official foi feita no dia 7.

Aqui só havia a descrença e emquanto os liberaes duvidavam que os republicanos soubessem aproveitar a victoria, os

conservadores contavam com as provincias para uma derrota aos vencedores de Lisboa. *L'Aurore*, de Paris, fazia mesmo notar (8 de outubro) a má impressão produzida em Berlim pela proclamação, sendo a má vontade accirrada pelo facto de ella se attribuir, e com justiça, ao pedido armisticio, habilmente aproveitado.

Ia mais longe a imprensa clerical, alvitrando a recusa do reconhecimento.

Acudia a essa orientação, a *Gaceta dos Voges* (18 de outubro) a qual, protestando, dizia que «tal attitude estava em contradicção com o direito das gentes. Uma vez que o novo regimen se mantenha nenhum paiz tem o direito de se tornar juiz dos conflictos internos de um paiz estrangeiro; é só aos cidadãos d'esse paiz que compete decidir se querem a monarchia ou a republica. Os outros paizes só teem que vêr com os factos realisados que não podem deixar de se acceitar e por consequencia o imperio allemão, como qualquer estado, deve reconhecer o regimen republicano de Portugal, uma vez que seja definitivo, não devendo o odio da imprensa clerical impedir esse reconhecimento pelos homens d'estado e dirigentes das potencias e sobretudo os da Allemanha, que são obrigados a fazer politica de interesse e não de sentimento, e essa politica exige que os allemães mantenham boas relações com Portugal, como as devem manter com todas as outras potencias, não se importando qual o seu regimen.»

Essa politica, comprehendia-se, era a mesma de Inglaterra, a de conveniencia, e dois orgãos jornalisticos, a explicavam, citando mesmo o facto de ser seguida em Berlim a attitude ingleza em relação a Portugal.

Entretanto, a imprensa allemã, commentava os successos revolucionarios.

Dizia a *Germania* (8 de outubro), fazendo-se echo dos pensamentos geraes sobre a attitude do ultimo governo monarchico: «O gabinete liberal Teixeira de Sousa fez, desde o começo, a côrte aos republicanos, com os quaes esteve constantemente em contacto.» Por seu lado a *Gaceta de Von*, affirmava que «a questão do bispo de Beja, mostrando que o clericalismo julga

ainda governar a despeito da vontade do rei e, por outro lado o escandalo das concessões da Madeira, provaram que o mundo governamental era accessivel a todas as concessões e que tudo estava podre — até a camarilha mais intima do rei.»

O commentario era extranho e meditavel, e muito especialmente porque a concessão madeirense aproveitara a um allemão, o principe de Hohenlohe. Mas as apreciações proseguiam e ver-se hia o nacionalista Taegliche Rundschau (10 de outubro) dizer:

«A Europa, torna-se cada vez mais democratica. Mais uma monarchia acaba de desapparecer, monarchia d'apparencia, sem duvida, que tinha attrahido para si a revolução do desprezo. Ainda outros paizes estão abalados e a Hespanha, deve a sua salvação ás reformas anti-clericaes do seu ministerio democratico. E' interessante notar, que são os paizes catholicos que sacodem o jugo do clericalismo, emquanto que os paizes da reforma protestante lhe dão asylo, como se nós tivessemos ainda necessidade de saber que o clericalismo, sempre e por toda a parte, corrompe o povo e cultiva as revoluções.»

O *Lokal Anseiger*, de inicio espelhava um quadro terrivel, da situação portugueza, enviado de Lisboa pelo seu representante jornalistico. A capital era dada como em terror, pela pilhagem e assassinio a que a soldadesca e a plebe se entregavam. Estas, depois do ataque aos religiosos regulares teriam voltado a sua raiva contra os padres seculares, demolindo até egrejas. Breve comprehendia o exagero da descripção e rematava com o conselho de que «as relações do novo regimen com o estrangeiro, deviam ser as mesmas que as da monarchia portugueza, e as potencias, sem duvida, não levantariam difficuldades para reconhecer uma mudança duradoura na situação anterior de Portugal,» emquanto o *Courrier de la Bourse*, mais conservador que os proprios conservadores, insinuava que: «Todos se ligaram muito rapidamente ao novo governo, o que parece provar que a revolução foi feita pelo exercito. Isto são circumstancias que dispertam a ideia de que uma contra-revolução militar poderia tambem facilmente estrangular a nova Republica, e isto, com o mesmo enthusiasmo da parte do povo.»

De facto, a Allemanha fôra a unica que destoando do côro de louvores do estrangeiro, não só fez largo relato de pretensas atrocidades, como exprimiu o claro voto de uma inestabilidade de regimen. Isso conduziu a desintelligencias na propria imprensa ao ponto da *Gazeta de Francfort*, desmentir as atoardas dos seus collegas.

Isso não obstou a que, emquanto o allemão, consul de Portugal e Brunswich, Carl Lingelmann, abandonava o cargo a pretexto de seguir os acontecimentos, mas, mais cathegoricamente, de cuidar dos interesses allemães no tratado luso germanico (11 de outubro), á imprensa franceza (*Matin* de 15 de Dezembro) viesse o telegramma do seu correspondente em Berlim, annotando o facto de haver desapparecido do Almanack de Gotha, o titulo honorifico de coronel do regimento n.º 4 de cavallaria de Portugal, concedido a Guilherme II, em 1 de outubro de 1888 pela sua subida ao throno, e que isso significava que o imperador tinha dado a demissão. Deu o caso origem mais tarde, aos seguintes trechos do semanario republicano *A Alvorada* (11 de agosto de 1912), perguntando: «Porque não conserva já o regimento de cavallaria 4, á semelhança de outros regimentos, o nome do seu commandante honorario? Porque não é conhecido já por «Regimento de Cavallaria n.º 4 do Imperador Guilherme II da Allemanha?» Ou apresentou aquelle imperador qualquer pedido official de demissão por intermedio do seu ministro residente em Lisboa? Gostavamos de saber...»

A Austria, pelo *Reichspost*, de Vienna, (7 de outubro) dava a revolução como obra da franco-maçonaria, emquanto o *Outerbichische Volks Zeitung* previa difficuldades internas para Portugal, acompanhando as opiniões da *New Frei Press*, que, desviado do convencionalismo de recusa de definir ideias, posto em pratica pelo resto da imprensa austriaca, dizia (8 de outubro): «Quem sabe se vamos ter em Portugal uma republica no genero das republicas da America do Sul com guerras civis e lutas pela presidencia? Em todo o caso a Hespanha deve ter cuidado.»

Por seu lado, o representante portuguez em Vienna, dava

a sua demissão, declarando não lhe ser possivel servir o governo republicano, emquanto o imperio de Francisco José insinuava não ter duvidas em reconhecer o novo regimen, logo que assim procedessem os outros paizes.

A' Republica Franceza, foi o echo de uma hecatombe em Lisboa. O *Petit Parisien*, o primeiro que recebeu a noticia da revolução portugueza, teve-a com o descrever terrivel da capital em chammas e as ruas onde o sangue formava rios. Forjaram-se noticias para serviço do jornalismo ancioso de contentar os impacientes. Quebrou esse pesadello, a chegada de melhores informes, transmittidos pelos correspondentes especiaes, emquanto para restabelecer o socego, se apresentava um vulto bem de França conhecido. Excellente delegado tinha a Republica ali: o dr. Sebastião de Magalhães Lima.

Por isso, mais saliente foi o acto da proclamação em Paris.

Sabida ali a queda da monarchia, o antigo director da *Vanguarda*, effectuava a ceremonia solemne. Ante a vista dos transeuntes, fazia fixar na janella do quarto que occupava no Hotel Central da *Cite Bergére*, a bandeira verde-rubra, saudada de lagrimas nos olhos pelo velho democrata e grão-mestre da Maçonaria Portugueza. Secundava-o a multidão e Magalhães Lima, dado como o futuro presidente do regimen novo, e inicialmente ministro em França, desde logo se viu alvo de especiaes attenções, a que correspondeu com innumeras conferencias e assistencia a largo numero de banquetes congratulatorios. Na noite de 8, apoz um jantar offerecido pelos estudantes de medicina cursando em Paris, um grupo de 300 socialistas francezes foi testemunhar-lhe a esperança de que a republica melhoraria a situação do proletariado lusitano, emquanto Magalhães Lima, proclamava aos redactores do *Paris Journal* e *Journal*, que o systhema de constituição seria identico ao da Suissa. Esse carinhoso affecto ao regimen, professado pelo chamado *evangelisador da Paz*, trouxe no regresso a Lisboa, (30 de outubro) uma manifestação grandiosa. Tomadas foram as carruagens dos comboios parados na estação, para a ellas se guindarem os manifestantes que em collossal ovação receberam o recemchegado. Passando entre a extensa onda de povo, prolongando-se da gare á

rua, Magalhães Lima foi pelos marinheiros cingido n'uma bandeira republicana, emquanto mil creanças das escolas queimando fogos de bengala entoavam a *Sementeira* e a *Portugueza*. O automovel, foi quasi levado em peso, pelos populares e marujos, emquanto das janellas victoriavam o tribuno, tornando gigantesca de enthusiasmo a nocturna marcha. Da janella da sua residencia, ao largo de S. Roque, o velho democrata fallava ao povo, dizendo e com justiça, que era aquelle o momento historico mais notavel da sua vida e que jámais poderia olvidar. Houve ainda, (3 de Novembro), o grande cortejo e manifestação em que lhe foi entregue a seguinte mensagem:

Excellencia: Convosco vem, para vos glorificar a alma dos marinheiros portuguezes, d'esses que, mais habituados a lutar e a soffrer do que ao descanço e alegrias, conservaram intactos no intimo do coração, apezar dos longos annos de decadencia, o mesmo «amor da Patria não movido de premio vil» com que out'rora partiram para a conquista do mundo. Comvosco vem toda a tradição do passado glorioso, d'esse passado que nunca esquece, onde o povo português escreveu, para ficar na historia do mundo, as paginas mais brilhantes do civismo e heroicidade. Comvosco vem ainda a alma de Portugal, não a d'esse Portugal decadente e triste, gasto pelos annos de soffrimento, mas a alma do Portugal futuro, cheia de crenças, de aspirações de vida e de luz! E, comtudo, senhor, tudo é pouco, tudo é pequeno para vos saudar e enaltecer, porque vós não sois apenas o amigo dedicado e generoso, que n'um periodo de perseguições e de injustiças, tendo só em mira o bem dos opprimidos, levantou perante o mundo a sua voz para nos acudir na desgraça, sacrificou a sua segurança para nos salvar a vida, dar sua clara intelligencia, o bem-maior que o homem pode ter, para nos dar a liberdade. Sois mais: vós sois aquelle patriota, modelo admiravel de amor patrio, que, n'uma gloriosa campanha de longos e successivos annos, sem um esmorecimento, sem um dia de descrença, veiu mostrando ao mundo inteiro que Portugal não era uma nação decrepita, onde o brio e a honra tinham existido, mas, bem pelo contrario, o seu povo conservava essas faculdades de abnegação, de civismo e de heroicidade que constituiram sem-

pre o apanagio e a caracteristica dos povos livres. Mas, tal como somos, nós aqui viemos, senhor, com a mesma e inabalavel fé, o mesmo ardor, o mesmo enthusiasmo com que out'rora os nossos antepassados seguiram, de olhos fitos no bem da patria, para desvendados os mysterios do mar tenebroso, saudar em vós a maior alma da patria portuguêsa, apostolo do bem, da verdade e da justiça, defensor do novo Portugal.

Magalhães Lima, respondia no discurso que se classificou, merecidamente, de notavel:

Camaradas e cidadãos meus amigos: «Não morreu, felizmente, o heroe português que outr'ora assombrou o mundo com os seus feitos epicos. Ha lagrimas que se choram uma vez só na vida. Este momento é, certamente, o mais feliz da minha existencia. Vejam todos com este exemplo unico e formidavel, como vale a pena combater pela liberdade e pela justiça. E' uma compensação da propaganda activa, tenaz e perseverante. E' uma compensação a todas as injustiças, a todos os insultos e a todas as perseguições de que foi victima. A vós devo esta felicidade, a maior sem duvida da minha existencia. O heroe dormitou durante seculos de inquisição politica e religiosa. Mas renasce hoje, como a Phenix, resuscita como Lazaro, óvante e soberano, mais pujante do que nunca, no vosso civismo, na vossa grandeza moral, na vossa dedicação á patria! *Marinheiros portugueses*, queridos e amados camaradas, e porque não? Vós não sois uma casta, nunca constituistes uma armada pretoriana d'um rei, mas sim uma legião civica. A farda não exclue o cidadão e vós sois homens livres como todos os outros e não uns automatos, uns instrumentos e uns escravos como succede nos paizes aristocraticos. Foi um marinheiro que representou o glorioso Portugal passado, sulcando os mares com as quilhas dos seus navios em demanda de mundos desconhecidos, e de paizes inhospitos. E oh assombro, oh gloria! é ainda o marinheiro o symbolo da patria redimida quem representa o Portugal novo, fecundo, trasbordante de enthusiasmo e alegria; o Portugal republicano empunhando a bandeira verde e encarnada que fluctuou sobre a barricads da Rotunda e podendo exclamar como o grande poeta: «Não fazem ninho os milhafres—

Nas cavernas do leão». Fostes vós oh marinheiros que contribuiste com o maior quinhão para a proclamação da Republica. Consolidemol-a todos com o nosso amor, porque o amor não está só na Natureza e na belleza do Universo; o amor revela-se tambem nos individuos, nas classes e nos povos solidarios; e todos os que comprehendem esta lei como vós a comprehendeis, estão seguros da victoria. Era o segredo do vosso e do nosso triumpho! Valentes cidadãos da Republica: acceitae com o meu mais enternecido e effusivo agradecimento a expressão d'essa solidariedade que vós acabaes de praticar com tanta galhardia e com tamanha elevação. Homens do mar gritae commigo: Viva a Republica!»

Magalhães Lima, tão affectuosamente recebido, foi desde logo indicado para presidente da republica. A politica republicana não lhe fixára os serviços á causa e, á eleição presidencial, o grande democrata obtinha, e como se favor fosse ainda, um voto! De novo se devotou ao estrangeiro, vivendo mais por lá de que sob a politica do regimen que lhe esquecera o serviço de largos annos.

A antiga diplomacia portugueza é que não encarou sob tão excellente aspecto o novo estado executivo e o ministro, conde de Sousa Rosa, recebendo em 6, o telegramma do dr. Bernardino Machado, communicava ao director dos negocios politicos e commercio de França, Bapst a entrega da legação, ao 1.º secretario, Antonio Bandeira. Foi este pois quem, no dia 8, notificou a proclamação ao governo francez, na pessoa do director geral dos negocios politicos, por estar ausente o ministro dos estrangeiros, Pichon.

Extranhado foi logo pelo *Temps* que o facto não fosse acompanhado do mais simples commentario, não servindo isso de entrave ás causticas apreciações da imprensa franceza sobre a queda da monarchia, attingida por duros golpes.

Dizia o *Éclair* (10 de outubro):

«O joven soberano não teria podido encontrar na generosa inspiração d'um bello pezar o meio heroico de reparar o erro commettido deixando o campo de batalha antes do fim da luta?

As suas probabilidades de readquirir a corôa, eram cem vezes mais raras se voltasse depois de ter partido; mas a sua apparente loucura, ter-lhe-hia conquistado e á sua dynastia, preciosas sympathias. Não era, pois, um acto inutil, nem mesmo um erro romanesco».

O *Radical*, dizia que: «A revolução é bem a obra de um povo consciente de si proprio e resolvido a regenerar-se pacificamente. Os portuguezes sabem que o seu despertar nacional, começou. Para nós, republicanos, é com legitima altivez que assistimos á difusão de principios e de idéas que são as nossas».

Ia mais longe o *Rappel*, onde Albert Milhaud insinuava: «O Portugal republicano, como o Portugal monarchico, ficará na zona d'influencia e de protecção da Inglaterra. O «Foreign office», nunca receiou para a monarchia ingleza, a approximação com as potencias republicanas. O governo de Saint James, viu muitas vezes com satisfação fundarem-se novas Republicas, e a historia da America latina, está ahi para nol-o provar».

O proprio *Figaro*, dado á aristocracia franceza, escrevia: «Basta percorrer os jornaes inglezes de todas as côres, os conservadores e os liberaes, para se ficar seguro de qual será a attitude da Inglaterra. De certo, a familia real portugueza conta n'aquelle paiz vivas sympathias. Isso, porém, não impedirá os inglezes de reconhecerem o novo regimen, desde que elle seja normal e regularmente constituido. A Hespanha vê-se obrigada a pesar bem a influencia que os acontecimentos de Portugal poderiam exercer sobre a sua politica interna. Os republicanos hespanhoes tomarão coragem e alento com o successo dos republicanos portuguezes. As noticias recebidas de Madrid provam, porém, que o governo está resolvido a demonstrar uma stricta neutralidade para com a republica vizinha. Quanto á attitude do governo francez perante a Republica Portugueza, não poderá ser senão favoravel. A nossa influencia intellectual e moral é consideravel n'aquelle paiz. Poucos esforços seriam necessarios para desenvolver ainda mais. E' o momento de pensar que recentemente abrimos com Portugal negociações economicas que importa levar a bom termo o mais depressa possivel. Resta a Allemanha, que tivera n'estes ultimos tempos algumas difficul-

dades com o governo portuguez. A imprensa allemã parece acolher o novo regimen sem grande amenidade. Atravez de Portugal, é evidentemente a Inglaterra que se procura attingir. Mas o governo allemão nem por isso deixará de reconhecer o facto consummado. Nenhuma difficuldade exterior, verdadeiramente séria, é, pois, de prevêr para os republicanos portuguezes. Mas estes devem ter em vista que é d'elles, sobretudo, que depende o que vae ser a attitude das grandes potencias. Se a ordem fôr promptamente restabelecida, se o governo se organisar e trabalhar, se os deploraveis abusos que perderam a monarchia desappparecerem na Republica, porque razão não concederiam os estados vizinhos a sua sympathia e o seu apoio a esse novo regimen? Desejamos vivamente que assim seja.»

L'Accion, aconselhava: «Se a republica está constituida desde hoje em Portugal, o nosso papel de republicanos francezes, deve ser um papel de prudencia e de sympathia. O que se passou com a Joven Turquia é sufficiente para nos mostrar que uma grande nação não pode ter outras amizades senão aquellas que são favoraveis aos seus interesses.» Jean Jaurés, na *Humanité*, formulava votos philosophicos, onde as entrelinhas diziam tudo: «Todos os poderes da Europa, monarchias em todos os graus e republicas mais ou menos burguezas, farão bem meditando nos acontecimentos que se multiplicam. O espaço de tempo que teem diante d'elles é talvez mais curto do que se imagina.»

O *Gaulois*, declarava: «Se a monarchia succumbe hoje, é porque ella se tornou responsavel de abusos que tinha tentado combater. Saberá a Republica prevenir-se contra estes antigos abusos? Estreia-se depois d'um golpe de força, em presença d'um parlamento desconsiderado, d'um exercito pouco seguro, e d'um povo indifferente. Mas para o levantamento de Portugal, póde contar-se sempre com as boas qualidades d'uma velha nação latina, mesmo sem contar muito sobre os beneficios do novo regimen.»

Todavia fôra elle um dos primeiros que enveredando por caminho diverso dos outros orgãos parisienses, censurava o programma do dr. Theophilo Braga, comparando-o ao de Jules Combes; deplorava as perseguições religiosas, e declarava incli-

nar-se com respeito e com pesar deante do joven rei que conhecia os extremos das desillusões, no estado em que a existencia a outros sorria e deante da rainha D. Amelia, pelo seu duro calvario.

Por seu turno, o *Temps*, collocando a questão nos devidos termos, fazia extensa analyse do internacionalismo, ante a revolução. Formulando a clara accusação de que a Inglaterra não fechara os olhos aos acontecimentos, sendo perfeita conhecedora de quanto ia succeder, evocava o facto, verdadeiro, da Gran-Bretanha não haver dado para esposa de D. Manuel uma princeza ingleza sob razão de preparativos de eventualidades desagradaveis para a casa de Bragança. Em materia de reconhecimento aconselhava a reserva, até que o governo provisorio desse garantia de ordem e de perfeitamente estabelecido, insinuando, porém, que ao gabinete londrino impedia o inicial passo. Era ainda o *Temps*, quem apreciava os acontecimentos, atirando aos vencidos a derradeira ironia e a derradeira accusação (3 de Novembro), o que causou extranheza. Segundo elle, «os defensores naturaes da monarchia, cortezãos, ministros, homens publicos realistas, altos funccionarios, constituiram, áparte raras excepções, o pessoal mais despresivel que sé pode imaginar. Fraccionados em grupos inimigos, disputando-se o poder e os cargos, delapidando os dinheiros do Estado em proveito da sua clientella, exhibindo a sua venalidade, semeando a corrupção, a sua insolencia e o seu cynismo não deviam ter eguaes na sua cobardia durante a crise, na sua subserviencia perante os republicanos vencedores. Apoz a morte do rei Carlos, suppôz-se que os realistas acabariam com as suas dissenções; tentaram-n'o por pouco tempo, mas recahiram em breve nas suas infimas questiunculas de pessoas e de grupos. Talvez se admirem de vêr na nossa penna tão violentos epithetos, mas parece-nos que, empregando-os, não exprimimos ainda assim toda a intensidade da repugnancia inspirada por esses monarchicos que arruinaram a monarchia. Qualquer que seja a inexperiencia dos homens de Estado actualmente no poder, nada pode fazer esquecer a sua energia, o seu valor intellectual, a sua dedicação ao trabalho e o ardor do seu enthusiasmo. Estas qualidades permittem um bom agouro

do futuro da Republica e são mais preciosas para os estadistas que os conhecimentos technicos que ainda não alcançaram. E' de crêr que se não dirigirão, para os secundar, aos especialistas do antigo regimen, que, com grande copia de mesuras, já lhes offereceram os seus serviços. Que os republicanos se acautelem. A Providencia quiz que, á sua chegada ao poder, não encontrassem inimigos; possa ella preserval-os no futuro dos seus novos amigos, mil vezes mais perigosos que os seus peores adversarios.»

Quasi identicas affirmativas fazia *Le Siècle*, dizendo que «os inimigos da Republica Portugueza prestam lhe n'este momento o serviço que os partidos reaccionarios prestam invariavelmente a todos os regimens de progresso: crivam-na de criticas, de calumnias, ou de boatos alarmantes e assim provam que ella está fazendo trabalho util. Demonstram a importancia da sua missão e garantem-lhe por esta forma a sympathia de todas as nações livres. Podem se bem desprezar esses ataques, como os republicanos portuguezes que residem em Paris desprezam os insultos e as ameaças que os clericaes lhes dirigem por cartas anonymas. Pode-se mesmo não fazer caso das declarações do ex-rei Manuel, que adquiriu em Gibraltar a «coragem da escada» e que, de repente, se apercebeu de que não tinha abdicado. Folheando a historia da sua familia, o filho da rainha Amelia ficará a saber que as intenções d'um monarcha desthronado teem pouco valor e que a corôa posta por Luiz Filippe, em 27 de fevereiro de 1848, no berço do conde de Paris pouco tempo lá se conservou.»

La Lanterne, incitadora, apontava (8 de outubro) o exemplo portuguez ás outras nações monarchicas, como a Italia e a Hespanha querendo as vêr livres do jugo da egreja e, depois, da realeza. As esperanças da *Lanterne*, resurgiam egualmente na democracia italiana, onde o deputado Faustini, formulava a opinião de que apoz Portugal, teria a Hespanha tambem a sua revolta republicana.

Mais longe iria o antigo deputado dissidente, dr. Queiroz Ribeiro, expondo ao *Petit Parisien*, na pessoa do seu enviado Paul Lagardere, não só que a revolução de Portugal ia exercer

grande influencia em Hespanha, como as possibilidades de uma unificação luso hespanhola, fundamentada em que «o futuro dos dois povos estava sob a bandeira da republica federal-portugueza.»

Para não desmerecer da quasi unanimidade de apreciações da imprensa franceza, o *Matin* (11 de outubro) citando as perseguições religiosas, com ironia frisava que eram logicas, pois os revolucionarios necessitavam de expandir a sua colera, e não tendo achado monarchicos, desapparecidos ou adherentes, contra outros se voltaram.

Menos pessimista Jean Jaurés, affirmava que a republica surgira como uma promessa de probidade publica e que os nobres instinctos do povo portuguez não só prevaleceriam sobre as vergonhas praticadas pelo antigo regimen como formariam uma vida nova e assim pensou tambem Philés Lebesgue, que a quatro incompletos annos de republica, n'um livro (Maio de 1914) intitulado *La Republique Portugaise*, exalçava ainda o regimen novo, e quando uma atmosphera de descrença o envolvia já...

As primeiras noticias da Revolução foram transmittidas para Hespanha pelos vapores *Cap Blanc* e *Upyaronga*, e do primeiro sahiu o radio-telegramma, onde se annunciava a revolta, o bombardeamento do palacio real, e a substituição da bandeira real pela bandeira republicana, que ali apparecia mudada em *azul e verde*. O *Noticiero* de Vigo, dava em 6, trechos ineditos da revolução, onde resaltavam pormenores extranhos:

«O vapor «Cabo Branco», da Companhia Hamburgueza entrou no porto ás 10 e meia da manhã. Procedia de Lisboa, d'onde na vespera enviara para Santander o marconigramma pelo qual se soube em Hespanha que havia estalado a revolução em Portugal. Immediatamente, depois de fundeado o navio, os redactores do nosso jornal falaram com differentes passageiros obtendo d'elles esclarecimentos importantes. O «Cap Blanc» entrou em Lisboa na terça feira, ás 9 $^{1}/_{2}$ horas da manhã, devendo ahi abastecer-se de carvão e fazer-se ao mar ás 6 $^{1}/_{2}$ horas da tarde. Este era o programma traçado pelo capitão. Quando o navio fundeou deante do Caes do Sodré já a revolução tinha

rebentado. Ouvia se a bordo o tiroteio feito nos navios. A's 2 horas da tarde dois navios de guerra romperam fogo em frente do palacio das Necessidades. Esses navios eram o «Adamastor» e o «S. Rafael». Um d'elles tinha içado a bandeira republicana. N'essa altura, um dos fortes da margem do Tejo arvorou egualmente o pavilhão verde-vermelho. Os navios sublevados dispararam trinta tiros dos quaes, segundo calculamos, se deviam ter perdido dezoito. Pouco depois de ter principiado o fogo, saiu do couraçado «S. Paulo», onde se achava, o marechal Hermes da Fonseca, uma lancha a vapor, onde embarcaram tres officiaes do cruzador. A lancha tinha arvorada a bandeira brazileira e approximou-se dos navios, intimando os seus commandantes a que cessassem o fogo, de contrario o «S. Paulo» empregaria a sua artilharia. Os navios obedeceram promptamente. Acto continuo os officiaes do cruzador dirigiram-se aos navios mercantes, entre os quaes estava o «Cap Blanco» e o transatlantico «Uruguaya», pedindo-lhes para se fazerem ao mar. O «Cap Blanco» saiu então precipitadamente, seriam 4 horas da tarde, sem se ter abastecido de carvão.»

Ao passo que a imprensa effectuava logo edicções especiaes, aguardando todavia a confirmação das noticias graves, o governo punha logo entraves aos enthusiasmos dos republicanos hespanhoes, anciosos de evidenciar a sua fé anti-monarchica, e ao mesmo tempo mandava aprestar os cruzadores *Numancia*, *Princeza das Asturias* e *La Manchia*, para viagem até Lisboa, onde entravam em 7. Já o respectivo representante, marquez de Villalobar, estava pedindo a protecção para subditos hespanhoes e guarda para a legação, fornecida, vindo em breve despacho cifrado do governo hespanhol annunciando-lhe a proxima chegada dos navios de guerra.

Alarmou-se logo tudo em Hespanha, e, emquanto os republicanos, rejubilando, illuminavam as fachadas dos centros democraticos e futuravam cortejos congratulatorios, o governo, como já fizera pela revolta do Porto em 1891, em que collocou tropas na fronteira para protecção e recepção de emigrados, a despeito do mau olhado com que o gabinete João Chrysostomo acolheu esse acto — guarnecia egualmente as terras fronteiriças. Dava-se isto a

7 de outubro e logo na camara dos deputados, o republicano Azcarate, ao passo que suscitava a obrigação hespanhola de observar estricta neutralidade, elogiava o movimento de Lisboa e os chefes da revolta e exigia explicações cathegoricas sobre a collocação de regimentos na fronteira e remessa dos 3 cruzadores ao Tejo. O presidente do conselho, D. José Canalejas, fazia resaltar a ignorancia official do facto consummado em Lisboa, d'onde vinham noticias contradictorias, e assim affirmava que lhe cumpria encarar os acontecimentos como um caso insurrecional, não dando direito a situação anormal ao reconhecimento do governo provisorio. Os navios, por seu turno, constituiam uma segurança aos subditos de Hespanha e em especial de representação diplomatica no desenrolar da acção rebellionaria.

A participação official do governo portuguez só chegou ali no dia 9, não sem que o ministro hespanhol em Lisboa evidenciasse a extranheza pela demora. Agitara-se a chancellaria portugueza e da transmissão de notas telegraphicas entre o representante de Portugal em Madrid e o ministerio dos negocios estrangeiros, presentes foram desculpas do gabinete provisorio com base na entrega em Madrid, com atrazo, do telegramma official do governo republicano. As conferencias ensejo davam a extranho boato do orgão do partido catholico austriaco, *Veatreland*, assegurando que a Hespanha tomára parte nos acontecimentos e d'ahi a appressada visita do marquez de Vilalobar ao gabinete provisorio de Portugal. Para contrabalançar o effeito da atoarda, um telegramma estrangeiro, insinuava que o partido republicano portuguez conspirava com o partido republicano hespanhol para a implantacão da republica no reino de Affonso XIII.

A isto acudiu, o que era desnecessario, o dr. Bernardino Machado, com o desmentido, salientando que assim como os portuguezes não haviam necessitado de alheio auxilio para o resolver das suas pendencias, desnecessario era aos democratas hespanhoes, qualquer extranha intervenção.

Salientava todavia o republicanismo hespanhol um desusado interesse pelos nossos negocios politicos e foi ainda Azcarate quem no congresso combatia as allegações do antigo ministro

de Hespanha em Lisboa, conde de S. Luiz, o qual dava a mudança de instituições como trabalho anti clerical e assignalava perseguições e crueldades exercidas sobre os frades.

Nada mais era isso do que a reproducção de noticias circulatorias, a que *El Correo de Andalucia*, jornal catholico de Sevilha, fazia assim referencia sob o titulo de «*Matanza de religiosos?* «O diario *L'Eclair* publica um telegramma de Lisboa, recebido por via de Berlim, communicando um facto de tanto interesse, que o dito diario vendeu milhares de exemplares a mais da sua tiragem ordinaria. Trata-se do seguinte: Quando a policia de Lisboa conduzia para a estação do caminho de ferro os jesuitas expulsos, o populacho, exacerbado pelas calumnias e infames predicas dos acratas, invadiu a estação, soltando gritos horriveis e dispondo-se a matar os jesuitas. Os guardas que escoltavam os religiosos, vendo-se insufficientes para dominar os revolucionarios, pediram reforços para o quartel de marinheiros e governo civil. Entretanto numerosos grupos de revolucionarios, armados de pistolas e navalhas, destroçaram a policia, que, de resto, não cumpriu as ordens que recebeu de defender os jesuitas. As turbas degollaram os religiosos, perseguindo os que lograram escapar ao ataque, atacando-os de uma forma selvagem. Logo que circulou pela cidade a noticia d'este facto, turbas de revolucionarios, munidas de latas de petroleo, atacaram os conventos, incendiando-os e abrazando os religiosos que lá se encontravam. O governo nada fez para evitar estas scenas cannibalescas. Limitou-se a mandar para as ruas pequenas patrulhas de soldados, que, eram rodeadas pelo povo, que victoriava o exercito. Os soldados contemplavam, impassiveis, todos estes monstruosos crimes.»

Azcarate, accentuando que a revolta nascera «da corrupção, quasi podridão dos varios governos monarchicos» (18 de outubro) negou que se tivessem exercido perseguições, affirmando que precisamente as primeiras medidas do governo e das auctoridades tinham sido em favor do respeito absoluto da liberdade e dos direitos de todos, sendo inevitaveis alguns incidentes nascidos da paixão politica do povo; negou tambem que qualquer offensa fosse feita a hespanhoes e exaltou a grandeza com que se

realisou a mudança de regimen, merecendo a justa admiração dos outros paizes as personalidades republicanas portuguêsas pela fórma como encaminharam o movimento.» A contradicta, por S. Luiz, frisava que se alguns governos monarchicos de Portugal tiveram má orientação administrativa, o ultimo tivera falta de energia, «pois permittira que fossem depostas corôas nos tumulos dos culpados do assassinio do rei D. Carlos, e outros actos taes como manifestações exaltando o acontecimento, influindo tambem a falta de energia em instaurar processo contra os accusados de participação em similhante crime.»

A intervenção do ministro dos negocios estrangeiros, punha um dique ás considerações, fazendo vêr a imprudencia de em pleno parlamento hespanhol se tratar de politica externa de outro paiz, que todos deviam respeitar, fosse qual fosse o aspecto da sua organisação.

Emquanto se censurava a critica monarchica aos acontecimentos, os proprios que a menoscabavam organisavam larga manifestação. As ruas de Madrid, eram atravessadas a 16 de outubro, por enorme cortejo promovido pelos republicanos e socialistas, como Pablo Azcarate, Pablo Iglesias, Barros, Perez Galdós, Ezquerdo Py y Margall, Lerroux, Cabanas, Torre, Murillo, Soriano, e outros. Entre vivas á Republica, dados ante a guarda civil que abria o prestito, desfilou, este, até ao passeio de Castellana, junto da estatua de Emilio Castellar, o grande republicano. Ali, o deputado democrata, Salillas, dizia:—Posso exprimir a satisfação dos dirigentes do partido republicano hespanhol, vendo o povo de Hespanha, demonstrar a sua sympathia pelo povo portuguez que com tanta bravura se soube desembaraçar d'um passado sinistro e vergonhoso. A Hespanha deu, com o vosso procedimento de hoje, uma galharda demonstração de virilidade, manifestando o regosijo pelo primeiro passo dado para a realisação dos ideaes a que aspira toda a peninsula iberica. Tratarei de communicar esta impressão aos nossos irmãos de Portugal, saudando-os em vosso nome. Retiremos agora em boa ordem, convictos de que os nossos bons desejos breve se traduzirão em actos. Viva a Republica Portugueza!»

O conselho, era acceite em parte e se os manifestantes de-

sistiram de uma sortida sobre um grupo de peregrinos catholicos esperados a essa hora na capital hespanhola, não deixaram de apupar, em frente da respectiva redacção, os redactores do jornal *A B C* e de querer investir com as residencias do infante D. Carlos e do conde de Romanones. O presidente do governo, verberando (17 de outubro) o acto, não poude callar que auctorisára o cortejo democratico ante responsabilidade assumida por Peres Galdós, de não ser alterada a ordem publica. Mas tudo estava quite com o sem numero de effectuadas detenções.

Avocando o assumpto á sua patria, os conservadores hespanhoes, lamentavam o desthronamento de D. Manuel, censurando os maus conselheiros, emquanto os independentes affirmavam que esses factos deviam servir de licção aos homens do governo que não aconselhavam bem os reis. Vogando n'uma esteira natural, os democratas comparavam a situação portugueza á hespanhola, o que a imprensa monarchica contrariava dando o exercito castelhano como identificado com D. Affonso XIII, a frisar que o mesmo não succedia com os reis D. Carlos e D. Manuel.

Como desmentido, os republicanos iam arranjando, com a ajuda do elemento official, bases para 13 comicios commemorativos da proclamação da Republica em Portugal (8 de outubro).

Effectuando-se um movimento accentuadamente de louvor á Republica, mas de facto visando a reivindicação do ideal em Hespanha, os democratas felicitavam os proclamadores e Pepe Salmeron, expedia até a seguinte carta ao *Mundo* (12 de outubro):

«Primeiro, a angustia e o desejo, e depois o enthusiasmo e a admiração foram as impressões que dominaram o meu espirito, nestes memoraveis dias. Lamentava, sentia e chorava não poder estar junto de vós, para pôr a minha vida ao serviço da santa causa, que com tanto valor e tanta abnegação contribuistes para que triunfasse, e na minha alma havia votos ferventes, não para que vencesseis, o que para mim era indubitavel, mas para que triunfasseis, pronta e rapidamente, assombrando o mundo com a vossa galharda energia e com a vossa grandiosa genero-

sidade. E tambem sucedeu, ao povo português, o poder orgulhar-se de haver demonstrado, á face de todo o mundo civilizado, que ainda ha homens capazes de morrer pela ideia, que ha de remir a humanidade e tornar felizes os povos. Compreendo a vossa imensa alegria, com o triunfo surpreendente obtido, e compreendeis tambem a minha, que sabe amo essa bemdita terra, á qual me ensinou a querer com tanto amor como á minha Patria, o homem que foi meu pai, e só o pensar no prazer tão intenso que sentiria, se vivesse, ao conhecer o vosso triunfo, o meu pensamento se volve para todos vós, com profundo orgulho pela vossa victoria, desejando vivamente que a consolidação da nova Republica Portuguesa traga comsigo uma nova era para esse famoso povo. O meu pensamento não se affasta um momento de vós, e ainda que impossibilitado, pela dificuldade de comunicar com Lisboa, contai-me entre os vossos, e, se como é de esperar, dentro em pouco posso estar ao pé dos meus bons amigos, ahi estarei com alma e vida. Abrace a todos os amigos, com um abraço de veneração e fraternidade, como o teria enviado meu pobre pai, e para o meu caro amigo um muito apertado de — *Pepe Salmeron* — Arganda, 7 de outubro de 1910.»

Contrariamente, a Lisboa vinham o mais temido adversario da monarchia hespanhola, Nouguées; o vereador de Bilbau, Orbe; o gerente de la *España Nueva*, Manuel de la Torre; o deputado Rodrigo Soriano, que mais tarde acompanhou os republicanos portuguezes nos trabalhos de revindicta contra os incursionistas monarchicos; e o deputado por Bilbau, Horacio Echevarietta, cujo pae auxiliara os democratas lusitanos fazendo passar pela fronteira, annos antes, um importante carregamento de armas. (*) Em banquete se reuniram (19 de outubro) e sem olhar a complicações, n'essa ainda indecisa hora, o visconde da Ribeira Brava brindava para que fosse um facto a republica hespanhola, retribuindo D. Rodrigo Soriano com affirmativa de que os seus compatriotas correndo-lhe nas veias sangue da

(*) O *Mundo* de 12 de Outubro de 1910.

mesma origem da portugueza, saberiam e conseguiriam implantar a republica no seu paiz.

Canalejas foi avisado dos perigos que poderiam advir d'uma condescendencia illimitada, mas em face do novo poder constituido em Portugal, a Republica, dava aos democratas a liberdade de manifestações, reproduzidas em larga escala e reprimia, a 20, o realisar d'um comicio monarchico de protesto contra a orientação republicana. Isso não obstou comtudo, a que, em reunião no Centro Politico, os conservadores appoiassem energicas phrases do antigo ministro Lacierva, atacando rudemente os acontecimentos de Lisboa e que se promovessem em Hespanha propagandas anti-dynasticas. Lamentando-as, dizia que «da revolta nasce o attentado pessoal, que immediatamente fructifica e como exemplo, temos nós, conservadores, o attentado contra o sr. Maura, em Barcelona.»

Este, por seu turno, exprimia assim a sua opinião, bem digna d'aquelle que não hesitou ante o fuzilamento exemplificador de Ferrer em Montjuich:

«Não me surprehende o occorrido porque a benevolencia que se seguiu ao rigor do governo de João Franco alentou os republicanos, que deviam ter sido perseguidos sem compaixão. Todas as leis, applicadas litteralmente, fornecem os meios necessarios para submetter os inimigos da monarchia. Em casos desesperados, tem que optar-se entre os deveres monarchicos e as considerações proprias de epocas normaes. Um regimen de falsa liberdade levou ao abysmo a monarchia, que soube ser forte, mas que capitulou perante o assassinio. Nada d'isto succederia se a mão de ferro de Franco tivesse estirpado o cancro, salvando as instituições, o credito e a honra portuguezas. Entendeu-se que era melhor comtemporisar com a fera, e da arma de Buissa passou-se á dynamite. Os monarchicos portuguezes são mais culpados do que succede do que os proprios inimigos do throno. A revolução nunca é agradecida e, em vez de derrubal-a quando ella appareceu no Terreiro do Paço, deu-se-lhe alentos com branduras inexplicaveis. Deus queira que não seja tarde para emendar o erro e que os governantes lusitanos comprehendam que o seu dever consiste em applicarem um rigo-

rismo saudavel! Uma sangria a tempo salva ás vezes a vida. Isto pode succeder com o motim de Lisboa.»

A essa hora, (20 de outubro) o presidente do governo D. José Canalejas, em conselho de ministros presidido por D Affonso XIII, informava-o da situação portugueza, citando as terras lusas como em pleno pacifismo, não tardando que lhe notificasse o facto de Portugal haver feito saber á Hespanha, por intermedio da respectiva legação, que daria seguimento completo a todos os compromissos legaes contrahidos pela monarchia (22 de outubro).

Por seu lado, a imprensa hespanhola, assumia, em attitudes varias, a direcção orientadora das camadas populares e assim veremos o orgão republicano *El Liberal* (outubro de 1910) fallando d'esta forma:

«A proclamação da Republica, em Portugal deu volta ao juizo dos monarchicos hespanhoes. Os conservadores, principalmente, andam cheios de sobresalto e ira, fechando se nas suas opiniões e incitando o governo para que fuzile, prenda, ou, pelo menos faça processar todos que sympathisam com aquella admiravel revolução.»

Tinha bases esse desasocego, porquanto, em Lisboa, D. Rodrigo Soriano, entrevistado pela *Capital* (13 de outubro) declarava que o povo hespanhol já não podia recear as consequencias de aventura identica á de Portugal e que a implantação da republica em Hespanha, seria um facto dentro de pouco tempo.

Mas, para bem dos realistas hespanhoes, a predição não foi cumprida.

A *España Nueva*, emittia, como sancção, o seguinte parecer, depois de salientar que o primeiro regimento a sublevar-se foi o de infantaria 16, denominado de D. Affonso XIII:

«E' agora, precisamente, que mais se vigorisam os nossos ideaes. Toda a nossa linha fronteiriça, apreciando os beneficios que a mudança de regimen trouxer á nação vizinha, será em breve um vigorissimo fóco de propaganda. D'ahi irradiarão ás aldeias, victimas do cacique monarchico, escravas d'esses julgados, que são castellos roqueiros do feudalismo moderno, verdadeiras ancias da redempção. E o nosso paiz, cada vez mais po-

bre, cada vez mais explorado pela monarchia, cada vez mais divorciado de um regimen em que a justiça é uma palavra vã, bem como as expressões «moralidade», «patriotismo», «democracia», verá com os proprios olhos o que é o regimen republicano, mirando se no limpido espelho portuguez».

El Pais censurou o respectivo governo pelas prevenções e dava a revolução como uma obra moral, e *El Radical*, pela penna de Alvaro Calzado, declarava «invejar os portuguezes que conseguiram dar ao mundo um bello exemplo, derrubando uma monarchia que os envilecia e levantando sobre os seus escombros uma Republica que ha de fomentar o bem estar material e o progresso moral do povo; invejar ainda os portuguezes porque realisaram essa grande obra sem abalos perigosos, obedecendo os que tomaram parte na revolução a um plano muito estudado e executando esse plano com uma disciplina, uma abnegação e um espirito de sacrificio admiraveis.» Como remate a esperança de um dia sentir em Madrid identicas impressões.

Certo é todavia que o regimen novo, não cahiu em Hespanha em absoluto agrado e a quatro annos incompletos (1 de Março de 1914) já o *A. B. C.* de Madrid, dizia sob o titulo *Em plena anarchia* e sub-titulo *A situação em Portugal:*

«Sempre temos commetido em Hespanha o lamentavel desatino de não nos importarmos para nada com o que succede em Portugal. E' um gravissimo erro em que incorremos todos e d'elle somos egualmente culpados — governantes e jornalistas. Portugal não nos interessa, não o conhecemos, nada sabemos do que ali acontece. Dir-se-ia que, em vez de apenas dividido de nós pela linha convencional de uma fronteira, se acha encravado na extremidade do Polo Norte. Isto, que é sempre lamentavel, ainda muito mais o é em circunstancias como as actuaes. Portugal está atravessando uma situação difficilima. Desencadeadas as paixões revolucionarias e triunphante a anarchia, a vida social tornou-se impossivel. O tumulto está na ordem do dia e a dynamite converteu-se em fundamento de direito. Aquelles que um dia accusaram os partidarios da ordem e os elementos religiosos de deitar bombas, demonstram agora, por factos, que eram elles os que se serviam d'ellas e as continuam empre-

gando. O que succede em Portugal estava previsto como inevitavel. Bastava considerar o que havia no fundo da revolução para compreender que não era a Republica qne podia satisfazer as aspirações do povo. Hoje em dia as fórmas de governo não influem nada na melhoria social dos povos: uma mudança de regimen não é mais do que uma mudança de nome; a transformação não se faz com constituições nem com leis; está mais no fundo: no exforço collectivo e no trabalho de cada um. O caso de Portugal, por te-lo tão proximo e tão recente, deve ser para nós um ensinamento e um exemplo.»

A esse tempo já pela Hespanha haviam transitado os nucleos de conspiradores monarchicos por ella protegidos e com incidentes notaveis e ineditos que serão descriptos n'outra nossa obra, indispensavel complemento d'esta.

A Hollanda, em cujo palacio da legação em Lisboa, cahira uma granada, dava ensejo a um incidente. O *Vasco da Gama*, estava a 8 de outubro ancorado no porto hollandez de Tandjuk-Prick, com a bandeira azul e branca, quando em despacho cifrado lhe foi notificada a mudança de instituições e o convite de adherir. Arriado o pavilhão real, subia ao mastro grande a bandeira verde e encarnada, mas o governador das Indias Neerlandezas, sobresaltado e resoluto, fazia logo chegar ás mãos do commandante do cruzador o despacho seguinte:

«Esse cruzador portuguez arvorou bandeira sediciosa. A Hollanda não reconheceu a Republica de Portugal. Portanto se no praso de quatro dias, esse navio não abandonar as aguas neerlandezas será atacado, desarmado e presa toda a sua tripulação.»

Recusou o commandante portuguez abandonar o porto, pois se limitaria a cumprir as ordens do governo novo. A allegação offerecia duvidas, pois não só difficil seria descobrir a veracidade do telegramma, que poderia constituir um processo revolucionario para adquirir a adhesão, como de pouca confiança era o facto de sendo monarchico o navio já a bordo possuir bandeira republicana.

Não se conformou pois o governador e ordenava a ida a Soerabaya do cruzador *Noord-Brabant* para a execução da ameaça formulada na mensagem.

Ia o incidente diplomatico degenerar se em *casus belli*, quando a Hollande, iniciando relações com Portugal, assim o communicou a todos os governadores coloniaes e o das Indias Neerlandezas se bem que contrariamente, ordenava o regresso do *Noord-Brabant* e auctorisava o *Vasco da Gama* a abastecer se de carvão e viveres.

O Reino-Unido, apresentou duas attitudes: a de politica simples e a de politica de conveniencia.

Retardada fôra para a Inglaterra a notificação official da proclamação, ao ponto de o Foreign-Office, communicar em 11 de outubro ao ministro dos negocios estrangeiros de Portugal, que achava extranha a falta. Attribuidas foram as culpas ao marquez de Soveral, que, não disposto a acatar os dictames do novo regimen, abandonára o cargo de representante portuguez. A attitude que a Gran-Bretanha não levou a mal para com o diplomata, por conhecer e bem as suas tradicções monarchicas, recahiu sobre o gabinete lusitano e, para inicio de reclamações, se fez a de uma guarda para a egreja, collegio e hospital anglicano de S. Luiz, afim de não soffrer assaltos de anti-religiosos.

Mais feliz a imprensa britannica do que o seu governo, o *Daily Mail*, fazendo directa pergunta sobre os acontecimentos de verdade succedidos em Lisboa, obtinha do presidente provisorio a resposta seguinte:

«Em resposta ao telegramma do director d'esse jornal, tenho o prazer de communicar-lhe que a Republica foi esta manhã proclamada e reconhecida pelo povo, exercito e armada. A familia real destituida está em fuga. O governo da minha presidencia tomou todas as medidas para garantir a segurança pessoal do rei e sua familia, seja para partirem n'um navio estrangeiro ou por terra. A ordem publica está completamente assegurada pelas forças republicanas e pelo povo. Ha um indiscriptivel enthusiasmo; adheriram muitos officiaes da armada e do exercito, que foram partidarios da monarchia. Ha adhesões de enthusiasmo em muitas cidades da provincia. A Republica, assegurada pela vontade de todo o paiz, respeitará todos os compromissos nacionaes e será feliz em poder consolidar sobre bases

moraes e praticas as boas relações com os paizes estrangeiros e a alliança com a Inglaterra. Em nome do governo provisorio. —*Theophilo Braga.*

O jornal, publicando em 7, o telegramma, commentava assim, depois de assignalar como passagem mais importante os periodos respeitantes á alliança:

«Não ha nenhum Estado cuja alliança seja de mais suprema utilidade por duas razões: Portugal occupa a melhor posição sobre os caminhos estrategicos do Atlantico septentrional e possue um imperio colonial com bases navaes magnificas que ligam a Europa com a America e o Extremo-Oriente. Para a integridade do seu imperio, Portugal precisa da protecção da armada britannica; eis a necessidade que tem feito de Portugal o alliado tradicional da Grã-Bretanha. A alliança é pois baseada no interesse e não fundada em bases sentimentaes. Crêmos, pelo seu caracter e inclinações, que o novo presidente é um homem de magnanimidade unica, e os seus votos serão mostrar ternura pelos depostos, e então a sua obra de reforma e regeneração será vista com a maior sympathia aqui.»

Era a expansão flagrante do orgulho britannico, repudiando qualquer ideia de que a alliança em vez de representar um acto de protecção ingleza representasse um auxilio reciproco.

De facto assim era, mas deviam mandar intuitos generosos de Albion o callar d'essa dura verdade, reconhecida aliás por Portugal, sabedor da sua inferioridade maritima e, depois pelo resto do internacionalismo, vendo no collosso o senhor incontestavel dos mares.

Entretanto, o vario jornalismo britannico, embora mostrando-se disposto a observar uma attitude de espectativa, não deixava de culpar e com justiça, os antigos partidos monarchicos da queda da dynastia. N'essa ordem de ideias, frisava, com o appoio de lord Asquith, que a alliança anglo-lusitana era uma alliança não de dynastias mas de povos.

O officioso *The Times* (7 de outubro), dizia que «embora D. Manuel mereça a sympathia da Inglaterra, cada nação tem o direito d'arranjar os seus negocios domesticos como entende, e que mesmo as potencias mais amigas, não podem nem devem

intervir no systema do governo interno de outro paiz. Sempre existiram entre a casa real de Portugal e da Inglaterra, relações intimas mas a amisade ingleza, não será alterada pela desapparição da monarchia em Portugal.»

Era o evidente abordar de assumpto menos versado e que nem lembrado devia ser, tanto mais que a revolução portugueza, assente sobre molde de uma quasi entrega da corôa por quantos impendia a sua defeza, não assumiu o aspecto horroroso da sanha revolucionaria da França do suisso Paulo Marat.

Seria talvez por isso que, como faziam em Janeiro de 1914, o *Westminster Gazette* e a *Contemporany Rewew*, o *Times*, violentamente atacava (23 de novembro) o governo de Portugal:

«A terceira sessão do parlamento da Republica Portugueza, que começou ha dez dias, abriu em condições um tanto desagradaveis. A noticia que hoje publicamos do nosso correspondente em Lisboa, e que a censura tentou supprimir, mostra que até alguns d'aquelles que tomaram parte na revolução estão bem longe de se sentir satisfeitos com o actual estado de cousas. Officialmente garante-se que vae tudo bem, sob o melhor dos governos possiveis, e com tanto socego e riqueza como nos governos da Monarchia. Elles não podem evitar a impressão creada pelo testemunho dos observadores independentes, bem conhecedores do paiz, de que a politica de Portugal não é nem mais sã nem mais suave que era antes da revolução e que as condições materiaes estão formalmente peiores. E' justo reconhecer-se as grandes difficuldades da tarefa emprehendida pelos novos governantes. Um governo sob principios democraticos, quando o povo é demasiado ignorante para poder tomar interesse na politica do paiz, está sempre exposto a grandes perigos e tentações. Os fundadores da Republica offereciam grandes esperanças á nação. Mostravam-se indignados com os abusos de toda a casta commettidos sob a Monarchia e engenhosamente insinuavam que, deposta ella, haveria immediatamente um governo de justiça, de instrucção e de prosperidade. Por emquanto, comtudo, ainda não appareceu esse governo e os mais moderados apologistas do novo regimen dão toda a especie de explicações, mais

ou menos plausiveis, acerca dos factos passados. Allegam ter herdado um systema de corrupção tradicionalmente estabelecido. Insistem que em todas as revoluções, ainda as mais conservadoras e proveitosas, se dizem e fazem coisas que em tempos normaes não poderiam defender-se. Affirmam, e com razão, que todo o governo tem o dever de defender-se e que os esforços repetidos dos realistas para conseguirem a restauração por meio da insurreição e da invasão armada os forçaram a recorrer a medidas cuja adopção elles são os primeiros a lamentar. Tempo e paciencia, declaram, eis tudo quanto é preciso para que as reformas effectuadas se projectem beneficamente e dêem o fructo raro e vivificante que elles prometteram ao paiz.

«Outros campeões da republica ousam sustentar que o fructo é já abundante e que só a maldade e perversidade não permittem a sua colheita. Com politicos d'este quilate é inutil discutir. Por outro lado será conveniente lembrar áquelles que ainda não estão descrentes de todo que já era tempo de as reformas produzirem os seus effeitos praticos. O fracasso das successivas conspirações monarchicas affasta qualquer legitima explicação que pretenda dar-se ao severo tratamento infligido aos verdadeiros ou suspeitos inimigos da republica. Notamos com satisfação que n'um julgamento recentemente effectuado no Porto bastantes suspeitos conspiradores foram absolvidos e os poucos condemnados tiveram penas moderadas. Mas n'outros pontos do paiz os tribunaes marciaes teem condemnado os presos, com monotona regularidade, a grandes penas de presidio penitenciario e degredo para a Africa. O castigo applicado a alguns d'estes delinquentes politicos é simplesmente barbaro. As prisões são proprias da Edade Média e a insalubridade d'ellas augmenta ainda pela agglomeração de gente.»

Os liberaes, representados pelo *Daily Telegraph* (7 de outubro) escreviam que ninguem em Inglaterra desejava dictar leis a Portugal, não sendo de extranhar a união de vigorosos elementos para pôr termo ao intoleravel estado de cousas. Como o *Daily New*, representante dos conservadores, frisava a amisade anglo-lusa independente da forma de governo. Já o *Daily Express*, censurava (10 de outubro) a acção anti-religiosa, cla-

mando que «o governo provisorio portuguez, debutou pouco prudentemente pelo seu ataque contra as ordens religiosas, apezar de não ser duvidoso que um clericalismo hypocrita é em parte responsavel dos males soffridos pelo paiz. Em todos os paizes catholicos da Europa a separação da Egreja do Estado, tornou se um pedido popular, do qual os erros do Vaticano, são em grande parte responsaveis. Em Portugal, a onda do anti-clericalismo, representou um papel decisivo. Mas era absolutamente essencial para o novo governo adoptar, n'estas condicções, um procedimento prudente e politico, para com as ordens religiosas.»

Não fugiam porém da condemnação, aliás merecida aos ultimos governos monarchicos, registados ali como a verdadeira causa da queda da dynastia, cuja sorte lastimavam. Por seu turno, o *The Graphic*, publicando (8 de outubro) em pagina inteira, o retrato de D. Manuel II e em medalhão, os do rei D. Carlos I e principe real D. Luiz Filippe, evidenciou se talvez o mais coherente, pois relembrou aquelle que, a essa hora era hospede de Inglaterra e que não tardaria a ser um dos habitantes do castello real de Woodnorton. O *Daily-Chronicle*, publicava um extenso telegramma de 4000 palavras, que lhe foi transmittido pelo seu redactor, Donatre. Reproduzia a nota enthusiastica com o mesmo fervor com que, trez annos mais tarde, reproduzia as palavras de outro redactor, Philips Gills (Dezembro de 1913), onde se espelhava o mau aspecto da politica portugueza em phrazes de critica mordicante.

O governo inglez entretanto, desmentia em absoluto, certas allusões (6 de outubro) da imprensa estrangeira de que elle fôra advertido antecipadamente de acontecimentos imminentes em Lisboa.

O desmentido não tinha bases solidas, e effectivamente, os proprios republicanos portuguezes, não fizeram segredo de seus trabalhos, desde a celebre missão pelos dr. Magalhães Lima e José Relvas, onde se obtivera a convicção de que a Inglaterra se não opporia a qualquer movimento. Entretanto, (17 de outubro) auctorisava o seu representante em Lisboa, Francis Villiers a entrar em relações com o governo de Portugal, facto

que se deu como preludio de reconhecimento, o qual, porém, só mais tarde se effectuou. Incitaram ao reconhecimento, o *Iorkshire Daily Post* e o *Morning Post*, dando-o como ancioso desejo do governo de Portugal. (22 de outubro).

Por esse tempo, já o ministro inglez conferenciara com o ministro dos negocios estrangeiros de Portugal, dr. Bernardino Machado e desde logo o *Iorkshire Daily Post* (22 de outubro) annunciou que esse titular fizera saber ao representante britannico que o Governo Provisorio da Republica estava animado da melhor vontade de concluir o tratado de commercio, sendo necessario para isso porem o immediato reconhecimento do regimen.

O encarregado dos negocios de Portugal em Italia, communicava em 8, ao governo de Victor Manuel, a proclamação da republica.

Notou-se desde logo retrahimento popular que se pretendeu attribuir a desconhecimentos da politica portugueza, o que não era. O jornalismo conhecia o avanço das ideias democraticas em Portugal pelas entrevistas dos seus correspondentes em Paris, com o dr. Magalhães Lima e com João Chagas. E' certo que, como em Lisboa, havia a descrença em revolucionarias victorias. Como seu delegado, tinham os republicanos portuguezes o proprio encarregado de negocios Lambertini Pinto, organisando propaganda politica de valia e que a ganha victoria desvalorisou, pela collocação á margem d'aquelle que jogou o logar, em tempos monarchicos para o trabalho assegurador de tempos republicanos.

A' surpreza popular, correspondeu a evocação das torturas da alma da patricia infeliz, a desventurada rainha D. Maria Pia para a qual foi uma corrente de sympathia, envolvendo a figura do neto. Por seu turno, a imprensa, quasi em maioria sahiu fóra do côro de enthusiasmo que erguido foi por todo o outro jornalismo.

Os conservadores, diziam pelo *Corriere della Sera*, de Milão: «Terá Portugal a força de concentrar e desenvolver em si as energias vitaes, as energias moraes, que emergindo, operando e impondo-se, representam n'um paiz uma revolução subs-

tancial e a unica pacifica — uma revolução possivel tanto n'um regimen monarchico como em um regimen republicano? Agouramo-lo. Um povo tem uma tão grande vida, ainda mesmo nas suas horas mais crepusculares, que o augurio surge expontaneo de um sentimento profundo e instinctivo de fraternidade, e ultrapassa as impressões e juizos discordes de momento.»

Os monarchicos liberaes, fallavam, pela *Tribuna* de Roma: «O que se tenta, pois, agora em Lisboa é uma experiencia digna de todo o nosso interesse. Quaesquer que sejam as preferencias theoricas por uma mais que por outra forma de governo, quaesquer que possam ser, as sympathias pelo joven rei que conheceu as amarguras da vida, quando apenas entrado n'ella, devemos esperar que o novo regimen, quer seja ou não destinado a consolidar-se, não seja o inicio de uma era de anarchia, a qual não sómente assignalaria o fim das esperanças republicanas, mas abriria caminho para a volta da mais descarada e violenta reacção.»

Era a este jornal que o dr. Theophilo Braga, entrevistado (23 de dezembro) declarava: desapparecidas as dissensões entre o governo e o directorio; em projecto a reforma administrativa e a separação da egreja e do estado, differente da franceza, trazendo ao estado a propriedade dos bens ecclesiasticos, mas dando em troca aos sacerdotes, a quantia correspondente ao rendimento annual d'esses bens; projectadas as eleições para março, pedindo o governo ás côrtes constituintes o julgamento dos seus actos, seguindo-se a demissão, logo que apresentado fosse o projecto da Constituição. N'esse projecto, propunha-se eliminar os conflictos entre o poder legislativo e o poder executivo, evitando-se as causas determinantes das frequentes revoluções sul-americanas. Segundo Theophilo, a sessão parlamentar duraria trez annos, o parlamento constituinte elegeria o presidente, o qual occuparia o cargo por cinco annos, sendo chefe do governo e não podendo ser reeleito. O plano, ridente de mais, não teve por isso exacta execução e de, passo em passo, transformado foi.

Os conservadores romanos, diziam pelo *Giornal de Italia* apoz o elogio á lusa terra: «Se as muitas forças que o fazem

laborioso e rico, souberam unir-se pelo amor da patria em uma fecunda conspiração de vontades e de factos, se aquelle tumultuar de propositos e de audacias e ambições souberem unir-se em um impeto operoso do Bem, qualquer que seja a forma de governo com a qual sair da crise que atravessa, — saberá certamente fazer se uma nova vida e será bem depressa digno de apresentar-se respeitavel e respeitado ao pé das outras nações civilisadas da Europa.»

Os liberaes de Roma, dissertavam no *Mensagero:* «A passagem da monarchia á republica assignalará o inicio de uma resurreição em Portugal? Certamente com rei sabio e auctorisado os justos «desiderata» do povo, invocando um governo honesto e democratico, teriam podido ser executados e a paz fecunda teria podido reinar entre Lisboa e Portalegre, entre Villa Nova e Bragança. Mas um rei bom faltou e no alto do palacio hasteia-se entre grandes esperanças a bandeira verde e vermelha. Esperamos que Portugal tenha dias melhores sob o novo e desejado regimen; esperemos que os chefes dos rebeldes se mostrem dignos da confiança que n'elles poz a multidão causadora d'esse triste fim d'um reinado pouco glorioso. Porque no imperio da Liberdade e no valor e na probidade dos homens de Estado, mais que na mutabilidade de forma de governo, reside hoje, mais que nunca, a salvação e a fortuna dos povos.»

No *Avanti!* fallava o socialismo: «Nós acompanhamos com os nossos mais ardentes votos a rebelde nação que soube repellir um jugo de tristezas e de vergonhas, e esperamos que ella saberá inscrever uma nobre pagina na historia da emancipação politica dos povos.»

A *Ragione*, republicana, de Roma, dizia: «Um regimen se foi: um novo regimen se instaurou. As ruinas annunciam a fundação de um templo, onde a humanidade se consagra ás esperanças, não mais duvidosas da conquista civil. E avante! Senhores, a revolução portuguesa o prova! Prova que a lei da causalidade, cêdo ou tarde intervem no meio das ruas publicas. E para os indignos governantes soou a hora da expiação.»

No *Secolo XIX*, os liberaes genovezes, diziam: «A rebellião veiu. Era natural esperal-a. Um symptoma grave se tinha

mostrado nas eleições de 28 de agosto passado, que tinha assignalado o triumpho completo e clamoroso dos republicanos de Lisboa. A phalange tornava-se legião. Do sangue de Carlos I, não tinham nascido proselitos da realeza, mas sim partidarios da republica. Em menos de dois annos! Que coisa curiosa! Que symptoma!»

A *Stampa*, fallava assim: «Quando o mau governo de um paiz se radica por muito tempo e não mostra signaes de melhoramentos nem se rejuvenesce, o povo então chama a juizo a monarchia. Portugal tinha já dado aos seus soberanos a maior lição, com as mortes de 1 de fevereiro. Esperava-se — e parecia-lhes legitimo — uma mudança radical. A mudança não veiu. A administração não mudou de systema, permaneceu corrupta e delapidadora, e a monarchia assistiu passiva e presenciando o esphacelar da patria que continuava. A monarchia reincidia. Foi condemnada. Os canhões dos navios bombardearam com polvora o palacio do rei. Naturalmente tudo era inevitavel.»

Pelos republicanos avançados, veio o *Secolo* de Milão, que affirmava: «E' muito cedo ainda para avançar não sómente um juizo, mas mesmo qualquer previsão sobre o futuro da pequena Republica lusitana. Conhecendo os homens, que são Braga, Machado, d'Almeida e Costa, estamos convencidos de duas coisas: da pureza e sinceridade dos seus fins, de uma parte; e de outra, da inevitabilidade de muitos e graves erros. Mas ha um outro problema, o unico e verdadeiro problema actual, não só de Portugal, mas de toda a peninsula iberica: o problema do clericalismo. E nós esperamos que elles, atravez das nuvens de que estão saturados, saibam resolver este problema maximo com segurança de vistas e que o saibam afrontar com firmeza de vontade. Porque, resolvendo este problema, não sómente abrem a verdadeira estrada ao progresso do seu proprio paiz; mas fazem um grande serviço á causa universal da civilisação, desraizando a má planta d'este seu ultimo territorio medieval, onde ella prosperava sob a sua propria e mortifera sombra.»

Ainda os republicanos de Italia, delegavam no deputado e jornalista, Eugenio Chiesa, o encargo de affirmar no *Mundo*, de Lisboa (11 de outubro) que o grupo central do partido repu-

blicano italiano, e o grupo parlamentar, com o seu jornal *La Ragione*, sentiriam orgulho em sollicitar no seu paiz, pela imprensa, ao governo e á camara de Italia, o rapido reconhecimento da republica portugueza.

Era o tempo em que o *Journal de Geneve*, se permittia a analyse da diplomacia, dizendo que a Inglaterra só interviria se visse em perigo os seus subditos e a Portugal convinha manter a amisade britannica e a de Italia. Quanto á Hespanha, dava-a em risco de se envolver n'uma revolução interna se se quizesse intrometter com as questões lusas.

Partiu ainda dos deputados republicanos italianos, o embaraço a que o parlamento votasse uma pensão á Rainha D. Maria Pia, dando origem a que Victor Manuel informasse o presidente do conselho, Luzzatti, da desnecessidade de apresentar qualquer proposta, pois decidia destinar a sua tia, a verba de 600.000 liras annuaes, a tirar da respectiva lista civil, (11 de outubro). A attitude italiana, de pouco jubilo á proclamação da republica, não impediu todavia que Victor Manuel, em entrevista celebrada dois annos mais tarde, (Dezembro de 1912) ao infante D Affonso, reprovasse, em absoluto, qualquer tentativa de restauração monarchica. As boas relações luso-italianas, affirmavam-se pouco depois (11 de Julho de 1914) com a assignatura de um convenio commercial, entre o ministro de Portugal junto do Quirinal, dr. Euzebio Leão e o ministro dos negocios estrangeiros, marquez de San Giuliano.

A ideia democratica expandida até em Argel, originava um telegramma de felicitação expedido a 17 de outubro pelo respectivo conselho federal, aos republicanos de Portugal. A China, começava por delegar no seu representante o voto do proseguir immediato da delimitação de Macau.

O Brazil tinha no Tejo, o cruzador *S. Paulo*, que casualmente se ligou a varios episodios (*) da revolução portugueza. O presidente eleito, Hermes da Fonseca, até então hospedado no palacio real de Belem, sabendo na tarde de 4 que D. Manuel II, abandonava as Necessidades por asylo n'essa hora des-

(*) Já citados.

conhecido, deixava o paço, e reembarcava no *S. Paulo*, onde quiz alojar o soberano, n'uma attitude correcta e de retribuição ao campo dispensado pelo rei de Portugal. A proposta tarde se expedira e parece colhida ainda foi no caminho, não chegando a devido destino. Ao cruzador, apenas chegou no dia 5, como delegado republicano, o futuro ministro das finanças, José Relvas, portador da lista dos ministros do governo provisorio e do pedido para que, caso pela familia real fosse sollicitado, a protecção brazileira, se lhe não negasse o embarque.

Sempre mantendo uma attitude condigna, o marechal deixou entrever que a ideia já tivera execução e quanto á lista, recebendo a, declarava fazel-o como particular, pois só o ministro acreditado e o governo brazileiro podiam do assumpto tomar official conhecimento. Condescendeu, todavia, em entrevista, no dia seguinte; ao dr. Bernardino Machado, que o quiz cumprimentar como ministro dos negocios estrangeiros da republica portugueza. Este foi ali, n'essa data, com o chefe do governo provisorio, dr. Theophilo Braga, o jornalista João Chagas e o diplomata Batalha de Freitas. Hermes da Fonseca, tendo para o povo de Portugal elogiosas phrases, não deixou de expressar votos para que a sahida do monarcha não tivesse soffrido incidente. Parece que de tal conferencia nascera a nota publicada no *Diario do Governo* de 6, onde o governo provisorio affirmava haver tomado todas as medidas para garantir a segurança da familia real. Mais tarde se quiz dar á ceremonia fóros officiaes, logo desmentidos em nota officiosa da legação (17 de outubro):

«O marechal Hermes da Fonseca, diz a nota, ficou todo o dia de 4 no palacio de Belem, d'onde saiu á tarde para embarcar a bordo do couraçado «S. Paulo». No dia 5, o governo provisorio mandou-lhe a lista dos membros do ministerio. O marechal agradeceu, mas declarou que a recebia apenas como simples particular, visto que o ministro brasileiro em Lisboa e o governo da Republica eram quem tinha qualidade official para tomar conhecimento d'isso. No dia 6, o presidente do governo provisorio e o ministro do interior visitaram o marechal a bordo do «S. Paulo», onde foram recebidos como simples

particulares, e na mesma tarde o «S. Paulo» seguia para o Brasil.»

Para ser substituido a 7, pelo *Almirante Barroso*, levantava ferro pela tarde o cruzador *S. Paulo*, com destino ao Brazil, onde talvez pelo exemplo de Portugal, a tripulação com as do *Minas Geraes* e *Vedeta* se sublevava, matando 3 officiaes e bombardeando a cidade do Rio. (22 de Novembro).

Entretanto, ao Rio de Janeiro chegava a nova da Republica proclamada em Portugal, e que foi para os republicanos do Brazil, de effeito retumbante. Ao conhecer-se na manhã de 5 de outubro o inicio de revolta, o povo veio para a rua, expandir-se em exclamações de animação ou de anceio. As legações, assediadas, nada transmittiam. A's 3 horas da tarde, por despacho do commandante do cruzador *S. Paulo*, capitão de mar e guerra Pereira e Sousa, ao ministro da marinha do Brazil, almirante Alexandrino de Alencar, era notificado que a Republica era um facto em terras lusas. No palacio do Cattete, residencia presidencial onde estava o presidente em exercicio, dr. Nilo Pessanha, conhecida era já a nova orientação administrativa de Portugal, e nas ruas, a populaça expandia se alegre. N'essa hora sahiam do Gremio Republicano Portuguez, na Rua Sete de Setembro esquina da Rua Uruguayana, os socios da aggremiação, que, conduzindo a bandeira verde e encarnada tendo ao centro o barrete frigio dentro de circulo branco, acclamavam os chefes da revolta portugueza e os estadistas brazileiros. As manifestações enthusiasticas seguiam-se pela noite adeante, trazendo ás ruas do Rio de Janeiro uma animação pouco vista. Emquanto a Maçonaria Brazileira, representada pelo dr. Lauro Sodré, saudava no dr. Theophilo Braga, a victoria da revolução portugueza, o senado, sob proposta do presidente, Quintino Bocayuva, approvava (6 de outubro) uma moção congratulatoria da proclamação de republica. Por seu turno, a camara dos deputados sanccionava (10) a seguinte proposta, logo participada ao dr. Theophilo Braga: «Propomos que seja lançado na acta dos nossos trabalhos um voto de sinceras congratulações ao povo portuguez pela proclamação da Republica n'aquelle nobre paiz e que seja, por intermedio da mesa da camara, re-

presentado ao chefe do poder executivo sobre a necessidade urgente do reconhecimento da Republica Portugueza. Saudações cordeaes. — *Sabino Barroso,* presidente da camara dos deputados.»

Interprete do pensamento parlamentar, o povo, em marcha nocturna, foi junto do palacio de Cattete sollicitar o reconhecimento, indo como delegado, o dr. Octavio Barbosa Carneiro, o qual lia ao dr. Nilo Pessanha, uma mensagem expondo as ideias do povo e da camara. O presidente, salientava que, comquanto o acto se não podesse effectuar sem certas praxes diplomaticas, nenhuma potencia se anteciparia ao Brazil no reconhecimento. Ao dr. Costa Motta eram pois expedidas instrucções para se entender com o governo portuguez para o effeito de soluções pendentes e protecção de brazileiros, declarando verbalmente que isso não importava o reconhecimento, a effectuar só ante a certeza de que o regimen era appoiado pela maioria da nação de Portugal. A's suas ordens tinha o cruzador *Almirante Barroso* cujo commandante, capitão de fragata Amynthas José Jorge, recebera em Plymouth um telegramma do ministro da marinha do Brazil, ordenando-lhe partisse para Lisboa, ficando á disposição do representante brazileiro.

Dizia assim o telegramma ao dr. Costa Motta e que este communicou (8 de outubro) ao dr. Bernardino Machado, com a promessa de breve reconhecimento:

«Auctoriso V. Ex.ª em nome do Presidente da Republica a manter relações com o governo provisorio de Portugal e a informal-o de que o reconhecimento do novo governo, pelo Brazil, será feito quando possamos saber que a nova fórma do governo tem o appoio da maioria do povo portuguez.—*Rio Branco.*

O povo, entretanto, satisfeito pela vinda presidencial, quiz seguir o exemplo do de Lisboa e voltou as attenções para os jesuitas. Com bases em phrases attribuidas a Pio X, o qual teria aconselhado aos congreganistas expulsos de Portugal a residencio na capital federal, aprestou-se um comicio no largo de S. Francisco, antecedido de romaria á estatua de José Bonifacio.

Do comicio sahia a palavra de perigo para o Brazil se recebidos fossem os elementos religiosos foragidos de Portugal. Fun-

dou-se ali mesmo o «Centro de Resistencia contra o Jesuitismo», e a multidão, exaltada, suggestionada pelo verbo incendido dos oradores, manifestou-se colerica contra os padres.

— A' morte os frades! gritou se.

O convento da Ajuda foi apedrejado, ficando sem um unico vidro inteiro e assaltado seria se, o governo avisado, não fizesse dispersar os manifestantes pela policia e mais tropa. Certo foi que o Brazil se evidenciou anti-jesuitico e os frades desistiram do intento de ali formar asylo.

No Rio de Janeiro e S. Paulo, novos cortejos de festa se realisaram, entremeados com sessões solemnes, vindo ainda da primeira um cheque de 34 libras, enviado pelo grupo dos Doze ao dr. José Barbosa (*Seculo* de 28 de outubro de 1910) e como contribuição para as despezas da revolta por parte do comité financeiro revolucionario d'aquella cidade.

Entretanto o ministro de Portugal no Brazil, conde de Selir, instava pela demissão do cargo, não sem que em testemunho de apreço, o jornal *O Paiz*, lhe offerecesse (25 de outubro) um banquete de despedida. Contrabalançando os enthusiasmos populares, breve se registou (O *Correio da Manhã* de 5 de Dezembro de 1910) um retrahimento na recepção ao *Adamastor*, e até conflictos de desagrado á descripção do bombardeio ao palacio real, seguidos de manifestações hostis á officialidade á sahida do Club Republicano.

Os Estados Unidos da America, recebendo a 8 a nota da proclamação, exprimiam o voto de espectativa, não querendo avançar em opiniões antes de demonstrada a estabilidade do regimen novo. Por seu turno, o *New York Times*, pediu informações ao governo, logrando como resposta, o seguinte: «O governo provisorio da Republica Portugueza, de que sou ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos, tomou conhecimento das vossas amaveis disposições para com o novo regimen e agradece-vos a expansão que derdes na grande Republica dos Estados Unidos ás disposições em que se acha a Republica Portugueza de introduzir a moralidade, desenvolver a administração interior e assentar em bases moraes e praticas as boas relações do nosso paiz com as nações estrangeiras. A politica do

governo provisorio será tanto quanto possivel a realisação, com tendencias progressivas, do partido republicano portuguez. Instrucção publica largamente diffundida; defeza nacional, maritima e terrestre assegurada; administração colonial descentralisada; autonomia do poder judicial; garantia completa de todas as liberdades essenciaes; extincção do Juizo de Instrucção Criminal; expulsão de frades e irmãs de caridade e encerramento das escolas congreganistas; instrucção obrigatoria; registo civil para nascimentos, casamentos e obitos; separação da Egreja do Estado. Taes são as disposições urgentes que o governo vae decretar. O governo empregará todos os meios necessarios para o fornecimento do credito publico e das finanças da nação. Pelo governo provisorio, o ministro da justiça, (a) *A. Costa.*»

A folha americana respondia telegraphicamente:

«O *New-York Times* apreciou altamente um relatorio de v. ex.ª ácerca da politica do governo provisorio da nova Republica. O publico americano está profundamente interessado pelos acontecimentos relativos á revolução que v. ex.ª dirigiu, e é seu parecer que elles attrahirão a mais profunda attenção de todos os Estados Unidos e chamarão as suas sympathias para a Republica Portugueza.»

De facto assim procedeu, fazendo calorosa propaganda da republica nova.

A pequena republica cubana enviava logo felicitações e na Argentina, onde a situação não causou extranheza, *La Prensa*, de Buenos Ayres, a 6 de outubro, apreciando os acontecimentos como a logica derrocada dos escandalos monarchicos, fornecidos por elles aos republicanos e por estes sabiamente aproveitados, salientava que as informações recebidas constantemente de Paris e Hespanha, bastavam para indicar que Portugal se encontrava em vesperas de successos onde o perigo ia não só ao gabinete como á corôa e á pessoa do rei.

Quanto ao Vaticano, começou logo a republica de Portugal por abrir incidente com elle; e, talvez para que o Quirinal com melhores olhos a visse. Assim, o dr. Theophilo Braga entrevistado pelo correspondente do *Giornale de Italia*, (14 de

outubro) proclamava logo a intenção de resolver a questão religiosa, «supprimindo a embaixada junto ao Vaticano, e promulgando a separação da egreja e do estado sem discutir sequer com o Papa, que não reconheceu», cujo poder Papal, declarava não existir. Esses preliminares causaram inquietações ao Papa. Até que ponto ellas iam?

Vamos sabel o.

Roma, segundo o *Corriére d'Italia*, não recebera até 11 notificação official da constituição do novo regimen portuguez. D'ahi, e conhecidas as perseguições aos jesuitas, deduziu que as relações não poderiam assumir um caracter amistoso e ao passo que os conventos de Turim preparavam alojamentos para os congreganistas italianos expulsos e o governo de Victor Manuel, se predispunha a perseguir os religiosos de Italia, commettendo ás auctoridades a prisão d'aquelles que não haviam cumprido o serviço militar, o Pontifice, preoccupado, pedia que que o informassem com frequencia dos successos de Lisboa, sobre os quaes o *Corriére della Sera*, bordou logo a opinião de que a republica recem-proclamada, ao contrario da brazileira seria jacobina e origem certa de ruptura entre Portugal e o Vaticano.

Logo a 11 de outubro, o provincial dos jesuitas, padre Gonzaga Cabral, telegraphava de Madrid, ao secretario de estado, cardeal Merry del Val, dizendo que a Ordem tivera poucas baixas durante a revolução e que os seus membros se dispunham a partir, em grupos, para as terras brazileiras. O padre endereçava porem, mais tarde, (28 de Novembro de 1910) um protesto dos jesuitas, dedicado ao povo portuguez, contra as perseguições do governo provisorio. Esse documento, extenso, e humilde, pois citava as humilhações soffridas, fechava com o voto de perdão e de que Deus protegesse Portugal.

Pio X, annullando a convocação do consistorio, marcado para novembro, determinava secretamente, ao nuncio apostolico, a ida a Roma, como meio de conhecer o estado da politica em Portugal. Monsenhor Julio Tonti, que estava em Cintra, veraneando no Alto do Ramalhão, em casa annexa á Escola Agricola Colonial, dos padres do Espirito Santo, refugiára-se no

Laurenc's Hotel, sob a protecção do ministro da Austria, no que andára cauto, pois a 8, a quinta do Bom Despacho era assaltada por civis e militares, com o advogado Mario Monteiro e o commerciante Alfredo Leal, á procura de contrabando de armas, não achado. Sabedor da existencia do nuncio ali, o governo fazia-o transportar para Lisboa, (18) sob a guarda do administrador, Fernando Formigal de Moraes, ingressando na nunciatura, onde era visitado pelo ministro de Hespanha. Emquanto o *Osservatore Romano*, orgão officioso do Vaticano affirmava a 22 de outubro, que o nuncio retirára por ordem do Pontifice, e o *Eclair*, de egual data, dava o nuncio como simplesmente chamado para informar, pessoalmente, Pio X, sobre o periodo tormentoso da politica lusitana, *Le Temps* de Paris, expunha assim o que se passava na cidade christã:

«No Vaticano nega-se terminantemente que se tivesse ordenado ao nuncio em Lisboa ordem para regressar a Roma. Até esta manhã não teem vindo noticias algumas do nuncio e por isso se não sabe se elle ainda está em Lisboa, ou se foi forçado a partir, em virtude da attitude do novo governo. Seja, porém, como fôr, a declaração do Vaticano desmente, por completo, o boato d'uma ruptura de relações, da parte da Santa Sé. O deputado italiano Romulo Murri, antigo padre, notificou ao governo de que o interpellará para demonstrar que os jesuitas portuguezes não devem ser recebidos nas casas da sua ordem, em Italia, sem que o governo examine as condições em que se encontram, porque a existencia dos jesuitas não é reconhecida pela lei italiana que não pode tolerar a sua presença.»

Não deixou de produzir extranho effeito o sibilino trecho do *Temps* sobre a ignorancia da situação do nuncio e, emquanto o governo portuguez, fazia baixar a 23, a embaixada junto do Vaticano á cathegoria de legação, nasceram boatos graves mas de infundadas bases. O nuncio Tonti sahira effectivamente de Portugal, incognito, a caminho de Paris, onde chegára a 23 de outubro, embrulhado n'um gabão e cobrindo a cabeça com um gorro negro. O facto foi classificado de fuga pelo *Dia* de 21:

«Sahiu de Portugal hontem, com um nome supposto, o Nuncio Apostolico, monsenhor Tonti. Vae para Roma, dizendo

os seus intimos que no intuito de fazer denunciar a Concordata. Sendo forçado, não por imposições do governo mas pelos rebates da sua consciencia, a fugir de Portugal, monsenhor Tonti viu os resultados da sua politica odienta, dos rancores com que, ás ordens dos jesuitas, perseguiu os radicaes portuguezes, ou monarchicos ou republicanos. Foi elle que mandou publicar a famosa *interview* em que, pelas suas idéas avançadas, aggredia o sr. Alpoim! Todos os jornaes monarchicos, com excepção dos liberaes, e especialmente dos extinctos dissidentes, apoiaram a sua diatribe. Agora, monsenhor Tonti fugiu á capucha, envergonhado, disfarçado — e, como a monarchia, não voltará mais a Portugal!»

Deixára na nunciatura, para guarda do archivo, o secretario Alvisi Mazella, que o não acompanhou, contrariamente á descripção pittoresca (*) do seu evolar de Lisboa:

«...Foi-se o nuncio! Deus o leve em bem... Deus ou aquelle a quem, na linguagem catholica, se costuma chamar «o inimigo das nossas almas»... Sim, porque monsenhor Julio Tonti, arcebispo titular de Ancyra, nuncio apostolico em Lisboa, e que se acaba de pôr ao fresco, suppondo talvez servir a Deus, serviu optimamente ao diabo! Socio dos jesuitas, foi nas mãos d'elles como o barro nas mãos do oleiro. Muito pouco diplomata quanto ao uso da lingua, badalou inconveniencias de toda a sorte, ainda ha bem pouco tempo. Não houve festa nem dança onde não apparecesse — como a D. Constança. Comeu, bebeu, dormiu, gosou regaladamente a vida, n'esta linda terra de Portugal, depois de ter arranjado excellentes *cum quibus* nas Americas hespanholas e no opulento Brazil. Esperava, em socego, a vez de se enfeitar com o chapéu cardinalicio, quando soffreu a torturante desillusão: o sonho das *intentonas* dissipava-o a revolução republicana... O nuncio seguiu no *Sud-express* acompanhado por monsenhor Mazella, seu secretario, e por um fiscal do governo. Foram beijar-lhe o annel á *gare* os srs. marquez de Villalobar, ministro de Hespanha, e Fernando

---

(*) O *Seculo* de 20 de Outubro de 1910.

de Sousa, engenheiro e antigo publicista catholico. E é uma vez um nuncio!»

Na cidade franceza era descoberto e o jornalismo lograva obter lhe phrases que affirmavam bem a pouca diplomacia do entrevistado de Agosto de 1910 sobre a politica de Portugal. Recebia-lhe as inconfidencias, o redactor do *Figaro*, Julien Narfon, ao qual dizia que o rei D. Manuel fôra victima das concessões que entendeu dever fazer a um partido em que, com certeza, se não encontravam os mais firmes sustentaculos da sua corôa. Classificava de verdadeiramente barbaro o procedimento havido com as congregações; entendia pouco provavel que o papa mostrasse grande empenho em reconhecer o novo regimen, e quanto ao barrete cardinalicio de monsenhor Bello, esclarecia que, sendo um privilegio da corôa pedil-o e obtel-o para o patriarcha, e havendo a corôa dado um trambolhão de que se não levantaria, o privilegio desapparecera com ella. O papa, segundo o nuncio, é livre de dar a purpura a monsenhor Bello, ou de lh'a não dar, não tendo nenhuma razão de ordem pessoal para lh'a não dar, sendo evidentemente, caso para examinar se, concedendo-lh'a, não parecer conceder ao novo governo os privilegios de que a monarchia desfructava junto da Santa Sé. Como conselho de que o episcopado e o clero portuguez tinham o dever de se conservar *até nova ordem* n'uma *grande reserva* para com a Republiea. «Se a Republica Portugueza concedesse á Egreja a liberdade a que tem direito e uma solução acceitavel da questão congregacionista, a desapparição do padroado monarchico não nos deixaria inconsolaveis; entendo, comtudo, que a attitude do governo provisorio para com o Vaticano é incorrecta.»

De Paris, seguia para Roma, onde entrava a 25, esperado por um enviado pontifical, que lhe recommendava absoluto sigillo, como previa censura do Chefe da Egreja pelos excessos phraseologicos de Paris. A conferencia entre o nuncio e o Papa tinha logar a 28 no Vaticano na sala das recepções, cerrada a qualquer indiscripção. O palacianismo vaticanista não deixou comtudo de annunciar alem da promettida censura pela inconfidencia feita na capital parisiense, o voto expresso de um ana-

thema á Republica e a retirada do nuncio da capital portugueza. Dentro em pouco constava que de Roma se recebera na nunciatura (30 de outubro) a ordem da venda das carruagens e cavallos e da retirada do secretario. Entretanto o Vaticano valera-se de alta politica de conveniencia. O sub-secretario de estado, monsenhor Cassali, frisando que a Curia se mantinha reservada a respeito de Portugal, assignalava a pouca preoccupação com as formas de governo. Entrando no caminho das prophecias, accrescentou que no Vaticano existia o convencimento de que o dr. Theophilo Braga não seria hostil a Roma até vêr consolidada a Republica, mas que apoz vinha o combate aos partidos clericaes que seriam dissolvidos. Em erro andou e a poucos mezes de distancia (20 de abril de 1911) a lei da separação da egreja e do estado, procuraria attingir Roma O Vaticano, pois, convencido mais de que pensava de que de quanto dizia, começava por, ante a prescripção de denuncia da Concordata, fazer o addiamento do consistorio marcado para 22 de Novembro e onde seria eleito cardeal o patriarcha de Lisboa, e n'uma colera por essa desenhada campanha anti-catholica, com disfarce anti-jesuitico, excommungava a Republica Portugueza (17 de outubro). Certo foi que esta não arrastou vida prospera. Mercê, talvez, mais dos homens porque era formada do que do anathema romano, é facto que a lucta renasceu gigantesca, cahindo todos os idolos do pedestal onde o povo os erguera.

Na Europa era difficil o acto reconhecedor, mesmo o inicial, o de estabelecimento de trato; e as nações, ou affirmavam retrahimento ou má vontade.

O facto de as potencias haverem auctorisado os respectivos representantes aos cumprimentos ao governo provisorio, exprimia, a todos os olhos, um acatamento do novo systhema governativo. Collocando o regimen proclamado em Portugal como em condicções de tratar com os varios paizes, nada mais se apresentava que uma attitude inteiramente a cargo do governo que assim procedia, independente de actos collectivos, aliás realisados no reconhecimento do reino grego, á mercê da conferencia do tratado de Constantinopla de 23 de Julho de 1832; dos povos balkanicos, reconhecidos pelo Congresso de Berlim, com

acta lavrada em 13 de Julho de 1878, congresso que, quasi sete annos depois, a 26 de Fevereiro de 1885, formulava o acto geral da conferencia reconhecedora do Congo como Estado Livre.

O internacionalismo, comtudo, a despeito do voto unanime de applauso ás instituições novas, assumiu um extranho aspecto de reserva ante o direito internacional a conceder-lhe e graças a dissensões, se de principio allegou facilidades, breve appareceu com pontos condicionaes, restricções que realmente se levaram a effeito, embora o governo, em sobresaltos, envidasse exforços para o reconhecimento, que mais parecia rogado do que concedido. Cada acto protocollar era festivamente acolhido como official reconhecimento.

Ante isso, a Inglaterra, a França, onde o jornalismo, com o *Figaro* e o *Petit Journal* á frente insinuava certa e proxima a ceremonia e a Allemanha, — pensavam reconhecer a republica de facto, reservando para depois das constituintes, o reconhecimento de direito, effectuado de verdade, em Setembro do anno seguinte.

Assente a ideia no Foreign Office, de Londres, no Quai d'Orsay, de Paris e no Wilhelmstrasse, de Berlim, breve o ultimo se desligava do nucleo, com base, disse-se, nas accusações de que a victoria republicana se devera ao acto do consul allemão.

A Inglaterra propuzera a 21 de outubro, a marcha, a par, na questão de reconhecimento e a Allemanha, acceitou. A primeira já então concedera a entrada em relações do ministro Villuero com o gabinete provisorio. A Austria, resolvera observar n'esse ponto uma attitude de espectativa, embora o representante austriaco estivesse auctorisado a collocar-se em relações com o governo portuguez, para salvaguarda dos interesses dos subditos do imperio de Francisco José. O mesmo fizera a Hespanha, onde o presidente do governo, D. José Canalejas, declarava que procederia de accordo com a França e Inglaterra. A Romania, limitou-se a accusar a recepção da nota proclamadora. A Belgica fizera notificar que resolvia manter as relações officiaes com a legação portugueza em Bruxellas, até ao reconhecimento absoluto do novo regimen. A Suissa, avançando mais, prestava telegraphicamente (12 de outubro) a sua adhe-

são á Republica. Era mais formal e menos restrictiva essa attitude, mas não sufficiente para um reconhecimento de facto, onde só credenciaes valiam.

O encarregado dos negocios do Mexico e o ministro do Uruguay communicavam achar-se auctorisados a estabelecer relações com a republica.

Eram inicios, mas alguma cousa mais se pretendia. N'esse sentido as attenções e as esperanças voltavam-se para o Brazil, a cuja legação ia no dia 11, o dr. Bernardino Machado, manifestar junto do dr. Costa Motta, quanto agradavel seria o reconhecimento. Tal facto deu origem a que, n'essa mesma data, a *Capital*, o desse como realisado.

De justiça é dizer-se.

A Republica Portugueza teve a auxilial-a nos seus primeiros passos diplomaticos, a Republica do Brazil.

Quando todas se retrahiam, ella deu o exemplo, como o presidente em exercicio, dr. Nilo Pessanha, promettera ás delegações do povo do Rio de Janeiro. Officialmente alguma cousa ia fazendo e emquanto o representante em Lisboa, dr. Costa Motta se entendia com o ministro dos negocios estrangeiros, dr. Bernardino Machado, sobre as novas relações diplomaticas, (17 de outubro) tratava o governo de obter dos Estados Unidos e das republicas sul americanas o reconhecimento das novas instituições portuguezas. Em seguida, registando que para mais força dar á sua acção intermediaria lhe cumpria exemplificar as intenções de appoio livre ao moderno systhema governativo de Portugal, avançou esse passo na vida diplomatica.

O Brazil, a nação irmã, foi effectivamente a primeira a acceitar relações definitivas com a Republica Portugueza, por documento official:

«Auctoriso v. ex.ª, em nome do presidente da Republica, a manter relações com o governo provisorio de Portugal e a informal-o de que o reconhecimento do novo governo, pelo Brazil, será feito quando possamos saber que a nova fórma de governo tem o apoio da maioria do povo portuguez. — *Rio Branco*.»

A 22 de outubro o ministro brazileiro em Lisboa, dr. Costa

Motta, telegraphava assim ao ministro dos negocios estrangeiros, dr. Bernardino Machado:

«Senhor Ministro: Recebi ordem telegraphica de communicar a Vossa Excellencia que o Senhor Presidente dos Estados-Unidos do Brasil, desejando não tenham interrupção as antigas relações officiaes e de boa intelligencia entre Brasil e Portugal, e querendo dar testemunho do vivo empenho da Nação Brasileira e seu governo em estreitar cada vez mais a amisade que tão felizmente tem subsistido entre os dois paizes, assignou hontem a carta que me acredita no caracter de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto do governo da Republica Portuguesa. Essa credencial será expedida do Rio de Janeiro pela primeira mala. Muito honrado pela grata missão que me é confiada e em que espero merecer a confiança e benevolencia do governo português, uno os meus votos aos que o Brasil inteiro faz pela felicidade da nobre nação portuguesa e do seu governo e pela prosperidade da nova Republica. Aproveito com prazer este primeiro ensejo para ter a honra de apresentar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração. — *J. P. da Costa Motta.*»

Malevolos boatos, de origem parisiense, foi levar ao Rio a noticia de que o dr. Costa Motta talvez tivesse de ser retirado, visto não gosar da confiança do governo portuguez pela sua attitude palacianista no reinado de D. Manuel. Não viu porém realisado o plano contra aquelle que foi o poderoso auxiliar da republica.

A 15 de Novembro se realisava no Paço de Belem, o acto solemne da entrega das credenciaes. O dr. Costa Motta, sahia do palacio da legação brazileira em trem do estado, e escoltado por uma força de lanceiros. Em Belem, com a assistencia de todo o governo e elemento official, depunha as credenciaes nas mãos do presidente provisorio da Republica Portugueza, pronunciando o seguinte discurso:

«Senhor Presidente. — Tenho a honra de depositar nas mãos de V. Ex.ª a carta que me acredita no caracter de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brazil junto ao Governo da Republica Portugueza. E'-me grato e honroso ser hoje o interprete dos sentimentos que ani-

mam o Governo e Povo Brazileiro por occasião da nova forma de instituições que actualmente regem os destinos de Portugal. No desempenho da honrosa missão que me foi confiada empregarei todos os meus esforços afim de concorrer para que mais estreitas sejam ainda se é possivel as relações que existem entre o Brazil e Portugal, nações irmãs, ligadas pela communidade de origem, de idioma, de inquebrantavel e intima amizade e que vivem hoje com todo o esplendor das instituições livres e democraticas. Julgo inutil declarar que todo o meu empenho será encaminhado no sentido de procurar desenvolver em bem de ambas nações os grandes interesses do Brazil e de Portugal. Não me será difficil satisfazer os ardentes desejos do meu Governo, que são os meus, se no cumprimento d'essa minha legitima aspiração puder contar com a benevolencia de V. Ex.ª e o appoio do Governo da Republica. Rogo, sr. Presidente, acceite os votos que faço em nome do sr. Presidente da Republica Brazileira pela felicidade pessoal de V. Ex.ª, do seu Governo e pela prosperidade e engrandecimento da Republica Portugueza.»

Respondia o dr. Theophilo Braga:

«Senhor Ministro. — Recebo com vivo prazer a carta que acredita V. Ex.ª junto do Governo da Republica Portugueza, na qualidade de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos do Brazil, e muito me honra o encargo de lhe expressar, da parte do mesmo Governo e do Povo Portuguez, o mais sincero agradecimento pelas palavras com que V. Ex.ª saúda, em nome do Governo e do Povo Brasileiro, as novas instituições d'este paiz. Foi-me particularmente agradavel ouvir que, no desempenho da sua elevada missão, V. Ex.ª procurará sempre promover o estreitamento das relações de intima amisade existentes entre as duas Nações irmãs, que a communidade de origem, de idioma, de tradições historicas e de aspirações democraticas liga por laços já agora indestructiveis. Póde V. Ex.ª contar, Senhor Ministro, com a mais leal e deliberada cooperação do Governo da Republica, a que gostosamente juntarei o meu proprio appoio, para o mais efficaz cumprimento da missão que lhe foi confiada pelo Governo da Republica Brasileira, cujo ardente desejo de desenvolver os mul-

tiplos interesses solidarios de Portugal e Brasil é calorosamente compartilhado pelo Governo Portuguez. O facto d'esta audiencia se realisar na data solemnissima da festa nacional brasileira ficará significando por maneira eloquente a cordealidade com que a Nação Portugueza se associa á gloriosa commemoração do dia de hoje. Ao agradecer affectuosamente os votos do sr. Presidente da Republica Brasileira pela prosperidade e engrandecimento de Portugal, bem como pela minha felicidade pessoal e do Governo a que tenho a honra de presidir, peço a V. Ex.ª Senhor Ministro, que leve ao conhecimento de S. Ex.ª que identicos sentimentos nos animam para com a sua pessoa, e o Governo Brasileiro e para com a grande e nobre nação que V. Ex.ª tão dignamente representa.»

O Brazil, daria ainda a creação de uma embaixada portugueza no Rio (Junho de 1913) sendo ali collocado o dr. Bernardino Machado (Novembro), e vindo como plenipotenciario brazileiro, o dr. Regis d'Oliveira, precedendo o o decreto (12 de Março de 1914) que elevou a legação a embaixada. Entretanto já a imprensa (*Jornal do Brazil*), verberava o incidente occorrido com o dr. Lobo d'Avila Lima, ou fosse o ardil obtido para a entrega d'aquelle lente, que, á esboçada revolta de 21 de outubro de 1913, sabendo-se perseguido, procurara asylo na legação brazileira. O ministro plenipotenciario, dr. Oscar de Teffé, sob ordens do seu paiz procurou um meio conciliatorio, ou fosse o salvo conducto que permittisse ao dr. Avila, emigrar. O dr. Affonso Costa, recusando-o, alvitrava, sob fundamento de nenhum mal querer ao hospede, eventual, d'aquella republica, a entrega voluntaria, a qual seria rapido processo para ser dado á liberdade. Acceite pelo dr. Avila Lima, crente em boas intenções, viu se arremessado para o carcere, onde largo tempo jazeu, valendo-lhe depois um armisticio. Isso contribuiu talvez para violentos ataques a Portugal, por parte do senador e candidato á presidencia da republica dr. Ruy Barbosa, n'uma conferencia realisada em março de 1914 na cidade de S. Paulo. Mas, não admirava. Ruy Barbosa, um dos formidaveis cooperadores do movimento para a revolução brazileira, era já um

descrente em materia democratica, affirmado n'um manifesto celebre publicado a 28 de Dezembro de 1913.

Era a Republica Argentina, a segunda potencia a approximar-se de Portugal no seu novo periodo de vida e fazia o em telegramma de 23 de outubro de 1910: «Ministro do exterior, dr. Bernardino Machado — Sem prejuizo do que verbalmente farei, com grande prazer, antecipo a communicação a V. Ex.ª que o Governo Argentino me envia pelo primeiro correio as credenciaes que me acreditam como seu ministro junto do Governo Provisorio Portuguez de que V. Ex.ª é tão digno membro. Saúda V. Ex.ª — *Baldomero Garcia Sagastume* — Ministro da Argentina.

A Republica de Nicaragua, representada pelo seu ministro em Portugal, communicava a 29 de outubro o reconhecimento da Republica:

«*Senhor ministro.* — E'-me altamente honroso levar ao conhecimento de v. ex.ª, que o meu governo acaba de annunciar-me, por um cabogramma, a grata nova de que reconheceu com o maior prazer a Republica Portugueza, e que é desejo seu continuar cultivando com o povo e governo de Portugal, hoje unido ao povo e governo de Nicaragua, não só pelos affectos da raça, mas tambem pela egualdade das snas instituições, as mais amistosas relações, e resolveu enviar a carta credencial que me acredita na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Republica ante o governo de que v. ex.ª tão dignamente faz parte. Causa-me mui particular satisfação tal determinação do meu governo, pois, á muita subida honra de ser o primeiro representante da Republica Portugueza, accrescem os meus sentimentos de sympathia por esta nobre nação e a esperança de que o governo de v. ex.ª se dignará favorecer-me com a sua benevolencia no desempenho do meu ingrato encargo. — *Simon Planas Suarez.*»

A 31 era a Republica do Uruguay:

«*Senhor Ministro.*—Tenho a honra de communicar a v. ex.ª que o sr. ministro do exterior da Republica do Uruguay me participa telegraphicamente que, em nome do sr. presidente da Republica, respondera ao sr. presidente do governo provisorio

dr. Theophilo Braga, reconhecendo officialmente a Republica Portugueza. E'-me altamente honroso, em cumprimento das ordens do meu governo, saudar na pessoa illustre de v. ex.ª, em nome do governo e do povo de Uruguay, o governo e o povo portuguez, fazendo sinceros votos pela prosperidade e felicidade da Republica Portugueza. — *Dionisio Ramos Montero.*»

De gala se vestiram os democratas e emprazada foi logo ruidosa manifestação promovida pela Sociedade de Cultura Social de que fôra fundador o dr. Miguel Bombarda. Reunida ás 8 horas e meia da noite de 30 de outubro no Café Martinho e á entrada de 2 marinheiros com as bandeiras republicanas de Portugal e a do Brazil, executada era a Portugueza. Organisavam um cortejo, á frente do qual ia o commissario naval Machado Santos, com os marinheiros, um dos quaes, foi o promotor da revolta a bordo do cruzador *S. Gabriel.* Entoando a Portugueza, chegavam sob as janellas do palacio da legação brazileira, onde o dr. Costa Motta os aguardava e que a multidão acclamou com palmas e vivas ao Brazil. O visconde da Ribeira Brava, subia, e na varanda, abraçava o ministro brazileiro em nome do povo portuguez. Trocados discursos affectuosos, o povo ia cumprir identicos preceitos em frente das legações da Argentina e Nicaragua.

Não deixou essa justa attitude impulsiva do povo de ser criticada e apontada como exagerada, frisando-se que o estrangeiro, obedecendo a elle, apenas fizera um acto legal e não de favor. Certo é porém que se necessitara de um exemplo e ao Brazil se deveu.

E' facto que o resto do internacionalismo, senão obedeceu logo á iniciativa da Republica Brazileira, veio a rasgar caminho com o desejo de relações mais amplas e assim continuaram as potencias a approximarem-se de Portugal.

Seguiam-se-lhe, a 2 de Novembro, a China e os Estados Unidos, communicando a primeira, pelo seu ministro em Lisboa:

«Senhor ministro. — Tenho a honra de participar a v. ex.ª que estou auctorisado pelo governo imperial a entrar em relações com o governo provisorio de Portugal, paiz com o qual a

China deseja particularmente cultivar as tradicionaes relações de amizade e boa visinhança. Em cumprimento das instrucções recebidas, rogo a v. ex.ª o favor de indicar me o dia e hora em que poderá receber-me no ministerio dos negocios estrangeiros. Peço, senhor ministro, que acceiteis os protestos da minha mais alta consideração. — *Liou She Shun.*»

Dizia a segunda:

«Excellencia. — Em conformidade de instrucções recebidas do governo dos Estados Unidos, tenho a maior honra de informar v. ex.ª que, em vez de continuar as communicações verbaes até agora adoptadas, e emquanto se não realisa, como é obvio, o estabelecimento de um governo permanente, estou auctorisado a manter relações regulares e por escripto com o governo provisorio de Portugal, como auctoridade effectiva de um paiz com o qual os Estados Unidos da America desejam ardentemente continuar as mais amigaveis e cordeaes relações. Em vista do que precede, peço a v. ex.ª tenha a bondade de me indicar o dia e hora em que poderei ter a subida honra e prazer de reiterar pessoalmente a v. ex.ª esta declaração, no ministerio dos negocios estrangeiros. Aproveito esta primeira occasião para assegurar a v. ex.ª a minha alta consideração. — *Henry T. Gage.*»

Ambos os ministros confirmavam n'esse mesmo dia as palavras de seus officios protocollares.

A 9 de Novembro, vinham os officios preliminares de Inglaterra, França, Hespanha e Italia, seguidos de declarações verbaes pelos respectivos ministros, Francis Villiers, Saint René Taillandier, marquez de Villalobar e marquez Paollucci di Calboli.

Communicava o representante inglez:

«Excellencia. — Tenho a honra de o informar que recebi instrucções de sir Edward Grey, secretario de Estado dos negocios estrangeiras de S. M. Britannica auctorisando me a tratar negocios com o governo provisorio de Portugal, como sendo governo de um paiz com o qual o governo de S. M. Britannica tem o mais vivo desejo de manter relações de amisade. Desejando dar cumprimento, sem demora, ás instrucções recebidas, solicito de v. ex.ª a bondade de indicar a hora a que póde rece-

ber-me no ministerio dos estrangeiros. Aproveito a opportunidade para apresentar a v. ex.ª os protestos da minha mais alta consideração — *F. H. Williers.*»

Dizia o de França:

«Senhor ministro. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.ª que o governo da Republica Franceza auctorisou-me a tratar negocios com o governo provisorio portuguez, como sendo o governo de um paiz com o qual temos o mais sério desejo de manter as nossas relações n'um pé francamente amigavel. Desejoso de dar seguimento ás instrucções que o meu governo me deu sobre este assumpto, ficarei muito reconhecido, sr. ministro, se me indicar o momento em que me possa receber no ministerio dos negocios estrangeiros. Aproveito a opportunidade para vos apresentar sr. ministro os protestos da minha alta consideração. — *G. Saint René Taillandier.*»

Declarava o de Hespanha:

«Senhor ministro — Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.ª, que acabo de receber instrucções do governo do rei, meu augusto soberano, pelas quaes o sr. ministro do Estado, me auctorisa a tratar sobre os assumptos de serviço com o governo provisorio de Portugal, tendo presentes os desejos que o animam para permanecer em constantes e boas relações com a nação Portugueza. Apresso-me a communicar a v. ex.ª as referidas instrucções, rogando lhe tenha a bondade de me indicar quando poderá receber-me no ministerio dos negocios estrangeiros. Aproveito esta opportunidade para offerecer a v. ex.ª os protestos da minha mais alta consideração. — *El marquez de Villalobar.*»

A 10, cabia a vez á Allemanha, cujo representante, barão de Bodman, remettia ao ministerio dos negocios estrangeiros, o seguinte officio que depois pessoalmente confirmava:

«Senhor ministro — Acabo de receber ordem do meu governo para communicar por escripto a V. Ex.ª que estou auctorisado a tratar negocios com o governo provisorio de Portugal, como sendo o governo de um paiz, com o qual o governo imperial tem o mais vivo desejo de manter relações de sincera amisade. Apressando me a communicar este facto a V. Ex.ª, tenho

a honra de lhe apresentar as expressões da minha alta consideração. — *Bodman.*»

No dia seguinte, effectuavam esse acto diplomatico, a Russia e a Noruega, por meio dos seguintes officios:

«Senhor ministro. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.ª que o governo da Noruega auctorisou-me a tratar negocios com o governo provisorio português como o governo de um paiz com o qual a Noruega tem o mais sério desejo de manter relações amigaveis. Desejoso de dar seguimento, sem demora, ás instrucções que o meu governo me deu sobre este assumpto peço a v. ex.ª queira indicar-me o momento em que me póde receber no ministerio dos negocios estrangeiros. — Queira, senhor ministro, receber os protestos da minha mais alta consideração. — *A. Hintefeldt.*»

«Senhor ministro — Tenho a honra de informar V. Ex.ª que o Governo Imperial da Russia, me auctorisa a entrar em relações com o Governo Provisorio Português, para tratar negocios correntes.

Peço pois a V. Ex.ª queira indicar-me a hora e o dia em que poderei no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, verbalmente fazer a V. Ex.ª a presente communicação e exprimir o prazer que tenho em cumprir as instrucções do meu governo.

Peço lhe, Senhor Ministro, que acceiteis os protestos da minha muito alta consideração. — *A. Zelenoy.*»

Era então que o *Times*, (15 de Novembro) dizia, como que reiterando os actos preliminares reconhecedores das potencias: «Foi agora dado pelas potencias o primeiro passo para o reconhecimento formal da Republica Portugueza. Apoz cinco semanas de existencia, o governo provisorio foi informado das boas disposições das potencias para tratar negocios com os ministros da Republica. O novo regimen não póde, todavia, ser definitivamente reconhecido até que a nação se pronuncie a seu favor nas eleições; mas o facto de terem as potencias demonstrado tão pouca difficuldade em entabolar relações com o governo revolucionario é uma notavel manifestação de apreço á capacidade de estadistas dos administradores republicanos. O rei ainda não abdicou; se parecesse haver alguma probabilidade de uma contra-

revolução, devemos suppôr que essas potencias, ao menos aquellas para as quaes esta rapida realisação do ideal republicano devia ser particularmente desagradavel, aproveitariam a opportunidade para mostrar o seu resentimento. A sua acquiescencia aos factos consummados vem confirmar a asserção feita pelo governo revolucionario, desde o principio, de que o paiz estava inteiramente cançado da monarchia e ardentemente desejoso da republica. Todos os factos parecem conduzir a esta conclusão. Sabe-se, por affirmação aos ministros, que todas as municipalidades do paiz e muitas corporações publicas e particulares lhes enviaram telegrammas de congratulação e que nenhum protesto foi até agora registrado. Sabe-se que a egreja presidida pelo arcebispo de Evora, patriarcha de Lisboa e outros bispos, com a adhesão de quasi todos os parochos adheriu ao novo regimen e que os empregados civis, o exercito e, escusado será dizel-o, a armada prestaram a sua adhesão em massa.»

A 16 de Novembro, era a Belgica, que determinava ao seu encarregado de negocios W. Donde von Troosfuvyk, a entrega do seguinte officio:

«Senhor ministro — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.r que o governo real dos Paizes Baixos me auctorisou a tratar negocios com o Governo Provisorio Portuguez, como o de um paiz com o qual os Paizes Baixos tem o vivo desejo de continuar relações amigaveis. Desejoso de dar cumprimento ás instrucções que o meu governo acaba de expedir-me a este respeito, ficarei reconhecido a V. Ex.a de me indicar o momento em que poderá receber-me no ministerio dos negocios estrangeiros. Aproveito esta occasião para lhe exprimir, Senhor Ministro, a segurança da minha alta consideração. — *W. Donde von Troosfuvyk.*»

N'essa data ainda, faziam identicas declarações os representantes da Turquia e Guatemala.

Entretanto, o governo provisorio, decidira (21 de Outubro) confiar ás camaras a distribuição dos representantes portuguezes no estrangeiro, supprimir as legações e embaixadas permanentes, alargar o quadro consular e demittir o pessoal diplomatico, suspeito de monarchico, muitos dos quaes, como o ministro em

Londres, marquez do Soveral, em Pariz, conde de Sousa Rosa, no Vaticano, conde de Tovar, em Berlim, visconde de Pindella, no Quirinal, Mathias de Carvalho e Vasconcellos, em Vienna, conde de Paraty e Russia, Alfredo Alcino de Castro, haviam sollicitado a exoneração cujos despachos foram logo lavrados. Fôra assim apenas ao encontro de já manifestadas intenções, dos alvejados, pois em conselho de ministros tomara d'ellas conhecimento.

O conde de Paraty, declarara já a 17 de outubro, que se demittia, porque lhe não era possivel servir o regimen republicano. O marquez do Soveral, Luiz Maria Pinto do Soveral, a quem o correspondente do *World*, em Londres, accusava em 5, de ter appellado para o *Foreign Office* pedindo insistentemente a intervenção, declinava tambem o cargo que exercera desde 13 de Janeiro de 1881, com o interregno apenas do exercicio das funcções de ministro dos negocios estrangeiros para que foi chamado em 20 de Setembro de 1895. Desde logo (dezembro de 1910) era nomeado director da Chateered Company, de Londres, com o vencimento annual de 3000 libras. Para o substituir, no cargo diplomatico, se indigitou José Relvas. O ministro de Portugal em Roma, Mathias de Carvalho e Albuquerque, demittindo se propriamente, foi substituido pelo dr. Eusebio Leão, embora para ali se indicasse o dr. Alexandre Braga. O de Berlim, visconde de Pindella, abandonou o posto, consummado esse acto O de Paris, conde de Sousa Rosa, seguiu-lhes o exemplo, ao ver a derrocada das suas convicções sobre a contra-marcha do exercito á revolução (*O Petit Journal*, de 6 de outubro) Embora indicado fosse para ali o dr. Magalhães Lima, era investido no cargo, o pamphletario João Chagas, depois de mal citado em França e Portugal apoz um incidente com os francezes, irmãos Cassagnac.

O poeta, Guerra Junqueiro, enviou do seu cultivado rincão de Barca d'Alva, o telegramma seguinte:

«Ao governo provisorio da Republica Portugueza — Lisboa — Saúdo na Republica a libertação magnanima e sublime do grande povo portuguez. Um bando de heroes extraordinarios, redimiu nos a todos do captiveiro. A alma da patria desabrocha

victoriosa essa flôr de luz, essa flôr de ideal. Gloria eterna aos vencedores, paz e perdão para os vencidos. Contrangem-me a alma tanta desgraça e tanto sangue derramado. Mas, entre as mortes, ha uma, a de Candido dos Reis, que me banha de lagrimas ardentes, que me attravessa de dôr o coração. Pavoroso destino o d'essa figura augusta, uma das mais altas e nobres que conheci sobre a terra! Esperemos agora que a Republica seja synonimo de ordem e de harmonia, de intelligencia e de trabalho, de amor e de justica, e de belleza para que a historia de Portugal esplenda no mundo novamente. Viva a Patria Republicana! Viva Lisboa, a cidade heroica! — *Guerra Junqueiro.*»

Ainda deu em entrevista jornalistica (*O Imparcial*, de Madrid, outubro de 1910) as derradeiras pás de terra, em apreciações anti-monarchicas. Appareceu tudo em feliz hora e o seu nome, lembrado primeiro para ministro em Hespanha, breve foi definitivamente ligado a identico cargo na Suissa.

Para a Belgica iria um dos chefes da revolta de 1891, o dr. Alves da Veiga.

A representação portugueza no Brazil era o cuidado dos novos governantes e assim, como o dr. Magalhães Lima não tivesse regressado a tempo de seguir para ali, como embaixador de Portugal nas festas do anniversario da proclamação da Republica Brazileira, resolvia a 31 de outubro, remetter pelo vapor *Cabo Verde*, ao commandante do *Adamastor*, capitão tenente João Manuel de Carvalho, as credenciaes respectivas, indo depois para ali o dr. Antonio Luiz Gomes. Por seu lado o conde de Santa Eulalia, Aleixo de Queiroz Ribeiro, consul de Portugal em Chicago, communicava a confiança nas instituições novas e seus representantes e enviava mil libras para a ajuda do pagamento da divida externa. (20 de outubro).

Todo esse inicio de relações, como se duvidas houvesse sobre elle, deu origem a largo regosijo com discurso de congratulação e agradecimento. (Diario das Constituintes — Sessão de 21 de Junho de 1911).

Esse aspecto de acatamento não excluiu a expansão, sem rebuços, dos ambiciosos pensamentos sobre o nosso patrimonio d'alem-mar.

A Inglaterra, a claro poz o seu sonho de sempre: melhor que tudo lhe sorria o vasto dominio colonial e sobre elle bordou pretenções e fez calculos, traçados, como interprete de seus subditos pelo *Avocate of India* (6 de outubro de 1910).

A importancia das colonias surgia como ponto capital e como base de presumiveis operações financeiras pelo novo governo, julgado nas contingencias de recorrer a tal processo para o saldar das difficuldades pecuniarias legadas pela monarchia. Tirando conclusões irrisorias e talhando com a sua foice ideal as terras sob o dominio lusitano, distribui-as com a sem cerimonia de quem se julgava já a quinhoar terrenos possuidos e assim ás hypotheses dava-lhes fóros de realidade. Macau, Timor, Guiné, S. Thomé e Angola, offereciam-se-lhe como secundarias sob o golpe de vista dos interesses britannicos. O archipelago de Cabo Verde sorria lhes como logar estrategico e fortificado o porto da Praia representava a chave da grande linha maritima para a India e Africa do Sul, bella como base de operações navaes. Lourenço Marques e Moçambiques convinham muito bem á Inglaterra e tanto que a sua passagem a mãos germanicas, originaria graves complicações internacionaes.

Acompanhando-o, o *Johannesburg Leader*, de Capetown, (6 de outubro) insinuava sobrepticiamente que a annexação de Lourenço Marques e outras medidas energicas não davam logar a discussão, emquanto, mais franco, o *Durban-Mercury* affirmava esperar que o territorio de Moçambique fosse em breve pertença britannica.

Mas não eram apenas os distantes representantes do jornalismo inglez que perfilhavam as ideas absorventes; e o *Daily Mail*, proclamava (8) que a questão essencial no futuro era a da sorte do imperio colonial portuguez, embora affirmasse o povo britannico resolvido a manter essa integridade... Capciosamente, mas fazendo alastrar o assumpto, o *Standard* dizia esperar fosse infundada a suggestão de que os portuguezes queriam alienar uma parte das suas colonias. Divergindo da opinião de quantos, diplomaticamente, proclamavam a necessidade de affastamento dos nossos negocios, o *Daily Chronicle* insinuava ao governo britannico a conveniencia do «aproveitar a occasião para

pedir seguranças do fim da escravatura nas possessões de Portugal em Africa.»

Era o reeditar do velho thema dos chocolateiros inglezes da chefia de Cadbury's.

Desmentiu-se a vontade de absorpção, suasoria ou violenta, mas um telegramma de Johannesburgo ao *Daily Chronicle*, (8 de outubro) proclamava que os homens publicos e o jornalismo «eram contra as propostas de se exercer pressão sobre Portugal relativamente a Moçambique, crendo que uma tal politica ameaçaria a paz europea e os interesses permanentes inglezes na Africa do Sul.»

Era este pois o plano ideal da Gran-Bretanha, a grande amiga e alliada de Portugal e que, como ave lugubre accorria sempre que sonhava perigos em terras lusitanas, para o aproveitar do sangue quente.

A Inglaterra, ambiciosa, viu os seus desejos mallogrados e só, como depois se verá, se aproveitou de algumas indemnisações feitas.

De verdade devemos dar parceiros a Albion n'essa concupiscencia colonial.

Acompanhou-a a Allemanha e emquanto o *Dresdner Nachrichten*, citava o dever allemão de se entender com a Gran-Bretanha para a partilha das colonias afim de evitar possiveis perturbações que as desvalorisariam, accrescentando que a combinação relativa ao Congo demonstrava ser possivel um accordo identico anglo germanico a respeito dos dominios coloniaes portuguezes, a *Gazetta de Magdebourg*, firmava as suas esperanças em que em difficuldades financeiras de Portugal, o forçariam, mais tarde ou mais cedo, a desfazer-se das colonias. Como que para dar incentivo ás ambições do *Dresdner*, o *Daily Chronicle*, (outubro de 1910) inglez, dizia: «A questão das colonias portuguezas estimula não só os interesses, mas desperta, tambem, uma certa «anciedade», porque póde provocar uma conflagração europeia. A questão interessa mais directamente a Inglaterra e a Allemanha, possuidoras de colonias visinhas das de Portugal, em Africa. O tratado de 1893, assignado por lord Salisbury e pelo conde Hatyfeld, com assentimento de Portugal, previu

essas difficuldades eventuaes. Não foi publicado este tratado, mas o seu conteudo é bem conhecido e muito desejaremos não ter que invocal o. O novo governo portuguez tenciona conceder a «autonomia» ás suas colonias; estarão ellas, porém, no estado de poderem governar-se e de desempenhar as importantes obrigações internacionaes, cujas responsabilidades pertencem inteiramente a Portugal? Permittam-nos que duvidemos absolutamente.»

Devia-se ver n'isso uma evasiva da politica, e talvez como demonstração benevola para que a Allemanha não insistisse, na affirmativa da *Deutsche Tages Zeitung* (6 de outubro) de que o discurso de lord Asquith dando a alliança anglo-portugueza como uma liga não de dynastias mas de povos, representava uma instigação directa á revolta e que o facto se confirmava com a sympathia com que a Inglaterra acolhera a victoria republicana.

Isso não obstou porém a polemica entre a Gran Bretanha e a Allemanha, sobre o dominio colonial, tudo criticado porém, com penna de mestre, no livro do colonial portuguez, Almada Negreiros: *Colonies portugaises, les organismes politiques indigénes*. Não tardou todavia a esboçar-se a base do estabelecer de amigavel corrente, e a breves dias, o jornalismo francez, interrogava (1 de novembro) pressuroso o governo, sobre o boato corrente, mas falso, de que o gabinete provisorio não seria contrario á venda de parte das colonias portuguezas...

A esse tempo, já o ministro das finanças, José Relvas, fizera vêr ao *Financial News* (21 de outubro) a situação financeira portugueza, e que em outro campo collocou o pela democracia apregoado aspecto exhaustivo do thesouro, durante a gerencia monarchica:

«Ao redactor do *Financial News*, em Londres: Em resposta ao seu telegramma, estimo poder assegurar que o governo republicano acha-se habilitado a satisfazer todos os encargos do thesouro e que as disposições ordeiras do povo portuguez permittiram logo o restabelecimento das condições normaes de vida do paiz. Os interesses britannicos, assim como os de todos os estrangeiros, nada terão que soffrer pelo advento do novo regimen. O governo tem as provas mais seguras do credito da

Republica, tanto no interior como no estrangeiro, como se evidencía na renovação de todos os contractos nas melhores condições. A administração do paiz está passando por grande transformação e o governo está estudando os meios de reduzir a despeza pela suppressão de todas as verbas inuteis, de modo a pôr termo ao regimen de *deficits* orçamentarios. As finanças do paiz serão assim postas em bases seguras. Os recursos economicos do paiz offerecem aliás as mais promettedoras perspectivas. *José Relvas*, ministro das finanças.»

Não ficou todavia o assumpto perdido de vista. A Allemanha obteve uma concessão celebre, conhecida pelo nome de regimen de porta aberta, ou fosse uma livre expansão commercial em Angola.

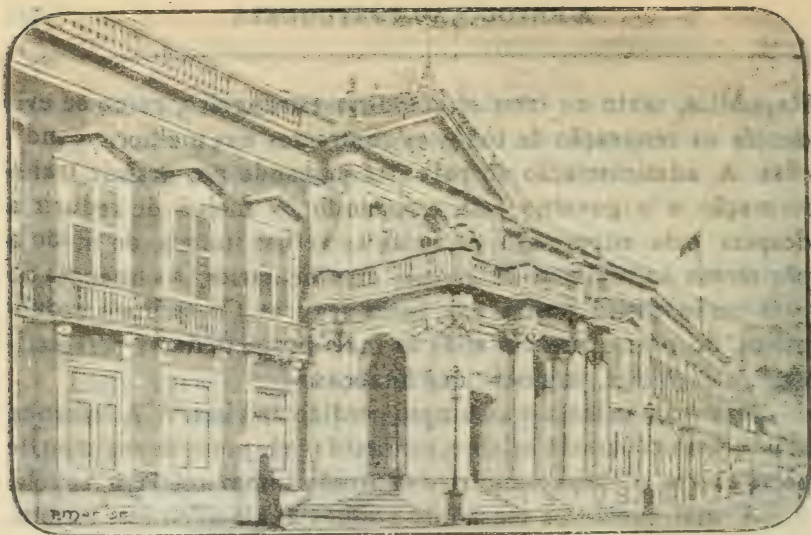
A mal encoberta tensão de animos anglo-allemães, formou como que uma barreira ao assalto colonial.

Mas, á grande guerra, á pavorosa hecatombe de 1914-1915, tudo se renovaria, com correcta edicção. Antes, *Le Journal* (9 de Fevereiro de 1914) garantira que a Allemanha dera o primeiro passo para os seus designios tendentes a collocar a Africa Central sob o seu poder e a drenar todas as riquezas dos imperios coloniaes portuguez e belga.

Ao tiroteio formidavel da lucta de prioridades entre o germanismo e o britanismo, a *Gazette de Cologne* (29 de Janeiro de 1915) insinuava a Hespanha, que apoz a victoria, em troca da neutralidade, lhe daria Gibraltar, Tanger e Portugal, emquanto o *Worwaerts* de Berlim, transcrevendo um boletim do governo militar de Lodz, emittia o plano da Allemanha, á victoria tambem, de formar um vasto imperio germanico, com o Congo belga e as colonias portuguezas.

Não tardou para Portugal, o sangrento desastre de Naulila, provocado pela Allemanha.

Foi o baptismo de sangue na guerra collossal assoladora da Europa.

A patria de Portugal, proseguiu porém, pequena mas altiva, aconchegada no seu canto modesto do *mappa-mundi*, sob a lendaria protecção das suas velhas e indestructiveis glorias e bradando alto a extranha magia que se evola das paginas da sua historia grandiosa...

CONCLUSÃO

Amargurado caminho de exilio

Cintra, Cintra, sempre louçã e linda, de arvoredo frondoso e fontes sussurrantes; de ceu azul que o nevoeiro tolda pela tarde, para se tornar da côr da velha bandeira lusa; de prados verdejantes e fagueira brisa; immortalisada no *Child Harold* como a mais bella terra de Portugal, Cintra, de encantos, formosa romana Cynthia, a enlevada Chintra mourisca, dos edificios mosarabes e das lendas de poesia infinda.

Scenario foste, de ignotas tragedias de alma.

Tu, o vergel amada de duas rainhas, foste a muda perscrutadora de toda uma torrente de desgostos a disfarçar-se nas linhas ainda mais tremendas de uma simulada tranquillidade.

As tuas aguas de christal, decerto espelharam o peroleo das lagrimas.

O som estridulo das avesitas que enxameiam nas tuas arvores, decerto abafaram os soluços de uma mãe attribulada.

Serena, no apparente desprendimento do inanimado, viste abalar do teu solo bemdito, a realeza que te tinha em idolatria.

Mas, desde então, o ruido das tuas fontes, o rumorejar das tuas folhas, os canticos dos emplumados garganteadores que ali se abrigam, decerto se junccionaram em melancholica endeixa dedicada a esses que tanto te quizeram...

De facto e pela vez segunda, a casa de Bragança, ia conhecer as agruras da prescripção.

A si reunia a infeliz representante da familia de Saboya.

O destino levava-a á Italia: era para que no fim da vida sob o seu sol se extinguisse.

Para ella não foi bem o exilio, mas o regresso á patria. Poderia tel-o feito comtudo sob melhores augurios, mas queria Deus que a ella voltasse bem martyr.

Ingressemos n'esses dois velhos paços, o da villa e o da Pena.

E ali, reevoquemos os duros embates soffridos pelas duas almas de mulher, irmanadas pela dôr, cingidas no mesmo laço justado pelo desespero...

*

* *

A proclamada morte do dr. Miguel Bombarda, com os adjuntos boatos de ser attribuida a perseguições monarchicas, nada fez antever de bonançoso.

O jantar, com a dama de serviço, D. Maria Francisca de Menezes, o veador D. Vasco Belmonte, o perceptor Franz Kerausk, o medico dr. Lucena, o capellão Proença, o capitão de infantaria 2, Pires Viegas e os alferes Cunha Viegas, Vellez e D. Fernando Pereira Coutinho, de lanceiros 2, decorreu preoccupado, com monossilabos e raros.

A rainha recolhera aos aposentos, inquieta.

Adormeceu todavia.

A manhã de 4, trouxe, logo ás primeiras horas, o negro pesadello para a realeza.

Embora conhecido desde a madrugada o desenrolar dos successos, transmittido das Necessidades, na Pena só ao nascer do dia quizeram dar más novas á soberana, annunciando-lhe a revolução de Lisboa.

Ao castello chegavam até rumores de que o monarcha havia sido detido, com o marquez de Fayal e conduzidos a bordo do cruzador *S. Raphael.*

Ninguem se atreveu comtudo a dar o boato á rainha.

Começou a serie de desesperos e de ameaças, de promessas e de desvarios.

O rebentar das granadas, reproduziu-se depois bem nitido, do lado do mar.

O desconhecimento do espectaculo que se estaria desenvolvendo na capital, augmentava a sobrexcitação.

O telephone vibrava incessante, dando sempre pessimismos.

Mas nem elementos materiaes possuia para correr a Mafra.

Todos os carros estavam já em Traz-os-Montes, para serviço n'essa projectada viagem que o destino impedira.

N'uma irrisão, o official de marinha, João de Azevedo Coutinho, sollicitava da Pena, um automovel para marchar ao encontro do rei.

Informado pela rainha D. Amelia da absoluta falta de meios de transporte, Azevedo Coutinho, procurou attender á soberana, e se para si obteve, por intermedio do conselheiro João Franco, o automovel da condessa de Carnide, para a rainha conseguia da marqueza de Valflôr a remessa de dois.

Depois, foi participada a partida para Mafra.

Teve, de instante, duas opiniões: a censura á fuga; o rejubilo pelo affastamento do filho, correndo para perto de si. Este venceu aquella.

O coração fallou mais forte do que o egoismo.

Chegava entretanto a sempre desditosa viuva de D. Luiz I.

As más noticias tinham n'a colhido quasi isolada na sua residencia mosarabe.

Era esperada no Estoril, para onde devia seguir n'essa tarde, e isso originou o erro do *Temps* (3 de Novembro de 1910) dando D. Maria Pia n'aquella estancia.

De admirar não é porém o equivoco, se attendermos a que a propria imprensa lisboeta registou falsamente, o embarque da rainha D. Maria Pia, com o infante, em Cascaes.

Estava comtudo, no paço de Cintra.

Ali escutou a descripção succinta de um levantamento popular, d'um passo quasi ganho da democracia sobre a monarchia.

Escutou, n'uma parada mudez, a communicação de que o neto, o irmão d'esse outro que vira exangue na tarde tragica de fevereiro, forçado fôra a deixar Lisboa, trocando-a pela villa de Mafra.

Viu longe: não esmoreceu, mas comprehendeu.

Era o caudal de desgostos que seguia a sua rota fatal.

Estavam ali a marqueza de Unhão, D. Eugenia Telles da Gama e, incidentalmente, o conde de Mesquitella.

Sem veador, offereceu se elle para o cargo.

Esboçou um agradecimento de acceitação, entre a ordem de se apromptar um automovel.

Fallou-se em almoço. Teve a negativa no desdenhoso encolher de hombros.

Com aquelle reduzido sequito, mandou contornar á direita, caminho da Pena.

O vehiculo, á força de querer galgar celere por vezes ingremes aleas, negava-se á marcha.

Que importava sacrificio novo, quando a desgraça resurgia?

Arrastou-se, a pé, appoiada ao seu bastão, até ao castello, em alarme.

Appoiada ao conde e á marqueza, lá attingiu essa cumiada, que domina Cintra de toda a sua altura.

A entrevista entre as duas rainhas, foi o desnudar integro de um só cuidado: o rei.

Urgia correr para junto d'elle.

Bem quizera D. Maria Pia seguir até Mafra.

A rainha D. Amelia, viu-a todavia bem quebrada na sua energia, ficticia.

Suscitou-lhe o regresso ao paço da villa.

Sabida, por a entrevista com o monarcha, qual o verdadeiro grau dos successos, ali iria o exacto relacto da situação.

Estava ali o automovel que o capitão-tenente da armada, João de Azevedo Coutinho, lograra obter da marqueza de Valflôr.

A mãe, com as duas damas e D. Vasco Belmonte, atirava-se para o vehiculo que quasi se despenhava pelas ruas tortuosas do parque.

De novo se arrastou até á vetusta moradia, abrangendo no olhar vago a amplitude que parecia dar-lhe já o saudoso adeus da despedida.

Por ahi passara a figura meiga da rainha Santa Isabel, suffocando as suas maguas pelas luctas do esposo, D. Manuel, e de D. Affonso IV.

Perpassaram n'aquellas salas os vultos alterosos de D. Affonso V, O Africano; do Mestre de Aviz; do atraiçoado de Kebir; do martyr cahido nas mãos de Pedro II e arrastado até ao carcere d'onde olhava saudoso e ancioso de liberdade, a escarpada serra de Cintra, toda verdura, com os seus penhascos parecendo prestes a resvalar de toda a colossal altura.

O pensamento ia depois até á villa, não distante, onde o neto talvez, a essa hora, mergulhado estava em desespero.

D. Manuel, encontrava-se de facto em Mafra, onde chegara depois das 4 horas da tarde, descendo febril do automovel, cuja portinhola foi aberta por uma velhota.

Ia reentrar n'essa sala do magestoso edificio, perpetua evocação do *rei magnifico*, embora, a seu proposito, o principe de Lichnowsky de visita a Mafra em 1842, o classificasse de *ruim imitador de Philippe II* emquanto o nosso grande Herculano alcunhava a gigantesca obra de *uma sensaboria de marmore*. Ao passar sob o grande portico formado por seis columnas e onde as cincoenta e oito collossaes estatuas dos santos reformadores ou fundadores de instituições religiosas, pareciam olhal-o como predestinado da desventura, no espirito de D. Manuel II, surgiu nitida a percepção de que, sahindo de Lisboa, dando ouvidos ao ministro de Hespanha, marquez de Villalobar, escutando o seu

voto coartador da vontade de se collocar á frente das tropas, havia rasgado maior espaço á marcha revolucionaria.

Era tarde para retroceder.

Entrava pois no palacio real, logo guarnecido por soldados da Escola Pratica de Infantaria sob o commando do capitão Abreu.

O seu apparecimento levou alentos aos republicanos de Mafra. Deu-se como seguro inicio de um primeiro passo para o exilio e d'uma garantia para as reivindicações democraticas.

Desde logo era encarregado o alferes de infantaria 15, Orlando Paiva, de communicar á junta revolucionaria a nova animadora.

Entretanto, no palacio notavam-se embaraços: não havia pessoal.

A' situação valeu o medico da real camara dr. D. Thomaz de Mello Breyner.

Residindo em Mafra, aos boatos da rebellião citadina, teve a presciencia de que talvez o monarcha fosse aguardar ali o normalisar da vida agitada de Lisboa. Espalhada a noticia de se haver suffocado o movimento, seguiu de passeio até á freguezia da Egreja Nova, a uns bons cinco kilometros da villa. Alli o ia achar o empregado do paço, Antonio Bragança, que lhe communicou a chegada regia e a vontade real de fallar com D. Thomaz.

Correu ao palacio.

Emocionado soube os pormenores dos casos da capital.

Urgindo accudir ás defficiencias, accirradas ainda com uma recusa de serviço dos proprios creados, o medico, promovendo o organisar de frugal refeição, pessoalmente, com os filhos, servia á mesa real.

Esse repasto foi bem a triste visão de uma realeza a extinguir-se.

As esperanças não lograram achar echo: a realidade imperava mais forte.

Entretanto, duas horas decorridas sobre a chegada do rei, appareceu em Mafra, a rainha com o vestido, da côr negra, que desde fevereiro de 1908 usava.

N'outro automovel veio o tenente João Feijó Teixeira.

Mae e filho tiveram um longo conciliabulo.

Depois, a rainha procedia, pallida, mas serena, á transformação do outr'ora pacifico palacio em modesta praça de guerra.

Viu a distribuição pelas ante-camaras que conduziam ao aposento real, de todos os guardas couteiros da Tapada, armados e municiados e de alguns habitantes da villa, affectos á realeza, João Antonio da Silva Mendonça, Abilio Freire Simões e Ernesto Rodrigues Soares. Outros, com chuços formavam rudimentar defeza, emquanto alguns, estabeleciam, fóra, barricadas, com pedras.

Ouviu-se da bocca do administrador do concelho, Baptista Ribeiro Junior, o informe do avanço do movimento, e notando-se-lhe no franzir dos cantos da bocca, a impressão dolorosa das más noticias que o outro procurava attenuar.

Tudo percebeu; mas deixou seguir a mentira para que mais alarmado não ficasse o unico filho, esse querido pedaço da sua alma.

Para que tão só não estivessem, outros palatinos, raros, tinham vindo prestar a derradeira homenagem ao semi-desthronado rei. N'essa noite, apertou as mãos de mais trez palacianos fieis, o conde de S. Lourenço, Antonio Vesco de Mello e Silva de Menezes, o tenente-coronel Antonio Luiz Theophilo de Araujo Waddington e o capitão de fragata, João Agnello Vellez Caldeira Castello Branco.

Outra figura imponente ahi surgia, animadora: o capitão-tenente da armada, João de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira. Era o 1.° governador civil do reinado de D. Manuel II, vindo substituir a 2 de Fevereiro o conselheiro Eduardo Segurado, o ultimo governador, do reinado de D. Carlos I. Era o antigo governador do Zambeze, o grande vulto das campanhas de Africa, iniciadas em 1886, quando commandante do hiate Tungue e que no Chinde e Barué se cobrira de gloria, fazendo com que lhe pregassem na farda as insignias de grande official da Torre e Espada.

Conhecedor da revolta quizera correr para Lisboa. O annunciado corte das linhas ferreas, deu ensejo a que, telephonando

para o palacio da Pena d'ahi lhe participasse a rainha D. Amelia a já provavel estada em Mafra, de D. Manuel II.

Um automovel cedido pela condessa de Carnide, o transporta áquella villa.

De relance avaliou as perspectivas: viu a deficiencia de forças para uma defesa, se necessaria fosse.

A Escola Pratica, em ferias, apenas dispunha de um contingente pouco superior a 100 praças, ao contrario das 800 que ali esperava encontrar. O 1.º commandante, não offereceu o aspecto de um disposto a deffender a realeza.

Não se enganava João de Azevedo Coutinho, nas duvidas suscitadas. O tenente-coronel Francisco Maria Pinto da Rocha, foi um dos primeiros adherentes á causa nova, e a 7, n'um officio, dirigido ao ministro da guerra, da republica, coronel Antonio Xavier Correia Barreto, não só se congratulava pela nomeação d'este, como se penitenciava de não ter ainda feito ascender a bandeira no edificio da Escola, facto apenas devido á demora na confecção.

Mas não era de indizivel surpreza o incidente, parecendo mesmo reflexo de anteriores casos com o então commandante da Escola, Alberto Mimoso da Costa Ilharco. (*)

Perturbado já com essa preadvinhada attitude, João Coutinho, deteve-se ainda a dar informes sobre a estada regia, a outro official, que, julgado affecto á monarchia, ia simplesmente em serviço da republica.

Depois, ingressava na sala onde o monarcha, preoccupado, trocava impressões com o marquez do Fayal, D. Luiz Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Camara, capitão da guarda real dos archeiros, desde 21 de abril de 1906, pela passagem á disponibilidade do duque de Palmella.

Apresentou-se tambem, energico e intemerato, um dedicado amigo do assassinado do Terreiro do Paço: Martins Rocha. D. Carlos I, em Traz-os Montes, tirara-lhe o retrato e a um filho. Desde essa data, tornara-se idolatra do monarcha.

Ao drama de Fevereiro, veio velar o cadaver; á proclama-

(*) Já citados. Ilharco foi promovido a general em 20 de Fevereiro de 1914, sendo á epocha commandante de cavallaria 11.

ção de D. Manuel II, quiz disfarçar-se em trintanario para mais perto estar se alguma cousa se intentasse contra o novo rei. Na impossibilidade, acompanhou, a pé, o coche. A' revolução, apparecia em Mafra, disposto a tudo, de bolsa repleta de dinheiro e revolver para as occasiões graves.

Todos se esforçaram por desannuviar aquelle horisonte.

Azevedo Coutinho, não julgou util essa falsa miragem.

Evidenciava que eram más as novas vindas da capital e, frisando embora uma hypothese de ser vencida a revolta, emittia parecer favoravel a uma marcha sobre o Porto.

D. Manuel concordara e ainda com outro alvitre do official, apontando a utilidade da juncção absoluta da familia real em Mafra, para concentrar ali todas as forças de Cintra, constituindo tambem escolta no caso de ser apontada como conveniente a retirada para o norte.

Mas, preferindo outros as boas novas, estas esvoaçaram, e de dentro do palacio sahiram para a villa. Por ellas, as tropas sediciosas haviam deposto as armas, com largas perdas em vidas.

Parte da officialidade alarmou-se e até com uma phrase attribuida, sem rasão, a D. Manuel II, pelo capitão Antonio Bernardo Gonçalves, (*) que se encontrava ali, e que professava o ideal republicano:

— Bem. Agora é preciso que o governo seja energico e castigue immediatamente os revoltosos, antes que venha o dó.

Foi em Mafra que o monarcha assignou como medida urgente que de Lisboa fôra sollicitada para Cintra á rainha D. Amelia, o decreto suspendendo garantias e determinando o estado de sitio. Em telegramma foi participada a assignatura e a remessa para a capital, do decreto, factos desde logo notificados telephonicamente ao conselheiro Teixeira de Sousa, pelo director dos correios e telegraphos, conselheiro Alfredo Pereira, visto a falta de boletineiros.

Todavia, o decreto não chegou ao seu destino e as transmissões foram feitas a outras entidades coniventes com os revoltosos,

(*) *O Mundo* — Outubro de 1911.

Não obstante, semeavam-se esperanças, onde apenas deviam vicejar as desillusões.

Demais teve a rainha a presciencia da inanidade dos proclamados optimismos.

Mas, como se realmente convicta estivesse de uma reacção victoriosa da monarchia sobre a republica, essa mulher varonil, sorriu quasi e beijando a creança que a fatalidade collocara no throno, para a desgraça lh'o arrebatar, essa mulher que teve, nos ultimos annos de reinado, uma vida de amargura disfarçada sob um aspecto banal, frivolo, — sahia do palacio, quando as torres mafrenses badalavam as 10 horas.

Teve animo para se separar do filho ignorando se a elle iria o fim d'esse outro, trucidado com o marido pelas balas de sicarios, emissarios das Associações secretas.

Teve força para quasi só, apenas com o tenente João Feijó Teixeira e a condessa de Figueiró atravessar a medonha estrada de Mafra a Cintra, onde a conspiração podia levar alguem, ambicioso de lhe dar a morte.

E não redimiria essa figura incomprehendida os seus peccados politicos, n'essas horas de angustia, em que mais tremia pela vida d'esse filho idolatrado do que pela propria, expondo-se de novo ao perigo, como em 1908, para que o rei lhe não lesse nas intenções o desasocego e não se inquietasse egualmente?

Negro calvario de mãe!

No trajecto maus annuncios a colheram: o capitão-tenente João Coutinho, participava-lhe que tendo telephonado ao presidente do conselho a permanencia do rei em Mafra, d'elle ouvira a approvação do acto.

Era de desanimar.

Insistindo pela rapida vinda das duas rainhas, voltava a reunir-se ao monarcha, emquanto a soberana, de coração alanceado seguia em demanda do paço de Cintra.

Foi junto da filha de Victor Manuel I que a filha do conde de Paris, Luiz Philippe Alberto de Orleans, representante da casa real de França, foi expandir os seus cuidados.

A primeira já fôra de novo ao castello, julgando que a rainha D. Amelia ali tivesse voltado.

Procurou novas do rei, mas ninguem lh'as soube dar.

Quizeram convencel-a a ficar, oppondo-lhe o penoso retroceder.

Altiva, recusou. Preferia voltar ao paço, á custa de toda a canceira, a pensar-se que o receio occasionara a sua retenção ali.

Regressou portanto, erecta, orgulhosa, evidenciando apenas no branco mais accentuado dos labios, a tormenta que lhe ia na alma.

D. Maria Pia, inquieta, recebeu a rainha D. Amelia no quarto onde se recolhera, apoz o jantar, pouco demorado e onde quasi não se trocou palavra.

A entrevista das duas rainhas foi longa: esboçaram-se as peores probabilidades e houve phrases acerbas contra o destino que tanto semeara de espinhos a estrada da vida d'aquellas existencias attribuladas.

Convencionou-se a partida para Mafra. pelas 8 horas da manhã seguinte.

Depois, o automovel de novo quebrava o silencio, reconduzindo até ao castello, que Frei Heitor Pinto disse «sitio mais proprio para ninho de aguias do que para habitação de monges», a rainha-mãe, sempre intemerata, indifferente á escuridão enorme, propensa a aventuras tragicas.

Mas só o arvoredo rumorejante parecia levar-lhe no cicio compassado o dolorido de um queixume.

Febril, impaciente, não se deitou. Deixou se cahir sobre uma *chaise-longue*, escutando ainda os menores ruidos.

Só se erguia, para, de quando em quando, correr ás janellas, a perscrutar o horisonte, em trevas.

Dos terraços da Pena, via se a esteira luminosa dos projectores electricos dos navios; escutava-se o baque soturno do estoirar das granadas.

Pela madrugada, o telephone retiniu.

De Cascaes, perguntavam se o infante D. Affonso estaria na Pena. Abandonara a cidadella e d'elle não sabiam a existencia no paço da villa.

Como triste resposta, deu que nem na Pena estava nem em em Mafra d'elle se soubera.

Perguntado para o paço da villa, houve, tambem a negativa.

Era mais um cuidado.

A sua alta figura, toda de negro, passeou, convulsa, agitada, pelo aposento.

Os olhos lindos, castanhos, orvalharam-se de lagrimas, não de terror, mas de raiva.

Bradava pelo dia, como se d'elle esperasse a salvação.

Todavia, nas suas primeiras horas, com o sol, viria a desillusão negra. Os livores matinaes significariam o seguir da tragedia, não o resplendor da apotheose.

A corôa estava a esphacellar-se na velha cidade lisboeta.

A inercia da soldadesca e dos agaloados que se pareciam fieis á realeza, cavavam a ruina d'esta, mais rapido do que os tiros da democracia, — esta pensando diversamente, pois entresonhava uma manhã de horrores, quando ella lhe trouxe, dadivosa, uma corôa de victoria facil.

Presentia todo esse espectaculo de tristeza, a rainha, circunvagando o olhar pelo aposento onde se encontrava.

Reviveu o quadro do passado, estabelecendo a correlação com o d'essa madrugada de angustias, de incertezas.

A alvorada, resurgindo, não fez desapparecer o pesadello, consolidou-o.

A populaça se encarregou de, n'uma attitude da mal contida ameaça, evidenciar que a revolução não se entravára: pelas 8 horas, o rumor augmentava.

Sabia-se que a republica estava de ganho n'essa partida jogada com a realeza.

Maria Antonietta, no *Petit Trianon*, ao avanço do cortejo de mulheres e creanças que iam pedir pão, não sentiu talvez a indizivel angustia que a rainha D. Amelia teve ao aviso de que o clamor da multidão nada futurava de risonho.

Apontada foi a necessidade de seguir para Mafra, sem mesmo se realisar o encontro com a rainha D. Maria Pia.

Pelo telephone se quebrou o compromisso. As circunstancias o exigiam.

Abandonou o castello, deixou, para só com a alma as ver, essas preciosidades, essas recordações, que mais tarde a penna

da romancista D. Mauricia C. de Figueiredo, descrevia assim, (*) ao visital-as:

«Proseguindo a nossa visita ao Palacio da Pena, que era a residencia de verão da rainha sr.ª D. Amelia, seguimos o guia, subindo sob os tectos de estuque abobadados, a longa escadaria de pedra em espiral, até terminar na torre alta do Castello. Cada palavra que se pronuncia é repetida pelo ecco, d'uma maneira prolongada, soturna e extranha. Atravessamos todos os andares, que são muitos, como numerosas são as salas, e que por isso impossivel seria descrever, pois que só de relance as vêmos sem tempo para tomar as devidas notas. Vejamos, porem, se nos recordamos d'algumas. Passando um dos primeiros andares, entra se na Sala dos Veados — assim chamada — porque em todo o tecto se vêem cabeças dos mesmos animaes. Um dos quartos que mais prende a attenção é o que denominam — Quarto dos Candieiros, — especie de casa de arrecadação, para onde transportaram entre outros objectos os grandes berços de metal amarello, dos principes, e um leito de ferro, em tamanho descommunal, que pertenceu ao rei D. Carlos I.

— «São os berços onde D. Luiz Filippe e D. Manuel *dormiam quando eram pequenos*, diz o velho empregado que ahi exerce serviço *ha quarenta annos*...

«N'esta sala vê se encaixilhado ainda, papel de cartas de varias marcas, com a corôa real, usado pelos ultimos monarchas. Nas paredes admiram-se algumas tapeçarias egypcias, dignas de particular attenção.

. . . .

«N'um dos andares superiores, entramos no terraço, d'onde se avista mar e terra. A rainha sr.ª D. Amelia, gostava d'ahi passar algumas horas, contemplando esse bello panorama, e muitas vezes mandando improvisar um toldo com as tapeçarias egypcias, as da Sala dos Candieiros, ahi jantava, em companhia d'algumas pessoas mais intimas. Ha n'este terraço uma cadeira *verde*, de verga da Madeira, com a dedicatoria «A' nossa bon-

(*) *Um passeio a Cintra.* — *O castello da Pena.* — *A Folha do Sul*, de 19 de Novembro de 1913.

dosa rainha». N'essa cadeira, via-se nos precedentes annos, uma gatinha branca e preta — que era a predilecta da rainha — deitada socegadamente a dormir, e que, quando despertada com carinho, retribuia muito mansinha essas caricias, miando docemente. Tivemos pena da pobre gatita. Quantas caricias tivera outr'ora, a quantos mimos estaria habituada, emquanto agora para ali está só, abandonada... Este anno não a vimos.

....

«Passando ás salas de espera do rei, a sala com os candelabros a côres e folhagem, e a antiga sala de recepção e bilhar, onde estão quatro arabes de bronze, em tamanho natural, um a cada canto, segurando os bellos e enormes lustres, notam-se ahi os vitraes de tres janellas, reproduzindo santos, entre os quaes uma allegoria a Santo Antonio, e que dizem avaliada em sessenta contos. Sempre de fugida, vêmos ainda a prodigalidade de figuras chinezas, louças de todas as fabricas de Portugal e extrangeiro, e chegamos ao quarto do sr. D. Manuel II, quarto modesto, leito muito simples, de ferro, tendo uma colcha azul e branca, com pavões pintados, e em uma das paredes o retrato de quando elle era creança, segurando um cão pela colleira. Este quarto é contiguo ao do preceptor. Ha ainda o quarto do camarista, todo em madeira imitando pinho. Segue-se o quarto da rainha sr.ª D. Amelia, que é em estuque similhando alhambra. Este quarto era outr'ora de D. Fernando II. A' cabeceira do leito grande, de ferro, simples, vê se um ramo de Paschoa, ou Palma da Semana Santa, devoção tocante da rainha.

«Nota curiosa: ao lado direito do leito, sobre a mesinha de cabeceira, vê se ainda um pequeno candelabro com duas velas, uma das quaes mostra ter sido accesa e logo apagada e a segunda já quasi consummida, conforme a rainha a deixou na ultima noite que ahi passou.

«D'aqui segue-se o quarto de *toilette*. Antes de chegarmos aos aposentos da rainha, ha o quarto do veador e o da dama de serviço, com leitos, sendo estes em docel. Chegando ao gabinete de escrever, da rainha, vê-se sobre a sua secretaria, jarras com flôres, alguns bustos, uma aguarella pintada pela mesma senhora e assignada com o seu nome, muitas illustrações extran-

geiras e o celebre tinteiro que é feito d'uma das patas do primeiro cavallo, de nome *Foguete*, que a princesa montou em Portugal. As tres patas restantes são como a primeira encastoadas em prata — e parece que foram distribuidas á ordem da rainha pelos palacios de Villa Viçosa, Mafra e Necessidades. Proximo a este gabinete está a sala do telephone — forrada a cretone — com retratos da rainha e seus filhos. A esse telephone passou a rainha sr.ª D. Amelia a celebre noite de 4 de Outubro, telephonando ora para o palacio das Necessidades, para saber novas do *bombardeamento*, ora para Cintra, para a rainha sr.ª D. Maria Pia, que depois se lhe havia de reunir na partida para a Ericeira.

«Em outra sala, recorda-nos ter visto um prato de louça das Caldas, tendo um *A* ao centro, encimado pela corôa e rosas, tendo em relevo, na parte superior, estes dizeres: «Para rosas, bastam rosas»; e na parte inferior: «Valem mais ao mundo e a Deus».

«Mas seria enfadonho proseguir, isto é, querer innumerar tudo o que ahi se vê, e como se faz ideia é do melhor gosto e riqueza. Terminamos portanto essa visita, subindo á torre, d'onde se avista todo o mais bello, extenso e variado scenario — mar azul côr do ceu, a terra de tons verdes claros e escuros e montanhas soberbas. Passeamos em volta da torre immensa, rodeada de ameias, onde nos inclinamos para vêr os precipicios, verdadeiros abysmos, despenhadeiros medonhos, cheios de pedras angulosas, ascensão esta perigosissima e que em dias de vento forte, como n'esse em que ahi estivemos, chega a ser temerario o aventurar-se alguem a subir até lá.

«Descemos novamente a grande escadaria e em breve retiramo-nos pela porta principal, e não já pela do Parque. No trem, regressamos da Pena, não pelo caminho por onde tinhamos ido para lá, mas por S. Pedro de Cintra. E entretanto vamos pensando, que apesar da belleza do Parque, que é como se sabe grandioso, e do Castello, verdadeira maravilha d'arte, nós, se nos fosse permittido escolher, preferiamos o Palacio Real de Cintra. E crêmos que as nossas estimaveis leitoras pensarão do mesmo modo. A poesia e suavidade infinda d'este, não se nota

em qualquer outro. Talvez por que ahi findou seus dias, um desventurado monarcha, encarcerado nove annos; talvez porque por essas salas julgamos ainda vêr passar um suave vulto de Mulher, visão formosa, terna e caritativa, que um destino fatal a arrebataria d'ahi para a conduzir ao exilio, d'onde não mais voltaria.

«Oh! mas quem nos diz que a horas tardias, em noites de luar, o Anjo da Caridade, não irá ainda passear n'essas salas e em todos esses logares, espalhando essas bençãos e sorrisos, de bondade, com que Ella envolvia os infelizes, os humildes, as creancinhas e os velhos. O Alem, o infinito, quem o póde jámais desvendar?»

Emquanto a rainha D. Amelia emprehendia a pequena jornada com o espirito alanceado, no paço de Cintra, a filha de Victor Manuel, dava as suas ordens com o sereno aspecto de pessoa a quem a desgraça já não consegue atemorisar.

Com a sua jámais perdida magestade, sobe para o automovel com a marqueza de Unhão e o conde de Mesquitella.

Eram 9 horas e 20 minutos.

O vehiculo ia a rodar veloz, disposto a rasgar caminho, de qualquer forma, por entre o povo, accumulado na praça, em frente do palacio.

A sua voz determinou porém, energica, e fria:

— Mais devagar! Não vá pensar-se que fujo!

Era a paraphrase de D. Seb stião, em Kebir:

— Morramos, mas devagar!...

O automovel passou pois, lentamente, muito devagar, conduzindo-a, tão serena, tão magestosa, que os blasfemadores de antes, curvando a cabeça descoberta, em silencio a deixaram passar, em preito á viuva de D. Luiz I, á rainha-martyr que, se volveu áquella Cintra, bella, foi apenas como alma sahida de soffredor envolucro.

Chegados ao ermo, longe o povo, o automovel fez mais celere carreira: Meia hora apenas para o trajecto.

A familia real, deixára Cintra, onde não regressaria.

*
* *

D. Manuel, mal que a rainha desappareceu, de novo se sentiu perturbar.

Quiz esconder dos aulicos, o pavor provocado por essa situação que intimamente advinhava.

Sentia-se detido nas salas geladas do antigo convento.

Teve uma phrase de desespero:

— Não nasci para isto!

Depois outra:

— Nunca pensei isto!

Era o reflexo d'esse dedicado affan com que procurára estudar as condicções economicas d'esse povo, alem apostado em o desterrar.

Depois outra de fé, d'essa fé tão portugueza, sempre praticada e sempre abocanhada:

— Descancem que a nossa padroeira, a Virgem da Conceição lá está em cima!

Era a crença, era a supplica encoberta n'uma animação propria.

Não foi escutada: o destino estava traçado.

Recolheu ao quarto, mas não dormiu.

Luiz XVI, no oratorio predecessor de caminho para o cadafalso não teve mais desasocego de animo do que D. Manuel II, o rei quasi sem throno, n'essas horas que antecederam o trilhar do caminho do exilio.

O cansaço venceu-o.

Animado pela esperança de que no Porto resistiria, acalentado pela ideia, a miudo exposta pelo capitão tenente Azevedo Coutinho, de que vencida a cidade invicta, restava ainda como baluarte leal, a villa de Valença, resolvia recolher ao quarto.

Antes entregava-se á guarda de Coutinho, que, com o dr. Mello Breyner, vigilante ficou, junto da porta do aposento.

A's 4 horas da madrugada de quarta-feira 5, era recebido um telegramma. Era forjado para levar a coragem ao rei, e segundo elle, o movimento gorára.

Demais sabiam os palatinos a marcha victoriosa da democracia e o administrador do concelho tendo telegraphado para o governador civil á 1 hora da noite, faltando-lhe a resposta, auferiu d'isso um desastre para a realeza.

Veio todavia um telegramma soerguer esperanças. O capitão João Jorge Moreira de Sá, participava haver conseguido vencer todas as difficuldades e sahindo da Junqueira, aproar a Cascaes.

Era mais um elemento: Se se não contava como defeza, era um refugio.

Assim chegou a manhã.

Não vendo chegar as duas rainhas, e não havendo ali telephone, Azevedo Coutinho corria de novo para Cintra.

Ali soube da partida das soberanas.

Quando intentou voltar a Mafra, viu inuteis as passadas.

Deu se a republica como proclamada.

Esse facto talvez fizesse accirrar a imperiosa conveniencia de se collocar junto da familia real deposta.

Salval-a, ou morrer com ella.

Era o inicio do abandono.

Azevedo Coutinho, resolvia não se utilisar do automovel que ao conselheiro João Franco pedira para se transportar á provisoria e ultima séde da côrte.

Ficava, e ali o achou, para derradeiro corte nas suas esperanças malfadadas, o mais audaz dos reivindicadores da monarchica causa: Paiva Couceiro.

Este, irado abandonára o conselho de officiaes no quartel general. Na rua achára o tenente Rocha, com a peça que servira no Thorel. Marchou pela rua da Palma até ás portas da cidade. Ali, detendo se, fallava aos companheiros da bateria, dizendo-lhes que «tendo a bateria cumprido leal e honradamente o seu dever, lhe parecia comtudo que o seu serviço não estava completo No Rocio, em seguida ao que vira, ia proclamar-se a Republica. No Terreiro do Paço não havia governo. Mas o seu dever era deffender as instituições, emquanto ellas existissem, e ellas existiam emquanto existisse o rei, seu representante. O rei, constava-lhe estar em Cintra e entendia portanto que para alli se deviam dirigir.» O voto foi unanime e a marcha fez-se até Que-

luz, d'onde apoz curto descanço para refazer as forças, se endireitou a Cintra. No castello da Pena, teve a informação de que D. Manuel II estava em Mafra. Desceu a encosta, e acampou em S. Pedro de Cintra, quando deparando se lhe D. Fernando de Almeida, este se offereceu para chamar João de Azevedo Coutinho, que sabia quanto de veridico havia na estada regia.

O official de marinha, appareceu, e deu o monarcha como já não estando em Mafra, havendo embarcado na Ericeira, com destino ao Porto.

Duvidava Couceiro, mas n'uma phrase irascivel para com aquelle que se distanciára, se bem que com desculpa pois não o sabia em sua procura, formulou logo o voto de retrocesso para Queluz, onde chegava de noite. A bandeira verde rubra, ostentando-se no quartel e no paço real, era a confirmação da derrocada das suas esperanças.

Retirou depois para Cascaes, colhendo o ali um emissario do governo provisorio.

A grandiosa figura de Paiva Couceiro, fiel até ao fim, tentou a republica. Cognominado de *o ultimo granadeiro da monarchia* (*O Paiz* de 13 de outubro), ouvia as phrazes justas:

«Paiva Couceiro, com as suas baterias sem polvora e as suas fileiras sem soldados, correndo a Mafra a offerecer ao rei a sua espada gloriosa, é a encarnação do guerreiro antigo, meio soldado, meio namorado, um pouco de tudo — de pagem e de cavalleiro, de galanteador e de luctador — mas heroe sempre, e heroe á maneira antiga, isto é: fiel ao seu principio e ao seu juramento. Foi o portuguez que melhormente espelhou, em si, a alma luzitana primitiva no que ella tinha de inteiriço e de maciço; foi em ultima analyse, o unico adversario serio da Revolução, e o unico d'entre todos que deixou uma saudade! Bella alma de heroe e de crente! Guarda da monarchia que jurou defender, e de quem não quiz nada em troca da sua fidelidade, foi o ultimo a entregar as chaves do velho castello, e fel-o só depois de pôr ao sol a espada qne tantas vezes scintillara já debaixo da bandeira azul e branca! Merecera o rei essa fidelidade? Não! Elle o viu, e, vendo-o, espantou se da pequenez do seu ideal. Viu-se heroe ao serviço d'um morto, e chorou de vergo-

nha — por elle, pelo rei, pela monarchia. Não! O regimen constitucional não merecia a fidelidade d'esse homem glorioso, porque fugiu antes de elle capitular, e eu, se fosse o ministro da guerra, não lhe daria a demissão pedida, ainda que, para o deter, houvesse de provocar um movimento nacional de sympathia pelo que foi o ultimo soldado da monarchia. Homens como Paiva Couceiro não pertencem a um regimen, pertencem a uma patria, e quer esteja no quadro um rei, quer esteja uma Republica, conservam-se activos para o bem commum. A Republica precisa de ter, ao seu lado, esse glorioso adversario, que foi o seu unico inimigo na Revolução, mas foi tambem de todos os monarchicos, o que ganhou jus á nossa admiração. Que adhira, esse, porque a Republica dará, em troca, os outros adherentes todos...»

O delegado perguntava-lhe a attitude. Reiterou-lhe ser a antiga, embora não fosse contrariar a democracia em festas. Vira que o povo parecia querer muito á republica. Como portuguez, acatava a vontade do povo, até ao ponto em que elle, reconsiderando, mostrasse o retrocesso á velha doutrina. As declarações, chegaram fóra, transformadas e ao ponto de ainda a 6, o *Dia* dar o boato de concentração de forças de Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho nas alturas do Lumiar.

Couceiro, que se compromettera a apresentar se no ministerio da guerra, fazia-o em 8, esclarecendo manter a sua attitude e pedindo a demissão. Não lh'a deram e tomou a. Deixando a carreira das armas que tão brilhante tomara, ia de official a professor de inglez da Escola Nacional, com licença illimitada.

Tentaram-no, nomeando-o o ministro da marinha Amaro de Azevedo Gomes, sob proposta do governador geral de Angola, major Manuel Maria Coelho, para presidir ás commissões encarregadas de estudar a colonisação de Benguella e á remodelação das pautas d'aquella provincia (14 de outubro). Recusou, allegando escassez de tempo. Ineficaz a cubiça, tentou se a intriga.

Para o convencer a abandonar a causa, apresentaram-lhe no ministerio das finanças, documento onde apenas se debatia a sediça questão dos abonos á casa real. Vislumbraram-lhe a existencia de papeis onde se patenteava a traição real recorrendo

ao estrangeiro para que salvasse a corôa. Couceiro, de principio abalado, não achando sob as suas vistas leaes o rescripto denunciador do mau acto, duvidou ainda e sempre, e escapou se do ardil, evidenciando todavia o mau passo de uma demagogia.

A sua conducta de monarchico convicto, levou o governo provisorio, a dar-lhe, sob aspecto de castigo, o que elle pedira com insistencia: a demissão vinha por decreto de 17 de abril de 1911, como represalia ao seu ultimatum energico de 18 de março, para que em plebiscito ao paiz, o convidassem a declarar se queria monarchia ou republica. Couceiro, abandonava a patria, apenas como Henrique Mitchell. Vieram depois as conspirações monarchicas, e elle como seu guia ultra-romantico. O heroe de 1910, para a democracia, desceu, para ella, porque contra ella era. Aquelle por quem se trocariam todas as adhesões, teve os epithetos baixos. A attenual-os, porém, havia a base do desespero.

Comtudo, distante, existiam ainda democraticos, a quem não cegou a paixão politica. Fernão Botto Machado, consul geral no Brazil, diria á Gazeta do Rio de Janeiro (Abril de 1912) affirmando a sua crença em impossibilidades de restauração monarchica, que «ninguem poderia negar o valor e a lealdade de Paiva Couceiro, a quem os republicanos estenderiam com orgulho a mão, pois era um soldado valoroso.»

Teve a perseguição e a lei que outros amnistiou, a de 22 de fevereiro de 1914, a elle privou da volta á patria por 10 annos. Esse duro exilio, imposto por um gabinete da presidencia do dr. Bernardino Machado era annullado e Paiva Couceiro, com outros, viu rasgada a fronteira para regresso á terra-mãe, por um decreto de amnistia (20 de abril de 1915) da responsabilidade de um gabinete da presidencia do general Pimenta de Castro. A queda d'este pela revolução de 14 de Maio d'esse anno, de novo o fez voltar ao exilio.

Assim teve esse logico desfecho a derrocada da marcha a Cintra na manhã de 5 de outubro de 1910.

Desapparecido Couceiro, e victoriosa a revolução não tardou a fazer chegar a Cintra, os seus delegados.

Os drs. José Barbosa e Malva do Valle, o jornalista João Chagas, o engenheiro Antonio Maria da Silva e o tenente Hel-

der Ribeiro, tomavam posse dos edificios e a bandeira verde-rubra subia nos dois paços em substituição do estandarte vermelho da realeza de Portugal.

Destituido o administrador monarchico, era a administração entregue ao republicano Fernando Formigal de Moraes.

Quanto a Azevedo Coutinho, interrogado sobre a attitude, respondia na administração do concelho que sendo monarchico, monarchico queria morrer, devendo considerar-se a apresentação ali como tendo sido feita conforme a ordem superior. Pedia depois a reforma (11 de Novembro) e vel-o-hemos mais tarde, um dos cabecilhas supremos das sempre estereis conspirações monarchicas tendentes á reconquista de Portugal, e quasi detido á mallograda tentativa de 21 de Outubro de 1913.

*

* *

D. Manuel II, erguendo-se do leito, pouco depois das sete horas, pedia noticias, a todo o transe.

Ellas vieram, mas desanimadoras.

Decorrido tempo, entre febris impaciencias, chegavam as duas rainhas e primeiro, D. Maria Pia.

Não souberam que contrapor áquella nevrose do rei, já destituido na cidade de Lisboa, fatal para os ultimos dois reis da dynastia brigantina.

A avó, encarava pavida esse neto attribulado.

Para o seu estado de alma, perturbado por tantos e tão angustiosos lances, aquelle soffrimento era demais. Reavivava o quadro tetrico da scena do arsenal de marinha em 1 de Fevereiro de 1908 vendo inanimados pela morte, o filho e o outro neto, herdeiro d'essa corôa maldita, que lhe não chegara a pesar na fronte.

Não o expressou no rosto.

Apenas, sempre imperturbavel, relatou o que vira em Cintra.

Comprehendia-se bem.

Tudo perdido!

Começou o verdadeiro desanimo...

Depois as esperanças, a ambição de uma reviravolta n'essa presumida derrocada.

Quatro longas horas se passaram em indecisões.

O creado Franco, serviu o almoço, chorando.

Emquanto o conde de Sabugosa, contemplava tudo com olhar desolado, o marquez do Fayal, reevocava o isolamento por tantos a quem impendia a comparencia ali.

Fallou-se no antigo chefe do partido regenerador-liberal.

Estando em Cintra, não quiz vencer os poucos kilometros que de Mafra o separavam.

Era bem a revindicta a esse espectaculo de dissabores de dois annos antes; ás recriminações nas salas do arsenal e do paço das Necessidades pela politica que dera ensejo á tragedia do Terreiro do Paço.

Evocou tudo a rainha D. Maria Pia, n'uma ligeira critica ao passado, n'um flagellar d'essa presente de angustias.

Valeu ainda o predominante pensamento sobre o Porto.

O *D. Amelia*, seria empregado na viagem e Martins Rocha, seguiu desde logo para o norte, afim de organisar ali um serviço de automoveis.

Breve chegava o administrador do concelho, com um telegramma.

A' anciedade immensa, correspondeu o gesto desesperado da auctoridade administrativa.

De Lisboa e sob assignatura do governo provisorio, se ordenava o immediato arvorar da bandeira da republica no ex-palacio real de Mafra.

Quiz-se ver um processo de obrigar a uma capitulação, a um acto abdicativo.

Decerto os revolucionarios haviam tomado a estação telegraphica de Lisboa e a abdicação real, obtida por esse meio facil d'um telegramma falso, conduziria o exercito, fiel á realeza, a um capitular.

Nunca!

Cumpria esperar, deixar seguir essa lucta, esse duello do throno contra a democracia pelos factores dos dois ideaes!

Triste engano.

Como o naufrago, nas ondas se atêm á mais fragil taboa, assim o rei e as duas rainhas, n'esses instantes de desespero se agarravam febris á tenue esperança de uma victoria da monarchia, como se monarchicos houvesse, como se convicções realistas existissem, como se a maioria dos aulicos d'essa realeza apavorada, a não tivessem ido entregando lentamente, como cousa inutil que já servir não podesse gargantões insaciaveis!...

Depois, veio o rude desabar do castello de hypotheses risonhas com que a rainha havia tentado desentristecer o espirito do rei.

Estava de facto a Republica em Portugal.

As corôas nada eram em terras lusas.

Reunido foi o ultimo conselho de palatinos.

Pensou-se em ganhar o Porto, de automovel, adquirindo-se para isso a necessaria provisão de gazolina. Era o resto da gigantesca esperança da realeza, fundando-se na evocação d'essa grande manifestação portuense, de 17 de Maio de 1908, onde os partidos da Invicta em mensagem proclamaram «monarchicos por convicção», (*) e da viagem enthusiastica de novembro seguinte.

D'ahi a ideia predominante: não quiz abandonar Portugal; queria sahir de Lisboa e ganhar essas terras presumidas fidelissimas na defesa da dynastia e do seu representante. Sabia que não era a cidade em peso a desterral-o. A' duplicidade de falsos realistas corresponderia com o appoio dos dedicados, dos legitimos.

Ia deixar Mafra, na ancia de se rodear de elementos fieis.

Convencido a tal, sem sequer vislumbrar que outro rumo o faziam tomar, predispoz-se á effectivação do plano, não de alma em festa, pois subsistia uma duvida a aguilhoal-a atroz, mas de espirito menos perturbado.

Da Ericeira recebera-se entretanto telegramma de estar á vista o hiate *D. Amelia.*

Procuraram avistal-o dos altos mirantes, o que foi difficil.

Mas era de facto, o hiate real.

A revolta surprehendera-o no seu ancoradouro, á Junqueira. A marinhagem, não alliciada, com ella estava em parte e aguardou-se um proseguir de intenções para um manifestar de preferencias.

Tinha pouca gente o hiate, mas a tudo affecta.

Quando um conselho dos marujos ia dar qualquer solução, abafou-a a chegada do capitão de fragata João José Moreira de Sá. N'uma quebra disciplinar, e n'um acto de imprevista franqueza, annunciou a sublevação do *S. Raphael*, e em terra, os regimentos insurrecionados com o auxilio de paisanos. Não teve o ardil de dar o movimento liquidado, com exemplo nos republicanos, que denunciavam a monarchia morta, sem ainda o estar.

A marinhagem, a pé ficára toda a madrugada de 4.

Até á tarde, a escassez de noticias. A tripulação, para seu interesse, mandou a terra um marinheiro que, de regresso, trouxe um jornal onde se dava a familia real como acolhida a bordo do hiate.

Houve o panico, o receio de que, crentes do facto, os revoltosos bombardeassem o navio.

O immediato, amoldou-se a esses murmurios e, aproveitando as trevas, mandou seguir o *D. Amelia*, que pela meia noite demandou a bahia de Cascaes.

Era a Providencia encaminhando successos.

Breve receberia o infante D. Affonso.

Não deixára a cidadella.

General e condestavel, infante e tio, só surgiu como auxiliar para o distanciamento, que não na hora em que a defeza necessitava de energias e o desanimo de que soerguesse forças de vontade.

Assignalou-se-lhe uma intenção de seguir até Lisboa, não o conseguindo.

Ficou por Cascaes, em observação.

No automovel do visconde de Linhó, D. Antonio Praia, percorreu a villa, acompanhado pelo ajudante. Passou pelos grupos armados que, nem de leve o hostilisaram; fez da estação telegraphica um posto de permanencia, onde rodeado das auctoridades locaes e alguns dedicados, recebia noticias da capital.

Para terror, fez-se espalhar o bombardeamento da cidadella.

D. Affonso passava, a conselho, para a residencia do conde

de Arnoso, Bernardo Pinheiro Correia de Mello (*) abandonando o paço.

Ao avanço das más novas, impoz se a resolução de se fazer seguir o navio até á Ericeira, como logar mais proximo para auxiliar a familia real em caso de antevisto perigo. Acceite, pelas circumstancias, o alvitre, o principe formulava aviso ao official que a bordo exercia o commando.

O armisticio foi telephonado para a cidadella como se fosse um pactuar da monarchia e assim, preparou-se para o embarque.

Disse-se (**) que o fizera chorando, acenando com um lenço, e tendo a phrase esperançosa:

—«Só levo saudades de Cascaes, mas espero cá voltar!»

Expressa foi, de facto, a intenção, mas sob menos risonho aspecto:

— Levo grandes saudades da minha patria, mas conto vir aqui morrer!

A indigencia cercou-o, no instante da sahida.

De todos se despediu.

Dava depois o relogio e 25$000 réis a um dos marinheiros que de barco o levou até ao hiate, e mostrando lhe a carteira, dizia:

— Assim com 200$000 réis sae um principe de Portugal!

Abandonou pois Cascaes, entre o reduzido nucleo dos affeiçoados, e o silencio dos habitantes da villa, o que pelo *Mundo* (9 de outubro) foi assim justificado, no seu sybillino *diz-se:* «Que o *senhor infante*, como lhe chamavam os fidalgos imbecis, foi a unica pessoa da familia real que deixou, pela maneira como procedeu ao despedir se, boas recordações; Que, se não tem intelligencia forte, era sensato e com espirito liberal; Que ao saber dos acontecimentos de Lisboa, disse: «Não me quizeram nunca ouvir!; «Que detestava os padres, especialmente os frades; «Que um dia, dissera ao sr. Fratel: Pregue na cadeia com um dêsses bispos!... «Que por isso, como tantas vezes aqui dissemos, era detestado no paço.»

(*) Fallecia a 21 de Maio de 1911.
(**) O *Mundo* de 6 de Outubro de 1910.

O povo andava em terra, já aos vivas, quando o hiate levantou ferro.

Não ia longe, quando Cascaes recebeu a nova da proclamação, ao mesmo tempo que por mando do acampamento da Rotunda, chegava o maritimo José Augusto de Faria, encarregado de averiguar o paradeiro do infante.

A bandeira verde e encarnada içava-se pouco depois das 9 horas no forte de Cascaes, pela mão do administrador do concelho, monarchico, D. Fernando Castello Branco (Pombeiro), que apoz esse acto, resignava o mandato, breve entregue ao delegado republicano, João José Diniz. Este, residente em Parede, telephonicamente ia recebendo noticias da revolta e escrevendo-as, lia-as ao povo. Na manhã de 5, o telephone interrompia se, para voltar a funccionar ás 8. Sabida a proclamação, João José Diniz, ante o applauso de desvairados, arrancava de uma bandeira azul e branca, a corôa real, embebia-a em petroleo e queimava-a, guardando porém as cinzas n'uma caixa. Seguia depois para Cascaes, effectuando a ceremonia proclamadora no edificio municipal e, com o arvorar do estandarte bicolor, a leitura dos editaes do governo civil, commando da divisão e a posse dos documentos nacionaes.

O paço, á republica victoriosa, teve logo (11 de outubro) as portas selladas, ficando todas as outras dependencias entregues á vigilancia do almoxarife Silva.

O hiate, entretanto fugindo a esse espectaculo de derrocada, ia balancear em frente dos rochedos da Ericeira.

Approximavam-se as 11 horas da manhã.

O capitão do porto, embarcou para ir ao hiate. A meio da travessia, cruzava-se com um escaler onde vinha, emissario do principe, o capitão de artilharia, D. José de Mello (Sabugosa).

Chegado á falla, passava para o barco da capitania que retrocedeu.

Arranjado um corcel, D. José de Mello, galopava da Ericeira a Mafra, onde já se sabia que em Cascaes, tremulava a bandeira republicana.

Levaram a nova, da cidadella, Jorge Sabugosa e João Blek, chegados de automovel.

D. Manuel II, recordou a acção do governo.

Quaes foram as suas medidas de repressão?

Confirmando a defficiencia da defeza monarchica e assegurando o seu triste desfecho, annunciou se a ordem do governador militar de Lisboa, general Antonio Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho, ao commandante da Escola Pratica para ser hasteada ali a bandeira verde rubra.

O rei quiz ler, e leu, o despacho telegraphico.

O commandante da escola de infantaria, não deu execução á ordem, sem que confirmada fosse, e isto attendendo a pedido do financeiro, Serrão Franco, para que o não fizesse emquanto a familia real continuasse em Mafra.

Estava a causa perdida, mas, ambicionando um córte na fatalidade que os perseguia, os cortezãos promoviam, procurando retardar, que se fizesse servir o almoço.

Veio o primeiro prato, entre silencio glacial.

Foi n'esse doloroso instante, de assombro e de desfallecimento que chegou o emissario do infante, sollicitando em nome d'este o embarque immediato.

A rainha D. Amelia teve um sobresalto.

Seria talvez a salvação, a reconquista d'esse abalado poder.

N'um turbilhão, f llara-se em Coimbra e Leiria.

A' chegada do navio avigorou-se a antiga ideia.

O norte continuou apresentando se como estrella incutidora de esperança a brilhar n'aquella atmosphera de desanimo.

Iria asylar-se no Porto, onde constituiria governo.

Houve a phrase ainda mal crente em inteiro descalabro:

— E se da revolta passarmos á revolução, Deus e a Nação dirão de que lado está o direito.

Todos se appressavam, quando surgiu um embaraço.

A rainha D. Maria, que, conservando se sentada, não acompanhou os febris movimentos da partida dos outros, disse, pausada:

— Eu não parto, sem uma intimação do governo republicano ou monarchico.

A recusa perturba e apavora.

D. Manuel, n'um aceno amollentado ao conde de Sabugosa, determinava-lhe o convencimento.

Elle proprio tem talvez receio de o fazer, não vá ouvir altas recriminações amargas, da bocca da avó, ciciadas já:

— Se o não tivessem morto no Terreiro do Paço...

Procuram demover a soberana, que não cede.

Como supremo argumento, apontam-lhe os fidalgos e as damas a perspectiva de, ficando, ser considerada refens pelos republicanos, afim de obterem a abdicação e quiçá detenção do neto.

A rainha, tão duramente experimentada pela adversidade, D. Maria Pia de Saboya, que jámais deixou de ser a grandiosa filha de um reino fidalgo e marcado como ella, com o estygma do infortunio, abdicou da sua altivez, para que o filho do seu filho, por ella não abdicasse, por ella não soffresse.

O coração venceu a energia. O affecto submetteu o orgulho.

Ergueu-se, no murmurio, ainda:

— Se o Carlos fosse vivo...

Indo aos seus aposentos, sem auxilio, poz o chapeu e collocou nos hombros uma capa.

Voltando, apenas disse, sempre serena:

— Vamos!

Menos forte, a rainha D. Amelia, pondo as mãos nos hombros de D. Maria Pia e de D. Manuel, teve a phrase melancholica:

— Muito temos nós trez soffrido em Portugal!

D. Manuel, completou:

— Desgraçado do que nasceu n'esta terra!

Faziam-se entretanto os derradeiros preparativos.

Adeante, partiram, para encaminhar a marcha, o administrador do concelho de Mafra, Manuel Caetano Baptista Ribeiro Junior e o financeiro Antonio Serrão Franco.

A familia real, abandonou as salas do convento, como que avergada ao peso d'essa antevista proscripção.

D. Manuel, á entrada no automovel, desanimou mais, se bem que da comitiva, para dar esperanças, lhe dissessem que Portugal se não resumia a Lisboa. Levava apenas o seu fato em

---

(*) O *Mundo* de 6 de Outubro de 1910 — *O Dia* de 7 de Outubro de 1910.

cheviote, e chapeu de feltro verde. Nem tabaco, nem lenços tinha e a custo arranjou já na Ericeira, meia duzia para a viagem, cedidos ainda pelo popular Julio Taveira.

A rainha D. Amelia, trouxe só uma modesta mala de folha. Lançou ao pulso esquerdo o rosario.

E como pormenor commovente, o almoxarife collocava no automovel real, uma porção de pão, o unico que de Portugal obtinham.

A rainha D. Maria Pia, sobraçou um pão saloio.

A' porta do palacio, estacionavam já tres automoveis, e outro para a creadagem.

O primeiro era destinado ao rei.

A rainha D. Amelia, quiz iniciar porém esse caminho de perigo e disse:

— Não. N'este automovel vou eu.

— Destinado é comtudo a el-rei, disse um palatino.

— Não importa. Ha-de ir n'outro, porque el-rei ainda faz o que eu determinar.

Tomou logar no carro, com a condessa de Figueiró, D. Vasco Belmonte e D. Maria Francisca de Menezes. No segundo ia D. Manuel com o tenente-coronel Waddington, marquez do Fayal, condes de Sabugosa e S. Lourenço e o capitão Vellez Caldeira, que ia assumir o commando do D. Amelia. No terceiro, a rainha D. Maria Pia, com a marqueza de Unhão, e os habitantes de Mafra, João Antonio da Silva Mendonça e Ernesto Rodrigues Soares.

O cortejo triste, seguiu caminho, com a escolta, a ultima, de 66 praças de cavallaria 2, sob o commando do tenente Fernando Pereira Coutinho. Essa força, regressando a Lisboa, com a de infantaria 2, da chefia do capitão Pires Viegas, fazia a saudação á bandeira republicana, em frente da camara municipal.

O abandonado palacio, era, em breve, tido como terreno de conquista e d'elle desappareciam (*) algumas das muitas preciosidades ali existentes, procurando debalde achar-lhe a pista o administrador do concelho nomeado pela republica. A' fuga do

(*) *O Seculo* de 9 de Outubro de 1910.

pessoal, louco de terror pelo enthusiasmo dos republicanos, clamando alto a sua victoria, alliou-se a posse de objectos de valia, assignalando-se lhe a sahida de carros, carroças com mobilia. (*)

No edificio municipal, a bandeira verde-rubra só foi arvorada em 6, havendo no dia seguinte, cortejo grandioso, sendo ainda notificada a proclamação á porta principal da escola pratica de infantaria.

Mafra, a pouco mais de quatro annos d'essa data, a 20 de outubro de 1914, teve a monarchia proclamada, por horas, devido a um movimento insurrecional realista da chefia do tenente Henrique de Castro Constancio.

Ao mallogro, este conseguia exilar-se, sendo todavia detidos, julgados e condemnados, (Janeiro de 1915) muitos dos interferentes da infructifera acção, valendo-lhes depois a amnistia de 20 de abril d'esse anno, annullada pela revolta de 14 de maio seguinte.

N'aquella hora triste do 5 de outubro nada se ergueu comtudo para impedir a odysseia dos reis portuguezes.

Apenas, o respeito popular.

Os habitantes, de cabeça descoberta, se não saudavam a realeza, saudavam a familia para a qual começava a vida extenuante dos novos Ashaverus.

Com essa demonstração se encetou a caminhada para a Ericeira.

Era o segundo passo para o exilio.

*

*   *

Novamente se tornou historica, a praia da Ericeira, onde o noviço dos arrabidos do mosteiro de S. Miguel de Obidos, Matheus Alvares, se transformou em D. Sebastião, em 1585, sob o auxilio do lavrador Pedro Affonso.

D'essa vez, não surgia uma realeza que se presumiu, falsamente, desfeita nos areaes ardentes de Alcacer Kebir; d'essa vez

(*) *O Seculo* de 11 de Outubro de 1910.

era uma corôa que baqueava, era o desfazer, certo, d'um sonho real.

A Ericeira, o logar da Encarnação, ia ser theatro d'um drama emotivo: o fim, pela fuga, d'um reinado com inicio no sangue d'um regicidio e com fecho na sangueira d'uma revolução.

Do convento de Mafra para as ribas da Ericeira, penoso o caminho foi, para os neo exilados.

Os automoveis haviam sido forçados a deter-se na rua Serrão Franco junto á porta da casa do fallecido José São Paulo.

Apearam-se.

Chorando beijavam as mulheres do povo, as mãos das duas rainhas, a cuja frente caminhava o soberano que ergueu nos braços uma creancinha, emquanto as mães murmuravam:

—O nosso reisinho!...

D. Maria Pia, olhava as, entristecida.

D. Amelia, dizia lhes:

—Não se afflijam! Não se afflijam!

Vendo essas lagrimas, a rainha D. Amelia, apontou aos seus as mulheres e os maritimos, commovida:

—Vejam, vejam como esta gente é bôa!

Trepando custosamente ao forte, desceram, cada vez mais tristes, para a praia onde o mar se quebrava agitado.

40 populares os acompanharam. Com elles iam o regedor Francisco Gomes, o dr. Eduardo Burnay e o pharmaceutico João Galrão.

O resto da população quiz descer com a familia real, mas a tropa não o permittiu.

De longe assistiam pois, mudamente ao melancholico occaso d'essa realeza, dias antes pompeando altiva e cifrando no povo e no exercito a confiança do seu futuro.

O povo guardava silencio, não ousando chegar-se.

A rainha vira bem o respeito pela sua dôr e lembrou-se de Lisboa, ante os carinhos dos da Ericeira:

—Que horror! Nunca pensei que os portuguezes procedessem commigo d'esta forma!

Ainda uma rapariga, de nome Florinda, irmã do carpinteiro

João Pequeno, logrou approximar-se, ajoelhar e beijar a mão da rainha-mãe, que orvalhou de lagrimas.

Houve o exaspero, nascido, logicamente, das demonstrações affectivas que bem sonhára fruir sempre e que tão cedo ia perder. A vista dos barcos, sem limpeza, provocou-lhe a phrase:

— C'est une infamie! Mais, au revoir!

E repetiu, em portuguez, mas com a accentuação natal:

— Adeus, até á volta!

Teve a resposta, animante, por algumas vozes:

— Esperamos!

O dia enturvára-se.

As ondas balouçavam tremendas as barcas que os deviam conduzir ao hiate, e custosamente arranjadas pelo financeiro Serrão Franco, e com largas exigencias de preço. Eram tripuladas por Antonio Julião, Alves Serra, Domingos Filippe, Vicente Jacintho Moraes, João Jacintho Moraes, José Virão, Luiz Virão, Joaquim Netto, Manuel de Barros, Agostinho Chrisostomo, José Pedro, André de Almeida, Francisco Gualdino, Antonio Roque, arraes, Joaquim da Silva, remador da alfandega, Antonio dos Santos dos Reis, Bernardino Rocha, Domingos Padeiro, José Baptista, Antonio Ignacio Marinha, José Ignacio Marinha e Henrique de Magalhães.

D. Manuel com a comitiva, entre a qual ia o tenente João Feijó Teixeira, embarcava na *Bomfim 60 E 43*.

Era o destino a dar-lhe esperanças.

No fim d'essa jornada, se teve a dôr de vêr interdita a volta á patria e ao throno, viu o affecto extremo das côrtes estrangeiras e o remate do casamento com a princeza allemã, da casa de Hohenzollern, Augusta Victoria, filha unica do principe Guilherme.

A julgada ironia do nome, *Bomfim*, significava uma promessa.

O melhor psychologo, aquelle que mais se orgulhe de bem conhecer os fundos mysterios da alma humana, decerto não lograria traduzir em seguros termos a vida que na Ericeira viveram, em curtos minutos, esses espiritos alanceados.

Mas, se a rainha D. Amelia, exprimiu em phrases, ora a concentrada raiva ora a immensa dôr, mais soffreu D. Maria

Pia de Saboya, sempre martyr, sempre perseguida na espinhosa existencia, e querendo, na ficticia indifferença, recalcar para que extranhos olhos não vissem, com a fraqueza de uma mulher, o abatido orgulho de uma rainha que o soube ser.

Mas urgia desapparecer.

Nada tinham para offerecer, de recordação, áquella pobre gente desolada.

Nem joias, nem haveres.

A propria rainha D. Maria Pia nem de roupa branca se munira, de forma que nem se deitou até ao termo da viagem: Gibraltar.

N'esta terra, valeriam trezentos mil réis recebidos na vespera pelo conde de Sabugosa e que os collocou á disposição de alguns palatinos anciosos do regresso á patria.

Assim, os proprios tripulantes dos barcos tiveram a remuneração modesta de quatrocentos réis a cada um.

D. Manuel, embarcando, disse: (*)

— Adeus, para nunca mais!

As duas soberanas tomavam logar na barca *Navegadora 60 E 100*.

A rainha D. Amelia, nervosa, pela decima vez repetiu ao financeiro, Antonio Serrão Franco:

— Franco, não nos esqueça!...

O monarcha apenas lhe evidenciou a vontade de escrever uma carta ao conselheiro Teixeira de Sousa. Serrão Franco, frisando a conveniencia do embarque, que falsamente se quiz attribuir ao chefe do governo, dizia aguardar o escripto real para o fazer chegar ao seu destino.

D Maria Pia, conservou a magestade de sempre.

Não teve um só lamento, mas só indecisão.

Rainha, sempre rainha, não desceu do seu pedestal nem mesmo na hora em que a desgraça lhe abria de novo os braços.

Contrariamente (**) lhe assignalaram os passos de energia d'aquelles momentos:

(*) A *Capital* de 6 de Outubro de 1910.
(**) O *Imparcial* — Outubro de 1910.

«Vae a caminho de Inglaterra, em navio pertencente ao Estado, sob a antiga bandeira da monarchia, o sr. D. Manuel de Bragança e toda a sua familia. O embarque effectuou-se na Ericeira. Testemunha presencial relata-nos, com pormenores ineditos, essa fuga apressada, afflictiva, cheia de pavor e de sombras, — á hora em que o sol rutilava n'um céo limpo de nuvens, dourando a praia, prateiando as aguas agitadas do oceano. Abatido, apathico, quasi alheio, D. Manuel de Bragança, que foi o ultimo rei de Portugal, esperava que os homens dos botes aprestassem os remos para a partida. Apenas, quasi imperceptivel, um ligeiro tremor das palpebras mortiças sobre a expressão apagada do olhar. Mais nada. D. Amelia de Orlèans procurava sorrir, pronunciando uma palavra ou outra, rapidamente, em voz baixa, com a comitiva fiel que a devia acompanhar ás terras longinquas do exilio.

— «*Au revoir! Au revoir!*

«Mas a figura principal d'esta tragedia, a grande sombra que se erguia das profundezas de um passado risonho e apotheotico de gloria e de triumpho, era D. Maria Pia, a ex-rainha, semi-louca, com os cabellos em desalinho, gritando e implorando, amparada nos braços amigos e carinhosos dos velhos aulicos, sobre os quaes se projectava a tristeza infinita e pavorosa que se segue aos grandes cataclysmos. N'aquelle minuto solemne, de angustia e de mêdo, emquanto por todo o Portugal a alegria e o enthusiasmo accendiam reflexos de liberdade e o povo desopprimido festejava a sua redempção, a louca duas vezes desthronada, como aquella epica viuva de Maximiliano do Mexico, que foi imperatriz algumas horas e o massacre endoideceu perpetuamente, — atroava os ares com os seus gritos lancinantes.

— «Luiz! Luiz!...

«O nome morria-lhe nos labios resequidos, brancos. Depois, n'um esforço supremo, desprendendo-se dos braços que a amparavam:

— «E' um pesadello! E' um pesadello!... Que tragedia!...

«N'esse minuto, que o relogio impassivel da Historia ha-de marcar um dia com toda a sua verdade e imparcialidade, a velha filha de Victor Manuel que o povo amou um dia, era de

toda a exilada familia, aquella que — diz-nos o amigo que nos descreve a fuga — mais piedade infundia n'aquelle magote fiel que a devia levar n'essa viagem do sepulchro, tão differente d'essa outra em que a sua radiosa mocidade explendia, soberana e cheia de belleza, na vespera dos exponsaes com um rei de Portugal.»

Cumpre todavia accentuar: D. Maria Pia foi bem a rainha que, a 19 de outubro de 1889, ao extinguir-se D. Luiz, disse voltando-se para o filho e depois de abraçar e beijar esse corpo corroido pela gangrena:

— «O rei está morto! Viva o rei! Carlos! abençôo-te junto do cadaver de teu pae, para que sejas um bom rei como elle esperava que tu fosses!»

Jámais teve um desfallecimento.

E, comtudo, a hora dolorosa, era bem diversa d'aquella de quarenta e oito annos antes, a de 5 de outubro de 1862, em que ingressava no Tejo, a bordo do cruzador *Bartholomeu Dias*, recebida em festa, como de direito á joven esposa de D. Luiz, herdeiro da corôa de Portugal.

O embarque effectuou-se pois, mas sem pressas, como se se quizesse demorar, o mais possivel, a permanencia em solo portuguez.

Por fim, os barcos iniciaram viagem.

A rainha D. Amelia, não se sentou: Só tinha olhos para os rochedos d'onde sahira, emquanto murmurava:

— Se vivesse quem nós sabemos, isto não correria assim!

Desprevenida, ao impulso dos remos, baqueava de costas no fundo da barca, para logo ser erguida, mais cheia de raiva então.

O avisinhar do *D. Amelia*, fez esquecer o mau presagio: era a queda da realeza.

Chegaram ao hiate, onde D. Affonso, estava de braços cruzados, inerte, quando o dever lhe exigira o logar primacial no campo da lucta.

A Historia teria de ser inflexivel para essa figura do infante, mais fraco que as duas rainhas, que olvidando os seus galões de general, se esquivava ao combate, abandonando nos transes

amargos e difficeis, a propria familia, para ir buscar seguro asylo, primeiro que ninguem, a bordo d'um navio.

Mas, a participação d'esses lances de exilio, as amarguras do affastamento, a morte da mãe que idolatrava, fazem peso na balança julgadora, attenuando-lhe o condemnar pela escassa vontade, cuja força, longe os tempos do martyr de Tanger, de D. Fernando, não podia evidenciar-se em epocha de atrophiadas raças.

D'ahi, a recepção, não heroica, mas tristemente succumbida, a quantos vinham de abalada até ao hiate, quasi desprovido até de mantimentos, pois pouco pão havia.

A rainha D. Amelia, subiu para o hiate sem auxilio.

De entrada disse; dirigindo-se para os marujos:

— O que vossês fizeram!

Só trez protestaram:

— Mas nós nada fizemos, minha senhora! (*)

O *Anjo de Caridade*, ainda quiz assumir pelo derradeiro momento, a sua attitude magestatica.

Subiu, appoiando uma das mãos no hombro do remador Joaquim Silva e a outra, de leve, na do arraes, Antonio Julião Alves de Sousa.

A bordo, observou mutismo.

A' pressa se fez o embarque da bagagem: trez malas e um volume, com café e bolos que alguem do povo, ignoradamente collocou no batel.

Tudo se fizera em 30 minutos.

Com os exilados reaes seguiam, o conde de Sabugosa, o marquez do Fayal, o capitão de fragata Vellez Caldeira, D. Antonio Waddington, D. Vasco Belmonte, o tenente João Feijó Teixeira, a marqueza de Unhão, D. Maria de Menezes, e a condessa de Figueiró, indo o conde de Figueiró mais tarde (12 de outubro) sahindo de Lisboa para Sevilha e d'ali para Gibraltar.

Ouviu-se alem um choro convulso.

(*) O *Imparcial* de 15 de Novembro de 1910 — Relato do marinheiro João do Sacramento.

Voltaram-se as rainhas.

Era o conde de Mesquitella, que, á hora da partida real, recebia a nova tragica da morte de um seu filho, em Lisboa.

Saudaram o titular, commovidas.

A desgraça pairava por ali.

D'esse embarque, dizia depois Jules Hedeman, no *Matin* (13 de outubro de 1910):

«Graças á amabilidade do ministro e á embarcação que foi posta á minha disposição, acabo de entrar n'esse navio (ás 9 horas da noite) que é d'oravante historico. Tive uma demorada conversação com os officiaes, e fiquei habilitado a poder communicar-lhes, antes de mais ninguem, a exacta narrativa da viagem tragica dos soberanos portuguezes exilados. Escrevo este relato na bibliotheca do rei, a bordo do «yacht» em questão.

«Ahi vae o que me disse o capitão de fragata sr. Caldeira, ajudante d'ordens de Manuel II. O capitão Caldeira deixou Portugal com o seu soberano que acompanhou a Gibraltar. Foi, quarta feira, 5 de outubro, pela manhã em Mafra, que apesar da resistencia do rei determinamos embarcar á tarde no «yacht» «Amelia». Depois se veria que destino tomar, a que paiz iriamos sollicitar asylo. Soubemos do embarque do duque do Porto logo de manhãsinha em Cascaes, mesmo á embocadura do Tejo; a coisa de uns trinta kilometros de Lisboa. O rei, no entanto, conservava todo o seu sangue frio; a rainha D. Amelia mantinha-se como de costume digna e calma. Era sempre com o maior affecto que se dirigia a seu filho. A rainha Maria Pia, apesar da edade e da doença, era ainda a mulher energica que sempre foi. Finalmente dirigimo-nos todos em automovel para a praia. Ahi, fomos informados de que o filho do sr. conde de Mesquitella, que nos acompanhava, havia sido morto. A rainha, não obstante o desanimo em que nos achavamos, ainda teve palavras de conforto para o infortunado pae e não consentiu que elle nos seguisse. Chegamos á praia por volta das duas horas. O rei queria que as rainhas embarcassem primeiro, mas nós obrigamol-o a entrar para um escaler e após as suas rapidas despedidas ao solo da patria, fizemo-nos ao largo. As rainhas seguiram noutro escaler mais as damas de serviço, a marqueza de Unhão e

D. Maria de Menezes, a quem a condessa de Figueiró fiel amiga da rainha Amelia, viera espontaneamente juntar-se. Nós outros seguimos com o rei no mesmo escaler. Eramos quatro: o conde Sabugosa, mestre de cerimonias da côrte, o marquez de Fayal e D. Vasco Belmonte, camaristas e eu ajudante de ordens. Entrámos a bordo; o duque do Porto, recebeu-nos n'um estado de commoção, que bem pode imaginar! Que fazer?»

Havia erros, mas peor daria o jornalismo brazileiro, em descripção attribuida ao correspondente em Lisboa, do *Daily Telegraph*, que convem archivar com a nota de ter obedecido a puras phantasias:

«O que se passou de então em deante posso contal-o com exactidão, minuto por minuto, até o momento em que a familia real embarcou para o exilio. O primeiro cuidado do rei foi pôr-se em communicação com a rainha Amelia, que estava em Cintra e organisou-se um serviço de leaes servidores do rei que em automoveis e a cavallo principiaram levando mensagens para Cintra. O duque do Porto, que se achava nas visinhanças de Cintra com sua mãe a rainha D. Maria Pia, tentou alcançar Lisboa para tomar o commando do campo entrincheirado. Não o conseguiu, porém, e quando pretendeu organisar as tropas leaes ás portas de Lisboa, já era demasiadamente tarde, porque a Republica já tinha sido proclamada e as fortalezas hasteavam a bandeira republicana. O duque do Porto, voltou, portanto, para junto de sua mãe e pouco depois visitou sua cunhada para lhe dizer que toda a resistencia era inutil e que teriam de sair de Portugal. Na manhã de 5 de outubro quando D. Manuel e os seus amigos viram que as fortalezas e os navios de guerra tinham hasteado a bandeira republicana, decidiram partir para Mafra, e d'ahi mandar pedir á rainha D. Amelia e D. Maria Pia que viessem encontrar-se com o rei para fugirem de Portugal. Apenas foi constituido o Governo Provisorio tomaram-se todas as providencias para que as vidas dos membros da familia real ficassem incolumes, e mandou-se lhes dizer que podiam escolher o meio que melhor lhes aprouvesse para sairem de Portugal, por terra ou por mar. O governo offereceu-lhes uma escolta, caso preferissem ir por terra, ou um navio de

guerra, se fossem por mar. Todas estas negociações foram confidenciaes. Afinal decidiu se que a familia real embarcaria na Ericeira e que o yacht «D. Amelia» seria posto á sua disposição. Quando D. Manuel comprehendeu, na manhã de 5 de outubro, que tudo estava acabado, metteu-se em um automovel, com o marquez de Fayal e o conde de Sabugosa, em direcção a Mafra onde chegou ás tres e vinte da tarde, seguindo logo para o palacio. Mas ali nenhum preparativo tinha sido feito para o receber, e foi necessario mandar a toda a pressa um mensageiro á casa do dr. Thomaz de Mello Breyner, que se promptificou a emprestar os seus criados e mandou provisões para os refugiados Os soldados em Mafra tinham permanecido fieis ao Rei e, sob o commando do capitão Abreu e do capitão Santa Clara, organisou se immediatamente uma guarda de palacio.

«A's quatro e meia communicou se á rainha D. Amelia que o rei estava em Mafra e que era preciso preparar-se para a viagem. A's cinco e meia D. Amelia chegava em automovel a Mafra, acompanhada pelo Conde das Galveias. Durante o percurso não occorreu nenhum incidente desagradavel. Os partidarios do rei, que tinham ficado em Lisboa, receberam instrucções para communicar aos altos funccionarios da Casa Real que o rei os esperava no palacio de Mafra. Alguns principiaram chegando ao anoitecer, entre elles o conde de S. Lourenço e o coronel Waddington, que trouxeram a noticia de que o Governo Provisorio tinha assumido o poder, que a Republica ia ser proclamada á meia noite, que todo o exercito por assim dizer se passara para os republicanos, que as provincias estavam apoiando o movimento e que não havia a menor esperança de uma contra-revolução. Quando a rainha D. Amelia chegou a Mafra, o rei lançou-se lhe nos braços, sem pronunciar uma palavra. Ficaram assim abraçados muito tempo; depois o rei quebrou o silencio para dizer: «Só tenho pena por vossa causa; tendes soffrido tanto!» Em seguida communicou-lhe as noticias que o administrador do concelho de Mafra lhe tinha trazido e ás oito horas realisou-se uma conferencia entre o rei, a rainha Amelia, o marquez do Fayal, o conde de Sabugosa, o conde das Galveias, o coronel Waddington e um outro cavalheiro, que chegara de

Lisboa. Não sei o nome d'este ultimo, mas estou informado de que era um enviado do Governo Provisorio para combinar os ultimos detalhes da expatriação. A conferencia durou uma hora e a rainha voltou para Cintra ás 10 e um quarto, escoltada por varios homens armados. O administrador do concelho, sr. Baptista Ribeiro, veiu de novo ao palacio trazer as ultimas noticias de Lisboa. A's onze e meia o rei foi descançar, mas antes, vendo que os seus servidores estavam tristes e inquietos, disse-lhes: «Dormi bem por que a Virgem Maria vela por nós e a minha padroeira Nossa Senhora da Conceição, nos cobrirá com a sua protecção». Foram as ultimas palavras do rei no dia da proclamação da Republica Portugueza. Os funccionarios do palacio retiraram-se para uma ante-camara, a guarda ficou a postos, e os cidadãos armados, que tinham permanecido fieis ao rei, cercaram o palacio, guardando lhes os aproxes. E assim passou a sua ultima noite em Mafra D Manuel o Infortunado. Emquanto elle dormia, ou procurava conciliar o somno, Portugal acclamava a Republica, sem resistencia, como se não existissem já monarchistas ou como se todos acreditassem que para defender uma corôa e esmagar uma revolução bastava ter fé religiosa e invocar a ajuda da Virgem. Durante toda a noite receberam-se telegramas, mas o repouso do rei não foi perturbado, e as mensagens eram lidas pelo marquez do Fayal e pelo conde de Sabugosa. O que é pasmoso é que estes telegrammas eram optimistas e que os amigos do rei acreditavam ainda na fidelidade dos regimentos de Lisboa e na chegada dos reforços das provincias. O rei levantou se cedo e ouviu todas as noticias que tinham sido recebidas durante a noite; mas não escondeu a sua convicção de que sem a marinha e sem um exercito inteiramente favoravel toda a esperança de salvar a monarchia seria baldada. O sr. João de Azevedo Coutinho partira para obter informações; voltou ás nove e meia da manhã dizendo que a Republica tinha triumphado e que quasi todo o exercito acceitara o novo regimen. Minutos depois chegavam a rainha D. Amelia, a rainha D. Maria Pia e o duque do Porto, que receberam as noticias com tristeza. Depois do almoço, o administrador do concelho recebeu um telegramma de Lisboa, assignado pelo mi-

nistro do interior, dr. Antonio José de Almeida, dando lhe ordem de arrear a bandeira real e de hastear em seu logar a bandeira da Republica. O administrador mandou o telegramma ao rei que, a principio, julgou que se tratava de um estratagema dos revolucionarios; mas duas horas mais tarde chegou de Lisboa um alto personagem que confirmou a noticia, dizendo que a Republica fôra proclamada por todo Portugal sem a menor resistencia da parte do exercito e que o Governo Provisorio tinha sido reconhecido pelas auctoridades e pelo exercito. A's duas e trinta o rei e as duas rainhas e o duque do Porto decidiram embarcar apenas o «yacht» «Amelia» estivesse á vista. Antes de partir, D. Manuel pediu ao sr. Julio Taveira que lhe desse uns lenços e que lhe fosse comprar um pouco de fumo, por que tinha chegado a Mafra apenas com a roupa que vestia, sem trazer nada comsigo. Pouco antes das tres horas a familia real, escoltada por cem praças de cavallaria, sob o commando do capitão Cunha, tomava a estrada que conduz á Ericeira. O rei ia em um automovel com o coronel Waddington, o marquez do Fayal, o conde de S. Lourenço, e o capitão de mar e guerra Vellez Caldeira, que ia tomar o commando do «yacht». A rainha Amelia ia acompanhada pelo conde das Galveias, o o conde de Sabugosa e D. Maria Francisca de Menezes. Com a rainha D. Maria Pia iam a condessa de Figueiró, João Antonio da Silva Mendonça e Ernesto Rodrigues Menezes. No ultimo automovel seguiam quatro criados da familia real. Na Ericeira, os botes estavam á espera dos expatriados para os conduzir ao «yacht» «Amelia». A rainha Amelia, que levava um rosario na mão esquerda, quasi que desmaiou, mas conseguindo dominar-se olhou para os barcos de pesca, em que os pescadores a esperavam e para a multidão que assistia silenciosa ao embarque e disse: «E' revoltante. Nunca esperei que os portuguezes me tratassem assim». Ajudadas por um pescador, as duas rainhas saltaram para um barco e o rei para outro. Os espectadores viram-nos partir com indifferença. Minutos depois a familia real transpunha o portaló do «Amelia». A's cinco horas da tarde as auctoridades de Mafra e da Ericeira communicavam ao Governo Provisorio que o rei tinha partido, recebendo logo ins-

trucções para hastearem a bandeira republicana nos palacios reaes de Mafra e de Cintra. Isto foi feito por entre os gritos enthusiasticos de «Viva a Republica Portuguesa!» Perguntei ao amigo que me fornecera todas estas informações, por que era que o rei não se se puzera á testa do exercito em uma tentativa suprema de esmagar a revolução.

«A resposta foi a seguinte: «Podeis dizer o que vos vou contar, sem receio de que vos contradigam. No dia 4 do corrente alguem aconselhou o rei a que se puzesse á testa da artilharia de Queluz, que lhe era absolutamente dedicada; da cavallaria, que lhe teria de boa vontade obedecido e de dois regimentos de infantaria que estavam estacionados nos arredores de Lisboa. O rei respondeu que não se importaria de fazer o sacrificio da sua vida, mas que não tinha o direito de se oppôr pela fôrça ao desejo da nação; preferiria abandonar o seu paiz e deixar que a vontade do povo fosse respeitada.» Perguntei em seguida ao meu informador onde era que a familia real iria fixar a sua residencia. Respondeu me que ou na Hespanha ou na Inglaterra; n'este ultimo paiz de preferencia, porque D. Manuel temia que a sua residencia em Hespanha, que é fronteiriça com Portugal, creasse um pretexto para a perseguição dos seus amigos. Quando me despedi do meu amigo para vir escrever este despacho, encontrei um automovel garridamente ornamentado com as côres republicanas. Reconheci o seu dono; na antevespera elle era um ardente monarchista!»

As barcas regressaram, apoz ligeira espera.

Ambas passaram a historicos objectos, evocativos do derradeiro acto da revolução portugueza.

Pertença do proprietario de armações de pesca em Cezimbra, Nazareth, Figueira da Foz e Ericeira, Candido Rodrigues, (*) era offerecida, uma d'ellas ao ministro do fomento do governo provisorio, dr. Manuel de Brito Camacho, e outra a *Navegadora*, era offerecida ao membro do Directorio, Innocencio Camacho. A offerta era acceite em conselho de mi-

(*) Fallecia em Lisboa, a 16 de Março de 1914, com 63 annos. Era natural de Almada.

nistros (14 de Fevereiro de 1911) e a *Bomfim*, vindo pouco depois (13 de Setembro de 1911) a reboque do vapor *Berrio* para Lisboa, dava entrada no arsenal de marinha (14 de Setembro) sendo depois cedida para o Museu da Revolução. Serrão Franco, foi encarregado de communicar essa offerta, o que lhe valeu ser violentamente atacado na *Capital* (14 de Fevereiro de 1911) em artigo intitulado «Serrão Franco e a sua barca.» Na critica, salientada a amizade e confiança que D. Manuel II n'elle depositava, indicava-se a reviravolta, na missão delicada de offerta á republica, da barca onde o soberano iniciára o doloroso caminho de desterro. Definindo attitudes, dizia que a barca indo ao *D. Amelia* e voltando era bem o caso de Serrão Franco: a barca servira a monarchia e ia servir a Republica.

A phraseologia era mordaz, nos eu ennunciado singelo, mas bem cabida.

Dentro d'uma das barcas, veio o portador da carta em que o semi exilado fallára a Serrão Franco.

A bordo, D. Manuel, a despeito da situação equivoca em que estava, não esqueceu Portugal.

Não teve para elle uma só palavra de odio. Apenas a esperança, sempre a esperança, a animal o.

Febril, copiou em aguas lusitanas, o documento altamente historico, que sob sua indicação a lapis escrevera o conde de Sabugosa, no caminho da Ericeira a Mafra. Subscriptada para o seu ultimo presidente do conselho, era comtudo mais para a nação que deixava.

O seu contheudo não se soube logo.

Depositando-a nas mãos de Serrão Franco, e n'uma subita desconfiança de que ella sonegada fosse, o rei fazia-o prometter que antes de a fazer chegar ao seu destinatario lhe tirasse uma copia destinada á publicidade.

O silencio fez-se todavia.

Na presciencia de olvido do encargo, e havendo a descrença em fidelismos começando já a produzir seguros effeitos, o exilado, confiava á *Official Gazette* de Gibraltar, outro documento que ali sahiu publicado a 10 de outubro, sob o titulo de «Mensagem de D. Manuel ao povo portuguez»:

«Fui constrangido pelas circumstancia a abandonar o meu paiz, mas desejo affirmar ao povo português que o fiz conscientemente.

«Portei-me sempre como um leal portuguez, cumpri sempre o meu dever e conservar-me-hei sempre e de todo o coração como um verdadeiro portuguez.

«Espero que o meu paiz me fará justiça e saberá comprehender os meus sentimentos, pois a minha partida não deve de forma alguma ser considerada como um acto de abdicação.»

Transcrevendo-a, o *Daily Chronicle* de 11, dava-a como telegraphada ao conselheiro Teixeira de Sousa, por D. Manuel II, poucos momentos antes do desembarque na praça militar ingleza.

D'ali transitou não só para França como para o *A B C* de Madrid, até chegar ao jornalismo de Portugal.

Do escripto da Ericeira é que se desconhecia o texto, debalde esperado e d'ahi o começo da questão conhecida pelo nome de *Carta do rei.*

Os palacianos, desejosos de conhecer os ultimos pensamentos reaes e notando o mysterio em que elles se envolveram indevidamente, contra a propria vontade do signatario do documento historico, rumorejavam o sonegamento, aliás previsto por D. Manuel e operavam o resurgir do assumpto, fallado logo apoz a partida do monarcha.

Coube o facto ao mez de dezembro.

A *Capital*, estabelecendo confusões sobre o documento, disse-o entregue ao conde de Sabugosa, que o devolvera a el-rei.

O *Correio da Manhã*, orgão monarchico, desmentindo a allegação em 14, telegraphava dois dias depois ao secretario particular de D. Manuel, marquez do Lavradio, pedindo a copia da carta.

Coadjuvando, o *Mundo* escrevia a 17, as seguintes linhas:

«O sr. Serrão Franco teria sido encarregado de entregar a

missiva ao sr. Teixeira de Sousa mas foi varias vezes ao largo de S. Sebastião da Pedreira e viu fechada a residencia do então presidente do conselho que estava com a familia em casa de um parente. Decidiu-se, por fim, o sr. Franco a mandar a carta para o seu auctor, para Londres — e lá foi. O que temos por verdadeiro é isto — o que não quer dizer que não possa appaparecer uma carta diversa da primeira ou alterada. A carta que o sr. Sabugosa redigiu e o sr. D. Manuel esceveu não tinha, segundo as nossas informações, a menor significação.»

O *Liberal*, antigo orgão progressista, vindo á estacada (17) declarava parecer averiguado que a carta estava ainda nas mãos de Serrão Franco. Iniciando contra este o ataque, *O Correio da Manhã* (18) e insistindo na necessidade de se conhecer o documento real, accentuava que se D. Manuel II, em vez de o entregar ao financeiro o tivesse confiado a um moço de fretes de ha muito teria chegado ao seu destino.

Não havendo recebido a fallada carta e á insistencia das accusações de sonegamento, o conselheiro Teixeira de Sousa, decidia-se a intervir no incidente, enviando a Serrão Franco, a carta seguinte: (*)

«Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. Antonio Serrão Franco e meu presado amigo — Tendo lido em alguns jornaes a informação de que a V. Ex.^a^ o Senhor D. Manuel entregára uma carta, antes de embarcar na Ericeira, e não a tendo eu recebido, apesar de me encontrar em Lisboa até ao dia 15 de outubro, venho rogar-lhe a fineza de dizer-me: 1.º Se é exacta a informação acima referida; 2.º No caso affirmativo, o que impediu V. Ex.^a^ de me fazer a entrega da carta; 3.º O destino que lhe deu. Muito reconhecido ficará o de V. Ex.^a^ mt.º att.º e amigo — *Teixeira de Sousa* — Vidago, 18 de dezembro de 1910.»

Veio a resposta seguinte:

«Lisboa, 25 de dezembro de 1910 — Ex^mo^ Conselheiro Antonio Teixeira de Sousa — Accuso a recepção da presada carta de V. Ex.^a^ datada de Vidago, de 18 corrente. A's perguntas que V. Ex.^a^ se digna fazer-me decerto comprehende que se alguem

(*) Teixeira de Sousa — *Para a Historia da Revolução* — II volume — Pagina 495.

me houvesse encarregado de qualquer missão só a essa pessoa eu teria de responder pelo acto de que me encarregasse, e assim permitta-me dizer a V. Ex.ª que só authorisado por essa pessoa eu poderei responder ás perguntas de V. Ex.ª. Subscrevo-me com toda a consideração de V. Ex.ª, att.º e ven.ºʳ — *Antonio Serrão Franco.*»

O documento dava bem a entender que não só a carta fôra confiada ao corretor de fundos como não entregue a quem era endereçada.

Não deixando o assumpto, *O Correio da Manhã* sollicitava do marquez do Lavradio, obtivesse auctorisação de D. Manuel II, para ser publicada a carta. Obtida, apparecia ella reproduzida, a 27 de dezembro de 1910:

«Meu caro Teixeira de Sousa. — Forçado pelas circumstancias, vejo-me obrigado a embarcar no «yacht» real «Amelia». Sou portuguez, e sel-o-hei sempre. Tenho a convicção de ter sempre cumprido o meu dever de Rei em todas as circumstancias e de ter posto o meu coração e a minha vida ao serviço do meu Paiz. Espero que elle, convicto dos meus direitos e da minha dedicação, o saberá reconhecer. Viva Portugal! Dê a esta carta a publicidade que puder. Sempre muito affectuosamente. (a) *Manuel* — «Yacht» real «Amelia», 5 de outubro de 1910».

Não significava uma peça notavel em rhetorica.

Mas, a sua simplicidade, e o instante critico em que essas linhas se traçaram, os momentos em que o rancor devia fallar mais alto do que o affecto á patria repudiante, fazem do escripto real um verdadeiro symbolo de fé, um evidente grito de alma de ligeira censura á terra mater, fazendo-o proscripto, sem ver o seu luzeiro do sul, principiar a declinar em fulgor ao avanço do hiate sobre os rochedos altaneiros de Gibraltar.

Mas Deus nem só aos reis manda os dictames duros para seu ensinamento, e quantas vezes, indo as licções da Providencia aos grandes da terra que mal andem, aos pequenos não cae o flagello para que mal não usassem por egual?...

O que motivára a delonga na pedida publicidade e como se obtivera ella, custosamente, pois o evidente desejo houve de a tirar do conhecimento do povo?

E' facto que a imprensa estrangeira conta dera já da celebre carta, mas egualmente certo é que nenhum orgão da imprensa effectuou a traducção d'esse escripto regio, duplamente historico.

O mysterio seria mais tarde acclarado em volume, (*) pelo obtentor do documento, o jornalista e escriptor Joaquim Leitão, desvendando dois annos decorridos sobre esse escuro caso, todo o segredo em que elle se recatara.

O corretor Franco, não tendo feito desde logo a entrega hesitára depois em a effectuar. A' insistencia, mais tarde, para que a desse á publicidade, declarára só o effectuar com ordem real. Chegada ella, em telegramma do marquez de Lavradio, pedia para, antes da publicidade, realisar a entrega ao conselheiro Teixeira de Sousa. Promettendo copia para o *Correio da Manhã*, remetteu todavia o original pora o conde de Sabugosa, em vez de ser ao ultimo presidente do conselho da monarchia, a quem era destinada.

Pelo conde de Sabugosa, foi confiada, pois ao antigo orgão do partido franquista, *O Correio da Manhã*, que lhe deu duas edições, em Dezembro de 1910 pelo original, e a 4 de Janeiro de 1911, pela copia, de Londres remettida pelo marquez do Lavradio.

Quiz se dar esse documento, como egual, em absoluto, áquelle que se publicára no jornal official de Gibraltar. Todavia, se lhe era quasi similar na orientação, não o era no formulado.

Justificado inteiramente foi pois o seguinte commentario do jornal catholico do Porto, *A Palavra* (Dezembro de 1910):

«Nós já observámos, ao publicar a carta, que ha sensivel differença entre o texto agora publicado e o que circulou nos jornaes inglezes em meados de outubro. No de agora não se allude á abdicação e no de então allude-se, quando declara que a saída de Portugal não pode de modo algum ser tomada como um acto de abdicação. E isso é importante.»

*

A' hora em que no hiate se formava a especie de teia onde ia deixar presa a sua corôa, não sonhava sequer D. Manuel a ex-

(*) Joaquim Leitão — *Os Cem Dias Funestos* — Pagina 29.

tensa polemica a que ia dar logar o documento, traçado a bordo do hiate.

D'ali seguia a facha de terra banhada pelo mar rugidor.

Mais ninguem viu de quantos quizera vêr.

Todavia, alguns palatinos appareceram ainda, se bem que tarde.

Assim, o conde de Tarouca, Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa Menezes, o Visconde de Asseca, Salvador Correia de Sá, a condessa de Seisal, o dr. D. Thomaz de Mello Breyner, e o perceptor austriaco Franz Kerausch.

Este, tendo ido a Cascaes, quando chegou esbaforido, já o *D. Amelia* estava ao largo. Para Gibraltar seguiria depois, onde achava outros dedicados á realeza como o conde das Galveias, o marquez do Lavradio, o tenente Victor Sepulveda e o conde de Figueiró, Antonio de Vasconcellos e Sousa.

O dr. Mello Breyner que erradamente foi citado (*O Imparcial* de 13 de outubro) como tendo acompanhado a familia real de Mafra á Ericeira e até d'ali a Gibraltar, ficava. Mais tarde (12 de Julho de 1914) era investido solemnemente no priorado da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo e antes, teve ensejo de, a injustas insinuações (O *Diario de Noticias* de 26 de agosto de 1914) evidenciar o seu firme credo monarchico:

«Lisboa, 25 d'agosto de 1914. Ex.^{mo} sr. Redactor do *Diario de Noticias*. — Um jornal do Porto reproduzindo d'um jornal de Lisboa — *O Mundo* — certo dialogo a que se dá o titulo de «Liquidação total do thalassismo» não affirma mas diz suppôr que fui eu o interlocutor monarchico. Quando hoje me preparava para fazer o desmentido, não ao jornal em Lisboa, que nem sequer pensava em mim, mas á transcripção da folha portuense, disse-me alguem que já o jornal de Lisboa se apressára a fazer a correcção. Vejo agora que de nada ella serviu, por isso que um outro periodico — *O Paiz* — que se publica á tarde, se permittiu referir se a mim como se tivesse a certeza de ser eu a pessoa visada. Pois é agora a occasião de pedir a V. Ex.^{a} o favor d'affirmar no seu muito importante jornal *que eu não sou nem podia ser nunca o monarchico* a quem se refere a já citada folha republicana. Conheço muitos jornalistas aos quaes, sem

distincção de côr politica, devo favores que não esqueço, mas com nenhum d'elles troquei impressões sobre a politica do meu paiz. Sou, como sempre fui, um monarchico *absolutamente dedicado e grato* á Familia Real Portugueza, mas felizmente não sou politico. Pedindo o favor de publicar esta minha declaração. — Sou de V. Ex.ª Att.º V. Obrg.º — *Thomaz de Mello Breyner.* *N. B.* — A carta que mandei ao *Diario de Noticias* é pouco mais ou menos o que está acima com pequenas alterações de redacção.»

Ainda o hiate navegava não muito distante da Ericeira, quando se apresentou na praia, para o içar da bandeira no quartel da guarda fiscal, um grupo de revolucionarios, da chefia de João da Silva Alves, com Annibal Bernardo, João Magina, Leopoldo Alves, Antonio Infante, Manuel Coutinho e o marinheiro do *Adamastor*, Adelino Nunes.

O commandante, 1.º sargento Fernando Julio de Sá, recusou, allegando esperar ordens superiores. Só na madrugada de 6, chegou o telegramma e só ás 6 horas da manhã era arvorada sob manifesta contrariedade (*O Seculo* de 27 de outubro de 1910), o estandarte da Republica, depois offerecido á redacção do jornal *O Mundo*. João da Silva Alves, apparecia mais tarde condemnado (10 de maio de 1913) a 15 mezes de prisão pela morte em Angra, (Julho de 1912) do actor José Vaz, pena que á commemoração do 4.º anniversario da Republica, era substituida pela da expulsão por dois annos, do territorio portuguez.

*

* *

Quando a bandeira verde-rubra tremulou, no local d'onde a familia real sahira, ainda desconhecido era do regimen novo o seu paradeiro.

O jornal inglez *Daily Mail*, perguntava ao governo republicano se o rei embarcára. Foi lhe confirmado o embarque, e sob bases que uma *nota official* breve desmentiu:

«O Governo Provisorio da Republica Portugueza, logo que assumiu o exercicio das suas funcções, tomou todas as medidas

necessarias para poder garantir a segurança do rei deposto e de sua familia, na hypothese de que ao governo seja dado conhecimento do logar onde elles se encontram e da via, maritima ou terrestre, que escolhem para sair do territorio nacional.»

Publicava-o o *Diario do Governo* de 6 de outubro, dia seguinte áquelle em que o jornalismo de Lisboa, (*O Seculo*) frisava já a destituição voluntaria:

«O rei, segundo consta, procurou um asylo inviolavel, mas que equivale ao abandono do paiz.»

Esse asylo dado como inviolavel, era o hiate real. N'elle penetrou, sob o aspecto, ainda mais doloroso, de dedicação á realeza, a ajuda á victoriosa causa da democracia.

Deu-se ali, e tão sem remedio como sem embaraço, o derradeiro passo para o exilio.

A creança, que era D. Manuel II, não logrou resistir á malha densissima onde o enlearam e não se desembaraçou, porque o destino fadando-o para desterrado real, o irmanou ao povo que deixára, fazendo-o desterrado do socego proprio.

Mas, a bordo, e prolongado, o mais possivel, o affastamento de lusas terras, havia ainda esperanças de regresso breve.

Só as não teve alguem, pela percepção talvez da morte a espreital-a, para depois de oito mezes de longas vigilias e de não menos longos dissabores a tomar de assalto, dando-lhe na mansão onde se não soffre, o ambicionado socego, a benção final a essa rainha que bem infortunada foi.

D. Maria Pia, não mais volveria a terras de Portugal.

A morte implacavel lhe cortaria o fio da existencia na terra patria, a Italia do ceu azul, onde era já uma intrusa e um encargo, e longe d'esse solo de Portugal a que tanto quizera.

De todos, foi a que mais soffreu.

Mas, quando a morte a desjungiu da cadeia ferrea dos tormentos que na terra teve, a altiva italiana de outr'ora, a decrepita rainha de então, possuia outra corôa,—que essa não lh'a poude tirar a revolução portugueza: a corôa de martyr!

FIM DO QUARTO E ULTIMO VOLUME

A REVOLUÇÃO PORTUGUEZA

Indice dos capitulos

CONCLUSÃO

CORRECÇÕES

Paginas	*Linhas*	*Onde se lê*	*Leia-se*
12	1	cumpriram	cumpririam
34	11	desmundavam	desmudavam
38	28	intransigencia	transigencia
46	25	eram	ainda
47	5	dispostas superiormente	dispostas em posições superiormente
47	8	e em	a esse
47	25	Sagrante	flagrante
47	31	a pé	a fé
47	36	muitas	menos
63	18	constantemente	contentamento
91	30	posteriormente	outro e posteriormente
105	5	terra	terror
213	15	de que se lhe commetera	que commetera
225	12	todavia	tambem
231	7	concedidos	considerados
278	9	Calçada da Graça	Calçada do Garcia
510	13	insistiu	insistisse
518	1	evolatiu-se	evolutiu-se
546	31	seus	seis
618	27	pretextos	protestos
628	18	espingarda	espingarda, disparados
751	15	*S. Gabriel*	*S. Raphael*

CESAR DA SILVA

A REVOLUÇÃO DE 14 DE MAIO

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª
EDITORES—Escriptorio e officinas:
Rua Alexandre Herculano, 70 a 76
LISBOA.

CESAR DA SILVA

A REVOLUÇÃO DE 14 DE MAIO

A JUNTA REVOLUCIONARIA

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª — EDITORES

Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

A REVOLUÇÃO DE 14 DE MAIO

I

Causas da ditadura — O gabinete Bernardino Machado. — A questão internacional. — Pronunciamento militar e formação do gabinete Pimenta de Castro. — Perseguição aos republicanos.

O movimento revolucionario de 14 de maio de 1915, era fatal, tornára-se inadiavel, pois, a não dar-se, os monarquicos, a quem não faltavam elementos extremamente valiosos, teriam restaurado a monarquia e Portugal retrocedia á triste politica de desbaratos, de que a libertára, em 1910, a gloriosa revolução de 5 d'outubro.

Este movimento não foi pois, tão sómente, uma arremetida heroica contra a ditadura Pimenta-Arriaga, que tombou estatelada perante o esfórço dos revoltosos, foi mais do que isso, porque foi um entrave decisivo á *intentona* realista, prestes já a realisar-se.

E' este um dos pontos de vista sob o qual ele tem de ser encarado. Como prévio comentario poderemos já dizer que o espirito reacionario, infelizmente muito enraizado ainda na alma de muitos portuguezes, debalde tentará absorver de novo a nossa patria. Os liberaes velam cuidadosos, e, embora poucos, escudados pela razão e mantidos pela consciencia do direito que lhes assiste, saberão repelir com denodo todas as tentativas liberticidas, quer elas

venham na ponta das espadas de inimigos declarados, quer lhes surjam hipocritamente disfarçadas no falso republicanismo de miseraveis traidores.

Foi isso o que verdadeiramente agora sucedeu.

A Republica estava a ponto de ser estrangulada por aqueles que, dizendo-se seus servidores, lhe preparavam ignominiosa queda. A ditadura militar parecia não ter outro intento. Se bem examinarmos todos os seus átos, veremos que sómente visava a esse fim. E colaborando jubilosamente com ela, apoiando-a até nas suas mais ignobeis atrocidades, lá andavam muitos fementidos republicanos, alguns talvez por insania, cegos por despeitos desrazoaveis, mas bastantes pelas tendencias reacionarias que perfidamente trazem encobertas sob a sofisma de militantes das fações republicanas chamadas conservadoras.

Não vingou, porém, o ruim designio d'esses inimigos da liberdade, porque o esforçado brio dos nossos marinheiros, e a abnegação patriotica do povo republicano de Lisboa, lhes frustraram, nas gloriosas jornadas de 14 e 15 de maio, a cavilosa intenção.

Salvou-se a Republica e esculpiu-se mais uma pagina brilhante na historia da democracia portugueza.

*
*   *

D'onde proveiu porém esse grave desequilibrio que permitiu a organisação da ditadura que acaba de ser lançada a terra? Vamos dizel-o em breves palavras, buscando, quanto possivel, manter a maxima imparcialidade historica.

Devido ao implacavel antagonismo que se creára entre os diversos elementos republicanos, em fins de 1913, foi chamado a Lisboa o sr. dr. Bernardino Machado, então embaixador de Portugal no Brazil e encarregado pelo presidente da Republica de organisar um ministerio extrapartidario, a fim de pacificar a familia portugueza e de realisar as eleições geraes.

Aceitou o encargo o conhecido politico, mas não soube

ou não quiz cumprir o programa que prometera realisar. Ao começo da sua administração ainda se notou uma relativa calma das paixões partidarias, mas foi pouco duradoira. As tibiezas do sr. dr. Bernardino Machado, a sua falsificada cordealidade e, mais que tudo, a transigencia que começou usando para com os inimigos da Republica, levantaram contra ele a opinião publica, sendo emfim derrubado o ministerio da sua presidencia em meados de agosto de 1914, após uma sessão da camara dos deputados que lhe não foi nada honrosa.

Posta de parte a idéa de novo gabinete extra-partidario, pois a experiencia déra um triste resultado, não havendo tambem possibilidade na organisação d'um governo de concentração partidaria, por se não conseguir o acordo dos chefes evolucionista e unionista, o presidente da Republica, inspirando-se nas puras normas constitucionaes, formou um ministerio tirado do partido democratico, pois era este o partido que dispunha da maioria na camara dos deputados. Presidiu a esse governo o oficial de marinha Victor Hugo de Azevedo Coutinho, gerindo a pasta do interior o sr. dr. Alexandre Braga.

Grandes dificuldades se apresentaram porém a esse gabinete. Uma grave questão internacional trazia alvoroçados os animos: a da intervenção ou não intervenção de Portugal na grande conflagração europeia. As negociações diplomaticas sobre tal assumpto vinham já do ministerio Bernardino Machado, mas aquelle maquiavelico politico, usando das argucias que lhe são habituaes, deixára a questão em deploraveis circumstancias para o governo que se lhe seguia.

O espirito jesuitico, peste que tanto assola a nossa sociedade, tomando a mascara germanofila, buscou por todos os modos embrulhar e controverter esse magno assunto e quasi inteiramente o conseguiu. Reclamava uma grande parte do publico que Portugal organizasse uma expedição para combater os alemães, honrando assim a nossa velha aliança com a Inglaterra, empenhada em titanica luta com

o imperio germanico; outra parte, porém, á frente da qual se pôz o *unionismo*, pelo seu orgão na imprensa, *A Lucta*, combatia desesperadamente a intervenção portugueza na guerra. Dividiam-se os campos, mas não era facil chegar a uma conclusão. Os acontecimentos de Angola ainda mais exacerbaram a contenda.

A escaramuça de Cuangar com as tropas alemãs, no sul de Angola, que custou a vida de dois oficiaes portuguezes e a d'algumas praças de pret, e logo a seguir o combate de Naulila, em 18 de dezembro de 1914, que representou uma importante derrota das nossas tropas expedicionarias, obrigou o governo a enviar á Africa numerosas forças e foi posto de parte, como não podia deixar de ser, o intento da intervenção de Portugal na guerra europeia.

Mas o fermento da discordia estava produzindo o seu nefasto efeito, principalmente na classe militar. Em 18 de janeiro, a pretexto da transferencia do capitão Craveiro Lopes, da Figueira da Foz para outra terra da provincia, estalou o primeiro movimento. Convem notar que o oficial transferido manteve sempre declarada atitude de hostilidade contra a Republica.

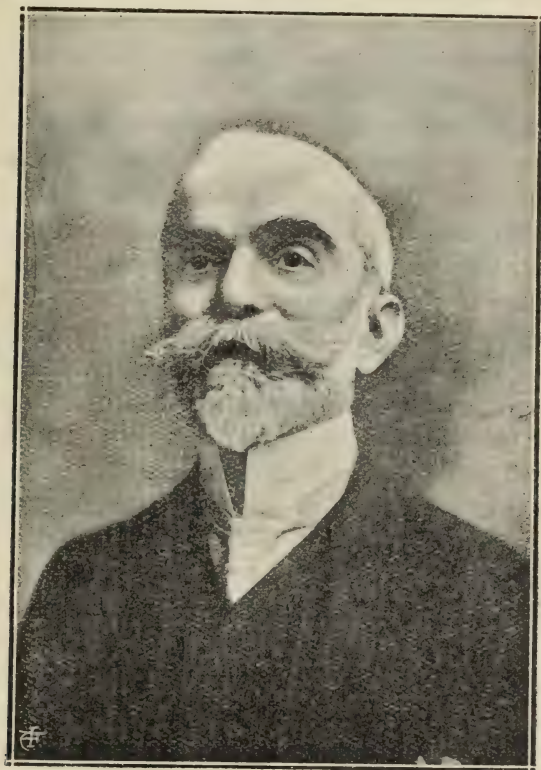
Debelou rapidamente o governo essa tentativa revoltosa, prendendo 48 oficiaes, na sua maioria monarquicos decididos, mas outro pronunciamento se esboçou a seguir, e o ministerio, vendo que o presidente da Republica transigia com os oficiaes revoltados, pediu a demissão, buscando evitar conflitos sangrentos.

Em 24 de janeiro o general Pimenta de Castro, chefe dos revoltosos, com o qual o sr. dr. Manuel d'Arriaga já tinha entendimentos, tomava posse do governo, sobraçando todas as pastas.

Foi a caricatura da *saldanhada* de 19 de maio de 1870.

E' conveniente saber-se que o dito general, que gerira a pasta de ministro da guerra no gabinete João Chagas, em 1911, fôra exonerado de modo pouco airoso por suspeita de auxiliar os monarquicos na sua incursão d'esse anno, em Vinhaes. Tambem a proposito nos parece curioso

transcrever o começo da carta com que o presidente da Republica convidou o famoso general para tomar posse da situação. Eil-a:

«*Meu caro Pimenta de Castro.*—Vejo-me violentado a

DR. BERNARDINO MACHADO

intervir novamente n'esta amaldiçoada barafunda politica em que as paixões sectaristas e a intolerancia dos velhos costumes teem envolvido esta nossa querida Patria. Se não se acode desde já com firmeza e prontidão ao incendio em que as facções estão ardendo ha muito tempo, como desejando reconduzir tudo isto á podridão e á miseria, estamos

perdidos. Isto não são frases; isto é uma inevitavel realidade! Careço de ti e de fórma que sem ti poderá caducar para sempre o remedio a dar-se ao grande mal.»

Um espirito muito atilado do nosso meio politico, teve uma bela frase, quando viu eleito o sr. dr. Manuel d'Arriaga para presidente da Republica. Disse elle:

— *Livrámo-nos d'uma mocidade radiosa, para cahirmos n'uma velhice egualmente radiosa!*

Na verdade, cotejando os dois factos: o da demissão e depois o da convocação do citado general, e analisando detidamente o sentido e a linguagem da celebrada carta, temos de confessar que a frase foi feliz e justa.

Constituiu-se entretanto uma ditadura militar, incluindo todavia no ministerio dois paizanos, os srs. Guliherme Moreira, lente da Universidade de Coimbra, que tomou conta da pasta da justiça, e Nunes da Ponte, da do fomento.

Os primeiros átos do governo ditatorial começaram logo a pôr em alarme o espirito publico: Iniciaram-se pela demissão de alguns republicanos que exerciam cargos importantes, taes como Luiz Derouet, de administrador da Imprensa Nacional, Filipe da Mata, de provedor da Assistencia Publica, dr. Manuel Monteiro, de presidente do Supremo Tribunal Administrativo, e outros.

Depois apareceu a revogação da lei eleitoral, que foi substituida por outra antiquada, e fôram adiadas as eleições; seguiu-se a nomeação de muitos individuos, declaradamente monarquicos, para o desempenho de cargos de confiança, e afinal veiu a dissolução do parlamento, como decisivo remate da obra ditatorial.

Declarou o presidente da Republica, quando lhe fizeram as primeiras reclamações, que, se tratava apenas d'uma ditadura *comesinha,* organisada com bons elementos republicanos para regularisar a vida pratica do paiz, mas não era isso o que se via. Os átos ditatoriaes começaram logo a tomar uma feição de insuportavel despotismo, pautando-se pelas normas do negregado franquismo de 1907.

O partido democratico, que era o atingido n'uma guerra implacavel, não desanimou um instante, lutando sempre contra os ditadores.

No dia 4 de março devia reunir o parlamento, para continuação dos seus trabalhos, mas o ditador rodeando de tropa o palacio parlamentar, prohibiu que a reunião se fizesse.

Os deputados e senadores do partido democratico fôram realisar a sessão do congresso n'um palacio em S. João do Tojal, chamado *Quinta da Mitra,* comparecendo ahi mais de noventa legisladores, todos do partido democratico.

Essa reunião foi metida a ridiculo pelos partidarios da ditadura, mas não deixou de produzir certo efeito no publico.

Imediatamente instaurou o mesmo partido processos contra o presidente da Republica e contra os ditadores pela violencia de que tinham usado para com o poder legislativo.

Além dos factos politicos e administrativos citados, outros se iam dando que mais ainda impressionavam o espirito publico.

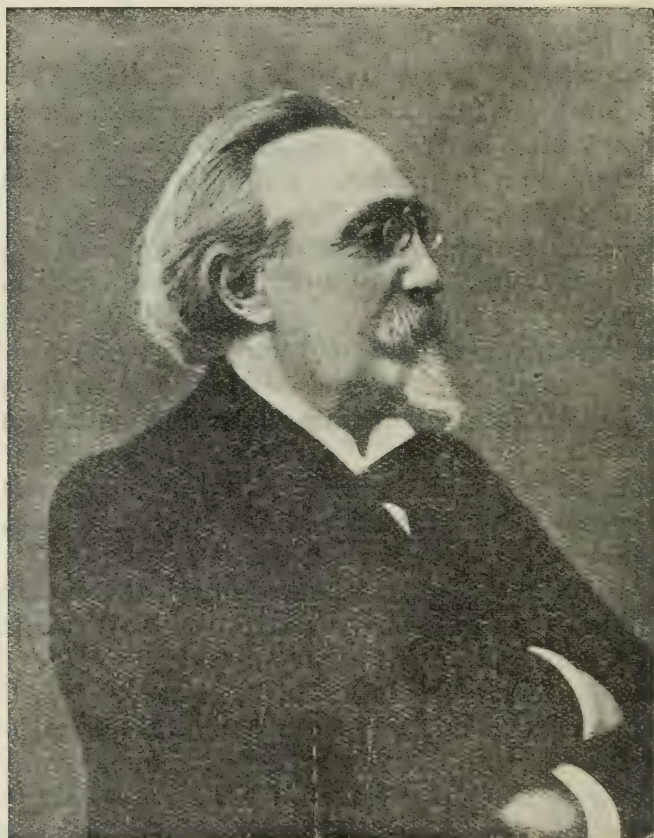
No dia 21 de fevereiro um rapazelho tentou contra a vida do dr. Afonso Costa, disparando-lhe dois tiros de revolver, que o não atingiram.

O caso passou-se no Porto, na estação de S. Bento, quando o conhecido estadista acabava de tomar o comboio para regressar a Lisboa. Averiguou-se que o autor do atentado, rapaz de dezesete anos, era membro da Juventude Catolica, e que fôra movido por odio setarista contra o notavel autor da Lei de Separação.

O caso, embora isolado, não tendo nada que ver, aparentemente, com a ditadura, indispôz deveras as opiniões liberaes.

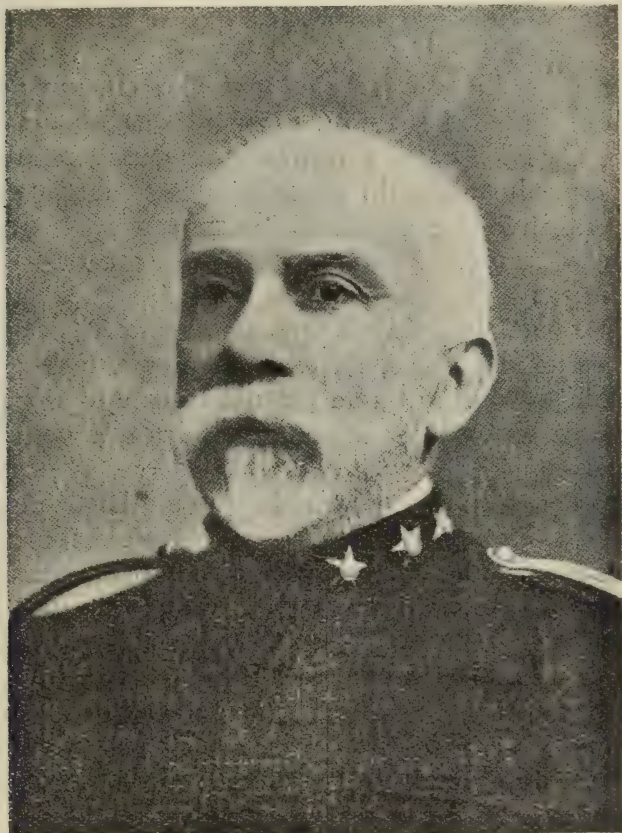
A reação movia-se, era a conclusão a tirar, armando a mão d'um quasi inconsciente para suprimir o dr. Afonso Costa.

Era o loyola infame que descobria uma ponta da garra.

O boateiro por toda a parte andava ufano, porque o governo se lhe mostrava deveras favoravel. Suprimiram-se

DR. MANUEL DE ARRIAGA

a cultuaes, forte engulho dos catolicos, arejaram-se alguns santos, vindo passear pelas ruas em luzidas procissões, e o Senhor dos Passos da Graça, que estava, havia muito, metido n'um cubiculo cheio de teias de aranha, voltou ao

seu rico camarim, com festa grandiosa e avultadissima concorrencia de fieis.

Alguem disse então que a ditadura era no fundo o

GENERAL PIMENTA DE CASTRO

triumfo do Senhor dos Passos, mas que teria, como ele, o calvario no final da jornada.

Outro facto sensacional foi o assassinio de Henrique Cardoso, deputado democratico.

No ultimo dia de fevereiro, que foi um domingo, quando, ao começo da noite deputados e senadores demo-

craticos iam entrando para o Diretorio, no antigo largo de S. Carlos, um grupo de individuos, que se encontrava nas escadinhas, que da rua Paiva d'Andrade dão acesso para esse largo, soltando gritos provocadores e insultuosos, no intento de molestarem as pessoas que se dirigiam áquela casa.

Surgiu porém, do lado da rua Garrett, um pequeno rancho em que vinham o dr. Alexandre Braga, Henrique Cardoso, Carlos Olavo e outros conhecidos membros do partido republicano e do grupo indicado partiu um vivo tiroteio, cahindo logo, varado pelas costas, o deputado Henrique Cardoso.

Quando o levantaram estava morto.

Dois outros individuos, que passavam na ocasião, fôram atingidos por balas, sofrendo pequenos ferimentos.

E' bom de prever que a intenção dos agressores seria matar mais algum dos que acompanhavam a victima, mas não puderam.

Este acontecimento, provando que em Lisboa existiam sicarios assalariados para assassinar os elementos mais evidentes do partido democratico, causou profunda impressão. E mais ainda indignou toda a gente ver que a policia não procurou os culpados d'aquelle crime, que ficaram impunes.

Como se vê, ás perseguições da ditadura, demitindo, suspendendo e abrindo devassas contra republicanos, correspondiam as violencias d'uma malta que, protegida pelas autoridades, não recuava diante de nada.

O caso das Caldas da Rainha é concludente. No dia 2 d'abril, após uma pomposa procissão do *Senhor morto,* deuse uma briga na rua, entre beatos e livre pensadores, de que resultou a morte d'um d'aqueles.

Existia na vida, desde muito, uma profunda antipatia entre o grupo democratico, que tem por chefe o farmaceutico Maldonado Freitas, e os assalariados dos caciques evolucionistas, entre os quaes avulta um toireiro amador bastante conhecido. Mezes antes tinha sido o sr. Amandio

de Carvalho, velho republicano, assaltado por uma turba de bandidos, que o maltrataram rudemente e lhe roubaram o dinheiro que levava.

Apezar de tudo, porém, o que se passou após a referida briga, foi tão pasmoso, que chega a ser inacreditavel. Um bando de sicarios, dirigindo-se para a residencia do sr. Maldonado Freitas, assalta-lh'a. A vitima, que nada tivera com a desordem antecedente, busca defender-se e assim consegue salvar-se com sua mulher e um filhinho, mas a malta, entrando-lhe em casa, despedaçou tudo. Os frascos da farmacia vieram parar em cacos á rua; o mobiliario foi desfeito e as roupas convertidas em frrapos.

A pessoa que estas linhas escreve viu os estragos e ficou horrorisada. Nem as vidraças das janelas escaparam.

O mais afrontoso foi que a autoridade administrativa, protegendo descaradamente os autores da infamia, foi de inaudita severidade para com a vitima, que veiu para Lisboa no meio d'uma escolta de soldados, sendo internado sem fiança no Limoeiro.

Ali perto, na Nazareth e em Alcobaça, tambem houve lutas, sendo os republicanos maltratados.

A ditadura ia seguindo entretanto no seu caminho de prepotencia. As corporações administrativas, compostas de democraticos ou nas quaes elles tinham influencia, começaram a ser dissolvidas, iniciando-se tal obra pela vereação de Lisboa. Essas corporações eram substituidas por comissões, compostas de evolucionistas e monarquicos.

No Porto e n'outras terras houve tumultos, carregando a policia e a Guarda Republicana desapiedadamente sobre o povo.

O que mais porém alarmou a opinião publica fôram as largas concedidas aos monarquicos, que passaram a ser designados com o eufemismo de *contraditores da Republica* e que puderam fundar centros politicos em varias terras, até no Porto e em Lisboa, começando a pavonear-se de tal modo como se a restauração da monarquia estivesse para muito breve. A anistia dada aos conspiradores que

ainda se encontravam expatriados, taes como Paiva Couceiro, padre Domingos de Cabeceiras e outros, foi o cumulo. A medida estava cheia, ia trasbordar.

Importa saber que todas estas medidas ditatoriaes eram apoiadas por uma grande parte do partido evolucionista, cujo orgão lisbonense, *A Republica,* era prodiga em aplausos ao ditador Pimenta.

Por sua parte tambem o *Intransigente,* do sr. Machado Santos, aplaudia a obra ditatorial, solidarisando-se com ela.

Era um desvario que precisava terminar, pois o paiz se encontrava a dois passos da restauração, para a qual estavam trabalhado, voluntaria ou involuntariamente, não só os ditadores, mas os falsos republicanos que os amparavam e justificavam.

O partido unionista hesitava já um pouco no seu apoio á ditadura. Um artigo publicado n'*A Luta* pelo dr. Jacinto Nunes, membro importante d'esse agrupamento politico, censurava asperamente a dissolução das corporações administrativas, mas a insania continuava, respondendo o governo aos protestos populares com cargas de cavalaria da Guarda Republicana.

Organisou-se pois uma junta revolucionaria composta dos srs. capitão-tenente José de Freitas Ribeiro, dr. Alvaro de Castro, major Norton de Matos, major Sá Cardoso, e Antonio Maria da Silva, o valente revolucionario de 5 d'outubro, a qual iniciou os seus trabalhos, encontrando pronta adesão na marinha, que quasi em pezo se preparou para derrubar pela violencia a ditadura.

Elementos civis tambem lhe não faltavam, corajosos e dedicados, e no exercito de terra os afétos pelos ditadores não pareciam muito grandes.

N'um instante se pôz tudo a postos.

II

Movimento inicial da marinha — Começa o combate — Fuga do presidente da Republica — Tomada do Museu de Artilheria — Disposição das fôrças fieis — Ataque aos navios.

Na madrugada de 13 para 14 a marinhagem do couraçado *Vasco da Gama* deu o signal de revolta aos gritos de *Viva a Republica,* e logo tres tiros de canhão anunciaram aos outros navios e aos elementos revolucionarios de terra que a revolução estava a caminho. Eram 3 horas.

Comandava esse navio o capitão de mar e guerra Assis Camilo, que, armado de pistola, buscou opôr-se ao movimento. Foi morto porém pelos marinheiros, morrendo tambem, por virtude das balas trocadas n'esse momento, o fiel de artilharia Alves Lopes.

O capitão de fragata Leote do Rego, que apareceu imediatamente, levado no rebocador *Operario,* tomou o comando do navio, evitando que se usasse qualquer violencia contra os restantes oficiaes, que aliás se submeteram imediatamente.

O sr. Leote do Rego fôra encarregado pela comissão revolucionaria de comandar a divisão naval no momento da revolta. Estava pois no seu posto.

Nos rebocadores *Vila Franca* e *Figueira da Foz* tambem seguiram para bordo dos navios alguns dos membros da comissão revolucionaria e muitos elementos militares e civis.

No cruzador *Almirante Reis* não tardou a ser dado o

signal de revolta. Os silvos estridentes da sereia e o estrondo de alguns tiros denunciaram que esse barco tambem estava com os revolucionarios. Comandava-o o capitão de mar e guerra Nunes da Silva, que, como o seu camarada do *Vasco da Gama,* tentou impôr-se á marinhagem. Resultou estabelecer-se tiroteio sendo o comandante ferido n'um braço e cahindo morto um grumete. O capitão tenente Fernandes Rego assumiu o comando do barco e logo começaram átivos trabalhos para o pôr a navegar, pois as maquinas estavam avariadas. Só quatro horas depois, e á custa de prodigios de esfôrço, se conseguiu que a helice funcionasse.

O *Adamastor,* comandado pelo brioso oficial Carvalho Jacques, tambem não tardou em manifestar-se solidario com os dois antecedentes.

O cruzador *S. Gabriel,* que se encontrava a oeste da torre de Belem, convidado para vir tomar parte na ação revolucionaria, acedeu logo, vindo postar-se junto da Rocha do Conde d'Obidos. O destroier *Douro,* embora não tivesse a bordo um unico oficial, egualmente aderiu, fazendo as devidas demonstrações.

Por conseguinte ao começo do dia 14 a junta revolucionaria contava com todas as grandes unidades da divisão naval.

O destroier *Liz,* comandado pelo primeiro tenente Musanty, mantinha-se na mais absoluta neutralidade, pois assim o prometera aquele brioso oficial, e o *Espadarte,* recolhido n'uma doca, conservava-se tambem indiferente.

Com esse barco tentou porém o governo debelar a rebelião. Pela manhã recebeu o seu comandante, o primeiro tenente Almeida Henriques, um bilhetinho do ministro da marinha da ditadura, vice-almirante Xavier de Brito, em que lhe ordenava a torpedeação dos navios revoltados. Esse bilhetinho chegou ás mãos do destinatario dentro d'uma caixa de fósforos de cera. E' claro que o digno commandante do *Espadarte* lhe não ligou importancia, sentindo-se até indignado com tal ordem.

Foi esta pois a disposição que a revolta tomou no mar, disposição formidavel que logo manifestou que a ditadura estava derrubada muito embora dispozesse de fortes elementos em terra.

O quartel de marinheiros tambem na manhã de 14 cahiu em poder dos revolucionarios, que assim obtiveram mais um importante reduto.

Eis como as coisas se passaram:

O ataque foi dirigido pelo capitão tenente José de Freitas Ribeiro, que, acompanhado pelo major Sá Cardoso, por mais alguns militares e bastantes civis, entrou no quartel logo após o signal dado pelos navios. Houve resistencia por parte dos oficiaes que estavam de serviço, mas pequena, ficando ferido apenas um marinheiro.

Quando foi dia claro, reforçada a guarnição com muitos civis, soldados de infantaria 2 que fôram entregar-se, e praças da Guarda Fiscal, o quartel encontrava-se em circumstancias de resistir a um ataque embora violento.

Por parte ha marinha estava pois tudo a postos na manhã da revolução, encontrando ante si a ditadura uma oposição quasi impossivel de debelar.

Vae porém travar-se o combate.

*
* *

Teria o governo alguma suspeita da revolução? teria tomado quaesquer precauções extraordinarias? Parece que não. Seguro da sua fôrça, confiado no apoio que lhe prestavam os evolucionistas e na singular camaradagem das hostes do *Intransigente,* capitaneadas por Machado Santos, o general Pimenta de Castro e os seus colegas ditadores cremos que se deitaram muito socegados em seus leitos na noite de 13 para 14.

Havia prevenções nos quarteis, mas essas eram devidas ao receio de tumultos populares. Perigo serio não o previam, com toda a certeza.

Todavia a companhia da guarda republicana d'Alcantara, já deu signal de si, ás 3 1[2 da manhã, fazendo algu-

mas descargas sobre os populares que assaltaram o quartel de marinheiros.

E' claro que depois do signal dado pelos navios de guerra tudo se pôz a postos, podendo verificar o governo que dispunha absolutamente dos regimentos de cavalaria 2 e 4, dos de infantaria 1, 2, 5 e 16, da maior parte das baterias de artilharia 1 e do corpo de engenheiros.

Todas estas fôrças sahiram logo de manhã para entrar em combate contra os revoltosos.

O presidente da Republica abandonou de madrugada o seu palacio e n'um automovel, guardado por um esquadrão de cavallaria 4, se dirigiu para Queluz, onde lhe pareceu ficar ao abrigo de quaesquer contingencias. Apezar de tudo acautelava-se.

Entretanto começava o ataque dos populares em terra, sendo seus principaes objectivos os arsenaes da marinha e do exercito, este ultimo principalmente, para se poderem ahi fornecer de armamento.

O ataque a este estabelecimento, que foi o primeiro combate serio das ruas, é digno de especial menção.

Logo após o signal de revolta, dado pelos navios de guerra, um grupo de populares, dirigido pelos chefes civis Florencio Gomes e Ventura de Araujo, apresentou-se perante o posto da Guarda Fiscal da Alfandega, convidando as praças a aderir ao movimento.

O comandante do posto, o sargento Augusto Folgado, acolheu entusiasticamente os revoltosos, entregou-lhes uma porção de armas e munições, que tinha armazenadas e assim se formou o grupo combatente, que logo se encaminhou, acompanhado de alguns guardas fiscaes, para o arsenal do exercito, ou Museu de Artilharia.

Não estavam porém desprevenidos os que tinham a seu cargo a defeza d'aquele edificio. A's 4 horas já uma fôrça de cavalaria da Guarda Republicana se tinha ido juntar á infantaria de serviço no Museu, reunindo-se ainda a estas fôrças a policia da esquadra proxima.

O grupo, embora reforçado e animado com as praças

da Guarda Fiscal, vacilou um instante. Os defensores do Museu, divididos em patrulhas, postaram-se em volta d'ele, mantendo a distancia os revoltosos. Mas a luta vae travar-se e eis como o descreve, com vivas côres, uma testemunha:

A JUNTA REVOLUCIONARIA

1 O sr. Alvaro de Castro; 2 O sr. Antonio Maria da Silva; 3 O sr. Freitas Ribeiro; 4 O sr. Sá Cardoso; 5 O sr. Norton de Mattos

«Pouco depois das 5 horas, como tinha engrossado extraordinariamente a turba, o comandante das fôrças da Guarda Republicana mandou tocar a unir e as patrulhas fôram formar junto á casa da guarda, encobertas pelas arvores. Os civis comprehenderam que o combate ia ter co-

meço e que era necessario lutar. Procuram os melhores postos, entrincheiram-se como poderam. A corneta resôa novamente: é sinal para avançar, não demorando minutos o de fôgo e a primeira descarga.

Os revoltosos, indiferentes ás balas, que lhes passam rez-vez, algumas já derrubando este e aquele companheiro, disparam sucessivamente sobre quem os ataca, ao mesmo tempo que, bravamente, se vão reunindo e aproximando, na mira de um ataque em massa, pois só um golpe de doida coragem lhes póde dar o triunfo.

A fôrça da guarda fiscal, entrincheirada por traz do Lactario, ao fundo dos armazens da alfandega, espreita o momento de intervir.

Um dos navios de guerra, disparando uma granada contra o edificio, desmoralisa um pouco os seus defensores, mas o combate prosegue, tornando-se por vezes extremamente encarniçado.

A guarda fiscal, em linha cerrada, abeira-se do local de combate, facto que acaba de desvairar a Guarda Republicana e a põe em fuga completa e desordenada.

Emfim, senhores do Museu, os revoltosos procuram entrar dentro d'ele, para o que experimentam os portões, inutilmente, resolvendo arrombar a porta que fica sob a varanda do lado sul e é encimada pelo relogio, que uma granada vinda do Tejo estilhaçára.

Arrombada a porta a machado, os revoltosos entraram no edificio, onde se encontravam apenas o sargento Faria e o servente Almeida, ambos do Arsenal do Exercito, a quem intimaram a entrega das chaves dos depositos de munições e armamento.»

E d'ahi a pouco alguns milhares de revoltosos se encontravam prevenidos com espingardas e cartuchos, irradiando para os pontos em que suppunham serem necessarios o seu esfôrço e a sua dedicação pela Republica.

No assalto ao Arsenal da Marinha não foi preciso empregar violencia.

Logo de madrugada o edificio foi ocupado por muitos civis, recebidos entusiasticamente pelos marinheiros ahi de guarda e pela gente do troço do mar. O Arsenal da Marinha tornou-se mais tarde, como veremos, um baluarte da revolução, a começo fracamente guarnecido, mas ao depois bastante forte e animado pelos muitos revolucionarios, paizanos e militares, que ahi se concentraram.

*
* *

Vimos sumariamente os pontos em que se estabeleceram os revoltosos e o modo como se puzeram em defeza, mencionemos agora de que maneira se dispuzeram as fôrças fieis á ditadura para lhes dar batalha.

Artilharia 1, que fôra em 5 d'outubro o mais valoroso elemento revolucionario, aparece-nos agora como fiel ao governo; mas o caso tem explicação.

Receava muito o ditador d'esse regimento, e por isso tinha ahi elementos de sua grande confiança, de modo que pôde em parte dispôr d'ele.

Mal rebentou a revolução, logo duas baterias sahiram para combatel-a, dirigindo-se uma para o Alto de Santa Catarina, a fim de bombardear os navios revoltados, e outra para a serra do Monsanto. N'essas baterias iam porém todos os elementos fieis ao governo. O que restava era duvidoso, ou, melhor diremos, era gente adversa á ditadura, mas que se deixou ficar indecisa sem saber o que fazer.

O *Vasco da Gama,* como dissémos, tinha já cumprimentado, com duas granadas, as fôrças de infantaria que se encontravam postadas nas arcadas do Terreiro do Paço, mas depois ia-se limitando, aquele e os outros navios, a fazer, de vez em quando, tiros de polvora seca, para alimentar a coragem dos revoltosos.

Para os lados de Santa Apolonia já havia, como dissémos, mortos e feridos e nos outros pontos estava eminente a luta.

Então, seriam 9 horas, rompeu fogo contra os navios a bateria postada no Alto de Santa Catharina, cahindo al-

gumas granadas junto do *Vasco da Gama*. Respondeu este pela voz estrondosa das suas *armstrong*, mas com pequeno efeito.

D'um lado e outro parecia falhar a pericia.

Sofriam entretanto os predios que se erguem no pitoresco largo, começando um a arder logo no começo do bombardeio.

Adquirindo melhor pontaria, os artilheiros fieis á ditadura começaram a dirigir mais certeiras as suas granadas, e o *Almirante Reis*, que mal se podia mover pelo mau estado de suas maquinas, recebeu o convite de sete balazios, desmantelando-lhe um d'eles a cosinha. Um dos civis que estavam a bordo ficou morto e houve alguns feridos.

Não parava porém o duelo da artilharia. O *Almirante Reis* fez falar alguns dos seus canhões e o *S. Gabriel*, vindo rio acima, tambem jogou contra os artilheiros de Santa Catarina meia duzia de granadas.

Vendo que era insustentavel a sua posição, a bateria retirou, sem ter perdido nenhum dos seus canhões. Já vamos encontral-a n'outro ponto.

O dano sofrido pelos predios do sitio foi grande, como é natural, podendo as perdas avaliar-se em dezenas de contos de réis. Findo o tiroteio puderam os bombeiros, voluntarios e municipaes, vir extinguir o incendio, que já quasi tinha devorado o predio. E' este na embocadura da rua Marechal Saldanha e tem o numero 72.

A agressão contra os navios não foi mais além.

Contava a ditadura com as fortalezas que defendem o porto, mas estas conservaram-se neutraes. Só do forte da Lage é que se dispararam dois ou tres tiros sem efeito.

Todos os esfôrços se dirigiam agora contra os dois baluartes revolucionarios: o Quartel de Marinheiros e o Arsenal da Marinha, a esse tempo muito bem preparados para uma energica defeza.

III

Ataque ao quartel de marinheiros — Tiroteio do conventc das Flamengas — Uma revolução alegre — Ataque ao Arsenal da Marinha — Tentativas infrutiferas para uma conciliação — Demite-se o governc.

Para atacar os revolucionarios do Quartel de Marinheiros dispunham os ditadores de fôrças numerosas, quasi todas as aquarteladas ahi proximo, taes como os regimentos de infantaria 1 e 2, cavalaria 2 e 4 e a Guarda Republicana. Fôram postos em movimento, mas logo se deu uma deserção que deixou a ditadura em más circumstancias.

O regimento de infantaria 2 logo ao romper do dia se manifestára pela revolução e uma parte d'elle foi apresentar-se no quartel de marinheiros.

Com o restante quiz o coronel ir defender o palacio das Necessidades, onde está instalado o quartel general, mas não o conseguiu, os soldados arrastaram-n'o para onde estavam já os seus camaradas e assim ficou todo o regimento da banda dos revolucionarios.

Uma parte da Guarda Republicana tambem mostrava hesitações e muito mais depois que a 2.ª companhia, aquartelada nos Paulistas, aderira á revolta.

O comandante d'essa companhia, o antigo e leal republicano capitão Bernardo Ferreira, logo de manhã dera a sua adesão, embora se mantivesse no Governo Civil com alguns dos seus soldados.

Mas ainda restavam á ditadura respeitaveis fôrças para

tentar a aventura tenebrosa de manter pelas armas a sua ilegal situação.

O regimento de infantaria 1, apoiado pela bateria de artilharia que se postára na serra de Monsanto, emprehendeu o ataque mas foi logo rechaçado.

No quartel de marinheiros já então havia um pasmoso numero de defensores. Além dos marinheiros, de todo o regimento de infantaria 2, de muita gente da Guarda Republicana e da Guarda Fiscal, estavam ali, armados e aguerridos, mais de dois mil paizanos, que investiram em constantes sortidas contra os atacantes, repelindo-os e mantendo-os sempre para além de Santo Amaro.

Barricadas construidas na rua de S. Joaquim e nas Fontainhas asseguravam a defeza para a parte do poente, e pelo lado do Aterro eram os vagons do caminho de ferro que constituiam as trincheiras.

Não seria pois facil a vitoria das tropas fieis. Da serra de Monsanto vieram algumas granadas mal dirigidas, causando pequeno estrago. Uma apanhou o cunhal do quartel do 4.° esquadrão da Guarda Republicana, danificando-o, outra bateu no frontão do quartel de marinheiros. Dizia-se ja que o edificio estava arrazado, mas o efeito da artilharia de Monsanto não passava d'isto, fôra quasi inofensivo.

Entende-se que a pezada artilharia dos navios de guerra tratou logo de fazer calar as pequenas *canets* de que dispunham os defensores da ditadura e a bateria retirou algum tempo depois.

No bombardeio sofreram algumas casas, como é natural. Uma, da rua Maria Pia, ficou desmantelada, outras receberam estragos mais ou menos importantes.

A luta na rua ia porém seguindo, tomando por vezes aspeto bastante encarniçado. Infantaria 1, que já fôra, na revolução de outubro, a mais ferrenha defensora da tirania, teimava no seu ataque ao quartel; cavalaria 4, postada na Junqueira, assistia quasi tranquila, parecendo até desejosa de capitular.

Militares, e civis armados, combatendo com denodo pela revolução, investiam de vez em quando, com indomavel coragem.

Por fim houve uma trégua, que era indispensavel, mas os revoltosos não descuidavam a defeza do seu temivel reduto. Até o tinham melhor preparado para a resistencia, porque lhes não faltava já artilharia.

A bateria do Alto de Santa Catarina, acossada, como dissemos, pela potente artilharia dos navios, tinha retirado para local desconhecido. Em breve diremos onde estava. Sucedera porém que, ao passar no Conde Barão, deixára ahi duas peças e respectivos armões. Os populares tinham-nas levado para o quartel de marinheiros e lá estavam elas, prontas no meio da parada, para receber, com os seus terriveis cumprimentos, quaesquer intruzos.

Já não havia ataques das tropas fieis, mas a vigilancia era rigorosa.

No momento, porém, em que uma vedeta de marinheiros e civis passava para além do Calvario, um forte tiroteio lhe foi feito da velha egreja das Flamengas.

Não houve panico mas sim grandissima indignação, começando logo um violentissimo ataque contra o edificio anexo, onde está o Instituto Ultramarino, por se supôr que d'ahi partira a insolita agressão.

Foi trazida uma das peças para o local, e por pouco não ficou o edificio do modesto albergue reduzido a cinzas.

Um mancebo de nome Fernando Kruss Gomes, estudante da universidade de Lisboa, filho d'uma das viuvas residentes no Instituto, foi morto quando vinha parlamentar com os revoltosos, para lhes dizer que estavam equivocados, porque o pardieiro das Flamengas nada tem que ver com o outro edificio.

Desfez-se emfim o engano, socegaram-se as atribuladas moradoras do instituto.

Mas já havia outra victima. O guarda-portão, Antonio Neto, tambem tinha encontrado a morte no imprevisto tiroteio.

Dizia-se que tinham sido o sacristão d'aquella ermida e o ex-prior do Beato, Nunes Duarte, os autores da agressão, tendo feito fogo por umas frestas. Coisas dificeis de averiguar.

Após este episodio, que seria até gracioso se não tivesse causado duas victimas, poude considerar-se quasi terminado o tiroteio em Alcantara. Os dois bravos comandantes do quartel dos marinheiros, o capitão-tenente José de Freitas Ribeiro e o major Sá Cardoso, dispondo é certo de muita gente e deveras aguerrida, podiam com razão orgulhar-se da sua obra. Tinham-se mostrado valentes e ponderados.

A esse tempo já se andava tratando da adesão das ultimas tropas fieis á ditadura, podendo dizer-se que ela não tinha defensores. Infantaria 1 e 16, bem como cavalaria 4, já se declaravam submetidas.

Vamos em breve assistir a uma excursão alegre, feita por uma parte da gente do Quartel de Marinheiros ao Castelo, séde de infantaria 16.

Mas, antes d'isso, convém que façamos uma rapida descrição do movimento no populoso bairro d'Alcantara, durante a energica luta travada entre inimigos e partidarios da ditadura.

Quem por ali andasse despreocupadamente, n'esse angustioso momento, não sabendo do que se tratava, nem de leve suporia que tamanha e tão sanguinolenta luta se estava travando. Ouvia os brados clamorosos do povo, soltando aclamações festivas, via as janelas engalanadas de bandeiras e galhardetes, notava que o bulicio e o transito eram enormes, e que os proprios estabelecimentos se achavam abertos, e chegaria a capacitar-se de que todo o bairro andava em rija festa, tomando o crepitar da fuzilaria e o ribombar do canhão, como estrondo jubiloso de fogo de artificio que queimassem alegres para solemnisar qualquer fausto acontecimento.

E o mesmo, pouco mais ou menos, se dava nos outros pontos da capital. Os grupos armados, em vez de levarem

no rosto o traço feroz de sangrentos lutadores, entoavam entusiasticos vivas, riam e chalaçavam, como se andassem n'um folguedo popular.

Singular é o povo de Lisboa!

Muito se tem escrito a respeito das revoluções de Paris, apontando o povo d'aquela cidade como o modelo do

O CAPITÃO DE FRAGATA LEOTE DO REGO

revolucionario jocoso. Quem assistiu, porém, aos dois ultimos movimentos revoltosos da nossa capital, póde dizer afoitamente que, em tal capitulo, o povo de Lisboa nada fica devendo ao de Paris. Emfim, justifica-se plenamente aquela frase que os francezes nos dedicaram: — *Les portugais sont toujours gais.*

*
* *

O segundo reduto dos revolucionarios era no Arsenal da Marinha, que de madrugada tinha sido tomado pelos populares.

Em pouco tempo se reuniram ahi bastantes revoltosos, que se dividiram em dois grupos: um, que defendia a parte do estabelecimento que deita para o Caes Sodré, e outro que tomára o seu cargo a entrada principal do edificio.

Os dois grupos estavam, como deve entender-se, extremamente mesclados a certa hora da manhã. Havia n'eles marujos, guardas fiscaes, soldados da Guarda Republicana que se tinham entregado, militares d'outros corpos e finalmente muitos civis armados.

O troço que estava para o lado do Caes do Sodré era comandado pelo capitão do ultramar José Maria da Cruz Ferreira, que se apresentára ahi ao romper do dia, conservando-se sempre no seu posto.

Do lado da frente do arsenal comandou primeiramente o segundo sargento da marinha José Joaquim Lopes de Sá, e depois o sr. Salazar Mascoso, oficial de patente superior, coadjuvado pelo primeiro tenente Filemon d'Almeida.

Para esse reduto lançaram naturalmente as vistas as tropas fieis, atacando-o energicamente. De dentro, porém, quer d'uma quer d'outra banda, a defeza era energica.

Para que os nossos leitores fiquem bem sabendo como foi desconexa e atrapalhada a ação das forças governamentaes, tanto n'esse ponto, como em todos os outros em que tentou opôr-se ao movimento revolucionario, vamos copiar alguns periodos d'um relatorio muito imparcial e sensato do capitão Correia dos Santos.

«Depois das tropas terem sahido dos quarteis, ás 4 horas, foram tomadas as devidas posições para ser atacado o Arsenal da Marinha e bombardeados os navios revoltados.

O Quartel General, passara para o Carmo, por se julgar pouco seguro em Alcantara. Ahi se encontrava o general Blanco, commandante da divisão, com os oficiaes tenente coronel Macedo, capitão Arrobas Machado e outros. O ministerio, ou parte d'ele, tambem ahi estava.

As forças sahiram para as ruas da Baixa sem terem recebido nenhuma ordem escrita, nem a mais pequena indicação do plano d'ataque.

N'estas condições os regimentos seguiram dos seus quarteis com itenerarios escolhidos ao acaso. Sem saberem para onde iam nem para o que iam.

Infantaria 5, onde eu estava fazendo tirocinio para major, seguiu as devidas precauções, até ao centro da cidade. Na rua dos Retrozeiros encontrou-se com uma Companhia de alunos da Escola de Guerra, com infantaria 16 e com um grupo de metralhadoras. Por informações tomadas no caminho sabiamos vagamente o que se passava no Tejo e que o Arsenal estava occupado por tropas adversas ao governo, por grande numero de populares armados, que os portões estavam fechados e que havia metralhadoras e uma peça *Hotckiss,* apontada para a passagem obrigada que as tropas tinham a percorrer.

Infantaria 16 e 5 abrigaram-se como puderam na rua do Comercio, ficando junto á Camara Municipal a secção de metralhadoras, que tinha o campo de tiro obstruido pelo Pelourinho. As tropas continuavam a desconhecer quaes eram as intenções do governo e qual era o plano de ataque. Perante esta hesitação os grupos civis iam ocupando as janelas dos ministerios das finanças e dos correios e tomavam todas as medidas de defeza de fórma a arremessarem bombas de cima das janellas do Arsenal e a produzirem uma grande chacina sobre as tropas que teriam, para entrar no Arsenal, de aproveitar a brecha que a artilharia pudesse produzir nas parede do edificio, ou nos seus portões de ferro.

Tendo eu notado que esta situação se agravava e sem que me tivesse nunca passado pela idéa que o governo

quizesse repetir o incompreensivel plano adotado na madrugada de 4 de outubro, que fatalmente havia de conduzir a um triste resultado, resolvi procurar alguem que me indicasse o local onde deveria concentrar as tropas para se realisar qualquer plano de operações. Fui mandado pelo commandante do meu regimento receber instruções, sendo-me ordenado terminantemente pelo commandante da divisão e seu chefe do estado maior, que atacassemos o Arsenal. Não recebemos uma unica ordem de combate por escrito, que orientasse sobre a situação do inimigo, fins e quaesquer outras disposições das mais elementares, adotadas n'um combate. Pouco depois de ter transmitido estas instruções ao meu comandante e quando infantaria 5 adotava disposições para o combate, abrindo trincheiras nas calçadas e dando ordem á secção de metralhadoras para romper o fogo, o clarim do Arsenal dava o sinal de sentido e tocava a cessar fogo, saindo do portão do Arsenal o 1.º tenente Nunes Ribeiro e o capitão-tenente Salazar Moscôso, indicando que desejavam parlamentar; isto por volta das 5 horas. O comandante do meu regimento e o de infantaria 16 convidaram-me a ir conferenciar com os parlamentarios da marinha, que me apresentaram a proposta de, a fim de ser evitado um derramamento de sangue, entre individuos filhos da mesma Patria e possuidores de um ideal republicano, se propôr ao governo que acordasse no pedido de demissão coletiva do ministerio, para ser substituido por um outro, de carater nacional, estranho á politica partidaria. Apresentada a questão aos oficiaes, fui com o tenente Nunes Ribeiro falar ao comandante da divisão para apresentar a proposta ao presidente do ministerio.

O general respondeu terminantemente, com a maior energia, que não tinha que parlamentar com pessoa nenhuma e que só recebia ordens do general Pimenta de Castro e repetia as mesmas instruções.

Retirámo-nos e cada um seguiu para os seus campos. Continuavam, entretanto, os trabalhos de fortificação, começavam a zumbir as primeiras balas deante de nós e no-

tava-se a ação enervante das tropas, que não divisavam o inimigo para fazer-lhes fogo, não tinham para onde se retirar e, a pé firme, se viam no risco de ser fuzilados das janelas ou de cima dos telhados. Avaliando a situação grave, por não sabermos como abrir brecha no Arsenal nem nos portões de ferro dos ministerios, resolvi novamente pedir ao chefe do estado maior que me concedesse duas peças a fim de se poder tentar a rutura de uma brécha para o assalto. Esperámos cêrca de duas horas, até que a artilharia chegasse, vindo acompanhada de cavalaria, comandada pelo capitão Martins de Lima, que já trazia ferida na cabeça a sua montada. Instalada uma peça e um carro de munições, rompeu-se o fogo contra a porta do Arsenal, ao que responderam com a maior energia todos os grupos civis que se encontravam nas janelas do Arsenal e dos correios, mas como estavamos encostados ás paredes, as balas não nos atingiam. Apenas os soldados e cavalos que atravessavam a rua do Ouro eram feridos pelos tiros feitos das janelas do ministerio do fomento. Os navios aproximam-se do caes, evolucionam, e fazem alguns tiros de peça, enfiando a rua do Ouro e atingindo os arcos do ministerio da justiça, onde tinhamos o nosso serviço de patrulhas e vedetas. Alguns recochetes dos estilhaços das granadas foram cair junto de nós, sem que nos ferissem. As metralhadoras desapareceram da rua do Comercio, os serventes e condutores de artilharia tambem deixaram de

MALDONADO DE FREITAS

se avistar a pouco e pouco, até que ficámos reduzidos a uma unica peça e um carro de munições, que, cêrca da 1 hora, foram guarnecidos por um unico servente e um sargento. Esta situação foi-se mantendo até que do lado do Arsenal da Marinha foi feito toque de cessar fogo e se procurou parlamentar outra vez.

Dirigiram-se os mesmos parlamentarios a conferenciar com o comandante da divisão que rejeitou novamente a proposta. Recomeçou-se a luta, até que, cêrça das 16 horas, os oficiaes de infantaria 5 reuniram com os de artilharia, resolvendo estabelecer novamente negociações com o governo. Tocou-se a cessar fogo e fui eu nomeado para ir parlamentar com a marinha que, d'esta vez nomeou o 1.º tenente Palma Lami, para me acompanhar. Mais uma vez nos dirigimos a pé ao quartel do Carmo, então já em grande risco sob os tiros da policia e da guarda republicana e conseguimos então falar com o general Pimenta de Castro, que estava reunido em conselho de ministros, no gabinete do general Encarnação Ribeiro. Aceita a proposta do pedido de demissão para lhe suceder um ministerio nacional, assinaram-se as bases de um armisticio até que os delegados do exercito e da armada se entendessem com o sr. presidente da Republica sobre a nomeação do novo governo. A bordo do couraçado *Vasco da Gama,* foi depois redigida e aprovada a resposta ao armisticio, que foi aceito pelos oficiaes de todos os navios de guerra, pelos revolucionarios civis do Arsenal, pelo comandante Freitas Ribeiro que estava no quartel dos marinheiros e por quasi todos os oficiaes da guarnição, que se encontravam em combate, exceto os do regimento de infantaria 2, que estavam ao lado dos revoltosos.

*

* *

Pelo meio da tarde, como vemos, estava sanada a causa do conflito: o governo demitira-se. Não cessaram porem os combates, como vamos ver, porque foi preciso aos revo-

lucionarios vencer umas derradeiras resistencias, perfeitamente inexplicaveis.

Vem a proposito contar um episodio, que o autor do relato antecedente calou por bem entendida discrição, mas que é curioso.

Pelo meio dia, quando a força de artilheiros se dispunha a bombardear a porta do Arsenal, succedeu que o regimento de infantaria 16 realisou uma qualquer evolução. Tomando-se as duas forças por inimigas, ateou-se entre elas um intenso tiroteio.

Do Arsenal, onde havia tres pequenos canhões sobre o telhado e algumas metralhadoras á porta, ainda mais aumentaram a confusão, despejando metralha a esmo sobre os equivocados contendores.

N'um instante tudo desapareceu pelas ruas da Baixa, e só depois d'algum tempo, desfeito o engano, voltaram as hostes fieis ao combate contra os revolucionarios.

A vitoria da revolução era infalivel, porque do lado das tropas fieis ao governo faltava a convicção, o amor por uma causa, a unica força que impele para a luta e que dá probabilidades de vencer.

IV

Ataque ao governo civil — Os socios do 27 d'abril — Confraternisação — Dois episodios da rua — Soccorros da Cruz Vermelha — Mortos e feridos.

Tambem a ditadura estabelecera dois importantes redutos para sua defeza, quando se viu forçada a passar da ofensiva para a defensiva. Fôram o Governo Civil e o Quartel do Carmo, isto é, a séde dos dois temiveis vespeiros de que todos os ditadores se tem sempre servido para martirisar o povo: a policia e a Guarda Municipal, ultimamente denominada, quasi como irrisão, Guarda Republicana.

O governador civil da ditadura fôra o dr. Cassiano Neves, que mostrou, diga-se em abono da verdade, um geito especial para Scarpia moderno. Mas na vespera da revolução fôra nomeado para tal cargo o general Cunha Ferraz, que tomára posse com ares furibundos. Parece que a ditadura ia entrar nas grandes violencias, para as quaes não seria suficientemente energico o conhecido medico.

No edificio do Governo Civil se estabeleceu, como era natural, um nucleo de defensores da ditadura que, em parte, superintendia no movimento do ataque.

Mal se viram desembaraçados dos seus assaltantes determinaram logo os revolucionarios ir combater o inimigo nos dois temerosos redutos, sendo aquele edificio o primeiro para que se voltaram.

Já pela manhã uma fôrça da marinha, ajudada por muitos populares armados, tinha esboçado um ataque ao

edificio, mas sem resultado. A Guarda Republicana, que ahi estava, resistira com galhardia.

O Arsenal de Marinha guardado por civis

Poude pois a policia andar á vontade, pelas proximidades do seu reduto, prendendo quem lhe apetecia. Uma

das victimas foi o sr. Luiz Filipe da Mata, que apanharam no momento em que ia entrando para o Diretório, no largo de S. Carlos.

Diz-se, e é bem de supôr, que os prezos, bastante numerosos, eram recebidos com apupos pela policia e que alguns fôram deveras maltratados. O vespeiro policial estava assanhado, como deve entender-se.

Tambem se afirmou que Machado Santos, feito marechal defensor da ditadura, ahi esteve muito tempo, intervindo na defeza. E' possivel, mas as aberrações não se discutem.

A's 16 horas apareceu novo grupo de marinheiros e civis armados, travando-se rijo tiroteio que se estendeu pelo Chiado, praça de Camões e ruas proximas. Foi rude o ataque mas ainda sem efeito.

Não se comprehende bem o motivo porque se mantinha com tal firmeza esse baluarte, quando a ditadura a esse tempo se declarára já demissionaria. Mas n'estes casos ha sempre muitas coisas que se não entendem. Importa meter em conta, todavia, a ferocidade de alguns officiaes e praças da Guarda Republicana, que n'esse local se tornou notoria.

A's 17 horas repetiu-se o ataque, então com maior impetuosidade, sendo muitos os mortos e feridos. Tendo o comandante da Guarda Republicana ordenado que retirassem as fôrças d'essa guarda que ahi se encontravam, as quaes já tinham aderido á revolução, tomaram marinheiros e populares posse do edificio. Grande numero de policias fôram debaixo de prisão para o Arsenal e para o Quartel de Marinheiros. O chefe Barbosa foi morto por um popular.

Estava pois conquistado o primeiro baluarte ditatorial. O outro, o do Carmo, ficou para o dia seguinte.

Mas, além dos dois grandes baluartes, outros, de menor importancia tiveram que ser atacados pelos revoltosos.

D'uma casa da rua Alecrim, pegada com a cervejaria Jansen, fez-se fogo contra os revolucionarios e atiraram-se

bombas, que algumas victimas produziram. Motivou este facto um vivo tiroteio, fizeram-se buscas, mas nada se apurou a respeito dos autores da agressão.

Das janelas d'uma conhecida casa de jogo, da rua Primeiro de Dezembro, tambem se dispararam tiros e lançaram petardos, caso que pôz em grande alvoroço aquele sitio e feriu muita gente. Dada busca á dita casa fôram apanhados alguns individuos, conhecidos como partidarios da ditadura, e levados no meio de escolta para o Arsenal.

D'outros pontos se fez fôgo contra os revolucionarios, por unico espirito de malvadez, o que promoveu, como é natural, grandes escaramuças. O prior de Alcantara, padre ferozmente reacionario, matou de janela de sua casa, n'uma das ruas d'Alcantara, um marinheiro que ia passando desprevenidamente. Foi preza a fera tonsurada.

Tambem fôram prezos uns estrangeiros acusados de hostilisarem um grupo civil. Emfim, n'um ou n'outro ponto da cidade houve manifestações pungentes, dadas por paizanos, de entranhado aféto pelos ditadores.

N'essa empreza se distinguiram tristemente os membros d'um grupo denominado *27 d'abril*, cujos fins são desconhecidos.

A redação do *Intransigente*, do sr. Machado Santos, folha que se tornára o orgão mais denodado da ditadura, foi assaltada, pela tarde, fazendo o povo em cavacos tudo que lá encontrou.

Como deve entender-se, a policia, ou antes, os elementos mais agrestes da corporação, começaram de manhã a fazer as suas sortidas das diverças esquadras, agredindo marinheiros e populares. O resultado é sabido. Quasi todos os postos policiaes fôram assaltados, escangalhado o mobiliario e mortos ou feridos alguns membros d'aquella corporação, que aliás se distinguira, nos momentos finaes da ditadura, pela sanha com que espadeirava e fuzilava o povo á menor manifestação contraria ás ordens ditatoriaes.

Urge dizer-se, todavia, que a desforra popular esteve

muito longe de justificar os odios que a policia tinha concitado contra si nos ultimos tempos. A generosidade prevaleceu.

*

* *

Estrondeavam ainda, n'um e n'outro ponto da cidade, os tiroteios, passavam pelo ar as ultimas granadas despedidas pela artilharia dos navios de guerra, e já se estava realisando a festa da confraternisação.

Pela tarde, como já dissemos, e após repetidas comunicações entre o comandante da divisão naval revoltada e os ditadores, tinham já estes capitulado e todas as fôrças que lhes haviam sido fieis se encontravam subordinadas á Junta Revolucionaria.

A grande refrega cessára, havia sómente agora o estrebuchar da revolta, já no seu fim.

Mas, após a luta, tinha de vir o jubilo, e esse manifestava-se, tão vivo como fôra o combate, por muitas fórmas festivas.

Um grande troço de marinheiros, guardas fiscaes e populares armados, dirigiram-se ao quartel de artilharia 1, onde fôram recebidos com vivas expressões de enthusiasmo. Dissemos já, que d'esse quartel tinham sahido duas baterias, guarnecidas por gente fiel á ditadura, mas que os elementos restantes estavam com a revolução.

Como esses não possuiam canhões, porque tinham sahido todos, deixaram-se ficar á espera do momento do interior. Chegava então.

O comandante fez recolher as baterias que tinham combatido contra os revolucionarios, sahiram ainda duas fôrças só no intento apaziguador, e o regimento ficou de prevenção para o caso de ser preciso.

No Conde Barão confraternisou-se uma grande parte do regimento de infantaria 16 com marinheiros e populares, seguindo todos para o Castello, ao som de muitos vivas e aclamações.

O aspeto da cidade estava inteiramente mudado ao

aproximar-se a noite. Já não havia guerra, mas sim fraternidade.

Alguns elementos mais ferozes da Guarda Republicana é que se não mostravam resolvidos a concordar. Já a corporação tinha aderido, e ainda uma fôrça de infantaria d'aquelle corpo, sob o comando d'um tenente, disparáva doidamente as suas *cropacheques* contra o povo, no largo de S. Carlos.

Outra fôrça, que se encontrava no largo das Duas Egrejas, tambem enviou uma descarga contra a multidão que aclamava um troço de militares que tinham aderido.

O DEPUTADO HENRIQUE CARDOSO

Não se descuidou aquela antipatica corporação de dar até ao ultimo momento a nota da sua ferocidade.

O que se tornava agora necessario, para o espirito sempre infantil do povo, é que a cidade tomasse aspeto festivo, contrastando com a feição guerreira que se estava desvanecendo.

Reclamavam-se bandeiras nas janelas, estabelecimentos abertos, musicas pelas ruas, emfim tudo que désse o tom de festa á cidade. Não podia ser muito geral o regosijo, porque a essa hora havia já bastantes orfãos e viuvas, chorando a perda dos que tinham morrido nos combates; muitos paes e muitos amigos, lastimando as victimas que lhes eram caras.

E deve notar-se que os diversos hospitaes e ambulancias se encontravam repletos com centenas de feridos. Não podia pois ser geral a satisfação, mas urgia que o parecesse.

Grupos de civis armados, alguns d'elles uns pobres

diabos cobertos de farrapos, percorriam as ruas intimando os moradores a pôrem bandeiras nas janelas.

Copiamos n'esta altura, de Julio Dantas, dois episodios interessantes.

Um grupo, em que avulta um preto, vae fazendo a intimação, por uma das ruas do Bairro Alto, usando por vezes uma arrogancia contundente. N'uma das casas intimadas aparece á janela uma mulher chorosa, que declara ter ali morrido uma creança. Os do grupo descobrem-se respeitosamente, põem a arma ao hombro e seguem na sua missão.

N'outro ponto passa um popular em mangas de camisa, de boina puchada para os olhos e espingarda em bandoleira. Um estrangeiro, alto e esguio, que anda a tirar impressões fotograficas da revolução, pede-lhe para se deixar retratar. O homem acede de bom grado e põe-se em pose. O outro mete o *codaque* á cara e . . zás.

Chalaceia d'ali uma rapariga para o fotografado:

— Então tirou-te o retrato?

— Tirou, sim, respondeu o revolucionario, porque na terra d'ele não ha d'isto.

E seguiu seu destino, fazendo traquinar o sabre-baioneta na cintura.

E tinha o homem razão, muito dificil será encontrar outro povo assim, que se bate por uma idéa mas sem perder de todo o seu feitio folgazão.

*

* *

Falámos dos combatentes, louvando-lhes a heroicidade, é tempo de nos ocuparmos d'outros elementos, egualmente dignos de nota, que figuraram na enorme conflagração.

A prestimosa *Associação da Cruz Vermelha* foi incansavel no desempenho do seu piedoso mister de cuidar dos feridos. Logo ao romper da madrugada, e após os primeiros tiros, se apresentaram na séde social, no Terreiro do

Paço, os inspétores, os medicos de serviço e auxiliares, sendo pouco depois chamados socorros para o Arsenal da Marinha, onde se encontravam os mortos e feridos em virtude dos tiroteios havidos no momento em que as tripulações do *Vasco da Gama* e do *Almirante Reis* se revoltaram.

D'ahi por diante, no decorrer d'esse dia tenebroso, o movimento foi extraordinario, verdadeiramente insano. Oito automoveis andaram em continuo vae-vem, conduzindo feridos para os hospitaes e postos de socorros.

Os bombeiros voluntarios prestaram-se generosamente a auxiliar esse serviço, pondo seus carros á disposição da benemerita sociedade, mas tudo era pouco para acudir a todos os sitios d'onde se reclamavam auxilios, pois os combates, ao começo do dia, davam-se por toda a parte e por toda a parte havia feridos a socorrer e mortos a transportar.

Sem uma sombra de temor, arriscando-se em logares onde o perigo era eminente, os enfermeiros da sociedade e os seus auxiliares, bombeiros e membros d'outras corporações, lá iam levantar os feridos, começando a pensal-os mesmo de caminho, pois levavam material para esse fim.

Foi uma obra valiosa e digna de todo o elogio.

Os postos, além do da sua séde, no Terreiro do Paço, que por signal recebeu a pouco agradavel visita d'uma granada, fôram estabelecidos nos quarteis de bombeiros voluntarios da Avenida Duque de Loulé e largo do Barão de Quintela. Era ahi que se pensavam os ferimentos leves, para cujo fim não faltavam medicos e até enfermeiras, que eram as raparigas dos cursos d'enfermagem mantidos pela associação. Os que se apresentavam em estado grave eram removidos para os hospitaes. Os mortos iam directamente para a Morgue.

E' de justiça mencionar uns pequeninos colaboradores que a benemerita associação encontrou dedicadamente a auxilial-a na sua filantropica tarefa: fôram os escoteiros do grupo 9, que montaram o seu serviço no Arsenal da

Marinha e d'ahi comunicavam com a séde. Um d'eles, chamado Antonio Franqueira Junior, que comandava o grupo, rapaz de 16 anos, tornou-se digno de todo o elogio pela sua coragem e atividade.

Remataremos esta parte dizendo que o movimento revolucionario foi deveras sangrento, pois os mortos ascenderam ao numero de cento e um, contando com os que morreram nos hospitaes, durante os primeiros dias de curativo, e os feridos fôram novecentos e trezes, o que dá um total de mil e quatorze vitimas, que ficarão pezando na consciencia dos culpados de tamanha calamidade, se eles por ventura tiverem consciencia.

V

No quartel do Carmo — O edital do commandante da divisão — Prisão do general Pimenta de Castro, Goulard de Medeiros e Machado Santos — Novos conflitos — A Escola de Guerra.

Ao alvorecer do dia 15, sabado, a Junta Revolucionaria estava inteiramente senhora de Lisboa, e o mesmo é dizer que dominava todo o paiz. Tratava-se já de organisar o governo e de normalisar a vida nacional.

Todavia a ditadura possuia ainda um reduto formidavel, o Carmo, onde se mantinham Pimenta de Castro e alguns dos seus companheiros de aventura, o outro, segundo se dizia, era a Escola de Guerra, e o terceiro, finalmente, de proporções exiguas, era o tal edificio junto da cervejaria Jansen, d'onde se dispararam tiros ainda n'essa manhã, dizendo-se que eram os do grupo *27 d'abril* que teimavam na sua dedicação pelos ditadores.

Este ultimo foi afinal expugnado, acabando-se com essa preocupação e terrivel perigo para os transeuntes da rua do Alecrim.

As atenções voltavam-se principalmente para o Carmo. O governo da ditadura tinha pedido a demissão na vespera, mas não sahia d'ahi, apresentando o edificio o aspéto carrancudo de muito mau amigo dos revolucionarios.

Que esperavam os ditadores? Ninguem sabia dizer. Comtudo ahi se conservavam, bem como o general de divisão, Blanco, que d'esse edificio dirigira o seu infeliz ataque aos revoltosos.

Tambem ahi se encontrava agora Machado Santos, continuando, talvez, no seu papel de marechal da ditadura.

Vem a proposito copiar para aqui o edital que o comandante da divisão fizera na vespera imprimir, mas que não chegou a ser afixado:

« *Cidadãos* — assumindo em condições graves para o destino da nossa nacionalidade o governo militar da cidadade de Lisboa, apelo para o patriotismo e isenção do povo que trabalha e para a lealdade de todas as forças militares, para que rapida e eficazmente seja de pronto restabelecida uma ordem que urge assegurar, debelada uma anarquia que afundará para sempre a Patria que todos igualmente estabelecemos.

Cidadãos:

Para tal tornar-se desde já mister e assim o determino:

1.° Que são prohibidos os ajuntamentos na cidade e os espectaculos publicos.

2.° Que todos os habitantes devem recolher ás suas casas ás vinte horas.

3.° Que é prohibido aos paisanos aproximarem-se das praças do exercito e dos quarteis.

4.° Que todos os estabelecimentos fechem ás vinte horas.

Lisboa, 14 de maio de 1915. — João Rodrigues Blanco, general comandante da 1.ª divisão do exercito.»

*

* *

Diligenciou a Junta Revolucionaria pôr-se em comunicação com aquele reduto mas não o conseguiu, sendo preciso apelar para a ameaça.

O edificio ficára vigiado durante toda a noite.

Pela manhã uma grande massa de povo armado e muitos marinheiros, subindo pela calçada do Carmo e pela do Sacramento, apresentaram-se em frente do portão prontos a empregar a violencia. Dois oficiaes vieram d'ali conferenciar com os revolucionarios e convencê-los de que se consideravam submetidos, dispondo-se a ir com dois marinheiros ao quartel de Alcantara pedir uma fôrça de marinha que tomasse conta do quartel, de onde sahiriam as praças.

A's 11 horas, como este conflito não tivesse tido ainda solução, os civis andaram avisando os moradores das casas proximas para as abandonarem, declarando que, se até ás 17 horas o quartel não fôsse tomado pelos revolucionarios e o sr. general Pimenta de Castro não tivesse sido entregue, o quartel seria bombardeado pela artilharia, que iria tomar posições no parque Eduardo VII e na praça Marquez de Pombal.

O terror espalhou-se então e o boato tomou tal volume que, na Misericordia chegaram a dar ordem para descerem as creanças que estavam no andar superior do edificio. Varias familias fugiram espavoridas e muitos soldados da Guarda Republicana sahiram pelo museu contiguo, onde despiam a farda e se vestiam á paisana, declarando que não queriam continuar a combater, se a tal fôssem obrigados.

Pouco depois, porém, apareceram no largo das Duas Igrejas duas numerosas fôrças de marinheiros, uma vinda do Chiado e outra do Calhariz, que ali formaram, não tardando que se encaminhasse uma d'elas composta de 400 praças, para o Governo Civil, indo a outra para o quartel do Carmo.

O vespeiro rendia-se, finalmente, mas usando ainda de muitas tergiversações.

Os oficiaes que comandavam a fôrça de marinheiros, os primeiros tenentes Pereira da Silva e Filemon d'Almeida apossaram-se do quartel, mas os oficiaes da Guarda Republicana teimaram em não entregar o armamento, dizen-

do que só o fariam perante uma ordem da presidencia da Republica.

O mais importante, porém, era prender o ditador e foi o que fizeram aqueles dignos oficiaes, mas só na madrugada seguinte sahiu de lá, para ser conduzido ao Arsenal da Marinha, levando comsigo o sèu colega Goulart de Medeiros, que fôra ministro da instrução. Machado Santos teve a mesma sorte.

O general Pimenta de Castro estava fardado e assim entrou no *Vasco da Gama,* para onde logo o transportaram.

Ia sucumbido. Deixou-se conduzir a um camarote quasi sem dizer palavra e ahi trocou a farda por um traje á paizana. O grande homem de dois dias antes parecia agora uma creança assustada. Coisas da vida.

O vice-almirante Xavier de Brito não foi encontrado no Carmo, mas já tinha sido prezo por uns populares no dia antecedente. Estava tambem n'um navio de guerra.

Agora se podia já dizer que estava liquidada a ditadura, mas ainda não reinava inteiramente a paz.

*

* *

Os regimentos de cavalaria 2 e o de infantaria 1, aqueles que mais energicamente haviam combatido contra os revolucionarios, estavam na aparencia submetidos, mas, segundo parece, apenas na aparencia.

Tinham recolhido a quarteis, na tarde da vespera, sem confraternisarem com os seus inimigos de ha pouco. Era uma atitude um tanto dubia que estava causando serias e justificadas desconfianças. A pergunta que se fazia era natural: — porque é que se conservam os soldados d'esses regimentos fechados nos quarteis?

Eram já perto das 10 horas e tudo estava na mesma. Então começaram os grupos civis e bastantes marinheiros a cercar os dois edificios, que são ambos na calçada d'Ajuda, para verem o que era aquele extranho retrahimento.

Fôra o caso que em infantaria 1 e cavalaria 2 os officiaes, apesar de terem já declarado a sua adesão ao movimento, mandaram desarmar as praças, dizendo-lhes que as armas se tornavam desnecessarias após a atitude toma-

MACHADO SANTOS

da pelos respectivos regimentos e, em seguida, tendo tido tambem o cuidado de mandarem fechar todas as sahidas dos quarteis, prevenirem os soldados que, sob pena de fuzilamento, não podiam sahir, principalmente armados. As praças, já conhecedoras do logro, insubordinaram-se en-

tão, o que não tardou a constar ás vedetas civis e de marinha das imediações, as quaes chamaram reforços. Estes, em parte por equivoco, pois consideravam a totalidade dos regimentos em oposição ao movimento, em parte pela necessidade de submeterem os elementos de facto desafétos, atacaram vivamente os dois quarteis, que, por sua vez, se defendiam cegamente.

A muito custo, e por intervenção do tenente-coronel Thomaz Rosa, cessou aquele tiroteio, que foi terrivel, principalmente em volta de infantaria 1, ficando muita gente ferida.

Os senhores oficiaes dos dois regimentos cederam afinal, isto é, acabaram, muito a seu pezar, de se submeter ao governo nacional, e os soldados vieram para a rua confraternizar com o povo.

Muito sangue derramado inutilmente por causa da teimosia disparatada de alguns serventuarios da ditadura.

*

* *

Tambem ainda no sabado de manhã andava pelas ruas da Baixa, segundo se dizia, um numeroso grupo de partidarios dos ditadores semeando a confusão e mantendo torpemente a luta. No Caes do Sodré chegou a haver forte combate entre duas vedetas de civis armados, por se julgarem uma á outra, gente do tal grupo. Desfez-se o engano, mas não sem haver bastantes ferimentos.

Mais tarde foi efetivamente apanhado um bando de individuos, á frente dos quaes vinha o socialista Gaião, que deviam ser os taes. Este Gaião foi um dos implicados n'aquele celebrado caso da tentativa de assalto á residencia do sr. dr. Afonso Costa, na Praia das Maçãs.

Como tal sujeito é alto e usa barba preta, parecendo-se um pouco com o sr. Americo d'Oliveira, um dos promotores d'uma falsificada manifestação de aplauso popular aos

ditadores, realisada tres mezes antes, o povo, no Pelourinho, quando viu passar o grupo aprisionado, em direção ao Arsenal da Marinha, quiz agredir o Gaião, sendo bastante dificil aos que o conduziam, livral-o da furia popular.

*

* *

A Escola de Guerra estava tambem causando engulhos aos revolucionarios. Embora não partisse de lá nenhuma demonstração de hostilidade, é certo que a sua atitude tinha mais de contraria que de aféta á revolução.

Ao começo da tarde uma numerosa fôrça de marinheiros e civis se apresentou em volta da Escola, intimando a rendição. O destacamento ahi de serviço tentou defendel-a, desfechando contra os assaltantes. A maioria dos alunos, declaradamente contraria ao movimento revolucionario, correu tambem á defeza, estabelecendo-se uma fuzilaria medonha. Mas as munições de que dispunham eram poucas, tornando-se indispensavel uma pronta rendição.

Poz termo portanto ao combate o comandante dos aludos, capitão Simões de Souza, fazendo arvorar a bandeira branca e ordenando repetidos toques de cessar fôgo. Como porém era enorme a confuzão, a fuzilaría continuou ainda por algum tempo. Dois alunos ficaram mortos e bastantes feridos. Da parte dos atacantes tambem houve baixas em grande quantidade.

A chegada do capitão Norton de Matos apazíguou completamente a contenda. Fôram desarmados os rapazes, perto de duzentos, e sahiram da Escola debaixo de prisão.

Houve depois muito interesse em fazer supor que se dera apenas um equivoco, e que os alumnos da Escola de Guerra estavam com os revolucionarios, mas não é crivel. Se assim fosse não teriam respondido com descargas de fuzilaria ao convite para aderirem, pelo contrario abri-

riam as portas e receberiam fraternalmente os marinheiros e civis armados que foram apresentar-se em frente do edificio.

Submeteram-se quando já não tinham munições; essa é que é a verdade.

VI

Entra-se na vida normal — Liberdade aos presos politicos — Uma carta do sr. dr. Manuel d'Arriaga — Nomeação do ministerio — No Collegio da Luz.

O começo da normalidade em Lisboa tinha de ser, necessariamente, a volta dos vereadores ao paço municipal, d'onde a ditadura os expulsára violentamente.

Proximo do meio dia já o largo do Pelourinhó, em frente do edificio da Camara, se encontrava apinhado de povo, que soltava festivas aclamações.

Esperava-se a chegada da Junta Revolucionaria, que a esse tempo se encontrava a bordo do *Vasco da Gama,* e que viria dar posse á vereação.

Entretanto iam entrando os vereadores, trocando-se efusivos abraços e clamorosos vivas á patria, á constituição e á Republica.

A's 15 horas chegou a Junta, havendo um verdadeiro delirio. Ia começar a solenidade.

O presidente da camara, sr. dr. Levy Marques da Costa, chegou com outros individuos á varanda e fez arvorar o pavilhão municipal. No alto do edificio estava já tremulando a bandeira da Republica.

Reclamando silencio, um popular observou:

— Sr. presidente, mande pôr a meia haste a bandeira nacional, como manifestação de sentimento pela morte de tantos dos nossos companheiros que pela Republica se sacrificaram!

Foi logo atendida a justa lembrança, e todo o povo se descobriu no momento em que o pavilhão vinha descendo para ficar no seu logar de luto.

Tomaram assento nos seus logares os vereadores e o presidente pronunciou uma entusiastica alocução.

A Junta ia encetar as suas deliberações e o primeiro foi mandar soltar do Limoeiro os prezos políticos da ditadura.

O principal era o farmaceutico das Caldas da Rainha, sr. Maldonado Freitas, a quem uma horda de sicarios, ás ordens dos dirigentes evolucionistas da localidade, tinham, no dia 2 d'abril, assaltado a casa, destruindo-lhe todo o mobiliario, e que ainda por cima fôra metido na cadeia, onde tiranicamente o conservavam sem culpa formada.

A simpatica vitima veiu ao palacio da Camara agradecer a liberdade, sendo recebido com grande entusiasmo.

Tambem fôram soltos os dois implicados na morte do tenente conspirador Soares e outros.

Vem a proposito uma nota interessante. A guarda da cadeia civil (Limoeiro) estava confiada a uma fôrça da Guarda Republicana, a qual se conservou ahi, sem que ninguem a hostilizasse, até que a Junta Revolucionaria mandou soltar os prezos políticos.

Então, substituida por outra fôrça do exercito, aderiram aqueles soldados á revolta e vieram trazidos em triumfo até ao Pelourinho.

No meio do fragor dos combates aquele edificio, a cadeia, fôra respeitado.

*

* *

Após a reconstituição do municipio urgia organisar o governo nacional, que ia ser nomeado pela Junta, e sancionado pelo presidente da Republica.

Deve extranhar o leitor que já n'esta altura se fale n'aquelle alto magistrado, tendo a sua sanção os atos da Junta Revolucionaria. Com certeza não poderia estar eleito outro individuo para o exercicio de tal cargo.

Nem foi preciso. O sr. dr. Manuel d'Arriaga, que já a esse tempo se encontrava no seu palacio de Belem, após um dia d'ausencia, reassumira a sua magistratura, para *gosar* o desprazer, aparentemente, de revogar os decretos ditatoriaes que tinha assignado nos tres mezes anteriores. Tarefa muito ingloria, sem a menor duvida.

Foi pois em nome do mesmo presidente da Republica, que proclamára a ditadura, que se ia agora proclamar a volta á normalidade.

A verdade, porém, é que o sr. dr. Manuel d'Arriaga apenas para não difficultar a marcha da normalisação do paiz acedera a voltar ao palacio presidencial, onde chegára pelas 10 horas da manhã, vindo em automovel de Queluz.

Ahi tinha já assignado os decretos nomeando os novos ministros e ahi se conservava, mas demissionario. Reconhecera o seu erro, aquiescendo a todas as tropelias dos ditadores e ia deixar a outrem o espinhoso encargo de continuar com a tarefa presidencial.

N'esse mesmo dia enviou ao sr. dr. José de Castro, presidente interino do ministerio, a carta que segue, documento que sem duvida o rehabilita:

«*Ex.mo Sr. dr. José de Castro, digno presidente interino do ministerio e ministro da guerra.* — Usando das atribuições que me confere o art. 47.° n.° 1 da Constituição Politica da Republica Portugueza, como chefe do Estado, acabo de nomear os novos ministros que vão gerir os negocios publicos, na crise dificil que se atravessa.

«O ministerio é uma pleiade de inteligentes e experimentados patriotas em cujo acrisolado amor pela liberdade, conhecimento dos negocios, experiencia da vida e integridade de caráter podem confiar os que anceiam pelo resurgimento da Patria sob a égide da Republica.

«Cooperou na sua formação uma junta revolucionaria, hoje denominada Junta Constitucional, cujos trabalhos, diligencias e sacrificios merecem a minha aprovação e d'eles me servi no uso das minhas atribuições.

«Essa Junta, porque o novo ministerio está, por mim, constituido, desaparece, segundo a afirmação categorica que me fez o seu presidente.

«Outro tanto, senhores ministros, delibero eu fazer: resigno nas vossas mãos honestas e firmes, o honroso mandato que recebi do 1.º Congresso da Republica.

«Com a minha sahida, mantida a estabilidade do novo regimen, ficaremos todos mais á vontade; os senhores ministros para anularem os decretos do governo transáto, que, em verdade, estão quasi todos, fora do mandato restrito que eu conferi ao meu venerando amigo o general Pimenta de Castro, na minha carta de 23 de janeiro, carta que tornei publica, com o firme proposito de afastar qualquer intervenção estranha no uso das minhas prerogativas (imposição do exercito), e, principalmente, para definir o campo extremamente restrito d'esse mandato que, no fim de contas, se resumia em evitar um conflito iminente entre o exercito e a Republica e proceder ao acto eleitoral com inteira garantia e imparcialidade de voto.

«Emquanto se estiverem a substituir os decretos por mim outorgados, por outros que o vão ser tambem, alguma cousa aprenderei sobre a inconsistencia do juizo humano e a fragilidade dos seus sabios fundamentos.

«Sáio do poder, não só para acatar a minha propria dignidade, mas, sobretudo, a do 1.º Congresso da Republica, que me conferiu o diploma de Presidente da Grande Republica nascida do magnanimo movimento de 5 de outubro.

«Estou pois n'este logar como chefe do Estado de uma Republica vigorosa, altaneira e nobre e não por um áto de tolerancia da revolução, segundo o pretendiam fazer acreditar a maledicencia de uns e o ignorancia de outros.

«Depondo o meu mandato pouparei um engano de entendimento áqueles que, tambem me supunham agarrado a este lugar, pelos lucros que d'ele provinham.

«Sáio do poder mais pobre do que entrei porque não levo comigo nem emprego nem oficio, e porque tudo o

que pude apurar em quasi meio seculo de advocacia e das reservas dos meus honorarios, apezar da economia com que sempre vivi, apenas me chega para viver de acordo com os meus velhos habitos contraídos e a minha natural modestia.

O MAJOR SÁ CARDOSO

Fallando ao povo da varanda da Camara Municipal

«A' Nação nada peço e d'ela nada espero. A maior compensação aos sacrificios que fiz em exercer este cargo, deu-ma o Congresso honrando-me com os seus sufragios para primeiro cidadão da Republica, deu-ma tambem o povo com o carinhoso acolhimento e manifestações de simpatia com que sempre, em toda a parte, me acolheu, e, acima de tudo o facto, ultimamente ocorrido, de me achar com minha familia abandonado de todos, nos dias sangrentos da revolução sem defeza possivel, quando as multidões inebriadas pelo triumfo passaram aos milhares, pela porta da minha habitação e não houve o mais leve desacato nem á minha pessoa nem aos meus.

«Antes de terminar devo declarar-lhes que a minha decisão de abandonar o poder fica dependente d'esta clausula

primacial: Se no vosso são criterio, com a austeridade de caráter que deve ter todo o bom republicano, julgardes que a minha deliberação póde acarretar graves transtornos á Republica, submeter-me-hei á vossa decisão em contrario, porque como velho e sincero republicano, ponho acima das minhas conveniencias e interesses individuaes as conveniencias e interesses comuns da Republica e da Patria. Saude e Fraternidade. Paço de Belem, aos 16 de Maio de 1915.— *Manuel de Arriaga.*»

Mas no momento em que decorriam os sucessos que estamos descrevendo não havia ainda nenhuma noticia d'esta carta e faziam-se comentarios azedos a respeito da conservação do sr. dr. Manuel d'Arriaga na presidencia.

Sómente comentarios, bom é dizel-o. Tanto na ida como na volta do veneravel ancião nem um doesto lhe dirigira o povo, respeitando sempre n'ele o intemerato lutador d'outras épocas

Os primeiros átos administrativos da Junta Revolucionaria fôram pois assignados pelo sr. dr. Manuel d'Arriaga. Vamos ver quaes eles fôram:

*
* *

Dois funcionarios que a ditadura tinha demitido, os srs. Filipe da Mata, membro do Dirétorio do Partido Republicano e Luiz Derouet, redator d'*O Mundo,* já a Junta Revolucionaria, por iniciativa propria tinha reintegrado em seus cargos, o primeiro de provedor da Assistencia Publica de Lisboa e o segundo de Administrador da Imprensa Nacional. N'esse mesmo dia tomaram posse.

*
* *

O largo do Pelourinho, que fôra, na vespera, teatro d'uma das mais vivas refregas entre os revolucionarios e as fôrças fieis á ditadura, tornou-se n'essa tarde o local mais festivo e mais movimentado da capital. Ahi correu

toda a gente para celebrar a vitória alcançada, ouvindo-se musicas e aclamações a todo o momento.

A população lisbonense queria ir prestar a sua homenagem aos vereadores da Camara Municipal, que tinham emfim voltado ao exercicio dos seus cargos.

Em nome da Junta se assomou á varanda dos paços do concelho o major Sá Cardoso, para declarar á multidão que se aglomerára no largo fronteiro, estar novamente em vigôr a constituição republicana.

N'uma calorosa alocução exhortou o ilustre militar o publico em geral a acatar as determinações que iam executar-se e a buscar por todos os meios realisar a pacificação da familia portugueza, terminando por estas palavras:

«Se nos quereis dar uma prova da vossa confiança, fazei o que, com as lagrimas nos olhos e na voz, vos peço: correi toda a cidade a proclamar a ordem e não consintaes que se travem conflitos na rua. De contrario, Portugal perde-se.»

Depois leu os nomes dos individuos que deviam constituir o ministerio nacional.

São os seguintes:

Presidencia e Interior — João Chagas.
Estrangeiros — Alves da Veiga.
Justiça — Paulo Falcão.
Finanças — Barros Queiroz.
Guerra — Basilio Teles.
Marinha — Fernandes Costa.
Fomento — Magalhães Lima.
Colonias — José Jorge Pereira.
Instrução — José de Castro.

Para o cargo de comandante da divisão de Lisboa foi nomeado o general Judice da Costa, que no mesmo dia tomou posse. Para o de governador civil escolheu-se o primeiro tenente Mariano Martins.

Na capital estava pois tudo normalisado. A Camara Municipal fez afixar a seguinte proclamação:

Levy Marques da Costa, na qualidade de presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa e em nome desta, sauda o povo de Lisboa e comunica-lhe que hoje, ás 13 horas, reasumiu as funções em que havia sido investida por mandato popular. A Camara Municipal, neste momento solemne para a Patria e para a Republica, confia em que o povo de Lisboa saberá manter as suas gloriosas tradições, defendendo a ordem publica e trabalhando pela tranquilidade geral, completando assim o nobre e generoso movimento que na defeza do Direito acaba de realizar.

Viva a Patria!
Viva a Republica!
Viva o Povo de Lisboa!

Paços do Concelho de Lisboa, 15 de maio de 1915.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os nomes dos individuos indicados para o ministerio nacional fôram ótimamente recebidos. Declarára a Junta, na vespera, que o espirito d'aquela revolta não era o engrandecimento do partido republicano portuguez e que apenas batalhava para conseguir a normalidade da vida nacional, profundamente alterada pelas prepotencias da ditadura.

As suas primeiras diligencias para organisação do ministerio fôram efétivamente no sentido de congregar n'ele os tres chefes dos partidos politicos, drs. Afonso Costa, Antonio José d'Almeida, Brito Camacho, mas ficaram malogrados os seus desejos pela recusa dos dois ultimos politicos.

Então se resolveu escolher os nomes apontados, todos de homens eminentes, republicanos provados, e na maioria extranhos aos partidos militantes.

*
* *

Remataremos este capitulo com um episodio gracioso.

Pelas 14 horas do dia seguinte, domingo, uma fôrça de marinheiros apresentou-se em frente do edificio do Colegio Militar na Luz, no intuito de fazer render os alunos

ahi instalados, na hipotese d'estes se recusarem a entregar-se. O panico foi grande entre os rapazes, como deve entender-se, e logo se deu aviso telefónico para o governo civil, a comunicar o que estava ocorrendo. Entretanto, as portas do edificio eram franqueadas aos marinheiros, tendo-lhes sido comunicado tambem que os alunos já tinham aderido e se não sahiram a oferecer os seus serviços aos revolucionarios foi por isso lhes ter sido impedido superiormente. A seguir compareceu ali o major sr. Correia dos Santos, que é um dos professores da Escola e o capitão-tenente sr. Muzanty, os quais, na qualidade de delegados do governo, esclareceram os factos, pelo que os marinheiros retiraram imediatamente.

Os pobres rapazitos não ganharam para o susto.

VII

A revolução no Porto e em Santarem — Apelo dos ditadores ás tropas da provincia — A 7.ª divisão em márcha — O caso da Trafaria.

O córte das linhas telegráficas e telefónicas, feito pelos revolucionarios, para evitar que os ditadores pudessem chamar da provincia tropas com as quaes debelassem a revolução, fez com que no momento da victoria a capital se visse isolada do resto do paiz, sem saber o que se estava passando. No dia seguinte, domingo, já as comunicações se tinham reatado, verificando-se então que por toda a parte havia socego, estando reconhecido o governo nacional.

Esse reconhecimanto fizera-se em geral de modo quasi pacifico, com exceção das cidades do Porto e Santarem.

Na primeira, onde já nas vesperas da revolução se tinham dado graves tumultos, a noticia do que se passára em Lisboa, na madrugada de 14, que ahi chegára ainda n'esse dia, promovera grande aparato de tropas nas ruas, correrias, pranchadas e algum tiroteio.

Mas depois foi peor. A interrupção das communicações deixára os portuenses na duvida de qual teria sido o resultado do movimento revolucionario, e o governador civil, capitão Manuel Osorio, d'acordo com o general da divisão, tomou energicas providencias para evitar que a ordem fosse alterada, empregando para esse fim todas as medidas que lhe pareceram suficientes.

Uma d'elas foi mandar encerrar o *Club dos Fenianos* e o *Centro Democratico.* Depois prohibiu que o jornal *A Montanha* circulasse e finalmente poz a cidade em estado de sitio, prohibindo os espetaculos.

E' claro que tudo isso serviu apenas para exacerbar os animos; e, como a Junta Revolucionaria tambem tinha valiosos entendimentos no Porto, a luta era fatal e estalaria em breve.

Começou o povo a mover-se, em atitude hostil, manifestando a sua hostilidade sómente por vivas á Republica e á Constituição. Grupos numerosos percorriam as principaes arterias desfraldando a bandeira nacional e soltando aclamações do que resultou a prisão de bastantes individuos. Tudo era combustivel com que se ia alimentando o fogo revoltoso.

O Comité revolucionario local, entrando em ação, fez afixar ás 4 horas da tarde o seguinte placard:

«A comissão civil e militar no Porto de defesa da Constituição acaba de receber a comunicação seguinte:

«Com o auxilio das forças e do povo de Lisboa, vitorioso da ditadura, acaba de se constituir na capital um governo nacional defensor da Constituição. Além de outras cidades, Coimbra já obedece a esse governo: Viva a Constituição!

«As autoridades do Porto estão sem noticias do sul do país, além de Coimbra. O *comité* revolucionario militar e civil continua a recebê-las todo o momento.»

Essa comissão era composta dos srs. Pereira Osorio, Caldeira Scevola, Santos Silva, Adriano Pimenta e Jaime Cortezão.

O governador civil mandou imediatamente arrancar esses placards.

As prevenções, como é de entender, redobraram mas de nada valeram. Os elementos revolucionarios, que por linhas telegraficas indiretas conseguiram pôr-se em comu-

nicação com o sul, entenderam ser chegado o momento de empregar a violencia, para fazer vingar ahi o movimento já vitorioso em Lisboa.

Grupos de populares atacaram a policia e a Guarda Republicana com bravura, respondendo esta com implacavel ferocidade. A policia, principalmente, que aparecera armada de espingardas foi d'uma crueldade excessiva, a dar credito aos correspondentes dos jornaes de Lisboa. Tudo isso, porem, de nada valeu, porque os revolucionarios tinham por seu lado os melhores elementos. A canhoneira *Limpopo,* cuja tripulação aderira logo ao movimento, começou a alvejar com os seus canhões o Quartel General e o governo civil que se haviam tornado os redutos ditadoriaes, e tudo mudou logo de aspecto.

A artilharia da Serra do Pilar preparou-se tambem para entrar na luta, em favor da constituição, assestando as suas baterias, e as autoridades cederam.

Não deixou porém de haver muito tiroteio e portanto algumas mortes e bastantes ferimentos.

No dia seguinte, domingo, realisou-se a solenidade da posse do senado municipal, que, como o de Lisboa, tambem fôra dissolvido, pondo-se toda a cidade em luzida festa.

Os marinheiros da *Límpopo*, bem como os do *Cinco d' Outubro,* que egualmente se tinham logo manifestado em favor da revolta, foram alvo d'uma grande manifestação de simpatia, formando-se um cortejo enorme que percorreu as principaes ruas da cidade.

Emfim, tudo acabou em jubilo, como sucedera na capital, trocando-se o crepitar sinistro da fuzilaria pelo alegre estralejar dos foguetes.

Por determinação da Junta Revolucionaria de Lisboa assumiu o cargo de governador civil o dr. Pereira Osorio, que já o exercera antes da ditadura.

Tudo entrou pois na normalidade.

* * *

Em Santarem houve egualmente rija escaramuça entre revoltosos e partidarios da ditadura. Para essa cidade destacara a Junta Revolucionaria o sr. Alvaro de Castro, e foi ele que ahi dirigiu o movimento revolucionario, iniciado por artilharia 3.

O correspondente do *Mundo* resume como segue, a noticia do que se passou:

O PRIMEIRO TENENTE MARIANO MARTINS
Governador civil de Lisboa

«O movimento revolucionario iniciou aqui ás 4 horas e meia. Ouviram-se, estrondosamente repercutidos, tiros de canhão, seguidos de fuzilaria. Na cidade estabeleceu-se um grande alarme. Antes dêste sinal, um oficial de artilharia 3 fôra parlamentar no quartel de infantaria 34 a fim de saber se os batalhões dêste regimento, aqui aquartelados, aderiam ao movimento contra o governo. O oficial de dia, capitão João Bemfeito, respondeu negativamente, prendendo o parlamentario. Em seguida estabeleceu-se o tiroteio entre as duas unidades, que foi renhidissimo, durando perto de meia hora. Ficou morta a sentinela do quartel do 34, e uma granada, rebentando n'uma caserna d'este quartel, causou muitos feridos que foram conduzidos para o hospital. O quartel de infantaria soffreu alguns prejuizos. Rendido o 34, foram presos o

comandante e todos os officiaes. O regimento ficou sob o comando do de artilharia, do qual foram presos tambem varios oficiaes. Distribuiram-se depois forças por diferentes pontos da cidade, as quaes marchavam clamando entusiasticos vivas á Republica.

«Os oficiaes do movimento triunfante convidaram o sr. dr. Carlos Borges, governador civil substituto em exercicio, a entregar a chefia do distrito ao sr. João Lopes Soares, que já exercera o mesmo lugar em Braga, convite a que o sr. dr. Borges acedeu.

«O novo governador civil fez logo publicar a seguinte proclamação:

« *Cidadãos !* — A cidade de Santarem, solidarizando-se com o povo republicano de Lisboa, Porto e outros centros, acaba de restabelecer a Constituição, destruindo para sempre a ditadura, que nos humilhava e deshonrava. A Republica implantada por esforço do povo, em 5 de Outubro de 1910, está de novo em pleno vigor. O governo da nação será entregue a republicanos dedicados, sem preferencias partidarias, e respresentando a união sagrada de todos os agrupamentos politicos da Republica. N'este momento feliz da historia de Portugal, e tão honroso para a cidade de Santarem, saudemos o exercito, a armada e o povo português. Viva a Republica! Viva a Constituição! — *João Lopes Soares,* governador civil pela vontade do povo.

«E nada mais houve.

«A' hora normal abriram os estabelecimentos e a tranquilidade era completa, notando-se todavia enorme movimento nas ruas e ajuntamentos no Campo Sá da Bandeira, onde se deu o recontro das tropas. Muitas casas do bairro de S. Lazaro sofreram prejuizos, fugindo os moradores para a estrada da Junqueira, abandonando as suas moradias.»

*
* *

A interrupção das linhas telegraficas e telefonicas, embora realisada logo no momento de rebentar o movimento, não foi feita tanto a tempo que o ditador não pudesse enviar o seu apelo ás forças da provincia.

Até onde elle chegaria, não sabemos, temos porem conhecimento de que o comandante da setima divisão, pertencente a Tomar o atendeu com toda a solicitude. A's 14 horas de sexta feira chegou uma grande força de cavalaria ao Entroncamento, apoderando-se da estação.

Vinha com ela o general comandante da divisão, Jaime de Castro, trazendo o seu estado maior.

Depois chegaram 6 automoveis conduzindo oficiaes, uns de Tomar e outros de Portalegre. O restante da divisão, vindo em comboios das linhas de Leste e da Beira Baixa, tambem não tardou muito a aparecer, compondo-se dos regimentos de artilharia 2 e 8, dos de infantaria 7, 15, 17 e 23 e d'um grupo de metralhadoras. A força da Escola Pratica de Tancos veiu tambem reunir-se á divisão, representando tudo uma respeitavel hoste de mais de dois mil homens.

Valeu estar cortada a linha ferrea, sendo por isso que as tropas do general Jaime de Castro se detiveram no Entroncamento, pois d'outro modo tudo viria sobre a capital, pondo em grave risco a situação dos revolucionarios. Não podendo pois aproveitar a linha ferrea, dirigiu-se a divisão, a pé, para Torres Novas, na intenção de seguir por Santarem para o sul.

Deteve-a a noticia do que a revolução estava vitoriosa e tudo retrocedeu para quarteis.

Houve n'este trajecto um episodio digno de nota. A companhia de pontoneiros de Tancos aderiu logo ao movimento revolucionario, mas não deixou de marchar para o Entroncamento e d'ahi, no dia seguinte, para Torres Novas. Nessa vila, porem, manifestou as suas opiniões começando a dar vivas á Republica e á Constituição, pelo que

foi dada ordem a infantaria 15 para fazer fogo sobre eles o que não sucedeu. Então os oficiaes, receosos das praças, debandaram cada qual para seu lado.

*
* *

Outra força da provincia esteve a ponto de vir tomar parte, a favor da ditadura, na luta do dia 14. Foi a do forte da Trafaria.

O comandante d'essa praça, pessoa certamente muito afeiçoada ao general Pimenta, dispoz a sua gente para combater os revolucionarios, enviando para Almada uma bataria, a fim de fazer fogo do campo de S. Paulo, contra os navios de guerra.

Os soldados vieram de má vontade, porque já estavam aliciados a favor da revolta, mas o alferes Pinto, um dos oficiaes que comandavam a bateria, tentou impor-se e ainda conseguiu que se fizessem alguns tiros de carabina contra uma força da Guarda Republicana que tinha aderido.

Uma bala porem o matou, supondo-se que fosse disparada por um dos seus soldados.

O outro oficial foi prezo e a bataria voltou para o forte, onde foi arvorada a bandeira branca.

E foi talvez á resolução d'aqueles soldados que a Junta Revolucionaria deveu a vitória. Se os canhões da margem sul do Tejo tivessem unido a sua áção aos da margem norte, bem provavel seria que tudo se perdesse, e que alguns dos poucos vasos de guerra que possuimos estivessem agora metidos no fundo.

Por esses sitios possue a Republica defensores dedicados, principalmente n'uma associação denominada *Aurora Vermelha,* e fôram esses que minaram tudo e prepararam a rebelião dos artilheiros da Trafaria. O deputado Gastão Rodrigues, membro da referida associação, foi um elemento incansavel, que muito auxiliou o movimento revolucionario.

A Evora tambem chegou a ordem telegrafica para que a divisão, que ahi tem o seu quartel general, se puzesse a

caminho de Lisboa, mas o telegrafista sonegou o despacho, de modo que o general nada soube.

Para evitar que a artilharia de Vendas Novas, que se dizia favoravel á ditadura, pudesse vir defendel-a, os revolucionarios de Almada e Barreiro abriram grandes fossos na estrada, que impediriam a passagem dos canhões.

Mas não foram precisas taes providencias, porque os artilheiros não se mostraram dispostos a mover-se em favor dos ditadores.

VIII

Atentado do dr. João de Freitas contra João Chagas. — Quem era João de Freitas? — Perigo para o orgão evolucionista de Lisboa. — Biografia de João Chagas. — Resigna o cargo de presidente do ministerio.

Ao findar do dia 16 chegou a Lisboa uma noticia extremamente emocionante: — que tinham assassinado o presidente do ministerio ultimamente nomeado, o sr. João Chagas.

Não era exacta a noticia mas pouco menos.

Respondendo ao chamamento que lhe tinham feito para o Porto, onde então se encontrava, aquele estadista metera-se, juntamente com o dr. Paulo Falcão, outro dos ministros, no rapido que parte de S. Bento ás 18,50 horas.

Em Paialvo entrou n'esse comboio o senador João de Freitas, vulto muito evidente do partido evolucionista, o qual, por seu arrebatado temperamento, muito aproveitado sempre pelos inimigos declarados e encobertos da Republica, varias vezes provocou tumultos escandalosos no parlamento.

Ninguem poderia supôr que idéa levaria ahi esse homem. João Chagas tomára logar na primeira carruagem. O seu agressor, que entrára na ultima, foi percorrendo o comboio até ir dar com ele, e, sem lhe dizer nada, disparou quatro vezes um revolver contra a sua vitima, ferindo-o no rosto, no braço e na mão.

Agarrado imediatamente pelos passageiros, João de Freitas não resistiu. Minutos depois parava o comboio no

Entroncamento, sendo o criminoso entregue á tropa que ahi estava, mas o povo matou-o logo. Assim se evitou um processo que nada aproveitaria.

O sr. João Chagas não estava, porém, ferido gravemente. Um medico que vinha no comboio aplicou-lhe os primeiros pensos, sendo levado depois para o hospital de S. José onde ficou em tratamento. Perdeu todavia um olho.

*

* *

Quem era João de Freitas? Que papel representou na politica do paiz durante os ultimos anos? E' assombroso que tal homem, em vez de estar encerrado n'uma casa de saude, fôsse aproveitado para lançar a confusão e pôr a nota da violencia nas questões partidarias.

Copiemos o que diz a respeito d'ele o *Mundo* de 18 de maio:

O scelerado João de Freitas

O que nós escrevemos um anno antes do atentado

O monstruoso crime praticado por João de Freitas comoveu-nos, abalou-nos, revoltou-nos, mas não nos surpreendeu. Ha muito tempo que previamos que esse scelerado cometesse um grande crime. Porque foi vítima d'esse crime João Chagas? Não se póde nunca explicar satisfatoriamente a atitude de um criminoso louco. Quiz matar! porque tinha que matar. Esperava Afonso Costa, e, por o não encontrar desfechou sobre João Chagas? Talvez. Mas não é facil fazer um juizo seguro.

O que é certo é que essa catastrofe foi logica, em toda a sua brutal infamia. João de Freitas havia de matar, de disparar a matar sobre alguem. Previmo-lo, dissémo-lo. Elle disparou sobre João Chagas porque tinha que disparar sobre algum grande amigo da Republica. O seu crime realizou-se em 16 de maio de 1915.

Em 14 de maio de 1914, publicavamos nós um artigo em que diziamos o seguinte:

«Os monarquetes da peor raça annunciam, desde dias, que «vai ser boa a primeira sessão do Congresso». «O João de Freitas, acrescentam, vai dize-las boas.» A falada sessão realiza-se hoje.

«Vamos a ver o que diz ou o que faz esse já celebre João de Freitas, que na ultima sessão conjunta das duas camaras obrigou a sessão a interromper-se por duas vezes, saindo-se assim, satisfatoriamente, do papel que se propôz desempenhar na vida politica da Republica. Convém, entretanto, ocuparmo-nos um momento, d'esse maluco, que já uma vez no Senado sacou a pistola da algibeira das calças e que, em mais de uma sessão do Congresso, ainda que fôsse só para meter medo, iniciou o mesmo gesto, aproximando a mão da referida algibeira.

«Não nos deteremos por agora a assinalar os seguros sintomas de maluqueira, acentuada e perigosa, que, nos ultimos tempos tem mostrado esse doente, que, com plena consciencia da sua morbidez, já duas vezes recolheu a casas de saude. Mas assinalaremos um facto conhecido nos meios politicos, desconhecido embora do grande publico. Quando ainda estava no poder o ministerio transáto, esse maluco procurou o sr. presidente da Republica e mostroulhe a necessidade de tal governo se substituir, afirmando que Afonso Costa, em nenhum caso, havia de fazer as eleições.

«Por palavras que não podemos reproduzir, deu claramente a entender que, se o dr. Afonso Costa não saisse do poder, havia um homem capaz de matá-lo para elle não fazer as eleições. E esse homem era elle.

«O proprio maluco revelou a inconvenientissima conversa, que conhecemos precisamente graças á sua indiscreção, porque o sr. presidente da Republica, pelos modos, guardou segredo.

«O apontado facto, se outros não existissem a mostrar a absorvente preocupação do maluco, seria bastante para se tomarem providencias sérias. Mas elle não é isolado.

«E tanto que, quando foi da ultima sessão do Congres-

so, um homem que foi um grande poeta e que hoje é semi-correligionario do maluco, ao saber do ocorrido, comentou com solemnidade serena das suas grandes frases:

— *Não tenham duvidas. Ha de chegar um dia em que no parlamento ou o matam, ou elle mata!*

JOÃO CHAGAS

«Não sabemos se o proposito do maluco é assassinar algum ou alguns republicanos com a mesma frieza com que, em tempo de maluqueira mais temperada e menos preversa, matava, a tiros de revolver, cães inofensivos. O que sabemos é que esse maluco, quer no Senado quer no

Congresso, se tem servido da sua irresponsabilidade para praticar as maiores inconveniencias e os maiores escandalos. E o que sabemos tambem de fonte segura é que o mesmo maluco já não é apenas joguete de odios republicanos. Alguns monarquetes jogam tambem com elle, acariciando-lhe a vaidade e açulando-o.

«Não foi por simples curiosidade que o gebo plebeu se encontrou na recita talassica do Gimnasio, que teve o epilogo de bengaladas e tiros. Não. O maluco emparceirando n'isso com o Cunha e Costa, é d'aquelles que se babam com a admiração de uma sociedade que elles ridicularizaram e combateram, a frivola sociedade que se chama elegante.

«E são os monarquetes desta sociedade que, desde mezes, o fazem andar de lanterna na mão, país em fóra, á procura de escandalos que comprometam os homens em evidencia do Partido Republicano, ou, melhor, á procura de criaturas que esses homens difamam.»

. . . .

«Outros artigos publicámos n'este tom, com considerações que ora omitimos, mostrando que era um dever moral dos homens da Republica não aproveitar o scelerado para exercer qualquer acção politica e isolá-lo. Não fômos ouvidos. Mas os factos encarregaram-se, infelizmente, de mostrar que nós tinhamos absoluta razão, e que não faziamos uma obra partidaria, mas uma obra republicana, quando indicavamos o perigo que representava esse louco. Hoje, tarde, todos os republicanos reconhecerão que elle devia estar, com efeito, sequestrado da sociedade como um perigoso.

*

* *

«Antes de ser alvejado, João Chagas passou por João de Freitas, no corredor, e, como este o não cumprimentasse, disse para Paulo Falcão:

«— Que faria eu a este homem para elle não me cumprimentar?

«Paulo Falcão sorriu, explicando:

«— V. não sabe que ele está maluco de todo...

«E fôram os dois sentar-se sem mais pensar no scelerado que minutos ou segundos depois disparava sobre João Chagas.»

*

* *

O cadaver do dr. João de Freitas conservou-se algum tempo na estação do Entroncamento, esperando-se que a familia lhe fizesse o enterro, mas, como ninguem aparecesse para esse fim, foi sepultado humildemente no cemiterio da terra.

Nas janelas do orgão evolucionista, *Republica,* apareceu no dia seguinte um placard, declarando que o autor do atentado não pertencia áquele partido, havia já algum tempo. Soube-se que fôra a autoridade administrativa que convidára aquela folha a publicar tal declaração, a fim de evitar algum desforço do povo, extremamente indignado com o facto.

Respondendo depois a umas insinuações muito justas, a respeito de não ter havido no partido evolucionista quem fizesse o enterro do celebrado senador, a *Republica* defendeu-se afirmando que na verdade as relações entre o chefe d'esse partido, dr. Antonio José d'Almeida, e o dr. João de Freitas tinham arrefecido bastante nos ultimos tempos. E' claro que tal declaração de modo algum justifica o desprezo a que foi lançado o cadaver do correligionario que tanto se evidenciára no ataque furibundo do evolucionismo ao chefe do partido democratico, dr. Afonso Costa, na época em que este notavel estadista presidiu a um ministerio do seu partido. Coisas do mundo.

*

* *

João Chagas estava, como vimos, no Porto, onde fôra, aparentemente, em progaganda do partido democratico, mas na verdade para preparar a revolução no norte do paiz. Foi pois um dos mais denodados caudilhos da luta

contra a ditadura. Era o antigo lutador, o revolucionario decidido, que transparecia no momento em que a patria carecia da sua dedicação.

As suas notas biograficas, que vem muito a proposito n'este momento, são como seguem:

Nasceu no Rio de Janeiro a 1 de setembro de 1863, sendo descendente d'uma familia de liberaes, que no periodo das lutas civis teve de emigrar. Veiu para Portugal, e foi educado em Lisboa indo depois para o Porto, onde, dedicando-se ao jornalismo, entrou em 1883 para a redação do *Primeiro de Janeiro.*

N'aquele jornal começou logo a manifestar d'um modo notavel as suas brilhantes qualidades literarias, imprimindo na secção de noticiario uma feição toda moderna, e fazendo da reportagem, até ahi a cargo de localistas banaes, uma secção cheia de interesse, de pitoresco e de brilho. Depois de permanecer alguns anos n'aquela redação, veiu para Lisboa com a idéa de montar um jornal republicano, e colaborou então no *Tempo, Correio da Noite,* e no *Dia.*

O jornal que intentava fundar, e que efetivamente fundou, foi a *Republica Portugueza,* onde muito se distinguiu na polemica politica vigorosa contra as instituições, pela vehemencia da argumentação, e pela fórma artistica, que dava aos seus artigos, ainda os mais violentos.

Em 1890, em seguida ao *ultimatum* de Inglaterra, de 11 de janeiro, que promoveu em todo e paiz uma profunda agitação, escreveu com a sua reconhecida energia uma serie de artigos sobre o assunto. A sua atitude de jornalista, envolveu-o naturalmente em alguns processos, de que lhe resultou ser preso na Relação, e por um d'esses processos foi condemnado, em 26 de janeiro de 1891, a 10 dias de prisão, sentença que estava ainda cumprindo quando, no dia 31 d'esse mez, rebentou a revolta no Porto.

Como a sua atitude na *Republica Portugueza* fôsse de ataque violento, e n'alguns artigos apelasse para a intervenção do exercito como o meio mais rapido de vingar o

insulto que a nação recebera de Inglaterra, expiados os 10 dias da sentença, continuou ainda preso na Relação como cumplice da revolta e um dos seus principaes promotores, sendo como tal julgado nos conselhos de guerra que funcionaram em Leixões, e condemnado a 4 anos de prisão celular, ou na alternativa, a 6 de degredo.

Em 20 de setembro de 1891 foi conduzido pela policia á estação das Devezas, partindo á noite no comboio para Lisboa. Veiu desembarcar na estação dos Olivaes partindo d'ali n'um trem com o commissario da policia, então o sr. Pedroso de Lima.

Chegando ao Caes dos Soldados passou o preso para um escaler a vapor do arsenal, guarnecido por marinheiros armados e comandado por um oficial de marinha. O escaler atracou pouco depois ao vapor S. Thomé, a cujo comandante o preso foi confiado, para que elle o entregasse ás auctoridades de Mossamedes. O vapor largou ferro no dia 22 de setembro de 1891.

O SENADOR DR. JOÃO DE FREITAS

Em Africa tentou pôr em pratica um plano de evasão, já antecipadamente estudado, mas falhou essa tentativa conseguindo porém, mais tarde, em 1 de novembro, realisar esse audacioso projecto, fugindo para Paris, onde chegou, apóz varias peripecias, que narra no seu curioso livro *Trabalhos forçados,* a 15 de janeiro de 1892.

Levado pelo espirito irrequieto e audacioso que, ainda nos momentos mais graves, se manteve sempre na mais perfeita serenidade, aventurou-se, em fevereiro seguinte, a entrar em Portugal clandestinamente, estando uns dias no Porto sem a policia saber. Em setembro do mesmo ano

tentou novamente vir ao Porto, mas d'essa vez teve a infelicidade de ser descoberto e preso n'uma casa da rua Santo Ildefonso, onde um amigo intimo o recebera.

Sendo novamente conduzido para Africa a cumprir o degredo foi encarcerado na fortaleza de S. Miguel, e ali permaneceu até 1893, regressando então a Portugal, em virtude da anistia decretada para os então criminosos politicos da classe civil.

Continuou a viver no Porto, onde sempre foi muito estimado. Os trabalhos sofridos nem o alquebraram nem o desalentaram, e chegando a Portugal, publicou em 1893 e 1894 os *Pamphletos* que foram logo querelados, e em 1897 e 1898, o jornal *A Marselheza,* que egualmente foi querelada e muitas vezes aprehendida.

Tendo de responder por varios processos de querela emigrou para Madrid, explicando os motivos que o levaram a proceder d'esse modo, redigindo d'aquela capital o *Paiz,* cuja direção assumiu em 1898, quando o redator principal Alves Correia foi obrigado a sair por causa da enfermidade que, pouco depois, o levou á sepultura.

Quando estava cumprindo sentença em Africa, foi proposto deputado por acumulação, reunindo em todo o paiz uma grande votação.

João Chagas foi um dos fundadores da *Associação dos Jornalistas e Homens de letras do Porto,* e tem escripto e publicado bastantes obras.

Na revolta projetada de 28 de janeiro de 1908 que ficou mallograda, tambem o sr. João Chagas esteve envolvido, o que lhe valeu ser preso e encarcerado no quartel dos Paulistas, d'onde saiu depois do atentado de 1 de fevereiro, e da queda do ministerio João Franco. Mais tarde pela anistia concedida aos prisioneiros politicos, ficou completamente livre, proseguindo na sua vida de jornalista e de escriptor.

Para o movimento de 5 d'outubro concorreu com toda a sua grande atividade de irrequieto revolucionario, tomando parte em todos os trabalhos preparatorios da con-

juração. O governo provisorio da Republica deu-lhe o honroso cargo de ministro em Paris, que aceitou, indo logo desempenhal-o.

Mas pouco depois foi chamado a Lisboa para outro ainda mais importante, que foi o de presidente do primeiro ministerio constitucional.

Não foi muito duradoura essa comissão porque o governo da sua presidencia durou apenas alguns mezes.

Voltou a Paris e ahi se manteve, honrando sempre a nação de que era representante, até á ditadura. Então, declarando que não podia aceitar indicações d'um governo que estava fóra da legalidade, exonerou-se e regressou a Lisboa.

A revolução de 14 de Maio foi apanhal-o no Porto, onde se encontrava ao serviço dos principios liberaes.

Os ferimentos recebidos não foram, como dissemos, de gravidade, mas o ilustre estadista resignou o cargo de presidente do conselho, manifestando desejos de voltar ao seu logar de Paris.

IX

Reorganisação do ministerio constitucional — Apelo ao povo de Lisboa — Manifesto da Junta Revolucionaria — Os dois decretos de normalisação da Republica.

O atentado contra o sr. João Chagas e a recusa dos srs. Bazilio Teles e Alves da Veiga de aceitarem as pastas que lhes tinham sido confiadas, promoveram uma modificação no ministerio.

Foi convidado para a guerra o coronel Alberto da Silveira, que não aceitou, tomando conta d'essa pasta o sr. dr. José de Castro, continuando com a interinidade da presidencia. Para os extrangeiros entrou o dr. Teixeira de Queiroz, ficando afinal o gabinete constituido do modo que segue.

Presidencia e interior (interino) — Dr. José de Castro.
Justiça — Dr. Paulo Falcão.
Finanças — Tomé de Barros Queiroz,
Guerra — Dr. José de Castro.
Estrangeiros — Dr. Teixeira de Queiroz.
Marinha — Dr. Fernandes Costa.
Colonias — José Jorge Pereira.
Instrução — Dr. Magalhães Lima.
Fomento — Dr. Manuel Monteiro.

Estava pois organisado o poder executivo, podia começar a vida regular e legal da Republica.

No paiz reinava a paz, pelo menos as noticias que vinham das provincias nada tinham de alarmantes.

Assegurada a ordem na capital, onde havia ainda alguma efervescencia, tudo entraria na normalidade.

O governo fez publicar na segunda feira, 17, o seguinte aviso:

Ao povo de Lisboa o governo constitucional faz saber

A Republica está absolutamente assegurada em todo o país. O povo pode estar tranquilo e confiado em que o governo não descurará em nada a defesa e segurança do regime contra todos os seus inimigos. Para que essa defesa e segurança possam, porem, ser firmemente garantidas, é indispensavel que se mantenha uma perfeita ordem dentro da cidade de Lisboa, não se fazendo ajuntamentos nem manifestações de qualquer ordem, que, neste momento, só podem ser prejudiciais á eficacia das necessarias medidas de ordem publica. Com este patriotico intuito, foram dadas as precisas instruções para que, firmemente sejam assegurados os direitos e garantias individuais, a propriedade dos cidadãos e a inviolabilidade dos domicilios.

DR. JOSÉ DE CASTRO

Presidente interino do novo ministerio

*

* *

Por sua vez tambem a Junta Revolucionaria terminara a briosa missão que se impuzera e da qual sahira gloriosamente.

No dia 18 se deu por dissolvida, publicando o seguinte manifesto:

«O ministerio Pimenta de Castro, nomeado para pacifi-

car a sociedade portuguesa e presidir ás eleições, realizou uma obra que se traduziu n'uma violenta perseguição ao Partido Republicano Português, no desprestigio das instituições republicanas e n'uma agitação e intranquilidade singulares dentro de todas as classes sociaes.

«A sua obra, logo de inicio, foi uma perseguição acintosa. Breve fez seguir essa perseguição de varias medidas que, atingindo o Partido Republicano Português, feriram gravemente a propria Republica. Mais uns passos dados e o governo entrou abertamente n'uma ditadura feroz e imbecil que não encontra paralelo na historia politica portuguesa.

«Sem reconhecer limites á sua acção discrecionaria, ordenou o encerramento do Parlamento e opoz-se pela violencia, ao seu regular funcionamente.

«Praticado este maximo crime, não pára, arrastado por uma inominada insania. Leva o seu impudor a publicar uma lei eleitoral que excede em infamia e em torpeza a decantada *ignobil porcaria* da ignobil ditadura monarquica.

«E, como no pais um partido se levanta em clamoso protesto, logo decretou medidas para abafar o Partido Republicano Português, que n'esse momento defendia a pureza augusta dos principios constitucionaes e republicanos.

«Então estabeleceu processos novos de dissolução dos corpos administrativos, e contra a sua resistencia armou-se da pena perpetua de prisão, ameaçando tudo e todos com o seu espirito inquisitorial e tenebroso.

«Lançou ao abandono a politica externa, praticando a baixeza de esquecer Naulila para ir humilhantemente felicitar o kaiser no dia do seu anniversario. Os sinceros republicanos interrogavam-se anciosamente sobre o futuro da Patria e da Republica.

«O governo, embora silencioso como uma esfinge, respondeu com os seus atos de iniludivel eloquencia, demonstrando a sistematica preparação de entrega da Republica. Nomeou autoridades administrativas monarquicas e, para

satisfazer as reclamações dos realistas, deu uma ampla anistia aos conspiradores perigosos, facultando-lhe o enxovalho permanente e publico das instituições republicanas.

«O governo desceu ainda mais, pois chegou ao cumulo de abrir leilão de deputados no ministerio do interior. Que era tudo isto? Republica? Não! Era a ignominia, alimentada pela imbecilidade.

«Era urgente acabar. O Partido Republicano Português, vendo o perigo desde a primeira hora, procurou realizar com eficacia a defesa da Republica.

«Varios membros do Partido tomaram a direcção do movimento de defesa com o criterio de que só a ofensiva — a Revolução — poderia conduzir a resultados seguros. Mas desde o principio, apezar da luta cruel de que fôra alvo, o Partido Democratico assentou que a Revolução se faria a favor da Republica, isto é, a favor de todos os partidos da Republica.

«Os trabalhos foram muito demorados porque a Junta encontrou raramente apoio fóra do seu campo partidario. Todos sentiam a vergonha da ditadura, o perigo do seu prolongamento, mas os não afetos ao Partido Republicano receavam entrar n'um movimento que se lhes afigurava caraterizadamente partidario. Este receio embora infundado fez com que a organização revolucionaria fosse um pouco além do Partido Republicano, sendo certo, comtudo, que nas horas da luta elementos de outros partidos e independentes deram o seu valoroso esforço para a restituição do país a vida constituicional.

«A Junta esclarecia que os fins a alcançar eram essencialmente republicanos e consistiam simplesmente no regresso á normalidade da vida constitucional, na constituição de um ministerio com elementos dos tres partidos, realizando-se as eleições no dia já fixado de 6 de junho.

«Não logrou a Junta desvanecer as duvidas de todos aquelles que, obcecados, imaginavam, colaborando n'esta obra de saneamento constitucional, colaborar na realização de um desejo do Partido Republicano. Elementos valiosos

dos outros partidos foram consultados sobre a necessidade de pôr termo á ditadura, mas ponderavam uns que não era oportuno o movimento revolucionario e outros que a Republica não corria perigo sério.

«Comtudo, os republicanos já nem podiam aclamar a Republica, ao passo que os monarquicos saudavam a monarquia nova protegidos pela fôrça armada. Entretanto o povo ia-se esclarecendo. Engrossavam os adeptos da Revolução e a Junta podia marcar a hora da queda da ditadura.

«A Junta Revolucionaria ao abrir as hostilidades fez distribuir uma proclamação onde se continham as suas reclamações. As forças navais revolucionarias que foram a totalidade dos navios, ao iniciarem o combate intimaram o governo a demitir-se dentro de poucas horas, fazendo um apêlo aos seus camaradas do exercito fieis ao governo. As forças do quartel de marinheiros fizeram chegar a varios pontos das forças de terra a seguinte mensagem:

«Pela Republica, pela Constituição e pela formação de um ministerio nacional, convidamos os nossos camaradas a aderir a este movimento que não tem caracter partidario.»

Semelhante mensagem enviou o regimento de artilharia 3 em Santarem ao regimento de infantaria 34, antes de abrir as hostilidades. No dia 14 iniciou-se, em todo o pais, a luta. O povo quer vestindo jaqueta, quer envergando farda de militar ou marinheiro, foi o heroe da revolução. A sua abnegação não teve limites, a sua coragem não teve desfalecimentos.

Afirmou a Republica de armas na mão e dominou os seus adversarios, convencendo o mundo de que as instituições que escolheu as defenderá até á ultima gota de sangue. Quando já as forças fieis ao governo estavam dominadas pela revolução triunfante, foi proposto um armisticio que não chegou a realizar-se por completo. O armisticio ti-

nha por fim esclarecer a situação, e dar conhecimento mais completo ao exercito de terra das reclamações e das verdadeiras intenções dos revolucionarios.

DR. ANTONIO JOSÉ D'ALMEIDA

Acolhidas estas com applauso, pelo exercito ainda fiel ao governo, cessaram as hostilidades começando a junta a trabalhar para a organização do ministerio, que deveria ser

formado pelos tres partidos da Republica, como sempre fora julgado necessario pela junta revolucionaria e como o exigia a opinião publica republicana.

Com o atentado vilissimo de que foi victima o grande republicano e patriota João Chagas, supoz a junta frustrados os seus esforços para a constituição do ministerio tal como o estabeleceram os revolucionarios ainda debaixo de fogo. Tentou então pedir a entrada no ministerio dos tres chefes do partido o que não conseguiu dada a recusa por parte dos chefes do partido evolucionista e unionista. Depois de longas e trabalhosas *demarches* e sabido que o estado de João Chagas não o inhibia de voltar á politica activa dentro de pouco tempo, a junta conseguiu organizar o ministerio que actualmente nos governa. Os nomes que nelle entram são segura garantia de defesa da Republica e da boa e honesta gerencia dos negocios publicos.

A junta findou assim a sua missão e julga te-la cumprido inteiramente. E' hoje o seu ultimo dia e os seus membros voltarão a ser, como todos os bons republicanos, sómente sinceros defensores das instituições que o povo quiz e soube manter com vigor, energia e coragem. Antes porem entende do seu dever patentear ao governo, mandatario da revolução, os pontos concretos das imediatas reclamações dos republicanos e que em pouco se resume:

«Restituir todos os funcionarios civis e militares ás situações em que se encontravam anteriormente á ditadura;

«Trancar todos os castigos aplicados a militares ou civis pela ditadura;

«Declarar a nulidade de todos os decretos ditatoriais, tornando validos unicamente os de caracter eleitoral de 24 de fevereiro e 2 de maio de 1915 por não haver possibilidade de se fazerem as eleições no dia 6 de junho, adoptando outro criterio;

«Encerrar os centros monarquicos e marcar prazo aos cabecilhas e agitadores monarquicos para sairem do país

«Comutar as penas dos individuos presos por crimes sociais emquanto o Parlamento não resolver sobre a sua amnistia;

«Retirar da actividade do serviço os funcionarios ou militares de terra e mar que pratiquem ou tenham praticado quaisquer actos hostis ao regime republicano e á Constituição;

«Conceder pensões ás familias de todos aquelles que faleceram defendendo a Republica e a Constituição;

«Estudar, com a maxima brevidade, a fórma de attender as reclamações, que não acarretem aumento de despesa, das praças de pret, sargentos e oficiais do exercito e da armada;

«Vingar a afronta feita á bandeira nacional activando com energia e decisão a campanha nas nossas colonias africanas.»

Estas indicações, que são as ultimas que a Junta apresentára ao governo, condensam as medidas necessarias para garantir a segurança da Republica e dignificar a Patria Portuguesa. E ditas estas palavras a Junta considera-se dissolvida. Não abandonará, porém, o seu posto sem aplaudir vivamente todos os republicanos que lhe prestaram todo o seu auxilio, quer nas horas indecisas da iniciação revolucionaria, quer nas horas dolorosas e tragicas do combate.

Finalmente faz um apelo caloroso aos republicanos de todos os partidos, para que abandonem as lutas estereis de personalidades e se unam para se alcançar o ideal que a todos é comum — o bem da patria e a segurança da Republica.

Sirvam de lição, embora cruel, os factos passados. Entremos na paz e na concordia e, se os chefes pretenderem desviar-vos d'esse caminho, abandonae-os, porque a força está do vosso lado, humildes soldados da Republica. Não mais deveis consentir ditaduras. A ditadura é a negação da Republica. Uni-vos contra todos os que os utilisem ou defendam. Essa vossa união garantirá a pureza constitucional.

O lema de todos os republicanos deve ser — pela Patria, pela Republica e pela Constituição.
Viva a Republica!

Lisboa 18 de maio de 1915.

A Junta Revolucionaria

*

* *

O governo, como é natural, não deixou sem ampla satisfação as justas reclamações que lhe eram feitas pela já extinta Junta Revolucionaria.

O que porem de mais urgente se antolhava era a reunião do parlamento, pois ahi iria o poder executivo buscar força para seguir na sua obra patriotica, por isso fez publicar seguidamente os dois decretos que vão abaixo:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 47.º da Constituição Politica da Republica Portuguesa: hei por bem convocar extraordinariamente o Congresso da Republica para o dia 27 do corrente mês.

Dado nos Paços do Governo da Republica, e publicada em 24 de maio de 1915. — *Manuel de Arriaga, José de Castro, Paulo José Falcão, Tomé José de Barros Queiroz, Francisco José Fernandes Costa, Francisco Teixeira de Queiroz, Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, José Jorge Pereira* e *Sebastião de Magalhães Lima.*

Usando da faculdade que me conferem os n.ºs 3.º e 9.º do artigo 47.º da Constituição Politica da Republica Portuguesa, e sob proposta do presidente do ministerio e ministro do interior e dos ministros das demais repartições, hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1.º Por terem sido publicados em contravenção dos preceitos da Constituição Politica da Republica, são declarados irritos e nulos os decretos n.ºs 1.352, 1.377, 1.383,

1.397, 1.399, 1.488, 1.502, 1.508, 1.509 e 1.569, respectivamente, de 24 de fevereiro, 2, 13, 15 e 23 de março e 9 e 14 de abril ultimo, e de 4 e 11 de maio corrente.

Art. 2.º São reintegrados nas suas funções os corpos administrativos dissolvidos por efeito do decreto n.º 4.488 de 9 de abril proximo passado.

Art. 3.º São declarados nulos, para todos os efeitos os castigos disciplinares impostos pelo governo transacto desde 20 de janeiro ultimo até 14 de maio corrente, trancando-se em todos os registos as respectivas notas.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

O presidente do ministerio e ministro do interior e os ministros das demais repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da Republica e publicado em 24 de maio de 1915. — *Manuel de Arriaga, José de Castro, Paulo José Falcão, Tomé José de Barros Queiroz, Francisco José Fernandes Costa, Francisco Teixeira de Queiroz, Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, José Jorge Pereira* e *Sebastião de Magalhães Lima.*

*

* *

Estes decretos calaram bem no espirito publico. Não seria razoavel que se sahisse d'uma ditadura para entrar n'outra, por isso a determinação de se convocar immediatamente o parlamento produziu bom efeito.

E' certo que o mandato parlamentar findara no começo do anno, mas, não havendo outro, era preciso chamar o cessante, não se agravando com isto a Constituição, que diz só terminar o mandato d'um parlamento depois de estar outro eleito.

A sessão, como vimos, foi marcada para o dia 27, menos de 15 dias após a revolução.

Outro documento valioso do governo foi uma proclamação dirigida ao exercito pelo ministro da guerra.

Eil-a:

Uma proclamação do ministro da guerra

Foi-me dada a grande e elevada honra de ser chamado a presidir aos vossos destinos. Este facto elevou-me a chefe da vossa numerosa familia, embora della já fosse membro pelo coração e pelo sentimento. Não sois para mim estranhos.

Conheço as vossas tradições gloriosas, conheço o vosso espirito de sacrificio e relembro com vivo entusiasmo a historia patria, onde o vosso esforço escreveu as mais rútilas paginas. Evocando o vosso passado de isenção e sacrificio, alimento a certeza da vossa benefica e valiosa acção na hora presente. Hoje mais do que nunca a nação exige de vós, oficiaes, sargentos e soldados, a activa expressão das vossas qualidades de militares e de patriotas.

Não pode nem deve haver entre vós lutas ruins de ruins interesses. Quem pensar o contrario desconhece o vosso valor e o vosso sentido amor pela nossa patria comum. Sois todos irmãos, não pode haver entre vós paixões hostis e sentimentos de perseguição.

Um unico pensamento vos guia — erguer bem alto a bandeira que a nação vos confiou. E ninguem duvída que em vossas mãos ella rebrilhará ao sol das glorias eternas. E' urgente estabelecer a paz e a tranquillidade dentro do exercito. E' urgente regressar da agitada convulsão das paixões politicas á tranquilla e disciplinada vida dos quarteis.

Camaradas vossos pagam o seu heroismo em prisões inimigas da Africa do Sul. Para a sua libertação e para a dignificação da honra da Patria vilipendiada deve convergir todo o vosso esforço. Este deve ser, e é certamente, o vosso pensamento de todas as horas. Ha quem vos desconheça?

Podeis responder-lhe parafraseando as palavras justas e severas do general Pourcel:

«Se conhecessem melhor o exercito não ignorariam

que elle não é o instrumento de um homem, nem de um partido. Pertence á nação e põe o seu dever e a sua honra em servir lealmente o poder civil que a nação escolheu, consagrando-se exclusivamente á sua nobre missão: proteger Portugal no exterior e garantir no interior a ordem publica e o respeito á lei e á Constituição.»

Podeis contar com o meu sincero desejo de manter bem alto o prestigio do exercito e de concorrer, com todas as minhas forças, para lhe obter todos os meios de cumprir plenamente o seu dever e a sua nobre missão.

Soldados:

A Republica carece do vosso esforço e do vosso acendrado patriotismo. Reuni-vos em torno da bandeira da Republica, dignificando-a pela vossa nobre e elevada atitude de sempre, defendendo-a com a vossa energia inquebrantavel e a vossa fé inexaurivel. A Republica não duvída do vosso patriotismo e em vós confia para atravessar altiva e gloriosa a crise devastadora que na Europa assola as nações amigas. A nação tem os olhos fitos em vós e de vós espera a tranquilidade pela qual ha já tanto tempo anceia.

Soldados:

Uni-vos em torno da bandeira da Republica, simbolo do sacrificio e da honra nacional. Tende confiança nos vossos chefes, elles vos conduzirão, pelo melhor caminho, ao cumprimento exacto dos vossos deveres. Devereis ter uma só politica — a do amor da Republica, a da execução integral das vossas obrigações militares.

Viva a Patria!

Viva a Republica!

Lisboa 24 de maio de 1915.

O ministro da guerra, *José de Castro.*

X

Reunião do parlamento — Mensagem do governo — Lei de defeza da Republica — Atitude dos evolucionistas — Navios e jornalistas extrangeiros — Os casos da Amoreira e de Peniche.

No dia 27 de maio se reuniu effectivamente o parlamento, isto é, houve sessão na camara dos deputados e no senado.

Tratemos da primeira. Compareceram setenta senhores deputados, sendo sessenta e cinco membros do partido democratico, um socialista, o sr. Manuel José da Silva, um independente, o sr. Luz d'Almeida e tres do partido unionista, os srs. dr. Aresta Branco, Pires Pereira e Paes de Figueiredo.

Os deputados evolucionistas brilharam pela ausencia. Depois trataremos d'esse partido.

A união republicana aparecia representada apenas por tres deputados porque os outros haviam renunciado o seu mandato em janeiro, pouco antes de se ter encerrado o parlamento.

Vejamos porem o que se passou nas sessões das duas camaras.

A primeira duvida era saber qual a ata que devia ser lida. Como já dissemos, tinha havido uma sessão do parlamento na *Quinta da Mitra,* como protesto contra a prepotencia da ditadura que prohibira a reunião no palacio de S. Bento. Seria porem valida tal reunião, feita em condições excepcionaes? Ia-se ver agora.

Posta a ata á discussão os tres deputados unionistas declararam que lhe recusavam o seu voto porque reputavam ilegal a reunião da *Quinta da Mitra.*

Foi a unica oposição que se apresentou, sendo pois votada a ata e legalisada, por conseguinte, tal reunião.

Tudo um singelo platonismo que não fez mal nem bem.

O dr. Alexandre Braga defendeu brilhantemente uma moção cujas conclusões são as seguintes:

A Camara dos Deputados da Nação Portuguesa saudando o exercito, a marinha e o povo, que tão heroica e nobremente se bateram para defesa da liberdade e do direito, expressa o firme designio de realizar integralmente as aspirações formuladas pelo movimento constitucional, fazendo uma eficaz e vigilante defesa do regime, promovendo a harmonia de todas as forças republicanas, para o que desde já convida o governo a apresentar, na primeira reunião do Parlamento, uma proposta de amnistia para os crimes politicos provocados pela ditadura, bem como para os crimes sociaes e quaisquer outros que julgue conveniente amnistiar, e assegurando igualmente a integridade do nosso territorio e o exacto cumprimento de todos os deveres contrahidos para com a nação nossa aliada.

A moção representava o pensar da assembléa portanto nem teve discussão.

O presidente interino do ministerio, depois de declarar que concordava inteiramente com ela, leu a mensagem seguinte:

Sr. presidente. — A constituição do ministerio a que tenho a honra de presidir derivou de factos e circumstancias que estão na memoria de todos. Depois da queda do ministerio Azevedo Coutinho nomeou o sr. presidente da Republica o ministerio Pimenta de Castro, com o intuito de executar certas e determinadas medidas. Não realizou este ministerio nenhuma das aspirações do país, e por isso

o seu procedimento alevantou contra elle a opinião, determinando a sua saida do poder e conduzindo o sr. presidente da Republica á constituição d'um ministerio nacional com a participação dos partidos da Republica e com um programa definido que consiste essencialmente na defeza da Republica, na normalização da vida constitucional e em presidir imparcialmente ás eleições. O governo ficou constituido e faz hoje a sua apresentação ao Parlamento. Para a efectivação do seu programa, carece o governo do patriotico concurso do parlamento e por este motivo o convocou, solicitando os meios necessarios para a anulação dos decretos do governo anterior, realização do acto eleitoral e ainda para lhe serem concedidas as autorizações a que se referem os projectos de lei que vão ser apresentados ao Parlamento. O governo traz ao parlamento uma proposta de lei eleitoral tornada necessaria em virtude da nulidade dos decretos eleitoraes do governo transato e ainda por não existirem disposições legais que indiquem a fórma de se procedera eleição dos membros do Senado. Como tereis ocasião de verificar com o vosso alto criterio, os principios fixados na proposta não alteram fundamentalmente o que sobre o assunto estava legislado. Não traz inovações que embaracem as operações a realizar e bem pelo contrario elles tem por fim facilitar e tornar possivel a realização do ato eleitoral. A proposta, além dos fins indicados, coloca o governo n'uma situação de completa imparcialidade em face dos partidos, permitindo que o país exprima, com toda a liberdade, a sua opinião e os seus desejos. Nenhuma intervenção o governo quer ter no acto eleitoral e usara de todos os meios legais para que elle se efectue com a mais completa e perfeita liberdade em relação a todos os partidos. O governo póde com satisfação e segurança informar o parlamento de que a tranquilidade é completa em todo o país e de que está assegurada a ordem e a normalidade da vida nacional, não se tendo alterado a situação das nossas relações externas. E por ultimo, o governo apela para o patriotismo nunca des-

mentido de todos, para que, reconhecendo a gravidade do momento politico que atravessamos, empreguem os seus esforços no sentido de dar ao país no mais breve prazo, compativel com os interesses da Republica, um governo saído das indicações do futuro parlamento, continuando a assegurar assim a vida regular da Republica. Essa será a hora do governo da minha presidencia se congratular por vêr finalizada a sua missão que procurará levar a cabo com o maior interesse e isenção que ninguem póde, legitimamente, pôr em duvida.

*
* *

A nota mais importante da sessão foi porém um projecto do sr. Domingos Pereira, para serem afastados do serviço publico todos os funccionarios, civis ou militares, que não offereçam garantias da sua adesão á Republica, projecto que ainda foi agravado, na outra camara, pelo senador Pereira Victorino, tornando-se mais severo contra os funcionarios rebeldes.

O senado funcionou com vinte e cinco membros, numero legal, mas ahi foi lida a ata da sessão de 12 de janeiro, realisada no palacio de S. Bento.

N'uma e n'outra camara o governo foi amigavelmente recebido, como era natural.

Votada de afogadilho a lei eleitoral e adiadas as eleições para o dia 13 de junho, terminaram os trabalhos parlamentares n'esse dia.

Para sabado 29, ficou convocada a reunião do Congresso, a fim de ser eleito novo presidente da Republica.

*
* *

Como dissemos, os deputados do partido evolucionista não compareceram na camara. Porquê? Não é facil dizêl-o.

Que motivo imperioso foi esse que levou aqueles legisladores a deixarem de concorrer a tão importante sessão?

Ao organisar-se o ministerio nacional o partido evolucionista, por intermedio do seu orgão, a *Republica,* prometera-lhe leal apoio, coisa aliás muito natural, mas depois reconsiderou, trocando esse apoio por uma atitude hostil, que nada justificava.

No dia 26, vespera da sessão camararia, publicou o chefe d'esse partido um artigo verdadeiramente notavel pela excentricidade de se dar por vencido, a par de Pimenta de Castro, do movimento revolucionario de 14 de maio.

E, desmascarando as suas batarias contra o ministerio, jogava-lhe periodos como os que seguem:

«Perante o sr. Pimenta de Castro fomos colaboradores desinteressados e firmes, dando-lhe, na hora da destituição, a solidariedade da derrota, porque nós, como o honrado ancião, somos os vencidos de 14 de maio. Perante a revolução, logicamente, o partido evolucionista manterá uma atitude similhante, desejando que o ministerio que d'ela saiu saiba governar para beneficio da Patria.

«Mas mais nada. Não cooperamos com ele, não lhe damos o minimo apoio político, não lhe concedemos a minima solidariedade governativa.

. . . .

«Que o governo não espere de nós aquilo que os vencidos de 14 de maio lhe não podem, lhe não devem dar. Só há uma coisa com que lhe não faltaremos: a comunhão de esforços que republicanos portugueses, para o bem da pátria, teem o dever de facultar a republicanos portugueses. E isso, dado por homens leais, que, na boa como na má sorte, como se tem visto, manteem integérrimos o mesmo pensar, é de facto alguma coisa.

«Mas mais nada.»

Ha porem a notar que um dos membros do ministerio constitucional, o dr. Fernandes Costa, era evolucionista, e um dos evolucionistas mais cotados, ex-ministro e ma-

rechal do partido. Como se entende pois que o evolucionismo se désse por um dos vendidos de 14 de maio?

Como é que se entende tão intima solidariedade entre um partido regularmente constituido e uma ditadura?

Mas tal solidariedade só agora transparecia, porque no mesmo artigo diz o chefe do evolucionismo:

«Praticou êrros, o gabinete Pimenta de Castro? Sem duvida. De alguns o preveni eu a tempo; de outros, mesmo, discordei publicamente. Mas é certo que o general Pimenta de Castro é um homem inteligente, um leal cidadão e um honrado republicano que sempre teve em mira o bem da sua pátria. A sua obra só será apreciada e discutida, com serenidade, quando, as paixões se aplacarem. Então se verá que alguns dos sevs êrros foram a consequencia de êrros passados, cuja responsabilidade lhe não pertence e que outros foram aconselhados por quem, com fóros de insuspeição, lhe falava em nome dos interesses da República. Como então se verá que êle fez muita coisa boa a que a posteridade não regateará o seu aplauso.»

Nas linhas d'estes periodos se vê claramente um desacordo entre o partido evolucionista e a ditadura, e nas entrelinhas vê-se mais, que é uma censura acerba aos *meneurs* que aconselharam e incitaram o ditador aos átos propotentes que promoveram a sangrenta revolução de 14 de maio.

Como se comprehende pois este acordo tão estreito mas extemporaneo?

Não é coisa facil de explicar, ou antes, convem mais deixal-o sem explicação.

*
* *

Vem ainda a tempo dizer que o porto de Lisboa fôra visitado, logo após a revolução, por alguns navios de guerra extrangeiros, a pretexto de velarem pelos cidadãos dos paizes a que esses navios pertenciam.

A nação visinha foi primeira a enviar-nos taes emis. sarios. Vieram os couraçados *Espanha* e o *Rio de La Plata*- No dia 20 entrou o *Cesar*, poderoso navio inglez, e no dia seguinte o *Petit Thouars*, pertencente á marinha franceza.

Pouco se demoraram no magnifico estuario do Tejo.

Outra especie de emissarios nos enviou a Hespanha, que foram dois jornalistas, a fim de estudarem de perto as consequencias da revolução. Foram eles os srs. Pedro Mota, do *A. B. C.*, de Madrid, e Lorenzo, d'*El Imparcial.*

Colheram as suas impressões os dois *periodistas* e lá se foram com elas para o seu paiz, usando-as cada um consoante a indole dos jornaes em que as publicaram. O sr. Vicente Lorenzo foi imparcial, justificando o titulo da folha em que as inseriu, mas não sucedeu o mesmo com o sr. Pedro Mota, devendo porem notar-se que o *A. B. C.* folha a cuja redação pertence, é um dos mais descabelados orgãos da reação espanhola.

*

* *

Na rapida descrição que fizemos do movimento revolucionario indicámos terem-se realisado algumas prisões de individuos que mais ou menos diretamente tinham colaborado com a ditadura. Podemos dizer que foram muitas as pessoas que deram entrada, sob custodia, nos navios de guerra, mas quasi todas elas, passados dias, recobraram a liberdade.

Houve generosidade para com os vencidos.

No momento em que reuniram as camaras apenas se encontravam prezos os srs. Pimenta de Castro, Xavier de Brito, Goulart de Medeiros e Machado Santos, nos navios de guerra; e o alferes Sepulveda Velozo no forte da Trafaria. Os mais todos foram postos em liberdade.

E é bem natural que pouco mais tempo de cativeiro venham a sofrer os que ainda se encontram detidos, atendendo á brandura dos nossos costumes.

A pacificação da familia portugueza deve depender

exactamente da benevolencia dos que venceram, do completo esquecimento dos agravos passados.

*

* *

Remataremos este capitulo com a narração d'um facto sucedido na Amoreira, logar proximo das Caldas da Rainha, que prova bem como se não extingue com facilidade a sanha dos inimigos da Republica.

Vae fóra da ordem cronologica o que pouco importa.

No dia 19 de maio uns quaesquer individuos praticaram a reprovavel ação de entrarem de noite na egreja d'esse logar, escangalhando algumas imagens. Supõe-se que nem fossem do sitio.

No dia seguinte, porem, os caciques monarquicos, incitando o povo contra os principaes republicanos da terra, a pretexto de que tinham sido eles os autores do sacrilegio, fizeram com que a turba desvairada lhes assaltasse as residencias, espatifando o mobiliario e roupas de tres pobres familias.

Foi a repetição do vandalismo praticado com o farmaceutico Maldonado Freitas, usando os assaltantes a mesma furia destruidora.

E vem a proposito dizer que tinha havido toda a benevolencia para com os criminosos do caso das Caldas. Cinco que estavam na cadeia, reconhecidos como principaes autores da selvageria, foram postos em liberdade sem se lhes instaurar processo.

Ali perto, em Peniche, tambem houve, uma pequena ocorrencia. Dois mariolões, lembraram-se de atacar a tiro a residencia do dr. Frazão, sem se perceber bem o que pretendiam. Um grupo, que estava proximo, fez fogo sobre eles, cahindo um morto. O outro foi depois prezo nas Caldas, mas logo posto em liberdade.

XI

Eleição do presidente da Republica.—Mensagem do presidente resignatario. — Biographia do dr. Manuel d'Arriaga.—Apresentação do novo presidente.—Nota final.

A's 17 horas do dia 29 foi aberta a sessão do Congresso, estando presentes 97 congressistas. Os membros do partido evolucionista não compareceram.

O presidente da sessão, coronel Correia Barreto, manda ler a mensagem com que o sr. dr. Manuel d'Arriaga fez acompanhar o seu pedido de demissão de presidente da Republica.

E' do teor seguinte:

Senhores deputados e senadores
da Republica Portuguêsa :

A revolução de 14 do corrente mês que obrigou o sr. general Pimenta de Castro a pedir a demissão do ministerio a que presidia, a nomeação do novo ministerio nascido de uma revolução triunfante e cujos nomes me foram indicados pelo «comité» que a dirigiu, impossibilitam-me na minha sã consciencia de continuar no lugar que ocupo. Acresce que o estado melindroso da minha saude agrava-se dia a dia com os abalos a que me expõem as lutas partidarias, ás quais não tenho podido dar remedio, apezar maiores esforços empregados. Nestas circunstancias, a continuação na presidencia da Republica nada teria de util nem para mim nem para o Estado. Resolvo, pois, depôr

nas vossas mãos com todo o respeito e gratidão o mandato que me conferistes, como já o havia feito na vossa auzencia, nas mãos do atual governo, no mesmo dia da sua constituição como consta da carta a que vou dar publicidade para elucidação de todos. Procedendo assim, careço de deixar aqui consignado este facto: a *ditadura* em nome da qual se tem feito uma campanha veemente contra mim

DR. THEOPHILO BRAGA

e contra o governo deposto, na verdadeira aceção da palavra quasi não existia.

Não só por indole, feitio, tradição e historia propria eu sou substancialmente incompativel com a qualidade de ditador (e quem me conhece ri-se dos que de tal me acusam) mas tambem por documentos autenticos por mim firmados se prova que fiz os maximos esforços para entepôr sempre a tudo o preceito de *dura lex sed lex*.

O governo só recorreu a medidas extraordinarias quando a força das circunstancias a isso o obrigou. Quando se deu o conflito entre o Senado e a Camara dos srs. Deputados, recorri aos chefes dos tres partidos republicanos, pedindo me habilitassem a formar um governo extra-partidario, com o encargo de acalmar as paixões politicas dos intransigentes e dos sectaristas, que tanto mal estavam causando á propria Patria, revendo a Lei da Separação do Estado da Igreja, dando uma anistia ampla para os crimes de caracter politico e fazendo as eleições geraes com a maxima garantia de genuinidade de voto. Foi isso que me levou a publicar a mensagem datada de 24 de Fevereiro de 1914, que teve a bôa sorte de merecer a aprovação de todos os republicanos sinceros que só olhavam ao bem da Patria e da Republica e me habilitou a formar um governo extra-partidario, de que o país tanto carecia. Esta mensagem por mais de uma vez foi invocada pelos adversarios, para que eu désse cabal cumprimento, concluindo-se que eu, não recorrendo a governos parlamentares, não fazia ditadura, mas governava de harmonia com a opinião publica republicana. Ao dar-se, infelizmente, o conflito entre o exercito e o governo, eu tive de recorrer a outro governo extra-partidario e fi-lo nos precisos termos daquela mensagem, como se vê na carta que dirigi ao sr. general Pimenta de Castro e para acudir ao perigo que via iminente entre a Republica e o exercito.

Tudo quanto se não continha na mencionada carta ao sr. Pimenta de Castro não constituia poder outorgado, estava fóra do mandato e, se se cumprisse á risca, o que foi por mim autorisado, não haveria sombra de ditadura. O que o governo deposto praticou alem desses termos restritos fê-lo, repito, levado pela força das circunstancias e estimulado pela opinião publica, que lhe dava o seu sincero apoio, em vista da sua obra de tolerancia, de liberdade e de paz. A sua obra resumia-se, afinal, numa eficaz conciliação da grande familia portuguesa, que talvez melhor fôra se reservasse para ocasião mais oportuna.

E' certo que não opuz resistencia ás primeiras medidas da invocada ditadura e se o não fiz, foi porque receava abrir um conflito com um governo que conseguira solidarizar o exercito e o povo sob a egide da Republica e tinha a apoiá-lo as forças vivas das chamadas classes conservadoras e classes populares.

Além disso, o governo tinha a seu favor as salutares disposições da lei de 8 de agosto de 1914, renovada pela de 15 de janeiro do corrente ano, leis em que se fundaram os tribunaes superiores nos recursos contra a chamada ditadura que a eles subiram.

Se se abrisse nova crise, mais uma vez me acharia a braços com difficuldades insuperaveis para constituir ministerio que conciliasse todas as opiniões.

Lançou-se o país nos horrores de uma revolução para se derrubar um governo, quando, posso asseverar, se se recorresse, pelas vias legais, á minha intervenção para pôr cobro á marcha que a chamada ditadura ia levando, eu não hesitaria dois minutos á reclamação formal da opinião publica, visto ter já então um ponto de apoio onde firmar-me. Ter-se-ia assim poupado o derramamento de muito sangue generoso e inocente.

Não tendo remedio o mal já feito (que aliás teve o beneficio de mostrar aos adversarios da Republica a estabilidade d'esta), que esse sangue e a perda de tantas vidas preciosas sirvam de lição a todos, a fim de se unirem como uma só pessoa na solução dos grandes problemas que é preciso resolver, além da do engrandecimento da Patria e do cumprimento escrupuloso e exato das nossas obrigações e deveres para com as nações estrangeiras e amigas.

Ponho termo a esta minhas considerações, fazendo votos pelo triunfo da liberdade, resurgimento da Patria e prestigio da Republica, á sombra da qual espero morrer, com a minha fé viva e inalteravel na gloriosa nação luzitana.

A minha ultima palavra será para que nesta sessão do

Congresso eu me veja substituido por outro que termine o periodo dos quatro annos com mais tranquilidade e ventura do que eu.

Saude e fraternidade.

Paço de Belem, 26 de maio de 1915.

Manuel de Arriaga.

O sr. dr. Aresta Branco lembrou a conveniencia de se nomear uma comissão que fôsse procurar o sr. dr. Manuel de Arriaga, a qual insistisse com elle para retirar a renuncia do seu cargo. Era uma simples formula de delicadeza, inutil, porém, n'esse momento, por isso foi dispensada.

Aprovada a renuncia pela quasi maioria do congresso, passou-se á eleição de novo presidente.

O nome estava já indicado, nem tinha havido duvidas a respeito d'ele. É a do sr. dr. Teofilo Braga. Fôra candidato unico, tacita ou declaradamente aceito pelos tres partidos militantes.

A votação deu 102 listas, tendo 98 o nome do grande filosofo. Entraram mais tres brancas e uma com o nome do sr. dr. Duarte Leite.

A Republica tinha pois novo presidente, o mesmo que assumira tal cargo durante o governo provisorio.

*
* *

Ia sumir-se no esquecimento a nobre e aureolada figura de Manuel d'Arriaga, o menestrel dos grandes ideaes da fraternidade humana, o typo mais lidimo e glorioso da democracia portugueza.

Arrastava-o para o limbo a estulticia d'uma ditadura fabricada nas lobregas alfurjas da reação, e apoiada ignaramente por aqueles que não entendem ou não querem entender que a sociedade portugueza não póde já aceitar, de modo algum, uma politica de capa e tocha.

Sorriria certamente no seu antro o perfido *Loiola,* ven-

do os prejuizos ocasionados pela sua malevolencia, mas n'esse maldito sorriso tinha de mostrar os dentes quebrados pela ultima refrega.

Triste e sangrenta foi a lição de 14 de maio, mas necessaria para acordar o espirito liberal contra as torpezas reacionarias.

Digamos alguma coisa a respeito do desaparecido caudilho:

O dr. Manuel de Arriaga matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde cursou direito, e, ainda estudante, o seu genio revela-se em discursos onde ha, sobretudo, um grande cunho de sinceridade e de rebelião contra o que lhe parece iniquidade ou prepotencia. Fez um curso brilhantissimo, e logo no segundo ano, dando uma lição sobre os direitos do infante D. Miguel de Bragança, evidencia-se um argumentador cheio de precisão e de logica, combatendo apaixonadamente os pretensos direitos regios.

Quando apareceu a vergonha do «ultimatum», todo o povo rugiu de indignação e de colera: Manuel d'Arriaga incarnou a indignação popular e na voz d'ele como que falou o genio da raça.

A sua atitude valeu-lhe a prisão a bordo d'um navio de guerra e, preso e ameaçado de represalias, foi ainda o evangelisador, cuja fé parecia aumentar á medida que se procurava sufocar a sua palavra.

O dr. Manuel de Arriaga regeu, durante alguns anos, no liceu do Porto, a cadeira inglez, e, tendo concorrido a um concurso para a cadeira de historia no curso superior de letras, foi preterido por um dos seus competidores. Fôra uma flagrante injustiça; e tanto assim que o rei D. Luiz, tendo conhecimento do caso, lhe pediu que fôsse o professor do então principe herdeiro D. Carlos.

O honrado caudilho não necessitou de tempo para responder com uma recusa cortez, mas categorica.

Representou em côrtes os eleitores da Madeira, e, tendo desempenhado varias comissões, coube-lhe a honra de vêr aprovado, na generalidade, o seu projéto sobre re-

forma de instrução secundaria, de cuja comissão fazia parte e que foi criada por dereto de 26 de agosto de 1876.

Advogado, professor, orador, o dr. Manuel de Arriaga compôz tambem muitos versos, que se distinguiam pela espontaneidade e por uma sã e doce visão das coisas.

Quando o Congresso o elegeu presidente da Republica desempenhava o dr. Manuel de Arriaga o cargo de procurador geral da Republica, tendo, pouco antes, desempenhado n'uma ocasião dificil, as funções de reitor da Universidade.

*

* *

A sua eleição para presidente da Republica realisára-se em 24 de agosto de 1911, sendo bastante disputado o sufragio. Dois candidatos se apresentavam aos votos do congresso, o sr. dr. Bernardino Machado, e ele, tendo cada um bastantes probabilidades, mas o dr. Arriaga obteve cento e vinte e um votos e o seu contendor só alcançou oitenta e seis.

Da mensagem que no momento da posse pronunciou na sala do Congresso, após o juramento, destacamos os periodos que seguem, pelo bem que retratam a alma do grande democrata, a sua imaculada fé na realisação da solidariedade humana. Eil-os:

«Ha um outro tesouro, acima de todos precioso: é o povo portuguez. E' esse tutelado de seculos, que está completamente desvalido, sem luz da justiça moderna.

«E' necessario acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações, perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor. Este é o objéto mais dileto do meu coração — os oprimidos. Fazer do nosso estatuto a Cidade Santa do direito moderno e fazer com que este direito seja tão invejado pelos nossos inimigos como outr'ora o fôram as cidades de Atenas e Roma. Hão de vir para nós os que de nós fugiram. Em nome da Patria e da Liberdade nós estamos aqui para os receber.»

*
* *

Eleito o novo presidente da Republica foi uma deputação do Congresso buscal-o a sua casa, interrompendo-se a sessão até ele entrar na sala.

A demora foi pequena. O sr. dr. Teofilo Braga apareceu deveras comovido, lendo com voz tremula a formula do compromisso de honra, do teor seguinte:

«Afirmo solemnemente pela minha honra manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da Republica, observar as leis, promover o bem geral da Nação e sustentar e defender a integridade e independencia da Patria Portugueza!»

Depois, como as lagrimas, lhe embargavam a voz, passou ao presidente do Congresso a sua mensagem que este leu:

«Quando ha quatro anos n'esta mesma sala foi lida a proclamação da Republica Portugueza, ficou formulado o principio fundamental de onde derivam todos os poderes do Estado — a Soberania Nacional — prostergado sempre pela frase «da graça de Deus» com que as dinastias mascaravam o seu poder pessoal absoluto. Revindicaram esse principio as revoluções de 1640, 1820, 1836, sempre disvirtuadas pelos seus mandatarios. Na sua essencia, a revolução de 5 de Outubro de 1910 foi essa revindicação, tendo como consequencia imediata a fundação da Republica, e para que a revolução não fracassasse como as anteriores, deu-se ao titulo da Republica, que abrange muitas modalidades de instituições, a fórma nitida, iniludivel de Republica Democratica Parlamentar. Como esta base estavel não foi suficientemente comprehendida, as novas instituições sofreram diversas, vicissitudes e ultimamente a de uma ditadura de feição imperialista, absolutamente repugnante ás aspirações do paiz. Esquecera por completo a

fundação de 5 de outubro de 1910, e, para salvá-la, deu-se o conflito violento de 14 de maio de 1915. São dois movimentos historicos que se completam, integrando-se em uma epoca nova, que ha de ser fecunda pelo sacrificio de um milhar de desinteressadas vítimas que cimentaram com o seu sangue a Republica Portugueza. Que se ceguem as mãos dos que tocarem irreverentemente na arca santa das nossas liberdades. Que todo o cidadão elevado á presidencia da Republica se considere um magistrado tendo por scopo o acatamento da Soberania Nacional, e assistindo com interesse e amor, mas sem intervenção ilegitima, ao normal funcionamento do regimen democratico parlamentar. Nenhuma função mais dificil do que manter a harmonia dos poderes do Estado, a sua mutua independencia e coexistencia. Feliz quem sob a sua chefatura conseguir alcançar esta synergia que realiza a ordem como condição de progresso. Portugal já não é um paiz confinado no extremo ocidente, é um elemento d'esta civilisação heleno-latina, que a Renascença incorporou e completou no mundo moderno com vinte seculos de cultura. Vivemos n'esta especie de solidariedade humana, que corrige os excessos do egoismo nacional. Um outro equilibrio europeu tem de fundar-se, conduzindo ao estabelecimento de uma paz milenaria. A politica externa de Portugal deriva completamentente da sua *situação geográfica;* ella solidarizou-se com a Europa, quando combatia o imperialismo da Espanha no seculo XVII e quando no seculo XIX desmoronava o imperialismo napoleonico, ella nos fará cooperar na actividade mundial dos grandes Estados, com o apoio no Atlantico. Apresentando estes dois aspétos de politica, interna e externa, da nação portugueza, d'ela se deduz um plano do governo. E ao proferir as palavras de compromisso de honra, d'esta hora em diante só aspiro que ao regressar dignamente ao lar, se possa dizer: «Cumpriu o que prometeu; guiou-se pelo bom senso e pelo desinteresse!»

Acabada a leitura fez-se a proclamação do novo presi-

dente ao povo, indo para isso á varanda do palacio parlamentar. A multidão, no largo fronteiro, aclamou freneticamente o sr. dr. Teofilo Braga.

Depois, entrando n'um dos antigos *landaus* da casa real, encaminhou-se para Belem, acompanhado por um esquadrão da Guarda Republicana.

DR AFFONSO COSTA

Esta ultima formalidade do trem *regio* e da cavalaria a choutar-lhe atraz, seria talvez desnecessaria n'uma republica democratica, mas o culto das formalidades, manifestação ancestral da nossa derrancada educação civica, prevalece ainda e é doença que tarde se curará.

No palacio presidencial recebeu o novo presidente a definitiva investidura, que lhe foi dada pelo demissionario, e logo entrou no exercicio das suas funções.

O sr. dr. José de Castro apresentou-lhe a demissão do ministerio, que ele não aceitou. Depois de assignar alguns documentos retirou para sua casa da T. de Santa Gertrudes, declarando que só iria ao palacio presidencial para serviço da Republica.

XII

Deportação dos ditadores — Boatos terroristas e prisão d'alguns individuos — Resultado da eleição — Candidatos catolicos — Os dois santos — Considerações finaes.

O periodo revolucionario ia finalmente terminar com as eleições geraes, que o parlamento marcara para 13 de junho, dia de S.^to Antonio.

Foi bem escolhida tal data, porque o taumaturgo lisbonense poderia fazer o milagre de encaminhar as coisas de modo que não se dessem perturbações graves no movimento eleitoral, mas a atmosfera é que já estava muito carregada.

Dispunham-se os partidos para a luta do sufragio e corriam boatos de que ele não correria tranquilo o que alvoraçava os espiritos, e levou o governo a tomar providencias energicas.

No dia 11 largou do Tejo o aviso *Cinco d'outubro,* levando a seu bordo, para a cidade de Angra do Heroismo, o general Pimenta de Castro e os seus colegas da ditadura Xavier de Brito e Goulart de Medeiros. Com eles ia tambem Machado Santos.

O governo afastava-os de Lisboa exatamente por causa das atoardas que corriam a respeito de alteração da ordem publica. Deportava-os, mas dando-lhes homenagem na cidade açoriana.

Pelo mesmo tempo se fizeram algumas prizões, certamente como medida preventiva. Os principaes encarcera-

dos foram o dr. Lomelino de Freitas, o socialista Gaião e Americo d'Oliveira, mas pouco tempo estiveram cativos.

Ia-se emfim para o ato eleitoral nas peores condições, pois faltava a serenidade indispensavel para que ele corresse com absoluta legalidade, dando emfim a nota clara e decisiva das forças exatas de que dispunha cada facção politica.

Não sendo possivel que chegasse a tempo, a todos os territorios do paiz, a determinação para se proceder ás eleições, decidiu-se que na primeira época se fizessem no continente e no arquipelago da Madeira, quinze dias depois, a 27, nos Açores, e nas colonias quando lá constasse a respetiva indicação.

Ficavam pois tres épocas eleitoraes, mas a primeira seria decisiva para se avaliar a força de cada partido, porque o continente e distrito do Funchal deviam eleger 146 deputados e 54 senadores.

*

* *

Realisaram-se emfim as eleições do primeiro periodo, mas, ao contrario do que se dizia, a respeito de desordens e violencias, tudo correu na melhor ordem e com absoluta serenidade.

O partido republicano portuguez obteve, como era de esperar, uma estrondosa victoria. As urnas deram-lhe cem deputados e trinta e cinco senadores. O partido evolucionista apenas conseguiu ver eleitos vinte e seis deputados e nove senadores.

A União Republicana teve a partilha de onze deputados e quatro senadores.

As eleições, dos restantes circulos, já não podiam alterar a proporção das forças partidarias.

Convem notar que as abstenções fôram em pasmoso numero, pois não votaram mais de cincoenta por cento dos cidadãos recenseados. Porquê? Por medo? por indiferença? Por antagonismo com o regimen? Por tudo isso, é o que pensamos.

Uma curiosidade d'esta eleição foi terem-se apresentado, em 8 circulos, candidatos com a designação de catolicos. Confessamos que não entendemos o que significaram taes candidaturas, de que venceu uma para deputado e outra para senador. Sendo o catolicismo a forma militante do cristianismo internacional, com sua cabeça em Roma e com seus estatutos especiaes, entende-se que esses eleitos ficam sendo no parlamento os representantes da curia romana. Não lhes será facil cumprir tal mandato.

Após a eleição o ministerio demitiu-se, o que era muito natural, pois, havendo uma maioria partidaria, sahida da revolução, a essa competirá pôr em pratica as aspirações revolucionarias e algumas de realisação bem melindrosa, taes como a intervenção do nosso paiz na guerra, e o afastamento dos funcionarios publicos que não inspiram confiança.

Esse ministerio se organisará no novo parlamento, cuja primeira reunião, em sessão de Congresso, se vae realisar no dia 21 de junho, vesperas de S. João. E assim ficam pois os principaes átos da normalisação da Republica intercalados nas duas festas dos santinhos de maior devoção do povo lisbonense.

*

* *

Não é tão banal como se afigura a muitos, nem despida de sentido, aquela conhecida frase: *A historia é a repetição dos mesmos factos.*

Atendendo a que as carateristicas etnicas d'um povo são teimosamente persistentes, e que as predisposições psicologicas são mais duraveis nas colétividades do que nos individuos, deduz-se facilmente que a repetição de sucessos similhantes deve ser muito natural.

Portanto nada deve admirar, e pelo contrario é mesmo logico, que dentro d'uma nacionalidade, conjunto maior ou menor mas subordinado ás mesmas leis psiquicas, se renovem de vez em quando circumstancias de que prove-

nham consequencias eguaes, embora com manifestações um pouco diversas.

E' por isso que o movimento revolucionario, que atraz fica descrito, não representa para nós mais que a renovação d'um fenomeno sabido e até certo ponto esperado.

A luta existente dentro de nossa sociedade, ha quasi um seculo, entre o espirito reacionario e o pendor liberal, mantem-se latente, embora sempre encarniçada, e de vez em quando, por virtude de qualquer desequilibrio, rebenta em convulsões desastrosas.

Mais claro. Ha entre nós, como tara ancestral e dificilmente alienavel, a tendencia beata, a propensão retrograda, quer aparente, no clericalismo combativo, quer disfarçada n'uma indiferença hipocrita, mas tendendo sempre ao retrocesso.

Nem é de admirar que tal suceda, seculos de educação fradesca, a influencia nefasta do jesuitismo e a atonia resultante do acanhado ambito dentro do qual nos debatemos, crearam um fundo social inerte, que não sabe progredir, que abomina a luz, que estremece de horror perante a mais pequena inovação.

Esse fundo, verdadeira vaza produzida pela estagnação da idéa e pelo enervamento da vontade, é o estorvo tremendo onde empeçam constantemente as mais risonhas idealidades dos sonhadores e onde amiude naufragam as ousadias liberaes dos democratas.

E' esse espirito reacionario, que se mascara de varias maneiras e que se dissimula de diversas fórmas, o elemento dissolvente que, na sua luta desesperada contra o modernismo, promove de vez em quando comoções sociaes violentas, como aquela a que ha pouco assistimos.

Façamos comparações, ou, antes, aproximemos factos, e logo a nossa asserção ficará comprovada.

Depois do estabelecimento do constitucionalismo, ponto de partida d'uma grande transformação do nosso meio politico e social, tres importantes ditaduras, mais ou menos autoritarias, se tem erguido entre nós, e todas elas se teem

desmantelado por virtude de conflagrações sanguinolentas.

Foi a primeira a de Costa Cabral, começada em 1842. Qual foi o seu motivo?

O espirito reacionario, espavorido com o incremento enorme tomado pelo democratismo, principalmente depois de outorgada a constituição de 38, mais liberal ainda que a da Republica, gemia no fundo das suas alfurjas, ou nos recantos insensados das sacristias, as suas maguas por ver os destemperos, como lhes chamavam, da demagogia triumfante.

Não gemiam só, conspiravam tambem, não sómente pela oposição mais ou menos audaz ao que aborreciam, mas ainda por outro meio muito usado e bastante eficaz para os seus planos—pelo sarcasmo.

O ponto de apcio que lhes faltava, para se manifestarem esses sapos de lodaçal, apareceu-lhes emfim e logo o aproveitaram. Foi Costa Cabral, o antigo demagogo do café dos Camilos, transformado em aulico da rochonchuda Maria II.

O que foi essa ditadura, que produziu a tremenda campanha da *Patuléa,* todos sabem. O numero de vitimas que causou não é desconhecido de ninguem.

Tombou emfim o ditador, levando arrastados comsigo os seus cartistas, mas o paiz tinha retrogradado um seculo.

Outra ditadura foi a de João Franco, tão recente que nem é preciso descrevel-a. Tambem esse desequilibrado politico, rodeando-se dos elementos da supuração reacionaria, sahidos das sacristias e bramindo convulsos contra o que tambem eles chamavam excessos demagogicos, buscou loucamente deter no seu caminho a marcha das idéas e a corrente das conquistas liberaes, mas tombou como um sendeiro, promovendo apenas essa homerica conflagração de que sahiu a Republica.

Se os compararmos, veremos que os cartistas de 42, embora pertencentes a outra geração, eram taes como os franquistas de 1907.

Agora foi o general Pimenta de Castro o escolhido para representante do bloco retrogrado, para responsavel da emergencia astuta do espirito inquisitorial, sahido do fundo lobrego da mesma vaza apostolica.

Tambem os que com ele cooperavam na obra de obscurantismo vociferavam contra os demagogos, tambem reclamavam uma liberdade, que significava apenas o estrangulamento do progresso, em favor do beatismo ousado e triumfante.

Se formos investigar agora quem eram os elementos que apoiavam o ridiculo ditador, acharemos que, embora disfarçados com a mascara de evolucionistas, ou declarando-se ousadamente monarquicos, eram os mesmos franquistas de ha sete anos, descendentes diretos dos cartistas do passado seculo.

E' bem certo que a historia se repete.

Lisboa, 18 de Junho de 1915.

— FIM —